



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDRÉ FURTADO

**DAS FORTUNAS CRÍTICAS E APROPRIAÇÕES *ou*
Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado**

NITERÓI

2018

ANDRÉ FURTADO

**DAS FORTUNAS CRÍTICAS E APROPRIAÇÕES *ou*
Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), como requisito para a obtenção do Título de Doutor.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giselle Martins Venancio

NITERÓI

Abril de 2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

F992f Furtado, André
Das fortunas críticas e apropriações ou Sérgio Buarque de
Holanda, historiador desterrado / André Furtado ; Giselle
Martins Venancio, orientadora ; Jean Hébrard, coorientador.
Niterói, 2018.
537 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.d.07066261925>

1. Historiografia, Teoria e Metodologia da História. 2.
História do Livro, da Edição e da Leitura, Recepção e
Autoria. 3. História do Brasil. 4. História da América. 5.
Produção intelectual. I. Título II. Venancio, Giselle
Martins, orientadora. III. Hébrard, Jean, coorientador. IV.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

ANDRÉ FURTADO

**DAS FORTUNAS CRÍTICAS E APROPRIAÇÕES *ou*
Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado**

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Giselle Martins Venancio – Orientadora e Presidente da banca
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Ronaldo Vainfas – Arguidor interno
Universidade Federal Fluminense / Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Professor Doutor Robert Wegner – Arguidor externo
Fundação Oswaldo Cruz / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Professora Doutora Laura de Mello e Souza – Arguidora externa
Université Paris IV Sorbonne / Universidade de São Paulo

Professor Doutor Jean Hébrard – Coorientador e Arguidor externo
École des Hautes Études en Sciences Sociales / Johns Hopkins University

Professora Doutora Francine Iegelski – Suplente interna
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Karoline Carula – Suplente externa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Às minhas mestras, de ontem e hoje,
formais ou não, e a todos os brasileiros
desta sociedade profundamente desigual –
por motivos de ordem vária – que nunca
acessaram ao privilégio de estudar*

AGRADECIMENTOS

Em uma hora como essas eu preferiria ser *Funes, o Memorioso*. Não sendo este o caso, sei que constarão aqui as pessoas essenciais.

À professora Giselle Martins Venancio: mais do que orientadora, verdadeira parceira de pesquisa. Devo-lhe o eterno muito obrigado e as verbas das inúmeras vezes que recolheu materiais de arquivos e bibliotecas para esta tese. Sem a sua orientação – e paciência! –, eu ficaria perdido no Paraíso de mil referências e angustiante terreno movediço que pode representar quaisquer aproximações com o legado buarqueano.

Ao Monsieur Jean Hébrard, coorientador em meu estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), fico devendo o tempo para absorver todo o aprendizado que pude acessar junto de sua agradável companhia, professor de generosa disponibilidade e entusiasmo com a pesquisa. O período passou rápido e foi breve, mas a gratidão é imensa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas, no Brasil e na França.

À equipe do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), pela excelência cada vez maior.

Aos professores das bancas de qualificação, Marcus Vinícius Corrêa Carvalho e Robert Wegner, finas inteligências que me oportunizaram uma tarde plena de ricas considerações.

Aos mestres de toda uma formação, Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, que gentilmente aceitaram compor a banca de defesa com meus orientadores e o professor Wegner, já mencionados, aos quais não canso de repetir: obrigado!

Aos funcionários de todas as instituições, bibliotecas e arquivos que frequentei.

À gentil e eficiente equipe do Collège d'Espagne, que me abrigou na Cité Universitaire.

Aos amigos sem igual da UFF, desde o mestrado, cúmplices de sorrisos largos e compartilhamento de questões acadêmicas e/ou existenciais: Mariana Simões, Michele Barcelos, Mariana Tavares, Valério Negreiros, Nayara Galeno, Felipe Cazetta, Raquel Braun, Juliana Acosta, Louise Gabler, Raquel Ferreira, Beatriz Souza, Filipe Oliveira, Christiano Rangel, Roberta Ferreira, Thiago Amaral, Moisés Corrêa, Rabello Filho e Gabriel Sobreira.

Aos mais do que queridos que conheci ou reencontrei na Babel parisiense: Natália Guerellus, Julliete Dumont, Evandro Cherer, Chunyang Lou (Luh!), Arturo Castellary, Raúl Almendral, Etienne Southier, Inês Greymer, Ignacio Pavón, Vinícius e Marina Jacobs...

Às amigas que, mesmo à distância e, por vezes, sem muito contato, não esmorecem: Vanessa e Rafael Bull, Barbara Maidel, Charles Gauche e Diovane Joaquim Fiamoncini.

Às professoras Maria Verónica Secretto e Larissa Viana, que tenho em alta consideração, tamanha generosidade e ensinamentos que nelas afloram... para dividir!

Aos professores dos cursos que realizei na UFF, como as aulas dos professores Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e, particularmente, os Visitantes Giovanni Levi (Università Ca'Foscari Venezia) e Renán Silva (Universidad de los Andes); bem como fora dela, como as lições da professora Tânia Bessone (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ).

À Cristina Ferreira, mestre de minha formação e amiga para a vida toda. Não haveria compensação possível para “pagar” e agradecer tudo o que lhe devo. Restará, no entanto, o meu enorme reconhecimento pelo seu trabalho e o meu abraço sempre que a encontrar.

Às equipes dos grupos: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Movimentos Sociais (NEPEMOS) & Centro de Memória Oral e Pesquisa (Cemope) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); Escritas da História: Historiografias do Sul (Escritas UFF); Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC) & Mondes Américains (MONDA) da EHESS.

Às turmas 2014-2 da UFF e 2017-2 da FURB, onde me formei e pude voltar como professor Substituto naquele profícuo semestre com os alunos: muito obrigado pelas noites de historiografia, me(x)s querid(x)s.

À Asociación Europea de Historiadores Latinoamericanistas (AHILA) e às pessoas incríveis que conheci através dela, no Congresso realizado em Quito: os professores Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora, Arauco Chihuailaf, Maria Letícia Corrêa, Rocío Rosero Jácome, bem como aos estudantes Fernanda Gallindo, Eduardo González e Rómulo Pardo.

Aos fora de série Luciana Di Motta, Lia Raposo, Julia Nunes, Catia Moraes, Marcelle Szenberg, Alfredo Bomfim, Pedro Ramos, Milena Daumas, Luiz Felipe Mattos, Diane MacCartney, Felipe Valentim, Luís Gustavo Coutinho, Dilma Cabral e, mais recentemente, os gentis Cátia e Lucas Abud, além de Andrey Martin e Lóren Graziela.

Claro que não poderia faltar a minha família de Niterói – e agora também em São Paulo e, particularmente, Xinguara, ai que saudade: Bruno, é claro, Íris e Carlos, Karina e Evandro. Eu só queria um dia poder retribuir todas as vezes que me salvaram e, de braços abertos, recebiam-me com todo o carinho e atenção. Amo vocês: quando mesmo estaremos reunidos?

Por fim, um agradecimento especial aos meus prediletos, Carlos e Elisete: pais no sentido mais pleno da palavra – ainda que não percebam isso – e nunca ausentes.

*A vós, Pastor distante,
Bem que presente sempre na lembrança,
Saúde envia Alcino, que a vingança
Da fortuna inconstante,
Do bárbaro destino,
Chora na própria terra peregrino*

Cláudio Manuel da Costa

RESUMO

DAS FORTUNAS CRÍTICAS E APROPRIAÇÕES *ou*

Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado

Esta tese analisa as comunidades de leitores na trajetória de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), investigando, sobretudo, os quadros receptivos contemporâneos ao lançamento de suas reflexões impressas. Volta-se para os relacionamentos de ordem pessoal, institucionais e com as casas editoras permeados nesta economia de práticas letradas, buscando compreender, sincrônica e diacronicamente, os processos da cultura escrita nos quais o intelectual polígrafo se inseriu. Confere destaque às configurações e percursos que o converteram no historiador de maior prestígio no Brasil do século XX, referência até a atualidade. Realça as plataformas geracionais do país e do exterior em que ele se posicionou ao tecer laços com as modernizações historiográficas latino-americanas ao tempo das reformas e estabelecimentos disciplinares no campo acadêmico. A pesquisa se concentra nos itinerários buarqueanos entre os anos de 1930, época em que apareceu a sua “obra” de estreia, *Raízes do Brasil*, e a década de 1970, quando surgiram os últimos textos de sua autoria, publicados, em especial, no formato de livros. Mapeia a geografia de circulação das imagens sobrepostas das identidades dele e as suas perspectivas singulares acerca do passado. Tudo isso através de uma narrativa dialógica das esferas sociais micro e macro que emanam da documentação, atenta aos seus pormenores mais negligenciados.

Palavras-chave: comunidade de leitores; Sérgio Buarque de Holanda; quadros receptivos; modernizações historiográficas latino-americanas; autoria.

ABSTRACT**CRITICAL FORTUNES AND APPROPRIATIONS *or*
Sérgio Buarque de Holanda, uprooted historian**

This thesis analyzes the communities of readers in the trajectory of Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), investigating, above all, receptive frames contemporaneous to the launching of his printed reflections. Turns to the personal, institutional and publishing relationships permeated in this economy of literate practices, seeking to understand, synchronously and diachronically, the processes of written culture in which the polygraph intellectual inserted himself. It gives prominence to the configurations and routes that made him the most prestigious historian in twentieth-century Brazil, a reference to the present day. It highlights the generational platforms of the country and abroad in which it has positioned itself by linking with Latin American historiographical modernizations at the time of reforms and disciplinary establishments in the academic field. The research focuses on the itineraries “buarqueanos” between the 1930s, when the debut “work” appeared, *Roots of Brazil*, and the 1970s, when the last texts of his authorship appeared, especially in the format of books. It maps the circulation geography of overlapping images in his identities and his unique perspectives on the past. All this through a dialogical narrative of the micro and macro social spheres that emanate from the documentation, attentive to its most neglected details.

Keywords: community of readers; Sérgio Buarque de Holanda; receptive frames; Latin American historiographical modernizations; authorship.

RÉSUMÉ

DES FORTUNES CRITIQUES ET APPROPRIATIONS *ou*

Sérgio Buarque de Holanda, historien déraciné

Cette thèse analyse les communautés de lecteurs sur la trajectoire de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), enquêter, surtout, sur les cadres réceptifs contemporains au lancement de ses réflexions imprimées. Se tourne vers les relations d'ordre personnel, institutionnelles et avec des maisons d'édition imprégnées dans cette économie des pratiques lettrées, en essayant de comprendre, de manière synchrone et diachronique, les processus de la culture écrite auxquels le polygraphe intellectuel a été inséré. Met en évidence les configurations et les itinéraires qui ont fait de lui l'historien le plus prestigieux du Brésil du XXe siècle, référence à l'époque actuelle. Soulignent les plates-formes générationnelles du pays et de l'étranger dans lesquelles il s'est positionné en se reliant aux modernisations historiographiques latino-américaines au temps des réformes et des établissements disciplinaires du champ académique. La recherche se concentre sur les itinéraires «buarqueanos» entre les années 1930, quando il est apparu son «ouvrage» de débuts, *Racines du Brésil*, et le décennie 1970, lorsque les derniers textes dont il est l'auteur ont émergé, en particulier, dans le format de livres. Mappe la géographie de circulation des images qui se superposé dans ses identités et ses perspectives uniques sur le passé. Tout cela à travers un récit dialogique des sphères micro et macro-sociales qui émanent de la documentation, attentifs à ses détails les plus négligés.

Mots-clés: communauté de lecteurs; Sérgio Buarque de Holanda; cadres réceptifs; modernisations historiographiques latino-américaines; auteur.

LISTA DE ABREVIATURAS

- Academia Alagoana de Letras – AAL
Academia Brasileira de Letras – ABL
Academia Campinense de Letras – ACL
Academia Carioca de Letras – ACL
Academia de Letras da Bahia – ALB
Academia Mineira de Letras – AML
Academia Paulista de Letras – APL
Academia Paraibana de Letras – APL
Academia Pernambucana de Letras – APL
Academia Santista de Letras – ASL
Academia Sul-rio-grandense de Letras – ASRL
Ação Integralista Brasileira – AIB
Arquivo Nacional – AN
Arquivos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM
Asociación Europea de Historiadores Latinoamericanistas – AHILA
Assessorias de Segurança e Informações das Universidades – AESI
Associação Brasileira de Escritores – ABDE
Associação Brasileira de Escritores – ABE
Associação Brasileira de Imprensa – ABI
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH
Associação de Professores Universitários de História – APUH
Ato Institucional n. 1 – AI-1
Ato Institucional n. 5 – AI-5
Atos Institucionais – Ais
Biblioteca Central “César Lattes” da Universidade Estadual de Campinas – BCCL-UNICAMP
Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense – BCG-UFF
Biblioteca do Exército – BibliEx
Biblioteca Nacional – BN
Bibliothèque nationale de France – BnF
Câmara Brasileira do Livro – CBL

Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain / École des Hautes Études en Sciences Sociales – CRBC / EHESS

Centre National de Recherche Scientifique – CNRS

Centro Brasil Democrático – CEBRADE

Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo – CAPH-FFLCH / USP

Centro de Estudos do Oitocentos / Universidade Federal Fluminense – CEO / UFF

Centro de Investigaciones de Historia Americana – CIHA

Centro de Memória Oral e Pesquisa da Fundação Universidade Regional de Blumenau – Cemope / FURB

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR

Centro Regional do Livro na América Latina e no Caribe – CERLALC

Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs

Coleções Especiais. Sérgio Buarque de Holanda. Biblioteca Central “César Lattes” da Universidade Estadual de Campinas – SBH / BCCL-UNICAMP

Comité International des Sciences Historiques – CISH

Companhia de Formação de Geólogos – CAGE

Companhia Editora Nacional – CEN

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP

Difusão Europeia do Livro – Difel

École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS

École Pratique des Hautes Études – EPHE

Editora da Universidade de Brasília – Ed.UnB

Editora da Universidade de São Paulo – Edusp

Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP

Escola Superior de Guerra – ESG

Escritas da História: Historiografias do Sul / Universidade Federal Fluminense – Escritas UFF

Estados Unidos da América – EUA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – FFCL-USP

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná – FFCL-UFPR

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP

Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi
Fondo de Cultura Económica – FCE
Fundação Biblioteca Nacional – FBN
Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB
Fundação Getúlio Vargas – FGV
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB
Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas – Fundo SBH. Smaq-UNICAMP
História Econômica, Quantitativa e Social / Universidade Federal Fluminense – HEQUS / UFF
História Geral da Civilização Brasileira – HGCB
História Geral das Civilizações – HGC
História Geral das Ciências – HGCiências
Inquéritos Policiais Militares – IPMs
Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine – IHAL
Institut International de Cooperation Intellectuelle – IICI
Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco – IAGP
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instituto de Estudos Brasileiros – IEB
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGA
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG
Instituto Histórico e Geográfico de Santos – IHGS
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP
Instituto Joaquim Nabuco – IJN
Instituto Nacional de Previdência Social – INPS
Instituto Nacional do Livro – INL
Instituto Rio Branco – Itamaraty
Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb
Integralismo Lusitano – IL
International Council of Museums – ICOM
Livraria José Olympio Editora – LJOE

Ministério da Educação – MEC
Ministério da Educação e Saúde – MES
Ministério das Relações Exteriores – MRE
Mondes Américains / École des Hautes Études en Sciences Sociales – MONDA / EHESS
Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM
Museu de Arte de São Paulo – MASP
Museu Nacional – MN
Música Popular Brasileira – MPB
Nacional Sindicalismo – N/S
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Movimentos Sociais da Fundação Universidade Regional de Blumenau – NEPEMOS / FURB
Organização das Nações Unidas – ONU
Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture – UNESCO
Partido Comunista do Brasil – PCB
Partido da Representação Popular – PRP
Partido Democrático Trabalhista – PDT
Partido dos Trabalhadores – PT
Partido Republicano Paulista – PRP
Partido Socialista Brasileiro – PSB
Partido Trabalhista Brasileiro – PTB
Polícia Militar – PM
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas – CPDA-FGV
Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz – PPGHCS-FIOCRUZ
Presses Universitaires de France – PUF
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF
Programa de Promoção da Leitura – PROLER
Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – PNAP
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB
Serviço de Proteção ao Índio – SPI
Sociedade Paulista de Escritores – SPE

Society for the History of Authorship, Reading and Publishing – SHARP

Supremo Tribunal Federal – STF

Tribunal de Contas da União – TCU

Tribunal Superior Eleitoral – TSE

União Brasileira de Escritores – UBE

União Democrática Nacional – UDN

United States Agency for Development – Usaid

Universidade de Brasília – UnB

Universidade de São Paulo – USP

Universidade do Brasil – UB

Universidade do Distrito Federal – UDF

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade de Minas Gerais – UMG

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

University of Texas – UT

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1. Contracapa do livro <i>Raízes do Brasil</i> , primeira edição, 1936.....	21
Gráfico 1. Fortunas críticas salvaguardadas Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas, Fundo SBH – <i>Siarq-UNICAMP</i>	35
Gráfico 2. Textos com e sem qualquer identificação de autoria Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas, Fundo SBH.....	39
Imagem 2. Série: Vida Pessoal. 18 – Recibo de SBH a José Olympio Pereira Filho referente aos direitos autorais da primeira edição de “Raízes do Brasil”, Fundo SBH.....	50
Mapa 1. Geografia da circulação de notícias sobre a edição <i>princeps</i> do livro <i>Raízes do Brasil</i> Resenhas sem identificação de autoria e/ou propagandísticas por cidades.....	53
Imagem 3. Capa do livro <i>Raízes do Brasil</i> , edição de 1936.....	62
Imagem 4. Capa da tradução de <i>Raízes do Brasil</i> , para o espanhol (1955).....	148
Imagem 5. Estruturas de <i>Visão do Paraíso</i>	309
Tabela 1. Circulação absoluta de notícias dos livros buarqueanos (resenhas e propagandas) por cidade.....	330
Mapa 2. As traduções de <i>Raízes do Brasil</i> pelo mundo (1954-2016).....	404
Imagem 6. Gravura presente nas contracapas dos volumes das edições <i>princeps</i> (1960-1984) da coleção HGCB.....	411

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Em face da <i>Porta do Inferno</i> : por uma economia de práticas letradas aquém e além da “obra” de estreia buarqueana.....	22
---	----

Parte I

Por quem os livros são publicados

Capítulo 1. FUTUROS DE OUTRORA: Raízes do Brasil no terreno movediço das instabilidades e propagandas.....	30
1.1. Lacunas incontornáveis, enquadramentos e limites.....	31
1.2. “À sombra das palmeiras” e do “Ulysses pernambucano”.....	40
1.3. Deslocamentos “nortistas”, objetividade e (in)conclusões.....	51
1.4. O “I” da questão, um impresso e suas traças.....	61
Capítulo 2. PRESENTES EM ARQUIVO: a edição <i>princeps</i> do título de 1936 sob olhares contemporâneos.....	71
2.1. Dos interlocutores esquecidos: a tradição evocada.....	72
2.2. Hélio Vianna e Alberto Bittencourt Cotrim Netto, a acidez integralista.....	85
2.3. Elogio da mestiçagem e reencontro com os sertões, <i>locus</i> revolucionário?.....	97
2.4. Múltiplas classificações e um continente oculto nos (para)textos.....	111
Capítulo 3. PASSADOS A LIMPO: circuitos letrado-editoriais, recepção e a paulatina emergência do “eu” historiador.....	119
3.1. A escrita peregrina e a lenta digestão antropofágica dos “mal-entendidos”.....	120
3.2. Velho Mundo destruído e nova ordem civilizacional.....	136
3.3. O valioso capital simbólico e o retorno ao catálogo da “casa” José Olympio.....	152
3.4. Método da excelência e ajustes nas distorções do etnocentrismo.....	160

Parte II

Enxergar os mortos com os ouvidos

Capítulo 4. MARCAS DO TEMPO: o concurso de cátedra como microcosmo do <i>métier</i> na especialização do ofício.....	184
4.1. Entre o uso de saberes acumulados e as coincidências estruturais.....	184
4.2. O velho bacharelismo e as novas regras do jogo em jogo.....	193
4.3. Após o constrangimento com o Memorial, o manuscrito revelador	201

- 4.4. Escrever sobre tempos idos, “conciliar” por *ocasião* do certame.....210
- 4.5. Texto repentino de planos longevos e argumentos de distinção217

Capítulo 5. VISÃO DO PARAÍSO: os motivos acadêmicos no redescobrimto e descolonização dos conflitos de teses.....227

5.1. Modernizações “conservadoras” e gênese de um viés disciplinar?228

5.2. Arguir o intelectual polígrafo, mas avaliar o historiador.....236

5.3. Neto de barão e imortal que não desiste, examinador erudito.....247

5.4. Sobre polifonias e o *Renascimento* de escritos “perdidos”253

5.5. O diálogo com Myriam Ellis e as traduções para “inglês ver”?.....266

Parte III

Negociar o clássico e erigir o cânone

Capítulo 6. DÉCADAS DE IMPRESSÕES: entre as textualidades indiciárias e a onipresença de um livro “não publicado”.....283

6.1. As facetas se misturam da grande cena literária à *Thèse d’État*.....284

6.2. Descrença no argumento e fervor na reconversão à morada de Clio.....294

6.3. As amplas perspectivas (escatológicas?) e o exílio do Éden terreal.....309

6.4. Nenhum limite andino colonial ou Pirineus historiográficos existem.....321

Capítulo 7. O MESMO OCIDENTE: uma pauta radical contra os constrangimentos dos patriotismos hemisféricos.....333

7.1. Convites irrecusáveis, conexões do Sul e espaço acadêmico.....334

7.2. Reorientar os itinerários às trincheiras de sua reputação.....346

7.3. A dúvida temível e a coragem de escrever “golpe”.....356

7.4. *História Geral da Civilização Brasileira* – HGCB, 1960-1972.....366

Capítulo 8. NOME PERPETUADO: estratégias de internacionalização autoral, da América Latina ao Extremo Oriente.....379

8.1. As perguntas que não queriam calar e os ecos da Guerra “Fria”.....379

8.2. Nem *mentalités* ou marxismo, antes resposta aos críticos.....387

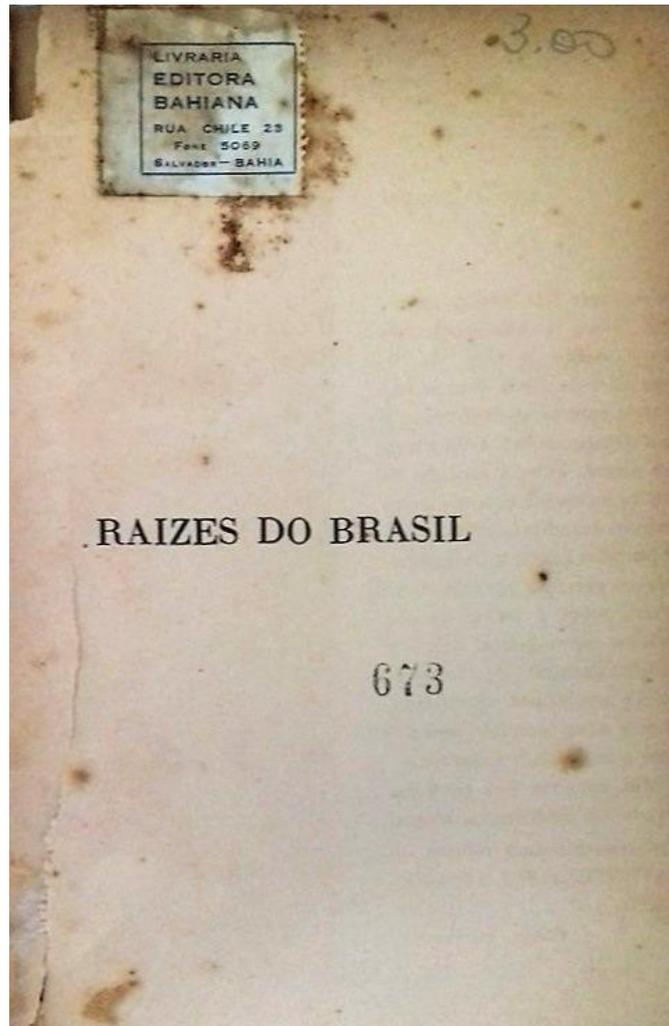
8.3. As traduções ao redor do mundo, um profeta e os novos quadros receptivos.....399

8.4. Uma república não-proclamada e as ressonâncias subversivas.....416

CONCLUSÃO – Os subterrâneos de uma obra: quando a *Teoria da América* germina nos livros buarqueanos.....431

APÊNDICES.....	437
A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos.....	437
B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos.....	455
C – As edições-versões e as traduções de <i>Raízes do Brasil</i>	456
D – Principais paratextos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros.....	459
E – Comunidade geral de leitores buarqueanos.....	463
REFERÊNCIAS.....	488
A) Documentais.....	488
B) Bibliográficas.....	511
C) Digitais / Outras	535

Imagem 1
Contracapa do livro
Raízes do Brasil,
primeira edição,
1936



INTRODUÇÃO

Em face da *Porta do Inferno*:

Por uma economia de práticas letradas aquém e além da “obra” de estreia buarqueana

A investigação é uma forma de fazer entrar em crise um conjunto de respostas nas quais se tem uma confiança louca (Renán Silva)

Suspeito que apenas os tolos percorrem terrenos por onde até os anjos temem pisar. Ocupar-se de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) é dessas tarefas intimidantes e inclusive temerárias. Afinal de contas, como um intelectual se dá a ler e é percebido? Qual o valor que uma autoria atinge e consegue agregar? O que é uma obra? Essas perguntas, que poderiam seguir indefinidamente, fazem parte de alguns problemas que aponto na presente tese. Mas o percurso para chegar até aqui, longe de ter sido ladrilhado, foi, em realidade, nada fácil. Procurando levar adiante um projeto feito em 2013, que se concentraria nas instabilidades das alterações sofridas pela edição *princeps* do livro *Raízes do Brasil*, tal direção do objeto de estudo também acabou atingida – como é recorrente, aliás – por mudanças de rumo.

Há mais de 80 anos, era impresso este texto no formato de livro, em 1936, pela Livraria José Olympio Editora (LJOE). Suas páginas mutantes e seminais fizeram e fazem história devido à posição de referência paulatinamente assumida por seu autor ao longo de sua trajetória, sobretudo a partir de meados do século XX. Nesse período, ele se integrou de forma decisiva às várias instâncias de produção do saber no país, compôs importantes projetos editoriais e foi reconhecido de maneira incontestada por seus pares no domínio do ofício historiográfico.¹

Seu percurso, entretanto, não seria menos acidentado do que aqueles cuja ousadia ou desaviso se aventuram para buscar compreendê-lo. Creio fazer parte dos dois grupos. No primeiro caso, porque objetivo analisar as *comunidades de leitores* buarqueanas, investigando os quadros receptivos contemporâneos ao lançamento de suas reflexões impressas; e, no segundo, pelo fato de não imaginar mesmo nos mais delirantes devaneios as voltas que seriam

¹ Meu primeiro encontro com o referido título foi quando eu ainda estava nos primeiros anos da graduação, iniciada em 2007 na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), por meio da disciplina Brasil I. Esta correspondia ao período colonial e fora ministrada pela professora Cristina Ferreira, que mais tarde viria a ser minha orientadora de monografia, não sem antes me preparar aquele desafio através de um projeto de pesquisa seu, a respeito das redes de sociabilidade de trabalhadores têxteis em Blumenau dos anos 1960, no qual eu fui bolsista de Iniciação Científica. Diploma em mãos após apresentar um trabalho sobre o que poderia sobreviver dos ecos do movimento modernista na “obra” de estreia buarqueana, achamos por bem avançar cronologicamente. Foi então que, com a sua voluntária ajuda e generosa disponibilidade, elaborei o projeto de mestrado cujo escopo tinha por fim investigar a atuação de Sérgio Buarque de Holanda nos órgãos de fomento à cultura e/ou ensino durante o Estado Novo (1937-1945). Por intermédio da professora Cristina pude conhecer o Fundo “Sergio Buarque de Holanda” (SBH), localizado na Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*).

necessárias para eu chegar a esse recorte. A quantidade incontável de trabalhos acadêmicos existentes hoje sobre temáticas afins ao nome de Sérgio Buarque desafiam todos aqueles que desejarem fazer um levantamento apurado e criterioso de grande parcela do que se tem escrito. Acompanhando, bem ou mal, há cerca de um decênio essas publicações, eu diria, sinceramente, que muito do que se está produzindo me soa antes como um desdobramento nem sempre cuidadoso em referenciar os primeiros exploradores de determinados temas.

De tal modo que, se de 1936 para cá inúmeros acréscimos, cortes e transformações pesaram sobre a “obra” de estreia buarqueana, outro tanto não se pode falar das ênfases universitárias a propósito do livro. Inclusive recentemente, quando se apressam uma quantidade já notável de estudos interessados em revisar o estatuto de *clássico*, não é incomum se deparar com perspectivas que buscam tomar a íntegra da imagem canônica pelo avesso de sua costura. Contudo, ao que parece, antes para destituí-lo desse lugar, como se se tratasse de uma posição ilegítima, do que para compreendê-lo. Quando propus em 2013 um projeto de doutorado junto ao concurso do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), minha ideia consistia em investigar as sucessivas revisões de *Raízes do Brasil*.

Mas a imensa – e diria mesmo infernal – disputa que foi crescendo nos últimos anos sobre o seu legado, somado aos meus próprios (des)caminhos de pesquisa, acabaram provocando muitos deslocamentos desse plano inicial. Isso porque, volto-me, agora, para os relacionamentos de ordem pessoal e institucionais, buscando compreender, *sincrônica* e *diacronicamente*, os processos da cultura escrita nos quais o intelectual polígrafo se inseriu.²

Minhas angústias face à quantidade de artigos, dissertações e teses sobre assuntos correlatos que fui tendo notícia, desanuviam-se no ato mesmo da leitura deles, fazendo-me acreditar estar seguindo um percurso inédito. Isso porque, embora alguns trabalhos abordem certas parcelas da *fortuna crítica* buarqueana, jamais me deparei com empenhos voltados sobre o conjunto da *Subsérie Resenhas*, hoje salvaguardada no Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH) do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*) e que, a partir do ingresso no doutorado do PPGH-UFF, comecei a reunir. Tal procedimento visava coletar o material, para que eu pudesse vislumbrar o universo letrado com que lidara o autor de *Raízes do Brasil* no momento de sua estreia em livro.³

² A ideia de *sincronia* corresponde àquilo “que nos permite situar todo texto escrito dentro de seu tempo ou seu campo e que o coloca em relação a outros trabalhos contemporâneos a ele que pertençam a diferentes formas de experiência”, já a de *diacronia*, busca situar a “obra dentro do passado do gênero ou da disciplina”. CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014, p. 48.

³ Como poderei explicar melhor os percursos no decorrer da tese, também na dissertação eu contei com a atenta e, sobretudo, certeira e paciente orientação da professora Giselle Martins Venancio. O trabalho foi defendido em março de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-

Enquanto isso, avolumava-se o aparecimento de estudos sobre esse impresso. Quase todos, porém, à revelia de suas *instabilidades* e aos diversos ambientes de suas emergências na cena pública. Descobri, um pouco mais tarde, que bons trabalhos abordaram pontos expressivos dessas mutações textuais, mas, ainda assim, nenhum deles de forma sistemática com todas as edições. O que se verificava, via de regra, eram investimentos mínimos e marginais, como desvios de seus verdadeiros interesses. De minha parte, devo dizer que não procederei a um inventário das investigações acadêmicas aqui, mas gostaria de sublinhar que minhas inspirações e/ou contrapontos eventuais se encontram, majoritariamente, ao longo dos Capítulos.⁴

No seu conjunto, estes conferem destaque às *configurações* e percursos que converteram Sérgio Buarque de Holanda no historiador de maior prestígio no Brasil do século XX, referência até a atualidade.⁵ A necessidade de se compreender como foi possível a ele atingir esse *status*, forçou-me a avançar sobre o tema, aquém e além de *Raízes do Brasil*. Ingenuidade minha, porém, não prever que suas Bodas de Nogueira, em 2016, resultariam no excelente trabalho de recuperação *genética*, responsável por identificar cada vírgula alterada até a quinta edição (1969) deitando por terra todo o meu levantamento de dados, que já estava cotejando a segunda com a terceira edições (1948 e 1956).⁶ A partir daí, pareciam não restarem mais dúvidas: começou-se a repetir com frequência a ideia de que o livro de 1969 teria sido a última reescrita buarqueana dessa obra. Entretanto, a meu ver – que busca fugir de uma atomização essencialista de Sérgio Buarque –, isso mais parece uma *quase* estabilização.⁷

UFF) e contou com as atiladas arguições das também historiadoras Angela de Castro Gomes (UFF) e Eliana Regina de Freitas Dutra – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No mestrado, apresentei a pesquisa sobre o instante em que o itinerário de Sérgio Buarque nos anos 1950, então historiógrafo do Museu Paulista, cruzou o caminho de Paul Jean Monteil, diretor da Difusão Europeia do Livro (Difel). Com isso, alterava-se igualmente, por completo, meu plano de analisar o período do Estado Novo (1937-1945). Afinal, após descobrir esse contato que lhe permitiu dirigir a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB) e a centralidade deste projeto quando analisava as homenagens póstumas que lhe foram prestadas, passei a me dedicar ao tema. Por isso, detive-me, especialmente, no período de sua coordenação deste empreendimento editorial, publicado entre 1960 e 1972.

⁴ Isso não me impede de registrar dois trabalhos que muito balizaram a minha perspectiva, quais sejam: WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000; & CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Outros lados. Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003. Esses professores estiveram em minha banca de qualificação e reitero os meus agradecimentos.

⁵ Por *configuração* compreendo “o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade de suas ações nas relações que sustentam uns com os outros”. ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 142.

⁶ Refiro-me a HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica (organização: Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas: Mauricio Acuña, Marcelo Diego). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Apesar de certo “prejuízo” que me causou, surpreendi-me em ver as coincidências entre as minhas artesanais comparações das versões com os entendimentos que se encontram em análises inseridas no livro, quanto às grandes mudanças terem sido as de 1936 a 1948, como apontam com acuidade, muito embora Buarque de Holanda tenha se ocupado dessa “obra” anos a fio, se é que chegou a se permitir descansar dela.

⁷ Afinal, mostrando mudanças centrais do texto, já existe um estudo que aponta a ressonância dessas questões em outros livros do autor. Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil & Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2010.

Quase em simultâneo saía, finalmente, um trabalho inteiramente dedicado ao ponto em destaque.⁸ Mas se, no caso anterior ou neste último os objetivos consistem, respectivamente, em mostrar tudo o *que* mudou e devido a *qual apropriação* isso teria ocorrido, buscarei aqui, na medida do possível, apontar os quadros receptivos e, assim, os prováveis *porquês* – no plural – desses reparos. Entretanto, deixando de lado a minudente análise das alterações, volto-me, ao fim e ao cabo, ao realce das plataformas geracionais do país e do exterior em que Buarque de Holanda se posicionou, ao tecer laços com as modernizações historiográficas latino-americanas ao tempo das reformas e estabelecimentos disciplinares no *campo acadêmico*.⁹

A fotografia (Imagem 1) que escolhi para anteceder essa Introdução, a contracapa da primeira edição de *Raízes do Brasil* – raridade com a qual fui presenteado – contém um tipo de detalhe representativo dos vestígios aos quais procurei atentar ao longo da tese.¹⁰ Isso porque, embora eu possa apostar – sem querer ser indelicado – que o livro, quase octogenário à época, custara uma pequena fortuna, o que se vê registrado, a lápis, no canto superior direito da página é um valor bem abaixo de sua cotação atual ou ao tempo do lançamento.

Algo se processara entre aquele momento e os dias de hoje, de modo que defendo ser isto uma pista instigante a qualquer pesquisa interessada no *capital cultural / científico* de determinada obra e autoria junto ao poder de negociação que ela tem para fazer seus lances no desequilibrado jogo social.¹¹ Logo, convém dizer que meu objetivo busca analisar parte da trajetória e das comunidades de leitores de Sérgio Buarque de Holanda, seus relacionamentos pessoais, institucionais e editoriais constituídos por meio dessa *economia de práticas letradas*.¹²

⁸ FELDMAN, Luiz. *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016. Agradeço ao professor Robert Wegner por me ter alertado, na qualificação, sobre a existência desse livro.

⁹ Esta noção converge com o entendimento que vê o *campo* como um “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 20.

¹⁰ Agradeço ao professor Bruno Silva pelo presente, pois foi um amável gesto de companheirismo e generosidade.

¹¹ Há duas espécies básicas de *capital científico*, a saber, o *temporal* (ou político) e do *prestígio* (ou simbólico, que é mais ou menos independente deste primeiro), no interior do *campo* de lutas no qual estão inseridos os agentes (individuais ou coletivos) que traçam táticas e estratégias para melhorarem ou manterem suas posições, mas cujo êxito depende em muito das forças que seus *investimentos* (econômico, social etc.) conseguem mobilizar para lhes garantir largo trânsito nas relações de poder. Quanto ao *capital cultural*, este se desdobra em três estados, a saber: o *incorporado* (seu *habitus* familiar); o *institucionalizado* (os diplomas escolares, os títulos e postos acadêmicos); e o *objetivado* (ou seja, os bens concretos – consubstanciado, no caso de Sérgio Buarque, sobretudo em seus livros) que tendem a reproduzir as mesmas estruturas que os sustentam e, portanto, salvaguardam e/ou melhoram os seus lugares de *distinção*. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Coleção “Estudos” (v. 20). São Paulo: Perspectiva, 2007.

¹² Daí a minha atenção a esse tipo de *detalhe*, bem como aos *paratextos editoriais*, isto é, os espaços que circundam a palavra impressa, zona de transição e “*transação*: lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público, a serviço, bem ou mal compreendido e acabado, de uma melhor acolhida do texto e de uma leitura mais pertinente”, ao menos do ponto de vista de seus responsáveis. GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 10 [grifo do autor]. A forma que escolhi para apresentar o trabalho foi também inspirada no ateliê *Comment rédiger l'introduction d'une thèse?*, ministrado pelo professor Olivier Compagnon, em maio de 2017, no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHAL, Sorbonne Nouvelle).

Com isso, acredito ser possível compreender os processos históricos da *cultura escrita* a que ele esteve envolvido e problematizar os itinerários de sua formação, consolidação e canonização enquanto historiador no Brasil do século XX.¹³ Com efeito, a linha condutora e dominante da narrativa será voltada aos quadros receptivos e às plataformas geracionais que informavam os momentos de lançamento dos livros de sua autoria e, sempre que possível, ao lado da recomposição de cada fortuna crítica que os acompanhou.

Desse modo, longe de fixar uma rigidez cronológica, a pesquisa se concentra nos itinerários buarqueanos entre os anos de 1930, época em que apareceu a sua “obra” de estreia, *Raízes do Brasil*, e a década de 1970, quando novos textos importantes de sua autoria foram publicados. Sem esmiuçar aqui tudo aquilo que o trabalho contém em termos de documentação, recortes e perspectivas, pois nos Capítulos, cada qual a seu modo, busquei explicitar e circunscrever o rumo que tomarão, saliento que, quanto à estrutura, a presente tese está organizada com as seguintes Partes: I – *Por quem os livros são publicados*; II – *Enxergar os mortos com os ouvidos*; & III – *Negociar o clássico e erigir o cânone*.

Na primeira, reúnem-se reflexões acerca de toda a sorte de instabilidades editoriais que recaíram sobre a “obra” de estreia buarqueana, centrado em artigos de caráter mais nitidamente propagandísticos de sua divulgação, anônimos ou não identificados (Capítulo 1); seguindo do debate acerca dos quadros receptivos da comunidade de leitores com algum tipo de assinatura nas resenhas (Capítulo 2); e chegando às configurações nas quais estariam envolvidos o autor e seus críticos dos títulos subsequentes – *Cobra de vido, Monções & Caminhos e fronteiras* (Capítulo 3). Tentei cobrir aqui um período que se estende de 1936 a 1957, aproximadamente, buscando acompanhar a peregrinação buarqueana no país e no exterior, mas cuidando para não cair em reducionismos de certa História Intelectual *stricto sensu*, que encara os documentos, sobretudo impressos, no caso, como se fossem transparências; e também preferindo me desviar do entendimento desses mesmos papéis como artefatos autônomos para estudar o passado.¹⁴

Os Capítulos 4 e 5 compõem a segunda seção que se volta para o processo do concurso de cátedra no qual Sérgio Buarque de Holanda se submeteu, em novembro de 1958, para o

¹³ Por *cultura escrita* entendo um complexo de textos (canônicos, profanos, literários); de suportes mediante os quais estes são postos em circulação, lidos e apropriados; e de relações engendradas por agentes e instituições que os legitimam e os conferem sentido. Cf. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed.UnB, 1994.

¹⁴ Assim, friso que pensei isso, na medida em que as “fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo”. GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 44; e porque penso ser necessário combater certa escrita de História demasiadamente imersa no conteúdo dos impressos, resvalando na crença cega de um “fetichismo do texto autonomizado”. BOURDIEU, op. cit., 2004, p. 19.

ingresso efetivo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), apresentando a tese *Visão do Paraíso*. Esta Parte servirá para refletir sobre a recepção de suas produções intelectuais em uma instância micro, além de atentar ao peso relativo do ocorrido, uma vez que se trata de um elemento considerado definidor de seu itinerário ou, em outras palavras, é visto como um *ato biográfico*.¹⁵

Na terceira e última Parte, dois conjuntos distintos de aspectos se observam. De um lado, o terceiro e último grande quadro receptivo do pensamento buarqueano impresso, em torno das críticas tecidas quando do surgimento da versão comercial da tese de cátedra, em 1959 (Capítulo 6); de outro, o mapeamento dos vínculos intelectuais em que Buarque de Holanda figurou, sendo eles domésticos ou internacionais, enquanto acompanho a palestra que ele proferiu na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1967, pois dessa circunstância ecoam os indícios das transformações sobre a obra, das mudanças na trajetória e da modernização dos estudos históricos latino-americanos (Capítulos 7 e 8).

Fecham o trabalho cinco Apêndices, que são: *A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos; B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos; C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil; D – Principais paratextos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros; & E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*. A função deles na tese é de grande destaque, pois fizeram parte de meu esforço para apresentar um olhar panorâmico tanto sobre a dimensão, por assim dizer, individual dos percursos de Sérgio Buarque (A, B e C), quanto um viés coletivo dos laços que estabeleceu e/ou se viu atado (D e E). Tudo isso para produzir uma História social do conhecimento historiográfico, em particular no último Apêndice, no qual procurei sistematizar um conjunto de dados sobre o grupo de críticos que deu circularidade às reflexões das redes buarqueanas.¹⁶

¹⁵ Estes correspondem a um conjunto de lembranças, opiniões, escritos etc. sobre determinado agente, marcado por imagens harmônicas de sua trajetória e que contam com o recolhimento de seus vestígios para a criação de um lugar destinado à salvaguarda de sua memória, tais como: bibliotecas, museus e/ou arquivos que, não raro, recebem seus nomes, ainda que não se trate de “uma operação consciente”. Cf. GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; & ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, jan./jun. 1996, p. 87. Essa última ressalva sobre não ser, necessariamente, um gesto deliberado, é importante para demarcar distância de trabalhos que, ultimamente, a propósito de Sérgio Buarque de Holanda, passam a ideia de que tudo nele teria um sentido de construção artificial.

¹⁶ O material em Apêndices foi elaborado durante o meu *séjour* em Paris (2017-1), no estágio que realizei junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), sob a coorientação do professor Jean Hébrard, ao qual gostaria de agradecer imensamente pela receptividade sem igual e o aprendizado que mal dimensiono ainda. As trabalhosas listas e tabelas emergiram para acalmar minhas aflições sobre o que era / é importante destacar das comunidades de leitores ou do autor de maior destaque, para não pender a um ponto de vista biográfico tradicional. Daí esse investimento de caráter prosopográfico. Essa direção de pensar quem eram esses intelectuais todos para se aproximar de uma *História social do conhecimento historiográfico*, tinha sido uma indicação do professor Marcus Carvalho, na qualificação.

A propósito dos acervos, destaco: o Fundo SBH / Siarq-UNICAMP; as Fundações Biblioteca Nacional (FBN) e Casa de Rui Barbosa (FCRB); o Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) e os Arquivos da *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* (BBM) / USP; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); os Archives de l'*Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO); e a Bibliothèque nationale de France (BnF).

Por fim, enfatizo que esta tese visa apresentar um conjunto de quadros receptivos que parecem quase já soterrados, integrantes de um mundo que não é mais o nosso, mas que, a meu ver, sintetizam o que foi / é o cânone Sérgio Buarque de Holanda. Se insisto em chamá-lo de intelectual de modo abrangente, é porque a ideia consiste em investigar, primeiro, como os leitores o classificaram. Essa metodologia que parece esquivada busca ser, em realidade, cautelosa, para não acentuar configurações nas quais o termo historiador ainda não o definia.¹⁷ Neste sentido, o esforço aqui foi igualmente o de mapear a geografia de circulação das imagens sobrepostas das identidades buarqueanas e as suas perspectivas acerca do passado.

Post-scriptum – Anjos de Portugal, demônios da França e danação brasileira

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda sublinhou mais claramente a ideia de que, na arte do realismo medieval lusitano, as criaturas celestes pareciam renunciar ao voo, dando preferência a um caminhar sobre nuvens. Em *Raízes do Brasil*, desde 1936, ele abordara timidamente o tema. No Museu d'Orsay, tive a oportunidade de ficar maravilhado com a bela *La Porte de l'Enfer* (1917), de Auguste Rodin (ou seria o público que torna algo encantador?). Enquanto admirava a escultura de longe tinha a impressão de que precisava me aproximar. Quando lá estava, face a face, o sentimento era inverso e eu voltava a me afastar. Penso que, com Sérgio Buarque e os leitores de sua obra, agi um pouco assim. Espero que tenha dado certo.

A noção de *historiografia* acompanha a ideia que a concebe como fruto de uma *operação* que conjuga o espaço de produção (econômico, social, político, cultural), o *modus operandi* e a gênese de textos cuja topografia de interesses é, via de regra, silenciada. Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Juntando as duas questões, pode-se prosseguir com análises segundo as quais a reconstrução da superfície social não deve “reduzir as condutas a comportamentos-tipo”, mas auxiliar na interpretação das “vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”, sobretudo quando não se isola o indivíduo em destaque. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 176.

¹⁷ Esta reflexão busca evitar o “alto grau de imprecisão em distinguir entre aquilo que parece importante para o pesquisador, com base na escala de valores de seu próprio tempo, especialmente em função de seus próprios ideais, e aquilo que é importante no contexto da época pesquisada – por exemplo, o que ocupava posição superior ou inferior na escala de valores de quem estava vivo naqueles dias”. ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 53.

PARTE I

Por quem os livros são publicados

Capítulo 1

FUTUROS DE OUTRORA:

Raízes do Brasil no terreno movediço das instabilidades e propagandas

Os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos (Roger Chartier)

Narra-se, com tom jocoso, que Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) gostava de recordar que o livro *Raízes do Brasil* fora encontrado certa vez na seção de Botânica de uma livraria italiana.¹ E embora não seja muito inverossímil imaginá-lo entre os títulos *Species plantarum* (1753), de Carlos Lineu, e *Flora Atlantica* (1798-1799), de René Desfontaines, importa menos o relato em si e mais aquilo que ele contém de involuntário. Este é o motivo pelo qual sua simples presença enquanto memória na produção acadêmica pode se converter em matéria-prima para o historiador. Sobretudo se interessado em reunir pistas que permitam analisar os caminhos da construção canônica, uma vez que, face à precisão geográfica – e independente do grau de ficcionalidade aí existente –, o *causo* em apreço remete, no mínimo e de forma inegável, para meados do século XX.² Afinal de contas, foi só em 1954 – cerca de 18 anos depois de seu lançamento – que a “obra” de estreia buarqueana foi traduzida, pela primeira vez, à língua de Nicolau Maquiavel, e publicada pela Fratelli Bocca Editori.³ À época, tal fato praticamente coincidiu com o regresso do paulista à sua terra natal, após uma segunda estadia demorada que fez na Europa, atuando como professor Visitante na Universidade de Roma.⁴ Portanto, são incontornáveis as perguntas sobre a emergência de certa *distinção* frente a estes indícios. Ou, noutros termos: seria possível seguir o vestígio anedótico para esquadriñar

¹ Entre os trabalhos que mencionam esta circunstância, Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008, p. 119.

² Tentar reproduzir certa “imaginação controlada” a propósito da suposta aventura peninsular de *Raízes do Brasil*, pouco ajudaria. Mas a alusão ao tema da *narrativa histórica* que esta expressão remete, presta-se ao esclarecimento segundo o qual meu emprego do termo *ficcionalidade* se liga antes à ideia de *verossimilhança* – e, portanto, não o vejo como oposto à *verdade* – ao invés de próximo à *mentira* ou ao *simulacro*. Sobre o assunto, Cf. GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*). In: _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

³ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Alle radici del Brasile*. Traduzione a cura di Cesare Rivelli. Collezione “Biblioteca Mondiale Bocca”, Scrittori Brasiliani (v. 4). Milano / Roma: Fratelli Bocca Editori, 1954.

⁴ Sua primeira viagem ao exterior ocorrera em 1929, quando foi correspondente dos *Diários Associados* por mais de um ano, em Berlim, na Alemanha. Sempre que oportuno retornarei aos dados de sua vida, pois as referências ou o silêncio quanto às vicissitudes biográficas buarqueanas integram parte das questões teórico-metodológicas e mesmo da crítica historiográfica que realizo em relação aos estudiosos da matéria. Contudo, para mais detalhes sobre a trajetória em destaque e, em particular, os escritos de sua autoria publicados, Cf. o *Apêndice A – Cronologia bibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

os lugares sociais ocupados pelo escritor, a força e a extensão dos laços por ele mantidos até a data? Isso permitiria reconstruir os tempos nos quais as classificações lançadas sobre suas ideias impressas se estabilizaram e a autoria que constituiu alcançou um maior reconhecimento? Que tipo de embates, negociações e/ou moedas de trocas letradas foram empenhadas nos processos de legitimação?⁵ Toda esta sorte de dúvida compõe parte dos problemas a serem discutidos aqui e, ante o vínculo do “ocorrido” com a década citada, torna-se necessário que a *análise histórica* se imponha.⁶ Através dela, espera-se conectar o estudo dos textos com a investigação das formas que lhes asseguram a existência material, as vias mediante as quais circulam e as práticas de leituras (ou escutas) cujas apropriações os investem de significados e os fazem perpetuar.⁷

1.1. Lacunas incontornáveis, enquadramentos e limites

Todo processo de canonização letrada detém um brilho historicamente intensificado, cujo feixe cintilante ofusca e é capaz, inclusive, de cegar.⁸ Frente ao extraordinário sucesso editorial, hoje consolidado, de *Raízes do Brasil*, os estudiosos tentaram situar o escrito de Sérgio Buarque transformado em livro em seu exato ambiente social, político, econômico e cultural de produção. Entretanto, as alternativas mais ou menos convincentes que por muitos anos domina(ra)m o debate – clássico de nascença, weberiano, fruto do modernismo, gestado na Alemanha e assim por diante – deixaram de lado as mutações que incidiram sobre o “criador” e a “criatura”.⁹ Igno(ra)ram os múltiplos quadros receptivos por que passou o impresso, os

⁵ Este inquérito visa compreender as lutas do *campo intelectual*, especialmente o *acadêmico*, pois estas “dépendent de ce que l’on peut appeler le ‘taux de change’ [...] établi entre les différentes espèces de capital, c’est-à-dire de cela même que ces stratégies visent à conserver ou à transformer (notamment par la défense ou la critique des représentations des différentes espèces de capital et de leur légitimité)”. BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d’État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989, p. 375.

⁶ Compreendo a *análise histórica* como um procedimento que “tem suas próprias especificidades e requisitos, para que o trabalho do historiador se relacionam, antes de tudo, com sua atenção para com o tempo e o espaço, pois o eixo temporal e as coordenadas espaciais são constitutivos de sua análise; com o nexos que estabelece a análise com uma documentação específica – acerca da qual informa o leitor –; e com a hipótese de que o que designamos como *épocas históricas* [...] constituem momentos singulares da existência das sociedades”. SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, brevíário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 23.

⁷ O que significa dizer também que busco debater as “sucessivas modalidades das formas de se ler” e a “nunca separar a compreensão histórica dos escritos de uma descrição morfológica dos objetos que os contêm”. CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014, p. 20.

⁸ Tal poderio integra o núcleo da construção de um cânone e, longe de compreendê-lo como criação literária e/ou artística de qualidades superiores sem que isso não seja também o efeito de *representações* dominantes (porque o fundamento de sua poética é político), concordo quando ele é visto como uma seleção que “segue critérios de conveniência estrutural, como se os fragmentos fossem fonemas de uma frase cujo sentido permanece ininteligível para quem os ouve isoladamente”. Daí a necessidade de inseri-lo em suas redes, pois a sua força é tanto mais eficaz quando menos conscientizada. KOTHE, Flávio Rene. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: Ed.UnB, 1997, p. 108.

⁹ Entre esses trabalhos, destaco: CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil* (prefácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969; MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos*

diferentes *status* e valores agregados pelas casas editoriais e coleções por onde ele transitou, bem como, por consequência, o universo heterogêneo de sua(s) *comunidade(s) de leitores*.¹⁰

Por isso, ainda que buscassem historiar cada época da referida publicação – e nos dias atuais são muitas as pesquisas nesta linha, embora majoritariamente tributárias de um viés “contextual” –, pouco se fez para produzir um inventário crítico das instabilidades que pesam sobre suas páginas.¹¹ Neste sentido, nada surpreende o frequente e indiscriminado uso, entre vários intérpretes, de quaisquer edições como se fossem a mesma. Ou então a ausência de uma devassa profunda nas camadas arquivísticas que circundam o livro de 1936 e suas versões sucessoras, a despeito de isto ser abundantemente anunciado como objeto de estudo.¹²

De forma adicional, é comum verificar as largas utilizações de categorias como *obra* e *autor*. A naturalidade com que elas são empregadas para se referir só aos livros em si e a um certo “eu” buarqueano como totalidades coerentes e acabadas desde *e* para todo o sempre, impressiona. E isso menos por suas fartas presenças em artigos, dissertações e teses acadêmicas e mais pela falta de questionamentos basilares aos méritos que, queiram ou não, evocam. Mal se pergunta se à primeira suposta unidade corresponderia a tudo escrito por alguém ou só uma parte? O limite estaria no que foi publicado ou se inclui aí os originais e os rascunhos? E os herdeiros intelectuais, leitores, ex-alunos etc. entrariam no sentido *lato* da expressão por se apropriarem e ajudarem a perpetuar determinados pensamentos ao lado das instituições voltadas à cultura e/ou educacionais que, por excelência, tendem a desempenhar esse papel?¹³

em *Raízes do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1996; CASTRO, Conrado Pires de. *Com tradições e contradições*: contribuição ao estudo das raízes modernistas no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). UNICAMP, Campinas, 2002; & DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Locus*: revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 145-159, jan./jun. 2006. Quando necessários e pertinentes às discussões, os retomarei, assim como outros estudos.

¹⁰ Atentar à *comunidade de leitores* consiste em observar as formas por meio das quais determinados textos são recebidos e podem ter seus sentidos alterados / reelaborados pelas diferentes apropriações que se manifestam nas práticas desse exercício criativo – hoje predominantemente silencioso devido à tendência de ser feito com os olhos – que é a leitura. Cf. FISH, Stanley *apud* CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed.UnB, 1994, p. 27.

¹¹ As melhores exceções são: ROCHA, João Cezar de Castro. O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados *ou* Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008; FELDMAN, Luiz. *Clássico por amadurecimento*: estudos sobre *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016; & HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica (organização: Pedro Meira Monteiro, Lília Moritz Schwartz; estabelecimento de texto e notas: Mauricio Acuña, Marcelo Diego). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

¹² Entre os casos recentes, Cf. SANCHES, Dalton. *Entre “formas hesitantes e bastardas”*: ensaísmo, modernismo e escrita da história em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mariana, 2013. Este trabalho se propõe a avaliar o ensaísmo e suas modalidades discursivas no livro em destaque, através da tentativa de cotejo entre a versão *princeps* e as de 1948 e 1956, para mapear a prática historiográfica do país até os anos 1950. Contudo, só parcialmente atinge seu objetivo, pois, embora busque a *historicidade* desses processos, repousa de forma exclusiva na “recente fortuna crítica” (p. 17), mobilizando duas dúzias de *buarcólogos* sem acionar a leitura coetânea ao surgimento do impresso (usa só uma resenha da época) e toma o texto em si para discutir o que chama de sua “relativa autonomia” (p. 44).

¹³ Registrei estes questionamentos e os problemas de pesquisa na disciplina *Intelectuais, práticas letradas e*

De outro lado, são desconhecidas, no caso em apreço, interrogações cuja prioridade consiste em discutir de maneira sistemática a importância da publicação do título de estreia do escritor no formato de livro, como meio que lhe assegurou o estatuto da autoria. Abdica-se de todo um debate sobre a dupla condição de *dependente e reprimido*, que deixa marcas profundas em suas *identidades gráficas* e, ainda, parece inexistir dúvidas quanto às instabilidades que também atingem a emergência do nome próprio como princípio fundamental da determinação dos escritos.¹⁴ Afinal, como Sérgio Buarque de Holanda tornou-se Sérgio Buarque de Holanda?

Evidente que um desenlace satisfatório a este questionamento é impossível, pois é comparável à tentativa de dizer quem ele foi. Mas, considerando que o trabalho do historiador se liga à busca da verdade – sempre transitória, vale dizer –, ou em sua manutenção no horizonte investigativo, proponho me valer de *perguntas gerais* com o fito de me aproximar desta elementaridade, cuja entrada em cena é forçada pelas críticas aos ofícios de Clio produzidas em reflexões da pós-modernidade. Para estas últimas, não haveria diferenças formais nos legados de historiadores e literatos (leia-se: a narrativa), posto que ambos beberiam da realidade sem jamais atingi-la por completo.¹⁵ E, ao adotar o raciocínio supracitado para demarcar distância – e diria mesmo oposição aos adeptos da meta-história –, uma delas pode ser elaborada da seguinte forma: como, do ponto de vista do reconhecimento, os escritores se convertem em autores, são classificados e quais os meios que mobilizam para se darem a ler?

Neste gesto, é inevitável que se atente à paulatina autonomização do *campo intelectual* em simultâneo ao alcance de certo *status* por uma parcela dos produtores de bens simbólicos que, no Brasil, deu a largada para se especializar exatamente a partir dos anos 1930.¹⁶ Reside

projetos editoriais (2012-2), da professora Giselle Martins Venancio, e, em particular, na aula em que foi debatida a seguinte referência: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Editora Passagens, 1992.

¹⁴ Embora alusivas a outro regime tipográfico, são válidas as observações de Roger Chartier sobre a dupla condição do autor, que é “Dependente: ele não é o mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiros-editores ou operários da impressão), nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, delimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita”. CHARTIER, op. cit., 1994, p. 35-36.

¹⁵ No curso ministrado por Giovanni Levi (2013-2), discutimos que um dos atuais objetivos da História deveria ser o combate às ameaças das avaliações pós-modernas. Através de uma analogia entre o deus do Judaísmo e a verdade (parcial) dos historiadores, Levi – que é judeu – disse que nos dois casos se reconhece tratar de algo inatingível no todo, incompreensível à condição humana e/ou face à distância temporal dos mundos pretéritos. Mas que, não sendo inexistentes para uns e outros, conviria buscá-los de forma incansável. E, ao distinguir as narrativas históricas das literárias, afirmou que, se é impossível saber quem foi, por exemplo, Felipe II, pode-se ao menos escrever muitos trabalhos sobre ele, ao passo que *Guerra e paz*, de Liev Tolstói, é único e irreproduzível. Daí também a sua formulação original da História como a ciência das perguntas gerais e das respostas particulares.

¹⁶ Mesmo espreado por toda a tese, realçarei o tema do *campo intelectual* na Parte III. Cabe dizer, por ora, que no caso do espaço universitário, esses processos de especialização (a despeito do estabelecimento acadêmico das disciplinas em distintas épocas) se vincularam à emergência de instituições como a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP / SP), em 1933; a Universidade de São Paulo (USP), em 1934; e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Cf. o estudo basilar de: MICELI, Sérgio (org.).

neste ponto o fato segundo o qual a observância da *resposta particular* representada por Buarque de Holanda à questão acima, será tão melhor compreendida se iluminada em cotejo com as redes que o (re)configuraram e aos impressos por ele assinados no interior dos projetos editoriais ou nas distintas comunidades de leitores que, por vezes, eram as mesmas instâncias.

Porém, diante da enorme dificuldade que significaria falar de toda a sua *obra* – inclusive pela indeterminação e maleabilidade que este termo suscita –, alguns enquadramentos se impõem, sendo possível se deter ao menos em sua expressão como livros. Mas também aí a tarefa seria excessiva sob dois ângulos complementares. De um lado, se não há uma grande quantidade de publicações neste formato, pois se observa a atribuição exclusiva de seu nome como a autoria apenas em 7 títulos, esses são escritos, no entanto, que desencadeiam uma série de sucessivas leituras.¹⁷ Sem considerar, é claro, os impressos didáticos; as coautorias e/ou organizações de volumes; as traduções que fez ou que foram realizadas de seus trabalhos; aqueles textos mais conhecidos na condição de prefácios; bem como os póstumos.¹⁸

De outro, há a tensão constante entre preferir uma análise interna ou externa e, caso opte pela primeira, convém logo inquirir: como se daria conta eficazmente – em termos qualitativos – dessas 7 formas gravadas em papel que, até hoje, desafiam os intérpretes, tanto pela profusão incalculável de estudos dedicados a elas, cujo exemplo máximo é *Raízes do Brasil*, quanto pelo descompasso gritante de pesquisas que pesam sobre este livro se comparado aos demais?¹⁹

Tal escolha não é simples, mas requer uma saída, mesmo temporária. Assim, partindo dos documentos da subsérie *Resenhas* – que, por si só, já impõe um recorte –, proponho aqui um trânsito entre as esferas intra/extratextuais, na medida do possível e, sobretudo, quando o

História das ciências sociais no Brasil (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

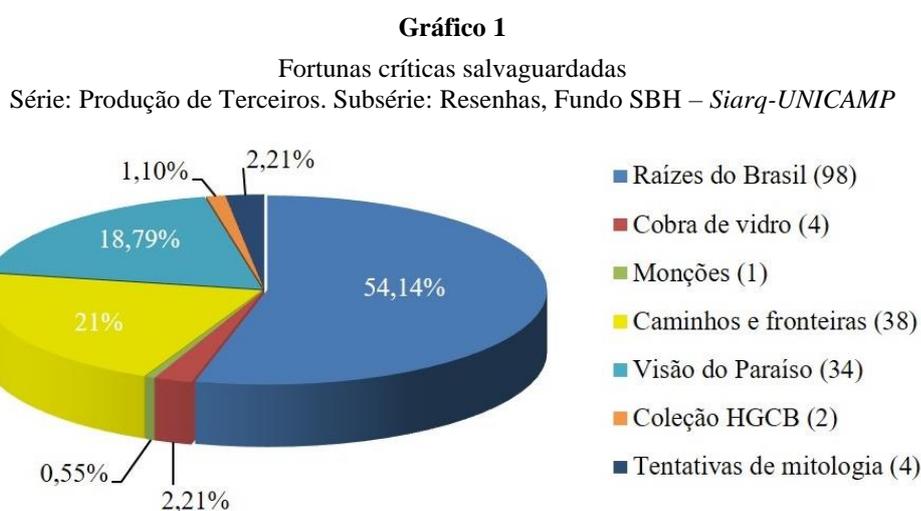
¹⁷ Estes são os seguintes: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936; _____. *Cobra de vidro*. Coleção “Mosaico” (v. 5). São Paulo: Martins Editora, 1944; _____. *Monções*. Coleção “Estudos Brasileiros” (v. 3). Rio de Janeiro: Casa Estudante do Brasil, 1945; _____. *Caminhos e fronteiras*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 89). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957; _____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 107). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959; _____. *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Do Império à República (v. 5). São Paulo: Difel, 1972; & _____. *Tentativas de mitologia*. Coleção “Debates” (v. 161). São Paulo: Perspectiva, 1979. Comparado a Pedro Calmon, seu contemporâneo que publicou mais de 70 títulos diferentes em vida, isso era pouco. Agradeço à Nayara Vale por fornecer este dado da importante tese sobre este intelectual que ela também finaliza sob a orientação da professora Giselle Venancio.

¹⁸ Sobre os títulos que vão dos didáticos aos póstumos, Cf. os *Apêndices A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos; & D – Principais prefácios, introduções e paratextos afins de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros*.

¹⁹ A despeito da presença de um lento êxito no itinerário do volume inaugural da coleção *Documentos Brasileiros* – como pretendo esmiuçar ao longo do trabalho, especialmente aqui, na Parte I – são as várias edições-versões deste livro que se tornaram os eixos de referências básicas quando o assunto em pauta é Sérgio Buarque de Holanda. Especialmente porque, em simultâneo ao alcance de certa estabilidade autoral e prestígio no campo (só na última década e meia questionada com o apontamento das mudanças intratextuais), pode-se notar o crescimento exponencial de traduções, reedições, reimpressões e comemorações em torno da “obra” de estreia, visibilidade esta que, talvez, justifique um pouco a obsessão acadêmica recaída sobre *Raízes do Brasil*.

método se revelar pertinente ao debate, emergindo do conjunto documental pelas perguntas a serem feitas ou dos detalhes de registros isolados. Portanto, o cotejo dos traços gerais com as particularidades – e não a preferência por uma ou outra escala – será a minha pedra-de-toque.

Com isso, buscarei analisar a camada da recepção inscrita nessa amostra de leituras, produzidas a partir dos olhares lançados sobre os impressos buarqueanos de autoria individual e que foram contemporâneos aos seus lançamentos originais. Situada na série *Produção de Terceiros* do Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH), do *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)*, os papéis do estrato de notas e artigos veiculados à época estão distribuídos conforme o esquema abaixo:



À verificação dos números convém logo juntar um novo dado: os 181 textos sinalizados na somatória do gráfico, advém de 104 registros documentais, publicados entre 1936 e 1981. Entre as muitas relações passíveis de se estabelecer a partir destes números, duas chamam especial atenção: inicialmente o fato de os títulos *Raízes do Brasil*, *Caminhos e fronteiras* & *Visão do Paraíso* abarcarem 93,93% de toda comunidade de leitores em apreço – com destaque para o primeiro, claro –, a demarcar uma enorme distância face ao outro conjunto de impressos.

No caso de *Raízes do Brasil* (54,14%), pode-se afirmar por ora que o fator é explicável pelas razões já apontadas nestas páginas, mas antes por corresponder ao título “de estreia” buarqueano ao invés de se fundamentar na sua longa e profusa vida editorial. Afinal, se assumido tal ponto de vista, o desequilíbrio chegaria a ser irrisório proporcionalmente falando. Isso porque, até 1981 (período limite de surgimento dos textos da subsérie), o impresso atingiu 14 edições-versões. Sendo 13 pela Livraria José Olympio Editora (LJOE), que o lançou como o volume de abertura da coleção *Documentos Brasileiros*, uma delas coeditada com o Instituto Nacional do Livro (INL); e uma da qual se encarregou a Editora da Universidade de Brasília (Ed.UnB). Além disso, neste tempo de quase meio século, houve 4 traduções em 3 línguas

(italiano, espanhol e duas, distintas, em japonês). Situação diversa se verifica nos títulos restantes, que, quando muito, chegariam nesse período à terceira edição. Logo, considerando as 18 edições de *Raízes do Brasil* (14 em português e 4 em outros idiomas), tem-se, em média, 5,4 críticas para cada publicação, pois mesmo excepcionalmente as resenhas também se referiram às impressões estrangeiras. Por este viés, a distribuição se revelaria mais equânime.²⁰

Mas a verdade é que, no interior da subsérie, as resenhas se dividem de maneira diversa: 78 delas se referem ao lançamento, de 1936 (79,60% do total de 98); 1 trata da edição-versão de 1948 (1,02%); 3 destacam a tradução italiana, de 1954 (3,06%); 5 a terceira versão, de 1956 (5,10%); também apenas 5 àquela que se tornaria a mais célebre e estável, de 1969 (5,10%); 4 voltam-se para a de 1971, coeditada pela LJOE e o INL (4,08%); 1 sobre a nona edição, comemorativa dos quarenta anos do livro e da coleção, de 1976 (1,02%) – quando saiu, aliás, a décima edição; e, por fim, 1 acerca da décima segunda edição, de 1978 (1,02%).²¹

Assim, ao me embasar nos parâmetros temporais da subsérie, ou seja, 1936-1981, e, junto deles, nas 18 vezes em que *Raízes do Brasil* (re)surgiu, constatei a inexistência de resenhas salvaguardadas nos casos das edições-versões de 1963 (4ª, que apareceu pela Ed.UnB), bem como àquelas de 1973 (7ª), de 1975 (8ª), a segunda de 1976 (10ª), a de 1977 (11ª), a de 1979 (13ª), a de 1981 (14ª) ou para as traduções mexicano-argentina e japonesas.

Quanto aos impressos de *Caminhos e fronteiras* (21% dos 181 textos) e *Visão do Paraíso* (18,79%), terão suas especificidades apontadas em momento oportuno, mas vale o registro preliminar de que o primeiro foi aclamado por uma comunidade de leitores ainda um tanto difusa, até mesmo devido à premiação recebida em 1957; e o último correspondeu à pesquisa que, embora acessível ao grande público só em 1959, surgira um ano antes para sua defesa como tese de cátedra e ingresso definitivo de Sérgio Buarque, como docente, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP).²²

Portanto, ainda que marcada pela consideração integral dos componentes da subsérie, face à representatividade assumida por estes três estudos buarqueanos no conjunto documental, seria despropositado não tomar as 170 resenhas congregadas em torno deles como o ponto de partida para as análises relativas às três comunidades de leitores. Residirá aí o seu núcleo e, tratando-as globalmente, procurarei caracterizar as tradições críticas que representaram.

²⁰ Para acompanhar um quadro dos 7 títulos aos quais me referi na nota 17, com suas edições e traduções, Cf. o *Apêndice B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos*.

²¹ Mesmo figurando no *Apêndice B*, por se tratar do livro mais (re)editado, reimpresso e traduzido, optei por produzir uma tabela à parte. Cf., portanto, o *Apêndice C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*.

²² No caso da fortuna crítica de *Caminhos e fronteiras*, toda ela referente à edição de 1957, será tratada no Capítulo 3. Já as resenhas sobre *Visão do Paraíso*, por seu turno, remetem-se, sobretudo, ao ano do lançamento, mas também à terceira edição, de 1977, e à sua forma como tese, de 1958. A análise dessas minúcias terá lugar no Capítulo 6.

Já o segundo destaque, dos muitos a que se pode auferir da sistematização dos dados, diz respeito, de um lado, à inexistência de análises exclusivamente dedicadas ao livro *Do Império à República*, apesar de alguns dos volumes da coleção na qual ele se inseria, a História Geral da Civilização Brasileira (HGCB), estarem ali relacionados. E, de outro, à pífia presença dos mesmos (1,10%), a despeito de congregarem, até 1981, 10 títulos, e de corresponderem a um projeto editorial que transformou as posições buarqueanas no mundo universitário, ocupando suas atividades intelectuais ao menos por uma década e meia.²³

Como se vê, a tarefa de escrutinar os papéis da série *Produção de Terceiros* não é fácil. Sua necessidade e urgência, porém, são essenciais para se compreender um pouco melhor a *mágica* do estatuto referencial atribuído a Buarque de Holanda, *pari passu* ao surgimento de uma recepção com tendência positiva crescente em torno dos livros apontados.²⁴ Investigar a dinâmica desta *economia de práticas letradas*, permitirá ver como as instabilidades atingiram as identificações da figura autoral em apreço e quais critérios foram mobilizados para classificá-la, bem como aos seus livros, hoje lançados, quase invariavelmente, aos postos mais altos das letras nacionais, em geral, e historiográficas, em particular.

É claro que não se almeja, com isto, pôr em xeque a validade e a importância deste legado (aqui igualmente reconhecido pelo valor que soma às Ciências Humanas e Sociais e, por este motivo, pesquisado), mas tão só perscrutar as lógicas de seus cálculos. Talvez, assim, parte de certo *enigma* do cânone seja decifrado, para que aspectos da mobilidade intelectual, avanço do campo e *representações* hegemônicas do passado brasileiro venham à tona.²⁵

²³ Ênfase esta falta no conjunto documental, pois a análise recairá sobre os títulos de Sérgio Buarque como autor exclusivo e *Do Império à República* é o único, dos 7, que não figura no Gráfico 1. Em dissertação defendida em 2014, pude aprofundar as ações do paulista como coordenador do empreendimento editorial publicado pela Difusão Europeia do Livro (Difel). Cf. FURTADO, André. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016. Mas se retomarei este tema nos Capítulos 7 e 8, anotando aqui a ausência do volume aludido, é porque ela indica mudanças nos fundamentos das comunidades de leitores não exploradas no mestrado. Trata-se, ainda, de relembrar o vínculo entre as resenhas e as forças sociais implicadas nos gestos de seleções e apagamentos que constituem todo arquivo.

²⁴ Um dos estudos pioneiros a pesquisar as resenhas foi: CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, Campinas, 1997. Muitos anos depois, outros o seguiram. Contudo, sem se afastarem do recorte então fixado, deram vazão só às críticas relativas à(s) *Raízes do Brasil* e, traindo àquela perspectiva nascente, usaram exemplos isolados, generalizando-os como se fossem a íntegra das avaliações contemporâneas ao lançamento do livro. Dialogarei com tais pesquisas, mas a originalidade que anuncio não se limitará à tomada da Subsérie em todo o seu prolongamento. Esta reside, sobretudo, na ideia segundo a qual, para falar em *recepção*, é preciso refletir sobre esquemas de sensibilidades e circuitos interpretativos, sincrônicos e diacrônicos, que pressupõem *agentes* de carne e osso no plural: leitores.

²⁵ Cito a ideia de *representação* por concordar que suas lutas importam tanto quanto as econômicas, “para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”; e porque ela é o instrumento “que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é”. CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002b, p. 16-17 & 20.

Com efeito, de forma inédita em relação ao que já se produziu – atento à análise sobre o *fetichismo do texto autonomizado* e à leviandade que seria tomar os documentos como *janelas escancaradas* –, neste momento inicial me concentrarei nos quadros receptivos das três primeiras versões de *Raízes do Brasil* (1936, 1948 e 1956), da crítica feita na Itália (1954), das edições de *Cobra de vidro* (1944), *Monções* (1945) & *Caminhos e fronteiras* (1957).²⁶ Isso porque, esta última data corresponde ao limite temporal nas cercanias da anedota que abriu o presente Capítulo – inferindo acerca da tradução *Alle radici del Brasile* (Milano / Roma) –, ao período da terceira edição deste livro em português e ao “retorno” de Sérgio Buarque à LJOE.

Então, observando a fixação destes recortes – os anos de 1936 a 1957 –, trata-se de um universo com 127 resenhas (78 para *Raízes do Brasil* de 1936, 1 à de 1948, 5 à de 1956 e 3 à tradução de 1954; 1 para *Cobra de vidro*, de 1944, pois as outras 3 são para a segunda edição do livro, de 1978; 1 para *Monções*, de 1945, que na realidade é um cartaz-propaganda; e 38 para *Caminhos e fronteiras*, pois todas se dedicam ao lançamento deste livro, em 1957) que serão analisadas nesta Parte I da tese. Sobram, portanto, 54 críticas dos 181 textos totais, entre notas e artigos, cujo escrutínio ficará mais vinculado aos debates dos Capítulos 6, 7 e 8.

Eis, portanto, algumas das razões que levam a este vasto inquérito: qual era a natureza das resenhas responsáveis por mencionar as publicações? Que tipo de dados conferiam destaque com frequência? Onde circulavam? Quem e quantos eram os críticos que as assinavam? Tinham proximidade com Sérgio Buarque de Holanda? Se sim, desde quando e por quê? Demonstravam os sucessivos estágios de valores (simbólicos e econômicos) atribuídos às casas editoras ou aos projetos que os imprimiram no formato de livros? Os fortuitos elogios e/ou reclames impactaram sobre as posições do escritor? Este se manifestou? Quais leituras fizeram das edições? Havia pontos em comum? Dissonâncias? E, sobretudo, como esta parcela da obra buarqueana e de sua autoria foi classificada? Os rótulos variaram muito no tempo e no espaço?

As perguntas se multiplicam e poderiam seguir indefinidamente. Elas serão o norte dos horizontes de pesquisa porque úteis à ordenação narrativa e necessárias à transformação destes documentos em “fontes de informação sobre o passado”.²⁷ Tudo em continuidade ao tratamento em conjunto da subsérie, que tenho buscado conferir, mediante a sistematização dos dados aí inscritos e não somente através da mera reprodução, pura e simples, de frases extraídas de seus papéis, apartadas dos circuitos e tradições críticas que integraram e dos quais são indícios.

²⁶ Portanto, as resenhas relativas às outras edições-versões de *Raízes do Brasil*, as de *Visão do Paraíso*, coleção HGCB, *Tentativas de mitologia* etc. terão lugar na Parte III. Quanto às expressões “fetichismo do texto autonomizado”, de Pierre Bourdieu, e “janelas escancaradas”, de Carlo Ginzburg, ver a nota 14 da Introdução.

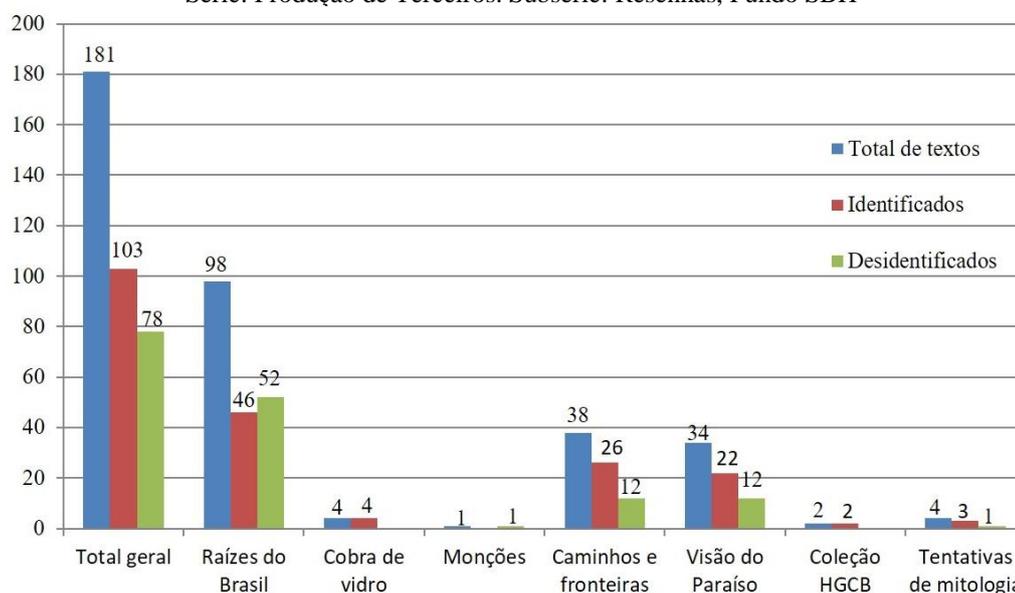
²⁷ LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008, p. 18. Devo ao professor Marcus Vinícius Carvalho a lembrança desta referência.

Nos limites do presente Capítulo, entretanto, por uma questão organizacional e para melhor circunscrever o tema, a análise se direcionará às resenhas de *Raízes do Brasil* de 1936, ou seja, à anunciada soma de 78 textos. Mas antes de passar às suas peculiaridades, outro aspecto deve ser considerado, pois corresponde a um novo enquadramento do objeto de estudo. Isso porque, apesar de revelarem níveis de discussões distintos, qualquer tentativa de abdicar de alguns dos componentes da subsérie tomando como único critério o conteúdo dos debates – ora técnico-*propagandísticos* ora crítico-reflexivos –, estaria fadada ao erro.²⁸

Primeiro porque são nas pistas mais negligenciadas das resenhas onde moram, às vezes, as grandes revelações; e, segundo, pois todas elas – bem ou mal produzidas e/ou direcionadas para este fim –, guardam um inegável caráter difusor dos livros. Daí o intuito de promover um apurado tratamento documental, para mensurar o peso das mensagens que circularam e só então pensá-las como provas de leituras, de modo que a divisão mais apropriada parece ser aquela responsável por separar as críticas anônimas das assinadas. O Gráfico 2 a ilustra:

Gráfico 2

Textos com e sem qualquer identificação de autoria
Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas, Fundo SBH



À medida que o avanço da análise sobre cada um dos títulos e suas fortunas críticas for ocorrendo, a retomada deste segundo gráfico terá grande utilidade. Contudo, é válido frisar, por ora, o caso que aqui interessa detidamente. E, uma vez adotada a “obra” de estreia como recorte privilegiado, é preciso esmiuçar a sua condição. Isso porque, dos 98 textos totais acima

²⁸ A preferência pelo termo *propaganda* – que mobilizei até na denominação deste Capítulo, por conta de seus recortes e, sobretudo, porque voltado a um livro feito na década de 1930 – se liga ao esclarecimento de que, tal como para a difusão de ideias políticas, esta palavra era usada na referência às mercadorias de ordem cultural, sendo “uma categoria de época não intercambiável com a atual noção de publicidade”. SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp / Com-Arte, 2010, p. 187.

ilustrados, 78 (43,09% dos 181) dizem respeito à edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, sendo 34 (43,59% dos 78) aqueles que apresentam algum tipo de registro autoral (nome próprio, sigla ou pseudônimo, mas 4 deles repetidos) e 44 (56,41%) não. Logo, fechando mais o compasso das delimitações deste Capítulo 1, é preciso dizer que me ocuparei aqui exclusivamente com estes últimos impressos de caráter propagandístico e/ou sem identificação de autoria.²⁹

Com tal procedimento almejo inventariar os aspectos gerais, sem perder de vista o imperativo da salvaguarda (pessoal e, depois, institucional) que os preservaram, além das especificidades de cada um de seus detalhes. Sobretudo os de aparente insignificância, quase imperceptíveis – ou que foram desprezados – em investigações precedentes.³⁰

1.2. “À sombra das palmeiras” e do “Ulysses pernambucano”

As 44 resenhas anunciadas para a análise circularam entre 1936 e 1938, por ocasião do lançamento de *Raízes do Brasil*, e chegaram até nós porque coligidas em um Álbum produzido pela irmã do escritor, Cecília Buarque de Holanda, integrando seus 78 artigos. Delas emergem reflexões relativamente extensas e outras, mais curtas, com breves apontamentos saídos na imprensa que, muitas vezes, repetiam as linhas mestras dos discursos e até *ipsis litteris*, circunstância comum à época e cujos motivos exigirão algumas inferências.

Entre as palavras impressas anonimamente, salta aos olhos a tentativa de apresentar a inauguração do empreendimento e as categorias por meio das quais o volume de abertura poderia ser qualificado junto com seu autor. Conferia-se destaque ao lugar editorial ocupado pela estreia buarqueana neste circuito incipiente, a lacuna que ajudava a complementar e os nomes que, prestigiados, impulsionavam a iniciativa. E, enquanto sobram exemplos de rápidas notas difusoras, outros textos teceram duras críticas, feito juízes do gosto, atuando no sentido de avaliar a edição através de um rigoroso arbítrio que acabava por classifica-la.³¹

Porém, longe de me deter em pronunciamentos de relativa homogeneidade nos conteúdos, cabe registrar que, via de regra, a ênfase desses anúncios recaía sobre três principais

²⁹ Neste sentido, tanto as resenhas quanto as edições dos livros terão seus escritos atualizados ao longo da tese às regras vigentes da língua portuguesa, salvo quando suas eventuais diferenças e/ou imprecisões vocabulares remeterem para elementos caros aos debates sobre a consagração intelectual que pretendo desenvolver.

³⁰ Esta é outra distinção que apresento no trabalho, pois ele busca *paradigmas indiciários* aplicados à História do livro, da edição e da leitura, procurando “formas de saber tendencialmente *mudas* [...]”. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b, p. 179.

³¹ Vale frisar que, sobretudo no caso do Rio de Janeiro, Agripino Grieco e Alceu Amoroso Lima (conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athaide) eram os “mais destacados artífices do senso público das décadas de 20 e 30”. ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro: Campos, 1979, p. 68.

aspectos: a marca editorial de progressivo reconhecimento, ou seja, a LJOE; a sua recém-criada coleção que, não por acaso, foi chamada de *Documentos Brasileiros*; e o primeiro coordenador escolhido para dirigi-la, a saber, o pernambucano Gilberto de Mello Freyre.

Do primeiro elemento-chave, é mais ou menos conhecida a sua história, confundida com a do idealizador que lhe emprestou o nome. Paulista de Batatais e segundo de nove irmãos, José Olympio Pereira Filho nasceu em 1902. Muito jovem já trabalhava em uma farmácia local. No ano de 1918, apadrinhado por Altino Arantes – à época seu conterrâneo de maior prestígio e então governante do estado de São Paulo – rumou para a capital com o intuito de estudar Direito (plano não levado adiante) e com um emprego na Casa Garraux assegurado pelo político.³²

Magasin que se fixara desde a segunda metade do século anterior, frequentada pela alta sociedade paulistana, ali, como em tantas de seu gênero, vendia-se de tudo: de joias a bebidas, de manteiga a tijolos e também livros, que não era a sua mercadoria exclusiva, mas ocupava uma porção significativa.³³ Ao iniciar as suas atividades em serviços gerais, o jovem passou ao posto de balconista e, enfim, de gerente, em 1926, com a saída de um antigo funcionário.³⁴

Quatro anos depois, com a morte de Alfredo Pujol – membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), advogado e político – sua biblioteca particular, uma das maiores do Brasil na ocasião, com cerca de 10 mil exemplares e muitas raridades, foi posta à venda. Naquele momento, ao mobilizar a *arte da amizade* e as redes de sociabilidade urdidas no exercício de suas funções, José Olympio reuniu fundos e arrematou o precioso acervo, que lhe permitiu abrir a sua própria livraria, na Rua da Quitanda, 19A, em 29 de novembro de 1931.³⁵

O desenrolar dos acontecimentos, porém, logo revelaria suas ações como distintas dos gestos típicos de livreiros-impressores atuantes no país. Porque não só comercializaria livros,

³² Cf. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985. Este mundo não diferenciado das livrarias-impressoras / editoras e/ou salões era fruto de negócios iniciados predominantemente por franceses, portugueses, alemães, suíços e italianos, com destaque para os três primeiros, que fizeram muito sucesso em fins do oitocentos, respectivamente com os selos da Garnier e Brigueit, Francisco Alves e Laemmert.

³³ Pude debater tais símbolos de certa civilização no curso *Sociabilidades e práticas culturais no Brasil (2012-2)*, ministrado pelas professoras Tânia Bessone e Monique Gonçalves na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Algumas aulas se voltaram a comércios como este de 1863, fundado por Anatolle Garraux, ex-empregado da Garnier, e aos seus fregueses mais assíduos (Oswald e Mário de Andrade, Menotti del Picchia etc.).

³⁴ Como não me proponho ao estudo específico das livrarias/editoras que conviviam neste período ou emergiram depois (a não ser no caso de serem importantes para esclarecer nexos e processo ligados aos agentes eventualmente em destaque, como ocorre agora), saliento que, para maiores detalhes sobre as trajetórias de seus fundadores e/ou proprietários já aludidos ou vindouros, favor conferir as referências que, a respeito deles, têm sido ou serão citadas.

³⁵ Depois desta transação, José Olympio Pereira Filho anexou outros acervos, mas como a clientela de sua Livraria, inicialmente com sede em São Paulo, não diferiu tanto daquela conhecida nos tempos em que atuara na área até se tornar empreendedor do setor (seleta e diminuta, restrita às elites), convinha concorrer à nacionalização dos livros. De tal modo que, a “cada venda de volumes de Pujol, caía um tijolo do *ancien ordre des livres brésiliens*. Essa tarefa já começava a ser realizada pelos primeiros editores que idealizaram as coleções brasileiras” e que, sendo padronizadas “a partir de 1930, por quase todas as editoras que pretenderam fazer um nome, completou o empreendimento de popularização”. SORÁ, op. cit., 2010, p. 74-75. Portanto, talvez aí residam alguns dos motivos que justifiquem, ao menos em parte, a falência da Casa Garraux, concluída ainda nos anos 1930.

mas também colocaria em marcha o plano de publicá-los. Até aí, em aparências, talvez nada muito diferente daquilo que muitos já praticavam. Porém, a real distinção se configuraria no decorrer da década, quando a sua marca se evidenciaria destacadamente como Editor, num processo de diferenciação onde a primazia ao produto nativo teria vez e seria a coleção *Documentos Brasileiros* um dos seus mais ambiciosos desafios.³⁶

Outro traço marcante de José Olympio Pereira Filho, à frente dos negócios, foi a habilidade no estreitamento das relações afetivas, famoso por cultivar a amizade com poderosos da cena política, mas, sobretudo, por tratar bem os escritores que se vinculavam à “Casa”.³⁷ E a coleção aludida foi um dos espaços privilegiados para a tessitura deste tipo de aproximação, cujos lances envolviam, num só tempo, aspectos econômicos e simbólicos, em especial esses últimos, pois muitas dúvidas se mantinham quanto à lucratividade do empreendimento.³⁸

O ícone eleito para representa-la, a palmeira-imperial (ou real), era bem adequado a este mundo de trânsito entre os grandes salões aristocratizantes / aburguesados e de acesso restrito ao universo das letras, para uma abertura democrática aos livros – por mais contraditório que isto possa parecer. Isso porque, ao remeter para os enraizamentos continentais de uma planta das Antilhas, introduzida no país através do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em seus primórdios no século XIX, a imagem delimitava, sim, a terra nobre na qual suas sementes germinaram, mas também servia como metáfora de mudanças. Afinal, valorizava as origens da nação tupiniquim – tingida por cores e contatos mil –, de sorte que a escolha da marca só poderia soar como ideal: sendo estrangeira, era bem brasileira.

Além disso, ao projeto fomentado pela LJOE cabia o plano de devassar arquivos inexplorados, documentos inéditos e papéis empilhados pelo país afora; bem como fatos,

³⁶ Cf. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Em que pesem estudos que têm insistido na especialização das atividades editoriais ainda no século XIX, no Brasil, a autonomia de tais funções, desapegadas de uma livraria ou quaisquer outros tipos de comércios que não a produção de livros, cabe a Monteiro Lobato, cuja “casa” passou a funcionar em 1918, com o lançamento de seu livro *Urupês*. O êxito de vendas deste impresso o levou a se arriscar com novos estreantes (algo incomum à época), primando pelo cuidado gráfico e criando tarefas sem relação com as de natureza livreiras. Isto serviu para firmar, cada vez mais, a figura do editor, cujo ciclo atinge contornos bem mais definidos ao longo dos anos de 1940.

³⁷ Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁸ E isso tinha sua razão de ser, pois, conjunturalmente falando, até a Primeira Grande Guerra (1914-1918) o ritmo da produção de livros no país era diminuto em termos quantitativos, quase limitado a títulos didáticos ou jurídicos (os únicos de boa vendagem). O *boom* da década seguinte não transformaria por completo este estado da arte, porque restrito às capitais e com sistemas de distribuição precários. A “casa” Francisco Alves, no Rio de Janeiro, por exemplo, tinha filiais em São Paulo e Belo Horizonte, porém, a demanda de sua clientela tendia a manter-se fiel à procura por obras estrangeiras, ao passo que a edição em si ficaria, até 1930, condicionada aos circuitos comerciais da livraria sede. O tempo em apreço era de mudanças, mas elas demorariam para uma atividade que requer lucro. Cf. BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história de leitura*. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

personagens, acontecimentos e tradições desconhecidas sobre a realidade histórica, sociológica, filosófica, folclórica, geográfica, literária etc. do Brasil e de sua gente. Pelo menos desta forma se configuraram os objetivos do empreendimento, mas não se pode dizer que o eram desde o princípio. Duas razões, entre tantas, podem ser apontadas para o endosso desta hipótese.

A primeira respeita à evidência já demonstrada por outros, embora não necessariamente para este mesmo fim, segundo a qual, cerca de um mês após inaugurar a Livraria em São Paulo, nos idos de 1931, o primeiro livro que editou não foi nativo. Tratava-se de um elemento alienígena – para usar a palavra do tempo –, a saber: a tradução de *Conhece-te pela psicanálise*, do estadunidense Joseph Ralph.³⁹ E a LJOE só voltaria a publicar no ano seguinte, em 1932.⁴⁰ Este ponto, diga-se de passagem, exige uma breve digressão porque converge com o caminho tomado posteriormente pela *Documentos Brasileiros*, ou seja, valorizar a produção nacional.

Acontece que, ao acionar seu *habitus* do contato aproximado, José Olympio pôs-se a escrever diretamente para Humberto de Campos. Maranhense radicado no Rio de Janeiro e então membro da ABL, ele era visto pela crítica como pré-modernista, mas com prestígio entre o público, visado por muitos devido aos textos saídos em jornais e romances publicados pela inexpressiva Marisa Editora, que não imprimia mais de dois mil exemplares. Ao oferecer cinco mil de tiragem (embora no fim das contas tenha editado três) e pagar dois mil-réis de adiantamento, a LJOE arrebatou o escritor, lançando o livro *Os párias*, em 1933. Tratava-se de um inédito de crônicas que foi um triunfo comercial ao menos até 1938, quando já tinha vendido mais de vinte e duas mil cópias, tornando-se um verdadeiro *best-seller* daquela década.⁴¹

Este dado será importante às comparações futuras e utilizo aqui como exemplo a ser somado na conta de ambições editoriais da marca como uma incógnita para a época. Em outras palavras, vale dizer que era um passo arriscado em um mundo dos possíveis, mas jamais naquele das certezas, que somente vieram à tona e puderam se confirmar *a posteriori*.

De tal modo que o segundo indício tendente a endossar o clima de riscos do investimento da *Documentos Brasileiros*, remete-se ao aparecimento no catálogo e, a bem dizer, a precedência, em 1934, de outra coleção: *Problemas Políticos Contemporâneos*. Esta passara a circular no embalo do relativo êxito alcançado no projeto de um selo concorrente: a *Azul*, produzida por Augusto Frederico Schmidt, lançada com o volume *Brasil errado*, de Martins de

³⁹ Cf. FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2006. Na avaliação deste mesmo estudo, a aposta neste tema específico para traduzir correspondia a uma espécie de filão de grande apelo comercial e sucesso de vendas garantido ao menos até meados do século XX.

⁴⁰ Cf. PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileiras” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI (org.), op. cit., 1989.

⁴¹ SORÁ, op. cit., 2010, p. 82-88.

Almeida. Até onde se sabe, aliás – apesar de sua curta existência, pois manteve-se de outubro de 1932 a junho de 1933, publicando 5 títulos –, foi a primeira do gênero planejada no país.

Ambas imprimiram os pensamentos em torno da nacionalidade, oriundos de posições ideológicas díspares, embora fossem identificadas como espaços para um proselitismo integralista.⁴² Entretanto, o fato de as escolhas de autores e livros terem recaído sobre círculos intelectuais e acontecimentos do momento (como as chamadas revoluções, de 1930, ou Constitucionalista, de 1932), nada autoriza a classificar seus catálogos apressadamente.

E tudo leva a crer que o peso recaía sobre os lugares ocupados e as redes estabelecidas ou prestes a se firmarem. Só os que soubessem fazer os lances naquele xadrez, equilibrando-se nos sucessivos estágios do jogo, tinham ganhos no teatro de operações letradas.⁴³ Numa configuração marcada pela dependência do campo intelectual e por um mercado de bens simbólicos a despontar como pálido devir, quem tinha amigos dispunha de oportunidades.

Posto isto – e pela conveniência do tema supracitado –, convém retornar ao último elemento-chave das 44 resenhas propagandísticas relativas ao título de Sérgio Buarque de Holanda publicado em 1936. O traço em apreço era representado pelo destaque que se reservou ao coordenador da coleção *Documentos Brasileiros*, ou seja: Gilberto Freyre.⁴⁴ Sua proximidade com José Lins do Rego, já escritor de dois romances o qual conheceu em Recife dos anos 1920, foi decisiva para se conectar às editoras sediadas na então capital federal.⁴⁵

⁴² O apontamento do predomínio das ideias totalitárias nos dois projetos é defendido por: HALLEWELL, op. cit., 1985 e endossado por: FRANZINI, op. cit., 2006, p. 83; & PONTES, op. cit., 1989. Contudo, é preciso observar que os escritos de certas lideranças políticas não se restringiam a textos doutrinários, sendo eles uma profusão que iam de contos, passando por poesia até chegar aos discursos racistas e/ou antissemitas. Além disso, a Livraria Schmidt publicou Plínio Salgado, chefe do grupo aludido, mas também Rachel de Queiroz, por anos membro do Partido Comunista do Brasil (PCB). Cf. GUERELLUS, Natália de Santana. *D'O quinze às Três Marias*, de Rachel de Queiroz, e o desafio de ser publicada (1927-1945). In: FURTADO, André; SILVA, Bruno (orgs.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII a XX)* (prelo). Retomarei esses temas no Capítulo 2, no qual explorarei, entre outras, a seguinte referência: CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2016.

⁴³ Neste sentido, José Olympio talvez tenha sido de fato o único a desenvolver o *habitus*, adquirido na Garraux, de um trânsito quase ilimitado no tabuleiro político-cultural das décadas em que se manteve como um dos principais editores do Brasil, atendendo “clientes das mais variadas posições de importância”. SORÁ, op. cit. 2010, p. 78.

⁴⁴ Embora dispense apresentações, nunca é demais lembrar que o pernambucano Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) atuou sobretudo como escritor e professor. Formado nos Estados Unidos da América (EUA) em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais e em Letras, lançou o *Manifesto regionalista* (1926). Com a ascensão de Getúlio Vargas, exilou-se na Europa, indo residir em Portugal, até 1932, quando foi lecionar como professor Visitante na Universidade de Stanford (EUA). Considero estes dados como os mais significativos antes que ele passasse a dirigir o projeto da Livraria José Olympio Editora (LJOE). Para maiores detalhes sobre a sua trajetória, Cf. o nº 28 / 28 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*. Mas se nem sempre esmiúço os itinerários dos agentes é porque poucos nexos fazem na matriz de relações entre as personagens dos eventos narrados.

⁴⁵ Até a emergência de *Raízes do Brasil*, José Lins do Rego (1901-1957), teve publicados *Menino de engenho* (Rio de Janeiro – DF: Andersen, 1932), *Doidinho* (DF: Ariel, 1933), *Banguê & O moleque Ricardo* (DF: José Olympio, 1934 e 1935). Nascido em Pilar (Paraíba), filho de grandes latifundiários, formou-se em Direito (PE). Em 1925 foi nomeado promotor em Manhuçu (MG). Depois foi para Maceió (AL) exercer as funções de fiscal de bancos e de consumo, até 1935, atuando também na imprensa, quando conheceu Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz,

No Rio de Janeiro, aliás, em 3 de julho de 1934 a LJOE tinha concluído sua transferência e inaugurado a sede em um ilustre endereço: a Rua do Ouvidor, 110, ponto central da cidade. Tal gesto, faz-se necessário dizer, é visto como um dos fatores essenciais na curva da trajetória e no projeto de diferenciação editorial da marca. Porque em um só ato deixava a movediça São Paulo um pouco para trás – abatida que estava pelos efeitos do colapso na economia cafeeira com a crise de 1929 e por aquela que viria após a ascensão de Getúlio Vargas, que mergulhou a região num conflito direto com o novo círculo dirigente do país – e rumava em direção aos ares cariocas, cujos ventos concentravam parcela significativa da crítica dos anos 1920 e 1930.⁴⁶

Não fosse a mudança, parecia que a frouxidão momentânea das redes tecidas por José Olympio Pereira Filho nos anos da Garraux o levariam à derrocada. Mas, ao que tudo indica, ele soube “ler” o cenário (ou transitou por espaços informados por tais “códigos”), tornando algumas tomadas de posições que, arriscadas à época, depois se revelaram acertadas. Outro aspecto se ligava às alterações da estrutura comercial e atingiam o gosto do mercado nascente. As instâncias produtivas de todo este quadro se reuniram na chamada região Centro-Sul, que detinha 59% das gráficas e 61% das editoras do país. Sendo que 25% dos lançamentos, até 1937, foram assim divididos: 5% nas mãos de José Olympio; 6% nas da “casa” Globo, de Porto Alegre; e 14% nas da Companhia Editora Nacional, então dominante na cidade de São Paulo.⁴⁷ Este fator, aliás, que deve ter pesado para a mudança de sede da LJOE, em 1934.⁴⁸

Assim, apesar dos deslocamentos, mantinha-se o livro didático como o carro-chefe dos negócios, devido às reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema, implementadas no interior do mesmo governo que contribuiu para a configuração das ideias de crise do setor, porque corroeram uma parcela do poder da elite paulista. Porém, saía um pouco de cena os títulos jurídicos, por razões que ficariam nítidas na década seguinte (apesar de já identificadas na perspectiva história de *Raízes do Brasil*, como se verá), dando espaço aos gêneros de ficção.

Valdemar Cavalcanti etc. Neste ano, nomeado fiscal do imposto de renda, fixou-se na capital do país, onde teve seus livros publicados. A maior parte desses dados está no site da Academia Brasileira de Letras (ABL). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-lins-do-rego/biografia>>. Acesso em: 26 set. 2017.

⁴⁶ Cf., respectivamente, FRANZINI, op. cit., 2006, p. 68; &, sobretudo, SORÁ, op. cit., 2010, p. 151-156. Quanto ao tema dos principais críticos, também conforme esta última referência, encontram-se Gastão Cruels, João Ribeiro, Eloy Pontes, além do próprio empresário Augusto Schmidt. A eles convém juntar os nomes apontados na nota 31.

⁴⁷ MICELI, op. cit., 2001. Ainda conforme este estudo, tais mudanças integraram o processo de “substituição de importações”, alavancado pela recessão que se abateu sobre as economias no fim dos anos 1920, mas dando um impulso à indústria nacional de livros. Afinal, não fazia muito tempo que eles eram adquiridos e produzidos predominantemente no exterior, sobretudo Portugal e França, com tiragens pouco superior a mil exemplares e cujo custeio, muitas vezes, ficava a cargo dos interessados. A exposição, por vezes exaustiva, deste tipo de números, não é gratuita. Respeitam à questão *meridional* da hegemonia dos estados paulista, fluminense e gaúcho (e, numa esfera específica, do Sudeste em si), que aparece nas resenhas propagandísticas como indício de certo *status quo*.

⁴⁸ Observo tais dados longe de pretender realçar uma imagem exclusiva de crise no setor pelo viés político (como quer, muitas vezes, HALLEWELL, op. cit., 1985) a não ser como um elemento entre muitos. Ao contrário, é preciso apontar o crescimento da produção, mas destacando que era concentrado geograficamente e monopolizado.

Desta última seara que emergiu a figura de José Lins do Rego e, com ele, alguns de seus amigos, como Gilberto Freyre. Mas é claro que o prestígio deste último junto à marca LJOE, para dirigir a coleção *Documentos Brasileiros*, não emanou só da conexão paraibana (Rego) vinculada ao “Grupo de Maceió” (Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Valdemar Cavalcanti etc.). Mesmo porque, como ele se tornara bem conhecido, face ao estrondoso sucesso de *Casa-grande & senzala*, lançado no Rio de Janeiro, em 1933, por Maia e Schmidt (outra figura próxima a “Zelins”) e único do catálogo classificado como “antropologia”, é provável que José Olympio já o visasse. De todo modo, é certo que foi o romancista quem os colocou em contato.⁴⁹

E, tal como Freyre conhecera Rego nos anos 1920, a década também teria sido o palco de outros encontros e amizades. O cenário descrito é um café, no bairro carioca do Catete, onde o pernambucano, de passagem pela capital do país, conta que conheceu Alfredo Viana da Rocha Filho (Pixinguinha), Ernesto Joaquim dos Santos (Donga) e Sérgio Buarque, quando, entre outros, varavam noites em rodas de conversas, servindo-se de chopes e do embalo de canções.⁵⁰

Isto pessoalmente, pois, em realidade, já tinham ouvido falar um do outro por meio da revista *Estética*, que o agora estreante de *Raízes do Brasil* tinha editado com Prudente de Moraes, neto, a partir de 1924, como espécie de sucursal carioca do modernismo.⁵¹ O caso envolvia a possibilidade de publicação de um artigo sobre James Joyce por Buarque de Holanda, no periódico que dirigia com Prudente, mas que não se efetuou. Entretanto, o anúncio na quarta-capa do primeiro número teria despertado o interesse de Freyre, que se antecipou com um texto sobre *Ulysses* – o romance mais famoso do irlandês – na imprensa de Recife.⁵²

⁴⁹ As trocas de cartas entre o escritor e o empresário evidenciam o caso. Cf. SORÁ, op. cit., 2010, p. 184. O título em apreço, de Freyre, sustentou a Schmidt até 1939, quando ela foi absorvida por Zélio Valverde, em associação. Para avaliar outros dados sobre a trajetória editorial do livro e o destino social de seu autor, Cf. SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 36, v. 13, p. 121-139, fev. 1998.

⁵⁰ FURTADO, op. cit., 2016, p. 60. Recordo que em minha defesa de mestrado, à qual esta referência remete, a professora Eliana Regina de Freitas Dutra, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), indicou o trabalho de: VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar / Ed.UFRJ, 1995, para eu confrontar relatos como este. Acatando àquela sugestão agora, com calma e – penso – maior proveito, verifiquei que ali se encontra igualmente a fala de Prudente de Moraes, neto, que indicou nomes semelhantes aos de Freyre, mas incluiu Sebastião Cirino e Nelson Alves, e excluiu os de Heitor Villa-Lobos e Luciano Gallet. Convém destacar da mesma forma que, desde 1921, Sérgio Buarque de Holanda vivia no Rio de Janeiro. Cf. o *Apêndice A – Cronologia bibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

⁵¹ Várias pesquisas abordaram esses temas. Cf., entre outros, CASTRO, op. cit., 2002. Mas, como destaquei na Introdução, meu interesse se volta à parcela de sua obra na forma de livros. Por isso, não aprofundarei as questões de sua atividade em periódicos, salvo quando vinculadas com os impressos caros aos assuntos deste trabalho. Contudo, duas observações são necessárias. A primeira é que, provavelmente, os amigos da *Estética* se conheceram no Rio; e, a segunda é que, na ausência de um *campo intelectual* e de um mercado de bens simbólicos firmados, tais veículos eram vetores para *lutas de representações* e certa *acumulação primitiva de capital cultural*.

⁵² O episódio é narrado por: WEGNER, Robert. Da genialidade à poeira dos arquivos. Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1940. In: SENTO-SÉ, João Trajano; PAIVA, Vanilda (orgs.). *Pensamento social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2005. Esclarece-se aí que o artigo de Freyre foi lido pelo paulista (tendo, a partir daí, desistido do seu) e tinha sido enviado por Luís da Câmara Cascudo, cuja missiva sugeria a leitura do texto que mangava da pretensão

Contudo, a despeito de uma aproximação surpreendente pelo nível de disputas, o fato é que cresceria aí uma boa relação. Numa correspondência que endereçaria a Buarque de Holanda após cerca de um decênio, Freyre desejar-lhe-ia felicidade pelo ano novo e contaria sua suspeita quanto ao surgimento do seu livro *Casa-grande & senzala*. Dizia ainda que, se isso estivesse confirmado, “um exemplar o espera[ria] na Livraria em mãos do Augusto Frederico Schmidt ou de seu sócio, o seu Maia” e que ele recebesse “com um grande abraço de seu amigo”. No fecho, com uma intimidade que atesta os encontros na cidade maravilhosa, anotava: “Quando passar pela rua de S. José e vir alguma colegial mais romântica, lembre-se do Gilberto”.⁵³

Neste vai-e-vem incessante de papéis que engendrava todo um circuito letrado pelos correios e, ao endossar a informação de que fora José Lins do Rego o responsável por conectar José Olympio Pereira Filho com Gilberto Freyre, pouco mais de dois anos depois este enviaria uma nova missiva importante aos nexos que aqui se fazem representativos. “Caro JO”, dizia ele e continuava: “em resposta a sua carta de 13 do corrente, tenho o prazer de comunicar-lhe que aceito dirigir a coleção ‘Documentos Brasileiros’ [...]. Concordo com as condições da proposta que v. me fez – quinhentos mil-réis mensais e 2% sobre o preço de capa dos volumes”.⁵⁴

O tom objetivo e respeitoso denotava uma relação restrita ainda à questão profissional, diferente do feliz 1934 enviado ao amigo Sérgio das andanças pelo Rio. A data era o simbólico 13 de maio, como um prenúncio, quem sabe, de outra libertação, mais ou menos fantasiosa como a original e relativa à futura “alforria” dos escritores à miríade de mecenato ou ao berço que se pudesse requerer para garantir seus nomes em impressos de toda sorte. Aceito o convite, logo o coordenador iria impor seus planos sobre o empreendimento, apesar das tentativas do romancista em se manter como intermediário ativo. É o que se observa numa carta de 4 de julho, na qual Freyre responde à sugestão de José Lins para a *Documentos Brasileiros* ser inaugurada com um livro do diplomata Alberto Rangel. Isso lhe pareceu uma boa ideia, mas o volume de abertura deveria “ser o de Sérgio – por ser um estudo inteiro, sério e profundo sobre um só assunto, e por já figurar como o primeiro na introdução que escrevi”,⁵⁵ ou seja, o Prefácio.

dos críticos “cariocas”. Sobre jornais e revistas, já se disse da sua expansão no início do século XX como veículos “não só de notícias, mas de estilos como a crônica e o ensaio, envolvendo textos de conteúdo literário, histórico, antropológico etc.”. GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 47.

⁵³ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 254 – Carta de Gilberto Freyre a SBH felicitando-o pelo Ano Novo. Recife, 13 jan. 1934. as. ileg. 1p. Cp 32 P5. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)*.

⁵⁴ Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. 193. Pasta Correspondência. Carta de Gilberto Freyre a José Olympio, Rio de Janeiro – 26 maio. 1936. *Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)*.

⁵⁵ FREYRE *apud* FRANZINI, op. cit., 2006, p. 105. Ainda nos dizeres deste trabalho, José Olympio Pereira Filho acatou a decisão do diretor do projeto sem demonstrar desconfiança quanto ao êxito de vendas. Explicou, porém, que preferia o próprio texto que Gilberto Freyre vinha escrevendo, *Nordeste*, para abrir a *Documentos Brasileiros*, e que sairia, em 1937, como o 4º volume da série. Neste ano, foi publicado um livro assinado por Alberto Rangel,

Em outubro, era o empresário que lhe escrevia, pedindo informações sobre o andamento dos trabalhos – como quem deixa subentendido toda a liberdade do coordenador, só querendo estar a par dos negócios nos quais investia –, perguntando sobre a viagem a Portugal e se Freyre sondou o padre Serafim Leite a propósito da *História da Companhia de Jesus*.⁵⁶ “O livro do *Sergio*”, continuava, “sairá finalmente no dia 20 do corrente. Vai ficar bonito, v. vai ver. Mande fazer (e mandarei fazer sempre de cada livro) vinte exemplares fora de comércio, sendo dez para a casa e dez para o autor, além dos que ele já tem dos exemplares em papel comum”.⁵⁷

E assim foi. Portanto, da mesma forma segundo a qual quem teria motivado “Graciliano Ramos a ‘ir para a Zé Olympio’ foi Raquel de Queirós [sic], quem aproximou esta e Gilberto Freyre da editora foi José Lins, e assim por diante”.⁵⁸ Face a todo o exposto e, sobretudo o exemplo da preferência pelo escrito de Buarque de Holanda ao de Rangel, é plausível supor que quem o ligou à LJOE foi o coordenador da coleção. Em que pese, aliás, o curto espaço de tempo entre o seu aceite e o lançamento de *Raízes do Brasil* (cerca de cinco meses).⁵⁹

Seja como for – e de volta ao conjunto das linhas mestras observadas nas resenhas –, aquilo que se pode afirmar, com segurança, respeita às suas tentativas de prontamente conferir visibilidade à envergadura que o catálogo prometia, veiculando a informação segundo a qual, depois do volume de abertura, estavam previstos ainda os títulos *Nordeste*, de Freyre – diretor do projeto –, “‘Os tipos étnicos do Brasil’ de Oliveira Vianna, ‘Memórias’ e ‘D. João VI no Brasil’ de Oliveira Lima, ‘Senhor de engenho’ de Júlio Bello, ‘Memórias do almirante Custodio de Melo’ e ‘A unidade brasileira’ de Afonso A. de Mello Franco”.⁶⁰

Nem todos saíram na coleção com os títulos anunciados – a exemplo daquele de Bello, transformado depois em *Memória de um senhor de engenho*, quando se editou, enfim, na

No rolar do tempo, que, muito provavelmente, era aquele indicado por José Lins do Rego para inaugurar a coleção. Embora imaginando que a ideia do “estudo” “do Sérgio” fora aceita sem reservas, um dos primeiros a apontar tais circunstâncias foi: CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Outros lados. Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2003, p. 150.

⁵⁶ Como se sabe, o referido texto não seria editado pelo selo, pois saiu pela Tipografia Porto Médico (Portugal) e, mais tarde, em vários volumes, pelo Instituto Nacional do Livro (INL). Tive a oportunidade de tratar desse assunto e das polêmicas que envolveriam posteriormente a matéria da contribuição religiosa ao passado do país, sobretudo quando foram publicados os livros da já referida coleção HGCB. Cf. FURTADO, op. cit., 2016, p. 144-149.

⁵⁷ Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. 193. Pasta Correspondência. Carta de José Olympio a Gilberto Freyre, Rio de Janeiro – 10 out. 1936. FCRB [grifo meu]. “Sergio” foi escrito sem acento agudo.

⁵⁸ SORÁ, op. cit. 2010, p. 189.

⁵⁹ No transcorrer deste Capítulo e mesmo da Parte I, mediante outros indícios que não só os alusivos à proximidade afetiva que existiu entre o pernambucano e o paulista, prosseguirei na construção do referido argumento.

⁶⁰ 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “*Raízes do Brasil*”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Saliento que a numeração “001” corresponde a uma iniciativa minha, que se orienta pela sequência de aparições dos textos no Álbum e cujo intuito consiste em estabelecer um mínimo de identificação, uma vez que, a exemplo desse primeiro caso, em muitos impressos não há o título do periódico, a autoria e/ou a data de publicação.

condição de décimo primeiro volume, em 1938 – ou sequer seriam publicados em lugar algum – como se deu no caso do texto de Vianna.⁶¹ Ao repetir grande parte dessas referências, houve também quem conferisse ênfase, pela rádio, às traduções vindouras, como *Viagem a S. Paulo*, de Auguste de Saint-Hilaire.⁶² E aqui há um dado interessante: embora se saiba que os escritos do francês seriam repartidos em vários relatos no conjunto de estrangeiros que tiveram seus registros divulgados em língua portuguesa, em especial neste último caso, singular na formação dos catálogos que se iniciava, o livro não foi publicado na *Documentos Brasileiros*.⁶³

Diversas chamadas preferiam enfatizar impressos dos demais empreendimentos do selo LJOE, fazendo com que o estudo de Sérgio Buarque figurasse, por exemplo, entre a segunda edição d’*O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, e a *História da Amazônia*, de Peregrino Junior. Num dos artigos que deu vazão aos dados deste último, há reproduzida uma fotografia de Sérgio Buarque.⁶⁴ Outros textos nem chegavam a tanto, limitando-se a anunciar a publicação numa frase.⁶⁵ Alguns a inseriam até no entremeio da divulgação de lançamentos produzidos por grupos concorrentes, como se deu a respeito da *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, do Conde d’Eu, impressa nos volumes da coleção *Brasiliiana*, da já citada Companhia Nacional, que se dividia em 18 subséries: Antropologia e Demografia; Arqueologia e Pré-História; Biografia; Botânica e Zoologia; Cartas; Direito; Economia; Educação e Instrução; Ensaios; Etnologia; Filologia; Folclore; Geografia; Geologia; História; Medicina e Higiene; Política; & Viagens.⁶⁶

Interessante perceber ainda que, apesar de largamente difundida nos meios de comunicação disponíveis, particularmente em jornais – mesmo nos artigos de nítido traço

⁶¹ Sobre a trajetória deste último e a sua prática letrada de prometer livros que nunca viriam à público, Cf. VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

⁶² 014. “O livro do dia”. *Rádio Difusora*, 3 nov. 1936. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶³ Auguste de Saint-Hilaire teve vários tradutores e foi publicado, sobretudo, nas coleções *Brasiliiana*, da Companhia Editora Nacional; e na *Biblioteca Histórica Brasileira*, da Editora Martins – onde foi incluído o livro em questão, (re)intitulado como *Viagem à Província de S. Paulo* e traduzido por Rubens Borba de Moraes, diretor do projeto –, mas que só surgiria nos anos 1940. Porém, na carta em que José Olympio comunicava Freyre sobre o andamento de *Raízes do Brasil* (nota 57), falou de sua previsão desta “tradução magnífica” de Borba de Moraes e Couto de Barros, o que indica um universo de disputas. Atribui-se ao francês e a este livro, aliás, o primeiro uso da expressão “raça de gigantes” para se referir aos paulistas, popularizada por Alfredo Ellis Júnior.

⁶⁴ Cf., respectivamente, as resenhas: 011. “Registro de livros”. *Monitor Copista*, Campos (RJ), 3 nov. 1936, s/p.; & 017. “Os livros novos da semana”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro (RJ), 8 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶⁵ 018. Sem título. *Diário da Manhã*, Recife (PE), 8 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶⁶ 027. “Bibliografia”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 11 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. A respeito, especificamente, da coleção *Brasiliiana*, Cf. os trabalhos de: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e historiadores na coleção *Brasiliiana*: o presentismo como perspectiva? In: _____ (org.). *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013; & VENANCIO, Giselle Martins. *Brasiliiana segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956-1993)*. In: DUTRA (org.), op. cit., 2013.

propagandístico e só voltados aos livros da marca José Olympio –, nem sempre se conferia destaque exclusivo ao primeiro volume da coleção que *Raízes do Brasil* representava.

Portanto, seria possível dizer que isso equivalia a um melhor aproveitamento do espaço difusor na imprensa, típico dos negócios dessa natureza? Ligava-se às opções dos periódicos, de seus articulistas ou dos responsáveis pela encomenda da nota? Ou talvez se devesse ao vínculo eventual com alguma desconfiança quanto ao êxito da aposta? Por este último motivo que o volume de abertura por vezes figurava em meio a informações de outros nomes e títulos de maior vendagem? Quaisquer que sejam as respostas, na impossibilidade de afirmações conclusivas a respeito dessas perguntas, seus registros se tornam um imperativo de pesquisa.

Pelo sim, pelo não, o fato é que, mesmo diante de todos os riscos e, conforme o recibo assinado por Sérgio Buarque de Holanda (Imagem 2), com a quantidade idêntica de três mil exemplares que conquistara Humberto de Campos – atraído para a Livraria que rompia com a prática tipográfica / impressora corrente de não passar muito de mil – José Olympio lançou *Raízes do Brasil* em outubro de 1936, vendido a dez mil-réis. Mas, bem ao contrário d'*Os párias*, que logo se transformou no primeiro *best-seller* nacional da LJOE, o título de abertura da *Documentos Brasileiros*, como se sabe, levaria muito tempo para se converter em fenômeno comercial. Mesmo assim, cumprindo com suas obrigações que, aliás, distinguiam a marca de suas concorrentes, também naquele mês o escritor paulista recebeu “3:000\$000 (três contos de réis) correspondente aos direitos autorais da primeira edição”⁶⁷ do livro.

Imagem 2

Série: Vida Pessoal. 18 –
Recibo de SBH a José
Olympio Pereira Filho
referente aos direitos
autorais da primeira edição
de “Raízes do Brasil”,
Fundo SBH

Recibo de José Olympio
Pereira Filho a importância
de 3:000\$000
(três contos de réis) cor-
respondente aos direitos
autorais da primeira
edição de meu livro
"Raízes do Brasil", edição
de 3.000 exemplares, sendo 1.000
tirada para a publicação e 2.000
para o mercado.

Rio de Janeiro, 1936

Sérgio Buarque de Holanda

⁶⁷ Cf., para a citação, a referência da Imagem 2; &, para o preço, a *Página de propaganda da LJOE*. FCRB.

Isso representava um adiantamento incomum à época, porque não dependia das vendas (o repasse ocorreu no mês do lançamento), e cujo cálculo, se for cruzado aqui a quantidade de exemplares, seu preço e o valor pago ao estreado, leva à uma aproximação de cerca 10% em direitos. Tal número, porém, embora relativo, serve para se ter uma ideia, pois, do montante, tinha sido retirado cem exemplares, para propaganda, e vinte autografados, em papel especial, fora de mercado – como a correspondência entre o empresário e o coordenador do projeto já evidenciara. Ademais, tratava-se de um excelente começo para alguém que, por muitos anos, ficaria à sombra da palmeira-imperial, símbolo da coleção – que creditou muito prestígio a outros –; não chegaria a ser, com tanta celeridade, um sucesso como foi o livro de Campos; e que igualmente era eclipsado pelo “Ulysses de Pernambuco”, como o poeta Manuel Bandeira apelidara o diretor da iniciativa, pelo êxito retumbante de *Casa-grande & senzala*.⁶⁸

1.3. Deslocamentos “nortistas”, objetividade e (in)conclusões

Como se pôde observar, as incertezas ou baixas expectativas não impediram à LJOE de lançar o título de Sérgio Buarque. Da *Documentos Brasileiros* em si, após referenciarem os volumes seguintes ao de abertura da coleção – apresentados como os impressos prometidos, conforme as informações veiculadas nos periódicos –, as resenhas registravam que eles eram o bastante para lhe assegurar “uma importância nas nossas letras como não a possuem nenhuma das demais coleções”,⁶⁹ porque era toda ela feita de trabalhos “sempre documentados”.⁷⁰

Tributário, em parte – e no entremeio de tantas trocas e inspirações mútuas – de uma herança de matriz historicista, tal como aquela que se construiu ao longo do século XIX nos mais variados pontos da Europa, o culto ao documento escrito como vínculo determinante entre uma dada verdade pretérita e a sua comprovação empírica, era essencial no Brasil.⁷¹ Por isso sua consideração não deve ser ignorada quando emerge na série *Produção de Terceiros*.

Outra característica de relevo sinalizava que o leitor não precisaria mais andar “à caça dos livros raros necessários”,⁷² pois o empreendimento coordenado por Freyre os reuniria. No Prefácio em que este apresentou *Raízes do Brasil* e a coleção, ficou registrado que o projeto

⁶⁸ BANDEIRA *apud* FRANZINI, op. cit., 2006, p. 94.

⁶⁹ 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁰ 035. “Documentos Brasileiros”. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 17, nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷¹ GOMES, op. cit., 2013, p. 122.

⁷² 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

vinha “trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país uma variedade de material, em grande parte ainda virgem”.⁷³ Este era o motivo, aliás, pelo qual “Nenhum estudioso pode[ria] passar sem os elementos que a editora José Olympio começa[va]”⁷⁴ a oferecer.⁷⁵

Afinal de contas, repetia-se com muita frequência as frases do pernambucano naquele escrito, onde se lia que a proposta estava planejada para girar em torno do interesse pelos debates das nossas origens e “formação social, não só do ponto de vista propriamente histórico, como do etnográfico, do folclórico, do antropológico, do sociológico etc.”.⁷⁶

Assim, enquanto alguns artigos alimentavam disputas letradas, havia os que enalteciam o empenho das iniciativas daquela década. Neste caso, frisava-se os esforços das casas editoras para elevar o nível dos debates sobre a terra e a gente, do passado e do presente, que então eram travados no país. Na avaliação corrente, os olhos desses projetos miravam, cada vez mais, o futuro. Tal devir precisava exorcizar os tempos idos, pois eles assombravam o conhecimento acerca das origens do Brasil ou as deixavam, via de regra, em posição inferior. Sintetizando o estado da arte, um dos impressos apontou que tudo isso tinha começado “com Monteiro Lobato, naquela empresa de S. Paulo” e que agora havia se desenvolvido no Rio de Janeiro, em Porto Alegre etc.: uma “porção de editoras, que tornaram mais barato o livro nacional e estrangeiro”.⁷⁷

A menção é interessante por convergir com os dados apresentados e ser cara às 44 resenhas sem identificação de autoria e/ou de caráter propagandístico, pois mais da metade (59,09%) circulou em territórios das regiões Centro-Sul: 13 no Rio de Janeiro (RJ), 4 em São Paulo (SP), 2 em Belo Horizonte (MG), 2 em Porto Alegre (RS), 1 em Campos (RJ), 1 em Santo Anastácio (SP), 1 em Curitiba (PR), 1 em Florianópolis (SC) e 1 em Rio Grande (RS). 9 não tinham localidade e outras 9 foram assim distribuídas: 2 em Recife (PE), 2 em Salvador (BA), 2 em Maceió (AL), 1 em Aracajú (SE), 1 em João Pessoa (PB) e 1 em Fortaleza (CE). Ilustro abaixo (Mapa 1) o domínio carioca (sede da LJOE e parte do coração tipográfico / impressor do país), mas que já denota a expansão sobre o espaço mais tarde conhecido como Nordeste.⁷⁸

⁷³ 051. “Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Hollanda”. *O Tempo*, Rio Grande (RS), 7 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁴ 037. “Dois livros em registro”. *A Federação*, Porto Alegre (RS), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁵ FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: *HOLANDA*, op. cit., 1936.

⁷⁶ 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁷ 037. “Dois livros em registro”. *A Federação*, Porto Alegre (RS), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁸ Isso porque, à época, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estava quase formado, o que se daria no Estado Novo (1937-1945), e a região era conhecida como Norte. Muitos trabalhos já debateram o tema, como: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009. Apesar disso e do estabelecimento do termo ainda na primeira metade do século XX, em meio à consagração

Mapa 1

Geografia da circulação de notícias sobre a edição *princeps* do livro *Raízes do Brasil*
Resenhas sem identificação de autoria e/ou propagandísticas por cidades



Sua territorialidade se daria *pari passu* ao avanço de um conjunto de títulos que, pouco a pouco, firmava-se como símbolo de uma literatura autenticamente nacional e toda ela impressa no país. Nisto pesou, por certo, as ações do “Grupo de Maceió”, mas também – embora num polo que nada buscava de romanesco – na própria coleção *Documentos Brasileiros*. Seu coordenador possuía relações com o círculo “nortista” e *Casa-grande & senzala*, teve, para o bem ou para o mal, enorme repercussão. Chegou a ser, inclusive, difícil classificá-la no catálogo da Schmidt, como indício de tempos que exigiam a emergência de um novo tipo de crítica.

Ademais, no projeto da LJOE a direção do pernambucano primou por estudos que dessem vazão àqueles contornos geográficos, não só porque três dos dezoito volumes que foram impressos sob sua gerência registraram o termo – tais como o de sua própria lavra, *Nordeste*, além de: *O outro Nordeste*, de Djacir de Meneses; e *Morfologia do homem do Nordeste*, de Álvaro Ferraz e Andrade Lima Júnior –, mas também por ter oportunizado a presença de escritores da região entre os editados, a exemplo de Júlio Bello e Olívio Montenegro.⁷⁹

Porém, se estes movimentos pareciam operar deslocamentos importantes, não se pode afiançar a existência de muitas unanimidades em torno da confiança no sucesso do projeto. O

dos romancistas e por ações governamentais como as da Sudene, estudos mais recentes têm apontado para a não hegemonia de sua imagem unitária, face às lutas de representações por identidades regionais através do folclore, em decênios posteriores. Cf. NEGREIROS, Valério Rosa de. *Por uma cultura integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 2016.

⁷⁹ SORÁ, op. cit., 2010, p. 192-193. Nos próximos Capítulos sobre as grandes comunidades de leitores buarqueanas (2, 3 e 6), retomarei o assunto do predomínio Centro-Sul do país na difusão de notícias sobre esses livros. Quanto a Olívio Montenegro, vale frisar que ele fora um dos críticos de *Casa-grande & senzala*.

tema da já mencionada tradução, neste sentido, é um deles. Para uma das resenhas que conferiu destaque aos livros da Companhia Editora Nacional, a sugestão a José Olympio, que passava a trilhar um caminho semelhante, era o cuidado, pois nem todas as coleções tinham sido zelosas, algo visto como imperdoável em um país onde não faltavam “tradutores de primeira ordem”.⁸⁰

Seguindo o raciocínio do Prefácio de *Raízes do Brasil*, houve quem informasse que a nova coleção reuniria “memórias e biografias de figuras que melhor tenham encarnado as fases significativas do desenvolvimento social”.⁸¹ Indo desde relatos de viagens a “estudos brasileiros e [...] edição de manuscritos ainda inéditos, a empoeirarem nas estantes de velhos arquivos”.⁸²

Desde o século XIX que se discutia, no país, a construção de acervos documentais da História como Ciência, com o intuito de conferir sentido a um passado comum, especialmente a partir do Segundo Reinado (1840-1889), quando se avolumaram os esforços do Estado Imperial para o constructo e a preservação de uma memória coletiva.⁸³ “Construída” a nação, era chegado o momento de retornar às estantes que empilhavam as camadas do tempo, para dar-lhes vida. Foi este também, um século mais tarde, o objetivo da coleção iniciada em 1936.

Tudo com o fito, segundo os artigos difusores de seu título de abertura, de discutir as “características do país, suas particularidades de linguagem, de costumes, de vegetação, de produção econômica, de arte popular”.⁸⁴ Sem deixar de fazer menção direta, é claro, à ideia segundo a qual os estudos seriam sempre marcados por uma ampla base documental, cujo tema o coordenador do empreendimento insistia reiteradamente. É possível asseverar que isto se fundava na busca por distinção das demais coleções em voga, a exemplo da mencionada *Azul*, da Livraria Schmidt, ou *Brasiliiana*, da Companhia Editora Nacional. A meta desta última visava reunir um saber sobre as mais diversas áreas do conhecimento, pela reedição de títulos

⁸⁰ 059. “Livros novos”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸¹ 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸² 051. “Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Hollanda”. *O Tempo*, Rio Grande (RS), 7 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸³ A partir deste período se fortaleceram órgãos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, quando se fundou também o Arquivo Público (hoje Arquivo Nacional – AN), que, por sua vez, juntou-se a instituições de salvaguarda documental e artefatos, já existentes nas primeiras décadas do oitocentos, como a Biblioteca e o Museu Nacionais (BN e MN). Algumas dessas instâncias desenvolveram pioneiramente projetos editoriais para divulgação de seus patrimônios. A propósito desses temas, Cf. LOURENÇO, Mariana Simões. *Do acervo ao livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 2014; & AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 2014.

⁸⁴ 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

raros ou publicando trabalhos novos sobre assuntos e problemas nacionais.⁸⁵ Nisso, sob muitos aspectos, elas não diferiam em essência. Mas, à medida em que seus catálogos foram se constituindo, padrões editoriais se impuseram e divisões de gênero acabaram por qualificar os selos ora como mais voltados à literatura, à história e biografias; às traduções e ao romance estrangeiro; ou às temáticas da sociologia e assim por diante.

Observados tais pontos – e antes de analisar o aspecto do embasamento documental que era prometido nos volumes da coleção, pois este debate se prende às classificações lançadas sobre a versão *princeps* de *Raízes do Brasil* e Sérgio Buarque de Holanda – é preciso demonstrar as características centrais da reputação que Gilberto Freyre gozava à época. Descrito como diretor do projeto, as publicações na imprensa – e não só as de natureza estritamente difusora, como se verá – o situavam como diretor incontornável, sob a justificativa segundo a qual “ninguém melhor que o *grande sociólogo* de ‘Casa-grande & senzala’”⁸⁶ para conduzi-la.

Embora se tratasse majoritariamente de apreciações vindas de propagandas, o fato é que o pernambucano reunia um enorme prestígio. À boa vendagem do livro de sua autoria – que já seguia para a segunda edição –, somava-se uma fortuna crítica que, mesmo não consensual, ao menos reconheceu sua posição de vanguarda no tema da miscigenação e como inaugurador de uma era de pesquisas científicas no país.⁸⁷ Houve quem o enxergasse como “extraordinário sociólogo”⁸⁸ cuja direção “provecta”⁸⁹ da *Documentos Brasileiros* garantiria o sucesso, pois o público estava diante do “autor da *Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos, Nordeste*”.⁹⁰

Por si só, a menção aos títulos supracitados apresenta outra possibilidade de inferir sobre o capital simbólico acumulado pelo diretor da coleção, uma vez que foram publicados em curto espaço de tempo (cerca de 4 anos) e em diferentes casas editoriais: a Livraria Schmidt, a

⁸⁵ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. A nação nos livros. A biblioteca ideal na Coleção Brasileira. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar do impresso na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁸⁶ 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁸⁷ É possível acessar parte das resenhas saídas por ocasião do lançamento de *Casa-grande & senzala*, em 1933, e de suas duas edições seguintes, a saber, de 1936 e de 1938 (objeto de disputas editoriais, porque não foi autorizada pelo autor), pois elas foram publicadas como um dos resultados da passagem do cinquentenário do livro. Cf. FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985. Apesar de não atingir posição unânime, Freyre despertou a atenção dos principais críticos, como os já citados Agripino Grieco, Eloy Pontes e João Ribeiro.

⁸⁸ 024. “No mundo dos livros”. *Estado de Sergipe*, Aracajú (SE), 10 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁹ 035. “Documentos Brasileiros”. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 17 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹⁰ 068. “Livros e periódicos”. *Seara Nova* [?], 193[?], s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Apesar de não constar a data de publicação, pela referência ao livro *Nordeste*, que surgiu em 1937, pode-se dizer que este artigo foi impresso ou neste ou ano seguinte, pois tal recorte é a temporalidade limite do conjunto documental que preserva o registro.

Companhia Editora Nacional e a própria LJOE, respectivamente. Tal fator pode ser visto como indício de seu aproveitamento das oportunidades que surgiam no eixo Rio-São Paulo, mas também como sinal da extensão dos laços que teceu e cuja expressividade se fazia sentir na recepção do impresso de 1933, mesmo entre as críticas negativas.

Nestas, os argumentos se ancoravam no recurso às generalizações, recaíam sobre os trechos repetidos de forma excessiva e a respeito da suposta ausência de conclusões, além de apontarem para o problema da linguagem. Isso porque muitos não aprovavam o uso do universo vocabular das camadas sociais até então silenciadas nos compêndios da história nacional e do tratamento à época já entendido como adocicado em relação aos senhores de engenho.⁹¹

Em tudo isso, porém, não existiu convergência de opiniões, não faltando leitores que apreciassem justamente sua narrativa, vendo aí a concessão de voz a homens e mulheres humildes, até então anônimos, fazendo convergir qualidades literárias e rigor científico. Outros destacaram o aspecto da formação do povo, compreendido como propenso à democracia social que, por consequência, levaria o Brasil à de natureza política. Tratava-se, sobretudo – e aqui foram quase uníssonos –, de uma espécie de marco zero no qual o passado da escravidão deixava de ser colocado como responsável por legar uma sub-raça, tropical e inferior.⁹²

Neste sentido, a reabilitação do esforço português se vinculava ao rechaço de discursos que, por vezes, desqualificavam sua contribuição histórica, sob a justificativa de que o atraso do país se devia às suas tradições não protestantes e longe de serem anglo-saxãs. Os Estados Unidos da América era a imagem invertida da sociedade brasileira e exemplo de sucesso na ocupação das terras do Novo Mundo. O estudo de Freyre vinha, portanto, combater parte dessas miragens. E seus comentadores bem notaram o fato de ele ter concluído sua formação nas terras que, originalmente, eram as antigas Treze Colônias, não esquecendo de enaltecer também a vastidão da bibliografia moderna mobilizada no livro e a originalidade de suas fontes.⁹³

Assim, os volumes de uma coleção por ele coordenada não poderiam ser diferentes. Anunciá-los como firmados sempre em bases documentais, associando-os ao nome do diretor do empreendimento, emergia feito credencial distintiva e orientadora dos títulos que a LJOE

⁹¹ A despeito das chamadas com aparente tom de elogio, avaliações como estas se encontram nas seguintes resenhas: GRIECO, Agripino. *Obra vigorosa de ciência e arte*; RIBEIRO, João. *Poderosa poesia e profunda metafísica de uma obra metapolítica*; REALE, Miguel. *Um sociólogo naturalista*; FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Uma obra rabelaisiana*; & PONTES, Eloy. *Uma prosa límpida e inquieta*. In: FONSECA, op. cit., 1985.

⁹² Ressalto esses três destaques, pois eram pautas daqueles decênios que retomarei nos Capítulos 2 e 3.

⁹³ Entre aqueles que receberam positivamente *Casa-grande & senzala* – tecendo as análises acima referidas –, estavam, por exemplo, as resenhas de: CORRÊA, Roberto Alvim. *O Proust da Sociologia*; MONTENEGRO, Olívio. *Não sei de livro que encerre mais conclusões*; SODRÉ, Nelson Werneck. *Descobridor de uma verdadeira visão do Brasil*; LINS, Álvaro. *Livro de ciência e de literatura*; etc. In: FONSECA, op. cit., 1985.

lançaria. E nisto as resenhas não titubearam: o pernambucano era uma “garantia de que o leitor” receberia “livros de real interesse, *estudos objetivos* e sérios da nossa formação social”.⁹⁴

Na condição de voz reconhecida e autorizada, eram as suas falas do Prefácio de *Raízes do Brasil* que pululavam nos artigos difusores do negócio recém-inaugurado. “O característico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta coleção” – registrava um deles – “será a objetividade”.⁹⁵ Logo, o que se lê aí é a recorrente estratégia que, muito embora utilizasse as frases de Gilberto Freyre implicitamente em outros momentos, neste último caso sequer hesitou em dar vazão literal à parte do escrito por ele assinado e impresso em 1936.

Evocando de forma privilegiada as áreas do conhecimento da Sociologia e da História, bem como os verbos interpretar, analisar, explicar, compreender e as ideias das causas, origens, processos e sistemas, as resenhas – e não só as de cunho propagandístico – se inseriam em um universo semântico cujo intuito visava construir as ferramentas, teóricas e metodológicas, para a intelectualidade se dedicar ao estudo da então chamada *realidade brasileira*. Residia aí o núcleo de sua preocupação, de modo que o advento das universidades, em geral, e das faculdades de filosofias – aliadas à expansão dos domínios das humanidades, em particular, com o auxílio de professores estrangeiros –, participaram decisivamente desses movimentos.⁹⁶

Colocar uma parcela da questão nesses termos não significa endossar posturas que se apegam fervorosamente à palavra-chave *influência* para justificar termos utilizados pela inteligência nacional. Que havia um desequilíbrio no acesso às informações, pela própria dependência do embrionário campo editorial e acadêmico do país, não se pode negar. Aqueles homens e mulheres, porém, dominavam outras línguas e eram de um cosmopolitismo de impressionar os que julgam a atualidade um lugar melhor e mais eficaz nas comunicações e viagens. Em pensamentos, manuscritos ou impressos, ou pessoalmente, eles circulavam muito.

Portanto, sem recusar as mil possibilidades em torno dos fatores exóticos ou alienígenas – expressões correntes à época –, mas evitando um realce indevido de sua presença, convém mobilizá-los enquanto trocas letradas e desde que pertinentes às leituras coevas ao lançamento do livro.⁹⁷ Mesmo porque, um exame detalhado do conjunto documental relativo à recepção

⁹⁴ 001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁹⁵ 013. “Raízes do Brasil”. *Correio de São Paulo*, São Paulo (SP), 3 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹⁶ CARVALHO, op. cit., 1997, p. 29-32.

⁹⁷ Inquietos com o manejo indiscriminado de uma palavra de matriz astrológica, alguns setores da História da arte propõem uma digressão contra à ideia de *influência* e, para tanto, sugerem uma dezena de verbos substitutivos (“apropriar-se de, recorrer a, adaptar, [...], comprometer-se com, reagir a, citar” etc.) que tendem a minimizar o viés unidirecional das relações e a inverter os sinais da ação, pois “Quando dizemos que X influenciou Y, de fato parece que estamos dizendo que X fez alguma coisa para Y e não que Y fez alguma coisa para X”. BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 102.

primeira de *Raízes do Brasil*, aponta uma profusão de teses sobrepostas cujos enquadramentos são irredutíveis a classificações dogmáticas, ideológicas, filosóficas etc. muito rígidas.

Quaisquer que fossem os resquícios das correntes de pensamento no fundamento daqueles artigos, a ênfase dos impressos (de propaganda ou não) recaía sobre os títulos nacionais.⁹⁸ E embora a dimensão da crítica seja negligenciada em demasia pelos especialistas em Sérgio Buarque, é ela que confere sentido aos livros – feito espécie de “alma”, garantindo-lhes existência imaterial por meio de sua manutenção ou desaparecimento nas pautas de cada período – e fixa os gêneros para classificá-los. Assim, cabe antecipar que os leitores do volume de estreia da *Documentos Brasileiros* listaram, por exemplo, os nomes de João Capistrano de Abreu, Paulo Prado, José de Alcântara Machado, Francisco de Oliveira Vianna etc.

A propósito da iniciativa, identificavam, junto com seu diretor, os tipos de documento que cresciam em importância entre os novos estudos prometidos na coleção, a exemplo de memórias, autobiografias, correspondências particulares, relatórios de expedições científicas e/ou viagens de estrangeiros, sem excluir os concernentes àquela atualidade. Divulgar toda essa gama de material ajudaria a suprir a carência vigente para um melhor conhecimento do país em sua intimidade, evitando seu amarelecimento ou até perda em arquivos, bibliotecas e cartórios nacionais ou europeus, com destaque para instituições portuguesas, espanholas e holandesas.⁹⁹

Tal gesto lembrava um pouco a atitude *Positivista* que, ao longo de todo o século XIX, visou coligir o maior número possível de dados para só então analisá-los.¹⁰⁰ Seu embate com outra corrente cujo paradigma se firmaria no decorrer do oitocentos, ou seja, o *Historicismo*, é sintomático da dicotomia entre a objetividade e a subjetividade na pesquisa. Adicionalmente, entravam em choque no tocante, de um lado, às questões metodológicas para especificar o *modus operandi* das Ciências Humanas (se a ela caberia *explicar* ou *compreender*) e, de outro, quanto à postura do historiador, inquirindo-se acerca do resultado de seu ofício, para avaliar em que medida a escrita seria marcada pela neutralidade ou por doses de engajamento no tempo.¹⁰¹

⁹⁸ Nisto estou de acordo com a apreciação de FELDMAN, op. cit., 2016, segundo o qual o diálogo buarqueano, em 1936, deu-se com títulos brasileiros antes de ter sido com Max Weber e companhia. Distancio-me dele, porém, face aos meios utilizados para demonstrar a assertiva, uma vez que, ignorando a íntegra da dimensão complexa dos leitores, supervaloriza apenas uma das recepções, o que redundava em equívocos.

⁹⁹ Cf. FREYRE, op. cit., 1936, que cita estes países no encalço da tradição historiográfica que, mesmo em posições periféricas quanto à possibilidade de difusão do conhecimento produzido no Trópico, mantinha-se, como podia, atenta e em diálogo com as discussões de cada período. Não foi diferente com o IHGB, que aproveitou os diplomatas do Império e encaminhou missões para coletar papéis sobre o passado colonial, cujas linhas mestras organizacionais vinham da Europa e, em especial, da Alemanha, como atestam inúmeras pesquisas.

¹⁰⁰ E, ao fazê-lo, buscariam estabelecer leis gerais, acreditando que o pensamento guiado pela razão, sendo tanto o Romantismo quanto o Positivismo herdeiros diretos do chamado século das Luzes, viabilizava o isolamento quase laboratorial dos fatos, podendo o sociólogo arrogar-se ao papel de um super-historiador. Para uma síntese destes debates, Cf. COLLINGWOOD, Robin. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

¹⁰¹ A terceira via reflexiva que emergiu nessa época, o *materialismo histórico*, foi minado em parte devido à força

Seja como for, a objetividade a que se referiam as resenhas propagandísticas de *Raízes do Brasil*, por sua vez, propunha a busca de uma percepção avessa ao olhar romantizado sobre a realidade. Conforme assinalou Freyre na apresentação do projeto, isso poderia se dar com a análise de materiais ainda inéditos, mas desde que mirados sob os mais diversos pontos de vista, tendentes a avaliar o país mesmo que fosse pelo ângulo regional.¹⁰² À parte convinha representar o todo: daí o recurso às generalizações, prontamente criticado entre os leitores de Freyre e os de Buarque de Holanda, sem que isso tivesse grande peso à época.

Produzir uma pesquisa objetiva consistia, portanto, em apreender o objeto de estudo, cercado-o por todos os lados com a mobilização de saberes distintos, mas convergentes no sentido de compreender a vida nacional. Talvez estes motivos figurem entre as razões que levaram o volume inaugural a adotar o ensaísmo, por não requerer algum fecho programático, tampouco o viés de panaceia, ainda que a metáfora do título pudesse sugerir um remédio nativo.

Apesar disso – e aqui há um contraste com os atuais intérpretes, responsáveis por carregar nas tintas quanto à força atribuída aos reclames sobre a ausência de conclusões assim formalizadas em *Raízes do Brasil* –, o que se observa é até um certo elogio a esta suposta ausência. Para alguns de seus agentes difusores, importava mais o registro do fato em si e a sua averiguação como fator de confiabilidade dos dados, para que, em consequência, fosse legado ao público um estudo conduzido pela lógica e exposto com a devida clareza.

Logo, se realizado com método e precisão, o trabalho teria o *status* de “autoridade que não pode[ria] ser discutida”. Ao passo que, sendo esta uma leitura determinante acerca do livro, o ponto final do registro supracitado foi dos mais positivos de uma incipiente propaganda, mas bem orientada para acionar de maneira eficaz os pontos da rede abrangida por seus contatos. Até porque ao impresso em destaque era atribuído o caráter de obra nacional e, enquanto fruto do esforço de um integrante da novíssima inteligência oriunda do modernismo – como algumas notícias deram a ler –, a ela se reservava o qualificativo de “grande realização da nossa cultura”.¹⁰³ Portanto, contribuía para entender as heranças históricas e a realidade do país.

Se existia uma falta flagrante como querem fazer crer alguns comentadores posteriores do livro de 1936 – com ou sem a perspectiva comparativa entre suas diferentes versões –, esta premissa só é válida do ponto de vista do texto em si. Logo, pesa neste tipo de avaliação o seu próprio método restrito à análise interna dos escritos e nada surpreende a insistência nesta

da universidade europeia com positivistas e historicistas, só conseguindo se firmar após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Cf. HOBSBAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

¹⁰² CARVALHO, op. cit., 1997. Mais tarde mostrarei como isto se tornou uma espécie de calcanhar de Aquiles.

¹⁰³ 006. “Nota bibliográfica”. *A Rua*, Rio de Janeiro (RJ), 31 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

reclamação recaída sobre o pensamento impresso de Sérgio Buarque, acusado que foi de não tecer considerações finais em seu livro. Evidente que não se intenta promover com isso uma espécie de defesa da “obra” de estreia e do escritor. Ambos dispensam tal procedimento, apesar da enxurrada de avaliações que visam identificar suas efetivas ou forçadas proximidades – mais ou menos exageradas, pouco ou mal investigadas – com as reflexões conservadoras e de direita dos anos 1930. Neste esforço, chegam até a conectá-lo com supostos ideólogos do Nazismo.

Entretanto, mesmo reconhecendo a inexistência de conclusões como traços literalmente expressos no impresso de 1936 sob a forma de título no sumário ou nos parágrafos derradeiros daquele texto transformado em livro, é desanimador, para dizer o mínimo, ver muitas pesquisas enveredarem por este caminho quando não há *leitores* do momento da publicação em apreço na base de suas investigações.¹⁰⁴ A pluralidade na menção desses agentes em destaque se presta ao esclarecimento de que, sem a sua consideração para confrontar os vários significados atribuídos à edição *princeps* da “obra” de estreia e, só após isso, proceder à caracterização dos elementos comuns e de suas dissonâncias, toda a fala particularizada neste assunto terá o colorido de um erro retumbante e o seu tom será o de uma parcialidade absoluta.

Afinal de contas, a análise da recepção resguarda grande potencial para averiguar os múltiplos e instáveis *espaços legíveis* daqueles passados nos quais o volume de abertura da *Documentos Brasileiros* se inscreveu sincrônica e diacronicamente. A ela se reserva os lugares de certo privilégio na produção de sentidos se se considera a premissa segundo a qual os portadores de suas mensagens são *rebeldes e criativos*, a despeito do conjunto de regras e constrangimentos impostos pela ordem dos livros. Portanto, eles se encontram distantes, aqui, de um entendimento que vê suas apropriações como meras reprodutoras de discursos.¹⁰⁵

Assim, como olvidar as comunidades interpretativas coevas ao volume de abertura da *Documentos Brasileiros*, em benefício de leituras sedimentadas por pesquisas universitárias, não menos legítimas, porém distantes das realidades que informaram àqueles tempos e imersas em outras *topografias de interesses*?¹⁰⁶ Em que pesem os elogios das propagandas e sua crença na possibilidade de reflexões infalíveis do espírito humano, desde que orientadas pela razão, não se pode dispensar as resenhas como meras difusoras de negócios sedentos por um mundo

¹⁰⁴ Debaterei as análises, hoje crescentes, de um Sérgio Buarque conservador e de direita no Capítulo 2. Claro que o fato de os leitores da época não terem identificado, talvez, um conservadorismo em Sérgio Buarque é insuficiente para desconsiderar a existência dessa postura. Mas, ainda assim, seria preciso assentar melhor, então, que tipo de movimento de “conservação” se tratava, pois, certamente, longe estavam dos que conhecemos.

¹⁰⁵ Tais “espaços legíveis” correspondem, desse modo, aos “textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua ‘efetuação’ – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”. CHARTIER, op. cit., 1994, p. 12.

¹⁰⁶ Meu uso da expressão em itálico se inspira nas reflexões de: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 67.

editorial relativamente autônomo, ainda que, neste caso – ao que tudo indica –, estivessem coesas nos festejos ao número de abertura da coleção inaugurada pela marca José Olympio.

E isso pelo fato do universo descortinado por sua materialidade nos periódicos ser mais extenso e complexo do que é permitido ver àqueles que os devassam agora como documentos. As realidades pretéritas que deram vida aos quadros receptivos representam uma experiência fugidia e, se ingênua ou literalmente “lidas”, acabam distantes de análises que as perceba como artigos de propaganda, sim, mas também como partícipes de circunstâncias mediante às quais seus registros se configuraram, num só tempo, como frutos e produtores.¹⁰⁷

Como toda instabilidade que preze por seu significado – e não poderia ser diversa a fortuna crítica do presente caso – houve entendimentos diametralmente opostos quanto ao tema da ausência formal de conclusões em *Raízes do Brasil*. E a contrariedade correspondeu em bem avaliar o livro (face ao mais anunciado que verídico sucesso obtido na ocasião), visto nos círculos intelectuais como grande acontecimento “pela profundidade das suas observações, pela sua copiosa documentação, pela justeza dos conceitos emitidos e das conclusões alcançadas”.¹⁰⁸

Observados esses traços gerais, as resenhas anônimas classificaram o livro e o escritor. Ao debater a formação histórica nacional, uma delas dizia da pujante bibliografia sobre o tema, salientando sua amplitude como propícia ao surgimento de outras investigações. Ademais, anunciava com entusiasmo “uma nova série de ‘Estudos brasileiros’”¹⁰⁹ representado pelo volume e grafava no sobrenome de seu autor duas letras “I”, fazendo constar Hollanda, como aparecia na capa da primeira edição de *Raízes do Brasil* (ver Imagem 3 a seguir).

1.4. O “I” da questão, um impresso e suas traças

Em reflexões semelhantes àquela que deu fim ao trecho anterior – também se tinha empregado a letra “i” ao invés de “y” no sobrenome do diretor da *Documentos Brasileiros* (Freire), muito embora, neste caso – igualmente verificado quando o sobrenome em questão era Olympio – correspondia a uma incidência comparativamente menor. No entanto, essas questões devem ser pensadas na mesma órbita de análises a propósito das instabilidades inerentes à

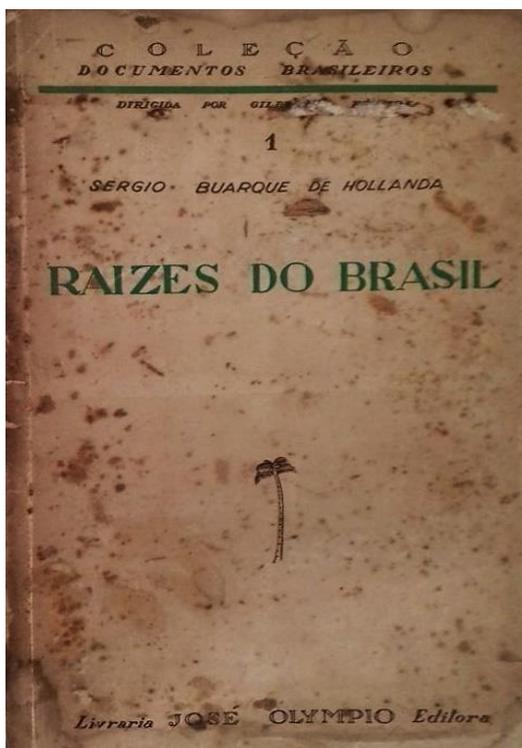
¹⁰⁷ Atentei a este tema um pouco com base no fato de que “toda a questão da propaganda do livro requer exame. Muito se aprenderia sobre as atitudes em relação aos livros e o contexto de sua utilização estudando a maneira como eram apresentados – a estratégia do apelo, os valores invocados pelo discurso empregado”. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 124.

¹⁰⁸ 011. “Registro de livros”. *Monitor Copista*, Campos (RJ), 3 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰⁹ 002. “Letras e artes”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 25 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

autoria em apreço. Buarque de Holanda se deparou com muitas barreiras e, a exemplo de outros, precisou lutar para conquistar seu espaço na estreita arena de disputas letradas. Facilmente reconhecível em uma vitrine de livraria ao menos até a primeira metade do século XX, as capas do selo LJOE vinham sendo produzidas pelo paraibano Tomás Santa Rosa (1909-1956). Seu padrão gráfico, límpido e discreto, se opôs à prática de cores chamativas que caracterizou, sobretudo, os títulos estrangeiros e/ou de literatura editados em território nacional, destinados às leituras efêmeras de um público amplo.¹¹⁰ Distanciava-se também da *Brasiliana*, cujo mapa do país, encimado por estrelas, agia feito guia pedagógico do leitor.¹¹¹

Imagem 3
Capa do livro
Raízes do
Brasil, edição
de 1936



Transformações estéticas à parte, em meio a diversas qualificações, as notas de propaganda chegavam mesmo a chamar aqueles projetos editoriais de “novas diretrizes” e aos seus protagonistas literalmente de “intelectuais” que superavam os precedentes, por entenderem existir neles “um desejo sadio de pesquisar, de inquirir, de explicar *racionalmente* todos os múltiplos problemas que se apresentam aos seus olhos ávidos de conhecimentos”.¹¹²

Imbuídos do conceito moderno de História, consolidado no século XVIII em simultâneo às transformações linguísticas igualmente operadas a propósito da ideia de Revolução, nada

¹¹⁰ Nascido em João Pessoa (PB), chegou ao Rio de Janeiro em 1932 e foi trabalhar com o pintor Candido Portinari (1903-1962). Um ano depois fundou um grupo teatral e, atuando também como ilustrador para Schmidt, passou, então, à casa LJOE. *Santa Rosa*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/santa_rosa>. Acesso em: 30 out. 2017; & SORÁ, op. cit., 2010, p. 291.

¹¹¹ Cf. DUTRA, op. cit., 2013; & VENANCIO, op. cit., 2013.

¹¹² 003. “Publicações”. *Minas Geraes*, Belo Horizonte (MG), 31 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

mais adequado que remeter ao pensamento racional o tipo de estudo tornado possível após o declínio da perspectiva escatológica de tempo. Mesmo não sendo hegemônica esta tese, sequer no espaço europeu, sobretudo francês e germânico, onde teriam florescidas as mudanças conceituais responsáveis por mitigar as visões apocalípticas, era a razão que valia agora.¹¹³

Com esta mirada que Sérgio Buarque de Holanda foi incluído na categoria daqueles que melhor tinham seguido a referida direção. De sorte que o livro era “o resultado de um acurado estudo, de uma paciente pesquisa”.¹¹⁴ Entendiam-no como “conhecido escritor paulista”, cuja juventude o dotava de uma “capacidade tão lúcida e analista, servida por uma sólida cultura, o que lhe faculta[va] a interpretação *lógica* dos motivos”¹¹⁵ analisados. Ora, não concordava isto com o tema da objetividade antes discutido, ainda que imerso em um cipal de referências?

Seja como for, o lançamento de 1936 o colocava, segundo a maioria das propagandas, entre os “mais esclarecidos” intérpretes que honrava “a nossa cultura”.¹¹⁶ Tratava-se de alguém que se revelava, “nos primeiros capítulos do seu livro”, “um arguto pesquisador dos fenômenos formadores da nossa nacionalidade”.¹¹⁷ Visto como “analista perspicaz” e “intelectual paulista”.¹¹⁸ daquelas “inteligências moças do Brasil mais dedicadas às questões de pesquisas e análises do material de nosso passado”,¹¹⁹ que se afirmava na área dos “problemas sociais”.¹²⁰

¹¹³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed.PUC-Rio, 2006, p. 28.

¹¹⁴ 003. “Publicações”. *Minas Geraes*, Belo Horizonte (MG), 31 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁵ 006. “Nota bibliográfica”. *A Rua*, Rio de Janeiro (RJ), 31 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu]. Isso se vincula a um dos problemas fundamentais da epistemologia, há muito discutida no campo e que a História da Ciência tomou para si nos anos 1990, somando à área de Clio as contribuições das escolas filosóficas e sociais, ao evitar as limitações de cada uma delas na relação que estabelecem com seus objetos de estudo, respectivamente apegadas a um pendor idealista e estruturante, tal como nessas últimas, ou presa ao particular, no caso da primeira. Assim, explorou-se a objetividade por temas mais compartilháveis entre os historiadores dos domínios das ciências humanas e naturais, a exemplo dos debates acerca das “condições sociais” e “emoções cognitivas necessárias para o exercício de certos tipos de racionalidade”. IEGELSKI, Francine; ALMEIDA, Tiago Santos. Apresentação: história das ciências, teoria da história, história intelectual. In: DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: Liber Ars, 2017, p. 12. Ainda segundo esta referência, tal circunstância levou à reabilitarem-se os recursos comparativos, face ao elevado nível das especializações. Logo, a partir daí, não se discutiu mais se as operações historiográficas tinham conquistado a possibilidade de dispor de bases epistemológicas. O debate então consistia em saber explorar as “‘múltiplas significações e manifestações da objetividade’ em história” (p. 14).

¹¹⁶ 011. “Registro de livros”. *Monitor Copista*, Campos (RJ), 3 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁷ 015. “Livros novos”. *A Batalha*, Rio de Janeiro (RJ), 5 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁸ Cf., respectivamente: 013. “Raízes do Brasil”. *Correio de São Paulo*, São Paulo (SP), 3 nov. 1936, s/p.; & 022. “Livros novos”. *Diário da Bahia*, Salvador (BA), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁹ 026. “Livros novos”. *A Tarde*, Salvador (BA), 11 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁰ 032. “Livros novos”. *Jornal de Alagoas*, Maceió (AL), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

O pronome que insistia em aparecer, não deve ficar na penumbra. Sua presença é sintomática da busca por tudo que fosse genuinamente nacional.¹²¹ A procura das profundezas do país, sua terra e gente, consubstanciada no termo *nosso(a)s*, converteu-se na expressão máxima das pautas, conceito basilar e sequer desapareceria nos anos subsequentes.¹²² Em uma sociedade que mal completara meio século do término formal da escravidão e pouco absorvia seus descendentes diretos, largados à própria sorte de liberdades precárias e uma ideia ilusória de cidadania, como não se perguntar sobre quais aspectos melhor retratavam o brasileiro?¹²³

O empenho, contudo, era válido e, no caso em apreço, já era possível sentir entre os méritos do volume a revelação de “um novo sociólogo, forte e cultíssimo”,¹²⁴ do qual se poderia esperar muito a propósito do mesmo assunto, bem como no tocante à qualidade estilística e à cultura elevada. Embora grafando seu sobrenome com um “l” só, na forma errônea para a sua identificação autoral do período, a ele se concedeu o tratamento de “brilhante ensaísta”.¹²⁵

Pelo menos este foi o esforço de propaganda do projeto editorial, cujas publicações de teor valorativo contribuíram para semear um pouco o terreno de onde brotariam grande parte da fortuna crítica identificada. Era como se a esses intermediários da recepção efetiva e não necessariamente laudatória coubesse plantar o léxico semântico para o desabrochar das resenhas com algum tipo de assinatura. Mesmo assim, não se pode ignorar as imagens germinadas nos registros dessa natureza, pois elas podem definir traços incontornáveis nos itinerários dos agentes ou, como no caso em apreço, revelar uma miríade de possibilidades.¹²⁶

¹²¹ Nesse tempo, a *realidade brasileira* se tornou uma palavra-chave. Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.

¹²² A respeito da longevidade de uma tópica de pendor ufanista, é interessante observar como, neste mesmo ano de 1936, ao retomar um plano do IHGB, o então Instituto Cayrú – convertido depois em Instituto Nacional do Livro (INL) no período estado-novista – tentou elaborar uma *Enciclopédia*, inspirando-se nos modelos francês e italiano, ao mobilizar diversos intelectuais, décadas a fio, com destaque para Mário de Andrade, mas sem, no entanto, concluí-la. Cf. TAVARES, Mariana Rodrigues. *Um Brasil inapreensível: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 2016.

¹²³ Recordo que em uma das aulas o professor Giovanni Levi atentou para aquilo que, a seu ver, parecia uma espécie de obsessão da historiografia brasileira, um verdadeiro complexo, qual seja: a construção da nacionalidade. Nessas reflexões, contei com os debates da disciplina intitulada *Teoria da história e historiografia: questões de debates contemporâneos* (2013-2), que foi ministrada inicialmente pelas professoras Maria Verónica Secreto e Giselle Venancio (PPGH-UFF), bem como por Andrea Daher (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

¹²⁴ 055. “Panorama. Literatura brasileira. O que se publica”. S/ref., 24 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁵ 067. “Livros”. *O Oeste Paulista*, Santo Anastácio (SP), 11 jul. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Friso que a editora não errou na capa do livro: a grafia, com dois “l”, segue a maior parte dos documentos pessoais do autor, desde a sua Certidão de Nascimento. A adoção de um “l” se estabiliza na obra dele e na crítica em fins de 1950.

¹²⁶ Isso porque “Plus largement, les sanctions positives ou negatives que reçois une œuvre ou une production culturelle peuvent contribuer à redéfinir l’espaces des possibles” quanto à trajetória intelectual, ao estilo narrativo, a direção dos debates etc. SAPIRO, Gisèle. *La sociologie de la littérature*. Paris: La Découverte, 2014, p. 93.

As representações foram muitas: *autor, pesquisador, intelectual, novo sociólogo, ensaísta, intérprete* etc., e não faltou anúncio para caracterizar Buarque de Holanda junto às práticas letradas condizentes com suas atividades a partir de então, ou seja: “crítico literário”.¹²⁷

Assim, enquanto lhe recaía um leque eclético de identificação a conformar certos *futuros de outrora* em suas vicissitudes biográficas e para os quais ele poderia, muito bem, ter rumado com o objetivo de fixar aí a sua existência, Freyre caminhava para alguma estabilidade. Isso porque, no seu caso, pesou uma tendência geral nas descrições que o caracterizavam como *sociólogo*.¹²⁸ Salvo raras exceções, apesar das referências inevitáveis às artes de Clio, se não era difícil atrelar o livro à História, o autor só raramente se identificava como *historiador*, talvez em face dos aspectos por meio dos quais esta área de saber era compreendida naquele momento. No panteão que vigoraria aproximadamente até meados dos anos 1940, por exemplo, estavam títulos de autores mortos e majoritariamente nascidos na segunda metade do oitocentos: Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, José Francisco da Rocha Pombo etc. Para compor essa galeria, os esforços de agentes e instituições se voltavam para a criação de fronteiras entre os estudos históricos, os político-sociais, os filosóficos e os da literatura, muito embora os nomes mais canônicos tivessem desempenhado atividades em diversas esferas. Ali se incluía desde escritos fundados na análise documental, passando por traduções, publicação de materiais para a pesquisa, compêndios escolares e inclusive os ditos romances históricos.¹²⁹

Voltando, porém, à linha mestra das resenhas anônimas, é preciso dizer ainda que a escolha do livro de abertura da *Documentos Brasileiros* era apontada como um acontecimento bastante feliz, especialmente por corresponder a “um estudo sério e elevado”.¹³⁰ Através de elogios a outras publicações de 1936 das autorias de Jorge Amado, Érico Veríssimo, Peregrino Junior etc., respectivamente a propósito de *Mar morto* (LJOE), *Um lugar ao sol* (Globo) e *Histórias da Amazônia* (LJOE), houve uma fala a respeito de Sérgio Buarque. Foi quando o

¹²⁷ 004. Sem título. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 25 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Bem mais tarde, como destacarei no Capítulo 6, ele renegaria o desempenho de tais funções por gosto junto aos rodapés dos jornais.

¹²⁸ Cf. ainda a Imagem 3. Lá as traças do impresso também procederam ao apagamento que se tornaria significativo anos depois, face à saída de Gilberto Freyre da coordenação da *Documentos Brasileiros* e devido ao afastamento de Sérgio Buarque de Holanda de seu pensamento e trajetória.

¹²⁹ GOMES, op. cit., 2013, p. 37-38 etc. Embora este estudo se debruce sobre um período imediatamente posterior ao que aqui se investiga, ou seja, o Estado Novo, as conclusões a que chega quanto aos critérios estabelecidos pelo suplemento literário Autores e Livros, do jornal *A Manhã*, e a revista do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), *Cultura Política*, para construir o quadro dos Imortais nas letras históricas são duplamente representativas. De um lado, interessa-me porque alguns dos nomes empenhados no plano figuravam entre os críticos de *Raízes do Brasil*; e, de outro, para que se possa refletir em que medida esta configuração marcada por vínculos oligárquicos, atuação na imprensa, bacharelado – em Direito, Medicina ou Engenharia –, inexistência de opinião pública e ingresso nos Institutos Históricos e Academias de Letras se alterou.

¹³⁰ 027. “Bibliografia”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 11 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

descreveram como “escritor fácil, ágil, sem nenhum tropeço” e, mais ao fim da análise, tomaram o impresso por ele assinado como uma espécie de “tese interessantíssima das nossas origens, desde a colônia, *estudando aspectos econômicos e raciais* na formação do Brasil”.¹³¹

Entremeado por parágrafos sobre o papel das obras de Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Mello Franco, Monteiro Lobato, José Lins do Rego etc. à cultura nacional, era a vez de se dedicar algumas palavras ao impresso recém-lançado. Por isso, registrou-se que este revelava “uma compreensão lúcida e imparcial dos alicerces humanos e psicológicos do edifício brasileiro”.¹³² Num mesmo tipo de registro, Sérgio Buarque foi lido como exímio pesquisador, quando se disse que ele interpretava com “justeza os fatores de nosso *desenvolvimento* econômico, as causas de nossa *evolução* política e as raízes de nossas *reformas* sociais”, de modo a buscar “as bases do *progresso* brasileiro, afirmando a sua fé nos destinos do Brasil”.¹³³

O uso das expressões grifadas, pareciam revelar o conservadorismo no sentido comtiano do termo e um apego à crença na possibilidade de construir um conhecimento neutro, cuja busca do estabelecimento de uma dada ordem no país jamais recorreria a expedientes revolucionários. Daí o caráter reformista enaltecido. Mas tal associação perde sua força explicativa se se atentar que os positivistas combatiam o gosto literário na escrita científica do qual Freyre foi apontado como inaugurador e Buarque de Holanda não era considerado alguém afastado.¹³⁴

Mediante escritos sobre a peculiaridade do sentimento religioso germinado no Trópico – a exemplo da aversão aos ritos e por gestos que chegavam a estabelecer intimidades com imagens sacras –, houve quem afirmasse que, “aos estudiosos das coisas do Brasil e capazes de distinguir as críticas verdadeiras das impressões pessoais, este livro é[ra] digno de [ser] folheado e apreciado”.¹³⁵ Talvez por esta mesma ordem de fatores, alguns indicavam a necessidade de sua aquisição para bibliotecas ou interessados por tudo aquilo relativo ao país.

Em outro artigo, dando pistas sobre os mecanismos ainda precários de distribuição para divulgar os trabalhos, o autor anônimo salientava que havia recebido alguns títulos da LJOE.

¹³¹ 037. “Dois livros em registro”. *A Federação*, Porto Alegre (RS), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus]. Como se observa, nessa apreciação já aparece a tópica da economia (que inevitavelmente levava, naquele tempo, às formas de governo) e da raça, que retornarão ao debate no decorrer do Capítulo 2.

¹³² 055. “Panorama. Literatura brasileira. O que se publica”. *S/ref.*, 24 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³³ 051. “Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda”. *O Tempo*, Rio Grande (RS), 7 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹³⁴ Em suma, pode-se dizer que o Positivismo visou estabelecer uma objetividade semelhante àquela mais próxima das Ciências da Natureza, por acreditar no distanciamento quase absoluto do objeto de estudo e propunham o uso da linguagem formal que rechaçasse todo o tipo de narratividade. Cf. HOBBSAWM, op. cit., 2013.

¹³⁵ 064. “Livros novos”. *O Nordeste*, Fortaleza (CE), 19 abr. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Ademais, destacava o cuidado gráfico dos livros editados pela empresa, visto em muitas resenhas como portador de um traço luxuoso pela impecabilidade editorial.¹³⁶

Sobre *Raízes do Brasil*, propriamente, nas vezes em que foi referida como *ensaio*, era raro se incutir à “obra” um alarde ou grande insistência no ponto, pois ele sequer era uma pauta decisiva à época: nem determinante e tampouco estável. Isso porque, se, de um lado, parecia estar no próprio argumento do livro a opção por “Nenhuma teoria preestabelecida, nenhuma afirmação *a priori*. Sempre a pesquisa paciente, a afirmação baseada no fato, confirmada pelo documento. A dedução lógica nascida da interpretação racional do fenômeno de origem”;¹³⁷ de outro, via-se uma espécie de dubiedade, pois dizia-se que “*embora se revel[ass]e ensaísta de vigor, não é[ra] pesado, não se deixa[va] levar pelo comodismo da terminologia científica*”.¹³⁸

O caso merece uma rápida síntese, posto que o gênero é significativo para a tradição intelectual do país. Logo, contrariamente ao que ocorreu com os vizinhos continentais, no Brasil as revisões históricas e literárias só de forma excepcional não consideraram o passado colonial, revelando aí, talvez, distintos mitos fundacionais relativos aos processos independentistas de cada região. Para algumas perspectivas, entre os séculos XVIII e XIX, fundiram-se o Arcadismo e o Romantismo na missão de constituir uma literatura brasileira, diferenciando-se a poesia e o romance, por volta de 1850, e só vindo o ensaio a emergir quando das crises do Império, disputando espaço com esses dois últimos até o modernismo, quando então o gênero triunfa.¹³⁹

Assim, na citação da resenha acima o ensaísmo aludido era digno de apreço porque não se prendia a termos de uma ciência que fosse conveniente. Nem por isso faltava método em *Raízes do Brasil*. Conforme outra avaliação, foi somente por ter estudado de maneira cuidadosa a evolução do país que Buarque de Holanda pôde explicar “muitas particularidades da nossa psicologia social, desfazendo muitos preconceitos correntes, destruindo algumas teorias errôneas, aceitas por vários autores nacionais”.¹⁴⁰ Eis o risco e o preço ante à falta de segurança, em aparências ao menos, de regras institucionalizadas para a produção do conhecimento.¹⁴¹

¹³⁶ 067. “Livros”. *O Oeste Paulista*, Santo Anastácio (SP), 11 jul. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³⁷ 013. “Raízes do Brasil”. *Correio de São Paulo*, São Paulo (SP), 3 nov. 1936 s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³⁸ 014. “O livro do dia”. *Rádio Difusora*, 3 nov. 1936. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹³⁹ Cf. JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014. À medida que esta questão se tornar premente nos quadros receptivos da “obra” buarqueana, a tratarei com maior vagar e acuidade.

¹⁴⁰ 015. “Livros novos”. *A Batalha*, Rio de Janeiro (RJ), 5 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴¹ Cf. ADORNO, Theodor. *O ensaio como forma* (1954). Notas de literatura I. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2003. Mesmo sem eu ter participado da disciplina intitulada *Ensaio, erudição e história acadêmica* (2017-2), ministrada pelos professores Giselle Venancio e Robert Wegner, respectivamente, dos programas de Pós-

Algumas notas apontavam o livro como ótimo trabalho, ufanista das fundas raízes do país que nada mais eram que “as da velha alma nobre e generosa do *nosso* Portugal”.¹⁴² E aqui emerge a tensão que mantinha a centralidade do colonizador, contrastando com as tentativas antes apontadas de abrigar o passado. Contudo, a despeito deste tipo de registro, pode-se dizer que nem tanto os laços com o elemento luso, em particular, tampouco o Velho Mundo, em geral, chamava muita atenção das resenhas. Ao que tudo indica, importava-lhes sobretudo os capítulos finais – *Novos tempos & Nossa revolução* –, que eram “os mais interessantes e de maior oportunidade”, pois discorriam “sobre as agitações políticas na *América Latina*, as transformações da vida agrária, o aparelhamento do Estado no Brasil etc.”.¹⁴³

Todas essas notícias circularam no país (ver Mapa 1) em jornais como: *A Nação*, *A Batalha*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *Monitor Copista* (Rio de Janeiro); *O Estado de S. Paulo*, *Correio de São Paulo* e *O Oeste Paulista*; *Diário da Bahia*; *O Tempo* e *Correio do Povo* (Rio Grande do Sul); *Minas Geraes*; *Jornal de Alagoas*; *Estado de Sergipe*; *O Nordeste* (Ceará); *A Imprensa* (Paraíba); *Diário da Manhã* (Pernambuco); *Diário da Tarde* (Santa Catarina); *Gazeta do Povo* (Paraná) etc.

Mas foi em um artigo sem referências, porém – que, pelo conteúdo, não se assemelha ao traço propagandístico – onde se pôde encontrar a retomada da temática latino-americana acima referida. Ao corroborar as teses do livro segundo as quais 1888 desferiu um golpe na grande propriedade e nos senhores rurais, processo este em curso pela urbanização levada adiante naquele decênio, concordava o leitor também com o seu resultado: a concentração do poder estatal. Entretanto, suas figuras de proa – continuava – não poderiam cair no despotismo, no Fascismo ou no Integralismo, para não contradizer a doçura do gênio nacional. Deveriam construir uma organização que não minasse o personalismo, pois ele havia sido, até então, o fator “mais fecundo em nossa América. Pod[ia]-se, portanto, asseverar que a adoção de princípios democráticos e liberais, não só aqui como nos outros países do continente, resultou de um mal-entendido”,¹⁴⁴ mas que isso não provava a sua inviabilidade. Era necessário, antes de qualquer coisa, respeitar o pensamento latino-americano, em quase tudo avesso aos

Graduação em História (PPGH) da UFF e de História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pude acessar os diálogos que fomentaram.

¹⁴² 068. “Livros e periódicos”. *Seara Nova* [?], 193[?], s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

¹⁴³ 038. “Movimento dos livros”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (RJ), 20 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁴⁴ 059. “Livros novos”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

obstáculos erguidos contra a autonomia individual. Desse modo, brindava a LJOE pela escolha do volume de abertura do projeto, obrigando a um olhar introspectivo e não desterrado.

O apelo nessa direção era tamanho que se chegou a anunciar *Raízes do Brasil* em uma listagem com 11 capítulos, a saber: “‘Fronteiras da Europa’, ‘Trabalho e Aventura’, ‘O passado agrário’, ‘O homem cordial’, ‘Novos tempos’, ‘A nossa revolução’, ‘Agitações políticas da América Latina’, ‘Iberismo e americanismo’, ‘Falta de espírito militar’, ‘Aparelhamento do Estado, ‘Perspectivas’”.¹⁴⁵ Como se sabe, somente os seis primeiros apareceram em 1936, mas em sete partes, pois o terceiro da notícia foi desdobrado em dois. Os demais, porém, até se acham na edição *princeps*, mas como pautas / síntese de assuntos. Portanto, em se tratando de uma informação saída logo no lançamento do livro, seria plausível supor que tais dados circularam antes mesmo de sua impressão e leitura final de provas.¹⁴⁶

Acontece, porém, que essa propaganda é por demais substanciosa para não denotar temas que rondaram a concepção do texto, pois suas expressões o integraram e, no último caso, remetia a uma colaboração buarqueana na *Estética*, a revista modernista dos anos 1920. E se instabilidades atingiram a estrutura do volume, cabe inferir o uso ou a ausência de acento agudo em “Sergio” e de um “l” a mais ou a menos para grafar “Hollanda”, como outros indícios de sua tímida constituição autoral e seu baixo (re)conhecimento entre o público no período de lançamento deste livro.

Inclusive internamente havia dúvidas. Em carta a José Olympio, o romancista Jorge Amado, que à época se ocupava de um embrionário setor de divulgação, escrevia ao chefe para

¹⁴⁵ 002. “Letras e artes”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 25 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁶ Assim como essa resenha “002”, as laudas derradeiras também registravam o local e mês de sua confecção: “Este livro foi composto e impresso na Empresa Gráfica da ‘Revista dos Tribunais’ à rua Xavier de Toledo, 72, em São Paulo, para a Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, em outubro de 1936”. As orelhas também traziam a súmula de questões caras aos Capítulos seguintes da presente tese, pois, de um lado, interrogava: “Os senhores têm opinião assentada sobre a colonização do Brasil, sobre a ação de D. João VI e da Corte portuguesa quando para cá vieram, sobre o bandeirismo, sobre a abertura dos portos, sobre a abolição do tráfico de escravos, sobre o movimento da independência, sobre os partidos políticos do império, sobre o papel da agricultura no Brasil, sobre a influência dos capitais estrangeiros, sobre o parlamentarismo do império, sobre o sentimento republicano, sobre a nova constituição e sobre o capital e o trabalho? Se têm, conviria que, para reforça-la ou modifica-la, lessem o interessantíssimo volume – *A aventura política do Brasil*, [de] Plínio Barreto”; e, de outro, anotavam frases de críticos como Tasso da Silveira, Eloy Pontes, Agrippino Grieco e Jayme de Barros, a respeito do livro *Filosofia da arte* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1935), de Vicente Licínio Cardoso. Já sua quarta capa anunciava os próximos volumes (resquícios da instabilidade na *Documentos Brasileiros* em si) com os destaque nesta ordem: “Oliveira Lima, *Memórias*; Gilberto Freyre, *Nordeste*; Alberto Rangel, *No rolar do tempo* [possivelmente o título que José Lins do Rego tentou transformar no número um da coleção]; Saint Hilaire, *Viagem a São Paulo* (Tradução de A. Couto de Barros e Rubens Borba Alves de Moraes) [que não saiu pela LJOE]; Júlio Bello, *Memórias de um senhor de engenho*; Afonso Arinos de Mello Franco, *O índio brasileiro e a revolução brasileira* [que ou era um erro ou depois foi mudado para ‘... revolução francesa’] & *A unidade nacional* [jamais surgido, pelo menos não nesses termos]; Oliveira Vianna, *Os tipos étnicos do Brasil* [projeto não realizado]; Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*; José Américo de Almeida, *Memórias*; Octávio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos* [que saiu como *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*”]. HOLANDA, op. cit., 1936.

ajudá-lo a pensar saídas face aos volumes *abacaxis* – o termo foi dele –, que arruinariam os lucros dos grandes sucessos ou promessas de êxito. Entre os problemáticos, listou o de Júlio Bello, os de Afonso Arinos de Mello Franco, o de Octávio Tarquínio de Sousa, com reclamação especial sobre os “heróis” do modernismo, pois alertava que estes o encheriam de propostas, deixando claro que a triagem passava pelo diretor da coleção, Gilberto Freyre.

Amado foi além, anotando existir aí algumas figuras “inteligentes (nem todas aliás)”, embora se uniam em “grupinhos”, arvoravam-se o epíteto “donos da literatura” e seguiam, porém, “totalmente desconhecidos do público”. Ao que ele finalizou a missiva à boca pequena: “aqui para nós: o livro do *Sergio* está correspondendo à sua expectativa?”.¹⁴⁷ A resposta, por certo, dispensava-se. Mas é claro que tais circunstâncias podem soar feito meros detalhes, típicos dessas negociações. Por isso, convém salientar ainda um último ponto. No mês seguinte ao surgimento da *Documentos Brasileiros*, dois jornais cariocas deram vivas à Livraria José Olympio Editora e ao coordenador do projeto. Em um deles, seus nomes foram grafados corretamente, porém o motivo do júbilo não poderia ter sido mais prosaico: as felicitações eram amplamente justificadas porque eles deram a ler o título de estreia “do consagrado escritor *Sergio Buarque de Macedo*”.¹⁴⁸ Este, sem dúvida, indício certo de que o processo de consagração da autoria *Buarque de Holanda* apenas se iniciava em meados dos anos 1930.

¹⁴⁷ Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. Pasta Correspondência passiva. Carta de Jorge Amado a José Olympio, s/l., s/d. FCRB [grifo meu]. Pelos títulos mencionados, é provável que a data seja o ano de 1937.

¹⁴⁸ 035. “Documentos Brasileiros”. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 17 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus]. Embora, diferentemente da anterior, o segundo artigo (046) tenha se equivocado também quanto ao nome de Freyre, escrito com “i”, o maior erro apareceu no próprio título da nota onde se lia: “Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Macedo”. *Beira-mar*, Rio de Janeiro (RJ), 28 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Capítulo 2

PRESENTES EM ARQUIVO:

A edição *princeps* do título de 1936 sob olhares contemporâneos

O tema da obra de arte não é fruto de uma singularidade ou de um grupo, mas do campo artístico no seu conjunto (Nathalie Heinich)

Automóvel adormecido no bosque, Jesus Cristo na intimidade, Ípsilon, o magnífico e tantos outros livros, jamais publicados, fizeram parte do repertório imaginado por Sérgio Buarque de Holanda, como expressões – quem sabe – do desejo por uma autoria que ainda não era. Contudo, em que pese o tom de gracejo responsável, em grande medida, por animar suas atitudes em muitas ocasiões nesses temas, uma vez iniciado no mundo editorial as práticas letradas de prever lançamentos até hoje aguardados – por razões distintas, é claro – não abandonaria de maneira apressada os percursos de sua trajetória. A propósito da cômica trilogia quem a informou foi Múcio Carneiro Leão, um dos leitores das primeiras horas de *Raízes do Brasil*, que dizia não exagerar no fato de existir uma enorme expectativa em torno deste impresso, pois, ainda nas palavras de sua resenha, o “autor” em apreço era “considerado um *escritor* excelente, apenas pelas poucas dúzias de artigos avulsos” já publicados.¹ Com este tipo de registro, aproximou-se das notas propagandísticas e/ou não identificadas que, quando muito, vincularam o estreante desconhecido do grande público ao movimento modernista. Múcio Leão destacou, sobretudo, a participação dele na revista *Estética*, também evocada no fecho da reflexão anterior, enquanto as críticas anônimas listaram capítulos do volume de abertura da coleção *Documentos Brasileiros*, que constavam na edição apenas como subtítulos do sumário. Entre eles, o crítico deu ênfase ao texto *Perspectivas*, que integrou o último número do periódico carioca e, talvez, tenha figurado entre as publicações esparsas as quais Leão se referiu.² Neste sentido, ainda que se tratasse de um erro e cá de uma brincadeira acerca de

¹ 016. LEÃO, Múcio. “Registro literário”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 7 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)* [grifo meu].

² Natural de Recife (PE), onde se formou pela Faculdade de Direito, em 1919, Múcio Carneiro Leão (1898-1969) deu início às suas atividades na imprensa e no funcionalismo público do Rio de Janeiro (DF), junto ao *Correio da Manhã*, como Oficial de gabinete do Ministro da Fazenda (1925) e Fiscal-geral das Loterias (1926). Até 1936, quando foi publicada a sua crítica sobre *Raízes do Brasil*, já era relativamente conhecido através de livros como: *No fim do caminho* (romance – Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Editor, 1930); *Castigada* (romance); & *João Ribeiro, 2 volumes* (crítica), estes últimos pela Editora Alba (Rio de Janeiro, 1934). E, sobretudo, por integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL). Cf. o nº 30 / 30 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

inéditos fictícios, o caso serve como fenda para espiar aquele universo em disputa.³ Tal “circunstância de nunca ter publicado obra nenhuma”, prosseguiu Múcio Carneiro Leão, “constituía alguma coisa de singular”⁴ para os conhecidos do paulista, pois ele era visto como o brasileiro que mais amava ler e o fazia religiosamente. Avançando sobre as informações veiculadas nas propagandas da Livraria José Olympio Editora (LJOE), mencionou sua estadia na Alemanha, dando início a uma não numerosa, porém efetiva *comunidade de leitores*.

2.1. Dos interlocutores esquecidos: a tradição evocada

Objetividade, psicologia social ou coletiva, democracia liberal, revolução, fascismo, raça, mentalidade, América, comunismo, formação nacional e realidade brasileira são termos que balizaram os quadros receptivos do título de estreia buarqueano e, pode-se até mesmo dizer, de todo o debate em curso daquela época, com relativa mudança no peso das expressões, e do qual *Casa-grande & senzala* foi um dos exemplos mais ressonantes. Da fortuna crítica do livro de 1936, fizeram parte 34 resenhas com o registro de algum tipo de assinatura, sendo: 26 abertamente declaradas (nas quais uma delas foi de um leitor idêntico, em complemento ao seu artigo), 3 usaram siglas, 1 lançou mão de pseudônimo e 4 eram republicações ou duplicatas.⁵

Além do referido conjunto, outros acervos compõem a base, não exclusiva, da sequência desta Parte I da tese, como os do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), das Academias de Letras – mormente a nacional (ABL), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) etc., que auxiliaram na coleta de dados sobre os itinerários dos críticos de Sérgio Buarque de Holanda.⁶

Quanto à reflexão de seu resenhado, impressa na revista de vanguarda modernista, Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Perspectivas. *Estética*, Rio de Janeiro, Ano II, v. 1, n. 3, p. 272-277, abr./jul. 1925.

³ Mesmo atentas a outros recortes, inspiro-me livremente em investigações que apontam as *piadas* como vias que permitem compreender alguns aspectos das sociedades. Cf. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Mas longe de enxergar esses elementos dos *textos* como simples reflexos do mundo social a ser decifrado, pois isso abriria espaço a um relativismo historiográfico, conforme alertaram Roger Chartier e Giovanni Levi. Daí meu cotejo entre as representações *conflituosas* sobre a “autoria” e a “obra” em destaque, por meio da consideração acerca de sua pluralidade, sendo que a uso dos dados biográficos dos leitores visam mapear os sucessivos estágios das posições desses agentes em campo.

⁴ 016. LEÃO, Múcio. “Registro literário”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 7 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Correto quanto à grafia ao nome “Sergio” sem acento agudo, Múcio Leão – como se identificava e era conhecido – equivocou-se no caso de “Holanda”, anotando apenas um “l”. Ainda no seu dizer, “As *Raízes do Brasil* revelam no senhor Sergio Buarque de Holanda, não somente um analista das coisas sociais, mas, também, um vigoroso fixador de retratos de personalidade. Sua pequena referência a Pedro II vale como um retrato completo”.

⁵ Como já apontei, os documentos integram a *Série: Produção de Terceiros* do Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Correspondem, no caso da edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, a 78 artigos. Desse montante, 44 resenhas (sem identificação de autoria e/ou propagandísticas) foram analisadas no Capítulo 1. Agora, voltar-me-ei às 34 restantes.

⁶ Explícito tais referências e outras no citado *Apêndice E*, no qual avanço sobre o tempo de feita das resenhas e das trajetórias em prol de uma visão de conjunto, mas que evitarei aqui para não antecipar seus *futuros passados*.

Todos os artigos, com ou sem identificação de autoria surgidos na época do lançamento do livro, apareceram na cadeia nacional de comunicações, particulares ou oficial, exceto um deles, assinado, que foi reproduzido na capital portuguesa, Lisboa. Deram-se a ler não só por meio de periódicos de Norte a Sul, mas também a escutar pelas ondas radiofônicas. Entretanto, quando circularam em suportes de papel, sua propagação se estendeu por mais de dois anos sob a forma de notas e resenhas, saídas entre 25 de outubro de 1936 e 12 de novembro de 1938.⁷

Através desses registros, a distância temporal permite observar, hoje, as camadas das tendências para soluções políticas mais à direita ou à esquerda, que tanto teriam animado a bibliografia então conhecida – sobretudo *a posteriori* – como interpretativa do país. As marcas profundas que elas deixaram naquela geração de *polígrafos*, legaram experiências que, contemporâneas ao aparecimento dos impressos naquela década, são representativas de um período no qual as posições entre os dois polos estavam longe de serem nítidas.⁸ De sorte que, se é impossível subtrair o alinhamento dos escritores com um ou outro lado, tampouco parece exato compreendê-los como representativos, em absoluto, desse estado de coisas.

Sérgio Buarque e *Raízes do Brasil* ocuparam bem este lugar indeciso. Tanto que a primeira recepção lançada sobre eles fez questão de erigir imagens de múltiplos sentidos que lhes seriam atribuídos ao menos até os ajustes das edições-versões seguintes. Grosso modo, porém, a comunidade de leitores se apropriou do volume, dando vazão a uma pauta que, antes de ser do livro, era sincrônica e diacrônica de outras referências. Mal firmada em ressonâncias hegemônicas e apesar do caráter amplo e conflituoso, sua base se fundava em duas ênfases.

De um lado, o debate sobre a possibilidade de soluções políticas que construíssem um tipo de governo adequado às peculiaridades do país. Contudo, tal encaminhamento deveria ficar apartada da democracia liberal, cujo vigor estava em xeque, e se distanciar do Fascismo italiano, do Nazismo alemão, do Comunismo soviético etc., pois eram saídas estrangeiras e, por isso mesmo, acreditava-se que não atenderiam às genuínas necessidades brasileiras.

De outro, buscava-se desenvolver uma reflexão das formas sociais que emergiram no Novo Mundo e, em especial, na antiga América Portuguesa, para contrapor o paradigma da inferioridade racial, atribuída aos frutos da miscigenação. Em seu lugar, apontava-se o território como berço de uma poderosa civilização, capaz de vencer os desafios contemporâneos.⁹

⁷ Para um olhar panorâmico sobre o alcance das propagandas, Cf. o Mapa 1 no Capítulo anterior.

⁸ Por *polígrafos*, compreendo os intelectuais cujos escritos respondiam às demandas das “instâncias dominantes da vida cultural”, consolidadas na expansão de jornais e revistas que alterou a relação com seus pensamentos impressos, ao transformar a “estrutura das instâncias de consagração e o volume e as espécies de ganho daí derivados”. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 56-57.

⁹ Cabe frisar que, até meados de 1940, no Brasil, entre os textos identificadas como históricos estavam os registros que mobilizavam uma gama variada de saberes, tais como: o biológico, o etnográfico, o folclórico, o linguístico e,

Expostas de maneira esquemática e seletiva – pela ênfase provisória aos traços gerais dos documentos ou por sua sobrevivência e salvaguarda, resultado de complexas operações de escolhas e apagamentos –, o procedimento que adoto visa tão somente propor uma sequência ao debate. Meu objetivo será o de apresentar as apropriações feitas, à época, pelos leitores da “obra” de estreia buarqueana, sem empreender uma análise dos posicionamentos do escritor paulista isoladas de suas historicidades, pois a produção dos sentidos está além de um eventual monopólio dos agentes e instituições ligados à materialização do impresso. Trata-se de um diálogo contínuo entre estas instâncias, aquele que o assina como autor e as esferas num só tempo exteriores e *raison d’être* do livro. Daí a mobilização das “falas” de seus críticos, majoritariamente *presentes em arquivo*, para desenvolver um viés que problematize as várias *configurações* implicadas em suas redes e evitar, portanto, a tomada de contextos *a priori*.

Neste sentido, até por questões teórico-metodológicas, meu intuito visará compreender a recepção do volume inaugural da *Documentos Brasileiros*, para se afastar de imagens pré-concebidas. Isso permitirá expor os diversos registros na pluralidade de suas trocas letradas, por comportarem camadas de significados diversos, coevos e ativos, que estavam em franca convergência de opiniões ou em conflito. Com efeito, buscarei mapear os circuitos responsáveis por certa fortuna crítica, atento às origens dos resenhistas, às plataformas geracionais, à geografia de circulação de suas leituras e às proximidades e/ou distanciamento em relação ao avaliado, procurando mobilizar dados representativos acerca de tais circunstâncias.¹⁰

O primeiro dos avaliadores listado aqui foi Múcio Carneiro Leão. Sua crítica na coluna *Registro Literário* – por ele assumida após a morte de João Ribeiro, em 1934, junto ao *Jornal do Brasil*, da capital –, indica os bons contatos buarqueanos. Mas era, sobretudo, exemplar do prestígio crescente do avaliador, que, em 1935, fora eleito para a cadeira de número 20 da ABL, tendo seu ingresso marcado pela sucessão de Humberto de Campos, igualmente falecido no ano anterior. E isso, em termos simbólicos, não era pouco. Correspondia, vale lembrar, ao nome que prosseguia como o autor do único *best-seller* nacional da LJOE.¹¹ Seja como for, ao término de sua análise sobre a “obra” de estreia buarqueana, Carneiro Leão deixou uma pergunta no ar

é claro, o geográfico. GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 75. No caso desta última área, em particular, era comum associá-la à formação em História. Cf. RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário*. Mestres, discípulos e “Um seminário” em São Paulo (1958-1978). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

¹⁰ Priorizo a ideia de *configuração* desde o meu trabalho de mestrado, opondo-me à de *contexto*. Cf. FURTADO, André. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016, p. 120. Quanto às potencialidades narrativas que surgem da ausência dos panos de fundo, Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

¹¹ Cf. o Capítulo 1. Quanto a Leão, face à importância que, nos anos 1940, ele atingirá na cena pública, em geral, e próximo a Buarque de Holanda, em particular, o retomarei no Capítulo 3.

quanto ao esclarecimento “difícilimo” das posições políticas do autor “cheio de contradições”, de sorte a lhe parecer isto uma busca desnecessária. Questionava retoricamente, portanto, se corresponderia a um “modo de pensar de um republicano? De um liberal-democrata? Ou será, antes, a maneira de doutrinar de um discípulo de Hitler?”¹²

Já Rubens do Amaral começou sua resenha seguindo o *script* previsto nas propagandas: situou o livro na coleção e se referiu aos impressos subsequentes, com ênfase aos de Oliveira Lima, Gilberto Freyre, Alberto Rangel, Auguste de Saint-Hilaire, Julio Bello, Afonso Arinos de Mello Franco, Oliveira Vianna, José Américo de Almeida e Octávio Tarquínio de Sousa.

Assim fez o crítico, entretanto, não para conferir visibilidade à “casa” José Olympio, muito pelo contrário. Procedeu dessa forma para observar que Buarque de Holanda era um dos poucos paulistas em meio às referências prometidas no catálogo, motivo pelo qual lamentava a ausência dos “trabalhos de Alcântara Machado, de Paulo Prado, de Paulo Setúbal, de Alfredo Ellis, [...], de tantos outros conhecedores do nosso passado e da nossa formação”.¹³

Oscilando entre o conceito moderno das artes de Clio e as noções de *historia magistra vitae* – pois seu declínio enquanto *tópos* dominante, a partir do setecentos, não foi absoluto –, Amaral entendia o passado de sua região como pleno de glórias, que não se prendia ao saudosismo, embora lhe soasse exemplar. Em suas palavras, isso podia ser visto naquele período ante os feitos de seus concidadãos, através das culturas do café e algodoeira, pois estas rendiam frutos ao sistema de ensino, bem como para a higiene profilática e as instituições que singularizavam, no seu entendimento, uma civilização de São Paulo.¹⁴

Mas se dialogava com representações arcaicas da ideia de História, também escreveu que o “ontem”, por maior que fosse, queria “superado” pelo “amanhã”, que estavam “forjando na hora presente”.¹⁵ Logo, o crítico dava a ler um complexo entendimento acerca do tempo, mesclando os sentidos referentes ao viés da exemplaridade e aquele que se abria às condições de planejamento, sem que isso fosse contraditório, ao emitir sua opinião sobre o livro.¹⁶ Sua

¹² 016. LEÃO, Múcio. “Registro literário”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 7 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³ 005. AMARAL, Rubens do. “Livros e ideias”. *Folha da Manhã*, São Paulo (SP), 28 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴ Estanislau Rubens do Amaral (1890-1964) era natural de São Carlos (SP), filho de José Elias do Amaral e Anna Joaquina de Assumpção Pacheco (primo da pintora Tarsila do Amaral). Mais conhecido só como Rubens do Amaral (como assinou a resenha), trabalhou em vários jornais de São Paulo, tendo sido eleito e se tornado membro, a partir de 1929, da Academia Paulista de Letras (APL). E antes de analisar *Raízes do Brasil*, teve publicado: *A campanha liberal* (ensaio – São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1930); & *Terra roxa* (romance – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934). Cf. o nº 1 / 1 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁵ 005. AMARAL, Rubens do. “Livros e ideias”. *Folha da Manhã*, São Paulo (SP), 28 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁶ Ao menos em territórios germânicos e franceses até o século XVIII, a noção de uma “história, mestra da vida” indicava a constância da natureza humana, cujas experiências serviam às doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou

postura diante da LJOE pela falta flagrante de paulistas entre os volumes em preparo não era propriamente acusatória. Amaral chamava para si a responsabilidade, dizendo que ele e seus conterrâneos tinham se fechado em suas “fronteiras”, perdendo a força de “expansão”, para enfim anotar que, sem se tornarem caudatários no todo, deixaram “de ser líderes”.¹⁷

O vínculo nítido com o tema das bandeiras era, no mínimo, triplo. Fosse por intermédio dos autores evocados, sobretudo a propósito dos contemporâneos José de Alcântara Machado de Oliveira e Alfredo Ellis Júnior; fosse através do conceito de História entre uma acepção antiga e moderna do termo, com ênfase no sentido modelar atribuído aos tempos pretéritos; ou ainda, no uso de palavras que remetiam àquele passado idealizado (fronteiras, expansão, líderes); o fato é que esta resenha representava bem o caldeirão sociocultural daquele momento.

Particularmente com *Vida e morte do bandeirante* (1929) – e a despeito de seu tom descritivo – Alcântara Machado soube captar o dia-a-dia do povo por meio de sua vida material, desnudando a pobreza da região vicentina a contrapelo das narrativas linhagistas que enalteciam uma suposta opulência da capitania.¹⁸ Ele foi, dessa forma, um marco na positivação do elemento local, embora menos acentuado que os trabalhos do outro filho da terra acima referido.

Com os títulos de: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924) e *Raça de gigantes* (1926), Ellis Jr. avançou na proposta de seu mestre Affonso d’Escragnolle Taunay de reunir um copioso material de fatos, acontecimentos e personagens.¹⁹ Assim, pôde situar o tema e seu desdobramento inevitável, a mestiçagem, no emaranhado do cientificismo evolucionista. Ao fazê-lo, porém, tomou os pressupostos calcados no papel determinante do meio físico e racial para contribuir no erguimento das teses sobre as especificidades da gente de São Paulo.²⁰

políticas. Porém, à época, o olhar cristão atemporal e escatológico cedeu espaço ao advento de uma nova temporalização, que fixou os recortes da Antiguidade, do Medievo e da Modernidade, quando os contemporâneos desta última já estavam conscientes de que se achavam nesta *Era*. Foi aí que os cálculos prognósticos começaram a se opor às profecias do Fim do Mundo e o devir se tornou algo totalmente inédito. Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed.PUC-Rio, 2006. 17 005. AMARAL, Rubens do. “Livros e ideias”. *Folha da Manhã*, São Paulo (SP), 28 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁸ Lancei mão das análises feitas em: SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Outro ponto de destaque – e esta informação é minha – é que o livro assinado por Machado foi impresso pela Revista dos Tribunais (São Paulo) e contou com desenhos de Yan de Almeida Prado. Isso o conecta aos laços modernistas, pois este ilustrador tinha desempenhado tarefas semelhantes nos periódicos *Klaxon* e *Antropofagia*.

¹⁹ Buarque de Holanda também foi aluno de Affonso d’Escragnolle Taunay nos anos ginasiais. Cf. o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

²⁰ Os livros citados foram impressos, respectivamente, pela Tipografia Piratininga, a Novíssima e a Companhia Editora Nacional, todas de São Paulo. Neles se observa seu embate com outra vertente historiográfica, pois não considerava a participação do negro no movimento das bandeiras e na constituição étnica paulista, como faziam Paulo Prado e Cassiano Ricardo. Nos anos 1930 a coleção *Brasiliiana* reeditou alguns desses títulos de sua autoria, quando ele mexeu em trechos e deu início a polêmicas na cena intelectual. Voltarei ao tema oportunamente. Sobre a avaliação que mobilizei, Cf. MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato. *Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, p. 79-88, 1994.

Isso do ponto de vista *sincrônico*. Quanto à *diacronia*, pode-se considerar que ambos os estudiosos surgiram junto às práticas que configuraram uma certa regionalização do passado, tão bem representada nos estabelecimentos surgidos em fins do oitocentos, o Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ambos fundados em 1894, quando o IHGB, de 1838, já existia há mais de meio século, animando querelas simbólicas e econômicas entre as elites que se reuniam em torno dessas agremiações. Ao encarar o bandeirante como metonímia do país e figura de proa na revista que logo foi criada no IHGSP, o órgão adotou o *modus operandi* de funcionamento do modelo carioca, mas se manteve longe de uma postura que celebrasse a monarquia, pois já nascida sob outro regime.²¹ Imersos em fidelidades republicanas que estavam longe de ser hegemônicas, também a pauta do modernismo, como se sabe, alcançaria ou, antes, seria embebida por esta órbita de ideias, fazendo convergir e divergir posições quanto aos elementos-chave que deveriam ser legitimados nas interpretações do país.²²

De volta, entretanto, aos termos da exposição de Amaral publicada na *Folha da Manhã* (SP), em 28 de outubro de 1936 – cujos pontos serão retomados –, ele tocou no tema das formas de governo.²³ Disse que o livro era um dos mais belos “ultimamente escritos no Brasil”, muito embora fosse “negativista” quanto ao liberalismo e, “baseado em razões étnicas e históricas”, inviabilizava o “fascismo entre nós; [e] pelas mesmas razões, negará também o comunismo”.²⁴

E isso, de fato, procedia. Daí a emergência dessas recepções sobre o volume de abertura da *Documentos Brasileiros*, cujo texto desorientava quanto aos rumos políticos do país. Na ótica dos expectadores coevos, àquela hora exigia lances enérgicos, mas Sérgio Buarque parecia, em alguns momentos, defender certas causas e, nas páginas seguintes, as desacreditar.²⁵

Como exemplo, pode-se mencionar o elogio a regimes de força ao mesmo tempo em que ridicularizava o Integralismo brasileiro como *macaqueação* da doutrina italiana. Utilizo de propósito o substantivo grifado, pois Buarque de Holanda usou esse termo em verbo, quando

²¹ Assim, quanto à reativação dos embates, já se disse que o aumento das plantações do café em São Paulo junto à integração garantida por sua considerável rede ferroviária alterou o equilíbrio nacional, por volta de 1880, quando as fazendas do Vale do Paraíba estavam em decadência. E, sobre as filiações, “enquanto no IHGB a produção acabou legitimando o Estado imperial – e só posteriormente a República –, no IHGSP os artigos apoiavam, em seu conjunto, a nova configuração política”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 126-128.

²² Alguns estudos apontam, por exemplo, inclusive uma perspectiva monarquista no jovem Sérgio Buarque, Cf., por exemplo, EUGÊNIO, João Kennedy. *O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 1999.

²³ Adotarei o mesmo procedimento em relação às demais resenhas, ou seja: as utilizarei para reunir as diversas apropriações que pude inventariar junto aos quadros receptivos sobre um determinado *tópos*, mas sem impedir seus retornos posteriores à pauta, particularmente no caso daquelas que se relacionaram com outros assuntos.

²⁴ 005. AMARAL, Rubens do. “Livros e ideias”. *Folha da Manhã*, São Paulo (SP), 28 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

²⁵ Na qualificação deste trabalho, ocorrida em 17 de novembro de 2016, o professor Robert Wegner argumentou pontuou que um dos traços da escrita buarqueana consistia exatamente em controlar suas incoerências.

havia resenhado o livro *Ariel* (1900), do uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917). Este tomara o personagem shakespeariano d’*A tempestade* (1611) como símbolo autêntico dos valores latinos – de herança grega e cristã –, em oposição a Caliban, metáfora que, para o autor, representava a América do Norte, vista como distante da contemplação estética e, por isso, medíocre, pois a tudo buscava conferir utilidade. Sérgio Buarque de Holanda o tomou, cerca de dezesseis anos antes de *Raízes do Brasil*, para denunciar o que dizia ser o aspecto mais característico do país, ou seja: “o hábito de macaquear” tudo quanto fosse “estrangeiro”.²⁶

Mesmo assim, as pesquisas que visam questionar a avaliação sobre a existência do *radicalismo* pró-democracia popular no livro de 1936, por exemplo, relegam a escanteio esse tipo de crítica e debate antigos em seu pensamento impresso. Entre elas, há as que preferem mostrar outros vínculos, como a adoção de ideias *organicistas* de matriz germânica – a exemplo de: visão de mundo e formas de vida –, ligadas aos nomes de Oswald Spengler (1880-1936), Carl Schmitt (1888-1985) e Ludwig Klages (1872-1956), somados aos que apontam os excessos do adjetivo *radical*.²⁷ Em face desses aspectos, argumenta-se, por outro lado, que na caracterização buarqueana mais à esquerda, haveria, em realidade, o intuito de “dissipar ambiguidades de natureza sobretudo política”.²⁸ Por fim, há os que investem na interpretação das referências supracitadas, para tentar revelar os nexos da “obra” de estreia com o conservadorismo e, sobretudo, o *irracionalismo filosófico* apropriado pelo Nazismo.²⁹

Via de regra, as revisões em destaque se levantam contra os prefácios de Antonio Candido às quarta e quinta edições-versões de *Raízes do Brasil*, saídas, respectivamente, em 1963 e 1969 –, bem como no *Post-scriptum* incluído na impressão comemorativa do Jubileu de Ouro do livro (1986).³⁰ Fazem-no, porém, em benefício de um pendor classificatório rígido que

²⁶ Série: Produção Intelectual. Subsérie: Atividades Jornalísticas. 603 – Artigo de SBH intitulado “Ariel”, criticando o utilitarismo no povo brasileiro que, importando o regime republicano dos Estados Unidos, deixava transparecer sua tendência de imitar tudo que é “estrangeiro”. *Revista do Brasil*, s. 1., n. 53, maio 1920. 1p. Pi 2 P12. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Mantive a preferência à grafia “Caliban” ao invés de “Calibã” (mais usual), por conta da melhor visibilidade ao anagrama que a primeira comporta, leia-se: Canibal.

²⁷ Cf., respectivamente, EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil & Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2010; & FELDMAN, Luiz. *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

²⁸ WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, jun. 2011, p. 40.

²⁹ Cf. MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87, jul./dez. 2016. Talvez esse seja o estudo que, no afã de dizer coisas novas, mais se aproxima de afirmações questionáveis. Seja por ignorar a vasta bibliografia já sedimentada sobre os escritos de Sérgio Buarque de Holanda, seja por supervalorizar certa “influência” da “fase alemã” ou ainda pelo fato de tentar enquadrar as reflexões do intelectual que, a meu ver, só teria validade se cotejado com os sistemas classificatórios. Logo, à medida que o presente Capítulo for avançando, retomarei os trabalhos referidos nesta e em notas anteriores, destacando suas contribuições, mas também seus limites.

³⁰ Cf. o *Apêndice C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*. Voltarei a tema do epíteto radical na Parte III, especialmente em seu Capítulo de número 7, quando analisarei os referidos prefácios.

perde a chance de apresentar a *complexidade* de trechos que talvez estivessem na mira dos leitores coevos que indicaram o “negativismo” do “autor” e a desorientação política da “obra”.³¹

No capítulo *Nossa revolução*, por exemplo, foi registrado que “Não seria difícil prever o que poderia ser o quadro de um Brasil fascista”, seguido do destaque ao desaparecimento do tom agressivo no caso dos camisas-verdes chefiados por Plínio Salgado, para finalizar da seguinte forma: “Na doutrinação dos nossos ‘integralistas’, com pouca corrupção, a mesma aparece nos manuais italianos, *faz falta aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha*”.³²

Mantida desde a edição *princeps*, essa frase deveria chamar a atenção dos estudos revisionistas e, conforme demonstrarei em breve, foi lida como uma afronta. Sem jamais se aproximar, nesta parte ao menos, de uma defesa aos regimes de força como os termos “faz falta” poderiam sugerir a uma análise de superfície, distanciada de circuito de emergência e circulação do impresso. Isso porque, suas recepções contemporâneas o tomaram mais como um deboche, que, de fato, parece ter sido, por reanimar velhas contendas relativas ao debate modernista.³³

Longe de desautorizar interpretações atuais, como se sustenta que Sérgio Buarque de Holanda teria se posicionado à direita ou à esquerda em sua “obra” de estreia? Mediante quais bases se questiona o viés democrático, a não ser as constituídas de forma tímida no pós-1945, quando inexistiam dúvidas acerca dos rumos tomados pelo Fascismo e o Nazismo, já distantes da condição inicial de terceira via? Não conviria entender o que se “elogiava” desses regimes ou se entendia na cena brasileira por democracia nos anos 1930, antes dessas avaliações?³⁴ Os conceitos modernos do termo não incidem sobre tais circunstâncias, turvando as análises das posturas assumidas naquela época? E o debate acerca da memória: como ignorá-lo?³⁵

³¹ Aciono a ideia de *complexidade* do referido curso no qual o professor Giovanni Levi defendeu que a História deveria evitar narrativas autoritárias que retiram as dúvidas dos tempos passados e simplificam a realidade.

³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 159 [grifos meus]. Embora eu tivesse proposto no projeto de doutorado, em 2013, proceder à análise das mudanças operadas no conteúdo deste livro até a sua maior estabilidade (1969), conforme relatei na Introdução, face ao surgimento da edição crítica, em 2016, comemorativa dos 80 anos, preferi seguir um rumo diferente sem renunciar por completo a este horizonte. Por isso, farei outras imersões como esta ao longo da tese.

³³ Recentemente o professor Ronaldo Vainfas explicitou o mesmo ponto, que tomo em reforço do argumento: “Se foi no capítulo final de *Raízes* que Sérgio Buarque deu o primeiro passo como crítico das ditaduras, eis um assunto polêmico. O trecho citado é desconcertante. Pode embasar, quem sabe, a imagem do *democrata radical*, como sugeriu Antonio Candido, em 1967. Mas pode indicar, não o contrário (algum tipo de entusiasmo), senão uma certa indiferença. Discreta”. VAINFAS, Ronaldo. O imbróglio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 19-40, jul./dez. 2016, p. 39.

³⁴ Esbarrei igualmente em situações que poderiam levar ao endosso do discurso que tomasse *Raízes do Brasil*, de 1936, como mais voltado à direita. Mas a trama de debates e a riqueza de referências que o texto comporta é tamanha, citados ou não, que se inviabilizam quaisquer vieses monolíticos de um Buarque de Holanda alemão, francês, estadunidense, italiano etc. Daí minha opção em seguir o emaranhado de historicidades e configurações, sem enaltecer uma das vertentes. Busco mapear os circuitos letrados e suas pautas, não pontuar diálogos unilaterais.

³⁵ Um estudo recente visou demonstrar como se construiu a imagem “radical” em dois momentos: pós-1964 na crítica à ditadura, nas fundações do Centro Brasil Democrático (CEBRADE) e do Partido dos Trabalhadores (PT);

Seja como for, o fecho da resenha de Rubens do Amaral certamente ecoou, anos a fio, junto à autoria que lutava para se constituir em meio àquela estreita arena de disputas letradas. Assim, na falta de posições políticas evidentes no volume que abria o projeto da LJOE, o crítico se sentiu obrigado a interrogar o “que é que resta[va]? Ou não há[via] em ‘Raízes do Brasil’ uma afirmação ou, muito possivelmente, é[ra] ela tão sutil que escapou a minha percepção”.³⁶

O tom do leitor seguinte, Othon Henry Leonardos, não foi muito diverso. Sua ênfase no capítulo *Fronteiras da Europa* é indicativa do significado que o tipo de governo ideal aos trópicos assumia. Em sua análise, não era só o olhar do compartilhamento de códigos do Velho Mundo com as antigas Américas espanhola, lusa e “*Anglo-Saxônica [...], tão penetradas quanto nós, ou até mesmo mais, por aquela cultura*”,³⁷ que importavam.³⁸ Após citar a instabilidade que atingia o país, apontou a repulsa do autor pelas fórmulas fascista e comunista. Diante disso, não lhe parecia fácil notar qual governança merecia as simpatias de Sérgio Buarque.

A confusão era grande. O desconforto com a falta de posicionamento político do escritor ainda maior. E tudo convergia para as avaliações daqueles que, imersos na efervescência desses anos de vários projetos editoriais, relatavam o clima de má elaboração, encomenda às pressas e feitura dos textos em curto espaço de tempo, a exemplo da fala de Edgard Carone (1923-2003) sobre a coleção *Azul*, da Livraria Schmidt.³⁹ José Olympio é outro agente que dá sustentação a esse tipo de depoimento, ao descortinar a mutabilidade desta vez recaída sobre a própria *Documentos Brasileiros*. Isso porque, cerca de cinco meses antes do lançamento da “obra” de estreia buarqueana, ele concedeu uma entrevista a respeito do Prêmio literário “Humberto de Campos” (contos), anunciando que seus próximos editados – Oliveira Lima, Silvio Romero, Buarque de Holanda etc. – integrariam uma coleção chamada *Alfredo Pujol*.⁴⁰

e pós-1982, via homenagens póstumas e aquisição do acervo do intelectual pela UNICAMP. Cf. SILVA, Rafael Pereira da. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem* (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982). Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2015. Em dissertação defendida em 2014, eu mesmo analisei tais aspectos, mas, como me soam insuficientes, avancei sobre a materialidade dos livros.

³⁶ 005. AMARAL, Rubens do. “Livros e ideias”. *Folha da Manhã*, São Paulo (SP), 28 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁷ 010. LEONARDOS, Othon. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

³⁸ Othon Henry Leonardos (1899-1977) era natural de Niterói (RJ), formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (DF) e atuou no Departamento Nacional da Produção Mineral até 1925. Dessa data aos anos 1950 ignoro seu destino social, mas por sua resenha constar no Álbum feito por Cecília Buarque de Holanda cujo limite é 1938, pode-se dizer que tinha publicado: *Diamante e carbonado no estado da Bahia* (geologia – Rio de Janeiro: Serviço de Fomento da Produção Mineral, 1937). Cf. o nº 3 / 3 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

³⁹ Na falta de um relato direto sobre o plano da Livraria José Olympio Editora (LJOE), penso não ser um exagero imaginar que, por conta de tudo o que se viu até aqui, esse improvisado se aplicaria às outras “casas”. Cf. CARONE, Edgard *apud* FRANZINI, Fábio. *A sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional* (1936-1959). Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2006, p. 83.

⁴⁰ Cf. PARA ESTIMULAR o trabalho dos jovens “conteurs” brasileiros. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 26 abr. 1936, p. 18. Hemeroteca da *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN). Embora pudesse corresponder a um erro devido à presença do nome *Pujol* nos primórdios de seu negócio, a transcrição em primeira pessoa da fala do empresário

Portanto, em se tratando desse ambiente instável, mas com o uso exato da grafia corrente ao nome do intelectual, chamando-o, aliás, de “erudito e estudioso”, Leonardos finalizou sua resenha sugerindo mais esforços para se apresentar, “sem paixão, as raízes do Brasil”, pois isso permitiria ao autor verificar “que com elas estão identificadas as do Integralismo”.⁴¹ O mesmo não ocorria, segundo tal análise, às tentativas de transplante de uma cultura da Europa para a América. Daí suas observações para dispensar esse legado em benefício da nação tropical, por entender que no solo fértil desta haveria de germinar, cedo ou tarde, os frutos aguardados.

Sob o influxo dos debates referidos a partir das falas dos críticos, é notável o reforço da construção de um olhar introspectivo e autovalorizador que se espalhou pela América Latina, particularmente face à perda da posição modelar e da hegemonia europeia na cena internacional quando a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) cobriu de sangue o Velho continente.⁴² Mas se, no Brasil, tal reflexão não impactou de pronto o mercado editorial – fixado nas bases seguras dos títulos de gêneros didáticos ou jurídicos –, ela foi, em todo o caso, uma mudança que confrontou tradições, levando a releituras que se operaram em interpretações sócio-históricas.⁴³

Um quarto leitor se juntava a este clima, em resenha saída n’*A Tribuna*, de Santos (SP), em 9 de novembro de 1936. Seu nome: Álvaro Augusto Lopes, que dissertou sobre a suposta bondade do povo brasileiro e sua ausência de preconceitos de cor ou raça, para conectar esses caracteres ao insucesso, no país, aos cultos à violência. Fossem do ponto de vista religioso, classista ou político, dos integralistas disse que imitavam os grupos da Europa. Seguiu, assim, Sérgio Buarque, mas atribuía a ausência de ferocidade à força das peculiaridades da formação nacional. E enquanto tratava Gilberto Freyre como historiador que enriquecera a bibliografia brasileira, a “Sergio Buarque de Hollanda”, reservou os elogios por ter expressado em “uma cultura sólida e profunda, o dom inato da análise e o senso interpretativo, no mais alto grau”.⁴⁴

Apesar de entendê-las implícitas e, como não poderia ser diferente, abertas às deduções do leitor, o resenhista apontou a existência de conclusões em *Raízes do Brasil*, por mais que logo as questionasse. A menção a este fato é necessária, pois o argumento à época desenvolvido

sustenta tal possibilidade que, a meu ver, fortalece a posição de Gilberto Freyre no rumo tomado pelo projeto, como diretor. No que deve ter pesado os originais de *Raízes do Brasil* cujo título talvez ainda não fosse esse. Salvo engano, mesmo a pesquisa que investigou a fundo a trajetória do editor (SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp / Com-Arte, 2010), não aborda esta situação.

⁴¹ 010. LEONARDOS, Henry. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Apesar de sua defesa do Integralismo como genuinamente nacional e a recusa de um caráter alienígena, não encontrei vínculos oficiais que o atassem ao movimento liderado por Plínio Salgado.

⁴² Cf. DUMONT, Juliette. *L’Institut International de Cooperation Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris: Editions de l’IHEAL, 2009.

⁴³ Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴⁴ 021. LOPES, Álvaro Augusto. “À margem dos livros”. *A Tribuna*, Santos (SP), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

se aproximou do *tópos* da construção de um governo específico para o país. O fecho programático se localizava, pela apropriação feita do livro, na seguinte frase: “O essencial de todas as manifestações, das criações originais como das coisas fabricadas, é[ra] a *forma*”.⁴⁵

Interessante perceber que, mesmo nesse trecho dedicado ao debate acerca da realização completa das sociedades como dependente de suas peculiaridades, pode-se vislumbrar Sérgio Buarque enfatizando que os problemas do país não se solucionariam com produtos importados. E, ao mesmo tempo, ele teria optado – ou se viu forçado a fazê-lo – em não sugerir rumos antes do estudo sistemático do *éthos* brasileiro em pautas que envolvessem toda a nação. Já se notou, a meu ver acertadamente, existir um posicionamento político na falta de traços conclusivos, pois isso concorda com uma atitude ensaística de propor diálogos, ao passo que as ideias hoje tão recusadas do *radicalismo de classe média* em seu pensamento não sejam no todo inválidas.⁴⁶

Mesmo se tudo isso não configurasse uma tomada de posição, o gesto soava radical na medida em que o mundo parecia se dividir entre fascistas e comunistas. Em 1922, no Brasil, havia sido fundado o Partido Comunista (PCB), acontecera a Semana de Arte, o centenário da Independência etc. No plano internacional, Benito Mussolini ascendera ao governo da Itália e Josef Stalin ao da União Soviética e, em ambos, existiu o rechaço dos sistemas liberais, logo vinculados ao Iluminismo e à democracia. Ora, talvez Sérgio Buarque tenha incorrido num erro de cálculo: os leitores demandavam bússolas e projeções, mas seu livro só apontava obstáculos.

Assim, feita a citação, Álvaro Lopes pôs-se a descredenciar o trecho, dizendo que sua última palavra se apegava a todo o pensamento exposto no texto, o qual chamou de “substanciosa monografia”,⁴⁷ mas que, pelas próprias ideias defendidas – como a denúncia do bacharelismo –, não se poderia desprezar o papel do *espírito*. Dito isso, porém, juntou uma fala da lauda seguinte, que dizia corrigir a precedente: “O espírito não é uma força nominativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde”.⁴⁸ Logo, ele não foi o primeiro a identificar contradições na “obra” de estreia buarqueana, materializadas até na sequência da defesa de ideias. No seu dizer, embora existente, a conclusão pouco se adequava ao todo.⁴⁹

⁴⁵ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 160 [grifo meu].

⁴⁶ Ou seja, não afirmar como o Estado deveria ser, era como se falasse aos “cidadãos que ousam pensar o país e a si mesmos, e não para os intelectuais que se viam como participantes do processo de *State-building*. É como se, com o lançamento de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque estivesse fazendo uma aposta dirigida ao espaço público e ao seu fortalecimento”. WEGNER, Robert. A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre Rio de Janeiro e São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 111-133, jul./dez. 2016, p. 117.

⁴⁷ 021. LOPES, Álvaro Augusto. “À margem dos livros”. *A Tribuna*, Santos (SP), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁴⁸ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 161.

⁴⁹ Álvaro Augusto Lopes (1896-?) era natural de Florianópolis (SC), filho de Roberto Augusto Lopes e Etelvina Fonseca. Atuou como funcionário público, mas, infelizmente, não disponho de muitas informações sobre a sua trajetória. Cf. o nº 4 / 4 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

Melancólico ante o esquecimento de um ímpeto criador que evitasse ideologias exóticas, apontou tal desencontro como responsável para que, até 1936, o brasileiro não se constituísse como um povo “democrático, dando ensanchas para que em nosso país proliferassem as utopias doutrinárias mais absurdas e incongruentes, a começar pelo positivismo dos republicanos históricos e a terminar pelo comunismo dos nossos intelectuais neurastênicos”.⁵⁰

Outro crítico, Sergio Milliet da Costa e Silva, teceu uma reflexão publicada n’*O Estado de S. Paulo*, em 18 de novembro daquele mesmo ano do lançamento do livro. Seu olhar foi direcionado aos capítulos finais de *Raízes do Brasil, Novos tempos & Nossa revolução* (e não *Tempos modernos & A nossa revolução*, como ele registrou), porque os compreendia como espécie de ato rebelde de seu xará para com aquele tipo de passado laudatório, apegado às tradições.⁵¹ Não se tratava da ideia de radicalismo que emergiria depois, mas talvez as sementes já estivessem aí. Sergio Milliet se aproximou da leitura que apontou o viés negativo do estreante. Para ele, baseado “na famigerada ‘realidade brasileira’, que ninguém explica[va] com clareza”, Buarque de Holanda fez um estudo entre a história e a contemporaneidade, severo quanto às “panaceias dos nossos salvadores: sistemas ortodoxos, fascismos e marxismos, miragem da alfabetização, elementos todos do indestrutível ‘bovarismo’ nacional”.⁵²

O termo destacado nas aspas da frase acima figura como espécie de reaproveitamento ou atualização buarqueana das falas dos anos 1920 sobre o hábito de macaquear. Já o laço do *passado* com o *presente* poderia ser visto nos trabalhos de João Capistrano de Abreu, José Francisco da Rocha Pombo, Oliveira Lima e João Ribeiro, que ajudaram a construir a memória identitária brasileira pelo estímulo às ideias de pertencimento para a fixação de singularidades.⁵³

Milliet via pouca coisa positiva no impresso, mas o qualificou de análise prudente, bem escrita e pensada por um tipo de liderança que a sociedade carecia. Para se defender da eventual acusação de exigir muito, pois dizia que o intuito do livro não era dar soluções, afirmou admirar o escritor e, por isso, esperava mais. Ao se referir à repugnância buarqueana às ideias daqueles

⁵⁰ 021. LOPES, Álvaro Augusto. “À margem dos livros”. *A Tribuna*, Santos (SP), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁵¹ Sergio Milliet da Costa e Silva (1898-1966) era natural de São Paulo (SP), filho de Fernando da Costa e Silva (comerciante português do ramo de ferragens) e Aída Milliet. Mais conhecido só como Sergio Milliet, atuou na crítica de arte e literatura, foi bibliotecário e tradutor, mas era formado em Ciências Econômicas e Sociais, iniciado na Escola de Comércio de Genebra e concluído na Universidade de Berna (Suíça) em fins da década de 1910 e começo de 1920. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo (SP), tendo colaborado com a revista *Terra Roxa e Outras Terras* (1926), bem como chefiado a Divisão de Documentos Históricos e Sociais do Departamento de Cultura (1934). Até 1936, viu publicado, entre outros, seu título de: *Par le sentier* (poesia – Genève: Éditions du Carmel, 1917). Cf. o nº 11 / 11 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁵² 036. MILLIET, Sergio. “Raízes do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁵³ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005, p. 229.

que acreditavam nas perfeições de um povo e do Estado como ligadas à coerência das leis, afirmou que não lhe pareciam errados tais pensamentos, por entender que o saber jurídico vinha justamente do bom entendimento das coisas e a sua modificação só deveria ocorrer em prol da coletividade. Mesmo não formado em Direito, vislumbra-se nesta fala o traço bacharelesco.⁵⁴

O inverso lhe soava impossível, pois se a sociedade atingisse a sapiência dos códigos, estes seriam impostos só com revoluções, que julgava melhor evitar porque elas “criariam também [...] leis iníquas e incoerentes”.⁵⁵ Não fica evidente se ao dizer isso Milliet se referia a Getúlio Vargas, já que o verbo *criar* foi conjugado no futuro do pretérito. De todo modo, sugeria que era preciso não se sujeitar à realidade, mirando-se antes na humanização e na racionalidade.

Logo, podia-se chegar ao debate das formas de governo por inúmeras vias, da crise econômica à discussão jurídica cuja ordem supostamente se ajustava às sociedades e poderia evitar rupturas drásticas. Outro leitor, Waldemar Vasconcellos, aproximou-se desta pauta ao abordar o espírito da *aventura*, que teria animado o tipo humano dos primeiros séculos da conquista e exploração das terras e gentes do Novo Mundo. Pelo menos isto consta no livro, não em sua análise saída no *Correio do Povo*, de Porto Alegre (RS), no simbólico 15 de novembro de 1936. Nesta ele enxergou tal aspecto como amparo de “pretensões descabidas na vida pública” e “a sem cerimônia com que as incompetências se candidata[va]m aos postos de responsabilidade”.⁵⁶ Assim, tomava o *aventureiro* como um fenômeno social que pulsava forte.

Tal interpretação se juntava às que davam novos significados ao impresso, tratando a aventura como o “‘filhotismo’ político, cujos malefícios profundamente atuaram no Império e na República, e ainda perdur[av]am”.⁵⁷ Embora a palavra entre aspas não existisse em *Raízes do Brasil*, disse que ela era de largo uso popular por definir os vícios nacionais e tinha sido sociologicamente bem explicada no livro. Referia-se à invasão do público pelo privado, nervo central dos tipos de governo e sua viabilidade.⁵⁸ E ao manejar termos do volume, caros a *Casa-*

⁵⁴ Até as primeiras décadas do século XX “a Faculdade de Direito era a instância suprema em termos de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais”. MICELI, op. cit., 2001, p. 115. Ainda segundo este estudo, tratava-se de um espaço reservado à (re)produção do *status quo* da classe dominante por seus herdeiros, que centralizava a difusão (não submissão) de ideias estrangeiras (sobretudo europeias). Estes dirigiam redações, atuavam como parlamentares ou na burocracia estatal, no ensino superior e na própria magistratura.

⁵⁵ 036. MILLIET, Sergio. “Raízes do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁵⁶ 029. VASCONCELLOS, Waldemar. “Documentos Brasileiros”. *Correio do Povo*, Porto Alegre (RS), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁵⁷ Idem. De Waldemar Vasconcellos só pude apurar que teve publicado o livro: *Corôas* (poesia – Porto Alegre: Globo / L. P. Barcellos & Cia., 1916). Cf. o nº 8 / 8 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁵⁸ Desde 1889 este ponto era visto como uma tensão “constitutiva de política nacional e desintegradora de suas possibilidades de desenvolvimento nos marcos da modernidade ocidental”. GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil* (v. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 496.

grande & senzala, Vasconcellos anotou: “A *plasticidade colonizadora do português*, de sentido rural adequado à nossa imensidade territorial, *realizou na América [...] uma obra sólida, quase milagrosa*, em tudo superior às tendências urbanísticas da colonização holandesa”.⁵⁹

Segundo esta recepção, a maleabilidade lusa se devia à unidade geográfica e espiritual e à presença neerlandesa a divisão entre o engenho e a cidade. Mas isto não se dera no extremo Sul, pois entendia que lá, sendo último trecho colonizado por açorianos, a ação portuguesa teria atingido o seu ideal com a “‘democracia pastoril’ de que nos fala[va] o sr. Oliveira Vianna”.⁶⁰

Revelava-se assim, nos textos, especialmente os de Amaral e Vasconcellos, nomes do que se pode considerar uma *tradição evocada*. Esta, ao ecoar das vozes *presentes em arquivo*, dão a ler os interlocutores ignorados e, por isso, esquecidos da fortuna crítica buarqueana, que, até agora, não se mostrava uníssona. O debate era extenso e o livro *Raízes do Brasil* se constituía como um ponto que, longe de estar fora da curva – cuja autoria é deportada para o outro lado do Atlântico, além Pirineus, no diálogo com alemães –, estava, nesta edição *princeps* ao menos, integrado, mais do que se pensa, à complexidade da rica e controversa pauta nacional.⁶¹

2.2. Hélio Vianna e Alberto Bittencourt Cotrim Netto, a acidez integralista

Apesar do empenho dos camisas-verdes à procura de uma marca nativa original – e, portanto, longe do Fascismo italiano –, a fortuna crítica coeva ao lançamento de *Raízes do Brasil* pouco especificava suas particularidades diante do movimento peninsular e sequer deste frente ao Nazismo. De sorte que Plínio Salgado poderia ser lido como sinônimo de Benito Mussolini ou de Adolf Hitler. Entendia-se tudo, via de regra, como expressões de ditaduras mal disfarçadas ou do totalitarismo escancarado. E o próprio Buarque de Holanda contribuiu para esta dissonância ao descrever a organização nacional como “mussolinismo indígena”.⁶²

Muito embora existisse neste caso – e este é o argumento que defendo – uma estratégia narrativa cuja retórica visou descredenciar, por meio do escárnio, o empenho do Integralismo

⁵⁹ 029. VASCONCELLOS, Waldemar. “Documentos Brasileiros”. *Correio do Povo*, Porto Alegre (RS), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Nisto me aproximo em parte da avaliação segundo a qual é preciso atentar ao debate de Sérgio Buarque com autores brasileiros, antes de fazê-lo com os estrangeiros. Cf., FELDMAN, op. cit., 2016. Não reside aí qualquer motivo ufanista: guia-o a constatação sobre as tópicas letradas inerentes às resenhas que circulavam, a exemplo dessa busca das formas de um governo ideal. Mesmo porque uma “pré-história” de *Raízes do Brasil* perde muito se as perspectivas intra ou extratextual se dissociarem da recepção. Para aprofundar o entendimento sobre a análise interna e externa, Cf. SAPIRO, Gisèle. *La sociologie de la littérature*. Paris: La Découverte, 2014.

⁶² HOLANDA, op. cit., 1936, p. 159. Essa definição foi sempre mantida, apesar das mudanças operadas no texto impresso, que só atingiu sua maior estabilidade na edição-versão de 1969 (quinta).

em propor soluções para o país. Mas a discussão deve ser compreendida em quadros mais amplos como sequência de um longo embate.⁶³ Sua arena foi composta por enfrentamentos e dissidências operadas ao tempo dos modernismos e, uma vez instalada a confusão, o livro surgia feito convite às vozes autorizadas na matéria. Comportava, assim, algo de democrático.⁶⁴

Hélio Vianna é o leitor seguinte aqui considerado.⁶⁵ Seu tom, até o momento, pode ser descrito como o mais destrutivo, com um texto impresso n’*O Jornal*, da capital do país, em 30 de novembro de 1936. Nem mesmo o roteiro de elogios à coleção que o título buarqueano inaugura o impediu da tentativa de desqualificar o resenhado. Afinal de contas, apesar de reputar-lhe crédito pelo volume que dizia merecedor de atenções, inteligente etc., afirmou se tratar do estudo de “um escritor que há mais de doze anos vem se impondo, como jornalista”.⁶⁶

Reaparece aqui o nexos que atava o estreante à “fase” da revista *Estética* (1924-1925) – aludida por Múcio Leão –, junto à primeira caracterização contundente dele como profissional da imprensa.⁶⁷ Não que fosse demérito atuar nessa área, mas por corresponder a um espaço comum a todos que então aspiravam uma carreira no mundo das letras, dizer isso era como se não tecesse elogios. Sem falar que não deve ter sido nada agradável a Sérgio Buarque ler isso no periódico para o qual colaborara, pois, o aparente qualificativo foi usado pelo resenhista para justificar parte do que leu como erros históricos cometidos no livro. Todavia, no entendimento dessa recepção, tal circunstância não o invalidava no todo, apesar de diminuir-lhe os méritos.

Com efeito, do ponto de vista dos aspectos observados como equívocos, listou a tendência anárquica dos tempos coloniais como meramente hipotética e, sobretudo, a distinção – no seu entender arbitrária –, segundo a qual os colonizadores portugueses tinham o ímpeto *aventureiro*, ao invés do espírito do *trabalho*. Para ele, nos séculos iniciais, era impossível

⁶³ Quanto à ideia de um discursivo sarcástico, em 1936, pode-se inferi-lo como situado entre o comedimento e o tom polemista explícito que marcara suas publicações anteriores. Cf. FURTADO, André; FERREIRA, Cristina. Quando a exaltação é uma estratégia narrativa: notas sobre Sérgio Buarque de Holanda, modernista (1920-1931). *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 192-213, ago./dez. 2013.

⁶⁴ Embora se possa questionar as interpretações que imputam à edição *princeps* entendimentos cuja clareza somente apareceriam nas versões subsequentes, “se levarmos em consideração o caráter ensaístico de *Raízes* e a sua *forma*, talvez seja possível resgatar um pouco a ideia de que sua publicação tenha sido um ‘lance’ democrático e que, ao menos nesse sentido, Antonio Candido tenha razão ao afirmar que Sérgio Buarque participa de um ‘radicalismo de classe média’”. WEGNER, op. cit., 2016, p. 118 [grifos do autor].

⁶⁵ Hélio Vianna (1908-1972) nasceu em Belo Horizonte (MG), filho de Arthur Vianna (comendador) e Querubina Martins. Atuou como professor, mas era formado pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1932. Colaborou, por exemplo, com o *Jornal do Comércio*, da imprensa carioca. Entre as principais instituições em que foi membro até surgir sua crítica à “obra” de estreia em apreço, destaca-se a Sociedade Capistrano de Abreu, na qual ingressou em 1932. Dois anos depois, em 1934, ministrou cursos de História promovidos pela Ação Integralista Brasileira (AIB) e teve publicado, por exemplo, o título de: *Formação brasileira* (história – Rio de Janeiro: José Olympio, 1935). Cf. o nº 15 / 15 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁶⁶ 045. VIANNA, Hélio. “Notas sobre ‘Raízes do Brasil’”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 30 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶⁷ Os dados sobre a trajetória buarqueana podem ser consultados no *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

apontar essas diferenças com absoluta clareza. Contudo, isso mais parecia a defesa de suas posições impressas, pois Hélio Vianna afirmara, no livro *Formação brasileira*, que o Segundo Reinado foi o único caminho para a nação, que legou o processo da Constituição de 1824 e a unidade territorial. Em sua concepção, esse estado de coisas se perdeu com o federalismo republicano, que considerava um período de desordem e improbidade administrativa, além de confuso quanto aos limites dos poderes.⁶⁸ Tocando no assunto sinalizado anteriormente pela crítica de Waldemar Vasconcellos, Vianna lançou mão do exemplo holandês para enfatizar sua avaliação sobre certa incongruência na “obra” de estreia de Sérgio Buarque, quando esta enaltecia o projeto nassoviano em Recife ao mesmo tempo em que abordava o seu malogro.

Em crítica às generalizações, as farpas também atingiam Freyre, citado neste quesito. Afirmou não concordar com a tese de que o interior só tinha sido alcançado após a descoberta de minas vultosas no século XVIII, dizendo ser preciso o estudo das penetrações ocorridas até o seiscentos (que tratou como a era das bandeiras). Discordou também na questão espiritual, pois ainda que Buarque de Holanda falasse dos jesuítas, ignorava, no seu entender, as ordens franciscana, capuchinha, carmelita e oratoriana. Logo, tal comentário pode ser compreendido no âmbito da *Reação Católica*, com a qual o resenhista simpatizava. Ademais, o crítico juntou uma frase que lembra muito as de uma lição, ao escrever que “Bastaria olhar qualquer quadro dos aldeamentos de selvícolas nos séculos XVII e XVIII (os citados por Capistrano de Abreu, nos ‘Capítulos de história colonial’), “para se capacitar do contrário da referida asserção”.⁶⁹

Essa era a emergência inicial das muitas vezes em que o nome do historiador cearense apareceria na recepção ao lançamento de *Raízes do Brasil* e, neste caso, pode-se inferir que se pautava na criação de uma Sociedade dedicada à sua “obra” da qual Hélio Vianna fazia parte. E até quando acenou positivamente, tudo convergia para uma nova crítica. Sinalizou, assim, que os acertos ficaram por conta dos escritos sobre a Proclamação da República e o Positivismo. Aprovava também quando o autor tinha falado que a democracia no país havia sido “um

⁶⁸ Este livro de Vianna resultou dos cursos ministrados para a AIB, em cuja base também estava o cristianismo. Muitos adeptos da ideologia do *Sigma* vieram da *Reação Católica* liderada por Jackson de Figueiredo (1891-1928), fundador da revista *A Ordem* (1921) e do Centro Dom Vidal (1922). Após sua morte, Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima), dirigiu tais órgãos e passou a divulgar o ideário *Anauê*. CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)*. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2016, p. 251.

⁶⁹ 045. VIANNA, Hélio. “Notas sobre ‘Raízes do Brasil’”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 30 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Hélio Vianna não destacou na resenha o 13 de maio de 1888 (embora *Raízes do Brasil* tivesse dado ênfase à data), talvez porque no título *Formação brasileira* (José Olympio, 1935) a considerasse desimportante sob o argumento de que, uma vez ocorrida a Abolição, muitos dos ex-escravizados permaneceram nas fazendas, como quem provasse, com isso, certa brandura no processo histórico em causa. Ignorava, assim, a desigual relação de forças (econômica, bélica, simbólica etc.), apesar de integrar o fluxo discursivo que valorizava a miscigenação.

lamentável mal-entendido”⁷⁰ e as páginas nas quais ele teria concorrido para defender a respeitabilidade atingida pelo Segundo Reinado em oposição às supostas conquistas do pós-1889.⁷¹ Exceção feita aos raciocínios lidos por Vianna como predeterminados e que levaram o estreado a caracterizar D. Pedro II só como um Imperador livresco. Adicionalmente, o crítico repudiou a ideia d’*O homem cordial* – ressaltando que era uma descoberta de Ribeiro Couto –, pois via neste lance uma espécie de justificativa para viabilizar a liberal-democracia no país.

Isso (re)alocava Sérgio Buarque de Holanda em um lugar distinto daquele que muitos têm buscado situá-lo, entre o flerte com ideias supostamente “do” Nacional Socialismo, de um lado, e a aparente ausência de conclusões ou posicionamentos políticos, de outro. Afinal, era como se Hélio Vianna enxergasse o livro tomando as heranças malélicas da história do país como motor de transformações sociais. Para tanto, o clima da época não era somenos.⁷² E talvez se ligasse ao debate de a edição *princeps* se lançar ao diálogo para constituir a opinião pública.⁷³

O que leva à seguinte questão: se a cordialidade, caracterizada pelo horror do isolamento consigo mesmo e, como o Zaratustra nietzschiano, declinava da solidão – daí a busca irrefreável de laços pessoais e a consequente invasão do âmbito privado nos negócios do Estado – servia, feito arquétipo tupiniquim, para amortecer a violência no contato do Velho com o Novo Mundo e explicar o peso do passado colonial no Brasil já republicano, como mudar esse *status quo*? Sem fornecer receitas ou panaceias, a discussão educacional é uma pista interessante, pois remete aos avanços que vinham ocorrendo na capital do país desde o início de 1930.⁷⁴

⁷⁰ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 122.

⁷¹ O menosprezo ao sistema republicano e o elogio à monarquia tocava em pontos caros aos movimentos católicos e não só do Brasil, como também de Portugal (Integralismo Lusitano – IL, Nacional Sindicalismo – N/S etc. que dialogaram com os futuros membros da AIB), contrários à laicidade do ensino e ao não exclusivismo de funerais e casamentos, já fornecidos pelo Estado. Seus laços se formaram através de revistas dos anos 1920-1930 (*Nação Portuguesa & América Portuguesa*), cujo estudo recente desmobiliza análises correntes dos camisas-verdes como simples fascistas ou sobre a existência de contatos só após as idas de Plínio Salgado à Europa, na década de 1930. E a despeito de suas particularidades e usos, por vezes, distintos, convergiam quanto aos preceitos cristãos, mas associado ao nacionalismo para se distanciarem dos modelos soviético ou liberal. Cf. CAZETTA, op. cit., 2016.

⁷² Aqui convém um esclarecimento. Se eu critico o apego “contextualista”, em especial dos estudos que traçam vínculos entre o volume de abertura da *Documentos Brasileiros* com a órbita de ideias da República de Weimar ou já hitlerista, soaria contraditório o procedimento adotado. Mas o que questiono são os manejos de classificações prévias (tais como: leituras de “teóricos nazistas”, de “filósofos irracionalistas” etc.), que interrogam aquelas recaídas sobre Buarque de Holanda (tratando-as como simples constructos sem, entretanto, avaliar muitas vezes as questões de memória), mas acatam sem rodeios outras tantas, desde que permitam conectar a gênese do livro às circunstâncias desejadas. Daí meu empenho em demonstrar a miríade de recepções, cuja variedade conferia sentidos de referências ecléticas ao impresso e, sendo contemporâneas, deveriam ao menos receber maior atenção.

⁷³ Isso porque, embora de 1936 a 1938 as resenhas não destacassem muito o tom ensaístico da narrativa, é preciso salientar que a natureza do gênero era essa mesmo: não propor soluções, mas colocar-se como pauta. Já se disse, aliás, que “O ensaio não responde, provoca; não resolve, discute; não fixa, desloca”. MONTEIRO, Pedro Meira. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 48.

⁷⁴ Ademais, cabe frisar que a expansão do homem cordial reduziria o indivíduo à parcela social, “que no brasileiro – como bom americano” era a que mais importava e “antes um viver nos outros”. HOLANDA, op. cit., 1936, p. 102-103. No último capítulo, *Nossa revolução* – e só em 1936 –, uma frase de Friedrich Nietzsche (1844-1900) figurou como epígrafe. Era algo como: *Um povo padece quando confunde o seu dever com a noção geral de dever*.

A par das reflexões escolanovistas e seu viés democratizante da universalização do ensino, que colocou as instituições públicas cariocas na dianteira, com o dobro de investimentos da cidade de São Paulo e o quádruplo da média nacional, no título buarqueano constam referências dessa pauta que Anísio Teixeira, um dos líderes do grupo, subscreveria.⁷⁵ A ele se atribui a idealização da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935. Nela, Buarque de Holanda foi inicialmente contratado para assistir ao professor Henri Tronchon na cadeira de Literatura Comparada, por um ano letivo, com as respectivas portaria e aprovação saídas em 13 e 25 de maio de 1936.⁷⁶ Meses antes, portanto, do lançamento de *Raízes do Brasil*, em outubro.

O projeto acadêmico da UDF advinha da administração de Pedro Ernesto, prefeito que descumpriu as ordens de submetê-la ao poder central, iniciando essa experiência na história do ensino superior no país, para formar profissionais que fizessem ciência e atuassem em uma sociedade democrática, atenuando a gerência da coisa pública pelo capricho dos governos. Tendo em vista tal esforço, contrataram docentes estrangeiros e a fundaram com cinco áreas: Economia & Direito (que englobava a História), Filosofia & Letras, Ciências, Educação e Artes.

Na proposta havia níveis de especialização, apesar de pensada para formar professores secundários, o que fez a UDF não adotar a tradição que conjugava os cursos de História e Geografia, como ocorria na Universidade de São Paulo (USP), fundada um ano antes. Incluía o estudo de línguas (inglês, alemão e francês) e seguia as diretrizes do *Comité International de Sciences Historiques* (CISH, de Paris) para evitar o culto a personagens e a valorização do viés político. Isto foi acatado na reforma de Francisco Campos, que extinguiu a História do Brasil em prol da História das Civilizações, revisando tais posturas nos manuais didáticos. Mas, em novembro de 1935, a universidade se viu em apuros com a Intentona comunista, que forçou a demissão de Anísio Teixeira, Secretário Municipal de Educação, e de Afrânio Peixoto, médico e docente, reitor à época. Muitos foram vistos como simpatizantes das ideias “vermelhas”, abrindo uma grave crise, seguida da prisão do prefeito, acusado de colaborar com o levante.⁷⁷

⁷⁵ Cf. WEGNER, op. cit., 2016, p. 116-118. Contrários ao entendimento das conquistas da civilização, pelo triunfo do homem, como materialista – pois diziam que os progressos técnico-científicos no domínio das forças naturais vinham de uma larga elaboração espiritual – os signatários da ideia de uma Escola Nova (1932) eram: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Edgar Roquette-Pinto, Cecília Meireles etc. Eles propunham socializar essas conquistas através das elites, cuja tomada de consciência deveria representar os anseios das massas e de todos que gravitasse em torno delas. Cf. AZEVEDO, Fernando et. al. *Manifestos dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

⁷⁶ Série: Vida Pessoal. 16 – Portaria de contrato de SBH, como Professor de Literatura Comparada, Secção de Línguas Estrangeiras da Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Distrito Federal, 13 maio. 1936. c.as. 4p. Vp 16 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁷ Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Segundo esta autora, no curso de História estavam Afonso Arinos (História da Civilização no Brasil); Arthur Ramos (Psicologia Social & Psicologia Geral); Delgado de Carvalho (Sociologia Educacional, Geografia Humana & História da Civilização); Gilberto Freyre (Antropologia Social e Cultural & Sociologia);

É possível asseverar que na gênese da instituição estivesse os debates da Escola Nova, cujo manifesto dissertava sobre os problemas de um povo *em formação*. Tratava-se, segundo o documento, de um país sem uma cultura genuína, forjado por elementos dispersos, sem coesão social e indisciplinado: marca-problema dos tempos, acentuada nessas condições históricas e tornada gravíssima quando o fenômeno da urbanização avançava atrofiando as sociabilidades do círculo familiar.⁷⁸ Convinha, portanto, integrar os indivíduos à configuração que emergia. Porém, longe de sustentar análises raciais que justificassem quaisquer estágios civilizatórios do Brasil, seu *Manifesto* salientou a heterogeneidade étnica e a desigual distribuição das três raças pelo território, só modificada por fluxos migratórios que alteravam as formas sociais.

A publicação escolanovista dizia ainda que a sociedade brasileira não havia atingido o estágio de organização e estabilidade conforme, entre outros, os Estados Unidos. Faltava-lhe o mundo acadêmico para superar os desafios, pois a literatura científica nacional raramente atendia ao rigor do pensamento moderno, sendo as exceções os campos das análises política e social, apontando-se aí os trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Afirmava-se que tal espírito surgiria do suor do rosto, sendo necessário se espelhar nos aparelhos educacionais de países da antiga América espanhola, como o México, o Uruguai, a Argentina e o Chile.⁷⁹

Ora, não era Francisco José de Oliveira Vianna uma figurava central na tradição evocada pela comunidade de leitores buarqueana? E não haveria nesta miragem às ex-colônias hispânicas a possibilidade de paralelo com a crítica da “obra” de estreia deste último ao gosto do bacharelismo arranjado em Coimbra e à distinção entre trabalho e aventura? Pelo sim, pelo não, o fato é que no certificado emitido pela UDF – assinado pelo velho amigo de Sérgio Buarque de Holanda dos anos de estudos em Ciências Jurídicas e da revista *Estética*, Prudente de Moraes, neto, então Diretor da Escola de Filosofia & Letras, que respondia também pela área

Isnard Dantas Barreto (História da Idade Média e Moderna); Jayme Coelho (História da Antiguidade & Prática de Ensino); João Batista de Mello e Souza (História da Civilização na América); José Maria Bello (História da Civilização); Luiz Camillo de Oliveira (História das Artes e das Indústrias & História da Civilização no Brasil); Henri Hauser (História Moderna); Eugène Albertini (História Antiga); e Pierre Deffontaines (Geografia Humana).⁷⁸ Até aqui a afinação das teses buarqueanas é incrível, pois, em 1936, *Raízes do Brasil* registrou que, “Segundo os pedagogos e os psicólogos mais venerados de nossos dias, a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida em sociedade, fora da família”. HOLANDA, op. cit., 1936, p. 96.

⁷⁹ Cf. AZEVEDO, op. cit., [1932] 2010. Em meio à defesa de um ensino público, obrigatório, laico e gratuito, o documento enfatizava que sua função consistia em conferir um teor humano aos estudos, “preparando-se para formar ‘a hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação” (p. 40). Tudo alinhado a sentimentos comunitários de unidade (e não uniformidade) nacional, contrários à centralização apontada como estéril e odiosa, infrutífera à geografia do país e da urgência de adaptação escolar às demandas regionais. Se exitoso o plano, acreditavam na possibilidade de sanar aquilo que viam como o grande problema das democracias: a educação das massas, pois “os melhores e os mais capazes, por seleção, deve[ria]m formar o vértice de uma pirâmide de base imensa” (p. 58).

de Economia & Direito –, ficou registrado que o requerente assistiu outro professor francês, desta vez Henri Hauser, em 1936, na cadeira de História Moderna e Econômica.⁸⁰

Se se atentar ao debate que ia dos fundamentos do país – se já autêntico ou alimentado por seiva europeia –, à urbanização – que levava ao desaparecimento do homem cordial e, com ele, do poder da família –, passando pela questão racial nas comparações com a América do Norte e as ex-colônias de matriz espanhola, tudo cresce em importância conjunturalmente e do ponto de vista micro das recepções.⁸¹ Outros aspectos, nada desprezíveis, respeitavam aos embates com os movimentos das reações católicas, aquém e além-mar, pois, via de regra, estes combatiam o ensino laico – alijada que a Igreja foi, em parte ao menos, dos processos educacionais –, repudiavam a modernidade e a ciência, vinculando-as à queda moral das sociedades.⁸² Assim, propunham o municipalismo por vezes autônomo e ora subordinado à instância central, distanciando-se da Escola Nova cujas teses caminhavam na direção oposta.

A instauração do Estado Novo em novembro de 1937, porém, levou à dissolução da UDF, cujos quadros sobreviventes do “expurgo comunista” foram incorporados ao projeto da Universidade do Brasil (UB) e, dois anos depois, à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Esta seria submetida ao controle da Igreja Católica e dirigida, justamente, por Alceu Amoroso Lima que, depois de inaugurado o projeto, enviou uma carta ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, cobrando uma postura repressiva do governo aos socialistas como Anísio Teixeira, em benefício da chamada paz social, deixando tais postos a homens confiáveis moral e tecnicamente. Contudo, a FNFfi acabou nas mãos de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, intelectual carioca adepto da AIB, mas que dela se afastou quando a viu se insurgir, em 1938, contra Vargas. Nesse cenário, a UB desfez o plano da UDF: juntou os cursos de História e Geografia e ignorou as diretrizes do CISH fazendo retornar as ideias sobre as civilizações “do” e não “no” Brasil, com uma narrativa e ensino de perspectivas heroicas, atenta a fatos, que reintroduziu a ênfase na formação de professores, sem produzir pesquisa.⁸³

⁸⁰ Série: Vida Pessoal. 22 – Certidão referente ao período em que SBH exerceu a função de Professor Assistente da Cadeira de História Moderna e Econômica na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Distrito Federal, 5 abr. 1938. c.as. 2p. Vp 22 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸¹ Estou ciente de que a ideia da decadência dos traços cordiais face ao desenvolvimento das cidades ficaria mais nítida na edição-versão de *Raízes do Brasil* de 1948. Todavia, aponto tais coincidências discursivas inerentes à pauta da inteligência nacional, pois elas ajudam a fundamentar a hipótese de feita às pressas da “obra” de estreia.

⁸² Tal emaranhado tendia a limitar o sufrágio das classes populares, por enxerga-las como incapazes de escolher os governos, o que enfraqueceria as tradições e corromperia as formas “naturais” de poder, como a monarquia hereditária. CAZETTA, op. cit., 2016, p. 35. Ainda nas palavras desta referência, mesmo ligados a vários grupos, José Lins do Rego (que fez a ponte de Gilberto Freyre com José Olympio), Oliveira Vianna (intelectual bem considerado na comunidade de leitores em apreço e Diretor da Seção fluminense de Estudos da AIB, em 1933-1934), Plínio Salgado (futuro líder do movimento integralista, atacado em *Raízes do Brasil*) e Hélio Vianna (crítico da vez nessas análises sobre a recepção da “obra” de estreia buarqueana) ao menos flertaram com a causa religiosa.

⁸³ Cf. FERREIRA, op. cit., 2013.

E é aí que entra Hélio Vianna como catedrático de História do Brasil da FNFi, afinado com o grupo católico do Centro Dom Vidal, os integralistas e, depois, o governo do Estado Novo, equilibrando-se nessas posições ao assumir o posto. Mas voltando à sua resenha de aproximadamente um ano antes, mesmo após listar o que entendia por acertos do livro, parecia preparar o terreno para o golpe final. Flertando com as esferas supracitadas, anotou que Buarque de Holanda saía de “simples comentários ou do jogo mais ou menos artificioso das ideias, quando surpreendentemente ataca[va] como pacífico o Integralismo”.⁸⁴ Dizia que o autor caía nisso, sobretudo, ao cobrar objetividade nos trabalhos de Oliveira Vianna e quando teria mostrado incompreensão da tese de Octavio de Faria, em *Maquiavel e o Brasil* (Schmidt, 1931).

Ora, só raramente se ataca algo por ele ser incruento. Talvez tenha escapado ao crítico o tom de deboche que espezinhava o chamado *mussolinismo indígena*. Quanto ao autor de *Populações meridionais do Brasil* (1920) que foi descrito, de fato, como patriótico, Sérgio Buarque havia anotado que a sua teoria da “força centrífuga” era “artificiosa e extravagante”, porque “tendente a mostrar que as formas sociais instituídas” no país vieram “exclusivamente da ação tirânica do ambiente americano agindo sobre a gente de ultramar”.⁸⁵ A propósito da referência ao impresso da Livraria Schmidt, era a “Nota E” de *Raízes do Brasil* que abordava este estudo, reproduzindo uma resenha ao livro de Faria que tinha sido publicada, em dezembro de 1933, no *Boletim de Ariel*, existente há dois anos sob a direção de Agripino Grieco.⁸⁶

Buarque de Holanda chamou Faria de “um dos nossos fascistas” ao falar das crises vigentes e das energias necessárias à salvação da sociedade, dizendo que ele exaltava Nicolau Maquiavel (1469-1527) como anti Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e possuía uma imagem de cidade que não era a de Agostinho de Hipona (354-430 d. C.), por entender que os homens não prestavam. Daí aceitava tudo quanto se dirigisse contra eles, pois os fins justificavam os meios, fórmula absorvida como prédica também entre os Jesuítas. No livro, Faria defendia um Estado conduzido por personagens excepcionais, posto que não o definia como impessoal e abstrato. A tendência democrática, “fundada no conceito da bondade natural do homem, é[ra] assim vencida pela da tirania, criada pelo indivíduo de exceção, Cesar Borgia ou Mussolini”.⁸⁷ Mas, segundo a resenha de 1933, Octavio de Faria se calava quando esperavam dele a indicação de um nome, sendo isso estranho já que ele visou fornecer saídas às misérias daquele tempo.

⁸⁴ 045. VIANNA, Hélio. “Notas sobre ‘Raízes do Brasil’”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 30 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁵ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 166 (Nota B). Embora o estudo de Francisco José de Oliveira Vianna tivesse sido publicado inicialmente por Monteiro Lobato, Sérgio Buarque estava trabalhando com a terceira edição, de 1933, impressa como volume 8 da coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional.

⁸⁶ Cf. LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2000.

⁸⁷ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 175.

Assim, se a recepção de Hélio Vianna aparentasse ser ácida, valeria aguardar alguns meses até o surgimento daquela que Alberto Bittencourt Cotrim Netto assinaria em 1937. Em resenha impressa em 3 de fevereiro n’*A Ofensiva*, periódico carioca da Ação Integralista Brasileira (AIB), sua fala era um ataque: “Os maus livros sempre foram veículos de perniciosas propagandas”. Ainda segundo este argumento, piores eram os que surgiam “sob a capa de ‘preciosidade’, embandeirados em arco de prefácios laudatórios e publicidade bem urdida!”⁸⁸

A despeito das tentativas e bons esforços da marca LJOE – que tinham um horizonte na busca pela padronização de seus discursos e política difusora –, demonstrei que as resenhas de propaganda ou anônimas estavam longe de balizar um *ato editorial* profissionalizado. Fosse pela não diferenciação do setor ou a inexpressividade de quem assinava o volume inicial, “à sombra das palmeiras” e do “Ulysses pernambucano”, o fato é que, comparado aos pares mais ou menos coevos, Buarque de Holanda prosseguia como um intelectual não reconhecido. Tal circunstância é que, de certo modo, viabilizava artigos enfurecidos.

Isso fica latente quando Cotrim Netto poupou, pela economia de palavras, o líder da iniciativa, só referido como prefaciador e autor de *Casa-grande & senzala*. Mas, no caso de *Raízes do Brasil*, o verbo seria abundante, pois, em sua percepção, este fora lido de maneira generosa pela crítica fazendo com que ele a classificasse de “*camarada*”. Afirmou ter ficado espantado que suas teses mirassem, quase sempre, as “conclusões há muito estabelecidas e que traz[ia]m a chancela dos nossos grandes sociólogos, principalmente de Oliveira Vianna”.⁸⁹

O enlace poderoso dessas coincidências que retornavam à tradição evocada, concentra boa dose da trama desfiada até aqui. Disputado por integralistas e não menos pelos grupos católicos ou da Escola Nova, o intelectual fluminense era conhecido, sobretudo, por conta do livro *Populações meridionais do Brasil*. Embora publicado em 1920, pela Monteiro Lobato e Cia., vale dizer que, face a uma das cercanias deste Capítulo, leia-se: 1938, o livro de Francisco José de Oliveira Vianna já entrava em sua quarta edição, pela Companhia Editora Nacional.

No impresso, Oliveira Vianna tecera uma análise sobre a República e o liberalismo como artificiais, pois, segundo ele, o *éthos* do país era rural, próximo até do feudalismo europeu, mas não por conta de dependência econômica, militar ou solidariedade religiosa, e sim pela falta de amparo legal eficiente aos desvalidos de toda sorte. Assim, ao interpretar a aristocracia portuguesa, mostrava como esta tinha se diferenciado nos ares tropicais, longe das paisagens do Velho Mundo, levando ao esvaziamento das tradições nobiliárquicas por ter se isolado no

⁸⁸ 062. COTRIM NETTO, Alberto B. “Raízes do Brasil”. *A Ofensiva*, Rio de Janeiro (RJ), 3 fev. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁹ Idem.

imenso território, o que redundara nos mandonismos locais. Nesse sentido, via 1888 como marco na ruptura desses laços singulares entre os latifundiários e as gentes do campo. Não defendia, necessariamente, as posturas monarquistas, mas a ideia de um Estado forte conduzido pelas elites, bem de acordo com o fluxo do discurso social em voga nos círculos intelectuais.⁹⁰

Somado a isto havia o debate etnográfico no IHGB, que vinculava evolucionismo com posições doutrinárias do pensamento cristão, interessando-se pelos trabalhos sobre o povo brasileiro do estudioso fluminense, cujo sucesso o levou a ingressar no Instituto já em 1924. A pedido da agremiação, atenta ao centenário de D. Pedro II, e mesmo não correspondendo às suas predileções à época, ele escreveu *O ocaso do Império*, saído em 1925 pela Melhoramentos. A importância disso está em mensurar o capital simbólico de Oliveira Vianna, pois um anúncio de sua segunda edição motivou disputas entre esta última “casa” com aquela que republicaria seu título de 1920 e cedera espaço às novas versões do seu livro *Raça e assimilação* (1932).⁹¹

Desse modo, sua figura representava toda uma *plataforma geracional*.⁹² Os traços de suas linhas mestras procuraram demarcar um certo modernismo; passando à opacidade entre ser de esquerda ou de direita; aos debates sobre o governo ideal face à mestiçagem, para valorizá-la; às comparações do Brasil com os Estados Unidos ou os países da América Latina, tomando por vezes o caminho da alegoria literária de Ariel *versus* Caliban; além do rechaço aos modelos republicano e liberal, volta e meia aliados às posições monarquistas ou conservadoras, como alternativas entre a democracia ocidental e o socialismo soviético; bem como pendendo à *Reação Católica* e/ou à AIB, com seus nacionalismos típicos de 1920-1930, sem carecer de viagens além-Pirineus para neles se encontrar nexos efetivos com outros movimentos.

Assim, não soa ocioso dizer que Alberto Bittencourt Cotrim Netto era o novo leitor a tomar Oliveira Vianna como referência. O crítico dizia desconhecer os motivos dos escritos

⁹⁰ Cf. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 4.ed. Coleção “Brasílica” (v. 8). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Com isso, mesmo diante dos embates anotados pelos leitores, as coincidências temáticas e interpretativas entre ele e Sérgio Buarque de Holanda impressionam: ambos aludiam ao artificialismo da democracia; falaram do predomínio rural; da distinção da gente ibérica no Novo Mundo; e do peso da Abolição.

⁹¹ O embate era justificável e foi vencido pela Melhoramentos talvez por força de acordos contratuais prévios. A afirmação do seu prestígio se notava até na troca de cartas com o proprietário da Companhia Editora Nacional, Octalles Marcondes Ferreira, que dava a ler uma proximidade afetiva. VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 235-238. Nos dizeres desta pesquisa, a terceira edição d’*O ocaso do Império* ocorreu em 1952, ano seguinte à sua morte, pela LJOE, que já detinha seus direitos autorais. Esta demora não indicava o decaimento da fama intelectual, pois lembro que, desde o lançamento da “obra” de estreia buarqueana, anunciava-se outro livro de Vianna (não publicado) na *Documentos Brasileiros*.

⁹² Tomo esta expressão para demarcar que a perspectiva aqui assumida não se coaduna simplesmente com aspectos vinculados à faixa etária dos agentes envolvidos em determinados processos espaço-temporais. Busco, ao contrário, atentar à historicidade das experiências e discussões como marcadas ou não por um compartilhamento de ideias, buscando mostrar a contemporaneidade ou a *não contemporaneidade dos contemporâneos*, conforme célebre expressão do historiador da arte Wilhelm Pinter. Cf. WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de geração de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 2, v. 25, p. 205-224, ago. 2010.

buarqueanos contestarem o estudioso fluminense e afirmava também não saber as razões pelas quais tanto se defendia, no volume de abertura da *Documentos Brasileiros*, a existência da “índole anarquista, individualista e irreligiosa do nosso povo”.⁹³

Todavia, nem tudo era elogios ao autor de *Populações meridionais do Brasil* ou ao de *Casa-grande & senzala*, pois um dos nomes que passou a atacá-los foi o de Alfredo Ellis Júnior, no livro *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (1936), que saíra na *Brasiliiana*, da Companhia Editora Nacional. Nesta oportunidade, ao atualizar o seu texto – porque se tratava da republicação de *Raça de gigantes* (1926) –, ele anotou que Oliveira Vianna tinha representado mal os séculos iniciais da história de São Paulo por se deter no XIX; e que Freyre descrevia unicamente o “Norte”. E foi além: disse que enquanto a economia do açúcar levava ao patriarcalismo aristocrático, à base de braços escravizados, a do café se erguera sob manto democrático, autossuficiente e empreendedor, fruto só da miscigenação lusa com os nativos. Ellis Jr. excluía, assim, o elo africano de sua análise.⁹⁴

Vale salientar que a recepção estabelecida por Cotrim Netto tratou esses aspectos como se fossem os da sua contemporaneidade e não da sociedade colonial. Afinal, muito embora a inventividade do leitor chancelasse tal fala, também o impresso, confuso no vai-e-vem passado-presente, autorizava a observação que poderia lhe desvirtuar a narrativa.

Não importava ao crítico o fato de Sérgio Buarque negar o peso do aristotelismo na filosofia de Tomás de Aquino (1225-1274), o valor da Era Medieval ou a grandeza das épocas tradicionalistas. Somente não poderia admitir sua manifestação impune a propósito da ideia sobre os grêmios coloniais como organizações incipientes ou efêmeras se comparados aos da América espanhola.⁹⁵ Ou então quando a pauta era “a doutrina do Estado Totalitário”, pois afirmou que Sérgio Buarque de Holanda havia tentado vincular esta seara com o Integralismo, proclamando “Carl Schmitt, da Universidade de Berlim, seu teorizador”.⁹⁶

Ora, esta recepção ajuda a desmobilizar o vínculo comumente operado entre Schmitt e os movimentos italiano ou alemão.⁹⁷ Nas palavras de Cotrim, os grupos ditos conservadores e

⁹³ 062. COTRIM NETTO, Alberto B. “Raízes do Brasil”. *A Ofensiva*, Rio de Janeiro (RJ), 3 fev. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹⁴ MONTEIRO, op. cit., 1994, p. 84.

⁹⁵ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 32.

⁹⁶ 062. COTRIM NETTO, Alberto B. “Raízes do Brasil”. *A Ofensiva*, Rio de Janeiro (RJ), 3 fev. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Buarque de Holanda tinha, de fato, situado o professor alemão nesta categoria. Mas registrara também que Carl Schmitt, a exemplo de Octavio de Faria, tinha ido muito longe, ao “pretender que todas as teorias políticas puras hão de pressupor o homem forçosamente como um ente ‘mau’ por natureza”. HOLANDA, op. cit., 1936, p. 155.

⁹⁷ Assim, à diferença das ditaduras tradicionais, se “os Estados fascista e nazista alcançaram o controle absoluto das relações sociais – pressuposto do conceito de totalitarismo –, eis, no entanto, matéria de amplo debate historiográfico na segunda metade do século XX. [...]. Há décadas os historiadores usam o conceito [...] não para

reacionários, brasileiros ou europeus, não poderiam receber tal alcunha, pois a proposta da AIB e do Estado Totalitário não eram iguais, o que impediria incluí-los na mesma categoria ao tempo do lançamento de *Raízes do Brasil*. Assim, a despeito da idealização do passado ou das tradições em suas ideologias, seus usos e fins eram diferentes: uns se apropriavam deles para restaurar certas condições históricas, outros para indicar um futuro predestinado, moderno.⁹⁸

No que toca à oposição ao aspecto anárquico dos tempos coloniais, é interessante notar que este gesto de Alberto Cotrim se inscrevia em uma perspectiva questionadora da falta de parcialidade na “obra” de estreia, embora ele também procedesse em prol de outras filiações.⁹⁹ Indo um pouco mais longe, poder-se-ia dizer que nesta recusa à “confusão” dos primeiros séculos existia um desejo, institucionalizado no IHGB ao menos desde 1934, de valorizar tal passado como quem erigisse em torno dele as bases para uma legítima civilização *do Brasil*.¹⁰⁰

Não é à toa que Cotrim sugeria ao autor a leitura de Affonso d’Escragnolle Taunay. Curiosamente, como já se disse aqui, este fora mestre e ex-professor tanto de Alfredo Ellis Júnior, que dava vazão às teses de uma história reificada, quanto de Sérgio Buarque de Holanda nos anos ginasiais e, no caso deste último, teria intermediado até mesmo a publicação de seu primeiro artigo na imprensa paulista, *Originalidade literária*. O resenhista indicava também a referência de Capistrano de Abreu, representante do ofício de historiador, e ainda Rocha Pombo, cuja produção didática empreendeu um viés nacionalista da Colônia à República. Desse modo, o crítico afirmava que, pela leitura de *Raízes do Brasil*, eles seriam de grande valia devido à “pesquisa das fontes dos arquivos”,¹⁰¹ situando-os como exemplares e úteis.

Quanto ao desacordo em se apontar Schmitt como teórico do totalitarismo, a sugestão bibliográfica de Alberto Cotrim era outra: *L’Allemagne nouvelle*, de Henri Lichtenberger, pois

reafirmar uma hipertrofia do Estado que teria levado à dissolução da sociedade civil, mas para especificar aqueles regimes que tentaram fazê-lo”. ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de direita na Europa do entre guerras: o fascismo e o nazismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 355-378, maio./ago. 2017, p. 361.

⁹⁸ Apesar de homogeneizar os grupos como *fascistas*, que não acato face ao caráter racial do Nazismo desde o início, concordo com a análise de que o marxismo ajudou a lhes inculcar a marca conservador-reacionário, pois eles se opunham à revolução socialista. Porém, tais alianças se davam antes “por parentesco ideológico e conveniência política, especialmente num período de grande agitação social e política como foi o entre guerras”. BERTONHA, João Fábio. Sobre fascismos e ditaduras: a herança fascista na formação dos regimes militares do Brasil, Argentina e Chile. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 203-231, jan./jun. 2015, p. 206.

⁹⁹ Na historiografia que se queria moderna, a neutralidade ante aos fatos era basilar – e demarcou a exemplaridade de João Capistrano de Abreu, a partir dos anos 1930 –, pois uma ciência não deveria elaborar uma “verdade ética” engajada com as posturas intelectuais, políticas, religiosas etc. do pesquisador. GOMES, op. cit., 2013, p. 93-121.

¹⁰⁰ Reclamar um *status* civilizatório invalidando a ideia de “anarquismo”, remetia à pauta do debate curricular que marcara as reformas educacionais da década de 1930, de Francisco Campos, que adotou as diretrizes do *Comité International de Sciences Historiques* (CISH), a Gustavo Capanema, que cedeu às pressões dos grupos católicos. Como aponte, isso ecoou na própria Universidade do Distrito Federal (UDF), depois incorporada à Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), que reabilitou o viés nacionalista na história brasileira, contando com Hélio Vianna.

¹⁰¹ 062. COTRIM NETTO, Alberto B. “Raízes do Brasil”. *A Ofensiva*, Rio de Janeiro (RJ), 3 fev. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

aí estariam as melhores explicações sobre esta doutrina.¹⁰² Mediante tal estratégia, o crítico preparava um dispositivo para voltar ao tema do Integralismo. Frisando os “erros” na “obra” de estreia buarqueana, afirmou que não parecia existir propensão no autor a assuntos do Direito Público, pois, se houvesse, jamais confundiria o ideário do *Sigma* com o Fascismo. Mesmo convergindo ao modelo corporativo, enfatizou suas propostas distintas de Estado. Para Cotrim, Plínio Salgado – a quem tratou como Chefe Nacional – levaria o Brasil ao municipalismo que destoava da centralização da Itália, com Roma à testa do poder político-administrativo.¹⁰³ Por fim, chamou o escritor de *moço esforçado*, aconselhando-o a estudar “um pouquinho mais”, não o idioma alemão, “mas, a par do vernáculo, sociologia, muita sociologia de verdade”.¹⁰⁴

Essas passagens são interessantes para refletir o quanto a AIB já se esforçava para traçar sua originalidade diante dos movimentos peninsular e germânico, que, como se viu, não eram homogêneos, unindo-os mais a postura de terceira via e o combate ao socialismo real, à época, ou seja, o governo soviético.¹⁰⁵ No mesmo tom, feito um *Anauê!* ameaçador e irônico, Cotrim Netto agradeceu a Buarque de Holanda, “em nome de um milhão de ‘fascistas’”,¹⁰⁶ por aquilo que leu como benevolência sua na desclassificação do Integralismo como grupo extremista.

2.3. Elogio da mestiçagem e reencontro com os sertões, *locus* revolucionário?

Sob o pseudônimo de Hélios, o próximo leitor é Menotti del Picchia, que seguiu a tônica dos elogios à coleção e ao diretor da iniciativa, registrando que o título de Sérgio Buarque de Holanda enriquecia a cultura do país, pois esta abundava nele.¹⁰⁷ Afirmou que, na “obra”, os

¹⁰² Procurei em acervos de Paris, sem êxito, esse livro. Ao que tudo indica ele também foi publicado em 1936.

¹⁰³ O que pude levantar quanto à trajetória de Alberto Bittencourt Cotrim Netto (1913-1994), até o momento de sua assinatura na resenha sobre o título de Sérgio Buarque, é que ele era catarinense, filho de Alberto Bittencourt Cotrim Filho e Angélica da Silva Leite, formado pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1936. Foi consultor jurídico da Organização Henrique Lage, professor de Direito da Universidade do Brasil (UB) – só não sei se antes ou depois de publicar seu artigo sobre o livro – e diretor do semanário *Idade Nova*. Participou da AIB, considerado da ala jovem, voltado às soluções dos desafios jurídicos-institucionais do país, ao lado dos nomes de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Luís da Câmara Cascudo, Alberto Guerreiro Ramos, Américo Jacobina Lacombe etc. Cf. o nº 22 / 22 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buaqueanos*.

¹⁰⁴ 062. COTRIM NETTO, Alberto B. “Raízes do Brasil”. *A Ofensiva*, Rio de Janeiro (RJ), 3 fev. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰⁵ Mesmo assim, à “semelhança do bolchevismo que repudiavam, o fascismo e o nazismo apresentaram-se como alternativa ao modelo liberal”. Quanto às suas diferenças, alguns estudos apontam que, até 1936, o regime de Benito Mussolini manteve certa independência, mas se conectava às forças da Igreja, da monarquia e da burguesia. Logo, a “reviravolta totalitária” teve menos a ver com uma aproximação com a política hitlerista (embora fosse nesse tempo que a Itália adotara uma postura oficial declaradamente racista) e mais com um projeto de “revolução”, fundado no viés nacionalista contestador do *status quo*. ROLLEMBERG, op. cit., 2017, p. 360- 365.

¹⁰⁶ 062. COTRIM NETTO, Alberto B. “Raízes do Brasil”. *A Ofensiva*, Rio de Janeiro (RJ), 3 fev. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰⁷ Menotti del Picchia (1892-1988), era natural de São Paulo (SP), filho de Luigi del Picchia e Corina del Corso (imigrantes italianos). Formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da capital paulista, em

temas eram abordados de forma profunda e com objetividade. Mas que exigiam uma leitura vagarosa por respeitar a um dos países de formação mais complexa, pela maneira que “foi colonizado, as influências poli genéticas que reag[ia]m no seu plasma racial, sua vasta extensão territorial exposta aos mais variados climas e aos ambientes econômicos os mais diversos”.¹⁰⁸

Estavam colocadas, assim, as referências à temática que, aos olhos de hoje pode figurar como uma confusão acerca do assunto, mas não o era à época. Os termos utilizados permitem refletir sobre a tópica que, se ainda não estava completamente positivada, ao menos seguia nessa direção. Isso porque contribuía com uma leitura do caráter harmonioso das relações entre o branco, o negro e o índio na história do país até àquela contemporaneidade e cujas linhas de força circulavam pavimentando o terreno onde se firmaria a ideia de *democracia racial*. Antecipando-se ao surgimento de *Casa-grande & senzala* (1933), essas teses ganharam corpo no seio da intelectualidade, ao fundamentar muitas das causas e confrontos do modernismo.¹⁰⁹

Desse modo, não é mera casualidade que Picchia integrasse os círculos do *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), e tivesse participado do grupo Verde-Amarelo, nascido nesse espaço redacional, em 1924, junto de nomes já debatidos aqui, componentes da discussão racial, como: Alfredo Ellis Júnior e Plínio Salgado, somados aos de Candido Motta Filho e Cassiano Ricardo, que atuavam no periódico.¹¹⁰ Assim, valorizavam o mito do Curupira: protetor das florestas, avesso às invasões estrangeiras e ao litoral, cujos pés voltados para trás agia feito metáfora de retorno ao passado idealizado como Eldorado.¹¹¹

A questão é ampla, mas sua observância serve para reunir os vários fios dessa urdidura receptiva de *Raízes do Brasil*. Isso porque, não bastasse a longevidade de certos nomes no centro dos debates, ou a sua “onipresença” em vários grupos, o caso em tela permite apresentar novos ângulos dessa configuração.¹¹² Em contrapeso ao tom extremamente patriótico do verde-

1913. Chefiou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do estado, atuou no Movimento Modernista e em jornais. Integrou o gabinete de Pedro Toledo, interventor e líder da Revolução Constitucionalista de 1932. Até 1936, publicou: *Juca Mulato* (poesia – Itapira: Casa Paladini, 1917); & *O despertar de São Paulo* (ensaio – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933). Cf. o nº 6 / 6 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁰⁸ 025. HÉLIOS (Menotti del Picchia). “Sociais”. *Diário da Noite*, São Paulo (SP), 12 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰⁹ Ao longo das primeiras décadas do século XX foram mobilizados os elementos para a interpretação do Brasil que, embora hierarquizasse as “raças” e ora ou outra ignorasse africanos e nativos, criou um ambiente receptivo às ideias de Gilberto Freyre. Cf. GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de *Casa-grande & senzala*. *Remate de Males*, Campinas, n. 20, p. 47-57, 2001.

¹¹⁰ Por integrarem a segunda comunidade de leitores, voltarei a Motta Filho e a Cassiano Ricardo no Capítulo 3.

¹¹¹ Sobre esse tema, Cf. VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 375-377.

¹¹² Lembrando que o primeiro artigo de Sérgio Buarque, *Originalidade literária*, foi publicado em 1920 no mesmo *Correio Paulistano*. Cf. o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*. Longe de fornecer subsídios que endossem seus laços com essas vertentes, a utilidade da informação se presta a enfatizar a fluidez dos trânsitos em um *campo intelectual* pouco diferenciado.

amarelismo, o *Manifesto Antropófago* apareceu em maio de 1928, no qual se observa a defesa do interesse por tudo o que fosse alheio, apesar de nele figurarem líderes das correntes que combatiam. Ao reunir o cipoal de referências que circulava e alcançaria a década do volume de abertura da coleção *Documentos Brasileiros*, Oswald de Andrade mencionou desde Sigmund Freud e a catequese, para chegar à reação aos *importados de consciência enlatada*, ao *esquecimento das conquistas interiores* ou às *elites vegetais*, que se comunicavam com o solo.

Apesar de tratados por outros prismas, todos esses temas eram caros à “obra” de estreia buarqueana. Foram usados em protesto ao desconhecimento nacional daquilo que era “urbano, suburbano, fronteiro e continental”, mas apontando a experiência nos trópicos como decisivas para a Europa obter a sua “pobre” *Declaração dos direitos do homem*. Citou até o bacharelismo e o passado recente, anotando que a Independência do Brasil não havia sido “proclamada”, pois, mesmo com a exclusão da dinastia, era “preciso expulsar o espírito bragantino”.¹¹³

E o próprio signatário do manifesto fez questão de ridicularizar os colaboradores do *Correio Paulistano* por meio de uma nota em que fingia ser o Presidente do estado de São Paulo, cujos atos oficiais ordenava que o órgão da imprensa não tratasse mais “sobre a lepra e sobre o movimento Verde-Amarelo”. Isto parametrizava a patologia ao grupo e ainda terminava confundindo, propositadamente, seus sobrenomes, como quem os caracterizasse pela falta de originalidade de ideias, já que a qualquer um deles poderia se atribuir a autoria delas, da seguinte forma: “Destá resolução foram devidamente notificados o Serviço Sanitário e aos srs. Menotti Salgado, Plínio Ricardo e Cassiano del Picchia”.¹¹⁴ Ora, anos mais tarde não seria tal estratégia narrativa que seria mantida com o *mussolinismo indígena* de Sérgio Buarque?

Seja como for, no embate residia distintas visões sobre o Brasil e (re)apropriações de velhas imagens literárias, pois as próprias teses antropofágicas continham uma nova leitura do Caliban shakespeariano na dúvida do *tupi, or not tupi* do manifesto (porque a etnia do trocadilho não era canibal, mas antropófaga: comiam seus adversários por vingança). Por isso, talvez, tenha acionado essa questão para devorar as heranças das letras europeias, reelaborando-as autonomamente com a marca local de consumo da carne humana, sim, mas apenas a do inimigo.

Porém, o que tudo isso teria a ver com o clima de emergência da edição *princeps* de *Raízes do Brasil* e as duas principais questões (formas de governo e debate racial) discutidas

¹¹³ ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, n. 1, maio. 1928, p. 3 e 7. Aqui é interessante perceber que, no centro do manifesto, havia a reprodução de *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral. Décadas mais tarde, quando a Companhia das Letras adquiriu os direitos autorais sobre *Raízes do Brasil*, nos anos 1990, a imagem escolhida para substituir, na capa, a palmeira-imperial, foi exatamente esta.

¹¹⁴ Entre outros, também Amoroso Lima (chamado de Tristinho de Ataúde, em zomba ao seu pseudônimo) e Mário de Andrade (pelo catolicismo e ar professoral) foram atacados no (anti)anúncio do *Diário de São Paulo*. LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2017, p. 99-100.

em sua comunidade de leitores? Talvez, possa-se inferir que, além da circularidade dessas pautas em esferas distintas – que iam dos Institutos Históricos às instâncias educacionais –, coincidiam nelas o nome de muitos intelectuais. Daí que seus vínculos podem ter se constituído na crítica ao modernismo, que foi além do prisma literário, nas décadas subsequentes dessas provocações aos colaboradores do órgão oficial do PRP.¹¹⁵

No caso da resenha à “obra” de estreia buarqueana, entretanto, apesar dela também ter sido veiculada, sobretudo, em São Paulo, é preciso dizer que esta saiu no dia 12 de novembro de 1936, no *Diário da Noite*. Ao seu término, Menotti del Picchia aludiu à conhecida sugestão de Capistrano de Abreu e ao livro de autoria de Paulo Prado, pois registrou que uma pesquisa completa do país ocorreria quando as inteligências dos vários estados pudessem “carrear o copioso material de observações necessárias ao grande espírito generalizador que surgirá e que se servirá deles para traçar as largas linhas do definitivo ‘retrato do Brasil’”.¹¹⁶

A presença reiterada da autoria desta última referência – cujo subtítulo era *ensaio sobre a tristeza brasileira* (São Paulo: Duprat-Mayença, 1928) – não pode passar despercebida, pois o leitor da vez não é o primeiro a mencioná-la. Provavelmente esse destaque se devia à imersão na senda espinhosa dos estudos históricos e/ou interpretativos do país até àquele momento, ou seja, a miscigenação. Embora o tema estivesse no horizonte investigativo ao menos desde 1840, no escrito de Karl von Martius (1794-1868), em *Como se deve escrever a história do Brasil* – produzido no marco de um concurso do IHGB do qual saiu-se vencedor –, foi preciso quase um século para surgir *Retrato do Brasil*, explicitando o que entendia por luxúria multirracial da colônia que, junto à cobiça e o romantismo teriam sido os males da formação do país.¹¹⁷

Ao romper em parte com os constrangimentos da matéria, Prado deixara transparecer certo moralismo pela condenação dos intercursos sexuais como patológicos e pecaminosos. Tal perspectiva vigorou até 1930 como problema a ser resolvido, exceção feita ao título *América*

¹¹⁵ Em tal direção, o trânsito de Cassiano Ricardo foi exemplar, pois o livro de maior sucesso de sua lavra até então tinha sido *Martim Cererê*, impresso não por acaso pelo editorial Hélios, de São Paulo, em 1928, que narra o encontro do índio com o negro e o branco para constituir um menino brasileiro, personagem do poema. Cerca de 12 anos depois, seria a vez de *Marcha para o Oeste: a influência da “bandeira” na formação social do Brasil*, em dois volumes (Rio de Janeiro: José Olympio, 1940), já no domínio identificado com a História, que lhe renderia fama e postos no governo Vargas. Cf. o nº 56 / 8 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹¹⁶ 025. HÉLIOS (Menotti del Picchia). “Sociais”. *Diário da Noite*, São Paulo (SP), 12 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁷ Para esta síntese e as da sequência, baseei-me em: VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo*, Niterói, v. 8, p. 7-22, ago. 1999. Aliás, como demonstra este estudo, após Karl von Martius e antes de Paulo Prado, João Capistrano de Abreu valorizou os *Antecedentes indígenas* em seu *Capítulos de história colonial* (1907) e o “Brasil como área de disputa entre Portugal e outros países europeus” (p. 3). Isso deslocara o olhar de Adolfo de Varnhagen sobre o exclusivismo da colonização lusa na Colônia, para enfatizar os fragmentos regionais, *O sertão*, a precariedade das comunicações e a falta de sentimento nacional nos primeiros séculos, embora tenha praticamente calado quanto à mestiçagem.

Latina: males de origem, publicado pela Garnier, em 1905, de Manuel Bomfim, que reconheceu na mestiçagem um valor positivo. Mas como isso soava deslocado à época, só fez levantar polêmicas e foi relegado ao ostracismo, retornando à cena intelectual com *O Brasil na América*, através da “casa” Francisco Alves (Rio de Janeiro, 1929) e já pouco crítico do passado luso.

Foi então que, num ambiente receptivo mais favorável, apareceu *Casa-grande & senzala* como divisor de águas, pois não tomou o assunto pelo viés religioso que o estigmatizava feito pecado – ou doença, carente de cura –, relativizando a ideia de libidinagem desenfreada e depurando o conceito de raça vigente. Tributário da antropologia estadunidense de Franz Boas, agregou-lhe o tratamento cultural, entrelaçando o fenômeno com o seu traço étnico. Assim, sem acrescentar novidades à discussão, *Raízes do Brasil* tendia a adotar as teses de Gilberto Freyre.

Ao tratar da prática letrada apologética que, no seu dizer, durante longo tempo tinha sido a crença historiográfica do país, o próximo leitor a se aproximar do tema da raça foi Aurélio Limeira Tejo. Ele anotou que, antes do aparecimento de estudos como os de *Raízes do Brasil*, “Tudo se passava na superfície de um manso lago azul. A lama do fundo não vinha à tona e nenhuma circunstância exigia um mergulho na sujeira. A sociedade estava dividida em dois compartimentos estanques. Não havia confusões, apesar da intensa poligamia das senzalas”.¹¹⁸

Mesmo sem se referir literalmente ao livro de Freyre, esta última palavra remete àquele título, pois foi ali que se tratou da questão por um viés inovador. Não por outros motivos – e pela positivação da mestiçagem no debate em voga – o crítico compreendia o momento de 1936 como propício ao declínio do sentimento de vergonha que outrora pesara sobre esta temática.¹¹⁹

Não haveria motivos, portanto, que justificassem o desprezo às “origens misturadas” da fisionomia “de sub-raça”. Ao contrário, estariam se descobrindo aí “a grande oportunidade de edificação social e política do Brasil”.¹²⁰ Uma leitura como esta se contrapõe às tentativas dos que buscam aproximar a edição *princeps* do livro buarqueano aos ideólogos consagrados mais tarde como doutrinadores nazista ou fascista, pois tratava-se de valorizar o povo como ele era.

Talvez não fosse à toa que, em meio à opacidade das posturas de esquerda ou de direita, a “obra” de Sérgio Buarque propunha a *Nossa revolução* com base no marco de 1888. Desfeita a escravidão, o Brasil deveria projetar um futuro no qual todos alcançassem a cidadania. Ora,

¹¹⁸ 039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁹ Aurélio Limeira Tejo (1908-1992) era natural de Caruaru (PE), filho de Otaviano Pereira Tejo (industrial do algodão) e Maria Florêncio Limeira. Mais conhecido só como Limeira Tejo, era formado em Engenharia, no Rio de Janeiro (DF), onde se estabeleceu, mudando-se, depois, para Porto Alegre (RS). Colaborou nos periódicos *O Jornal*, *O Diário* e *Correio do Povo*. Cf. o nº 12 / 12 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.
¹²⁰ 039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

que existiam contatos entre essas ideias nos dois lados do Atlântico, não se pode negar. Afinal, as relações sociais e, em patuilar, as intelectuais, guardam um peculiar regime de trocas das quais é preciso conhecer e “medir” sincrônica e diacronicamente.¹²¹ Mas daí a projetar uma força desmesurada nessas ordens discursivas, capacitando-as a preservar uns e a “influir” em outros pensamentos sem se estudar os meios de produção, circulação e apropriação deles, é assumir um lugar terceiro-mundista e, logo, a posição de mero receptor de mensagens alheias. Apesar de não hegemônicas, tais marchas letradas encaravam o antigo problema como trunfo modernizador e faziam coro ao elogio à miscigenação que já pulsava nas artes e na literatura.¹²²

Assim, do ponto de vista da resenha em tela, publicada no dia 21 de novembro no *Diário*, de Santos, talvez soasse absurdo tecer avaliações que situassem Buarque de Holanda e companhia ao lado da ótica Nacional-Socialista, por exemplo. E o raciocínio seria este: como realizar tal análise se os adeptos de Adolf Hitler defendiam a supremacia e a pureza arianas?

Segundo Tejo, os mergulhos no tempo se justificavam para revolver a lama no fundo do lago que era o passado brasileiro, imerso em águas por vezes turvas. Afinal, sua geração lidava com esta História, que não era mais aquela atenta a datas e personagens, e sim a que identificava as ondas processuais, articulando “fatores de *base* com a fisionomia da *superestrutura*”.¹²³ Os usos dos termos frisados nesta citação talvez revelassem sua leitura de um Sérgio Buarque em flerte com as teses de Karl Marx.¹²⁴ Todavia, o caso se liga antes ao complexo das apropriações, que manejava tais conceitos em meio às disputas pela ideia de *revolução*, ora vista presa às especificidades nacionais, contra a internacionalização do modelo bolchevique em vigor.¹²⁵

¹²¹ Cf., entre outros, GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹²² Ao invés disso, no extremo das metas totalitárias dos movimentos europeus houve o plano de impor condutas no foro íntimo, pois as Leis de Nuremberg (1935) proibiram matrimônios com não arianos, criminalizando relações sexuais fora dessa regra. Em 1938, naquilo que foi visto como tentativa de aproximação com a Alemanha, embora seja preciso dizer que isto não estava em sua base ideológica desde o princípio ou no projeto de “revolução”, a Itália promulgou seu código antissemita. “Quanto à adoção do conceito de revolução como bandeira ideológica dos totalitarismos em foco, vale lembrar, antes de tudo, que Hitler nunca se identificara com a esquerda, muito menos com a esquerda revolucionária, à diferença de Mussolini”. ROLLEMBERG, op. cit., 2017, p. 361-362.

¹²³ 039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹²⁴ Mas o fato é que ele “Jamais adotou o marxismo economicista, muito menos se deixou seduzir pelo discurso das esquerdas revolucionárias (autoritárias)”. VAINFAS, op. cit., 2016, p. 22. Apesar de assinar embaixo dessa avaliação, observo que, embora sem cair na “caça” aos “comunistas” da UDF, Buarque de Holanda não foi incorporado à FNFi. Ademais, recorro que não estão excluídas as possibilidades do vislumbre de um quê marxista (e ortodoxo) ao menos entre seus leitores, até hoje. Ao longo da disciplina do estágio docente que ministrei na Graduação em História da UFF, no curso de 2014-2 intitulado *A universidade, as leituras e os impressos: Sérgio Buarque de Holanda e a cultura historiográfica no Brasil (1950-1972)*, uma das alunas, Juliana Machado, fez essa fala, porque, segundo ela, em *Raízes do Brasil* só havia análises de caráter estrutural, praticamente sem sujeitos.

¹²⁵ *O manifesto do Partido Comunista* (1848) convocou os trabalhadores na Europa destacando o papel burguês na luta contra o *Ancien Régime*. Coube à Segunda Internacional Socialista (Paris, 1889) difundir esta tese e tanto o pendor liberal – de acordo no combate às monarquias – quanto o marxista lhe atribuíam um viés positivo. A partir daí, sem negar o capital no todo, pois contaram com seu apoio, o Fascismo e o Nazismo usaram a ideia de

Desde então se multiplicaram os projetos revolucionários no Fascismo italiano e na Alemanha nazista que assumiu símbolos de organizações operárias, como a cor vermelha e os festejos do Primeiro de Maio; nas tentativas de golpes em Portugal pós-1910 – proclamação da República; com Vargas lançando mão da ideia, em 1930, os comunistas na malograda Intentona, em 1935, os integralistas, também derrotados, em 1938 etc.; e, pouco antes, nas teses buarqueanas em repúdio à AIB, mas considerando a *Nossa revolução* uma realidade palpável.

Tais nexos, longe de integrarem um debate exclusivo com o Velho Mundo, possuíam uma pauta ampla na qual as contribuições nacionais eram enormes. Entretanto, reitero que não busco atrelar *Raízes do Brasil* a essas ideias de forma mecânica ou por simples relação causal com os chamados “contextos”. Afinal de contas, junto de outros impressos, o livro se constituía no gesto mesmo de sua publicação. À guisa de epígrafe deste Capítulo, aliás, tento demonstrar que os assuntos abordados por Sérgio Buarque de Holanda não advinham de sua singularidade ou dos grupos com os quais se conectou, mas do *campo intelectual* disponível, no seu conjunto.

Provavelmente por isso que as falas de Limeira Tejo insistiam que a descoberta desta cultura só haveria de ocorrer no resgate daquele cotidiano valorizado por Capistrano de Abreu – nome base ao universo dialógico em apreço –, que se manifestava “no folclore, na corrupção da linguagem, [...], nas relações de produção e em toda a velha papelada dos mil e um arquivos guardados nas sacristias das igrejas seculares, das bibliotecas abandonadas, dos cartórios e das câmaras municipais”.¹²⁶ Aí residiria a chave para superar certos legados. Nota-se, assim, a volta desta referência nos quadros receptivos do volume inicial da coleção *Documentos Brasileiros*.

Ora, em dois momentos expressivos de seus estudos e quase confundindo os nativos à natureza, o mestre cearense principiara por abordar esses temas em *Antecedentes indígenas & O sertão*. Quanto ao elemento autóctone, registrou que a “antropofagia não despertava repugnância e parece ter sido muito vulgarizada: algumas tribos comiam os inimigos, outras os parentes e amigos”. A propósito do segundo ponto, escreveu que a invasão flamenga era um “mero episódio da ocupação da costa”,¹²⁷ deixando à sombra todo um povoamento do interior.

Com efeito, é sintomático que Tejo tenha se prendido ao combate à tradição, recebendo o trabalho de Sérgio Buarque como digno de apreço, porque atento às atitudes político-sociais de sua gente. Não lhe parecia “um ensaio desses tão ao gosto de escritores sentimentais, que

Revolução como mudança do *status quo*, criadora de um homem novo. Cf. ROLLEMBERG, op. cit., 2017.

¹²⁶ 039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁷ ABREU, João Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco e Cia., 1907, p. 10 & 99. Informo ainda que, a despeito da consideração ao debate sobre a ocupação costeira *versus* o contato com interior nas cercanias deste item e, embora o tema já fosse abordado de forma indireta nos anteriores, sua permanência na pauta intelectual forçará o retorno ao assunto em outros Capítulos desta tese.

tanto podem ser negativistas impenitentes, como ‘ufanistas’ lamentáveis”, mas um raciocínio “sem apelos a abstrações, desenvolvendo-se com uma perfeita lógica histórica”.¹²⁸ Quase isoladamente, Limeira Tejo trazia em sua avaliação a ideia do volume como fruto de uma pesquisa de historiador, circunstância que imprimia todo um toque especial a esta resenha.¹²⁹

Na síntese que o leitor desenvolveu, dizia que o argumento buarqueano remontava ao tronco ibérico para analisar as reações do meio “*americano à mentalidade do colonizador*”,¹³⁰ que se adaptou e se transformou, gerando o brasileiro médio daquele decênio. Ou seja, também para esta recepção, tratava-se de uma análise que fazia uma ponte entre o passado e o presente.

Não bastasse, portanto, uma proximidade com os debates de Ellis Jr. e todos que ele evocava – no cruzamento euro-ameríndio, que excluía as heranças africanas na formação dos paulistas – é preciso considerar que a acepção de mentalidades, citada, tinha o entendimento de psicologia coletiva / social, cara, entre outros, ao autor de *Populações meridionais do Brasil*.¹³¹

Além disso, a palavra mentalidades circulava desde o início do século XX na linguagem comum, para qualificar comportamentos, e na de caráter científico, como no viés etnológico de Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), que analisou em *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures* (PUF, 1910) e em *La mentalité primitive* (Alcan, 1922), os aspectos chamados de pré-lógicos. Sua ideia atentava aos traços comportamentais de grupos negligenciados, como os de autóctones ou crianças. Mas, entre os historiadores, propriamente, isso somente ocorreria a partir das décadas de 1920 e 1930, em trabalhos como os de Marc Bloch e Lucien Febvre.¹³²

Por fim, surpreendia-se Limeira Tejo, por fim, com a síntese objetiva e bem-sucedida alcançada no texto que sequer atingiu duzentas páginas. Isso se devia, segundo a sua leitura, ao fato do autor se concentrar na área da História, “sem pedantismos culturais ou divagações filosóficas”,¹³³ e longe de tentar expor qualquer teoria que explicasse a formação do país.

¹²⁸ 039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁹ Isso porque estou de acordo com as teses de que os agentes e as instituições usam os textos diferencialmente, pois, “A aceitação dos modelos e das mensagens propostas opera-se por meio dos arranjos, dos desvios, às vezes das resistências, que manifestam a singularidade de cada apropriação. Daí várias precauções serem necessárias”. CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 13.

¹³⁰ 039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹³¹ Em seu acervo constam livros de Sigmund Freud e Carl Gustav Jung. VENANCIO, op. cit., 2015, p. 164.

¹³² REVEL, Jacques. Mentalidades. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 529. O problema nesta definição se explicitaria quando alguns entendimentos passaram a encará-la como área de estudos mais propriamente históricos, após os anos 1950, de sorte que a volta a esse tema, aqui tratado para situar brevemente o debate, ocorrerá sobretudo nos Capítulos das Partes II e III.

¹³³ 039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. A mesma avaliação sobre o número de laudas, em Hélio Vianna, figurou, inversamente, como exagero ou uma via para dar ares de robustez.

A resenha seguinte, de Jayme de Barros, iniciava-se com um diagnóstico que se pautava na esperança daquilo que, para ele, correspondia à busca de certas verdades pelos intelectuais do Brasil, cujos trabalhos ajudavam a sanar os problemas sociais. Em sua recepção, os novos escritores mexiam com os materiais de pesquisa, descortinando aspectos por vezes brutos dos quais falara o diretor da coleção no Prefácio do livro. Segundo Barros, o autor entendeu que a história do brasileiro iniciava na Ibéria e, por isso, desceu “às raízes, antes da transplantação”.¹³⁴

Para alguns, isso funcionava como um acerto de contas das desavenças dos anos 1920.¹³⁵ Em Barros, porém, na resenha saída junto ao carioca *Diário da Noite*, em 23 de novembro do ano de lançamento da “obra” de estreia buarqueana, o volume era uma espécie de mapa, cujos capítulos viabilizavam a descoberta do país. No seu entender, a *Documentos Brasileiro* estreava magistralmente, pois abria “aos sociólogos campo idêntico ao que ofereceu aos romancistas”.¹³⁶ Por incluir o estreante no grupo da Sociologia, o crítico o situava no melhor dos mundos se for observada a instabilidade classificatória que recaía sobre ele até nas propagandas.

Ao escrever que Sérgio Buarque de Holanda valorizava os aspectos sociais, a resenha o relacionou com outros títulos, porque não teria sido diversa a questão em Capistrano de Abreu ou em Paulo Prado e só em aparência colidiria com Oliveira Vianna, visto que ambos atentavam às peculiaridades do país sem olvidar dos povos e civilizações que o marcaram. À diferença do que ocorreu em Alberto Cotrim, que frisou a oposição, cá o resenhista viu, se não a convergência de perspectivas ao menos um ponto de partida investigativo comum.¹³⁷

Mais adiante, Barros asseverou sobraem motivos em *Raízes do Brasil* que defendia ser um erro a volta à tradição para salvar o país da desordem. Só demandava algumas soluções do autor, pois notava esta ausência nos esforços contra os males herdados. Portando, talvez neste tipo de crítica à falta de um Norte político no livro estivesse o sentido dado à ideia de *conclusão*.

A fala de Jayme de Barros não invalidava, contudo, o empenho de tais livros, pois dizia que eles cumpriam o dever de livrar o país da herança nefasta. Por fim, listou a Independência,

¹³⁴ 040. BARROS, Jayme de. “Espelho dos livros”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (RJ), 23 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³⁵ Tal avaliação enfatiza que o título, “contrastando com tendências geométricas, construtivistas ou mecanicistas, também se destinava a gerar polêmica com os modernistas”, sendo que, no “impasse existencial entre crítico literário e historiador, Sérgio Buarque de Holanda se realiza[va] como escritor”. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Negação das negações. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008, p. 340-341.

¹³⁶ 040. BARROS, Jayme de. “Espelho dos livros”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (RJ), 23 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³⁷ Jayme de Barros (1901-1986) era natural do Rio de Janeiro (DF). *Espelho dos livros* (crítica – Rio de Janeiro: José Olympio, 1936) foi o único livro cuja autoria lhe foi atribuída, que encontrei até o surgimento de sua avaliação sobre *Raízes do Brasil*. A partir daí os dados de sua trajetória só voltam nos anos 1940, época posterior às cercanias desta reflexão. Para maiores detalhes Cf. o nº 13 / 13 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, que Sérgio Buarque teria ressaltado se tratar de movimentos produzidos pelas elites políticas e, logo, verticalizados. Neste sentido, seguiu afirmando que esses acontecimentos tinham se operado “por força de imperativos orgânicos da vida nacional” e então questionou: “que mal houve em semelhante fato?”¹³⁸

O leitor seguinte, E. P. (primeiro mobilizado aqui a utilizar uma sigla), sem rodeios ou de maneira subentendida, adentrou no tema da raça e da mestiçagem, pois, em sua avaliação, eram elementos inerentes à constituição histórica do país – ele chamou de influências – que, enquanto processos, jamais tinham sido bem investigados pelos historiadores, geralmente detidos nos acontecimentos políticos. Em sua recepção, a não uniformidade do fenômeno se devia à “amalgama de três raças, que se caldearam, mais ou menos, sob influxos de climas, alimentação e necessidades de trabalho, variando de norte a sul”.¹³⁹ Assim, somente seria possível compreender esta situação mediante a análise de cada uma de suas origens.¹⁴⁰

Neste sentido, após reiterar o nome do autor de *Populações meridionais do Brasil*, que parece ser a figura central nos debates sobre o país e acerca de sua composição étnica, ao menos até os anos 1930, ou, no mínimo, no âmbito desta comunidade de leitores de *Raízes do Brasil*, o resenhista mencionou a referência de Joaquim de Oliveira Martins, que teria indicado pontos essenciais para se estudar essas questões.¹⁴¹ Este historiador português oitocentista transitou, vale dizer, entre posições monarquistas e as de um socialismo que não derivava da coletivização dos meios de produção, mas entendia as sociedades como dependente da direção pelo Estado.¹⁴²

Seja como for, no texto publicado n’*O Globo*, em 24 de novembro de 1936, o resenhista entendia que nunca havia surgido trabalhos homogêneos, concentrados na avaliação dos fatores etnológicos. E que, entre os estudos que avançavam nesta seara, estava o volume inaugural da coleção *Documentos Brasileiros*. Mas sua leitura não era completamente elogiosa, pois ele via como inexato tomar o conquistador como raça uniforme. A despeito disso, E. P. seguiu de perto a ótica buarqueana ao dizer que, após malograr na exploração “dos aborígenes, como escravos”,

¹³⁸ 040. BARROS, Jayme de. “Espelho dos livros”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (RJ), 23 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³⁹ 041. E. P. “O mundo das letras. Origens do Brasil”. *O Globo*, Rio de Janeiro (RJ), 24 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁰ A despeito das tentativas para descobrir quem se “esconde” por detrás dessa abreviação, todas frustradas – como, por exemplo, vasculhando as listas de membros do IHGB, da ABL, da Sociedade Capistrano de Abreu e, é claro, entre os círculos de Sérgio Buarque de Holanda à procura de nomes que tivessem as iniciais “E. P.” –, não consegui encontrar pista alguma sobre esta sigla. Mas por corresponder, bem ou mal, a uma espécie de identificação de autoria presente na resenha, uma assinatura, enfim – e, sobretudo à título de contabilização –, a incluí na fortuna crítica. Cf. o nº 14 / 14 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁴¹ 041. E. P. “O mundo das letras. Origens do Brasil”. *O Globo*, Rio de Janeiro (RJ), 24 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴² CAZETTA, op. cit., 2016, p. 122.

os colonizadores tinham buscado “pretos de diversas nações na África, criando obstáculos ao caldeamento do tipo” brasileiro, sem imaginar que daí nasceria “uma nacionalidade”.¹⁴³

Talvez essas considerações tenham levado o leitor a classificar, em um primeiro momento, o fenômeno como um movimento do antigo território de Portugal no Novo Mundo, não tardando a se corrigir e a remeter a questão para todo o continente, afirmando que os “estadistas lusitanos eram curtos de astúcias, para admitirem o fenômeno das nacionalidades *americanas* [...]. A formação do Brasil surpreendeu a metrópole distante”.¹⁴⁴

Também lhe desagradou o homem cordial, pois ele o considerava uma ideia pueril de Ribeiro Couto e a chamou de tolice literária que prejudicava os traços do país que, no seu dizer, eram mais decisivos, como a escravidão e o ruralismo, a abolição e suas consequências. Apesar de tudo, avaliou que o livro de Sérgio Buarque reunira apreciações hábeis, muito embora, por se constituir feito um sumário de pesquisas, conviria se impor como pauta de estudos futuros.

O primeiro destes assuntos era a questão da raça e da mestiçagem. Um segundo ponto consistia na análise de aspectos vinculados à cultura, para voltar ao tema das peculiaridades. Neste sentido, E. P. citou Capistrano de Abreu que teria investigado, através da literatura do Norte, o papel do clima e da alimentação nas características e modos de agir das pessoas. Ao citá-lo, este leitor de certa maneira o atava a Buarque de Holanda, pondo este último quase em posição de sucessor que visava desembaraçar os romances apresentados pelo mestre cearense.

Ao término do texto, contudo, reforçando hipóteses defendidas no Capítulo anterior a propósito do risco que representava a escolha do escritor paulista para inaugurar a coleção da LJOE, também aqui, em resenhas sem motivações propagandísticas de base, emergiam indícios da ausência de prestígio imediato, pois novamente Sérgio Buarque foi alvo de referência equivocada. Desta vez, porém, o erro não recaiu sobre o seu nome, grafado corretamente no artigo de E. P. para o uso daquele período, mas ao título do volume. Isso porque, ao finalizar a crítica, talvez sua preocupação com o tom elogioso o tenha levado a anotar que “*Origens do Brasil* é[ra] um livro ótimo, que se afasta[va] dos figurinos insípidos”¹⁴⁵ persistentes.

Com um texto recheado de citações que não convém reproduzir aqui, Antônio Amorim é mais uma das resenhas sob análise. Ao cumprir o rito de enaltecer a *Documentos Brasileiros* e o seu diretor, procedeu de igual forma em relação ao cabedal de autores publicados por José Olympio antes de 1936 e a propósito do número de abertura da coleção em si. No que respeitava

¹⁴³ 041. E. P. “O mundo das letras. Origens do Brasil”. *O Globo*, Rio de Janeiro (RJ), 24 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁴ Idem [grifo meu].

¹⁴⁵ Idem.

à tópica da raça e da mestiçagem, lhe chamava a atenção o justo espaço cedido ao tema por historiadores e sociólogos à época revelados, terminando por endossar as teses que, mais tarde, seriam acusadas de adocicarem as relações entre senhores e escravizados. E isto pelo fato de Amorim ter escrito que, no esforço dispensado “neste enorme pedaço da América” não faltara “doçura” no “trato para com os aborígenes e os negros”, e com os quais se produzira “a mais prodigiosa tarefa de miscigenação”¹⁴⁶ de que se tinha notícia na história.¹⁴⁷

Na sucursal de Lisboa, de um periódico do Porto intitulado *O Primeiro de Janeiro*, circulou a resenha de José Mendes Ribeiro Norton de Matos, em duas publicações. Ao tratar Sérgio Buarque de Holanda como escritor e mestre e à “obra” como precioso livro que ele acabara de ler, tendo-o recebido através da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro com uma dedicatória do estreante, o crítico considerou o título dividido entre o passado, em especial nos cinco primeiros capítulos, e o presente daquela contemporaneidade, nos dois últimos.

Sua atenção voltou-se mais à parte histórica do impresso, pois dizia que ali a sua nação, Portugal, era descoberta como fundamento do país sul-americano, entendendo que o “resto – o bacharelismo, os positivistas brasileiros, o romantismo, a mentalidade livresca, o liberalismo, as [...] manifestações fascistas”¹⁴⁸ eram coisas que passariam rapidamente sem deixar vestígios. Para ele, *Raízes do Brasil* lembrava sua estada em Angola. Com este tipo de frase, o leitor aproveitava para enfatizar a ideia da plasticidade social lusitana, presente tanto em *Casa-grande & senzala* quanto no lançamento que então avaliava, cujas teses defendiam uma suposta ausência de orgulho de raça entre os portugueses que muito agradava ao resenhista.¹⁴⁹

No complemento de suas apreciações, visou refutar as ideias de que a colonização holandesa teria sido melhor, ressaltando a presença deste assunto também como pauta em países africanos sob o domínio português. Para tanto, referiu-se à cordialidade brasileira – como quem a tomasse por fruto da mestiçagem –, com o objetivo de questionar se não teria sido “este caráter criado pelo clima tropical e subtropical [...], pelo isolamento das habitações dos primeiros

¹⁴⁶ 070. AMORIM, António. “Raízes do Brasil”. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁷ Não consegui reunir qualquer pista de quem tenha sido António Amorim. Contudo, seguindo a metodologia adotada, o listei entre os críticos. Cf. o nº 26 / 26 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁴⁸ 071. MATOS, Norton de. “Raízes do Brasil”. *O Primeiro de Janeiro*, Porto (Portugal), 05 nov. 1938, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁹ José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955) era natural de Ponte de Lima (Portugal), filho de Tomás Mendes Norton (fidalgo da Casa Real e Cônsul na Grã-Bretanha e Irlanda) e Emília da Conceição Prego e Sousa. Formado em Matemática pela Universidade de Coimbra, em 1888, quando ingressou na escola das Forças Armadas (Lisboa). Em 1898, rumou à Índia portuguesa como Diretor de Agrimensura, sendo Deputado (1915-1917 e 1919-1925), Ministro das Colônias e da Guerra várias vezes, até ser demitido pela Ditadura Militar (depois convertida em Estado Novo) e deportado aos Açores (1927-1929). A partir daí, aprofundou seus vínculos com a Maçonaria e a colaborar com o jornal *O Primeiro de Janeiro*. Teve publicado, entre outros: *A província de Angola* (história – Porto: Edição do Autor, 1926). Cf. o nº 27 / 27 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

colonos”, que teria levado a convivência ser tomada como um “bem celestial?”.¹⁵⁰ Acreditando que a resposta a esta questão era positiva, disse, por fim, ter encontrado qualidades muito semelhantes em Angola, de tal modo que, em sua ótica, também nesta parcela das jurisdições lusitanas, o colonizador – sempre em suas palavras – seguia com a sua missão histórica.

Com uma análise próxima à de Norton de Matos, Octaviano Domingues é mais um leitor identificado de *Raízes do Brasil* a defender que o povoamento do país só poderia ter sido “operado por uma raça tipicamente mesclada, como a de Portugal”.¹⁵¹ Assim, se existe uma recepção que adentra, com força, na tópica em destaque, é a da presente resenha, publicada na *Folha de Minas*, de Belo Horizonte, em 14 de maio de 1937. Porque ao se referir ao traço mestiço, disse que a gente lusa não o estranhava, inclusive se fosse de um tipo a seu ver mais raro, como aquela entre brancos e negros. Mas acusava Buarque de Holanda de não ter exposto os motivos pelos quais a plasticidade facilitaria a criação de um Novo Mundo, passando, em seguida, a explicar que o fenômeno biogenético do processo não se prendia a fatores climáticos de adaptabilidade só porque um indivíduo poderia reunir características de diferentes grupos.

Com efeito, anotou que os fenótipos não se manifestavam isoladamente, pois a maleabilidade do meio se expressava nas gerações mestiçadas, de modo que “Nas raças mais puras” as variações de fisionomia eram mais raras e, quando havia, tinha uma amplitude “reduzida, de pequena oscilação”.¹⁵² Através deste raciocínio, residiria aí as razões para certa equanimidade das heranças biológicas que confeririam um equilíbrio uniforme à sua população, ao passo que, nos dizeres de Domingues, a marca dos grupos mestiços era a dessemelhança.

A despeito disso, frisou que tal resultado não poderia ser visto como defeito, pois na mistura de raças estariam as bases para o ser humano se firmar em ambientes que demandavam a renovação das formas de vida. Mas tal posição o levava, inevitavelmente, a desconsiderar – ou a hierarquizar – os nativos que já habitavam as terras americanas.

Tudo confluía para que ele externasse posições como as de Auguste Comte, fazendo convergir as teses segundo as quais a Sociologia carecia de elementos biológicos para ser bem-feita. Era-lhe meritória dos melhores laureís, aliás, “a intuição dos novos sociólogos brasileiros ao compreenderem, enfim, que, em face do nosso mestiçamento [sic] – real, indiscutível – só há[via] uma atitude inteligente: estudá-lo. E estudá-lo com simpatia, ou pelo menos com

¹⁵⁰ 077. MATOS, Norton de. “Raízes do Brasil”. *O Primeiro de Janeiro*, Porto (Portugal), 12 nov. 1938, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵¹ 066. DOMINGUES, Octaviano. “Povoamento do Brasil”. *Folha de Minas*, Belo Horizonte (MG), 14 maio. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵² Idem. Vale frisar que, por ser um sobrenome relativamente comum, à época, não consegui dados precisos sobre quem foi Octaviano Domingues. Cf. o nº 24 / 24 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

imparcialidade”,¹⁵³ sem jamais tomar a atitude preconceituosa da ideia de degenerescência. Os eventuais defeitos, finalizava o resenhista, apequenavam-se perto das qualidades de um povo que constituiu uma civilização em condições adversas, como a porção Tropical do globo.

Neste mesmo sentido de positivar a mistura étnica, deixando de vê-la como problema, Rubens do Amaral, ao qual já me referi, igualmente tangenciou a tópica. Assim, escreveu que *Raízes do Brasil* tinha fornecido “um estudo interessantíssimo sobre a influência da raça portuguesa na formação da nossa psicologia nacional. Revelando conhecimentos que não se improvisa[va]m, examinou a alma lusitana; e a ela, não ao clima e à mestiçagem” é que ele teria filiado “as qualidades e os defeitos do povo brasileiro”.¹⁵⁴ Só lamentava que o trabalho em análise, que qualificou de notável, tivesse sido marcado pela timidez conclusiva.

Outra recepção, já visitada aqui, a de Álvaro Augusto Lopes, também se aproximou do tema. Sua avaliação, embora confluyente com as demais, trouxe elementos diversos. Isso porque, ao atentar para a ideia do esforço colonizador ibérico disse que, aliado ao lastro europeu, estes teriam sido responsáveis pela criação da “mentalidade moderna, de que é legítima expressão a América luso-espanhola”.¹⁵⁵ Dando visibilidade à frase reiteradamente lembrada nas resenhas, Lopes citou o volume de abertura da coleção *Documentos Brasileiros*. Lá, iniciando o segundo capítulo, registrou-se que, “Pioneiros da conquista do Trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, a sua maior missão histórica”.¹⁵⁶ Feito isso, emendou o crítico afirmando que, para tal feito, contribuíra “o espírito de aventura da gente lusa, aliado a uma capacidade tenaz de trabalho, que erigiu, neste lado do Atlântico, o berço duma nova raça”.¹⁵⁷

Em suma: para grande parcela dos críticos de *Raízes do Brasil*, a sociedade tupiniquim, feita de gente escravizada, conquistaria os futuros ditosos da Revolução – cujo ápice fora em 1888 – porque tinha sido um exemplo único na forja do novo homem, mestiço, sim, mas agora positivado. Era como se, em *Casa-grande & senzala*, o país se libertasse da pecha estrangeira e doméstica de degenerado, ao passo que, na “obra” buarqueana, provava-se o destino ao qual a cordialidade levaria a todos. Esta, sendo fruto dos contatos mil sobretudo no interior, ajustava-se ao concerto das nações na medida em que se mudava do ambiente rural para a selva da pólis.

¹⁵³ 066. DOMINGUES, Octaviano. “Povoamento do Brasil”. *Folha de Minas*, Belo Horizonte (MG), 14 maio. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵⁴ 005. AMARAL, Rubens do. “Livros e ideias”. *Folha da Manhã*, São Paulo (SP), 28 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵⁵ 021. LOPES, Álvaro Augusto. “À margem dos livros”. *A Tribuna*, Santos (SP), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵⁶ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 19.

¹⁵⁷ 021. LOPES, Álvaro Augusto. “À margem dos livros”. *A Tribuna*, Santos (SP), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

2.4. Múltiplas classificações e um continente oculto nos (para)textos

No complexo social em que apareceu e no qual foi lido *Raízes do Brasil*, sobram elementos para fundamentar a síntese anterior, inevitavelmente seletiva, mas nem por isso improcedente. O já mencionado e desconhecido Waldemar Vasconcellos, por exemplo, disse que Sérgio Buarque de Holanda havia desenvolvido “um inteligente e erudito comentário”, indicando na data de 1888 o princípio da libertação do país da “*ascendência lusitana*, detendo-se na minuciosa análise das determinações psicológicas” da “*formação social*”.¹⁵⁸

A isto se pode juntar um leitor inédito aqui, Carlos Chiacchio, pois, em meio a falas extensas sobre os títulos de Gilberto Freyre – real destaque de sua resenha saída no periódico soteropolitano, intitulado *A Tarde* –, ele comentou o “ensaio” de Sérgio Buarque, em 11 de novembro de 1936. Assim, escreveu ser o livro uma “obra” que obedecia “às diretrizes sociológicas” do autor pernambucano, só não sendo “discípulo, porque já era um mestre”. Do capítulo sobre o *homem cordial*, anotou ser uma parte excelente, por apresentar, segundo Chiacchio, a “psicologia cotidiana, tão cara aos hábitos mentais dos críticos modernos”.¹⁵⁹

Já o misterioso K – assinatura das mais emblemáticas entre todas as resenhas –, frisava em 13 de março do ano seguinte, no mesmo jornal de Salvador, que empreendimentos como o recém-inaugurado ajudavam na emancipação dos estudos apegados às efemérides. Aliás, dizia que o movimento editorial correspondia à “uma mentalidade superior, em que o pensamento alto e o senso científico da realidade prepondera[va]m”.¹⁶⁰ Não esqueceu, por fim, de agradecer à Livraria “Editora Bahiana” por tê-lo enviado um exemplar de *Raízes do Brasil*.¹⁶¹

O também enigmático N. I., colaborando no carioca *Diário de Notícias*, em artigo do dia 1 de novembro de 1936, enfatizou que Buarque de Holanda legara uma pesquisa da evolução social brasileira, que explicava o traço psicológico do “povo”.¹⁶²

¹⁵⁸ 029. VASCONCELLOS, Waldemar. “Documentos Brasileiros”. *Correio do Povo*, Porto Alegre (RS), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁵⁹ 028. CHIACCHIO, Carlos. “Homens e obras. Gilberto Freyre”. *A Tarde*, Salvador (BA), 11 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Sobre Carlos Chiacchio (1884-1947), consegui apurar que ele era natural de Januária (MG) e, apesar de formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1910, imerso nas práticas polígrafas, atuou como crítico de arte e professor de Filosofia em vários estabelecimentos de ensino de Salvador (BA), bem como no curso da Escola de Belas Artes no mesmo estado. Trabalhou ainda nos jornais *A Tarde*, com regularidade a partir de 1920, e n’*O Imparcial*, integrando o grupo modernista da região. Cf. o nº 7 / 7 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶⁰ 065. K. “[?]. ‘Raízes do Brasil’”. *A Tarde*, Salvador (BA), 13 mar. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Como se pode imaginar, não faço ideia de quem tenha sido este crítico. Cf. o nº 23 / 23 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶¹ Curiosamente, era a mesma loja cujo selo está carimbado no exemplar que eu ganhei. Cf. a Imagem 1.

¹⁶² 008. N. I. “Raízes do Brasil, de Landa, Livraria José Olympio”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro (RJ), 01 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-*

E enquanto alguns seguiam limitados aos elogios a Freyre, como o biógrafo Roberto Seidl – chamando-o de sociólogo, mas também de “publicista, historiador e crítico”¹⁶³ – outros usavam seus breves textos para fazer circular as notícias a respeito dos títulos da “casa” LJOE editados em 1936, como os de Peregrino Junior e de Humberto de Campos, respectivamente *História da Amazônia & as Últimas crônicas*.¹⁶⁴ Com o mesmo fim, até o Prefácio do diretor da nova coleção, nome reiteradamente ovacionado, foi publicado na grande imprensa, o que endossa e justifica, uma vez mais, a larga presença de suas palavras entre os leitores.¹⁶⁵

Diocleciano Pereira Lima, por seu turno, enfatizava vivamente o fato de ter conhecido o autor de *Raízes do Brasil* por volta de 1924, “naquela tumultuosa sessão da Academia Brasileira de Letras em que Graça Aranha, [...] rompe[ra] ruidosamente com os seus ilustres companheiros de ‘imortalidade’”, e a quem chamou de “grão-mestre”¹⁶⁶ do modernismo. Dessa forma, avançando um pouco nas descrições para dar a ler ao público quem era Buarque de Holanda – além do nexos exclusivo com a revista *Estética* – o artigo de Lima o vinculou, pioneiramente, ao autor de *Canaan* (Paris: Garnier, 1902). Mas não parava aí. Afirmou que o intelectual só havia lhe escapado da vista porque ele, resenhista, tinha se fixado no “Norte”, afastando-se dos “centros cultos e [dos] movimentos do Sul”.¹⁶⁷

UNICAMP. Tal como no caso anterior, mantém-se aqui o mistério sobre a identificação desta outra sigla, cuja assinatura aloquei no nº 2 / 2 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶³ 048. SEIDL, Roberto. “Através dos livros”. *P/R. A. 2 – Do Ministério da Educação*, Rio de Janeiro (RJ), 01 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. O único vestígio que encontrei acerca de Roberto Seidl é que, até a publicação de sua nota difusora da “obra” de estreia buarqueana, ele havia sido o autor de: *Nísia Floresta, 1810-1885* (biografia – Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933). Cf. o nº 17 / 17 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶⁴ 053. ALBIZU, F. “Livros novos”. *Gazeta do Povo*, Curitiba (PR), 09 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Ignoro quem tenha sido este resenhista. Cf. o nº 19 / 19 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶⁵ 073. FREYRE, Gilberto. “Documentos Brasileiros”. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 25 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Ao contrário dos precedentes, de Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) sobram dados biográficos. Natural de Recife (PE), era filho de Alfredo Freyre (Juiz e catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito desta última capital) e Francisca de Mello. Polígrafo ao tempo do lançamento de *Raízes do Brasil*, atuou, sobretudo, como professor, sendo formado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais e em Letras pela Columbia University (Estados Unidos da América – EUA), desde 1922. Em 1926, integrou a vertente modernista que, sob sua liderança no I Congresso Regionalista do Nordeste, teria lançado o *Manifesto regionalista*. Antes de dirigir o projeto editorial da LJOE, face à ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, exilou-se em Portugal, onde ficou até 1932, indo então ministrar cursos como professor Visitante na Stanford University (EUA). Em 1935, tornou-se docente de Sociologia na UDF, que muito contribuiu para a sua recorrente identificação profissional, embora também viesse a dar aulas de Antropologia Social e Cultural. Quando a “obra” de estreia buarqueana apareceu, ele já assinava *Casa-grande & senzala* (antropologia – Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933). No mesmo ano – mas pela “casa” concorrente, que indica um pujante capital simbólico – surgiria *Sobrados e mucambos* (ensaio – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936). Cf. o nº 28 / 28 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶⁶ 054. LIMA, Pereira. “Sobre ‘Raízes do Brasil’”. *Jornal do Commercio*, Recife (PE), 15 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁶⁷ Idem. A respeito da trajetória de Diocleciano Pereira Lima (1903-1962), as informações que colhi apontam que ele era natural de Triunfo (PE), filho de Manoel Pereira Lima (ex-prefeito da cidade) e Maria Gomes. Polígrafo, atuou também na política, embora formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (DF), em 1932. Não

Agora, porém, reencontrava-se com aquelas tendências renovadoras, às quais juntou os nomes de Ronald de Carvalho, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes, neto, e Mario de Andrade. De Sérgio Buarque de Holanda, propriamente, o crítico registrou que ele conseguiu seguir de “Aranha, tão somente, o que no mesmo deixava de ser arrebatamento transitório ou reflexo de influência estranha. Donde o sentido profundamente objetivista e essencialmente brasileiro do belo livro que acaba[va] de publicar”.¹⁶⁸

A conexão operada pelo leitor era das mais sintomáticas da trama que valorizaria a mestiçagem como trunfo político em potencial. Afinal, n’*A esthetica da vida* (Garnier, 1921) – livro que pode ter inspirado o título da revista carioca liderada por Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto –, José Pereira da Graça Aranha emergia como o elo do pensamento modernista com as ideias que convertiam o tema outrora encarado como problema biológico em um acontecimento feliz do passado brasileiro. “No Brasil”, escrevera Graça Aranha, “o espírito democrático”, além de ter sido “o reflexo de toda a evolução social do Ocidente”, era igualmente o fruto “da fusão das raças”, cujos contatos, segundo o autor, foram decisivos para que o “sentimento da igualdade” vigorasse, “sem preconceitos, e numa larga tolerância”.¹⁶⁹

Necessário pontuar que uma das variantes do movimento modernista, personificada no chefe da AIB, Plínio Salgado, veria o Integralismo como uma fórmula aplicável a toda a América do Sul, onde o Sigma deveria ser levado para resolver o pendor desenfreado mediante o qual a democracia se alastrava no continente. A vantagem dos povos mestiços residia, segundo ele, em sua harmonização lenta e destituída de choques. Por isso a revolução precisava ser um gesto do espírito, interior. Assim, Salgado buscava se distinguir das lutas proletárias que levou ao modelo bolchevique, bem como do rumo tomado por Vargas a partir de 1930.¹⁷⁰

Seu respaldo explícito, entretanto, bebia na noção de “raça cósmica” de José Vasconcelos, intelectual mexicano que ficou conhecido no Brasil justamente quando tinha vindo representar seu país na condição de Ministro da Educação Pública e enviado especial para as comemorações do Centenário da Independência. Naquela quadra, o governo do México, sob o Presidente Álvaro Obregón, visava ampliar suas relações com a ibero-américa para criar uma barreira ao que entendiam por imperialismo estadunidense.¹⁷¹ Novamente a pauta geracional de

encontrei qualquer livro de sua autoria no limite temporal de 1936. Para outros dados e acerca da sequência de sua carreira parlamentar, por exemplo, Cf. o nº 20 / 20 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶⁸ 054. LIMA, Pereira. “Sobre ‘Raízes do Brasil’”. *Jornal do Commercio*, Recife (PE), 15 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁶⁹ ARANHA, Graça. *A estética da vida*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014, p. 63-64.

¹⁷⁰ CAZETTA, op. cit., 2016, p. 260-284.

¹⁷¹ Idem. Ainda segundo Felipe Cazetta, Salgado não chegou a ser marxista “‘porque’ segundo as palavras dele, ‘as novidades do materialismo histórico’ já o ‘tinham fascinado aos dezessete anos’, por meio de referências como: ‘Buchner, Lamarcke, Haeckel, Le Bon, Spencer’” (p. 273). Ora, todo este cenário mostra o trânsito largo e

Ariel *versus* Caliban se atualizava, de sorte que a cordialidade também poderia ser apontada como o meio ideal para enfrentar os desafios daquela contemporaneidade.¹⁷²

Seja como for, retornando à resenha de Pereira Lima, vale salientar, ademais, que em certo momento ele chegou a defender a “obra” de estreia buarqueana diante da acidez dos nomes vinculados a este grupo. Com efeito, ao anotar que se o volume incorria, como observara “o snr. Hélio Vianna, em erros de interpretação” – por elaborar “conceitos pouco razoáveis” sobre as “inclinações políticas” dos brasileiros –, isto jamais invalidaria “o estudo honesto”.¹⁷³

Foi Octávio Tarquínio de Sousa que, através de um exame dos aspectos mais estruturais do texto buarqueano, avaliou que o volume de abertura da coleção *Documentos Brasileiros* se incluía em um conjunto de atividades culturais desenvolvidas sob o influxo da crise mundial de 1929 e a *revolução* – o termo foi deste novo leitor – ocorrida no país, em 1930. Sobressaia no movimento, nos dizeres do crítico, um surto promissor do gênero literário do romance e de um grande interesse do público por títulos de ensaios políticos. De tal modo que, segundo ele, embora não analisasse tudo em minúcias, garantia se acharem aí as causas determinantes do período agudo então vivido, mesmo que os observadores menos atentos por ventura não percebessem. Isso não invalidava o fato de o impresso assinado por Sérgio Buarque receber a sua consideração de o mais adequado para inaugurar a série da LJOE. Sobretudo “pela maneira por que o sr. Sergio Buarque de Hollanda aprecia as origens e a formação do Brasil, de seus fundamentos históricos, as suas bases antropológicas e seus traços psicológicos”.¹⁷⁴

Ora, não se trata exatamente da mesma leitura geral que seria apropriada – e tantas vezes repetida – pelos intérpretes desta “obra” ou dos que pesquisariam os romancistas? E, no entanto, um pouco esquecido pela historiografia, a recepção do futuro biógrafo, porém, teria vida longa.

oscilatório de posicionamentos letrados face aos eventos vividos, sobretudo, entre as duas guerras mundiais. Vários estudiosos demonstraram os efeitos dramáticos das crises do sistema liberal, a exemplo de: HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 108-109. O historiador britânico não deixou de enaltecer, aliás, que Adolf Hitler contou com o voto secreto para chegar ao poder, o que, evidentemente, não justifica os crimes contra a humanidade que seu governo cometeria. Mas serve como indício de que, apesar de jamais ter se descolado do grande capital, antes de escancarar sua postura de extrema-direita, o Nazismo postava-se como terceira via, não sendo encarado como liberal e tampouco comunista.¹⁷² Apesar de quase ignorado por completo pelos revisionistas atuais, um dos trabalhos pioneiros na avaliação das mudanças que Buarque de Holanda empreenderia em sua “obra” de estreia, sobretudo na segunda versão, de 1948, frisara que, “logo na primeira frase do primeiro capítulo (frase suprimida nas outras edições), o autor suger[ui] que seu ensaio seria um ‘estudo *compreensivo* da sociedade brasileira’”. Este termo em destaque remetia às ideias que o projeto buarqueano tomaria de Max Weber para avaliar as particularidades do capitalismo no país. Tratava-se, porém, de uma sociedade não protestante, sem um sólido ou autêntico sistema democrático e no qual faltava ainda, segundo os exames daqueles tempos, uma verdadeira classe burguesa. MACHADO, Brasil Pinheiro. *Raízes do Brasil*, uma releitura. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit. 2008, p. 157-158.

¹⁷³ 054. LIMA, Pereira. “Sobre ‘Raízes do Brasil’”. *Jornal do Commercio*, Recife (PE), 15 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁷⁴ 050. SOUSA, Octávio Tarquínio de. “Vida literária”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 06 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Note-se, aliás, a sua correta grafia para o nome do autor. Mas não porque já o conhecesse ou fossem amigos. Afinal, o pronome de tratamento indica uma formalidade demasiada.¹⁷⁵

Ainda nas palavras de Octávio Tarquínio, o escritor paulista mostrava que, na conquista da América, os colonizadores foram mais impulsionados pelo ímpeto da aventura do que por aquele do trabalho. E talvez esses pontos viessem à tona devido aos eventos de 1929-1930 que ele enfatizou, quando as regras do capital estavam sendo postas em xeque, sob suspeitas de um malogro retumbante. Isso porque, para o crítico, os dois episódios forçaram a sociedade à reflexão, apesar de que o resultado imediato dos colapsos econômicos, no Brasil, teria sido a mudança, no plano institucional, da “frágil e truncada legalidade que nos vinha do Império”. Assim, em sua ótica, a República vigente era uma imagem de fachada, pois entendia que o 15 de novembro de 1889 tinha sido um mero “golpe [...] sem maiores consequências”.¹⁷⁶

Portanto, vale frisar que ganhavam destaque no quadro receptivo da edição *princeps* os pares opostos das tendências aventureiras ou disciplinadas em tarefas laboriosas, junto aos da cordialidade *versus* civilidade. O já mencionado Othon Henry Leonardos e tantos outros seguiram tal direção, anotando que, “sem nada adiantar” o que se tinha produzido sobre o tema, Buarque de Holanda confrontava “a continuidade do esforço português”, além de acionar os “historiadores” acerca das idades nacionais para tecer “generalizações, nem sempre logicamente apoiadas”.¹⁷⁷ O que leva ao segundo aspecto frisado por Octávio Tarquínio de Sousa, apesar deste não destacar as Eras imperial e republicana em ataques ao estreante.

Mas o fato é que, também no caso desta tese sobre a conspiração das Forças Armadas oitocentistas, nada havia de inédito e ela sequer desapareceria na pauta letrada, estendendo-se muitas décadas ainda, fosse no âmbito da produção intelectual como um todo ou, fechando mais

¹⁷⁵ Octávio Tarquínio de Sousa (1889-1959) era natural do Rio de Janeiro, então capital do Império, filho de Bráulio Tarquínio de Sousa Amaranto (advogado e professor de direito) e Joana Oliveira. Polígrafo, atuou como funcionário público, mobilizando sua formação pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, em 1907-1908. Trabalhou na Administração dos Correios, que dirigiu entre 1914 e 1918, quando foi nomeado para o Tribunal de Contas da União (TCU), como Procurador, e, a partir de 1932, na condição de Ministro do órgão. Além disso, um ano antes tinha se tornado sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Quando a sua resenha sobre *Raízes do Brasil* apareceu, ele tinha os seguintes livros publicados: *Monólogo das coisas* (ensaio – Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1914); & *Mentalidade da constituinte* (história – Rio de Janeiro: A. P. Barthel, 1931). Cf. o nº 18 / 18 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁷⁶ 050. SOUSA, Octávio Tarquínio de. “Vida literária”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 06 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

¹⁷⁷ 010. LEONARDOS, Othon. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Esta mesma avaliação negativa quanto ao recurso à generalização apareceu na resenha de Sergio Milliet da Costa e Silva, que mesmo elogiando os tipos de estudos que vinham surgindo, disse que Freyre as tinha feito de maneira apressada e Buarque de Holanda era, neste quesito, “mais homogêneo, embora menos documentado”. Por fim, Milliet afirmou que eles encaixavam suas ideias “num corpo doutrinário”, mas abstraíam “muitas vezes as contradições da realidade e não raro a esta, deturpa[va]m em proveito da vontade de provar”, baseando-se, “na observação de fatos regionais” que não davam conta da “heterogeneidade do país”. 036. MILLIET, Sergio. “Raízes do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

o compasso, na escrita da História. Tanto que aí se inseria a figura do leitor seguinte, José Gabriel de Lemos Brito, cujos trabalhos apontavam tais circunstâncias e se vinculariam ao *boom* das biografias iniciado em 1939 na *Documentos Brasileiros*.¹⁷⁸

De sua recepção de *Raízes do Brasil*, entretanto, vale destacar a análise de que o livro ia “certo às conclusões, sem vacilar”, dando “a impressão de um tribunal”, a que comparecia o país “com as suas organizações econômica, política, cultural, com os seus homens e princípios, com a sua história, para ser julgado”. Tal processo era rigoroso, mas, nos dizeres de Lemos Brito, não era “inquisitorial”, embora o crítico tenha registrado que, ao proferir “seu libelo acusatório”, o autor não explicitava as doutrinas opostas e as tradições que tanto acusava.¹⁷⁹

Idêntica dúvida se fez presente na leitura de Oscar Mendes Guimaraens, que também enquadrou as atenções dedicadas aos problemas nacionais como o resultado dos impulsos da “revolução de 1930”, levando os intelectuais a explorar “a *selva selvaggia* das nossas origens, das nossas instituições, dos nossos usos e costumes, do nosso caráter e da nossa civilização”.¹⁸⁰ Essa ótica não impediu Oscar Mendes de elaborar críticas severas ao livro.¹⁸¹ Sobretudo por conta do que examinou como “*contradições de pensamento e choque de afirmações*”, pois, nos seus dizeres, Sérgio Buarque achava que a gente hispânica era “*demasiado idealista, [...]*, gostando mais do ócio do que do negócio”¹⁸² e, por outro lado, mostrava-a racional na América.

A miríade de reclamações prosseguia incessantemente. O padre Domingues Carneiro notava o pouco relevo dado aos esforços dos jesuítas da formação do país.¹⁸³ Luiz Pandolfi, por seu turno, afirmava que esse tipo de deslize ocorria porque o autor pusera muitos exames pessoais na “obra”. Como exemplo, citou a existência de certo desprezo pelo transplante da

¹⁷⁸ José Gabriel de Lemos Brito (1886-1963) era natural de Salvador (BA). Polígrafo mais conhecido só como Lemos Brito, ele atuou como Deputado, teatrólogo e criminologista, tendo sua formação pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1907. Fundou o jornal baiano *O Imparcial* (1918-1947) e, ao menos desde 1919, era membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Participou da Constituinte de 1934, na comissão legislativa e tinha publicado, até esse momento, somente o livro: *A nova Constituição Brasileira* (direito – Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1934). Cf. o nº 16 / 16 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁷⁹ 047. BRITO, Lemos. “Bazar de livros”. *Vanguarda*, Rio de Janeiro (RJ), 30 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁸⁰ 056. MENDES, Oscar. “A alma dos livros”. *Folha de Minas*, Belo Horizonte (MG), 17 jan. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁸¹ Oscar Mendes Guimaraes (1902-1983) nasceu em Recife (PE) e era filho de José Mendes da Cruz Guimarães e Amélia Olindina. Polígrafo mais conhecido só como Oscar Mendes, atuou como tradutor, professor e exerceu a advocacia, pois era formado em Direito. Em 1926, transferiu-se para Minas Gerais, onde foi Promotor em Bomfim e Juiz. Ocupou cargos na administração estadual mineira e foi redator-chefe, diretor e crítico literário d’*O Diário*, de Belo Horizonte (MG). Cf. o nº 21 / 21 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁸² 056. MENDES, Oscar. “A alma dos livros”. *Folha de Minas*, Belo Horizonte (MG), 17 jan. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁸³ O destaque como religioso porque é com uma identificação eclesíastica que ele assinou seu artigo, por mais que nada além disso eu tenha conseguido apurar sobre ele. Cf. 023. CARNEIRO, Pe. F. Domingues “Raízes do Brasil”. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & o nº 5 / 5 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

cultura portuguesa e as suas consequências para o Brasil, mas que, face aos estudos como os de Gilberto Freyre, era então impossível negar-lhes a “grandiosa capacidade colonizadora”.¹⁸⁴

Não estavam longe disso as duras palavras de Nelson Werneck Sodré, ao registrar que era um erro defender que a península ibérica entrara decididamente para o coro das nações europeias somente após a descoberta da América. Afinal de contas, no que tocava ao Reino luso, frisou que a conquista da Índia antecedeu a das terras do Novo Mundo e cujo declínio econômico levaria os colonizadores a se voltarem para o rincão descoberto por Pedro Álvares Cabral. Mas Sodré foi além, escrevendo que era preciso ter cuidado e não generalizar a respeito das hierarquias do feudalismo, pois havia um modelo na França e outro na Inglaterra, por exemplo. Assim, para a especificidade de Portugal – que dizia ser refratário à essência deste *modus vivendi* de divisões sociais rígidas –, o crítico sugeria a leitura de Azevedo Amaral, pois os trabalhos deste “insigne estudioso” demonstravam que o “nacionalismo precoce” daquela monarquia se deveu à “luta contra o sarraceno”. Discordou ainda Nelson Werneck da tese de que a gente lusa não era afeita à agricultura, de um lado, e aprovou o tratamento dispensado à região diamantina e à cordialidade, de outro. Mesmo assim, terminou enaltecendo que o ponto sobre o domínio do campo sobre a cidade já constava em Alcântara Machado.¹⁸⁵

Na quadra europeia, a despeito da divisão nacional entre acatar ou recusar as teses do livro de 1936, ora afirmando que ele não fornecia respostas ou faltava em conclusões e ora as enxergando, uma voz emergia. Era a do antigo colega de trabalho do autor na UDF, Henri Tronchon, que em tudo estava de acordo com as sínteses feitas das ideias buarqueanas. Só destoava em um ponto, expressado em sua publicação junto à Université de Strasbourg, segundo o qual a “obra” se orientava “*délibérément, vers la politique présente et future*”.¹⁸⁶

Ao lado desta boa acolhida de Henri Tronchon e inversamente às resenhas mais ácidas, estava o artigo de Austregésilo de Athayde. Na linha da recepção que demarcava os aspectos

¹⁸⁴ 069. PANDOLFI, Luiz. “Conversa sobre ‘Raízes do Brasil’”. *Diário da Tarde*, Recife (PE), 12 nov. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Desconheço a identidade deste crítico. Cf. o nº 25 / 25 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁸⁵ 057. SODRÉ, Nelson Werneck. “Livros Novos”. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Nelson Werneck Sodré (1911-1999) era filho de Heitor de Abreu Sodré (advogado, Coletor Federal em Caçapava, SP) e Amélia Werneck. Polígrafo, nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Atuou, sobretudo, como oficial do Exército e professor. Coursou a Escola Militar do Realengo (1931-1933) e, em 1934, foi destacado para o regimento em Itu (SP). Nessa época, colaborou com o *Correio Paulistano* (no qual deve ter saído sua presente avaliação). Só mais tarde legaria uma infinidade de livros sobre a História do Brasil. Cf. sua trajetória no nº 29 / 29 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁸⁶ THONCHON, Henri. *Huit mois au Brésil*. Paris: Le Belles Lettres, 1938, p. 15. Aqui Tronchon descreve a sua experiência, sobretudo, na UDF – de modo que até o dedica a Afrânio Peixoto e sua esposa, entre outros nomes, e à ABL –, debatendo três livros, em especial: *Raízes do Brasil*; *Conceito de civilização brasileira*, de Afonso Arinos de Mello Franco; e *Tendências e diretrizes da escola secundária*, de Antônio Carneiro Leão. O aciono para fugir, em um exemplo ao menos, dos enquadramentos da seleção do Fundo SBH, pois este não consta listado lá.

da psicologia coletiva muito em voga naquela época, este crítico elogiou Buarque de Holanda por fazer “as vezes do médico”, assegurando que o seu livro ajudava na “cura” social.¹⁸⁷

Nesta perspectiva, o artigo do último leitor coevo ao lançamento do volume inicial da *Documentos Brasileiros*, Vieira de Mello, talvez tenha sido o de maior riqueza de dados. Ele acatou tudo do impresso e, elogioso, afirmou que as páginas do estudo não reduziram o passado às leis biológicas, de sorte que sua discordância se dava apenas em um ponto. Era quando o autor argumentava que a cultura latino-americana permanecia ibérica, sob a justificativa de que o americanismo inexistia. Contudo, segundo o crítico, tal afirmação não cabia às terras outrora hispânicas, pois, apesar de o indígena ter sido quase todo destruído em Cuba, na Argentina e na Costa Rica ele fora absorvido, conservando-se na proporção de 75% nos demais países.

Assim, para Mello, este traço estava na base dessas nações e das lendas políticas no Peru e do Partido Nacional Revolucionário no México. Não parecia à toa, para Vieira de Mello, que a moderna literatura estivesse comprovando os aspectos autóctones na mentalidade desses povos, até se mirasse o caso estadunidense, no qual dizia que Jung demonstrara a resistência daquela sociedade à europeização e sendo ela quase toda índia, inclusive em seu ideal de herói. E o próprio Sérgio Buarque tinha laudas sobre a “psicologia inglesa anterior à Era Victoriana”, que era a negação formal do caráter yankee. “A verdade”, terminava ele, era “que a contribuição indígena” estava por ser estudada no Brasil, pois o país carecia de um indianismo científico a exemplo do que se processava com o negro para sobrepor o viés construído pelo romantismo.¹⁸⁸

Observa-se, portanto, que a comparação entre as Américas representava o elemento de maior destaque da comunidade de leitores de *Raízes do Brasil*, de 1936, como se o pensamento acerca de todo o continente fosse a pauta geracional que não retornava à cena. Ela era de tal modo evidente que se tornava a sua própria pedra fundamental e, por vezes, silenciada posto que passível de compreensão por todos aqueles quadros receptivos.

¹⁸⁷ 034. ATHAYDE, Austregésilo de. “Raízes do Brasil”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (RJ). 16 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde (1898-1993) era natural de Caruaru (PE), filho de José Feliciano Augusto de Athayde (desembargador) e Constância Adelaide Austregésilo. Polígrafo mais conhecido só como Austregésilo de Athayde, formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1922, tendo desistido do sacerdócio. Antes trabalhou nas agências telegráficas Associated Press e United Press, a partir de 1919, também sediadas no Distrito Federal (as mesmas em que Sérgio Buarque de Holanda trabalharia). Pouco depois, Athayde ingressou nos periódicos *A Tribuna*, *Correio da Manhã*, além d’*O Jornal* e do *Diário da Noite*, por meio do qual veiculou seu artigo sobre *Raízes do Brasil*. Até 1936, aliás, tinha sido o autor de: *Educação da alma* (psicologia – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921), o que talvez justifique, em parte, seus destaques acerca do livro. Cf. o nº 10 / 10 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁸⁸ 031. MELLO, Vieira de. “Raízes do Brasil. Sergio Buarque de Hollanda”. *A Nota*, Rio de Janeiro (RJ), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Também aqui, infelizmente, desconheço quem tenha sido Vieira de Mello, sem ter encontrado uma pista sequer a respeito de seus itinerários. Cf. o nº 9 / 9 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

Capítulo 3

PASSADOS A LIMPO:

Circuitos letrado-editoriais, recepção e a paulatina emergência do “eu” historiador

Não podemos aspirar a uma história literária ou intelectual sem levar em conta os processos de recepção e de seus efeitos (Gisèle Sapiro)

Palco de vários encontros, o Cerrado brasileiro fora, especialmente a partir do século XVII, caminho e paragem tanto de vaqueiros das Capitâneas de Pernambuco e da Bahia de Todos os Santos quanto de bandeirantes vindos, em particular, da ainda paupérrima São Vicente. Enquanto os primeiros buscavam, antes de tudo, pastagens que provesses as necessidades de seus gados, aos segundos interessavam *pedras*, tais como o chamado ouro verde, e, na ausência delas, serviram-se de indígenas, logo convertidos em escravos para a lavoura. Eis, desse modo, a sina da América portuguesa. As descobertas, enfim, das ricas jazidas nas Minas Gerais, sobretudo durante o setecentos, permitiriam a emergência mais tarde de um *Siglo de Oro* nos domínios lusitanos, ao menos no que tocava à gradativa formação de certas artes e letras de viés nativo. Este seria marcado por uma junção inédita de aspectos tradicionais e modernos, tão bem representados pelos escritos de Cláudio Manuel da Costa. A decadência socioeconômica que se abateria sobre a região na mesma centúria, por motivos de ordem vária, legaria, mais tarde, o firmamento de uma centena de latifúndios. Mote de disputas mil, tais espaços poderiam ser igualmente vislumbrados como fruto de um passado *rural* que, para muitos, só se caracterizou assim na falta do horto sagrado, o *Paraíso*, na porção lusa do continente, segundo as perspectivas atribuídas aos agentes colonizadores. Contudo, engana-se o leitor caso imagine que este início representa *apenas* uma síntese a traço grosso do conteúdo dos livros buarqueanos pós-1936. Afinal, embora presente em páginas de sua lavra, tal cenário também consta, sob inúmeros aspectos, na fascinante narrativa de *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa. Através da voz de seu protagonista, Riobaldo Tatarana – ex-jagunço já idoso e grande proprietário de terras –, o romancista fazia História ao compor a sua fina Literatura. A trama se desenrola enquanto o fazendeiro dialogava com um “Doutor” da cidade e revivia seus diversos percursos, alegrias e dissabores. Ao relatar suas andanças, o Urutu-Branco – como fora apelidado – revelou angústias universais, indagando-se a respeito da existência do diabo. Numa dessas memórias, lembrou que, junto de seu bando, seguindo pelos chapadões, pôde observar o imenso território como um pássaro, vendo-o do alto, mas se perdendo no labiríntico horizonte, sem atentar ao agreste exuberante e à paisagem que o relevo

acidentado oferecia à sua visão. A busca por vingança devido à morte de Joca Ramiro, líder adorado do interior mineiro, os punha em rota de muitas batalhas. Mas enquanto essas horas não chegavam, a sensação vertiginosa do ambiente lhe despertava alguns pensamentos sobre a força dos homens em mudar o seu próprio destino. Ao que ele chegou, portanto, a se perguntar: “Quem sabe, tudo o que já está escrito [nas estrelas] tem constante reforma – mas que a gente não sabe em que rumo está – em bem ou mal, todo-o-tempo reformando?”.¹

3.1. A escrita peregrina e a lenta digestão antropofágica dos “mal-entendidos”

Além de toda a similitude entre as narrativas das escritas históricas e/ou literárias dos séculos XIX e XX no tocante à escolha de temas e na forma de organizar suas reflexões, no caso em apreço há ainda outra proximidade. Ocorre que Sérgio Buarque de Holanda, a exemplo do personagem rosiano, também se digladiava, em papel e tinta, com aquilo que nas últimas linhas de *Raízes do Brasil*, no capítulo intitulado *Nossa revolução*, ele chamou de “demônio pérfido e pretencioso”.² Sua alusão às manias nacionais de se impressionar por exterioridades, reproduzir um quê de *bovarismo* a imitar tudo o que era estrangeiro, não esconde a flecha que o intelectual lançava aos movimentos oriundos da *Reação Católica*. Daí, talvez, a evocação da imagem do anjo decaído e maligno, conforme o credo da Igreja. Isso porque este se ocupava, segundo Sérgio Buarque, de obscurecer certas verdades singelas, tal como o fato de que o espírito não seria uma força normativa se ignorasse a vida social, arredio às suas necessidades específicas para beneficiar escolhas caprichosas. Um desses grupos – e sua crítica a ele tinha sido voraz –, era representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB).

A organização política se uniria ao governo de Getúlio Vargas para realizar a devassa em células comunistas – efetivas ou fantasiadas – e usar a Intentona como pretexto à escalada autoritária do Estado Novo (1937-1945), que desfez tal aliança com o ideário do *Sigma* e perseguiu seus adversários, fossem os já declarados ou somente potenciais. Curiosamente, em aparência se confirmava a avaliação buarqueana acerca da força apenas teatral dos camisas-verdes liderados por Plínio Salgado, debochado que era o autor estreante sobre esse *mussolinismo indígena*. Em alguns anos, aliás, todos saberiam a que termo o mundo seria levado pelas exaltações nacionalistas, em particular do Fascismo italiano e do Nazismo alemão.

¹ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas* (v. 2). São Paulo: Nova Aguilar, 1994, p. 778. Apesar dessa referência, sublinho que a edição *princeps* do livro saiu pela Livraria José Olympio Editora (LJOE), em 1956.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 161.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – e oportunamente falarei dela, sobretudo pelo impacto que resultou daí no plano das relações internacionais e de seus ecos na quadra da produção dos saberes – foi o acontecimento destrutivo sem precedentes na história da humanidade, que levou os países a repensarem seus valores. Por si só, tal evento desencadeou uma crise nas sociedades a revelar que alguns *demônios*, para seguir aqui com a metáfora, de traiçoeiros e ambiciosos também poderiam ser ineditamente hostis e hediondos.

No conjunto das análises dos dois Capítulos anteriores, busquei demonstrar, em síntese, que havia todo um jogo de relacionamentos pessoais e profissionais cuja configuração levou o escritor paulista, ainda pouco conhecido do grande público, a ter o lugar de volume inaugural da coleção *Documentos Brasileiros* assegurado por Gilberto de Mello Freyre. Na qualidade de diretor da iniciativa editorial, foi o estudioso pernambucano quem bateu o pé para que o livro número 1 do projeto fosse o de seu amigo, a despeito das desconfianças quanto ao êxito de vendas, sobretudo da parte do empresário José Olympio e de seus assessores ou editados mais próximos, José Lins do Rego e Jorge Amado. Isso tudo no entremeio de várias instabilidades que pesaram, inclusive, sobre o título da “obra” ou o nome do “autor”.

Muitas dúvidas se alastrariam após o lançamento e nos anos seguintes. Tanto a respeito das coisas que Buarque de Holanda quis dizer – em particular se for observado outros escritos seus – quanto acerca dos vínculos de natureza política que, para classificar o estreante ilustre, mas desconhecido, levantaram-se diversas interpretações.

Assim, se nos Capítulos precedentes me balizei pelo surgimento das resenhas em torno desse título que vieram a público até 1938, a partir de agora o recorte compreenderá, em especial – mas não exclusivamente –, o período compreendido entre os anos de 1939 e 1957. No primeiro caso, a data coincide com o momento em que o escritor teve publicado o primeiro prefácio de sua autoria. No segundo, corresponde à época que em que foi editado o quarto livro de sua autoria exclusiva e precedeu ao momento do concurso docente em que ele se inscreveu para o provimento da cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP).

Por isso, entre as atividades de Sérgio Buarque e atento aos quadros receptivos de seus estudos posteriores à primeira fortuna crítica que constituiu, analisarei os pareceres públicos e/ou o conteúdo das edições de *Cobra de vidro* (1944), *Monções* (1945), bem como das duas versões seguintes de *Raízes do Brasil* (1948 e 1956) e dos artigos saídos na Itália (1954), quando da primeira tradução da “obra” de estreia, além dos textos veiculados sobre o lançamento de *Caminhos e fronteiras* (1957). Trata-se de um universo de 49 resenhas, tanto de leitores anônimos quanto de críticos com algum tipo de identificação.

São impressos de uma *fase intermediária* da recepção de seus pensamentos. Afinal de contas, a comunidade de leitores se transformou – como se verá – e a própria produção intelectual buarqueana passou a absorver muitos elementos das referidas mudanças. Tudo em meio à relação dialética entre os vários agentes e instituições (cada vez mais diferenciados), e da autoria em si, pouco a pouco estabilizada, reconhecida entre os pares e institucionalizada.

Sem considerar na minúcia os escritos por eles mesmos em sua totalidade, meu interesse segue concentrado na dimensão coletiva que tornava Sérgio Buarque de Holanda um ponto ainda inexpressivo ou insuficientemente firmado nos laços de uma rede.³ Configuração esta que, até o surgimento de seu segundo livro autoral – *Cobra de vidro* (São Paulo: Martins, 1944), que saiu oito anos após a sua estreia na Livraria José Olympio Editora (LJOE) –, não o deixou imóvel. Movimentando-se pelas sendas que as vicissitudes biográficas de sua trajetória o levavam a se deparar, pôde se envolver em outros projetos e prefaciá-los, traduzir e/ou apresentar, por exemplo, *Suspiros poéticos e saudades*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882); *Memórias de um colono no Brasil*, de Thomas Davatz (1815-1888); e *Diários de viagem*, de Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798).

O primeiro deles talvez seja o mais representativo das tópicas que, feito os demônios perversos, acompanhariam durante longo tempo os itinerários buarqueanos no debate a respeito da chamada *formação* nacional. Detido nos escritos do poeta oitocentista – e com a melhor possibilidade de ajustar suas reflexões e/ou esclarecer alguns traços de *Raízes do Brasil* – Buarque de Holanda escreveu que Gonçalves de Magalhães buscou bradar o grito do Ipiranga da literatura brasileira, embora cortejando formas e ideias que, mesclando valores (liberais) de uma parcela social, tentou se acomodar aos anseios de todo o *povo*.

Difícilmente coincidindo com a espontaneidade popular, o movimento orquestrado por Magalhães – com destaque para a revista *Nitheroy*, criada em 1836 –, acabara, ao fim e ao cabo, exercendo função pedagógica e procedendo a uma revolução de aparências. Ao frequentar

³ Sublinho, portanto, que a maior parte dos meus apontamentos sobre as relações pessoais, institucionais e editoriais do intelectual seguirão a tônica dos Capítulos 1 e 2 e que frisarei os aspectos reunidos no *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*. Contudo, para uma análise criteriosa e bem documentada no tocante aos trânsitos profissionais do paulista e seus respectivos impactos em sua obra até *Caminhos e fronteiras*, com estudos de caráter ora mais internalista ora mais externalista e, com frequência, juntando as duas perspectivas, Cf., em especial, as seguintes referências: WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000; CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Outros lados. Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003; FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, Campinas, 2004; & EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil & Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

mestres franceses como quem os tomasse por medida compensatória face a certo rompimento com os cânones literários de Portugal, o fato é que nela também se tinham feito presentes e bem vivas as letras lusitanas, ainda que o periódico tenha surgido em Paris, cuja cultura passara a ditar algumas regras e as modas no Império do Brasil. Monarquia esta que veria seus letrados adotarem o índio como herói pátrio, sendo tal gesto a maneira de traduzir em solo novomundista determinadas tópicas medievais quanto à defesa de honras e a busca de glórias.⁴

Tais projetos de epopeias encontrariam no autor de *Suspiros poéticos e saudades* a marca da polêmica, fazendo estender as lutas de 1822 como prolongamento das supostas resistências dos “selvagens” contra os “civilizados”, sendo esta uma licença poética e uma convicção sob o argumento de que eram os indígenas que, pela sua quantidade ao tempo das descobertas, teriam dominado a miscigenação que se processou entre eles, os brancos e os negros, além de, em tese, crescerem mais no século XIX. Daí que o sete de setembro nada mais era, para Domingos José Gonçalves de Magalhães, que o triunfo dos antigos donos da terra, justificando, assim, a união provisória de grupos autóctones com aliados franceses contra os outros invasores europeus, que ele retrataria n’*A confederação dos tamoios*.⁵

Ora, Buarque de Holanda colocava alguns pingos nos is de sua “obra” de estreia, ao revelar que malograra Magalhães na medida em que lhe falhou uma robusta linguagem nova, que dialogasse melhor com a população, ainda que o seu romantismo – e o de tantos outros – fosse, nas palavras do prefaciador, o que melhor se ajustara à vida emocional do país. Debatendo, portanto, assuntos Históricos e Literários com nomes como os de José Veríssimo e Sílvio Romero, ele se contrapunha às várias avaliações destes ao passo que ia discordando que a tópica romântica refletia a consequência da escola mineira. Afinal, sublinhou que, na realidade, esta tinha sido “uma preparação sem continuidade, mais ou menos no mesmo sentido em que se diria que entre nós a Regência foi uma preparação para a República”.⁶

⁴ Interessante perceber que, se consideradas a leitura feita por Vieira de Mello – última recepção de *Raízes do Brasil* que abordei ao término do Capítulo anterior –, sobre o ideal de heroísmo norte-americano ser apegado à imagem autóctone, o Romantismo teria antecipado esse uso. Muito embora, no caso estadunidense isso seria antes uma visão propagada pelo cinema dos anos 1930. Cf. GRANT, Susan-Mary. *História concisa dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Edipro, 2014. Agradeço a Bruno Silva por este diálogo e indicação bibliográfica.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde (MES), 1939, reproduzido em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Nos dizeres de Sérgio Buarque, o “imperador é dos primeiros que vêm à liça, defender o autor da *Confederação dos tamoios*, quando este é atacado por [José de] Alencar. Não há exagero em dizer-se que a esse prestígio pessoal, não menos do que às suas múltiplas capacidades, deveu Magalhães uma carreira feliz de político e diplomata. E fez boa figura nesses misteres, pois, apesar de poeta romântico, soube aparentemente guardar [...] um alto senso de dignidade e virtudes que no Brasil imperial eram excelentes. Para o nosso romantismo oficial não havia contradição em ser poeta de gênio e visconde de Araguaia ao mesmo tempo: Magalhães conseguiu conciliar impunemente os dois títulos” (p. 368).

⁶ HOLANDA, op. cit., 1996 [1939], p. 362. Sérgio Buarque escreveria ainda que, no caso do lirismo português, também na órbita das trocas letradas de Domingos José Gonçalves de Magalhães, nunca havia levado a sua

Sem me estender demais neste assunto, vale frisar que, esses jogos de sombras com que parece em alguns momentos concordar e em outros discordar do lugar proeminente de Magalhães na inauguração do Romantismo no Brasil, seria a mesma análise que Sérgio Buarque teceria, em 1943, no suplemento literário Autores e Livros, do jornal *A Manhã*. Este periódico, junto com a revista do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), *Cultura Política*, acolheu as demandas dos anos 1930-1940 ao erigir o panteão de imortais nas letras históricas do país, buscando separar os que eram escritos relativos ao passado e os que eram páginas de literatura. Enquanto o jornal foi dirigido em seus primórdios (1941) por Cassiano Ricardo Leite, o suplemento ficou ao encargo de Múcio Carneiro Leão e a revista por Almir de Andrade, fornecendo, em parte, os suportes ideológicos para o regime estado-novista.⁷

Não pretendo deixar subentendido, com isso, a cumplicidade de todos os intelectuais com as práticas políticas e policiais do outro governo Vargas iniciado em fins de 1937 – ou qualquer Estado de exceção – como têm feito algumas interpretações recentes sobre a “obra” de estreia buarqueana. Afinal, havia condições materiais que impulsionavam esses homens e mulheres aos cargos no funcionalismo público que eram, muitas vezes, o meio encontrado para sobreviverem. Vincular mecanicamente tais disposições às tomadas de certas atitudes é perder a oportunidade de tecer avaliações micro que se desenrolavam em um cenário macro.

Ainda que mal tenha feito uso do diploma para fins profissionais, Sérgio Buarque de Holanda era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito (RJ), desde 1925, quando concluíra o curso iniciado em 1921, ao tempo em que tinha se mudado com

produção literária “ao ponto de uma dissolução total de personalidade, nem sequer depois do romantismo – ao contrário do que sucede com frequência entre os poetas nórdicos – e nisso revela bem que ainda pertence ao galho latino e mediterrâneo. [...] O poeta canta as suas desilusões, mas não quer atrair tempestades, invocar o demônio ou fabricar o ouro. Perde-se na vida como ela é, e se a vida lhe traz cuidados não trata de ajustá-la a uma ordem mental. A ordem que aceita não é a que os homens compõem com esforço, mas a que fazem com desleixo e abandono, a ordem do *semeador*, não a do *ladrilhador*” (p. 365) [grifos meus]. Duas observações se depreende daí: I) partindo de estudos literários, Buarque de Holanda começa a clarear um entendimento sobre a continuidade de elementos ibéricos (valorização do individualismo, nexos latinos e mediterrâneos) que teriam se prolongado nas letras oitocentistas do Império. Nesse movimento, parece anteceder o contato com a obra de Ernest Robert Curtius, em *Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter* (de 1948 e traduzido para o português em 1957 como *Literatura europeia e Idade Média latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – INL). Isso porque não precisou do “modelo” do pensador alemão para considerar um quadro ocidental da literatura produzida na América portuguesa e além, como têm defendido muitos estudos há aproximadamente uma década. Essa sobrevalorização das reflexões de matriz germânica não é, no Brasil, uma exclusividade dos estudos relativos a Buarque de Holanda. No caso dele, porém, saliento que se trata, a meu ver, de um falso problema, pois se aproxima das ideias de uma *influência* que Curtius e outros pensadores, de diversos países, teriam exercido sobre as suas práticas letradas, quando a aproximação em destaque mais se parece com um encontro de teses do que um achado buarqueano; e II) o prefaciador de Gonçalves de Magalhães avança no exame daquilo que mais tarde chamará de *realismo pedestre*, tendo esboçado, em 1939, os termos que usará para alterar, em 1948, o título de seu capítulo IV de *Raízes do Brasil*, rebatizado como: *O semeador e o ladrilhador*.

⁷ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 16-17. Embora no caso de Cassiano Ricardo Leite e Múcio Carneiro Leão eu já tenha considerado um pouco suas trajetórias nos Capítulos 1 e 2, mais adiante as reconsiderarei, pois o que importa, por ora, é demarcar esse universo pós-*Raízes do Brasil*.

seus pais e irmãos para a capital do país. A importância desse título ecoaria, anos a fio, na tradição brasileira, cujos exemplos abundam e se notavam em crítica de *Raízes do Brasil*, bem como em *Grande sertão: veredas*, pois o personagem de João Guimarães Rosa dialogava com um desses *doutores cultos* da cidade.⁸ De tal modo era a força de representação do diploma, feito marca de nobreza, que lhe serviu de porta de entrada para muitos cargos por ele ocupados em instituições de fomento à cultura ou ensino.⁹

Intelectual polígrafo que era nos primeiros decênios do século, ainda durante esse período se envolveu nas discussões do movimento modernista, quando – entre outros postos de trabalho – colaborou na imprensa, publicando artigos e rodapés sobre as mais variadas áreas do saber, ofício este mantido por quase toda a sua existência, mesmo irregularmente, em periódicos sobretudo do eixo Rio-São Paulo, mas também de Minas e Espírito Santo.¹⁰

Quando foi publicado o prefácio de *Suspiros poéticos e saudades*, ele se achava na chefia da Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro (INL), para onde tinha se dirigido a convite de Augusto Meyer, que era diretor desse órgão criado pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1937. Sérgio Buarque atuou aí depois de ter assistido o professor Henri Hauser (1866-1946), na cátedra de História Moderna e Económica; e Henri Tronchon (1877-1941), na cátedra de Literatura Comparada, ambas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF), seguido de sua contratação como docente Adjunto das cátedras de História da América e História da Civilização Luso-Brasileira.

Dessas relações viria o convite para traduzir *Memórias de um colono no Brasil*, do imigrante teuto-suíço Thomas Davatz, junto à coleção *Biblioteca Histórica Brasileira* da

⁸ Tema este que Sérgio Buarque ampliaria em 1948, mas que constava na edição *princeps* de sua “obra” de estreia, em paralelo com a antiga América Inglesa, quando anotou: “As nossas academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão uso, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso. A inclinação geral para as profissões liberais, [...] não é, aliás, um fenômeno distintamente nosso [...]. Poucas terras, [...], parecem ter sido tão infestadas pela ‘praga do bacharelismo’ quanto o foram os Estados Unidos, durante os primeiros tempos que se seguiram à guerra da independência [...]. E aos que censuram por sermos uma terra de advogados, onde apenas os cidadãos formados em Direito ascendem, em regra, às mais altas posições e cargos públicos, poder-se-ia observar que, ainda nesse ponto, não constituímos uma singularidade: advogados são ainda hoje metade das legislaturas estaduais e do Congresso Federal nos Estados Unidos; advogados foram todos os presidentes da república norte-americana que não foram gerais, com as únicas exceções de Harding e de Hoover. [...]. As críticas a esse fato são lá quase tão frequentes quanto aqui e já se lembrou o contraste evidente com o que ocorre na Grã-Bretanha, onde não houve um único Primeiro-Ministro advogado durante todo o século que vai de Perceval a Asquith”. HOLANDA, op. cit., 1936, p. 115-116.

⁹ Apesar de formado, ele só retirou o título em 1957, data mais ou menos limite deste Capítulo. Cf. Série: Vida Pessoal. 82 – Diploma de SBH de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 21 mar. 1957. c.as. (orig.). Vp 82 P2. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*).

¹⁰ *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC). Arquivo: Anísio Teixeira. AT pi Melo, L.C. de 1954.00.00. “Dados biográficos de Sergio Buarque de Holanda” e “Bibliografia” extraídos do Dicionário de autores paulistas, São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais; & o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

Editora Martins, à época sob a responsabilidade de Rubens Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Pública de São Paulo, e que, por esses anos, havia recebido uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, para fazer um curso de Biblioteconomia nos Estados Unidos.¹¹ Assim, em fins dos anos 1930, junto de outras personalidades e, vale dizer, na esteira de exitosos empreendimentos editoriais em curso, a Martins resolveu igualmente dar início à publicação de documentos considerados de grande importância para a história nacional. É aí que entra em cena o tradutor Sérgio Buarque de Holanda, cujos debates para a realização dessa tarefa se encontram em parte no epistolário presente em seu arquivo pessoal.¹²

Numa dessas cartas, afora a negociação em si para iniciar os trabalhos, vislumbra-se uma série de disputas intelectuais. Observa-se, por exemplo, a reclamação de Borba de Moraes sobre a falta de ajuda em atividades dessa natureza, citando o então Presidente de Biblioteca Nacional (BN), Rodolpho Garcia (1873-1949), como “desses velhinhos sábios [...], egoístas e nocivos” que de “bibliotecas nada sabe e não quer entender. Enquanto ele fica estudando no seu gabinete [...] os bichos acabam com a Nacional”. Moraes escreve, assim, ao conterrâneo “Sérgio Amigo” de São Paulo para convidá-lo a traduzir o Davatz e sugerir que fizesse um “prefácio-estudo” sobre o assunto da imigração que aparecia no texto.¹³

O tema do relato, sobre as colônias de parceria em São Paulo, nas fazendas do Senador Nicolau Campos Vergueiro (1778-1859), na qual Davatz vivera no oitocentos, entusiasmara

¹¹ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Coleção “Biblioteca Histórica Brasileira” (v. 5). São Paulo: Martins, 1941. Sobre os demais escritos prefaciais que revelam incursões buarqueanas no período Monárquico e, sobretudo, Imperial, Cf. o *Apêndice D – Principais prefácios, introduções e paratextos afins de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros*. Quanto ao diretor da coleção em destaque, Cf. *Rubens Borba de Moraes*. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2489/rubens-borba-de-moraes>>. Acesso em: 25 mar. 2015. Convém frisar que a relação deles se estenderia para além dos anos 1960, quando este último colaborou na coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB), dirigida por Buarque de Holanda, uma vez que Borba de Moraes elaborou a bibliografia do segundo volume do projeto fomentado pela Difusão Europeia do Livro (Difel), na condição de diretor aposentado da Biblioteca da Organização das Nações Unidas (ONU). O assunto da referida coleção será melhor depurado nos Capítulos finais, sobretudo o 7 e o 8.

¹² Segundo Giselle Martins Venancio, que estuda as coleções *Brasiliana* e *Biblioteca História Brasileira*, seus tradutores para a língua portuguesa tiveram um papel interessante ao, de certo modo, subverterem o estatuto que a tarefa de passar um texto de um idioma a outro lhe concedia, pois visaram demarcar a sua imagem autoral quando esta não deveria, em tese, sobrepor-se ao da referência principal. Os casos em que ela se debruçou em *La trahison des traductions: textes français dans les collections Brasiliana et Biblioteca Historica Brasileira*, inseriam-se na categoria que os estudos da área se referem como *belles infidèles*, pois ao invés de assumirem a invisibilidade que a atividade requer, seus responsáveis adaptavam alguns trechos e até os traíam. Isso a despeito de, por vezes, registrarem as alterações em notas de rodapés ou apresentações, sendo esses lugares outros espaços para criar um protagonismo narrativo do tradutor. A historiadora informa ainda que, além do diretor do projeto e Buarque de Holanda, foram tradutores: Affonso d’Escragnoille Taunay, Sergio Milliet da Costa e Silva, José Honório Rodrigues, Afonso Arinos de Mello Franco, Herbert Baldus, Rodolfo Garcia e Augusto Meyer. Giselle Venancio proferiu essas falas em palestra realizada em fevereiro de 2017 no Seminário *Histoire du Brésil XVIe-XXIe siècle. Historiographie, enquêtes en cours* (ministrado pelos professores Laura de Mello e Souza, Jean Hébrard, Jean-Frédéric Schaub e Mônica Schpun na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS).

¹³ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 260 – Carta de Rubens Borba de Moraes a SBH, comentando sobre a publicação de uma bibliografia brasileira e sobre o Diretor da Biblioteca Nacional e pedindo sugestão para uma tradução do Davatz. São Paulo, 08 dez. 1939. as. Rubens. 3p. Cp 38 P5. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

muito o tradutor, pois se tratava de casos de trabalho livre na lavoura em plena vigência do sistema escravista e relatado do ponto de vista do imigrante colono.¹⁴

Certamente um dos pontos altos desse prefácio foi quando o tradutor descreveu as dificuldades dos trabalhadores para as lides com a terra antes de iniciarem as suas plantações de forma efetiva. Os imigrantes tiveram, muitas vezes, segundo Buarque de Holanda, de deixar seus conhecimentos europeus e prévios de lado para adotar as técnicas que os grupos indígenas utilizavam para o cultivo do solo. Esta observação seria basilar às mudanças de *Raízes do Brasil* a respeito, por exemplo, da questão do predomínio rural e não agrário da estrutura fundiária, pois agricultura pressuporia disciplinamento e técnicas regulares.¹⁵

Seja como for, vale registrar ainda que, no INL, Sérgio Buarque desenvolveu tarefas como a emissão de pareceres sobre textos candidatos à impressão e projetos das linhas editoriais do órgão para, em 1944, assumir sua Divisão de Consultas vinculada à Biblioteca Nacional (BN), período no qual trabalhou ao lado de nomes como José Honório Rodrigues, Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade.¹⁶ Nesse meio tempo fez crítica literária no *Diário de Notícias*

¹⁴ MORAES, Rubens Borba de – Carta a: HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo: 18 de maio de 1940. 2p. Registro: 24119 / 002374853 (RBM; P1). Arquivos da *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* (BBM). Universidade de São Paulo (USP). Obtive acesso a essas cartas inéditas por intermédio de minha orientadora. Elas atestam o profundo interesse de Sérgio Buarque pelos assuntos do século XIX. Segundo um artigo recente, foi Yan de Almeida Prado que teria feito circular no país, entre o grupo dos modernistas, o primeiro e único exemplar, em alemão, de *Memórias de um colono no Brasil*, generosamente cedido para a tradução. A ideia seria difundir-lo entre os estudiosos, tendo sido lido, então, por Mário de Andrade que o debateu na imprensa nos anos 1930, com destaque para o seu deleite dos trechos nos quais Thomas Davatz se espantava com os desmandos e a burla dos contratos. Tais análises saíram no *Diário Nacional*, ligado ao Partido Democrático de São Paulo, onde também atuara Sergio Milliet. Cf. SILVA, Rafael Pereira. “Não sei se dará tempo”: notas sobre a publicação de *Memórias de um colono no Brasil* pela coleção Biblioteca Histórica (1931-1940). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional da Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Contudo, segundo a palestra de Giselle Venancio, cada edição, de luxo, não passava de 150 / 200 exemplares, mantendo-se, portanto, a suposta difusão ao acesso de poucos. Sobre a tradução de Sérgio Buarque de Holanda e seu prefácio, explicou a pesquisadora que, face à importância assumida mais tarde por seu autor, o texto que assinara na publicação de 1941 se tornou um ato fundador de certos temas da historiografia, largamente citado.

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, op. cit., 1941. Uma das primeiras pesquisas a debater essa questão frisou que Borba de Moraes solicitou ainda a Buarque de Holanda as traduções, do alemão, de obras como: *Aus Meine Tagebuch*, do príncipe Adalbert da Prússia, e *Viagem a Província do Rio de Janeiro e São Paulo*, do naturalista Johann Tschudi, ambos recusados. FRANÇOZO, op. cit., 2004, p. 39. Ainda segundo as cartas que mencionei na nota 14, em relação a outro projeto conjunto, o *Handbook of brasilian studies* (Cf. WEGNER, op. cit., 2000), numa das missivas enviadas por Sérgio Buarque a Rubens Borba consta o comunicado sobre o aceite de Octávio Tarquínio de Sousa em escrever a respeito do Segundo Império, embora eles preferissem a expressão Segundo Reinado, circunstância que mostra todo um debate para refletir sobre o século XIX, que as traduções e o olhar viajante, por certo, ajudavam. Ao fim, quando o volume é publicado, em 1949, como *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (Rio de Janeiro: Gráfica Souza, 1949), o escritor carioca tinha ficado com a parte referente à Independência, ao passo que Caio Prado Júnior ficara com o Segundo Reinado – que foi aceito com essa denominação, portanto – e Buarque de Holanda com o período Colonial. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de – Carta a: MORAES, Rubens Borba de. Rio de Janeiro: 15 de [?]. 4p. Registro: 24131 / 002374865 (RBM; P1). BBM-USP; & o ano de 1949 do *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

¹⁶ Neste período elaborou as séries “Bibliografia dos grandes autores”, “Bibliografias críticas”, “Bibliografias documentais”, “Bibliografias Especiais ou Especializadas” em consonância com as linhas gerais de temáticas, muitas vezes, condizentes com os estudos que desenvolveu em anos anteriores. CARVALHO, Marcus Vinícius. O

no lugar deste último e se aproximou de Octávio Tarquínio de Sousa, o novo diretor da coleção *Documentos Brasileiros* (LJOE), após a saída de Gilberto Freyre.

Os motivos dessa troca seguem pouco esclarecidos, mas talvez se relacionem com a dedicação do autor de *Casa-grande & senzala* à sua própria obra, que teve publicado vários livros após o êxito em 1933. Tarquínio de Sousa integrava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e coordenava a terceira fase (1938) da *Revista do Brasil*.¹⁷ Esta alteração, nada desprezível, é importante, pois seria sob a gerência de Octávio Tarquínio que surgiria, em janeiro de 1948, a segunda edição da “obra” de estreia buarqueana, pouco mais de 11 anos depois da publicação original.¹⁸ Assim, é possível inferir que Sérgio Buarque tenha encontrado margens para negociar a versão amplamente modificada e aumentada, porque possuía uma relação próxima com o novo diretor, apesar do insucesso de vendas da edição *princeps*. Fotografias de seu acervo particular atestam isso, além da co-autoria de um livro didático de História do Brasil, para o terceiro ciclo ginasial, publicado em 1944.¹⁹

Antes, porém, Sérgio Buarque permaneceu durante três meses nos Estados Unidos da América, convidado pela Divisão de Cultura do Departamento de Estado, em 1941, quando visitou as Universidades de New York, Washington, Chicago e Wyoming, tendo proferido conferências sobre o passado brasileiro nesta última. Participou de debates na Universidade de Chicago sobre as relações políticas e econômicas interamericanas sob os auspícios da *Norman*

Instituto Nacional do Livro e os modernistas: questões para a história da educação brasileira. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 543-557, jul./dez. 2012, p. 552.

¹⁷ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço*. Biografia e História na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009. No prestigioso periódico, aliás, Sérgio Buarque teria espaço para dar visibilidade ao seu estudo das bandeiras e das monções, pois foi aí que teve publicado, em março de 1939, um artigo intitulado *Caminhos e fronteiras*, seu primeiro texto público apenas a respeito do assunto. Sendo provável que ele viesse das reflexões desenvolvidas na Universidade do Distrito Federal (UDF). A partir daí, começaria a compreender que a história paulista se orientara, durante largo tempo, por intermédio de atalhos de pé posto, vias de penetração, disciplinamento das atividades voltadas ao povoamento etc. Cf. WEGNER, op. cit., 2000.

¹⁸ *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Arquivo do Estado / Universidade de São Paulo / Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p. 124.

¹⁹ Cf., por exemplo, Série: Vida Pessoal. 33 – Fotografia de Caio Prado Jr., onde se vê SBH acompanhado de Francisco de Assis Barbosa, Maria Amélia, Octávio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira, em um passeio a Embú. Embú, 1943. b&p. 24x29.5. (reprod. ampliada). Vp 32 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & SOUSA, Octávio Tarquínio de; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil* (n. 2). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. Acervo Geral (Livros), Anexo II-873, 4, 45, II-381, 1, 2. *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN). Sobre esse último tema, embora ele se inscreva no plano educacional do governo quando Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e Saúde (MES), mantenho distância de pesquisas que parecem sugerir, sem analisar o conteúdo do livro didático ou a relação dos intelectuais, algum alinhamento político pró-Estado Novo. Faz-se isso ao afirmar, por exemplo, que o impresso em destaque obedeceu “à risca” o “cumprimento dos programas oficiais”. SILVA, Rafael Pereira da. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem* (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982). Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2015, p. 71-72. Em carta a Borba de Moraes, Buarque de Holanda comenta que, embora estivesse com excesso de trabalho, aceitara o pedido pessoal de José Olympio para essa tarefa que poderia lhe render muito, sugerindo a possibilidade de ganhos financeiros expressivos. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de – Carta a: MORAES, Rubens Borba de. s.l.p.: s.d. 4p. Registro: 24116 / 002374850 (RBM; P1). BBM / USP.

Wait Harris Foundation.²⁰ Após a publicação do livro de Davatz, surgiu uma segunda tradução buarqueana: *Ethnologia Sul-americana – Círculos culturais e estratos culturais na América do Sul*, de Wilhelm Schmidt (1868-1954), que foi publicada pela coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, então coordenada por Fernando de Azevedo.²¹

Ainda durante seu período no INL, Buarque de Holanda havia produzido um prefácio para a obra *Diários de viagem*, de Francisco José de Lacerda e Almeida, publicado com subsídio do MES na coleção *Biblioteca Popular Brasileira* e que também viria a se tornar importante fonte de referências em suas pesquisas posteriores.

Finalmente, em 1944, Sérgio Buarque deixou o INL e passou à BN, como Diretor da Divisão de Consultas. A Divisão de Biblioteconomia ficou a cargo de Borba de Moraes e a coordenação geral da biblioteca sob a direção de Rodolfo Garcia.

Foi então a partir dessas inserções pessoais e profissionais que surgiram seus dois livros seguintes: *Cobra de vidro* (1944) e *Monções* (1945).

Cobra de vidro surgiu da junção de artigos da imprensa e foi publicado, justamente, pela Livraria Martins Editora, na coleção *Mosaico*, como volume 5, reunindo trabalhos escritos e publicados em momento distintos, sobretudo entre 1940 e 1941 no jornal carioca *Diário de Notícias*. O livro foi precedido por: *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil* (v. 1), de Nelson Werneck Sodré; *O baile das quatro artes* (v. 2), de Mário de Andrade; *Prosa dos pagos* (v. 3), de Augusto Meyer; e *Poesia afro-brasileira* (v. 4), de Roger Bastide.²²

Werneck Sodré, aliás, integrante desse círculo, foi o único a ter uma resenha da edição *princeps* desse segundo livro buarqueano salvaguardado em seu arquivo pessoal. A leitura de Sodré apontava que o título era uma raridade nos casos de união de estudos esparsos, face à coesão que apresentava, pois, “*um jornalista do quilate do autor*” sabia perfeitamente o que estava fazendo, versado que era em vários domínios e idiomas, “*intérprete seguro*” das *Raízes do Brasil* e intelectual que não se deixava “*obscurecer por um saber unilateral*”.²³

²⁰ Novamente, a referência essencial a propósito desse trânsito norte-americano é a de WEGNER, op. cit., 2000.

²¹ Quanto ao etnólogo, vale dizer que, junto de outros nomes, como os de: Karl von Martius, em *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* (1939); Max Schmidt, *Estudos de Etnologia Brasileira* (1942); Karl von den Steinen, em *O Brasil Central* (1942) etc., este teve parte de sua obra publicada na mesma coleção e foi utilizada por Sérgio Buarque em *Monções e/ou Caminhos e fronteiras*. Cf. FRANÇOZO, op. cit. 2004.

²² Quanto às relações entre esses agentes, trajetórias e atividades institucionais, em especial Meyer e Andrade, Cf. TAVARES, Mariana Rodrigues. *Um Brasil inapreensível: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 2016. Acerca de Roger Bastide, Cf. MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras, 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

²³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2192 – Resenha intitulada “Cobra de vidro”, de Nelson Werneck Sodré, sobre o referido livro. s/l. 12 ago. 1944. s/p. Pt 177 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Acredito que, por integrar a coleção, Nelson Werneck escreveu ou sob encomenda ou pelo jogo de mútuas referências, tendo lembrado de *Raízes do Brasil*, pois o resenhara quando de seu lançamento. Cf. sua trajetória, entre a crítica em

Por representar uma seleção de textos de Sérgio Buarque feita pelo próprio autor é de se supor que, além da busca pelo sentido de unidade, o livro congregava temas de grande importância às várias questões prementes nos anos 1940, embora também assumissem um sentido de “resposta” às críticas que sofrera na publicação anterior.

Este era o caso de capítulos como: II) *Romantismo*; IV) *O mundo de um poeta*; VI) *A filosofia de Machado de Assis*; VII) *Notas sobre o romance*; e VIII) *História antiga*. Sobre o *Romantismo* (II), Buarque de Holanda marcava sua posição contrária ao *New criticism* que se praticava no Brasil, conforme ele deu a ler na resenha do poeta oitocentista *Fagundes Varela*, biografado por Edgard Cavalheiro, elogiada por escapar de muitas armadilhas das correntes romântica e anglo-americana de avaliação literária; em *O mundo de um poeta* (IV), atuou no mesmo sentido, ao historicizar o movimento modernista e distinguir seus integrantes, valorizou Manuel Bandeira por sua criação original e por não estilizar uma natureza já domesticada; em *História antiga* (VIII) reverenciou Antonio Alcântara Machado por seu estilo espontâneo; em *A filosofia de Machado de Assis* (VI) atacou Afrânio Coutinho – um dos defensores do *New criticism* –, em sua biografia do escritor carioca, pois dizia que ela havia erigido um quadro de influências rígidas e exclusivistas, sendo que a escrita do literato seria a menos apropriada para este fim / metodologia, e que o peso de Pascal, por exemplo, seria excessiva, sendo este um fervoroso homem da fé que procurava Deus, enquanto que Machado de Assis vivia num mundo sem começo, *sem Paraíso*; e, por fim, entre os temas mais nitidamente literários, em *Notas sobre o romance* (VII), perguntava-se a respeito do destino de seu caráter contemporâneo regionalista / sociológico, se este teria fôlego se colocado em ambiente diverso daquele que o inspirava (as mazelas do Nordeste), que exigiria engenho e arte, não se demorando a assegurar que certamente sobreviveriam os trabalhos de José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz, por exemplo.²⁴

Quantos aos outros temas do livro – ou seja: I) *Negros e brancos*; III) *Considerações sobre o americanismo*; V) *Formação da Sociologia?*; IX) *Panlulismo*; X) *Extremo Sul*; XI) *S. L.* [Serafim Leite]; e XII) *História e gramática* – é preciso sublinhar alguns destaques:

No capítulo *Negros e Brancos* (I), Sérgio Buarque acentuava a curiosidade crescente do público leitor com os estudos sobre a contribuição dos primeiros na “evolução nacional”. Tema dileto das atuais gerações dedicadas ao africanismo – tais como os estudos do professor Arthur

1936 e esta de 1944, no nº 45 / 1 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

²⁴ Acerca do *New criticism* e do seu papel na prática de análise literária que desconsiderava dados de natureza biográfica para a avaliação de criações ficcionais, Cf. NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Dap-Unifesp, 2014.

Ramos –, considerava que seu esquecimento se devia mais à abundância dessa herança que, no entanto, era “intolerável para certo patriotismo”. Dizia que as pessoas custavam a “admitir que o caldeamento de raças realizado em uma escala sem exemplo pode significar enriquecimento de potencialidades, manancial de onde nascerá, talvez, uma nova cultura”. Segundo Sérgio Buarque, disfarçava-se o racismo dando vazão a traços exóticos e folclóricos do assunto. Situação diversa era a dos homens da terra, pois se o indianismo cuidara de heroicizar os habitantes originais, os etnólogos estrangeiros atuavam para desmistificá-los.

Em *Considerações sobre o americanismo* (III), Buarque de Holanda altera o seu olhar negativo em relação aos Estados Unidos após a sua primeira visita ao país. Nos termos dele, a palavra América, no Brasil, prestava-se antes ao uso em comemorações e formalidades, diverso do que acontecia em relação aos países do antigo domínio hispânico no continente “para os quais ela representa, em primeiro plano e acima de tudo, uma realidade hispano-americana, apenas admitindo-se que homens de outra estirpe, que anglo-saxões, por exemplo, pretendam partilhar dessa mesma realidade. ‘Americano’, para um argentino, é em primeiro lugar um indivíduo de língua espanhola”. Aos brasileiros caberia superar tais dualidades, sobretudo com a nação do Norte, e acolher a fala de Lewis Hanke de que esse distanciamento vinha de incompreensões mútuas. Era preciso concordar com Frederick Jackson Turner (1861-1932) quanto ao fato de a América ser mais uma sociedade do que uma área geográfica.²⁵

A crítica de Sérgio Buarque ao primeiro volume do livro *Formação da sociologia*, de Almir de Andrade, foi dura e iniciava no título de sua análise (V): *Formação da sociologia?*. Isso porque dizia que uma reunião de textos começando no Brasil Colônia não poderia sugerir a emergência de estudos sociológicos no país. Por isso, anotou uma série de erros do autor, a exemplo da confusão entre documentos, como a carta de Pêro Vaz de Caminha que, segundo Buarque de Holanda, “o sr. Almir, não se sabe porque, erige em ‘pilôto’ (!) de Cabral”. Na sequência, desfiou várias lições de tradução e destacou os equívocos do impresso, que teria pretendido “ratificar aqueles que, a propósito da lenda de Sumé, escrevem São Tomé e não São

²⁵ Tais contatos se deram em julho de 1941, quando Sérgio Buarque estreitou laços com o historiador americano Lewis Hanke – que conhecera ainda no Rio de Janeiro, um ano antes –, à época diretor da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, que desempenhava grande papel para articular uma história comum do continente. A tese da fronteira, de Frederick Jackson Turner, de 1893, foi retomada desde que havia surgido em torno das comemorações do IV Centenário do descobrimento da América, cujo intuito visava explicar que, mais do que debater os valores puritanos e individualistas vindos do Velho Mundo para o país, era preciso atentar às dinâmicas específicas. Isso porque haveria aí a história de uma terra livre que teria permitido a emergência de uma nova sociedade com iguais oportunidades na ocupação do território. WEGNER, op. cit., 2000. Interessante também a consideração buarqueana da romantização indígena como algo tipicamente oitocentista. Já se demonstrou, aliás, que a pintura lusa dos contatos iniciais mal retratava o nativo, que precisou aguardar a vinda de outros estrangeiros para considerá-los nessa forma de registro e arte. Cf. RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar / São Paulo: Edusp, 1996.

Tomaz – esquecido, sem dúvida, de que Tomé é uma forma portuguesa que traduz Tomaz, e que essa forma é inexistente tanto em francês como em alemão”. Afirmou ainda que Andrade dava menos crédito às falas dos padres Anchieta ou Nóbrega, mas era amável com “Simão de Vasconcelos, precisamente o menos fidedigno dos cronistas inacianos”.

Em *Panlulismo* (IX), a pauta se voltou aos estudos recentes de Gilberto Freyre. O tom buarqueano foi positivo face ao peso que este assumira na onda de interesses pela História Social e a Antropologia. Foi aí que debateu a noção de cultura e de raça, para evitar que considerassem haver uma perspectiva racialista nos trabalhos do autor analisado ou em seu próprio livro, *Raízes do Brasil*. Para o primeiro caso, disse que se compreendia a *cultura* como o conjunto “crenças, ideias, hábitos, normas de vida, valores, processos técnicos, produtos e artefatos, que o indivíduo adquire da sociedade como um legado tradicional e não em consequência de sua própria atividade criadora”, denunciando a falsidade e o perigo das ideias raciais, que a própria Segunda Guerra era prova em curso. Para o segundo, esquivou-se de uma apropriação que havia sido feita por Sergio Milliet, dizendo que em 1936 jamais operara com a noção de *raça* para justificar a falta de espírito do trabalho nos colonizadores dos primeiros séculos. Ao fim, discordou outra vez de Almir de Andrade, agora a respeito da história da música – opondo-se ao fato de que a origem do fado fosse apenas portuguesa e dando razão a Mário de Andrade sobre a contribuição brasileira – e tentou atacar Freyre por tabela. Afastou-se, portanto, do prefácio escrito por António Sérgio de Souza Júnior no livro *O mundo que o português criou*, pois ao tema econômico invocado, seria preciso incluir “motivos psicológicos”, que teriam gerado uma sociedade rural, mas não uma agricultura.²⁶

Dos capítulos *Extremo Sul* (X), *S. L.* (XI) e *História e gramática* (XII), convém sublinhar três palavras. Do primeiro, ao falar das transformações da fauna e flora da região gaúcha, demarcando que a paisagem encontrada pelos primeiros cronistas no século XVII, não era a idêntica situação que encontrariam os colonizadores no XIX, Buarque de Holanda acentuou o sistema de queimadas praticado pelos “bugres” e continuadas pelos colonizadores. Tratava-se de uma resenha ao livro *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista* (Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1941), do general João Borges Fortes, no qual, apesar do critério objetivo no estudo da ocupação do solo pelos antigos moradores, netos de bandeirantes, não se poderia esquecer os açorianos enviados à região na emergência das estâncias e práticas

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de vidro*. Coleção “Mosaico” (v. 5). São Paulo: Martins, 1944, p. 9-11; 23-24; 37-42; 70-81. António Sérgio de Souza Júnior (1883-1969) era um historiador português autor de sínteses como: SOUZA JR., António Sérgio de. *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914; _____. *História de Portugal*. Barcelona: Editorial Labor, S/A., 1929 etc. Cf. SÁ, Victor de. *A historiografia sociológica de António Sérgio*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.

pastoris. No segundo caso, Sérgio Buarque se dedicou à publicação das *Novas cartas jesuíticas – de Nóbrega a Vieira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940), do religioso Serafim Leite, que oferecia uma documentação inédita aos estudiosos e onde se poderia observar a expansão paulista como uma espécie de coração do continente tanto em direção ao Paraguai (ou ao movimento que os padres chamavam, à época, de caminho de São Tomé) quanto, possivelmente, ao Peru, que “excitava cobiças pelas suas riquezas”. Nesse sentido, demonstrando uma atualização imensa do assunto, referiu-se a muitos trabalhos, até os publicados na Editora Martins ou em outras línguas, bem como lembrou a fala de João Capistrano de Abreu a respeito da precedência do conhecimento desse passado sobre a História do próprio Brasil, não deixando de mencionar que as reduções paraguaias de então estavam muito longe de representar a proporção geográfica original e que não se poderia ler os documentos a seu respeito como se não se estivesse falando em certa medida também da América portuguesa. Destacou o papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na demarcação, tombamento e preservação de seus vestígios e acompanhava Freyre no entendimento de que, embora não destinada para este fim, a ação religiosa sobre a cultura indígena foi prejudicial porque desintegradora, como o eram os choques violentos das chamadas transições civilizadoras para um mundo de concepções cristãs, disciplinada pela escolástica, que distinguiam os jesuítas de seus contemporâneos. No capítulo intitulado *Gramática e história*, aparecem os traços mais nítidos de sua inclinação à prática historiográfica, ao criticar com dureza o livro *Do rancho ao palácio* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941), do estudioso do passado paulista Otoniel Mota, no qual um tom afirmativo parecia estranhável “em obra de historiador. No vocabulário do sr. Otoniel Mota a palavra ‘talvez’ apenas existe. Suas suspeitas ainda mal formuladas transformam-se facilmente em conjeturas e as conjeturas em certezas. Certezas de gramático: rígidas, inabaláveis, agressivas”. Isso porque este teria se equivocado quanto a apontar, com base nos documentos da Câmara paulista, que não existiram carpinteiros na região antes de fins do século XVI, ou “besta, burro, jumento, mula”, inundando sua crítica com exemplos contrários e dando aulas de termos que se aplicavam a essas animálias, ainda que tivessem caído em desuso ou que essas questões pouco coubessem num Nobiliarquia.²⁷

Pelo que foi exposto, pode-se inferir que neste período suas posições começavam a se tornar mais claras em direção à área da História. Os temas invocados teriam largo uso ainda em suas pesquisas e é interessante observar como a crítica literária buarqueana constituiu-se, nesse momento, no espaço para desfazer alguns mal-entendidos de sua “obra” de estreia,

²⁷ Idem, p. 84; 90-103; & 111.

movimentando-se o autor para explicar os pontos conflituosos com “calma”, sem a pressa de publicar ou perder a vaga na cobiçada fila da coleção *Documentos Brasileiros*, em 1936.

Os aspectos que destaquei foram alguns exemplos dos muitos que se poderia extrair de *Cobra de vidro* como uma espécie de resposta aos críticos de *Raízes do Brasil*, inclusive pela repetição por vezes literal dos termos presentes nas resenhas sobre o livro de estreia.²⁸ Ideias como o sentimento americano das ex-colônias espanholas ou a necessidade de um “indianismo” científico repetiam as falas de uma parte dos leitores nos primeiros casos, ao passo que esses últimos exemplos já indicavam o rumo tomado em suas investigações, fosse a respeito dos títulos vindouros ou dos ajustes que operaria em *Raízes do Brasil* até 1969.

Tais aspectos lhe pareceram de tamanha legitimidade, que esses assuntos logo se esboçariam em seus estudos, a exemplo do livro seguinte, *Monções*, publicado em 1945, pela Casa do Estudante do Brasil. Esta pesquisa trata do encontro das culturas indígenas e adventícias, a partir do planalto paulista, sobretudo no setecentos, lançando mão de vias fluviais e no qual chama a atenção a temática do ouro como um tipo de notícia que causava enorme alvoroço nos habitantes que chegavam a largar tudo o que tinham para se direcionarem aos sertões cuiabanos e mato-grossenses adentro. Entretanto, as descobertas nesses rincões eram de superfície e, findado “os tempos iniciais de uma exploração perdulária, as lavras se iam tornando pouco rendosas e já não compensavam sacrifícios nem heroísmos”.²⁹

²⁸ Inclusive já despontando aí um interesse pelas questões relativas ao povo, fosse na denúncia contra o racismo disfarçado na valorização apenas superficial da contribuição africana para a sociedade brasileira via elementos exóticos ou folclóricos; fosse na crítica ao Romantismo por não criar uma linguagem nova que dialogasse com os anseios da população, ainda que tivesse mais se aproximado dele etc. Aliás, tal direção tomada aparece desde a epígrafe do livro, quando mobilizou a seguinte frase: “... o povo jura que tais ‘cobras’, depois de partida em vários pedaços, facilmente se refazem... Rodolfo von Ihering – *Dicionário dos animais do Brasil*. São Paulo, 1940”. Interessante perceber, portanto, como Sérgio Buarque faz essa citação como quem estivesse, de um lado, a justificar a junção de textos esparsos saídos na imprensa, que o livro representa; e, de outro, a indicar que, apesar disso, há a importância da referência citada, pois trata-se de um nome da “órbita” do órgão que ele iria se tornar, depois, o seu Diretor, como quem já estivesse bem atento ao Museu Paulista, seus temas e acervo.

²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Coleção “Estudos Brasileiros” (v. 3). Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945, p. 204. Na edição mais recente deste livro, ao qual se anexou um texto inédito, intitulado *Capítulos de expansão paulista*, o trabalho feito por Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira mostra a força desse estudo sobre os títulos subsequentes do autor, em especial, devido à incorporação dos temas relativos aos indígenas, já a partir de *Raízes do Brasil*, de 1948, mediante o uso de argumentos vindos de análises da cultura material e cuja reescrita mobilizou estudos etnoantropológicos de difícil classificação, revelando uma multiplicidade de facetas intelectuais. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio – Estrela da vida inteira; & CERQUEIRA, André Sekkel. Nota sobre o texto. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Posteriormente, apareceu a tese de um novo orientando da historiadora citada, que, ao esmiuçar as relações possíveis desse texto com o que seria produzido para o concurso de cátedra, *Visão do Paraíso*, concluído em 1958, mostrou, entre outros fatores, a proximidade de muitos temas transversais. A despeito de se manter a especificidade de cada reflexão, sendo que *Monções* fora central para o retorno buarqueano a São Paulo, de modo que o convite para palestrar no Curso de Bandeirologia, fomentado pelo governo do estado e no qual participaram Affonso d’Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Afonso Arinos de Mello Franco etc., seria um pouco os seus primeiros resultados e quase como um rito de passagem ao Museu Paulista. Cf. MARTINS, Renato. *Tradição, modernidade e a história das Américas em Visão do Paraíso (1946-1969)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2017. Vale frisar, entretanto, que, mesmo não sendo meu objeto, o tema desse convite

Por conta da ausência de resenhas salvaguardadas para a sua primeira edição – dela existindo apenas um cartaz de propaganda –, retornarei a esse livro quando as pautas de seus debates retornarem na recepção de *Caminhos e fronteiras*, a partir de 1957.

Vale atentar, porém, que a peregrinação buarqueana pelas áreas do saber era um sintoma do campo acadêmico que mal atingira um decênio desde a sua criação, autorizando trânsitos que a especialização tenderia a arrefecer. Todavia, com a autonomização do mercado editorial, algo vinha mudando. Os intelectuais se organizaram, em 1945, no I Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABE), na cidade de São Paulo, exigindo eleições no país.

Nesse ano o regime varguista caiu. A Segunda Guerra Mundial também terminou. E Sérgio Buarque retornaria à sua terra natal, para assumir o posto de historiógrafo do Museu Paulista.³⁰ Além dessa instituição, atua na ABE, tornando-se seu Presidente. Ao findar seu mandato, destaca a questão dos direitos autorais, intervindo no caso de *Belazarte*, livro do recém-falecido Mário de Andrade, publicado pela *Americ Edit* sem as correções deixadas pelo autor. A ABE consegue suspender a venda da obra. Uma comissão formada na entidade – na qual estava também Rubens Borba de Moraes – se esforça para levar adiante um anteprojeto sobre o assunto, que havia tido o seu trâmite dificultado pela mudança de governo.³¹

Nesse interim de mudanças que o levaram ainda à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo, surgiu o livro *Caminhos e fronteiras* (1957), no qual os temas iniciados em *Monções* voltariam à baila. Antes, porém, de abordar sua fortuna crítica, é preciso refletir sobre a inserção internacional de Sérgio Buarque de Holanda no período.

continua em aberto, pois, além do que Renato Martins e outros apontaram quanto às diferentes perspectivas que se reuniu no encontro – que poderíamos simplificar aqui como bandeirologia e pesquisas sobre a escravidão indígena –, Buarque de Holanda parece ter resistido ao convite, porque o documento de seu acervo pessoal corresponde à reiteração de um suposto ofício anterior e onde constam os nomes de Pedro Calmon, Sergio Milliet, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo etc. no plano. Cf. Série: Vida Pessoal. 38 – Ofício de Honório de Sylos, Diretor Geral do Departamento Estadual de Informações do governo do estado de São Paulo a SBH, informando a realização de um curso de Bandeirologia e convidando-o a proferir uma conferência sobre as monções. São Paulo, 6 mar. 1946. 3p. Vp 38 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Desse modo, fica-se em dúvida se esses últimos não aceitaram ou apenas não publicaram o texto, a exemplo de HOLANDA, Sérgio Buarque. As monções. In: *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946. Capítulo esse que o autor não incluiria em seu Memorial apresentado, em fins dos anos 1950, para se inscrever no concurso de cátedra da USP.

³⁰ Cf. Série: Vida Pessoal. 42 – Nomeação de SBH, como Historiógrafo do Museu Paulista. [São Paulo], 28 jan. 1947. c.as. 1p. Vp 42 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³¹ Série: Produção Intelectual. Subsérie: Originais / Monografia. 769 – Relatório de SBH, à Associação Brasileira de Escritores, quando findava seu mandato de Presidente da entidade. Rio de Janeiro, 30 mar. 1946. 7p. (orig. datil.). Pi 168 P17. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Segundo Etienne Sauthier, em *Quand le livre ne traverse plus la mer: circulation alternative du livre français dans les Ameriques pendant la 2^a Guerre Mondiale*, a *Americ Edit* jamais foi estudada e dela pouco se sabe. Informou ainda que, ao término do regime, Getúlio Vargas teria proposto algo sobre direitos autorais, tentando abafar a pressão que também era intelectual. Assisti a essa palestra em 27 de abril de 2017 no ateliê *Lire le Brésil*, promovido pela Association pour la recherche sur le Brésil en Europe. Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHAL, Sorbonne Nouvelle).

3.2. Velho Mundo destruído e nova ordem civilizacional

A *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO) teve início com um projeto debatido na Conferência de Ministros da Educação Aliados (CAME), reunidos na capital inglesa, Londres, no decurso ainda da Segunda Guerra Mundial. Ao final do conflito, em 1945, foi possível definir várias funções e objetivos do organismo. Entre essas tarefas, estavam: I) facilitar os encontros entre nomes representativos das áreas da educação e cultura de todos os países em paz; II) fomentar a livre difusão de ideias e de informações entre os povos, fazendo-as circular nas escolas, nas universidades, nos estabelecimentos de ensino e pesquisa, nas bibliotecas e meios de comunicação disponíveis – inicialmente a imprensa, a rádio e o cinema; III) favorecer o desenvolvimento de programas educativos e culturais; IV) criar mecanismos para usufruir dessas conquistas e avaliar o seu uso pelas nações; V) estimular pesquisas direcionadas à reflexão dos problemas dessas áreas, visando pacificar o mundo, ao fazer convergir progresso científico e bem-estar humano, tendo igualmente no horizonte o tema da segurança internacional; VI) fornecer ajuda às regiões e países que dela necessitassem e a solicitassem em demandas na educação e na cultura etc.³²

Uma proposta dessa magnitude também vinha de outro órgão internacional precedente que lhe serviu de molde, a saber: o *Institut International de Cooperation Intellectuelle* (IICI), que data ainda dos anos 1920, com sede em Paris, França, e que era vinculado à antiga Liga das Nações como órgão de caráter técnico consultivo sem orçamento próprio.³³

A partir de sua fundação, os vinte primeiros estados membros da UNESCO foram os seguintes, por ordem de ingresso mediante a assinatura da Ata que a constituiu: Reino Unido (em 20 de fevereiro de 1946), Nova Zelândia, Arábia Saudita, União Sul-Africana, Austrália, Índia, México, França, República Dominicana, Turquia, Egito, Noruega, Canadá, China, Dinamarca, Estados Unidos, Tchecoslováquia, Brasil (em 14 de outubro), Líbano e Grécia.

Como sede, foi escolhida a cidade de Paris – onde igualmente ficava o antigo IICI – que acolheu oficialmente a organização em uma cerimônia realizada na Sorbonne em 9 de novembro de 1946, com a Primeira Conferência Geral ocorrida na sequência, entre 20 de novembro e 10 de dezembro, com os países supracitados. Apesar dos vários domínios do conhecimento de seu interesse, através de um sem número de iniciativas que promoveu, minhas

³² Actes de la Conférence générale. Première session (Paris, 1946). *Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO).

³³ DUMONT, Juliette. *L'Institut International de Cooperation Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris: Editions de l'IHEAL, 2009.

ênfases recairão sobre os aspectos de maior importância às cronologias mais diretamente relacionadas com a trajetória e atuação de Sérgio Buarque de Holanda no órgão. Assim, verifiquei como os temas relativos aos campos das Ciências Sociais, Filosofia e Humanidades, Artes e Letras apareciam nos debates da UNESCO e de que modo, em seus comitês, esteve envolvido o intelectual autor de *Raízes do Brasil*, *Cobra de vidro* e *Monções*.

Desse modo, vale frisar que, em seu primeiro ano de atuação e em seu planejamento para o seguinte, o projeto de maior envergadura na UNESCO respeitava ao grande estudo sobre o *status* das *Tensões e compreensões internacionais*.³⁴ Nesse sentido, visando integrar os domínios, as áreas de Filosofia e Humanidades, Artes e Letras se encarregariam de elaborar um questionário para ser enviado a intelectuais de renome em todo o mundo, sobretudo os dos governos membros do organismo multinacional, para mensurar os elementos úteis que cada sociedade dispunha para desempenhar um papel no plano da mútua compreensão entre os povos. Buscava-se verificar se as respostas se articulariam aos aspectos culturais, em geral, e históricos, em particular, até pelo viés comparativo se fosse o caso.

Nesse planejamento, entravam considerações sobre os museus, cuja importância era reforçada pelo International Council of Museums (ICOM), que multiplicaria as iniciativas para estabelecer uma rede de contatos, pois se considerava que esta era uma porta de entrada para difundir as ideias que a UNESCO propagaria em nome da paz mundial. Ademais, previa-se a realização de programas de rádio produzidos com artistas, homens de letras e pensadores cuja missão consistiria em conceder um depoimento sobre o peso de seus trabalhos no cotidiano das pessoas. Neste sentido, a feitura de um registro em vinil para refletir acerca da *influência* – palavra dos documentos – do folclore entre os compositores de cada país.

Com efeito, quando se avaliou o andamento do projeto destinado a promover a pacificação entre os países estudando os motivos dos conflitos entre culturas, se teve a ideia de continuar os questionários, que passaram a se voltar à avaliação das ideias que cada sociedade tinha de si mesma, as técnicas aplicadas no ensino formal, a política e a psicologia para transformar as *mentalidades* que fossem predispostas a um nacionalismo de caráter agressivo.

Em 1948, a conferência de Beirute (Líbano) teve como destaque a análise dos conflitos de natureza ideológica, por meio do inventário e estudo de um conjunto de 150 obras que tocavam em conceitos dessa ordem. Tal bibliografia serviria de apoio para o debate das noções de *liberdade e democracia*, por exemplo, além de fornecer dados vindos das diversas partes do mundo para o projeto sobre esses conceitos considerados fundamentais da humanidade. Temas

³⁴ Resolutions de la Conférence générale. Deuxième session (México, 1947). *Archives de l'UNESCO*.

esses que já vinham sendo pensados desde 1947, quando se decidiu elaborar uma lista de perguntas para debate-los, porque, em 1948, seria formulada, enfim, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Importante salientar que, a partir desse momento, a propósito das áreas já se falava, especialmente, em Ciências Sociais e Humanas.³⁵ Em 1949, portanto, o grupo desse domínio levaria adiante a avaliação concernente ao conceito de *democracia*, quando foram analisados, entre 3 e 7 de maio, os pareceres emitidos na enquete do ano anterior.³⁶ Assim, reuniu-se um comitê de *experts* para averiguar o material enviado. A maior parte dos textos recolhidos serviria também para um outro projeto, a saber, o da escrita de uma *Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité*. Entre seus consultores estava Buarque de Holanda.³⁷

Outros intelectuais brasileiros que integravam essa comissão eram: Paulo Carneiro (que depois a presidiu), Fernando de Azevedo, Miguel Osório de Almeida e Gilberto Freyre, conforme carta enviada por Mário Guimarães, chefe da Divisão Cultural do Itamaraty.³⁸

Antes desse encaminhamento, porém, o encontro em Paris sobre *democracia* concluía o relatório em 19 de maio de 1949. Dez dias após, a reunião de *experts* que Buarque de Holanda participou, teve como Presidente Edward Hallett Carr (1892-1982), historiador e cientista político britânico com experiência na área de relações internacionais. Carr havia assistido, na condição de funcionário do Ministério do Exterior de seu país, à Conferência pela Paz, em Paris, ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), dedicando-se, em seguida, ao jornalismo (*London Times*) e à docência em Política Internacional (Trinity College, Cambridge), passando a estudar a história da União Soviética no pós-1945.³⁹ O historiador britânico foi assessorado

³⁵ Actes de la Conférence générale. Troisième session (Beirute, 1948). *Archives de l'UNESCO*.

³⁶ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 322 – Carta do Ministério das Relações Exteriores, acusando recebimento de ofício que relata os acontecimentos relativos à Reunião de Peritos, patrocinada pela UNESCO e agradecendo as informações prestadas. Rio de Janeiro, 31 jan. 1950. as. ileg. 1p. Cp 100 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Neste documento, confirmava-se o acesso aos dados sobre o estudo comparado das civilizações de que Sérgio Buarque integrara – o abordarei mais à frente. Mas o que importa destacar, embora pudesse pesar aí a praxe diplomática, é a felicitação ao intelectual “pela eficiência com que, servido por sólida cultura e brilhante inteligência”, tinha “contribuído para fortalecer o prestígio da inteligência brasileira nos meios internacionais”.

³⁷ _____. 329 – Carta em francês de Jaime Torres Bodet, Diretor Geral da UNESCO a SBH convidando-o para que fosse membro correspondente da Comissão Internacional encarregada de elaborar uma obra sobre a história do desenvolvimento científico e cultural da humanidade. Paris, 27 ago. 1951. 1p. Cp 107 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; Cf. também o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*, especialmente entre os anos de 1949 e 1957. No documento “329” aqui citado, registrava-se que: “Au cours de sa première réunion, en décembre 1950, la Commission a décidé d’associer à ses travaux un certain nombre d’éminent spécialistes intéressés au projet”. No fecho, conferia-se um papel decisivo ao diretor do Museu Paulista, como interlocutor indispensável, ao anotar: “L’importance de l’entreprise ne vous échappera pas, et j’ose espérer que vous consentirez à lui donner tout l’appui de votre haute autorité, aussi bien auprès de votre Gouvernement que des institutions scientifiques et culturelles de votre pays”.

³⁸ _____. 327 – Carta de Mário Guimarães a SBH, felicitando-o como Membro Correspondente da Comissão Internacional para elaboração da História Científica da Humanidade, aprovada pela 6ª Conferência Geral da UNESCO. Rio de Janeiro, 31 jul. 1951. as. Mário Guimarães. 2p. Cp 105 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. O projeto acabaria envolvendo cerca de 500 intelectuais de todo o mundo.

³⁹ Cf. CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Ed.UnB, 2001.

pelo Vice-presidente do comitê, também eleito, Charles / Chaïm Perelman (1912-1984), que era filósofo e jurista polonês / belga, professor da Université Libre de Bruxelles (ULB) e que ficaria mundialmente conhecido pela *Teoria da argumentação* ou *Nova retórica*, ao contradizer o chamado *Positivismo lógico* em defesa da inserção de juízos de valor na esfera racional.⁴⁰ Juntou-se à dupla os nomes de Richard Mckeon (1900-1985), filósofo estadunidense, professor da University of Chicado que já havia ajudado a UNESCO na elaboração da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, publicada em 1948, de onde essas discussões em grande medida derivavam.⁴¹ Somava-se a eles Alf Ross (1899-1979), filósofo e jurista dinamarquês, catedrático de Direito Internacional da Universidade de Copenhagen, considerado um dos pais do *Realismo jurídico escandinavo* (combativo dos dualismos reinantes nas teorias do Direito e da ideia de que este consiste em um fato social).⁴² E, por fim, Pierre Ricoeur.⁴³

Sérgio Buarque de Holanda apresentou os debates desenvolvidos no comitê ao público brasileiro por meio de artigos, com destaque para o publicado no dia 19 de junho de 1949, no *Diário Carioca*, intitulado *Problemas da democracia mundial*; e o veiculado pouco mais de dois anos depois, em 16 de setembro de 1951, no mesmo periódico, ao qual chamou de *Introdução à democracia*, em resenha ao livro homônimo de Wilson Martins.⁴⁴

No texto de 1949, alertava que a época em que se vivia era a mais perigosa, uma vez que as esperanças da paz mundial nunca tinham parecido tão longínquas devido à toda ordem de divergências ideológicas que se verificava por ocasião do debate sobre a democracia. No entanto, Sérgio Buarque não o invalidava, pois considerava que o primeiro passo tinha sido dado. Explicou que duas forças se dividiram, a saber, a linha dos que professavam uma confiança ilimitada nos princípios das revoluções americana e francesa e os que aceitavam nos mesmos termos os ideais das *repúblicas soviéticas* – expressão de Sérgio Buarque – que desdenhariam a primeira matriz por seu viés supostamente formal e político. Nesse sentido, informava que o objetivo do questionário aplicado pela UNESCO era pensar se a palavra encerrava ambiguidades e se seu uso era abusivo em prol de defesas ideológicas. Por isso se perguntava no documento quais democracias existiriam e se a fórmula de um famoso discurso

⁴⁰ PERELMAN, Chaïm. *Lógica jurídica*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴¹ GUIDE to the Richard Peter McKeon papers (1918-1985). *University of Chicago Library*. Disponível em: <<https://www.lib.uchicago.edu/e/scrc/findingaids/view.php?eadid=ICU.SPCL.RPMCKEON>>.

⁴² RODRIGUES, Diogo Luiz. Alf Ross e seu realismo jurídico: uma resenha crítica. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, São Leopoldo, n. 8, v. 1, p. 117-125, jan./abr. 2016.

⁴³ Infelizmente não encontrei informações sobre quem teria sido esse intelectual nos Archives de l'UNESCO, pois não era possível encontrar por chamadas de nomes, a menos que o indivíduo em questão tivesse, por exemplo, trocado um volume enorme de cartas com a instituição ou liderado algum grande projeto, como esse mesmo sobre a tensão nas relações internacionais de que os comitês de *democracia e culturas* são desdobramentos.

⁴⁴ No Capítulo 6 considerarei dados biográficos desse intelectual, pois ele resenhou *Visão do Paraíso*.

de Abraham Lincoln – *governo do povo, pelo povo e para o povo*, em fala após a vitória de Gettysburg (1863), considerada a batalha decisiva na Guerra de Secessão (1861-1865) – serviria para determinar as balizas do debate que passou a circular em fins de 1948.⁴⁵

Já a publicação de 1951, na *Introdução à democracia* – em referência ao livro de Wilson Martins de mesmo nome saído pela editora Globo (Porto Alegre, 1951) que então resenhava –, Buarque de Holanda se empenhou em expor o pouco interesse latino-americano pelas ações da UNESCO quanto ao pedido de resposta à enquete, como se o problema levantado pela instituição internacional pouca relação tivesse com os assuntos mais urgentes dos países do subcontinente. Tratou de sublinhar que lembrava apenas das participações do filósofo argentino Francisco Romero e do historiador mexicano Sílvio Zavala com o envio de seus pareceres. Por isso, elogiava a iniciativa de Martins, no Brasil, apesar da dura avaliação que faz de sua obra, afirmando que, ao esquecer a integralidade da fórmula de Lincoln ao valorizar apenas a ideia de *governo para o povo*, Wilson Martins acabava, segundo Sérgio Buarque de Holanda, por redundar no mesmo modelo dos regimes totalitários vigentes que atacava.⁴⁶

Portanto, nos debates sobre democracia, o comitê analisou as respostas ao questionário relativo aos múltiplos significados atribuídos ao termo como um conceito, cujo estudo era urgente, conforme resolução 5.41 do ano anterior. Entre as primeiras conclusões estabeleceu-se que o problema de primeira ordem dizia respeito à vulgarização dos resultados da pesquisa. A discussão girou em torno de quatro pontos referentes à sua concepção, a saber: a ambiguidade do termo, as suas diversas formas, a questão da tolerância para que se evitassem ataques aos seus princípios basilares, bem como o sentido que assumia nos julgamentos de valores.

Sobre o aspecto inicial, a barreira que logo saltou aos olhos foi que o uso do termo gerou ambiguidade em face de suas diferentes leituras em cada país, circunstância que exigia um ajuste semântico para que ele fizesse maior sentido. De toda forma, foi ponto pacífico o

⁴⁵ Série: Produção Intelectual. Subsérie: Atividades Jornalísticas. 662 – Artigo de SBH intitulado “Problemas da democracia mundial”, comentando um questionário elaborado em 1947 pela UNESCO sobre os problemas em torno da expressão “democracia” e respondido por pesquisadores e estudiosos do mundo inteiro, cujas respostas foram analisadas por um comitê que contou com a participação de Sérgio Buarque de Holanda, que releva a sua importância dentro dos conflitos político-ideológico do pós-guerra. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1949, p. 1. Pi 61 P14. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. A mesma reflexão aqui exposta a respeito do encontro com a obra de Robert Curtius serve para aqueles que buscam aproximar Sérgio Buarque de Holanda de Reinhart Koselleck como quem descortinasse uma nova “fase alemã” de seu pensamento nos anos 1970, quando o debate sobre os *conceitos* na UNESCO precedeu essa corrente enquanto tal.

⁴⁶ _____. 722 – Artigo de SBH intitulado “Introdução à democracia”, analisando trabalho de Wilson Martins sobre democracia, apresentado em Paris num inquérito promovido pela UNESCO. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 16 set. 1951. p. 3,10. Pi 121 P15J. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Já se destacou a relação entre Sílvio Zavala e Lewis Hanke pelo interesse comum, em fins dos anos 1940, de reinterpretar o continente promovendo outra leitura do iberismo, atenta à escolástica, para debater a filosofia política dos colonizadores e as suas noções de justiça e igualdade. WEGNER, op. cit., 2000, p. 79. Adiante voltarei a Hanke, pois, na Parte III, ficará mais evidente que Sérgio Buarque conhecia bem esse debate, ainda que não o citasse de forma explícita em seus textos.

entendimento do conceito como noção fundamental da humanidade, fosse ele visto do ângulo institucional, do ponto de vista dos métodos empregados para dar corpo à sua ideia, seja ainda do olhar da conjuntura histórica e cultural que o determinava. Em segundo lugar, detectou-se um uso abusivo do vocábulo por um viés moral com o objetivo de confundir seu sentido já tocado pela ambiguidade. Anotava ainda o relatório que era inédito o fato de todos os correspondentes não se oporem à sua definição ideal como aquela que registrava a presença do *povo*, quaisquer que fossem os sistemas de organização política e social.

Apesar disso, a discussão também revelava os conflitos ideológicos em curso à época. O fato é que, segundo o documento lavrado em 19 de maio em Paris, os interesses e a participação popular nos governos estavam no primeiro plano de todas as exposições. A divergência residia, entretanto, quanto aos interesses que eram possíveis de satisfazer por meio dessa representatividade, bem como acerca das formas mediante às quais esses intentos seriam postos em prática e sob quais modalidades. O uso indiscriminado do termo *democracia*, no dizer dos correspondentes, visava constituir um tipo de argumentação destinado à apologia e/ou ao julgamento da expressão, colocando em xeque algumas de suas formas.

Sobre os diversos modelos democráticos, apontava o documento que eram as nuances que intervinham nas diferentes aplicações do termo, ainda que uma raiz semântica comum tendesse a equilibrar o sentido e a amortecer os conflitos advindos daí, sobretudo devido às divisões de um mundo que se anunciava bipartido entre o bloco de alinhados com as diretrizes norte-americanas e aquele constituído em torno das sociedades soviéticas. Doravante, a própria resolução dessas diferenças poderia se converter numa maneira para determinar quais eram os valores essenciais do conceito, “*pour assurer le bien-être économique et social du peuple, sans réaliser nécessairement ses préférences immédiates, le conflit idéologique devient un fait historique et ne peut être résolu que par des transformations sociales*”.⁴⁷

Assim, todos os diferentes significados que se explicitaram no plano terminológico ou das ideias, interrogavam sobre a definição de democracia. Apesar disso, vislumbrava-se pontos em comum: o fato segundo o qual a participação do povo na direção do país constitui um dos traços basilares de todo e qualquer sistema democrático. Porque mesmo que ele fosse associado a um senso político ou a um entendimento mais social, ficava evidente que tais sentidos eram interdependentes. De todo modo, para o comitê, a discussão que associava os significados

⁴⁷ Rapport du comité pour l'analyse philosophique des concepts fondamentaux (Paris, 1949). *Archives de l'UNESCO* [grifos meus]. Dois anos depois, sob a organização de Richard Mckeon – que fora o *Rapporteur* do comitê de *experts* sobre democracia – esse relatório foi publicado em anexo aos Anais de um simpósio feito sobre o tema: *Democracy in a word of tensions*, que era o projeto geral no qual se inseria essa discussão particular. Com outras perspectivas, desde a graduação a pauta democrática me interessou, mas dela precisei renunciar na monografia.

políticos e sociais do conceito permanecia uma incógnita ainda sem solução, ao ponto de se perguntarem: “Comment les méthodes politiques de la démocratie peuvent-elles être appliquées à une planification d’ensemble dans le domaine économique et social?”.⁴⁸

Pouco tempo depois dessa dúvida, em 1950 e 1951, duas novas resoluções colocariam o Brasil no centro das discussões: a criação de uma enquete para discutir o conceito de *raça* e a realização de estudos sobre os aspectos sociais e culturais da *imigração*.⁴⁹

Ora, no caso do Brasil, embora várias interpretações pendessem para análises perigosas do ponto de vista científico e do politicamente correto, essa era uma pauta geracional dos anos 1920-1930, de conexões modernistas, nas quais os discursos cresceram em importância quando, no plano parlamentar, os antigos colegas do movimento Verde-Amarelo divergiram. Acontece que, em agosto de 1926, mesmo ano em que saía o seu já referido *Raça de gigantes*, Alfredo Ellis Júnior, então Deputado Estadual pelo Partido Republicano Paulistas (PRP), apresentou e viu ser aprovada na Câmara Legislativa a sua proposta para elaborar um estudo sobre a imigração para aquela província e, com isso, bem orientar as políticas públicas. Uma das maiores polêmicas à época se vinculava à vinda de japoneses para o país, concentrando-se na terra da garoa, levando a se exporem os argumentos de que a assimilação da população nipônica prejudicaria a eugenia do tipo racial brasileiro. No *Correio Paulistano*, entre os apoios que o

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Rapport du Directeur Générale. Sixième session (Paris, 1951). *Archives de l’UNESCO*. Para uma discussão do primeiro termo, *raça*, Cf. MAIO, Marcos Chor. UNESCO and the study of race relations in Brazil: regional or national issue? *Latin American Research Review*, v. 36, n. 2, p. 118-136, 2001. No segundo caso, pude acompanhar uma discussão por intermédio da seguinte palestra: *Migrations et études migratoires au Brésil d’après-guerre – UNESCO et les chercheurs en sciences sociales*, do post-doutorando Gustavo Taniguti. Segundo este pesquisador, o contato da organização internacional ocorreu, sobretudo, com a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP), fomentando uma série de pesquisas na área. O debate ocorreu no dia 12 de junho de 2017 no Seminário *Histoire du Brésil XVIe-XXIe siècle. Historiographie, enquêtes en cours* (ministrado pelos professores Laura de Mello e Souza, Jean Hébrard, Jean-Frédéric Schaub e Mônica Schpun na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS). De minha parte, porém, devo dizer que prefiro entender a pauta da UNESCO como um acolhimento de demandas intelectuais e não somente como a ação de um órgão que impunha certas agendas. Desse modo, o fato de estudos serem produzidos a partir daí não devem, a meu ver, servir para excluir, por ventura, discussões que já ocorriam no interior dessas sociedades. No caso do Brasil, isso é eloquente. As três discussões – democracia, *raça* e imigração – se entrelaçavam de um jeito surpreendente com as demandas do campo intelectual, em geral – e que depois viraram investigações acadêmicas, em particular. Isso porque, se for considerado só a recepção de *Raízes do Brasil* e a trajetória de Sérgio Buarque que traduzira um viajante no decurso da guerra, pode-se inferir que esses fatores constituíam as grandes questões geracionais. Toda uma historiografia mostra a centralidade desses debates no governo Vargas ainda, preocupado com a integração nacional e confiante na ideia de harmonia entre as raças para formar a democracia brasileira. Daí seus projetos de nacionalização, imponente à força a negação – e a vigilância – de determinados costumes. Cf. SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting-pot* nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000; & FERREIRA, Cristina, FRÓTSCHER, Méri (orgs.). *Visões do Vale*. Blumenau: Nova Letra, 2000. Alguns pesquisadores apontam que o tema da chamada democracia racial antecedeu a Gilberto Freyre, pois teria se dado bem antes – como as leituras de “obra” de estreia buarqueana indicam – entre alguns intelectuais paulistas, sobretudo vinculados ao Movimento Bandeira, em cujas fileiras estavam nomes como: Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. Cf. CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 140-155, dez./fev. 2005-2006.

projeto de lei recebeu, estava uma publicação de Oliveira Vianna, que em outras ocasiões havia conferido estímulos às tentativas de interditar a entrada de imigrantes negros e restringir a de amarelos, em benefício apenas de europeus brancos. Mas o parlamentar Menotti del Picchia, da mesma legenda e mandato, usou o periódico para discordar da ideia, sob uma dupla justificativa: primeiro porque, em sua análise, uma tal seleção era incompatível com a necessidade urgente de povoar o território, sobretudo o interior; e, segundo, porque o programa não levou “em conta a realidade da miscigenação no Brasil, que, diferente do que os estudos raciais tradicionalmente atestavam, havia produzido um tipo racial ‘prodigioso de energia física e iniciativas’ que desbravou e fixou as fronteiras do país”.⁵⁰ A diferença dessa época para as décadas seguintes, ao tempo da UNESCO, é que a universidade adotaria essa pauta como programa, disciplinando o tema para não destoar em posições que pudessem ser consideradas xenófobas e racistas. Também resultando daí os chamados estudos de comunidade.⁵¹

⁵⁰ EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Júnior, Oliveira Vianna e Menotti del Picchia, 1926. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 243-252, dez. 2016, p. 244. Nas palavras deste estudo, Picchia reiterava “um discurso elogioso da formação racial mestiça da população brasileira, apoiada nos elementos indígena, branco e negro [...]. A aproximação com o tema sugere a divergência de Menotti del Picchia com Alfredo Ellis Júnior e Oliveira Vianna, como tradução de uma disputa, entre literatos e cientistas, pela legitimação de seus respectivos conhecimentos sobre a realidade brasileira, e pela proposição de políticas para o país” (p. 244-245). Lembrando que na reescrita de *Raça de gigantes*, saído com outro título na *Brasiliana*, Ellis Jr. teceu críticas ao sociólogo fluminense. Esses debates convergem para a tese de que a ideia da possibilidade de uma *democracia racial* no país antecedeu a *Casa-grande & senzala*, de modo que os ataques recebidos por Gilberto Freyre, sobretudo da Sociologia uspiana, talvez tivesse mais relação com a visibilidade internacional de seus estudos. Ou seja: ao dialogar com a UNESCO, Donald Pierson, Roger Bastide, Florestan Fernandes e companhia precisaram se referir a um autor conhecido no estrangeiro, até para notabilizar o seu discurso. Essa análise que faço pode parecer arriscada, na medida em que contradiz quase todas as pesquisas que conjugam os debates intelectuais ocorridos no Brasil do século XX com essa nova configuração da ordem internacional que aparece no pós-1945. Afinal, aceita-se simplesmente que os sociólogos atacaram Freyre, pois ele seria o pai da ideia problemática, quando, ao que tudo indica, esse movimento universitário igualmente visava escamotear o fato de que teriam sido os debates modernistas de São Paulo que lançaram os principais fundamentos dessa questão. No caso da área de História, como demonstrarei nos Capítulos da Parte II (4 e 5), eles foram absorvidos pela cátedra ocupada por Affonso d’Escagnolle Taunay e, mais tarde, por Ellis Jr.

⁵¹ Assim, pode-se mencionar a pesquisa de Antonio Candido de Mello e Souza, que soube encarar esse desafio com maestria, mostrando, em sua tese de doutorado intitulada *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre a crise dos meios de subsistência do caipira paulista* (1954), que era preciso atentar igualmente para o impacto da urbanização nas transformações da cultura dos grupos camponeses. Como exemplo, utilizou o caso da fazenda Bela Aliança, em Bofete (SP), demonstrando que a rusticidade possuía muitos aspectos indígenas ao mesmo tempo que desmontava as ideias de isolamento total do interior, sob a orientação de Fernando de Azevedo, catedrático da Sociologia II, à qual Antonio Candido era professor Assistente (1942-1958), embora a tese não tenha sido bem recebida na área. Até o princípio do século XX a região de Bofete produziu café, cujo regime de trabalho eram as colônias de parceria, de que Thomas Davatz fora revelador a Sérgio Buarque de Holanda. O relacionamento dos dois intelectuais remonta ao I Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABE), em 1945, muito embora depoimentos biográficos testemunham que teriam se conhecido em um jantar ofertado dois anos antes por José de Barros Martins. *Formação da literatura brasileira*, que surgiria alguns anos depois, em 1959, era elaborado nesse mesmo período, sob encomenda da “casa” editorial do empresário recém citado. A respeito dos temas desse último livro, voltarei nos Capítulos seguintes. A propósito das questões relacionadas à trajetória de Antonio Candido de Mello e Souza, Cf. JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, 127-184, out. 2001; ou a pesquisa mais abrangente e recente em: JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014. Como se vê, tudo leva a crer que, distante dessas configurações intelectuais, do Brasil e do exterior, mostram-se infundadas as

Mas nesse momento dos anos 1950, na UNESCO, também se decidia favorecer a tradução de obras clássicas e contemporâneas das literaturas árabe e persa, italiana e latino-americanas, com o plano de veicular-las nos países que pudessem contribuir para diluir as rígidas fronteiras Oriente-Occidente.⁵² Atitudes com motivações muito semelhantes a essas ocorriam nas coleções apontadas anteriormente, o que permite inferir que os esses temas eram demandas dos Estados membros da organização antes de sua discussão na UNESCO e, no caso, contribuem para compreender a valorização que alguns intelectuais do Brasil receberam em suas missões culturais: eles eram, de fato, *experts*, nesse tipo de iniciativa.

Finalmente, entre 1952 e 1954, novos debates foram iniciados ou continuaram. A conferência de Genebra (Suíça, 1952) acolheu o texto da *Convention universelle sur le droit*

considerações segundo às quais as proximidades dos escritos buarqueanos e candidianos desse período até 1959 (*Monções, Parceiros do Rio Bonito, Caminhos e fronteiras, Formação da literatura brasileira*) seja fruto de um projeto colaborativo bilateral. Isso porque, ainda que se remeta tais discussões para o legado modernista e, em especial, à ideia de *missão* de Mário de Andrade para compreender o sentido *radical* que tais perspectivas assumiriam no plano político, o argumento igualmente não procede, pois, deixar de se posicionar nos anos 1930 também era um ato de radicalidade. Ademais, essas pautas não eram exclusivas do modernismo antinacionalista: a diferença residiu na maneira como cada grupo se apropriou dela. Minha crítica se refere ao texto de NICODEMO, Thiago Lima. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 159-180, jul./dez. 2016.

⁵² Simultaneamente a isso, Buarque de Holanda já lidava e havia publicado nos Anais do Museu Paulista, em 1949, a sua nova pesquisa: *Índios e mamelucos na expansão paulista*, Cf. esse ano no Apêndice A – *Cronologia bibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*. Ocorre que, como se sabe, desde os tempos coloniais o tema da miscigenação desempenhara um papel preponderante nos discursos a respeito da constituição da sociedade desenvolvida na Capitania de São Vicente. Nesse sentido, os jesuítas, de maneira geral, viam as relações entre europeus, sobretudo portugueses, e indígenas, como uma promiscuidade de perdição tamanha que escandalizava e teria resultado no *mameluco*. Este termo remeteria aos *mamluks*, ou seja, aos soldados escravizados e islamizados do Oriente Médio que teriam chegado a dominar o Egito antes da vitória otomana na região. Mas os vocabulários do português-língua geral revelavam que sua origem era tupi e que nos documentos apareciam como *mamaluco*, conforme várias vezes também o adotou Sérgio Buarque de Holanda. Cf. MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato. Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, p. 79-88, 1994. A relação luso-indígena, porém, do ponto de vista do colono, talvez representasse uma maneira de deixar aflorar os desejos que a Contrarreforma buscou combater nos planos da vida pública e privada, tentando controlar mentes e corpos a todo tipo de prática social que fosse considerada herética e/ou desviante. A expressão “mameluco” ganhou notoriedade no seiscentos entre os paulistas, com os quais ela passava por sinônimo, ainda que estes últimos fossem acusados de grandes violências contra tribos indígenas inteiras, bem como ao atacarem missões jesuíticas, já em terras de domínio castelhano. O termo era excluído, com frequência, dos escritos memorialistas. Sobre esse processo mais largo, que não era apenas paulista, Cf. SILVA, Bruno. *Genealogias mazombas: castas luso-brasileiras em crônicas colônias*. Niterói: Eduff, 2016. No período republicano, apesar do cientificismo pessimista que reinava quanto aos destinos do país mestiço, entendido pela própria sociedade como de *raça* inferior, em São Paulo passou-se a erguer todo um tipo de interpretação que heroificava os bandeirantes, tirando o acento a respeito de suas atrocidades e tráfico indígena, para destacar quase tão somente o chamado alargamento do meridiano e resgatando a sua história comum com algumas etnias. Conforme demostrei nos Capítulos anteriores, a recepção de *Raízes do Brasil* daria mostras de que essas perspectivas iriam esmorecer apenas com os textos surgidos nos anos 1930, pelo menos no tocante à positividade da mestiçagem. O estudo seminal e precursor de todas essas questões, excluídas, é claro, as mais relativas às décadas da República, é a investigação de VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Isso porque o historiador retoma essas polêmicas que se estenderam nos debates da historiografia, analisando de forma inédita os meios encontrados para *vigiar e punir* – de acordo com a célebre expressão foucaultiana – e cuja ordem inaciana dos séculos tinha sido, em síntese, vestir o indígena e arranjar casamentos europeus para o colonizador.

d'auteur e criou o símbolo “@” como marca desse direito salvaguardado e protegido. Além disso, foram promovidos dois encontros internacionais sobre as relações entre o Velho e o Novo Mundo: o primeiro, entre 16 a 21 de agosto em São Paulo, e o segundo, entre 1º e 11 de setembro em Genebra. Ambos contaram com a participação direta ou indireta de Sérgio Buarque, como desdobramento do *Étude comparée des civilisations*.⁵³

Segundo o *Rapport* deste novo comitê (Paris, 14-18 de novembro de 1949) a ideia consistia em pesquisar e conhecer o homem, suas instituições e sociedade, bem como sua história e ideologias, atentando, sobretudo, para aquelas que vinham perdendo suas características distintivas face ao avanço desenfreado de certos tipos de desenvolvimentos, mormente o econômico e o tecnológico, que faziam alguns segmentos desaparecerem e/ou apagavam a sua contribuição para o patrimônio da humanidade. Neste sentido, interessavam as trocas e comunicações entre os grupos sociais e a pesquisa se dirigiu, particularmente, aos mundos africano, indigenista da América Latina e aborígine da Austrália, com o objetivo explícito de inventariar e difundir suas expressões civilizacionais, além de englobarem também manifestações folclóricas e mágico-religiosas.⁵⁴

Entre os desdobramentos dessa pauta e a participação direta de Sérgio Buarque, estavam os *Rencontres Internationales de Genève*, ocorrido em 1954, ou seja, cerca de cinco anos após a conclusão do relatório, e cujo tema foi *Le Nouveau Monde et l'Europe*. Entre os principais debatedores, na conferência de abertura, realizada no dia 1º de setembro, estava Lucien Febvre. O tema que ele abordou, intitulado *Les lumières de Clio*, teve por objetivo discutir a importância da História para minimizar os conflitos sociais. Não como soluções aos problemas daquele momento ou futuros, mas no sentido de que servisse à compreensão mútua. Para isso, seus profissionais deveriam atentar às mudanças à sua volta, pois, no seu entendimento, a História, em realidade, corresponderia à *science du changement*. Um dos momentos importantes dessa conferência foi, a meu ver, quando Febvre, refletindo sobre a relação entre os dois continentes tema do encontro, disse acreditar que haveria qualquer coisa no sangue, no cérebro e no pensamento do americano – um conjunto de ideias, crenças, sentimentos etc. – que o aproximavam do europeu, fazendo com que “dans une grande ville d'Amérique du Nord un Anglais doit se sentir à l'aise autant qu'un Italien ou un Français dans une grande ville d'Amérique du Sud”. Na sequência, fazia a ressalva da dificuldade da língua, muito embora,

⁵³ Rapport du Directeur Générale. Neuvième session (Genève, 1954). *Archives de l'UNESCO*.

⁵⁴ Rapport – Committee of experts on the comparative study of cultures (Paris, 1949). *Archives de l'UNESCO*. Assinaram esse documento os seguintes intelectuais: Sérgio Buarque de Holanda (Brasil), M. Castro Leal (México), Lucien Febvre (França), M. Griaule (França), Richard McKeon (Estados Unidos da América – EUA), Mei Yi Chi (China), Mostafa Amer Bey (Egito), J. M. Romein (Países Baixos) e N. K. Sidantha (Índia).

prosseguisse afirmando que “Tant qu’elles subsisteront en Amérique dans leur diversité, des contacts variés pourront être maintenus par ceux qui pensent qu’une rupture des pays d’Amérique avec les pays européens serait également fatale aux uns et aux autres, à la vie des uns comme à la vie des autres”.⁵⁵ Tais colocações são expressivas para se entender o debate levantado em um de seus livros póstumos – originalmente escrito neste período – e que só agora veio à público, a saber, a ideia segundo a qual *Nous sommes tous des sang-mêlés*.⁵⁶

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, na conferência do terceiro dia (3 de setembro), intitulada *Le Brésil dans la vie américaine*, ao se referir ao lugar ocupado pelo seu país e as diferenças culturais, linguísticas e político-sociais em relação às demais nações da América, afirmou que não era possível deduzir das dissensões que existiam entre os países um isolamento brasileiro no continente ou uma ausência de sentimento de inserção de seus cidadãos no mundo latino. Em suas palavras, apesar da diversidade, o sentimento de pertencimento ao espaço americano sempre teve, no Brasil, um papel fundamental, o que se evidenciou, por exemplo, quando, ao término da Monarquia, a argumentação mais eficaz da propaganda republicana apresentava o Império como um regime desatualizado e estranho ao continente. Porém, apressou-se a dizer que isso não lhe parecia com um *sentimento americano* feito patriotismo hemisférico exclusivista, de modo que sua validade se achava, ao menos, na oportunidade que fornecia para pensar que as sociedades da América tinham uma origem comum a partir da transmigração da cultura ocidental, sendo que essa relação constituía o traço mais saliente dos elos entre povos tão distintos.⁵⁷

⁵⁵ FEBVRE, Lucien. *Les lumières de Clio*. In: _____; HOLANDA, Sérgio Buarque de; RAPPARD, William; JUNGK, Robert; BOAS, George; ORIBE, Emílio; & MAUROIS, André. *Rencontres Internationales de Genève* (Tome IX). *Le Nouveau Monde et l’Europe* (et les textes des Rencontres Intellectuelles de São Paulo). Neuchâtel, 1954, p. 31. *Archives de l’UNESCO*.

⁵⁶ Muito embora os editores tivessem boas razões para a escolha do título – como se viu na fala do historiador francês, de 1954 –, este foi um ato editorial planejado para nomear um projeto conjunto. Tratava-se de: FEBVRE, Lucien; CROUZET, François. *Nous sommes tous des sang-mêlés*. Manuel d’histoire de la civilisation française. Paris: Albin Michel, 2012, encontrado só recentemente e sendo publicado após cerca de sete anos em processo de reabilitação do texto. O livro se destinava à erradicação, no ensino, de sentimentos nacionalistas, racistas ou do medo da alteridade em prol da paz mundial, da agenda da UNESCO, e visava mostrar a interdependência entre os homens e suas culturas. A ideia teria surgido em fins dos anos 1940 e princípios da década seguinte, mas, curiosamente ou não, malograda devido à resistência dos historiadores ingleses que barraram o plano do manual. Tais informações foram encontradas em: BRUTER, Annie. *Varia, Histoire de l’éducation*, n. 137, 2013.

⁵⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Le Brésil dans l’aviie américaine*. In: _____; FEBVRE, Lucien; RAPPARD, William; JUNGK, Robert; BOAS, George; ORIBE, Emílio; & MAUROIS, André. *Rencontres Internationales de Genève* (Tome IX). *Le Nouveau Monde et l’Europe* (et les textes des Rencontres Intellectuelles de São Paulo). Neuchâtel, 1954, p. 88. *Archives de l’UNESCO*. Ainda duas observações: I) esse material seria publicado em 1956 em espanhol e em inglês, subvertendo um pouco a ideia, pois trocariam “l’Europe” por “Velho Mundo”, assim: *El Viejo y el Nuevo Mundo & The Old and the New World* (o texto buarqueano sairia como: *El Brasil en la vida americana & Brazil in American life*); e II) na parte dos Anais do IV Centenário da cidade de São Paulo, consta o nome de Eugenio Pereira Salas, cuja importância destacarei nos Capítulos 7 e 8. Como se nota, o encontro teve outros palestrantes, que eram dos Estados Unidos (Rappard e Boas), Áustria (Jungk), Uruguai (Oribe) e outra vez a França (Maurois). Se valorizo apenas Febvre, isso guarda mais relação com o fato de o historiador assumir um

A proximidade dos textos acima resumidos falam por si. Mas haveria outras interfaces. É possível que a ideia da História como *science du changement* – que também era a perspectiva nos movimentos das *Monções* – ecoassem no pensamento de Lucien Febvre a partir dos textos de Marc Bloch, que apareciam no mesmo período, com a sua decisiva colaboração, aliás, como *Apologie pour l'histoire, ou, Métier d'historien* (Paris: Armand Colin, 1949). Isso porque Febvre preparou os originais e o tornou público após a Guerra, pois seu autor havia sido preso e fuzilado pelos nazistas, em 1944, deixando o manuscrito que elaborou no cárcere. Bloch, lembrando alguns trechos dos dois volumes de *La société féodale* (Albin Michel, 1939-1940), registrou que, pelo fato do trabalho no campo exigir que os pais ficassem “afastados dos filhos pequenos”, que eram criados pelos avós, a “cada nova formação do espírito, portanto, dá-se um passo atrás que, por cima da geração [...] portadora de mudanças, liga os cérebros mais maleáveis aos mais cristalizados”.⁵⁸

No ano seguinte ao surgimento do livro, Sérgio Buarque o resenhou no Brasil, não sem deixar de fazer referência aos volumes de 1939-1940. Nesse sentido, chamou o trabalho de “admirável painel da sociedade feudal”, escrevendo que ali se assinalava “a incapacidade do homem dos séculos XI e XII para superar, na prática, um sentimento de intensa solidariedade entre o presente e o passado”; e, por fim, questionava essa atitude tradicional, que era, conforme o estudo em debate, nada mais do que uma predisposição desse universo medieval, evanescente de seus momentos coevos em benefício dos pretéritos. Foi então que Sérgio Buarque terminou sua análise ao inserir uma parte por ele traduzida das palavras do texto que, após essas reflexões, perguntava: tudo isso não se encontrava, exatamente, “nos antípodas do espírito histórico, dominando pelo sentimento de diversidade?”.⁵⁹

O sucesso do texto inconcluso, mas, enfim, publicado sob a organização de Febvre, que lhe fez o prefácio e deixou seu título duplo para demarcar sua incompletude – ou a dúvida de seu autor –, teve uma ressonância que não se limitava às paragens brasileiras. Seu alcance foi largo, pois, até o fim do século XX o livro póstumo de Bloch seria traduzido em vários países da América Latina. O México foi o primeiro, em 1952, no *Fondo de Cultura Económica* (FCE), seguido por Cuba (1971), Argentina (1982 – que reimprimiria a edição do FCE) e Venezuela

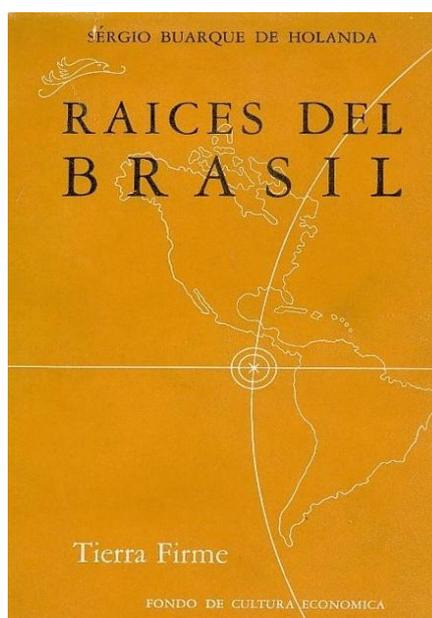
protagonismo na UNESCO após deixar a cátedra de Civilização Moderna do Collège de France – suscedido por Fernand Braudel –, liderando pautas de escrita da História, a exemplo de seu papel nas diretrizes iniciais da *Histoire Scientifique et Culturelle de l'Humanité*, seguido de seu encaminhamento por vários motivos para a direção dos *Cahiers d'Histoire Mondiale* em temas que, junto com a própria referência citada nesta nota, daria para fazer outras teses. Meu argumento, porém, consiste em demonstrar que, se não havia fronteira entre os saberes, em particular, os do conhecimento histórico – e a despeito dos trânsitos diversos – há posições acadêmicas centrais.

⁵⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 64.

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Apologia da história*. In: *Folha da Manhã*, São Paulo, s/p., 18 jul. 1950. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1950/07/18/837/#>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

(1986). No conjunto, chegaram aproximadamente à 150.000 exemplares do total de meio milhão em todo o mundo. Logo, pode-se inferir que cerca de um a cada três leitores em potencial de *Apologie pour l'histoire, ou, Métier d'historien* eram hispano-falantes, apesar de seu autor não ter escrito quase nada ou muito pouco sobre as realidades dessas terras e gentes. Em geral, seu derradeiro escrito foi visto como “obra” de iniciação aos estudos históricos, aí incluídas as leituras dessas gerações de língua espanhola e lusófonas, pois quando estas não o faziam pela edição original, dela tomavam conhecimento pelo idioma de Miguel de Cervantes.⁶⁰ Pela mesma editora, FCE, sairia, pouco depois, as *Raíces del Brasil*, conforme a ilustração abaixo:

Imagem 4
Capa da
tradução de
Raíces do Brasil,
para o espanhol
(1955)



O processo consagrador de Marc Bloch teve início, por óbvio, na França, sobretudo por conta do êxito da revista *Annales* no cenário do pós-Segunda Guerra Mundial, que o difundiu amplamente. Somado a isto, pode-se notar que, deste período aos anos 1960, a institucionalização desse grupo avançou para além do periódico, com reforço vindo da VI seção (économiques et sociales) da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), criada dois anos antes do surgimento da publicação póstuma. Produzida na clandestinidade quando seu historiador esteve preso pelos nazistas – que o executaram –, este livro foi mantido na condição de incógnita pela VI seção da EPHE, mas, pouco depois, firmou-se como símbolo da chamada nova escola francesa, no plano interno e, muito particularmente, no exterior.⁶¹

⁶⁰ A primeira versão brasileira da *Apologie pour l'histoire, ou, Métier d'historien*, entretanto, surgiu só no século XXI (Cf. a referência da nota 58). Em Portugal, porém, tinha aparecido mais de três décadas antes, em 1965. Ainda sobre o aspecto fundador de tradições e instrutivo da “obra”, não é mera casualidade que a edição mexicana a traduziu como *Introducción a la historia*. Outras impressões dessa onda em língua estrangeira foram as da Inglaterra e do Japão, em 1953; da Polônia, em 1958 e 1962; da Tchecoslováquia, em 1967 etc.

⁶¹ Esclareço que minhas observações, dados e análises sobre os itinerários do prestígio da “obra” blochiana, estão se baseando quase integralmente nos seguintes estudos: YAMASHITA, Jougi Guimarães. *As guerras de Marc Bloch: nacionalismo, memória e construção da subjetividade*. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2016;

Neste sentido, a versão italiana – apesar de saída só como *Apologia della storia* – é especial, pois a sua apropriação tomou o mesmo rumo do quadro receptivo elogioso à produção francesa, além de ter sido publicada em 1950 pela Giulio Einaudi Editore. Portanto, o livro póstumo de Marc Bloch apareceu cerca de dois anos antes da ida de Sérgio Buarque para Roma e na época em que aparecia o seu texto *Au Brésil colonial: les civilisations du miel* que saiu resumido no periódico dos *Annales*.⁶² Tal impresso foi veiculado antes de seu desembarque na península, mas já ao tempo em que um dos últimos escritos legados por Bloch circulavam por lá: em termos historiográficos, pode-se imaginar que eram os ecos de Paris e, nesta, sobretudo da UNESCO, que lhe atingiam na capital da Itália.⁶³

Assim, como não imaginar que a participação latino-americana, em geral, e brasileira, em particular, teriam contribuído para este estado de coisas, uma vez que foi uma das forças receptoras de sua “obra” póstuma? Para além das leituras as mais diversas que os países fizeram, há que se atentar para as suas ações no plano do ensino superior ou dos centros de pesquisa, pois intensas trocas intelectuais não estariam na base de certas aproximações?⁶⁴

Seja como for, importa assinalar aqui que toda a discussão sobre o corte do medievo para a modernidade igualmente dialogava na órbita de referências de Bloch, não o póstumo, mas o de *La société féodale*. Porém, *Apologie pour l'histoire* deve ter servido como sua porta

&, sobretudo, em: ROJAS, Carlos Aguirre. La recepción del *Métier d'historien* en America Latina. *Obradoiro de Historia Moderna*, Santiago de Compostela, n. 6, p. 133-177, 1997.

⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Au Brésil colonial: les civilisations du miel. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 5^e année, n. 1, p. 78-81, 1950. As únicas salvaguardadas e já conhecidas trocas de cartas que triangulam Fernand Braudel e Lucien Febvre com o autor, explicam essa circunstância. Cf. Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 316 – Carta em francês de Lucien Febvre a SBH confirmando oficialmente o convite transmitido por M. Braudel, dizendo que lhe reserva um trimestre de ensino e pedindo-lhe resposta, marcando o início de suas conferências e seus respectivos temas. Paris, 15 dez.1948. as. Lucien Febvre. 1p. Cp 94 P7; _____. 317 – Carta em francês de Fernand Braudel a SBH dizendo-lhe que recebeu seu “Raízes do Brasil”; falando sobre uma pesquisa nos arquivos de Schetz por sua indicação; convidando-o juntamente com Gilberto Freyre e Yan de Almeida Prado para o Congrès International d’Histoire de la Colonisation, e comentando a chegada do Professor Léonard a São Paulo. Paris, 25 [jul.] 1948. as. F. Braudel. 2p. Cp 95 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶³ Lembro que, na entrevista ainda inédita que fizemos com Giovanni Levi, foi adotada a tática de um roteiro informal, na espera de que os detalhes menos conscientes do depoimento fossem se revelando. Foi aí que questioneei a aparente atitude de endossar o poderio francês sobre as instituições italianas, pois na lista dos historiadores que dizia excelentes, metade eram dos *Annales*. Entre os nomes estavam: Edward Palmer Thompson, Natalie Zemon Davis, Marc Bloch (“por cierto”), Lucien Febvre, Fernand Braudel e Carlo Ginzburg. O ranking foi disposto nesta ordem, apesar do professor não estar seguro quanto às posições de Febvre e Braudel, por sentir suas obras como superadas. Quanto a Ginzburg, o considerava até o *Queijo e os vermes* (1976), ao passo que *História noturna* (1989) lhe soava, no mínimo, curioso, face ao viés auto psicanalítico desse trabalho.

⁶⁴ Com ênfase na palestra de Sérgio Buarque feita na Universidade do Chile, em 1963, nos Capítulos 7 e 8 considerarei melhor a temática da reconfiguração do campo acadêmico, diante do empenho vigente à época para modernizar a escrita da História da porção Sul continental. Assim, tentarei desanuviar ao menos um pouco a paisagem terceiro-mundista que reiteradamente se pinta a respeito de seus agentes como promotores de debates periféricos. Claro que não ignoro a situação Centro / Periferia (que existe do ponto de vista historiográfico e espero que o exemplo de Bloch tenha sido esclarecedor). Mas, no mesmo sentido, procurarei demonstrar que, como o passado enquanto objeto de estudo não tem fronteiras, os diálogos produzidos na América Latina continham tamanha pujança que não ficavam atrás das temáticas afins às dos ares parisienses. O que lhes faltava, talvez, era retaguarda institucional sólida e integrada, somado a um projeto editorial de peso e ininterrupto.

de entrada nos circuitos latino-americanos. Mesmo porque, se ele não foi citado até esse momento nos livros de Sérgio Buarque, sequer *Raízes do Brasil* de 1948 e 1956, foi como Marc Bloch que trabalhou Sérgio Buarque “no tocante à perícia da comparação histórica”.⁶⁵

De passagem pela Bahia, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo neste mesmo período, Lucien Febvre proferiu algumas conferências no Brasil de 1949.⁶⁶ Duas delas, a saber: *O homem do século XVI & Calvino*, sintomáticas das leituras cruzadas essenciais aos quadros receptivos em consideração, foram impressas em 1950 e 1952, na *Revista de História* da USP. A primeira foi o artigo de abertura do número inaugural do periódico porque, descortinador dessas filiações institucionais, fora pronunciada nas dependências da FFCL.

Por meio delas Febvre propunha, de um lado, uma agenda de pesquisas que se debruçasse sobre o inquérito das sensibilidades e sentimentos humanos, tais como o tato, a audição, o olfato, o amor, a crueldade, o medo etc. – não deixando de render homenagem a Bloch e reputar a Jules Michelet (1798-1874) a consideração do período que abordava como Renascença; e, do outro, adentrava no ponto religioso a partir de um viés biográfico para caracterizar o quinhentos como o tempo da Reforma e da reação romana a ela que, soprando ventos franco-germânicos, ia encontrar abrigo na velha Genebra e levar a Europa à ruína espiritual.⁶⁷ Ora, fico me indagando o quanto da atmosfera pós-1945 não agira nessas considerações. O quanto, depois do Holocausto, parecia equivocado chamar a Era Medieval de Idade das Trevas, por exemplo. De tal modo que se fazia urgente pensar outras mentalidades na passagem do medieval para a modernidade, que não adotassem esse tipo de ótica.⁶⁸

N’*O homem do século XVI*, em particular, ele falou I) do nomadismo de sujeitos que deixavam a família para se aventurarem e cuja menor catástrofe exterior era o suficiente para desfazer esse laço; e II) das baixas objeções visuais aos pintores que retratavam camponeses com armaduras, pois, no período, seria a audição que se prestigiava em primeiro plano.

Caminhos e fronteiras não iria questionar os quadros nos quais os bandeirantes apareciam de botas e armamento pesado em demasia para quem devassava as densas florestas americanas? Não era desses anos a conclusão a respeito da sensibilidade mais aguçada dos indígenas, desde *Monções*, e que seria melhor cristalizada pouco depois, no livro de 1957?

⁶⁵ VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008, p. 551.

⁶⁶ Tenho dúvidas quanto à presença de Sérgio Buarque na plateia da capital paulista, sua terra natal, para onde havia retornado após décadas vivendo no Rio de Janeiro (DF).

⁶⁷ Cf. FEBVRE, Lucien. O homem do século XVI. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 3-17, jan./mar. 1950; & _____. Calvino. *Revista de História*, São Paulo, n. 12, v. 5, p. 253-267, out./dez. 1952.

⁶⁸ Nos Capítulos seguintes voltarei a esse debate, através de uma discussão sobre o Renascimento e o Barroco.

Minhas perguntas em meio à síntese das falas de Febvre são apenas isso: indagações. Longe estou da tentativa de propor aqui um nexu irreduzivelmente direto, embora eu busque acentuar bem o caráter oblíquo, de fluxos convergentes ou não, num vai-e-vem dialético formador dos quadros receptivos, nos quais o pensamento impresso de Sérgio Buarque e a sua fortuna crítica fizeram parte. Espaço este simultaneamente tangível e fugidio, cujo registro veio dar acento a essas possibilidades, sem tecer rígidos compromissos de perspectivas.

Além da atuação nos comitês da UNESCO, em 1952, Buarque de Holanda recebeu um convite para lecionar na Itália, tornando-se docente da cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma e colaborando com o Instituto de Studi Brasiliani, que ajudou a fundar. Uma vez lá, atuou como mediador na difusão de conhecimentos sobre o Brasil, ao lado de outros intelectuais, tais como Álvaro Lins, Vianna Moog, Raquel de Queiroz etc., que foram para diversos países, em condições semelhantes às dele, a exemplo de: Portugal, Espanha, Inglaterra e França, bem como em quase todas as capitais latino-americanas. Na cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma, o autor ligou seu país aos debates desenvolvidos na Europa, promovendo atividades como a elaboração de uma lista com livros para serem traduzidos e publicados em italiano pela editora Fratelli Bocca (na qual fez constar sua “obra” de estreia); a direção do recém-criado Instituto Ítalo-brasileiro e a pesquisa em arquivos para levantar materiais sobre o Brasil e, mais especificamente, sobre São Paulo. Essa última atividade desenvolveu-se em função da organização dos festejos do IV Centenário da capital paulista, do qual Sérgio Buarque participava do comitê responsável em atuação no Museu do Ipiranga, embora estivesse temporariamente afastado do cargo nesta última instituição. À época, ele se envolveu na organização de um número especial da Revista *Ausonia*, dedicado à história, literatura e atualidades de seu país, além de escrever o artigo *A contribuição italiana na formação do Brasil*. Esse texto, publicado no volume 9 do periódico – referente a setembro-outubro de 1954 –, saiu junto à apresentação de autores brasileiros mais conhecidos na Itália, a exemplo de Machado de Assis, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade etc.

O artigo de Sérgio Buarque de Holanda situava o Brasil para os leitores italianos em termos territoriais, destacando sua extensão. No sentido de lançar luz sobre os aspectos significativos do país, buscava inseri-lo nas origens da civilização ocidental que, em tempos remotos, haviam encontrado em Roma sua base difusora. Entre as questões que conectam esse artigo aos demais estudos em curso de Sérgio Buarque, pode-se mencionar: sua busca pela especificidade brasileira no continente, com destaque luso na expansão marítima europeia e as distintas atitudes colonizadoras (“Descoberto em 1500 por navegadores de uma nação que já possuía uma longa experiência em descobertas ultramarinas”); o sentido dessa empresa e o

modus operandi antigo (“pode-se dizer que o espírito da colonização portuguesa é um prolongamento, através das grandes rotas do Atlântico, da ação dos seus predecessores e, por muito tempo, seus mestres: os navegadores italianos da Idade Média”); e os movimentos paulistas em direção ao interior do território, distanciado do costume luso de apego à costa feito caranguejo – conforme escritos de frei Vicente do Salvador, reproduzidos em *Raízes do Brasil* (“Partindo de São Paulo e vizinhanças, foram esses homens que pouco a pouco alargaram as fronteiras do Brasil, dando-lhe aproximadamente os limites atuais”).⁶⁹

Embora os *Archives de l’UNESCO* não tenham me permitido busca nominal, pode-se inferir que todos esses desdobramentos na trajetória e na obra buarqueana se vinculassem às agendas citadas quando da criação e debates do organismo e que a sua atuação na Itália foi uma consequência profícua, sobretudo devido à tradução do livro *Raízes do Brasil* neste país.

Mesmo antes de sua estada em Roma, Sérgio Buarque já havia se envolvido, como afirmei, nas discussões sobre o *Étude comparée des civilisations* e sobre o conceito de *Démocratie*. Uma síntese dos relatórios produzidos por esses comitês é muito esclarecedora dos entendimentos que se fixariam nas pautas geracionais de então. É preciso, no entanto, lembrar que o programa da UNESCO não foi necessariamente de uma originalidade seminal, visto que ele acomodou vários debates que já vinham em curso no período anterior à criação do órgão e que igualmente tinham precedido à própria Segunda Guerra Mundial.

3.3. O valioso capital simbólico e o retorno ao catálogo da “casa” José Olympio

Um ano antes dessas análises e da publicação do *Rapport*, a segunda versão do livro de estreia buarqueano (1948), sofreu a mudança basilar de seu texto, passando a conferir à democracia brasileira – na República excludente e para poucos –, ares mais universalistas, posto que a ela caberia atender aos anseios do povo, para que deixasse de ser aquele mal-entendido que vigorou até o fim da Guerra e fora denunciado por Sérgio Buarque cerca de 12 anos antes.

A participação do intelectual no comitê da UNESCO, que discutiu a definição e funcionamento das democracias contribuiu, a meu ver, para a sua reflexão sobre o tema, o que

⁶⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis: NUT / NUIITA / UFSC, 2002 [1954], p. 51, 59 61 & 83. Agradeço o recebimento desta edição bilíngue, que me foi generosamente presenteada pelo professor Marcus Vinícius Corrêa Carvalho após o exame de qualificação. Na tradução de *Raízes do Brasil* pela Fratelli Bocca (1954) não foi fácil escolher o título, haja vista a confusão com assuntos de botânica que os termos poderiam levar. Por isso, antes de se adotar *Alle radici del Brasile* (sugestão do amigo italiano de Sérgio Buarque, o escritor Mário Praz), as outras sugestões, vetadas pelo autor, tinham sido: a) *Radiografia del Brasile*, b) *Introduzione al Brasile* & c) *L’Uomo cordiale*, conforme o seguinte relato do intelectual, que partiu da capital italiana: Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. 210. Sérgio Buarque de Holanda. Carta a José Olympio. Roma – 20 fev. 1954. *Fundação Casa de Rui Barbosa* (FCRB).

repercutiu nas alterações processadas em sua obra como um todo e que tem em *Raízes do Brasil* a parte mais saliente e visível. O texto impresso, que viria a incorporar incontáveis mudanças e, em particular – pelo que venho discutindo aqui –, a reflexão sobre o sistema democrático, surgiu em 1948. Antes, portanto, que o relatório final da UNESCO, de 1949 – produzido em maio daquele ano no comitê em que Buarque de Holanda participou – analisasse os pareceres dos estudiosos de todo o mundo, o autor alterou em seu livro aspectos que se aproximavam dos termos que estariam presentes no documento do organismo internacional. O *Rapport* concluiria, como se demonstrou, que a despeito das divisões ideológicas, o consenso, quando existia, achava-se exatamente naquilo que o intelectual viria a escrever em seu próprio livro: o governo precisava ser *do povo, pelo povo e para povo*, uma democracia popular, portanto. Dizer isso não significa afirmar que Sérgio Buarque de Holanda estivesse incorporando uma perspectiva norte-americana, como quem se alinhasse politicamente com os Estados Unidos na configuração da Guerra Fria – retornarei a esse ponto nos Capítulos 7 e 8 –, pois já salientei também que, na crítica a Wilson Martins, ele sinalizava a possibilidade da existência de democracias socialistas.⁷⁰

Porém, se o autor não se apegava à fala de Lincoln e não se posicionava, naquela contemporaneidade, à política exterior estadunidense que logo iria querer impor à força seus valores e modo de vida, o mesmo não se pode afirmar sobre os viajantes vindos dessa nação. Isso porque, em *Raízes do Brasil*, de 1948, Buarque de Holanda incluiu mais relatos do naturalista norte-americano Herbert Huntington Smith (1851-1919). Este propunha valorizar as ditas classes baixas, qualificando-as como melhores no aspecto físico e sobre as quais considerava que bastariam oportunidades para também o serem *mentalmente*.⁷¹ Isso, de certa forma, o conectava com as lutas levadas a efeito justamente na Guerra de Secessão, pois Smith se referia aos escravos que, ao tempo de suas peregrinações pela América do Sul em 1881 e 1886, já tinham, ao menos formalmente, deixado de existir em seu país.⁷²

⁷⁰ Não sou capaz de mesurar o quanto essas análises e o encaminhamento da presente tese devem à coorientação de Jean Hébrard. Mas posso assegurar que ela possui um peso benéfico enorme, pois fui me afastando, cada vez mais, de uma mirada exclusivamente detida nos escritos buarqueanos – dizia-me o professor: “sobre as reflexões só de Buarque de Holanda, já existe muitos estudos”. Em nossas reuniões na EHESS, Hébrard insistia na possibilidade de que a atuação na UNESCO servisse a Sergio Buarque não apenas para constituir uma grande distinção autoral, no plano doméstico, como também para que aquelas pautas fossem adotadas em suas pesquisas, na medida em que representavam encontros consigo mesmo, ou, melhor dizendo, com suas plataformas geracionais, o que é bem diferente – e penso já ter demonstrado –, das ideias ou sugestões de *influências*.

⁷¹ HOLANDA, op. cit., 1936, p. 149-150; e HOLANDA, op. cit., 1948 (sobretudo o capítulo *Nossa revolução*).

⁷² Realçarei nos Capítulos seguintes o ponto em que Sérgio Buarque se apegaria para pensar a *Nossa revolução*. Em *Caminhos e fronteiras*, livro a ser debatido no próximo item, mostra-se que a análise dos aspectos da vida material foram sugestivas para as conclusões do autor que teriam sido inovadoras por descortinar as interações entre gentios e adventícios, transitando por mapas e papéis do Brasil Colônia, assumindo a ótica dos viajantes e, como tais, dando voz a testemunhos que não continham “o espanto e a admiração com o senso topográfico bem

Seja como for, na bipolaridade internacional que se desenhava, uma posição frágil, a princípio – advinda de um autor de uma nação marcada recentemente pelo regime autoritário do Estado Novo –, convertia-se em trunfo.⁷³ Em particular quando este se propunha a mediar vários diálogos, pois há motivos de sobra para compreender assim as atitudes e alterações de perspectivas de análise promovidas por Sérgio Buarque de Holanda em sua “obra” de estreia.⁷⁴

Assim, se para alguns intérpretes – entre os quais se pode inserir o mais recente acerca da questão, de Luiz Feldman –, a democracia nem sempre tinha sido o ponto de chegada do debate presente em *Raízes do Brasil*, também não é possível reduzir este livro apenas a uma única apropriação, como se esta concentrasse toda a fortuna crítica do universo complexo dos quadros receptivos. O estudo de Feldman, embora cite parte das resenhas saídas entre 1936 e 1938, não recompõe as pautas amplas das recepções. Isso porque seu interesse estava, primeiramente, em apontar tudo o que mudou nas três primeiras edições, o que fez com maestria. Porém, posteriormente, concentrou-se em demonstrar o uso que Almir de Andrade fez do texto de Buarque de Holanda em seu livro *Força, cultura e liberdade* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1940). Querer, no entanto, enxergar em Andrade a síntese das preocupações buarqueanas – como se nele residisse todas os motivos para as mudanças então operadas sobre

como com a capacidade de observação da natureza por parte de índios e sertanistas”. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Sérgio Buarque de Holanda viajante: o lugar da cultura em *Caminhos e fronteiras*. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume / PPGH-UFGM, 2002, p 30. Segundo a professora Eliana Dutra, ao adotar tal metodologia o autor se opôs ao grupo modernista de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Paulo Prado, que propunha uma separação rígida entre natureza e cultura, civilização e barbárie para a compreensão do Brasil.

⁷³ Aliás, no plano macro político e econômico, a estabilidade da democracia brasileira – ainda que em sua aparência meramente formal – só se viu ameaçada quando o governo tirou vantagem das tentativas de levantes – como fora o caso da Intentona de 1935 – ou quando pendia para o lado mais liberal – como se dera nos ditos Anos Dourados. Tanto que, embora seja um exemplo do porvir, o do Presidente João Goulart foi um pouco assim, pois, afóra os problemas iniciais, manteve-se estável, sem grandes pressões internas ou externas enquanto seguiu a diplomacia da terceira via nas relações internacionais. Sua queda ocorreu ao sinalizar uma guinada à esquerda. Sobre esses temas no pós-1945, Cf. FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁷⁴ Pense-se, por exemplo, na seguinte frase de um artigo seu desse período, no qual apontou a necessidade de dedicação aos estudos sobre o passado, mas não por intermédio de “sínteses onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto”, pois o que interessava era um declínio dos trabalhos interpretativos em prol “da exposição objetiva e amplamente documentada”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. *Correio da Manhã* – RJ, 15 jun. 1951. Hemeroteca da FBN. Agora vale recordar a fala de Sergio Milliet, a respeito da edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, quando considerou o recurso buarqueano à generalização menos embasada que em Gilberto Freyre, embora fosse “mais homogêneo”. Mas que ambos encaixavam suas ideias “num corpo doutrinário”, ignorando “as contradições da realidade e não raro a esta, deturpa[va]m em proveito da vontade de provar”. 036. MILLIET, Sergio. “Raízes do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191, op. cit., Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Em 22 de maio de 2017, ainda no período do estágio de doutorado na EHESS, assisti a uma conferência do professor Robert Darnton na *Bibliothèque de l’Arsenal*, intitulada *Un Tour de France littéraire: le piratage du livre sous l’Ancien Régime*, na qual ele abordou o papel dos censores na delimitação de certa literatura autorizada a circular após as suas intervenções nos pensamentos impressos dos autores. Pensando nessa lógica, mas a experimentando aquém e além do texto, talvez se poderia dizer, aqui, que se tratava, no caso buarqueano, de *leituras e leitores em ação*.

o impresso de 1936 –, é reduzir como eminentemente brasileiros todos os debates nos quais seu autor se envolveu, antes, durante ou depois de suas participações na agenda internacional, particularmente aquela promovida através da UNESCO.⁷⁵

Além disso, como já demonstrei, Buarque de Holanda tinha demarcado uma posição bem distinta da de Almir de Andrade, ao passo que soa improcedente o argumento de uma preocupação unilateral do que este último teria entendido ou deixado de entender do livro buarqueano. O autor de *Raízes do Brasil* só se interessava por discussões na medida em que elas lhe serviam para lapidar suas ideias, muda-las e, inclusive, negá-las. Mas não como quem ajusta um texto tentando controlar as atitudes do leitor. Defendo, portanto, que era à pluralidade das apropriações que ele atentava, não parando de transformar o impresso até que ele caísse no gosto dos críticos, pois era para esse público, em conjunto, e não para Almir de Andrade ou outro espectador exclusivamente, que Sérgio Buarque o (re)escrevia.⁷⁶

Os círculos letrados brasileiros eram os que mais o interessavam. Mas esses não estavam confinados à terra e sequer os escritos buarqueanos são passíveis de saltos analíticos que vão de 1936 a 1948 ou 1956, como se os anos do período intermediário fossem de debates vencidos ou como se as *leituras* se findassem nos textos. A sucessão de fluxos e refluxos de sua produção – que retoma velhos temas, ressuscita estudos etc. –, revela que a ordem cronológica de suas publicações – talvez como nenhum outro intelectual de seu tempo –, está muito longe de ser o de uma escrita e concepção solitárias ou dissociadas dos outros livros.

Após as primeiras críticas à sua “obra” de estreia, Sérgio Buarque de Holanda pôs-se a retrabalhar o texto, ponto a ponto, tentando tornar seu pensamento impresso absolutamente coerente. Não nos cabe dizer se ele foi bem ou malsucedido nesse projeto intelectual. Todavia, as comunidades de leitores, estas sim, em seu conjunto, resguardavam as vozes que o autor escutava. Grupos que, sendo fruto e semente de suas redes, lhe permitiram germinar as pautas a respeito da *democracia popular* na revisão do livro em curso desde 1936. Este saiu em 1948, ao tempo, portanto, em que o debate da UNESCO começava a ser fomentado e antes que se concluísse a análise dos pareceres avaliados pelo comitê reunido na instituição.⁷⁷

⁷⁵ Cf. FELDMAN, Luiz. *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016, que, salvaguardadas as ressalvas que apontei, considero exemplar no cotejo entre as edições.

⁷⁶ Considero essa forma de análise porque ela me permite compreender que “un ouvrage suppose une familiarité avec la communauté culturelle ou intellectuelle qui lui a donné le jour ou qui en fait usage, communauté qui ne cesse de se réassurer dans son pouvoir interprétatif grâce aux multiples rituels qui organisent son expérience”. HÉBRARD, Jean. Peut-on faire une histoire des pratiques populaires de lecture à l’époque moderne? Les “nouveaux lecteurs” revisités. In: MOLLIER, Jean-Yves (dir.). *Histoires de lecture, XIXe-XXe siècles*. Société d’histoire de la lecture, n. 17, p. 105-140, 2005, p. 135.

⁷⁷ Sabe-se, porém, que a grande importância que o Brasil assumiria aos olhos do órgão internacional teria mais relação com outro debate, a respeito do conceito de *raça*, que – descontadas as críticas que realizei anteriormente aos estudos que, por vezes, ignoram as discussões intelectuais pré-Freyre – converteu o país em um imenso

Transcorridos mais de 20 anos desde que lançara *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda já era, agora, bem mais conhecido, pois tornara-se diretor do Museu Paulista, tendo atuado na UNESCO e obtido a tradução de seu livro de estreia para o italiano e o espanhol. A única resenha que se salvaguardou no acervo do autor, da versão do livro de 1948, foi de autoria de Candido Motta Filho, publicada naquele mesmo ano, que não deu importância para as mudanças operadas no texto, ainda que seu resenhista tenha admitido tê-lo lido em 1936.⁷⁸

Vale frisar que, embora não inventariado no acervo buarqueano, Florestan Fernandes produziu uma resenha a respeito de *Raízes do Brasil*, de 1948, publicada na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* no ano seguinte ao da publicação da obra, na qual sublinhou que as mudanças operadas na segunda edição, embora enriquecessem o livro, foram apenas referentes ao ponto de vista literário e da documentação incluída, fazendo com que “as principais virtudes do ensaio” fossem “mantidas juntamente com alguns de seus defeitos”. Essas se deviam, segundo Fernandes, ao fato de que “toda a tentativa de síntese” era “empolgante e fecunda”, apesar de os riscos serem maiores se lhes faltasse “base empírica e analítica”. Não era mais esse o caso em apreço. Porém, apesar disso, anotava que o impresso sob análise pendia em demasia para uma perspectiva culturalista e reputava o resultado das mudanças de 1936 para 1948, sobretudo à “influência da abundante literatura etnológica conhecida pelo autor”. Mesmo assim – com ou sem reiteração da crítica –, ao término Florestan Fernandes registrou: “A própria natureza e amplitude da obra compensam e neutralizam, no entanto, as pequenas insuficiências desta ordem, e a tornam tão indispensável ao sociólogo quanto ao historiador cultural”.⁷⁹

Um dos exemplos expressivos, porque ressonante, da presença de uma fundamentação documental em *Raízes do Brasil*, vinha do debate no qual Buarque de Holanda se inseriu e foi buscando, paulatinamente, levar a efeito após sua estreia em livro. Por isso não soa estranho que o problema a respeito de ter a colonização portuguesa desenvolvido ou não uma sociedade com agricultura aparecesse desde a época em torno da publicação de *Monções*, através de artigos, como os da série *Economia colonial*, impressa no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1946, e nos ajustes de *Raízes do Brasil*, de 1948, que mitigou certa concordância com essa ideia

laboratório, contribuindo, assim, para que a Sociologia se estabelecesse academicamente antes que as demais áreas das Ciências Sociais e Humanas na Universidade de São Paulo (USP). Foi então que o grupo liderado por Florestan Fernandes desenvolveu pesquisas e formulou mais nitidamente um conjunto de estudos que passaram a identificar e a combater as teses de Gilberto Freyre, atribuindo-lhe toda a responsabilidade por uma suposta existência de harmonia racial no Brasil. Sobre esse assunto, Cf. MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO: ciências sociais e o credo racial brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 115-128, jun./ago. 2000.

⁷⁸ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2193 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil”, de Candido Motta Filho, sobre o referido livro. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 04 abr. 1948. s/p. Pt 178 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Sobre o crítico, Cf. o n. 31 / 1 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁷⁹ FERNANDES [1949] *apud* JACKSON; BLANCO, op. cit., 2014, p. 38.

em 1936.⁸⁰ Agiu desse modo para acentuar a matriz rural, do improviso, e não uma ação agrícola, que requer planejamento e trabalho demorado. Assim, demarcava, uma vez mais, a separação de portugueses (semeadores) e espanhóis (ladrihadores) na América.

Outro desses casos se refere aos artigos que compunham os textos d'*A língua geral de São Paulo*. Nesses, o mote dos argumentos buarqueanos consistiu, exatamente, na reconsideração e – mais do que isso – na demonstração de que os bandeirantes se valeram do tupi para as suas atividades cotidianas tal como tomamos hoje a língua portuguesa. Com isso, listou um conjunto de documentos comprobatórios que iam desde registros e depoimentos do padre Antônio Vieira (1608-1697), passando pelas cartas ou relatórios dos governadores Artur de Sá e Meneses (?-1709) ou Antônio Paes e Sandes (1622-1695) a el-Rei, diários de viajantes entre outros. Tudo para atestar aquela verdade singela quanto ao idioma que prevaleceu no trato das bandeiras e, por consequência, dos paulistas, ao menos até o século XVIII, ainda que seu lastro também tenha se estendido ao XIX, como não hesitou em frisar na série de artigos.

O ponto alto respeitou ao momento em que as análises de Sérgio Buarque sobre os bandeirantes apontaram a proximidade do Brasil com territórios continentais do Sul. Em que pese, neste caso, o contato essencial com a referência da *frontier thesis*, de Turner, convém não perder de vista que, a esse respeito, a obra de João Capistrano de Abreu sobre os sertões já parecia antecipar o debate que se fortaleceria nas práticas letradas buarqueanas. Essas, ao “voltar as costas” para uma miragem excessivamente atlântica, mulata e europeia do passado brasileiro, passaria a atentar mais aos traços americanos e mamelucos.⁸¹

Isso porque, em determinada passagem de seus escritos, apontou que aquele mesmo idioma da chamada língua geral brasílica, adotada na capitania de San Pablo, via-se tomada em igual e largo uso também no Paraguai e na província de Corrientes, na Argentina. Nesses territórios, representativos da porção platina do Novo Mundo, o tupi fora muito utilizado e, no caso específico da América lusitana, tal gesto era como uma negação parcial de si, de suas culturas. Tanto é assim que, conforme anotou Buarque de Holanda, “os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para poder crescer e dar muitos frutos”.⁸²

⁸⁰ Resumindo vários textos, o autor escreveu em trecho acrescido à versão de 1936 que só com “reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 45-46.

⁸¹ Cf. SECRETO, Maria Verónica. Capistrano de Abreu e J. F. Turner: a história nacional e a história ambiental. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 236-253, 2006.

⁸² Utilizo aqui a versão da série de artigos acrescentada em *Raízes do Brasil*, de 1948. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A língua geral de São Paulo*. In: _____, op. cit., 1948, p. 193.

Portanto, em síntese, bastaria dizer que, entre a edição de 1936 e 1948 há uma distância enorme no tocante ao escrito em si, que sai revisado em termos históricos e de estilo, muda de tamanho, pois deixa suas 176 páginas para alcançar a cifra de 298 e é impresso sob a gerência de outro coordenador, porque após a saída de Gilberto de Mello Freyre, em 1939, Octávio Tarquínio de Sousa passou a dirigir a coleção *Documentos Brasileiros*. A segunda edição traz um indício do crescimento da LJOE, que em 1948 já atuava também em São Paulo, com filial na Rua dos Gusmões, 104, que se juntava aos endereços cariocas da Rua do Ouvidor, 110, e 1º de Março, número 13. Há ainda a mudança da dinâmica interna do livro, pois, em 1936, o quarto capítulo era uma continuação do terceiro, ao passo que, em 1948, este recebeu um *status* independente. Nada haveria de surpreendente, neste último dado, não fosse a constatação de que esses capítulos chegam, inclusive, a receber títulos diferentes, face mesmo ao debate recém-citado. Isso porque, em 1936, as partes em apreço eram identificadas, respectivamente, como *O passado agrário & O passado agrário (continuação)*. Já em 1948, os títulos passam a ser *Herança rural & O semeador e o ladrilhador*.

Já se apontou que um dos autores mais alijados nesses ajustes, seria, ao fim e ao cabo, Gilberto Freyre.⁸³ Agora, porém, junto aos elementos de distância política entre os dois intelectuais – os quais não ignoro –, fica-se sabendo a respeito do debate internacional que os separava. Ora, sendo Buarque de Holanda um dos representantes brasileiros na UNESCO que, de quebra, era totalmente integrado às plataformas geracionais de seu país, desde 1930, como não imaginar que, melhor do que qualquer outro estrangeiro, ao lado de seus compatriotas, ele sabia a consequência dos debates sobre o conceito de raça para a autoria freyriana?

Assim, com essa nova versão, *Raízes do Brasil* acentuaria seu epíteto elogioso e, hoje, canônico. Isso porque, em resenha de 1956, intitulada *Reedição de um clássico*, João Camilo de Oliveira Torres conferia destaque ao caráter incruento de se fazer revolução no país, dava a entender que isso era uma marca da paz e considerava que o título iria rápido ao centenário, pois se tratava “*de um dos livros clássicos da renovação dos estudos brasileiros*”. Ato contínuo, acentuava o debate com Cassiano Ricardo e, sem discordar de nenhum dos dois, abordava a cordialidade como símbolo da fuga aos conflitos. Afinal, o crítico entendia que os assassinatos de chefes de Estado, por exemplo, soavam como coisa de primitivos e que o único exemplo disponível no país, até aquele momento, teria sido a morte, mas por suicídio, de Vargas.⁸⁴

⁸³ ROCHA, João Cezar de Castro. O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008, p. 250.

⁸⁴ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2194 – Resenha intitulada “Reedição de um clássico”, de J. C. de Oliveira Torres, sobre a terceira sobre “Raízes do Brasil”. *O Diário*. [Belo Horizonte], 30 out. 195[6]. s/p. Pt 179 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Cf. dados biográficos desse crítico no nº 35 / 2 do *Apêndice E* –

Também os textos que saíram em Roma e Torino sobre a tradução italiana de *Raízes do Brasil* (1954), tendiam a destacar a largueza de visão buarqueana, pois não seria apenas um livro de história, e sim de análise social, psicológica etc. de surpreendente objetividade sobre o único exemplo mundial da tentativa de transplantação da cultura europeia.⁸⁵ Outros diziam que, “Ao renovar as façanhas de fenícios, cartagineses, normandos, genoveses e venezianos, Portugal encontrara no heroísmo de seus navegadores seu crime e seu castigo”, praticando o “*ultra equinoxialem non peccatur*” e se distanciando do colonizador puritano e huguenote.⁸⁶ Por fim, o fixavam como sociólogo e historiador, inaugurador da “hoje clássica Coleção Documentos Brasileiros”, em cuja nova edição se contrapunha a Cassiano Ricardo.⁸⁷

Foi esse estatuto, portanto, fruto das posições consolidadas por Buarque de Holanda nos anos 1940, que lhe permitiu entrar no decênio seguinte com um enorme capital simbólico. Ainda que se pudesse argumentar que essa avaliação não está correta dada a baixa quantidade de resenhas sobre a segunda ou terceira edições de *Raízes do Brasil*, vale sublinhar que tais ausências não são representativas das distinções do autor. Afinal, quem admitiria não conhecer um livro já tornado clássico? Quem o resenharia 20 anos depois de sua publicação original? Poucos, como sugeriram os artigos acima, únicos do conjunto a se referirem às edições de 1948 a 1956. Sintomáticas da boa fortuna crítica seria a segunda grande comunidade de leitores, após a “obra” de estreia, que corresponde ao título de *Caminhos e fronteiras*, quarto livro exclusivamente assinado por Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1957, mas reunindo textos e teses que ele vinha elaborando e/ou lapidando, desde que tinha estreado como *autor*.⁸⁸

Comunidade geral de leitores buarqueanos.

⁸⁵ _____. 2197 – Resenha em italiano, intitulada “Notiziario Letterario”, sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Il Messaggero*. Roma, 08 out. 1954. s/p. Pt 182 P61; _____. 2198 – Resenha em italiano, intitulada “Alle radici del Brasile”, sobre os livros “Alle radici del Brasile”, “Il sergente delle milizie” de Manoel Antonio de Almeida e “Angoscia” de Graciliano Ramos, publicados pela Biblioteca Mondiale Bocca. *Gazzeta del Papolo*. [Torino], 02 nov. 1954. s/p. Pt 183 P61; & _____. 2199 – Resenha em italiano, intitulada “Alle radici del Brasile”, de Giuseppe Carlo Rossi, sobre a edição italiana de “Raízes do Brasil”. *Idea*. Roma, 23 jan. 1955. s/p. Pt 184 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Apesar de a assinatura que aparece neste último artigo “2199” ter sido registrada no inventário como tendo sido a de Rossi, destaco que esta correspondeu, em realidade, apenas às iniciais “I. G.”. Giuseppe Rossi assinou o documento de número “2198”. Em relação, portanto, a esses críticos, Cf. os números 32 / 1; e 33 / 2 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁸⁶ _____. 2203 – Resenha intitulada “Sociedade Barroca e complexo colonial”, de Franklin de Oliveira, sobre o livro “Raízes do Brasil” e outros. *Correio da Manhã*. s/l., 27 out. 1956. s/p. Pt 188 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Cf. dados deste resenhista no n. 34 / 1 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁸⁷ _____. 2222 – Resenha sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Touring*. n. 294. s/p. Pt 207 P61; _____. 2201 – Resenha intitulada “Nova edição de ‘Raízes do Brasil’”, sobre a terceira edição do referido livro. *Folha da Manhã*. São Paulo, 07 out. 1956. s/p. Pt 186 P61; _____. 2202 – Resenha intitulada “Nova edição de Raízes do Brasil”, sobre a terceira edição do referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 out. 1956. s/p. Pt 187 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Esses dois últimos textos são idênticos.

⁸⁸ Elaborei esse curto item apenas para assentar teoricamente o argumento na ideia de que S(é)rgio Buarque de Hol(l)anda se tornava Sérgio Buarque de Holanda, autoria raras vezes confundida novamente nessa modalidade de leitura de sua obra em solo nacional, na medida em que se integrava aos quadros receptivos determinando-a e sendo determinado por ela. Se não atentei às minúcias do conteúdo dos livros até agora não foi porque as ignoro,

A nova ordem mundial, estabelecida após a Guerra, requeria um retorno às origens das civilizações, para ver em que medida o contato de culturas e/ou seus paralelos poderiam ser úteis à mútua compreensão entre as sociedades para manter a paz mundial. Para quem havia descido às *Raízes do Brasil* e já tinha acolhido as críticas de sua comunidade de leitores inicial, em prol da necessidade de se estudar o indígena e aprofundar o entendimento do americanismo desses povos, nada mais “natural” do que tomar esse *Caminho*. Assim, alargava dialogicamente suas perspectivas pelas veredas do sertão, enquanto se passava o mesmo com as *fronteiras*, que representavam um encontro de culturas, a colaborar na busca de eldorados, mas também a experimentar o inferno enquanto se dava conta de que o Éden, em seu país, seguia perdido.

Único livro de toda a sua obra – ou ao menos na parte de autoria exclusiva – com dedicatória, a José Olympio, *Caminhos e fronteiras* aborda o contato entre nativos e adventícios que teria gerado culturas novas, bandeirante e mameluca. Somado ao estudo das *Monções*, o livro refazia a cronologia do agreste devassado.

3.4. Método da excelência e ajustes nas distorções do etnocentrismo

Face ao estado da arte das pautas geracionais domésticas e exterior – e dando corpo à segunda grande comunidade de leitores buarqueana – aciono agora a fortuna crítica recaída sobre o livro *Caminhos e fronteiras*. Trata-se de um quadro receptivo com 38 textos, sendo 12 anônimos e 26 com alguma forma de identificação autoral.

O primeiro conjunto se caracteriza, sobretudo, por resumir o impresso, mencionar outras publicações de Sérgio Buarque e se deter em seu estilo narrativo. Alguns enfatizaram o fato do estudioso se ocupar do “processo de reocupação do legado ancestral das populações adventícias [...] em contato com os naturais da terra nos séculos iniciais da colônia”.⁸⁹ Daí que tentasse

mas por considerar que, sem descuidarem da dimensão analítica externa dos impressos de autoria buarqueana, outros trabalhos já fizeram isso com maestria em relação ao presente período, que vai dos anos 1930 ao fim de 1950 (Cf. a nota 3). Assim, seguindo as *fortunas críticas* e as *apropriações*, continuarei no encaixo dos leitores, pois o entendimento aqui adotado compreende que “Os grupos a que todo indivíduo pertence constituem como que um sistema de coordenadas, de tal maneira que cada novo grupo determina o indivíduo de modo mais preciso e inequívoco”, e que “quanto mais variados forem os grupos de interesses que confluem em nós e se querem exprimir, tanto mais claramente o *eu* terá consciência de sua unidade”. SIMMEL, Georg. O cruzamento de círculos sociais. In: CRUZ, Manuel Braga da Cruz (org.). *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos* (v. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 574-5 & 576. Ou seja: é preciso “aceitar as incertezas do passado e renunciar ao simulacro da integridade individual”. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 245.

⁸⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2212 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, sobre o referido livro. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 17 out. 1957. s/p. Pt 197 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

comprovar o peso da cultura ameríndia – por intermédio de seus usos e costumes, remédios, artefatos, formas de plantio etc. – “no espírito dos colonizadores”.⁹⁰

Nos artigos que citavam escritos precedentes de Sérgio Buarque residia um esforço para classificar a pesquisa recém-lançada. Neles, *Caminhos e fronteiras* correspondia a uma “importante obra do *historiador*” erudito, por dar mostras de como sua apropriação de leituras e manuscritos era convertido em exaustivas investigações que, também neste caso, inaugurava e conferia “uma *nova categoria aos trabalhos* de reconstituição do passado brasileiro”.⁹¹

Chamando-o de lúcido intérprete dos fenômenos sociais, cronista de *Cobra de vidro*, antidogmático que não se prendia a fórmulas e tabus, detentor de um estilo claro e vigoroso, de exposição brilhante e objetiva, cientista, imaginoso pintor de costumes etc., considerava-se que Sérgio Buarque depurava debates tido como vencidos. Um desses exemplos se achava em seu minucioso escrutínio analítico sobre o segundo engenho de fundição de ferro construído na América. Isso porque, até então, acreditava-se em Pandiá Calógeras (1870-1934), segundo o qual este “estabelecimento funcionara na ilha de Santo Amaro, em frente a São Vicente. Interpretando, porém, a documentação existente”, Buarque de Holanda concluía que o lendário complexo não esteve localizado “no litoral, mas sim no sítio ‘Borapoeira’, o atual Ibirapuera”.⁹²

Além disso, defendia-se que, no livro, Buarque de Holanda confirmava as teses de *Raízes do Brasil* e *Monções* de que as práticas lusitanas no ultramar de apegavam à marinha feito caranguejos – segundo a imagem firmada por Frei Vicente do Salvador – enquanto que as empresas dos moradores da região de São Paulo adentravam o território. Esse tipo de novidade animava a crítica, porque, para muitos resenhistas, essa força argumentativa tornava a obra de 1957 um estudo de consulta indispensável aos interessados pela História.

Tal identificação disciplinar, entretanto, guardava uma estreita relação com o fato de, naquele momento, Sérgio Buarque atuar como professor interino na USP.⁹³ Tanto que houve quem incluísse o título na bibliografia “paulística”, por entender seu autor como integrante dos “ensaístas [...], principalmente aqueles que direta ou indiretamente se acha[va]m ligados à

⁹⁰ _____. 2223 – Resenha sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *Touring*, n. 296-297. s/p. Pt 208 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹¹ _____. 2206 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, sobre o referido livro. *Correio Paulistano*. São Paulo, 22 set. 1957. 3º caderno, p. 2. Pt 191 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus]. O mesmo teor desta publicação se encontra em: _____. 2217 – Resenha intitulada “O livro da semana”, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *A Gazeta*. São Paulo, 22 nov. 1957. s/p. Pt 202 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹² _____. 2205 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 set. 1957. s/p. Pt 190 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; o conteúdo deste artigo se repete em: _____. 2207 – Resenha intitulada “Livros da semana”, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”, que faz parte da Coleção Documentos Brasileiros. *Diário do Paraná*, s/l., 22 set. 1957, p. 1. Pt 192 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹³ Para recapitular a trajetória buarqueana até a publicação de *Caminhos e fronteiras*, Cf. o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo” cujos modernos e criteriosos métodos científicos suplantavam “as páginas amenas dos cronistas da ‘petite histoire’”.⁹⁴

Mas devido ao elogio comum acerca da erudição, existiam leituras que vinculavam o intelectual a inúmeras facetas das práticas letradas, especialmente ao destacarem que tinha acabado de sair a “nova obra do *sociólogo, crítico, ensaísta e historiador* Sérgio Buarque de Holanda”.⁹⁵ Por outro lado, embora deixassem subentendido certa preferência pelas grandes sínteses, este viés caracterizava o resenhado como alguém que, em *Caminhos e fronteiras*, dividia-se entre a História e a Sociologia ou que juntava essas duas áreas.

Para uma parcela dos críticos – que repetiam frases inteiras uns dos outros, quando mais publicitários –, o livro de 1957, ainda que se tratasse de um impresso “naturalmente especializado”, era “uma das obras de maior significação e importância, não só na bibliografia do autor, como também na própria bibliografia nacional de estudos histórico-sociológicos”.⁹⁶

Nem tudo, entretanto, eram louros. Duvidava-se, por exemplo, da tese de que teriam sido as andanças paulistas as responsáveis por afastar a América portuguesa da suposta tradição lusa de se fixar mais próxima à faixa litorânea. O ponto soava discutível pelo fato de que, nas falas de certos avaliadores, as entradas foram mantidas em todo o Brasil Colônia, atingindo até o sertão amazônico. Logo, apropriavam-se do livro naquilo que ele mesmo poderia endossar tal crítica, ou seja: a ideia dos marcos fronteiriços como longe de limites geográficos ou políticos e que antes se ligava a paisagens, idiomas, costumes e instituições, cuja abrangência excedia as atitudes circunscritas nas populações da capitania de São Vicente.

Este exame não invalidava, contudo, a “obra” buarqueana de 1957, pois ela se constituía de afirmações fundadas em inúmeras fontes, “demonstrando meticolosas pesquisas em diferentes setores de nossa tão documentada história econômica e social do período colonial”, muito embora se destacasse, igualmente, que o livro se restringia “ao ambiente vicentino e paulistano, com projeção por terras hoje mato-grossenses e paranaenses”.⁹⁷

⁹⁴ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2292 – Resenha sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. S/ref. Pt 277 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹⁵ _____. 2208 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda”, sobre o referido livro, que faz parte da Coleção Documentos Brasileiros. *Folha da Manhã*. São Paulo, 22 set. 1957. s/p. Pt 193 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁹⁶ _____. 2218 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, sobre o referido livro. *O Diário* [Belo Horizonte], 14 dez. 1957. s/p. Pt 203 P61; _____. 2228 – Resenha intitulada “Publicações”, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *Folha de Minas*, s/l. [Belo Horizonte], 28 jan. 1958. s/p. Pt 213 P62; & _____. 2232 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras: novo livro de Sérgio Buarque de Holanda”, sobre o referido livro. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 mar. 1958. s/p. Pt 217 P62, todas do Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Diferentemente dos anos 1930 e 1940, agora era mais plausível falar em publicidade.

⁹⁷ _____. 2210 – Resenha sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 06 out. 1957. s/p. Pt 195 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Sob vários pontos ligados às resenhas anônimas e, embora predominassem também neles as referências ao estilo narrativo, os textos com alguma identificação de autoria tratavam Sérgio Buarque por historiador e/ou sociólogo e faziam-no mais pelas características do livro do que com base em sua trajetória. O que não impediu classificações surpreendentes.

Diferentemente dos 12 artigos iniciais do quadro receptivo, nos seguintes, com autoria identificada, foram sublinhados traços específicos da “obra”. Já afirmei que tais registros somam 26 resenhas, mas apresentarei somente 24 de 22 indivíduos. Isso porque 2 publicações correspondem a duplicatas e outras 2 repetem as autorias. Além disso, do montante total de 26 apreciações, vale frisar que 2 são de leitores reincidentes dos títulos buarqueanos e que de 5 não encontrei dados a respeito de suas trajetórias, porque 3 fazem uso de abreviações.

Por dispensarem grandes considerações no tocante às suas vicissitudes biográficas – ou porque estes conhecimentos me faltam – começarei pelo conjunto de 7 textos, cujos autore(a)s eram: Álvaro Augusto Lopes, João Camilo de Oliveira Torres, O. C. F., Luís Martins, T. T., Francisco Isolino Siqueira e M. I. P. Q., que considerarei nesta sequência.

O primeiro deles, Álvaro Lopes, fora membro da comunidade de leitores de *Raízes do Brasil*, versão de 1936, e, de saída, dava mostras disso, afirmando que há anos o paulistano com possíveis antepassados nordestinos vinha se ocupando com a história e o estudo dos arquivos do país. Para tanto, citou a “obra” de estreia, mas também “*As monções*”.⁹⁸ Como quem quisesse, talvez, referir-se ao livro de 1945, não se pode dizer, entretanto, que tal recepção se equivocasse ao lhe acrescentar o artigo no plural. Afinal, este era o título do capítulo que Buarque de Holanda teve publicado após o curso de bandeirologia.⁹⁹

Nas palavras de Lopes, a “monografia” de 1957 abordava “o mesmo tema, quer dizer, a investigação paciente, servida de amplo cabedal de erudição bibliográfica peculiar, a respeito do desenvolvimento dos hábitos, costumes, usos e técnicas do indígena e dos seus imediatos descendentes, continuados até a atualidade”.¹⁰⁰ Desse modo, ele inscrevia Sérgio Buarque entre os investigadores que lidavam com a cultura popular nativa, isto é, seu patrimônio material, condições de existência etc., conforme as pautas daquele momento.

Aqui, inversamente ao ocorrido em cerca de duas décadas antes – quando apontou ter encontrado contradições internas em frases da edição *princeps* de *Raízes do Brasil* – o crítico

⁹⁸ _____. 2214 – Resenha intitulada “À margem dos livros”, de Álvaro Augusto Lopes, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *A Tribuna*. Santos, 20 out. 1957. s/p. Pt 199 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁹⁹ Cf. o ano de 1946 do *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

¹⁰⁰ _____. 2214 – Resenha intitulada “À margem dos livros”, de Álvaro Augusto Lopes, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *A Tribuna*. Santos, 20 out. 1957. s/p. Pt 199 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

não discordou de nada.¹⁰¹ Ao término de sua recepção, Álvaro Augusto Lopes anotou que *Caminhos e fronteiras* demonstrava, entre outras coisas, que a rede – de presença obrigatória em terras paulistas, legado “do habitante selvícola” –, chegou a surpreender viajantes como “Saint-Hilaire, que não havia observado esse ‘móvel’ no território de Minas”.¹⁰²

Objeto de disputas editoriais em suas traduções, que foram muitas, mas especialmente naquelas dos anos 1930 e 1940 – quando a LJOE e a Editora Martins mediram forças, vencida, neste caso, por esta última “casa” –, vale atentar que o naturalista francês teria vida longa no pensamento impresso buarqueano, a exemplo do que ocorria com o seu compatriota André Thévet, do quinhentos, ou, já no século XIX, com o norte-americano Herbert Smith.

Na sequência, em duas resenhas distintas, era a vez de Oliveira Torres abordar a “obra”. Seu entusiasmo era tamanho que, mal tendo acabado de ler e resenhar *Raízes do Brasil*, de 1956, punha-se logo a festejar *Caminhos e fronteiras*, por ele considerado um dos melhores títulos “de temas *históricos*”¹⁰³ de 1957 e que demonstrava a limitação ainda reinante no conhecimento do passado brasileiro ou as falhas e inexatidão de muitos estudos.¹⁰⁴

Com esta primeira avaliação, João Camilo de Oliveira Torres destacou que o autor conseguia evitar aquilo que, em sua ótica, vinha se firmando como o grande equívoco da historiografia nacional, satisfeita unicamente com o exame dos fenômenos processados no Brasil, enquanto que Buarque de Holanda, por sua vez, buscava “verificar as ocorrências da mesma situação em outras terras” como “*regra de método*”.¹⁰⁵

No segundo artigo, seguiram-se mais considerações elogiosas ao volume, qualificado como magnífico e realmente *de pesquisa histórica*. Assim, Oliveira Torres afirmava que os assuntos centrais do lançamento eram humildes e domésticos, amplamente documentados, tais como: monjolos, redes, teares, meios de transporte, comunicações etc. Por meio deles, assegurava que Sérgio Buarque conseguia revelar questões sensacionais, como o fato de os

¹⁰¹ Junto às informações prestadas ao tempo de sua resenha sobre *Raízes do Brasil*, de 1936, convém destacar que, em 1957, Álvaro Augusto Lopes já era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS), São Paulo; da Academia Santista de Letras (ASL), a partir de 1956; e da União Brasileira de Escritores (UBE). Ademais, ele teve um livro publicado: *História da Santa Casa da Misericórdia de Santos* (memórias – São Paulo: Revista dos Tribunais, 1947). Cf. o nº 53 / 5 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buaqueanos*.

¹⁰² Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2214 – Resenha intitulada “À margem dos livros”, de Álvaro Augusto Lopes, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *A Tribuna*. Santos, 20 out. 1957. s/p. Pt 199 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰³ _____, 2221 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de João Camilo de Oliveira Torres, sobre o referido livro. *O Diário*. Belo Horizonte, 27 dez. 1957. s/p. Pt 206 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

¹⁰⁴ Apenas um acontecimento de relevo ocorreu entre a última caracterização de João Camilo de Oliveira Torres e esse momento. Tratava-se de sua publicação de *A democracia coroada* (política – Rio de Janeiro: José Olympio, 1957). Cf. o nº 58 / 10 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buaqueanos*.

¹⁰⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2221 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de João Camilo de Oliveira Torres, sobre o referido livro. *O Diário*. Belo Horizonte, 27 dez. 1957. s/p. Pt 206 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

sertanistas terem andado a pé e descalços, a exemplo do que então praticavam os caipiras ao incorporarem essas heranças, talvez só evitadas, a contragosto, quando iam à cidade.

Conferiu destaque ainda ao tema das *botas de sete léguas*, que atribuiu a Cassiano Ricardo, o autor de *Marcha para o Oeste* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1940), para corrigi-lo.¹⁰⁶ *Caminhos e fronteiras*, nas palavras desse leitor voraz, tinha desfeito a iconográfica ilusão que, por motivos estéticos, retratava os bandeirantes com calçados imponentes. Mas a realidade era que elas seriam incômodas ao movimento de grandes distâncias em quaisquer terrenos e, sobretudo, os de morros, vales e florestas. Assim, o que lhe interessava era reiterar o traço metodológico da “referência ao autor estrangeiro, ao fato alienígena”, posto que o passado brasileiro não era “*um setor isolado, estanque; faz parte da História do Mundo*”.¹⁰⁷

O(a) leitor(a) seguinte, anônimo(a), assinou como O. C. F. De sua resenha, vale frisar a comparação feita entre o processo de escrita de Sérgio Buarque de Holanda e a criação literária, pois o autor de *Caminhos e fronteiras* foi recebido como intelectual raro: um mestre que se autorizava a publicar apenas reflexões lentíssimas, que “o pensamento ou a emoção”¹⁰⁸ cristalizassem, a exemplo do que se passava, segundo o exame, com a poesia de Dante Milano.¹⁰⁹ Outro ponto digno de apreço está na frase: “Depois de ‘Raízes do Brasil’, passando pela contribuição monográfica das ‘Monções’, são ‘Caminhos e fronteiras’ o segundo grande livro de interpretação histórica do Brasil”¹¹⁰ que Sérgio Buarque oferecia ao público.¹¹¹

¹⁰⁶ É interessante que, ao avaliar a terceira edição de *Raízes do Brasil*, João Camilo de Oliveira Torres foi um dos primeiros a chamar o livro de *clássico* na renovação dos estudos históricos. Ele identificara a diferença entre Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo Leite no assunto da cordialidade. Naquela quadra, porém, sem conceder razão a nenhum dos dois, mobilizara as ideias deles para elaborar sua resenha, algo diferente do que ocorre aqui. Desse modo, junto ao próprio título recém-publicado, ele agia feito lenha na fogueira, servindo de combustível às polêmicas dos debates intelectuais. Daí minha insistência, por vezes subentendida, da *autoria* como fruto de uma coletividade. Voltarei a esse tema, pois Cassiano Ricardo também escreveu sobre *Caminhos e fronteiras*.

¹⁰⁷ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2224 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de João Camilo de Oliveira Torres, sobre o referido livro. *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 02 jan. 1958. s/p. Pt 209 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁰⁸ _____. 2216 – Resenha intitulada “Surgem, em silêncio, livros que honram a cultura brasileira”, sobre os livros: “Antropogeografia” de Raimundo Lopes; “Caminhos e fronteiras” de SBH e “Teoria da História do Brasil” de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, 10 nov. 1957. s/p. Pt 201 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰⁹ Dante Milano (1899-1991) foi um poeta carioca considerado membro tardio do modernismo. Trabalhou no jornal *Folha da Manhã*, no *Boletim de Ariel*, no Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, cuja coleção mais famosa fora a da chamada “Magia Negra”, uma das primeiras a ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938, como de Etnografia. Cf. CORRÊA, Alexandre Fernandes. Dante Milano e o imaginário do mal no modernismo brasileiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 51-65, 2010. Milano integrou também a larga tradição brasileira que passou por nomes como os de: D. Pedro II, Machado de Assis, Augusto dos Anjos etc. que traduziram Dante Alighieri (1265-1321) para a língua portuguesa. Os cantos com os quais Milano se ocupou foram os de número V, XXV e XXXIII, publicados em 1953 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

¹¹⁰ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2216 – Resenha intitulada “Surgem, em silêncio, livros que honram a cultura brasileira”, sobre os livros: “Antropogeografia” de Raimundo Lopes; “Caminhos e fronteiras” de SBH e “Teoria da História do Brasil” de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, 10 nov. 1957. s/p. Pt 201 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹¹ Aloquei essa sigla “O. C. F.” como o nº 55 / 7 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

Tal análise era endossada pelo quarto leitor identificado, Luís Martins, pois este classificava a “obra” de 1957 como profunda, fruto “de muitos anos de estudo e pesquisas”,¹¹² em História e Sociologia. O leitor fazia apenas uma reclamação que não recaía sobre a autoria buarqueana, e sim sobre os seus críticos em potencial. Na observação de Martins, por mais que estes não devessem entender de todas as áreas, parecia vergonhoso o fato de *Caminhos e fronteiras* ter sido lançado há três meses e poucas resenhas lhe tenham sido dedicadas.

Como esta apreciação sua foi impressa em fevereiro de 1958 e as resenhas assinadas já começaram a aparecer ao menos em setembro de 1957, é possível supor que a publicação de *Caminhos e fronteiras* ocorreu perto desta última data, ao passo que o lançamento tenha ocorrido somente no fim do ano, conforme as palavras deste leitor.¹¹³ Isso torna importante o título em questão neste biênio da trajetória buarqueana, apesar de Luís Martins revelar a exiguidade de análises que tinham sido produzidas sobre a “obra”. Ora, ao lado de romances – parâmetro para a comparação de sua resenha –, de fato a quantidade de artigos poderia soar inexpressiva. Mas entre os livros somente da lavra buarqueana, este de 1957 se configurava como o de maior fortuna crítica e assim seria mantido, inclusive, face às publicações futuras.¹¹⁴

Seja como for, mais ao fim de seu texto, Martins completou: *Caminhos e fronteiras* não era um ensaio, mas “uma *coletânea de pequenos ensaios*. Todos eles, porém, elaborados com aquela segurança, aquela firmeza, aquela acuidade, aquela sensibilidade analítica, aquela soma espantosa de conhecimentos e aquele estilo fluente e saboroso que caracterizam todos os trabalhos desse mestre ‘boêmio’”.¹¹⁵ Ao inverso dessa caracterização como frequentador de botequins que, por ventura, Sérgio Buarque de Holanda pudesse ter antes e ao tempo da edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, Luís Martins anotava isso para demarcar a maleabilidade, as maneiras simples e o fácil convívio que dizia figurar no espírito do autor, a quem chamou de amigo, além de retratá-lo como antiacadêmico por excelência.¹¹⁶

¹¹² Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2230 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras da crítica”, de Luís Martins, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 09 fev. 1958. s/p. Pt 215 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹³ Convém sublinhar, aliás, que a “Nota da Editora” registra “Rio de Janeiro, junho de 1957”, tendendo a confirmar tal cronologia. Mas o “Prefácio do Autor”, por sua vez, marca “São Paulo, setembro de 1956”, dando a ler que, se correta a primeira inferência, ou Buarque de Holanda aguardou a publicação por cerca de um ano ou houve um erro na impressão dessa data, pela troca do “7” pelo “6”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 89). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

¹¹⁴ A presente circunstância deixa mais complexa as margens dos quadros receptivos de *Caminhos e fronteiras*, para além da direção que o lugar de professor interino na FFCL-USP poderia oferecer no ordenamento de sua imagem biográfica. Mas tudo isso seria transformado no fim de 1958 e, sobretudo, com o lançamento comercial de *Visão do Paraíso* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1959). Abordarei esses temas na Parte II e no Capítulo 6.

¹¹⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2230 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras da crítica”, de Luís Martins, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 09 fev. 1958. s/p. Pt 215 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁶ A despeito dessa suposta relação afetiva próxima, desconheço quem tenha sido Luís Martins. Cf. o nº 62 / 14

Grosso modo, os três leitores seguintes não se afastaram dessas avaliações. O(a)s desconhecido(a)s T. T. e Francisco Isolino de Siqueira apontavam, respectivamente, que *Caminhos e fronteiras* era um “curioso, apaixonante e bem documentado estudo, [...] [que vinha] enriquecer grandemente a estante de obras nacionais dedicadas aos assuntos históricos-sociológicos”;¹¹⁷ e que o bandeirante era o personagem central da trama.¹¹⁸

Já o(a) também anônimo(a) M. I. P. Q. preferiu esmiuçar um dos temas do livro. Anunciou, dessa forma, que os colonizadores portugueses “não incorporaram simplesmente ao seu patrimônio elementos da vida material indígena, e sim complexos culturais inteiros: além de empregar a mandioca como alimento, plantam-na, tratam-na, comem-na de acordo com a maneira indígena de fazê-lo”.¹¹⁹ Nesta resenha se afirmou ainda que Buarque de Holanda comprovava o fato dos arcos e flechas terem sido instrumentos de decisiva vantagem contra as tecnologias europeias nos combates natureza adentro, porque leves e de fácil reposição. Daí o seu uso nas longas jornadas das Bandeiras, em substituição ao pesado armamento de ferro e fogo que dispunham os adventícios. Só mais tarde, em fins do setecentos, é que teriam se introduzido as espingardas de percussão nos arsenais lusitanos e mamelucos.¹²⁰

Mas o(a) misterioso(a) M. I. P. Q. ia além: dizia que *Caminhos e fronteiras* apresentava os índios distantes das imagens consagradas, via de regra, em torno deles, como seres de brutalidade animalésca, aterrorizados com os europeus ou com intempéries. Tratava-se “de indivíduos que tinham alcançado uma tal harmonia com o meio em que viviam, que eram senhores de um sem número de técnicas”,¹²¹ de maneira que o domínio do colonizador sobre o território se efetivou devido ao emprego dos mesmos expedientes. Portanto, M. I. P. Q. considerava o novo livro buarqueano uma equilibrada reabilitação da dívida brasileira com as culturas nativas e suas permanências na matriz rústica, que ultrapassava, nos seus dizeres, o âmbito regional, pela valorização do indígena e a correção do etnocentrismo.

do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹¹⁷ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2231 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, sobre o referido livro. *O Estado* [Fortaleza], 23 fev. 1958. s/p. Pt 216 P62; & _____. 2239 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jan. 1959. s/p. Pt 224 P62, ambas do Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*, que reproduzem o mesmo conteúdo e trazem a mesma assinatura, ou seja, registram apenas “T. T.”. Cf. o nº 63 / 15 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹¹⁸ _____. 2264 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de Francisco Isolino de Siqueira, sobre o referido livro. *Correio Popular*. Campinas, 26 out. 1960. s/p. Pt 249 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Cf. o nº 68 / 20 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹¹⁹ _____. 2236 – Resenha intitulada “Ciências Sociais”, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 set. 1958. s/p. Pt 221 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁰ Reitero que não encontrei qualquer pista sobre quem (ou o que) poderia ter sido “M. I. P. Q.” e, assim como “T. T.” o inventário não o registra. Cf. o nº 66 / 18 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹²¹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2236 – Resenha intitulada “Ciências Sociais”, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 set. 1958. s/p. Pt 221 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Com este tipo de recepção positiva, seguiam as análises majoritariamente voltadas a classificar a “obra” como de História e Sociologia, pelo fato mesmo de o autor proceder ao exame do prolongamento, adaptação e presença de culturas antigas, dos naturais da terra, no chamado homem rústico, o caipira daquela contemporaneidade. Mas, para elogiar, os membros dessa fortuna crítica tomavam Sérgio Buarque de Holanda por erudito e, através de tal qualidade, as identificações profissionais variavam, ora pendendo mais a um ora ao outro lado. Nota-se, de forma exemplar, esta instabilidade nos 5 resenhistas seguintes, a saber: José Condé, Valdemar Cavalcanti, Rollie Poppino, Edgard Cavalheiro e José Maria Bello.

O primeiro deles, falava da completa falta de improviso nos trabalhos do intelectual, pois os assuntos investigados pelo autor eram, nas palavras de Condé, “submetidos a um profundo amadurecimento de onde a solidez de livros como ‘Raízes do Brasil’, ‘Monções’ e, agora, este ‘Caminhos e fronteiras’”.¹²² Por isso considerava esse último título como uma ampliação do livro de 1945.¹²³ Para este leitor, residiria aí, aliás, as principais características que davam “toda a medida não somente da capacidade de pesquisa do autor, como de sua visão de sociólogo e historiador servida pelos predicados de excelente escritor”.¹²⁴

O segundo crítico desse grupo, por sua vez, não esquecia de *Raízes do Brasil*, afirmando que o livro de 1936 reunia as páginas mais lúcidas e compreensivas de certos aspectos da formação do país e que figurava, sem dúvida, entre os importantes títulos das bibliotecas de Sociologia. Coerente ao quadro receptivo, Cavalcanti prosseguia anotando que *Caminhos e fronteiras*, era uma espécie de continuidade da “obra” de estreia buarqueana, pois constituíam “as duas, afinal – e mais a intitulada ‘Monções’ –, um painel só, vivo e penetrante, sobre as

¹²² _____. 2209 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de [José Condé] sobre o referido livro, que faz parte da Coleção Documentos Brasileiros. *Correio da Manhã*, s/l., 26 set. 1957. s/p. Pt 194 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²³ José Ferreira Condé (1917-1971) era natural de Caruaru (PE). Polígrafo mais conhecido só como José Condé, atuou no funcionalismo público, formado pela Faculdade de Direito de Niterói (RJ). Inicialmente tinha deixado sua cidade natal para morar na capital do estado, em Recife (PE); passando depois a Petrópolis (RJ), com a morte do pai, em 1930; e, finalmente, ao Distrito Federal, quatro anos mais tarde, onde permaneceria por um tempo estendido. Por essa época começou a colaborar em periódicos. Em 1939, já diplomado e tendo exercido diversas atividades profissionais, foi nomeado para o Instituto dos Bancários, chegando a atingir o cargo de Procurador. Uma década depois, em 1949, lançou com outros nomes o *Jornal de Letras* e, no ano seguinte, tornou-se redator do *Correio da Manhã*, no qual assumiu, na sequência, o suplemento literário. Ainda nessa década, recebeu o Prêmio “Fábio Prado”, da União Brasileira de Escritores (UBE), seção de São Paulo, pela publicação de *Histórias da cidade morta* (contos, 1951), no referido *Jornal de Letras*, onde a narrativa de conteúdo dramático retratava as cidades do país em decadência ante o término formal da escravidão, a partir de 1888. Até resenhar o livro buarqueano de 1957, teve impresso ainda, de sua lavra, os títulos: *Caminhos na sombra* (novelas – Rio de Janeiro: José Olympio, 1945); & *Como uma tarde em dezembro* (romance – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969). Mais detalhes sobre a sua “obra”, Cf. o nº 50 / 2 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹²⁴ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2209 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de [José Condé] sobre o referido livro, que faz parte da Coleção Documentos Brasileiros. *Correio da Manhã*, s/l., 26 set. 1957. s/p. Pt 194 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

peculiaridades do passado nacional”.¹²⁵ Assim, Valdemar Cavalcanti juntava-se aos avaliadores que buscavam conectar os escritos do autor, um pouco orientados, aliás, por aquilo mesmo que ele próprio anunciava no prefácio de seu estudo recém-lançado.¹²⁶ Como se não bastasse, expressou a dubiedade profissional dada a ler no “ensaio” de 1957, pois registrou que, “lançando mão de vastos conhecimentos especializados”, Buarque de Holanda expunha “como historiador” e interpretava “como sociólogo os processos de interação cultural”.¹²⁷

Talvez essas qualidades, porém, soassem estranhas entre os críticos situados em outros espaços nos quais o campo acadêmico já se achava estabelecido. Isso porque, escrevendo dos Estados Unidos da América, Rollie Poppino frisava que o volume continha vários termos não acessíveis ao leitor universitário de seu país. Mas, pela síntese que ele realizou, pode-se inferir que não estava falando apenas da dificuldade e do esforço em apreciar um livro em português. Destacou que a publicação era fruto do ajuste em impressionantes trabalhos desenvolvidos por Sérgio Buarque de Holanda há anos e que até aqueles dias havia divulgado em partes. Entre os pontos frisados, sintetizou as teses buarqueanas de 1957 como voltadas a revelar as heranças portuguesas e de seus descendentes paulistas nas tentativas de implantação de uma cultura de matriz europeia no interior do território brasileiro, mas que, para tanto, tiveram os recém-chegados de se adaptar ao *modus vivendi* “of the aboriginal population”.¹²⁸

Embora se possa argumentar em torno do entendimento externado pelo crítico quanto à difícil leitura que *Caminhos e fronteiras* representava, é inegável nos termos supracitados a

¹²⁵ _____. 2227 – Resenha intitulada “Jornal literário: ensaios”, de Valdemar Cavalcanti sobre os livros: “Caminhos e fronteiras” de SBH, “Inteligência do Folclore” de Renato Almeida e “A palavra escrita” de Wilson Martins. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 jan. 1958. s/p. Pt 212 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁶ Valdemar Cavalcanti (1912-1982) nasceu em Maceió (AL), filho de Alvino Cavalcanti e Francisca de Almeida. Polígrafo, atuou no funcionalismo público. Em 1928 foi redator do *Jornal de Alagoas*, passando logo em seguida para a *Gazeta de Notícias* (AL) e pelo órgão *O Semeador*. Integrou, em 1924, a Semana de Arte Moderna de Maceió (AL). Seis anos depois, ajudou a criar o semanário *Novidade*, que circulou na capital alagoana e deu voz à corrente propagada por Gilberto Freyre que nele participou com um artigo. Depois, aos 20 anos de idade, foi nomeado como Secretário da Prefeitura da cidade. Nesse período teria datilografado os originais de *Menino do engenho* (1932), de José Lins do Rego, do qual era próximo ao participar do “Grupo de Maceió”, composto ainda por nomes como os de Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz, que pude abordar no Capítulo 1. Em 1933, mudou-se para o Rio de Janeiro (DF), onde colaborou no *Diário Carioca* e no *Diário de Notícias*. No ano seguinte, assumiu a redação do *Diário de Pernambuco*, já residindo em Recife (PE). Em 1937, voltou à capital do país para trabalhar no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para outros dados acerca de sua trajetória, Cf. o nº 61 / 13 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹²⁷ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2227 – Resenha intitulada “Jornal literário: ensaios”, de Valdemar Cavalcanti sobre os livros: “Caminhos e fronteiras” de SBH, “Inteligência do Folclore” de Renato Almeida e “A palavra escrita” de Wilson Martins. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 jan. 1958. s/p. Pt 212 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Índicio exemplar do vai-e-vem do resenhista, o mesmo artigo foi publicado nos seguintes termos: _____. 2229 – Resenha intitulada “Jornal literário: ensaios”, de Valdemar Cavalcanti, sobre os livros: “Caminhos e fronteiras” de SBH, “Inteligência do Folclore” de Renato Almeida e “A palavra escrita” de Wilson Martins. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 fev. 1958. s/p. Pt 214 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁸ _____. 2254 – Resenha em inglês, de Rollie E. Poppino, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *The Hispanic American Historical Review*, v. 39, n. 652, nov. 1959. p. 652. Pt 239 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

presença das pautas advindas dos debates sobre as *civilizações*. Afinal de contas, era justamente das discussões realizadas por meio da UNESCO e da Antropologia norte-americana em rechaço ao viés biológico do conceito de *raça* que vinha a possibilidade do refletir sobre a ideia de *população*.¹²⁹ Quanto ao indício do lugar acadêmico através do qual o novo título de Sérgio Buarque era apropriado, Poppino sugeria – ao gosto dos trabalhos universitários – que ao volume caberia muito bem o “subtitle *Colonial technology in São Paulo*”.¹³⁰

O penúltimo nome desse conjunto de cinco leitores, é o de Edgard Cavalheiro. Tratava-se do autor da já mencionada biografia de *Fagundes Varela* (1940) e, portanto, correspondia a um dos leitores já resenhado por Buarque de Holanda, cujo texto fez incluir em seu livro *Cobra de vidro* (1944). Na recepção de Cavalheiro, *Caminhos e fronteiras* era a prova de que seu autor estava “entre os nossos historiadores, aquele de melhor estilo, de língua mais pura, mais envolvente e agradável de se percorrer”.¹³¹ Para o crítico, o ineditismo da “obra” em destaque residia na perfeição do sentido de unidade conferido ao volume que reunia pesquisas elaboradas em diferentes períodos.¹³² Tal procedimento, segundo Edgard Cavalheiro, permitiu que o autor corrigisse “possíveis deslizos ou falhas”, além de “aprofundar a matéria, dela tirando o máximo de rendimento. Disso resultou ‘Caminhos e fronteiras’, obra admirável de pesquisa e de análise, escrita com bom-gosto e segurança incomuns neste país de apressados e superficiais”.¹³³

¹²⁹ As poucas informações que consegui apurar acerca deste resenhista, respeitam ao fato de que Rollie Edward Poppino (1922-?) era natural do estado de Oregon (Estados Unidos da América) e que, até o aparecimento de seu artigo, tinha sido professor de História da Stanford University (Califórnia, EUA), entre 1953 e 1954. Não posso assegurar, entretanto, que ele tivesse alguma relação mais direta com os projetos fomentados pela UNESCO. A respeito de outros detalhes sobre seus itinerários institucionais e publicações, posteriores a esse momento de 1957, Cf. o nº 67 / 19 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹³⁰ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2254 – Resenha em inglês, de Rollie E. Poppino, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *The Hispanic American Historical Review*, v. 39, n. 652, nov. 1959. p. 652. Pt 239 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹³¹ _____. 2220 – Resenha intitulada “A semana e os livros: Caminhos e fronteiras”, de Edgard Cavalheiro, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 dez. 1957. s/p. Pt 205 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³² Edgard Cavalheiro (1911-1958) nasceu em Pinhal (SP). Polígrafo, colaborou em periódicos locais das cidades por onde passou durante sua juventude (a exemplo de Campinas e Bebedouro, no estado de São Paulo), atuando também como bancário. Em 1934, participou de vários concursos literários e, em um deles, de críticas e contos promovido pela Companhia Editora Nacional e o jornal *Folha da Manhã*, ficou em sexto lugar, quando passou a colaborar na imprensa mais assiduamente. Escreveu para diversos órgãos do Brasil, a exemplo de: *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, revista do *Globo*, *Diário de São Paulo* e *Jornal de São Paulo*. Ao lado do jornalista Carlos Lacerda, criou o programa *Sítio do pica-pau amarelo* na *Rádio Gazeta*, em 1943. Foi um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e, junto de outros nomes, teria ajudado a idealizar o Prêmio “Jabuti” nas proximidades desse ano de 1957. Entre os livros de sua autoria, destaco o título avaliado por Sérgio Buarque de Holanda, ou seja, *Fagundes Varela* (biografia – São Paulo: Martins, 1940); bem como os seguintes: *Biografias e biografos* (ensaio – Curitiba: Guaíra, 1943); *Monteiro Lobato: vida e obra, 2 volumes* (biografia – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955); & *Histórias de crimes e criminosos* (contos – São Paulo: Civilização Brasileira, 1956). Cf. o nº 57 / 9 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹³³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2220 – Resenha intitulada “A semana e os livros: Caminhos e fronteiras”, de Edgard Cavalheiro, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 dez. 1957. s/p. Pt 205 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Embora regionalizando o título de 1957, o quinto leitor, José Maria Bello, igualmente tocava nesse aspecto relativo à pressa com que, talvez pela maior facilidade de publicar do que fora nos anos 1920-1930, fazia-se imprimir muitas “obras”, entre as quais se encontrava as *preciosas* páginas de *Raízes do Brasil*, conforme a expressão de Bello. Por isso, falou da ampla documentação, servida pela “segurança de conceitos, sobriedade e clareza de estilo, de um mestre, *não na banalidade do louvor hoje tão prodigamente distribuído*, mas pelo que nos ensina sobre a *conquista e povoamento dos sertões paulistas* ou, o que valeria dizer, sobre as primeiras marchas da civilização paulista”.¹³⁴ Esta era, no seu dizer, bandeirante ou pioneira e cujos valores se distanciavam das atitudes sedimentadas no massapé açucareiro.¹³⁵

Fechando as 26 resenhas publicadas, sobretudo, na imprensa brasileira com alguma forma de assinatura, resta acentuar os destaques conferidos pelos 10 últimos críticos. Dividirei eles, porém, em dois grupos. O primeiro, contará com 7 artigos, cujas ênfases recaem sobre as conexões diretas ou indiretas com outros trabalhos buarqueanos e que são das autorias de: Reinaldo Guimarães, José Roberto do Amaral Lapa, Maria de Lourdes Teixeira, Temístocles Linhares, Abdias Lima, Luiz Delgado e Astrojildo Pereira. O segundo, sem descuidar em absoluto dessa questão, contém 4 diferentes textos, mas de apenas 3 resenhistas, que se voltam

¹³⁴ _____. 2196 – Resenha intitulada “Alguns livros”, de José Maria Bello, sobre os livros: “Caminhos e fronteiras” de SBH; “Gigante e o rio” de Teixeira Duarte; “Fronteira em marcha” de Renato de Mendonça e “Democracia coroada” de João Camilo de Oliveira Torres. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 jan. 195[7]. s/p. Pt 181 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus]. Note-se, aqui, que o inventário titubeia em relação ao ano da publicação, uma vez que, no artigo, não é possível confirmar esse dado. Contudo, pelo que já expus, pode-se dizer que, o mais provável é que a data seja, em realidade, 1958. Isso porque o livro surgiu aproximadamente em setembro e foi lançado no fim de 1957. Portanto, não poderia existir uma resenha de janeiro, de sorte que esta incerteza é, aliás, uma peça única no conjunto da série documental.

¹³⁵ José Maria de Albuquerque Bello (1885-1959) era natural de Barreiros (PE), filho de usineiros que foram morar na capital, Recife, após venderem suas terras para seu primo Estácio Coimbra, político de extensa carreira que chegou, inclusive, a ser Vice-presidente da República do governo Arthur Bernardes (1922-1926). O mesmo Coimbra que havia deixado o país quando da ascensão de Getúlio Vargas, rumando a Europa na companhia de Gilberto de Mello Freyre, então seu secretário particular (o que, por si só, parece desfazer a ideia de que Gilberto Freyre promovera seu autoexílio inicialmente em Portugal só por decisão própria). Polígrafo mais conhecido só como José Maria Bello, atuou também na política, no magistério e na diplomacia. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1911. Com o título em mãos, passou a se dedicar à crítica literária e à história. Depois, já em 1919, Bello passou nove meses na Europa assessorando a delegação do Brasil na Conferência de Versalhes, para estabelecer os termos da paz das nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Continuou dedicando-se a assuntos jurídicos e à advocacia até ser eleito Deputado Federal (1927-1929) e Senador (1930) pelo estado do Pernambuco (PE), logo perdendo este último mandato devido à chamada Revolução de 1930. Foi ainda cônsul em Estocolmo, Havre, Hamburgo, Dacar e Miami. Colaborou com o *Diário de Pernambuco* & o *Jornal do Comércio* e foi diretor do jornal *A Província*, todos de Pernambuco. Nos anos trinta integrou o corpo docente da Universidade do Distrito Federal (UDF), como professor de História da Civilização, onde deve ter conhecido Sérgio Buarque de Holanda. Entre os livros de autoria de José Bello saídos até esse ano de 1957, constam: *Inteligência do Brasil* (crítica literária – São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935); *Panorama do Brasil* (ensaio – Rio de Janeiro: José Olympio, 1936); *História da República* (história – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940); & *Democracia e anti-democracia* (política – Salvador: Livraria Progresso, 1956). Cf. o nº 49 / 1 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

para *Caminhos e fronteiras* em si, embora com alguma pontada de divergência e no qual se incluem os nomes de: Manuel Cavalcanti Proença, Ademar Vidal e Cassiano Ricardo.

No quadro receptivo inicial, Reinaldo Guimarães mencionava com todas as letras que Sérgio Buarque de Holanda inaugurara a coleção *Documentos Brasileiros*, referindo-se à série como monumental e ao livro como um estudo erudito e dedicado à formação cultural do país e de seu povo. Ato contínuo, dizia que, apesar de não estar de acordo “com algumas de suas conclusões”, achava que esse trabalho havia se convertido em “um livro básico, não só pela seriedade que o autor encara os assuntos, analisando-os nas suas minúcias, ou expondo-os à luz de várias teorias, como pela valiosa informação bibliográfica que apresenta”.¹³⁶

No entendimento de Guimarães, em *Caminhos e fronteiras*, por sua vez, era denunciado o esforço de planificação que redundou na profunda unidade que versava sobre temas originais. Como exemplo, listou as lutas contra a fome e a sede, a questão dos transportes, os problemas com insetos, além da importância do mel e da cera de abelha. Neste sentido, o leitor assegurava que os horizontes da “obra” de estreia se alargaram em *Caminhos e fronteiras*, pois as qualidades de “*Raízes do Brasil* como que se aprimoraram, notando-se no escritor mais serenidade, melhor exposição do documentário e menos preocupação interpretativa. Isso sem falarmos numa qualidade rara entre os nossos ensaístas – clareza de linguagem”.¹³⁷

O ponto final da análise de Reinaldo Guimarães, entretanto, destacava uma questão mais importante. Isso porque acentuou que Sérgio Buarque não ignorava “as ciências afins da Sociologia e da História” ao fornecer ao público “um estudo mais objetivo que *Raízes do Brasil*. Daí a riqueza do material folclórico, etnográfico e linguístico”¹³⁸ que havia espalhado no estudo de 1957, então lido por ele como raridade, fruto de erudição e muito trabalho.

Assim, enquanto se completa esta segunda grande comunidade de leitores buarqueanas, na qual abarco desde a única resenha salvaguardada sobre a edição *princeps* de *Cobra de vidro* até as presentemente analisadas, vai se constituindo a ideia mais sedimentada de uma *autoria* com os dois pés fincados nas pesquisas histórico-sociológicas. Isso, por si só, representa um deslocamento das recepções propagandísticas e/ou assinadas da “obra” de estreia, quando esta classificação era reservada, via de regra, apenas para o impresso.

¹³⁶ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2211 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de Reinaldo Guimarães, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 out. 1957. s/p. Pt 196 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹³⁷ Idem [grifos meus]. Entre as poucas informações que consegui encontrar acerca da trajetória de Reinaldo Guimarães (1915-?), há as que dizem respeito ao fato dele ter realizado estudos sobre o *folclore*, de acordo com uma publicação de sua autoria em 1977. Cf. o nº 51 / 3 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹³⁸ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2211 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de Reinaldo Guimarães, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 out. 1957. s/p. Pt 196 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

Naquela quadra em torno do título de 1936, Buarque de Holanda era lido sob um prisma multifacetado que o tomava por modernista, escritor, intérprete, analista perspicaz, ensaísta arguto, crítico literário, estudioso, jornalista, sociólogo, filósofo etc., mas quase nunca por historiador. Claro que nem todas essas identidades desapareceram. Entretanto, quando elas são agora evocadas parecem pretender, principalmente, dar uma ideia das homenagens que lhe queriam render ao caracterizarem a sua qualidade de erudito.

Ao contrário de duas décadas antes, quando a organização do campo acadêmico mal havia dado seus primeiros e seguros passos, a segunda metade do século XX reservava um clima bastante diverso para a atualização de teses. Algumas delas, como as que refletiam sobre os conceitos de *cultura* e *civilização*, eram urgentes após a Segunda Guerra, sendo discutidas nos projetos UNESCO em meio ao estabelecimento disciplinar de algumas áreas nas universidades brasileiras. Foi nesse momento que passaram a emergir resenhas melhor alinhadas com a possibilidade de uma classificação mais específica em relação a certos temas. É o que se verifica, por exemplo, no artigo de José Roberto do Amaral Lapa.

Na primeira parte de sua reflexão, este leitor apresentou Buarque de Holanda como um dos melhores *ensaístas* do país – na tradição de nomes como os de Capistrano de Abreu e Basílio de Magalhães –, sendo ele o *ilustre* autor de *Raízes do Brasil*. Logo, Amaral Lapa prosseguiu afirmando que a nova “obra” era feita de um conjunto de pesquisas voltadas para o escrutínio da *civilização paulista*, convidativas “ao cotejo de outras leituras. Daí o grande interesse dos ensaios cujo cumprimento integral, dentro do plano previsto em seus grandes contornos, o autor confessa, modestamente, que exigiriam ‘mais que uma vida humana’”.¹³⁹

Ou seja: a forma como José Roberto do Amaral Lapa usava as palavras do prefácio de *Caminhos e fronteiras* tornava o impresso integrante da fortuna crítica revisora da noção de *ensaio*, iniciada no decênio anterior e flamejante nos anos 1950, ao mesmo tempo em que suas análises davam a entender que o livro de 1936 funcionava como agenda de pesquisas do autor, nos assuntos abordados em 1945, com *Monções*, ou com a recente publicação, de 1957.

Também lendo o trabalho em destaque como de História e Sociologia, o crítico, porém, via *Caminhos e fronteiras* como circunscrito aos domínios culturais da área geográfica entendida como Sul na época colonial, fixando um pendor regional ao estudo. A despeito disso, ele concordava com os argumentos desenvolvidos a propósito da mobilidade vicentina. Tratava-se, segundo a sua resenha, de um misto de herança lusitana e imperiosidades do meio

¹³⁹ _____. 2233 – Resenha intitulada “Fundamentos da Civilização Paulista I e II”, de José Roberto do Amaral Lapa, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *Diário do Povo*. Campinas, 13 e 20 mar. 1958. s/p. Pt 218 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

– que ofereciam grandes possibilidades de expansão – e carência em face da pobreza reinante que levava aquela gente a se pôr em marcha na tentativa de prover as suas magras despesas.

Assim, ao comparar a restrição de *Caminhos e fronteiras* aos limites sulinos com a fala correntemente endereçada à *Casa-grande & senzala* de fazer investigações sociológicas de Olinda e Recife, este leitor enfatizava as injustiças que aí existiam, embora dissesse, igualmente, que o livro buarqueano de 1957 “pecaria um pouco pela sua generalização”.¹⁴⁰

Como quem tivesse errado a mão, na segunda parte de sua resenha, publicada com uma semana de distância da inicial – embora salvaguardas como uma só e assim também a considere – José Roberto do Amaral Lapa começou o novo artigo com a ideia de que *Caminhos e fronteiras* era, antes de tudo, um estudo erudito que viabilizava o conhecimento acerca do *modus vivendi* remoto, banal em aparências e minuciosamente inquirido.¹⁴¹ Precisando melhor, talvez, o espaço que cabia à História no livro, o crítico sinalizou que o único capítulo no qual o autor mergulhara totalmente no passado tinha sido no nono, intitulado *Frotas de comércio* (todo ele vindo das reflexões presentes em *Monções*). Segundo o resenhista, neste capítulo era inquestionável a autoridade do autor. Portanto, dessa vez registrou que a “obra” possuía “uma visão de conjunto, que sem se delinear numa configuração completa, apresenta[va], entretanto, num esforço considerável *do historiador*”,¹⁴² quadros da civilização planaltina que se não chegavam a polemizar ao menos corrigiam, entre outros, os trabalhos de Pandiá Calógeras, Sergio Milliet e Otoniel Mota (este último, convém lembrar, já criticado em *Cobra de vidro*).

Em raciocínio semelhante, Maria de Lourdes Teixeira escreveu que “Buarque de Holanda ampliou nos seus justos limites estudos anteriores”, realizando uma “obra de sociologia aplicada, ou de ecologia social”.¹⁴³ Note-se, com isso, o empenho em oferecer as melhores possibilidades de classificação a *Caminhos e fronteiras*.¹⁴⁴ Em todas as resenhas,

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000) nasceu em Campinas (SP), filho de Euclides do Amaral Lapa e Francisca Gonçalves. Formou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em 1952. Portanto, era dessa perspectiva acadêmica que ele falava. A partir daí, lecionou em escolas secundárias do interior do estado de São Paulo. Ao tempo em que escrevia a sua resenha, talvez em dúvida quanto ao futuro e atento à tradição brasileira do bacharelismo – o qual debatarei nos Capítulos seguintes, 4 e 5 –, Amaral Lapa era aluno na Faculdade de Direito da mesma PUC-Campinas. Como ele teria uma larga trajetória universitária no campo da História, vale Cf. o nº 64 / 16 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*, para visualizar seu destino social e as suas principais publicações.

¹⁴² Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2233 – Resenha intitulada “Fundamentos da Civilização Paulista I e II”, de José Roberto do Amaral Lapa, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *Diário do Povo*. Campinas, 13 e 20 mar. 1958. s/p. Pt 218 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁴³ _____. 2225 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de Maria de Lourdes Teixeira, sobre o referido livro. *Folha da Noite*. São Paulo, 15 jan. 1958. Folha Literária. s/p. Pt 210 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁴ Maria de Lourdes Teixeira (1907-1989) era natural de São Paulo (SP), filha de Avelino Teixeira e Querubina Stela Rezende. Polígrafa que desenvolveu, sobretudo, atividades jornalísticas, pois foi chefe da seção de Letras e Artes da *Folha da Manhã*, da *Folha da Tarde* & da *Folha da Noite* de São Paulo. Nos anos 1950, atuou junto ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Trabalhou ainda como redatora literária da revista *Américas*, representando-a no

quase sem exceção, seguia-se neste sentido que se somava ao esforço em valorizar o viés de um marco civilizador próprio, brasileiro, em geral, e paulista, em particular. No presente caso, em que pese a dubiedade da classificação sociológica, o enquadramento serviu para um exame elogioso do livro. Afinal, a leitora anotou que as áreas de pesquisa levadas a efeito nele foram capazes de alterar profundamente alguns debates considerados vencidos a respeito da mobilidade dos antigos bandeirantes dos séculos iniciais da ocupação da terra ou das culturas dessa época, cujos legados, nas palavras de Teixeira, prolongavam-se, com ou sem alterações.

Os pontos ressaltados pelo crítico seguinte, Temístocles Linhares, aproximavam-se das perspectivas que sublinhavam a qualidade da escrita, de conhecimentos vastos e incomuns do homem que dava a impressão de ter lido tudo, dos vários campos do saber. O que não o impedia, conforme se expressou este leitor, que Sérgio Buarque fosse um “tipo de sociólogo ou estudioso de nosso passado, ou melhor, de etnógrafo que se propôs penetrar no mundo colonial brasileiro sem os preconceitos europeus”,¹⁴⁵ em benefício das experiências de caráter universal. Sinal dos tempos, essa fala parecia ecoar exatamente a opinião de certo modo negativa que foi lançada sobre o Velho Continente, que tinha sido o palco dos eventos mais catastróficos do século XX, destrutivos da paz e produtores de crimes contra a humanidade.

Ato contínuo, essa leitura atentou para a exiguidade das trilhas que impunham ritmo aos movimentos. O crítico esclarecia que Buarque de Holanda restaurava as faculdades dos homens que viveram na porção Sul do Novo Mundo. Isso porque ele demarcou as suas persistências nos próprios indígenas ou nos sertanejos, acentuando as perícias deles em topografia ou para localizar fontes d’água, sem descuidar dos fatores que levavam a incorporação ou ao desuso social de determinados hábitos e costumes, segundo Temístocles Linhares.¹⁴⁶

Por fim, ressaltando uma referência buarqueana já presente em *Raízes do Brasil*, de 1936 – até porque dizia que nas três partes do livro de 1957 eram apresentadas maneiras pelas quais as formas de vida vindas da Europa se ajustavam ao meio –, Linhares afirmou que, em *Caminhos e fronteiras*, o autor relacionava os motivos “de ordem fisiológica, com base nos estudos de G. Friederici sobre os índios norte-americanos, para aplicá-las aos de todo o

Brasil, embora fosse uma publicação trilingue (inglês, espanhol e português), criada em 1949 e destinada a todo o continente. Mais detalhes no nº 59 / 11 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁴⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2215 – Resenha intitulada “À margem de Caminhos e fronteiras”, de Temístocles Linhares, sobre o referido livro. São Paulo, 09 nov. 1957. s/p. Pt 200 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁶ Temístocles Linhares (1905-1993) nasceu em Curitiba (PR), filho de Edgar Linhares e Cecília Bittencourt. Foi catedrático de Literatura Brasileira e Hispano-americana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na qual ajudou a criar a revista *Letras* no ano de 1953. Entre os títulos de sua autoria, publicados antes do surgimento de sua resenha, destaque: *Introdução ao mundo do romance* (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1953). Para outras informações acerca de sua carreira, sobretudo a acadêmica, Cf. o nº 54 / 6 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

continente”.¹⁴⁷ Ora, essa apropriação não seguia um pouco a fortuna crítica da primeira comunidade de leitores buarqueana, mais englobante de todo o território novo-mundista?¹⁴⁸

Por fim, Temístocles Linhares reputou a Sérgio Buarque de Holanda uma avaliação positiva de suas práticas de pesquisa, ao lhe reservar um espaço na “já numerosa coorte dos investigadores que *partem do método indutivo para a humilde comprovação da verdade*, sem presunções dogmáticas, admitindo muitas vezes que estudos posteriores a modifiquem”.¹⁴⁹

O que seria tal aspecto receptivo senão a ideia de que o resenhado fazia ciência?

Abdias Lima, último crítico do grupo cujos olhares se direcionaram para os nexos entre *Caminhos e fronteiras* e outros escritos buarqueanos, fez duas observações que merecem realce. A primeira, completamente atada ao viés da apropriação anterior que, de certo modo, aproximavam as sociedades dos dois lados do Atlântico e de ambos os hemisférios continentais, ele retirou um trecho do próprio livro ao afirmar que os “bandeirantes marchavam a pé e descalços. [...] ‘por terras, montes e vales, trezentas e quatrocentas léguas, como se passeassem nas ruas de Madri’”.¹⁵⁰ Com isso, Lima queria passar a dupla ideia dos movimentos que partiam, via de regra, da Capitania de São Vicente e poderiam chegar ao Peru e, ao fazê-lo, marchavam com a mente em outros climas, fruto de outras paisagens.¹⁵¹

O segundo ponto que Abdias Lima destacou respeitava às duas teorias mais aceitas para compreender a cultura indígena a propósito da utilização do jenipapo e do urucu para se colorirem. Uma delas seria “de ordem mágica (imunização contra os demônios)”¹⁵² e, a outra, por sua vez – e sem se excluírem –, teria uma função prática, pois certas tonalidades e cores exerciam sobre os animais verdadeiro poder de atração ou repulsão.

¹⁴⁷ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2215 – Resenha intitulada “À margem de *Caminhos e fronteiras*”, de Temístocles Linhares, sobre o referido livro. São Paulo, 09 nov. 1957. s/p. Pt 200 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴⁸ Vale só ressaltar que, especialmente no Capítulo anterior, os críticos da edição *princeps* de *Raízes do Brasil* destacaram, com uma recorrência considerável, os aspectos da “obra” de estreia que permitiam comparar, no mínimo, as Américas portuguesa e espanhola. Porém, conforme demonstrei aqui, faziam isso salientando mais os opostos *trabalho* e *aventura*, pois as ideias de *semeador* e *ladrihador* só se cristalizaram em 1948.

¹⁴⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2215 – Resenha intitulada “À margem de *Caminhos e fronteiras*”, de Temístocles Linhares, sobre o referido livro. São Paulo, 09 nov. 1957. s/p. Pt 200 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁵⁰ _____. 2265 – Resenha intitulada “*Caminhos e fronteiras*”, de Abdias Lima, sobre o referido livro. *O Povo*, s/l., 10 dez. 1960. s/p. (c/ anot. ms.). Pt 250 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵¹ Abdias Lima (1911-?) era natural de Massapê (CE), filho de Francisco Cardoso Ferreira Lima e Francisca Araújo. Polígrafo, atuou também como funcionário público no Banco do Brasil, mas era diplomado em Línguas Clássicas. *Miudezas da linguagem* (gramática – Fortaleza: Tipografia América, 1948), foi seu livro de destaque publicado antes de 1957. Cf. o nº 69 / 21 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁵² Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2265 – Resenha intitulada “*Caminhos e fronteiras*”, de Abdias Lima, sobre o referido livro. *O Povo*, s/l., 10 dez. 1960. s/p. (c/ anot. ms.). Pt 250 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Luiz Delgado, por sua vez, enalteceu o fato de, segundo ele, Buarque de Holanda levar os leitores à viagem do fascinante mundo das humildes realidades brasileiras. Na sequência, atentando às páginas de *Caminhos e fronteiras* que se voltaram às paupérrimas condições de existência, informava que o autor considerou a população pobre e as suas lutas para vencer barreiras físicas e psicológicas, geográficas e econômicas. De tal modo que se havia as marcas de heroísmo em certa anulação de tratados limítrofes ou na descoberta de minas, para os bandeirantes – na perspectiva do livro de 1957 –, toda essa ovacionada glória nada mais era do que pelear insistentemente para superar dificuldades e desenvolver “tarefas como substituir o trigo pela mandioca, inventar comidas que dispensassem o sal, vencer o bicho de pé”¹⁵³ etc.

Por essas e outras que Astrojildo Pereira dizia não ser qualquer lançamento o novo título buarqueano, mas daqueles nos quais se aprendia em cada página, de apreciação lenta para fazer anotações e que ele desejava ver nas mãos de todos os estudiosos do passado.¹⁵⁴ Meditou acerca de suas temáticas tratadas e chegou a uma conclusão que talvez seja a classificação mais surpreendente conferida ao livro até aqui, antes pelo uso que dela se faz atualmente ao invés de soar estranho em fins dos anos 1950. Isso porque Pereira registrou que se tratava de um “precioso e seguro repositório de dados e informações cujo conhecimento vem a ser

¹⁵³ _____. 2213 – Resenha intitulada “Aventura brasileira”, de Luiz Delgado, sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 out. 1957. s/p. Pt 198 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Luiz Maria de Sousa Delgado (1906-1974) nasceu em Olinda (PE). Polígrafo mais conhecido só como Luiz Delgado, atuou também como político. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife (PE), em 1926. Foi escrivão da Secretaria do Interior e Justiça no governo do estado de Pernambuco de Estácio Coimbra (1926-1930), adepto das ideias do líder católico Jackson de Figueiredo e ingressou na Academia Pernambucana de Letras (APL) no ano de 1940. Na eleição presidencial de 1930, apoiou Júlio Prestes, fato que, após a chamada Revolução, o impediria de continuar no governo subsequente, do Interventor Lima Cavalcanti, indicado por Getúlio Vargas. Entretanto, seguindo conselhos de colegas, continuou suas tarefas, conquistando a simpatia das autoridades do novo regime, a despeito de suas posições políticas, chegando até a se tornar Secretário de governo (1934) na mesma gestão. Antes disso, em 1931, ingressou no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP). Entre as “obras” que teve editadas antes do surgimento de sua resenha sobre *Caminhos e fronteiras*, friso *Inquietos* (romance – Recife: Livraria Universal, 1929) & *Rui Barbosa* (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1945). Cf. o nº 52 / 4 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁵⁴ Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965) era natural do Rio dos Índios, atual Rio Bonito (RJ), filho de Ramiro Pereira Duarte Silva (descendente de portugueses, médico, fazendeiro, comerciante e pequeno industrial) e de Isabel Neves. Mais conhecido só como Astrojildo Pereira, atuou sobretudo na militância política, sendo também funcionário público. Por volta de 1908, por exemplo, tornou-se funcionário no Ministério da Agricultura. Mudou-se com a família para Niterói (RJ) e, aos 19 anos de idade, envolveu-se com organizações operárias, colaborando em jornais como *Guerra Social*, em 1911, *Barricada*, *O Clarim & Voz do Padeiro* a partir de 1914. Assumiu a direção d’*O Debate*, em 1917, onde contou com textos de Lima Barreto, contrários à Primeira Guerra Mundial e exaltando a Revolução Russa (1917). Em 1918, foi preso por alguns meses. Quatro anos depois, ajudou a fundar o Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo Congresso se reuniu na casa de seus pais, em Niterói. Tornou-se o Secretário-geral da legenda. Em 1924 e 1930 viajou para a União Soviética. Nesta última data, de volta ao Brasil, foi preso e, uma vez solto, voltou a ser perseguido pela chamada Revolução. Responsabilizado pelas dificuldades do partido, foi expulso em 1932. Participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945, mesmo ano em que foi readmitido na legenda da qual foi fundador. Na época da publicação de sua resenha sobre o livro de Sérgio Buarque, colaborava para o jornal do PCB, intitulado *Imprensa Popular*, no qual saiu o seu artigo. Nesse momento, já era autor de *U.R.S.S., Itália, Brasil* (ensaio – Rio de Janeiro: Editora Alba, 1935). Cf. o nº 70 / 22 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

indispensável a quem pretenda estudar a história do trabalho no Brasil. E não é[ra] menor mérito deste grande livro o ter sido escrito por um prosador de primeira água”.¹⁵⁵

O fato de Buarque de Holanda ter sido apropriado assim por uma das lideranças que chegou a ocupar os altos escalões do Partido Comunista do Brasil (PCB) não deveria passar despercebido por todos aqueles que visam comprovar que as posições do resenhado eram só condizentes com forças conservadoras até antes de 1964. Do contrário, talvez fosse ignorado ou, quem sabe, duramente criticado, por este segmento dos quadros receptivos. Mas não foi.

Ao dar início ao último conjunto de resenhas, desta vez concentradas nas páginas de *Caminhos e fronteiras* para demonstrar algum quê de divergência, em dois artigos diferentes, Manuel Cavalcanti Proença começava pelos elogios comuns quanto à qualidade narrativa. Para ele, Buarque de Holanda valorizava o monjolo, remetendo o leitor para a referência de Affonso Taunay, que utilizara a discussão de *Inferno verde*. Considerava ainda que “Monteiro Lobato poderia ser lembrado também n’*A vingança da peroba*”,¹⁵⁶ ao passo que Mário de Andrade, que falara com propriedade da medicina popular, era devidamente citado.¹⁵⁷

Neste sentido, em seu primeiro texto Cavalcanti Proença expressou que o livro abordava a vila de São Paulo como o nervo central de um amplo e complexo sistema de estradas da cartografia seiscentista, cujos tipos de demarcações dos percursos se verificavam em vários quadrantes do território brasileiro e eram usados naquela contemporaneidade pela gente caipira. Porém, o que importava a Proença, militar formado nas áreas da Biologia e da Veterinária – o que ajuda a compreender suas colocações – era deixar dúvidas.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2270 – Resenha intitulada “Folhetim”, de Astrojildo Pereira sobre o livro “Caminhos e fronteiras”. *Imprensa Popular*. s/l., 23 fev. 1968 [sic]. s/p. Pt 255 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Perceba-se que o inventário registra a veiculação dessa resenha como tendo ocorrido em 1968, pois tomou por referência o que vem anotado, à caneta, no próprio recorte. Contudo, não bastasse o fato da *Imprensa Popular* não ter circulado mais depois de 1958 e de seu autor, Astrojildo Pereira Duarte Silva, ter falecido em 1965, no próprio artigo foi mencionado o lançamento do livro como um acontecimento do “ano passado”. Portanto, a data correta é 1958.

¹⁵⁶ _____. 2234 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de M. Cavalcanti Proença, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 abr. 1958. s/p. Pt 219 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵⁷ *Inferno verde* (Tours: Typographia Arrault, 1908) era um título de literatura amazônica de Alberto Rangel, que desconstruía a ideia de um Eldorado na região. *Caminhos e fronteiras* se referia assim ao diplomata em nota: “Sobre a nomenclatura das peças do monjolo, leia-se Alberto Rangel, *Quando o Brasil amanhecia*, apud Affonso d’E. Taunay. *História do café no Brasil*. II. Rio de Janeiro, 1939, p. 380”. HOLANDA, op. cit., 1957, p. 230. Monteiro Lobato, de fato, não aparece. Mas o conto mencionado integrava o livro *Urupês* (São Paulo: Revista do Brasil, 1918), no qual se narrava a crença popular segundo a qual as árvores se vingavam dos malfeitos que os homens lhes faziam. Já Mário de Andrade aparece positivamente referenciado, pois cuidara de analisar, por exemplo, a imaginação do povo sobre os poderes benéficos do esterco de vaca. HOLANDA, op. cit., 1957, p. 98.

¹⁵⁸ Manuel Cavalcanti Proença (1905-1966) nasceu em Cuiabá (MT) e era filho de Alexandre Leite Proença e Dona Esmeralda Cavalcanti. Polígrafo que, por ser órfão de militar, pôde se matricular no Colégio das Forças Terrestres de Realengo (RJ), por volta de 1919. Depois passou ao IV Regimento de Cavalaria Divisionária, em Três Corações (MG) e, após uma temporada no Paraná, voltou à última cidade como Terceiro Sargento. Integrante das forças oficiais, combateu a Coluna Prestes nos anos 1920. Formou-se no curso da Escola Veterinária do Exército, no Rio de Janeiro, em 1930. A partir de então se dedicou aos estudos da área biológica e, durante dois

Por isso, ao afirmar que Sérgio Buarque fora minucioso no tratamento dos assuntos concernentes à tecelagem e nomeara uma das peças como xerga rude ou bechara, Cavalcanti perguntou se não era “melhor [a] pronúncia bechará?”.¹⁵⁹ Fazia tal inquirição afirmando que esse nome parecia o *bichará* da região gaúcha, para se referir aos ponchos, e que Luiz Carlos de Moraes havia registrado no *Vocabulário sul-rio-grandense* (Porto Alegre: Globo, 1935).¹⁶⁰

Ainda nesse conjunto de leitores, o penúltimo leitor a ser tratado é Ademar Vidal. Este logo pontuou que, no livro, “a parte referente ao Sul do país” tinha a sua amostragem “mais forte, já não ocorrendo, por igual, no que se refere ao Norte, principalmente o Nordeste”.¹⁶¹ Diferentemente, portanto, do quadro receptivo de *Raízes do Brasil*, de 1936, a ideia de uma região nordestina já se destacava do englobante território nortista de outrora. Sendo o presente leitor paraibano, não era de se espantar a sua defesa explícita do Nordeste.¹⁶² Logo, a tratou como a terra em que a nação havia melhor se expressado, cujas lutas pela sobrevivência prosseguiram, tendo sido, para “João Ribeiro”, o “cenário de acontecimentos imperiosos”.¹⁶³

anos, permaneceu em missão cultural do Ministério do Exército, no Paraguai. Em 1940, participou do concurso público para catedrático de Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias dos Animais Domésticos; Polícia Sanitária; e Clínica, na Escola Nacional de Veterinária, obtendo os títulos de livre-docente da cadeira e de doutor em Veterinária. Ao tempo de sua resenha sobre *Caminhos e fronteiras*, era Assessor do gabinete Militar do Presidente Juscelino Kubitschek, e teve publicado o livro intitulado *Ribeira do São Francisco* (história – Rio de Janeiro: Laemmert, 1944) & *Roteiro de Macunaíma* (crítica literária – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1950). Cf. o nº 65 / 17 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁵⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2235 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras II”, de M. Cavalcanti Proença, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 abr. 1958. s/p. Pt 220 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁶⁰ Alguns defendem que se tratava de uma lã tecida que, em guarani, chamava-se *babechara*, termo proveniente de *bechá*, ou seja, ovelha. HERRERO, Beatriz Fernández. *La utopía de América*: teoría, leyes, experimentos. Barcelona: Anthropos / Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992, p. 351.

¹⁶¹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2226 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de Ademar Vidal, sobre o referido livro. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1958. s/p. Pt 211 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁶² Ademar Victor de Menezes Vidal (1900-1986), nasceu em João Pessoa (PB), filho de Assis Vidal (jornalista) e Amélia Augusta de Menezes. Polígrafo mais conhecido só como Ademar Vidal, atuou também no funcionalismo público. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1923. Foi aluno particular de Augusto dos Anjos. Trabalhou no jornal paraibano *A União*, como revisor, mas alcançando o cargo de direção. Na capital da Paraíba, onde chegou a advogar, foi um dos fundadores da revista *A Novela*, integrada às discussões modernistas da região. Transferiu-se para o Rio de Janeiro (RJ) para fazer um concurso no Itamaraty, o qual obteve aprovação, sendo nomeado para a Legação do Brasil na Holanda. Porém, renunciou ao posto por questões de saúde que o levaram a retornar ao seu estado natal. Foi quando, já reestabelecido, conseguiu cargos junto ao governo paraibano, primeiro como Oficial de gabinete de Solon Barbosa de Lucena (1920-1924) e, depois, Procurador da República. Atuou também nas pastas de Justiça e de várias secretarias ligadas ao trabalho, à segurança e ao sistema penitenciário do governo estadual de João Pessoa (1928-1930). Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), em 1926, no qual foi Presidente entre 1941 e 1944. Ao tempo de sua resenha sobre *Caminhos e fronteiras*, era ainda autor de: *O incrível João Pessoa* (biografia – Rio de Janeiro: Editorial Universo, 1931); *Espírito de reforma: conceitos sobre política e autoridade* (política – Rio de Janeiro: José Olympio, 1945); *Mundo livre, estudos sobre o continente americano e outros estudos* (ensaio – Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945); & *Lendas e superstições, contos populares brasileiros* (folclore – Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950). Cf. o nº 60 / 12 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2226 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras”, de Ademar Vidal, sobre o referido livro. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1958. s/p. Pt 211 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Mesmo assim, Ademar Vidal não se afastou do entendimento corrente. Daí que sua recepção via o título buarqueano recém-lançado como sendo uma pesquisa histórica, razão pela qual era também “de comentário e análise”, pois o autor teria expressado “seu pensamento com senso crítico” a respeito dos “sinais que desapareceram materialmente”, classificando, por fim, a “obra” como “de orientação histórica e ecológica”.¹⁶⁴

Finalmente, Cassiano Ricardo Leite, também conhecido como autor das bandeiras, não deixaria passar a chance de mostrar seu conhecimento, num indisfarçável gesto de retaliação em papel e tinta devido à polêmica da cordialidade, que Buarque de Holanda enfatizou na edição de *Raízes do Brasil*, de 1956, como quem buscasse atrair novos olhares para o livro. Mas era de *Caminhos e fronteiras* que o adversário intelectual falava. Mesmo assim, nota-se que, chamando o autor de “mestre de bandeirologia”, Ricardo Leite mostrava algumas rachaduras na “obra”, com a sutileza de quem não poderia atacar a autoria já clássica no dizer de vários resenhistas, porém, com a espessura de quem parecia não ter superado a contenda. “Não fossem as ‘samaritanas do sertão’ (assim chama Sérgio Buarque de Holanda às plantas que guardam água) e como se arranjaría o conquistador neste particular?”, perguntou retoricamente ele, pois, na sequência, tinha uma resposta diversa na ponta da língua: “O caraguatá guarda muita água de chuva dentro de suas folhas grossas”, assim como chupar raiz de umbuzeiro seria outro experiente para matar a sede. Da alimentação, disse que não se poderia esquecer do mel de pau ou silvestre, bem como o de jataí, “mandaçaia e, embora o autor de ‘Caminhos e fronteiras’ não o mencione, haverá o mel de guira, a ‘melipona subterrânea’”. Quanto aos problemas enfrentado nos percursos, afirmou que muitos eram comidos pelo jaguar e cuja captura teria se tornado uma verdadeira arte, mas que “o ilustre autor”, segundo Cassiano Ricardo, não aludira a isso, apesar de considerar o assunto.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ _____. 2219 – Resenha intitulada “Caminhos e fronteiras – a significação do livro de Sérgio Buarque de Holanda”, de Cassiano Ricardo, sobre o referido livro. *Tribuna da Imprensa*. s.l., 14-15 dez. 1957. Tribuna dos livros. p/1. Pt 204 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Cassiano Ricardo Leite (1895-1974), era natural de São José dos Campos (SP), filho de Francisco Leite e Minervina Ricardo. Polígrafo mais conhecido só como Cassiano Ricardo, atuou também no funcionalismo público. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1917. No ano seguinte, mudou-se para Vacaria (RS), onde exerceu a advocacia. Ainda não havia se instalado em São Paulo, quando participou da Semana de Arte Moderna, mas se integrou, sobretudo nos grupos Verde-Amarelo e Anta, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Candido Motta Filho etc. Colaborou, por exemplo, no *Correio Paulistano* (entre 1923 e 1930) e, durante esse período, fundou as revistas *Novíssima* (1924) e *Planalto* (1930), trabalhando também como censor teatral e cinematográfico. Quando da chamada Revolução de 1930, atuava como Auxiliar de gabinete de Júlio Prestes, no governo do estado de São Paulo, mas isso não o impediu de ser incorporado ao novo regime. Em 1937, criou com Picchia e Motta Filho o movimento político *Bandeira*, para se opor ao Integralismo e cujo porta-voz, a revista *Anhanguera*, era contrária às ideologias estrangeiras. Neste ano, foi eleito para a cadeira de nº 31 da Academia Brasileira de Letras (ABL), sucedendo a Paulo Setúbal e sendo recebido por Guilherme de Almeida. Dirigiu *A Manhã*, órgão oficial (1941-1945) do Estado Novo, tendo como principais livros publicados até o surgimento de sua resenha, os seguintes títulos: *Dentro da noite* (poemas – São Paulo: Typographia Henrique Globel, 1915); *Martim Cererê* (poesia – São Paulo: Editorial

Mesmo com todas essas disputas em curso, a autoria buarqueana estava inegavelmente forjada e os leitores dessa segunda grande fortuna crítica conectavam alguns de seus textos avulsos e, sobretudo, os livros *Raízes do Brasil*, *Monções* e este *Caminhos e fronteiras*. Dessa forma, tentavam compreendê-los como uma espécie de trilogia e, só por intermédio de tal recepção, convertiam o título de 1936 em um *clássico* dos estudos sócio-históricos – já em terceira edição-versão, traduzido para o italiano e o espanhol –, enxergando o livro como “obra” de estreia, em um reconhecimento que se poderia dizer ter levado 20 anos.

Nem tudo, porém, eram festejos. Na relativa dependência mantida com o mercado editorial, já firmado, Sérgio Buarque de Holanda devia muito à LJOE, de modo a se compreender melhor o sentindo de gratidão que expressou na dedicatória de *Caminhos e fronteiras*, também por um viés econômico. Isso porque, naquele mesmo ano de 1957, um balanço das contas da “casa” lhe lembrava um crédito pago por José Olympio no valor de 80 mil cruzeiros pelo novo título, ao passo que o precedente, ou seja, *Raízes do Brasil*, de 1956, tinha rendido um pouco menos, 75 mil. Ambos tendo sido impressos a uma tiragem de 5 mil exemplares. Contudo, na sequência, os cálculos informam que, a débito, haviam não só os adiantamentos de mesma natureza, ou seja, direitos autorais que tinham sido repassados entre maio de 1955 e setembro daquele 1957 no montante de 280 mil, incluindo ainda os 10 mil pagos “de julho de 1943 a janeiro de 1955, pelo volume da História da literatura”. Ato contínuo, o documento fazia a subtração concluindo: “saldo devedor: 135.000”.¹⁶⁶

Assim, mal terminara de revisar mais uma edição de *Raízes do Brasil* e dado unidade a *Caminhos e fronteiras*, Buarque de Holanda já precisava, talvez, produzir um novo livro. Em 1958, no entanto, *Caminhos e fronteiras* venceria o Prêmio “Edgard Cavalheiro”, promovido pelo INL, cujo valor – 100 mil – pode ter ajudado a compensar o problema.¹⁶⁷ A categoria em

Hélios, 1928); *O Brasil no original* (ensaio – São Paulo: Bandeira, 1935/6); *Marcha para o Oeste: a influência da “bandeira” na formação social do Brasil*, 2 volumes (história – Rio de Janeiro: José Olympio, 1940). Cf. o n. 56 / 8 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁶⁶ FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora. Série Arquivística: Balancete realizado pela Livraria JO referente aos direitos autorais e adiantamentos pagos a SBH. Localização: 80,02,002 s/n. Data: 17 set. 1957. Local: Rio de Janeiro. 1p. 1doc.

¹⁶⁷ Nessa economia financeira, mas, sobretudo, de práticas letradas, no caso de Freyre verifica-se, cinco anos depois, uma situação diametralmente inversa, pois este possuía um saldo credor de 2.443.500 cruzeiros. O que reforça meu argumento a respeito da saída do intelectual pernambucano da direção da *Documentos Brasileiros*, em 1939, para se voltar à sua própria obra quase de forma exclusiva, passando a coleção da LJOE aos cuidados de Octávio Tarquínio de Sousa. Cf. Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. Gilberto Freyre. Extrato de saldo em conta corrente. Rio de Janeiro – 2 jan. 1963. FCRB. A relativa distância temporal da penúria buarqueana, porém, não deve ser um empecilho para a comparação, pois isso devia estar se estendendo por longos anos. Tanto que, com esse capital econômico, pouco antes, em 1958 – agora sim, próximo a *Caminhos e fronteiras* –, o mesmo Gilberto Freyre fazia quase uma exigência ao amigo José Olympio. Isso porque talvez estivesse sentido o peso dos ataques internos face ao desenvolvimento das pesquisas patrocinadas pela UNESCO. Assim, solicitava ao editor que mudasse os anúncios da coleção *Gilbertiana* (série que reunia os seus livros de maior destaque). Afirmava Freyre que os cartazes deveriam ser retificados na frase onde constava que o conjunto dos volumes

que foi premiado foi a de melhor *Ensaio* do ano anterior, sendo que, neste, poderiam se incluir, segundo os critérios então estipulados, tanto os estudos sobre aspectos históricos, quanto os de caráter sociológico, literário e biográfico. Os demais gêneros eram: o *Teatro*, o *Conto*, a *Poesia* e o *Romance*. No ano de 1956, o agraciado nesta última categoria, chamada de Prêmio “Machado de Assis”, foi *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa.¹⁶⁸

No período em que Rosa esteve na embaixada em Paris (1948-1951), é possível que o escritor e diplomata tenha se encontrado com Buarque de Holanda, entre um comitê de *experts* e outro.¹⁶⁹ Como uma avaliação já defendeu, em seus diários ele registrava o momento criador, em parte ao menos, do livro citado. Dessa maneira, tal como Riboaldo, suas narrativas eram para entender a si próprio: “Não tenho personalidade, e tenho procurado ser como menino, para o Reino. Só a oração e a criação literária entrelaçados permanentes podem dar-me individualidade. [...] J. Guimarães Rosa ainda não existe. A bom entendedor o digo. Por ora só um rascunho”.¹⁷⁰ Assim, enquanto o escritor João Guimarães Rosa era um *rascunho* que se consagrava como grande romancista, a premiação destinada a Sérgio Buarque de Holanda lhe fixava uma categoria que ainda daria muito o que falar. Classificação que também o perseguiria nos seus passos, sobretudo os primeiros, no interior da Universidade de São Paulo (USP). De todo modo, ao contrário de outros intelectuais, nas palavras da crítica, Buarque de Holanda era um *ensaísta* em ascensão e um já rascunhado historiador.

correspondiam a um “monumento de nossos estudos sociais”, em que o ‘nosso’ evidentemente diminui o valor que vem sendo atribuído a obra a ser editada por grandes centros europeus e americanos, que consideram esse valor com mais amplitude. Quando a Universidade de Colúmbia me deu o seu grau máximo”, prosseguiu o intelectual na missiva, “foi de público considerada essa obra, entre outras coisas, ‘obra monumental sobre escravidão’ e ‘sobre o desenvolvimento do homem’ – isto é, colocando-a num plano universal e não a limitando ao Brasil”. FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora. Série Arquivística: Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Localização: 80,01,004 n. 151. Data: 6 nov. 1958. Local: Recife. 2p. 1doc.

¹⁶⁸ PRÊMIOS literários instituídos no INL. *Jornal do Comércio* – RJ, 19 out. 1958. Hemeroteca da FBN.

¹⁶⁹ Durante muito tempo, depois de várias orientações, e já no Brasil, dei-me conta da insistência do professor Jean Hébrard, que me perguntava: “André Carlos, acho que foi no pós-guerra, mas você sabe o período que Guimarães Rosa esteve na embaixada, em Paris?”. Tais questionamentos vinham sem que eu entendesse os motivos. Para mim, Rosa era o brilhante artista de *Grande sertão: veredas* e ponto. Mas, talvez, acho que, agora, tenha compreendido a questão, pelo que agradeço ao professor por seus insistentes ensinamentos.

¹⁷⁰ LARA, Cecília de. João Guimarães Rosa na França: anotações do diário de Paris. *Travessia*, Florianópolis, v. 16 / 17 / 18, p. 221-233, 1989, p. 230-231. Já o personagem Riboaldo Tatarana fazia ecoar o seguinte: “Falo por palavras tortas. Conto minha vida, que não entendi”. ROSA, op. cit., (v. 2), 1994, p. 701.

PARTE II

Enxergar os mortos com os ouvidos

Capítulo 4

MARCAS DO TEMPO:

O concurso de cátedra como microcosmo do *métier* na especialização do ofício

*Ter um problema é precisamente o começo
e o fim de toda História. Sem problemas
não há História (Lucien Febvre)*

A transmissão de partículas de ar em vibração produz um tipo de energia mecânica conhecida como som. Este é captado pelo chamado ouvido externo que encaminha as ondas sonoras para o interior da estrutura auditiva. Junto com o meato acústico, tal dispositivo amplifica os ruídos, localiza sua origem e protege o conjunto auricular do impacto inicial. A partir daí o rumor contínuo passa por uma série de pequenos órgãos e pela orelha média que, através do labirinto anterior, realiza a transdução da onda sonora em energia elétrica. Os estímulos gerados por esta força liberam neurotransmissores para conduzir seus códigos ao Sistema Nervoso Central e processar, assim, as informações. Deste ponto em diante, o instrumento humano para a audição cessa de ser uniforme e varia de indivíduo para indivíduo, pois ao interpretar as mensagens, o cérebro conta, enormemente, com o auxílio das experiências pessoais. Testa os elementos mais representativos no tocante ao conhecimento sonoro do receptor e fornece, enfim, um significado ao extraordinário complexo da comunicação. Por isso, como problema inicial, propõe-se aqui que se considere, para cada *configuração*, a existência de um *ouvido do período*, cuja sensibilidade têm suas funções ativadas e transformadas de acordo com os lugares ocupados e almejados por locutores e ouvintes.¹

4.1. Entre o uso de saberes acumulados e as coincidências estruturais

Fruto majoritário de pesquisas realizadas em bibliotecas e arquivos da América Latina e do continente europeu, o texto *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* foi apresentado e defendido como tese, no ano de 1958, para o provimento de uma cátedra na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da

¹ Inspiro-me livremente no argumento teórico e uso a mesma sequência narrativa de: BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 37-38, para refletir sobre a ideia de um *ouvido do período*. Em seu trabalho a respeito das percepções sensoriais da visão humana, este autor defendeu a tese sobre o *olho histórico* dos renascentistas, como os únicos a notarem no tom azul das pinturas o sinal de opulência daqueles que encomendavam as obras e não mera fase artística do pintor. Tal recorte mais propriamente identificado com a península Itálica não é ocioso aqui, como se verá.

Universidade de São Paulo (USP). A cadeira correspondia a de História da Civilização Brasileira que já vinha sendo ocupada por Sérgio Buarque de Holanda, interinamente, desde 1956, a convite do diretor em exercício da FFCL, o professor Eurípedes Simões de Paula.²

Assim, tão logo esses acontecimentos exigiram o confronto documental e o cotejo entre perspectivas historiográficas, adveio uma circunstância curiosa.³ Trata-se da divergência no mês em que Buarque de Holanda passou a atuar como substituto na cátedra. Isso porque existe, de um lado, análises que apontam o dia 4 de dezembro de 1956 como a data inicial e, de outro, as informações junto à fonte do *Curriculum Vitae* depositada no fundo homônimo do intelectual que atestam o começo dessa atividade um pouco antes, em outubro daquele ano.⁴

Não restam dúvidas que uma tal diferença ocorre em virtude do referencial tomado por um e outro registro, pois enquanto o primeiro usa a portaria emitida pela FFCL, o documento salvaguardado no arquivo advém de um texto elaborado pelo próprio Sérgio Buarque para se inscrever no concurso de 1958. O fato, porém, é que a existência dessa distância de cerca de dois meses desponta feito indício da incipiente profissionalização universitária da História no Brasil, convergindo com os diagnósticos sobre o estabelecimento acadêmico da disciplina só nas décadas de 1960-1970.⁵ Logo, não se pode ignorar a possibilidade, dada a ler pelo impasse, de que o convite talvez tenha sido feito ao largo dos trâmites burocráticos ou, ao menos, como se discutirá adiante, frente a um embate de normas e regimentos ainda não consolidados.⁶

A cadeira em apreço foi criada no surgimento da USP (1934) e inaugurada por Affonso d'Escragno Taunay que a ocupou como contratado de 1935 a 1938. Com sua saída, Alfredo Ellis Júnior a assumiu, prestou concurso com a defesa da tese *Meio século de bandeirismo* e a

² Utilizo os termos *cátedra* e *cadeira* como sinônimos sem ignorar o fato desta última expressão ser carregada de uma semântica aportuguesada que a toma fundamentalmente como *disciplina*. Cf. CUNHA, Luiz Antônio. A cátedra universitária no Brasil: persistência, mudança e desaparecimento. In: *Anais do 18º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu: ANPOCS, 1994.

³ Este método busca mapear as relações que tornaram acessíveis tais papéis, para extrair da empiria um problema de pesquisa. Isto converge com a hipótese de que (I) “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada [... para] dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”; e a *instituição histórica* que se funda em (II) “hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são e, portanto, são excluídos ou censurados”. Sendo (I) FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2010, p. 8-9; & (II) CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 18.

⁴ Cf., respectivamente, o estudo de SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 241-259, jan./abr. 2011, p. 242; & o mencionado currículo. Série: Vida Pessoal. 88 – Curriculum Vitae de SBH. 1958. (c/anot.ms.) Vp 88 P242. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)*.

⁵ Nos Capítulos 7 e 8 esse argumento será detalhado. Por ora, Cf. RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário*. Mestres, discípulos e “Um seminário” em São Paulo (1958-1978). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

⁶ Ou talvez justifique a ação de Lourival Gomes Machado “professor de Política [que] teve a ideia de chamar Sérgio”. CANDIDO, Antonio. Debate. In: IGLÉSIAS, Francisco et. al. *Sérgio Buarque de Holanda: 3º colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 85. Considerarei o nome de Machado outra vez mais à frente.

conquistou de maneira definitiva, em 1939. Este só se afastou por motivos de saúde, em 1952. Na ocasião, a pasta ficou aos cuidados de sua filha, Myriam Ellis (uma das regentes do curso) e, em seguida, passou para Astrogildo Rodrigues de Mello, catedrático de História Americana.⁷ Só com a sua aposentadoria, muito tempo após a licença, é que se desencadeou a necessidade de um novo concurso, cujos trâmites se iniciaram, muito provavelmente, aí sim em 1956, pois coincidente com o convite feito a Sérgio Buarque para assumir a cadeira de forma interina.⁸

Antes, porém, o mesmo Taunay lecionara História no ciclo ginásial no Colégio São Bento (SP), local da formação escolar de seus sucessores na USP.⁹ Por isso, face a essas *coincidências*, cabe salientar que a caracterização tecida sobre todo o período pré-1956 na regência do prestigiado posto universitário aponta Affonso Taunay como *tradicional*.¹⁰ Uma tal avaliação destacou que, diferente das outras pastas da FFCL, seus fundadores franceses não ousaram convidar estrangeiros para assumir a cátedra sobre o passado brasileiro.¹¹ Conjugado a estes fatores e, a despeito dos méritos de Taunay e Ellis Jr., disse-se ainda que só após a entrada de Buarque de Holanda ocorreu uma *modernização* historiográfica da cadeira.¹²

O registro deste dado é importante por remontar ao tipo de balanço bibliográfico feito no país, em meados do século XX – justo no período de (re)configuração do *campo intelectual*

⁷ Cf. Notícia. Cadeira de História da Civilização Brasileira. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 2, p. 189-193, 1967. Muitos estudos que narram esse evento ignoram a agência de Myriam Ellis e não esclarecem o fato de o período de licença médica de seu pai ter ocorrido ainda no primeiro semestre de 1952 e não anos depois, em 1956.

⁸ Alguns trabalhos erram as razões da entrada de Sérgio Buarque na USP. Num deles consta que isso se deu “depois da morte de Alfredo Ellis Jr.”. FERREIRA, Antonio Celso. As relíquias de Sérgio Buarque de Holanda: pistas e armadilhas. *Triceversa*, Assis, n. 1, v. 1, p. 14-30, maio./out. 2007, p. 28. No entanto, Ellis Jr. só faleceria mais de uma década após seu afastamento oficial da instituição, em 1974. Cf. ROIZ, Diogo da Silva. Os projetos de escrita da História de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo dos anos 1930 e 1940? *Revista de Teoria da História*, Goiânia, ano 5, n. 10, p. 10-46, dez. 2013.

⁹ Cf. HOLANDA, Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. *Apontamentos para a cronologia de Sérgio*, 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/biografia.html>>. Acesso em: 17 fev. 2016; & MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato. Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, p. 79-88, 1994.

¹⁰ Minha ideia das *coincidências* foi inspirada nos estudos sobre a França de meados do século XX, que viu se aprofundarem as relações da burocracia estatal com os detentores de diplomas acadêmicos, quando foi gerado o monopólio jurídico dos postos de trabalho pelo governo, permitindo a comparação dessas credenciais com títulos nobiliários. E isso desde a escola que não se limita a reproduzir saberes: atua para consagrar genealogias intelectuais e manter certo *status quo* cujos traços figuram quase como hereditariedades estruturais. Cf. BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

¹¹ Integrante dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e em paralelo ao seu estudo do Mediterrâneo, Fernand Braudel (1902-1985) desenvolveu um trabalho sobre o Brasil quinhentista com auxílio de João Cruz Costa (1904-1978), jamais publicado. Em sua segunda passagem pela USP, em 1947, propôs um curso sobre a temática, mas se deparou com posicionamentos nacionalistas contrários e uma resistência interna à ideia de ver a cátedra dedicada ao Brasil sob cuidados de um estrangeiro. Cf. RODRIGUES, op. cit., 2012, p. 292-293.

¹² As análises em apreço advêm do depoimento proferido por Fernando Novais nos anos 1990, à época ex-professor de História Moderna e Contemporânea na FFCL da USP e docente no Instituto de Economia da UNICAMP. Tratava-se de um momento institucional chave para a antiga FFCL-USP, já designada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e para a própria canonização voltada a Buarque de Holanda. No Capítulo 7 esse debate será retomado. Por ora, Cf. NOVAIS, Fernando. Fernando Novais: Braudel e a “missão francesa” (entrevista). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 161-166, set./dez. 1994.

–, em que o próprio Sérgio Buarque foi um dos artífices na classificação dos estudos como *tradicionais e modernos*. Em seu artigo *O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos* (1951) constam avaliações sobre Taunay e Ellis Jr., que o precederam na cátedra. O primeiro como detentor de valorosos escritos a respeito de São Paulo quinhentista, cuja história das bandeiras havia se tornado realidade, sobretudo, após a divulgação de várias fontes por sua iniciativa nos Anais do Museu Paulista. E o segundo como referência de análises sobre a *formação* do mesmo território, mas lidas como “regionais, em que um critério por vezes apologético” não deixou de iluminar “alguns problemas históricos muitas vezes descurados”.¹³

Efetivamente, cabe lembrar que, entre os muitos temas privilegiados por Taunay em seus trabalhos, há destaque aos assuntos relativos ao café e aos bandeirantes paulistas. Mas não se pode negar que também pesquisou aspectos da invasão holandesa, sobre a língua praticada no Brasil e a missão artística de 1816. Conforme entendimento de um estudo recente, data desse momento seu interesse pelas monografias. Tal predileção, um tanto alheia às críticas francesas sobre a história pormenorizada elaboradas por Henry Berr quando da criação da *Revue de Synthèse Historique*, em 1900, fazia coro com os dizeres de seu mestre, João Capistrano de Abreu. Este o tinha instruído com lições sobre História do Brasil, em 1888 e 1889 – quando se preparava para os exames do Colégio Pedro II –, e lhe indicado a temática das bandeiras.¹⁴

No mesmo sentido, de acordo com as palavras de seus intérpretes, a produção intelectual de Ellis Júnior na área da História foi o que se pode chamar de estudos regionalistas. Para alguns, sua dedicação à agenda de pesquisas aberta, por exemplo, por seu antigo mestre e antecessor na cátedra da FFCL, deveu-se ao entendimento que visou consolidar em torno dos bandeirantes, pois enxergava nas expedições a base explicativa para o chamado pioneirismo paulista no alargamento do meridiano.¹⁵ Para outros, mais incisivos em suas avaliações por anunciar a existência de um tom artificializado em seus escritos, sobretudo se o apresamento dos índios se colocassem como barreira ao determinismo econômico que buscava imprimir na história paulista como policultores autossuficientes ou quando a mestiçagem atrapalhava a narrativa sobre a “raça de gigantes”, Ellis Jr. ajudou a transferir a imagem da escravidão negra como mais atrelada ao Nordeste do império luso americano e aos seus engenhos.¹⁶

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. *Correio da Manhã* – RJ, 15 jun. 1951. Hemeroteca da *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN).

¹⁴ Cf. ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Affonso Taunay. *Revista de História*, São Paulo, v. 160, p. 221-260, jan./jun. 2009.

¹⁵ Embora um tanto preso às tendências “contextualistas” de uma História intelectual *stricto sensu*, concorda-se aqui com a fala de Diogo da Silva Roiz no tocante ao apontamento de Alfredo Ellis Júnior como valorizador da tradição paulista. Este visou restaurar esse passado para manter-lhe certa visão gloriosa. Cf. ROIZ, op. cit., 2013.

¹⁶ Seus estudos de 1920-1930 legaram uma complexa teoria sobre o cruzamento étnico que, para os seus críticos, não passava da falsificação genealógica, pois ele buscou sustentá-la em “correntes do evolucionismo e da eugenia”,

Difícil saber em que medida as falas de Sérgio Buarque de 1951, os demais textos nos quais se opôs às pesquisas de um e outro interlocutor historiográfico e o esquecimento que pesa sobre suas “obras” imperam nas avaliações acima referidas. Em outras palavras, como mensurar o poder que as análises de um intelectual convertido em cânone exercem sobre olhares lançados hoje às autorias marginalizadas?¹⁷ No caso de d’Escragnolle Taunay, este também precedera seu ex-aluno em dois outros espaços de prestígio: como diretor do Museu Paulista, posto que preferiu à cátedra na USP por conta da impossibilidade da acumulação de cargos públicos;¹⁸ e na cadeira 36 da Academia Paulista de Letras (APL), cujo patrono era Euclides da Cunha, quando ainda em 1958 Buarque de Holanda foi eleito, face à morte do antigo mestre, ocorrida em março daquele ano.¹⁹ Mas apesar destes apontamentos, junto à desconsideração do processo do concurso de cátedra, muitos trabalhos ignoram tais aspectos, mesmo quando referências no assunto, em favor de análises centradas apenas nas discussões sobre o conteúdo da tese.

Esta constatação não diminui a importância dos avanços no mapeamento do pensamento de Sérgio Buarque saído na imprensa que contribuíram para a escrita de *Visão do Paraíso*. Tampouco corresponde a endossar reflexões em termos de influência.²⁰ A ideia consiste antes em reter essas *coincidências estruturais* e o presente diagnóstico, pois suas considerações

para “estabelecer as bases ‘científicas’ de todo um corpo de noções que entrelaçavam a mestiçagem e a identidade regional. Dessa intensa mistura de teorias difusas e às vezes desatualizadas surgiu uma visão da história de São Paulo que colocava os paulistas – antigos e atuais – na dianteira da nação”. MONTEIRO, op. cit., 1994, p. 88.

¹⁷ É importante sempre atentar aos usos que são feitos de obras anteriores e não ao contrário. Como afirma Baxandall, “pensar em termos de influência embota o raciocínio e empobrece os meios de captar essas nuances mais sutis”, pois a força que se atribui, por exemplo, a Paul Cézanne sobre a arte de Pablo Picasso faz “confundir referências muito diferentes e negar o elemento ativo e intencional do olhar de Picasso sobre Cézanne”. Este “viu e extraiu de Cézanne elementos determinados, aos quais deu um tratamento peculiar, compatível com sua intenção pessoal e com seu universo próprio de representação. E, com isso, mudou para sempre nosso modo de ver Cézanne”. BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 102 & 105. Por isso este exemplo da História da Arte serve à presente reflexão.

¹⁸ Affonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958) foi diretor do Museu entre 1916 e 1946, onde criou as seções de História Nacional e Etnografia do órgão, além de lançar o periódico *Anais do Museu Paulista*, no ano de 1922, quando já integrava, desde 1911, os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro (IHGB) e Paulista (IHGSP). Depois, em 1929, seria ainda eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Cf. FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 585-612, jul./dez. 2005; & ANHEZINI, Karina. Correspondência e escrita da História na trajetória de Affonso Taunay. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 51-70, jul./dez. 2003.

¹⁹ A posse, porém, ocorreu só em 1961 devido a problemas regimentais e incompatibilidade de horários do novo imortal em participar das sessões. Cf. Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Artigos de Jornais sobre SBH. 2109 – Recorte de jornal, intitulado “Sérgio Buarque de Holanda eleito para a vaga de Affonso Taunay”, comentando o discurso de Mons. Manfredo Leite, na reunião que elegeu SBH, para a vaga de Affonso d’Escragnolle Taunay, na Academia Paulista de Letras. *A Gazeta*. São Paulo, 13 jun. 1958. s/p. Pt 94 P59. Fundo SBH. *Sirarq-UNICAMP*; & *Patrono da Cadeira nº 36: Euclides da Cunha*. Academia Paulista de Letras (APL). Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

²⁰ Além de atentar à emergência do discurso de si – não feito simples memória buarqueana canonizadora ao citar d’Escragnolle Taunay como antigo professor de sua disciplina escolar favorita –, o melhor combate ao largo uso desse termo é aquele que mira suas implicações sobre o suposto influenciado. Tal procedimento evita estabelecer uma relação mecânica na análise desta forma de troca letrada. Cf. WAQUET, François. *Os filhos de Sócrates: filiação intelectual e transmissão do saber do século XVII ao XXI*. Rio de Janeiro: Difel, 2010, p. 270.

emergem como indispensáveis para que o evento de 1958 seja tomado com maior integralidade possível quanto aos ritos, agentes e instituições envolvidos no certame.²¹

Daí meu objetivo de atentar às experiências profissionais / letradas vividas por Buarque de Holanda até este momento (constituição de certo *habitus*, visto na Parte I), para compreender o historiador que ingressaria na cátedra uspiana. Por isso mobilizo recursos narrativos de *flashbacks*, *close-ups* e panorâmicas no entorno da personagem e vicissitudes biográficas em apreço. E apesar da ênfase no dia 10 de novembro de 1958, quando iniciam as avaliações com a análise do currículo e a prova escrita, privilegiarei os papéis desses processos, sem descuidar de outros períodos, itinerários e escritos ao longo desta Parte II.²² Tais incursões serão feitas sempre que pertinentes às pistas de vestígios documentais relacionados ao acontecimento.²³

Considerado este ponto – e frente ao emaranhado de fatores atuando para configurar o incipiente universo acadêmico do Brasil –, cabe dizer que antes de se candidatar à cátedra, Buarque de Holanda precisou defender outro estudo para ser habilitado ao provimento da cadeira na FFCL. Isso porque, se num primeiro momento, quando da criação da USP, em 1934, as normas regimentais eram um tanto vagas, como não poderia ser diferente – requerendo tão só a observância de se constituir uma comissão julgadora formada por especialistas na matéria, atuantes ou não no ensino universitário, para prover o cargo de professor catedrático²⁴ – não foi

²¹ Um trabalho recente, dos últimos que li antes de fechar o meu (e dos melhores que dá sequência à via aberta por: NICODEMO, Thiago Lima. *Urduida do vivido: Visão do Paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Edusp, 2008, mas que deste se afasta), analisa o conceito de Renascimento pelo viés da cultura, entrelaçando as condições textuais e institucionais de emergência da tese, fundamentalmente como estudo de ocasião na trajetória reflexiva do intelectual, posto que marcado pelo traço comparativo em essência e único de fôlego entre os seus escritos. Revisita, assim, os momentos do concurso *pari passu* às atuações de Sérgio Buarque do Museu Paulista à USP. Refiro-me a MARTINS, Renato. *Tradição, modernidade e a história das Américas em Visão do Paraíso (1946-1969)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2017.

²² A ideia não é nova (Cf. NICODEMO, op. cit., 2008; & MARTINS, op. cit., 2017), pois corresponde a um objeto já perspicazmente considerado, alargando as poucas, mas preciosas avaliações sobre *Visão do Paraíso* – embora espero que fique nítida a minha diferença de procedimentos teórico-metodológicos e conclusões. Porque, embora eu corrobore parcialmente com essas pesquisas que preenchem lacunas de certa história intelectual, também unindo análises internas (interpretações buarqueanas) e externas (sua atuação institucional de 1946 a 1969), incluirei no Capítulo 6 um elemento não abordado aí, ou seja: os leitores das versões comerciais da tese de cátedra.

²³ Carlo Ginzburg propõe uma reflexão sobre a ideia de *evento* e, ao debater os sentidos do termo *micro-história*, chegou a George Stewart (1895-1980), ex-professor na Universidade de Berkeley cujo livro *O ataque de Pickett* (1959) narrou os 20 minutos dessa batalha da guerra civil americana. Após dilatar o tempo e concentrar o espaço, “Stewart analisa com minúcia quase obsessiva o que define como ‘o momento culminante do acontecimento culminante da guerra’”. Longe deste juízo, visto por Ginzburg como “reflexão sobre o nariz de Cleópatra”, seu destaque presta-se como inspiração inversa daquilo que aqui se propõe. Afinal, a metodologia narrativa comprime os dias das experiências de Sérgio Buarque e se afasta de uma geografia circunscrita de seus passos. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a, p. 251.

²⁴ A referência aos concursos se limitava a registrar no artigo 42 que, afora os pré-requisitos sobre a montagem da banca avaliadora, o reconhecimento do mesmo pela Congregação (que não poderia alterar o resultado) e o tempo para que o(a) candidato(a) aprovado(a) se efetivasse (após 10 anos e via aprovação de dois terços do conselho docente balizados pelo parecer de uma comissão montada aos moldes daquela que havia conduzido o processo), registrava ainda que este seria estabelecido nos estatutos junto com as regras para a livre-docência. SÃO PAULO, *Criação da Universidade de São Paulo (USP)*. Decreto nº 6.283, 25 jan. 1934. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

esta a determinação do Decreto número 13.426, de 23 de junho de 1943. Tornado público pelas mãos de Fernando Costa, interventor federal do estado de São Paulo, os 113 artigos da lei regulavam os processos que diziam respeito à FFCL, aprovando o regimento dos concursos da natureza referida e os procedimentos para a obtenção do título de livre-docente.

No caso das cátedras, seus ocupantes deveriam ser nomeados pelo Governo após o resultado final de um concurso. Contudo, existiam outras possibilidades para o preenchimento do cargo antes da abertura do certame ou no período de sua eventual prorrogação. Estas formas poderiam se dar através de transferência interna, quando o docente tivesse atuação em cadeira de mesma área; externa, desde que experiente em posto idêntico ao da USP; ou até indicação de profissional insigne no entendimento de um professor já catedrático da FFCL. Entretanto, por este último caminho, a proposta deveria receber o apoio de dois terços dos membros efetivos e em exercício da Congregação e só depois que esta atestasse a relevância e o valor científico dos feitos e/ou “obras” do candidato com a análise de um parecer elaborado em comissão.²⁵

A julgar pelos ecos daqueles tempos preservados em depoimentos de alguns agentes, ainda acessíveis – mas não isentos dos problemas inerentes à natureza fragmentária de todo documento –, pode-se dizer que todos esses trâmites institucionais ocorreram na véspera do concurso de 1958. Todavia, àqueles que se lançam à pesquisa dessas questões logo percebem: poucos são os estudos que, dedicados à análise da cátedra da História da Civilização Brasileira e da trajetória de seus ocupantes, buscam esclarecer tais pontos. Muitas vezes apontam a saída de Alfredo Ellis Júnior como tendo ocorrido só em 1956. Mas, como se demonstrou, isso se deu já em 1952, seguido da condução provisória da cadeira por sua filha, Myriam Ellis – que era uma das regentes da pasta –, passando pelo catedrático de História da América, Astrogildo Rodrigues de Mello, até se tornar necessário o concurso com a aposentadoria oficial de Ellis Jr., em 1956, quando Buarque de Holanda foi convidado para assumir o cargo interinamente.

Cabe ainda mencionar outro esquecimento recaído sobre o emaranhado institucional e historiográfico dessa época que é, de um lado, recorrente, porque não se tem questionado muito as fontes de informações acerca de tais eventos, antes endossado suas falas de forma passiva; e eclipsante, pois os métodos se figuram como lugares-comuns de análises cujos procedimentos investigativos naturalizam as posições no mundo intelectual e acadêmico de indivíduos que,

²⁵ Cf. _____, *Aprova o regimento de concurso para provimento dos cargos de professor catedrático e livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP)*. Decreto nº 13.426, 23 jun. 1943. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1943/decreto-13426-23.06.1943.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016. Estas normatizações correspondem à continuidade quase integral das regras estabelecidas ainda no governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), cujo decreto n. 19.851 do Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, implementou, entre outras leis, as normas para reger o funcionamento das cátedras das Faculdades existentes e futuras. Cf. CUNHA, op. cit., 1994.

nos dias atuais eminentes, talvez não o fossem em vida. Trata-se da observação segundo a qual é provável que, no mesmo tempo da vacância da cátedra, ocupada por Rodrigues de Mello, este já estivesse orientando a tese de doutorado de Myriam Ellis, intitulada *O monopólio do sal no Estado do Brasil*, cuja defesa ocorreu no ano de 1955 em meio a essa dança das cadeiras.²⁶

Embora um tanto marginalizados hoje, esses são alguns dos nomes essenciais para que se compreenda os embates daqueles anos. E tudo leva a concluir provisoriamente que as origens destas, por assim dizer, *amnésias historiográficas* se prendem à necessidade de credenciais canônicas que, no caso, estão ausentes. Afinal, os alicerces para alcançar a posteridade são bem fortes quanto mais duradoura a longevidade editorial dos livros publicados, suas traduções e os paratextos de grande capital simbólico que possam vir a ser (re)produzidos, sobretudo, no *post-mortem*. Sem deixar de atentar aos aspectos das apropriações e circularidade das ideias nas instâncias da educação formal – desde as primeiras letras às instituições de ensino superior, pois auxiliam a compor listas e fixar títulos de “obras” de referência –; e frente aos esforços de salvaguarda documental e preservação de uma memória enaltecida dos traços e espólios reunidos após o desaparecimento físico dos portadores dessa ficção histórica que é a autoria.

Seja como for, Sérgio Buarque precisou terminar seu estudo denominado *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos*, para cumprir os requisitos de habilitação ao concurso. À época, em 4 de julho de 1958, ele apresentou tal pesquisa como “post-graduando” – conforme os termos de uso corrente –, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo, obtendo titulação equivalente à de mestre em Ciências Sociais.²⁷ Era o mesmo espaço em que atuara de forma descontínua, de 1947 e 1955, mas como professor!

Em resumo, a dissertação sustentava que a plasticidade da gente lusa, sobretudo nos séculos XV e XVI, era fruto étnico e cultural do processo que a transformou num povo mestiço. E isso pelo cruzamento e adaptação a árabes, espanhóis, africanos (expressando, por vezes, essas três matrizes nos fiéis do Islã, os mouros), judeus (antes ou ao tempo da Inquisição) e italianos que transitavam em Lisboa, constituindo-a numa cidade cosmopolita. Apoiou-se na ideia de que suas referências mentais tinham os olhos no exterior, pois Portugal nutria-se, de

²⁶ Notícia informativa. *Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974)*. Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) da USP, p. 839. No Capítulo 5, fechando o argumento, explorarei questões que envolvem referências à Myriam Ellis.

²⁷ Série: Vida Pessoal. 84 – Comprovante da Divisão de Estudos Post-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo aprovando SBH no exame oral para o grau de Mestre em Ciências Sociais com a tese intitulada “Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos”. São Paulo, 30 jul. 1958. c.as. 1p. Vp 84 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Renato Martins aponta que nesta banca estavam Fernando Altenfelder Silva, Odilon Nogueira de Matos, Antonio Rubbo Müller, Herbert Baldus e Octávio da Costa Eduardo (orientador) e que nela já se teria abordado os tipos de colonização. Mas, para o autor, tal como a tese de cátedra, o trabalho equivalente ao mestrado não teria surgido fora das demandas do concurso. Mesmo assim reconhece que *Visão do Paraíso* acolheu “pesquisas e reflexões realizadas por décadas pelo autor”. MARTINS, op. cit., 2017, p. 24.

longa data, com gêneros vindos do mar.²⁸ Logo, apresentou o *status* econômico, encaminhado depois às faixas litorâneas dos chamados continentes negro e americano, legando-se daí uma sociedade epítome de um “*melting-pot* de raças, como só seriam mais tarde certas conquistas ultramarinas” e o eram ainda, segundo suas palavras, diversas nações do Novo Mundo.²⁹

Na força metafórica uma vez mais utilizada (ou seria a mesma melhor digerida?), tomou essa mestiçagem portuguesa como ideal à conquista do Trópico, pois as questões do *melting-pot* não eram inéditas na pauta geracional de 1920 a 1940, embora aqui – além de em *Monções* e em *Caminhos e fronteiras* – ele o tenha usado como elo de substâncias que apurava qualidades e aguçava os sentidos. Traduzido como *crisol*, o vocábulo já constava em Oliveira Vianna, autor basilar na *tradição evocada* nas comunidades de leitores e nas políticas do Estado Novo. Se o tema não surge na tese seguinte, *Visão do Paraíso* – voltada ao anúncio do *realismo pedestre* lusitano *versus* a abundante mitologia dos efetivos fantasiadores da América, os hispânicos –, aparecia ao menos em *Raízes do Brasil*, desde 1936, onde Sérgio Buarque anotou o malogro da colonização dos habitantes mais ao Norte da Ibéria, como os holandeses.³⁰

Nos papéis comprobatórios de sua conclusão de disciplinas, defesa da tese antes daquela de cátedra e *exame de comprehensive*, constavam a assinatura de Herbert Baldus, Decano Interino da Divisão de Estudos da ELSP e que integrara a banca avaliadora de seu trabalho. Era o mesmo etnólogo que, em 1946, tinha sido indicado junto ao secretário da Educação, Plínio Caiado de Castro, para ingressar no Museu Paulista. O pedido partira do historiógrafo recém-empossado na instituição e que às vésperas do concurso da USP, em 1958, tinha sido seu aluno na ELSP, Sérgio Buarque de Holanda, que também fora substituído por Baldus na direção do Museu durante o período em que tinha ido lecionar na Universidade de Roma (1953-1954).³¹

²⁸ E é interessante perceber como parte desses assuntos aparecem entre seus leitores nas críticas de *Raízes do Brasil*. Refiro-me, em especial, a uma resenha saída quando do aparecimento da terceira edição-versão do livro, em 1956, na qual se apontou os portugueses como um povo de marinheiros, nutrido com os produtos externos. Algumas dessas observações já constavam no livro em 1936, nas páginas em que se debateu a consequência desse *modus vivendi* luso, por considerá-lo o signo de uma sociedade mestiça cujo Império se apegava ao litoral.

²⁹ Série: Originais / Monografia. 776 – Tese de SBH, intitulada “Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na época dos Descobrimientos”, apresentada à Escola de Sociologia e Política para obtenção de grau de mestre em Ciências Sociais. São Paulo, jul. 1958. 145p. Pi 175 P18. Fundo SBH, *Siarq-UNICAMP* [grifo meu]. Este escrito se encontrava sob análise de Edgar de Decca (falecido em 2016) e segue inédito, pouco conhecido até entre os intérpretes de Sérgio Buarque, devido à salvaguarda documental que não restringe o acesso, mas a sua reprodução.

³⁰ O nexos cá vislumbrado entre os títulos é novo, mas quanto ao pré-requisito de *Elementos formadores* para o concurso, gostaria de salientar que, em fase bem inicial ainda da pesquisa do mestrado, encaminhei um artigo no ano de 2011 à coletânea que minha orientadora então organizava e que depois se tornou um livro por sua conquista do Prêmio “Biblioteca da UFF” (2012). Assim, na ocasião, eu já havia chamado esse processo de “duas teses por uma cadeira”. Porém, não incluí o texto, como estava disposto, na dissertação defendida dois anos depois. Cf. FURTADO, André. Entre a cátedra e a coleção: Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira. In: VENANCIO, Giselle Martins (org.). *Intelectuais e palavra impressa*. Niterói: Eduff, 2016, p. 76.

³¹ Cabe lembrar que no espaço museológico Buarque de Holanda inaugurou uma fase distinta (entre 1946 e 1956), criando a seção de Etnologia, retomando publicações e produzindo estudos com interpretações novas, pouco idealizadas “do processo de colonização do interior da América Portuguesa”. FRANÇOZO, op. cit., 2005, p. 589.

Mas que fique claro: considerar essa trama, presta-se mais ao destaque das conexões entre os agentes com o intuito de penetrar no complexo jogo das relações sociais, do que deixar subentendido eventuais facilidades e gestos de agradecimento e/ou arranjos para que Sérgio Buarque ficasse apto a concorrer ao posto universitário, como quem estivesse a denunciar algo. É evidente que não se descartam essas possibilidades dado o alto nível de *coincidências* que, de forma intencional, têm sido tratadas aqui – um tanto paradoxalmente, é verdade – como *estruturais*. Contudo, por menos aleatório que pudesse ter sido a efetivação de um fato dessa natureza a incidir sobre os acontecimentos em destaque, sua observância volta-se para a postura aqui assumida segundo a qual os atores históricos participam em graus variados de diversos processos e, portanto, inserem-se em inúmeras *configurações*.

Ademais, no pequeno mundo acadêmico brasileiro de fins dos anos 1950, em particular o historiográfico, suas regras ainda frouxas tornavam essas realidades “previsíveis”. Isso porque as *posições e condições de classe* tendiam a encaminhar as escolhas desses homens e mulheres ao traçarem, em consequência, algumas vias de suas trajetórias, levando-os a se encontrarem nos mesmos lugares de reconhecimento. Entre eles, pode-se citar as academias de letras, os institutos históricos, os projetos editoriais, as comissões governamentais de fomento à cultura ou de efemérides, os postos em instituições de ensino e pesquisa ou toda a sorte de trabalhos assegurados pelo Estado, como bibliotecas e arquivos, como o próprio Museu do Ipiranga.

4.2. O velho bacharelismo e as novas regras do jogo em jogo

De volta à discussão sobre as leis que regiam os trâmites para a candidatura, a realização dos concursos e à representatividade da cátedra da USP à época, cabe destacar que, embora desde o início do século XIX tal posto fosse visto, no Brasil, como *alma mater* das instituições de ensino superior, só com o advento da República (1889) passou a gozar de vitaliciedade. A partir de 1931, aprovado o estatuto da *Reforma do Ensino Superior*, pouco estabelecido no país, passou-se a requerer prova de títulos, pois se tratava da posição hierárquica mais alta do corpo docente e, na eventual ausência de testes, uma comissão universitária a concederia àqueles que tivessem feito descoberta notória ou publicado livro de valor excepcional.³²

Tal mudança determinou que o nomeado permaneceria na cadeira por dez anos, quando seria necessário novo exame de titulação. Se aprovado, poderia perder a cátedra somente em

³² Tratava-se da mesma legislação que tinha acolhido aquelas diretrizes internacionais para que se evitasse um ensino de História com viés nacionalista, incorporada também pela Universidade do Distrito Federal (UDF), mas desfeita ainda em 1935 e excluída dos currículos, em 1938, com a ajuda dos adeptos das causas católicas.

caso de abandono ou em virtude de questões judiciais. Para se aposentar teria de permanecer três décadas no cargo ou atingir sessenta e cinco anos de idade. Durante o Estado Novo (1937-1945), a cátedra deixou de ser mencionada na legislação e foi vista pelo governo como posto comunista, dado ao proselitismo político. Ao término do regime, reabilitou suas prerrogativas.³³

Foi sob esse *status quo* normativo instável e maleável que Sérgio Buarque candidatou-se à cátedra de História da Civilização Brasileira da USP, em 1958. Assim, além de contar com a sugestão de seu nome pelo diretor em exercício da Faculdade, Eurípedes Simões de Paula – que provavelmente recebeu o apoio dos dois terços da Congregação, como previa o estatuto, frente aos trabalhos já públicos e a notoriedade adquirida pelo indicado³⁴ –, seu ingresso interino, no entanto, pode ter ocorrido mediante outras vias. Uma delas seria a transferência externa, porque o Museu Paulista – onde era diretor –, correspondia a um órgão auxiliar da universidade, habilitado a promover cursos de especialização;³⁵ e a outra frente às suas experiências junto ao ensino superior do país, na condução de disciplinas que poderiam ter validado seu ingresso, devido às aproximações temáticas com o posto almejado.

Entre essas disciplinas, é possível mencionar o caso das pastas de História da Civilização Luso-Brasileira, que agregou às funções por ele exercidas como Assistente de ensino e Adjunto durante os anos 1930, na Universidade do Distrito Federal (UDF / RJ); a de História do Brasil no Curso de Biblioteconomia instituído pela Biblioteca Nacional (BN) em 1945; as de História Econômica, História Social e História Política do Brasil, que ministrou de 1947 a 1955 – com interrupções –, na ELSP (SP), onde depois, curiosamente e por ocasião do concurso, converteu-se em discente; a de Estudos Brasileiros, quando foi Visitante na Universidade de Roma (Itália), entre 1953 e 1954; e aquela na qual se licenciou para ingressar interinamente na USP, em 1956, ou seja, a disciplina de História do Brasil, na Universidade de Sorocaba.³⁶

Ademais, requeria-se do candidato uma diplomação em estabelecimento superior de ensino reconhecido pelo governo e desde que seu curso contemplasse disciplina igual ou afim à cadeira do concurso. Essa última obrigatoriedade só era dispensada caso a matéria da cátedra

³³ Desde o oitocentos, porém, seu valor era tamanho que “uma das primeiras medidas do Príncipe João ao desembarcar nas terras da colônia, em 1808, foi determinar a criação de cadeiras para o ensino de ciência econômica no Rio de Janeiro e de anatomia e de cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro. Mais tarde, essas cadeiras foram agregadas e formaram faculdades e escolas” cuja junção posterior originou as universidades. CUNHA, op. cit., 1994, p. 2. Outros traços deste posto central na engrenagem acadêmica podem ser vistos ainda em: FÁVERO, Maria de Lourdes. *A universidade brasileira: em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

³⁴ Sobretudo se for considerado que os textos só de sua autoria, publicados na forma de livro até a data eram: *Raízes do Brasil* (1936) – já em sua terceira edição-versão, traduzido para o italiano e o espanhol –, *Cobra de vidro* (1944), *Monções* (1945) e *Caminhos e fronteiras* (1957), somados à recepção positiva crescente em torno deles.

³⁵ Cf. SÃO PAULO, op. cit., 1934.

³⁶ Todos esses dados foram extraídos do Memorial que Sérgio Buarque apresentou na inscrição do concurso. Cf. Série: Vida Pessoal. 88, op. cit., Vp 88 P242. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

em disputa fosse lecionada de forma exclusiva na USP. Havia ainda a possibilidade de apresentar quaisquer títulos acadêmicos, mas sob a condição de que na trajetória do requerente existisse a publicação de obras de indiscutível valor dentro da área pleiteada no certame.

Neste sentido, esse outro caminho também pode ter reforçado as formas diversas de acesso de Sérgio Buarque à cadeira da FFCL, uma vez que, como a maioria dos escritores do Brasil nascidos entre o fim do oitocentos e momentos iniciais do século XX, ele possuía titulação na área jurídica, alcançada em 1925.³⁷ Logo, a somatória das regras aludidas – e suas inúmeras brechas de ingresso – com o estudo *defendido às pressas* na ELSP e o cumprimento de pré-requisitos à candidatura do cargo revelam parte do singular processo de (re)configuração do campo, especialmente historiográfico, pelo qual passava o país.³⁸

A busca pela autonomia acadêmica e os conflitos implicados nos concursos da FFCL, a partir dos anos 1950, além de se distinguirem das Academias de Letras, Museus e Institutos Históricos, objetivava se firmar ante as demais Faculdades da USP. Um estudo recente mostrou que muitos embates nas instâncias universitárias decisórias a propósito dos requisitos a serem exigidos dos candidatos, eram marcados pelo aceite ou não das inscrições de pessoas sem diplomas na área pretendida. E embora se tenha anotado que na cadeira de História do Brasil, “os conflitos relativos a concursos não foram estabelecidos contra representantes das ‘ciências jurídicas’”³⁹ – face mesmo aos corpos discente e docente da casa que, em sua maioria, eram até então formados em Direito – no caso de Sérgio Buarque se verifica um misto de procedimentos consuetudinários e regras normativas ainda móveis, mas a caminho da estabilização.

Tanto que, como quem buscasse se cercar de todos os lados para garantir a homologação de seu nome, ele juntou vários papéis à candidatura. Entre eles, fez constar o diploma em Direito, apesar do crescente clima de sua desvalorização junto às *cotações* no mercado de títulos em meados do século XX, ante a franca diferenciação disciplinar que fazia avançarem os campos, ainda que o da História tenha sido um pouco mais tarde. O declínio da carreira jurídica

³⁷ Série: Vida Pessoal. 82 – Diploma de SBH de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 21 mar. 1957. c.as. (orig.). Vp 82 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. É interessante notar os dias da colação de grau e retirada do documento (13/02 e 21/03 de 1957) que, embora formado desde os anos 1920, parece tê-lo buscado só para o concurso. O próprio Sérgio Buarque criticara o que entendia por *cultura bacharelesca*, conforme registros em *Raízes do Brasil* reiterados nas edições seguintes.

³⁸ Meu encontro salutar com a tese de Renato Martins não deve passar despercebido, embora ele use a conclusão de *defesa apressada* para apontar o traço sem igual de *Elementos formadores* e, mais ainda, de *Visão do Paraíso*, inédita no método comparativo verticalizado e no argumento da *atenuação plausível* dos portugueses, integrando essas duas pesquisas à autonomização do campo da História face às instituições não universitárias (MARTINS, op. cit., 2017, p. 13). Mas até por obter o diploma em Ciências Jurídicas somente em 1957, tomo o ponto também como inerente ao modo de organização do mundo acadêmico, que, a meu ver, diferentemente do que propõe o autor citado, ainda era bem instável. Cabe-me dizer, por fim, que, mesmo disposto como Parte II, estes dois Capítulos – 4 e 5 – são os mais antigos desta tese e já constavam no exame de qualificação, realizado em 2016.

³⁹ RODRIGUES, op. cit., 2012, p. 526.

ocorria frente ao princípio das especializações com as sucessivas reformas educacionais até os anos 1930 junto à criação das universidades que alargavam as áreas. Ademais, expandira-se o mercado de livros e ocorreu a gênese dos romancistas profissionais – na década de 1940 – que tiveram um papel decisivo no avanço de certa autonomia nacional ao deslocar a antiga prática letrada de imprimir as “obras” de brasileiros no exterior, sobretudo na França e em Portugal.

Tudo isso parece se confirmar no empenho de Sérgio Buarque em concluir seu curso de “post-graduado”. A variedade de fatores a incidirem sobre a configuração em destaque o levou a listar no currículo todas as matérias ministradas no ensino superior ao longo de sua carreira, a passagem pelo Museu Paulista e o Conselho Universitário, os textos publicados, em particular no formato de livros e suas traduções, já realizadas ou em curso.⁴⁰ Mas também os artigos que julgava significativos e o comprovante da aprovação equivalente ao mestrado na ELSP, com a pesquisa dos *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos*.

As semelhanças, em muitos aspectos, desse escrito com *Visão do Paraíso*, apresentada como tese de cátedra no mesmo ano de 1958, já receberam o devido apontamento. Contudo, não foram tomadas como aspectos que permitem vislumbrar, ao menos em parte, talvez, os motivos atrelados à relativa interdição que ainda hoje pesa sobre as páginas da tese da ELSP, proibidas de serem divulgadas.⁴¹ Sendo, *a princípio*, quase um excerto da pesquisa que se anunciaria por ocasião do concurso, é compreensível que Buarque de Holanda aparentemente não tivesse se esforçado por sua publicação e deixado explícito seu desejo de mantê-la sob certo anonimato, até segunda ordem da família, como tem procedido os responsáveis por seu arquivo pessoal. Faz-se mister registrar, neste sentido, que todos os fatos dessas procedências reforçam a hipótese segundo a qual sua decisão em fincar pé nas lides do ofício historiográfico já estava assentada quando de seu retorno a São Paulo, em meados dos anos 1940 e, sobretudo, na década seguinte. Mas sua atitude não o isentava de riscos, pois ao aceitar o posto interino na USP, precisou deixar o Museu Paulista face à impossibilidade do acúmulo de cargos públicos.⁴²

Ainda a respeito da legislação em vigor sobre as normas dos concursos de cátedra de 1943, os memoriais (currículos) que não documentassem suas afirmações seriam recusados. À

⁴⁰ Quanto aos cargos citados, é bom frisar que o primeiro habilitava Sérgio Buarque para as bancas de concursos que viessem a ocorrer na USP, pois o Museu Paulista integrava os órgãos de caráter técnico e científico do estado, e o Conselho era um dos espaços de maior poder acadêmico já que a ele competia, por exemplo, escolher a lista tríplice para prover o cargo de Reitor e aprovar os regimentos das Faculdades. SÃO PAULO, op. cit., 1934.

⁴¹ Acato provisoriamente a fala seguinte porque originária da versão primeira deste Capítulo, antes de minha leitura de: MARTINS, op. cit., 2017, que mostrou não ser muito correto aproximar *Elementos formadores* de *Visão do Paraíso*, levando-me a incluir no trecho apenas o “a princípio” destacado na frase que segue a esta nota. Logo, a partir deste estudo, aceitando-o em parte (assim como o farei ao beber em NICODEMO, op. cit., 2008, que será melhor esmiuçado), rumarei, entretanto, para uma terceira análise ainda, entre outros aspectos da Conclusão.

⁴² Entre outros, Rodrigo Roiz Sanches analisou este fato, mas deteve-se no ingresso de Sérgio Buarque na universidade e não atentou aos debates da arguição ou ao conteúdo das provas. Cf. SANCHES, op. cit., 2011.

Congregação das Faculdades caberia a eleição de dois membros da casa para compor a banca com seus suplentes e, acionado pelo diretor, o Conselho Técnico-administrativo indicaria três integrantes (arguidores externos) junto dos eventuais substitutos, desde que especialistas na matéria, sendo professores universitários ou não. Para fazê-lo, teriam que se reunir na presença majoritária do colegiado e proceder à escolha mediante novo voto secreto, a partir das maiores recorrências das listas tríplexes. Se o empate ou a falta de consenso persistisse, passariam à segunda rodada de votação e, mantido o impasse, teria o sorteio dos nomes mais cotados.

Além desses trâmites, o processo poderia se deparar com a recusa dos escolhidos. Isso se deu com Octávio Tarquínio de Sousa, diretor da coleção *Documentos Brasileiros* (Livraria José Olympio Editora, LJOE), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e escritor prestigiado.⁴³ Segundo a carta que endereçou a Sérgio Buarque, ele recebeu o convite da FFCL-USP para fazer-lhe a arguição, mas viu-se forçado a declinar sob justificava altamente reverenciadora, pois, na recusa, registrou que “sem verdadeira impostura não me seria possível aceitar o papel de seu examinador, máxime no assunto de sua tese. Não se trata de falsa humildade: é simples noção de minhas limitações”.⁴⁴ Na missiva, demonstrou entusiasmo com o trabalho, que estava terminando de ler e prometia presença na plateia da defesa, junto de sua esposa, Lúcia Miguel Pereira, então conhecida como romancista, crítica literária e tradutora.

E era o mínimo que ele poderia fazer, pois se tratava de um segundo “não” significativo nos últimos tempos de seus contatos. O anterior ocorrera quando Tarquínio declinara do pedido conjunto de Sérgio Buarque e Paul Jean Monteil, editor da Difusão Europeia do Livro (Difel), para que escrevesse o capítulo “Vida política e Administrativa do Brasil entre 1763 e 1808”. Este texto integraria a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), coordenada pelo candidato à cátedra, mas cujos primeiros volumes só seriam impressos a partir de 1960.⁴⁵

Mas seus contatos remontavam, no mínimo, há duas décadas, quando fora publicado o livro didático *História do Brasil*.⁴⁶ Além desses registros, somavam-se ainda o envio de cartões

⁴³ Ficou muito conhecido quando o projeto editorial que já coordenava publicou a biografia *A vida de D. Pedro I*, como o volume 71, em três tomos (Rio de Janeiro: José Olympio, 1952). Cf. o nº 18 / 18 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos & o Verbete: TARQUÍNIO DE SOUSA, Octávio*. In: *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros; sócios falecidos entre 1921-1961*; preparado por Vicente Tapajós com a colaboração de Pedro Tórtima. Rio de Janeiro: O Instituto, 1993, v. 3, p. 165-166. Agradeço a Bruno Silva por me acompanhar e ajudar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

⁴⁴ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 439 – Carta de Octávio Tarquínio de Sousa a SBH, recusando o convite para que fosse examinador da tese e dizendo que ficou deslumbrando com a mesma. Rio de Janeiro, 29 set. 1958. as. Octávio. 1p. Cp 217 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Mesmo declinando, Sousa tinha um exemplar de *Visão do Paraíso*. Se era o impresso enviado aos membros potenciais da banca ou os originais destinados à edição da tese na forma de livro na coleção *Documentos Brasileiros*, em 1959, é difícil precisar.

⁴⁵ A coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB) será melhor explicada nos Capítulos 7 e 8.

⁴⁶ Cf. SOUSA, Octávio Tarquínio de; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil* (n. 2). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

postais, felicitações de aniversário e pedidos de favores de ambas as partes a atestarem uma amizade. Tais aproximações entre Tarquínio de Sousa e Buarque de Holanda se comprovam ainda por fotografias de passeios por eles realizados em São Paulo, acompanhados de suas respectivas esposas e outros intelectuais, a exemplo de Caio Prado Júnior.⁴⁷

Às razões não explicitadas na correspondência, mas subentendidas na curta e apressada resposta, prendiam-se ainda, por certo, aos afazeres em que Tarquínio de Sousa se via metido com a coordenação de trabalhos na LJOE.⁴⁸ Por outro lado, um fato desta natureza se constitui como forte indício do reconhecimento que gozava junto ao corpo docente uspiano, mesmo ele próprio estando fora e distante do ensino superior. Tal circunstância corrobora, cada vez mais, a hipótese de que o mundo acadêmico não era autonomizado e que os estudos históricos seguiam em vias de se firmarem disciplinarmente, daí a presença das flexíveis *regras do jogo em curso*.⁴⁹ Além disso, aponta a pálida identificação dos professores universitários como *os únicos* profissionais a quem se caberia chamar de historiador no Brasil de fins dos anos 1950.⁵⁰

Assim, em 10 de novembro de 1958, reuniu-se a banca, composta pelos docentes Afonso Arinos de Mello Franco, catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Brasil (UB), Hélio Vianna, da mesma instituição, mas ligado à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), e José Wanderley de Araújo Pinho, da Universidade da Bahia, ambos catedráticos de História do Brasil; e, pela USP, Eduardo d'Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula (Presidente), respectivamente catedráticos de História Moderna e Contemporânea & de Antiga e Medieval.

O primeiro era primo-irmão de Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda, esposa do candidato. No seu dizer eles eram amigos de muitos anos, pois se conheciam desde os tempos da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Nesse período, Mello Franco participara da publicação da revista *Estética* (1924-1925), editada por Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto, como versão carioca dos periódicos de vanguarda impressos em São Paulo sob

⁴⁷ Cf., entre outras, Série: Vida Pessoal. 33 – Fotografia de Caio Prado Jr., onde se vê SBH acompanhado de Francisco de Assis Barbosa, Maria Amélia, Octávio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira, em um passeio a Embú. Embú, 1943. b&p. 24x29.5. (reprod. ampliada). Vp 32 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁴⁸ Na dissertação defendida em 2014 aponte esse motivo como parte da recusa de Octávio Tarquínio ao pedido da HGCB e porque esta concorreria com a *Documentos Brasileiros*. Ademais, o convite o solicitava imersão em tema pouco familiar, pois ele conhecia mais o Primeiro Reinado e a Regência. Cf. FURTADO, André. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016.

⁴⁹ O uso deste termo se vincula ao entendimento do mundo acadêmico como essencialmente instável, pois “o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004, p. 29.

⁵⁰ Se antes eu tinha aventado os compromissos de Tarquínio de Sousa com a editora José Olympio e o descompasso entre o pedido de Buarque de Holanda com as suas recentes pesquisas como fatores da recusa em integrar o círculo de colaboradores da Difel, agora, de posse de novos documentos, análise e problemática diversas, novos traços se juntam àquelas possibilidades. Evidente que não se eliminam os fatos iniciais elencados e, a esse respeito, agradeço às discussões travadas com Cristina Ferreira que me alertou sobre a “especialidade” temática de Tarquínio.

influxo da *Semana de Arte* de 1922.⁵¹ No ofício expedido aos possíveis integrantes da comissão avaliadora, a FFCL convidou os nomes mais cotados nas listas tríplexes, informou os pontos da prova escrita e anexou uma cópia da tese, o currículo de Sérgio Buarque e a cartilha com a legislação do certame.⁵² E seu artigo 37 proibia a participação de “professores ou especialistas escolhidos que fossem ascendentes, descendentes ou colaterais até terceiro grau de algum dos candidatos, por consanguinidade ou *afinidade*”.⁵³ Mesmo assim, lá estava Afonso Arinos.

Em relação ao segundo membro externo da banca, Hélio Vianna, afora a questão já debatida dele ter integrado a comunidade inicial de leitores buarqueanos, pouco se encontrou sobre a relação que por ventura pudessem manter até 1958.⁵⁴ Mesmo na tese apresentada seu nome aparece em uma única referência bibliográfica, fator que, somado à sua ácida resenha de *Raízes do Brasil*, publicada nos idos de 1936, talvez ajude a explicar, em parte, o tom também nada amistoso da arguição, pois o embate estava longe de ser circunstancial.⁵⁵

Wanderley de Araújo Pinho, por sua vez, já possuía um contato atual mais próximo, pois estava em curso a elaboração de um convite para que o mesmo viesse a figurar entre os colaboradores da futura HGCB.⁵⁶ Esta se encontrava em avançado estágio de preparação e escrita antes mesmo que Sérgio Buarque se submetesse ao certame da cátedra.⁵⁷

⁵¹ Cf. Série: Homenagens Póstumas. 2506 – Recorte de jornal, intitulado “O mundo intelectual reage diante da notícia inesperada”, comentando as reações de diversos intelectuais a respeito do falecimento de SBH. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 abr. 1982. s.p. Hp 23 P76. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & HOLANDA, M. A, op. cit., 2002. Tal como havia feito com Octávio Tarquínio, mas meses após à defesa da tese de cátedra, Sérgio Buarque convidou Mello Franco para colaborar na coleção HGCB. Este também declinou em função dos “compromissos da política”, conforme justificativa registrada em carta. Cf. Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 440 – Carta de Afonso Arinos de Mello Franco a SBH, se explicando por não poder escrever o capítulo sobre a Inconfidência. Rio de Janeiro, 24 mar. 1959. as. ileg. 1p. Cp 218 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁵² Esses dados foram coletados no Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1523.031 | Âmbito e conteúdo: Ofício, encaminhando exemplar da tese apresentada pelo professor Sérgio Buarque de Holanda ao concurso para provimento efetivo da cadeira de História da Civilização Brasileira na qualidade de integrante da banca examinadora. | Série: Correspondência. Produtor: A. Soares Amora, vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Destinatário: José Wanderley de Araújo Pinho. São Paulo, 24 set. / 01 out. 1958. IHGB.

⁵³ Cf. SÃO PAULO, op. cit., 1943 [grifo meu].

⁵⁴ No fundo documental dedicado à salvaguarda dos papéis de Hélio Vianna no IHGB, até o momento do concurso há apenas alguns recortes de artigos de jornais com textos assinados por Sérgio Buarque; missivas oficiais (do governo) onde se veem implicados seus nomes junto a outros intelectuais a respeito de projetos e/ou consultas relativas à área da cultura; a aludida resenha que Vianna escreveu sobre *Raízes do Brasil*; e a própria arguição da tese (a ser logo explorada aqui) e que também se transformaria numa das críticas saídas na imprensa. Quase o mesmo se dá no acervo de Sérgio Buarque, onde existe só uma alusão a Vianna, como será destacado.

⁵⁵ Trata-se do seguinte artigo: VIANNA, Hélio. A primeira versão do *Tratado da terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gandavo. *Revista de História*, São Paulo, n. 15, v. 7, p. 89-95, set./dez. 1953.

⁵⁶ É o que indicaria uma carta. Cf. Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 481 – Carta de Wanderley Pinho a SBH enviando a parte final dos originais de um capítulo do trabalho e pedindo que devolvesse as provas para correção. Rio de Janeiro, 31 out. 1963. as. Wanderley Pinho. 1p. Cp 259 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. O capítulo solicitado era o seguinte: PINHO, José Wanderley. Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Dispersão e unidade (v. 2). São Paulo: Difel, 1964.

⁵⁷ Novamente, ao devassar os acervos de Araújo Pinho (no IHGB) e Buarque de Holanda (no *Siarq-UNICAMP*), notei a ausência de quantidade significativa de dados que pudesse demonstrar um relacionamento grande entre

Quanto aos arguidores da casa, Eduardo d'Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula, o que se vê são algumas referências cruzadas de forma explícita.

D'Oliveira França conserva uma aproximação significativa que remonta pelo menos aos anos 1950, a ser destacada em breve, dada a importância que seus passados em comum adquiriram por ocasião do concurso. E Eurípedes Simões, além de ter chamado Buarque de Holanda para assumir provisoriamente a cadeira (1956), colaborou depois com dois textos no projeto editorial dirigido pelo colega junto à Difel. Logo, a julgar pela primeira publicação assinada por Simões de Paula (1962), o meio-tempo entre o pedido aos participantes da HGCB e seus atrasos em enviar os originais ao coordenador, é possível inferir que o período de seu contato com o avaliado ocorreu antes da candidatura de Sérgio Buarque. Mas não é possível dizer que precedesse em muito à atuação deste último como professor interino na USP.⁵⁸

Seja como for, às 13h daquela tarde do dia 10 de novembro de 1958, como candidato único, Sérgio Buarque de Holanda se apresentou aos professores reunidos em banca para iniciar os trabalhos, sendo a primeira parte – análise do Memorial e prova escrita – realizada em sessão secreta, como previa o artigo 41 do regimento. Apesar dos relatos sobre o “constrangimento” dos catedráticos e do Departamento em examiná-lo por conta de sua recentemente reconhecida envergadura intelectual, os avaliadores conferiram os documentos comprobatórios de seu currículo e, ato contínuo, sortearam o assunto a ser dissertado na prova escrita, num universo de 20 pontos.⁵⁹ Estes eram: 1) antecedentes europeus da colonização do Brasil; 2) capitânias: aspectos políticos, econômicos e sociais; 3) bases administrativas do Governo Geral: Justiça, Fazenda, Alfândega, Tributação; 4) as primeiras vilas do Brasil: São Vicente e São Paulo de Piratininga; 5) o Brasil do século XVII: expansão e conquista da terra; 6) o municipalismo, o funcionamento das Câmaras municipais no Brasil e suas relações com o povoamento; 7) o Brasil no século XVIII, novas áreas de povoamento e suas características; 8) o raiar do século XIX e as transformações futuras; 9) formação de uma consciência nacional no Brasil: dos

eles antes de 1958. No caso do primeiro, há só alguns resquícios relativos ao concurso em si. A propósito do segundo, além de cartas tratando da aludida coleção HGCB, há, tal como em Vianna, uma única menção. Mesmo assim tentarei demonstrar como as atiladas *economias de práticas letradas* do candidato, sintonizado ao ritmo da dança acadêmica (dominando parte de seus jovens códigos) tirou proveito da presença deste arguidor na banca.

⁵⁸ Antes de Sérgio Buarque, Simões de Paula, já professor na USP, atuara para a Difel como um dos responsáveis por viabilizar a tradução da versão francesa da *História Geral das Civilizações* (1955-1958), dirigida por Maurice Crouzet. Cf. SILVA, Janice Theodoro. Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 160, p. 17-50, jan./jun. 2009, p. 27-8. Foram dois os seus capítulos na HGCB: PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). São Paulo: Difel, 1962; & _____. A marinha. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Declínio e queda do Império (v. 4). São Paulo: Difel, 1971.

⁵⁹ Sobre questões regimentais, Cf. SÃO PAULO, op. cit., 1943; e acerca do mal-estar da banca, ver: SANCHES, op. cit., 2011, p. 243. Por razões que explicitarei, o tratamento do Memorial ocorrerá no Capítulo seguinte.

tumultos nativistas à agitação ideológica; 10) o pensamento revolucionário europeu e seus reflexos na América lusitana; 11) a Independência e os trâmites da organização constitucional do Império; 12) correntes políticas dominantes na fase da Regência. Novos surtos de rebelião; 13) a conquista da paz interna e a conciliação política no Segundo Reinado; 14) o pão da terra. Cultura e elaboração da mandioca. A contribuição europeia: prensa e arado; 15) os trigais de São Paulo no século XVIII; 16) a cana-de-açúcar na economia colonial: aperfeiçoamento do engenho do século XVIII. Do senhor de engenho ao escravo; 17) evolução dos métodos de lavoura. As roças e coivaras. Persistência da lavoura predatória no Brasil. Introdução das técnicas europeias. O arado na lavoura colonial; 18) o café e a república. As crises e repercussão na vida nacional; 19) desenvolvimento econômico do Brasil Império; e 20) os partidos políticos, progresso cultural e sociedade no Brasil Imperial.⁶⁰ Desse conjunto foi sorteado o tema 13, iniciando esta fase do concurso para prover a cátedra de História da Civilização Brasileira.⁶¹

Por se tratar de um momento decisivo nos processos de (re)configuração do campo intelectual do país, várias eram as suas peculiaridades. A começar, como se viu, pela própria instabilidade das normas regimentais reguladoras dos certames na área cujo *status quo* revelava a decadência e desvalorização pelas quais passavam as carreiras jurídicas. Tudo em meio ao avanço da matriz universitária e suas especialidades que dinamizavam os postos de trabalho sedentos por diplomação, minando a exclusividade da conquista de espaços junto ao funcionalismo público e aos altos cargos do Estado que, por largo tempo, gozou a tradição do bacharel em Direito. O candidato e seus arguidores, aliás, também possuíam essa formação, ainda que não tivessem exercido a advocacia. Tal circunstância, porém, caía-lhe nas mãos feito luvas: os homens preparados para manejar as leis do pequeno mundo acadêmico na área de História estavam, eles mesmos, sujeitos às mudanças das regras do jogo em curso.

4.3. Após o constrangimento com o Memorial, o manuscrito revelador

Passadas cerca de duas horas da checagem dos títulos de Sérgio Buarque – o que parece muito para uma banca que se dizia constrangida – e do sorteio do tema da prova escrita, deu-se início efetivo ao concurso, próximo às 15h do dia 10 de novembro de 1958, com a realização

⁶⁰ Cf. Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1523.031, op. cit., São Paulo, 24 set. / 01 out. 1958. IHGB.

⁶¹ Difícil saber se já o era por ocasião do concurso – e mesmo face às armadilhas da memória por se tratar de uma curiosidade informada por sua ex-orientanda Maria Odila –, mas o fato é que Sérgio Buarque via o 13 como o seu número da sorte. Por essa mesma quantidade de anos permaneceria na cátedra. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 269-274, set./dez. 1994. Treze também seria o número do Partido dos Trabalhadores (PT) que, décadas mais tarde, ele ajudaria a fundar.

desta segunda etapa, cuja duração estava prevista para se estender, no máximo, por seis horas.⁶² Nada haveria aí de significativo não fosse a verdade singela a asseverar que, até aquela tarde de 1958, poucas tinham sido as vezes nas quais Sérgio Buarque se envolvera, de forma pública e sistemática, com o período imperial. Mais afeito aos processos históricos dos séculos XVI a XVIII, suas práticas letradas se voltavam majoritariamente aos limites dessa época, condizente, de todo modo, a um concurso para a cadeira de História da Civilização Brasileira.⁶³

Salvo se forem consideradas as incursões oitocentistas de *Raízes do Brasil* ou ainda, depois da “obra” de estreia, em especial, o *Prefácio do tradutor*, de quando também foi responsável pelas notas das *Memórias de um colono no Brasil*, de Thomas Davatz, nada de significativo sobre o Império constava entre as reflexões impressas do candidato à cátedra da FFCL. Entretanto, à época da publicação do livro de Davatz, na *Biblioteca Histórica Brasileira* da Editora Martins, em 1941, Buarque de Holanda já havia manifestado o quanto o assunto do século XIX o interessava, reforçando a hipótese já abordada desta sua reflexão como uma etapa importante na constituição de sua identidade de historiador, ainda bastante instável na ocasião.⁶⁴

Mas uma tal circunstância e sorteio do tema não o intimidaram. Afinal, conforme se viu aqui e como atestava grande parte de sua produção intelectual, sobretudo em livros, ainda que se aferrasse em períodos antecedentes ao marco do 7 de setembro, não convém esquecer sua experiência em sala de aula e o planejamento da coleção HGCB. Ao menos desde 1957, ao tempo do aparecimento de *Caminhos e fronteiras*, essas o forçaram a se inteirar das pautas oitocentistas, fosse em relação ao Primeiro ou ao Segundo Reinado. Assim, em observância às atividades docentes por ele exercidas – tal como a disciplina História Política do Brasil, que ministrou na ELSP – e a direção do empreendimento editorial da Difel, pode-se inferir que, até

⁶² Cf. ELLIS, Myriam. Noticiário. Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 38, ano X, p. 493-508, abr./jun. 1959, p. 494; & HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A conquista da paz interna e a conciliação política no Segundo Reinado*. Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (cópia), 1958, 26p. Ambos os documentos se encontram entre os acervos do CAPH-FFLCH, onde os consultei.

⁶³ Neste sentido, concordo com Renato Martins segundo o qual a tese foi um estudo feito especificamente para o certame e de que a polêmica da periodização – a defesa da inexistência de um corte brusco entre as Idades Média e Moderna no caso português – deveu-se ao fato de Sérgio Buarque considerar que o arcaísmo luso vinha de um “racionalismo medieval ancorado numa tradição escolástica atenta ao domínio de uma *experiência* concreta e particular”. MARTINS, op. cit., 2017, p. 19 [grifo do autor]. Em reforço à ideia de um *escrito de ocasião*, observo outro dado, porque também inédito em obras e textos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do Paraíso*, buscando absorver certo espírito das leis acadêmicas, que começavam a se forjar, e adequando-se formalmente à cátedra, adotou um subtítulo: *Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*.

⁶⁴ Cf. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Coleção “Biblioteca Histórica Brasileira” (v. V). São Paulo: Martins, 1941. Sobre os demais escritos prefaciais que revelam incursões buarqueanas no período Monárquico e, sobretudo, Imperial, Cf. o *Apêndice D – Principais paratextos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros*.

aquela data, ele não só transitou por todos os períodos do passado brasileiro como também começava a se dedicar publicamente ao século XIX e ao estudo da dinastia bragantina.

Daí a necessidade de enfatizar o conteúdo da prova escrita, seus argumentos e estratégias narrativas articuladas. Entre os assuntos então tratados, Buarque de Holanda elencou as revoltas que se seguiram à conquista da autonomia político-administrativa pelo Brasil após a separação de Portugal, a xenofobia crescente dos filhos da terra, o surgimento dos partidos Liberal e Conservador, os levantes do período Regencial e o tema da *conciliação*. Em meio às tramas nas quais os acontecimentos se desenrolaram, o intelectual paulista escreveu que o golpe de Estado desferido por D. Pedro I era, “o motivo ou o pretexto para as sublevações e para toda a agitação política do Primeiro Reinado, *a começar pela Revolução Pernambucana de 1824*”.⁶⁵ Porém, ao relacionar a dissolução da Assembleia Constituinte pelo monarca – cujo intuito, dizia, visava conservar seu poder ante os que seriam atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário – com os episódios seguintes ao evento independentista, o candidato amenizou esse tom, evitando que ele figurasse no texto como chave interpretativa de causa e efeito.

Por isso, ao se referir os embates nos quais se opuseram o soberano, portugueses de nascença, e os Deputados encarregados de elaborar a primeira Constituição brasileira, Sérgio Buarque expôs suas ideias para desarticular os nexos, estabelecidos de forma corrente no pensamento histórico em vigor, que vinculava a Independência com o tema da nacionalidade. De acordo com o projeto de reescrita da História que vinha planejando na HGCB, ele se colocava, naquele momento do concurso e nos textos que coordenou ou escreveria na coleção, contrário às teses da unidade territorial conjugada ao grito do Ipiranga. O objetivo que o animava tentava apontar 1822 como simples enlace fortuito – ainda que dos mais significativos – entre tantos outros atrelados à desagregação política do Brasil com a antiga metrópole.⁶⁶

Desse modo, ciente das questões históricas com as quais andava metido, não é de se estranhar que Sérgio Buarque tenha escrito no exame de cátedra que, *pari passu* às instabilidades iniciais do Império e as contendas nas quais mediam forças D. Pedro I e os constituintes, a “própria divisão política ia entrosar-se à divisão que, esta bem anterior à Independência, pois data das *primeiras lutas nativistas, já nos séculos 17 e 18*, separava os

⁶⁵ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus]. Note-se o “a começar” como um indício da incorporação dos estudos de seus críticos. Particularmente, neste caso, de José Gabriel de Lemos Brito, integrante da comunidade de leitores de *Raízes do Brasil*, de 1936, muito embora Sérgio Buarque tenha tomado uma posição distante de um viés interpretativo que considerava essas revoltas como expressões de um nacionalismo exacerbado e precoce.

⁶⁶ Pode-se mesmo dizer que, imerso nas lides do projeto fomentado pela Difel, Sérgio Buarque tinha mobilizado na prova escrita um saber que vinha demonstrando de forma mais sistemática e pública com a coleção HGCB. Esse ponto e suas implicações historiográfico-cronológicas serão retomados no Capítulo 8 e já constam, em grande medida, em: VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 135-157, jul./dez. 2016.

filhos da terra dos reinóis”.⁶⁷ Assim, sem embargo das considerações sobre os levantes observados desde o seiscentos na América lusa, mencionou a Confederação do Equador (1824) para caracterizá-la como mais uma das revoltas a queixar-se, sobretudo, da política centralizadora de Sua Majestade e, por consequência, a desafiar o jovem regime monárquico já independente. Esta interpretação o ligava, em parte, aos trabalhos de José Gabriel de Lemos Brito, antigo leitor de *Raízes do Brasil*, bem como aos argumentos que ele próprio, Buarque de Holanda, desenvolvera em textos precedentes, em vários diálogos.⁶⁸

Neste sentido, à exceção da Guerra dos Farrapos, ocorrida na província do Rio Grande do Sul e que, iniciada ainda no período Regencial, em 1835, se estenderia até 1845, avançando sobre o Segundo Reinado e finalizada só por meio de um acordo, as demais revoltas de maior vulto, ocorridas nas regiões Norte e Nordeste, tiveram menor longevidade e foram derrotadas pelas forças reais, tais como: a Cabanagem, que aconteceu no Pará (1835-1840); a Sabinada, sucedida na Bahia (1837-1838); e a Balaiada, na província do Maranhão (1838-1841).⁶⁹

Impossibilitado de tratar, em pormenores, cada agitação que sublevou o Império desde os seus primeiros anos e com as mais variadas demandas, fica nítido na prova escrita o uso, por Sérgio Buarque, de sentenças marcadas pelo traço da generalização, mas não sem fazer a devida demonstração de prova com exemplos de casos particulares. Logo, para sumarizar o emaranhado de tramas constitutivas da complexa cena oitocentista, o intelectual descreveu as divergências internas e os conflitos políticos como confundidos “*não raro, com o dissídio nacional: o liberalismo tornava-se, por assim dizer, inseparável do nativismo eurófono*”.⁷⁰

Eis aí a renovação dos entendimentos e escritos sobre os *mal-entendidos da democracia*, presente em *Raízes do Brasil*, quando a primeira comunidade de leitores identificou, receosa, o

⁶⁷ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus]. Observe-se aqui a cautela no acatamento das teses capistranianas de constituição do homem brasileiro nos sertões, sem ver aí *a formação* do Brasil, como alguns seguidores do mestre cearense fizeram (em especial Hélio Vianna, agente que ainda será retomado nesta Parte II, pois foi arguidor de Sérgio Buarque). A mesma prudência se vê nas análises mais atuais desse tipo de agitações, talvez ainda imersas na agenda proposta através da HGCB, que apontam ser notórias as queixas dos discursos coloniais aos privilégios que isentavam muitos das cargas fiscais. FIGUEIREDO, Luciano. Narrativas das rebeliões. Linguagem política e ideias radicais na América portuguesa moderna. *Revista USP*, São Paulo, v. 57, p. 6-27, mar./maio. 2003, p. 12.

⁶⁸ Entre outras reflexões, anteriores a 1958 e até póstumas, vale citar os *Capítulos de literatura colonial* (1991), dada a sua proximidade à recusa ao viés de um nacionalismo precoce (que retomarei no item 4.5, ao refletir sobre as possíveis “origens” / inspirações de *Visão do Paraíso*). Ademais, muitos debates que aparecem na prova escrita do concurso – e em todo ele –, não se encontravam apartados das pautas outrora caras às fortunas críticas buarqueanas até *Caminhos e fronteiras*, ainda que renovados.

⁶⁹ Em meio aos embates nativistas – a favor ou contra o Império e o monarca, a pleitear liberdades e/ou a reclamar da centralização política –, vale dizer que, na mesma linha de herdeira da HGCB, pesquisas apontam, hoje, que “Nos documentos do Primeiro Reinado e dos primeiros anos da Regência, a tropa e o povo aparecem atuando decisivamente em todos os episódios [...]. Se a historiografia identificou líderes e ‘partidos’ que fizeram seus nomes pelas atitudes tomadas naqueles dias, estes não estavam sozinhos. A população pobre e desvalida estava sempre presente”. RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na Independência do Brasil. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, dez. 2002, p. 30.

⁷⁰ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus].

suposto nexos que então se estabelecia entre a emergência do *homem cordial* e a viabilidade desta forma de governo no país, aliada ao sistema liberal. E o próprio Sérgio Buarque deu a entender isso – o que o colocaria em posição, desde 1936, como pró-democrático, ainda que em germe. Era como se, nessa atualização ou assentamento de teses ele tivesse digerido a crítica e, cerca de 20 anos depois, a oportunidade de apontar, enfim, um equívoco atribuído quase que exclusivamente aos adeptos dos integralismos, aquém e além-mar, cuja orientação ao passado através das *Reações Católicas* enxergavam em tudo um princípio do nacionalismo.

Cabe sobressair, portanto, que o presente esforço analítico visa demonstrar a existência de certo *capital* de experiências letradas e *saberes acumulados* de Sérgio Buarque de Holanda como decisivos para a performance alcançada nesta etapa do concurso. Tão logo observada essa consideração, pode-se mencionar a presença de uma frase que o candidato fez constar no teste de 1958 e que, cerca de quatro anos depois, apareceria num dos textos de sua autoria saído no primeiro volume referente ao Brasil monárquico na HGCB. Isso coloca o planejamento da coleção em um patamar de grande importância para o momento do concurso, porque também o fazia retomar, talvez, velhas ideias, adaptando-as com as principais teses em voga.

Na avaliação da prova escrita, feita em 10 de novembro de 1958, ele anotou que “Um português que em sua própria terra se distinguisse por atitudes revolucionárias converte-se no Brasil, invariavelmente, em corcunda”.⁷¹ No capítulo da HGCB de nome *A herança colonial – sua desagregação*, a frase foi impressa assim: “por mais liberal que fosse o português em sua terra, no Brasil era profundamente *corcunda*”.⁷² Nos dois casos a citação em destaque servia ao propósito de demonstrar o complexo caráter num só tempo antiabsolutista e antibrasileiro da Revolução do Porto de 1820, pois, ao exigir o retorno da Casa Real à Lisboa, essa buscou retirar do Brasil a centralidade de Reino Unido. Além disso, se nas bandas da península o radicalismo da reunião das Cortes soava feito um encontro com os ideais da *liberté, égalité et fraternité* em coro tardio com o lema de 1789, ao atravessar o Atlântico tais entendimentos desembarcavam como ecos de pura restauração do *status quo* colonial recaído sobre a ainda América portuguesa.

Mobilizando sentenças cuja narrativa histórica primava pela exposição do quadro geral da conjuntura debatida para só então expor evidências através de exemplificações (fruto vistoso do seu “eu” historiador, como já pude demonstrar), o candidato chegou mesmo a escrever na

⁷¹ Idem.

⁷² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1962], p. 19 [grifo do autor]. Embora eu esteja trabalhando com uma edição mais recente, enfatizo que esse texto é de 1962, quando ele saiu pela primeira vez com o selo da Difel. Além disso, o volume, em geral, e o capítulo, em particular, não sofreram grandes alterações no tocante ao conteúdo.

prova escrita de 1958 que não faltaria, “entre os mais vivamente acusados de simpatias pela ideia da volta de D. Pedro I, quem se fili[asse] aos poucos ao grupo liberal e é o caso de um Antônio Carlos, por exemplo, ou de seu irmão Martim Francisco”.⁷³ Com esse *modus operandi* seguiam as reflexões de Sérgio Buarque, fosse em 1958 ou depois, em 1962, por meio de uma abordagem que, feito espécie de fluxo e refluxo no tempo, procurava caracterizar o estado da arte como um todo para articulá-lo aos casos específicos das personagens que emanavam das circunstâncias e documentos examinados, permitindo-lhe materializar frases dessa natureza.

Novo traço representativo se verifica na passagem da prova escrita em que, ao tratar do desaparecimento da ameaça restauradora caramuru – integrada sobretudo por comerciantes portugueses, burocratas e militares, responsável por desanuviar horizontes e converter liberais à causa do “regresso” –, Buarque de Holanda deu mais exemplos. Assim, em meio às disputas sobre o tipo de governo no pós-1822, disse que estes gestos, digamos, de vira-casaca, eram um pouco os casos de um Bernardo Pereira de Vasconcellos, o articulista, ou de um Diogo Antônio Feijó, o padre. O primeiro sendo “o autor do projeto do Ato Adicional e mais tarde paladino da chamada Lei Interpretativa. Que não só aciona[va] [...] a facção que ajudara a formar e ainda seus antigos companheiros de lutas”; e o segundo, como um desses convertidos por Vasconcellos, pois Feijó tinha se aliado aos grupos políticos que buscavam parar “o carro revolucionário”, inaugurando “verdadeiramente” também, com ele, o Partido Conservador.⁷⁴

É interessante a ênfase do candidato sobre as metamorfoses, em particular as do religioso, como o legítimo idealizador, no Império, da última legenda. Talvez se possa até inferir que, ao fazê-lo, ele vinculava o conservadorismo aos católicos – tanto os do passado longínquo quanto os do passado recente, haja vista seus embates com os nomes ligados a Alceu Amoroso Lima, ou diretamente com este –, tendo em Feijó a expressão desse setor nas tramas monárquicas que, mantida a forma de governo, tornava-se uma vitória dos moderados.

O eco dos escritos de Octávio Tarquínio de Sousa era impossível de ser abafado. Mas com diferenças fundamentais: nas pesquisas do biógrafo carioca (que integrou a primeira comunidade de leitores buarqueanos), como seus próprios livros registravam, convinha *situar o homem em seu meio social*. Por isso, ia do indivíduo à coletividade, chegando também a observar a existência dos *corcundas*, no Brasil, que se encontravam mancomunados com os planos da restauração. Na prova escrita e, como se viu, também na HGCB – que publicaria seus volumes iniciais dois anos depois, mas com planejamento e escrita já em curso – convinha a Sérgio Buarque, candidato à cátedra da USP, mostrar a que veio e, inversamente: partir das

⁷³ HOLANDA, op. cit., 1958.

⁷⁴ Idem.

estruturas móveis do coletivo e só então atentar às individualidades. E, nesse gesto, longe de cerrar seu olhar panorâmico, indo além dos ângulos rígidos da cadeira em disputa, coube-lhe registrar a ênfase aos mesmos *corcundas*, mas que, do outro lado do Atlântico, por sua vez, apoiadores dos movimentos políticos de 1820, eram revolucionários.

A partir desse tipo de sentenças e questões, pôde estruturar nesta fase do certame e, mais ainda, no texto da HGCB, a tese segundo a qual a Independência de 1822 era o resultado de um longo processo de dismantelamento do Antigo Regime na Europa e que, por esse motivo, ao atravessar o oceano rumo ao Rio de Janeiro, a Coroa portuguesa buscava dar, em parte, continuidade a esse modo de vida em território tropical. Neste sentido, propunha uma reordenação do passado através da proposição de uma nova cronologia, para vincular mais enfaticamente a História do Brasil aos processos da dinâmica do Velho Mundo, na qual se viam abarcados os anos entre a chegada da Corte ao Brasil, em 1808, o regresso do rei a Portugal, em 1821, a convocação da Assembleia Constituinte e sua outorga, em 1823 e 1825, para chegar, inclusive, no reconhecimento internacional do Império e à abdicação de D. Pedro I, em 1831.⁷⁵ Seu plano visava combater a ideia, corrente na historiografia, que insistia em apontar, na separação da antiga metrópole, o consórcio do tema da nacionalidade com a união territorial.⁷⁶

Conforme seu texto junto ao projeto da Difel revelaria nos anos seguintes, a referência utilizada para tratar da conciliação com a frase sobre a dubiedade dos que eram *liberais*, em Portugal, e *corcundas*, no Brasil, vinha do panfleto *Ação, reação e transação. Duas palavras sobre a realidade* (1855). Atribuído ao Deputado do Império e sócio do IHGB Justiniano José da Rocha – que combateu a monarquia, mas depois tornou-se ministro de D. Pedro II –, o peso dessa apropriação buarqueana só crescia em importância. Seu valor na prova escrita, como argumento de autoridade, emergiu em termos históricos e historiográficos, pois reavivava-se o depoimento de uma testemunha ocular (re)descoberta nos anos 1950, considerada decisiva para Hélio Vianna, membro da banca, e viria a figurar, mais tarde, como fonte da HGCB.

O referido panfleto havia ressurgido, ao menos em duas ocasiões, na segunda metade do século XX: na revista do IHGB, em 1953;⁷⁷ e no livro que o associaria com outros dois impressos de caráter difamatório – a saber, *O libelo do povo*, de Francisco de Sales Torres Homem; e *A conferência dos divinos*, de Antonio Ferreira Vianna – sob a organização do

⁷⁵ Mesmo para uma banca de professores universitários, alguns especialistas na matéria, tais considerações não soavam como óbvias para um leitor de História do Brasil da década de 1950, inclusive se for considerado os pontos da prova escrita, pois a historiografia se apegava às teses que realçavam o ano de 1822 como central nesse processo.

⁷⁶ Tais entendimentos não eram originais ou novidades, como se viu na Parte I. Contudo, estavam longe de se firmarem como representações dominantes acerca desses passados.

⁷⁷ Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Ação, reação e transação. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 219, p. 206-238, abr./jun. 1953.

biógrafo, jornalista e teatrólogo cearense Raimundo Magalhães Junior, em 1956, e intitulado como *Três panfletários do Segundo Reinado*.⁷⁸ Este livro tornara-se público através da ainda prestigiada coleção *Brasiliana*, que seguia o princípio de reunir um saber enciclopédico sobre o país.⁷⁹ Foi publicado, portanto, no catálogo da Companhia Editora Nacional como o volume 286. Cabe considerar ainda que o arguidor de Sérgio Buarque, Hélio Vianna, o havia resenhado no mesmo ano do lançamento, com um texto datado de 24 de abril na imprensa de São Paulo.⁸⁰

Essa crítica foi mantida entre os papéis do Fundo “Sergio Buarque de Holanda” a sugerir que fora lida quando de seu surgimento e, possivelmente (por que não imaginar?), consultada por ocasião do concurso, sabendo o candidato que Vianna estaria na banca.⁸¹ Por fim, como afirmei, pode-se inferir ainda que o panfleto de Justiniano José da Rocha assumiu uma posição de destaque nos planos da HGCB, pois a fase buarqueana desse empreendimento denominou o terceiro volume sobre o período monárquico de *Reações e Transações* – fazendo eco pluralizado ao título dado por Justiniano Rocha ao seu texto, só excluindo a palavra “Acção”.⁸²

Bem entendido está, assim, a mobilidade das regras do ofício à época do concurso, que não via problema na mobilização de debates ocorridos ao largo do mundo acadêmico (como o diálogo junto aos livros do arguidor em potencial, Octávio Tarquínio de Sousa ou mesmo o didático, assinado em coautoria); e que era também complacente às várias estratégias narrativas, quaisquer que fossem as suas procedências intelectuais. Daí a habilidade buarqueana em mobilizar ora uma escrita mais autoral, ora uma narrativa mais referenciada na prova,

⁷⁸ As pistas para essas conexões surgiram em minha leitura de: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A pena de aluguel e a historiografia. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0589.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016. Contudo, diferentemente de suas afirmações, a resenha ao livro de Magalhães Júnior não coube a Buarque de Holanda, como se verá, e mesmo porque após consultar, na base da Hemeroteca da FBN, o *Correio Paulistano*, que conteria a crítica da publicação em 29 de abril de 1956, não localizei a resenha.

⁷⁹ Os dados de cunho biográfico foram extraídos da página da Academia Brasileira de Letras (ABL). Cf. Verbete: Raimundo Magalhães Júnior. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/raimundo-magalhaes-junior/biografia>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

⁸⁰ Cf. Arquivo: Hélio Vianna. Notação final: DL1375.059. | Âmbito e conteúdo: *Dois panfletos e um ensaio do Segundo Reinado* (Três panfletários do Segundo Reinado, de R. Magalhães Júnior). Artigo para o *Correio Paulistano*, 24/04/1956 e para o *Correio do Povo*. | Série: Produção Intelectual. Produtor: Hélio Vianna. Abr. 1956. IHGB. Este documento e o seguinte indicam a improcedência da referência da nota 78 quanto à autoria do texto.

⁸¹ Série: Produção de Terceiros. 2034 – [Artigo] intitulado “Dois panfletos e um ensaio do segundo reinado” de Hélio Vianna, comentando os panfletos: “O libelo do povo” de Sales Torres Homem (Visconde do Inhomirim), “A conferência dos divinos” de Antonio Ferreira Vianna e o ensaio “Acção; reação; transação” de Justiniano José da Rocha. *Correio Paulistano*. São Paulo, 29 abr. 1956. s.p. Pt 19 P58. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Embora nem no arquivo de Vianna ou nesse de SBH se possa observar bem a data – pois há uma diferença de 5 dias entre as informações – é provável que o descompasso se dê em virtude das semelhanças passíveis de confusão entre as grafias impressas do número “4”, do primeiro registro, e o “9”, deste segundo; ou porque um se remete à publicação do *Correio Paulistano*, que editou a resenha inicialmente, e o outro ao *Correio do Povo*, que a reimprimiu.

⁸² Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967. Qualquer varredura, por mínima que seja, sobre os historiadores hoje debruçados sobre o Segundo Reinado, permite observar o uso desse panfleto de Rocha, de 1855, quase como citação obrigatória. Estaria aí outro indício da força da coleção HGCB no (re)direcionamento das pesquisas posteriores?

harmônica à performance do *métier* que requeria uma prática historiográfica com citações de fontes primárias e secundárias, por mais que isto não tenha se fixado em absoluto nos seus textos, que se mantiveram quase invariavelmente com um caráter fluido, ensaístico.

Portanto, além de suas atuações na Biblioteca Nacional, no Museu Paulista, como professor: na UDF, na ELSP (onde foi igual e paradoxalmente aluno), em Roma, na Universidade de Sorocaba, na própria USP e de ter contribuído para a publicação do livro *Memórias de um colono no Brasil*, sem falar dos diálogos evidenciados com parte de sua comunidade de leitores, não resta dúvida que, em termos de escrita da História, os planos e a direção da HGCB proporcionaram a Sérgio Buarque reviver suas experiências para dissertar sobre quaisquer temas. Devido a tudo isso, encurtavam-se as eventuais distâncias que pudessem existir entre a concepção dos capítulos a serem publicados pela Difel e o ponto da prova escrita.

Não por outros motivos tratou das diferenças entre as legendas ao tempo do Império, para evitar confusões, assentando melhor o complexo partidário, por ele mesmo apresentado, e que foi dos moderados aos liberais, destes aos caramurus da restauração e, enfim, chegando aos conservadores. Esclareceu na prova que seria injusto tomar essas distinções como irrelevantes, embasando-se em análises segundo às quais, “a proeminência dos homens, do personalismo, prevalecesse constantemente sobre a das ideias”. Logo, a configuração de parques votantes e elegíveis (que chamou de “temeridade”) autorizava, em grande medida, tais leituras do oitocentos, mas que ele não as endossaria, embora reconhecesse a proximidade de pensamentos caros a todos os grupos. Neste sentido, afirmou que isso possivelmente se explicava pelo fato de o jogo político se restringir à parcela entendida como elite, “naturalmente mais afeita” aos “interesses conscientes, *ao menos na aparência*, do que ao juízo das paixões populares”.⁸³

Para tanto, pôs-se a apontar que aí residiam as razões de as transformações mais substanciais terem sido obras dos conservadores. Assim, permitia-se sobressaltos narrativos que iam lá dos séculos coloniais, sobretudo o XVII e o XVIII, com as revoltas nativistas; passando pela chegada da Corte ao Brasil, ligada ao processo mais largo do desmonte do Antigo Regime; indo, depois, à Independência e ao Segundo Reinado; para alcançar os anos de 1850 dessa monarquia – e além –, mas voltado a outros aspectos, a saber: a escravidão e a Guerra do Paraguai (1864-1870). E, nestes gestos, ele refinava suas avaliações, ora acatando algumas críticas sofridas, outras tantas incorporando leituras realizadas até esse ano de 1958, ora refutando-as sem pestanejar num debate que era feito, sobretudo, com seus pares brasileiros.⁸⁴

⁸³ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus].

⁸⁴ É importante reiterar que tudo isso, conforme os debates feitos desde a Parte I, integravam uma economia de práticas letradas, por vezes tensa, e que foi de proximidades e distâncias com: Capistrano de Abreu, Alcântara

4.4. Escrever sobre tempos idos, “conciliar” por *ocasião* do certame

Anteriormente explicitiei que, na altura em que a prova atingia a segunda metade do século XIX na análise sobre o Brasil Império, foram os assuntos do tráfico de africanos com seus descendentes também escravizados junto ao tema do conflito bélico da região do Prata, na América do Sul, que se apoderaram da narrativa de Sérgio Buarque de Holanda. Seu argumento básico consistia em registrar nesta fase do concurso – já se encaminhando para seus minutos finais – que não ignorava as efetivas diferenças, passíveis de observação, entre os partidos políticos do reinado de D. Pedro II, embora atentasse às ideias fundamentais responsáveis por uni-los. Cauteloso, lançou mão do termo *elites* para caracterizar essa parcela ínfima da população e aos seus interesses comuns, não chegando, portanto, a propor certa *consciência de classe* por questões óbvias: convinha bem avaliar o processo histórico que se descortinava nessa banda do meridiano, posto que, mesmo caudatário de instituições do Velho Mundo, andava distante das formas sociais à época desenvolvidas em algumas regiões da Europa.⁸⁵

Dando sequência aos escritos, Sérgio Buarque retomou o traço esboçado poucas páginas antes quanto a terem sido os conservadores, curiosamente ou não, os que poderiam ser alocados na vanguarda das mudanças decisivas do período imperial. Assim, listou o “caso frisante” de 1850, que suprimiu “o tráfico de negros, sob a gestão de Eusébio de Queiroz, e não o é menos com a Lei do Ventre Livre, de 1871, obra mais contemporizadora, é certo, do que revolucionária, *mas que figura* entre as etapas da Abolição”.⁸⁶ Ora, dos termos que destaquei de propósito aí não se poderia dizer que ele estava a meio caminho de sua primeira interpretação sobre o caso em livro – *Raízes do Brasil* –, muito revista e ainda assim válida, pois manteve 1888 como ano-chave, este sim “radical” porque sintomático da “Nossa revolução”?⁸⁷

Machado, Affonso Taunay, Ellis Jr., Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, entre outros, hoje completamente desconhecidos. Esses diálogos, porém, com partícipes ou não de suas comunidades de leitores, eram tanto ou mais expressivos na escrita buarqueana do que os contatos do autor com referências alemãs, francesas, estadunidenses, italianas etc., de sorte que seguirei realçando tal análise, suas bases empíricas e teóricas.

⁸⁵ O vocábulo grifado a propósito do subtítulo “4.4”, deve-se à concordância com o importante estudo desse mesmo lance na “trajetória” do autor de *Visão do Paraíso*, ou seja: MARTINS, op. cit., 2017. Porém, como tenho apontado, várias foram as vezes em que cheguei a conclusões idênticas, embora as tenha usado para fins diversos do referido autor. Martins produziu, com rigor, uma verdadeira biografia da singularidade da tese de cátedra, e eu, com um olhar que não perde tal aspecto de vista, o observa *pari passu* às configurações de outrora, sobretudo das comunidades de leitores buarqueanas e dos instantes decisivos na carreira do intelectual, a exemplo das relações com os membros da banca. Isso se deve, por certo, ao tratamento distinto conferido aos papéis do concurso, que também me distanciam de outra contribuição basilar sobre o tema, que é a de NICODEMO, op. cit., 2008.

⁸⁶ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus].

⁸⁷ Analisei o grosso dos temas correlatos aos seus assuntos no Capítulo 2, enfatizando quão difíceis podem ser as classificações, para 1920-1930, das pautas e/ou os intelectuais como irredutivelmente de “direita” ou “esquerda”. Debati tais problemas ao abordar os nacionalismos extremados mundo afora, posto que alguns desses movimentos usurparam símbolos da causa operária e/ou socialista. Mas, em 1958, o tempo em análise e o clima são outros. Por isso, Buarque de Holanda assume o seu “eu” historiador e apresenta nada menos que complexidades.

“A própria Lei dos Sexagenários, preparada pelos liberais”, continuava ele na prova – de olhos e ouvidos atentos àquela banca, mas não menos em reforço de suas velhas posições – “*será promulgada* por um gabinete conservador. E é ainda num governo conservador, o do conselheiro João Alfredo, que se *promulgará* a Lei Áurea. E *ninguém dirá sem injustiça que o 13 de maio foi apenas um ato contemporizador*”.⁸⁸ É necessário perceber que o trecho, sem espriar as raias delimitadas no ponto sorteado de número 13 – pois, a princípio, sua data final era 1889, entre *A conquista da paz interna e a conciliação política no Segundo Reinado* –, com severa prudência e atilada engenhosidade, conjugou os verbos de seus enunciados no futuro.

Prudente: Sérgio Buarque não antecipou um passado que em sua narrativa ainda não era. Avançou sobre os nós jurídicos da escravidão (pois seu ocaso tinha as digitais do Partido Conservador) para engrossar o argumento em torno da ação elitista, cujas ideias de base uniam os iguais. Foi daí que sua frase havia partido e, por vários ângulos, buscou realçá-la.

Engenhoso: através da insistência na Abolição como ápice de um processo que não cabia na *paz interna*, distante que estava do viés ao qual se poderia chamar de *conciliador*, acabava reforçando a faceta revolucionária genuinamente à brasileira: lento e feito a duras penas.

Nessa quadra, vale um parêntese: enquanto que na edição *princeps* de *Raízes do Brasil* ele havia enfatizado a necessidade de o país, enquanto sociedade, não excluir as contribuições que as camadas altas poderiam fornecer; na versão de 1948, sem minar, em essência, esse traço de certa congregação nacional, incluiu mais os relatos do naturalista norte-americano Herbert Smith. Este propunha valorizar as ditas classes baixas, qualificando-as como melhores no aspecto físico e às quais bastariam oportunidades para também o serem mentalmente.⁸⁹

Seja como for, ato contínuo na prova escrita, anotou: “De *alguns estadistas* cabe dizer que depois dessa fase em que, ao menos nas aparências, se ensarilharam as armas, *encontraram finalmente sua vocação*”.⁹⁰ E aqui retorno aos grifos para realçar pormenores nada dispensáveis. Ocorre que ele acatava os debates em que se viu implicado, por exemplo, Octávio Tarquínio de Sousa com as teses de matriz biográfica sobre os chamados *fundadores do Império*. Mas, por sua vez, o candidato os tratou como homens de Estado. Logo, lapidava a pauta, afastando-se do termo parente semântico de *formação*, que não apoiava mais. No fecho, juntou ainda uma palavra de origem religiosa, para talvez destacar o papel da Igreja Católica nessas conciliações por vezes subterrâneas. Ora, não tinha sido, aliás, o regente Feijó, por ele citado, um padre?⁹¹

⁸⁸ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus].

⁸⁹ O intelectual, agora, compunha como historiador.

⁹⁰ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus].

⁹¹ Na Parte I apontei essa pauta que ia das temáticas seculares à *formação* do Brasil e de seus mitos *fundacionais*, se mais europeu, africano ou nativo.

Foi nesses termos que Buarque de Holanda escreveu sobre a conciliação no Império sob D. Pedro II e externou seu “eu” historiador. Sendo que esta, por assim dizer, identidade, foi composta em meio às leituras, contatos, ao absorver ou refutar críticas, pelo aperfeiçoamento de práticas letradas e atualização de ideias, circunstâncias, acasos ou *coincidências estruturais*, que o colocaram em situações onde pôde desenvolver atividades apurando suas formas narrativa e investigativa. Tratava, portanto, do assunto da paz interna, com ênfase no tempo do Brasil oitocentista, mas também “conciliava” com alguns membros da banca do certame.

Em particular, ao “defender” as ações dos conservadores, porque confluíram, mesmo à revelia partidária, na Abolição. Tal evento figurou como ato remissivo dos pecados da elite, pois já revolucionário e ao qual só injustamente se rotularia de temporizador. Por intermédio deste viés interpretativo, apontava para o mote de uma conciliação passado-presente: entre os políticos no Segundo Reinado ou os intelectuais no concurso da era republicana. Afinal, não é possível compreender assim seu manuscrito da prova, dividido de forma subentendida entre essas duas épocas? O que dizer de uma das exemplificações recaídas sobre “*Um Wanderley, [...], que quase apartidário nos seus inícios, mas de inclinações principalmente liberais, passará em seguida para as fileiras conservadoras, onde se manterá até ao ocaso do Império*”?⁹²

A personagem em apreço era simplesmente João Maurício Wanderley (1815-1889), o Barão de Cotegipe, avó materno de José Wanderley de Araújo Pinho, que, por sua vez, encontrava-se na condição de seu arguidor na banca avaliadora do concurso. Ademais, apesar de talvez externado só por força de expressão, não seria *O ocaso do Império* o fruto da pesquisa publicada pela Companhia Melhoramentos, em 1925, mas feita por encomenda do IHGB e escrita a contragosto por seu recém-ingressado membro, Oliveira Vianna?

Os nexos aqui estabelecidos entre a trajetória buarqueana até o certame da FFCL-USP com o nome da *tradição evocada* por sua comunidade de leitores, da década de 1930, não são ociosos. O realce aos termos que deram título ao livro assinado pelo autor de *Populações meridionais do Brasil*, crescem em importância quando se atenta que a disputa da cátedra em si era um momento no qual as regras do jogo acadêmico estavam em jogo e, sob exame, aliás, de homens diplomados em Direito. E não bastasse esse *status* de sua configuração, cabe lembrar que a prática letrada de Sérgio Buarque – por gosto, exigência editorial etc. – era pouca afeita à rigidez em citar referências, como hoje se acostumou. De modo que, sem precisar dizer *ipsis litteris* com quem dialogava, a leitura da prova aos seus arguidores, já na etapa

⁹² HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus].

avaliativa, permitia que os *ouvidos* da banca *enxergassem*, sem grandes dificuldades, as filigranas dessas questões. Mesmo porque tal *modus operandi* também era um pouco os seus.⁹³

E os elos com a família nobre, estabelecidos a partir do assunto relativo à queda do sistema escravista, não cessavam. O avanço sobre a segunda questão antes citada, qual seja, a Guerra do Paraguai, autoriza vislumbrar novas clareiras das *conciliações* inscritas na etapa da prova, embora estas mais contemporâneas quando não, efetivamente, circunstanciais. Isso porque, ao fim da redação, o candidato à cátedra de História da Civilização Brasileira da FFCL-USP deu um arremate ao ponto sorteado, explicando que o conflito bélico na região do Prata foi mobilizado como fator de coesão interna por tornar menos conflituosas as contendas políticas imperiais resultantes das reformas sócio administrativas em curso no século XIX. E seguindo sua praxe do método pautado no fluxo e refluxo narrativo, assinalou Buarque de Holanda que a presença do general Luís Alves de Lima e Silva – o futuro Duque de Caxias – na presidência do gabinete (1856-1857) para suceder a Honório Hermeto Carneiro Leão – o Marquês do Paraná, que havia falecido –, seria decisiva à sequência da Conciliação.

Novamente, o que se encontra nas referências fragmentárias dos acervos pessoais buarqueanos (Fundo documental e biblioteca), é a salvaguarda de anotações de pesquisa e o próprio livro *Política e políticos no Império*, impresso em 1930 e de autoria do mesmo arguidor Wanderley Pinho.⁹⁴ Conjugados, tais fatores e rastros apontam para uma ampla e minuciosa preparação do candidato que soube urdir uma cuidadosa estratégia de estudos, não só em observância às renovações de teses que, por ventura, pudessem estar emergindo na cena historiográfica da ocasião (postando-se igualmente como artífice desses debates – revisitando temas e atualizando seu pensamento), mas também, sobretudo, com os sentidos atentos aos membros da banca para o usufruto de seus escritos em apoio à escrita de sua prova.

Por tudo que já se demonstrou aqui – e junto, aliás, às mesmas razões – cabe observar um último aspecto antes de passar ao fecho desta etapa do concurso, voltada à narrativa das

⁹³ Parêntese: a ideia de que os grupos conservadores “fizeram” coisas incríveis no Brasil está longe de perder seu vigor historiográfico. E sigo me perguntando se não haveria aí os ecos dessa banca porque transportados às páginas da coleção HGCB, que *formou* várias plataformas geracionais, ainda que tal *herança (i)material* não seja nomeadamente reconhecida – *leis silenciosas* essas das artes de Clio! Penso aqui, em especial, no trabalho de: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 (que utilizarei melhor na Parte III). Trata-se de um valioso estudo que, sem esquecer o viés moralizador dos “bons costumes” e cristão, analisou a caça às bruxas do chamado *perigo vermelho*, comunista, feita pela ditadura no mundo acadêmico, enquanto também criava a Pós-Graduação.

⁹⁴ Cf. Série: Produção Intelectual. Subsérie: Anotações de Pesquisa. 1452 – Fragmentos do livro “Política e políticos no Império” de Wanderley Pinho, referindo-se à situação política, os partidos e o crescimento do ideal republicano. Rio de Janeiro, 1930. 3p. (cm/SBH). Pi 851/35:106 P41. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & PINHO, José Wanderley de Araújo. *Política e políticos no Império: contribuições documentais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. Coleções Especiais. *Sérgio Buarque de Holanda*. Biblioteca Central “César Lattes” da UNICAMP.

ambições geopolíticas, particularmente argentino-brasileiras, em solo paraguaio. Ocorre que os argumentos de Sérgio Buarque de Holanda partiram dos levantes dos séculos XVII e XVIII (ou, antes, 17 e 18, no seu escrever, optando por números arábicos e não os romanos do calendário cristão), e alcançaram a segunda metade do XIX, rechaçando as precocidades de certo nacionalismo.⁹⁵ Nisto pavimentava ele a sua crítica lapidar aos debates nos quais se envolvia, direta ou indiretamente, bem como usava idêntica via para minar os pontos do certame em que era candidato, porque, *nas aparências, contemporizadores* dessas interpretações. Do contrário, os organizadores do concurso não teriam proposto, talvez, o tema “9”, ou seja, *formação de uma consciência nacional no Brasil: dos tumultos nativistas à agitação ideológica*.

Não era para menos: cadeira construída sob Affonso d’Escragnolle Taunay e, depois, Alfredo Ellis Júnior, que eram agentes expressivos das discussões produzidas no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), como esperar proposta diversa? Homens de seu tempo, evidentemente, mas identificados também como responsáveis por tornarem os bandeirantes em metonímia heroica da nação, mais tarde, transmutados, inclusive, em *raça de gigantes*, para usar termos caros à época. A antiga Capitania opulenta – outro mito desfeito por Alcântara Machado que desnudou a pobreza da região, embora, por isso mesmo, um pouco relegado à escanteio naqueles anos 1920-1930 – pulsava nas temáticas do certame de 1958.

Sua história era a única, diga-se, não tanto de passagem, que marcava presença como espécie de força motriz de toda a *América lusitana*, conforme a expressão utilizada em seu ponto “10” e cujos números “4” e “15” registravam: *as primeiras vilas do Brasil: São Vicente e São Paulo de Piratininga; & os trigais de São Paulo no século XVIII*. Nova análise que se pode extrair, corresponde à percepção segundo a qual, de todas as temáticas, só uma delas atingia, declaradamente, o tempo republicano.⁹⁶ E nisso parece residir um interesse regional – como o próprio Sérgio Buarque classificara, convém recordar, os trabalhos do ex-ocupante do posto na USP, Ellis Jr. –, que é sintomático, pois a escolha do assunto, no item “18”, tinha recaído sobre: *o café e a república. As crises e repercussão na vida nacional*. O tema era mais representativo ainda em relação às pesquisas do próprio mestre ginásial, pois d’Escragnolle Taunay viu publicado seu estudo que abarcava mais de dois séculos do assunto, embora o tenha intitulado como: *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*, impresso em 1945 pelo Departamento Nacional do Café, cuja sede se achava no Rio de Janeiro (DF).⁹⁷

⁹⁵ Quanto à adoção dos algarismos em destaque, Cf. a frase exata no parágrafo que comporta a nota 67.

⁹⁶ O relacionamento entre esta ausência e as ações de Sérgio Buarque já catedrático serão realçadas na Parte III.

⁹⁷ Em outra oportunidade (FURTADO, op. cit., 2016, p. 156), com distintos fins e sem essa percepção sobre as matrizes da cátedra, busquei demonstrar a longevidade desse assunto na História econômica brasileira. No Capítulo 2 do presente trabalho, inclusive, apontei como um dos leitores, Rubens do Amaral, manejava-o como exemplo da

Sendo uma cultura agrícola responsável por singularizar a Província, na segunda metade do oitocentos, enquanto que sua concorrente fluminense, a do *Vale do Paraíba*, estava diante da decadência de suas *velhas fazendas* – para retomar aqui um título também assinado pela autoria buarqueana –, nada mais certo do que reavivar essa época. Porque via-se no plantio em destaque uma libertação do país, quando o braço-escravizado começava a ser substituído, e que já se anunciaria, assim, o suposto pendor democrático, refreado pelo Império (e que os ecos do *Prefácio do tradutor* junto às memórias de Davatz, acerca dos conflitos *para a e na* introdução da mão-de-obra livre na lavoura paulista, dispensam maiores explicações). Ademais, um outro filho ilustre desta terra, Cassiano Ricardo Leite, que falava, porém, da Academia Brasileira de Letras (ABL), havia incutido na bebida um sabor democratizante, e não só ele.⁹⁸

Seja como for, parece melhor compreensível, agora, as argutas análises que, não isentas do lugar institucional de onde se falava e dos aspectos da memória nela implicadas, tratou o ingresso de Sérgio Buarque na cátedra da FFCL como um passo à sua *modernização*.⁹⁹ Com o detalhe, aqui explicitado, de que o posto funcionava, por assim dizer, como espécie de reduto catalizador expressivo das pautas do IHGSP no interior da universidade, de Taunay a Ellis Jr.

Mais ao término do texto, Buarque de Holanda narrou o resultado dos debates políticos levados a efeito na conciliação, nascendo daí a Liga (de pronto transformada em Partido Progressista) e ainda, após 1868, chegou ao declínio do gabinete originado de suas forças – o ministério de Zacarias de Góis e Vasconcelos – que iria se fundir definitivamente com o Liberal. Feito isso, completou: “Deste, uma ala mais extremada se converterá dois anos mais tarde no Partido Republicano”, sendo que, na “massa amorfa em que se teriam diluído os agrupamentos contrários”, residiam os antagonismos que eram, afinal, a “condição necessária para o exercício da verdadeira democracia”. Entre os elementos animadores deste ambiente de mudanças no decurso do século XIX, também estava, enfim, o conflito com o Paraguai. E, “Longe de preparar uma dissolução das forças divergentes”, registrou ele, os efeitos causados pelo poderio desses liberais ajudariam a apontar, “de algum modo, *o caminho do futuro*”.¹⁰⁰

pujança paulista, o que mostra a persistência das pautas não-universitárias e as de Taunay-Ellis Jr. na estrutura da cátedra. Já quanto ao ponto “15” vale sublinhar que *Os trigais de São Paulo* era um dos textos que compunham o livro de Sergio Milliet, *Roteiro do café e outros ensaios* (São Paulo: Departamento de Cultura, 1939).

⁹⁸ Reitero que não considerarei a publicação de *Vale do Paraíba: velhas fazendas* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975) como “de” Sérgio Buarque, porque ela contém desenhos de Tom Maia. Cf. o *Apêndice B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos*. Quanto às questões que se ligam ao autor de *Marcha para o Oeste* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1940), saliento que as temáticas que partiam do nome de Cassiano Ricardo e convergiam para as polêmicas em *Raízes do Brasil* (de 1936 a 1956) em torno do *homem cordial*, não devem escamotear um diálogo, pois também aí se *tomou* o café, desde a edição *princeps*, como “planta democrática” (p. 138): primeiro sem e depois com aspas.

⁹⁹ Cf. a nota 12 na qual consta a referência a esta análise que é de: NOVAIS, op. cit., 1994, p. 165.

¹⁰⁰ HOLANDA, op. cit., 1958 [grifos meus].

A ideia de um devir (esperançoso?), na frase anterior, não seria mais uma via que o candidato encontrou para abordar outro ponto não sorteado? O de número “8”, por exemplo, demandaria uma prova escrita sobre *O raiar do século XIX e as transformações futuras*. Mantida a dúvida, porém, o fato corrobora, em todo o caso, a hipótese da indiscutível preparação buarqueana, em quaisquer dos assuntos, através de suas experiências pessoais, institucionais e editoriais, leituras e críticas que acatou, a despeito mesmo de ter feito poucas incursões ao século XIX, de forma sistemática e pública, até 1958, quando apareceram as teses de *Elementos formadores* e *Visão do Paraíso*. Ou inclusive antes, porque, apesar da centralidade de alguns paratextos, tal como o *Prefácio do tradutor* – em *Memórias de um colono no Brasil* (1941) –, a julgar pelo surgimento de *Monções* (1945) e *Caminhos e fronteiras* (1957), essa temporalidade custaria a se tornar objeto de uma larga narrativa entre os seus escritos impressos. Neste sentido, pode-se dizer que o concurso o ajudara a perseguir outros objetivos.

O desenvolvimento ulterior dessa interpretação sobre os últimos anos da monarquia utilizada por Buarque de Holanda, apareceria, mais de uma década depois, em 1972, no último volume que coordenou junto à coleção HGCB, o livro *Do Império à República*, todo de sua autoria. Quando da escrita deste texto, ao se referir à queda do gabinete do conselheiro Góis e Vasconcelos e à ascensão do Visconde de Itaboraí na pasta ministerial, ele apontou esses acontecimentos como os novos fatores de relevância na crise que se abateria sobre o regime monárquico. Tanto que, após narrar a investidura e manutenção de Lima e Silva como chefe das forças imperiais ante o declínio do gabinete, em julho de 1868, registrou que a posse do Visconde não excluía “as razões que terão contribuído mais decisivamente para a mudança. Ou seja, a necessidade de maior harmonia entre o governo e o general e a ascensão de um ministério capaz de pôr ordem no caos financeiro em que, por efeito da guerra, mergulhara o país”.¹⁰¹

Isso demonstra quão avançado estava o plano de redação do projeto que o candidato à cátedra coordenava junto à Difel por ocasião de seu ingresso na USP. No concurso, aliás, poucos minutos antes de completar o tempo máximo de seis horas, aproximadamente às 20h50, Sérgio Buarque pôs o último ponto em seu texto, entregando-o aos jurados. Somaram cerca de 26 páginas manuscritas sobre o tema *A conquista da paz interna e a conciliação política no Segundo Reinado*. Findada essa etapa, lhe restavam dois dias até o momento da arguição.

¹⁰¹ _____. *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Do Império à República (v. 5). São Paulo: Difel, 1972, p. 111. Retomarei esses pontos no Capítulos 8 devido do peso deles no conjunto das teses da coleção HGCB.

4.5. Texto repentino de planos longevos e argumentos de distinção

Cerca de 48 horas após o início efetivo do concurso com o sorteio do ponto de número “13”, a conferência dos papéis comprobatórios do currículo e a realização da prova escrita, era chegada a vez de o historiador defender a tese *Visão do Paraíso*. Esta ocorreu no dia 12 de novembro de 1958, em sessão pública, realizada no salão nobre da FFCL-USP, onde foram apresentados os sete capítulos do trabalho, a saber: I) A experiência e a fantasia, II) Terras incógnitas, III) Do Eldorado à Serra da Prata, IV) O Paraíso perdido, V) Mundo Velho e Novo Mundo, VI) “non ibi aestus” & VII) América portuguesa e Índias de Castela.¹⁰²

Na apresentação, descrita como brilhante, consta em ata que o candidato teria buscado demonstrar a existência de uma certa *atenuação plausível* da gente lusa no tema edênico, ao contrário do que se passava aos castelhanos. Estes eram apontados como mais propensos às fantasias sobre a longevidade do homem, a bondade climática etc., e colocados, portanto, na posição de efetivos introdutores dessa mitologia na América. O mesmo registro fez questão de anotar que o estudo era marcado por “Preciosas fontes bibliográficas e documentais, profunda erudição, elevada experiência de interpretação histórica [e] *estilo do mais fino labor*”.¹⁰³

O destaque a estas últimas palavras tem sua razão de ser no debate que será levado a efeito ao longo do Capítulo seguinte. Em especial se for observada a acepção do termo *labor* que, a julgar pelas réplicas e tréplicas do certame, compreendo sua mobilização para o registro de uma leitura feita sobre a pesquisa do mito paradisíaco como “obra de efeito estético e artístico”.¹⁰⁴ Por isso, o objetivo específico que animará a sequência da presente discussão visa analisar os elementos de similitude e as dissonâncias das *polifonias textualizadas* daquelas vozes na ata da defesa, com o fito de compreender a configuração dos *lugares sociais* de onde as falas partiam.¹⁰⁵ Mesmo porque, para além de críticas que sofreu quanto algumas imprecisões da temática, Buarque de Holanda foi inquirido sobre aspectos referentes à estrutura e o estilo

¹⁰² De acordo com o artigo 41, só a defesa, a leitura da prova escrita e a prova didática eram públicas. Cf. SÃO PAULO, op. cit., 1943. E, embora nesse dia 12 de novembro de 1958, a avaliação do Memorial / currículo de Sérgio Buarque já tivesse ocorrido, ainda analisarei outros de seus pontos no próximo Capítulo. Quanto às informações sobre a estrutura interna do texto de *Visão do Paraíso*, elas estão em: ELLIS, op. cit., 1959, p. 495.

¹⁰³ ELLIS, op. cit., 1959, p. 495 [grifos meus].

¹⁰⁴ LAVOR. In: *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009 (CD-ROM).

¹⁰⁵ Sobre o emprego da ideia dos cálculos inerentes às relações de forças para produzir, impor ou criar um *lugar social* de onde se fala ou se quer falar, baseio-me nas reflexões que, embora escritas em primeira pessoa, aplicam-se aos procedimentos da operação historiográfica que, afinal, era o alvo da frase, a saber: “Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65 [grifo do autor].

narrativo do trabalho. Daí o recorrente apontamento do escrito mais como ensaio e menos como estudo acadêmico, conforme a ênfase das audições ecoadas nas dependências da universidade.

Não é simples casualidade, portanto, a existência hoje em dia de alguns esforços para definir o gênero ensaístico. Mas, a despeito das pesquisas que buscam classificá-lo, no Brasil, os resultados parecem apontar para algumas inconsistências. Sobretudo se for levando em conta o caráter particular assumido pelo estilo na relação dependente que mantém com o intelectual que o levou ao termo e, por isso mesmo, variável ao nascedouro.¹⁰⁶

Portanto, diferente das avaliações que singularizam sua análise quase que exclusivamente pela forma assumida pelo texto, o que sugiro, como já o fiz desde a Parte I, é considerar o espaço social ocupado por homens e mulheres escritores. Logo, meu intuito visa atentar ao público-alvo, às apropriações feitas sobre seus temas diletos e as “raízes” das fortunas críticas como fatores, estes, sim, indispensáveis para compreender a natureza e os valores atribuídos às reflexões impressas caracterizadas como *ensaios*. Por isso cabe salientar o entendimento a ser aqui adotado. Ele se ancora no argumento de que os quadros receptivos de viés classificatório eclético sobre tais estudos – enxergando-os como sendo de caráter sociológico, filosófico, histórico, literário etc. – eram tão mais recorrentes quanto menos avançada fosse a constituição dessas especialidades no campo intelectual. No entanto, apesar dos resultados a que se possa chegar, a perspectiva mais aceita mostra ser debate vencido a sua compreensão como prosa livre acerca de objetos circunscritos, mas que não pretende esgotar a matéria tratada, e, via de regra, lida como uma narrativa passível de deixar suas eventuais conclusões em aberto.¹⁰⁷

Daí a imperiosidade de se discutir quais elementos eram constitutivos de uma prática letrada cujo resultado, do ponto de vista universitário, pudesse ser visto, de forma legítima e, em especial, atentando à apropriação pela banca examinadora, como um estudo historiográfico. Desse modo, ao acompanhar as réplicas e tréplicas dos avaliadores e de Sérgio Buarque, será possível observar a configuração que conferia *status* de escrita da História aos trabalhos daquela

¹⁰⁶ E, enquanto *Casa-grande & senzala* foi vista, por exemplo, (1) como fruto do gosto de Gilberto de Mello Freyre pelos arquivos, que o teria levado a conjugar certa “erudição histórica e história filosófica [que] parecem encontrar um terreno comum”; *Raízes do Brasil* recebeu uma análise como (2) “flutuação entre narrativa histórica e generalização sociológica”. (1) NICOLAZZI, Fernando. As virtudes do herege: ensaio, modernismo e escrita da história em *Casa-grande & senzala. Remate de Males*, Campinas, v. 31, n. 1-2, p. 255-282, jan./dez. 2011, p. 275; & (2) WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (edição comemorativa – 70 anos, organizada por Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz). São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 343.

¹⁰⁷ Ao embasar esta proposta sobre as análises do ensaísmo como gênero eclético na forma, pode-se mencionar a publicação do discurso pronunciado pelo vencedor do “Prêmio Europeu do Ensaio”, em 1982, quando este iniciou sua fala justamente com a pergunta se seria possível chegar a uma definição do termo, “uma vez admitido o princípio de que o ensaio não se submete a regra alguma?”. STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *Remate de Males*, Campinas, v. 31, n. 1-2, p. 13-24, jan./dez. 2011, p. 13.

época. Sem descuidar que a USP começava a deter um papel que a converteria, se não à exclusividade, ao menos a caminho para assumir o protagonismo nos processos classificatórios, *também* desta seara, e da qual seria, anos a fio, portadora autêntica e das mais qualificadas.

Antes de passar ao Capítulo seguinte, proponho-me ainda a um breve balanço de cinco avaliações que, mesmo não sendo as únicas dedicadas à *Visão do Paraíso*, correspondem, entretanto, às análises centrais para uma leitura desse escrito em sua versão como tese. Sendo a primeira e a segunda aparentemente opostas quanto às correntes historiográficas que teriam inspirado a feitura do texto; a terceira se impõe como basilar para compreender alguns projetos buarqueanos inacabados / abandonados, mas que talvez figurem como uma espécie de pré-história do estudo apresentado no concurso da FFCL; a quarta e a quinta, por fim, emergem como defensoras de hipóteses contrárias a propósito da gênese do trabalho concluído em 1958.

No plano mais genérico possível, resumidamente saliento que, de forma atilada Laura de Mello e Souza já apontou essa reflexão buarqueana como obra magna, cuja arquitetura e recortes investigativos acabaram impondo respeito e distância, sendo única nas tradições intelectuais, coevas ou diacrônicas, domésticas ou não. Tudo isso porque Buarque de Holanda visou rastrear os nexos das Américas portuguesa e espanhola, em meio ao cotejo entre os sonhos e fantasias irrefreáveis *versus* a realidade e as experiências concretas, indo ao inquirido das projeções mentais. E é esse tipo de objeto de estudo que o deixava longe, ainda nos dizeres desta análise primeira, de pares como Caio Prado Jr. – mais atento ao sistema econômico na formação do Brasil e às condições materiais de existência – ou Gilberto Freyre – imerso na consideração da mestiçagem cultural, que estrutura *Casa-grande & senzala*, e na sociedade que emergiu das relações entre as camadas senhoriais e a gente escravizada.¹⁰⁸

Desta maneira, o domínio investigativo, por assim dizer, peculiar, colocava o candidato de 1958 na dianteira da corrente historiográfica consolidada e, mais do que isso, denominada *a posteriori* como *Histoire des mentalités*. Esta assim se constituiu a partir da França, mediante os esforços do grupo reunido em torno da revista dos *Annales* da terceira geração, que buscou entre seus antigos membros, então reconhecidos como pais fundadores – sobretudo Marc Bloch, de *Les rois thaumaturges* (1924), e Lucien Febvre, de *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle* (1942) – as bases para a vertente disciplinar, cristalizada nos anos seguintes à defesa da tese. Mas, até comparado ao viés consubstanciado aí como movimento – embora fossem

¹⁰⁸ SOUZA, Laura de Mello e. Posfácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Beberei nas mais recentes publicações dessas leituras sobre a tese de cátedra buarqueana a que tive acesso, ainda que os autores dos cinco trabalhos cá sumarizados tenham se ocupado do tema em mais de uma oportunidade.

diversas as suas inspirações e pouco coerente o seu programa, e esta fala não é da análise de *Visão do Paraíso* de Mello e Souza, mas de minha responsabilidade –, Sérgio Buarque havia adotado um rumo distinto. Isso porque “suas referências eram as da história da cultura alemã e italiana, e, talvez – cabe ainda investigar –, um pouco da história das ideias norte-americanas”.¹⁰⁹

Sem falar muito de uma “nacionalidade”, ao menos não explicitamente, desta última ponte referencial dos diálogos no estudo de 1958, a segunda avaliação, de Ronaldo Vainfas, igualmente enfatiza o peso germânico e peninsular na concepção da “obra” que considera a mais arrojada do autor. Da primeira quadra, portanto, sua análise cita Ernest Curtius, de *Literatura europeia e Idade Média latina* (1948), e, da segunda, os livros *Miti, leggende e superstizioni del Medio Evo* (1886) & *Il diavolo* (1889), de Arturo Graf (grego de ascendência alemã, mas que vivera na Itália, onde foi professor da Universidade de Roma e Turim).¹¹⁰

Mas no que toca ao juízo sobre o vínculo buarqueano eventual com a *História das mentalidades*, a apreciação de Vainfas destoa da anterior, reconhecendo certa vanguarda, mas negando à *Visão do Paraíso* o laço com esta corrente em sua face francesa. Ao invés disso, reitera falas outrora defendidas quanto à grandeza do livro que, inclassificável, tamanha a sua erudição, talvez mais caberia situar em uma zona um pouco mais larga – e, uníssono a este argumento, não menos indecisa, eu diria – da *História das ideias*. Nesta perspectiva, o contato inexistiria mesmo se mirado junto aos trabalhos de Bloch e Febvre ou se comparado à terceira geração dos *Annales*, “no mínimo porque” a vertente disciplinar que ela encamparia do terceiro nível, “ainda não havia desabrochado na década de 1950”.¹¹¹

Adentrando nas discussões sobre o nascimento da tese de cátedra, há muito se disse que *Visão do Paraíso* se ligava, na origem das pesquisas externadas em seu texto, à encomenda

¹⁰⁹ Idem, p. 545. Ainda segundo Laura de Mello e Souza, a tese para a cátedra uspiana “não dialogava com nenhuma obra anterior, a não ser as do próprio autor – com *Raízes do Brasil*, da qual é, em algumas partes, uma atualização eruditíssima, e, sobretudo, com *Capítulos de literatura colonial*, que permaneceu inédita até 1991” (p. 543-544). Daí a presença de um dos argumentos basilares do texto finalizado para o concurso, ou seja, que do mito edênico os portugueses só acataram os aspectos exteriores, o tal “*realismo pedestre* – juízo recorrente nesta e em outras obras do autor” (grifos da autora, p. 545). Em um texto precedente, a historiadora foi mais direta quanto ao seguinte ponto: “Nenhuma obra da época possibilitou, como *Visão do Paraíso* – antes dela, o crédito cabe, sem dúvida, a *Os reis taumaturgos*, de Bloch – a compreensão daquilo que a historiografia francesa dos *Annales* [...] denominou de *outillage mental*”. SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio. In: NICODEMO, op. cit., 2008, p. 20.

¹¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. Posfácio. In: HOLANDA, op. cit., 2010. Este também reconhece aproximações e distanciamentos com *Raízes do Brasil* que, tal como a tese de cátedra, amesquinhou a atitude colonizadora de Portugal *vis-à-vis* a da Espanha. Àquele impresso de 1936 pelo suposto teor do desleixo e ao caracterizar o gesto luso como longe de agredir a linha da paisagem; e esta de 1958 por tratá-los como gente paupérrima em fantasias. A diferença fundamental residia em que uma era coletânea de ensaios a percorrer a história até à sua atualidade de emergência, em 1930; e, a outra, já bem documentada, com olhos voltados só para o passado dos descobrimentos.

¹¹¹ Idem, p. 555. O texto do professor Vainfas a que me refiro, anterior a este citado de 2010, afirma sua postura de não situar *Visão do Paraíso* em esquematismos, com a ressalva de que se isso fosse preciso, ele se arriscaria “a uma simplificação quase pueril” e “ousaria incluir o livro de Sérgio Buarque no campo geral de uma história das ideias”. VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 53.

feita por Álvaro Lins – à época atuante na imprensa –, em meados dos anos 1940, junto ao ambicioso empreendimento sobre a *História da literatura brasileira* que ele coordenava na LJOE. Logo, corresponderia a um trabalho iniciado bem antes de redundar no que foi defendido para o provimento do posto universitário. Ocorre que, ao ter acesso à parcela desses originais não finalizados, Antonio Candido os organizou sob o título de *Capítulos da literatura colonial*. Este foi publicado pela Brasiliense, postumamente, quase meio século depois de seu provável começo e cerca de uma década após a morte do autor, em 1991, por sugestão da própria viúva.¹¹²

Na Introdução do impresso, o crítico e professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP explicou ainda que o texto era um esboço panorâmico sobre as letras luso-brasileiras dos séculos XVI ao XVIII (Renascimento, Barroco, Arcadismo), que ia de investigações sobre os escritos do padre Antônio Vieira aos do futuro inconfidente Cláudio Manuel da Costa. O texto advinha também, segundo Candido, do contato buarqueano com acervos italianos, quando de sua experiência docente na Universidade de Roma (1953-1954).¹¹³ E é aqui que divergem as últimas avaliações mobilizadas para compor este brevíssimo estado da arte sobre os estudos dedicados à *Visão do Paraíso*.

A quarta análise, de Thiago Lima Nicodemo, não só endossa esses relatos candidianos, como os aprofunda e comprova, ao salientar que nos anos 1940 o intelectual se envolveu, de fato, em investigações nessa seara, resultando daí os dois volumes da *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*, por ele organizados, com publicação exatamente no entorno da véspera de sua partida e estadia na península europeia.¹¹⁴ Logo, já se percebeu que muitos dos artigos enviados, da Itália, por Sérgio Buarque ao jornal *Diário Carioca* (por vezes replicados na *Folha da Manhã*, de São Paulo), acabaram constando depois, em essência, no livro póstumo,

¹¹² E o intelectual, ele mesmo, deu a entender isso nas réplicas da arguição, como se verá no próximo Capítulo. O fato emerge também numa das últimas entrevistas que concedeu, quando afirmou: “*Visão do Paraíso* was to be an introduction to a study of the baroque in Luso-Brazilian thought. But the introduction became bigger than the main theme. And then I had to present a thesis at the university. So I scurried to supply it with the scholarly apparatus, searching for where I had read this or that reference to the Edenic theme”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. In: GRAHAM, Richard. An interview with Sérgio Buarque de Holanda. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, v. 62, n. 1, p. 3-17, feb. 1982, p. 3. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2515412>>. Acesso em: 13 ago. 2016 [grifos meus]. Os dados sobre o projeto de Álvaro Lins são tomados aqui como a terceira leitura, acerca da pré-história da tese de cátedra, e foram retirados de: CANDIDO, Antonio. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial* [póstumo]. São Paulo: Brasiliense, 1991.

¹¹³ CANDIDO, op. cit., 1991, p. 9.

¹¹⁴ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Antologia dos poetas brasileiros na fase colonial* (2. vols.). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde / Instituto Nacional do Livro (INL), 1952-1953. Os projetos desses livros se vinculavam às iniciativas de fomento à cultura para divulgar seus escritos, pois muitos eram pouco conhecidos e até inéditos. A tarefa iniciou quando ele ainda chefiava a Seção de Publicações do INL (1939-1944), cabendo-lhe reunir tais documentos sob o escrutínio de uma apurada pesquisa junto aos manuscritos e/ou obras raras da Biblioteca Nacional (BN). Com isso, precisou as grafias, atribuiu o exato sentido de alguns termos de época, além de corrigir problemas nas compilações e/ou reprodução desses registros em notas de rodapé, sobretudo quando já publicados. Eis a soma de elementos caros às práticas da pesquisa em História em vigor, aliada à Crítica literária.

ainda que sob outras rubricas. Entre essas reflexões estavam: *Domínio Rococó, Metastásio e o Brasil, Imagens do setecentos, Uma epopeia americana (I, II e III) & Tentativa de mitologia*. Este último título resultado de um debate com o historiador português Jaime Zuzarte Cortesão, quanto ao peso, nos séculos XVI e XVII, da representação cartográfica chamada Ilha-Brasil.¹¹⁵

Nas palavras de Nicodemo, não existem indícios, porém, de que o trabalho no projeto da LJOE tivesse iniciado antes da viagem ao Velho Continente. Isso porque há, de um lado, uma carta enviada em 1952 a Buarque de Holanda por Álvaro Lins, na qual este não tocou no assunto do suposto convite à propósito da história literária. De outro, existe uma segunda missiva, desta vez do professor Visitante em Roma para José Olympio, de 1954, relatando seus afazeres ao editor e o andamento dos trabalhos sobre a literatura do Brasil Colônia, ao mesmo tempo em que afirmava já ter grande parte desse estudo devidamente escrito sobre os séculos XVI e XVII (recorte temporal de destaque na tese de cátedra!), completando suas buscas em arquivos e bibliotecas italianos quanto ao XVIII, com os papéis da Arcádia.¹¹⁶ Diante de todas essas questões, esta penúltima análise salienta que *Visão do Paraíso* emergiu como readaptação desses planos de escrita para o término do estudo que foi, enfim, apresentado no concurso.¹¹⁷

A terceira edição-versão de *Raízes do Brasil* (1956) informava o leitor sobre os títulos buarqueanos vindouros pela “casa” JO. Assim, seguindo a praxe em vigor, tais anúncios cumpriam uma função propagandística, de tal modo que, junto aos dados dos textos impressos sob a forma de livros ou artigos, havia as indicações de “obras” “No prelo”, onde fizeram constar *Caminhos e fronteiras & Tentativa de mitologia*; e o registro de uma investigação “Em preparo”, no qual foi incluído uma única menção, qual seja, a referência exclusiva à pesquisa d’*A era do Barroco no Brasil*.¹¹⁸ Cumprida a promessa inicial, com o aparecimento do título de

¹¹⁵ Elaborei estas linhas com base naquela que considero aqui como a penúltima leitura de *Visão do Paraíso*, já imersa na análise de sua gênese, que é: NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Dap-Unifesp, 2014. Mas agora segue um dado meu que, ao atentar para o tipo de atividade feita no preparo de *Antologia dos poetas brasileiros na fase colonial* – verdadeiro esmero buarqueano de quem lê quase um outro idioma – penso que vale citar que, por esses anos, saíram as suas traduções dos seguintes estudos: *Tatuagem de unha de dedo de um índio Yamarikumá & Alcova de parto entre os Baikiri*, de Fritz Krause, saídos na *Revista do Museu Paulista*. Cf. o *Apêndice A – Cronologia bibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

¹¹⁶ NICODEMO, op. cit., 2014. Aí igualmente se esclarece algumas reutilizações de investimentos investigativos de *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial* nos *Capítulos de literatura colonial*, a exemplo de uma nota relativa a Bento Teixeira (1561-1600), transferida na íntegra. Quanto ao malogro do empreendimento dirigido por Álvaro Lins, pouco se conhece, pois somente dois dos volumes foram impressos, a saber: *Prosa de ficção* (1950), por Lúcia Miguel Pereira; e *Literatura oral* (1952), por Luís da Câmara Cascudo. Talvez tenha pesado nisso o fato dele também ter rumado para a Europa em situação semelhante à de Sérgio Buarque de Holanda, inclusive na questão da duração e praticamente no mesmo período, enviado que foi à Universidade de Lisboa (Portugal).

¹¹⁷ Idem, p. 331. Apesar de eu me deter nesta referência da pesquisa mais recente do quarto autor aqui sumarizado, é preciso reforçar, como eu disse nos debates deste Capítulo 4, que ele já havia se aproximado do tema em sua dissertação (NICODEMO, op. cit., 2008), voltada ao debate sobre os rodapés de jornais do intelectual paulista ecoados em *Visão do Paraíso*, num processo ao qual chamou de obra de Sérgio Buarque dos anos 1950.

¹¹⁸ Cf. as contracapas de: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros”

1957, repetiam-se essas notícias – embora incrementadas – e incluíam-se os estudos em curso. Nesta ocasião, a antiga *Tentativa de mitologia* já aparecia pluralizada como: *Tentativas de mitologia – Estudos brasileiros*; & *A era do Barroco no Brasil* vinha com o subtítulo: *cultura e vida espiritual nos séculos XVII e XVIII*, somado ao acréscimo segundo o qual este último se daria em três volumes (ao que me pergunto: um deles seria *Visão do Paraíso*?). Além disso, *Caminhos e fronteiras* também sinalizava que o público poderia aguardar uma segunda edição, revista e ampliada, de *Monções*. Por fim, registrou-se aí o anúncio de *Literatura colonial brasileira*, jamais publicada da maneira como se divulgou.¹¹⁹

Em tempo: a análise historiográfica de abertura deste balanço sumário dá ênfase, *grosso modo*, ao traço singular da tese de cátedra que anteciparia o viés das mentalidades no Brasil, tamanha a sua originalidade no plano interno ou externo de diálogos intelectuais, embora não necessariamente pelas correntes francesas desse pensamento. Isto teria se dado bem mais pelas sendas alemãs e italianas, sugerindo, por fim, uma investigação mais apurada sobre o possível nexos desta pesquisa de Sérgio Buarque *também* com a *História das ideias* norte-americana. Ao reforçar parte de tais argumentos, a segunda avaliação endossa o laço ítalo-germânico idênticos em muitos pontos. Mas se rebela quanto ao vanguardismo sobre os *Annales* do terceiro grupo geracional vinculado ao periódico-movimento, *malgré* a erudição do estudo em apreço. E, neste sentido, uma de suas justificativas recai sobre o elemento cronológico, ou seja: o programa disciplinar da *ouillage mental* só afloraria na década seguinte.

Na síntese incompleta das leituras, por assim dizer, interpretativas, que tenho resumido, o terceiro analista evocado foi quem esclareceu o teor do projeto inconcluso dos *Capítulos de literatura colonial*, que saiu como livro póstumo em 1991. Foi aí que se lançaram as bases para as afirmações que lhe deram sequência, quanto a ser *Visão do Paraíso* fruto desse momento da trajetória buarqueana ligada à encomenda de um plano editorial maior da LJOE. Logo, tratar-

(v. 1). 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. Quanto à *Tentativa de mitologia*, sabe-se que esse título viria a público no plural numa proposta diversa, mais de vinte anos depois e por uma nova editora (e para além do embate de teses acerca da “Ilha Brasil”, que travou com Jaime Zuzarte Cortesão). Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. Coleção “Debates” (v. 161). São Paulo: Perspectiva, 1979.

¹¹⁹ Cf. as contracapas de: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 89). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. De forma recorrente a outros exemplos, a segunda edição de *Monções* só se reimprimiria décadas depois e, igualmente a *Tentativas de mitologia*, por outra editora. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2.ed. Coleção “Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais” (História, v. 8). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Mesmo assim, as versões ampliadas viriam somente nas ocasiões subsequentes a esta – junto à casa que editou os *Capítulos de literatura colonial* e naquela que adquiriria os direitos sobre muitos títulos buarqueanos, a partir de 1994, ou seja, respectivamente em: _____. *Monções*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990; e _____. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Nesta última foi incluída uma parte anexa inédita, denominada *Capítulos de expansão paulista*, e o Prefácio de Laura de Mello e Souza, que organizou o volume com André Sekkel Cerqueira, então responsável pelas notas. Cf. o quadro do *Apêndice B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos*.

se-ia de *obra* iniciada em meados de 1940. No encaço desses passos, o quarto examinador do assunto aprofundou as conexões entre os acertos para a feitura de uma história literária e os seus resultados impressos, apesar de frisar o começo disso não deve ter sido antes de viagem de Sérgio Buarque à Itália. A partir daí, apresenta um quadro que uniria suas ações críticas junto aos rodapés de periódicos – à época atento aos temas do *New criticism* –, às atividades nos arquivos da Arcádia Romana, sendo uma parte depois materializada, enfim, no texto de 1958.

Retomando elementos e seguindo pistas fornecidas pela primeira análise que explicitarei, mas se afastando desta última, o quinto estudo, de Renato Martins, aprofunda a ideia da especificidade da tese sobre *os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Ou, melhor dizendo, da América luso-espanhola, mas não menos, sobretudo a partir da segunda edição em livro, de 1969, também anglo-saxã. Tal convergência sobre todo o panorama do Novo Mundo acontece, nas palavras de Martins, por intermédio do longo prefácio assinado na ocasião pelo autor, onde aparecem – ou se esclarecem, eu acrescentaria – as referências do contato buarqueano com uma bibliografia voltada ao passado estadunidense.¹²⁰

É evidente, porém – e agora a fala é minha – que a maior parte dos títulos listados e discutidos por Sérgio Buarque de Holanda neste Prefácio da coedição entre a Companhia Editora Nacional e a Edusp só aparecem nos anos seguintes ao concurso da FFCL no qual a tese foi defendida, como será detalhado a seguir. Logo, sua presença no ressurgimento da “obra” no fim da década de 1960 estaria ligada, sobretudo, aos intercâmbios acadêmicos do autor com os Estados Unidos. Entretanto, esse não era o caso de todas as referências e, ainda que, em 1958 ou 1959, elas não tivessem figurado nos impressos, os fundamentos empíricos por meio dos quais os estudos anglo-saxões registraram os sentidos dos mitos edênicos mais ao Norte não eram completamente ignorados por Sérgio Buarque. Afinal, já se tratava de um dos grandes conhecedores das literaturas do período elisabetano e/ou de viagens (como atestam suas reflexões e biblioteca) que tantos coloridos emprestaram à gente das Treze Colônias e além.¹²¹

Entretanto, o uso buarqueano de tais citações serviram antes para reforçar a tese da experiência lusa *versus* a fantasia castelhana porque, os povos da América inglesa – majoritariamente peregrinos puritanos, em contraponto à matriz latina e católica de portugueses e espanhóis –, tinham encontrado parte de sua força motriz para imigrar na fuga às perseguições

¹²⁰ As considerações sumárias que tenho produzido neste parágrafo advêm de: MARTINS, op. cit., 2017. E se às suas colocações adiciono dados é porque estamos de acordo, em muitos aspectos, como já o demonstrei. Mas também porque eu acredito na possibilidade de retorno a alguns temas recentemente abordados por ele.

¹²¹ Os elementos relativos ao Prefácio de 1969 serão tratados na Parte III e, em especial, no Capítulo 7.

religiosas. Seu Paraíso seria construído, portanto, e não procurado, de modo a se repercutirem tais predisposições, até àquela atualidade, nos símbolos de seus netos no continente.¹²²

Seja como for, ainda na escrita de Renato Martins, quinto trabalho deste balanço – investigação que analisa aspectos do concurso, aliás, embora distintamente, de resto, da vertente aqui assumida – existiria um nexos que o intelectual brasileiro teria construído com as ideias de Fernand Braudel. Portanto, através desse traço, aprofunda-se a discussão – a meu ver bastante plausível – dos contatos com o nome da segunda geração dos *Annales* e, por consequência – deliberada ou não –, recoloca *Visão do Paraíso* na praça que antecipa as mentalidades.

Finalmente – e seguem duas questões basilares na leitura historiográfica que estou sintetizando por último – apesar das reais correlações entre a pesquisa sobre o Paraíso terreal e outros livros do autor, póstumos ou não, defende-se que o argumento desenvolvido por Buarque de Holanda naquela quadra de 1958 era uma formulação inédita porque:

D) apegava-se à discussão específica do Renascimento, feito corte antes cultural que cronológico (apesar de apontá-lo na faixa larga que vai aproximadamente do século XII ao XVIII), debate então sedimentado na bibliografia europeia, que não o lia como espécie de conduta logo desabrochada na racionalidade do século “das Luzes” e da revolução industrial, sendo ainda marcado por várias atitudes, por assim dizer, alquimistas, mágicas.¹²³ Desse modo, o candidato à cátedra esqueceria momentaneamente suas análises do barroquismo, abundantes em *Capítulos de literatura colonial*, nos artigos da imprensa dos anos 1950 depois incorporados nas *Tentativas de mitologia* ou no plano abortado d’*A era do Barroco no Brasil*, por exemplo. E, neste caso, trocava os sinais: pois se até então lançava mão do termo como estética e/ou mentalidade luso-brasileira que subordinava um pouco a Renascença no Novo Mundo; em *Visão do Paraíso* – e eu iria além, afirmando: *diante da banca* – a época renascentista englobava o “imaginário” ibero-americano como unidade subalterna.¹²⁴ E, II) diferente das produções precedentes e sucessoras, o impresso do concurso seria o único – e, de fato, foi – a levar o método comparativo às raias da minúcia como aspecto estruturador de toda a sua escrita.¹²⁵

Observados esses aspectos, pode-se adentrar a partir de agora na arguição da tese de cátedra propriamente dita, em 12 de novembro de 1958, ocorrida 48 horas após a fase da prova

¹²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Brasiliana” (v. 333). 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1969, p. XIV-XV.

¹²³ No Capítulos 6 voltarei a este assunto, buscando avançar mais um passo na sua identificação com os trabalhos mais tarde produzidos especialmente na França, nos Estados Unidos da América e na Alemanha.

¹²⁴ MARTINS, op. cit., 2017, p. 75.

¹²⁵ E aqui a minha concordância é total com esta interpretação, mas, sobretudo, acatada no seu conjunto, pois cabe observar aquilo que tantos outros notaram – e com a mesma prudência que não faltou a Renato Martins –, ou seja: é impossível não relacionar isso com *Raízes do Brasil*, livro no qual capítulos inteiros tinham usado a comparação como pedra fundamental (Cf. esse juízo, por exemplo, em: SOUZA, op. cit. 2010; & VAINFAS, op. cit., 2010.).

escrita e o exame dos papéis do currículo. Mediante uma nova tentativa de compreensão dessa etapa do acontecimento, buscarei mensurar em que medida as questões citadas emergem na defesa, réplicas e trélicas de *Visão do Paraíso*.¹²⁶ Para tanto, adotarei como válidas as posturas das cinco leituras – porque o são, cada qual à sua maneira, é claro –, mas tentando acomodá-las ou até depurá-las, quem sabe, naquilo que for possível e, talvez, necessário.

Sem descuidar da perspectiva teórico-metodológica assumida desde o princípio ao atentar para os relacionamentos pessoais, institucionais e editoriais de Sérgio Buarque de Holanda, que na reflexão seguinte estará sob o escrutínio da banca formada, vale lembrar, pelos catedráticos Afonso Arinos de Mello Franco, professor de Direito Constitucional na UB (DF); Hélio Vianna, também desta instituição, mas alocado na FNFfi como docente na cadeira de História do Brasil; José Wanderley de Araújo Pinho, da mesma cadeira, porém junto à Universidade da Bahia; e os docentes da FFCL-USP Eduardo d’Oliveira França, de História Moderna e Contemporânea; e Eurípedes Simões de Paula, da pasta de Antiga e Medieval.

À guisa de compreensão do título deste item (4.5), meu esforço estará voltado à demonstração do quanto não só tardio e/ou repentino como, sobretudo, *de distinção* – e mira diletta! – era o argumento apresentado nos sete capítulos do trabalho, quais sejam: *A experiência e a fantasia, Terras incógnitas, Do Eldorado à Serra da Prata, O Paraíso perdido, Mundo Velho e Novo Mundo, “non ibi aestus” & América portuguesa e Índias de Castela*.

No conjunto, eles cumpriam a exigência do concurso quanto à apresentação de uma tese inédita, daí o abrandamento a respeito do *Barroco*; serviam para colocar a trajetória do então candidato em trilhos já percorridos, quais sejam, o cotejo analítico entre culturas em paralelo; e, assim, realinhavam as investigações buarqueanas às pautas da agenda internacional, sob novas bases intelectuais hegemônicas que ele, atento e conhecedor das atuais “cotações” no mercado das referências mais poderosas, tratou de adequar aos seus escritos. Não se pretende, com isso, munir-lhe de consciência histórica. Trata-se, antes de tudo, de analisar como tais configurações funcionavam, no âmbito de suas práticas letradas, como uma espécie de encontro, onde convergiram interesses e pré-disposições com as oportunidades que Buarque de Holanda obteve para ajudar a construir os programas do estudo comparado das civilizações.¹²⁷

¹²⁶ Complementarmente a isso, no Capítulo 6, na terceira Parte da presente tese, usarei outros estudos dedicados ao texto de *Visão do Paraíso*, já em sua modalidade comercial, de 1959.

¹²⁷ Refiro-me, sobretudo, ao *Rapport du comité d’experts sur l’étude comparée des civilisations* da UNESCO, do qual ele foi signatário e que analisei no Capítulo 3.

Capítulo 5

VISÃO DO PARAÍSO:

Os motivos acadêmicos no redescobrimto e descolonização dos conflitos de teses

Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la (Carlo Ginzburg)

São Paulo, 9 de dezembro de 1982. Futuro das histórias que aqui se estava contando. Entenda-se isto como uma pausa ou, antes, um nexos necessário a uma parcela dos argumentos que serão explicitados no fecho desta Parte II. Na data, a existência física de Sérgio Buarque de Holanda não se encontrava mais entre os seus. Falecera no outono, aos 79. Mas a força de suas *heranças (i)materiais* inviabiliza(va) o seu completo desaparecimento.¹ No papel amarrotado pelo tempo, salvo, porém, num dos arquivos da “casa” José Olympio (JO), a posteridade pode então acessar uma carta de Maria Amélia ao empresário e amigo que deu nome à editora. Em meio à mudança para a capital carioca, a viúva se pôs a descrever suas lembranças dos momentos ao lado do companheiro. “Revejo de repente”, registrou, ele “em 1935, falando que ‘precisamos terminar logo o livro’ [...]. Era o *Corpo e Alma do Brasil*, trocado, depois, para *Raízes*”. Ato contínuo, enfatizou: “Essa prova de confiança e as outras de atenção e amizade é que levaram Sérgio a lhe dedicar *Caminhos e fronteiras*”.² Tais afirmações, ainda que possam ecoar hoje sem surpresas, materializam uma vez mais, em papel e tinta, o peso da instabilidade sobre o primeiro impresso (visto sob novos ângulos) e destacam uma particularidade da segunda “obra” citada, a única com dedicatória. Logo, junto à ideia de que os autores não escrevem livros, sequer os seus (como a missivista também dá a ler), convém interrogar: face às possíveis mutabilidades do título – seja esse anunciado ou confundido pela esposa, somado ainda ao que emergiu de forma equivocada numa das propagandas de seu lançamento, em 1936 (*Origens do Brasil*) – como saber se antes deles não havia outro? Será que não existia pelo menos mais um, antigo no pensamento do historiador por ofício e – após o

¹ Sobre este legado, simbólico ou tangível, esclareço que o uso da expressão em itálico se presta a conferir o sentido da concretude de seus livros e o do *modus operandi* de suas práticas. Quanto à perpetuação de suas imagens letradas, na dissertação que defendi em 2014, dediquei-me, inicialmente, a questões relativas ao luto ressonante nas homenagens póstumas, na memória pessoal e institucional por ocasião de sua morte. Na sequência, voltei aquele estudo ao poderoso espólio historiográfico, mas silencioso e, até então, pouco explorado, ou seja: o seu planejamento e direção de um projeto editorial de vulto e inédito, encomendado pela Difusão Europeia do Livro (Difel), que fiz constar, aliás, na denominação do trabalho que apresentei. Cf. FURTADO, André. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016.

² Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. 210. Pasta Correspondência. Carta de Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda a José Olympio, São Paulo – 9 dez. 1982. *Fundação Casa de Rui Barbosa* (FCRB).

ingresso como professor catedrático na Universidade de São Paulo (USP) –, institucionalizado de maneira efetiva, paradoxalmente perdido e presente, ao qual chamou de *Teoria da América*?

5.1. Modernizações “conservadoras” e gênese de um viés disciplinar?

Ciente ou desinformado quanto ao poderio acadêmico paulatinamente assumido pela USP, é interessante notar que, após abrir os trabalhos da arguição, o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) à época, professor Paulo Sawaya, passou a palavra ao primeiro avaliador externo, o catedrático Afonso Arinos de Mello Franco, cuja intervenção procurou logo deixar claro o fato de sua crítica se expressar *só* como a de examinador. Como quem pudesse ler o trabalho sob outras lentes porque integrante de várias esferas do mundo intelectual de então – e ainda legítimas nas artes de Clio, como os Institutos Históricos, as Academias de Letras e os Museus –, esse eco é representativo da paulatina emergência de diferenciação entre os campos disciplinares no Brasil. Isso porque as universidades buscaram impor uma distância considerável das práticas letradas daquelas instâncias polígrafas. Afinal de contas, estas eram mais voltadas a um público amplo, tendo sua produção escoada nas propostas de caráter formador e educativo desenvolvidos a partir do *boom* editorial dos anos 1930, ainda muito em disputa por uns e outros como espaços indispensáveis, de todo modo, para materializar seus pensamentos impressos.

O lastro dessa intelectualidade multifacetada se notava desde o surgimento das coleções, com destaque para aquelas em que Buarque de Holanda se envolveu até 1958 como único autor, tais como a *Documentos Brasileiros*, da Livraria José Olympio Editora – LJOE, publicada de 1936 em diante; a *Mosaico*, da Martins, e a *Estudos Brasileiros*, da Casa do Estudante do Brasil, que apareceram na cena pública no ano de 1943.³ No entanto, o tom asseverado no anúncio em banca visava evidenciar também que, por conta mesmo da condição alegada, o arguidor disse ter sentido certo incômodo com a tendência do avaliado em se dirigir aos leitores.⁴

A arguta observação não era gratuita. Apesar de os estudiosos desse período se voltarem preferencialmente à reconstituição dos debates entabulados com alemães, franceses, estadunidenses etc. – cada vez mais importantes ao autor, é verdade, sobretudo do ponto de

³ Para um olhar de conjunto sobre esses projetos editoriais, os demais títulos e seus “destinos”, Cf. o *Apêndice B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos*.

⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Mello *apud* ELLIS, Myriam. Noticiário. Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 38, ano X, p. 493-508, abr./jun. 1959, p. 496. Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) da USP.

vista simbólico / acadêmico e diferente da pauta dos anos 1920-1930 quando a sua grande discussão era com os brasileiros – não se pode perder de vista o significado ainda mantido pelos interlocutores nacionais em sua “obra”.⁵ Nessa altura da segunda metade do século XX, o agora candidato dava sequência às suas atividades no ofício da cátedra, sendo que suas *economias* letradas começavam a entrar, mais decididamente, num processo de certa internacionalização.⁶

Seja como for, descendente de um núcleo familiar cujas gerações se perpetuavam, desde o Império, no trabalho cultural ou político – e, neste último caso, tendo alcançando, inclusive, os mais altos postos no desempenho de funções públicas –, é possível inferir que o mineiro de Belo Horizonte estivesse falando do alto de sua segura posição acadêmica e parlamentar.⁷ Isso porque a mesma ordem de fatores reclamadas por ele nesse quesito somente pareciam sustentar sua pertinência na configuração do concurso. Afinal, as regras universitárias requeridas em uma tese, como dava a entender o comentário, eram passíveis de igual aplicabilidade à sua própria produção intelectual, mais profícua, aliás, que as do candidato por ocasião do certame.⁸

A postura de Afonso Arinos talvez se prestasse à correta demonstração à plateia da defesa que, mesmo ante os notórios laços que o uniam ao candidato, a condição por ele assumida em banca era, única e exclusivamente, a de avaliador, conforme destacou a ata.⁹ Na sequência, ajuizou um parecer que ainda hoje simboliza um tipo de crítica das mais duras aos que se submetem às bancas acadêmicas, pois teria afirmado que “A tese não seria propriamente uma tese na expressão da palavra, pela extrema fluidez, imprecisão e limitação do assunto de difícil concatenação e fugidío aos objetivos específicos de tese universitária”.¹⁰

⁵ Como venho buscando argumentar, a despeito dos esforços entre as investigações que já apontaram, há muito, as principais correntes estrangeiras nos escritos de Sérgio Buarque, reitero que, mesmo em um primeiro momento, seu diálogo era menos com Max Weber, Carl Schmitt, Frederick Jackson Turner etc. (porque jamais em essência e raramente não adaptados) e mais com João Capistrano de Abreu, Gilberto de Mello Freyre e companhia.

⁶ Em particular pelas traduções de *Raízes do Brasil* e de outros textos, aos quais voltarei na Parte III.

⁷ Mello Franco nasceu em 1905, era professor catedrático da Universidade do Brasil (UB) desde 1949; e, à época da arguição, Senador da União Democrática Nacional (UDN), eleito no Rio de Janeiro pouco antes de integrar a banca, em sequência às legislaturas de sua carreira, iniciadas em 1947 como Deputado por Minas Gerais. Cf. LEMOS, Renato. Verbete: Afonso Arinos. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

⁸ Mesmo olhando só para os anos 1930, nota-se o trânsito de Afonso Arinos em diversos projetos editoriais cujos princípios consistiram justamente em fazer o país ser conhecido em sua própria terra e, por essa razão, destinados a todas às faixas etárias. De sorte que ele viu publicado os títulos de *Conceito de civilização brasileira*, como volume 70 da coleção *Brasiliana* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936); & *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, como o volume 7 da coleção *Documentos Brasileiros* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1937).

⁹ Sua relação de parentesco era com a esposa de Sérgio Buarque. Isso porque, José Cesário de Faria Alvim Filho, seu avô materno, era também, mas paterno, de Maria Amélia. Convém frisar ainda, a propósito, que o patrono Alvim Filho foi Deputado geral por Minas Gerais e Presidente da Província do Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado. Findado o regime monárquico, governou o estado natal de sua família, entre 1889 e 1892, sendo ainda Ministro da Justiça, em 1890, e prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 1898 a 1900. Cf. SANTOS, Alessandra Soares. *Afonso Arinos historiador: uma identidade para as elites brasileiras*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

¹⁰ FRANCO, Afonso Arinos de Mello *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 496.

Ao proferir essas palavras, o arguidor agia, num só tempo, para demarcar sua leitura rigorosa de *Visão do Paraíso* da forma como foi escrita, bem como concorria no sentido de inaugurar o tom de relevo na ordem discursiva por ventura adotada pelos demais avaliadores, como de praxe nos rituais acadêmicos dessa natureza até a atualidade. Ademais, frente a alta capacidade produtora da língua falada em mobilizar um leque de signos comuns a determinados espaços com o fito de se fazer entender – e ciente da proposição segundo a qual os receptores de toda e quaisquer mensagens tomam suas ressonâncias a sua maneira – pode-se argumentar que, no tocante a esse ponto, não pairavam muitas divergências na recepção dos catedráticos avaliadores.¹¹ Como se não bastasse, ainda a respeito do estilo buarqueano, Mello Franco finalizou sua análise, de um lado, elogiando o valor e amplo diálogo estabelecido pelo estudo “*no campo da Geografia, da História, da História das Ideias, da Medicina e da Literatura*”, e, de outro, requerendo que o candidato respondesse se realmente considerava sua tese “Como um trabalho universitário de concatenação de dados, de proposição e conclusão?”¹²

Quanto ao traço representativo desta última fala sobre uma dada “História das Ideias”, é plausível supor que o seu uso se fundava no ecletismo da expressão, conforme a heterogeneidade de definições e referências que a representavam naquele decênio.¹³ Fruto de uma das acepções possíveis e reelaboradas daquilo que vinha se constituindo, de maneira paulatina, na França, como “História das Mentalidades” – embora pouco declarada ainda dessa forma –, é provável que, *circunstancialmente*, a tese de Sérgio Buarque dialogasse com essa área de estudos, pois estava assentada no conhecimento dos esforços levados a efeito por historiadores responsáveis diretos por tais debates junto ao grupo da revista *Annales*.¹⁴

¹¹ As ideias aqui defendidas se baseiam na reflexão que, opondo-se às teorias da Ferdinand Saussure e seus seguidores, como Noam Chomsky – para os quais a comunicação seria, em suma, um ato redutor do mundo social enquanto troca puramente simbólica e apartada das relações que atualizam as suas forças, ou seja, das condições que criam os desequilíbrios dos capitais / fortunas adquiridas nesse “mercado” –, afirma que “Jamais se deveria esquecer que a língua, em razão de sua infinita capacidade geradora, mas também, *originária*, no sentido kantiano, que lhe é conferida por seu poder de produzir para a existência produzindo a representação coletivamente reconhecida, e assim realizada, da existência, é com certeza o suporte por excelência do sonho de poder absoluto”. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 28.

¹² FRANCO, Afonso Arinos de Mello *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 496 [grifos meus].

¹³ Embora já abordado um pouco no Capítulo anterior, quando sumariizei ao seu término os debates que se debruçam sobre *Visão do Paraíso*, este ponto será retomado oportunamente no de número 6. Sobretudo face à importância que seus rumos têm assumido nas mesmas análises em que, aparentemente, divergem os professores Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas – que defende, vale lembrar, essa classificação mais larga, notada pelo arguidor Afonso Arinos, em 1958 – e Evaldo Cabral de Mello. Por isso, a apreciação sobre a leitura que Buarque de Holanda fez de certa bibliografia e a posição de destaque que ela assumiu no conjunto de textos e autores referidos, *a posteriori*, como integrantes e/ou pais fundadores de uma “História das Ideias” e até das “Mentalidades” serão discutidos com mais vagar. Quanto a esta última, aliás, conforme aponte ao longo da Parte I, até essa época a noção de *mentalité* se prendia, sobretudo, ao entendimento de psicologia “social” ou “coletiva”.

¹⁴ Justamente entre o fim de 1950 e o início da década seguinte, quando Sérgio Buarque defendia a tese de cátedra, a historiografia francesa passou a reunir referências teórico-metodológicas para criar esta nova vertente disciplinar, bebendo “tanto na caracterização fundamentalmente psicológica da mentalidade coletiva quanto na redefinição do

Afinal de contas, tendo o pronunciamento de Afonso Arinos se reverberado a partir do texto de *Visão do Paraíso*, nele se pode encontrar uma série de referências que hoje, através de variados pontos de partida analíticos e dependendo do avaliador, são apontadas como essenciais para se compreender a multiplicidade de argumentos fundadores do uso das ideias ou até *ouillage mental* como objetos de estudo de historiadores tais como Johan Huizinga (1872-1945) e Lucien Febvre (1878-1956). Já a segunda crítica, que interrogava de maneira direta o candidato se o estudo reunia dados concatenados dos quais fosse possível extrair conclusões, é mister que se aponte o traço meramente retórico ecoado a partir dessa pergunta.¹⁵

Ora, se tinha sido o mesmo Afonso Arinos de Mello Franco que deu início ao debate duvidando das qualidades da tese como tese, como esperar que Sérgio Buarque de Holanda não pudesse se enredar nas malhas de uma contradição interna caso resolvesse responder de forma explícita a esse questionamento? Embora situado numa espécie de espaço intermediário naquilo que alegava como ensaio, entre uma aceção de matriz claramente montaigniana, que tomava o vocábulo como sinônimo de *escrever* com o fito de chamar a atenção do leitor e o olhar universitário positivista surgido no século XIX, que o desqualificava como prática legítima. O discurso de Afonso Arinos se revestia da vigor e disputas que, naquele momento, calavam fundo no ambiente acadêmico nacional, marcado pela (re)configuração dos campos disciplinares.¹⁶

que deve ser a história das ideias, ressituada numa exploração global do mental coletivo”. CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2002a, p. 37.

¹⁵ E isso porque, embora a situação das palavras em um texto, como o registro da ata, seja bem diferente da sua disposição na língua falada, por se referirem a sons e por não terem “sentido até que possam ser relacionadas – externamente ou na imaginação – [...] aos fonemas que codificam”, a julgar pelas verbalizações anteriores que remetiam à imprecisão da temática buarqueana defendida na tese, de difícil trato e concatenação, pode-se inferir a dúvida do arguidor como performática e típica em bancas acadêmicas. A presente citação foi extraída de: ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papius, 1998, p. 117. Quanto a Huizinga, vale dizer que ele é citado na nota 36 da página 91, na versão comercial da obra, embora já se tenha afirmado que “Sérgio Buarque não cita nem se refere a Johan Huizinga em *Visão do Paraíso*. Contudo o historiador holandês fornece os contornos mais salientes ao conceito de Renascimento”. MARTINS, Renato. *Tradição, modernidade e a história das Américas em Visão do Paraíso (1946-1969)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2017, p. 88. Isso não diminui o excelente trabalho que foi o primeiro a mostrar a apropriação buarqueana das reflexões de Fernand Braudel, nos trechos em que a tese de 1958 discutiu a organização política do Império espanhol em termos geográficos e temporais, mostrando, sim, o peso do Mediterrâneo sob Felipe II, mas também o das Índias de Castela. De Lucien Febvre, desnecessário retomar a fala a respeito do relacionamento deles desde o fim dos anos 1940, na *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO). Porém, convém frisar que esse é mais citado em *Visão do Paraíso* que Huizinga, inclusive para dar a ler à banca essa sua proximidade – efetiva e simbólica –, pois foram usados os seguintes textos: I) *Le problème de l'incroyance au XVIIe siècle* (1947); II) *De 1560 a 1660: la chaîne des hommes* (1952); & III) *Les lumières de Clío* (1955). No primeiro caso, bem conhecido, corresponde ao livro publicado pelo editor Albin Michel (Paris). No segundo, apesar de Sérgio Buarque não fazer a citação completa, tratava-se de um *Préface d'un historien*, como Febvre buscou demarcar em um número da revista *Cahiers du Sud* (Marseille) voltado à Literatura do *Préclassicisme français*. Na terceira referência, por sua vez, era também uma autorreferência, pois correspondia à comunicação que Febvre proferiu no encontro de Genève (1954), publicado nos anais *Le Nouveau Monde et l'Europe* (Neuchatel) – ao qual me referi no Capítulo 3 – e que continha ainda os textos de William Rappard, Robert Jungk, George Boas, Emilio Oribe, André Maurois e do próprio Buarque de Holanda conforme ele não deixou de anotar.

¹⁶ Neste caso, mantêm-se os argumentos sobre os significados que o ensaio pôde ter na fala do primeiro arguidor, pois, “Escrever, para Montaigne, é ainda uma vez *ensaiar*, com forças sempre renovadas, num impulso sempre

Em resposta, conforme registrado na ata da defesa, Buarque de Holanda pronunciou que o trabalho apresentado, apesar de *ser fruto de muitos anos de estudos, teria sido feito de maneira diversa caso sua escrita visasse a cátedra desde o princípio*, o que não significava, no seu entender, “repúdio à tese como tese de concurso”.¹⁷ É difícil precisar por quanto tempo e desde quando efetivamente o então candidato vinha escrevendo esse trabalho – e nem cabe fazê-lo aqui –, mas essa tréplica que se refere aos “anos de estudo” genericamente citados serve para mostrar quão próximas de uma intelectualidade polígrafa eram tanto a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda quanto a de Afonso Arinos de Mello Franco.¹⁸

Para tanto, bastaria mencionar, entre outros aspectos, não só que se conheceram quando da já mencionada formação em Direito, mas também o coincidente período no qual passaram a morar no Rio de Janeiro, entre o fim dos anos de 1910 e início de 1920, chegando a desenvolver aí algum gosto pela literatura. Ambos trabalharam n’*O Jornal*, de Assis Chateaubriand, e noutros periódicos dos Diários Associados. Igualmente se encontraram na Universidade do Distrito Federal (UDF), embora depois, quando esta foi desmontada pelo governo Getúlio Vargas, em 1935 – com ajuda dos grupos católicos na investida contra a liderança “comunista” de Anísio Teixeira –, sendo absorvida no novo projeto da Universidade do Brasil (UB), Sérgio Buarque a deixou e Afonso Arinos permaneceu.¹⁹ Mas isso não seria o único “afastamento”.

Nos instantes que antecederam o término do Estado Novo (1937-1945), participaram ainda do I Congresso Brasileiro de Escritores, ao lado de outros nomes, a exemplo daqueles que integraram as comunidades de leitores buarqueanas até a publicação de *Caminhos e*

inaugural e espontâneo de tocar o leitor no ponto mais sensível, de forçá-lo a pensar e a sentir mais intensamente”. Mas se sabe que as universidades europeias oitocentistas, no apogeu do positivismo e, fixado as normas da pesquisa, promoveu o rechaço ao gênero como antiacadêmico, pois “o ensaísta [passa a ser] um amável amador que vai juntar-se ao crítico impressionista na zona suspeita da não-cientificidade”. STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *Remate de Males*, Campinas, v. 31, n. 1-2, p. 13-24, jan./dez. 2011, p. 15 & 21. É preciso atentar que Afonso Arinos já tinha bebido no pensador quinhentista num de seus principais livros (Cf. a nota 8).

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 496. Grifei minha síntese da fala atribuída a Sérgio Buarque na frase anterior a esta citação literal, porque ela está na base de algumas das análises historiográficas anteriormente discutidas (item 4.5), como sendo a tese de cátedra ora o resultado de um plano de escrita *tardio* ora objeto *repentino*. Reitero que, no Capítulo 6, quando eu atentar à recepção da versão comercial de *Visão do Paraíso*, dialogarei com outros trabalhos para debater as “fontes de inspirações” do impresso.

¹⁸ Além de alguns contatos, já existentes em 1958, entre o candidato e os membros da banca, agora privilegiarei outros dados, sobretudo quando comparáveis à trajetória de Sérgio Buarque. Isso concorda com a proposta de acompanhar os itinerários dos agentes *pari passu* ao conjunto possível de suas relações objetivas. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

¹⁹ A propósito do primeiro, Cf. o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*. Já os dados sobre Mello Franco, Cf. LEMOS, op. cit., 2001. Acerca dessa comparação recordo, aliás, uma leitura que fiz ainda na época de feitura do projeto de mestrado – com a crítica da professora Cristina Ferreira, em 2011 – no qual me perguntava se era válido conceder espaço à questão contextual somente se isso esclarecesse a personagem, conforme defendia LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 1999. Invertendo um pouco essa lógica, permito-me frisar, entretanto, que busco proceder a tais concessões caso elas tenham potencial para apontar as *interdependências* entre os agentes e as instituições.

fronteiras, tais como: Austregésilo de Athayde, Sergio Milliet, Octávio Tarquínio de Sousa, Franklin de Oliveira e Astrojildo Pereira, que se reuniram na capital paulista, em janeiro de 1945, para reivindicar a (re)democratização do país.²⁰ E, nesse passo, uma vez decaído Vargas ocorreram as fundações, por exemplo, das legendas União Democrática Nacional (UDN), composta especialmente de profissionais liberais, com destaque para os diplomados em Direito, e onde se filiou Mello Franco; e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), cuja base, pouco mais larga, reunia intelectuais das mais diversas áreas, e no qual Buarque de Holanda se inscreveu.²¹

No plano afetivo e letrado as relações se mantinham sob a marca da proximidade (por que haveria de ser diferente?). Aliás – já tive a oportunidade de demonstrar –, nos debates que se sucederam ao surgimento, em 1936, dos livros *Conceito de civilização brasileira & Raízes do Brasil* que cada qual assinava, seus discursos impressos iriam se encontrar afinados quando o mineiro começou a deixar um pouco de lado suas antigas posturas da Europa como sociedade modelar. Daí que suas publicações subsequentes, atentas às mudanças nas estruturas econômicas do país que, por meio da *planta democrática* do café e de outras *culturas*, como as da urbanização, ajudavam a aniquilar a herança ibérica permitindo renovar o marco civilizatório que fosse desenvolvido *no* e *pelo* trópico. Logo, a partir da década de 1940, os pensamentos que expressou caracterizaram positivamente a mestiçagem, reconhecendo os legados de negros e índios, como nas páginas do volume intitulado *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, de 1944, ao valorizar, por exemplo, as habitações autóctones.²²

Fruto de um curso ministrado no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (Rio de Janeiro), o texto foi publicado por este órgão criado no Estado Novo e então chefiado por seu primo, Rodrigo Mello Franco de Andrade, que seguiria anos à fio na direção

²⁰ Cf. o Capítulo 3; os números 10 / 10; 11 / 11; 18 / 18; 35 / 1; e 70 / 22 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*, pois se referem às quadras onde se localizam os nomes dos críticos supracitados que se reuniram no ato contestatório; bem como a referência de: LUCA, Tania Regina de. O 1º Congresso de Escritores e o arquivo Astrojildo Pereira. *Cadernos do CEDEM*, São Paulo, v. 1, p. 101-105, 2008, que referencia ainda de forma destacada as presenças de Antonio Candido de Mello e Souza e Aníbal Machado.

²¹ Para maiores detalhes quanto aos perfis ideológicos e programas das legendas, Cf., respectivamente, BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; & HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia* (1964-...). Coleção “As esquerdas no Brasil” (v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²² Para elaborar essas considerações nas análises que eu tecia entre 2012 e 2014, o fiz com base em estudos como os de: NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (v. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998; & SANTOS, op. cit., 2006. Do primeiro, bebi a ideia de que o período de meados do século XX é uma espécie de divisor de águas na *modernidade* brasileira; e, da segunda, alimentei-me das informações sobre o intelectual Afonso Arinos de Mello Franco e acerca da centralidade de sua família como uma das elites mais representativas e poderosa do território mineiro. Mas só agora enxergo novos traços dessa pauta geracional, vinculando-o àquele debate das diretrizes do *Comité International des Sciences Historiques* (CISH), conforme abordei no Capítulo 2.

que se estendeu ao tempo dos governos pós-1964, personificando a tradição conciliadora do país que tendia mais a acomodar do que a expurgar. Note-se ainda que este último se aparentava à Maria Amélia Alvim e fora testemunha de matrimônio do casal Buarque de Holanda.

A transformação do posicionamento em muito se atava ao advento do povo como sujeito histórico e não menos à sua atuação pública no decênio seguinte. Ciente das pesquisas que a *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO) fomentou quanto ao conceito de raça, e agindo na política brasileira via UDN, ele propôs o projeto de lei que tornou o racismo uma contravenção penal, em 1951, desde que pega em flagrante ou testemunhada. A Lei Afonso Arinos, como ficou conhecida a despeito das tentativas dos getulistas de a tomarem para si, abriu uma fenda na história tais preconceitos.²³

Ora, não seria isso outro eloquente caso em que o conservadorismo, à revelia do conjunto partidário, parece ter mudado ao menos um pouco o país?²⁴

Talvez fosse um idêntico sentido e embebido da mesma discussão em benefício do povo como objeto histórico – *Monções, Caminhos e fronteiras* etc. o atestam – que levou o agora autor de *Visão do Paraíso* a se candidatar, nos anos de 1940, como Vereador. Gestado a partir da chamada *Esquerda Democrática*, o PSB tinha se oposto fortemente contra o regime estadonovista em seus momentos finais e os intelectuais de sua base eram aqueles que não desejavam ser identificados ou se juntar ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao contrário deste último, a legenda se inspirava na social democracia europeia e queria chegar à revolução valorizando a nacionalidade e com um programa para educar cultura, econômica e politicamente as massas.²⁵

Eis, de todo modo, a velha *modernização conservadora*, de autoria daquele que tinha anunciado a matriz do novo regime historiográfico mais tarde intitulado *mentalité*?²⁶ Dúvida à parte, sua menção, entretanto, faz-se necessária na medida em que o caso apresenta, de um lado, a Lei Afonso Arinos feito uma espécie de atualidade de práticas políticas bem brasileiras, de longa data, aliás, bastando-se recordar as teses da prova escrita do concurso, na qual o 13 de

²³ FURTADO, op. cit., 2016, p. 96-100.

²⁴ Pergunto-me isso sobretudo como fator de esperança pessoal que não saberia transmiti-los a outros. Recordo, aliás, que durante a arguição do meu trabalho de mestrado, o dado de terem sido os udenistas os responsáveis pela Lei anti-racismo enquanto se deslocava o tratamento do tema, quase em definitivo, do viés biológico para a ênfase cultural, também chamou a atenção da professora Angela de Castro Gomes. A historiadora chegou a comentar que era duro admitir o fato de a direita ter feito coisas incríveis no Brasil. E ela tinha razão, pois sabe-se que só na Constituinte de 1988 o texto seria alterado pelas propostas do Deputado Carlos Alberto Oliveira da seção carioca do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi aí que a contravenção penal de outrora se converteu em crime passível de se aplicar até cinco anos de prisão. Em 1997, com as ações de Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores (PT) gaúcho, ampliou-se seu alcance punitivo, pois se incluiu aí toda a forma de ofensa com base no tom da pele.

²⁵ HECKER, op. cit., 2007, p. 47.

²⁶ Embora História das Ideias e das Mentalidades não sejam sinônimas, é ponto pacífico o entendimento de que esta (“francesa”) foi uma reelaboração daquela (“americana”). Cf. a nota 14. Assim, em meio ao diálogo com a bibliografia do tema e sob o olhar da recepção de 1959, o debate sobre isso ficará a cargo do Capítulo 6.

maio de 1888 figurou como o fruto revolucionário gestado, paradoxalmente, independente das reais intenções do Partido Conservador, ainda que impulsionado por suas próprias ações legislativas; e, de outro, o fato de ter sido o udenista que fez alusão à *Visão do Paraíso* como expressão, entre outras áreas, da História das Ideias. Ademais, não menos significativo do lugar intelectual alcançado pelo primeiro arguidor de Sérgio Buarque, pode-se destacar a eleição, em janeiro de 1958, à cadeira da Academia Brasileira de Letras (ABL) vaga com a morte de José Lins do Rego no ano anterior. Numa das maiores disputas da entidade, Mello Franco derrotou João Guimarães Rosa e havia sido empossado em julho com saudação de Manuel Bandeira.²⁷

Daí, sobretudo, a representatividade do espaço ocupado por Afonso Arinos e o peso de suas falas no concurso, por mais que a universidade visasse se distanciar de instituições do gênero da ABL. Aliás, fosse um pronunciamento na Academia de Letras, é provável que a crítica não soasse como apreciação negativa, pois lá não se rechaçaria o ensaísmo.²⁸ Talvez por isso, na tréplica, a respeito da imprecisão e a fluidez observadas pelo avaliador, Buarque de Holanda declarou que não a sentira assim e justificou seus esforços como todos direcionados a documentar de maneira ampla as questões que abordou, pois, “o fato notado na arguição de se estender longamente sobre alguns assuntos tratados resultou exatamente da vontade de dar-lhes precisão e nitidez”. Sobre a suposta ausência de considerações finais, teria afirmado a existência das referidas partes, ainda que elas não contivessem tal denominação. Dito isso, ao finalizar sua resposta, de acordo com a ata do concurso, proferiu que “O próprio fato de não ter enumerado as conclusões possíveis das proposições fundamentais da obra resultou do empenho de fugir ao subjetivismo e aos entretons que o arguidor notou”.²⁹ Não haveria nesse comentário um eco das comunidades de leitores em confronto com o estilo buarqueano que deixava as conclusões em aberto, típico de quem visou estabelecer um diálogo mais explícito com a fortuna crítica?

Seja como for, em outra fala, Mello Franco teria afirmado o seu não convencimento das diferenças entre Portugal e Espanha que Buarque de Holanda buscava demonstrar nas visões paradisíacas das terras recém-descobertas, em função da necessidade de se definir algo fugidio, a saber, os efeitos dos mitos na ação humana. Em sua defesa, o candidato argumentou que uma tal dificuldade não poderia ser motivo para que o tema fosse relegado a escanteio. Ponderou

²⁷ Cf. SANTOS, op. cit., 2006.

²⁸ Afinal, toda “fala e, de um modo geral, toda ação é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições, socialmente modeladas, do *habitus* linguístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade linguística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas”. BOURDIEU, op. cit., 1996, p. 24.

²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 496-497.

que sua observação dos diferentes olhares lançados por lusos e castelhanos sobre o Novo Mundo emergiram do confronto, por ele operado, entre os relatos desses colonizadores.

Convencido ou não da defesa quanto à diferença na *forma mentis* de portugueses e espanhóis em solo americano, o fato é que o tempo destinado à fala do professor Afonso Arinos de Mello Franco findara. Assim, chegava a vez do segundo avaliador externo, o catedrático Hélio Vianna, em sequência ao protocolo de deixar os examinadores da casa por último.

5.2. Arguir o intelectual polígrafo, mas avaliar o historiador

Ao tomar a palavra, Vianna parece não a ter medido de forma satisfatória. A julgar por seu tom seco e direto, ainda quando leitor de *Raízes do Brasil*, de 1936, tem-se aqui uma efetiva aproximação entre os trechos da ata e os modos de se expressar caros ao arguidor. Reiterando a crítica calcanhar de Aquiles, sem rodeios, disparou: “a obra teria sido melhor classificada como *ensaio* do que propriamente como *tese*, tais as suas características, inclusive a de não esgotar a respectiva matéria”³⁰ sobre a *tópica edênica* nos encontros com a América.

Novamente o que se vê é um exame que apontava *Visão do Paraíso* como texto distante das formas narrativas próprias do espaço acadêmico do país ou, antes, daquilo pouco a pouco requerido junto ao *modus operandi* de escrita da História entendida como legítima no mundo universitário, em geral, e historiográfico, em particular. Porém, ou essa apropriação da fala de Vianna foi suprimida na ata que pode ter ignorado a íntegra da reverberação; ou o avaliador evitou o verbo que usaria na FFCL. E isso em detrimento dos termos originalmente planejados, conforme anotações de próprio punho que elaborou na véspera do concurso, em 28 de outubro de 1958, e hoje preservados como espécie de rascunho da arguição junto aos seus arquivos pessoais depositados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).³¹

Isso porque, nesses textos, após tecer elogios à temática da tese seguindo o ritmo, por assim dizer, diplomático, da tradição retórica jurídica brasileira – pois a exemplo de seu conterrâneo Afonso Arinos, e do próprio candidato, Hélio Vianna também era formado em Direito –, a crítica só veio depois de afirmar que *Visão do Paraíso* reunia assuntos do maior

³⁰ VIANNA, Hélio *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 497 [grifos meus].

³¹ Mesmo dispondo de papéis diretamente relativos às etapas do concurso da USP, mais do que a busca necessária do confronto documental, este meu percurso em distintos arquivos, à cata de informações sobre o certame, foi animado pelo princípio de que essa é a tarefa do historiador e, sobretudo, daqueles interessados na *cultura escrita* das sociedades. A estes cabe “reconstruir as variações que diferenciem os ‘espaços legíveis’ – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua ‘efetuação’ – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed.UnB, 1994, p. 12.

interesse.³² Assim, a frase que mais se aproxima da redação consolidada na ata do concurso e que melhor a representa foi a seguinte sentença: “Acredito”, escreveu Vianna, “que somente a exigência legal tenha determinado sua classificação como ‘tese’, pois melhor se enquadra na denominação, *também cabível a outros trabalhos de vossa excelência*, de ensaio. Ensaio, e com todas as características do gênero, inclusive a de não esgotar a respectiva matéria”.³³

Ora, junto ao retorno da classificação do estudo buarqueano como fruto do ensaísmo é possível que estivesse vindo à mente do arguidor outros livros, sobretudo *Raízes do Brasil* por ele resenhado em 1936. Contudo, mesmo que o catedrático buscasse vincular aquele escrito com a narrativa encontrada agora, em *Visão do Paraíso*, tal análise beirava à rixa ou ao esquecimento de sua parte, pois naquele decênio de sua avaliação sobre a “obra” de estreia, este assunto sequer foi um ponto importante da pauta.³⁴ No entanto, ao mesmo tempo, sua fala remetia para uma espécie de reconversão pela qual passava o referido impresso que, a despeito de suas três grandes mudanças e dos esforços buaqueanos para descaracterizá-lo desse estilo, sendo a última versão de 1956, as leituras do texto seguiam posicionando-o nesta categoria.

Para além de Hélio Vianna em si, isoladamente, o fato é que tal ímpeto classificador concordava com os contornos já sedimentados pelas comunidades de leitores típicas de sua fortuna basilar, que precederam o concurso na USP. Porém, no presente caso, o entendimento se prendia, uma vez mais, à acepção francesa do termo *ensaio* e aos moldes das práticas letradas empreendidas por Michel de Montaigne a propósito do gênero. Foi neste sentido que o arguidor *vocalizou* seu entendimento da tese de cátedra, isto é, deu historicidade à sua voz cuja compreensão sonora – a julgar pela menção da fala anterior – não deve ter encontrado barreiras dada a configuração da banca.³⁵ Porque se o pensador quinhentista via o ensaísmo se constituir

³² Hélio Vianna também era mineiro de Belo Horizonte, onde nasceu em 1908, e formado em Direito, em 1932. Um ano antes estabelecera relações com Plínio Salgado e, por conseguinte, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), além de periódicos cujas tendências políticas eram semelhantes. Chegou até mesmo a se candidatar a um mandato parlamentar, sem êxito, através dessa legenda que logo foi dissolvida após a implementação do Estado Novo. Tornou-se depois o primeiro professor catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF-DF), em 1939. Cf. o nº 15 / 15 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buaqueanos*; &, para maiores detalhes de sua trajetória até 1936, quando resenhou o livro *Raízes do Brasil*, Cf. o segundo item do Capítulo 2.

³³ Arquivo: Hélio Vianna. Notação final: DL1363.010 | Âmbito e conteúdo: Arguição da tese *Visão do Paraíso*, pelo professor Sérgio Buarque de Holanda apresentada ao concurso da cadeira de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Observação de Hélio Vianna sobre a tese. | Série: Produção Intelectual. Produtor: Hélio Vianna. 28 out. 1958. IHGB [grifos meus].

³⁴ Como já pude salientar, a questão do *ensaio* só emergiu nos debates enfaticamente a partir da década de 1940 e, ainda assim, sem um fecho definitivo naquele decênio. Voltarei a este ponto no Capítulo 6.

³⁵ Apesar da minha preferência pelo termo *oralidade*, para a análise em apreço soa mais adequado falar em *vocalidade*, pois este representa o clima no qual a voz ecoou, entonação e gestos corporais. Em que pese ainda uma tradição do pensamento que a vê como suporte da linguagem para a combinação de sonoridades significantes, o essencial é perceber a função que a voz assume no “exercício de seu poder fisiológico, sua capacidade de produzir a fonia e de organizar a substância. Essa *phonê* não se prende a um sentido de maneira imediata: só procura seu lugar”. ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 21. Um tal *lôcus*, aliás, no concurso de 1958, já contava com um terreno bem assentado, ou seja, a arguição precedente.

“na desenvoltura contida das digressões, que formam os *prolongamentos* multiplicáveis”,³⁶ não faltaram oportunidades para Vianna asseverar, nos mesmos registros pessoais que, embora contendo 382 laudas, a tese foi dividida “*em apenas sete capítulos*”, sendo que o terceiro (*Do Eldorado à Serra da Prata*) “de 124 páginas de extensão, *muitos acréscimos ainda lhes poderiam ser feitos*. Isto em consequência das numerosas questões que aborda, *algumas da maior importância para o melhor conhecimento da nossa formação histórica e social*”.³⁷

Sobre este último destaque, é preciso salientar que a análise documental revelou seu significado elogioso como corresponde a uma atribuição posterior do arguidor à tese de Sérgio Buarque. Afinal de contas, o aparecimento dessa sentença nas anotações pré-banca de Hélio Vianna surgiu em forma de emenda ao escrito original, que simplesmente comportava a seguinte frase: *Isto em consequência das numerosas questões da nossa formação histórica e social*. Logo, tal aspecto corresponde ao primeiro exemplo das muitas censuras e apagamentos feitos sobre os dados relativos ao concurso à cátedra em 1958, submetido tanto às apropriações potencialmente seletivas das falas que a ata incluiu, quanto em face do sentido contemporizador da réplica pensada por Vianna e cujo intuito pretendia fazer ecoar por meio da sua crítica.

Outro aspecto digno de nota remete ao debate sobre o *sentido da colonização* em *Visão do Paraíso*, que diz respeito aos comentários do avaliador acerca do mito das Amazonas e sobre as formas de ocupar o território implementadas por portugueses e espanhóis. Conforme os registros da ata, tudo faz acreditar que o primeiro tema soou em tom de oposição ao que se achava na tese buarqueana, pois tratava da circulação de notícias sobre as mulheres guerreiras que, “recolhidas pelos conquistadores em diversas regiões do continente sul-americano ter-se-ia referido única e exclusivamente às virgens do sol e às mulheres escolhidas do Peru incaico, segundo E. de Gandia, na *Historia critica de los mitos de la conquista americana*”.³⁸

Nos rascunhos da avaliação de Vianna salvaguardados no IHGB, porém, após grafar um neologismo para se referir ao trabalho em análise como “tese-ensaio”, de dissertar sobre a sensibilidade menos fantasiosa da gente lusa à época dos grandes descobrimentos como o tema de fundo da discussão e apontar, entre outros aspectos, o erro “por engano” de Sérgio Buarque em dar a Pedro Álvares Cabral o posto de “almirante” (distinção social que, segundo o arguidor,

³⁶ STAROBINSKI, op. cit., 2011, p. 21.

³⁷ Arquivo: Hélio Vianna. Notação final: DL1363.010, op. cit., 28 out. 1958, IHGB [grifos meus]. Interessante notar duas questões aqui: I) quando resenhou a edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, Vianna mangou dos esforços de Sérgio Buarque em atingir 200 páginas para aparentar robustez (lá ficando com cerca de 180) e, agora, ele reconhecia a envergadura das quase 400, mas reclamava do tamanho de um dos capítulos. Ou seja: outras configurações e instâncias, reiterava-se velhos embates e críticas, embora polidas e um tanto renovadas. II) não é possível afirmar, com segurança por ora, que esse trecho sobre o capítulo *Do Eldorado à Serra da Prata* tenha ecoado na arguição, pois só consta no rascunho de Vianna. Mas este ponto será retomado na Parte III.

³⁸ VIANNA, Hélio *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 497.

o navegante “nunca teve”), a temática das Amazonas não surge com relevo.³⁹ Ao invés disso, o que se vê é uma insistência maior sobre assuntos relacionados às posses ultramarinas de Portugal e sugestões de referências não utilizadas por Buarque de Holanda.⁴⁰

Tais pronunciamentos talvez tivessem por base o fundamento acadêmico que buscava se impor como argumento de autoridade, pois, desde 1941, Hélio Vianna acumulava as cadeiras de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), no Distrito Federal, e História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).⁴¹ Além dos postos em diversas comissões e instituições, a exemplo do grupo de Estudos dos Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, a diretoria de publicações da Biblioteca do Exército (BibliEx) e ser membro da Academia Portuguesa de História; da Sociedade João Capistrano de Abreu; da Academy of American Franciscan History (Washington, EUA); do IHGB e de seus diversos congêneres estaduais como sócio honorário ou correspondente.⁴² Também atuou na imprensa, sobretudo no carioca *Jornal do Comércio*, e teve vários trabalhos impressos em empreendimentos de linhas editoriais quase idênticas às que publicaram livros como os de Afonso Arinos e do próprio Buarque de Holanda.⁴³

No lado oposto, o pensamento buarqueano se afastava de seu avaliador. Provavelmente em parte porque, em seu livro de 1936 ele mantinha distância, como refratário ferrenho, senão ao nacionalismo, ao menos à sua marca exacerbada na Ação Integralista Brasileira (AIB). Lembrando que, à época, Vianna já mantinha vínculos estreitos aí, quando o seu, agora, avaliado, caracterizara debochadamente o movimento como *mussolinismo indígena*.

Opacidade de posições desanuviada pelo tempo, na etapa da prova escrita e uma vez participe das práticas escrita e investigativa do *métier* historiográfico, o candidato evidenciou a sua crítica. Neste ano de 1958, porém – longe de uma avaliação essencialmente cara às pautas da década de 1930 –, atacou os defensores, mesmo oblíquos, da emergência precoce dos

³⁹ Essas últimas críticas da arguição do catedrático Hélio Vianna serão observadas quando eu analisar a emergência de *Visão do Paraíso* no formato de livro junto de sua recepção, pois o rascunho de Vianna guardado no IHGB serviu, como mostrarei, para que ele escrevesse uma resenha.

⁴⁰ Arquivo: Hélio Vianna. Notação final: DL1363.010, op. cit., 28 out. 1958, IHGB.

⁴¹ Há indícios de que a manutenção do *status* de Hélio Vianna tenha sido fruto das relações por ele mantidas com o grupo de intelectuais ligados ao Centro Dom Vital, pois a indicação de seu nome no Ministério da Educação sob Gustavo Capanema contou, exatamente, com Alceu de Amoroso Lima que, além disso, o recomendou ao posto interino na cátedra de História da América, em 1939, muito embora ele tenha ficado com a cadeira de Brasil, talvez por seu nacionalismo, mas sem que se saiba ainda hoje os reais motivos dessa mudança. Cf. VALE, Nayara Galeno do. *Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (FBN), 2012.

⁴² Cf. Hélio Vianna no nº 15 / 15 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁴³ Cf., por exemplo: *Formação brasileira* (Rio de Janeiro: José Olympio); *Estudos de história colonial & Estudos de história imperial* (ambos os títulos saídos em São Paulo: Companhia Editora Nacional), respectivamente nas coleções *Problemas Políticos Contemporâneos* (volume 5, de 1935) &, no caso dos dois últimos livros, *Brasiliana* (como os volumes 261, de 1948, e 269, de 1950).

sentimentos de brasilidade. Foi aí, como se viu, que rebateu as teses responsáveis por conjugar a Independência de 1822 (ou até as lutas nativistas dos séculos XVII e XVIII) aos temas da unidade territorial, como se eles pudessem ser evocados como provas genuínas do nacionalismo.

Mesmo frente às ligações que manteve com a ideologia *Anauê*, Vianna não sofreu sérias represálias do regime Vargas, seguindo no cargo do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, onde tinha escritos divulgados no programa radiofônico *Hora do Brasil*; e ingressou na FNFi, criada em 1939 para dar sequência ao projeto da UB, com desmonte da UDF e caçada aos comunistas pós-Intentona, politicamente usada com apoio e pressão do grupo católico.

A notoriedade do avaliador, entretanto, só se faria sentir naquele decênio em que foi convidado para arguir Sérgio Buarque, pois, em 1953, ele venceu o Prêmio de melhor *Biografia*, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura para comemorar o centenário de Capistrano de Abreu. O trabalho vitorioso foi publicado, ao que parece, dois anos depois, e deve ter feito muitos torcerem o nariz, como Octávio Tarquínio de Sousa, presente, aliás, na plateia do salão nobre da FFCL, à época diretor da aludida *Documentos Brasileiros* e escritor famoso nessa seara narrativa com *A vida de D. Pedro I*, de 1952.⁴⁴ Logo, Hélio Vianna deve ter conquistado alguma projeção, pois foi visto como máxime conhecedor do mestre cearense que já ocupava o lugar de maior intérprete da história colonial, alçado a este posto em face de inúmeros méritos e não menos pelo regime estado-novista.⁴⁵ Talvez por isso haja apenas uma única citação de Hélio Vianna na tese de cátedra de Buarque de Holanda, o que corrobora a hipótese acerca da antiguidade na produção manuscrita de *Visão do Paraíso*.⁴⁶ Afinal, como seria possível citar num texto que já vinha sendo escrito há anos alguém que só se tornara conhecido recentemente?

Sem redundar em *ilusões biográficas* ou erros de curto-circuito, os apontamentos que proponho se amparam em informações que partem das personagens em destaque por ocasião do concurso da FFCL-USP ou que para elas convergem, em um vai e vem interdependente de conexões, prévias ou contemporâneas, entre os arguidores e o candidato. A metodologia e os papéis mobilizados, pela própria disposição da primeira em questionar tudo e em observância à salvaguarda arquivística dos segundos como *problème* a ser inquirido, têm requerido o cotejo e o confronto documental. Estes, por sua vez, desvelam a multiplicidade dos fragmentos *indiciários* que constituem as principais pistas das análises e inferências do presente Capítulo.⁴⁷

⁴⁴ É notável, portanto, que, mesmo escrevendo sobre história junto à Livraria José Olympio Editora – LJOE, Hélio Vianna não chegou a publicar, até aquele 1958, na coleção inaugurada com *Raízes do Brasil*.

⁴⁵ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Este estudo aponta os critérios do jornal *A Manhã*, órgão oficial do governo dirigido por Múcio Leão (leitor buarqueano de 1936), para erigir tal Panteão. Entre os aspectos elencados havia a ideia de neutralidade, sobressaindo-se João Capistrano de Abreu.

⁴⁶ Assim, reitero minha posição do Capítulo 4, quando indiquei a presença de apenas um único artigo.

⁴⁷ Assentarei melhor o tema da *ilusão biográfica* nos Capítulos 7 e 8. Já o princípio das inter-relações do candidato

Assim, na tréplica, Sérgio Buarque de Holanda se esquivou de retomar o tema do gênero narrativo empregado (leia-se: o ensaísmo), sob a justificativa de já tê-lo respondido na pergunta de igual teor levantada pelo catedrático Afonso Arinos. Quanto ao aspecto de não ter esgotado a temática, disse desacreditar “que mesmo numa tese no sentido mais estrito da palavra, poderia ter tido essa pretensão. Limitou propositadamente o assunto para poder abordá-lo com precisão, o que não impediu que a tese tivesse alcançado cerca de quatrocentas páginas”.⁴⁸

Considerados esses pontos, cabe interrogar: não seria esse esforço do candidato em conferir grande destaque à envergadura alcançada pelo trabalho uma maneira de responder à acusação recaída sobre o texto, visto mais como ensaio e menos como tese? Se assim for possível compreender a circunstância, também fica subentendido que a estratégia retórica de tentar fugir da questão com o anúncio de já ter se referido a ela, mostrou-se, de pronto, incapaz de produzir o efeito aparentemente desejado. Afinal de contas, se em alto e bom tom Sérgio Buarque havia proferido ser desnecessário retornar a matéria, outro tanto não se pode dizer sobre o som reverberado no salão – ou ao menos para os sentidos de quem confeccionou a ata do concurso. E é mesmo o caso de se pensar que ou o candidato se manifestou assim abertamente devido à importância e atualidade para se criar diferenças entre o estudo acadêmico e o estilo ensaístico; ou porque os processos envoltos na elaboração e divulgação do documento que registrou a defesa de tese promoveram apagamentos, deliberados ou involuntários, sobre esse aspecto daquelas vozes parcialmente perdidas, como o Paraíso.⁴⁹

Logo, convém retornar à arguição. Portanto, depois da crítica ecoada sobre o mito das Amazonas como exclusivas da região peruana, consta na ata o registro da tréplica dada pelo candidato que recordou o fato segundo o qual as lendas sobre as mulheres guerreiras antecederiam em muito às descobertas do Novo Mundo, de modo a se mostrar infundada a primazia da ligação Inca proposta por Hélio Vianna. “*Já Colombo as tinha visto nas Antilhas e pouco mais tarde também foram assinaladas ao norte do continente sul-americano. Não excluiu que, com o tempo se misturassem a essas teorias o fruto da experiência da conquista do Peru, mas isso mesmo foi dito na tese*”,⁵⁰ assinalou o documento como tendo sido a última fala buarqueana sobre o tema.

e seus avaliadores, vem do entendimento de que “toda configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado que somente a observação próxima possibilita reconstruir”. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a, p. 277.

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 499.

⁴⁹ As diferentes camadas textuais que pude acessar o comprovam, pois informam sobre as falas provavelmente ecoadas durante o concurso. À época, essas *transmissões orais* – e não *tradições*, pois estas se situam na duração e aquelas *no presente da performance* – foram convertidas em *vocalidades mistas* ou, como aqui prefiro chamar, *polifonias textualizadas*. Isto é, “Quando a comunicação e a recepção (assim como, de maneira excepcional, a produção) coincidem no tempo”. ZUMTHOR, op. cit., 1993, p. 19. Mesmo porque, no caso em destaque, o que se teve acesso foi a versão impressa da ata de 1959 e não a forma como foi elaborada em 1958.

⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 499 [grifos meus].

Ponto final, mas altamente revelador. O desbravador genovês que aportou nas Antilhas como líder das frotas ordenadas pelos Reis Católicos em direção às Índias, descobrindo, porém, a América – sem o saber, segundo *Visão do Paraíso* – é analisado aí não só como apreciador da literatura d’*el Siglo de Oro* espanhol, como, em certa medida, um de seus integrantes. O período, como o *Barroco* antes autônomo, é visto como enquadrado pela Renascença, de modo que Sérgio Buarque acionava os relatos de Cristóvão Colombo para fundamentar a ideia do Novo Mundo como anunciação primaveril. Nesse lance, singularizava o olhar hispânico sobre o trópico, cujo perfil às vezes aguardava e outras buscava (re)encontrar o Éden para a salvação da alma ainda terrena. Assim, tal disposição espaço-temporal, abundante nos espanhóis e paupérrima nos portugueses – conforme palavras buarqueanas –, reluzia as expectativas futuras ou, melhor dizendo – e esta observação é minha –, *vindouras*.⁵¹

A propósito da segunda questão da réplica, a saber, sobre o *modus operandi* da colonização, o avaliador também não teria diminuído as inflexões de sua voz. Sentia-se, neste ponto, especialmente incomodado com a defesa, pelo candidato, da ideia – buscada, sobretudo, na seiscentista *História do Brasil*, atribuída a Frei Vicente do Salvador –, segundo a qual os portugueses arranhavam a costa, feito caranguejos, tanto em solo americano quanto nas terras do Oriente. Não por outros motivos, Vianna teria chegado, inclusive, a dizer que “Quando o frade terminou sua obra, em 1627, não estava a par da penetração e conquista do Maranhão e Grão-Pará, pela Amazônia adentro. Das expedições paulistas de caça ao índio, de que também participaram portugueses, como por exemplo, Antônio Raposo Tavares”.⁵²

Novamente aqui – e ao revés da imagem legada a Colombo que o autor mobilizou como fantasiosa, representante da fisionomia dominante na gente hispânica –, o religioso marca uma importância basilar em *Visão do Paraíso*, das primeiras às últimas páginas, mas como testemunha do *realismo pedestre*. O que se vê aqui, portanto, é, uma vez mais, certa familiaridade discursiva com o volume de abertura da *Documentos Brasileiros*, edição *princeps*, onde o trecho metafórico que toma a imagem do crustáceo já aparece. Na ocasião, pela mesma referência, acresce à ideia de que se as fazendas e bens pudessem falar, como os

⁵¹ Sem deixar isso escapar, uma pesquisa recente apontou o quanto o desbravador se tornou central no estudo dos motivos edênicos ao passo que era periférico em outros textos do autor. A questão é notada para o endosso da hipótese, bem sustentável, da tese de cátedra como obra de ocasião, haja vista a especificidade de seu argumento que destoava um pouco do sentido empregado para *ler* o navegador ao mesmo tempo em que se aprofundava a operação comparativa. Cf. MARTINS, op. cit., 2017. Mas se havia uma diminuição da presença de Cristóvão Colombo em outros impressos, publicados em vida ou não, permito-me dizer que ele não estava ausente. *Raízes do Brasil* o abriga, desde 1936 e, sobretudo, a partir de 1948. E se à referência supracitada o caso emerge quase como exceção, minha ideia segue interessada em todos os vestígios até então explicitados, pela “obra” de estreia e além, como suficientes para considerar essas afinidades.

⁵² VIANNA, Hélio *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 498.

papagaios, ouvir-se-ia a verdade nada singela segunda a qual tudo faziam eles para retornar a Portugal. E isso se verificava tanto entre os reinóis quando nos nascidos no Brasil: todos agiam como usufrutuários das possessões, abandonando-as depois de as explorarem. Especialmente se não demandasse o plantio, conforme demarcaria ainda a versão de 1948, onde incrementa o depoimento de Frei Vicente com o do padre Manuel da Nobrega (1517-1570). Também aí o chefe da primeira missão jesuíta à América se queixava de seus compatriotas, por ele descritos como mais comprometidos em zarpar abarrotados de ouro do que encaminhar suas almas para o Céu. Adicionalmente, nesta mesma seção, Buarque de Holanda deixava o título de seu antigo capítulo de número IV para atrás, fazendo-o passar de *O passado agrário (continuação)* para *O semeador e o ladrilhador*.⁵³

Seja como for, retomando aos destaques de Vianna ao franciscano e a Raposo Tavares (1598-1658), é preciso salientar que eles coincidem com as anotações feitas pelo examinador cerca de duas semanas antes do concurso. Valendo-se do capital simbólico que, naquela década mesmo, deu relevo à sua imagem intelectual, Vianna fez questão de registrar – pois não se sabe se assim proferiu – que muitas dessas informações sobre o alargamento das fronteiras da antiga América lusa tinham sido dadas em primeira mão por Capistrano do Abreu. Se tais ponderações chegaram ou não a ecoar no dia 12 de novembro de 1958 e o quanto sua referência ao historiador cearense prendia-se à busca de afirmação num campo ainda aberto e todo por explorar de disputas universitárias, é difícil dizer. De todo modo, o fato é que todos esses elementos se fazem presentes nos vestígios documentais produzidos em torno daquele evento.

E planejo falar mais, pois em seus rascunhos da arguição consta uma parte que poderia soar como uma das mais significativas de toda a sua crítica à tese. Trata-se de um trecho acerca do apego buarqueano mais às interpretações de algumas pesquisas que utilizou em *Visão do Paraíso* para se referir à bandeira executada por Nicolau Barreto no século XVII, em detrimento das análises de historiadores considerados por Vianna como as maiores autoridades no assunto. Isso porque, ao endossar as teses de Orville Derby, estudioso estadunidense oitocentista que viveu no Brasil e investigou mapas antigos, e de outros dois nomes mais contemporâneos, como os de Washington Luís e também o de seu avaliador Afonso Arinos de Mello Franco, Buarque de Holanda afirmou que a referida expedição se dirigia para o Rio das Velhas, do São Francisco e do Paracatu (localizados no atual estado mineiro), ao invés de rumar para a região do Guaíra

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 78-79; & _____. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 151-152.

(no território do Paraná), como defendiam, justamente, seus antecessores na cátedra pretendida, os professores Affonso d'Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Júnior.

Por isso, o escrito de Hélio Vianna não perdoou: “Se vossa excelência nesse caso não teve dúvida em discordar de dois ilustres mestres, mais prudente foi à página 70, onde declaradamente não quis identificar o Paraupava como o Tocantins, embora o deixasse subentendido, apesar dos argumentos alinhados por Taunay”.⁵⁴ Mas por se encontrar só nos papéis do IHGB, e não na ata da defesa, essa crítica – se reverberada – talvez tenha surtido maior efeito na plateia do que na banca propriamente, pois uma tal “denúncia” na configuração micro dos membros avaliadores não chegava a ser novidade e, no fundo, servia mais para reafirmar posições que, de longa data, eram defendidas também por Sérgio Buarque.

Assim, no que tange ao aparente peso da arguição nesse momento, gostaria de relembrar que se Mello Franco já tinha acatado os estudos de Derby e, depois dele, também Washington Luís o fez, é porque o próprio Buarque de Holanda tinha corroborado com isso em uma resenha produzida mais de década e meia antes, em 1942, que aparece como referência no estudo de Mello Franco. Por aí se vê a complexidade dessa *economia de práticas letradas*: o primeiro arguidor tinha posto à prova o candidato que, outrora, tinha sido mobilizado em suas próprias pesquisas para integrar a bibliografia que não só utilizou como igualmente atestou como correta.

De todo modo, em resposta ao comentário sobre a ideia dos portugueses a margear a costa do Novo Mundo feito caranguejos, que *Visão do Paraíso* tomava de Frei Vicente do Salvador, o candidato manteve sua posição defendendo que, mesmo nas localidades citadas pelo arguidor teria ocorrido uma colonização, por assim dizer, litorânea, pois os agentes lusos não a praticavam distantes das praias do chamado *rio-mar* e de seus afluentes. A ata informa ainda que Buarque de Holanda se referiu, em especial, aos escritos do religioso por considerá-los atentos ao efetivo gesto colonizador e não só à exploração, pura e simples, das terras e gentes da América. Mesmo porque – prosseguiram os registros a informar a resposta do intelectual paulista –, se não fosse exatamente isso, o Frei sequer teria mencionado as entradas no sertão.

Eis a ênfase na tópica cara a Capistrano de Abreu e à historiografia brasileira, inclusive nos escritos buarqueanos em livros, de *Monções a Caminhos e fronteiras*, e não menos em um Cassiano Ricardo, cuja *Marcha para Oeste* encarnava – e literalmente – um programa varguista cioso em promover uma verdadeira interiorização do Estado Novo nos mais longínquos rincões do país. E avançar, na proposta governamental, era fazê-lo com tudo que seus aparelhos tinham de modernização autoritária, censura e violência. Só precedidos pelos bandeirantes ou, ao

⁵⁴ Arquivo: Hélio Vianna. Notação final: DL1363.010, op. cit., 28 out. 1958, IHGB.

tempo do período republicano, pelos militares que destruíram a resistência ao regime de 1889 do nó sociorreligioso na Canudos do interior baiano, em conflito narrado por Euclides da Cunha. Tipo de sertão este que Capistrano de Abreu insistia como objeto de análise e, sem prejuízo de seus méritos, convertido em cânone exatamente no pós-1937, estudado pelo arguidor na biografia premiada em 1953 e presente nos ecos do concurso ao fim dessa década.

À cata de outros argumentos de autoridade, porém, para sustentar sua fala sobre o avesso dessa perspectiva, atento ao apego português pelo litoral, o candidato fez repercutir que também se apoiava em textos atribuídos, justamente, ao padre Manuel da Nóbrega. Através de *Visão do Paraíso* e dessas trélicas, ele ia defendendo suas teses de 1945 e 1957 aludidas pelos livros de sua lavra supracitados, segundo os quais só um terceiro tipo humano, não mais luso ou europeu, tampouco americano, mas o mameluco, o mazombo e o monçoneiro (brasileiros, portanto?) é que conquistariam, enfim, o interior, alargando o meridiano. Logo, ajuizando sua defesa à ideia de um Império marítimo que reputou a Portugal, sobretudo, a partir do século XV, concluiu “que também fora do Brasil essa tendência de colonização litorânea foi notada por Sasseti na Índia, por Vitória e Grotius na África. A acentuação desse fato tão amplamente documentado não significou um desabono à atividade colonizadora dos portugueses”.⁵⁵

Com essa fala, parecia que Sérgio Buarque visava colar a pecha de adulator em Hélio Vianna, talvez como troco às suas posturas nostálgicas de um passado em defesa da ação lusitana, marcante desde a resenha que fez de *Raízes do Brasil* e ainda na ajuda para a destruição dos programas de História da UDF ou nas diretrizes adotadas na produção de livros didáticos. E se o candidato tinha acabado de fazer “as pazes” na etapa da prova escrita com tantos conservadores, não estendeu o gesto aos defensores da tese do sentimento de brasilidade precoce na história do país, também eles nutridos por tal universo de referências. Mesmo porque – e esta observação serve para desanuviar um pouco mais, quem sabe, as leituras da “obra” de estreia como partícipe desse estado de coisas – é bom lembrar que, em 1936, a falta de um fecho programático, entre outros pontos, inclusive na discussão a respeito da família, representava algo de abertura para o novo. Exemplo disso era o debate público sobre a educação, de modo a se *conservar* algumas imagens da sociedade, isto é: as ambivalências mantidas em *Raízes do Brasil* tinham por função apresentar o *status* nacional, como se fosse um registro fotográfico.⁵⁶

⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 500. Voltarei, sobretudo, a Filippo Sasseti (1540-1588), agente comercial florentino – conforme *Visão do Paraíso* se refere a ele – no Capítulo 6.

⁵⁶ No momento em que eu revisava o presente texto, deparei-me com uma análise muito semelhante a esta relativa à ideia de *conservar*, em: MONTEIRO, Pedro Meira. *Signo e desterro*: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 50.

Logo, volto a reafirmar que o pendor ufanista, no caso, era muito aplicável a Hélio Vianna ainda em 1958. Por isso, não endosso a consideração de que a sua fala na banca “lembraria a Sérgio Buarque que ele estava diante de um historiador que ressoava as proposições nacionalistas de Jaime Cortesão”.⁵⁷ Por mais que tal argumento se baseie em certo desprezo de *Visão do Paraíso* à coautoria de Vianna e Cartesão para tornar públicos os *Manuscritos da coleção de Angelis*, isto não era possível à época do concurso. Isso porque, impressos a partir de 1951 com o selo Biblioteca Nacional (BN), os volumes do projeto saíram fora de ordem e quase na íntegra assinados por Cortesão que, mesmo falecido em 1960, tinha deixado alguns originais prontos para que editassem. Faltou preparar, com as suas assistentes na instituição brasileira, só o quarto e último a ser publicado em um total de sete da série. E foi exclusivamente este que Vianna organizou, como ele mesmo explica na Introdução, datada de 1966.⁵⁸ Daí porque mantenho minha fala sobre o texto de *Visão do Paraíso* referenciar apenas um artigo de sua lavra, pois se seu nome não era desconhecido pelo autor, ao mesmo tempo era ignorado até ficar famoso através do prêmio que recebeu por biografar Capistrano de Abreu, somado ao fato de que a sua disposição nostálgica, quando não heroicizada de personagens e datas considerados célebres – externada desde a FNFi –, convinha ainda combater.

Portanto, opor-se e seguir estranhando a sua existência era a estratégia. Não foi outro, aliás, o plano adotado em circunstância anterior quando, em 1951, o balanço historiográfico escrito por Buarque de Holanda sequer dedicou uma linha a Hélio Vianna ou à universidade que suplantou o projeto da administração municipal do Rio de Janeiro e seu antigo Secretário da Educação, Anísio Teixeira. Seu impresso, à época, tem um ponto final dedicado à USP e à UDF, bem como aos mestres que por elas transitaram e, mais do isso, aos *franceses*, com os destaques literais que conferiu, nesta ordem, aos nomes de Jean Gagé, Fernand Braudel, Henri Hauser e Eugène Albertini.⁵⁹ Não estaria identificando aí também a centralidade crescente dos ventos que sopravam d’além Pirineus à área da História enquanto campo disciplinar?

As outras críticas de Hélio Vianna, por fim, foram antes sugestões quanto aos possíveis relacionamentos dos mitos paradisíacos com aspectos não incluídos na tese, a exemplo da questão da bandeira nacional, cujas cores seriam uma referência ao tema edênico. Sobre isso, o candidato replicou comentando a existência de outra interpretação sobre o assunto que as apontavam como referentes às Casas de Bragança e da Áustria. Novamente, contra os ataques

⁵⁷ MARTINS, op. cit., 2017, p. 125.

⁵⁸ VIANNA, Hélio (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: BN, 1970, p. 3-5.

⁵⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. *Correio da Manhã* – RJ, 15 jun. 1951. Hemeroteca da FBN.

de um pendor nacionalista, a flechas retornavam tendo em mira os sentidos de um tempo histórico que deveria ser conjugado no plural: passados. Seja como for, o fato é que, até este momento, o que se via na FFCL era uma dura arguição e nada parecia encaminhar para um tom arrefecido. Ainda assim, também era possível observar que, enquanto a banca avaliava o intelectual *polígrafo*, era o historiador que ela deveria aprovar.

5.3. Neto de barão e imortal que não desiste, examinador erudito

Quem sabe para amenizar o tom ácido da arguição precedente, narra-se que o terceiro e último avaliador externo, José Wanderley de Araújo Pinho – detentor de obras publicadas em projetos editoriais próximos ou iguais aos que imprimiram livros da autoria buarqueana e/ou de nomes da banca – iniciou sua fala tecendo elogios ao trabalho.⁶⁰ Para ele, isso era necessário “pelo valor histórico, *perfeição de linguagem* e [o fazia] afirmando o apreço intelectual que de longa data devotava ao candidato, a quem considerava *grande homem de letras*”.⁶¹ Logo, além de já “conciliado” com Buarque de Holanda a propósito da primeira etapa do certame, é cabível imaginar que o nexos dessa reverberação ou, antes, textualização vocal, atava-se à formalização do discurso respeitoso à lógica das defesas de teses que visavam prover cátedras universitárias.

Muito já se argumentou, aliás, que apesar de superadas as concepções positivas da linguagem enquanto mero veículo de acesso às representações dos fatos constantes em sua narrativa – vista como neutra ou transparente e mediante a qual se poderia atingir as realidades pretéritas –, a crítica não conseguiu incentivar um mergulho analítico nos condicionamentos engendrados no seio da própria tradição letrada. Via de regra, mantém-se uma fidelidade descabida a todo tipo de fatores externos simplesmente ilustradores (o tal pano de fundo), desconectados daquilo que se quer compreender e dos acontecimentos meritoriais de ênfase.⁶²

⁶⁰ Beneficiário do mesmo tipo de rede que tecia “identidades impressas” e era acionada por Buarque de Holanda, Mello Franco e Vianna para viabilizar a transformação de seus escritos em livros, Araújo Pinho tinha alguns textos de sua organização ou autoria publicados em empreendimentos editoriais importantes ao menos até os anos 1950. Entre eles, a coleção *Brasiliana*, na qual teve publicado os trabalhos: *Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe* (v. 12, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933) – lembrando que este último fora seu avô, citado na prova escrita buarqueana, “conciliadora” da relação passado-presente ao expor a tese das elites e do Partido Conservador como partícipes das profundas transformações sociais; & *História de um engenho do Recôncavo*. Motoim – Novo Caboto – Freguesia, 1552-1944 (v. 374, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946).

⁶¹ PINHO, José Wanderley de Araújo *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 501 [grifos meus].

⁶² Isso é tão válido para a expressão “poema”, aplicada a muitos escritos dos séculos XVI, XVII e XVIII, quanto para o caso em debate. Afinal, da mesma forma que não se pode tomar os textos do chamado Antigo Regime só como *reflexos* daquelas sociedades, ora pendendo para os condicionamentos históricos ora impondo categorias externas às práticas discursivas que os constituíram, igual interdição cabe aos pronunciamentos de uma banca acadêmica. Porque ela mesma adota uma performance e emerge dentro de uma lógica própria de funcionamento. Daí minha insistência em atentar às configurações que ligavam Sérgio Buarque aos avaliadores e vice-versa, às regras do jogo em curso, bem como ao uso do termo “ensaio”. Sobre o exemplo do primeiro gênero narrativo desta

Fruto de complexas operações intelectuais às quais, estas sim, defendo atentar, pois convergem aos pontos em exame sem o descarte da primeira possibilidade sobre a *raison d'être* da frase atribuída a Wanderley Pinho, é preciso frisar ainda três elementos da circunstância de circulação dessa fala e ideias, bem como a potência e impacto eventuais de suas propagações.

O primeiro aspecto se conecta ao próprio encontro das trajetórias do arguidor e do avaliado. A mútua ausência de registros significativos nos arquivos de um e outro que pudesse atestar um contato muito anterior ao quase simultâneo estabelecimento de vínculos por ocasião dos convites que Araújo Pinho recebeu para avaliar Buarque de Holanda ou para integrar os colaboradores da coleção HGCB, contudo, impedem que a questão seja precisada.⁶³ Restam aproximações conjunturais e tudo faz acreditar que o cruzamento de seus itinerários já tinha sido traçado cerca de 13 anos antes. Isso porque, embora em quase tudo distinto das condições materiais e simbólicas da quais se pôde valer o candidato até o momento da defesa de sua tese, vale sublinhar que José Wanderley rumou para a instância suprema da produção ideológica dominante até as primeiras décadas do século XX, qual seja, a Faculdade de Direito, exerceu a advocacia e vinha de uma família com largo trânsito na cena política, desde o Império. Entretanto, suas trajetórias convergiram em 1945.⁶⁴ À época, juntaram-se em São Paulo, no mencionado I Congresso Brasileiro de Escritores, para onde seguiu também Afonso Arinos, por oposição ao regime Vargas e o (re)estabelecimento de um sistema democrático no Brasil.⁶⁵

Um segundo ponto digno de nota diz respeito à “perfeição da linguagem” que Pinho reputou à *Visão do Paraíso*. Isto, por sua vez, leva o debate em curso novamente à ênfase classificadora que tinha recaído sobre a tese, apontada antes de tudo como *ensaio*. Mas com uma diferença: se até a sua réplica a expressão foi empregada para caracterizar o estudo de Sérgio Buarque em um evidente tom depreciativo, agora, o sentido da fala que Wanderley de Araújo escolheu para descrevê-lo não valida os usos anteriores. Ao invés disso, soou mais como elogio. Logo, torna à baila a acepção montaigniana do gênero – basilar nos dizeres dos arguidores, embora nos casos iniciais apropriados para criticar negativamente a tese –, e que consistia na ideia segundo a qual, para o pensador quinhentista, podia-se captar a voz viva, pois as palavras seriam “*metade de quem fala, metade de quem a ouve*. O ensaio em Montaigne

nota, inspiradora da análise subsequente, Cf. PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

⁶³ Sobre esses poucos laços, Cf. o item 4.2 do Capítulo anterior.

⁶⁴ Já analisei o tema da carreira jurídica e a recusa buarqueana, até 1957, em usar esse título. De Araújo Pinho cabe dizer que nasceu em Santo Amaro (Bahia), em 1890, concluiu o curso superior em Direito (1910) e que exerceu a advocacia no Rio de Janeiro e em Salvador, onde, junto de outra cidade baiana, Mata de São João, tornou-se promotor. Verbete: José Wanderley de Araújo Pinho. In: ABREU, op. cit., 2001.

⁶⁵ Mantenho a dubiedade com a expressão *(re)estabelecer* tenho em vista os debates coevos, nos quais não era consensual o entendimento de que a sociedade brasileira havia passado por uma legítima experiência democrática.

culmina, portanto, na fluência e nas astúcias da linguagem, nos entrecruzamentos dos achados e dos empréstimos, nas adições que afluem e enriquecem, na bela moldagem das sentenças”.⁶⁶

De tal modo parece ser esta a compreensão do terceiro avaliador de Sérgio Buarque que, complementarmente ao último dizer a ele atribuído pela ata, pode-se juntar ainda a imagem que fez do candidato, então descrito como “grande homem de letras”. O inverso, do ponto de vista institucional, era tanto mais verdadeiro: afinal de contas, se havia um imortal no recinto, assim reconhecido pelos pares legítimos a propósito da questão, este estava bem representado pelo recém-eleito Afonso Arinos de Mello Franco, empossado na ABL às vésperas do concurso na USP, como já se disse, ou mesmo pela figura do próprio José Wanderley de Araújo Pinho que, embora sem triunfar, chegou a ser candidato efetivo numa das disputas durante os anos 1940.⁶⁷

Já o terceiro elemento para melhor compreender a propagação de seus dizeres e a possível recepção concebida aí, refere-se aos distintos tipos de pensadores na composição da banca, sendo Wanderley Pinho, de longe, aquele que mais se aproximava do tipo *erudito clássico*, como sujeito da ordenação e da hierarquia tão característicos do mundo aristocrático ao qual ele estava ligado. Isso tanto por sua posição e predisposição a prender-se mais a determinadas instâncias para fazer o usufruto mesclado dos lucros advindos do mercado de títulos – a exemplo da tentativa de ingresso na ABL (1943), a participação nos Institutos Históricos (notadamente o nacional, onde já era membro efetivo em 1931) e o seu largo trânsito nas lides do Direito e da política partidária – quanto por outras vias, como a ocupação, tardia, do ambiente universitário e sem a dedicação exclusiva a ele.⁶⁸ Claro que o mesmo poderia se aplicar ao nome de Afonso Arinos, mas o dado atenuador dessa posição mais atrelada ao primeiro deve-se ao fato de que enquanto Arinos caminhou dos espaços letrados para a cena legislativa, com Pinho ocorreu o inverso. Tal circunstância descortina, de um lado, o lento

⁶⁶ STAROBINSKI, op. cit., 2011, p. 21 [grifos do autor].

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo (org.). *A Academia Brasileira de Letras: subsídios para sua história*. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 17, 67 & 465. Segundo esta mesma referência, o pleito foi acirrado. Vencera o primeiro escrutínio por 15 votos, mas, no segundo, manteve só 11 dos apoiadores iniciais, enquanto que seu concorrente saiu de 13 pontos para 22 votos, o que garantiu a cadeira de número 28, na condição de seu terceiro ocupante, à candidatura de Menotti del Picchia (um dos críticos da comunidade de leitores buarqueana, da edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, e logo o seria também daquela debruçada sobre a edição comercial da tese de cátedra, *Visão do Paraíso*).

⁶⁸ A mesma classificação de *erudito* foi empregada recentemente para uma referência a Luís da Câmara Cascudo, contemporâneo de José Wanderley de Araújo Pinho. Justifico esse tratamento, aqui parcialmente acatado, atentando à ideia segundo a qual, para homens como Pinho, não existia “ainda a figura do especialista ou do profissional em dada área, muito menos a figura do intelectual. [...]. Sua mirada [de erudito] deve[ria] ser ampla o suficiente para dominar a maior extensão possível de informações, dados, conhecimentos”. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Consultando o Cascudo: gêneros textuais, escrita de si e interpretação do Brasil no *Dicionário do Folclore Brasileiro* de Luís da Câmara Cascudo. *Revista Escrita da História* – REH, Niterói & São Paulo, v. 2, n. 3, abr./ago. 2015, p. 20. Disponível em: <<http://www.escritadahistoria.com>>. Acesso em: 5 maio. 2016.

processo de autonomização do campo intelectual acadêmico, face a outras instâncias do mundo social e, de outro, dá a ler seus pertencimentos a distintas *gerações*.⁶⁹

Tanto que, anos depois, após a sua morte, Wanderley Pinho viria a ser constantemente tratado como *mestre* que, embora alusivo à ideia de professor, conectava-se também, de início, com o sentido de “pessoa dotada de excepcional saber, competência, *talento em qualquer ciência ou arte*”,⁷⁰ porque referente a tempos imemoriais, do medievo. Em contraponto ao próprio Buarque de Holanda, que viria a ser tomado como “Dr. Sérgio” em face de seu ingresso definitivo na universidade.⁷¹ Mas ainda em vida, manejando o capital simbólico familiar e até indo além dessa herança imaterial de seus antepassados, uma vez derrotado na ABL, Araújo Pinho voltou-se para a sua fortaleza natal, empenhado para se tornar o ocupante da cadeira de número 1 da Academia de Letras da Bahia (ALB), objetivo este que alcançou em 1949.⁷²

Ora, foi exatamente destes lugares sociais e espaço letrado que vinham suas representações e *habitus*.⁷³ Por isso, observa-se uma certa flexibilização da acidez das réplicas que denominaram *Visão do Paraíso* como ensaio em tom pejorativo: oriundo de um ambiente mais propenso a ver o gênero como virtude literária, era de se esperar sua amenização do sentido negativo. Tratava-se de uma prática ensaística, sim, mas para ele isso não significava demérito algum. É fato também que a ata em si não textualizou sua fala nessa direção, pois sequer reproduz o termo do gênero narrativo na parte que coube ao registro de seus dizeres. Porém, se forem consideradas as frases sobre a perfeição da linguagem, o elogio a Buarque de Holanda como grande homem de letras e ainda o apontamento segundo o qual faltava na tese “uma

⁶⁹ Longe de me basear na diferença de idade (Araújo Pinho era, em média, 18 anos mais velho que seus colegas avaliadores) o que proponho em termos geracionais é conferir destaque à inexistência de uma delimitação rígida e, portanto, institucionalizada, das regras do jogo responsável por “conduzir” o “destino” de suas carreiras e posições sociais; bem como acentuar a especificidade das trajetórias debatidas. Cf. WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de geração de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 2, v. 25, p. 205-224, ago. 2010.

⁷⁰ MESTRE. In: *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, op. cit., 2009 [grifos meus].

⁷¹ Sobre esses casos distintos, Cf., respectivamente: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. O mestre, o historiador, o fidalgo Wanderley Pinho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 320, p. 381-391, jul./set. 1978; & GRAHAM, Richard. Dr. Sérgio: a coerência do homem e do historiador. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

⁷² Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1538.010 | Âmbito e conteúdo: Discurso de recepção ao acadêmico Wanderley Pinho na Academia de Letras da Bahia ao assumir a cadeira de Afrânio Peixoto. | Série: Diversos. Produtor: Epaminondas Berbert de Castro. 17 mar. 1949. IHGB.

⁷³ Não bastasse seu pai, Presidente da Província de Sergipe (1876) e governador da Bahia (1908-1911), também era esse o caso de seu avô materno, João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), que durante o Segundo Reinado ocupou vários postos-chave: foi Deputado, Senador e Presidente da Província baiana; regeu as pastas da Marinha, da Fazenda, dos Estrangeiros e foi Vice-presidente do Conselho de Ministros. Já Wanderley Pinho iniciou sua vida política elegendo-se Deputado federal de sua região no pleito de 1924 e, após vários mandatos, chegou à Prefeitura de Salvador. Foi Procurador e Ministro do Tribunal de Contas da Bahia, onde se aposentou. Além da cátedra de História do Brasil, foi Presidente de honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e Terceiro-vice-presidente do IHGB. Cf. Verbete: José Wanderley de Araújo Pinho. In: ABREU, op. cit., 2001.

sucessiva ordenação dos assuntos que sugeria repetições e acúmulo de minúcias”,⁷⁴ fica subentendida tal referência, pois esses traços constituíam algumas das principais características atribuídas ao ensaio. Tanto mais que representava igualmente um momento oscilatório e de transição entre um olhar recaído sobre as produções intelectuais que ora as liam como ensaios, ora as recebiam como estudos de Sociologia, Filosofia, História e Crítica Literária, *pari passu* aos processos de (re)apropriações de textos e autores referenciais em meio ao estabelecimento dessas áreas como disciplinas acadêmicas no mundo universitário do Brasil.

Nos papéis de sua lavra depositados nos arquivos do IHGB, a propósito desses assuntos – aos quais faz alusão às temáticas das sentenças harmônicas, do verbo bem torneado e da limpidez dos parágrafos –, Araújo Pinho escreveu ainda que acreditava na existência de demônios a vigiar e perseguir os escritores sedentos pela exatidão, obsessivos pelas frases precisas ou ávidos de expressões rebuscadas (novas ou arcaicas). Mobilizou a metáfora tão oportuna ao concurso cuja tese buscava demonstrar a distribuição desigual dos mitos edênicos entre portugueses e espanhóis na era dos grandes descobrimentos e suas consequências, para dizer, inclusive, que esses mesmos *capetas* – o termo é dele – levavam os escritores a erros. Assim, de maneira elegante e típica de um intelectual mais preso ao modelo erudito, bem diferente, portanto, do tom seco e direto de Hélio Vianna, usou essa figura de linguagem para dizer que tais forças negativas influíram em alguns equívocos cometidos por Sérgio Buarque, a exemplo da troca do nome do rio Paraguassú pelo Itapicurú.⁷⁵

Toda a economia de trocas linguísticas inerentes ao rito em análise, circulava, como se tem buscado mostrar, num ambiente propício a sua emergência, isto é, dotado de uma *distinção* cuja marca era o resultado, entre outros fatores, do relacionamento prévio ou contemporâneo mantido pelos interlocutores. Soma-se ainda os debates, posições e condições de classe constitutivos de certa individualidade daqueles agentes inseridos no campo em disputa e que, ao oferecerem o produto de sua fala, o faziam mediante um espaço socialmente determinado, a

⁷⁴ PINHO, José Wanderley de Araújo *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 501. Em texto lúcido e esclarecedor, Beatriz Sarlo discute o gênero ensaístico naquilo que ela considera ter sido a ele atribuído nos anos 1960. Segundo esta autora, a grande “novidade” que foi apontada nesse período é que, em oposição à escrita acadêmica, o ensaio foi compreendido como um discurso mais subjetivo, escrito num forte tom pessoal e não necessariamente baseado em investigação empírica. Isso significa que, anteriormente, não havia essa atribuição pejorativa ao gênero que era considerado, ao contrário, um meio eficaz de produção do conhecimento. Ao considerar o ensaísmo uma tradição narrativa “ultrapassada”, a escrita acadêmica – probatória e argumentativa –, opôs-se, no entendimento de Sarlo, ao estilo persuasivo do ensaio. Cf. SARLO, Beatriz. El país de no ficción. *Clarín*, Buenos Aires, 26 set. 1999. Tal reflexão e cronologia parecem ecoar no debate que se estabeleceu na arguição de Sérgio Buarque de Holanda, o que torna o ponto representativo de uma discussão mais abrangente, relativa à toda América Latina.

⁷⁵ Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1559.004 | Âmbito e conteúdo: Concurso para provimento efetivo da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, do qual é candidato o professor Sérgio Buarque de Holanda: Arguição, avaliação e notas. | Série: Atividade Profissional. Produtor: José Wanderley de Araújo Pinho. Nov. 1958. IHGB.

saber, o mercado de bens simbólicos num só tempo responsável por dotar os valores e conferir sentido aos discursos.⁷⁶ Ao reconhecer esse estatuto fundado no interior de um ritual específico – a composição da banca –, não afasto o cabedal de recursos disponíveis para balizar as práticas letradas junto às réplicas em suas formas definidas tradicionalmente, mas defendo que sua eficácia foi tão mais exitosa quanto melhor ajustada às configurações que visavam se impor.⁷⁷

Acontece, porém, que em se tratando de um momento de mudanças na estrutura do campo acadêmico, as fórmulas da tradição mobilizadas para materializar as falas da arguição estavam, elas próprias, constituindo-se como objetos de embates que visavam, entre outros fatores em jogo, legitimar as diferentes retóricas empregadas. A mobilidade do conjunto de *normas mudas* por meio das quais se guiavam os avaliadores estava a tal ponto em disputa, que essa realidade foi representada nos escritos de Pinho de uma maneira reveladora do quão excepcional lhe parecia aquele concurso de cátedra.⁷⁸ Ele acreditava que Buarque de Holanda não carecia de submeter-se ao certame, pois, muito antes da tese *Visão do Paraíso*, já reunia as condições para alcançar o posto na “doutíssima” USP. Por isso, o apontou como detentor de “altos títulos que o destacavam no mundo literário e na elite dos historiadores pátrios. O mais recente, e um dos mais significativos, [...] [era] a singularidade de sua inscrição. Tantos e tão grandes *historiadores e sociólogos* de São Paulo abstiveram-se”.⁷⁹

Ora, a despeito da importância dessa informação, pois, de fato, não há indícios da existência de outros candidatos, vale dizer que se José Wanderley estivesse totalmente a par do conjunto de regras e requisitos aos quais Sérgio Buarque precisou se submeter e cumprir, talvez seu registro sequer teria se materializado, tampouco seus contornos cometeriam a imprecisão de supor que todo e qualquer escritor, tido por historiador, pudesse concorrer à vaga. Seja como for – e aqui não se exclui a possibilidade do puro rendimento de homenagens que prestou ao colega avaliado –, a ata, por sua vez, fez constar ainda, por outro lado, uma única crítica.

⁷⁶ Estou de acordo com a posição de que entender tais relações por este viés e modelo interpretativo “não visa recusar nem substituir a análise propriamente linguística do código; mas ele permite compreender os erros e os fracassos aos quais está condenada a linguística quando, a partir de um só dos fatores em jogo, a competência propriamente linguística, definida abstratamente, fora de tudo o que esta deve a suas condições sociais de produção, ela tenta dar conta do discurso em sua singularidade conjuntural”. BOURDIEU, op. cit., 1996, p. 24.

⁷⁷ Embora tratem de outros objetos, duas ideias inspiram essa análise: a primeira consiste em dizer que não há ganhos “se, para combater o realismo substancialista, vai-se ficar repetindo pateticamente a lição romântica de que a literatura é ‘misteriosa’, ‘opaca’ e, enfim, guarda uma essência ‘indecifrável’, que resiste à efetiva destruição (como à efetiva construção) na história. Bem ao contrário, o que ocorre de relevante não é que a literatura se produza como uma *essência* misteriosa, mas que nenhuma essência misteriosa possa traduzi-la, uma vez que não é jamais ‘reflexo’”. PÉCORA, op. cit., 2001, p. 16. E, de forma complementar, é preciso dizer que mais do que mero registro dos acontecimentos, a palavra publicada é o seu ingrediente. Cf. DARNTON, Robert. Introdução. In: _____; ROCHE, Daniel (orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Edusp, 1996.

⁷⁸ Refiro-me às ideias sobre o *não-dito* ou acerca das *leis silenciosas* (citadas em outros momentos e até nessa Parte II), que bebo em: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁷⁹ Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1559.004, op. cit., nov. 1958, IHGB [grifos meus].

Tratava-se de seu incômodo com a alegação da tese segundo a qual houve um empenho das autoridades portuguesas para “que as expedições rumo ao sertão ‘em busca de riquezas [que] se fizessem tanto quanto possível mais próximas da sede do Governo Geral’”.⁸⁰ Opondo-se a isso, este examinador erudito observou que as incursões eram realizadas, via de regra, também a partir de Porto Seguro e do Espírito Santo que, por sua vez, não se encontravam tão próximos da sede governamental, como supunha o candidato no texto *Visão do Paraíso*.

Segundo consta nas fontes, Buarque de Holanda agradeceu os elogios ao estudo e a Wanderley Pinho para, na sequência, acatar a crítica do professor e explicar o erro quanto às repetições como decorrentes do prazo curto de que pôde dispor para elaborar o trabalho. Mas concordava na íntegra com a crítica, dizendo “que a corrigiria na impressão definitiva”. Sobre o aspecto relacionado à distância das possessões aos olhos da Coroa que, em se tratando de excursões para explorar o território nada queria perder de vista, registrou-se na ata da arguição que Sérgio Buarque teria concordado “que Porto Seguro e Espírito Santo não se achavam tão perto da sede do governo, em todo caso eram mais próximas do que São Vicente”.⁸¹ Com este dizer, queria insistir o candidato que, mais tarde, quando a própria administração portuguesa emitiria ordens segundo às quais os investimentos feitos por esta última capitania deveriam encontrar saídas pelos mesmos caminhos supracitados por José Wanderley de Araújo Pinho, era de supor que o Governo Geral não os achasse tão distantes assim de seu controle.

Com isso findava a etapa das arguições dos avaliadores externos, conforme determinação regimental e, feito isso, de acordo com o mesmo registro, a palavra seria então repassada ao membro mais recente da FFCL-USP, antes do arguidor derradeiro e cuja exposição poderia chegar a 30 minutos tal como disporia o candidato para a resposta.⁸²

5.4. Sobre polifonias e o *Renascimento* de escritos “perdidos”

De posse de seu tempo, o penúltimo avaliador, Eduardo d’Oliveira França, também iniciou apontando a narrativa ensaística que observou na pesquisa.⁸³ O catedrático de História Moderna e Contemporânea da USP tinha qualificado *Visão do Paraíso* “como uma obra de arte,

⁸⁰ PINHO, José Wanderley de Araújo *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 502.

⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 502-503.

⁸² Cf. SÃO PAULO. *Aprova o regimento de concurso para provimento dos cargos de professor catedrático e livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP)*. Decreto nº 13.426, 23 jun. 1943. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1943/decreto-13426-23.06.1943.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

⁸³ Mas esse “mesmo” dizer não representou mera repetição das réplicas anteriores, como se verá. Por isso, o tema será revisitado aqui e ainda no Capítulo 6, face à importância que ele assume na configuração do concurso e além.

fruto da inteligência e da sensibilidade do autor. [Mas] [...] Na realidade *o escritor, na tese, superou o professor universitário*. O trabalho em questão era mais uma coleção de *belos ensaios* do que uma tese universitária”.⁸⁴ Assim, apesar de fazer coro a seus colegas por igualmente adotar o sentido de Michel de Montaigne na caracterização do gênero narrativo, na fala de Oliveira França, por sua vez, fica indeterminado o peso de um tom irônico no suposto elogio.

E é curioso observar que as arguições feitas nesses termos eram, elas próprias, também uma forma de ensaiar, pois ao se apropriarem do uso mais antigo denotado pelo entendimento de Montaigne sobre o termo, pode-se dizer que os avaliadores o acataram como a prosa mais livre da qual se tinha notícia.⁸⁵ Aliás, embora não caiba ao presente caso, ao menos na arguição anterior o entendimento convergia com a ideia de *lavor* à qual se prendeu a copista da ata para materializar as audições que captou na ocasião. É igualmente possível postular que o largo uso do termo aos moldes montaignianos talvez se vinculassem à circulação que os ensaios do escritor francês contaram durante o século XX, com traduções para a língua portuguesa de forma esparsa no Brasil, mas sistemáticas a partir dos anos 1950, década do certame.⁸⁶

Independente disso, nas respostas, os registros parecem apontar para um momento tenso no concurso e concorrem para o endosso da ironia na reverberação, pois a resposta de Buarque de Holanda adotou uma sonoridade mais ríspida na qual dizia “ter tido a impressão de que estava recebendo de volta o que ele, candidato, dissera da admirável apresentação literária e artística de que se revestiam os trabalhos do examinador”. Continuando a tréplica, falou que se lembrava “muito bem de ter afirmado ao professor França [em 1951] que em seu trabalho apesar de todo o zelo crítico dado sentia-se constantemente a preocupação do bem escrito e do

⁸⁴ FRANÇA, Eduardo d’Oliveira *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 503 [grifos meus].

⁸⁵ Isso porque “*Essai*, conhecido em francês desde o século XII, provém do baixo latim *exagium*, a balança; ensaiar deriva de *exagiare*, que significa pesar. Nas proximidades desse termo se encontra *examen* [...]. A partir de Sir Francis Bacon, põe-se a escrever *Essays* do outro lado da Mancha. Quando Locke publica seu *Essay concerning human understanding*, o termo ‘ensaio’ não anuncia a prosa espontânea de Montaigne, ele designa um livro em que são propostas ideias novas, uma interpretação original de um problema controverso. E é com este *valor* que o termo será frequentemente empregado”. STAROBISKI, op. cit., 2011, p. 12 e 14. Portanto, embora pudesse ser este último viés o produzido na configuração dos críticos em banca – e até mais, talvez, em suas comunidades de leitores precedentes –, mantenho a acepção do pensador quinhentista por tudo o que tenho mostrado, onde não cabe a ideia de originalidade. A menos que irmanada com a economia de práticas letradas e o perpétuo diálogo. E observo isso em *Visão do Paraíso*, sem diminuir em nada a qualidade e o quilate dos impressos buarqueanos.

⁸⁶ Cf. CAMPOS, Regina Salgado. As traduções de Montaigne. *Travessia*, Florianópolis, v. 16 / 17 / 18, p. 262-271, 1989. É interessante perceber ainda que, sob o influxo da *Semana de Arte*, o debate sobre quem era o brasileiro levou a apropriações diversas das laudas por ele dedicadas aos grupos indígenas praticantes de canibalismo, que mexeu com os olhares europeus sobre o Novo Mundo até Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) no mínimo (como em grande medida o candidato à cátedra da FFCL apresentou) e que contribuíra para o iluminista desenvolver a ideia do “bom selvagem”. Data de 1923 uma publicação de partes dos *Essais* pela Academia Brasileira de Letras (ABL), sem que se indique o tradutor. Em 1951 surge a tradução de Sergio Milliet (outro crítico do livro buarqueano de 1936 e que o seria também da versão da tese em livro: *coincidências estruturais!*), pela Livraria Martins Editora. Antes dele, porém, muitos tinham se referido a tudo isso, como Oswald de Andrade, que chegou a caçoar de futuros integralistas (que eram anti-Rousseau, no rastro de Octavio de Faria).

literário”. Buarque de Holanda parecia mesmo ter se irritado com a insistência no ponto, pois na ata consta um dizer no qual ele acrescentou que, nas oportunidades então experimentadas de presenciar e arguir outros estudos defendidos na instituição, “a poucas se poderia aplicar, segundo pensava, a rigidez que o examinador pretendia dar à ideia de tese”. Permitia-se, dessa forma, discordar do arguidor, lhe cobrando uma leitura mais atenta de seu texto, sob o argumento de que era possível observar, claramente, no trabalho, a existência de uma ideia base, cuja busca por constante demonstração tinha sido realizada sob diversos ângulos. A estes, conforme frase atribuída a Sérgio Buarque, seguiram-se “*conclusões que só não apareciam com esse nome e numa sequência nítida justamente porque se pretenderam evitar os conceitos subjetivos que são mais próprios de um ensaio do que de uma tese universitária*”.⁸⁷

Tais falas tinham lá seus motivos, pois, em 1951, quando Eduardo d’Oliveira França defendeu a tese *Portugal na época da restauração*,⁸⁸ apresentada junto ao concurso para prover a cátedra na qual se tornou o titular – leia-se: a cadeira de História Moderna e Contemporânea –, este foi arguido por Sérgio Buarque. Isso porque, à época, na condição de diretor do Museu Paulista e membro do Conselho Universitário da USP, ele estava apto a compor a banca. Ambos os cargos, somado ao desempenho do ofício docente como professor de História Econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo o habilitaram para integrar, desde os anos 1940, as comissões avaliativas dos concursos que viessem a ocorrer na USP.

Integrante da mesma *plataforma geracional* daquele 1958 quanto ao debate das questões de forma e fundo na identificação de escritos como pesquisas acadêmicas, Oliveira França era paulista, tal como o avaliado, e embora formado em Direito a exemplo dos colegas arguidores, também construiu em torno de si uma imagem avessa a esse título, igual a Sérgio Buarque, pois privilegiou uma carreira mais voltada à docência da disciplina histórica.⁸⁹ Mas ele era diferente dos outros arguidores em aspectos nada insignificantes, como se verá.

Em termos de conteúdo, duvidou França de uma série de questões. A primeira delas foi seu incômodo com a ideia de que todos os mitos fossem edênicos, exemplificando o caso pela

⁸⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 504 [grifos meus]. Na ata da arguição de Eduardo d’Oliveira França para provimento da cátedra de História Moderna e Contemporânea da FFCL-USP, no entanto, não estão registradas as frases que Sérgio Buarque de Holanda diz ter proferido, em 1951, por ocasião do concurso ou, pelo menos, não se encontram anotadas da mesma forma.

⁸⁸ FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997 [1951].

⁸⁹ Para Lidiane Rodrigues, talvez isso tenha se dado por *influência* de sua mãe – a palavra é da estudiosa –, que fora professora. Eduardo d’Oliveira França nasceu em Queluz (SP), em 1915. Formou-se em Ciências Jurídicas (1936), tendo sido calouro de Eurípides Simões de Paula. Nesse período, atuou no Grupo Escolar Alfredo Bresser, da capital paulista, em 1937 tornou-se assistente de Educação na Escola Normal Pe. Anchieta e se dedicou ao magistério em colégios particulares. RODRIGUES, op. cit., 2012, p. 278-282. Tanto França quanto Simões de Paula defenderam São Paulo na Revolução Constitucionalista, o que os põe como integrantes, nesse ponto ao menos, de uma das pautas da plataforma geracional das comunidades de leitores buarquianas até 1958.

lenda das Amazonas. Tal questão já aparecera na intervenção do catedrático Hélio Vianna, embora estivesse menos enfatizada no rascunho guardado em seu acervo pessoal no IHGB. A ênfase dada por Vianna e a retomada do ponto por França permite fazer duas perguntas: teriam os avaliadores falado disso previamente à defesa? A ênfase de Myriam Ellis ao registrar a ata recaiu sobre esse aspecto porque ele foi acionado na penúltima réplica? Após reforçar a crítica feita por Hélio Vianna, d'Oliveira França disse ter se alarmado com o capítulo IV, *O Paraíso perdido*, pelo esvazio da História do Brasil. Interrogou o candidato sobre a origem dos mitos como hispânicos em essência, ao acentuar seu desacordo acerca das atitudes lusitanas em mares nunca d'antes navegados como presas ao arcaísmo. Encarar o debate dessa forma implicava em considerar Portugal como desvinculado dos movimentos que marcaram a Renascença e o arguidor defendia o exato inverso dessa tese. Por isso, teria afirmado que percebeu certa contradição no escrito de Buarque de Holanda “quando declarara que a colonização portuguesa prolongava os métodos colonizadores das Repúblicas italianas. Se a Itália, terra dos humanistas, era o moderno, por que então os portugueses que seguiam os italianos eram arcaizantes?”.⁹⁰

Frente a isso, era de se esperar que Sérgio Buarque repetisse que a mitologia arrolada no estudo não era toda vinculada ao Éden terreal, embora tenha reforçado a importância lendária das mulheres guerreiras que, presente em toda a Idade Média, teria contribuído para a busca da localização geográfica do jardim bíblico. A propósito do espanto pelo fato de uma das partes extrapolar o passado brasileiro, Buarque de Holanda se justificou demonstrando contrariedade ao que via como uma restrição à história nacional feito compartimento estanque do mundo.

Ora, somente por malabarismo retórico poderia se tecer este entendimento daquilo que o avaliador uspiano expressou. Afinal de contas, é provável que a crítica do penúltimo arguidor se apegasse antes à rigidez das cadeiras do que às suas leituras e teses.⁹¹ Retomarei tal argumento ao término desta penúltima arguição, para não a interromper.

Quanto à incoerência apontada por Eduardo d'Oliveira França, Sérgio Buarque de Holanda disse que, em realidade, buscou demonstrar que “os portugueses seguiram menos os italianos do seu tempo, do que os de dois e mais séculos atrás. [...] Não era por acaso que muitos dos métodos das instituições coloniais dos portugueses parecem reproduzir os dos

⁹⁰ FRANÇA, Eduardo d'Oliveira *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 503.

⁹¹ E isso porque o próprio catedrático teria sentido o peso desse problema. Penso, em especial, na declaração do também professor Fernando Antônio Novais, ex-orientando, no doutorado, de Eduardo d'Oliveira França, diga-se de passagem (o que não invalida seu depoimento, mas, antes, neste caso, o reforça). Afinal, enquanto ele defendeu, em 1973, sua tese sobre *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808* (bem distante e mais livre já das amarras curriculares de uma área e de outra), seu mestre não obteve esta opção. Segundo entrevista que concedeu, o tradicionalismo das épocas de Affonso d'Escagnolle Taunay e Alfredo Ellis Júnior também residia aí, pois o “professor Eduardo França disse-me que desejou fazer sua tese sobre História do Brasil, mas não pôde, porque era assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea”. NOVAIS, op. cit., 1994, p. 165.

genoveses e venezianos, seus antecessores e mestres”.⁹² Por tudo isso, a julgar pelo registro de extensas réplicas e trélicas, comparativamente com aquelas ocorridas entre os outros arguidores e o candidato até este momento, é possível supor que a fala do catedrático d’Oliveira França fosse a mais esperada por Buarque de Holanda e, talvez, também de todos aqueles que estavam a par dos embates acadêmicos existente entre os dois em anos anteriores.

No momento do concurso, a questão histórica que os opunha dizia respeito ao entendimento sobre a passagem da Idade Média para o Renascimento. Enquanto França, como registra a ata, via motivações modernas nos lusitanos que se lançaram aos sete mares, Sérgio Buarque defendia a ausência de uma ruptura radical entre esses períodos e buscava mostrar justamente o contrário. Para *Visão do Paraíso*, as narrativas sobre os mitos edênicos eram marcadas, sobretudo, por traços e referências medievais, de modo que a mentalidade portuguesa só poderia ser arcaizante. Mas, ao contrário daquilo que se poderia, de pronto, imaginar, a complexidade de todo o argumento buarqueano se assentou na assertiva segundo a qual o desenvolvimento dessa sensibilidade e atitudes mais realistas dos portugueses frente aos espanhóis – que chamou de *atenuações plausíveis* – não se prendiam a um eventual apego da sociedade lusitana aos avanços dos conhecimentos de maior relevo em sua contemporaneidade.

Ligava-se a uma tradição italiana mais antiga porque, nas teses que defendia, foram estes últimos que instruíram a gente lusa nas lides com a marinha. Como consequência, isto os teria levado a adotar também o *modus operandi* destes a propósito das formas de colonização. Logo, os gestos dos portugueses para com o trato da costa da África e, depois, do Brasil, prendiam-se às condutas de uma Itália que, longe de representar a terra da Renascença – como esta passou a ser vista, de fato, sobretudo a partir do século XVI –, mais se identificava com o medievo, pois foi nesse momento que a história de sua península se lançou com afinco sobre os territórios do ultramar oriental, a exemplo das viagens feitas por Marco Polo (1254-1324).

Assim, os movimentos que constituíram a América, em especial a porção do continente que coube ao domínio de Portugal, não contaram pelo lado lusitano com os ânimos típicos do Renascimento, altamente místicos. Este, aliás, como uma espécie de unidade artístico-temporal, incorporava as mentalidades ibero-americanas outrora autônomas nos escritos de Sérgio Buarque que as descrevia sob o uso da expressão *Barroco*. Logo, o português da era dos grandes descobrimentos marítimos compunha uma sociedade cujas formas de pensar e agir pertenciam aos séculos anteriores, de pendor arcaizante. Portanto, em vivo contraste com as atitudes de

⁹² HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 506.

matriz espanhola desse processo, que *buscavam* no Novo Mundo a localização do Éden, ou, mais ao Norte, com as almas protestantes, que viam no território a chance de *construí-lo*.⁹³

Eis, desse modo, o paradoxo dos empreendimentos lusos no argumento do candidato, pois mesmo que eles fossem presos ao passado com reflexões distantes de necessariamente engrossarem a plêiade das literaturas responsáveis pelo florescimento cultural e científico, foram as suas atividades que ajudaram muitos desses avanços. Desbravava-se a quarta parte do globo e se iam modificando os saberes então assentados na Europa.

Seja como for, mais ou menos nesses termos findaram-se as trélicas relativas à quarta arguição, de Eduardo d'Oliveira França. Por isso, convém retomar o ponto de linhas atrás quanto à suposta perspectiva estanque, que Sérgio Buarque de Holanda havia tentado marcar este seu penúltimo examinador ao lhe rebater as críticas sobre o esvaziamento de História do Brasil do capítulo central da tese, o de número IV: *O Paraíso perdido*.

Acontece, porém, que na pesquisa defendida em 1951, para prover o posto no qual era efetivo, Oliveira França reunia um juízo diverso daquele que lhe imputava Buarque de Holanda, em 1958, e isso mesmo diante das limitações às quais fora submetido no sistema de cátedras. Afinal de contas, em *Portugal na época da restauração* ele investigara o fidalgo como a versão lusitana e peninsular do Barroco na Europa, que seria sobretudo uma expressão do pensamento espanhol e, por isso, afluído na mentalidade do homem luso ao tempo da União Ibérica. Português este que, por vezes, encontrava na América uma válvula de escape à submissão de Lisboa por Madri. Assim, França alargava as fronteiras que lhe foram impostas e se inseria num filão historiográfico para combater a escrita de tipo nacionalista, como a de Hélio Vianna, no Brasil, e/ou para fins diplomáticos, como a de Jaime Cortesão, no outro lado do Atlântico.

O processo de reunião das dinastias reduzira o espaço e o poderio lisboeta, antes cosmopolita, em mera praça comercial, fazendo cair em desgraça o papel de sua Corte e, por consequência, deixando a nobreza lusitana à mercê de favores da hegemonia de Castela. Estes, lhe sendo poucos no quadrante europeu, empurravam os fidalgos para a carreira das armas no

⁹³ Desde que expus meu primeiro texto debruçado sobre *Visão do Paraíso* no I Encontro de Graduandos e Pós-Graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural (NUPEHC) e no Congresso Latino Americano da *Society for the History of Authorship, Reading and Publishing* (SHARP), ocorridos respectivamente em outubro e novembro de 2013, ambos na Universidade Federal Fluminense (UFF), eu fora alertado sobre essas questões. À época, tais assuntos ficaram adormecidos, pois me encontrava no mestrado e não incorporei o artigo daquelas comunicações no trabalho defendido em 2014. A propósito da SHARP, em particular, recordo de o historiador Marcus Vinícius Corrêa Carvalho ter me sugerido a pista do *Barroco* face à centralidade deste termo nas discussões dos anos 1950. Cerca de três anos depois do evento, o referido professor viria a compor minha banca de qualificação da presente tese. Mais detalhes sobre tais reflexões constarão no Capítulo 6, pois em sua base residem as páginas embrionárias que eu havia redigido sobre a recepção comercial da tese de cátedra.

ultramar – além de todos os ganhos que daí poderia subtrair, lícitamente ou não – e, nele, para o Novo Mundo, onde a administração fora conservada em mãos sobretudo portuguesas.

Mas em terras americanas os nobres seriam bem outros, de casta subalterna, afeita ou forçada às atividades de maneira alguma insígnies em um primeiro momento, como lidar com nativos e manejar os negócios da escravidão, sendo ainda um clima social tolerante – quando muito – só em face daqueles que vinham ocupar o cargo de governador. Por essas sendas, Eduardo França solapava as interpretações de Oliveira Vianna quanto a serem numerosos os fidalgos na Terra de Vera Cruz, mostrando que não era possível transformar o *homem bom* em sinônimo daquele ou equiparar a nobreza colonial à metropolitana.

Em meio a tudo isso, não o povo, mas a fidalguia portuguesa e Barroca é que, ruralizada à contragosto a partir de 1580 – entristecida, isolada, saudosa e entregue ao messianismo que a tornava um pouco permeável ao elemento popular – libertaria sua pátria da dinastia dos Filipes. Para tanto, obcecada pelos sentimentos de honra, virtude, deveres religiosos e visando se notabilizar diante da burguesia ascendente, mobilizara aquela “ambição generalizada pela ação” característica do século XVII, bem como as profecias do sebastianismo à causa restauradora. E esta foi, enfim, consumada em 1640. Mas esta mística vinha de uma aristocracia teatral e como reação ao poderio castelhano. Não esperavam mais o retorno de D. Sebastião tal como a crença em sua origem: acreditavam que ele reencarnaria por intermédio da Casa de Bragança.⁹⁴

Logo, quando o arguira, em 1951, o próprio Sérgio Buarque de Holanda teria iniciado sua fala elogiando o trabalho, por conta da necessidade de se *estudar Portugal para uma melhor compreensão do Brasil*. Ato contínuo, recobrou cuidados quanto às imprecisões bibliográficas e históricas da tese apresentada, entre as quais uma chama a atenção. Trata-se do ajuste requerido na referência de *Paraíso perdido*, poema épico atribuído a John Milton, pois tendo sido escrito na segunda metade do seiscentos, aparecia no estudo de Oliveira França como fruto da centúria anterior. A relevância de destacar esse ponto na fala de Sérgio Buarque quando fora arguidor de Eduardo França se deve à sugestão da possibilidade de o primeiro já estar às voltas com pesquisas sobre o Éden terreal, antes mesmo de atuar na Universidade de Roma. Do contrário, talvez nem notaria essa imprecisão de França que, em 1958, por sua vez, atacou exatamente a debilidade do capítulo de *Visão do Paraíso* homônimo ao título de Milton.

⁹⁴ Produzi a síntese deste e dos três parágrafos que o precedem bebendo em: NOGUEIRA, Emília. Noticiário. Concurso para a cátedra de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 12, p. 523-536, out./dez. 1952. CAPH-FFLCH; & no próprio FRANÇA, op. cit., 1997 [1951], que chegou a indagar, aos moldes de Lucien Febvre, o seguinte: “Até que ponto essa mentalidade impregnou os acontecimentos? Não se há de escrever história, partindo do falso pressuposto que os homens são sempre os mesmos [...]. A estrutura mental, [...], sua viva reatividade em face dos acontecimentos e sua compreensão do significado das coisas não são sempre os mesmos” (p. 92).

Outro indício caro por remeter ao mesmo aspecto, respeitou ao questionamento, feito por Buarque de Holanda no momento da defesa de França, à afirmação de que a etiqueta teria surgido somente no decorrer do século XVII, quando Johan Huizinga – que se tornaria importante na tese buarqueana – já a havia percebido em práticas rituais do medievo.⁹⁵

Face a isso, pergunto-me: será que *Visão do Paraíso* não reunia, de fato, inúmeras pautas – que faziam desse texto um escrito tardio, porque desenvolvido desde os anos 1940, e, ao mesmo tempo, de argumento circunstancial, posto que elaborado para o concurso – indo do contato de seu autor com várias correntes sem que ele se filiasse em absoluto a nenhuma, criando, por fim, uma efetiva *distinção*? Esta, aliás, não teria se renovado mediante todos esses debates de desde o início da década, no mínimo, e que em 1958 o faria trocar os sinais entre o Barroco e o Renascimento? Ao subjugar a Era Barroca à Renascença, não estaria Sérgio Buarque encontrando uma saída para de evitar um pouco o tema / termo já amplamente abordado no Departamento de História e Geografia da USP por Eduardo d’Oliveira França?

Dúvidas à parte, em 1951 ele havia interrogado, por fim, como Oliveira França explicaria “a ausência do povo no movimento de 1640, justamente numa época em que ele parece dotado de grande atividade, como se sente através das peças teatrais ou dos romances”⁹⁶ e citara, para tanto, os trabalhos de Luiz Oliveira e Cortesão saídos nos volumes do *Congresso de História Portuguesa* como referências que realçavam o assunto.

À época, o candidato acatou muitas críticas, mas quanto à *etiqueta* manteve o que escreveu, acentuando uma diferença desta com os rituais em si, pois teria afirmado que se fossem a mesma coisa haveria tais normas aristocráticas desde o Egito antigo. No tocante à falta do traço popular na Restauração, disse que o apoio só veio depois de consumada, pois até as Câmaras teriam hesitado ante o fracasso das tentativas anteriores e sequer da burguesia de cristãos-novos veio a adesão devido ao seu interesse sobre as rotas do comércio no ultramar e desconfiada que era da nova casa dinástica, pois a castelhana lhe protegia.⁹⁷

Visto por esses prismas, nota-se que Eduardo d’Oliveira França se achava bem distante de alguém que setorizasse a história e é de se imaginar que havia intensas trocas intelectuais entre eles desde o começo da década, quando Sérgio Buarque passou a estudar o ponto motivado *também* pela tese *Portugal na época da restauração*. Talvez, por isso, Buarque de Holanda

⁹⁵ NOGUEIRA, op. cit., 1952. Os outros membros da banca foram: Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História Antiga e Medieval e então diretor da FFCL-USP; Astrogildo Rodrigues de Melo, catedrático de História da Civilização Americana na mesma Faculdade; Eremildo Luiz Viana, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval na FNFi; e Jaime Coelho, ex-professor de História Antiga e Medieval da Faculdade do Distrito Federal e, naquele momento, docente do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

⁹⁶ Idem, p. 529-530.

⁹⁷ Idem, p. 527.

precisou buscar certa *distinção* no fim do decênio para não tocar, dentro da universidade e, sobretudo, no campo da História, em tema ainda fértil, mas já abordado pelo futuro colega de departamento. É, no entanto, visível que havia entre 1951 e 1958 proximidades e distâncias. Porém, a órbita na qual tais estudos se inscreviam era a mesma e com idênticos problemas relativos à ideia de *Barroco*, ligada ao debate europeu sobre o corte do medievo.

A atualidade da temática não poderia ser maior. No Brasil, o assunto era polêmico e teve seu ponto alto em meados do século XX entre aqueles que, do ponto de vista da história, excluía ou acatavam a tese de seu prolongamento no Novo Mundo. No entanto, quanto às formas de investiga-lo na literatura, dividiam-se entre os que o usavam como instrumento de análise para o localizar no tempo e no espaço ou só lhe avaliavam pela questão estética.

Buarque de Holanda foi um dos defensores de seu traslado às terras americanas e o pesquisava por um viés que fundia o exame histórico e o da crítica literária. Embora não o visse como uma forma de pensamento específica de um grupo social, como dos fidalgos, não poderia repetir a pauta já inaugurada no espaço no qual tentaria ingressar: a tese tinha que ser original. Daí que optou pela ideia de Renascimento, relegando a segundo plano a Era Barroca. Poder-se-ia dizer que nisso ele concordava com Antonio Candido, que também desconsiderou esta noção em *Formação da literatura brasileira* (1959). Insisto, contudo, que a troca de sinais em *Visão do Paraíso* continha uma carga estratégica de se aproximar dos *Annales*, grupo que Oliveira França era bem identificado. Em *Portugal na época da restauração*, França compreendia o *Barroco* como traço Ibérico, ligado à Contrarreforma e que tinha sua especificidade na fidalguia lusa, sendo esta classe um meio termo entre o rico-homem da Idade Média e o hidalgo espanhol. Assim, se tais olhares sobre as mentalidades faziam sua pesquisa lembrar as de Lucien Febvre, o seu arco de longa duração, por outro lado, o atavam às propostas de Fernand Braudel.⁹⁸

Embora Oliveira França fosse diplomado em Direito, optado pela carreira docente, se tornado professor universitário – características estas que o aproximavam de outros membros da banca – o catedrático era a figura de maior destaque nessa configuração. Tanto por este prisma do laço parisiense, quanto por uma falta: ele, diferentemente dos demais, não estava no circuito dos projetos das editoras e coleções. Quase a totalidade de sua obra havia sido publicada na *Revista de História* da USP ou noutros meios que veiculavam os trabalhos da instituição.

Observados tais aspectos, convém passar ao Presidente da banca e último arguidor de 1958, Eurípedes Simões de Paula – que orientara França no doutorado, aliás –, pois, com ele,

⁹⁸ ROIZ, Diogo da Silva; FARIAS, Marcilene Nascimento de. Eduardo d'Oliveira França e a escrita de uma história das civilizações (1942-1968). *Emblemas*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 129-167, jul./dez., 2011.

parece que o tom ameno nas discussões voltou a reverberar no salão nobre da FFCL.⁹⁹ Não só porque esse iniciou sua fala cumprimentando o candidato por *Visão do Paraíso*, mas em virtude dos dizeres segundos os quais suas observações não deveriam ser encaradas como críticas, pois não passavam de pedidos de esclarecimentos sobre certos trechos do trabalho.

Como quem quisesse reforçar seu desconhecimento e falta de intimidade na matéria, o avaliador se colocou mais como aprendiz que arguidor, pois Simões de Paula teria informado sua descoberta, ao ler a tese de cátedra, do espírito aventureiro que, em suas palavras, ainda animavam várias atividades no Brasil. Neste gesto, denunciava seu desconhecimento da “obra” de estreia buarqueana, na qual o tema surgira. Daí sua sugestão para incluir esses aspectos em considerações finais do estudo em análise. Junto disso, afirmou entender e julgar explicáveis as razões que o levaram a espriar os estritos domínios da América portuguesa para desenvolver o estudo. Assim, entre outros aspectos registrados em ata, Eurípedes de Paula destacou que Sérgio Buarque havia presumido existir na Renascença “uma noção exata da experiência”, mas que “A verdade, entretanto”, continuou, era “que o experimentalismo português era tradicional e anticientífico”.¹⁰⁰ Frisou ainda o papel da Igreja na colonização e perguntou sobre as possíveis heranças egípcias da Antiguidade que teriam agido sobre o espírito dos navegantes.

Em resposta a essas questões, Buarque de Holanda agradeceu os elogios e atento, por certo, às ainda móveis regras e instâncias do mundo acadêmico responsáveis por qualificar uma tese como historiográfica, mencionou a honra pela presença do catedrático em sua banca. Depois, aproveitou esse gancho e também fez, por assim dizer, seus lances no complexo xadrez cujas (re)configurações se encontravam num contínuo e perpétuo jogo, reposicionadas a cada movimento das peças. Na sequência, destacou a admiração por ele nutrida ao professor, em tudo meritório de apreço devido às atividades que então desenvolvia na docência, na pesquisa e nos ofícios de Clio, em especial, por coordenar os trabalhos na *Revista de História* da USP.

Surgido em 1950, esse periódico teve em Eurípedes de Paula um de seus mentores. No primeiro número, seu nome figurava na apresentação dos propósitos da empreitada, onde fez constar que se seria um espaço para a divulgação dos estudos históricos da universidade, firmando-se como traço de união entre a Faculdade e os professores do ensino normal e secundário com o fornecimento de bibliografias atualizadas ou interpretações novas, resenhas

⁹⁹ Tratava-se de *A realeza em Portugal na Idade Média e as origens do absolutismo*, tese defendida em 1945 e, no ano seguinte, publicada nos Boletins da FFCL como *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*. Cabe frisar, além disso, que ambos, orientador e orientando, foram assistentes da temporada de Fernand Braudel na USP. Cf. MICELI, Paulo. Sobre história, Braudel e os vaga-lumes. A escola dos *Annales* e o Brasil (ou vice-versa). In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

¹⁰⁰ PAULA, Eurípedes Simões de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 507.

de títulos recentes, comentários de assuntos controvertidos e documentos antigos etc. E disse mais. No afã de historiar a aparição da revista, anotou que ela surgira nos idos de 1937, quando ele pôde assistir Braudel. O quanto isso era representativo ou não da busca de um estabelecimento de relações intelectual-acadêmicas com a França, não é possível precisar.¹⁰¹

Mas existe, porém, um segundo elemento a corroborar afirmativamente essa hipótese. Acontece que, ao agradecer outros agentes e instituições vinculados ao empreendimento, além do próprio Departamento de História e Geografia da USP, Simões de Paula acentuou o entendimento do periódico sobre o que seria a História. Com isso, a chamou de *ciência do homem* e reputou essa frase a Lucien Febvre, que assinava o texto de abertura da edição.¹⁰²

Antes de criar a revista, no entanto, Eurípedes Simões havia contado com uma trajetória um tanto curiosa, embora seu itinerário tenha passado igualmente pela formação em Ciências Jurídicas. A exemplo do candidato, era paulista, foi aluno no Colégio São Bento, entre 1917 e 1925, o mesmo em que Buarque de Holanda frequentara no período entre 1915 e 1918, não se excluindo as possibilidades de terem se cruzado pelos corredores da escola, quando também “talvez tenha encontrado Taunay pela primeira vez”¹⁰³ (*coincidências estruturais!*).

Nos anos 1930, matriculou-se no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e na Faculdade de Direito, posteriormente incorporada às escolas da USP. Ao se envolver na Revolução Constitucionalista em defesa de seu estado natal, acabou preso por um tempo na Ilha das Flores.¹⁰⁴ Em 1937, já formado, foi contratado como Assistente-adjunto da cátedra de História da Civilização da FFCL-USP e, cerca de dois anos depois, ocupou o cargo de professor Adjunto da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval. Na década de 1940, recebeu a convocação do Exército brasileiro como oficial da reserva para lutar na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e atuou na Itália. Ao término do conflito, optou pela carreira docente, desligando-se das Forças Armadas e reassumindo a regência do posto que ocupara. Assim, no

¹⁰¹ Debaterei na Parte III alguns contatos de Sérgio Buarque com a historiografia internacional.

¹⁰² PAULA, Eurípedes Simões de. Nosso programa. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 1-2, jan./mar. 1950. Nesse número, o periódico reproduziu a conferência *O homem do século XVI*, de Lucien Febvre, pronunciada na FFCL no ano anterior e que então inaugurava o periódico – algo muito significativo, pois ali se externou a ideia de se atentar aos sentidos e aos sentimentos –; e contou ainda com artigos de Gilda Maria Reale, Geoffrey Wille, Myriam Ellis (texto ao qual retornarei no item 5.5), Alfredo Ellis Júnior, Odilon Nogueira de Matos; documentário de Carlos Drummond; fatos e notas de Pedro Moacyr Campos e Jörn Philipson, resenha bibliográfica e noticiário.

¹⁰³ THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paulo (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 160, p. 17-50, jan./jun. 2009. Segundo a mesma referência, Simões de Paula nasceu em São Paulo capital, em 1910.

¹⁰⁴ Interessante reiterar que, tal como notado no caso de Eduardo d’Oliveira França e tantos nomes da comunidade de leitores buarqueanas até o surgimento de *Visão do Paraíso*, Eurípedes Simões de Paula também compartilhou da experiência acerca do conflito paulista contra a união, em 1932.

ano seguinte, após sua aprovação em concurso, foi nomeado como catedrático na FFCL-USP, da qual foi ainda Vice-diretor (1947-1950) e Diretor (1950-1954).¹⁰⁵

Considerado isso, é preciso retornar ao salão nobre da universidade, onde Simões de Paula fazia a última arguição. Quanto à primeira crítica acerca do sentido aventureiro que teria animado o português na época dos grandes descobrimentos marítimos, Sérgio Buarque mostrou-se de acordo no tocante à continuidade desse traço na atualidade, julgando, inclusive, que se tivesse acrescentado este elemento poderia ter evitado as críticas sobre a ausência de considerações finais mais enfáticas no estudo. Admitiu a dificuldade que enfrentaria para tornar a sugestão do avaliador demonstrável e concordou com a ideia segundo a qual a tese da suposta modernidade quinhentista já se encontravam, em grande medida, superada.¹⁰⁶

Com esta resposta, pode-se inferir que o candidato teve habilidade em usá-la para, num só tempo, defender *Visão do Paraíso* e, novamente, trazer à baila o embate com Eduardo d'Oliveira França acerca do corte entre o Medievo e o Renascimento. Diferentemente dos outros arguidores, Eurípedes Simões de Paula não dissertou se o trabalho mais se aproximava do gênero ensaístico ou de uma tese universitária – a menos que os registros da ata de defesa tenham promovido a supressão desse dado –, e, assim, o debate se deu como encerrado.

No dia seguinte à defesa, em 13 de novembro de 1958, ocorreu o sorteio do tema para a prova didática. O ponto que saiu foi o seguinte: *Técnicas rurais indígenas; contribuição adventícia* e, na noite de 14 do mesmo mês no salão nobre da FFCL, teve início essa etapa.

Também aqui se pode aludir ao conhecimento de Sérgio Buarque, a exemplo dos adensados na ELSP, pois, no conjunto dos trabalhos que fez para as matérias cursadas, a maioria eram estudos, tais como: a) “São Vicente e as Índias de Castela” e “Formação de uma vila sertaneja”, dirigidos à disciplina História social do Brasil, do professor Octávio da Costa Eduardo; b) “Índios do Brasil – os paiaguá”, “As canoas de casca”, “Os caiapó do Sul”, “Das piperis às balsas jesuíticas” e “João Emanuel Pohl e os viajantes do segundo decênio do século XIX”, produzidos para os cinco cursos oferecidos por Herbert Baldus, a saber: Índios da América do Sul, Problemas de aculturação, Índios do Brasil, Problemas de mudança cultural e Pesquisas no Brasil; bem como c) “Pensamento e arte na Pré-História” – único fora desse universo – feito para a disciplina Pré-História da Europa, de Fernando Altenfelder Silva.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Cf. RODRIGUES, op. cit., 2012.

¹⁰⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* ELLIS, Myriam, op. cit., 1959, p. 507-508.

¹⁰⁷ Série: Vida Pessoal. 85 – [Comprovante] da Divisão de Estudos Post-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, referente a aprovando SBH no exame “compreensivo” para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. São Paulo, 30 jul. 1958. c.as. 1p. (2 orig.). Vp 85 P2. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)*.

Alguns desses textos foram publicados em periódicos e vale lembrar que as vertentes Etnográfica e Antropológica verificadas aí se explicam sobretudo pela presença do alemão Baldus no país, que se tornara, desde os anos 1930, um dos principais elos com os estudiosos germânicos, em especial após seu ingresso no Museu Paulista, por indicação de Buarque de Holanda, e no qual o substituiu quando o último foi lecionar na Itália.¹⁰⁸

Portanto, face ao manejo recente dessas questões pelo candidato à cadeira da USP, tudo faz acreditar que ele não teve dificuldades nessa etapa, haja vista que no ano anterior ao certame fora agraciado com o Prêmio “Edgard Cavalheiro”, pela publicação de *Caminhos e fronteiras*, como ensaio de 1957. Este trabalho – especialmente nas partes II, *Técnicas rurais*, e III, *O fio e teia* – e, a bem da realidade, *Monções* (1945) – da qual o título de 1957 era um desdobramento e uma retomada, sobretudo, na Parte I, *Índios e mamelucos* –, versavam sobre os contatos dos europeus com as terras e gentes do chamado Novo Mundo. Assim, pode-se considerar que seu domínio do ponto sorteado era, evidentemente, vasto.

Inclusive devido às considerações dos quadros receptivos de sua segunda grande comunidade de leitores, concentrada nesse fim de década antes de *Visão do Paraíso*. Afinal, entre os críticos já havia aparecido ideias que serviram, na banca, tanto para o candidato se defender quanto para seus arguidores o questionar. Refiro-me a duas resenhas específicas: a que afirmava que a História do Brasil não poderia ser composta feito setor isolado do mundo; e a que dizia não ser a “obra” de 1957 *um* ensaio, mas uma coletânea deles.¹⁰⁹

Com efeito, apesar dos embates, a impressão que causou à banca foi excelente. Após o teste de quadro e a leitura da prova escrita, os examinadores revelaram as notas e Sérgio Buarque de Holanda obteve a média de 9,75. De Afonso Arinos de Mello Franco, recebeu 10, 9, 10 e 9 (respectivamente para os títulos, exame escrito, defesa de tese e didática); Hélio Vianna lhe deu 10, 9, 10 e 9.5; José Wanderley de Araújo Pinho aplicou 10 a todas as etapas; Eduardo d’Oliveira França atribuiu 9.5, 9.5, 10 e 10; e Eurípedes Simões de Paula seguiu Pinho.¹¹⁰

¹⁰⁸ Cf. FRANÇOZO, op. cit., 2005.

¹⁰⁹ Cf. respectivamente, as resenhas de 2224 e 2230, citadas, nas notas 107 e 115 do Capítulo 3.

¹¹⁰ ELLIS, op. cit., 1959. Observe-se que apenas a nota de Eduardo d’Oliveira França ao Memorial de Sérgio Buarque de Holanda não atingiu o 10. Teria ele sido o único a não ficar constrangido com os trabalhos do candidato e/ou isso se devia mais ao fato de que só poucos deles poderiam receber o qualificativo “acadêmicos”? Esse detalhe, nada singelo, reforça meu argumento quanto à sua diferença face aos outros membros da banca.

5.5. O diálogo com Myriam Ellis e as traduções para “inglês ver”?

Por tudo o que foi exposto até aqui, convém retornar à lógica adotada na abertura desta Parte II. Assim, se inicialmente realcei um *problème* nos termos de Lucien Febvre, para só então passar ao objeto de estudo que é o alvo da presente reflexão – à procura de sinais e indícios conforme a epígrafe mobilizada –, falta agora remeter, enfim, a uma *histoire* ou, antes, às *histórias possíveis*. Através deste procedimento buscarei frisar as razões que me levaram à defesa de um *ouvido do período* nos rastros documentais do debate precedente, com o fito de melhor discernir seus ecos, sobretudo os da arguição,¹¹¹ timbrando em manter tudo isso como exercício teórico-metodológico para enxergar o concurso com a audição.¹¹²

Isso porque a falta de uma identificação absoluta entre a lógica que regia a ata e as estratégias mobilizadas durante o certame, forçou-me a colocar esta fonte de informações na mira de análises detidas sobre os *pormenores* aparentemente menos importantes, avançando para além dos traços do seu registro em si. Adicionalmente, vale reiterar que, para concorrer à cátedra, Buarque de Holanda teve de, às pressas, elaborar outro trabalho, pois só possuía titulação na área jurídica. Portanto, apresentou na ELSP sua pesquisa inédita e pouco conhecida sobre os *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos*.

Logo, apesar de, às vezes, os estudiosos do autor paulista apresentarem este dado e parte de seus nexos com o texto *Visão do Paraíso*, deixam de explorar o curioso fato segundo o qual, antes de se dirigir à ELSP para obter o grau de “post-graduado”, ele paradoxalmente havia sido professor nesta instituição. Tal circunstância, por si só, demonstra o complexo emaranhado do pequeno mundo universitário do período, que não pode ser ignorado por aqueles cujas pesquisas afirmam analisar o estabelecimento do intelectual na área de História, pois são indícios eloquentes do quão imprecisas e fluidas eram as regras do espaço acadêmico brasileiro.

Acontece ainda que, naquela altura de novembro de 1958, a professora Myriam Ellis era bacharel em Letras Neo-Latinas, em História e Geografia, bem como doutora e Assistente da cátedra até então ocupada por seu pai, aposentado por motivos de saúde. O desprezo deste

¹¹¹ Essa ideia guarda uma aproximação com o conceito de *habitus* revitalizado no sentido bourdieusiano do termo, ou seja, como “a gênese das estruturas mentais no âmago dos indivíduos biológicos”, pois ele busca mapear os esquemas de classificações orientadores das ações humanas, uma vez que, “para compreender o que alguém vai fazer, não basta conhecer o estímulo; existe, no nível central, um sistema de disposições, ou seja, coisas que existem em estado virtual e vão manifestar-se em relação a uma situação”. BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 57-58.

¹¹² Agradeço à Mariana Tavares que, em crítica ao estágio preliminar deste texto (submetido ao escrutínio do grupo de orientandos da professora Giselle Venancio reunidos em maio de 2015), lembrou-me das passagens citadas na nota anterior. Trata-se de um debate radiofônico entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier transcrito e publicado. Tivemos contato com ele na disciplina *Intelectuais, práticas letradas e projetos editoriais* (2012-2), curso este ministrado pela nossa orientadora.

aspecto leva à perda das oportunidades para discutir as relações que resistem em nossa República entre os domínios do *público* e do *privado*, vinculados tanto à questão em apreço ou quanto aos relacionamentos do candidato à vaga e de / com seus avaliadores.¹¹³

Este dilema, de fundas raízes nas relações sociais do Brasil, constituiu-se como impasse do republicanismo até que Getúlio Vargas impôs o modelo corporativo com mão de ferro, no Estado Novo, para articular essas duas esferas num arranjo institucional que lhe permitisse se aproximar da sociedade visando equacionar o problema. Daí, talvez, a imagem paterna a ele atribuída, gestada com um personalismo altamente centralizador que tentou juntar, com certo sucesso, elementos tradicionais e modernos como duas faces de uma mesma moeda. Na década de 1950, porém, após a Segunda Guerra Mundial, a questão foi recolocada nos debates da pauta intelectual, uma vez que o assunto, sob outras rubricas, prosseguia vigoroso.¹¹⁴

Por esses motivos, pode-se inferir que os contatos profissionais e afetivos dos quais desfrutava Buarque de Holanda com seus arguidores, mesmo por ocasião dos trâmites para seu ingresso de forma interina na cátedra da FFCL, tenham sido marcados por elementos desta natureza. Fosse porque a instância em apreço – a universidade – só haveria de congregar indivíduos das antigas elites, já interpretadas como oligarquias decadentes dos primeiros anos da República, que foram se acomodando em postos públicos. Seja porque a própria USP, desde a sua criação, figurava como espécie de medida compensatória à derrota sofrida pela terra da garoa na Revolução Constitucionalista, de 1932, que contestou o governo Vargas.¹¹⁵

Mas a realidade é que, compreender assim aquelas formas de organização social não significa que tais aspectos têm sido tomados aqui como artifícios de uma dada *configuração* facilitadores a Sérgio Buarque de Holanda no concurso (ou sobre muitos outros que, como ele, lá ingressaram), pois remete a um ponto de caráter mais estrutural que ultrapassa(va) a sua existência e ação isoladas. Por outro lado, pela mesma ordem de fatores, não se pode afirmar

¹¹³ Sobre os percursos femininos no campo de História, já se apontou como são estratégicas suas análises para se compreender o processo de reformulação da área. Neste sentido, o itinerário acadêmico de Myriam Ellis foi visto como exemplar, pois “Se os laços de família *independentemente de qualquer juízo de valor a respeito da qualidade dos trabalhos, e sobrepondo-se a esta regulação dos pares*, a azeitar a rede social de apoio for indicativo do gradiente inferior de modernidade/profissionalização, tem-se, no recrutamento da área, um dos motivos possíveis para sua lenta profissionalização”. RODRIGUES, Lidianne Soares. *A produção social do marxismo universitário. Mestres, discípulos e “Um seminário” em São Paulo (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2012, p. 289 [grifos da autora, os quais endosso].

¹¹⁴ Esse assunto era/é de tamanha importância que, como se viu, pulsou junto à recepção dos escritos buarqueanos. Ademais, não atento a esse problema com o intuito de lançar dúvidas sobre os eventuais “sucessos” ou “fracassos” na trajetória dessas pessoas. Faço porque ele foi central na “obra” de Sérgio Buarque de Holanda, desde a estreia, quando tratou a democracia brasileira como um lamentável mal-entendido. A ideia foi mantida nas edições-versões subsequentes do livro, porque, já afirmei – através dos debates da *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO) que ele participou –, o engano parecia ser do mundo inteiro.

¹¹⁵ Cf. LIMONGI, Fernando. *Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

que ele tenha encontrado dificuldades para além das relativas ao levantamento da papelada de inscrição no certame e aquelas inerentes às disputas intelectuais ou, neste caso, de teses.

Seja como for, o fato é que vários estudos ignoram essas questões e/ou a trajetória de Myriam Ellis para o trato documental. Em consequência, confere-se à fonte disponível sobre a arguição o *status* de máquina do tempo que teria a suposta possibilidade de transportar os pesquisadores ao salão nobre da FFCL onde ocorreu a defesa. Esquece-se, com frequência, a verdade singela segundo a qual foi Myriam Ellis que, atuante no concurso, redigiu a ata. Foi Myriam Ellis que, atenta às falas e aos gestos, viu a apresentação e sentiu os tons das réplicas e tréplicas. Foi Myriam Ellis, enfim, que, incumbida da tarefa de registrar o acontecimento, *ouviu* e tornou públicas posteriormente as críticas dos professores e as respostas do candidato.

Portanto, faz-se necessário considerar os seus escritos, ainda que minimamente, para tentar compreender um pouco seus posicionamentos nas questões caras aos debates do concurso. Por isso, dividirei essa breve digressão em três momentos: (I) lançarei mão de uma conferência que ela proferiu no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) para homenagear seu avô em março de 1950, centenário de seu nascimento, permitindo ilustrar o lugar social de onde ela falava; e depois passarei a textos propriamente acadêmicos, com destaque para (II) as suas reflexões sobre a presença de prata na região paulista dos séculos XVI e XVII, bem como à tese que defendeu em 1955, porque este limite temporal é sintomático das interpretações vigentes na cátedra; e (III) avançarei sobre as investigações a respeito da decadência do ciclo do ouro no século XVIII e naqueles estudos que viriam a se tornar o seu trabalho de livre-docência (1966), por meio das notas de pesquisa que ela teve publicadas. Considerarei estas impressões até 1958, quando Myriam Ellis elaborou a ata, posto que este ano corresponde ao recorte central desta Parte II e porque notei aí certa mudança de perspectiva.

(I) Analisando o que chamou de quatro fases da trajetória de Alfredo Ellis (1850-1925), a saber: a origem, a formação, o bandeirismo do café e a política, Ellis, neta, iniciou dizendo que o ele era filho do Dr. William Ellis, inglês de uma “antiga estirpe britânica”, que se radicou na vila de São Paulo de Piratininga em 1832, chegando a trabalhar no Hospital da Santa Casa de Misericórdia como um legítimo “sacerdote”, posto que “médico dos pobres”. Do lado materno, Maria do Carmo da Cunha Bueno também possuía grande ascendência, pois vinha “dos primeiros troncos paulistas, iniciados com o povoamento martim-afonsino, em 1532”. Passando ao segundo aspecto de sua fala, a então Auxiliar técnica da cadeira de História da Civilização Brasileira salientou que as posses do casal permitiram enviar seu filho aos Estados Unidos, em 1864, de onde ele voltara diplomado em medicina pela University of Pennsylvania. Já no terceiro ponto sobre a vida de Alfredo Ellis, afirmou que, após seu retorno ao Brasil, em

1870, ele exerceu a profissão e se casou com sua prima, Sebastiana da Cunha Bueno, deixando seu consultório para seguir o tio-sogro nos negócios pujantes dos cafezais do Oeste paulista. Porém, um desentendimento desfez a sociedade, embora ele continuasse a atividade em outra fazenda até que, em 1887, “de acordo com sua formação liberal influenciada pelo idealismo utópico de Lincoln e dos ‘yankees’ de Filadélfia, [...], lutando contra os próprios interesses econômicos, libertou os 42 escravos de sua fazenda, 5 meses antes da Lei Áurea”. Com o advento da República, seguia Myriam Ellis adentrando no item final (a política), ele teria realizado seus ideais de “progresso” ao atuar como Constituinte em representação do Partido Republicano Paulista (PRP). Isso porque fora eleito Deputado Federal (1890-1892) e, depois, Senador (1902-1925), cujos mandatos teriam sido marcados por grande clarividência em ideias, consumadas após sua morte, como a valorização do café e a tomada da S. Paulo Railway.¹¹⁶

(II) Em um artigo no número inaugural da *Revista de História* da USP, Myriam Ellis adotava as teses de que as aventuras ibéricas no ultramar se fundavam em motivos econômicos desde o caminho das Índias. Dizia que a busca por rotas alternativas a esta carreira os levou a descobrir a América que beneficiara os espanhóis face aos tesouros logo achados, alimentando as esperanças da Coroa portuguesa de encontrá-los em seus domínios. Segundo sua avaliação, o malogro no Oriente e na África tornou premente a exigência de novas fontes de subsistência e lucro. Daí que, recorrendo, sobretudo, a Affonso d’Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Júnior, ela endossou as análises de que “no Nordeste o homem se entregava à vida folgada de uma economia sólida”, enquanto que, no Sul, a “luta pelo pão de cada dia” levou à descoberta das “minas sonhadas desde as primeiras povoações vicentinas e planaltinas” no seiscentos, apesar de o Trono luso só atentar para elas “após a perda da segunda Batalha do Açúcar”. E dizia mais: que os lusitanos da Capitania de São Vicente dos primeiros séculos seriam ou burgueses ou descendentes da velha nobreza dos Borgonhas e, quanto aos metais preciosos da região, era possível que muitos de seus moradores tivessem chegado a Potosí. Incluído aí o grupo de Nicolau Barreto e até “Pedro Calmon” seguia Ellis Jr. ao escrever que a “comunicação por terra com o Peru constituiu, em algum tempo, um objetivo dos bandeirantes paulistas”.¹¹⁷

Já em sua tese de doutorado, no rastro da área econômica e entendimentos supracitados, estudou a importância do sal para o Reino e a Colônia.¹¹⁸ Na arguição, para fazer apenas um

¹¹⁶ ELLIS, Myriam. O Senador Alfredo Ellis. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 275-295, 1950.

¹¹⁷ _____. Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no Planalto paulista nos séculos XVI e XVII. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 51-71, 1950.

¹¹⁸ Cf. *Notícia*. Cadeira de História da Civilização Brasileira. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 2, p. 189-193, 1967; & *Notícia informativa. Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974)*. 1955 – ELLIS (Myriam), *O monopólio do sal no Estado do Brasil*. Data: 15-XII-1955. Banca examinadora: Astrogildo Rodrigues de Mello (Presidente), Eurípedes Simões de Paula, Aureliano Leite, Yan de Almeida Prado

destaque, em resposta a Eurípedes Simões de Paula quanto ao problema do índio para usar o sal – já que, segundo o argumento, era indispensável para sobreviver na zona tórrida –, Myriam Ellis teria respondido que o assunto pertencia mais ao campo etnográfico, mas que, conforme apurou junto à cadeira de Etnografia e Tupi-Guarani, o nativo não o dispensara. Anunciou que ele acessava o cloreto ou pelas cinzas resultantes da queima de vegetais ou obtendo-o por intermédio do mar ou até aproveitando-se dele através de jazidas. Base das civilizações, o sal servira “à conservação dos alimentos” que, sob o calor escaldante, entravam em rápida decomposição. Especialmente nas “regiões equatoriais e tropicais” que favoreciam “o excesso de sudação”, por sua vez responsável por baixar “o teor de sódio no sangue e nas secreções orgânicas”, estando aí, segundo suas palavras, “um dos fatores da neurastenia e da preguiça com que se defrontou o europeu, encontrando dificuldades para realizar em tais climas esforços físicos muito demorados”. Afinal, sua ausência provocava queda de tensão arterial.¹¹⁹

Uma vez em diálogo com Sérgio Buarque de Holanda, interino na cátedra a partir de 1956 – começo da mudança de perspectiva à qual aludi – seus estudos subsequentes dariam início ao perceptível declínio que neles se registra quanto ao olhar histórico econômico em absoluto, ao uso de fontes primárias e secundárias quase só pesquisadas ou produzidas em São Paulo, além de diminuir a presença de seu pai na bibliografia, que passava a rivalizar com a orientação buarqueana. Como refletir sobre a constante referência ao novo ocupante do posto, considerado com vigor em seus novos estudos, a não ser por este ponto de vista? Antes ele sequer figurava ou, se aparecia, era muito raramente e à sombra de Taunay e Ellis Jr. Mas, logo depois, não era simplesmente citado: Myriam Ellis passou a considerar, inclusive, os autores que Buarque de Holanda manejava há anos e vinha lidando com frequência provavelmente para escrever *Visão do Paraíso*, convertida em tese de cátedra. Veja-se, por exemplo:

(III) Na pesquisa acerca da queda no ciclo do ouro isso é latente, pois o documento que lhe servia de base tinha sido a *Memória sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais*, atribuída a José Eloi Ottoni (Lisboa, 1798) e impressa “nos *Anais* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XXX, 1908”, local onde o autor de *Raízes do Brasil* havia atuado profissionalmente. E mais: na primeira nota Myriam Ellis evocou *Monções* (1945) para

e José Pedro Leite Cordeiro. Observação: tese publicada no Boletim n° CXCVII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Boletim História da Civilização Brasileira n.º 14); São Paulo, 1955. CAPH-FFLCH / USP, p. 839. Saliento ainda que é muito provável que seu pai, Alfredo Ellis Júnior, tivesse iniciado sua orientação no doutorado, mas, com o seu afastamento, em 1952, e tendo a regência da cadeira ficado sob os cuidados de Rodrigues de Mello, catedrático de História Americana, este assumiu a tarefa.

¹¹⁹ Noticiário. Defesa de tese apresentada ao doutoramento na cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pela licenciada Myriam Ellis. *Revista de História*, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 284-285, 1956.

exemplificar um tipo de registro semelhante ao que ela lidava. Uníssona aos temas avizinados ao concurso, registrava que a queda da extração aurífera representava o fim da “civilização que criara a escola literária de Cláudio e de Gonzaga, [...], as obras vivas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; que implantara no interior brasileiro essa arte Barroca das igrejas mineiras”. Em alguns momentos passou a impressão de ser possível ouvir as frases de Sérgio Buarque quanto à falta de uma ética do trabalho que requeria ganhos fáceis ou do *status* colonial análogo à anarquia que ele defendera em 1936. Isso porque escreveu que quando a tarefa exigia profundidade, recursos e conhecimento técnico “a capacidade do minerador fracassou”; e, dando a ler o segundo aspecto – o caráter anárquico –, disse terem sido raros os esforços para organizar “ligas” ou “sociedades”, sendo algo excepcional pela falta do “espírito associativo”. Por fim, salientando as garras da Coroa portuguesa que só teria cuidado de pensar em quintos cujas arrobos minguavam pouco a pouco, recorreu a títulos de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Afonso Arinos de Mello Franco que, no conjunto, solapavam o predomínio dos escritos de Ellis Jr. Contudo, já atenta a outros motivos que não apenas os de um capitalismo precoce, realçou o ambiente literário no qual a *memória* impressa de Ottoni fora produzida, concluindo que se tratava de um reinol e um súdito zeloso em produzir reflexão para a Coroa, pois indicava a agricultura e até a proibida manufatura, mas tudo conforme os termos do alvará de D. Maria I, de 1785, e da previsão de monopólio na remessa dos lucros à Metrópole.¹²⁰

Finalmente, as notas preliminares de seu estudo mais tarde consumado como tese de livre-docência não fugiriam a esse quadro dialógico. Traços semelhantes aparecem, outra vez desde o começo e acentuado o gosto literário. No primeiro artigo da série de três, a epígrafe utilizada foi a de alguns versos setecentistas do Frei Manual de Santa Maria que faziam alusão ao “monstro agigantado / Por ser tão grande tem valia tanta”: a baleia. Ela extraía o trecho da *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial (1952-1953)*, organizada em dois volumes por Sérgio Buarque de Holanda. Esclarecia Myriam Ellis, entretanto, que o tema lhe despertou quando de suas pesquisas sobre um outro exclusivo metropolitano, o sal, pois, com este, a pesca e o comércio do mamífero haviam colapsado de vez no século XIX. Mas não sem antes manter, por exemplo, a Colônia do Sacramento, fortalezas da costa e ordens religiosas em face dos vultosos rendimentos e importância que assumiu nos cofres reais dos séculos XVII e XVIII. A centralidade da pesca era tal que sobravam justificativas à investigação e ela não deixou de as listar: a carne do animal marinho, “servia de alimento para o escravo negro que na expressão de Antonil era ‘as mãos e os pés do senhor de engenho’”, e de víveres às matalotagens; seu óleo

¹²⁰ ELLIS, Myriam. Estudo sobre a decadência das Minas, através de um documento. *Revista de História*, São Paulo, v. 12, n. 26, p. 463-489, 1956.

era usado na iluminação, para impermeabilizar barcos, em boticas, velas, reboco de paredes; seu azeite preparava “couros e panos”. Muitos cronistas quinhentistas e/ou da centúria seguinte escreveram sobre as baleias, de modo que a autora não tardou em mobilizar Gabriel Soares de Souza, Anthony Knivet, Pêro de Magalhães Gandavo, Fernão Cardim, Vicente do Salvador, Jean de Léry etc., todos presentes em *Visão do Paraíso*. Claro que a citação desses autores não era uma exclusividade dos escritos de Sérgio Buarque, visto que eles eram de largo uso. No entanto, para o caso de Myriam Ellis, seus testemunhos eram, via de regra, citados através dos textos de terceiros. Como se não bastasse sua perda de ressalvas em devassar searas alheias, como outrora na reticência ao tema “dos” etnólogos – pois aqui Ellis recorreu à vários saberes, como o ciclo de vida dos cetáceos entre as causas do ocaso no comércio –, chegou a se referir ao *Dicionário dos animais do Brasil* (São Paulo: Tipografia Brasil, 1940), do zoólogo brasileiro Rodolpho von Ihering, ex-diretor do Museu Paulista. Este foi, coincidência ou não, o mesmo título usado na epígrafe de *Cobra de vidro* (1944), outro livro buarqueano.¹²¹

Logo, diante dessas intensas trocas letradas, não me parece concebível desdenhar a mediação de Myriam Ellis no registro da ata do concurso em que Sérgio Buarque de Holanda se tornou catedrático. E penso que só a sua análise intensiva, como busquei fazer até por meio de detalhes insignificantes, em aparência, pode *dar a ler* as historicidades compactadas naquele impresso.¹²² Conhecer os pontos de vista e o lugar social do qual falava a copista – conforme tentei demonstrar nos parágrafos deste item –, auxilia a compreender melhor as anotações ou os apagamentos dos assuntos pronunciados em banca.¹²³ Imersa ela estava. Contudo, entre sua disposição em novembro de 1958 e as perspectivas que endossava em anos anteriores, ocorreu uma mudança, certamente fruto de muitas conversas. Foi por todos esses elementos que se propôs no começo desta Parte II a consideração da existência de um *ouvido do período* ou

¹²¹ ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). *Revista de História*, São Paulo, v. 15, n. 32, p. 415-462, 1957; _____. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (II). *Revista de História*, São Paulo, v. 16, n. 33, p. 149-175, 1958; & _____. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (III). *Revista de História*, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 379-424, 1958.

¹²² Ora, “as formas produzem sentido” e “um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura. É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos”. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991, p. 178.

¹²³ Isso porque, “a linguagem, o som articulado, tem importância capital. Não apenas a comunicação, mas o próprio pensamento, estão relacionados de forma absolutamente especial ao som”. Dessa forma, “uma vez ‘proferidas’, exteriorizadas, postas na superfície, podem ser eliminadas, apagadas, mudadas”. ONG, op. cit., 1998, p. 15 & 121.

daquilo que, na falta de uma expressão melhor, também é possível chamar de *polifonias textualizadas*.¹²⁴ Trata-se, enfim, de *Enxergar os mortos com os ouvidos*.¹²⁵

Posto isso, retomando alguns aspectos dos eventos de 1958 guardados para este item final, leia-se: a análise do currículo, é preciso salientar que, para se inscrever no concurso provedor da cadeira de História da Civilização Brasileira na FFCL-USP, Buarque de Holanda viu-se diante do desafio de reunir os papéis comprobatórios de sua formação científica. Precisava relatar todos os trabalhos divulgados e atividades profissionais exercidas e desde que fossem de interesse direto à matéria do certame.¹²⁶ Desta maneira, enquadrando-se no disposto do artigo 15 do regulamento que previa a apresentação de um “Memorial”, como fez constar no próprio currículo, assim ele procedeu.¹²⁷ Tratava-se, em certa medida, de revisar toda a sua trajetória, realçando aspectos potencialmente importantes para os avaliadores.

Não por outros motivos, após informar a conclusão de seus estudos, primários e médios, todos ali mesmo no estado de São Paulo (Escola Modelo Caetano de Campos, 1911-1914; São Bento, 1915-1918; Arquidiocesano, 1919; e exames preparatórios nos Ginásios da capital e de Campinas, 1918-1920), passou ao relato da quitação de suas obrigações militares e citou a feitura do chamado “Tiro de Guerra n. 35”.¹²⁸ Esse dado, por mais que visasse o cumprimento de mera formalidade das normas do funcionalismo público, conservava informação nada desprezível sobre os homens ligados ao mundo da palavra impressa no Brasil do século XX.

¹²⁴ Afinal, o “ato da audição, pelo qual a obra (ao termo talvez de um longo processo) se concretiza socialmente, não pode deixar de inscrever-se como antecipação no texto, como um projeto, e aí traçar os signos de uma intenção; e esta define o lugar de articulação do discurso no sujeito que o pronuncia”. ZUMTHOR, op. cit., 1993, p. 20.

¹²⁵ Minha inspiração para denominar assim a Parte II da presente tese veio de: CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014. O professor do Collège de France evocou Francisco de Quevedo y Villegas (1580-1645) para denominar sua aula inaugural, em 2007, como *Escuchar a los muertos con los ojos*. Mas aqui inverte as sensibilidades, adequando tal ideia ao problema teórico-metodológico com os quais me deparei face aos papéis do certame da FFCL-USP. Aproveito para frisar que o escritor d’*el Siglo de Oro* fora igualmente citado em *Visão do Paraíso*, ao menos em duas vezes. Uma para usar as personagens de *Los sueños* que, a propósito da geografia fantástica da América e do uso então feito dela na porção lusitana, dizia: “con el Brasil antes se desangra Holanda que cresce”; e, outro, para mostrar, sem embargo das conquistas de Felipe II, que o teatro hispânico d’*El buscón* satirizava a nobreza de Castela por sua busca irrefreável pela distinção, a exemplo de certo Mata que mudou seu nome para Matorral, pois este soava mais estrondoso, para se impor. Ora, antes deles, de Quevedo, aliás, a tempestade rabelaisiana não passava por gritos, urros, zumbidos de ventanias, estalos de navios etc., conforme enfatizou Lucien Febvre, sendo visível somente porque seu barulho poderia ser ouvido?

¹²⁶ Nisto deve ter contado com a prestimosa e, por certo, indispensável ajuda de Maria Amélia, tal como há registros que dão conta de seus auxílios noutras vezes e sendo o mais significativo quando ela teria datilografado partes de *Raízes do Brasil*, ainda nos originais da primeira edição, conforme ela relatou ao menos em dois momentos: I) em carta ao editor José Olympio recordando que seu falecido marido dizia em 1936 que “precisamos terminar logo o livro” (Cf. a nota 2); ou II) no documentário em homenagem a ele. Cf. SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Estação Filmes, 2003. 1 DVD (148 min).

¹²⁷ Cf. SÃO PAULO, *Aprova o regimento de concurso para provimento dos cargos de professor catedrático e livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP)*. Decreto nº 13.426, 23 jun. 1943. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

¹²⁸ Série: Vida Pessoal. 88 – Curriculum Vitae de SBH. 1958. (c/anot.ms.) Vp 88 P242. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; &, para uma ordenação dessas vicissitudes biográficas, Cf. também o *Apêndice A – Cronologia bibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

No caso em apreço, aliás, representava o distanciamento de um itinerário marcado pela carreira de inegável traço masculino, como a militar, mas que ainda assim, até a chamada “Primeira República”, era situada numa posição inferior das relações sociais. De tal modo que, uma vez liberado disso, pôde ficar mais “livre” no tocante às possibilidades de ingresso em postos de trabalho para a produção de bens simbólicos. Entretanto, quando essas áreas eram ocupadas como principal atividade, frente a ausência de um campo constituído e especializado que as definissem melhor, os olhares contemporâneos quase só as enxergavam como “femininas” no conjunto das atividades sócio-profissionais porque também dominadas.¹²⁹

Denota-se daí o relevo assumido por esse tipo de demarcação, pois sua lembrança ajudou a fomentar o registro das narrativas direcionadas à emergência de um perfil biográfico tendente às lides de tarefas letradas, já que teria sido nesse momento que ele encontrara, entre outros, “Fausto de Almeida Prado Penteadado e, através deste, conheceu seu primo Yan de Almeida Prado”.¹³⁰ O peso dessa memória, por assim dizer, bélica, era tamanho que serviu a um uso metafórico dos embates intelectuais nos quais Buarque de Holanda se viu implicado, sobretudo se for considerado outro testemunho, responsável pela revelação do seu suposto desejo de abater a tiros os poetas parnasianos que pudesse encontrar na praia de Copacabana.¹³¹

Como não cabia nos objetivos para os quais o currículo do concurso era destinado, o candidato à cátedra deixou de registrar no Memorial enviado à banca que, muito antes de vir a atuar em instituições ou levar a efeito práticas mais direcionadas aos percursos da História – fosse de maneira efetiva e/ou reelaborada, como procedeu insistentemente a propósito das edições de *Raízes do Brasil* –, tinha se envolvido com várias outras responsabilidades. Assim, além dos cargos e atividades intelectuais já mencionados que exerceu até 1958, com destaque para a atuação na imprensa, no funcionalismo da burocracia estatal e nas instituições de fomento

¹²⁹ Endossa-se aqui as teses segundos as quais, mais ou menos até 1930, a verve literária, por exemplo, “socialmente definida como feminina, ocupa no espectro das carreiras dirigentes (do proprietário ao homem político) uma posição dominada, a meio caminho entre a carreira militar (a mais próxima do polo masculino dominante, embora desfrutando de uma posição inferior no campo do poder) e a carreira eclesiástica, que constitui o exemplo-limite da mais feminina das carreiras masculinas na medida em que se define negativamente, no âmbito dos agentes, pela ausência de propriedades que caracterizam as profissões viris (poder econômico, poder sexual etc.)”. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 24.

¹³⁰ HOLANDA, Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. *Apontamentos para a cronologia de Sérgio*, 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/biografia.html>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

¹³¹ Esta informação quase folclórica por seu caráter cômico, mas significativa ao debate, foi extraída do seguinte artigo: DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 145-159, jan./jun. 2006. Mas para refletir de forma específica sobre o caso referido, Cf. FURTADO, André; FERREIRA, Cristina. Quando a exaltação é uma estratégia narrativa: notas sobre Sérgio Buarque de Holanda, modernista (1920-1931). *Revista Expdições: Teoria da História e Historiografia*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 192-213, ago./dez. 2013.

à cultura e de ensino superior, públicas ou privadas – do Brasil ou fora dele –, cabe mencionar brevemente o alcance da elasticidade do seu perfil letrado / profissional de contornos polígrafos.

Uma tal consideração presta-se ao esclarecimento sobre as inúmeras esferas dos mundos do trabalho nas quais Sérgio Buarque se envolveu, algumas delas poucos conhecidas ainda, diga-se de passagem, mesmo entre os seus principais intérpretes. Logo, avançando sobre aquela narrativa mais consagrada de sua trajetória, iniciada pela menção da escrita de um artigo para o jornal *Correio Paulistano*, sequer tendo completado 18 anos de idade, em 1920; seguido da análise lugar-comum de citar de forma naturalizada seu envolvimento com o modernismo; a mudança que fez para o Espírito Santo; depois a viagem para a Alemanha como correspondente estrangeiro dos *Diários Associados*; e seu retorno “triunfante” e “coroadado” com a publicação de seu primeiro texto no formato de livro; é preciso arrolar outros pontos do itinerário buarqueano ao largo das curvas bem aprumadas de sua biografia.¹³²

Entre esses aspectos, constituídos igualmente como temas de estudos em aberto, constam as atuações de Buarque de Holanda nas agências telegráficas Havas e United Press, nos anos 1920-1930.¹³³ Conta-se, aliás, que nesse interim teria ocorrido “o pitoresco episódio de sua prisão no Palácio do Catete, em dias da Revolução de 1924, confundido com outro funcionário da Havas, anarquista mal-amado nas hostes do [Presidente Artur] Bernardes”, mas que, “Na manhã seguinte, apareceu, na Polícia, para soltá-lo, metade da turma do Bar Nacional”,¹³⁴ ou seja: Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Graça Aranha, Alberto Ramos etc.

Sem negar o tom verossimilhante desta informação – atento, porém, à ficcionalidade assumida por suas linhas prontas a caracterizar a boemia de seus círculos de sociabilidade – convém dizer que o surgimento desse tipo de narrativa se presta a toda sorte de relatos.¹³⁵ Em

¹³² A existência de testemunhos que alimentam representações lineares e coerentes dos caminhos percorridos por Sérgio Buarque em vida (a constituir sua *ilusão biográfica*), leva-me a atentar mais aos sentidos desses gestos narrativos enquanto problemas de História, para fazer coro à epígrafe que inicia esta Parte II da tese. Daí a necessidade de se refletir não só no entorno da “realidade visada pelo texto, mas [sobre] a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura”. CHARTIER, op. cit., 2002a, p. 56.

¹³³ Cf. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Sérgio Buarque de Holanda, o homem. In: _____ et. al. (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Universidade de São Paulo / Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

¹³⁴ HOLANDA, M. A. op. cit., 2002.

¹³⁵ A exemplo do testemunho sobre a vontade de abater a tiros os parnasianos com quem pudesse topar no litoral carioca, a presente descrição endossa a assertiva teórica que sinaliza para a emergência de anedotas sobre figuras intelectuais e, sobretudo, no *post-mortem*. Cf. VENANCIO, Giselle Martins. *As flores raras do jardim do poeta: o catálogo da coleção Eurico Facó*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. No caso em apreço, porém, seu surgimento deu-se ainda em vida, pois o escrito que referencia essa fala, produzido pela esposa do biografado, Maria Amélia, contou com a ajuda do próprio Sérgio Buarque na sua confecção. O evento se torna curioso quando, procurando-o em notas da imprensa, deparei-me com o seguinte, dez anos depois: “O dr. Nelson Hungria, Juiz desta vara, por sentença de ontem, absolveu João Pontes de Moraes, Amadeu Amaral Júnior, Brydon Taves e Sérgio Buarque de Holanda, que foram processados por terem na madrugada de 13 de agosto de 1934, no interior do Bar Arraial, à rua do Lavradio n. 302, promovido desordem e, presos resistiram, ferindo João Pontes Moraes”. VARAS criminais. *O Jornal* – RJ, 12 out. 1935, s/p. Hemeroteca da FBN.

especial aqueles que objetivam alocar a personagem em destaque no centro de grandes fatos da história política do país, como quem o valoriza pelo avesso, nesse caso, e de forma anedótica. E isso justamente porque as circunstâncias do acontecimento em destaque não corresponderam aos traços finais de sua trajetória que, como tem se buscado demonstrar aqui, passou distante de se manter só nesse tipo de atividade para a sua identificação socioprofissional.

Tal estado de coisas é que teria autorizado às suas comunidades de leitores a tratá-lo por intermédio de várias facetas letradas até que, como se viu, em meados dos anos 1950 e, sobretudo, com a recepção de *Caminhos e fronteiras, Raízes do Brasil* foi convertida, enfim, em “obra” de estreia, posto que fortalecida pelas traduções em italiano e espanhol, quase ao mesmo tempo em que surgia a terceira edição em língua portuguesa. No conjunto, isso consolidou o seu “eu” historiador através da solidificação de sua imagem autoral, a despeito de ter sido caracterizado num primeiro momento como *expert* do passado paulista.

Mesmo quanto à Europa, fala-se muito da estada berlinense sem, no entanto, explorá-la. Desse momento, pode-se apontar seu emprego como redator da revista bilíngue *Duco*, responsável por artigos de divulgação português-alemão; e suas traduções de alguns filmes, como o *Anjo azul*, protagonizado por Marlene Dietrich, quando soube levar adiante o uso do seu conhecimento em outros idiomas na então crescente indústria cinematográfica germânica, malograda com a crise econômica de 1929 e, depois, com a eclosão da Segunda Guerra.¹³⁶

Também merece atenção suas tentativas na cena política partidária, recordada após sua morte no mesmo sentido pitoresco anteriormente aludido, feita mesmo para valorizar sua imagem letrada e, à época, levada a efeito, talvez, como quem buscasse superar a condição de “primo pobre”, pois vale lembrar que se candidatou, sem sucesso, como Vereador pelo PSB, para ficar só com alguns traços dos itinerários que seguiu.¹³⁷

Mas, no Memorial de 1958, nada parece mais significativo do que os insistentes destaques buarqueanos de seus laços internacionais. Afinal de contas, após aludir a sua estadia na Alemanha (1929-1930), onde diz ter frequentado cursos de História e Filosofia e colhido materiais de pesquisa em arquivos e bibliotecas; enfatizou suas passagens pelos Estados Unidos

¹³⁶ Um dos principais estudiosos a chamar a atenção para esses aspectos – e quando me deparei pela primeira vez com eles – foi: CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1997.

¹³⁷ Isso porque a “aventura” buarqueana na política partidária foi recordada depois que morreu, em 24 de abril de 1982, pois seus amigos fizeram questão de destacar que, depois de derrotado nas urnas, em 1946, sua participação nos debates dessa natureza “restringiu-se àquilo que sempre soube fazer maravilhosamente: seus escritos, seminários, aulas, conferências e livros”. Série: Homenagens Póstumas. 2508 – Recorte de jornal, intitulado “Sérgio Buarque, morre aos 79, em São Paulo”, comentando o falecimento de SBH, acrescida de uma biobibliografia. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 abr. 1982. Hp 25 P76. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Cf. ainda o parágrafo da nota 25. Quanto ao lugar social de “primo” ou “parente pobre”, ver: MICELI, op. cit., 2001.

(1941 e 1950), respectivamente, a convite da Divisão Americana de Relações Culturais e da Norman Wait Harris Foundation, quando conheceu a Biblioteca do Congresso e a Public Library (New York), participou de eventos e cursos nas universidades de Chicago, Columbia e Wyoming; bem como ao compor a delegação formada, entre outros, por nomes como os de Pedro Calmon (à época Ministro da Educação), Rodrigo Mello Franco de Andrade (diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Gilberto de Mello Freyre (seu antigo prefaciador, cientista social e Deputado Federal pela UDN) e Afonso Arinos de Mello Franco (atual arguidor, parlamentar pela mesma legenda e catedrático de Direito Constitucional da UB), no I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Washington.¹³⁸

No entremeio das duas últimas viagens, citou sua participação em debates na França (1949) em três ocasiões, sendo o primeiro encontro para discutir o conceito de *democracia*, promovido pela UNESCO, chamado que foi para integrar um grupo de especialistas, sob a presidência do historiador inglês Edward Carr, incumbidos de analisar quase uma centena de pareceres elaborados por intelectuais de todo o mundo sobre o tema, circunstância em que também realizou conferências na Sorbonne e na École Pratique des Hautes Études (EPHE); o segundo momento, ao compor o comitê que investigava o *Estudo comparado das civilizações / culturas*, integrado pelo historiador francês Lucien Febvre – ao qual fez questão de mencionar –; e, o terceiro, quando tomou parte no colóquio sobre o Oceano Índico, na condição de ouvinte, mas cujo convite havia partido do próprio Febvre, conforme anotou no Memorial.¹³⁹

Da Alemanha aos Estados Unidos da América e desses países à França, era chegada a vez de Sérgio Buarque se referir à experiência italiana (1952-1954), período no qual ministrou cursos de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma, na Biblioteca e no Arquivo do Vaticano etc. e participou de congressos, incluindo o de nações vizinhas como a Suíça. Nessa época foi eleito membro do *International Council of Museums* (ICOM) e esteve nas reuniões do comitê consultivo deste órgão ligado à UNESCO que ocorreram no Louvre, em Paris.¹⁴⁰

¹³⁸ Cf. Série: Vida Pessoal. 88, op. cit., Vp 88 P242. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & os Verbetes: FRANCO, Afonso Arinos de Mello & FREYRE, Gilberto de Mello. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Brasil e brasileiros de hoje* (v. 1). Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1961, p. 516 e 529. Particularmente sobre este último, Cf. também o nº 28 / 28 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹³⁹ Cf. Série: Produção Intelectual. Subsérie: Atividades Jornalísticas. 662 – Artigo de SBH intitulado “Problemas da democracia mundial”, comentando um questionário elaborado em 1947 pela UNESCO sobre os problemas em torno da expressão “democracia” e respondido por pesquisadores e estudiosos do mundo inteiro, cujas respostas foram analisadas por um comitê que contou com a participação de Sérgio Buarque de Holanda, que releva a sua importância dentro dos conflitos político-ideológicos do pós-guerra. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1949, p. 1. Pi 61 P14. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

¹⁴⁰ Via de regra, daí resultaram publicações, em várias línguas.

Guiava-o, provavelmente, a vontade de conquistar um lugar na arena de debates acadêmicos que a FFCL-USP simbolizava, como a própria defesa da tese catedrática não permite desmentir. Curioso, porém, é saber até que ponto estaria ele disposto a lutar por este espaço, pois – longe de emitir qualquer juízo de valor que a próxima frase possa soar – a questão é que, ao fazer referência aos textos publicados, deu destaque aos livros, por óbvio, e entre as traduções de *Raízes do Brasil* enfatizadas, registrou aquelas em italiano e espanhol. E foi além, dizendo que havia uma “inglesa já revista e anunciada para breve, além de proposta para tradução alemã e japonesa, já autorizadas, a primeira do Prof. Richard Konetzke, da Universidade de Colônia, e a última do Prof. Yasukito Sano, da Universidade de Tokio”.¹⁴¹

Não se pode afirmar se as referidas publicações em línguas estrangeiras estavam ou não em curso ou mesmo concluídas. Mas o que se pode dizer, por ora, é que, em 1958, só existia as versões publicadas em Milano / Roma e na Ciudad de México / Buenos Aires. Já as edições inglesa, alemã e japonesa de *Raízes do Brasil* se dariam muito tempo depois, a primeira delas, aliás, sem que seu autor estivesse vivo para vê-la impressa, ficando neste caso até indeterminado em qual país seria impressa, pois só em 2012 surgiu a referida versão nos Estados Unidos.¹⁴²

Em que pesem tais considerações, por mais diversificadas que tenham sido as práticas letradas e suas atividades profissionais até os anos 1950, em torno de sua imagem perduram duas principais facetas, advindas de interpretações ou da reunião de seus textos que lhe conferem um perfil oscilatório entre o *crítico literário* e o *historiador*.¹⁴³ Para alguns, a ruptura vinha desde “1956, quando atenu[ou] o interesse pela crítica literária, que até então estava na sua pauta constante”.¹⁴⁴ Nos dizeres de outros, isso se deu só a partir de 1958 e, “até sua morte, em 1982, sua reputação fic[ou] consolidada como historiador, esquecido o crítico literário”.¹⁴⁵ Seja como for, vários intérpretes convergem para dois aspectos cujos diagnósticos redundam no apontamento de que a sua “consagração como o maior historiador brasileiro veio no seu ingresso na Universidade de São Paulo e com a publicação de *Visões [sic] do Paraíso*”.¹⁴⁶

¹⁴¹ Série: Vida Pessoal. 88, op. cit., Vp 88 P242. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴² Enquanto que as do Japão e da Alemanha apareceram, respectivamente, nos anos 1970 e 1990. Retomarei essa questão no Capítulo 8. Mas o balanço completo das traduções da “obra” de estreia pode ser consultado no *Apêndice C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*.

¹⁴³ Cf., entre outros, BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989; & PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O espírito e a letra*. Companhia das Letras, 1996.

¹⁴⁴ CANDIDO, Antonio. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial* [póstumo]. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 10.

¹⁴⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008, p. 121.

¹⁴⁶ SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na Universidade do Distrito Federal, na Universidad di Roma e na Escola Livre de Sociologia e Política. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), São Paulo, v. 1, p. 1-21, 2008. Disponível em: <http://novosestudos.tempsite.ws/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1267>. Acesso em:

Evidente que esta circunstância historiográfica, cujo afluyente interrogativo desemboca em um *ato biográfico*, não exclui a plausível suposição segundo a qual no nascedouro dessa coerência de percurso (ilusão à qual estamos todos fadados), encontra-se o próprio Buarque de Holanda como contribuinte assíduo, conforme demonstra a análise do Memorial destinado ao concurso da USP. Ora, segundo alguns testemunhos, pode-se mesmo dizer que ele auxiliou na urdidura dessas caracterizações, pois buscou promover certo desapego da primeira faceta letrada, procurando “evitar que se falasse em publicar os artigos de iniciação”,¹⁴⁷ a exemplo de textos como *Originalidade literária, Viva o Imperador & A bandeira nacional*.¹⁴⁸

Apesar disso, não se eliminam outros fatos cuja simples razão de ser tende a engrossar os argumentos questionadores do marco cronológico da defesa de *Visão do Paraíso* como data divisora de águas no reconhecimento das práticas intelectuais buarqueanas. Minha referência aqui é a sua eleição para a Academia Paulista de Letras (APL) no exato ano de 1958, com posse em 1961, como fator aglutinante das interrogações passíveis de se formular ao corte de itinerário, uma vez que se trata do gesto simbólico que, entre pares, o consagra como imortal.¹⁴⁹

Observando a questão por estes prismas, o desejo de retorno à cidade natal que há muito alimentava Sérgio Buarque para se aproximar do polo cuja produção do conhecimento sobre o Brasil começava a despontar como central, parecia contemplado em parte desde que fora nomeado ao Museu Paulista, em 1946. Daquele posto, podia manter contato direto com a USP, atuando em bancas de teses de doutorado, livre-docências ou concursos. Cabe ainda voltar a frisar que ele chegou, inclusive, a compor o Conselho Universitário (1948-1951).¹⁵⁰

Muito embora Sérgio Buarque de Holanda tenha integrado, portanto, inúmeros círculos de sociabilidades profissionais e letrados que antecederam o concurso de 1958, tal constatação, por si só, não permite compreender a vitória que o levou a conquistar uma posição no campo

11 set. 2016. Muitos estudos que seguem essa linha de raciocínio poderiam ser citados, mas diversificariam pouco as constatações que, no rastro dos que corroboram as falas das notas 144 e 145, a presente referência é exemplar.

¹⁴⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. Introdução. In: _____ (org.), op. cit., 1989, p. 12.

¹⁴⁸ Já foi enfatizado que, desde o seu primeiro artigo, *Originalidade literária*, ficara nítida a ênfase aos fundamentos da nacionalidade. Nele o intelectual discutiu as possibilidades da completa “autonomia espiritual do Novo Mundo” para a emergência de uma literatura do continente. Assim, o debate teria antecipado questões retrabalhadas em *Raízes do Brasil* e em *Visão do Paraíso*, tais como a ideia de que os lusitanos tinham um senso menos idealista que os espanhóis. Cf. CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Outros lados. Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2003, p. 16-17. Os artigos referidos serviram para que ele fosse identificado com posturas monarquistas, Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil & Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2010, p. 414.

¹⁴⁹ Cf. Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Artigos de Jornais sobre SBH. 2109 – Recorte de jornal, intitulado “Sérgio Buarque de Holanda eleito para a vaga de Affonso Taunay”, comentando o discurso de Mons. Manfredo Leite, na reunião que elegeu SBH, para a vaga de Affonso d’Escragnolle Taunay, na Academia Paulista de Letras. *A Gazeta*. São Paulo, 13 jun. 1958. s/p. Pt 94 P59. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵⁰ Cf. Série: Vida Pessoal. 88, op. cit., Vp 88 P242. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

acadêmico, representada por seu ingresso na USP. A menos que tudo isso seja aliado, como se tem operado nessas páginas, com o mapeamento das várias trocas e apropriações marcantes em seu perfil autoral, sem privilégio de quaisquer um desses traços. Afinal, somente ao cruzar o maior número possível de fios deste emaranhado sociocultural a urdir a trama das relações que ele manteve se chega a uma aproximação das sucessivas imagens intelectuais partilhadas.

Na falta de consideração deste fato reside a naturalidade pela qual os êxitos de suas vicissitudes biográficas são tomados. Além da nova hierarquia de legitimidades e prestígio que ajudou a tornar hegemônicas, é impossível reduzir a configuração desse *status* ao envolvimento dos agentes apenas com as instituições. Daí o esforço da presente tese em se enveredar não só por esses caminhos de caráter estruturais e, portanto, ligados a elementos macros que pudessem incidir sobre a demarcação das trilhas por onde Buarque de Holanda rumou, mas também atentar a um olhar aproximado, micro, detido na minúcia de suas ações. Exemplo disso foi o estratégico e lento trato que levou a efeito para alterar as linhas mestras de *Raízes do Brasil*, redirecionando as rotas do referido texto para a especialização possível absorvendo a crítica.

Desta forma, mesmo ante um quadro mais amplo de constrangimentos sociais, os gestos buarqueanos encontraram margens de liberdade necessárias num só tempo para transgredir as forças que por ventura comprimissem sua existência no mundo da palavra impressa e constituir, pouco a pouco, a legitimidade do seu “eu” historiador. Só neste sentido se pode tomar o ano de 1958 como ponto alto da trajetória buarqueana, porque seu esforço no episódio revela o desejo de fincar pé na área de História, mas agora com vistas a atingir certa *fidalgua acadêmica*, porque já inegavelmente estudioso do passado por ofício. E isto se deu com todos os elementos aqui considerados que, mais ou menos perceptíveis em sua própria atualidade, moldaram seus interesses de pesquisas. É válido frisar ainda que a conjugação desses fatores resultante no encaminhamento do “destino” de Sérgio Buarque, era “controlável” à proporção do cabedal de informações sobre os leques de possibilidades e o estado das coisas que ele dispunha para agir.

Por isso, a despeito do entrelaçamento dos muitos fios que redundavam na existência de certa tipicidade no grupo de intelectuais que ascendiam aos postos do espaço universitário – paulatinamente convertido na principal e monopolizadora instância de consagração –, Buarque de Holanda conseguiu reunir as condições necessárias para que se postasse, ele próprio, como um vetor desse poderio. Daí a mobilização de diversas práticas letradas deixadas pelo tempo em seu *habitus* sem prejuízo das delimitações do *métier* requeridas no concurso de cátedra, cuja instituição visava, cada vez mais, a especialização do ofício historiográfico.

Cabe registrar ainda que, de todos os destaques do candidato no Memorial, salta aos olhos o lugar privilegiado conferido aos agentes e instituições vinculados à capital francesa. Tal

constatação, plena de simbolismos, tem lá suas razões de ser e logo estará no centro das análises. Porque os traços buarqueanos chegaram, inclusive, a mencionar os convites da EPHE que ele não pôde aceitar e, mesmo quanto às oportunidades que vivenciou no território brasileiro, tudo parece fazer sua descrição se encaminhar para a ênfase das conexões estrangeiras em geral, e parisienses, em particular. Ora, não é outro o dado que se observa quando, ao narrar o exercício de suas atividades como assistente na cadeira de História Moderna e Econômica na UDF, escreveu que se tratava do posto regido pelo “professor Henri Hauser, *da Sorbonne*”.¹⁵¹

Tratava-se de um dos vários docentes estrangeiros que tinham aceitado o convite para ministrar cursos na UDF durante os anos 1930, historiador conhecido, à época, no cenário acadêmico francês e que se envolvera, aliás, no comitê editorial da revista *Annales*.¹⁵² Logo, sem prender-se em demasia na fixação do *ato biográfico* – e longe de propor outro, haja vista as questões ora problematizadas –, convém frisar que a mudança buarqueana da Literatura para a História, se é que um dia se consolidou em sua produção intelectual, era mais ligada às representações de si do que marcadas por grandes diferenças na forma de compor seus textos.

Uma vez aprovado como professor catedrático da FFCL, estava Sérgio Buarque de Holanda credenciado por seus pares institucionalizados como o mais novo membro do grupo de historiadores universitários. Tal reconhecimento, portanto, ainda que não fosse unísono no conjunto da recepção ao menos até o surgimento de *Caminhos e fronteiras*, em 1957, foi aceito, por outro lado, na instância micro da banca avaliadora. No ano seguinte à defesa da tese *Visão do Paraíso*, esta foi convertida em livro pela LJOE, na mesma coleção que havia sido inaugurada com a “obra” de estreia do recém-aprovado professor da USP. E é exatamente sobre as historicidades da fortuna crítica deste que foi o volume 107 da *Documentos Brasileiros*, somado às textualidades de suas histórias, que o próximo Capítulo se ocupará.¹⁵³

¹⁵¹ Série: Vida Pessoal. 88, op. cit., Vp 88 P242. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁵² Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino de história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: BÔAS, Gláucia Villas; MAIO, Marcos Chor (orgs.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1999.

¹⁵³ Mesmo voltadas majoritariamente ao estudo da Literatura, inspiro-me em pesquisas que propõem o resgate, tanto quanto possível, das “circunstâncias históricas originais de sua produção e consumo e analisar a relação entre essas circunstâncias e as nossas. [...] não como um pano de fundo estável e pré-fabricado contra o qual se projetam os textos literários, mas como uma densa rede de forças sociais em evolução e muitas vezes em conflito. [...] Na formulação apropriada de Louis Montrose, a meta tem sido apreender simultaneamente *a historicidade dos textos e a textualidade da história*”. GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, jul./dez. 1991, p. 250-251 [grifos meus].

PARTE III

Negociar o clássico e erigir o cânone

Capítulo 6

DÉCADAS DE IMPRESSÕES:

Entre as textualidades indiciárias e a onipresença de um livro “não publicado”

Uma análise global [...] deve permitir ao estudo observar o processo editorial da transmissão de textos e ideias, em conjunto (Brigitte Ouvry-Vial)

Vestido como Oficial da Marinha mercante, Vasco Aragão desembarcava em Periperi, na periferia de Salvador, num dia de 1929. Sua chegada e aventuras o destacariam nos círculos da pacata comunidade, despertando ciúmes em outros, que passaram a questionar seus *causos*, incluído o *status* de Comandante. Chico Pacheco, fiscal aposentado, achava-se entre os detratores. Desconfiado, foi à capital empreender um inquérito, revelando que ele não passava de um idoso boêmio, neto de comerciante português cujo patrimônio torrara em cabarés. É neste universo que se desenrola a trama d’*Os velhos marinheiros – duas histórias do cais da Bahia*, de Jorge Amado. Por meio da parábola relativa às fronteiras entre mentiras e verdades, fantasias *versus* realidade, o escritor arquitetou sua narrativa. Concluída no Rio de Janeiro e publicada em São Paulo, pela editora Martins, em 1961, ela reunia duas partes: *O capitão de longo curso & A morte e a morte de Quincas Berro Dágua*.¹ O cenário da primeira é descrito por um historiador da província objetivando reconstituir esses fatos de três décadas antes que, a certa altura da investigação, interrompeu sua análise das “descobertas” de Pacheco para afirmar “não ser nenhuma brincadeira essa questão de títulos e patentes”, pois uma coisa era “um doutor ou um oficial” e outra “um infeliz sem diploma”.² Se estes cometessem delitos, continuava, ficavam longe dos privilégios e à mercê das duras leis civis de prisões não especiais ou de cadeias bem diferentes dos cassinos militares. Ato contínuo, relatou o quanto se caçoava dos anéis de advogados como símbolo da competência em Direito. Cauteloso, porém, registrava que competir com eles era rematada loucura, mantendo-se fiel às versões do Comandante, pois

¹ Também nesta data, quando surgiu o volume em apreço, a segunda seção da novela foi traduzida para o francês e divulgada na revista *Les Temps Modernes*, uma das mais importantes da cena crítica do período pós-guerra. Além disso, a Editora Gallimard publicou a coleção *La Croix du Sud* (entre 1951-1970). Organizada sob a direção de Roger Callois – intelectual francês que viveu longos anos na Argentina – tinha como objetivo promover a literatura latino-americana na França. Publicou dois títulos de Jorge Amado: *Capitães de Areia & Bahia de todos os santos*. Nesse princípio dos anos 1960, o romancista foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL), auge de sua carreira literária, inclusive por ser o único do país, até então, a viver apenas de direitos autorais. Já distante do Partido Comunista do Brasil (PCB), seu reconhecimento seguia amplo, no encalço de *Gabriela, cravo e canela*, êxito de vendas saído em 1958 igualmente pela Martins. Cf. SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp / Com-Arte, 2010; & *Membros da ABL. Jorge Amado*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jorge-amado/biografia>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

² AMADO, Jorge. *Os velhos marinheiros – duas histórias do cais da Bahia*. São Paulo: Martins, 1961, p. 174.

ao ex-fiscal faltavam provas. E ao evocar um confrade de ofício para atestar o valor de seu estudo sobre os *Vice-presidentes da República*, o personagem de Amado reagiu aos que não o premiaram no Instituto Histórico e Geográfico. Dizia que eles deveriam saber da citação ao seu “trabalho por um historiador eminente de São Paulo, o doutor Sérgio Buarque de Holanda”, a quem sequer tinha enviado o volume, confessando lhe desconhecer “a existência e a glória”.³

6.1. As facetas se misturam da grande cena literária à *Thèse d’État*

É curioso perceber no exercício que desenvolvi acima, como o mesmo Jorge Amado, nos idos de 1936, quando respondia pela propaganda da Livraria José Olympio Editora (LJOE), chegou a duvidar do sucesso de *Raízes do Brasil*.⁴ Mas agora usava a sua criatividade para, de certa forma, homenagear o *autor* e então catedrático da Universidade de São Paulo (USP), brincando com o fato de seu personagem igualmente desconhecer a pessoa ou a fama de Sérgio Buarque.⁵ Óbvio que esta situação não era pública naquele 1958 ou neste 1959. Entretanto, o romance já estava em gestação e a presença buarqueana nele, da maneira como surgiu – pouco ficcional –, é um indício no mínimo interessante do quão identificado às artes de Clio ele estava. E isto pelo domínio literário, aparecendo em um escritor *best-seller* que ganhava o mundo.

Salta aos olhos na expressão artística que o desenrolar dos acontecimentos do vilarejo fosse interrompido no tema do bacharelismo, caro à toda geração brasileira esgrimida, *grosso modo*, entre as revistas de vanguarda e, não raro, efêmeras; os rodapés de jornais, resenhando várias novidades; e/ou o funcionalismo público, apesar de que, neste, o Estado demandasse alguma diplomação para manter as aparências de recrutamento qualificado.⁶ Mas já eram novos tempos e as classificações recaídas sobre os títulos do intelectual como *de História* estavam melhor cristalizadas, carecendo apenas de retoques lapidares. Na Parte I pude demonstrar como, em termos de práticas letradas, não lhe tiravam este acento. Em suas comunidades de leitores até *Caminhos e fronteiras* (1957) surgiu a tendência que, embora oscilante e o regionalizando,

³ Idem, p. 177. Depois afirmaria que a referência veio na linguagem de um legítimo historiador: esotérica e confusa.

⁴ Cf. o trecho final do Capítulo 1 e sobre o volume de abertura da *Documentos Brasileiros*, apontei na Parte I como só lenta e paulatinamente esse título obteve envergadura, entre outros fatores devido às traduções italiana (1954) e espanhola (1955), mas evidente a partir de 1969: a edição-versão mais estável em termos de mudanças textuais.

⁵ Analisei no Capítulo 3 que, no fim da década de 1950 – num processo que durou cerca de vinte anos, do convite para traduzir *Memórias de um colono no Brasil* a *Caminhos e fronteiras* –, confluíram os eixos-base da *autoria* buarqueana (daí meu grifo no termo), situação que tem permitido tratá-lo como tal e se resume assim: 1) suas práticas letradas, em instituições de fomento à cultura e/ou ensino, conformaram um “eu” historiador; 2) houve diferenciação das casas-livrarias e as emergências das funções editor e autor (esta última contando com Sérgio Buarque junto à Associação Brasileira de Escritores, ABE); e 3) sua comunidade de leitores o reconheceu cada vez mais como *expert* da História, mormente paulista. Aqui se verá como isso se deu na recepção do livro de 1959.

⁶ O tema da carreira jurídica aparece em várias ocasiões. Cf., em especial, os itens 4.2 e 5.5 da Parte II.

pendeu nesta direção receptiva. Faltava-lhe a bênção na instância universitária da área, também em processo de conquista do *status* como autoridade canonizadora e legitimamente referencial.

Acatando de forma provisória o informe folclórico que abre o Capítulo 1 em benefício da interrogação, uma vez aprovado como professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e saída a tese em versão comercial, quanto demoraria para que deixassem de confundilo como estudioso da botânica? Mantida a pergunta e diferente dessas *impressões* quanto à “obra” de estreia, foi pelas rotas hidrográficas de Eras longínquas que se voltaram os questionamentos do próprio Buarque de Holanda – há muito deparado com o tema dos mitos – , dos examinadores de *Visão do Paraíso* ou, a partir de 1959, dos novos críticos.

Como tratei na Parte II, o texto preliminar desta pesquisa buarqueana integrara uma das etapas do certame para o provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira, ocorrido em novembro de 1958, na FFCL-USP. Foi lá que seu nome outrora identificado com mil facetas polígrafas, passou ainda pelo crivo das duras avaliações nas fases das provas do memorial, escrita e didática que o aprovaram como historiador. De tal acontecimento se pode reiterar, junto aos aspectos que daí já se compreendeu, o seguinte apontamento: tratava-se, enfim, de sua efetiva institucionalização acadêmica e não mais em caráter provisório ou interino.⁷

À época, as falas foram desde a possível integração à *História das Ideias*, conforme disse Afonso Arinos de Mello Franco; até às pautas nacionalistas, no evidente embate antigo e atualizado que travou com Hélio Vianna; ou aquelas da conciliação entre passado-presente em face de José Wanderley de Araújo Pinho. Elas atingiram, ao fim, a centralidade de Eduardo d’Oliveira França – “ovelha negra” na configuração da banca porque bem ao largo dos circuitos do *Ancien Régime* historiográfico – e Eurípedes Simões de Paula – editor da revista usiana e um dos alunos prediletos de Fernand Braudel – como correspondentes dos *Annales* na casa.

Vis-à-vis ao penúltimo foi que a mobilização, pelo candidato, de escritos inéditos, feitos desde a década de 1940 e convertidos em tese repentina, emergia como um gesto que, além de tudo, unia o útil ao agradável, pois tinha a virtude de se diferenciar de *Portugal na época da restauração* (1951). Ao fazê-lo, ficou a uma distância segura para não repetir a tópica Barroca, apequenada no complexo renascentista mais amplo, em séculos e imaginários. Logo, o autor assegurava a originalidade de *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, como “obra” tardia e circunstancial, criando a *distinção* necessária.⁸

⁷ A propósito dos percursos de sua trajetória, até 1958, Cf. o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos.*

⁸ Cf., as cinco análises sobre *Visão do Paraíso* do item 4.5 que, às vezes, parecem se excluir. Por isso as misturo em prol da perspectiva que adoto, pois, sendo ela complementar, enfatiza as atitudes buarqueanas por *distinção*.

A América como um todo era o que lhe importava, em particular a porção de domínio ibérico, apesar disso nem sempre ter soado bem em um concurso destinado a preencher uma vaga cujo alvo era o passado brasileiro. Daí a singularidade que notei neste último livro, como o único assinado exclusivamente pela autoria Buarque de Holanda a comportar um subtítulo. Mirado à parcela continental luso-espanhola – e volta e meia não descuidando da anglo-saxã, sobretudo a partir do Prefácio à segunda edição, de 1969 – as falas do salão nobre da FFCL ecoaram como polifonias textualizadas. A copista da ata que então se produziu promoveu apagamentos, deliberados ou involuntários – não é possível saber –, de acordo com o que seus ouvidos captaram dos debates e os limites históricos que a compreensão possível deu a ler.

Vencido o certame, era chegada a hora de transformar a tese em livro pela LJOE. Não mais em tiragem restrita ao corpo docente de catedráticos avaliadores ou de amigos, e sim como volume 107 da prestigiada coleção *Documentos Brasileiros*.⁹ Contudo, simultaneamente seu aparecimento correspondeu ao ápice e declínio do êxito deste projeto no mercado. Tanto por problemas enfrentados pela indústria livresca no país, face a uma legislação nada favorável, quanto pelo surgimento de outras “casas” e catálogos concorrentes.¹⁰ Ademais, a marca JO enfrentou um desafio inédito no fim de 1959: encontrar um novo diretor. Tratava-se do terceiro da série inaugurada por Gilberto de Mello Freyre, pois seu coordenador da vez, Octávio Tarquínio de Sousa – que o substituíra em 1939 –, foi uma das vítimas fatais do trágico acidente aéreo no qual também faleceu sua esposa, a crítica literária e escritora Lúcia Miguel Pereira.¹¹

A relevância dessas questões se avoluma quando se observa o emaranhado da pauta letrada daquele decênio. Sua configuração contou com a força do nome de Tarquínio de Sousa, o alcance e o destaque que o projeto por ele coordenado atingiu. Porque não se tratava de mera coincidência que, mesmo declinando, Sousa foi convidado para arguir *Visão do Paraíso*, esteve na plateia e, quando faleceu, abriu espaço para Afonso Arinos (que integrou a referida banca) o substituir na *Documentos Brasileiros*. Sondado para a tarefa, este último só passou oficialmente a exercê-la em 1962, após um período de orfandade enfrentado pela coleção.

⁹ Furneci detalhes sobre o referido empreendimento editorial no Capítulo 1 e em toda a Parte que o engloba.

¹⁰ VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira*: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 05-23, jan./jun. 2013.

¹¹ O sinistro ocorreu quando voltavam do escritório paulista de José Olympio, que logo publicaria a segunda edição da série *História dos fundadores do Império do Brasil*, a qual já me referi. Cf. BRAGANÇA, Rafael de Oliveira. *O período Regencial (1831-1840) encontra seu historiador, o escritor Octávio Tarquínio de Sousa*. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2015, p. 36. Junto à crise do setor, atrasos na saída de seus títulos contribuíram para abalar, às vésperas do acidente, a boa relação com o editor, conforme mostram as cartas que consultei nas Fundações Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Biblioteca Nacional (FBN), confirmado por Cristina Ferreira. Logo, somado às explicações do Capítulo 4, talvez resida também aqui outros motivos para o malogro do projeto coordenado por Álvaro Lins sobre a história da literatura brasileira.

Por nutrir laços afetivos com Tarquínio de Sousa, é provável que Sérgio Buarque tenha lhe enviado em primeira mão um exemplar da tese de cátedra. Tal circunstância não exclui a hipótese que remete o caso à existência de exemplares sobressalentes do material expedido pela FFCL aos examinadores convocados a tomar parte no concurso – e talvez ele a acessara na condição de convidado –, ou porque dirigia o empreendimento editorial no qual o estudo seria incluído. E mais: se a nota biobibliográfica da LJOE, que aborda a trajetória de seu editado, pouco fugia da usada em *Caminhos e fronteiras*, o que dizer daquela outra, “do autor”, assinada em julho de 1959, e mediante a qual informava acerca de sua “dívida de gratidão a José Olympio e a seus colaboradores pelo interesse amigo com que tomaram a seu cargo as duas impressões sucessivas da presente obra”¹²... teriam os arguidores exercido certa leitura de provas?

Difícil saber isso, mas cabe frisar o ponto, pois ele integra aspectos nada desprezíveis ao mostrar a complexidade das disputas letradas do período e indicar as inserções nos circuitos do mundo intelectual em que uns e outros transitavam. Como exemplo, há os próprios contatos profissionais, afetivos e/ou familiares, devotado que era Buarque de Holanda, de longa data, à dupla Octávio Tarquínio de Sousa e Afonso Arinos de Mello Franco, que na banca expressara seu incômodo com a tendência do candidato em se dirigir aos leitores na tese.

Quando veio comercialmente à público sem muita demora após o certame, o livro manteve o ineditismo na atenção sistemática ao tema edênico, que Sérgio Buarque extraiu, sobretudo, de crônicas e relatos coloniais, movido por uma grande diligência em compreender a constituição das sociedades americanas, em especial na parcela do Atlântico Sul.¹³ A par disso, não convém excluir a análise de certo esquecimento sobre o livro de 1959, considerado a pesquisa favorita do autor.¹⁴ Suspeita-se que sua emergência coincidiu com o vigor da atenção aos aspectos econômicos na historiografia brasileira. Daí não faltando quem discernisse, nesse

¹² Nota do autor, s/p. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 107). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

¹³ Mesmo assim, já se enfatizou, de um lado, que são escassos os estudos sobre este texto, exceto as observações breves de Maria Odila da Silva Dias (1985), as mais longas de Luiz Costa Lima (2002) e, ao menos duas vezes, as de Ronaldo Vainfas. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio. In: NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008. De outro lado – que mapeia sua ressonância acadêmica –, afirmou-se ter o impresso ecoado só em 1986, pelo impacto causado pela tese de Mello e Souza, “*O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, [...] que lhe seguiu fielmente os passos, reinventando a problemática de Sérgio Buarque”. VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 56-57. De minha parte eu acrescentaria também o trabalho deste último, pois não teria *Trópico dos pecados* surgido, quase em simultâneo (1988), como tese orientada, aliás, por Eduardo d’Oliveira França?

¹⁴ Cf. SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Estação Filmes, 2003. 1 DVD (148 min).

processo, a força de predileções que ficavam “em torno das obras de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado”,¹⁵ de modo a postergar-se o interesse na tese buarqueana, despertado décadas depois.

Sem embargo absoluto do crédito que existe nesta assertiva, tal explicação não serve para a totalidade do problema em apreço e, por esse motivo, só pode ser acolhida com prudente reserva. Logo, à hipótese citada agregou outra, que remete às trajetórias editorial e receptiva do impresso de Sérgio Buarque de Holanda como fatores, estes sim, ao que parece, mais decisivos para inferir acerca do seu esquecimento ainda em princípios da década de 1960. Isso porque, quanto ao traço inicial, *Visão do Paraíso* somente receberia uma segunda edição cerca de dez anos após o seu lançamento. E, como se não bastasse, deixava a *Documentos Brasileiros* para integrar o catálogo de uma “casa” da concorrência. Isto é: concorrente em termos de livros monográficos, que a alocou entre os volumes da coleção *Brasiliana* (333), dirigida à época por Américo Jacobina Lacombe na Companhia Editora Nacional, em coedição com a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). Abordarei as implicações disso adiante, pois este Capítulo se voltará ao segundo elemento supracitado, ou seja, o aspecto da recepção.¹⁶

Quanto às leituras historiográficas bem posteriores, não descuidando as já citadas até aqui, tomarei duas considerações que melhor a analisam, a saber: (I) aquelas responsáveis por apontá-la como antecipadora, no país, de pesquisas sobre a vertente disciplinar mais tarde denominada, nos domínios franceses, como *História das Mentalidades*; e (II) as que, neste ponto, optam por reconhecer o vanguardismo sem atestar o nexos com as gerações dos *Annales*.¹⁷

Devido a essas questões, torna-se imperioso refletir sobre quão inteirado poderia estar o historiador de ofício e, *agora*, institucionalizado, acerca da produção acadêmica internacional. Com quem e quais eram os seus diálogos na cena doméstica (para além da *distinção* em face de Oliveira França) e em que medida se atava a essas configurações?¹⁸ Na impossibilidade de

¹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 28. Tal ideia foi seguida por muitos, a exemplo de: VAINFAS, op. cit., 1998, p. 54-55; ou, em 2001, mas em texto reproduzido uma década após esses primeiros – para ficar somente com os três mais importantes – com: GALVÃO, Walnice Nogueira. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008, p. 119.

¹⁶ Cf., por ora, o Apêndice B – *Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos*.

¹⁷ Adicionalmente às referências que explorei na Parte II (Cf. o item 4.5), fez-se necessário acrescentar a fala de que *Visão do Paraíso* foi “o primeiro livro de História das mentalidades escrito entre nós, embora nos anos 50 a designação não se houvesse generalizado”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Raízes do Brasil* e depois (posfácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 192.

¹⁸ E isso por considerar que os homens não classificam a si e às coisas para dar razão ou maquiagem laços que os mantêm em sociedades. Fazem-no por uma espécie de necessidade que os leva à reflexão da existência humana em termos de agrupamentos, diferenças e divisões, acabando em tentativas de fixar consensos que visam outorgar a certas práticas – a exemplo das culturais – a possibilidade de se imporem como dominantes. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Coleção “Estudos” (v. 20). São Paulo: Perspectiva, 2007.

respostas dogmáticas, e longe de propor um enquadramento cabal, meu objetivo visa avançar no escrutínio dos quadros receptivos. Para tanto, analisarei a fortuna crítica materializada em resenhas de alguns avaliadores da edição *princeps* de *Visão do Paraíso*, completando, assim, a terceira geografia de circulação e tópicos apropriadas pela *comunidade de leitores buarqueana*.

Os documentos que utilizarei correspondem a artigos saídos em periódicos do Brasil e um no exterior, assinados por letrados de diferentes searas (jornalistas, romancistas, acadêmicos etc.).¹⁹ A partir daí, atentarei aos limites do compreensível que se encontravam sob seus olhos naqueles remotos horizontes, tentando identificar os perfis interpretativos mediante os quais eles representavam o livro e o seu autor. Em paralelo, buscarei avaliar se relacionavam a “obra” com outros trabalhos do próprio Buarque de Holanda ou não, sincrônica e diacronicamente. Trata-se de refletir sobre as vias percorridas para que o impresso fosse apropriado em sua emergência nos meios intelectuais, para mapear o circuito intra e paratextual específico daquela conjuntura que conferia sentido às discussões, dotando-as de coloridos típicos de seu tempo.²⁰

Das 34 resenhas sobre o livro *Visão do Paraíso* salvaguardadas no acervo pessoal de Sérgio Buarque na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 31 se referem à primeira edição, de 1959, e apenas 3 à terceira, de 1977. Desse montante, 12 não contêm identificações e 22 possuem alguma forma de autoria e/ou assinatura, integrando o quadro receptivo que analisarei agora.²¹ Ainda neste último conjunto de artigos, cerca de um terço respeita a nomes “conhecidos”, pois 7 se repetem entre os que haviam opinado sobre outros livros buarqueanos, sendo que um(a) dele(a)s se apresenta pelo uso de uma sigla a qual desconheço de quem seja.

Sua dispersão no quadrante nacional chegou a 33 publicações, sendo: 13 em São Paulo (SP); 10 no Rio de Janeiro (RJ), 2 em Belo Horizonte (MG), 2 em Porto Alegre (RS), 1 em Recife (PE), 1 em Campinas (SP) e 4 sem localização identificável. A trigésima quarta saiu na Carolina do Norte (Estados Unidos da América – EUA). Foram impressas, no caso do Brasil, em jornais como: *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, *Diário do Povo*, *Correio Paulistano*, *Folha da Manhã*, *A Gazeta*, *Folha de S. Paulo*, *Diário Carioca*, *O Jornal*, *Correio da Manhã*,

¹⁹ Tais papéis se encontram na subsérie *Resenhas* do Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH) do *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)*, majoritariamente considerada nos Capítulos da Parte I. São 104 registros que formam 181 textos publicados entre 1936 e 1981. Destes, 98 se referem às sete primeiras edições-versões e à tradução italiana de *Raízes do Brasil*; 38 à edição *princeps* de *Caminhos e fronteiras*; 34 (18,79%) à primeira e terceira de *Visão do Paraíso*; 4 às duas de *Cobra de vidro*; 4 sobre *Tentativas de mitologia*; 2 à coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB); e 1 propaganda de *Monções*. Cf. os Gráficos 1 e 2.

²⁰ Destaco que as “competências culturais dos leitores marcarão sempre os limites da compreensão. Mas a apropriação é sempre criativa, a produção de uma diferença, a preposição de um significado que pode ser inesperado”. CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014, p. 46.

²¹ Excetuando, portanto, as apreciações de Leila Gouvea, Maria Yedda Leite Linhares e Marinho de Azevedo, que retomarei em momento oportuno, pois não correspondem a leitores da edição de 1959.

Tribuna da Imprensa, Jornal do Comércio, Diário da Noite, O Semanário, O Diário, Correio do Povo, Diário de Pernambuco etc.; e, a do exterior, na *Hispanic American Historical Review*.

Logo, excluídas as três resenhas de *Visão do Paraíso* saídas entre 1977 e 1978, restam 19 críticas com autoria / assinatura, que surgiram ao tempo da primeira edição comercial e circularam durante o quadriênio 1958-1961.²² Por razões metodológicas, convém separar no seu entremeio aqueles textos provenientes, por assim dizer, de resenhistas assíduos da “obra” de Sérgio Buarque de Holanda dos demais. E se considero esses últimos como “estreados”, o faço puramente por um critério atento à ausência de suas identidades entre os críticos anteriores, muito embora, como se verá, não ignoro que eles conheciam outros títulos do autor. Entretanto, não posso dizer se isso ocorrera de forma coeva ao aparecimento de cada livro, de 1936 a 1957, ou se os citavam talvez por conta da *reconversão historiográfica* que se operou no entorno de suas publicações – aí incluídas as versões revisadas de *Raízes do Brasil* e o circuito mesmo das próprias resenhas – e, por esse motivo, correspondia a um gesto inevitavelmente *a posteriori*.²³

Seja como for, entre os primeiros estavam Valdemar Cavalcanti, Sergio Milliet da Costa e Silva, João Camilo de Oliveira Torres, Temístocles Linhares, a incógnita “M. I. P. Q”, Menotti del Picchia e Hélio Vianna; e os novos eram Mário Júlio Silva, José Geraldo Nogueira Moutinho, Jarbas Duarte, Mário Lucca Erbolato, José Almiro Rolmes Barbosa, Leonardo Arroyo, Judas Isgorogota, Carlos Rafael Guimaraens, William Jerome Wilson, Afrânio dos Santos Coutinho, Augusto Meyer e Wilson Martins.²⁴

Mas antes de apreciar suas falas, considerarei a seguir as 12 publicações sem registros. À diferença do tratamento que concedi às resenhas outrora de nítido caráter propagandístico (sobretudo no volume de abertura da *Documentos Brasileiros*, expressivas em quantidade

²² Mantenho o ano do concurso na Universidade de São Paulo (USP), pois um dos artigos foi produzido por alguém informado pelo ocorrido que, não sendo da banca, o incluo aqui como leitor. Mas é instigante perceber recortes marcados erroneamente, 5 deles no caso do livro de 1959, pois aparecem as datas de 1951, 1955, 1956 e 2 de 1958, embora às vezes só no material e não na guia do Fundo (atentarei a cada especificidade). Após adquirir o acervo buarqueano (1983), segundo o próprio inventário a UNICAMP recebeu tais papéis, alimentados por familiares de seu antigo titular e com apoio de pesquisadores na organização, para identificar pessoas e fatos. Logo, os equívocos são pistas do surgimento do arquivo como algo não necessariamente maquinado por Sérgio Buarque, pois, se o fizesse com a diligência apregoada por algumas interpretações recentes, é improvável que se equivocasse nesse ponto. Reunia-os para aproveitar as fortunas críticas nos ajustes ou então, o que era mais comum agora, as refutar.

²³ Desde já reitero que a lista completa dos resenhista é o *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

²⁴ Devidamente modificado por acatar vários debates que triplicaram suas laudas, este Capítulo tem por base a seguinte publicação: FURTADO, André. Sob os olhos de remotos horizontes: reflexões sobre a recepção do livro *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1959). In: SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle Martins (orgs.). *Escrita, edição e leitura na América Latina*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2016. Trata-se de uma comunicação que fiz em novembro de 2013, na UFF, que sediou o Congresso Latino Americano da *Society for the History of Authorship, Reading and Publishing* (SHARP). Estavam ainda na mesa: Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (*Modernidade e tradição na crítica cultural e política nos primeiros escritos de Sérgio Buarque de Holanda*); Fábio Franzini (*Leituras francesas da historiografia brasileira: Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. nas páginas dos Annales*); & Luciano Mendes Faria Filho (*A publicação das obras completas de Rui Barbosa: edição e sociabilidades intelectuais*), que coordenou os trabalhos.

devido às estreias buarqueana e da coleção), meu objetivo aqui, atento àquelas perspectivas teóricas, consistirá em produzir uma súpula de seus traços. Mesmo porque, como pude discutir, trata-se de um ambiente letrado muito diverso. Não só Buarque de Holanda era, por motivos de ordens várias, já conhecido e prestigiado, mas também as funções autor e editor estavam mais definidas, afora o mundo acadêmico que avançara nas (re)configurações do *campo intelectual*.²⁵

De uma maneira abrangente, pode-se dizer que a dúzia de notas supracitadas comporta tanto linhas de conteúdo dos principais temas de *Visão do Paraíso* quanto as de natureza catalográfica, cujo intuito levou, quase invariavelmente, à toda sorte de classificação recaída sobre seu autor, complacentes, negadoras ou que lhe reajustavam as imagens públicas prévias.

Assim é que se pode observá-las narrando que a “obra” investigava o poder das fábulas “na descoberta e colonização do Brasil durante a Renascença, acentuando a íntima relação entre as operações mágicas e a ciência naqueles tempos” e, por isso, era “uma contribuição nova e brilhante ao estudo de nossa história”.²⁶ Ora, confluindo para a leitura canônica já desenvolvida e defendida pelo autor por ocasião da banca na FFCL-USP no tocante à periodização, bem se sabe que, de outro lado, pelo viés do conteúdo, a tese era bem outra. Afinal, sua ideia consistia em demonstrar como, na América portuguesa ao menos, os motivos edênicos até existiam, muito embora, comparado àqueles das Índias de Castela, pouco ou quase nenhum efeito teriam suscitado na ação colonizadora da gente lusa, marcada à época por um *realismo pedestre*.

Outros o viam como ensaísta cujo entusiasmo dominava o leitor num trabalho pioneiro para a bibliografia histórica, chegando a lembrar as edições *princeps* de seus títulos de 1936 e 1957 para distinguir o livro de 1959. Porque este se voltava às “inquietações renascentistas que caracterizaram as culturas e o homem europeu, nos séculos XIV e XV, a ponto [...] de traçarem determinantes de descobridores e navegadores espanhóis, genoveses, franceses”²⁷ na busca do mundo onde lendas e realidade se misturavam. Nesta passagem, mais cautelosa que a citação anterior, os portugueses não foram incluídos. Mas também se atenuou tal aspecto reconhecendo

²⁵ Muito de minhas reflexões sobre essa ideia se basearem em: BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

²⁶ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2200 – Resenha intitulada “Sérgio Buarque com novo livro”, sobre o livro “Visão do Paraíso”, da Coleção Documentos Brasileiros. *Diário da Noite*. s. l., 04 nov.195[9]. s/p. Pt 185 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. À primeira vista não caberia a dúvida quanto ao ano em que este artigo surgiu, sendo o livro de 1959. Mas ela foi mantida no inventário, pois é um dos casos em que no recorte consta, à caneta, uma data redondamente equivocada, de “4.11.1955”. E apesar de aí não se marcar o local de publicação, ao fim do recorte havia o endereço para a remessa de críticas (“Laranjeiras [...]. D.F.”), a esclarecer que a notícia correria no Rio de Janeiro. Chequei este e outros dados que, sendo corretos, adicionei na geografia de circulação.

²⁷ _____. 2204 – Resenha intitulada “Novidades”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Correio do Povo*. s. l., 11 dez. 195[9]. s/p. Pt 189 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Neste artigo as observações da nota anterior cabem quase na íntegra. Discrepam na data, agora “11.12.1956”, e na indicação manuscrita – desta vez a lápis – sobre o periódico ser da capital gaúcha.

que no sumário de mitos das aventuras geográfico-econômicas não se poderia excluir o traço lusitano. E como o autor não o fez, esta nota informou que, apesar de os portugueses serem menos subjugados ao sentido edênico, não se furtaram a pagar tributos às convenções literárias, pois, em alguns casos, a mitologia fora até revigorada no contato com a credence dos índios.

Tamanho era o leque classificatório que uma das publicações recepcionou o lançamento da LJOE como o mais importante da semana. O artigo alertava a não se enganarem se o título lembrasse um livro de ficção, pois era um “estudo histórico-social” no qual o “fino escritor” colaborava “com o sociólogo, em cerca de 400 páginas de lúcida interpretação de nosso passado”.²⁸ No breve registro ainda se lê que o assunto só havia sido considerado *en passant* pelos historiadores do país que agora dispunham de uma pesquisa farta a desafiar os tempos em que as atividades literárias do gênero se dispersavam em projetos de fôlego curto. *Visão do Paraíso* emergia, assim, como valiosa ao conhecimento da *formação nacional*.²⁹

Entre os que mais vivamente destacam o fato de o livro ter surgido para o concurso de 1958, residiam as tônicas sobre a originalidade e a vasta erudição buarqueana, que transitava, nos dizeres dos impressos, em textos de antigos e modernos, absorvendo-os em muitas línguas. Logo, plantava “uma dimensão nova na história e na sociologia brasileiras”, pois, “elaborado após muitos anos de pesquisas”, seduzia pelo “estilo de extraordinária precisão e densidade”, que situava o autor entre os “grandes prosadores”³⁰ e cuja investigação não se restringia ao plano doméstico. Daí porque a resenha acreditava que as traduções inglesa, francesa, espanhola e alemã poderiam engrandecer a cultura ocidental, não faltando até reproduções na íntegra do capítulo *Experiência e fantasia*.³¹ Chamando-o de historiador mais completo do país, lastimava-se apenas a sua demora no tema, já que o Brasil andava longe de assemelhar-se com o Éden.³²

Apesar de mínimo, este quadro receptivo situava *Visão do Paraíso* como texto brilhante em estilo que honrava o ensaísta. Tratava-se de “um dos trabalhos mais importantes de sua obra de historiador, com o qual obteve a cátedra” através do tema “quase inédito” das crenças que

²⁸ _____. 2242 – Resenha sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 15 out. 1959. s/p. Pt 227 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

²⁹ O fato, porém, é que só antes seus escritos se ocuparam dessa tópica, pois, agora, cuidavam “do imaginário do descobrimento e colonização da América do Sul”. MARTINS, Renato. *Tradição, modernidade e a história das Américas em Visão do Paraíso (1946-1969)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2017, p. 52.

³⁰ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2243 – Resenha intitulada “A Visão do Paraíso de Sérgio Buarque”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Tribuna da Imprensa*. [Rio de Janeiro], 04 nov. 1959. s/p. Pt 228 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³¹ _____. 2244 – Resenha [sic] intitulada “Visão do Paraíso – experiência e fantasia”, sobre o referido livro. *Tribuna da Imprensa*. [Rio de Janeiro], 07 nov. 1959. s/p. Pt 229 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³² _____. 2245 – Resenha intitulada “Erudição”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Semanário*. s.l., 07-13 nov. 1959. s/p. Pt 230 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Aqui, tal como ocorreu com o artigo “2204” (Cf. a nota 27), firmou-se manuscritamente que era um periódico carioca, auxiliando-me a mapear a geografia dessas notícias.

alimentaram ambições e moveram as atitudes “econômica, social e até política muitos espíritos que de outra forma se aquietariam nos pontos populacionais primitivamente estabelecidos”.³³ Ligando o livro de 1959 aos de 1936 a 1957, tais dispositivos propunham uma continuidade entre seus objetos de estudos, apesar de os séculos estarem fora de ordem. E as insistências nos povos autóctones não guardavam o desacordo com a tese da *atenuação plausível* da gente lusa?

Provam-no, talvez, outros recortes, mais específicos no ponto e ao verem na “obra” o primeiro estudo sensível aos motivos edênicos em largas proporções. Em um deles se encontra naquele que atribui ao livro o papel de ter aberto um campo investigativo ao “sociólogo de ‘Raízes do Brasil’”, cujas referências atestavam como o português agira “realisticamente” em seus achados. De tal modo que só a mestiçagem e o trato com o nativo reanimaram velhos temas europeus, pois, do imenso território, conhecia-se o litoral. E isso tendia a excitar – sigo em tudo as ideias da resenha – a imaginação dos que nele se aventuravam. Daí que a análise buarqueana vinha mostrar “*a função econômica e social do mito no desbravamento do interior brasileiro*” com um estilo que o distinguia “como um dos nossos raros pensadores afeitos às belas letras”.³⁴

Ainda quanto a este último elemento, afirmou-se que o título era de elevada categoria, acessível “graças à brilhante exposição, [...], que sempre caracteriza[va] os estudos de Sérgio Buarque”.³⁵ Amplamente responsável por lhe imputar diversos elogios, o ensaio, vale lembrar, não caíra em absoluto no gosto na banca da USP. Seja como for – voltarei ao tema no fim deste Capítulo –, há um segundo exemplo de como a crítica sem autoria declarada e, por vezes, em franca propaganda, conectava o volume de 1959 a outros impressos buarqueanos. Embora lhe incutisse um nexos, sobretudo, com *Caminhos e fronteiras*, pois *Monções*, apesar de visto como título de relevo, era classificado junto aos estudos pouco adensados do historiador.

Refiro-me, precisamente, à resenha que asseverou ser a tese de cátedra a legítima vitrine da “carreira literária” do “moço” que surgira com o modernismo e onde teria sido o nome mais contagiado por “polêmicas estéreis” e “displicência literária”. Fora isso que o teria levado a se limitar a artigos e trabalhos circunstanciais, mudando tudo com *Raízes do Brasil*, que o alinhava a Gilberto Freyre – registrou o texto –, mas cujo percurso editorial só se avolumara com os livros de 1957 e 1959, de “plena maturidade”. Sendo este último, aliás, aquele que o “escritor”

³³ _____. 2246 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Correio Paulistano*. São Paulo, 08 nov. 1959. s/p. Pt 231 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Dias depois, essas frases saíram quase na íntegra em outra nota, acentuando seu pendor propagandístico: Cf. _____. 2253 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *O Diário*. Belo Horizonte, 21 nov. 1959. s/p. Pt 238 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁴ _____. 2248 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1959. s/p. Pt 233 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

³⁵ _____. 2251 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Folha da Tarde*. São Paulo, 19 nov. 1959. s/p. Pt 236 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

conquistou a cadeira na USP, não devendo em nada àquelas “‘Thèses d’État’ defendidas na Sorbonne”.³⁶ Por fim, *Visão do Paraíso* o permitia “ao lado da condição de historiador, dar mostras da força do seu estilo e de sua extraordinária capacidade de exposição”.³⁷

Observados esses traços gerais, pode-se notar como a sua própria trajetória, assentada em múltiplas facetas, “depunha” contra ele. Afinal, quais critérios o definiam e ao seu trabalho? As resenhas até aqui consideradas tenderam a inculcar-lhes o domínio da História. Mas o fizeram em consideração ao fato de o texto ter sido escrito para o concurso de cátedra na FFCL-USP, dotando a instância universitária da força ordenadora desse tumulto de práticas letradas na produção intelectual do autor. Do contrário, talvez não buscassem atar seus títulos para os conferir o sentido de “obra”. E mesmo assim resistiram a um dos argumentos do volume editado pela LJOE. Porque embora endossassem a tese do português infenso às lendas, uma vez em contato com os índios no Brasil isso amolecia, bem mais na ótica das resenhas então veiculadas do que na obra de Sérgio Buarque. Tanto que, face à sua insistente ideia de um Império costeiro, os sertões americanos instigavam várias fantasias e seguiam guiando o passo da Europa.

6.2. Descrença no argumento e fervor na reconversão à morada de Clio

“O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens *na era dos grandes descobrimentos marítimos*, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo”.³⁸ Com esta frase, abre-se o livro *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, conforme os leitores em potencial puderam acompanhar nas páginas de alguns jornais que reproduziram na íntegra o capítulo inicial, *Experiência e fantasia*, em 1959.³⁹ E embora fosse um texto concluído para defendê-lo como tese de cátedra, o impresso não possuía Introdução e Conclusão formais, ainda que a parte supracitada e a derradeira, *América portuguesa e Índias de Castela*, cumprissem tais requisitos, cada vez mais indispensáveis no mundo acadêmico. Nos argumentos centrais, interrogou a radical ruptura da Idade Média para o Renascimento, pois a sociedade lusa dos primeiros

³⁶ _____. 2252 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 nov. 1959. s/p. Pt 237 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. *Thèse d’État* era uma antiga titulação que permitia seu portador se candidatar ao posto de professor universitário e dirigir outras teses.

³⁷ _____. 2259 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 dez. 1959. s/p. Pt 244 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁸ HOLANDA, op. cit., 1959, p. 3 [grifos meus].

³⁹ Entre tais periódicos (e não deve ter sido o único) estava a *Tribuna da Imprensa* (Cf. a nota 31), fundado no Rio de Janeiro pelo jornalista e político Carlos Lacerda, que veiculava as posições da União Democrática Nacional (UDN), lendária no combate a Getúlio Vargas. Logo, não se excluem as possibilidades do interesse público na pesquisa dos mitos edênicos somado ao prestígio que o Senador Afonso Arinos de Mello Franco (membro da banca na USP) tinha na legenda e o trânsito livre que José Olympio gozava entre as esferas do poder, aliadas ou não.

séculos de contatos na América seria marcada por atitudes arcaizantes, cuja expressão máxima teria se inscrito nos gestos daqueles que se lançavam aos sete mares. E isso caracterizava seu universo mental de referências como um tanto distinto e ao largo do *éthos* europeu.

Com efeito, atento ao que já se disse a propósito das 12 resenhas não assinadas do total de 31, nos 19 artigos restantes, desta vez com alguma identificação de autoria, analisarei até onde se reproduziram àqueles comportamentos junto à seguinte diferença: registrarei as apropriações pelas quais passaram o título e o nome do autor, dando visibilidade ao debate de pontos novos das resenhas. Por questões metodológicas e dispensa de maiores apresentações, começarei pelos 7 críticos conhecidos, pois estão entre os que já haviam emitido pareceres a respeito de outros trabalhos de Sérgio Buarque.⁴⁰ Depois avançarei sobre os 12 interlocutores recém-chegados ao grupo. Logo, vale lembrar que, entre os primeiros estavam: Valdemar Cavalcanti, Sergio Milliet, Oliveira Torres, Temístocles Linhares, o(a) desconhecido(a) que assinava como “M. I. P. Q.”, Menotti del Picchia e Hélio Vianna.

Nos dizeres de Cavalcanti, Buarque de Holanda era um mestre “dos fatos de natureza histórica e dos fenômenos de cunho sociológico e antropológico”,⁴¹ a quem também chamou de “o autor de ‘Raízes do Brasil’”, embora tenha resenhado antes *Caminhos e fronteiras*.⁴² Ao abarcar três áreas que, à exceção da Sociologia, ainda tateavam seus objetos ao delimitarem os limites do espaço universitário, o elogio pode ser visto como um indício da baixa diferenciação disciplinar do campo acadêmico nacional. E justo quando Sérgio Buarque não hesitava em se dizer historiador e era assim lido. No fim de seu texto Cavalcanti incluiu a “obra” no gênero ensaístico, apreciável pelo “encanto do estilo de um escritor que dia a dia apura[va] a forma”, de modo que *Visão do Paraíso* era um dos grandes “acontecimentos literários de 59”.⁴³

De fato, esta colocação não era disparatada. Isso porque, apesar de ser um dado pouco ou até desconhecido entre os seus intérpretes, uma vez editada a versão comercial da tese, esta recebeu o Prêmio “Paula Brito” (1960), em concurso realizado pela Comissão Municipal de Bibliotecas da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro. Mas, sintomaticamente ou não, a distinção veio na categoria “Ensaio”, ao passo que

⁴⁰ Posto isso, no caso das pessoas e sigla já visitantes da “obra” buarqueana em livros, privilegiarei informações de suas trajetórias se relevantes às questões em pauta e, sobretudo, se marcadas por aproximações com os espaços tocados por Sérgio Buarque e/ou tenham sido decisivas entre a publicação das atuais resenhas e as precedentes. A exemplo dos procedimentos adotados nas Partes I e II, sempre que existirem nexos mais diretos entre esses leitores e o resenhado até essa data que não tenham sido explicitadas em Capítulos anteriores, os destacarei em notas.

⁴¹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2250 – Recorte de jornal intitulado “SBH: Visão do Paraíso”, com resenha de Valdemar Cavalcanti, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 nov. 1959. s/p. Pt 235 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁴² Sobre o perfil de Cavalcanti Cf. o nº 78 / 8 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁴³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2250, op. cit. Pt 235 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Pedro Calmon foi o intelectual premiado no domínio da “História”. Entre os demais agraciados que aqui importam, estavam del Picchia – crítico de *Visão do Paraíso* que logo será evocado – como o “nome do ano da literatura”; e Manuel Cavalcanti Proença – que resenhou *Caminhos e fronteiras* – como a “revelação” das letras ficcionais pelo título de *Manuscrito holandês*.⁴⁴

Esta dificuldade encontrada no público do livro buarqueano de 1959 era latente quando tentavam classificá-lo. Também esse é o caso do artigo de Milliet, que lhe realçou as qualidades estilísticas como impulsos prazerosos à leitura, além de responsabilizar o volume pela especialização do humanista Sérgio Buarque sem escravizá-lo a tal movimento. Afirmou ainda que, pelo valor do trabalho, ele era tanto *poeta* quanto *historiador* e sendo esta última face forjada na crítica literária com a prática ensaísta, tornando-o só comparável a Paulo Prado e a Alcântara Machado. Noutro ponto, atentou aos gestos portugueses no Novo Mundo, entendendo-os como frutos de uma “*mentalidade* prática” que legara “Camões, um narrador, e não Cervantes, um sonhador”, além de fazer do país “o *milagre latino-americano*”.⁴⁵

Daí que, apropriando-se de maneira diversa das mesmas razões tomadas pelo autor para descrever a *atenuação plausível* dos lusitanos na América, Sergio Milliet registrou que compreendia suas atitudes como cheias de êxitos, porque tais agentes teriam fitado o céu sem arredar os pés do chão. Ora, ou isso discordava da tese e/ou os motivos edênicos eram encarados como mais atuais no Brasil de 1950 do que nos séculos das descobertas. Afinal de contas, para o resenhista, o país era o representante milagroso do continente e, em referência à “obra” de estreia que lera mais de duas décadas antes, anotou que, em 1936, o intelectual já havia apontado a diferença da colonização portuguesa, que preferia o mundo de formas vivas, palpáveis, a universos abstratos das congêneres europeias.⁴⁶ E isso a deixara em vantagem na *assimilação do gentio* – as palavras são do crítico. Eis talvez aí, portanto, o sentido do milagre de que ele falou: a população brasileira seguia mestiça, mas este não era mais um dado negativo.

⁴⁴ PRÊMIO Paula Brito. *Correio da Manhã* – RJ, 10 jan. 1960. Hemeroteca da FBN, p. 2. Agradeço à Nayara Vale por me indicar este documento.

⁴⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2255 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Sergio Milliet, sobre o livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 06 dez. 1959. s/p. Pt 240 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁴⁶ Quanto aos percursos de Sérgio Milliet da Costa e Silva até a publicação de seu texto sobre *Raízes do Brasil*, Cf. a nota 51 do Capítulo 2. De lá para cá muitas coisas significativas aos interesses da presente tese lhe ocorreram. Vivendo na capital paulista, começou a escrever para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de 1938, de onde saíra a sua crítica sobre *Visão do Paraíso*. Entre este último ano e 1944, foi professor de Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP); participou do I Congresso Brasileiro de Escritores; integrou a APL (SP), eleito em 1939; e colaborou com a revista *Clima*, desde 1941. Dirigiu a Biblioteca “Mário de Andrade” e o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), entre 1952 e 1957. Traduziu Michel de Montaigne, Jean-Jacques Rousseau, Johann Rugendas, Jean de Léry, Jean-Baptiste Debret etc., além de ver publicado dois livros de sua lavra: *Roteiro do café e outros ensaios* (demografia / economia / história – São Paulo: Departamento de Cultura, 1939); & *A pintura norte-americana* (crítica de arte – São Paulo: Martins, 1943). Cf. o nº 79 / 9 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

Desnecessário retomar este ponto, mas cabe enveredar o debate a uma rápida digressão sobre a palavra *mentalidade* (citada por Milliet), para refletir sobre os sentidos por meio dos quais ela foi sendo usada. Ao longo das Partes I e II afirmei que nas primeiras décadas do século XX a expressão circulava no linguajar comum ou científico e que ainda nos anos 1920-1930 vários domínios intelectuais passariam a se ocupar dela. No primeiro caso, pode-se dizer que tanto a literatura de Marcel Proust (1871-1922) dos volumes de *À la recherche du temps perdu* (Bernard Grasset / Gallimard, 1913-1927) quanto a etnologia de Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939) de *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures* (PUF, 1910) e *La mentalité primitive* (Alcan, 1922) utilizavam o termo. O romancista para qualificar o comportamento humano e o acadêmico, que mantinha um viés evolutivo, para analisar as chamadas atitudes pré-lógicas. Entre os adeptos das novas áreas, vale citar os historiadores, já considerados, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), além de Henri Berr (1863-1954), filósofo compatriota que defendia a avaliação das mudanças no curso dos acontecimentos em termos psicológicos.⁴⁷ Logo, abordava-se a mentalidade ainda como sinônimo de psicologia coletiva.

Não havia muita divergência nesse entendimento, mas o problema dessa definição se explicitaria no terreno da História, que acabou retornando ao conceito para debater as designações *História Intelectual* ou *das Ideias*. Inexistentes na Alemanha, na Itália e na França, como vertente disciplinar até meados do século XX, esta área era emergente nos Estados Unidos, desde 1912, quando se conheceu sua primeira acepção através do *New History*, ou, mais tarde, pela própria obra de Arthur Lovejoy (1873-1962), responsável por institucionalizar essa dimensão de estudos com o *Journal of the History of Ideas*, de 1940. Sua pobre recepção entre os historiadores se devia ao fato dela ter chegado atrasada em relação às Histórias Literária, da Filosofia ou da Arte e mesmo por não possuir forças na disputa com a História das Mentalidades, logo aflorada nos *Annales* dos anos 1960, cuja pauta estava colocada quando surgiram tais debates, apesar de ter sido igualmente pouco exportável.⁴⁸

Nestes processos de reformulações, coube a Febvre um papel de destaque, a questionar entre 1928 e 1948 se o tratamento do século XVI, sua especialidade, como época de fervor religioso não seria uma maneira de deformar *a priori* as atitudes psicológicas de suas sociedades

⁴⁷ REVEL, Jacques. Mentalidades. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 529.

⁴⁸ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2002a, p. 23-24. Cf., a propósito da mesma referência, a nota 14 do Capítulo 5. Segundo este autor, o poder conferido à revista e ao grupo dos *Annales* nessa reconfiguração não se presta a celebrações retrospectivas, “mas porque essa abordagem da história das ideias tornou-se progressivamente comum entre os historiadores, na própria medida em que a comunidade histórica designada, muito abusivamente sem dúvida, tornava-se dominante, de início intelectualmente nos anos 1930, em seguida institucionalmente após 1945” (p. 26).

ou se o uso de conceitos desencarnados não teriam como efeito colateral estranhas cadeias de nexos causais demasiadamente fechadas. Afirmava que o homem quinhentista deveria ser inteligível em relação aos seus contemporâneos e não aos que o investigavam. Daí que o período lhe serviu para desenvolver o postulado das estruturas de pensamento (ou *ouillage mental*), não universais e tampouco ligadas ao evolucionismo de um suposto progresso necessário. Tratava-se de um diálogo implícito com o alemão Erwin Panofsky (1892-1968) e ambos partindo das pesquisas do suíço Jacob Burckhardt (1818-1897), também ele estudioso da arte a exemplo do último historiador citado. Mas enquanto o francês praticamente defendia a existência objetivada de instrumentos intelectuais disponíveis – de vocabulário à símbolos – em cada unidade espaço-temporal, Panofsky propunha um conjunto de esquemas inculcados (*habitus*), levando-o a refletir sobre as homologias entre a arquitetura gótica e a escolástica.⁴⁹

Apesar dos diferentes rumos que cada um adotou, os unia a questão histórica relativa às eras medievais e modernas no debate sobre o quanto havia de Renascença nelas.⁵⁰ Sendo Burckhardt um dos precursores desse recorte artístico-temporal, como em *A cultura do Renascimento na Itália* (Basel: Druck und Verlag, 1860), os que lhe deram sequência iriam investigar até que ponto se poderia utilizar a noção. Entre seus sucessores críticos estavam o holandês Johan Huizinga (1872-1945), de *O outono da Idade Média* (Haarlem: Tjeenk Willink & Zoon, 1919), que enfatiza os entrecruzamentos de imaginários nas sociedades franco-flamengas valorizadores de símbolos míticos a demarcarem, portanto, as simultâneas presenças e ausências de pensamentos pré-científicos em um e outro período ainda pouco guiado pelo viés lógico de causa e efeito do Ocidente setecentista;⁵¹ o italiano Eugênio Garin (1909-2004), de *L'umanesimo italiano & Medioevo e Rinascimento* (Bari: Laterza, respectivamente de 1952 e 1954), que lançara as bases da tese de um longo medievalismo;⁵² sem falar em seus discípulos

⁴⁹ REVEL, op. cit., 1993, p. 532.

⁵⁰ Segundo *Visão do Paraíso*, “A noção de que existiria uma fratura radical entre Idade Média e o Renascimento, e é em suma uma noção básica de Burckhardt, tende a ser superada na moderna historiografia pela imagem de uma continuidade ininterrupta”. HOLANDA, op. cit., 1959, p. 206. Para encarar esse tema, observou-se que “foi o estudo da tópica por Curtius que serviu de principal ferramenta para que Sérgio Buarque pusesse em movimento e conseguisse um modo de articular sua imensa erudição, convertendo-a em um precioso instrumento interpretativo sobre a *forma mentis* dos colonizadores ibéricos”. LIMA, Luiz Costa. Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do Paraíso*. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008, p. 523. Ainda nas palavras desta referência, o mesmo Ernest Curtius serviu, por assim dizer, a dois senhores desde que em 1948 apareceu o seu livro *Literatura europeia e idade média latina*: (I) foi apropriado pelos manuais literários nacionalistas que o Nazismo legara; e (II) ajudou os interessados em desfazer essa mancha, pois o método oferecia a oportunidade de reintegrar a Alemanha ao laço Ocidental pelos fenômenos de ordem literária. Porém, em *Visão do Paraíso*, o *modus operandi* comparativo auxiliou seu autor a demonstrar pela história que, quando não naturalizada, dava a ler conjuntos divergentes.

⁵¹ BARROS, José D'assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 104.

⁵² Sobretudo nos anos 1980, Jacques Le Goff desenvolveu estudos acerca do prolongamento do medievalismo sobre a modernidade, cujo término se daria só com o advento da indústria e das enciclopédias. Para tanto, fundamentara-se, entre outros, em Eugênio Garin, que havia convocado os historiadores do século XX para reavaliarem as

na chamada escola de Warburg, cujas pesquisas sobre o paganismo europeu viam em tais místicas a ressonância do pensamento antigo e cristão, que se expressariam na era renascentista, e teve como integrantes Ernst Cassirer (1874-1945) – alemão ao qual voltarei mais adiante – e o próprio Panofsky, já citado, como intelectuais atentos às manifestações artísticas das épocas.⁵³

O grosso dessas questões ecoaram nas pautas de todo o século XX e é possível incluir no debate certa psico-história, cujas proximidades disciplinares foram incentivadas na mesma órbita investigativa das estruturas de pensamento, desta vez pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990). Ele não falava exatamente de mentalidades, mas, valendo-se de conceitos da Psicanálise, de internalizações, como n’*O processo civilizador* (1939) ou, antes, n’*A sociedade de corte* (1933). Nesta, destacou-se as redes interdependentes (configurações), nas quais os indivíduos se inscreviam e conformavam um universo específico de referências, mormente proibitivas, em uma economia de autocontrole das pulsões e gênese do Estado.⁵⁴

Tamanho cipal só iria se desenrolar de forma um pouco mais nítida na década de 1960. Somado a isso, a despeito do mencionado fracasso da História Intelectual ou das Ideias – que, sob matrizes norte-americanas, não chegavam à Europa – ou, inversamente, da *Histoire des Mentalités* – enfim consagrada, embora continuasse pouco exportável –, pode-se considerar que, no Brasil, tais pautas desembarcaram com rapidez. Face à ausência de um mundo universitário constituído que as barrassem em benefício de canonizações próprias e/ou, no caso dos estudos históricos, pouco a pouco estabelecidos academicamente e modernizados só em 1960-1970, foi talvez aí que se cruzaram as mil correntes, apropriadas com muita originalidade.

Como não lembrar, aliás, das traduções do crítico que evocou o termo *mentalidades*, Sergio Milliet, pois, como foram de Michel de Montaigne a Jean-Baptiste Debret, referiam-se a materiais largamente utilizados ainda em suas línguas maternas, por toda a sorte de narrativas que os intelectuais desenvolveram sobre os passados do Novo Mundo?⁵⁵ Ou aquelas do próprio Buarque de Holanda, feitas a partir dos textos do suíço Thomas Davatz e dos alemães Wilhelm Schmidt e Fritz Krause, ou seus livros de 1945 e 1957, que demonstraram as interações com as técnicas e culturas dos nativos da América, sem endossar uma ideia de superioridade do pensamento europeu?⁵⁶ E que entre os adeptos da Nova História estadunidense – cuja proposta

depreciações aí verificadas, como a imagem de Idade das Trevas. COPPES JR., Gerson Ribeiro. Forjando o historiador: periodização e longa Idade Média. *Faces da História*, Assis, v. 2, n. 2, p. 202-206, jun./dez., 2015.

⁵³ MARTINS, op. cit., 2017.

⁵⁴ Cf. CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a. Acabados nos anos 1930, tais livros foram publicados tardiamente, pois seu autor sofreu perseguições do Nazismo.

⁵⁵ Cf. na nota 46 as demais autorias que tiveram seus textos traduzidos por Sergio Milliet da Costa e Silva.

⁵⁶ Cf., respectivamente, os anos de 1941, 1942 e 1952 do *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

era reunir vários aspectos humanos: o antropológico, o histórico, o econômico, o psicológico, o sociológico etc. – achava-se Gilberto Freyre nos anos que frequentou a Columbia University?

Como representante brasileiro e interlocutor buarqueano, Freyre teria sido outro elo na cadeia que uniria “a ‘new history’ com a nouvelle histoire. O caminho de Nova Iorque a Paris passou por Recife”,⁵⁷ embora não tivesse ancorado somente no cais de Pernambuco.

Logo, convém retornar às resenhas, pois o leitor seguinte, Oliveira Torres, não ficava muito longe de tudo o que já se viu aqui e, a exemplo de Sergio Milliet, lembrou de *Raízes do Brasil*. Mas enquanto Milliet se referia às páginas de 1936, Torres se ocupou do texto publicado em 1956. Fora sobre esta obra e acerca de *Caminhos e fronteiras* que ele havia escrito outras críticas.⁵⁸ Evidente que se pode e se lê várias coisas sem delas externar opiniões, públicas ou privadas. Contudo, se ênfase tais aspectos é para não perder o horizonte que busque o *quando*, o *como* e os *porquês* dos pensamentos impressos de Sérgio Buarque serem retomados. E ainda: por meio de quais processos de apropriações seus estudos outrora recebidos sob lentes de caleidoscópio são reconvertidos para instâncias notadamente de filtros historiográficos.

Seja como for, o parecer que este terceiro artigo emitiu sobre *Visão do Paraíso* continha as seguintes particularidades: I) o volume era apontado como magnífico e *Barroco*, verdadeiro *trabalho de erudição germânica* acerca dos motivos edênicos no processo colonizador do país e cujas frases permitiam uma leitura copiosa; II) de Buarque de Holanda disse que o fizera com maestria, tornando-se “o *mais bem informado historiador* brasileiro da atualidade”;⁵⁹ & III) diante das questões que levantava, sugeria uma nova investigação ao avaliado: a “influência” do jesuíta hispânico Francisco Suarez, que Torres afirmava atingir as terras luso-brasileiras.⁶⁰

Segundo o resenhista, este elemento final poderia ter recebido maior destaque no livro, pois o religioso que vivera nos séculos XVI e XVII – considerado um dos pais do Direito Internacional – fora evocado literalmente em um único trecho do livro e dividindo o parágrafo com Luís de Molina, outro escolástico espanhol formado na Universidade de Salamanca, contemporâneo seu. Tais padres aparecem junto à famosa *leyenda negra* – campanha negativa

⁵⁷ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, out. 1997, p. 9.

⁵⁸ Sobre a análise “tardia” de *Raízes do Brasil* por Oliveira Torres, já esclareci no Capítulo 3 que, apesar de o inventário do arquivo ter dúvidas que ela tenha saído em 1956 e, talvez, sendo relativa à edição precedente, de 1948 (pois quem resenharia um livro de 1936 em meados do século XX?), o conteúdo desfaz esse mal-entendido, porque se refere, entre outros aspectos da cena política nacional, ao suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 1954.

⁵⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2266 – Recorte de jornal intitulado “Dois livros”, com resenha de João Camilo de Oliveira Torres, sobre os livros: “Augusto dos Anjos e outros ensaios” de M. Cavalcanti Proença e “Visão do Paraíso”. *O Diário*. Belo Horizonte, 29 dez. 1960. s/p. Pt 251 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Note-se que as críticas apareciam em um ambiente letrado de considerações sobre outros títulos e, neste caso, da lavra de um dos leitores buarqueanos, pois, conforme apontei, Cavalcanti resenhara *Caminhos e fronteiras*, além de ter figurado entre os vencedores do Prêmio “Paula Brito” de que Buarque de Holanda também fora agraciado.

⁶⁰ Os grifos do aspecto “I” convergem com as recentes avaliações da “obra”, que inseri no fecho do Capítulo 4.

e, em particular, anglo-saxã, acerca dos reinos católicos e colonizadores como assassinos e cruéis, sendo os bandeirantes a sua extensão – que se voltava, em Sérgio Buarque de 1959, à especulação teórica acerca da legalidade dos títulos da Coroa Castelhana nos territórios do ultramar e quanto à submissão dos nativos. E isto no penúltimo capítulo, o *XI – non ibi aestus*, que se detém na tópica corrente da literatura edênica quanto à temperança dos ares.⁶¹ Mas se a má propaganda não absorvera com vivacidade os habitantes da América portuguesa, o novíssimo volume da coleção *Documentos Brasileiros*, de 1959, a desconsiderava ainda como um elemento de relevo e a despeito, inclusive, do contato assíduo que os lusitanos mantiveram com a cultura castelhana. Sua presença entre os lusos, segundo *Visão do Paraíso*, seria limitadíssima ou, ao menos, eles “não a tiveram tão pública”.⁶²

Oliveira Torres, portanto, indicava um jurista ligado ao tema cuja exploração a fundo poderia redundar em passagens que fragilizariam muito o argumento comparativo do *tosco realismo* dos portugueses e o *delírio da imaginação* dos espanhóis no Novo Mundo. E se em escritos precedentes Buarque de Holanda chegara a considerá-la entre os bandeirantes, pelas mestiçagens étnico-culturais estes já não seriam europeus, ibéricos e/ou americanos, e, de todo modo, ao tratar da *leyenda negra*, a publicação de 1959 já diluiria sua existência e circularidade ao usar o termo genérico *conquistadores*, não demarcando, assim, o assentamento dessas ideias.

Ora, se isso diz muito sobre Sérgio Buarque de Holanda, talvez afirme mais sobre João Camilo de Oliveira Torres, pois a sugestão derradeira de sua resenha era sutil. E pode-se mesmo inferir que ele conseguia reafirmar seus próprios trabalhos e fazer coro à crítica recaída sobre *Visão do Paraíso* desde 1958. Isso porque a doutrina suareziana do Estado Moderno estruturava partes de seu último livro, *A democracia coroada* (José Olympio, 1957), no qual os escritos atribuídos ao jesuíta eram tomados em contraponto aos de base rousseauianas: àqueles como defensores da tese de que o sujeito da soberania estava na nação e este a propagar o sentido de que o poder residia no indivíduo considerado de forma isolada.⁶³ Assim, o fecho da reflexão de

⁶¹ Como João Camilo de Oliveira Torres escreveu sobre *Raízes do Brasil* (de 1956) e duas vezes acerca de *Caminhos e fronteiras* (1957), já sumariizei a sua biografia no Capítulo 3. Foi aí, ao término da Parte I, onde procurei mostrar como ele integrou um ambiente receptivo que preparava os termos da “negociação” da “obra” de estreita como *clássico* e, quanto ao livro de 1957, tinha qualificado Buarque de Holanda entre os novos historiadores que manejavam uma excelente bibliografia estrangeira, bem como chamando a atenção para aquilo que, em *Visão do Paraíso*, seria a traço maior da pesquisa, ou seja, o método comparativo. Logo, só cabe-me dizer agora que, entre esses anos e o lançamento de sua presente resenha, Torres se tornou sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Cf. o nº 87 / 17 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁶² HOLANDA, op. cit., 1959, p. 347.

⁶³ A certa altura ele chega, inclusive, a registrar: “As Cortes de 1641, inspiradas explicitamente nas doutrinas de Francisco Suarez, [...], apregoavam claramente o que mais tarde chamar-se-ia ‘soberania nacional’”. TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada. Teoria política do Império do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1964, p. 155-156. Apesar de eu usar a edição revisada, reafirmo que o impresso é de 1957 e, ademais, correspondia

Torres – e, como se viu, não só dele – ecoava algumas vozes de 1958, mas, de forma oposta ao ocorrido e quase consensual no concurso, não via problema no ensaísmo. Na banca do concurso, a reclamação ao gênero narrativo seguia de perto a dúvida quanto às pobres fantasias lusitanas. Na resenha de Oliveira Torres, ele não era recebido como falha: tratava-se, ao contrário, do traço maior da erudição do autor já tendencialmente visto como profissional da área de História.

Não foi diferente a percepção de Temístocles Linhares. Pare este crítico, Buarque de Holanda mostrava como, desde a Idade Média, o Ocidente sonhava com o Éden e considerava os descobrimentos um lance decisivo às imagens paradisíacas, então mais próximas do que nunca de hortos e lagos mágicos. Invertendo os sinais daquilo que, na banca da USP, fora um outro problema enfrentado pela tese, com razão afirmava aos interessados no assunto que o livro reunia a exata medida do significado dessa incrível geografia para o Renascimento, pois, a despeito do subtítulo centrado no Brasil, *Visão do Paraíso* abordava a existência dos motivos edênicos “em relação a toda a América”.⁶⁴ Pela impressionante massa documental e a análise que não descuidava, segundo as palavras do leitor, do magnífico estilo, enfatizou que um estudioso da História do tipo puro, sem a vasta formação cultural de Sérgio Buarque, jamais alcançaria tamanha façanha na escrita que lhe parecia uma autêntica expressão artística.⁶⁵

Após sumarizar os resultados do método comparativo na “obra” buarqueana, Linhares registrou que o mesmo assunto, mas por vias distintas, tinha acabado de aparecer no trabalho *O homem e o trópico: uma experiência brasileira* (Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959). Seu autor, Miran de Barros Latif, defendia a ideia de que somente as regiões quentes e úmidas do globo poderiam melhorar a civilização, pois na Zona Tórrida foi preciso resistir a toda sorte de condições adversas e isso teria exigido uma revolução ecológica somada a mutações que, talvez, levariam ao desenvolvimento do super-homem. Ao inverso das sociedades de clima frio, pois, dizia ele, estas continuavam aquecidas pelo fogo e sendo este o seu verdadeiro e único lar. Portanto, na ex-colônia lusitana estava, em potência, o modelo de equilíbrio ao progresso, uma

a um volume (93) da *Documentos Brasileiros*. Adicionalmente, o ponto também se vincula à discussão de *Raízes do Brasil*, quando esta abordou as posições de Octavio de Faria.

⁶⁴ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2261 – Resenha intitulada “Da antiga à nova visão”, de Temístocles Linhares, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12 mar. 1960. s/p. Pt 246 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶⁵ Sobre o perfil de Temístocles Linhares, Cf. o nº 84 / 14 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*. Na Parte I salientei como se modificara na pauta intelectual um entendimento sobre a ideia de civilização, que passou do viés eurocêntrico à valorização dos elementos da cultura material do Brasil. Inseriu-se nesse clima a outra resenha do crítico, sobre *Caminhos e fronteiras*, onde Linhares afirmou ainda que Sérgio Buarque representava os historiadores responsáveis por usarem o método indutivo na comprovação de determinadas realidades, sem que isso configurasse uma presunção dogmática de verdade absoluta.

vez que não seguia as “velhas culturas” Subtropicais, estagnadas em infraestrutura, e tampouco descambava para o fanatismo material dos sistemas opostos dos Estados Unidos e da Rússia.⁶⁶

Que isso sintetizava aquela posituação da mestiçagem – já aparente em Milliet – e ainda continha resquícios dos debates sobre formas de governo caro às pautas dos anos 1920-1930, é indiscutível. Mas cabe destacar que, avaliando a longa controvérsia sobre a latitude da localização do Éden terreal, Buarque de Holanda narrou que nesta não se eliminavam as possibilidades de que o Paraíso “se encontraria no interior da própria Zona Tórrida, como leva[va] a supor a lição de São Tomás, e exatamente debaixo do equacional”.⁶⁷ Além disso, o mesmo Barros Latif, décadas antes, em *As Minas Gerais*, dissera que as descobertas de jazidas em fins do setecentos e do ciclo do ouro haviam sido responsáveis pelas idiosincrasias daquela sociedade. Para ele, o mineiro adquiriu as ponderações do personagem atribuído a Miguel de Cervantes, Sancho Pança, para sobreviver às penalidades da labuta nas lavras, além de ter alcançado a “imaginação e os arrojados de entusiasmo romântico de um verdadeiro Quixote”.⁶⁸

As análises não confluíam em absoluto, fosse a respeito desta última publicação ou aquela d’*O homem e o trópico*, mesmo porque diversos eram os seus recortes temporais, circunstância que não escapou a Linhares já que sua resenha foi intitulada como *Da velha à nova visão*. Entretanto, o que poderia ser mais próximo aos temas do livro buarqueano em apreço do que uma referência à literatura d’*el Siglo de Oro* espanhol? Isto será retomado quando eu abordar alguns textos do catedrático da USP na coleção que ele coordenava no mínimo desde 1957, com publicações na década seguinte pela Difusão Europeia do Livro (Difel), a saber, a *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB). Mas, por ora, convém retornar às últimas frases de Temístocles Linhares. Afinal, talvez até com base em suas leituras de Miran de Barros Latif, se o crítico não terminava desacreditando a pesquisa de Sérgio Buarque de Holanda, ao menos estendia suas interpretações à contemporaneidade. Foi aí que afirmou não haver dúvida de que o olhar encantado seguia apossando o brasileiro, “a despeito de todo o pretenso realismo dos antigos portugueses”.⁶⁹ E, nisso, aproxima-se ele das réplicas de Eurípedes Simões de Paula na FFCL, que relacionara os passados quinhentista e do seiscentos ao presente de 1958.

⁶⁶ Para esta síntese, tomei as palavras do próprio resenhista, Temístocles Linhares, pois me importam os nexos que ele sugeriu entre o livro de Miran de Barros Latif e o de Sérgio Buarque de Holanda. E apesar de eu ter buscado informações sobre a biografia de Latif, pouco encontrei a respeito. Aparentemente ele era (ou viria a ser) engenheiro. De todo modo, não convém perder de vista a coleção na qual o seu título se incluía: a *Temas Atuais* da “casa” Agir, fundada em 1944, entre outros, por Alceu Amoroso Lima, que publicou diversos autores dos círculos católicos. Cf. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985, p. 494.

⁶⁷ HOLANDA, op. cit., 1959, p. 184.

⁶⁸ LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Coleção “Reconquista do Brasil” (v. 171). Belo Horizonte: Itatiaia, 1991, p. 210. Embora referenciando este exemplar, encontrei uma impressão carioca sua que data de 1943, com o selo da editora A Noite, muito embora, ao que tudo indica, esta publicação teria ocorrido um pouco antes, em 1938.

⁶⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2261, op. cit. Pt 246 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Na ocasião da banca, Buarque de Holanda acatara a fala de Simões de Paula, mas observando que se fizesse isso explicitamente espraíaria os limites de seu objeto de estudo, apesar de reconhecer que o gesto poderia desarticular a crítica quanto a inexistência de um fecho programático na tese. Porém, vale frisar que, uma vez publicada esta em livro, seu autor prontamente conectou as ideias desenvolvidas em *Visão do Paraíso* ao erguimento de Brasília, como algo ligado às imagens edênicas, na mania de grandeza das coisas do país. Só condenava a pressa e não o plano da nova capital, pois este se alicerçava no projeto arquitetônico de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. O autor aproveitou o ensejo, aliás, para reforçar dois elementos: (I) a ideia de que essa *interiorização* foi prejudicada pela atitude portuguesa de só arranhar a marinha e (II) que a recorrência dos mitos abarcava toda a porção americana, insistindo no realismo antes preponderante nos sistemas mentais do medievo do que na era renascentista.⁷⁰

E não parou aí. Da crítica literária, anunciou que a abandonara de vez, impedido de ter outras remunerações e de nunca lhe ter nutrido muito amor, fazendo-a em caráter transitório, como ganha-pão. A respeito de uma possível definição histórica do *homem brasileiro* – de viés nacionalista –, declarou que era um esforço intelectual contraditório, uma perda de tempo já que a principal lição da História residia no seu conceito dinâmico, segundo o qual os homens se transformavam incessantemente. Segundo ele, tudo o mais – e nisso repetia sua reflexão do livro póstumo de Marc Bloch – era ofício de arqueólogo, antiquarismo.⁷¹ Da especificidade da tese de cátedra diante de *Raízes do Brasil*, disse que este ele não reescreveria e que *Visão do Paraíso* se tratava de seu texto com maior unidade, produzido “em quatro meses e meio [...] com o amplo material que vinha acumulando há anos”. Ademais, face ao que achava dos rumos da Sociologia no Brasil, afirmou ao repórter que não poderia responder à pergunta, pois não se considerava “sociólogo e sim historiador”,⁷² justificando-se sob o argumento de que, apesar de

⁷⁰ Série: Vida pessoal. Subsérie: Entrevistas. 204 – Entrevista de SBH intitulada “História brasileira num castelo medieval”, comentando seus livros e atividades profissionais. *Tribuna da Imprensa*. [Rio de Janeiro], 14-15 nov. 1959. s/p. Vp 204 P4. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷¹ Nos Capítulos seguintes, será possível verificar – e, mais do que isso, problematizar – esse ponto sobre o *homem brasileiro*, porque, inútil ou não, ele teve que refletir acerca do tema, diante de um convite da Escola Superior de Guerra (ESG) na configuração social de regime autoritário do ano de 1967, levando-o a proferir uma palestra aos militares no Rio de Janeiro. Entretanto, como se verá, ele não baixou sua guarda na conferência e teceu autocrítica.

⁷² Série: Vida pessoal. Subsérie: Entrevistas. 204, op. cit. Vp 204 P4. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Ainda nesta reportagem, face ao suposto “misticismo nordestino”, disse que, neste caso, não acreditava na extensão de lendas, pois eram as condições sociais o motor do “sebastianismo brasileiro”, de Norte a Sul, e exemplificou o Contestado, entre o Paraná e Santa Catarina. Sobre o Presidente Juscelino Kubitschek, apreciava a piada de que ele ganharia óculos para enxergar de perto e, do viés nacionalista deste governo, disse que o Brasil precisava transformar a sua economia ainda “de base colonial”. Mas repudiava o aspecto demagógico do rumo tomado. E, na literatura, situou *Grande sertão: veredas* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1956), de Guimarães Rosa, como a obra magna do país.

seus traços e cunho históricos, tal campo avançava sobretudo nas universidades, seguido de elogios que fez à FFCL-USP e à ELSP, com menção ao nome de Florestan Fernandes.⁷³

Em um momento que convinha se entrincheirar no posto acadêmico recém-conquistado, não consigo imaginar declaração mais apropriada. Pode-se reiterar, aliás, que estes últimos anos da década de 1950, conforme argumentei ao término da Parte I, correspondia a uma época da trajetória do autor já demarcada por mudanças nos quadros receptivos de sua “obra” no formato de livros. E isso a propósito tanto da economia de suas práticas letradas no foro, por assim dizer, íntimo, particular, quanto na esfera ampla do campo intelectual, tomado em seu conjunto.

No primeiro caso, foram observadas as suas ações junto às Universidades do Distrito Federal (UDF) ou, mais tarde, de Roma (Itália), suas críticas nos rodapés de jornais, a escrita de prefácios ou tradução de livros, os trabalhos no Instituto Nacional do Livro (INL), na Biblioteca Nacional (BN), no Museu Paulista, nas bancas na USP ou discussões na *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO), as viagens aos Estados Unidos etc. De outro lado, a autonomia do mercado editorial com o desenvolvimento de atividades sem relação com o comércio livreiro, a autoridade da autoria que se firmava por meio de reconhecimentos contratuais mais bem estabelecidos, além do êxito de alguns projetos acadêmicos – com destaque para os de São Paulo.⁷⁴

É nesse ambiente que emerge o “eu” historiador de Sérgio Buarque de Holanda que, a meu ver, começa a se forjar logo após a publicação de *Raízes do Brasil*, apesar de, entre os pares, tal reconhecimento só viesse ao tempo da terceira edição-versão da “obra” de estreia, em 1956. Neste ano, próximo ao momento em que apareceria como unidade coesa o seu *Caminhos e fronteiras*, era também o período em que ele trabalhava no material depois utilizado para a escrita de *Visão do Paraíso*. Década ainda na qual se encontra a segunda grande parcela de sua comunidade de leitores (1944-1957). Suas críticas – e não é diferente aqui, na recepção comercial da tese de cátedra – convergiram na tendência que, embora oscilante, aceitava sua imagem como profissional da História. A diferença basilar daqueles resenhistas para os

⁷³ Na Parte I debati o peso da Sociologia no Brasil dos anos 1930 (como área diletta nas classificações recaídas sobre os intelectuais emergentes no *boom* editorial das coleções) e, no pós-1945, já se firmando melhor no campo acadêmico. Foi aí que ela foi impulsionada com as pesquisas da *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO), a exemplo daquela do conceito de *raça*, que minou o prestígio de Gilberto Freyre no plano doméstico, acusado de sustentar a tese da “democracia racial”. Mas apesar de as trincheiras universitárias capitaneadas por Florestan Fernandes (que resenhou *Raízes do Brasil*, de 1948) terem demarcado as coisas assim – e Sérgio Buarque de Holanda não tardou a embarcar na crítica, ele mesmo partícipe de pautas do organismo internacional – tais ideias não poderiam ser atribuídas só ao autor de *Casa-grande & senzala*.

⁷⁴ Cf. ainda o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

presentes, de 1958-1959 em diante, é que, agora, os avaliadores de seu novo livro dispunham de um elemento inédito: o posto na USP não mais como interino e sim como catedrático.

Por isso, a marcha receptiva trilhava esse percurso e não por mera necessidade contextual nas referências ao título, mas até com o fito de encontrar aí um pouco da justificativa ao indisfarçável brilhantismo que reputavam à *Visão do Paraíso*. E se podiam discordar em parte do argumento sobre a mentalidade portuguesa da era dos grandes descobrimentos, o faziam com muita cautela e elegância – diferentemente de alguns casos e, sobretudo, na recepção de *Raízes do Brasil*, de 1936 –, sem deixar de quase sempre tratá-lo como historiador.

No(a) desconhecido(a) M. I. P. Q. aliás, é que se observa talvez a melhor síntese do livro de 1959, somado a todos os requisitos supracitados, exceção feita a discordância em relação à tese, pois ele(a) se limitou a resumi-la.⁷⁵ Logo, destaca que Buarque de Holanda asseverou a verve lusitana de Pero Vaz de Caminha em sua curiosidade temperada e prosaicamente utilitária, face a Cristóvão Colombo e suas especulações sobre o sentido interior da Natureza exuberante e da Providência Divina. A recusa ao maravilhoso da gente lusitana não era o símbolo do progresso em contraponto ao restante da Europa, pois, segundo o autor – continuava seu/sua crítico(a) misterioso(a) – os portugueses estavam presos a fórmulas arcaicas. Agindo convictos de que o Paraíso residia n’além-túmulo, esmoreciam as ideias de busca pelo Éden no plano terreno, de sorte que tal *modus vivendi* atingira sua colonização, grudada às praias como os italianos da Idade Média, pois iam “*vendo com seus próprios olhos*”⁷⁶ só o que fosse observável e tangível. Mas, para laicizar o pensamento, era preciso dar asas à imaginação: etapa inicial da sensibilidade moderna. Convém atentar à data de publicação desse artigo, pois ele antecede cerca de dois meses o lançamento do livro, sendo possível que tenha desempenhado um papel propagandístico, o que explicaria a sua limitação ao resumo e não à análise do livro.

Os dois últimos avaliadores entre os nomes de velhos conhecidos da autoria em destaque são Menotti del Picchia e Hélio Vianna. O primeiro repetiu passo a passo a matriz receptiva enaltecadora da tese *Visão do Paraíso* convertida em livro e das qualidades do intelectual que o assinava. Aproveitou a oportunidade para tecer um comentário que parabenizava a mocidade

⁷⁵ Adoto aqui as idênticas razões que me levaram a manter na fortuna crítica as siglas de indivíduos ou órgãos que desconheço a identidade. Fiz levando em conta a mesma metodologia que usei para tentar descobrir o nome por detrás desta abreviação ou a respeito do procedimento para a contagem de críticos, incluindo-o(a) como nº 74 / 4 do Apêndice E – *Comunidade geral de leitores buarqueanos*, por mais que já estivesse no nº 66 / 18 da mesma tabela, cuja justificativa se encontra lá mesmo, nas observações.

⁷⁶ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2240 – Resenha intitulada “Brasileira”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16 maio. 1959. s/p. Pt 225 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. O detalhe desse documento é que o inventário do arquivo não considerou a sigla “M. I. P. Q.” sequer como órgão de difusão, por mais que ela assinasse o artigo e apesar de já ter aparecido entre as resenhas de *Caminhos e fronteiras*. Nesta última, agindo no mesmo universo de ideias que emergira o texto de Temístocles Linhares, valorizou-se o livro de 1957 por ter apresentado o indígena brasileiro bem distinto do até então tradicionalmente estereotipado.

de São Paulo pelo interesse à toda forma de ciência, destacando o novo volume da *Documentos Brasileiros* como fruto de alguém capaz de dividir a própria vida com atividades bem ecléticas. Diante da beleza narrativa, Picchia o chamava de poeta, classificando-o como um dos homens que mais honrara “a cultura bandeirante, com uma série de estudos alguns já clássicos”.⁷⁷

Ora, temos neste epíteto novamente um leitor a descortinar todo um processo amplo, que, a partir desse ponto, o fim dos anos 1950, até o término da década seguinte, entrava em sua fase decisiva: o de *negociação* final com editoras, críticos, novas ordenações bibliográficas e ajustes que ajudaram na paulatina atribuição desse qualificativo à “obra” de estreia, cuja constância se fixaria. E fora exatamente acerca da publicação de 1936 que Menotti del Picchia havia emitido um parecer público anterior ao de *Visão do Paraíso*. Desta obra, no entanto, não deixou de frisar que esclarecia ineditamente um dos temas mais incríveis da história: os mitos.⁷⁸

Já o segundo, Hélio Vianna, mesmo tendo sido membro da banca, em 1958, escreveu uma resenha publicada em três partes na imprensa carioca, sob a justificativa de que a ata divulgada na *Revista de História* da USP resumira muito os debates do concurso. Daí que seus artigos os explorariam. Mas, ao fim e ao cabo, terminou repetindo quase tudo daquelas páginas, inclusive a sua fala segundo a qual só por exigência do certame o ensaio fora chamado de tese.

De diferente mesmo só as observações, outra vez queixosas, quanto ao não acatamento de suas críticas de 1958 em dois principais aspectos. Primeiro naquele embate no qual defendera os trabalhos de Affonso d’Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Júnior por oposição às falas de Orville Derby de que a bandeira de Nicolau Barreto, de 1602, dirigia-se aos rios mineiros das Velhas e Paracatu e não ao Guairá das bacias paranaenses.⁷⁹ Afinal, o livro manteve o endosso à interpretação deste último que também fora apoiada em um estudo do arguidor Afonso Arinos de Mello Franco, cuja explicação se acha na nota 47 do capítulo *Peças e pedras* (III).⁸⁰ Ao que Hélio Vianna não deixou de dizer, um tanto malicioso, que esses dados estavam na “notável

⁷⁷ _____. 2263 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Menotti del Picchia, sobre o referido livro. *A Gazeta*. São Paulo, 17 set. 1960. s/p. Pt 248 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus]. Considerei os itinerários de Picchia na Parte I, pois ele resenhou *Raízes do Brasil*. De 1936 até este ano em que divulgou a sua crítica à pesquisa dos mitos edênicos, teve publicado *Salomé* (romance – Rio de Janeiro: A Noite, 1940) e ingressou na ABL (1943), na cadeira nº 28, sucedendo Xavier Marques e sendo recebido por Cassiano Ricardo. Desde 1950 era Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que representa mais uma trajetória cujas atitudes políticas estavam longe de serem definições estanques como querem fazer crer alguns estudos de História Intelectual, pois fora próximo do viés ufanista do modernismo e havia sido parlamentar pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Cf. o nº 86 / 16 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁷⁸ _____. 2263, op. cit. Pt 248 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁹ _____. 2256 – Recortes de jornal intitulados “Visão do Paraíso (I), (II) e (III)”, com resenha de Hélio Vianna, sobre o referido livro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro 13, 20 e 27 dez. 1959. s/p. Pt 241 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Como nas Partes I e II já detalhei sua trajetória, resta-me agora só indicar que os aspectos de seus itinerários estão no nº 80 / 10 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁸⁰ Cf. HOLANDA, op. cit., 1959, p. 65.

biografia” que Mello Franco fizera “de seu pai”, ou seja, em “*Um estadista da república*”,⁸¹ embora ele próprio se mantivesse fiel às análises de Taunay, inaugurador da cátedra.

Ainda em contrariedade ao que se achava em *Visão do Paraíso* sobre a existência de uma atenuação plausível no edenismo português noutros continentes, anotou que o autor só fez menção ao registro da quatrocentista *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné* (Paris: Aillaud, 1841), de Gomes Eanes de Zurara, guarda-mor da Livraria Real, depois que ele a indicou na arguição. Para Hélio Vianna, este título e o que lhe seguira no quinhentos, *Esmeraldo de situ orbis*, do cosmógrafo lusitano Duarte Pacheco Pereira (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1954) – desta vez citado na tese e no livro –, tendiam a demonstrar uma efetiva fantasia lusa sobre a localização do horto sagrado na costa da África. Ademais, reclamou que Buarque de Holanda ignorara a referência do italiano radicado no Brasil, Angelo Guido (1893-1969), em *O reino das mulheres sem lei: ensaios de mitologia amazônica* (Porto Alegre: Globo, 1937), e sua réplica das cores da bandeira imperial como inspiradas em noções paradisíacas.

Porém – seguia a avaliação –, ao mesmo tempo mantinha exemplos norte-americanos, como o relativo ao episódio das águas rejuvenescedoras na Flórida, relatado por indígenas aos espanhóis. Assim, o resenhista asseverou o esquecimento do autor acerca das explicações naturais que pesavam neste caso, lembrando as falas do historiador argentino Enrique de Gandia sobre aquelas regiões terem árvores com poderes curativos e cujo crescimento nas margens de rios ou fontes espalharam tais qualidades em seus afluentes. Mas ficava feliz de ter se deparado com sua concordância na tese que ele mesmo, Hélio Vianna, estava defendendo fazia muito em relação aos ibéricos, a saber, que as formas políticas de federação espanhola e centralismo português se repetiram no Novo Mundo, “inclusive em obediência a fatores geográficos”.⁸²

O autor não aceitou a fala do pavilhão monárquico, pois estava fora da cronologia de seu estudo e, sobre este último elemento, não teria *Raízes do Brasil*, resenhada por Vianna em 1936, afirmado que os hispânicos se preocupavam até com a disposição das estrelas ao passo que os agentes lusos pouco contradiziam a linha da paisagem? Atento aos traços não realçados em ata, o crítico não percebeu o aproveitamento daquela sua réplica, presente só no rascunho, quanto ao capítulo III possuir a extensão desmedida de 124 páginas.⁸³ Afinal, a julgar pela nova estrutura da “obra”, pode-se inferir que essa fala ecoou e foi aceita por Sérgio Buarque no livro de 1959. Basta verificar a nova distribuição apresentada. O longo capítulo III dividiu-se em III, IV, V e VI com títulos distintos, o V virou o VIII e o antigo VI se desdobrou nos IX, X e XI.

⁸¹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2256, op. cit. Pt 241 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸² Idem.

⁸³ Sobre isso, Cf. o parágrafo e a nota 37 do Capítulo 5.

Imagem 5
Estruturas de *Visão do Paraíso*

Capítulos da tese	I – A experiência e a fantasia
	II – Terras incógnitas
	III – Do Eldorado à Serra da Prata
	IV – O Paraíso perdido
	V – Mundo Velho e Novo Mundo
	VI – “non ibi aestus”
	VII – América portuguesa e Índias de Castela

Capítulos do livro	I – Experiência e fantasia
	II – Terras incógnitas
	III – Peças e pedras
	IV – O “outro Peru”
	V – Um mito luso-brasileiro
	VI – As atenuações plausíveis
	VII – Paraíso perdido
	VIII – Visão do Paraíso
	IX – Voltando a Matusalém
	X – O mundo sem mal
	XI – “non ibi aestus”
	XII – América portuguesa e Índias de Castela

Ao término de sua análise, porém, que Hélio Vianna disse a que veio ao se posicionar contrário à citação feita em *Visão do Paraíso* sobre o *sentido* do projeto luso, na qual Sérgio Buarque teria comungado as teses de Caio Prado Júnior, de *Formação do Brasil contemporâneo* (São Paulo: Martins, 1942). Vianna discordava “da exclusividade dos objetivos econômicos da colonização portuguesa de nosso país”,⁸⁴ pois via naquelas atitudes o gesto construtor da nação.

Novamente, observa-se na Imagem 5 acima um Sérgio Buarque de Holanda absorvendo as reclamações que julgava como válidas ao mesmo tempo em que retornava os vínculos entre os mitos edênicos e a ação econômica que Hélio Vianna enxergava no trabalho. A diferença, ao que tudo indica – se é que existia aos olhos desse quadro receptivo da edição *princeps* –, dizia mais respeito a uma questão de forma que de fundo. Mas, conforme ainda demonstrarei, o autor não tardaria a responder a essas críticas, desautorizando a leitura economicista de sua reflexão impressa, cuja ótica se faz presente desde as notas sem a identificação dos resenhistas.

6.3. As amplas perspectivas (escatológicas?) e o exílio do Éden terreal

Findada essa etapa das 7 assinaturas recorrentes na fortuna crítica, adentrarei nos dizeres dos 12 avaliadores públicos ou ineditamente salvaguardados entre as resenhas, pois, embora tenham analisado *Visão do Paraíso*, vale sublinhar que eles também conheciam outros títulos do autor. Por questões organizacionais e analíticas, os dividirei em três subgrupos, a saber: I) os que repetem o roteiro dos quadros receptivos, com ou sem os ecos da banca de 1958 e do

⁸⁴ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2256, op. cit. Pt 241 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

qual fazem parte os examinadores: Mário Júlio Silva, José Geraldo Nogueira Moutinho, Jarbas Duarte e Mário Lucca Erbolato; II) os nomes que estabelecem linhas de continuidade nos textos de Sérgio Buarque, auxiliando na constituição da ideia de “obra”, a exemplo de: José Almiro Rolmes Barbosa, Leonardo Arroyo e Judas Isgorogota; e III) os que reúnem tudo isso e aprofundam alguns pontos ou referenciam livros de terceiros, como: Carlos Rafael Guimaraens, William Jerome Wilson, Afrânio dos Santos Coutinho, Augusto Meyer e Wilson Martins.

Entre os críticos vinculados ao primeiro grupo, Mário Silva anotou que o trabalho exibia um “quadro das crenças da Idade Média, passando pela Renascença até a Idade Moderna”, no qual se examinava “com meticulosidade *a função econômica e social dos mitos* na expansão e desenvolvimento da terra descoberta”,⁸⁵ situação que abria novos rumos para se compreender mais elementos da formação brasileira. Qualificava o volume como ensaio de erudição densa que não impedia uma leitura fácil, desde que em mãos do público medianamente instruído.⁸⁶

Nogueira Moutinho, ao tomar o subtítulo *de Visão do Paraíso* como um campo particular de investigações, afirmou que o autor até poderia não ter um grande plano em seu horizonte inicial, mas o livro, de todo modo, havia extravasado em muito os limites do estudo histórico. Registrava isso considerando que ali estavam “*os fundamentos de uma explicação total da maneira de ser do espírito português*, [pois] um historiador simplesmente preocupado com o relato dos fatos, [...] não teria alcançado tal amplitude”⁸⁷ – e o dizia calorosamente.⁸⁸

Por seu turno, Duarte viu no título uma contribuição de vulto e exemplar das tradições do autor, citado como erudito, humanista, escritor de bom gosto e linguagem elegante: a pesquisa lhe parecia uma obra de arte. Quanto à exaustiva consulta documental, afirmou que Buarque de Holanda a usara “com rigor e equilíbrio próprios de uma formação científica”.⁸⁹ E,

⁸⁵ _____. 2249 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso – Sérgio Buarque de Holanda – Livraria José Olympio Editora”, de Mário Júlio Silva, sobre o referido livro. *Diário do Comércio e Indústria*. s.l., 15 nov. 1959. s/p. Pt 234 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁸⁶ Desconheço quem tenha sido Mário Júlio Silva e, no entanto, uma vez assinada a publicação, o aloquei no nº 77 / 7 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos* (procedi assim com todos os não identificados).

⁸⁷ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2267 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Nogueira Moutinho, sobre o referido livro. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 ago. 1961. s/p. Pt 252 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁸⁸ Natural de Pindamonhangaba (SP), José Geraldo Nogueira Moutinho (1933-1991) era filho de Antonio Alves Moutinho e Maria da Glória Cesar (imigrantes portugueses). Polígrafo mais conhecido só por Nogueira Moutinho, ingressou no curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, São Paulo (SP), em 1957, abandonando, porém, no quarto ano, bem como ao de Letras Clássicas. A partir de 1961, passou a atuar no jornal *Folha de S. Paulo*, mesmo ano, aliás, em que saiu seu texto sobre *Visão do Paraíso*. Ao todo, são 4 as entradas de seu nome entre os avaliadores da “obra” de Sérgio Buarque porque depois ele resenharia a quinta e sexta edições de *Raízes do Brasil* (1969 e 1971) e a segunda impressão de *Cobra de vidro* (1978). Tratarei delas oportunamente. Por isso, no caso de sua publicação de 1961, Cf. o nº 88 / 18 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁸⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2260 – Recorte de jornal intitulado “A mitologia das origens do Brasil”, com resenha de Jarbas Duarte, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 03 jan. 1960. s/p. Pt 245 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

sobre o conteúdo, enfatizava que ele não quis compartimentar as atitudes portuguesas e espanholas, pois ambas se moviam na órbita de experiências culturais similares aos de povos além Pirineus, variando somente as suas intensidades na absorção delas. Apoiou o historiador no gesto de separar o tipo de colonização, endossando as falas do elemento luso como tendo implementado um sentido conservador, mercantil, litorâneo e centralizado pela Coroa, inverso ao viés hispânico, que teria valorizado a ocupação efetiva da terra, com um Império voltado para o interior a conceder liberdades jurídico-administrativas em incentivo ao esforço privado.⁹⁰

Já o texto de Mário Erbolato, afirmou que a “obra” inaugurava vertentes promissoras. E, mesmo sem adentrar em questões rigidamente classificatórias, entendeu o tema como algo inédito na bibliografia brasileira, finalizando sua leitura com elogio ao livro, porque, em suas palavras, *Visão do Paraíso* demonstrava serem os mitos verdadeiros alimentos que moviam as atitudes “econômica, social e até política [de] muitos espíritos”.⁹¹ Dessa maneira, reafirmava posições constantes na crítica, fosse ela com assinatura declarada ou não.⁹²

Como se pode observar, nos casos supracitados, o intelectual recebia um enorme destaque tendente a enxergá-lo como integrante da área de História, mas o tom dessas resenhas mantinha certa oscilação sobre a sua “obra”, que estava longe de perder a marca *ensaio*, embora caracterizada aqui como técnica narrativa digna de apreço face às altas qualidades atribuídas ao autor. Expressiva desse ponto foi uma das frases de Moutinho, cujo registro anotava que o ser historiador era “apenas uma das possibilidades do espírito de Sérgio Buarque”.⁹³

Por escreverem que a fantasia edênica continha uma força motriz capaz de agir sobre o domínio econômico – e nisso seguiam muitos outros, inclusive entre os artigos sem qualquer tipo de identificação –, convém perguntar: será mesmo que a leitura contemporânea à primeira edição de *Visão do Paraíso* a enxergava tão distante assim dos trabalhos de Caio Prado Júnior ou de Celso Furtado? Difícil saber, mas seria imprudente não questionar, uma vez que os próprios leitores não viam o tema tão descolado de um problema de fundo econômico.

⁹⁰ Não sei quem foi Jarbas Duarte. Cf. o nº 83 / 13 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁹¹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2238 – Recorte de jornal intitulado “Acaba de ser lançado *Visão do Paraíso*, o grande livro de Sérgio Buarque de Holanda”, com resenha de Mário Erbolato, sobre o referido livro. *Diário do Povo*. Campinas, 1958. s/p. Pt 223 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus]. É válido notar que, mesmo o inventário tendo registrado “1958”, pelo fato de o impresso se referir ao livro como volume lançado pela Livraria José Olympio Editora (LJOE), pode-se supor que, neste caso, houve um simples engano.

⁹² Mário de Lucca Erbolato (1919-1990) era natural de Campinas (SP), polígrafo mais conhecido somente como Mário Erbolato que, desde 1936, atuava na imprensa de sua cidade natal. Na mesma localidade ingressou no *Diário do Povo* – onde saiu sua crítica do livro de Sérgio Buarque –, e, em 1938, foi efetivado no emprego, tornando-se alguns anos depois o Redator-responsável. A partir de 1952, passou a exercer as funções de correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na região. Outro dado relevante de sua trajetória até a publicação da resenha, respeita à diplomação, em 1956, pela Faculdade de Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas. Para mais detalhes sobre ele, Cf. o nº 73 / 3 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁹³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2267, op. cit. Pt 252 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Com a diferença de que, ao contrário do que asseverara Hélio Vianna em seu ataque frontal às teses de Prado Jr., *Visão do Paraíso* citava, mas não acatava todas teses do historiador marxista. Delas muito se aproximou quanto à expansão do modelo civilizacional europeu, que derivaria de objetivos comerciais até então responsável por ligar o Mediterrâneo ao mar do Norte, desde o tempo das repúblicas italianas, mas que as novas rotas na África e, depois, rumo à América, provocaria um realinhamento de forças no Velho Continente; a propósito disso ter dado preponderância aos reinos Ibéricos, e sendo Portugal uma sociedade com os olhos voltados para o oceano; bem como, sobretudo, pelo caráter de feitoria das ações econômicas da Coroa lusa. Destoava, em especial, na ideia de que, passados os momentos iniciais da retirada daqueles produtos que facilmente a terra dava, os progressos no uso do território se subordinariam às atividades da *agricultura*. Afinal, em *Formação do Brasil contemporâneo*, o *sentido* do projeto colonizador lusitano, segundo Caio Prado Jr., iria pressupor um modelo econômico de efetiva ocupação da costa, por sua vez desdobrada no tripé latifúndio-monocultura-escravidão.⁹⁴

Com o estudo dos mitos edênicos, porém, Sérgio Buarque de Holanda minava um pouco tal análise, pois – desde seus trabalhos sobre as Bandeiras – ele notava e defendia São Paulo como o nervo central de um complexo sistema de vias, que ligava todo o Novo Mundo dos domínios português e espanhol. Ora, sendo uma Capitania de gente paupérrima, que escravos poderiam ter senão indígenas? Talvez por isso o negro apareça pouco em sua “obra” e sendo o continente africano um pouco ignorado para não malograr seu argumento do *tosco realismo* luso, conforme a crítica feita pelo mesmo Hélio Vianna desgostoso com os *motivos econômicos*.

Segundo Buarque de Holanda, seriam os “bandeirantes” de outros escritos e os “conquistadores” de sua tese de cátedra um tipo social miscigenado com o nativo que, nem ibéricos, nem europeus, nem brasileiros e tampouco americanos, alargariam o meridiano, ora motivados pela busca de *Peças* e seu apresamento nos sertões ora à procura de *Pedras* e quase sempre no encalço de *Eldorados*, quando não atrás da lendária e real Serra da Prata. Tais fantasias não estavam, portanto, longe de atingirem os homens nas finisterras do imenso Império marítimo, fosse através de agentes sem eira nem beira ou até entre os ocupantes dos mais altos postos da administração no ultramar, que atenuavam o argumento da tese. Mas, ainda assim, se num primeiro momento as promessas lendárias eram correntemente substituídas pelo que estava mais ao alcance das mãos, sem esforços extenuantes enquanto os mitos não se concretizavam, em uma segunda etapa, quando eles poderiam se fixar com a descoberta das

⁹⁴ Extraí essa síntese necessariamente incompleta do capítulo *O sentido da colonização*, que abre o livro de: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942. Trata-se da edição que é referenciada por Sérgio Buarque em *Visão do Paraíso*.

Minas Gerais, enfim abundantes, os tempos seriam outros.⁹⁵ Porque neles as visões já estariam orientadas por atividades comerciais próprias e mediante um efetivo povoamento.

Por isso não soa estranho que a contrariedade do assunto estivesse posta ao menos desde a época em torno da publicação de *Monções*, que mostrou o disciplinamento do espírito da aventura pelas rotas fluviais rumo ao extremo Oeste. O tema apareceu também em artigos, como os da série *Economia colonial*, impressa no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1946, e nos ajustes de *Raízes do Brasil*, de 1948, que mitigou certa concordância com Caio Prado na versão de 1936.⁹⁶ E o fizera para acentuar a matriz rural na colonização lusa no país e não a agrícola, que requer planejamento e trabalho demorado. Assim, simultaneamente demarcava, uma vez mais, a separação de portugueses (semeadores) e espanhóis (ladrilheiros) na América.

Quando destaco tais questões não se pense que o faço como quem afirma existir uma coerência de pensamento em Sérgio Buarque. Eu as saliento para demonstrar que talvez representem incompletudes da sua “obra” que, ao ser publicada pressupõe um fim muitas vezes inalcançável. Seu autor, posteriormente, acata as críticas, obtém experiências, leituras, enfim, mil trocas nas práticas letradas que o ajudam a converter velhas preocupações em agenda de pesquisa. Assim, a partir daí, aprofundando temas que só havia, por vezes, mencionado *en passant*, os desenvolve em teses robustas no que tange à massa documental e fartura de referências, logo recebidas como *de História*. Com isso, Sérgio Buarque vai se moldando como historiador e sendo modelado através das pautas geracionais e aquelas defendidas por suas comunidades de leitores. O cume da classificação de sua autoria como historiador se encontra, portanto, na fortuna crítica de *Visão do Paraíso*, apesar deste livro, em si, prosseguir meio dividido com a seara literária e, positivamente ou não, como ensaio. Esta identidade intelectual vinha ainda legitimada pela conquista da cátedra na FFCL-USP e pela publicação das recentes

⁹⁵ E foi o autor quem demarcou isso, ao afirmar, no fecho do livro, que “Se o alargamento da silhueta geográfica do Brasil se faz muitas vezes em contraste com a direção inicialmente impressa à atividade colonial lusitana, e sobretudo por obra de mamelucos e mazombos, não é menos certo que irá perder terreno paulatinamente entre reinóis, no próprio Reino, aquela visão singela e tranquila da América Portuguesa que se espelhava nos escritos de seus primeiros cronistas. D. Francisco de Sousa é um fabricante de maravilhas, quase um taumaturgo. E seu sucessor, D. Diogo Botelho, antecessor de Diogo de Meneses, já reclamará para si o título de Vice-rei, como se o enfeitasse a esperança de governar um outro Peru. Teremos também os nossos eldorados. O das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão de milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República”. HOLANDA, op. cit., 1959, p. 372 [grifos meus].

⁹⁶ Resumindo falas de vários textos, escreveu em trecho acrescido à versão de 1936: “só com alguma reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 45-46.

versões estrangeiras de *Raízes do Brasil* – em italiano, 1954; espanhol, 1955 –, da terceira edição desta “mesma” “obra”, em 1956, e pelo surgimento de *Caminhos e fronteiras*, em 1957.

Face a essa enorme visibilidade, avanço na análise do segundo grupo de examinadores pela resenha de Rolmes Barbosa. Afinal, ele caracterizou a pesquisa já comercialmente lançada como atualíssima, “à luz da *moderna historiografia*”,⁹⁷ e que, apesar de ter sido defendida como tese, não lembrava os trabalhos do gênero pelo estilo vivo e saboroso, típico ao autor que escrevera *Cobra de vidro* (1944). Além da referência a esse livro e apesar de ter errado quanto ao nome de uma das publicações de Buarque de Holanda, o que talvez se vincule à imagem de estudioso do passado paulista incutida no intelectual, citou os demais trabalhos. Como avaliar a frase utilizada por Barbosa afirmando que *Visão do Paraíso* vinha “formar harmoniosa trilogia com ‘Raízes do Brasil’ e ‘Caminhos e bandeirantes [sic]’”,⁹⁸ senão pela ideia de que algumas recepções se empenhavam em entrelaçar tais livros para lhes incutir o valor de obra?⁹⁹

Leonardo Arroyo, tal como faria mais tarde a leitura historiográfica, frisou a paciência investigativa sintetizada na “considerável massa de informações obtidas pelo autor, colhidas em fontes impressas e manuscritas, de tão variadas latitudes culturais”.¹⁰⁰ Ao chamar Sérgio Buarque de ensaísta na acepção elogiosa do termo, também evocou *Raízes do Brasil* e *Caminhos e fronteiras* por um motivo que logo explicitaria na síntese por ele elaborada sobre o novíssimo livro de 1959. Foi quando acatou a ideia de que os portugueses teriam sido menos dominados pelos mitos do Éden terreal, mas dizia, igualmente, que alguns deles não só haviam chegado à América lusitana como se fortalecido no contato com as lendas indígenas.¹⁰¹

Segundo esta resenha, o prolongamento de imagens paradisíacas se explicava em sua base econômica, responsável por dinamizar os limites de tratados, por espíritos “aventureiros”

⁹⁷ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2258 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Rolmes Barbosa, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 dez. 1959. s/p. Pt 243 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ José Almiro Rolmes Barbosa (1915-?) era natural de São Paulo (SP), filho de José Bento Barbosa e Colomba Vilela. Polígrafo mais conhecido só como Rolmes Barbosa, desde 1934 ele atuava na seção literária d’*O Estado de S. Paulo*. Membro fundador da União Brasileira de Escritores (UBE), por exemplo, colaborou com *O Tico-Tico* (RJ) e a *Gazeta Infantil* (SP). Como recebeu o Prêmio “Jabuti” na categoria *Crônica*, de 1959, é possível supor que sua resenha tivesse um peso simbólico e, até esta publicação, tinham sido editados dois de seus títulos: *Escritores norte-americanos e outros* (antologia – Porto Alegre: Globo, 1943); & *Réquiem para os vivos* (romance – Porto Alegre: Globo, 1956). Cf. o nº 82 / 12 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁰⁰ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2247 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso” com resenha de Leonardo Arroyo, sobre o referido livro. *Folha da Manhã*. São Paulo, 08 nov. 1959. s/p. Pt 232 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰¹ Leonardo Arroyo (1918-1985) era natural de São José do Rio Preto (SP), filho de Aníbal Arroyo e Teodora Braz. Polígrafo neto de portugueses, aos 18 anos de idade já atuava em periódicos de sua cidade natal, ingressando na Faculdade de Direito da USP, em 1940. A abandonou quando passou a atuar na seção literária do jornal *Folha de S. Paulo*, em 1942. Fez parte do Instituto Histórico e Geográfico daquele estado, o IHGSP, e da UBE. Entre seus títulos, destaque: *Igrejas de São Paulo* (história – Rio de Janeiro: José Olympio, 1954). Cf. outros dados sobre ele no nº 76 / 6 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

e os “mamelucos”, nos três séculos iniciais da formação brasileira. Esta era analisada “pelo autor de ‘Monções’” que, “pela primeira vez em nossa *bibliografia histórica, em que pesem possíveis restrições que os especialistas lhe possam fazer*” assinava um “estudo sistemático desse mundo maravilhoso onde muitas vezes foi difícil [...] separar o mito da realidade”.¹⁰²

Judas Isgorogota, manteve sua avaliação nos moldes das orientações acima, mas a aciono, aqui, pois ela figura como um texto-ponte para o terceiro conjunto de resenhas. Isso porque mencionou o exemplo da construção de Brasília como uma herança do sonho edênico – e, pelas datas de sua publicação e da reportagem, é possível supor que tenha lido a entrevista do autor, ocorrida cerca de um mês antes. Ato contínuo, afirmou: “Com esta obra, que figura ao lado de ‘Formação da literatura brasileira – Momentos decisivos’, de Antonio Candido, como os mais valiosos ensaios publicados desde 1959, Sérgio Buarque de Holanda conquistou magistralmente a cadeira de História”¹⁰³ da USP e que então era incluída na coleção da LJOE.¹⁰⁴

Portanto, na recepção desses resenhistas a “obra” era vinculada ao domínio de uma área específica do conhecimento, a História, e o autor era visto como seu integrante. Outro aspecto significativo remete à ideia de *moderna historiografia*. Afinal de contas, no balanço sobre *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, o próprio Sérgio Buarque caracterizara assim tal escrita como aquela praticada por Marc Bloch. Segundo porque se o leitor recebia *Visão do Paraíso* dessa forma, pode-se inferir que a identificava com os franceses dos *Annales* ou porque, por moderna historiografia, entendia os volumes com a marca de José Olympio. Dúvida à parte, ao menos quanto à frase das eventuais *restrições que lhe poderiam impor os especialistas*, tudo leva a crer que ela emergiu feito posicionamento defensivo face às críticas que o título agora lançado na coleção *Documentos Brasileiros* tinha sofrido na banca de cátedra na USP. Mas, de todo modo, a presença desse expediente foi menos acentuada se comparado ao ocorrido nas comunidades de leitores precedentes.

¹⁰² Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2247 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso” com resenha de Leonardo Arroyo, sobre o referido livro. *Folha da Manhã*. São Paulo, 08 nov. 1959. s/p. Pt 232 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁰³ _____. 2257 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Judas Isgorogota sobre o referido livro. *A Gazeta*. São Paulo, 19 dez. 1959. s/p. Pt 242 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁰⁴ Natural de Traipu (AL), Judas Isgorogota era o pseudônimo de Agnelo Rodrigues de Melo, filho de Severiano Rodrigues de Melo (neto de portugueses) e Tereza da Rocha (descendente de indígenas). Polígrafo, nos anos 1920 começou a escrever sonetos para o jornal humorístico *O Bacurau*, de Maceió (AL), onde passara a residir. Aos 23 anos de idade mudou-se para o Rio de Janeiro (DF) e, em 1924, para São Paulo (SP). Até esta última data colaborara no *Correio da Tarde* e no *Jornal de Alagoas*. Na quadra paulista, trabalhou para Monteiro Lobato; *Jornal do Comércio* (1926-1927); e para *A Gazeta* (desde 1929), tendo redigido a *Página Literária* e atuado na *Gazeta Infantil*. De 1941 a 1958, foi um dos secretários dos Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Entre os Prêmios recebidos até resenhar *Visão do Paraíso*, constam os da CBL (1952) e da APL – SP (1959); já as publicações, friso as mais recentes: *As amáveis lembranças* (antologia – São Paulo: Saraiva, 1957); & *A árvore sempre verde* (poesia – São Paulo: Saraiva, 1959). Cf. o nº 81 / 11 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

Finalmente, o terceiro e último grupo, ou seja, os avaliadores que aprofundaram alguns elementos do recente estudo buarqueano e/ou o puseram em diálogo com vários autores, pode ser iniciado com Carlos Rafael Guimaraens. Nome intermediário na efetividade desse viés receptivo, suas palavras incluem trechos sobre a trajetória do resenhado. Foi ele que listou as atividades desempenhadas por Sérgio Buarque antes da cátedra na FFCL, tais como: a ocupação das cadeiras de História Luso-Brasileira e da América na UDF; as de História Econômica, Social e Política na ELSP; as missões na UNESCO; e a temporada na Universidade de Roma.¹⁰⁵

Guimaraens poderia ter incluído o seu desempenho de funções profissionais no INL, na BN, no Museu Paulista, nos rodapés de jornais e em tantos outros ofícios, mas optou por ordenar o currículo de Sérgio Buarque pelo itinerário acadêmico-universitário e internacional.¹⁰⁶ Foi a partir daí que ele relacionou *Monções* (1945) e os artigos integrados à unidade de *Caminhos e fronteiras* (1957), quais sejam: *A expansão paulista do século XVI e começo do século XVII & Índios e mamelucos na expansão paulista*.¹⁰⁷ Tratavam-se de textos que ainda eram anunciados nas contracapas dos livros e cuja aparição nelas teve início em *Raízes do Brasil*, de 1956, então o título considerado pelo examinador como o mais importante, “com uma tradução italiana (1954) e outra castelhana, no ‘Fondo de Cultura Económica’ (México, 1956) [sic]”.¹⁰⁸

No resumo empreendido sobre *Visão do Paraíso*, Rafael Guimaraens misturou os temas dos textos assinados por Buarque de Holanda que ele citara. É assim que o observo descrever o mundo português como um enorme truste comercial e mais ligado a rotas de navegações do que propriamente um Império como tinha sido o Britânico. Na sequência, anotou, que se “o genro de Perestrelo tivesse feito sua viagem ao serviço de Dom João II, o mais provável é que

¹⁰⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2195 – Resenha intitulada “Sérgio Buarque de Holanda: Visão do Paraíso”, de Carlos Rafael Guimaraens, sobre o referido livro. *Correio do Povo*. s.l., 06 dez. 195[9]. s/p. Pt 180 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. O mesmo que ocorreu às resenhas “2200” e “2204” (Cf. as notas 26 e 27) se passa aqui: o inventário deixou em suspenso a data, mas no recorte havia o registro de “06.12.1951”.

¹⁰⁶ Os poucos dados que consegui apurar sobre Carlos Rafael Guimaraens (1926-1987) respeitam ao fato de ele ter sido filho do poeta gaúcho Eduardo Guimaraens, diplomado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas que acabara se inclinando ao jornalismo, onde se firmou. Trabalhou no jornal *Estado do Rio Grande*, na revista do *Globo* e na *Companhia Jornalística Caldas Júnior*. Nesta última, chegou a ser repórter, redator internacional (o que talvez ajudasse a entender suas escolhas dos elementos relativos à trajetória de Sérgio Buarque) e editorialista. Cf. o nº 71 / 1 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹⁰⁷ Para se obter dados circunstanciados sobre essas publicações, Cf. os anos relativos a 1948 e 1949 no *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*. Na citação de Carlos Rafael Guimaraens, entretanto, o primeiro artigo aparece mencionado de forma equivocada como: *Primórdios da expansão paulista no fim do século XVI e princípios do século XVII*.

¹⁰⁸ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2195, op. cit. Pt 180 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Na referência há uma dupla imprecisão, pois, a segunda tradução foi coeditada pela Ciudad de México e Buenos Aires, além de ter saído no ano de 1955. Cf. o *Apêndice C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*. Este erro de Guimaraens somado ao descrito na nota 107 talvez expressem o *status* de uma autoria que já dispunha de alguns títulos considerados “clássicos” – como supunham as fortunas críticas de até 1957, além da presentemente analisada –, de sorte a se autorizarem citações de memória entre os seus comentadores. Afinal, arriscando-se a deslizes, os resenhistas, por certo, não tinham dúvidas: o público saberia do que e de quem eles estavam falando.

[...] os lusitanos se tivessem limitado a construir um porto, empório e fortaleza”,¹⁰⁹ tributado modicamente os astecas e tratado de obter lucro exportando tomate e cacau para o Velho Mundo, a exemplo do que, segundo Guimaraens, procediam com a pimenta e a canela orientais.

Em sua análise, somente através das notícias de ouro vindas do Peru é que os portugueses na América iriam permitir certa contaminação de seu imaginário. Portanto, tratavam-se de mitos que entravam no Brasil pela fantasia das Índias de Castela, pois, sendo territórios contíguos, era de se supor a existência de imensas riquezas também na porção lusitana. E, neste ponto, Carlos Rafael Guimaraens teceu relações sobre o conjunto da “obra” à qual fez referência, vinculando-a ao que chamou de *ciclo das bandeiras* e seus desdobramentos nas terras do Centro-Sul. Teria sido neste território, em específico, que o tema da conquista “espelharia o ‘edenismo’, ao menos como um pálido reflexo do espanhol”.¹¹⁰ Eis a descrença quanto ao *tosco realismo* luso, que já havia surgido em outras recepções e, via de regra, emergia nos momentos em que os críticos ligavam esse livro de 1959 com outros títulos do autor. Notadamente os relativos aos bandeirantes e monçoneiros. Na perspectiva intratextual do estudo defendido como tese universitária, já se observou que esta ideia da *atenuação plausível* tende a arrefecer exatamente em passagens onde os movimentos paulistas em busca de peças e pedras de até o seiscentos são alçados ao primeiro plano da análise.¹¹¹

Viés semelhante quanto à limitação das miragens em torno do século XVII, empreendeu William Jerome Wilson, único que publicou uma resenha coeva ao lançamento da “obra” fora do Brasil, impressa nos Estados Unidos. Ao traçar um panorama sobre o passado da tópica paradisíaca e de seu declínio, o texto foi desde o amplo uso que dela fizeram hebreus, gregos e romanos, para chegar aos homens medievais com todas as boas imagens e temores do pecado original.¹¹² Nesta última época elas teriam se mesclado a uma “*philosophy of history – a theory of devolution*”,¹¹³ através da qual se aguardava o reestabelecimento do Éden. Mesmo porque, seguia Wilson, o Gênesis bíblico anunciara só o seu fechamento, não a sua destruição. E aí residia a esperança de encontra-lo na Ásia.¹¹⁴ Tanto que – e agora a fala é minha – a chegada à América foi encarada como desembarque no Oriente das Índias, embaralhando essa geografia.

¹⁰⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2195, op. cit. Pt 180 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ MARTINS, op. cit., 2017.

¹¹² E o gesto não era um exagero, pois, ao iniciar o debate pelos devaneios do mundo antigo sobre as terras ignotas, Sérgio Buarque mostrava como à utopia paradisíaca se opunha “a fantasia demoníaca, que envolve o canibalismo, a existência de monstros e intervenção de satanás”. GALVÃO, op. cit., 2008, p. 118.

¹¹³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2241 – Resenha de William Jerome Wilson, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *The Hispanic Historical Review*. ago. 1959. p. 447-448. Pt 226 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹¹⁴ A única informação que encontrei de William Jerome Wilson (1884-?) diz que ele era natural de Michigan (USA), pois tem seu nome associado a este estudo: *Manuscript cataloging* (história – New York: Fordham

No término de seu artigo, demonstrou entusiasmo com a tese, enfatizando o declive da mitologia e afirmando que Portugal, por seu realismo econômico e seu avanço científico, teria contribuído nisso mais do que a Espanha.¹¹⁵ Ora, quanto ao senso realístico lusitano a leitura seguiu de muito perto a apropriação vigente, mas não sobre a proeminência nas ciências, pois a mentalidade lusa, no livro, era tratada como medieval: pouco afeita à mística do Renascimento que não prescindiu da mescla entre realidade e fantasia para florescer a sensibilidade moderna.

O terceiro nome desse grupo cuja recepção aprofundava alguns pontos do debate e/ou citavam referências para além do estudo resenhado, era de Afrânio dos Santos Coutinho. Evocá-lo agora vale pelo interessante laço feito por sua análise a partir do ambiente intelectual de onde partira a fala de William Jerome Wilson: o prolongamento estadunidense. Afinal de contas, ele escreveu que *Visão do Paraíso* alargava as perspectivas das histórias política e econômica com uma interpretação ao nível “da moderna corrente historiográfica que acentua o papel das ideias na gênese dos acontecimentos, pondo em relevo sobretudo o seu conteúdo mítico e a função que a imaginação [...], o mito e as forças do inconsciente exercem na vida humana”.¹¹⁶

Mas não terminou aí, explicando ainda que tal área estava crescendo através do já citado Arthur Lovejoy, lembrando que este fora um dos responsáveis pelo movimento acadêmico, através do *Journal of the History of Ideas*, fundado em 1940. De Afrânio Coutinho, vale dizer que ele estava no centro da discussão sobre a literatura brasileira nessa década, entre pensar a especificidade histórica ou só adotar análises estéticas no seu estudo.¹¹⁷ Sua passagem pela terra de Tio Sam e interesse pelas teses que circulavam lá estão na base dessas considerações.¹¹⁸

University Press, 1956). Cf. o nº 75 / 5 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹¹⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2241, op. cit. Pt 226 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. A frase exata de William Jerome Wilson foi: “in the opinion of Senhor Buarque de Holanda, Portugal, by its economic realism and its scientific advancement, contributed more than did Spain”.

¹¹⁶ _____. 2237 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Afrânio Coutinho sobre o estudo apresentado por SBH como tese na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, para concorrer à cadeira de História da Civilização Brasileira. s.l., 14 dez. 1958. *Correntes Cruzadas*. p. 3. Pt 222 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Neste caso, é provável que a data atribuída à publicação do texto esteja correta. Cf., a esse respeito, a nota 22.

¹¹⁷ Afrânio dos Santos Coutinho (1911-2000) era natural de Salvador (BA), filho de Eurico da Costa Coutinho (engenheiro) e de Adalgisa Pinheiro dos Santos. Polígrafo mais conhecido só como Afrânio Coutinho, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1931 (onde foi bibliotecário), mas não seguiu carreira. Foi professor da Faculdade de Filosofia baiana. Viveu em New York, nos Estados Unidos, de 1942 a 1947, quando foi Redator-secretário da revista *Seleções (Reader's Digest)*. Em 1947, fixando-se no Rio de Janeiro (DF), pôde efetivar-se na cátedra de Literatura do Colégio Pedro II, após um concurso de 1951, onde defendeu a tese *Aspectos da literatura Barroca*. Em 1948, inaugurou no *Diário de Notícias* a seção *Correntes Cruzadas*, debatendo problemas de crítica e teoria literária, divulgando a corrente de análise estética do *New criticism* norte-americano. Em 1958, fez concurso de livre-docente na cadeira de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), conquistando o título de doutor em Letras Clássicas e Vernáculas. Entre seus livros de destaque, saídos até o aparecimento da resenha, estavam: *A filosofia de Machado de Assis* (crítica literária – Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1940); & *Introdução à literatura no Brasil* (crítica literária – Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959). Para mais detalhes sobre ele, Cf. o nº 72 / 2 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹¹⁸ Como já referenciei, Sérgio Buarque foi um crítico ferrenho do *New criticism* e, em relação ao seu estudo sobre o Barroco, cabe lembrar sua fuga ao tema como estratégia para se distinguir de Eduardo d'Oliveira França.

Seja como for, em seu parecer sobre *Visão do Paraíso*, Coutinho anotou que, desde *The great chain of being* (Cambridge / London: Harvard University Press, 1936), Lovejoy se preocupara em demonstrar o método para a investigação do desenvolvimento da ideia do “ser” na escala de natureza, tomando vários domínios do conhecimento. Portanto, lamentava que Buarque de Holanda não tivesse levado em conta o livro do autor estadunidense, pois lhe parecia claro o “paralelismo das duas teorias” e ninguém no país estaria mais qualificado ou próximo daquela tendência do que o brasileiro. Por fim, a classificou como marco zero “de uma nova escola historiográfica”¹¹⁹ cujo desenvolvimento teria grandes oportunidades na cátedra.

Mas se a liderança não aparecia sequer nas referências bibliográficas, outro tanto não se pode dizer de adeptos da corrente de Warburg, em continuadores de Jacob Burckhardt como Ernest Cassirer – citados linhas atrás no debate sobre as mentalidades e o corte do medievo –, com reflexões saídas exatamente na revista americana criada por Arthur Lovejoy.¹²⁰ Cassirer aparecia no tema sobre as metáforas nas fórmulas da escrita renascentista, que remete, assim, para uma possível antiguidade da produção desse capítulo VI, *As atenuações plausíveis*. Porque o artigo citado, *Ficino’s place in Intellectual History*, de 1945, encontra-se antecedido pela reflexão da mentalidade seiscentista dos portugueses. Nesta, a “própria imagem do real só se faz[ia] visível e, por isso, convincente e eficaz, quando se mov[ia] segundo os caprichos de uma fantasia Barroca”.¹²¹ E por mais que no livro de 1959 tal unidade artístico-cronológica se submetesse à Renascença, a tópica paradisíaca tinha nela antes um valor literário que literal.¹²²

Em se tratando de possibilidades metafóricas, faz-se necessário seguir para o penúltimo crítico, Augusto Meyer, que retratou *Visão do Paraíso* literalmente como obra-prima. Alertava, porém, que não só o europeu e cristão, em geral, sofrera com a nostalgia do Éden perdido. Também o indígena teria visto pesar sobre si os ideais do trabalho, a rigidez na divisão sexual e a sentir a mortalidade como algo tão certo quanto progressivamente acelerada. De tal modo que, nos dizeres do crítico, percebeu-se o seu termo *caneóngüé* (fadiga) como sintomático dessa condição de exílio e decaimento do jardim das delícias. Meyer registrou, além disso, que o catarinense Egon Schaden inaugurara tais assuntos no país, com o seu *Ensaio etno-sociológico*

¹¹⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2237, op. cit. Pt 222 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁰ Seguindo esta pista, eu estou acatando, pelo menos como norte, a indicação de que caberia investigar um pouco o contato de Sérgio Buarque com a História das Ideias de matriz estadunidense. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Posfácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 545.

¹²¹ HOLANDA, op. cit., 1959, p. 164 (mas a menção a Ernest Cassirer está na página 165 junto à sua nota 34).

¹²² Para este fim, como já foi dito aqui, usou a comparação entre lusos e castelhanos em face do Novo Mundo. E isto, segundo alguns intérpretes, teria se configurado como um instrumento essencial, pois representava a sua concepção dinâmica de História, já que as imagens do Paraíso terreal haviam sido produzidas em um fluxo e refluxo de circulação de ideias. Cf. TUNA, Gustavo Henrique. Novos olhares sobre velhas fontes: Sérgio Buarque de Holanda e as crônicas de viagens em *Visão do Paraíso*. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008.

sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil, que se apoiara nas pesquisas dos alemães Curt Nimuendajú e Herbert Baldus e do suíço Alfred Métraux.¹²³

Embora Meyer não esclarecesse que se tratava de uma tese defendida na FFCL sob a orientação de Emílio Willems, em 1945 – daí a precedência de Schaden no tema –, é provável que tal ênfase se dera por conta da difusão desse título, impresso pelo Ministério da Educação (MEC) no ano do lançamento comercial de *Visão do Paraíso*. Ainda assim, sua crítica ajuda a desfiar mais esse nexos, uma vez que, pelo que já foi apontado até aqui, os contatos pessoal, intelectual e/ou institucional desses indivíduos com Sérgio Buarque eram amplos.

Este último havia traduzido etnólogos germânicos e investigado questões indígenas, simultaneamente a Schaden; tinha se relacionado com Baldus no Museu Paulista e na ELSP, onde encontrou Willems que, na USP, ministrava a disciplina de Antropologia para os cursos de Ciências Sociais, Geografia e História, lutando pelo estabelecimento acadêmico dessa área. Pode-se ainda considerar o uso que a tese de cátedra fez das referências citadas, em particular Métraux: nome central nos debates da UNESCO que, entre outras passagens, foi referido no capítulo onde tinha aparecido Ernest Cassirer. Meyer, aliás, era um antigo colega do INL.¹²⁴

Os anos, agora, eram outros e Augusto Meyer dizia, em seu parecer, que na pesquisa de Schaden constava que a idade de ouro no Brasil “*chegava a assumir feição escatológica, se a miragem do Paraíso era situada num outro mundo, como o mito do Yvy-marãey, a Terra sem males, dos Apapokuva*”.¹²⁵ Logo, pode-se inferir que tal bibliografia, como tantas já anunciadas aqui, tornava-se corrente ao quadro receptivo de então. Afinal de contas, partindo do texto buarqueano, Meyer usou um outro autor no qual percebera a especificidade da *forma mentis* dominante nos primeiros séculos da experiência europeia nas Américas.¹²⁶ Mentalidade esta que – bem a expressou a resenha saída na *Hispanic Historical Review* – integrava uma certa filosofia da história cuja semântica tinha por base o retorno do Éden, sua espera.

¹²³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2268 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Augusto Meyer, sobre o referido livro. *Correio da Manhã*. s.l., 09 dez. 1961. s/p. Pt 253 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁴ Tais autorias emergiram em meio às pautas, universitárias ou não, dos processos imigratórios do país, dos estudos de comunidades, sobre a aculturação, lendas nativas, *modus vivendi* tribal etc.

¹²⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2268, op. cit. Pt 253 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁶ Augusto Meyer (1902-1970) era natural de Porto Alegre (RS), filho de Augusto Ricardo Meyer e de Rosa Feldmann (imigrantes alemães). Polígrafo, deixou os cursos regulares para estudar línguas e literatura, colaborando em diversos jornais do Rio Grande do Sul, especialmente o *Correio do Povo*. Em 1926, foi um dos fundadores da revista *Madrugada*, integrante do debate modernista gaúcho. Foi diretor da Biblioteca Pública deste estado, entre 1930 e 1936, transferindo-se, na sequência, para o Rio de Janeiro (DF) a convite de Getúlio Vargas, onde ajudou o governo a organizar o Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, que dirigiu por cerca de trinta anos. Em 1950 recebeu o Prêmio “Machado de Assis” (ABL). Entre seus títulos, publicados até a resenha que fez sobre *Visão do Paraíso*, destaque: *Ilusão querida* (poesia – Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923); *Coração verde* (crítica literária – Porto Alegre: Globo, 1926); & *Machado de Assis* (crítica literária – Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958). Cf. outros dados no nº 89 / 19 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

Finalizando com essa lenda que emprestou seu nome, no singular, a um dos capítulos da “obra” buarqueana, a saber, *O mundo sem mal*, Meyer avançou sobre o desdobramento dela no século XIX, fora do recorte cronológico do estudo resenhado. O que não se trata exatamente de um problema, pois seu objetivo consistia em refletir sobre o encontro de tópicos, ideais e temporalidades proporcionado com a criação desse Novo Mundo. Assim, terminava dizendo que “Os primitivos serão primitivos quando os imaginamos sem história”, mas que não era bem esse o caso dos indígenas brasileiros também responsáveis por produzirem as idealizações de um universo perfeito, face ao sofrimento “desse mal crepuscular: a saudade do Paraíso”.¹²⁷

Não haveria aí qualquer coisa de *explicação total*, como asseverou Nogueira Moutinho; de *moderna historiografia*, nas palavras de Rolmes Barbosa; *variadas latitudes culturais*, conforme disse Leonardo Arroyo; *philosophy of history*, se se preferir a fala de William Wilson; ou o estudo irmanado à corrente que *acentuava o papel das ideias*, segundo Afrânio Coutinho? E isso tudo não seria mais tarde *também* reunido sob o epíteto de História dos Conceitos?

É bastante comum se atribuir o surgimento desta última vertente como Nova História das Ideias, nos anos 1970 e, sobretudo, no mundo anglo-saxão e no espaço germânico em décadas posteriores. No caso da Alemanha, é rico perceber as proximidades com as investigações desenvolvidas nos primórdios da UNESCO sobre os conceitos fundamentais da humanidade, tendo sido Buarque de Holanda – como já pude abordar – um dos partícipes do debate, particularmente sobre a noção de *democracia*.

6.4. Nenhum limite andino colonial ou Pirineus historiográficos existem

Finalmente, chego ao último membro desta comunidade de leitores buarqueana, Wilson Martins, que permitirá o retorno ao início da reflexão sobre Buarque de Holanda ter praticado, antecipado ou não a vertente das *mentalités*. No revés dos louvores, o resenhista acompanhou os comentários do concurso da FFCL, veiculados pela *Revista de História* da USP, conforme sugere uma nota de rodapé de seu artigo.¹²⁸ Ali Martins afirmou, por exemplo, que desde a sua participação no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em agosto de 1959 na capital baiana, ele próprio sugerira a Marcel Bataillon que a inteligência do padre Antônio Vieira era a de um religioso com os olhos no passado, mentalidade alienada de seu tempo.¹²⁹

¹²⁷ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2268, op. cit. Pt 253 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁸ Trata-se do documento que explorei amplamente na Parte II, ou seja, a referência de: ELLIS, Myriam. Noticiário. *Revista de História*, São Paulo, n. 38, ano X, p. 493-508, abr./jun. 1959. Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) da USP.

¹²⁹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2262 – Recorte de jornal intitulado “O Paraíso perdido”, com

Há aqui dois destaques de suma importância. O primeiro sobre o congresso na Bahia e o segundo sobre o historiador francês citado. Começo por este último. Portanto, de Bataillon (1895-1977) cabe frisar que, à época, ele era professor catedrático de Línguas e Literaturas da Península Ibérica e Latinoamericana do Collège de France, sendo chamado, mais tarde, por Fernand Braudel e Georges Duby, de “príncipe dos hispanistas”, tamanha a sua produção acadêmica. Esta se voltava, todavia, para a repercussão de Erasmo, aos escritos d’*el Siglo de Oro* e, desde meados dos anos 1940, às “mentalidades, fuentes históricas y formación social en la América española, incluyendo desde luego el virreinato del Perú”.¹³⁰

Talvez residam aí as razões pelas quais, a despeito da intervenção de Martins sobre o pensamento de Vieira, sua perspectiva não despertara o interesse do francês. Mas o crítico notava que, agora, a pesquisa de Sérgio Buarque a revitalizava. Ato contínuo, evocando um compatriota do intelectual francês, professor da Faculdade de Direito de Lyon desta vez, registrou que existia “*na história das ideias e da mentalidade*, uma contradição inesperada, posta em evidência por René Gonnard”.¹³¹ Esta correspondia à incrível objetividade da literatura de viagens e/ou descrições geográficas quinhentistas, nas quais o pitoresco e o romanesco cediam espaço ao impacto da própria realidade. Posto isso, expressou que *Visão do Paraíso* “poderia ganhar com um ornamento cronológico da matéria, seja, por um lado, situando as descobertas marítimas no ‘clima’ espiritual que as precedeu, seja, por outro lado, estudando a evolução dos mitos”¹³² no contato com o extraordinário mundo real.

Indicava isso porque, em sua leitura, os lusos teriam fixado a descoberta do Brasil no sentido da Contrarreforma, sendo ela uma empresa jesuíta. Ao inverso de outros colonizadores, para os quais a chegada à América teria se alinhado à Reforma, enquanto esta foi confundida com o humanismo do Renascimento. Daí que tais movimentos teriam animado significados distintos para as andanças no continente. Bastaria, seguia Martins, atentar à introdução da imprensa e das universidades em seu território para evidenciar isso, pois, no domínio lusitano,

resenha de Wilson Martins, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 26 mar. 1960. Suplemento literário. p. 2. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. A respeito de Antônio Vieira, as pesquisas atuais mantêm essa perspectiva de não tratar o jesuíta como *moderno* e tampouco *conservador*. PÉCORA, Alcir. Vieira, o índio e o corpo místico. In: NOVAIS, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Ao se envolver em temas polêmicos, como a entrega de Pernambuco à Holanda, a defesa de índios e judeus, acabou na mira da Inquisição que, já em 1649, o queria expulso da ordem inaciana. Sendo um nome de peso na cena política, contou com a intervenção de D. João IV no caso, motivado pela busca de uma saída honrosa ao seu conselheiro. VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 183.

¹³⁰ PÉREZ, Joseph. *España y América en una perspectiva humanista*. Madrid: Casa de Velázquez, 1998, p. 124.

¹³¹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2262, op. cit. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus]. Não encontrei muitos dados sobre René Gonnard, mas ele foi autor do seguinte estudo: *La conquête portugaise: découvreurs et économistes* (Paris: Librairie de Médicis, 1947).

¹³² Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2262, op. cit. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

retardou-se esse processo. A diferença era marcada ainda por aquilo que havia ressoado muito no Ocidente e, segundo ele, recebera pouca atenção do resenhado: o mito do *bom selvagem*.¹³³

Sérgio Buarque o relegara a escanteio, pois sua tese defendia que, entre os registros em língua portuguesa, o assunto só deslancharia no setecentos, quando a tópica em destaque, “tendo cessado de corresponder para a maioria daqueles autores a uma realidade atual, já estava apto por isso, a converter-se em uma idealidade e em um símbolo: o símbolo de que se hão de valer depois os luso-brasileiros para se oporem aos portugueses da Europa”.¹³⁴ Entretanto, Wilson Martins afirmava que Gonnard havia provado a preponderância dessa lenda dois séculos antes, com uma intensidade tão forte e coeva quanto aquelas da utopia do Éden. Por isso, salientou que “De Montaigne a Rousseau, do índio brasileiro à Revolução Francesa, como diria o sr. Afonso Arinos”, era em torno dele que se construíam até “as teorias socialistas”.¹³⁵

Simultaneamente refletindo sobre o prolongamento da temática e usando um discurso de autoridade caro ao concurso de 1958, o crítico queria dizer que convergiam para o Brasil os tais motivos edênicos e, sobretudo, os relativos à natureza do homem em si.¹³⁶ Logo, se Buarque de Holanda não os percebera tanto foi porque os tinha estudado dispersivamente, alargando-os a todo o mundo que o português criara em prejuízo da especificidade americana. Wilson Martins tocava, assim, em outro ponto nevrálgico do problema que leva novamente ao tema da submissão do Barroco à Renascença, abarcando o “fator Johannes Gutenberg”, essencial às suas próprias pesquisas e circularidade, com destaque para *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca* (São Paulo: Anhembi, 1957).¹³⁷ Este trabalho foi publicado um ano antes, aliás, daquele que, hoje, é considerado marco no tipo de agenda historiográfica expressa em seu subtítulo, a saber, *L'apparition du livre*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin.

Mas não só divisor de águas. Nele emerge com grande interesse a questão das balizas renascentistas. Ao refletir sobre os limites que seu estudo deveria se guiar, ou seja, o tempo da técnica inaugurada no Ocidente por Gutenberg – decisiva à Reforma –, seu prefácio interrogava

¹³³ Idem.

¹³⁴ HOLANDA, op. cit., 1959, p. 349.

¹³⁵ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2262, op. cit. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹³⁶ Quanto à importância de Afonso Arinos de Mello Franco na matéria da edenização ou demonização do indígena e a presença desse tema na pauta da intelectualidade brasileira, Cf., ainda, as notas 8 e 86 do Capítulo 5.

¹³⁷ Wilson Martins (1921-2010) era natural de São Paulo (SP). Em Curitiba, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1944, onde vivia desde 1930. Recebeu uma bolsa de estudos do governo francês e passou uma temporada em Paris (1947-1948) se aprofundando na crítica literária. Iniciou sua carreira docente em 1952 na Faculdade de Filosofia da instituição em que se diplomou. Colaborou com *O Estado de S. Paulo* no ano de 1954. Entre outros destaques de sua produção, menciono: *Interpretações* (ensaio – Rio de Janeiro: José Olympio, 1946); *Introdução à democracia brasileira* (política – Porto Alegre: Globo, 1951); & *A crítica literária no Brasil* (crítica – São Paulo: Departamento de Cultura, 1952), sendo este o livro em que atacou Afrânio Coutinho. Para novos dados de sua trajetória, Cf. o nº 85 / 15 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

esses recortes. Dizia ser inútil tratá-los através de “puérisles divisions appuyées sur de fausses preuves de dates, qui réjouissent à quatorze ans les bons élèves de nos lycées, et, par conséquent, leurs professeurs: ‘A quel jour de quel mois de quelle année finit le Moyen Age?’”.¹³⁸ Ora, o debate que envolve *Visão do Paraíso* não passava por esta pergunta? Longe de inserir o Brasil em vários palcos como quem lhe força a entrada em cena, busco explicitar a atualidade de seus intelectuais nessas configurações discursivas, pois eles tinham papéis nos *scripts* acadêmicos internacionais, apesar das constituições dos sistemas autorreferentes posteriores, sobretudo os de Paris ou os do *Journal of the History of Ideas*, não os listar entre os seus.¹³⁹

De Febvre, aliás, outra referência evocada por Wilson Martins, é que viria o arremate final de sua crítica à tese buarqueana de que a mitologia edênica seria uma espécie de recorrência peculiar só aos espanhóis. Para tanto, citou *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais* (Paris: Albin Michel, 1942) com o objetivo de afirmar que, no período colonial, não existia a noção do impossível. Portanto, segundo este leitor de *Visão do Paraíso*, na época dos grandes descobrimentos marítimos o imaginário e o real não se combatiam, antes coabitavam, e teria sido dessa aliança *sui generis* que nasceu a América.¹⁴⁰ A tese, porém, seguia firme: haveria nos escritores o pendor para evitar especulações e fábulas, pois a experiência imediata guiavam seus olhos. “E, se bem que ainda alheios a esse ‘senso do impossível’, por onde, segundo observou finamente Lucien Febvre, pode distinguir-se a nossa mentalidade quinhentista, *nem por isso mostravam grande afã em perseguir quimeras*”.¹⁴¹ E sequer quanto às lendas das Amazonas que, de fato, desde Schaden, pareciam indiscutíveis.

Portanto, o texto de Sérgio Buarque de Holanda não se prestava a esse tipo de crítica, pois havia tomado por base, entre outros, o testemunho do frei dominicano Gaspar de Carvajal. Por meio dele, enfatizou que aquelas mulheres cuja força valia por dez homens, relacionavam-

¹³⁸ FEBVRE, Lucien. Préface. In: _____; MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958, p. 13-14.

¹³⁹ O caso de *L'apparition du livre* é frizante. Ocorre que muitos problemas levantados por Sérgio Buarque desde os anos 1940, entre o crítico literário e o historiador, transitavam na órbita das pautas tomadas pela corrente que se cristalizou depois, na França, como *História do livro, da edição e da leitura*, cuja gênese está associada ao nome de Febvre, um dos pais fundadores (e eleitos) da corrente que se chamaria *Histoire des Mentalités* – esse é o ponto.

¹⁴⁰ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2262, op. cit. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁴¹ HOLANDA, op. cit., 1959, p. 8 [grifos meus]. Quanto à menção ao historiador francês, o livro utilizado também foi: FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1947 [1942]. Embora sua presença seja sintomática do diálogo com a historiografia estrangeira, não se deve perder de vista que o mesmo é apenas um dos muitos exemplos a integrar um cabedal bem maior de estudos referenciados no texto de Sérgio Buarque. Mas, por razões de igual natureza, vale atentar que a reflexão de Febvre aparece em uma das primeiras bibliografias a figurar entre as notas de rodapé do livro *Visão do Paraíso*. É a oitava do capítulo 1, antes de nomes como o de Ernest Robert Curtius. Logo, pode-se inferir que se tratasse de uma citação estratégica para uma publicação que buscava ser tomada como *de História*. Ora, qual pesquisa poderia ser mencionada senão a de um historiador que havia participado da formação de uma corrente reflexiva, a chamada escola dos *Annales*, das mais respeitáveis naquela contemporaneidade, ou, antes, na configuração de 1958?

se mais “com o que ele e seus companheiros teriam podido *ver no Peru*”.¹⁴² Ou seja: era dessa terra – quadra privilegiada nos estudos americanistas de Bataillon, evocado por Wilson Martins – e demais áreas hispânicas no Novo Mundo, da qual vinha a maioria dos mitos, como se escorressem da região andina para o Brasil. Logo, não poderia ter origem portuguesa, pois a sua atitude colonizadora – ou *de feitorias*, segundo Buarque de Holanda – não avançava para além de dez léguas sertão adentro, reforçando a tese dos movimentos paulistas como responsáveis pela silhueta geográfica do futuro país. Afinal, dizia em *Visão do Paraíso* que o gesto luso em destaque fora adotado até nas experiências orientais, outrora banda diletta de hortos sagrados, embora isso estivesse longe de ser consensual nos anos 1950 ou depois.¹⁴³

Seja como for, nas reflexões buarqueanas em apreço, o contato com paisagens estranhas amortecera a inventividade portuguesa, pois tudo o que lhes fosse monstruoso ou exótico se convertia de pronto em rotina. Aí residiria, nos entendimentos expressos que o autor atualizou no fim da década, o segredo de sua conhecida plasticidade. Segundo ele, após a viagem de Vasco da Gama às Índias no marco quatrocentista teria arrefecido paulatinamente o vigor lendário daquele espaço, ao contrário do que ocorria com as mesmas paragens assim chamadas em possessões hispânicas. Isso porque, nos rincões da América, em quadrantes mais ao Norte ou à Ocidente, as Índias de Castela assumiam os contornos do autêntico mistério.

E é neste ponto que Sérgio Buarque retomava no capítulo V – *Um mito luso-brasileiro*, uma fonte primária idêntica à que enxertara em *Raízes do Brasil* de 1948, na qual apontava, as “palavras de um dos fidalgos da *Farsa dos Almocreves*, que fizera Gil Vicente na era do Senhor de 1526, quando, entre nós, Aleixo Garcia acabava de ser sacrificado, de volta da sua jornada magnífica até aos contrafortes dos Andes: ‘porque o mundo namorado / [...] está[va] além do Brasil’”.¹⁴⁴ Por meio disso, Buarque de Holanda mobilizou o relato do mercador florentino Filippo Sassetti (1540-1588) para confirmar o tema das feitorias e o da imaginação aplainada.

Ao se referir a uma carta enviada de Cochim em fins do quinhentos, o livro de 1959 passou a imagem de um Império que, inclusive no Oriente, era uma espécie de *battiplaxas*, na expressão do agente comercial que observara as paragens portuguesas não avançando sobre

¹⁴² HOLANDA, op. cit., 1959, p. 35 [grifos meus].

¹⁴³ Ao questionarem a efetividade de uma diferença verdadeiramente substancial da gente ibérica no continente americano, as arguições do ano anterior tinham revelado essa discordância. Mesmo hoje o aspecto não corresponde a um debate vencido. Ao tecer considerações que não estavam no horizonte do livro – e que, aliás, tendia-se a renegá-las em benefício do seu argumento –, já se destacou “que a Índia acabou sendo o espaço do sonho e do maravilhoso lusitanos, dando matéria a seus devaneios míticos. Porém, nada que se comparasse às formulações propriamente edênicas que proliferaram entre os espanhóis, e que *Visão do Paraíso* examina com minúcia”. SOUZA, Laura de Mello e. Posfácio. In: HOLANDA, op. cit., 2010, p. 548.

¹⁴⁴ HOLANDA, op. cit., 1959, p. 120.

muitos palmos de terra.¹⁴⁵ No segundo – e já lá no capítulo VIII: *non ibi aestus* –, através da análise da boa hora para velejar até Calicute no tocante ao clima, já que tormentas e corsários não se evitavam e sendo o Brasil dessa época uma verdadeira pousada para esta rota, voltou ao mercador florentino. Agora, porém, para reiterar que, se a Coroa lusitana evitava certos meses, não era por acreditar em miragens fabulosas, mas porque se apegava às lições da experiência.¹⁴⁶

A menção a este viajante é importante porque ele volta em outras partes fulcrais, como o capítulo homônimo ao livro, tese da tese, e por remeter a um tipo de testemunho talvez aprofundado quando da estadia buarqueana na Itália, atuando na Universidade de Roma. Lá ele deve ter avançado mesmo em muitas laudas da possível trilogia d’*A era no Barroco no Brasil* e feito novas incursões em Sasseti, embora este não faltasse em suas leituras anteriores aos anos 1950, porque, como reiterarei, a segunda edição-versão de *Raízes do Brasil* já o utilizava.

Considerados tais pontos cujo princípio se acha na citação do leitor Wilson Martins a Marcel Bataillon, estudioso das paragens peruanas das quais *Visão do Paraíso* também se valeu para minar o argumento da existência de um leque amplo de mitos lusitanos, cabe-me voltar ao aspecto sob vários ângulos estrutural desse impresso de 1959. Trata-se do fato de Sérgio Buarque rivalizar com as correntes historiográficas d’aquém e d’além mar sobre a modernidade de Portugal. O que me faz adentrar, portanto, no segundo aspecto realçado por Martins, ou seja, o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros ocorrido em Salvador, Bahia.

Dos encontros, friso que o primeiro ocorreu na capital estadunidense em comemoração ao Sesquicentenário da Biblioteca do Congresso, em 1950. O segundo também foi realizado por conta de uma efeméride, em São Paulo, no seu IV Centenário, em 1954. O terceiro se passou em Lisboa (Portugal), em 1957, e o quarto, como afirmei, no Brasil. Deles já se notou que, enquanto o de Washington foi um ato festivo e acadêmico, em parceria com a Vanderbilt University; do segundo em diante houve tentativa de interferência do salazarismo, rechaçada no caso paulista, organizado pela UNESCO, mas presente nos eventos lisboeta e soteropolitano. Neste último compareceu o ex-ministro do Ultramar e Presidente da delegação lusa, Marcelo Caetano, que causou desconforto por atuar como porta-voz das elites e governo portugueses,

¹⁴⁵ Filippo Sasseti partiu de Portugal em direção à Índia em abril de 1583, permanecendo em Cochim por aproximadamente cinco anos como encarregado do envio de pimenta de Malabar para Lisboa, atividade originada nos contratos iniciais que foram assinados entre a Coroa e particulares no reinado de D. Sebastião (1557-1578). A cidade então contava cinco mil fogos e estava sob o efeito nefasto do abandono luso em prol de Goa. Seus registros são os de um estrangeiro que não havia se envolvido com a administração lusitana para além do necessário ao bom andamento de seus negócios. Cf. DORE, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311-339, jul./dez. 2002. A mesma referência bem notou a respeito dessas missivas que Sasseti falava do ponto de vista de início da União Ibérica (1580-1640), de que tratei um pouco quando resumi a tese de Eduardo d’Oliveira França no Capítulo anterior.

¹⁴⁶ HOLANDA, op. cit., 1959, p. 340-342. Experiência, aliás, que era “‘Madre’ das coisas, não apenas sua ‘mestra’, de acordo com a fórmula antiga” (p. 8), demonstrando alguma distância lusa do tópos *Historia magistra vitae*.

em defesa da legalidade de seus domínios na África com um discurso jurídico implícito em sua comunicação. Mas isto foi tolerado face ao esforço nacional-desenvolvimentista do Brasil, sob Juscelino Kubitschek, que visava projetar o país na Europa e na América Latina, fugindo da pecha de Terceiro Mundo imposta pelo Tio Sam.¹⁴⁷ Assim, o governo brasileiro fez vista grossa para o incômodo desta representação por considerar os lusitanos a sua ponte sobre o oceano.¹⁴⁸

Mas importa assinalar que, entre as discordâncias de *Visão do Paraíso* nas inúmeras vertentes dessa história comum, para ficar só em dois exemplos, dos mais notórios e relevantes, estavam os estudos do quase onipresente Eduardo d'Oliveira França e de Joaquim Barradas de Carvalho. A propósito da situação com França, já a circunstanciei na Parte II, face à centralidade que ele assumiu na configuração da banca examinadora de 1958, quando o candidato tentou lhe vincular – a meu ver, sem sucesso – a uma leitura estanque da História do Brasil. No tocante ao historiador português Barradas de Carvalho, cabem observações um pouco mais detidas.

E isso por várias razões. Ele era licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1946) quando começou a se interessar pela História das Ideias, produzindo um estudo sobre o pensamento político e social de Alexandre Herculano (1949). Suas pesquisas prosseguiram depois na França, onde doutorando-se em Estudos Ibéricos, pela Sorbonne Université (1961) com o estudo *Esmeraldo de situ orbis, de Duarte Pacheco Pereira*, passou a conviver intensamente o grupo dos *Annales*, tornando-se muito próximo de Fernand Braudel. Mais tarde, desdobrou este último trabalho em sua *Thèse d'État*, na Paris IV (1975), assim intitulada: *À la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise. L'Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira et la littérature portugaise de voyages à l'époque des grandes découvertes. Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne*. Contudo, falecido em 1980, não a veria publicada. De todo modo, ambas as teses se apoiavam em vocábulos como “experiência” e “natureza” para expressar os traços renascentistas como provas do caráter modernizador da empresa lusitana no ultramar.

Vale dizer ainda que, neste período, Barradas de Carvalho foi bolsista pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Associação Marc Bloch e do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS). Quanto à carreira acadêmica, sua primeira

¹⁴⁷ O que talvez explique um pouco aquela crítica buarqueana aos planos do governo JK. Aliás, já se disse que *Visão do Paraíso* se tratava de um estudo cujo viés histórico-cultural buscava salientar “os aspectos duvidosos da modernização”. CALDEIRA, João Ricardo de Castro. Sérgio Buarque de Holanda e a criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008, p. 88.

¹⁴⁸ Cf. RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Unesp / Bauru: Edusc, 2003. Para esse tipo de relacionamento entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, Cf. VENANCIO, Giselle Martins. *Pontes sobre o Atlântico: ensaios sobre relações editoriais e intelectuais luso-brasileiras (1870-1930)*. Niterói: Vício de Leitura / FAPERJ, 2012.

atuação teria sido justamente na USP, passando à condição de colega de departamento de Sérgio Buarque de Holanda, uma vez que foi contratado, em 1964, com seu passaporte francês, pois se achava exilado – expulso de sua terra pelo regime de Salazar por seu envolvimento, três anos antes, no ataque frustrado ao governo que ficou conhecido como *Revolta de Beja*.¹⁴⁹

Finalmente, o motivo mais importante da circunstância iniciada com a resenha de Wilson Martins, quando este crítico de *Visão do Paraíso* citou Marcel Bataillon e o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, é que Barradas de Carvalho e Buarque de Holanda se encontraram neste evento. Além deles, muitos intelectuais lá estiveram, inclusive Jorge Amado, cujas ideias literárias evoquei para abrir o presente Capítulo.¹⁵⁰ De sorte que este longo parêntese se fez necessário na medida em que os embates das teses buarqueanas *também* eram contra as ideias do historiador português em destaque, bem como de tantos outros, das mais diversas orientações políticas e com adeptos brasileiros da corrente propagada.

Para eles, o Renascimento de Portugal era “mais prático, empírico e, nesta qualidade, precursor do racionalismo moderno, assim como Era Moderna e precursora a experiência mercantil portuguesa”.¹⁵¹ Tanto que, no caso da América lusitana, teria levado à emergência precoce da nação, conforme asseverou Hélio Vianna na banca da USP e em suas resenhas.

Embora tomasse diversos títulos, Buarque de Holanda evocou a referência sugerida por este último, Vianna – ou seja, Gomes Eanes de Zurara, mas o das crônicas da tomada de Ceuta e outra sobre o Conde D. Pedro de Meneses – para responder ao mal-entendido quanto aos motivos econômicos na era das descobertas marítimas que sua “obra” de 1959 parecia endossar.

Sérgio Buarque de Holanda recorreu aos dois registros supracitados em *Historiografia portuguesa*, um artigo que saiu no jornal *O Estado de S. Paulo* no ano seguinte à publicação da versão comercial de *Visão do Paraíso*. As crônicas tratavam dos grandes feitos dos infantes D.

¹⁴⁹ Para tais considerações acerca de sua trajetória, consulte: MOTA, Carlos Guilherme. Joaquim Barradas de Carvalho. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 289-295, set./dez. 1994; & FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. Aí se disse também que ele fora marxista e militante do Partido Comunista, nascido em 13 de junho de 1920 em Arroios (Alentejo), descendente de uma família aristocrática. Faleceu em 1980 e sua *Thèse d'État* saiu três anos depois, coeditada pela Calouste Gulbenkian e o Centre Culturel Portugais, com prefácio de Fernand Braudel. Seu laço institucional com Paris de fato se fortaleceu nos anos 1960, quando se doutorou pela Sorbonne, mas suas afinidades com as investigações que se desenvolviam ali são evidentes e anteriores a essa época, como sinalizei. Chegou-se até a classificá-lo como discípulo de Lucien Febvre, como em: MAURO, Frédéric. Joaquim Barradas de Carvalho, As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de situ orbis”. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, Paris, n. 12, p. 246-248, 1969. Ele próprio chegou a reproduzir uma versão de um artigo seu que tinha saído na *Revista de História* da USP, Cf. CARVALHO, Joaquim Barradas. Temps, groupes sociaux et mentalités: un exemple portugais. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 8^e année, p. 475-481, n. 4, 1953.

¹⁵⁰ Cf. Série: Vida Pessoal. 91 – Fotografia onde se vê SBH acompanhado de Joaquim Barradas de Carvalho e outra pessoa não identificada, por ocasião do Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. Salvador, 1959. b&p. 17.5 x 11.5. Vp 91 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁵¹ SOUZA, op. cit., 2010, p. 546.

Henrique e D. Pedro, os quais, segundo ele, ninguém negava, pois o que apenas se discutia era o tipo de empresa, via de regra, associada às suas realizações. Assim, listou os nomes dos historiadores Duarte Leite, António Sérgio, Magalhães Godinho etc. como integrantes de um grupo maior que enxergava nesse tipo de aventura um empreendimento coletivo, em cuja base se acharia uma burguesia mercantil, responsável pela ascensão da dinastia de Avis. Dizia ainda que esse viés era uma espécie de zelo patriótico que perigava a falsificar o passado. Posto isso, citou Pierre Chaunu que teria notado esse mesmo “nacionalismo retrospectivo”.¹⁵²

Outra vez ele evocava, portanto, os franceses e, neste caso, Chaunu, que em breve viria a presidir a banca do estudo de autoria de Joaquim Barradas de Carvalho, defendido em 1961 na Sorbonne. A conexão desta crítica buarqueana aos confrades de ofício luso-brasileiros foi notada recentemente.¹⁵³ É curioso observar como Buarque de Holanda mobilizou outros trabalhos dele, ou que contaram com sua ajuda na divulgação, em dois momentos: um para salientar que mesmo em seu *realismo pedestre* poderia existir, a princípio, traços de uma mentalidade inauguradora de um pensamento científico; e, outro, mais ao término, para afirmar a incompatibilidade da ideia de Providência Divina da tradição escolástica com a Astrologia na parte em que esta propunha um eventual poder dos corpos celestes sobre as coisas terrenas.¹⁵⁴

Na mesma linha de raciocínio, dizia que os feitos grandiosos no ultramar não era uma empresa com traço modernizante e quem os narrou, Zurara, o fazia por meio de tópicos inerentes à prática literária de seu tempo, a saber: as crônicas lusitanas do século XV cujo modelo vinha das normas épicas dos livros de cavalaria marcados pela conformação de vezes heroicos. Logo, se no artigo que servia como resposta à leitura economicista de *Visão do Paraíso* Buarque de Holanda não pôde negar essa interpretação das descobertas – pois, de fato, havia a busca por lucros fáceis –, ao menos esclareceu que esses empenhos pertenciam, no máximo, a um pré-capitalismo, sendo ações perdulárias e pouco meticulosas nos cálculos de perdas e ganhos: “Tratava-se de uma burguesia, se é preciso recorrer à palavra mágica, mas antes de tudo seria uma burguesia portuguesa e quatrocentista, ambiciosa de presas e honras, mas alheia a certas virtudes mais prosaicas que nos evoca hoje esse conceito”.¹⁵⁵

¹⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Historiografia portuguesa. O Estado de S. Paulo* – SP, 12 nov. 1960, p. 42. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19601112-26241-nac-0042-lit-2-not>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

¹⁵³ Por MARTINS, op. cit., 2017, que enfatiza a pouca atenção recebida por este artigo de Sérgio Buarque entre os especialistas de sua “obra” e esclarece: “Barradas de Carvalho, evidentemente, não é citado em *Visão do Paraíso* (*O Renascimento português* é parte integrante de sua tese defendida em 1975)” (p. 103).

¹⁵⁴ Os títulos então mencionados foram: “Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI” e “Fr. António de Beja. Contra os juízos dos astrólogos”, respectivamente junto às notas 25 da página 16 e 1 da lauda 285.

¹⁵⁵ HOLANDA, op. cit., 1960, p. 42.

Ora, tal postura não correspondia ao abandono das análises acerca da existência de um pensamento audacioso nesses sujeitos em prol dos limites daquilo que fosse concebível? Não combatia o nacionalismo e as interpretações precedentes na cátedra como as de Alfredo Ellis Júnior e com os quais ele próprio chegara a flertar? Estas não ecoavam nos trabalhos de Myriam Ellis quanto às ações dos paulistas serem responsáveis pelo alargamento do meridiano em busca de outras bases econômicas na falta da prata? Até certo ponto, Sérgio Buarque não estava longe dessa perspectiva, mas a tese dos motivos edênicos o fazia dar um salto, afastando-se dela. E se estes não passaram de um *tosco realismo* da gente lusa, só atenuado – quando muito – por notícias das Índias de Castela (que pareciam atingir os desbravadores), era como se, outra vez, sinalizasse o peso da nefasta herança que o Brasil precisava superar.¹⁵⁶

Posto isso, em especial no tocante aos quadros receptivos vistos até aqui, um aspecto significativo diz respeito à sua distribuição cada vez mais circunscrita ao Sudeste (ver Tabela 1). Isso faz convergir os indicadores quanto à preponderância crescente do campo acadêmico sobre outras instâncias da produção do saber histórico e, inclusive, sendo desta região que seriam continuamente fomentados os ataques ao ensaio. Coincide ainda com o ingresso de Sérgio Buarque na USP a partir de 1956, como interino, e, depois, já catedrático.

Tabela 1

Circulação absoluta de notícias dos livros buarqueanos (resenhas e progandas) por cidade

Cidade* / Livro	<i>Raízes do Brasil</i>	<i>Caminhos e fronteiras</i>	<i>Visão do Paraíso</i>	Outros títulos**	Total parcial
Rio de Janeiro (RJ)	27	11	10	1	49
São Paulo (SP)	14	9	13	6	42
Sem local	19	6	4	3	32
Belo Horizonte (MG)	6	4	2	-	12
Recife (PE)	4	1	1	-	6
Salvador (BA)	4	-	-	-	4
Curitiba (PR)	2	1	-	-	3
Santos (SP)	2	1	-	-	3
Fortaleza (CE)	2	2	-	-	4
Campinas (SP)	-	2	1	-	3
Porto Alegre (RS)	3	-	2	-	5
Aracajú (SE)	2	-	-	-	2
Maceió (AL)	2	-	-	-	2
Florianópolis (SC)	1	-	-	-	1

¹⁵⁶ Em mais de uma vez se notou este insucesso luso em seus livros, que aqui tenho insistido como sendo uma espécie de atualização do olhar buarqueano sobre a América. Várias leituras endossam esse argumento. Em uma delas, percebeu-se que a narrativa de Sérgio Buarque valorizava “a experiência dos espanhóis por motivos opostos: em *Raízes*, pela racionalidade da colonização; em *Visão*, pela fantasia, pelo delírio. Nos dois casos, os portugueses saem de cena amesquinhados”. VAINFAS, Ronaldo. Posfácio. In: HOLANDA, op. cit., 2010, p. 554.

João Pessoa (PB)		1	-	-	-	1
Santo Anastácio (SP)		1	-	-	-	1
Brasília (DF)		1	-	-	-	1
Campos (RJ)		1	-	-	-	1
Rio Grande (RS)		1	-	-	-	1
North Carolina (EUA)		-	1	1	1	3
Roma (Itália)		2	-	-	-	2
Torino (Itália)		1	-	-	-	1
Lisboa (Portugal)		1	-	-	-	1
Rennes (França)		1	-	-	-	1
<i>Total final</i>		98	38	34	11	181
Identificação de autoria	Com	46	26	22	9	103
	Sem	52	12	12	2	78
Obs.: * Essa geografia das “obras” buarqueanas comportam 23 cidades diferentes.						
**Correspondem aos livros: <i>Cobra de vidro</i> , <i>Monções</i> , da coleção HGCB e <i>Tentativas de mitologia</i> .						

Além disso, meu esforço se voltou, sobretudo neste último item, ao apontamento de possíveis conexões entre sua “obra” no formato de livros – na pista mesmo dos resenhistas que os juntavam, via de regra, com este fim diretivo –, tentando mostrar a onipresença de certa perspectiva continental nas reflexões de suas páginas. Afinal de contas, a fortuna crítica na configuração micro da banca ou nesta mais larga, da recepção comercial, notou seus amplos panoramas sobre os mundos que os portugueses e espanhóis criaram na América, sem descuidar da contribuição anglo-saxã, cujos exemplos já estavam na edição de 1959.

Este aspecto não passou despercebido pelos leitores. Tanto que, à revelia mesmo de sua insistência e empenho autoral no subtítulo – *Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* que pode ter sido feito exclusivamente para este fim, pois é um traço único entre os seus livros – os críticos enxergavam todo o continente em *Visão do Paraíso*. Seriam tais laudas, aliás, aquelas páginas dispersas da já lendária e datada *Teoria da América*, perdida e presente, desfeita e recomposta, mas nem por isso menos atual ou revisada? Ou seria uma história das mentalidades que ele não poderia ter antecipado, sendo essa área um programa disciplinar dos anos 1960, mas, ainda sim, integrante das pautas geracionais que a informariam?

Seja como for, nunca é demais ter em conta que toda essa discussão integra um quadro receptivo e um circuito intelectual eclético, apesar de ligados, especialmente, a assuntos histórico-literários que eram a matéria do *corpus* documental e bibliográfico de *Visão do Paraíso*. O livro encontrava o público ideal que a tese, submetida a uma banca universitária de História, não pôde dispor. Além disso, o ato de ler incorpora uma série de gestos e modelos interpretativos, como busquei atentar, de modo que este impresso buarqueano pertence, literalmente, à fortuna crítica deste fim de década e início dos anos 1960. A partir daí até a

segunda edição-versão do artefato cultural, seria amortecida um pouco a sua ressonância por quase mais de um decênio, em prejuízo desta recepção que estava, ao fim e ao cabo, sob os olhos de remotos horizontes. Mas acontece que o vigor das correntes passíveis de alimentar os pendores nacionalistas acabaria reacendendo continuamente as suas teses.

Capítulo 7

O MESMO OCIDENTE:

Uma pauta radical contra os constrangimentos dos patriotismos hemisféricos

Definimos nossa identidade todas as manhãs em frente ao espelho, não temos uma identidade fixa (Giovanni Levi)

Abrem-se as cortinas: Mathias de Albuquerque, Governador e Comandante das Capitâneas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, barbeava-se com navalha em punho e uma bandeira rubro-verde servindo-lhe de babador. Um escrivão o acompanhava para tomar notas e redigir uma carta. Partindo do Arraial do Bom Jesus, no ano da graça de 1635, a missiva se endereçada ao Major Domingues Fernandes Calabar. No texto, registrava-se que este corresponderia a um último contato, pois muitos avisos tinham sido enviados ao destinatário, para que o militar não se fiasse nos luteranos e calvinistas. Portanto, anotava estar certo a respeito do acatamento da mão que voltava a estender. Até porque – prosseguia a voz da autoridade –, tinha vivo na memória as suas provas da bravura e feitos leais, de sorte que, quando voltasse aos serviços do Rei, as honras e os bens lhe seriam restabelecidos, além de perdoadas as dívidas e os pecados. Sintetizo aqui o Ato I da peça *Calabar, o elogio da traição*, que surgiu em 1973. Tratava-se de um trabalho do cantor e compositor Francisco Buarque de Holanda e do cineasta moçambicano Ruy Guerra, que residia no Brasil ao tempo em que seu país se mantinha sob o jugo português, embora em vias de conquistar a Independência, a exemplo do que estava ocorrendo nos domínios outrora britânicos e franceses na África. O espetáculo revisava o processo movido contra o Major enforcado e esquartejado por crime de lesa-majestade, acusado de combater ao lado dos holandeses. Entretanto, face à União Ibérica que vigia no período, era complicado saber contra qual trono o personagem teria lutado. Daí que o enredo fazia questão de manter a dúvida, com a narrativa de que um dia todas as nações estariam livres e pouco efeito causava o retalhamento de Domingues Fernandes, pois ele, tal como no caso das ideias, não morreria. Talvez ignorando a especificidade histórica e lendo o enredo pelo avesso de sua costura, a ditadura brasileira proibiu a peça. Acusava os autores de desprezo ao passado luso, sendo que um dos pareceres foi concluído com a seguinte ênfase: *sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, é forçoso reconhecer que os portugueses foram os pioneiros efetivos e naturais na missão de conquista de nossa civilização*. Dessa forma, a censura minava os recursos para liberar o

espetáculo, uma vez que seu argumento tinha por base a mesma frase sacramentada em *Raízes do Brasil*, edição-versão de 1948. Logo, interditavam o filho com as teses do pai.¹

7.1. Convites irrecusáveis, conexões do Sul e espaço acadêmico

Em 17 de abril de 1967 foi expedida uma carta da Escola Superior de Guerra (ESG), sediada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), para Sérgio Buarque de Holanda. À época, ele ainda exercia docência como professor catedrático na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). Também contava, no instante do envio dessa correspondência, com certo reconhecimento internacional ou, ao menos, difusão de textos de sua autoria circulando em diversas línguas, entre as quais o francês, o italiano e o inglês. No caso da América Latina – espaço de maior interesse e limites à presente reflexão –, cabe dizer apenas que *Raízes do Brasil*, sua “obra” de estreia – como a história e a crítica literárias convencionaram chamar o primeiro escrito de um agente convertido em livro e aqui reiterada porque sua segunda comunidade de leitores consagrou esse ato editorial, reconhecendo-o na década de 1950 –, já se encontrava traduzida para o espanhol há cerca de dez anos.²

Tratava-se de sua entrada no catálogo da coleção *Tierra Firme*, idealizada por Daniel Cosío Villegas junto ao Fondo de Cultura Económica (FCE) que passou a publicá-la a partir de 1944. O projeto da editora de proceder à tradução de textos visava dar acesso a obras fundamentais no âmbito universitário, em franco processo de renovação nas diversas áreas, muito embora tenha se dirigido mais para a História e a Literatura no caso da coleção *Biblioteca Americana*. Não é de se espantar, assim, que tais empreendimentos tenham sido exitosos na organização da cultura letrada continental através da palavra impressa, simbolicamente reunindo o antigo Novo Mundo e incentivando a ideia de pertencimento entre seus intelectuais.³

¹ Circunstanciei esse episódio em minha dissertação de mestrado. FURTADO, André. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016, p. 37-40. Porém, o retomo aqui para comparar os ajustes no livro de estreia buarqueano. Isso porque, em 1936, registrava-se: “Pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, a sua maior missão histórica. E, sem embargo de tudo quanto se possa e se deva alegar contra a sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos, como os portadores naturais dessa missão”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 19 [grifos meus]. Já em 1948 – na reelaboração do trecho que se consagrou no impresso mais estabilizado, de 1969 –, o então diretor do Museu Paulista retirou o tom de julgamento que existia nos termos “se deve” e escreveu: “Pioneiros da conquista do tropico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, a sua maior missão histórica. E, sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra a sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos, como os portadores naturais dessa missão”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2.ed. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 19.

² Cf., respectivamente, os *Apêndices A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos & C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*.

³ Cf. SORÁ, Gustavo. Misión de la edición para una cultura en crisis. El Fondo de Cultura Económica y el

Nessas condições e face ao lugar de destaque pouco a pouco assumido nos meios letrados, em geral, e àquele que ele ocupava no mundo acadêmico, em particular, após saudá-lo como “Ilustríssimo senhor professor” o Comandante da unidade e, à época, General de Exército Augusto Fragoso, confirmava os entendimentos que o Departamento de Estudos teria mantido previamente com Buarque de Holanda e lhe fazia um convite. Este correspondia ao pedido para que no dia 25 de maio de 1967 ele pudesse pronunciar “uma conferência sobre o tema: ‘O Homem’, a segunda de um ciclo sobre os ‘Elementos Básicos da Nacionalidade’”.⁴

Posto isso – apesar de as palavras que o catedrático pronunciou na palestra realizada na ESG estarem, ao fim e ao cabo, irremediavelmente perdidas –, a forma de acesso a este episódio se dá por intermédio do registro escrito da sua fala, aspecto que reforça a necessidade de se atentar para certo *ouvido do período*, como eu disse na Parte II. Afinal de contas, o documento mantém sua importância porque ao menos materializa em papel e tinta as intenções da autoria nos enunciados, cujo impresso conserva marcas de oralidade.

Não por outros motivos, meu objetivo nestes dois Capítulos finais (7 e 8) consiste em analisar a problemática do convite, as realidades visadas na conferência e a historicidade de produção desse texto, destacadamente os laços mantidos com outros escritos e práticas letradas. Com ênfase para as *conexões americanas* de natureza institucional, as que Sérgio Buarque fez ao comparar a História do continente ou nas considerações sobre a monarquia brasileira, nas respostas que deu a seus críticos na segunda edição comercial de *Visão do Paraíso* etc.

Tanto que, somado a este intento, pretendo, de um lado, retomar o fio da meada quanto às instabilidades de *Raízes do Brasil*. Com isso, fecharei o compasso em torno das alterações sofridas até a sua versão mais definitiva (a quinta, de 1969), porque ela corresponde à impressão do livro cronologicamente próxima ao evento em destaque e cujas modificações estavam em andamento quando seu autor se postou diante dos militares. Contudo, atentarei só às mudanças canonizadoras. De outro lado, buscarei distinguir os processos de especialização em curso, quais sejam: a conquista de espaço universitário pela História e o aprofundamento da produção buarqueana sobre o século XIX e o Império. Por isso, recuperarei a conferência proferida na

americanismo en Tierra Firme. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX* (vol II). Buenos Aires: Katz, 2010. Abordarei as primeiras traduções de *Raízes do Brasil* no próximo Capítulo, quando eu voltar ao livro de estreia e aos demais textos buarqueanos publicados no exterior. Cabe frisar que foi esta mesma editora que traduziu *Apologie pour l’histoire* (1949), de Marc Bloch, como *Introducción a la historia* (1952). Este dado é importante, pois remete ao tema da modernização dos estudos latino-americanos e as orientações historiográficas que a pautava.

⁴ Série: Vida Pessoal. 114 – Convite do General de Exército Augusto Fragoso, Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) a SBH, convidando-o para que pronunciasse uma conferência com o tema “O homem”. Rio de Janeiro (GB), 17 abr. 1967. c.as. 1p. Vp 114 P2. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)*.

ESG – de onde ecoam indícios das mutações derradeiras sobre a “obra” de estreia –, os ajustes nas representações de si e a modernização dos estudos históricos latino-americanos – na qual ele teve papel de destaque, ainda que pouco conhecido, *negociando* em várias frentes.⁵

Mas, diferente dos impressos de 1948, 1956 e 1963 – segunda, terceira e quarta edições de *Raízes do Brasil* –, na quinta, de 1969, as mobilidades foram isoladas. Restringiram-se a atualizar a grafia de verbos em desuso, ao acréscimo ou retirada de vírgulas, à inclusão ou junção de trechos outrora inscritos como parágrafos autônomos e vice-versa. Mesmo assim, vale salientar que, entre os aspectos mais importantes aí verificados quanto ao caráter móvel do livro, constam a exclusão e o aparecimento de decisivos *paratextos editoriais*.

No total foram cinco as mudanças centrais, que cabe logo registrar: da quarta (1963) para a quinta versão (1969), retornou a nota “A língua geral em São Paulo”, originariamente publicada numa série de três artigos na imprensa, sendo incorporada antes só na segunda (1948) e terceira (1956) edições. Desapareceu o curto Prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza, substituído por outro de maior fôlego, do mesmo intelectual que, à época, achava-se na cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFCL-USP.⁶ Foram retirados os debates “Variações sobre o homem cordial” e a “Carta a Cassiano Ricardo” que, impressos nos números de julho e setembro de 1948 da revista paulista *Colégio*, respectivamente, tinham sido incluídos apenas na terceira (1956) e quarta (1963) versões, porém excluídos nas subsequentes.⁷

Ademais, sendo os dois acontecimentos – a conferência na ESG, em 1967, e a versão mais estabilizada de *Raízes do Brasil*, de 1969 – situados num período marcado por um governo que nasceu de um golpe de Estado, buscarei problematizar a relação indivíduo *versus* regimes

⁵ São mínimas as atenções ao viés latino-americano da “obra” buarqueana e meu ponto de partida foi o trabalho para a disciplina *A ditadura faz cinquenta anos* (2014-1), ministrada pelo professor Daniel Aarão Reis Filho no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). À época, usei o balanço bibliográfico que se propunha visando mensurar o peso deste episódio na ESG para a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda. Ampliando-o, pude enviá-lo ao escrutínio de duas instâncias: em novembro de 2016 como um dos Capítulos do material de qualificação desta tese; & ao “Premio Internacional de Historia Intelectual en América Latina”, concedido pela Asociación Europea de Historiadores Latinoamericanistas (AHILA), no qual o inscrevi adaptado e tive a honra de vencer. Neles eu discutia os convites recebidos pelo catedrático e as orientações de seu “eu” historiador em meio aos ajustes no seu livro de estreia. Paralelamente, adensei esses temas num estudo em coautoria com a minha orientadora, que havia me convidado para debater sua hipótese de pesquisa sobre a abordagem acerca do século XIX na coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), permitindo-me somar à perspectiva institucional do “americanismo” o aspecto historiográfico. Submetemos o artigo daí resultante ao dossiê “80 anos de *Raízes do Brasil*”, que foi aprovado. Cf. VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 135-157, jul./dez. 2016. Ainda alguns eventos e o estágio na França, fizeram-me voltar aos escritos, de modo que o curto texto de 2014-1 corresponde, agora, a esses dois últimos Capítulos.

⁶ JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho*: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2014, p. 216.

⁷ Apesar do próprio Sérgio Buarque ter apontado – ao que foi seguindo até a edição crítica dos 80 anos do livro – que *A língua geral de São Paulo* tinha saído n’*O Estado de S. Paulo* de 11 e 18 de maio e 13 de junho de 1945, o acervo do *Estadão* registra 1946, após o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

autoritários. Tudo para compreender as estratégias acionadas na elaboração da palestra que Buarque de Holanda proferiu nas dependências da organização militar, visando refletir sobre a *distinção* da trajetória seguida por ele ante as clareiras ainda abertas ao seu itinerário.

Meu intuito não procura tipificar o estudo de vicissitudes biográficas como se costuma fazer só mobilizando aspectos contextuais como se a época em si iluminasse os indivíduos. Isso porque, debruçadas sobre partes da vida e da “obra” de certos autores, muitos são os que se aferram em análises restritas aos escritos impressos, esquecendo esferas que os circundam e os moldam dialogicamente, como as comunidades de leitores. Recorrem pura e simplesmente a um pano de fundo como se este gesto encerrasse toda a compreensão. Tal procedimento tem legado uma prática de História Intelectual *stricto sensu* que pode ser responsabilizada por ler os textos como espécies de transparências ou reflexos dos propósitos de determinado escritor em “seus” tempos, obviedade que não estaria, a meu ver, equivocada, se o contexto selecionado não fosse assumido como natural, prévio e/ou escolhido entre representações dominantes, nas quais os indivíduos *isoladamente* teriam o poder de caracterizar épocas e lugares.⁸ Logo, busco contrapor isso tentando demonstrar que, embora se possa ver as “particularidades” das respostas fornecidas ao acontecimento em destaque, sua singularidade assume tais contornos porque imersa num conjunto de práticas letradas cuja economia rompia os domínios dessa existência. Eram menos típicas à medida que mais integradas a diversas configurações elas estivessem.⁹

Vale debater, portanto, quais foram as motivações de sua composição textual e o leque de possibilidades com que lidou para o rumo tomado no pronunciamento, ainda que as repercussões de seus ecos tenham se limitado, em grande parte, ao auditório da unidade militar. Com efeito, por mais que movimentos de *flashbacks* ou de *close-ups* se façam presentes e necessários, o destaque e fio condutor narrativo será o dia 25 de maio de 1967, pois corresponde à data do encontro entre o catedrático da USP e os oficiais do Exército brasileiro.

A temática é instigadora, pois ao contrário do que se supunha até bem pouco tempo, no período da realização do convite já havia no Brasil uma considerável institucionalização do golpe de 1964 via decretos de Atos Institucionais (AIs). A Constituição votada em janeiro e em

⁸ Compreendo que isso seria válido caso fosse dosada as variações de escalas avaliativas sobre o objeto de estudo, como me propus até aqui. Ou seja, convém atentar à singularidade da trajetória individual, instância *micro* do mundo observado, e para a tipicidade do universo de homens e mulheres ao qual se refere, entendido como a esfera *macro* deste mesmo processo. No caso de Sérgio Buarque e dos intelectuais com quem se relacionou / dialogou para se firmar no campo, em termos bourdieusianos significa dizer que, para analisar e entender as perspectivas do então historiador, cabe mapear os pontos no espaço da intelectualidade brasileira em que ele se situava. Assim, pode-se ter, num só tempo, a verdade buarqueana objetiva e a *raison d'être* parcial de suas imagens sociais.

⁹ Nessas reflexões, contei com os debates da já mencionada disciplina, intitulada *Teoria da história e historiografia: questões de debates contemporâneos* (2013-2), que foi ministrada inicialmente pelas professoras Maria Verónica Secreto e Giselle Venancio (PPGH-UFF), bem como por Andrea Daher (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e Giovanni Levi – Università Ca'Foscari Venezia (Itália).

vigor desde março de 1967, previa plenos poderes ao “Comando Supremo da Revolução”, cujas atitudes se legitimavam independente ou auxiliadas pela esfera judicial. Logo, junto aos casos de repressão que a historiografia tem demonstrado, classificar de forma simplista os militares do período como *duros e moderados, entreguistas e nacionalistas* ou crer que só após o Ato Institucional nº 5 – AI-5 (1968) houve cerceamento de liberdades – com censura, torturas físicas e psicológicas, suspensão do direito do *habeas corpus* etc. –, são posturas hoje insustentáveis.¹⁰

Já a modernização dos estudos históricos, apesar dela ter sido um passo, por assim dizer, irreversível no avanço de pesquisas, alguns países latino-americanos sentiram o desmonte das estruturas acadêmicas após os golpes de Estado enquanto que, no Brasil, a institucionalização saiu fortalecida. Daí a complexidade desses passados e a urgência em compreendê-los.

Dessa forma, quando o General Augusto Fragoso assinou e mandou expedir o convite para que o professor Sérgio Buarque de Holanda proferisse uma palestra, é provável que a sua ação, mesmo articulada previamente, estivesse fundada no conhecimento da notoriedade pública e do prestígio acadêmico alcançado pelo intelectual, então classificado como autêntico historiador sob todos os ângulos. Inicialmente no desenvolvimento do próprio ofício, fazendo convergir suas facetas para a narrativa de assuntos logo referenciados como históricos, seguido da consagração e a conquista do espaço decisivo para fixar tal imagem na fronteira universitária.

A partir de 1958, entre os laureis recebidos antes do convite da ESG, cabe destacar a vitória no concurso do Instituto Nacional do Livro (INL), que considerou seu livro *Caminhos e fronteiras* o melhor *Ensaio* de 1957; mesma categoria que, em 1960, *Visão do Paraíso* fora agraciada talvez entre as últimas políticas culturais da Prefeitura do Distrito Federal com sede no Rio de Janeiro; e a condecoração francesa da *Ordre des Arts et des Lettres*, uma das maiores daquele país.¹¹ Ao que pergunto: poderiam os mentores da carta militar ignorarem, por algum instante que fosse, a posição de destaque que ele vinha assumindo, os prêmios recebidos e o aumento de certa visibilidade através dos livros de sua autoria exclusiva reeditados e/ou traduzidos? Tanto na esfera pública quanto no domínio privado, tudo faz acreditar que não.¹²

¹⁰ Cf. ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura; 1964-74. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro, FGV, 2008; & FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹¹ Cf., respectivamente, a Série: Vida Pessoal. Subsérie: Entrevistas. 203 – Entrevista de SBH intitulada “Prêmio Edgard Cavalheiro”, comentando a premiação recebida. *Folha da Tarde*. s.l., 06 out. 1958. s.p. Vp 203 P4. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; o PRÊMIO Paula Brito. *Correio da Manhã* – RJ, 10 jan. 1960. Hemeroteca da *Fundação Biblioteca Nacional* (FBN), p. 2; a Série: Vida Pessoal. 97 – Medalha de Officer de l’Ordre des Arts et des Lettres, concedido pelo governo da França, em 1961. Vp 97 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & o *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

¹² No tocante ao foro íntimo, por ora só é possível afirmar que os aparatos de vigilância do regime foram lançados sobre o professor catedrático nos decênios seguintes aos anos 1960, como provam os documentos confidenciais, frutos da espionagem da ditadura sobre cidadãos considerados perigosos ou suspeitos ante a chamada Segurança

Mesmo porque, do ângulo das práticas letradas e por este mesmo período dos processos de reconversão de seus títulos ao terreno de Clio – com uma aglutinação de forças que, a bem da realidade, ocorria desde a década de 1950 –, Buarque de Holanda vinha coordenando um grande e audacioso empreendimento editorial. Tratava-se da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), cujos volumes passaram a ser publicados em 1960 pela Difusão Europeia do Livro (Difel), então sob o comando do editor Paul Jean Monteil.¹³

Ademais, até a data do chamado da ESG, outros convites lhe tinham sido feitos, mas para que ministrasse cursos e conferências em instituições de ensino superior estrangeiras, via intercâmbios culturais. Estes aconteceram por iniciativa do embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, e/ou de professores, estadunidenses ou não, que ao relatarem a Sérgio Buarque sobre o interesse de suas universidades pelo estudo do Brasil, informavam como era a estrutura que dispunham na instituição e o perguntavam sobre a sua disponibilidade.¹⁴

Pelo menos é isso que se verifica no caso da experiência chilena cujos desdobramentos envolviam a porção latina do continente, circunstância esta que pode ser vista como esforços para estabelecer contatos e agendas comuns de pesquisa, modernizando assim seus estudos históricos com essa integração. Afinal, seus intelectuais não só estavam atualizados com o que era considerado melhor e recente na produção historiográfica do Ocidente, como propunham e desenvolviam estudos de igual rigor e originalidade. Por isso, é possível dizer que buscavam, num só tempo, intensificar as conexões já existentes, sobretudo com os países da Europa – notadamente a França – e os Estados Unidos para fazer novos laços internacionais.

O exemplo de Rolando Mellafe Rojas, da Universidad de Chile, é emblemático, pois este professor desejava ir à Paris para estudar e dialogar com o também historiador Fernand Braudel sobre questões da economia chilena no cenário americano e, por este viés, inserir tal debate na sua relação com o oceano Pacífico, por ele apontado como unidade histórica e geográfica, como registrou numa de suas cartas, de 1956, em referência ao trabalho sobre o Mediterrâneo, publicado em 1949 e logo traduzido pela FCE para o espanhol.¹⁵ Para além

Nacional. Isso porque, Sérgio Buarque integrou a fundação do Centro Brasil Democrático (CEBRADE), em 1978, ao lado de intelectuais como Oscar Niemeyer, Ênio Silveira, Leandro Konder etc., que reivindicavam a redemocratização do país. Cf. *Arquivo Nacional* (AN). Coordenação de Documentos Escritos. Documentos do Executivo e do Legislativo. BR.AN.RIO.TT.0.MCP, AVU.431. UD 154. 13 folhas / 13 páginas. Confidencial. 07 out. 1980. Assunto: Atividades do Centro Brasil Democrático – CEBRADE.

¹³ Nascido em Lyon (França), Paul Jean Monteil (1907-1973) era engenheiro de formação. Chegou no Brasil em 1937 para trabalhar no ramo têxtil, mas promoveu uma greve na empresa em que era empregado, encaminhando-se depois para o ramo editorial. FURTADO, op. cit., 2016, p. 83. Abordarei o tema da coleção no item 7.4.

¹⁴ No Capítulo 8, os contatos com agentes e instituições para além do Atlântico Sul voltarão à baila.

¹⁵ Cf. BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* [1947]. Paris: Librairie Armand Colin, 1949; & _____. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Colección "Historia". Ciudad de México / Madrid / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1953.

dessas aproximações com integrantes dos *Annales*, vale frisar que Rojas ajudou a desenvolver o projeto de criação do *Centro de Investigaciones de Historia Americana* (CIHA), em Santiago, cuja emergência contou com o apoio financeiro de instituições estadunidenses. Posto em atividades em 1962, contudo, o plano não tardou a malograr, entre outros intervenientes devido a desentendimentos internos e em virtude dos movimentos de radicalização política.

Este último fator redundou no rechaço dos investimentos externos pelos estudantes (temerosos e críticos, à época, do chamado “domínio imperialista”) e na deflagração de golpes de Estado por todo o cone Sul do continente.¹⁶ Mas a menção ao CIHA não é aleatória e se presta ao esclarecimento do vínculo aí existente com Sérgio Buarque, pois foi deste mesmo espaço, com os timbres da Universidad de Chile, que partira o convite por ele recebido de Eugenio Pereira Salas, em 14 de dezembro de 1962. E pelo misto de escrita protocolar e proximidade afetiva expressada na carta com as palavras “Muy estimado Sr. Professor y amigo”, desnuda-se o laço que, de certa forma, os unira, via UNESCO.¹⁷

Ao anunciar o objetivo do *Centro de Investigaciones* (“estimular en un nivel intelectual elevado la rebusca e la enseñanza de la Historia de América”), Pereira Salas – mestre de Rojas – convidou o professor da USP para integrar o ano letivo de 1963 que, “gracias a la ayuda generosa de la Fundación Rockefeller”, teria um curso inédito dividido em três unidades sobre o continente, principiando-se pelo estudo do Brasil, pois criariam uma cátedra.¹⁸ O contrato inicial propôs duas horas semanais de conferência ou leituras dirigidas a um público de conhecimento básico no assunto. O uso da língua materna, dúvida para Buarque de Holanda, não seria um empecilho e o acordo deixava a encargo do convidado a escolha do tema, desde que “*de su mayor competencia y utilidad de vinculación en el campo americano*”.¹⁹

¹⁶ Tive acesso às discussões desses temas da modernização dos estudos na pauta historiográfica latino-americana, sobretudo através da disciplina *Perspectivas de investigação e desafios para o historiador no século XXI*, que cursei em 2014-2. Suas matérias foram ministradas pelos professores Renán Silva, da Universidad de los Andes (Colômbia), e Giselle Venancio, do PPGH-UFF. Naquele semestre, pude ler e ouvir acerca desses assuntos, quando fui percebendo as surpreendentes semelhanças com o caso brasileiro. Consultei o exemplo das missivas de Rolando Mellafe Rojas em: SILVA, Renán. “*La conexión chilena*”: el avance y la modernización de los estudios históricos en América latina en los años 1960 (prelo), p. 9 & 11.

¹⁷ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 470 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH, convidando-o para que ministrasse um curso sobre História do Brasil no Centro de Investigaciones de História Americana. Santiago do Chile, 14 dez. 1962. as.ileg. 1p. Cp 248 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

¹⁸ No desenrolar dos debates com Renán Silva sobre as “Conexões chilenas” e, a bem da realidade, quando do aprofundamento das pesquisas em torno dessas questões para o caso brasileiro, descobri que os paralelismos entre a renovação dos estudos latino-americanos e Sérgio Buarque de Holanda não se limitavam à mera aproximação temática. Tratava-se de coincidência e de contatos *efetivos*, pois o convite que recebeu em 1962 vinha exatamente do CIHA – como eu disse – embora isso não fosse do meu conhecimento ou do professor colombiano em 2014-2. Cf. Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 470, op. cit., Cp 248 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹⁹ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 470, op. cit., Cp 248 P9 [grifos meus]; & _____. 472 – Carta, em espanhol, de Eugenio Pereira Salas, Universidade do Chile a SBH esclarecendo que os alunos daquela universidade não encontrariam problema em entender o português nas aulas de História do Brasil, ministradas por SBH. Santiago do Chile, 17 jan. 1963. as. ileg. 1p. Cp 250 P9, ambas do Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Na correspondência seguinte havia uma contraproposta de Salas, pois Sérgio Buarque não poderia oferecer o curso em um semestre inteiro em face da coordenação da HGCB e das atividades de pesquisa, docência e orientações na FFCL. Eram tantos compromissos que o aceite se explicitou só algum tempo após o envio da primeira carta salvaguardada e sob novas condições: ao contrário da proposta inicial, o curso seria ministrado em cerca de dois meses e meio (de outubro a dezembro de 1963), sendo os gastos da viagem pagos pela Rockefeller.²⁰

Ao decidir-se pelo tema do *Brasil Império* – que reforça o presente argumento da especialização do convidado da CIHA e da ESG cada vez mais para estudos detidos no século XIX – era ainda Pereira Salas que o saudava com alegria. No seu registro epistolar, dizia que a temática “toca[va] un punto en las vinculaciones americanas particularmente gratas a Chile”. Diante da adaptação da oferta, a disciplina seria de três horas semanais – uma delas de leitura dirigida –, era-lhe anunciado a ajuda de um aluno e que a embaixada daria todo o suporte enquanto ficasse no país. Salas recomendava ainda o professor Rolando Mellafe – o mesmo nome da referência ao *Mediterrâneo*, de Braudel – para ciceroneá-lo em sua ausência.²¹

E assim foi, de modo que a porção continental relativa ao Brasil ficou, portanto, sob a incumbência de Sérgio Buarque de Holanda e as partes das antigas Américas espanhola e inglesa seriam, respectivamente, de responsabilidade dos historiadores Ruggiero Romano, italiano catedrático da École Pratique des Hautes Études – EPHE (Paris); e de Max Savelle, estadunidense então docente na University of Washington (Seattle). A julgar pelo pedido feito ao brasileiro, é possível inferir que a todos foi solicitado uma síntese completa do assunto a ser abordado no semestre letivo, para ser anunciada nos primeiros encontros.²² Neste mesmo ano de 1963 o curso foi impresso, então, sob o título de *Tres lecciones inaugurales*.²³

Nesta conferência, Buarque de Holanda visou considerar a perspectiva num só tempo distinta e próxima da quadra latino-americana da condição monárquica trasladada ao Novo

²⁰ _____. 473 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH comunicando que aceitam sua contraoferta como professor, informando os detalhes de contratação e solicitando que enviasse uma bibliografia sobre o tema. Vina del Mar, 05 fev. 1963. as. Eugenio Pereira Salas. 1p. Cp 251 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Como pude apurar junto deste documento, o curso não iria chegar a seis meses, como supõe SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 241-259, jan./abr. 2011, p. 246.

²¹ _____. 476 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH tratando de detalhes sobre o Curso de História do Brasil. Santiago do Chile, 04 abr. 1963. as.ileg. 1p. Cp 254 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

²² _____. 480 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH avisando-o que recebeu sua carta e o espera a fim de organizasse as classes do curso de História do Brasil e preparasse uma aula inaugural onde seria feito um resumo do curso. Santiago do Chile, 16 set. 1963. as. ilegível. 1p. Cp 258 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

²³ Ruggiero Romano atuava, desde 1955, na História Econômica e era próximo a Fernand Braudel. Sobre o fruto do evento, Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de; ROMANO, Ruggiero; SAVELLE, Max. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana / Universidad de Chile, 1963. Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Tal exemplar pertencera a Eurípedes Simões de Paula que talvez o tenha ganhado do colega de departamento.

Mundo em 1808. Dizia ele que a herança colonial portuguesa se fazia sentir, por vários motivos, mas acabou frisando um deles: o regime inaugurado em 1889 sequer asseguraria condições de ingresso de muitos ao jogo político, por exemplo, de sorte que, neste aspecto, o Império iniciado em 1822 teria sido melhor. A tese é complexa, a saber: a época do Brasil Colônia era tão viva que, sob determinados ângulos, fizera das primeiras décadas republicanas uma cópia caricata de sua mentalidade, sendo esta mais conservadora em termos de acesso aos destinos da nação do que defendeu ter sido o pensamento dominante nos decênios da Monarquia tropical.

Para mostrar como as personagens daquele momento viam a questão, evocou, de um lado, Joaquim Nabuco, que fizera um paralelo com o Chile independente, muito parecido, em suas palavras sob o uso buarqueano, com a estabilidade política vivida no Segundo Reinado a partir de meados do século XIX; e, de outro, acionou diante dos vizinhos continentais o relato do naturalista norte-americano Herbert Smith – seu velho conhecido desde a “obra” de estreia –, que avaliara o tipo de sociedade passível de brotar na região, caso fossem viabilizadas iguais possibilidades de instrução para toda a sua gente. Face à plateia do CIHA, apropriou-se do depoimento de Smith para unir em ideias as três Américas e falar da urgência de uma Revolução não palaciana. Desse modo, era como se quisesse dizer que o Império do Brasil esteve mais perto dos governos instalados nos antigos domínios hispânicos, quando se processaram as Independências, do que a República elaborada pelas Forças Armadas em fins do oitocentos.

Ao assumir a postura de cidadão e, por isso, fazendo as vezes de profeta, Sérgio Buarque de Holanda pareceu emitir sua opinião a respeito do que corria em seu país no governo de João Goulart. Com efeito, afirmou que acreditava no argumento segundo o qual a grande fratura da história contemporânea do Brasil brotava de um lento processo revolucionário, este sim horizontal e sendo a Abolição um de seus pontos altos. Mas que em sua ruptura não se poderia incluir o ano de 1889 e sim o de 1930, pois este resultara de “una crisis de la idea liberal y en seguida una disolución creciente de las instituciones sociales y las formas de vida económica reinantes en el siglo pasado. Es ahora que la historia brasilera entra en una nueva órbita”.²⁴

Ruggiero Romano, por sua vez, proferiu uma palestra sobre a *Historia de los precios e historia colonial hispano-americana*, perguntando-se o quão benéfico ou prejudicial poderia ser a análise desses passados com aportes conceituais e terminológicos europeus. Sua preocupação consistia em refletir sobre o funcionamento da esfera econômica, buscando se assentar numa base teórico-metodológico condizente com este universo. Também reprovou o termo *Colônia* para se referir às possessões ultramarinas entre os séculos XVI e XVIII. Com

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Brasil Império. In: _____; ROMANO; SAVALLE, op. cit., 1963, p. 40.

isso, destacava a corrente historiográfica segundo a qual as particularidades das regiões sob o domínio de Castela, de alguma maneira, não faziam desses lugares muito distintos de locais como: Aragão, Valência ou Nápoles, especialmente no que tocava à autonomia local.

Porém, enfatizou existir interpretações confiantes de que a relação estabelecida aí teria sido uma relação de dependência. Entretanto, nos dizeres de Romano, esse laço – ou amarra – tendia a ser de caráter financeiro. Mas não pelo viés que essa expressão assumia no Velho Continente. Tratava-se, antes, de uma economia natural. Logo, a sua tese consistia em defender que as relações econômicas desenvolvidas no solo “colonial” estavam em uma espécie de contracorrente do processo de monetarização que, pouco a pouco, cobria a Europa.

Ao término, indicou que, quando fosse abordada essa questão na hispano-américa, deveria ser tratada a hipótese de uma “feudalidade americana”, atada à metrópole e aos reinos que negociavam com ela, criando desequilíbrios nas trocas comerciais: os súditos precisavam vender produtos a baixo custo e comprar os que chegavam pelo mar com preços altos. Isso teria boicotado a emergência da burguesia nas bandas ocidentais da Metrópole. Ruggiero Romano ressaltava, portanto, que era o descuido com as peculiaridades do Novo Mundo que conduzia “al *impasse actual*” e redundavam em “posiciones mecánicas y también mecanicistas”.²⁵

Por fim, a aula de Max Savelle, *El espíritu de la Independência Americana*, enfatizou a onda revolucionária que teria varrido o século XVIII. Tais pesquisas se alinhavam com um conjunto de estudos baseados na lógica de que os ideais das Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) foram veiculados em todo o mundo. Não escapando disso os processos latino-americanos, nos quais o Iluminismo teria desempenhado um papel central na emergência das novas nações.²⁶ Tanto que Savelle comparou o ocorrido nas Treze Colônias e os desfechos da Independência no Chile, como quem os situasse em um leque, alargado no tempo e no espaço, no qual se fizeram sentir os pensamentos democráticos propagados no Ocidente entre fins do setecentos e princípios do século XIX. Portanto, retirou o peso da questão econômica do caso em que se concentrava, acentuando a força das ideias no transcorrer dos acontecimentos. Ele analisava as reflexões desenvolvidas na própria Inglaterra *vis-à-vis* ao contexto estadunidense.

De acordo com este último conferencista, o conceito de nação imperial britânica advinha de um fenômeno compartilhado, encaminhando-se ao argumento de que o processo em curso

²⁵ ROMANO, Ruggiero. Historia de los precios e historia colonial hispano-americana. In: _____; HOLANDA; SAVELLE, op. cit., 1963, p. 55 [grifo do autor]. Sérgio Buarque igualmente defendera certa feudalidade em 1958.

²⁶ Esta vertente interpretativa fomentou um viés desenvolvido pós-1945, em prol de uma leitura que – a exemplo de proposta de Rolando Mellafe Rojas em relação ao Pacífico como uma unidade histórico-geográfica –, buscava pensar o Atlântico por uma perspectiva semelhante, tomando-o como ponto de interligações cujos encontros teriam desaguado em uma cultura política específica. Cf. BAILY, Bernard. *Atlantic history. Concept and contours*. Cambridge / London: Harvard University Press, 2005. Agradeço a Bruno Silva por esta referência.

jamais teria se descolado da Pátria-mãe. Segundo suas palavras, os súditos sabiam que seu líder era o rei inglês. Porém, entendiam que não cabia ao Parlamento qualquer gerência dentro de suas fronteiras e que a sua comunidade deveria possuir leis próprias. Assim, para Max Savelle, o conflito entre as partes fora uma guerra de doutrinas e teorias de governos, pois as lutas teriam se dado por vários motivos, mas também pela aspiração de “bienes metafísicos que son de primordial importancia en la vida y en la historia de los hombres y de las naciones”.²⁷

Como se nota, esses três exemplos de teses podem até soar obsoletos, mas não o eram na ocasião em que foram proferidas. Trata-se, nunca é demais recordar, do ano de 1963, quando a pauta da monarquia brasileira, no caso de Sérgio Buarque de Holanda, mal havia entrado na universidade, antes afeita aos estudos do passado colonial. E talvez por esse motivo ele optasse por uma avaliação que, atenta às heranças dessa época, frisou a continuidade de suas estruturas para além do Império e cujos vícios teriam inviabilizado a República. Também o revisionismo da pauta econômica, conforme Ruggiero Romano, pouco se consolidava de forma nítida, mas sua análise se apegava aos novos programas acerca do prolongamento da Idade Medieval. Por fim, apesar de, ao que tudo indica, Max Sevalle estar mais vinculado à *History of Ideas*, vale frisar que, enquanto ele falava em razões metafísicas na Independência dos Estados Unidos, emergia a agenda francesa da *Histoire des Mentalités*. Logo, pode-se inferir que tais panoramas sobre os tempos da América, abordados em Santiago, sinalizam as atualizações historiográficas.

Um último dado dos nexos com o CIHA merece destaque. Numa das cartas trocadas com Buarque de Holanda, Pereira Salas a finalizou com a seguinte anotação: “En la biblioteca del Centro poseemos los volúmenes 1 y 2 de la Historia da Civilização Brasileira que Ud. dirige. Necesitamos si de antemano una bibliografía de los libros que empleará Ud. para conseguirlos en caso que no los tengamos”.²⁸ Este pedido foi prontamente atendido, de modo que o número faltante da coleção e a lista de outros títulos mais a serem adquiridos seguiram viagem.²⁹

Duplamente significativo, o fato supracitado converge com a ideia da HGCB integrando um conjunto de planos editoriais responsáveis pela renovação dos estudos históricos no Brasil e na América Latina, e porque os professores reunidos no Chile possuíam ou possuiriam laços com projetos dessa natureza. Tal era o caso de Romano, com a vindoura *Storia d'Italia*, em diversos volumes;³⁰ e também o de Savelle, com *A history of world civilization*.³¹ Sendo que

²⁷ SAVELLE, Max. El espíritu de la Independência Americana. In: _____; HOLANDA; ROMANO, op. cit., 1963, p. 75. Apesar de centrada em outros objetos, *Visão do Paraíso* também suavizara o peso da economia.

²⁸ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 476, op. cit., Cp 254 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

²⁹ _____, 480, op. cit., Cp 258 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁰ ROMANO, Ruggiero; VIVANTI, Corrado. *Storia d'Italia*. Torino: Einaudi, 1972-1976. No primeiro volume desse projeto consta, aliás, um longo texto de Fernand Braudel.

³¹ SAVELLE, Max (ed.). *A history of world civilization* (2 vols.). New York: Holt, 1956-1957.

este último surgiu quase em simultâneo à época das negociações da Difel com Buarque de Holanda. Ademais, as pistas presentes em Rojas – cujo desejo era estudar com Braudel –, ou em Romano – que trabalhava com ele –, mantinham explícitos nestes empreendimentos outros nexos com o viés das civilizações que o periódico dos *Annales*, dirigido pelo autor das teses sobre a *longue durée* passou a adotar em sua denominação a partir de 1946.³²

Mas não bastassem todas essas coincidências e elementos, havia ainda outra questão significativa: a exemplo da experiência chilena com o CIHA, igualmente em 1962 foi criado na USP o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), como laboratório do tipo *area studies center* para salvaguardar fontes, obras de arte, livros raros e documentos históricos, cujo nascimento contou com a ação direta de Sérgio Buarque que foi o seu primeiro Presidente.³³

Tratava-se do princípio da multidisciplinaridade para nortear as pesquisas sobre o país que fossem desenvolvidas na USP e superar, no mínimo, duas limitações segundo a ótica buarqueana, a saber: o erro de se pensar o passado brasileiro isolado, sobretudo em épocas nas quais a designação *nacional* fosse descabida; e a divisão imperante entre formar ou professores ou pesquisadores. Daí o objetivo de conjugar teoria e prática, além de reunir variados acervos (de manuscritos a pinturas), feito a legítima brasileira que o órgão se tornou.³⁴

Seja como for, o fato é que este aspecto da paulatina consolidação do espaço acadêmico no Brasil da segunda metade do século XX foi a chave que permitiu dar a ler aqui as diversas conexões historiográficas cuja ênfase buscou recair, por ora, sobre os laços estabelecidos com os países ao Sul do continente.³⁵ Isso do lado positivo quanto ao estreitamento de contatos universitários com as nações vizinhas em prol do avanço no conhecimento de seus passados.

A respeito do outro tipo de convite, porém, da ESG – suspeitíssimo no tocante aos objetivos meramente educacionais porque feito em um clima de evidente Estado de exceção, sedento por odes laudatórias da História do país – não se pode dizer o mesmo. Adiciona-se aí o constrangimento social que incidia sobre a possível recusa buarqueana. Aliás, isto não poderia

³² Quando lançada, em 1929, a revista se chamava: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Dez anos depois, circulou como: *Annales d'Histoire Sociale*. Mas a direção de Braudel o alterou para: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, assim mantida até 1994. A partir daí adotou os termos atuais: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. A troca de 1946 talvez visasse explicitar as velhas recomendações do *Comité International de Sciences Historiques* (CISH) para que se evitasse a esfera política, conforme sublinhei na Parte I. Afinal, pensar os marcos civilizatórios “de” algum país ao invés de “em” certos espaços e no plural, poderia despertar ufanismos e/ou xenofobias, de que o mundo já não tinha dúvidas. Atentei a isso ao retomar as notas de um ateliê que a professora Giselle Venancio promoveu entre seus alunos e o professor Roger Chartier, em junho de 2015, na UFF.

³³ Cf. Dossiê: IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁴ Cf. CALDEIRA, João Ricardo de Castro. Sérgio Buarque de Holanda e a criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

³⁵ Não descuidando das configurações que envolveram a *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO) nesse momento e seus desdobramentos.

ter sido mais representativo e providencial à memória canonizadora que já atrelava de maneira reiterada sua biografia com gestos e tomadas de posição à esquerda, como, sob muitos aspectos, assumiu cada vez mais durante a sua trajetória, muito embora nem sempre tivesse sido assim.

Portanto, diante do tratamento que tenho buscado conferir aos documentos relativos à palestra, friso que este correspondeu a um aceite de Sérgio Buarque de Holanda para falar aos militares em tempos de regime autoritário. Respeitou a algo “natural” à conjuntura cujas opções oscilavam entre acatar o pedido ou recusá-lo com qualquer desculpa, sob pena de ser alocado na mira de represálias.³⁶ Devido à normalidade e violência possível, o evento foi correntemente silenciado, pois aos familiares, amigos, herdeiros intelectuais e a ele próprio talvez não coubesse destacar aspectos com força para sugerirem, em aparências ao menos, um ponto fora da curva letrada que se quis ou se quer enaltecer. Assim, por conta de itinerários marcados, de fato e monumentalmente – mas nem por isso irreais de sua imagem simbólica e objetiva –, arrisco-me a inferir que estes papéis contêm traços de arquivo e gesto “excepcional / normal”.³⁷

7.2. Reorientar os itinerários às trincheiras de sua reputação

Observados os aspectos enfatizados até aqui e, a despeito do lento estabelecimento da História como disciplina acadêmica no Brasil, esta seguiu os passos de outras partes da América Latina, nas quais o campo passava por grandes transformações.³⁸ Sobretudo por incluírem a laicização do ensino superior.³⁹ Por isso, atento às conexões engendradas por Sérgio Buarque

³⁶ Isso remete à relação indivíduo-sociedade, sendo preferível pensar um meio termo, pois nem se deve realçar os constrangimentos sociais ou conferir aos sujeitos certos poderes fora de suas possibilidades históricas. Trata-se, em realidade – e este é o ponto –, de um “entrecruzamento de restrições transgredidas e liberdades restringidas”. CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artimed, 2001b, p. XIII.

³⁷ A compreensão que assumo da singularidade biográfica, sugestão de Giovanni Levi, requer uma narrativa com *flashbacks*, *close-ups* e panorâmicas porque, junto à falta de linearidade ou coerência na vida humana, lido com uma fonte atípica na “série” buarqueana, baseando-me no seguinte trecho de outro historiador italiano: “o testemunho-documento pode ser excepcional porque evoca uma normalidade, uma realidade tão normal que ela permanece habitualmente calada”. GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 257.

³⁸ Apesar da vanguarda que os domínios outrora espanhóis assumiram no continente por criarem universidades no quinhentos, a modernização também os atingiria. Herdeiros das atitudes da Coroa hispânica – e diferentemente do que se passou na porção lusitana –, as Índias de Castela contaram com a fundação de 32 dessas instituições (ou Colégios Maiores, conforme os termos da época), sendo 6 no século XVI, 12 no XVII, 11 no XVIII e 3 no XIX. A maioria recebeu autorizações reais e papais, mas 11 delas fecharam as portas até o fim do setecentos. ARRANGO, Diana Soto. La enseñanza ilustrada en las universidades de América colonial. Estudio historiográfico. In: _____; et. al. *La ilustración en América colonial*. Madrid: Doce Calles / CSIC / Colciencias, 1995, p. 92-105.

³⁹ A expansão das universidades na América espanhola ajudou a Igreja Católica a consolidar seu poder e monopólio na educação das elites do Novo Mundo. Os jesuítas as ergueram em Santiago do Chile, Córdoba, La Plata, Cuzco, Quito, Bogotá e Mérida (Yucatán); os dominicanos na Guatemala, outra vez em Quito e Santiago do Chile; e os franciscanos mais uma em Cuzco. No século XVIII, após a expulsão da Companhia de Jesus das jurisdições ibéricas, a responsabilidade passou ao episcopado. BARNADAS, Josep. La Iglesia católica en la hispanoamérica colonial. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina* (v. 2). Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 198.

ou tecidas em suas relações, ficam evidenciados os motivos do lugar de destaque por ele assumido. Porém, sem observar o conjunto de aspectos e, só a partir disso, chegar a tais conclusões, seria o mesmo que tomar as vicissitudes do seu “eu” historiador como imanentes e, assim, incorrer na *ilusão biográfica*. Daí meu cuidado em apontar os elos entre agentes, instituições, projetos editoriais e posicionamentos, que visam escapar dessa armadilha.

Posto isso, cabe voltar à conferência da ESG e ao clima daquela configuração. Ao aludir entendimentos “mantidos pelo Departamento de Estudos”, é provável que o General de Exército Augusto Fragoso deliberasse sobre fato consumado, pois embora fosse diretor de Ensino da Força Terrestre, desde 1966, fazia pouco que recebera o comando dessa unidade, onde ficou até 1971.⁴⁰ No convite, enviado com mais de um mês de antecedência, era reservado 1 hora para a fala do professor que deve ter notado, ao final da missiva, a frase “Certo da aquiescência de Vossa Senhoria” como impeditiva de negativas. Logo, pode ter emergido aí um dos muitos motivos que conformaria a excepcionalidade deste registro ligado a seu nome.⁴¹

Portanto, diante do quadro autoritário a despontar no cenário brasileiro – e por mais que o catedrático eventualmente não estivesse a par das questões dessa natureza, algo improvável – cabe não perder de vista se poderia ele recusar o convite do oficial militar ou qual seria a efetiva extensão da autonomia individual em um regime autoritário?⁴² Questionar-se sobre a amplitude de escolhas e o leque de possibilidades ajuda a compreender as atitudes tomadas pelas personagens históricas frente aos constrangimentos sociais que enfrentavam a todo instante.⁴³

⁴⁰ Cf. FRAGOSO, Augusto. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca>>; & Escola Superior de Guerra (ESG). *Comandantes*. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg>>. Acessos em: 14 fev. 2016.

⁴¹ Seguindo as reflexões da nota 37, o sentido do termo “excepcional / normal” – mesmo voltado à reflexão das classes subalternas e pensado junto às séries documentais quando de seu surgimento nos anos 1970 –, reporta-se à consideração de uma fonte que, isolada de um conjunto de papéis mais tendente a silenciar e/ou distorcer realidades históricas, torna-se única, incomum do ponto de vista estatístico e, por isso, passível de usos criativos e reveladores. Cf. SECRETO, Maria Verónica. *Negros em Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2013.

⁴² A repressão se fazia sentir no Brasil, endurecida escancaradamente em dezembro de 1968, quando as liberdades individuais foram cerceadas com roupagem jurídica, institucionalizando a violação dos Direitos Humanos ao decretar o Ato Institucional n. 5 (AI-5). Tal circunstância não era tão diversa nos demais países da América Latina, quase toda já tomada por ditaduras ou assim seriam com os sucessivos golpes de Estado sofridos por seus governos nos anos seguintes. Cf. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Brasil e América Latina (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴³ Face a este entendimento, os trechos seguintes apontam os desafios impostos a outros agentes (instância micro) nas configurações da sociedade (esfera macro), porque “não podemos compreender a trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 189-190 [grifos do autor].

Porque mesmo com o prestígio alcançado ao longo da vida profissional e, sobretudo, acadêmica (dentro e fora do país), a posição buarqueana representava uma imagem passível de vigília pelos órgãos repressivos. No ambiente doméstico, aliás, ele gostava de brincar que era “apenas” o “pai do Chico”, em referência ao filho Francisco Buarque de Holanda, compositor e escritor conhecido na cena musical e nos palcos, mas *persona non grata* aos olhos do regime.⁴⁴ Tanto que, após 1971, Chico Buarque seria destacado como artista inimigo do governo e apontado como o centro aglutinador da oposição de esquerda no meio cultural, devido ao sucesso de suas composições junto aos ritmos da Música Popular Brasileira (MPB) que ficaram conhecidas como canções-protesto.⁴⁵ Estes dados são relevantes ao problema aqui levantado sobre a possível recusa ao convite dos militares em uma conjuntura ditatorial.

É importante considerar o aspecto autoritário que pode ser demonstrado, por exemplo, entre outras situações, tal como na carta recebida por Sérgio Buarque, de Caio Prado Júnior, dois anos após a conferência na ESG. Este último, ao conquistar o Prêmio “Juca Pato”, concedido pela *União Brasileira de Escritores* (UBE) e pelo jornal *Folha de S. Paulo* desde 1962, foi eleito como Intelectual de 1966. Em seu discurso de agradecimento não se esquivou de tecer severas críticas ao regime instalado no país com o golpe civil-militar de 1964, de modo que, por conta desse tipo de postura, foi condenado, mais tarde, por supostas incitações à desordem.⁴⁶ Sem falar que a repressão o havia aposentado e expurgado por engano da USP, ao confundir o título de livre-docente com algum cargo efetivo na estrutura da universidade.⁴⁷

Permaneceu preso um ano e meio até ser absolvido, de forma unânime, no Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 1971. Antes disso, porém, refugiara-se exatamente onde sopravam um dos ventos propulsores da modernização historiográfica: o Chile. De lá escreveu ao confrade de ofício para agradecê-lo devido ao depoimento concedido a seu favor na Justiça Militar no início do processo (1968). E, do país latino-americano, enviou a correspondência na

⁴⁴ Exemplo de sua fala sobre o filho famoso pode ser lida no seguinte testemunho: HOLANDA, Sérgio Buarque de (entrevista concedida a João Marcos Coelho). A democracia é difícil. *Veja*, São Paulo, 28 jan. 1976.

⁴⁵ NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p.103-126, jan./jun. 2004, p. 108.

⁴⁶ Cf. 2ª AUDITORIA: condenado Caio Prado Júnior. *Folha de S. Paulo* – Ano XLIX, n. 14.893. São Paulo, 26 mar. 1970, p. 4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/03/26/2>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

⁴⁷ As explicações para o erro na perseguição de Caio Prado Júnior foram desde a ignorância sobre o funcionamento do ensino superior à hipótese de um gesto preventivo que evitasse sua candidatura à cátedra de História da Civilização Brasileira, face aos boatos da aposentadoria de Sérgio Buarque. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Mas, como pude apurar no mestrado, no caso buarqueano a memória pessoal e institucional de sua “obra” e autoria aponta esse desfecho como fruto de seu protesto contra os colegas forçados a deixarem a instituição.

qual expressava seu desejo de retribuir a ajuda e pediu que o amigo contasse ao seu filho que a música dele era largamente executada na capital Santiago, inclusive já traduzida, em espanhol.⁴⁸

Por tudo isso a recusa ao convite era difícil. Assim, lá estava Buarque de Holanda para a conferência dirigida ao oficialato do Exército, em 25 de maio de 1967.⁴⁹ A partir de sua fala – ou daquilo que pensou em dizer, conforme o escrito –, pode-se identificar a forma pela qual a contemporaneidade se manifestou no discurso sobre o passado. Criada pela lei n. 785, de 20 de agosto de 1949, no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) – por sinal, ex-ministro da Guerra e militar de carreira –, a ESG promovia encontros de seus quadros com personalidades de destaque no cenário intelectual do país.⁵⁰ Entre os palestrantes que precederam o catedrático da USP, estavam os nomes de San Tiago Dantas (1953), Alceu Amoroso Lima (1954), Alberto Guerreiro Ramos (1955) e José Honório Rodrigues (1957).⁵¹

Subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinada ao planejamento da segurança estratégica do país, o órgão teria inovado a sua dinâmica militar ao prever a possibilidade de agregar civis aos seus quadros, desde que tivessem atuado em benefício do Brasil. Sua estrutura contava com os órgãos de Direção, Junta Consultiva, Departamento de Administração e de Estudos, do qual partiu o convite a Sérgio Buarque.

Com um título que não escapou ao enunciado da carta – *Elementos básicos da nacionalidade: o homem* –, é provável que o pedido colocasse o catedrático num paradoxo de transgredir os constrangimentos e pôr em risco suas liberdades. Tanto que, talvez em protesto, sua fala se desviou do assunto, optando pelo desafio de enfrentar outras questões, como se verá.

É bem verdade que é difícil saber sobre qual edição de *Raízes do Brasil* se fundava o convite dos militares porque, em termos cronológicos, nem se poderia considerar grande a distância da primeira para a quarta edição, disponíveis até a época da missiva da ESG (1967).⁵²

⁴⁸ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 518 – Carta de Caio Prado Júnior a SBH agradecendo o depoimento que fez em seu favor na Justiça Militar e pedindo para que contasse ao seu filho que suas músicas são muito executadas no Chile. Santiago, 19 mar. 1969. as. ileg. 1p. Cp 296 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁴⁹ Portanto, como se pode vislumbrar através das notas 16 da Introdução e 43 deste Capítulo, ainda que marcadas por uma possível diferença, quando Pierre Bourdieu e Giovanni Levi sugeriram, respectiva e contrariamente, o uso das ideias de *biografia* e de *trajetória*, são ricas as observações combinadas de seus escritos a este respeito. Logo, apesar da aparente oposição, eles convergem na necessidade de *historiar* quaisquer registros que possam ser mobilizados para as análises de um itinerário. Tudo com o obtivo de fortalecer as críticas às investigações cujos desdobramentos centrais redundam em buscas de estabilidade e coerência na vida humana.

⁵⁰ BRASIL. Lei nº 785, 20 ago. 1949. *Presidência da República*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>; & MALIN, Mauro. Verbete: DUTRA, Eurico Gaspar. In: ABREU, op. cit., 2001. Acesso em: 14 fev. 2016.

⁵¹ O episódio de que me ocupo nesses Capítulos finais, foram circunstanciados, ainda que brevemente, por uma pesquisa que observou de forma perspicaz as suspeitas de Sérgio Buarque de Holanda sobre o convite dos militares. Em particular, devido ao provável fundamento da ESG em uma leitura de sua “obra” de estreia como veiculadora do nacionalismo. Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil & Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2010.

⁵² Devo ao professor Robert Wegner essa arguta observação, que mediou o debate “Sérgio Buarque de Holanda e o Império do Brasil na América”, no qual a professora Giselle Venancio e eu apresentamos nossas pesquisas em

Entretanto, ainda que não se possa afirmar categoricamente se os oficiais conheciam o livro de 1936, de 1948, de 1956 ou de 1963, nada impede, por outro lado, a inferência sobre quais versões tinham potenciais para gerar problemas ao autor e de que natureza ou tendência mais ou menos dentro dos limites dos quadros receptivos da época poderiam ser tais apropriações.

E, neste ponto, tudo faz acreditar que, de duas opções, uma: ou o historiador bem receava uma identificação de sua trajetória com os governos dos anos 1930-1940, devido às atividades profissionais que desenvolveu no funcionalismo público, ao que se poderia subtrair o entendimento da primeira impressão do livro como panfletário ideológico do regime Vargasista.⁵³ Ou depois, frente a sua inegável proximidade com certa esquerda, acentuada no fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e do Estado Novo (1937-1945), estendida àquela hora de 1967, quando a quarta edição de *Raízes* era publicada sob os auspícios da principal instituição de ensino superior na mira da nova ditadura: a Universidade de Brasília (UnB).⁵⁴

Vindo logo depois dos sindicatos e dos trabalhadores rurais na ordem das prioridades do regime instalado no pós-64, os aparatos censórios e repressivos alcançaram o espaço acadêmico. Ante o virtual perigo vermelho tão evidenciado pela retórica do autoritarismo, os usurpadores da legalidade democrática trouxeram à baila o tema da corrupção para atacar seus adversários. E a situação mais dramática foi a da UnB: converteram seu campus em teatro de operações, ocupado por tropas da Polícia Militar (PM) e do Exército, devido à imagem nutrida nos meios conservadores de que seu projeto inovador – já funcionava no modelo departamental quando nasceu (1961) – era uma cortina de fumaça para ações políticas. Nada muito longe da visão que destruíra o programa da Universidade do Distrito Federal (UDF) e com as mesmas figuras em cena, como Anísio Teixeira, segundo reitor da UnB. Afinal, esta era entendida como espaço de comunistas reunidos por Darcy Ribeiro, um de seus idealizadores, primeiro reitor,

curso, como o artigo que tínhamos feito para submeter à *Revista Brasileira de História*. O evento ocorreu em setembro de 2016 na UFF, organizado pelo Centro de Estudos do Oitocentos (CEO) – representado pela professora Gladys Sabina Ribeiro, e aproveite este espaço para agradecê-la pelo convite –, com apoio dos grupos de pesquisa História Econômica, Quantitativa e Social (HEQUS) e Escritas da História: Historiografias do Sul (Escritas UFF).⁵³ Vale ressaltar que, sobretudo no período de 1937 a 1945, a “relação dos intelectuais com os setores da burocracia estatal estado-novista está[va] [...] na base operacional de construção e divulgação dessa política cultural”. GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Faperj, 2007, p. 46. Contudo, isso não quer dizer que esses agentes sociais fossem marionetes nas mãos do Estado, pois implicaria em aceitar como automática a adesão ao governo e/ou compreender o laço como cooptação *stricto sensu* e, portanto, em tom pejorativo. Não é esta a leitura da referência e, tampouco, a minha.

⁵⁴ Se as posições de “direita” ou de “esquerda” são complexas de se distinguir até os anos 1930, “não se pode duvidar de que o Sérgio Buarque dos anos 1940 assumiu, progressivamente, posições de esquerda de grande lucidez. Foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (1947). [...] Manteve-se fiel ao movimento chamado *Esquerda Democrática*, surgido no pós-45. Nesse sentido, cabe o epíteto de ‘democrata radical’ que lhe após Candido, seu parceiro na fundação do PSB. Nos anos 1960, opôs-se ao golpe de 1964”. VAINFAS, Ronaldo. O imbróglcio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 19-40, jul./dez. 2016, p. 22.

ex-Ministro da Educação e da Casa Civil do governo Goulart (1961-1964), formado em Antropologia décadas antes pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo.⁵⁵

Assim, mesmo impossibilitado de apontar aqui qual versão do livro fora apropriado pelos militares, face às consequências do golpe de Estado para a instituição de ensino superior da nova capital federal, pode-se supor que Buarque de Holanda não gostaria de ver os oficiais com a edição de 1963, impressa pela Editora da UnB na coleção *Biblioteca Básica Brasileira*. Isso porque o próprio governo havia barrado este projeto que era coordenado por Artur Neves (ex-funcionário da Companhia Editora Nacional e cofundador da Brasiliense, junto com Prado Jr. e outros), mas idealizado por Darcy Ribeiro ao atuar no Ministério da Educação. Cessou-se a ideia logo após o surgimento do décimo e último volume da série, ou seja, *Raízes do Brasil*.⁵⁶

Para mostrar que não fugia da raia, o conferencista tratou logo de se referir ao brasileiro, entendido por ele como “entidade misteriosa” ainda carente de explicações, bem no início de sua palestra na ESG. Ato contínuo, afirmou que o desejo por uma resposta satisfatória o levava a refletir sobre a formação do Brasil cuja base se assentava, antes de tudo, em um exame de consciência nacional, mas, igualmente, pessoal. Este último, em particular, vinculava-se às suas diversas viagens ao exterior, as quais lhe teriam aguçado a questão sem que esse despertar representasse quaisquer sentimentos de hostilidade ou autodefesa por estar fora de seu país.

Segundo vários de seus intérpretes, foram muitas as consequências dos aprendizados estrangeiros, com destaque para os da Alemanha, que lhe teriam permitido conceber o texto depois transformado no livro *Raízes do Brasil*, à época prefaciado, vale lembrar, por Gilberto Freyre. Logo, em se tratando do cientista social pernambucano – contraponto ideal por suas posições nitidamente inversas às do historiador nos anos 1960 –, cabe traçar aqui um breve paralelo, posto que contemporâneos e devido aos inúmeros cruzamentos de seus itinerários letrados, muito além do contato editorial de 1936.⁵⁷ Para tanto, basta citar, entre outros exemplos, que os dois foram convidados após a Segunda Guerra para darem as suas contribuições nos vários debates fomentados pela UNESCO, cujo intuito visava expandir o

⁵⁵ MOTTA, op. cit., 2014, p. 31-32.

⁵⁶ O plano consistia em publicar 100 livros com tiragem de 15 mil exemplares cada. Cf. *Apresentação*. Biblioteca Básica Brasileira. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/a-colecao/>>. Acesso em: 16 set. 2016. Considerando o que se viu na Parte I, sobretudo no primeiro Capítulo quanto à ideia de 4 mil exemplares ser um ato impressor raro porque ariscado, pode-se inferir que esse número não era baixo, em especial pelo fato de demonstrar um poder das editoras universitárias que mal tinham nascido (a Ed.UnB foi fundada em 1961 e a Edusp em 1962, por exemplo). O que também representa outro indício da consolidação do mercado de bens simbólicos, diferente da situação de 1936, quando a “obra” de estreia buarqueana surgiu em meio a toda sorte de instabilidades.

⁵⁷ A comparação é válida, sobretudo se for considerado que esta tese tem buscado, num só tempo, observar as trajetórias e atentar às posições mais ou menos proeminentes ocupadas pelos intelectuais em cada configuração. Por isso cabe frisar a proposta de que o ato comparativo pode ser visto como a varinha de condão dos historiadores. Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da história* ou *O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

conhecimento e promover a troca de experiências para que se evitasse ao máximo o horror do Nazismo, do Fascismo etc., difundindo concepções democráticas de governos mundo afora.⁵⁸

Apesar disso, cerca de duas décadas mais tarde e próximo à data de maior interesse da presente reflexão, os rumos de um e outro tinham se alterado consideravelmente – inclusive do ponto de vista da memória construída em torno de suas personagens. Porque enquanto Freyre foi se identificando e sendo associado cada vez mais com o regime que se instaurou após 1964 no Brasil, que ele próprio entendeu como “Revolução”, em apoio aos militares, pois chegou a chamar o governo do general Castelo Branco de “admirável”; Holanda, ao contrário, manteve distância e se encaminhava para se opor e ser apontado como crítico da “República” militar.⁵⁹ Ao enfrentá-la, convinha lutar outra vez contra o nacionalismo que, há quase dez anos, ele lidou em outro salão nobre, da FFCL-USP, em particular diante das réplicas de Hélio Vianna. Portanto, mesmo com o aceite para falar à ESG, a trajetória do historiador não ficou marcada entre os pares por atitudes que pudessem atrelar seu nome ao autoritarismo, e nem caberia.

Assim, pontuados esses aspectos sobre a problemática do convite, pode-se passar às realidades visadas por intermédio da conferência – com ênfase para as *conexões americanas* – para discutir os universos vislumbrados na palestra mediante os exemplos comparativos sobre a História do Novo Mundo dados por Sérgio Buarque de Holanda. Sempre atento, porém, à historicidade de sua produção como texto / voz em fins de 1960 e com destaque para as relações aí preservadas com outros escritos e práticas letradas do intelectual.

Isto posto, convém imaginar que, naquela manhã de 25 de maio, talvez porque gostasse de prender a atenção dos ouvintes ou porque tais conhecimentos tivessem caráter público e notório, Sérgio Buarque pareceu adotar meias palavras e certo suspense no pronunciamento, porque sua “obra” de estreia não foi citada literalmente. Entretanto, após falar sobre a debilidade de seu sentimento nacional – “Meu patriotismo não pertence [...] à variedade exclusivista, que a meu ver é a imperfeita, e não sei se até meio relutante e temerosa”⁶⁰ –; apontou sua

⁵⁸ Cf. o documento da Série: Produção Intelectual. Subsérie: Atividades Jornalísticas. 662 – Artigo de SBH intitulado “Problemas da democracia mundial”, comentando um questionário elaborado em 1947 pela UNESCO sobre os problemas em torno da expressão “democracia” e respondido por pesquisadores e estudiosos do mundo inteiro, cujas respostas foram analisadas por um comitê que contou com a participação de Sérgio Buarque de Holanda, que releva a sua importância dentro dos conflitos político-ideológico do pós-guerra. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1949, p. 1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & HOLANDA, Sérgio Buarque de. A democracia e a tradição humanista. *Diário de Notícias* – RJ, 26 jun. 1949. Hemeroteca da FBN.

⁵⁹ Para observar a opinião de Freyre, Cf. FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora, Série Arquivística: Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Localização: 80,01,001 n. 034. Data: 29.06.1964. Local: Recife (PE). 2p. 1doc; &, quanto aos gestos buarqueanos rumo às posições de esquerda, tenho o seguinte texto: FURTADO, André. Um luto permeado por lutas: a morte de Sérgio Buarque de Holanda e o combate ao regime autoritário (1982). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, out./dez. 2014.

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Elementos básicos da nacionalidade: o homem [1967]. In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008, p. 618.

perplexidade com aqueles que reagem contra tudo que lhes parecem ameaças e, usando palavras e expressões perigosas à época, frisou: “*Deixei o Brasil* por várias vezes, e confesso que nunca experimentei, [...], a sensação de que ia para um *exílio*: de fato, jamais me senti verdadeiramente estrangeiro no estrangeiro. Em um mundo diferente do meu, o que sempre tenho procurado é bem situar-me nesse mundo”,⁶¹ compreendendo-o na sua diferença e o respeitando, acentuou.

Na sequência, disse que seu esforço materializado em 1936 visou entender a “*formação*” do país e do brasileiro. Afirmou isso, porém, para frisar que o recurso ao mergulho no tempo não era inédito. Afinal, “numa era de furiosas paixões nacionalistas, em que cada povo parecia só querer depender das próprias energias ou virtualidades, empenhando-se não raro em forjar de si e para si alguma imagem falaciosa, que se pretendia tirada de um passado sacrossanto”,⁶² não faltavam exemplos desse tipo. Eles se baseavam na crença de que era possível localizar meios para alterar os rumos das sociedades, as livrando de seus aparentes problemas. Tanto no Brasil, cuja expressão máxima em livro – para ficar só na estética do *passado utilizável*, conforme a fala do próprio Sérgio Buarque – pode ser vista em *Marcha para o Oeste* (1940), de Cassiano Ricardo; quanto no exterior.⁶³ Daí que a sinceridade do palestrante não deixou de se perguntar se nisto não residia o mote “dos sectários de Mussolini, pelejando por captar, numa cópia caricata de extintas glórias, o fastígio da Roma dos Césares? E não era o dos nacional-socialistas, a querer enfeixar numa já caduca mitologia racial, [...], os guerreiros louros de Armínio ou dos deuses do Walhalla?”.⁶⁴ As linhas mestras da conferência estavam traçadas.

Interrogações ecoadas e especificamente a respeito dos escritos produzidos no país, vale realçar os de Ricardo que emergiram durante o Estado Novo, então entusiasmado pela História porque seu governo via no passado a “bússola da política”.⁶⁵ Isso tornava o livro representativo dos projetos culturais e do desbravamento territorial do período, com forte conotação de redescobrimto pátrio. Tudo sob o influxo dos movimentos de um tempo identificado como

⁶¹ Idem [1967], 2008, p. 618 [grifos meus]. As ênfases em “Deixei o Brasil” e “exílio”, prestam-se às observações sobre o significativo uso desses termos, pois, quando a crise mundial do petróleo desnudou a farsa do crescimento econômico (anos 1970), o governo criou o *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o”; e, para o segundo caso, estudos destacam que sair do país muitas vezes era a única forma de proteção. Logo, embora não seja possível ainda precisar um número exato (as cifras variam de 5 a 15 mil), diversos brasileiros passaram a viver no exterior, por conta própria ou forçados, sendo os destinos os mais diversos: Uruguai, México, Bolívia, Chile, França, Inglaterra, Alemanha, Itália etc. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁶² HOLANDA, op. cit. [1967], 2008, p. 618. Tal frase desnuda sua visão de história que retomarei no Capítulo 8.

⁶³ A expressão “passado utilizável” apareceu sem autoria e já tinha surgido em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. *Correio da Manhã* – RJ, 15 jun. 1951. Hemeroteca da FBN. Mas neste, embora sem nomeá-lo, ele ao menos o reputou “a um ensaísta norte-americano”.

⁶⁴ HOLANDA, op. cit. [1967], 2008, p. 618.

⁶⁵ GOMES, op. cit., 2007, p. 54. Apesar de eu ter frisado as proximidades de Sérgio Buarque com as interpretações ricardianas – estas sim publicamente aliadas às políticas estado-novistas –, de igual forma notei seu distanciamento em *Monções* (1945), nas revisões de *Raízes do Brasil* e nos estudos reunidos em *Caminhos e fronteiras* (1957).

passagem entre os elementos arcaicos das estruturas sociais e os de cunho moderno, que vinham desde o século XIX e prosseguiam. Seu peso teria sido tanto que alterou várias percepções e a *Semana de Arte de 22* figurava como símbolo de superação dos olhares pessimistas sobre o Brasil, a exemplo da suposta inferioridade étnica, mas que também decaiu para o ufanismo.⁶⁶

Talvez para descolar-se dessa leitura, a quinta edição de *Raízes do Brasil* excluiu o diálogo com o autor de *Marcha para o Oeste*. Sem retornar ao debate suprimido da versão de 1969, cujo preparo estava em curso quando Sérgio Buarque recebeu o convite da ESG (e teria sido esse fato mais um aspecto para o apagamento operado?), cabe registrar que, no plano internacional, a busca pelo distanciamento de Ricardo fugia a seu controle. Traduzido como *La marcha hacia el Oeste*, esta “obra” passou na década de 1950 a integrar a pujante coleção *Tierra Firme* do FCE e saiu quase na sequência do volume em que se editou *Raíces del Brasil*. Logo, “seguia” de perto o texto do colega, como já fizera no aspecto cronológico das publicações na *Documentos Brasileiros*.⁶⁷ Ambos, porém, foram precedidos por Freyre, pois *Interpretación del Brasil* data de 1945.⁶⁸ Mas os três livros apareceram com o símbolo do projeto: a cartografia da América encimada por coordenadas geográficas na capa, numa ideia próxima à da *Brasiliiana*, que a precedeu e usava a carta nacional sobreposta por estrelas.⁶⁹

Seja como for, retornando à pergunta da conferência na ESG sobre os deuses louvados pelo Nazismo, disse o palestrante que, ao “voltar da minha primeira residência em país estrangeiro, precisamente a Alemanha de logo antes de Hitler, trouxera eu o meu primeiro livro, *só muito parcialmente escrito*, é certo, mas no essencial quase todo ele pensado”.⁷⁰ Sua feitura bebia em searas que não só as da história, alertou ele fazendo questão de reorientar os itinerários dessa primeira aventura editorial, com a justificativa plausível de que em nenhum momento o seu impresso havia se deixado atrair pelos regimes de força. Até porque, segundo Buarque de Holanda, o título denunciava os movimentos fascistas dos dois lados do Atlântico.⁷¹

⁶⁶ Uma abordagem importante sobre este ponto, consta em: VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 354-355.

⁶⁷ Trata-se de: RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “bandeira” na formação social do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 25). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. O termo homônimo ao título era uma espécie de obsessão e se pode dizer, inclusive, verdadeiro lema de todo o primeiro governo Vargas. Ricardo soube tirar proveito disso e não só ele. Basta atentar que Heitor Vila-Lobos fez uma composição com este título. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1986, p. 57-60.

⁶⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. *Interpretación del Brasil*. Colección “Tierra Firme” (v. 10). Ciudad de México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1945; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raíces del Brasil*. Colección “Tierra Firme” (v. 58). Ciudad de México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955; & RICARDO, Cassiano. *La marcha hacia el Oeste: la influencia de la “bandeira” en la formación social y política del Brasil*. Colección “Tierra Firme” (v. 62). Ciudad de México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956.

⁶⁹ Para visualizar essa situação, Cf. novamente a Imagem 4 do Capítulo 3.

⁷⁰ HOLANDA, op. cit. [1967], 2008, p. 618-619 [grifos meus].

⁷¹ Parece-me mesmo impossível negar a *Raízes do Brasil* o combate ao Integralismo. Era a isso, aliás, que Sérgio

Nas palavras de um estudo recente, estes pronunciamentos figuraram como uma espécie de autocrítica face às possíveis interpretações do governo antidemocrático.⁷² E eu diria mesmo defesa pública de sua imagem vigente, que era fruto do encaminhamento e/ou da reclassificação recaída sobre a sua trajetória nas práticas letradas. Tanto que ele indicou isso dizendo que não poderia refazer aquele trabalho. Mesmo porque, vale frisar: ele já tinha reiteradamente tentado essa transposição do ensaio para o texto de caráter histórico. Mas o que talvez não percebia era seu relativo êxito nesta tarefa, pois, embora as profundas mudanças tivessem incidido sobre a edição de 1948, a nova “marca” que pretendeu incutir começou a ser realçada depois. Ou seja: pendeu neste sentido quando surgiram as traduções italiana e espanhola, a terceira versão em português e o livro *Caminhos e fronteiras*, tudo no curto espaço de tempo entre 1954 e 1957.

Mantinha-se, portanto, em dúvida diante dos oficiais se *Raízes do Brasil* não fora nutrido por fontes que saciaram tantos outros *ensaístas*, opositores ou não de ditaduras. Mas, agora, profissional depurado pelo tempo e catedrático de História da Civilização Brasileira da USP, convinha-lhe arrematar: “*Mesmo admitindo que deva existir nas sociedades humanas algum fundo comum e permanente*, ele [o historiador] saberá que só por meio de simplificações ilusórias e traiçoeiras lhe seria dado reduzi-lo a um esquema suficientemente unitário para comandar o presente”.⁷³ Sua alusão ao *espírito* ou *homem nacional*, como propunha a grade de estudos militares, é evidente, e será que ele entendia isso como expressão de mentalidades?

Autocrítica ou *defesa pública* do impresso de 1936 – creio que ambas as análises combinam bem – o fato é que o próprio orador as indicou, explícito sobretudo em relação ao exame de consciência. Afinal, chegou a declarar aos militares que precisava iniciar sua fala pelos referidos pontos, na “tentativa de autocrítica, incidindo sobre opiniões que provavelmente sugeriram esse convite”.⁷⁴ Disse, finalmente, que nas edições seguintes do livro ele procedeu dessa forma, esboçando-a sob muitos aspectos e até se retratando, caso preferissem o termo.

Isso porque os oficiais poderiam tentar alinhar o discurso de *Raízes do Brasil* com algum projeto da política cultural do regime que estivesse em vias de implementação.⁷⁵ O temor não

Buarque então se apegava na conferência de 1967. Seu nítido esforço consistia em dizer que, naquele tempo, ele não era historiador. Razão pela qual teria mergulhado no passado como quem pudesse voltar dele com soluções para os males do país, esperançoso de que os subterrâneos da nacionalidade pudessem fornecer uma panaceia.

⁷² EUGÊNIO, op. cit., 2010.

⁷³ HOLANDA, op. cit. [1967], 2008, p. 619 [grifos meus].

⁷⁴ Idem, loc. cit.

⁷⁵ Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, diferente do governo varguista, os novos donos do poder político não possuíam um plano para o país. Por isso, ao ponderar sobre os usos da conceituação binária “resistência” e “colaboração” – tão em voga nos trabalhos sobre o tema –, ele argumenta que estes termos surgidos após a Segunda Guerra Mundial para tratar dos embates que envolviam o Fascismo e os movimentos congêneres na Europa, não servem para os casos estado-novista ou do pós-64. E mais: apesar dos paralelos possíveis, diferente de países como a França de Vichy, não houve derrota militar ou ocupação estrangeira no Brasil. Cf. MOTTA, op. cit., 2014.

era despropositado, pois Buarque de Holanda experimentara situação semelhante no regime de Vargas (1930-1945) que, atento às propostas de superar o passado colonial de forma incruenta, visou constituir um consórcio pacífico entre a chamada evolução nacional e a tradição ibérica.⁷⁶

7.3. A dúvida temível e a coragem de escrever “golpe”

Não sendo possível assegurar que os militares de 1967 tivessem comprado o discurso buarqueano e, como se mantém vedada a tentativa de flagrar suas reações ao reverberado – mas ciente de que o recinto era intolerante a quaisquer atitudes por eles consideradas como fora da ordem e da disciplina –, sobra-me a imaginação. Assim, só cabe inferir e supor expressões de testas franzidas ou sobressaltos dos oficiais que ouviam Sérgio Buarque e, em especial, nos segundos depois da sugestiva pergunta acerca das *furiosas paixões nacionalistas*. Pois apesar de, em tese, o palestrante remeter seus comentários aos anos de 1930 e os inúmeros “ismos” que pululavam no período mundo afora, suas falas caíam feito luvas à atualidade da conferência. Até porque esta também estava inundada de arroubos chauvinistas e justificativas, falsas ou verdadeiras aos algozes, para dar suporte retórico e ideológico à chamada “Revolução de 64”.

Os temores do orador fincavam os pés na dúvida sobre os meios pelos quais seu livro era apropriado, pois isso dependia de qual impresso estariam falando, cujas formas específicas tinham o poder de lhes alterar os sentidos. Daí que uma nova hipótese – que não invalida as conclusões do teste na anterior – permite refletir outra vez acerca da edição mais problemática do ponto de vista político em 1967. Já afirmei ser provável que esse traço servia ao volume publicado na coleção *Biblioteca Básica Brasileira*, em 1963, da UnB, subversiva aos olhos ditatoriais. Contudo, a marca talvez fosse bem viável à versão futura, de 1969, com o seu quinto e estabilizado impresso no tocante às mudanças internas, quase no prelo. Entretanto, só a casa editorial, o autor e o prefaciador tinham acesso a estes dados, os militares, a princípio, não.

O motivo potencial disso reside nos próprios ajustes da edição vindoura, em curso quando da palestra, conforme deixa entrever a data inscrita no *paratexto* assinado por Antonio Candido, ou seja, dezembro de 1967, no mesmo ano da conferência buarqueana na ESG. Este correspondia ao seu segundo e definitivo Prefácio para *Raízes do Brasil* (o primeiro tinha saído na versão da Ed.UnB). E foi aí que o professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFCL-USP materializou em papel e tinta a imagem vigente de Sérgio Buarque de Holanda,

⁷⁶ Sobre outros aspectos culturais do Estado Novo, Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

qual seja, a de um radicalismo intelectual.⁷⁷ A identidade tinha sido alimentada por um conjunto de itinerários e pelas nítidas tomadas de posições desta trajetória à esquerda, na década de 1940.

As bases dessas características foram lançadas por sua comunidade de leitores que lhes preparou os andaimes nos anos 1950, definindo-o como humanista e indecisos entre recepcioná-lo feito notório erudito e/ou grande historiador. Por outro lado, não pairavam dúvidas a respeito daquilo que ele então representava nas práticas letradas, nas atitudes políticas e nos organismos internacionais. Nestes, suas lutas em prol do sistema democrático saltavam aos olhos dos críticos e a conquista da cátedra seria a confirmação do seu prestígio e do profissional de História. Estavam equivocados? Certamente não. O erro – e antes dos intérpretes atuais do que propriamente dos leitores coevos ao lançamento dos livros buarqueanos –, reside em querer analisar configurações pretéritas buscando coerências em seus partícipes. Ou, indo além, os parametrizando por critérios sociais, políticos, religiosos etc. que não lhes cabiam.

Assim, retornando ao Prefácio de 1969, cabe frisar que havia mais: se antes, em 1963, Antonio Candido parece ter objetivado sintetizar a “obra” de estreia, agora se aportava em plataformas um pouco renovadas, a saber: I) localizar o texto dentro de seu tempo e, sobretudo, em relação a outros trabalhos; II) distinguir a especificidade do impresso; III) apontar suas filiações teórico-metodológicas por aqueles anos; IV) denunciar os perigos do passado em destaque; e V) inserir as *Raízes* buarqueanas daquela edição num plano maior de debates.

Neste passo, como aspecto inicial fez questão de opor o livro aos escritos de Oliveira Vianna, por ele entendido como superados e artificiais. Diferenciava-no também da perspectiva de Gilberto Freyre – atenta, no seu dizer, inclusive aos assuntos de ordem biológica como ponte entre o naturalismo das referências que iam de Sílvio Romero ao viés sociológico que então se imporia na década de 1940. Por isso, ressaltou que o leitor daquela contemporaneidade não estava em condições de compreender, “sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente por seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve esse grande livro”⁷⁸ intitulado *Casa-grande & senzala*. Ademais, mesmo juntando o paulista ao pernambucano e a Caio Prado Júnior, igualmente entendia a mirada buarqueana como uma reflexão distante deste último. Isso porque ela não teria se atado de forma exclusiva aos temas de natureza econômica, distribuição e/ou consumo colonial, e tampouco se poderia chamá-la de marxista, a exemplo do

⁷⁷ Minhas observações de seus contatos com Antonio Candido não visaram endossar as teses da construção de uma memória modernista como se esta operação fosse deliberada, plena de consciência e/ou, o que me parece pior, bilateral. Suas redes eram muito extensas, nacional e internacionalmente falando, para tamanha limitação analítica.

⁷⁸ CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil* (prefácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. XI-XII.

que se passava com a análise do colega de *Formação do Brasil contemporâneo*. Foi em meio a todos esses elementos que tratou *Raízes do Brasil* como um “clássico de nascença”.⁷⁹

Ora, não estava Antonio Candido bem avaliando o ponto de chegada de cada uma dessas trajetórias naqueles anos de 1967-1969? Sua ênfase a respeito da revolução promovida a partir do título freyriano de 1933, não está de acordo com os testemunhos coevos ao lançamento desse livro? Citá-lo na chave entre o pendor libertário de ontem e o destino conservador daquele hoje não foi uma maneira de recuperar sua importância para os rumos da Sociologia? E isso não era uma forma de lembrar o que seus ex-pares de ofício na FFCL-USP, capitaneados por Florestan Fernandes, buscavam esquecer, lhe depreciando como pseudocientista e não o reconhecendo porque suposto mentor da democracia racial?⁸⁰ Já no que tange a Prado Jr., a avaliação que fez não concordava com a resposta dada pelo autor de *Visão do Paraíso* aos seus críticos, que buscou ordenar certa leitura de suas propostas de 1958-1959 se colocando no rol de estudos atentos aos diferentes *sentidos da colonização*, os edênicos no caso?⁸¹

Todas as respostas tendem a confirmar essas perguntas e, ademais, vale dizer: o mesmo regime que “convidava” Sérgio Buarque para ser conferencista na ESG quando o Prefácio de *Raízes do Brasil* estava em vias de ser concluído, havia feito outro pedido, este sim especial, a Gilberto Freyre: Castelo Branco o convocara para assumir o Ministério da Educação e

⁷⁹ Idem, p. XII. No texto predecessor, escrevera: “Este livro, publicado faz quase trinta anos, atravessou facilmente o período mais transformador dos estudos sociais no Brasil e se tornou um clássico. Para isso houve bons motivos, pois é *igualmente perfeito no estilo e preciso nas ideias*. Só um historiador erudito e minucioso, mas ao mesmo tempo capaz de generalizar e descobrir as linhas fundamentais, *poderia escrevê-lo, dando-lhe a eficiência que o tornou um dos estudos básicos para compreender a sociedade brasileira*. Não espanta que os seus pontos de vista se tenham incorporado ao pensamento de uma geração [...]. *À medida que o vamos relendo através dos anos, percebemos como é pouco esquemático, e como as sínteses que apresenta não parecem baseadas em modelos abstratos, mas numa capacidade surpreendente de comunicar, dentro da própria redução ao típico, o sentimento da mais viva complexidade. Nada de mecânico no arbítrio desta simplificação, necessária para que a inteligência possa apreender o real*”. CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Biblioteca Básica Brasileira” (v. 10). 4.ed. Brasília: Ed.UnB, 1963, p. IX [grifos meus]. Como se pode notar, o crítico havia incorporado as pautas letradas em voga ao absorver aquela polifonia das comunidades de leitores buarqueanas quanto às suas facetas, além de ter captado exemplarmente o debate sobre o ensaísmo.

⁸⁰ Se na Parte I mostrei o clima dos quadros receptivos buarqueanos que estavam longe de reputar a ideia da harmonia entre as raças só ao intelectual pernambucano nos limites dos raios críticos da Sociologia, sobretudo no Capítulo 8 a realçarei até pelo campo da História, por meio de Carlos Guilherme Mota. Assim, se antes acentuei as falas de Fernandes através dos resultados do projeto UNESCO sobre o conceito de raça, agora apontarei o repúdio vindo de seus discípulos. Com a ressalva de que todos eles cristalizaram críticas de 1954, de LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 7.ed. São Paulo: Unesp, 2002, nas quais se havia dito que sobravam generalizações e faltavam dados quantitativos e provas no trabalho de Gilberto Freyre. Sua escrita foi então classificada como restrita ao anedótico ou interpretação preconceituosa da classe dominante.

⁸¹ Cabe salientar que em 1963 se materializou esse entendimento dos escritos buarqueanos, talvez impulsionado pela emergência da tese de cátedra. Como se o autor tivesse desenvolvido velhos temas desanuviando o complexo jogo de sombras que *Raízes do Brasil* simbolizava antes dos ajustes. Era como se, ao produzir *Visão do Paraíso*, pontos obscuros da “obra” de estreia fossem melhor iluminados. Na quarta edição, o prefaciador havia anotado: “Fluidez e ponderação realista se casam no português dos descobrimentos, [...] Buarque de Holanda mostra como também o brasileiro é fluido e ponderado, mas, tanto quanto o português, inclinado à aventura. Não a aventura quixotesca, pouco amoldável ao nosso país sem heróis extensivos: mas aventura como tipo de apreensão da realidade, que leva a prezar no ato o que há de realização pessoal”. CANDIDO, op. cit., 1963, p. IX-X.

Cultura.⁸² Por conta dessas e tantas outras afinidades que a autor de *Casa-grande & senzala* teria o rechaço ao seu trabalho cada vez mais intensificado. Independente disso, no que respeitava às teorias e métodos – voltando ao raciocínio de Antonio Candido –, ele disse que Freyre se prendera à Antropologia cultural norte-americana, Prado Jr. fora sinalizado como um leitor voraz d’*O capital* e, quanto a Buarque de Holanda, o vinculou à nova História social francesa, à Etnografia e à Sociologia cultural alemãs, aproveitando esta deixa para reiterar seu anúncio de 1963 sobre o ineditismo na mobilização de Max Weber em *Raízes do Brasil*.

Fruto de inúmeras apropriações, tornou-se comum se deparar com análises que apontam a mesma circunstância, juntando ao historiador e à sua “obra” de estreia ainda os nomes de Viana Moog, de *Bandeirantes e pioneiros* (1954), e Raimundo Faoro, de *Os donos do poder* (1958) – ambos publicados pela editora Globo, de Porto Alegre –, como estudiosos que utilizaram as discussões weberianas para debater o “atraso” brasileiro ao lançarem mão, por exemplo, do conceito de patrimonialismo. Diacrônicos e sincrônicos de uma larga tradição que discutia o descompasso do país no concerto das nações ditas civilizadas e/ou desenvolvidas, Weber caíra feito uma luva para se refletir a respeito dos caminhos que levassem à modernização. E foi com base nas dualidades exploração e povoamento, campo e cidade, litoral e sertão, público e privado, escravidão e trabalho livre etc. que sua ressonância se fazia sentir. A pauta dos pares opostos não foi alterada por completo nos programas das Ciências Sociais e Humanas que iam se institucionalizando no Brasil atentas ao mundo rural, sendo a tese *Os parceiros de Rio Bonito* (1954), de Antonio Candido, um desses exemplos. Porém, até os anos de 1960, a presença weberiana nos trabalhos acadêmicos era menor que as de Karl Marx ou Mannheim, Georg Simmel ou Werner Sombart, para ficar somente com os mais conhecidos.⁸³

É preciso atentar que os escritos de Max Weber começaram a ser traduzidos para o inglês e o espanhol na década de 1940 e para o português a partir dos anos 1960, criando condições propícias à emergência de um clima favorável ao vínculo feito entre *Raízes do Brasil*

⁸² A despeito da recusa, o nome de Freyre foi o primeiro a ser cotado pelo governo do pós-golpe, conforme já pude apontar. FURTADO, op. cit., 2016, p. 52. Mas, agora, de posse de novas evidências, atesto essa mudança de posição há tempos assumida pelo intelectual, não somente por meio de fontes secundárias, uma vez que aludi aqui à forma como ele se referiu ao ditador – *admirável*, foi o termo usado – em carta a José Olympio Pereira Filho.

⁸³ E isso a despeito dos esforços de Emílio Willems e Romano Barreto, que criaram em 1939 a revista *Sociologia*, a primeira especializada na disciplina, ou o *Dicionário de sociologia e etnologia*, feito por Willems e Herbert Baldus no mesmo ano. Já em meados do século, com o avanço da matriz industrial no país, as ênfases universitárias readaptaram suas agendas, agora marcadas para debater a transição da sociedade de base agrária ao universo fabril. Apesar disso, os programas seguiam atentos aos marginalizados, como populações autóctones, migrantes e, claro, os escravizados. Por fim, incorporaram a moderna concepção de História para evitar as perspectivas teleológicas do progresso ou etapas, que redundou no questionamento do papel social da ciência, levando muitos a engajamentos políticos. Para tal análise, bebi na referência de: BÓAS, Gláucia Villas. A recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5-33, 2014.

e o sociólogo germânico.⁸⁴ Não quero dizer com isso que só nestas quadras seria possível tal identificação, mesmo porque, do contrário, eu estaria incorrendo no mesmo erro que aponto, qual seja, o da visão terceiro-mundista que consistiria em negar aos intelectuais a possibilidade de ler em alemão, o que não era o caso, como se sabe. Mas destaco estes aspectos e circunstâncias pela mesma ordem de razões que reclamo ao texto de 1936, ou seja, a necessidade de estar sempre alerta à historicidade dos impressos, ao tempo de suas edições. Além do que, via de regra, e, muito pontualmente, os leitores buarqueanos frisaram o peso de um diálogo alemão, antes preferindo destacar o seu uso de uma bibliografia em vários idiomas.

Retomando as páginas do Prefácio, nos dizeres de Antonio Candido, os problemas dos anos 1930 e 1940, quando a tríade citada se constituiu, reportavam-se às opções abertas àquelas gerações, de modo que a atitude buarqueana estava, no fundo, condicionada às tensões vigentes. Daí a inequívoca recusa e o mal-estar dos intelectuais daquele tempo quanto à adesão ao comunismo ou daquilo que foi visto como Fascismo à brasileira, o Integralismo. Ato contínuo, não titubeou: era preciso inserir as ideias de Sérgio Buarque numa matriz reflexiva abrangente. Por isso o situou na vanguarda da tradição do pensamento latino-americano que, desde *Facundo*, de Domingo Sarmiento, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha, mergulhava na dicotomia continental entre civilização e barbárie, sendo *Raízes do Brasil* a que mais alargava suas temáticas porque construída sobre o que chamou de admirável metodologia dos contrários.

Este encaminhamento era sintomático das propostas de Ángel Rama, que defendia uma América Latina integrada, olhando sua literatura como signo das lutas por democracia. Segundo o crítico uruguaio, em diálogo com Antonio Candido – de quem tomou a ideia de *sistema literário* para juntar autores, obras e público –, os românticos brasileiros oitocentistas tiveram sublinhados pendores americanos. Porém, não fosse o impacto do processo revolucionário de Cuba no século seguinte – que não necessariamente visou a unidade –, a integração prosseguiria antes como um dado exterior em grupos de trabalhos e congressos, do que presente em sua própria terra. Espaço que, uma vez assaltado por ditaduras, usaria o símbolo do *cone Sul* para representar uma de suas partes. Tanto por ilustrar a geografia quanto pelo “formato dos infernos de origem medievo-renascentista”,⁸⁵ próximo ao que suas sociedades foram então convertidas.

Nessas circunstâncias, era imperioso romper as relações com os apoiadores desses *status quo*, a exemplo de Freyre. Assim, vê-se no Prefácio de 1967-1969 uma dupla marca: pessoal e

⁸⁴ Logo, é preciso lembrar que *Economía y sociedad* saiu em 1944, pela marca já referida do Fundo de Cultura Económica; e que *The theory of social and economic organization* apareceu em New York, publicado na Oxford University Press, em 1947; além de títulos como: *The city* (Ilinios: The Free Press, 1958), *Ensaio de sociologia* (Rio de Janeiro: Zahar, 1963) &, enfim, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (São Paulo: Pioneira, 1967).

⁸⁵ AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini (orgs.). *Ángel Rama*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 18.

profissional, como não poderia ser diferente. No primeiro caso, quando se referia ao passado das “obras”, Antonio Candido mobilizava sua memória de leitor daquelas publicações. Por outro lado, quando as reclassificava na singularidade de sua composição textual, as páginas legadas funcionavam como um registro fotográfico, em vários aspectos fiéis aos “destinos” dos intelectuais abordados. Isto converge com a imagem de radicalismo político, uma vez que acolheu a renovação dos quadros receptivos que foram lançados sobre a identidade buarqueana.

Mudanças essas que tinham suas razões, pois, entre o intelectual dos anos 1930 e o historiador de três décadas após, pouco havia de comum. Sob esse mantra que o autor pregaria insistentemente diante do oficialato na ESG, lembrando o caso do *homem cordial*, que chamou de pobre defunto pelo excesso de cera a ele dedicada no debate com Cassiano Ricardo. Buarque de Holanda evocou o assunto não só para se dissociar de uma referência vinculada ao Estado Novo, mas porque o tema ajudava a falar das alterações no impresso, que ele não escondeu. Disse que a cordialidade era o fruto do passado rural e colonial brasileiro e não uma entidade misteriosa para todo o sempre. Por isso atenuara a noção em destaque, pois ela tinha nascido de um argumento idealista que não explicava nada e acabava deixando seus adeptos à mercê de leituras frequentemente equivocadas, como as que ele, Buarque de Holanda, via-se implicado.⁸⁶

Por todos os cruzamentos interpretativos sobre o passado e o presente em sua fala para os militares, com as análises do Prefácio de 1967-1969, cabe destacar um último ponto meritório de nota. Este corresponde ao corajoso gesto que soava temerário, à época, para muitos integrantes do mundo das letras: o uso da palavra *golpe*. Ela emergiu quando Antonio Candido abordou os complexos trânsitos de indivíduos que, antes e depois da guerra, foram da extrema direita à esquerda revolucionária. Logo, evitando classificações enviesadas ou simplificadoras, registrou o fato de todos saberem “que nas tentativas de reforma social cerceadas pelo *golpe* de 1964 participaram antigos integralistas identificados às melhores posições do momento”.⁸⁷

Assim, a julgar pelo tom de lição que Buarque de Holanda empregaria mais ao término da palestra proferida na ESG – como se verá – parece evidente seu conhecimento do teor do Prefácio candidiano no quesito *golpe*, ainda que na data de sua assinatura e, portanto, mais provável finalização, conste dezembro e não maio de 1967. Portanto, a despeito do enorme valor que exista no ato comparativo das mudanças inter / paratextuais de *Raízes do Brasil* – como se tem buscado realizar até aqui, em parte, e longe de proceder a uma “reconstituição

⁸⁶ HOLANDA, op. cit. [1967], 2008, p. 622.

⁸⁷ CANDIDO, op. cit., 1969, p. XIII [grifo meu].

genética”,⁸⁸ como se fez de forma magistral há bem pouco tempo –, mais do que saber todos os pontos alterados no livro, parece-me urgente a necessidade de compreender seus motivos.

Sob esses termos, à cata dos papéis de arquivo é que pude tropeçar, quase por acaso, numa leitura de provas do Prefácio junto às pastas dos trabalhos da antiga Livraria José Olympio Editora (LJOE) depositados na Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Em meio ao universo sem fim de registros embaraçados, lá estavam suas páginas, margeadas com poucas observações talvez feitas pelos *intermediários esquecidos da literatura*.⁸⁹ Uma delas me chamou a atenção: “golpe?”,⁹⁰ questionava a pergunta feita a lápis, como quem buscasse confirmar se era aquilo mesmo que o prefaciador queria dizer e, sobretudo, *manter* no escrito, conforme frisou o destaque sinalizado em vermelho.⁹¹ Até agora me interrogo se não teria sido o próprio coordenador da *Documentos Brasileiros* à época, Afonso Arinos de Mello Franco – udenista, vale dizer –, o responsável por elaborar essa interrogação plena de significados.

Dúvida mantida, cabe-me voltar ao auditório militar. Em paralelo ao que se dizia no Prefácio, os questionamentos de Sérgio Buarque prosseguiram, embora, para todos os efeitos, sempre em alusão ao texto de 1936, cuja validade de certas passagens ele defendeu com a salvaguarda verbal a respeito do tempo decorrido e do momento de sua produção. Insistia no fato de que, quando escreveu *Raízes do Brasil*, compunha como ensaísta e que depois viria a se definir melhor como historiador. Isso, por certo, ecoou em alto e bom tom nas dependências da ESG devido ao orgulho do conferencista em estar há quase dez anos desempenhando as funções de catedrático na USP. Ademais, tratava-se da uma necessidade para defender a sua reputação e se classificar ante o constrangimento que a palestra aos militares representava. Correspondia ao esforço de diferenciar seus impressos dos tempos do ensaísmo que ele não renegou.

⁸⁸ ACUÑA, Mauricio; DIEGO, Marcelo. Nota sobre o texto da presente edição. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* Edição crítica (organização: Pedro Meira Monteiro, Lília Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas: Mauricio Acuña, Marcelo Diego). São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 27.

⁸⁹ Embora coubesse melhor a ideia *intermediários da crítica e/ou da historiografia*, tomo livremente a expressão consagrada na História do livro e da leitura. Seu uso serve para designar todos aqueles que, não sendo os autores na acepção que o termo adquiriu no campo semântico e jurídico, sobretudo a partir do século XVIII europeu (ou seja: tipógrafos, copistas, livreiros, trabalhadores das prensas etc., ou, mais tarde, editores, revisores, tradutores, gráficas...) contribuíram, mais do que se pensa, em reparos decisivos. Eles são os responsáveis por acréscimos ou pela realização de censuras que, muitas vezes, alteram por completo os sentidos de determinados raciocínios. Cf. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁹⁰ FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora. Série Arquivística: Composições textuais. Nome: Candido, Antonio. Título: O significado de *Raízes do Brasil*. Notas gerais: Prova para o ensaio, contendo correções manuscritas. Localização: 80,02,002 n. 019. Data: s.d. Local: s.l. 14p. 2doc.

⁹¹ Admito o aspecto do acaso não porque deixasse de procurar fontes dessa natureza, mas em virtude do estado de salvaguarda desse acervo: todo ele catalogado, segundo me informaram os funcionários do setor de pesquisa da FBN, sem estar, no entanto – infelizmente, ante a falta de verbas – disponível numa plataforma digital que permitisse a busca de sua documentação pela entrada com nomes e palavras-chave. Logo, só me deparei com esse achado depois de tardes e tardes folheando os papéis desse fundo e contando com a gentil presteza daqueles que me atenderam, especialmente Frederico de Oliveira Ragazzi e Priscila Helena Duarte. Ao rememorarem a época da organização do material, procuravam e traziam alguns dossiês conforme minhas indicações e pedidos.

Assim, se afirmo como válidas as ideias do epíteto radical ou do encontro na ESG como episódio de forte violência simbólica não o faço por convicção. Mas por apresentar razões empíricas, como estas que ligam o autor e o prefaciador de *Raízes do Brasil*, uníssonos contra a ditadura. Porque apesar de muitos promoverem, atualmente, uma espécie de revisionismo nem tanto da “obra” de estreia e antes do Prefácio, conviria não descuidar desses aspectos, pois eles levam ao terreno do contraditório tão caro à atividade científica. Tais intérpretes visam interrogar as palavras de Antonio Candido como se estivessem diante de uma leitura generosa do livro de Sérgio Buarque de Holanda que, de fato, não era mais o impresso de 1936. Porém, foi em função daquele presente de 1967-1969 que se escreveu isso ou aquilo. Logo, cabe analisá-lo em sua complexidade sem desempenhar o papel de juiz. Afinal, se fosse esse o caso, os libelos acusatórios se aplicariam a tudo, pois não estamos todos defendendo representações?

Devido a essas questões, tenho utilizado a conferência na ESG como um documento “excepcional / normal”, porque, neste caso, também se aplica a ideia segundo a qual é imperioso que se tente descobrir quantas coisas as personagens sabiam em determinada circunstância, pois a informação ou a falta dela, via de regra, costuma ser a base para a ação ou a inércia humana.⁹²

Além das críticas ao regime político vigente no Brasil, a parceria acadêmico-intelectual de Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda se fez notar nas páginas da coleção HGCB. Foram duas as colaborações do professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFCL-USP, uma no tomo relativo ao período colonial e a outra naquele sobre a monarquia.

No primeiro caso, argumentou que os estudiosos da literatura tinham surgido ao tempo do Romantismo para descobrir como ela se formara no decorrer dos séculos e a buscaram com um pendor nacionalista acusando os colonizadores por tê-la abafado. Segundo esta avaliação aí residiriam os motivos pelos quais as letras na América portuguesa passaram a ser entendidas feito processo de abasileiramento que chegara à atualidade sob o signo do indianismo, visando exprimir uma realidade pré-cabralina ou, inclusive, anti-lusitana. Para Antonio Candido, isso era compreensível historicamente face à tomada de consciência no século XVIII, que acionou aspirações separatistas. Daí sua divisão entre as manifestações literárias um tanto desarticuladas de matriz cultista que teria existido em meados dos seiscentos até a metade da centúria seguinte;

⁹² Essas ideias foram propostas e discutidas com os professores Giovanni Levi e Renán Silva, durante as disciplinas, já mencionadas, que cursei com eles. Provavelmente existe, sobretudo do lado da micro-história, uma aproximação evidente com a ideia de *Agency*, mobilizada por Edward Palmer Thompson para refletir sobre as disposições, experiências e limites de homens e mulheres para agir. A propósito de escritos no quais se pode encontrar parte dessas reflexões, Cf. LEVI, Giovanni. *Antropologia y microhistoria: conversación con Giovanni Levi*. *Manuscrits*, Barcelona, n. 11, p. 15-28, enero 1993; SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica – brevíário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015; & THOMPSON, Edward Palmer. *Agency and choice – I (A replay to criticism)*. *The New Reasoner*, n. 5, p. 89-106, summer, 1958.

e, desta época ao terceiro quartel do oitocentos, os escritos arcádicos, publicistas e, enfim, românticos, quando então se poderia considerar uma literatura brasileira como sistema orgânico que fomentava a vida intelectual com obras de valores locais e universais.

Seu capítulo no projeto editado pela Difel seguia afirmando que os eventos formativos se ajustavam à tradição vinda de Portugal, adequando-a às condições do Novo Mundo, pois seus homens eram ou instruídos no Reino ou aos moldes de ensinamentos da pátria-mãe. Logo, suas atividades criativas se dirigiam a este público e se enquadravam em tarefas de cunho religioso ou administrativo, cujos escritos transfiguravam a natureza. E tudo isso por intermédio de respostas aos estímulos dos padrões estéticos da época, ou seja, o Barroco, que ajudava a promover esses ajustes entre os modelos europeus às conjunturas inéditas, caracterizado pelo crítico como dialética que esposava as formas, o viés metafórico e o arabesco culto.

Neste arco que ia do século XVII, ao pombalismo com sua busca por reformas políticas, econômicas e culturais, passava também pelos impactos das revoluções nos dois lados do Atlântico. Juntou-se a isto o nativismo e sua sede em superar o estatuto colonial e os monopólios metropolitanos, que veria suas demandas acomodadas, enfim, no Brasil joanino como espécie de “era” prenunciadora de uma emancipação irreversível. No transcorrer do estudo, Antonio Candido abordou muitos nomes e, entre eles, os de Simão de Vasconcelos, Vicente do Salvador, Antônio Vieira, Cláudio Manuel da Costa – lido como ponte entre velhas e novas correntes – e Santa Rita Durão – fiel ao modelo camoniano, mas que teria reatualizado a celebração da terra com o poema *Caramuru* (1781): deixa para que o oitocentos se voltasse à figura do índio.⁹³

Num segundo momento, a presença de Antonio Candido na HGCB seguiu exatamente no ponto em que havia terminado o capítulo da colaboração precedente, ou seja, na chegada da Corte em 1808 e, talvez, fosse um único texto só dividido por questões organizacionais do projeto. Logo, retomava seu raciocínio da fase joanina, para afirmar a posição proeminente do Rio de Janeiro como centro da vida intelectual. Seria a partir daí que as modas estrangeiras iriam aparecer rapidamente, inclusive alertando que a primeira história da literatura brasileira vinha de fora, dos escritos do francês Fernand Denis. Entretanto, o peso da tradição se fazia sentir, pois em sua argumentação, residia no próprio fundador do Romantismo, Domingos José Gonçalves de Magalhães, uma vontade literária arcádica. Deste último, em contato doutrinário e poético com a nova corrente, em Paris, é que teria vindo, de todo modo, a reforma no pensamento através de um grupo por ele reunido para criar a revista *Nitheroy* (1836). Tais

⁹³ Cf. SOUZA, Antonio Candido de Mello e. Letras e ideias no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade, (v. 2). São Paulo: Difel, 1960.

escritores, porém, não corresponderiam ao entendimento atual que se tinha da vertente romântica em face dos resquícios de Arcadismo que animavam seus gostos, embora cada vez mais alargados e distantes dos modelos portugueses devido às relações com outras literaturas.

Nas palavras de Antonio Candido, também da França vinham as inspirações para que se fundasse, no Império, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujos estudos não descuidaram da literatura, acomodando muitos dos integrantes do romantismo. O período Regencial, por sua vez, teria visto despontar a atividade jornalística devido aos flamejantes debates políticos, avaliando personalidades envolvidas, em especial, nesses dois terrenos, como Evaristo da Veiga e Justiniano José da Rocha. Todos os contextos em tela sinalizavam que a especificidade da escrita romântica estava no Indianismo, linha mestra que só poucos negavam e cuja poesia chegou a expressar a marca nacional por excelência, pois o antepassado português ficava em segundo plano diante das virtudes dos representantes autóctones.

Mas, segundo Antonio Candido – de volta aos românticos –, o ideal de escritores como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias consistia em adquirir as competências do etnógrafo e do linguista para transcender a lírica poética em benefício de uma vultosa epopeia. Seus insucessos, no entanto, não teriam causado dispersão, pois a moda literária havia encontrado um equilíbrio entre a tradição setecentista lusitana e a vertentes recém-chegadas do Velho Mundo, convertendo-se em fator de unidade para os símbolos diletos dos brasileiros, até a atualidade em que a HGCB publicava suas pesquisas e reflexões. José de Alencar seria o representante mor da novelística. Destacou em igual medida as narrativas de caráter social, em particular as de viés abolicionista, passando depois a Machado de Assis, que considerou a maior figura da literatura brasileira de que se tinha notícia, cuja força não residia na apresentação de novidades. Estaria, isto sim, no recurso às estéticas antigas para ironizar as novas. Por fim, acentuou o peso do Parnasianismo no disciplinamento da poesia ao mesmo tempo em que falou do traço superficial assumido por esta corrente, mais preocupada com o exibicionismo técnico, como voga duradoura e tirânica que teria comprometido o desabrochar do Simbolismo.⁹⁴

⁹⁴ Cf. _____. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967. Em minha dissertação de mestrado, busquei mapear as críticas recaídas sobre a coleção HGCB. Numa delas, sob o pseudônimo de Tristão de Athaide, Alceu Amoroso Lima questionou o pouco destaque à “obra” jesuítica na América portuguesa, fazendo isso respingar em Antonio Candido. O professor da USP foi então acusado de se referir só aos elementos literários e filosóficos das *Letras e ideias no Brasil colonial*, conforme o título de sua primeira colaboração. A briga de Amoroso Lima – já me referi a ela – se ligava às queixas nos debates do ensino obrigatório, laico e universal, que chegara nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart em programas defendidos por Anísio Teixeira, em 1958, para financiar só as instituições públicas, inflamando os ânimos de setores religiosos, militares e legendas partidárias. Entre estas estava a União Democrática Nacional (UDN) e Carlos Lacerda, em pessoa, que propôs um anteprojeto para deixar a escolha entre educação secular ou eclesiástica nas mãos das famílias. Acusado de incutir valores comunistas, Teixeira disse que agia dentro dos limites constitucionais, orientado pelas políticas da

Observei essas questões para mostrar o tipo de pauta das plataformas geracionais dos anos 1960. Dessa forma, antes de retornar à conferência da ESG, cabe mais um desvio de percurso, agora destinado ao empreendimento editorial publicado pela Difel. Meu objetivo segue buscando realçar quem era o Buarque de Holanda que estava diante dos militares. Mesmo porque, entre o surgimento do último livro inteiramente inédito de sua autoria, ou seja, a versão comercial da tese de cátedra, em 1959, e a data do convite do General Augusto Fragoso, em 1967, era essa atividade de pesquisa, alguns paratextos em “obras” que não as suas e aquelas próprias dos compromissos da docência na USP que ocupavam seu tempo de historiador.⁹⁵

7.4. História Geral da Civilização Brasileira – HGCB, 1960-1972

Como afirmei anteriormente, outra pausa se faz necessária antes de voltar à palestra buarqueana proferida em maio de 1967. Desta vez para considerar a materialização das linhas mestras, editoriais e historiográficas, da HGCB. Saliento que, em pesquisa anterior, eu apurei como agiram as redes de Sérgio Buarque de Holanda para a consagração final de sua autoria e “obra” no *post-mortem*, através de sociabilidades intelectuais que partiam e/ou convergiam para este projeto. Naquela quadra, procedendo às análises da coleção em si, mapeei o fato de que as homenagens póstumas o classificavam como figura indispensável entre os cânones dos estudos históricos e para o conhecimento da cultura brasileira. Tais falas se referiam, sobretudo, ao seu perfil dos anos 1960, tempo público do plano editorial impresso pela Difel e dos Prefácios escritos por Antonio Candido. Agora, porém, minha concentração será direcionada ao viés especular latino-americano dos nexos HGCBistas. Logo, buscarei explicar em grandes traços a sua proposta para esclarecer os termos da renovação de teses que veiculava, mas alargando a mirada de outrora, atenta ao Brasil, para refletir sobre esta perspectiva de pendor continental.⁹⁶

Para tanto, é preciso regredir a exatos seis anos do encontro de Sérgio Buarque com os militares. Isso porque, em maio de 1961, Wanderley de Araújo Pinho, seu ex-arguidor na FFCL-USP e catedrático de História do Brasil da Universidade da Bahia, enviava-lhe a resposta ao pedido pessoal e do convite feito pelo editor Monteil para que ele integrasse o empreendimento

Organização dos Estados Americanos (OEA) e da UNESCO para erradicar o analfabetismo e impedir que o acesso à escola prosseguisse como um privilégio. Sua postura foi apoiada por vários intelectuais e destaco alguns que se integrariam à HGCB, como Florestan Fernandes, João Cruz Costa, Egon Schaden, além de Antonio Candido etc.

⁹⁵ Após ingressar na FFCL, foram mais de vinte os seus escritos voltados, sobretudo, para prefaciando trabalhos de orientandos. Cf. o *Apêndice D – Principais paratextos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros*. No Capítulo 8 me ocuparei dessa produção, completando o quadro daqueles já considerados na Parte I.

⁹⁶ Com este procedimento, fecharei a discussão iniciada em torno do concurso de 1958, na Parte II, quando analisei os temas que eram caros ao planejamento da coleção HGCB e que tinham aparecido na prova escrita ou na defesa de tese. Sem falar que seu plano editorial se encontrava em curso e ligava alguns agentes daquela configuração.

vindouro da Difel. Tal solicitação se dirigia ao volume de abertura do período monárquico (o livro *Dispersão e unidade*), que prosseguia, segundo a carta enviada no dia 11 daquele mês, “em razão do êxito alcançado pelo primeiro tomo ‘O Brasil Colonial’”.⁹⁷

Encomendaram de Araújo Pinho o capítulo *Bahia, 1808-1856* e ele os relatava toda a sua aquiescência quanto à proposta, além de acatar o prazo (31 de julho de 1961).⁹⁸ Ademais, se dizia ciente das seguintes normas: o trabalho deveria ser inédito, circunscrito à quantidade de laudas indicadas, de modo que toda modificação desses termos deveria ser comunicada ao diretor do projeto; à narrativa era solicitado a fuga ao tom polêmico e/ou apologético, sempre no encaixe de um critério de *objetividade*; só se admitiria notas de pé de página caso fossem indispensáveis e resumidas; devido à ausência de rodapé, ao capítulo se deveria acrescentar referências subsidiárias ao tema, para a orientação bibliográfica geral do tomo; se possível, caberia ainda aos colaboradores o envio de material iconográfico (gravuras, retratos, mapas etc.) para ilustrar o volume; e seria preciso consentir que o coordenador da coleção mexesse no texto para uniformizar o seu conjunto, fosse por ajustes, acréscimos ou até cortes.⁹⁹

Ali também se anunciara que a ideia consistia em se estender ao menos até 1889, mas sempre atento à demanda nas vendas. Neste sentido, talvez já começasse a ficar nítido nos planos de Sérgio Buarque aquilo que depois se configuraria, ou seja: uma estrutura interna dividida nos eixos da Colônia, do Império e da República brasileira, muito embora sua direção se restringira aos sete primeiros impressos, pois se manteve oficialmente à testa da HGCB até 1972, quando findaram as publicações sobre a dinastia tropical.¹⁰⁰ A partir daí, Boris Fausto, seu ex-orientando e doutor em História desde 1968 pela USP, a assumiu, responsabilizando-se pelos quatro livros destinados ao Tomo III (O Brasil Republicano). Foi isso que levou a coleção

⁹⁷ Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1524.030 | Âmbito e conteúdo: Cartas, tratando da publicação do capítulo “A Bahia” de autoria de Wanderley Pinho, no tomo IV [sic] da História Geral da Civilização Brasileira. | Série: Correspondência. Produtor: José Wanderley de Araújo Pinho. São Paulo, 11 maio. 1961 a 18 dez. 1963. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) [grifos meus].

⁹⁸ Esse texto se confirmou, mas se pode inferir que o não cumprimento dos prazos por Wanderley de Araújo Pinho e outros nomes atrasaram a publicação, pois esta saiu só em 1964. Cf. Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 481 – Carta de Wanderley Pinho a SBH enviando a parte final dos originais de um capítulo do trabalho e pedindo que devolvesse as provas para correção. Rio de Janeiro, 31 out. 1963. as. Wanderley Pinho. 1p. Cp 259 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*; & PINHO, José Wanderley. Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Dispersão e unidade (v. 2). São Paulo: Difel, 1964.

⁹⁹ Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1524.030, op. cit., 11 maio. 1961 a 18 dez. 1963. IHGB. Friso que todos esses papéis relativos à HGCB entre os documentos pessoais de Araújo Pinho são inéditos e eu não os dispunha ao longo do mestrado, pois só os descobri no Instituto depois que defendi minha dissertação, ao fazer as pesquisas arquivísticas deste doutoramento. Em particular quando eu buscava os eventuais registros dos membros que compuseram a banca de provimento da cátedra da FFCL-USP, de modo a igualmente encontrar aí os rascunhos de Hélio Vianna. Logo, seu uso vem reforçar minha volta a este objeto de estudo seja porque confirma muitas daquelas conclusões, sob novos prismas, seja pelos motivos que expus no corpo do presente texto.

¹⁰⁰ Nessa fase, foram editados os volumes: *Do descobrimento à expansão territorial & Administração, economia, sociedade*, do Tomo I e ambos em 1960; *O processo de emancipação* (1962), *Dispersão e unidade* (1964), *Reações e transições* (1967), *Declínio e queda do Império* (1971) & *Do Império à República* (1972) do Tomo II.

a somar onze volumes no seu término, em 1984.¹⁰¹ Porém, agora, é possível inferir: o plano só deve ter sido levado a este estágio devido ao sucesso comercial dos títulos precedentes.

Pioneira em traduzir para o português obras voltadas às Ciências Sociais e Linguística, tal qual o FCE fazia nos países latino-americanos de língua espanhola, a *Livraria Francesa*, fundada na cidade de São Paulo por Paul Jean e Juliette Monteil após a Segunda Guerra, em 1946, juntava nessa ênfase a importação de livros e revistas no idioma que a denominava e era a nacionalidade do casal. Assim, teria atraído uma gama variada de intelectuais e chegou a ser frequentada por muitos professores da USP, que atestavam o êxito dos negócios responsável pela criação da Difel, em 1950, quando seu sucesso levou à abertura de uma filial no Rio de Janeiro, então capital do país. Por isso, não é de se espantar que bastou cerca dez anos para que sua marca figurasse em pouco tempo entre as maiores casas editoriais do país, mesmo com um olhar dirigido, em princípio, ao público acadêmico, frequentador de seus estabelecimentos.

Seu catálogo continha as traduções do francês para o português da *História Geral das Ciências* (HGCiências) e da *História Geral das Civilizações* (HGC), que inspiraram o formato da versão brasileira, a HGCB. Além disso, a partir de 1954, a Difel passou a fazer o mesmo com a coletânea *Que sais-je?* – publicada em Paris pela *Presses Universitaires de France* (PUF) – e, quase em simultâneo ao plano HGCBista, organizou outro projeto semelhante a este, mas para publicar, na íntegra, teses e dissertações de destaque vindas da sociologia uspiana.¹⁰² Seu título: *Corpo e Alma do Brasil*.¹⁰³ Curiosamente, este fora o título utilizado por Sérgio Buarque em um artigo saído na revista *Espelho*, numa espécie prévia de sua “obra” de estreia.¹⁰⁴

Contudo, do ponto de vista editorial, diferindo da prática interessada em temas nacionais nas mais variadas áreas do conhecimento e cujas edições contavam, em sua maior parte, com o formato de textos individuais, no caso da HGCB o campo de estudos privilegiado reportava, especificamente, à História, e a autoria de seus volumes era composta em forma de coletânea: algo bem inovador para o mercado brasileiro do período.¹⁰⁵

¹⁰¹ Sob a gerência de Boris Fausto, foram impressos os volumes: *Estrutura de poder e economia (1889-1930)*, publicado em 1975; *Sociedade e instituições (1889-1930)*, em 1977; *Sociedade e política (1930-1964)*, em 1981; & *Economia e cultura (1930-1964)*, em 1984. A cronologia buscou não ultrapassar o golpe de 1964, mas, em entrevista posterior, Fausto disse que alguns colaboradores “transgrediram” o recorte, avançando os anos 1970.

¹⁰² Seus organizadores eram Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

¹⁰³ Tal denominação teria sido proposital para homenagear Buarque de Holanda. PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileiras” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989, p. 408.

¹⁰⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Corpo e alma do Brasil*. Ensaio de psicologia social (publicado originalmente na Revista *Espelho* – RJ, mar. 1935). In: MONTEIRO; EUGÊNIO (orgs.), op. cit., 2008. Note-se os termos do subtítulo. Ele faz referência ao ensaísmo e expressa o entendimento que se tinha sobre as mentalidades.

¹⁰⁵ Outras duas coleções de muito destaque ainda naquele momento eram as já citadas *Brasiliãna*, de Companhia Editora Nacional; e a *Documentos Brasileiros*, da Livraria José Olympio Editora – LJOE. Sobre as primeiras fases delas, Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e historiadores na coleção *Brasiliãna*: o presentismo como

Por isso, representou uma importante parcela da *cultura escrita* e, em especial, *historiográfica*, dos processos de reconfiguração dos cânones de especialização acadêmica, juntando-se aos intentos de igual natureza fomentados, desde 1944, por sua congênere em língua espanhola, ou seja: a *Tierra Firme*, do FCE. E isso menos pelo formato e mais pelos objetivos. Tanto que se observa um planejamento (a ideia da coleção editada pela Difel), o lugar que passa a concentrar seus colaboradores e esforços (a USP e, sobretudo, a FFCL), o *modus operandi* investigativo dileto (aquele produzido na esfera universitária, que redundavam na modernização dos estudos latino-americanos) e os seus resultados (a projeto HGCBista em si). Sobre as inovações propostas, convém listar a encomenda de temas específicos e o seu desenvolvimento em uma quantidade ínfima de páginas, circunstância que gerou muitas dúvidas no seio da intelectualidade quanto ao sucesso e concretude do empreendimento, que funcionavam como espécie de termômetro das disputas pessoais e institucionais.

Adicionalmente, sendo os seus participantes em sua maioria vinculados às instituições de ensino superior e não só aos Institutos Históricos ou Academia de Letras, os escritos que legaram compreendiam a publicações inéditas – em geral fruto de suas pesquisas –, sem corresponderem à tradução alguma ou ao resgate de obras raras como na *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, ou, por vezes, na *Documentos Brasileiros*, da LJOE. Tampouco se tratava da impressão completa de dissertações e teses, a exemplo da *Corpo e Alma do Brasil*, também publicada na Difel. Logo, a coleção HGCB reformulava o *campo* criando uma agenda de estudos alinhada com o que de mais recente existia em termos historiográficos.¹⁰⁶ Tamanha notoriedade não poderia passar despercebida pelos militares do setor de Ensino da ESG.

E eis que, de volta a maio de 1967, mês pleno de representações à trajetória buarqueana por enfrentar a plateia fardada, Warren Dean, então professor da University of Texas (UT), escreveu na *Hispanic American Historical Review* uma resenhada da HGCB que, até o referido ano, publicara seus cinco primeiros volumes.¹⁰⁷ A presença de uma atenção dessa monta na prestigiada revista evidenciava a importância que a iniciativa editorial vinha adquirindo como referência para os estudiosos da História. Ao longo de seu texto, Dean direcionou sua análise à

perspectiva? In: _____ (org.). *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013; & FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2006.

¹⁰⁶ Cf. FURTADO, op. cit., 2016; & VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 05-23, jan./jun. 2013. Neste artigo a ideia de *campo* utilizada, que torno a acatar, foi a de Pierre Bourdieu e remete ao universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e/ou difundem a arte, a literatura e/ou a ciência. Ao obedecer a regras sociais mais ou menos específicas, constitui-se de forma relativamente autônoma, pois detém leis próprias.

¹⁰⁷ Para rever quais foram os títulos saídos nos limites daquela data, Cf. a nota 100.

obra *Dispersão e unidade* – a mesma em que escrevera Araújo Pinho –, enfatizando três capítulos: o do diretor do projeto, o de Fernando Henrique Cardoso e o de Francisco Iglésias.

Elogioso, destacou o fato desses autores terem conjugado aspectos econômico-sociais e concluiu que a HGCB deveria ser classificada entre as melhores contribuições à História latino-americana.¹⁰⁸ Tal vinculação, soava inesperada e concorre aqui para se refletir sobre esse novo elemento dos laços continentais já tecidos, entre outros exemplos, na tradução de *Raízes do Brasil* para o espanhol, em 1955, ou no curso ministrado no Chile a convite do CIHA, em 1963. Surpreendia, ainda, pois era mais comum a inclusão do empreendimento da Difel junto às *brasilianas*, ou seja, aos esforços editoriais que tinham o Brasil como principal objeto de estudo.

Mal poderia saber o professor da UT que os capítulos da HGCB igualmente sofreram com as instabilidades tão corriqueiras à “obra” de estreia buarqueana, inclusive no caso que ele citava. Ajustados desta vez quanto aos temas e autores, é interessante observar que, talvez em face de tantas recusas recebidas pelos organizadores, o nome de Fernando Henrique, da FFCL-USP, não estava previsto no plano original.¹⁰⁹ Em seu lugar, para escrever o texto *Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, indicava-se Augusto Meyer, então diretor do INL – no qual trabalhara Sérgio Buarque nos anos 1940 – e membro da comunidade de leitores de *Visão do Paraíso*.¹¹⁰

Ademais, outras mudanças se fizeram sentir nos títulos e colaboradores que finalmente integraram o volume da coleção publicada pela Difel. Entre as mais significativas, constavam as alterações na chamada do capítulo *A herança colonial, sua liquidação*, do próprio Sérgio Buarque de Holanda, que passou a ser denominado *A herança colonial – sua desagregação*,¹¹¹ e na troca de Hidelbrando Accioli, diplomata aposentado, pelos nomes em coautoria de Olga Pantaleão e Pedro Moacyr Campos, que aceitaram escrever o capítulo *O reconhecimento do Império* para o impresso de abertura do Tomo II. Com essas considerações, é possível se voltar

¹⁰⁸ O interesse de Warren Dean pela América Latina teve início quando se pós-graduou nos anos 1950 com uma pesquisa sobre Cuba, mas cuja revolução fechou a ilha aos estadunidenses. Por isso, voltou-se ao Brasil, sobre o qual publicou, entre outros, um estudo que se tornou referência para a História Ambiental: DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Recebi a pista desta área de especialidade como fomentadora de apropriações dos livros *Caminhos e fronteiras & Visão do Paraíso*, através da professora Maria Verónica Secreto (UFF), reforçada pelo estudante Filipe Oliveira na disciplina que ministrei em 2014-2. Agradeço aos dois por esta observação.

¹⁰⁹ Cf. Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1524.030, op. cit., 11 maio. 1961 a 18 dez. 1963. IHGB. Aproveito para reforçar que as análises do giro latino-americano não estavam no horizonte da minha dissertação de mestrado, em face dos motivos que externei ao longo deste Capítulo e, em especial, em sua nota de número 5.

¹¹⁰ Vale frisar, aliás, uma de suas críticas à época, pois ela se dirigiu ao apontamento de que o tema da mitologia indígena havia sido tratado pioneiramente, em 1945, por Egon Schaden, orientado por Emílio Williems quando este era o professor da disciplina de Antropologia da FFCL-USP, ainda não autonomizada como cátedra. Se Buarque de Holanda acolheu esta recepção ou a ignorou sumariamente, é difícil assegurar. Contudo, o fato é que Schaden foi incorporado entre os autores da coleção e no mesmo número resenhado por Warren Dean. Cf. SCHADEN, Egon; PEREIRA, João Batista Borges. Expedição antropológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967.

¹¹¹ Logo abordarei esse texto, posto que estruturador das teses defendidas em toda a fase buarqueana da HGCB.

aos nexos das atividades buarqueanas à frente da HGCB e da cátedra na USP porque os dois últimos agentes se ligavam de forma institucional efetiva à FFCL.

Em particular Moacyr Campos, pois era doutor e livre-docente, fora um dos tradutores da citada coleção HGC – convidado para liderar esta tarefa pelo coordenador da iniciativa, seu ex-orientador e catedrático de História Antiga e Medieval, Eurípedes Simões de Paula – e viria a assistir Buarque de Holanda em outro projeto, a saber, a própria coleção HGCB.¹¹² Ademais, importa dizer que Campos, provavelmente, estava à par dos argumentos que o diretor deste último plano editorial vinha desenvolvendo e que expressara nas etapas do concurso de 1958. Além disso, ele deve ter integrado a plateia de defesa da tese *Visão do Paraíso* ou, no mínimo, pode ser incluído entre seus quadros receptivos, mesmo que, a princípio, não tivesse feito uma resenha no sentido formal do termo. Afirmo isso porque, em uma de suas produções intelectuais, Pedro Moacyr Campos propôs um balanço historiográfico sob muitos aspectos próximos ao que Sérgio Buarque de Holanda publicou sob o título de *O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos* (1951). O estudo, aliás, cita uma versão desse texto publicada na Argentina – no ano em que o seu autor ingressou definitivamente na FFCL-USP – e repete assuntos que ecoaram no salão nobre da universidade ao tempo das arguições.¹¹³

Tratava-se do capítulo *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*, que integrou a coletânea *Iniciação aos estudos históricos*, volume organizado por Jean Glénisson, complementar da HGC e impresso pela Difel, em 1961, que também contou com Emília Viotti da Costa.¹¹⁴ As semelhanças entre esta reflexão e as buarqueanas iam desde o posicionamento

¹¹² Pedro Moacyr Campos se doutorou em 1945 com a seguinte tese: *Alguns aspectos da Germânia Antiga através dos autores clássicos*. Em sua banca examinadora estavam: Eurípedes Simões de Paula (Presidente), Jean Gagé, Pierre Monbeig, Pedro de Almeida Moura e Alfredo Ellis Júnior. A livre-docência veio em 1950, com o trabalho: *A idealização de Roma e a sua aceitação pelos cristãos*, sob as arguições de Simões de Paula, que seguiu como seu orientador, Ellis Jr., Fritz Pinkuss, Giulio Davide Leone e Eremildo Luiz Vianna. Este último título o habilitou como Professor Adjunto, responsável pela área de História Medieval. Notícia informativa. *Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974)*. CAPH-FFLCH da USP, p. 829 & 832. Ademais, ele seria um dos maiores colaboradores de toda a coleção, com 5 textos (dois em coautoria) e atrás apenas do próprio Sérgio Buarque de Holanda, com 34, e de Arthur Cezar Ferreira Reis, com 10. Os capítulos foram: CAMPOS, Pedro Moacyr. As instituições coloniais: antecedentes portugueses. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Do descobrimento à expansão territorial (v. 1). São Paulo: Difel, 1960; _____. HOLANDA, Sérgio Buarque de. As etapas dos descobrimentos portugueses. In: HOLANDA (org.), op. cit., (v. 1), 1960; CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). São Paulo: Difel, 1962; _____. PANTALEÃO, Olga. O reconhecimento do Império. In: HOLANDA (org.), op. cit., (v. 1), 1962; CAMPOS, Pedro Moacyr. Brasil-Alemanha. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Declínio e queda do Império (v. 4). São Paulo: Difel, 1971.

¹¹³ Cf. a descrição a respeito de 1958 junto ao *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

¹¹⁴ Jean Glénisson era historiador e arquivista francês, formado pela École nationale de Chartres, que atuou na FFCL-USP como professor Visitante (1957-1958), contratado para o curso de *Introdução aos estudos históricos*, a partir do qual deve ter surgido a ideia do livro. Ele foi ainda responsável por estruturar a área de Metodologia e

dos estudos de Capistrano de Abreu como marco divisor de águas na historiografia nacional, às publicações de Alcântara Machado, Affonso Taunay, Alfredo Ellis Júnior como referências no uso de fontes que tinham sido divulgadas ineditamente, somado ainda às alusões aos nomes de Roberto Simonsen, Pedro Calmon, Octávio Tarquínio de Sousa, Caio Parado Júnior etc.

As proximidades classificatórias e interpretativas não paravam aí. Tanto em 1951, no artigo de Sérgio Buarque, quanto dez anos depois, neste capítulo de Pedro Moacyr, o diagnóstico derradeiro era, na prática, o mesmo: a criação das Faculdades de Filosofia em São Paulo, em 1934, e no Rio de Janeiro, em 1935, fora o passo essencial para um novo momento. Em ambos os casos, deu-se destaque para as produções que frutificaram a partir destes ambientes, com ênfase para a presença de Alice Piffer Canabrava nos dois balanços, além da menção honrosa aos mestres franceses que ajudaram nos projetos acadêmicos: Fernand Braudel, Henri Hauser, Eugène Albertini, Jean Gagé etc.

Campos estava de acordo, aliás, com as pesquisas de Antonio Candido, para o qual – já destaquei – a exaltação ao elemento indígena se constituiu como um verdadeiro corolário das leituras nativistas dos escritores, sobretudo naquelas dos românticos, ou nos historiadores do IHGB, por vezes coincidindo nos mesmos indivíduos. No tocante às reverberações do concurso de 1958, o professor livre-docente escrevia que as peculiaridades do passado brasileiro não poderiam ser usados para isolar sua História em cortes políticos ou geográficos inviabilizadores de enquadramento inteligível, uma vez que o país se situava no complexo amplo da civilização ocidental. Não porque devesse ser de pronto associado só com portugueses ou com a Ibéria, pois, em sua análise, estes guardavam mais sentidos com a era colonial. Logo, defendia que fora “a Europa, e não Portugal sozinho”, que fornecera os fundamentos de grande importância à nação. Isso porque os argumentos de vigor, dominantes na matéria, insistiam “que a história não se manifesta[va] apenas no campo concreto”, sendo este uma expressão do pensamento.¹¹⁵

O resultado ao qual chegava Moacyr Campos nessas considerações era condizente com o processo em curso: sem ignorar os estudos de caráter etnográficos, não enveredava pelo viés pré-cabralino justamente porque consistia em uma época para delimitar os limites disciplinares. Mas, em paralelo a isso, ele valorizava o seu próprio domínio específico na medida em que usou a questão supracitada para abordar a ideia segundo a qual a história brasileira fincava suas

Teoria da História da instituição brasileira. Notícia informativa. *Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974)*. CAPH-FFLCH da USP, p. 827.

¹¹⁵ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean (org.). *Iniciação aos estudos históricos*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1979, p. 250-251. Uma versão preliminar deste texto havia sido publicada antes do lançamento do livro, em 1961, pois saiu na *Revista de História* da USP, no volume 22, do número 45 daquele ano, tendo Campos frisado, em nota, que o estudo logo constaria na coletânea.

raízes formativas na Idade Média europeia. Daí é que teria vindo a *mentalidade* do Brasil – o termo foi dele –, presente nas instituições, na religião, nas artes, de modo que conceder primazia somente às esferas político-econômicas para avaliar o passado seria limitador. Ora, não tinha sido esse o argumento buarqueano na defesa de tese no combate de um suposto olhar estanque?

Assim, face aos estabelecimentos acadêmicos e definições dos programas de estudos, *Visão do Paraíso* era um texto sintomático desse *status quo* indeciso entre amplas perspectivas, especialização universitária e emergência de agendas particulares de cada área. Isso porque, embora fosse aprovado para o provimento da cátedra, visto como “preso” às fontes ibéricas do período colonial para apreender as projeções da imagem edênica na América portuguesa, suas páginas tocam, em realidade, várias temporalidades e geografias, por investigar um tópos.

No fecho do capítulo *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*, é essa a leitura de Pedro Moacyr Campos, pois ele reservou tal lugar de destaque, como ponto de chegada, a Sérgio Buarque de Holanda, ao afirmar que as inquietações intelectuais de sua “obra” davam “ao país um belíssimo lugar na história das aspirações de todo o mundo ocidental, quiçá da humanidade. Não deixa[ndo] de ser simbólico o fato de ter ele partido de um exame das *Raízes do Brasil*, em 1936, para chegar à *Visão do Paraíso*, em 1959”, rompendo o isolamento porque atento a um “ideal verdadeiramente humano, universalmente humano”.¹¹⁶

Com efeito, pode-se inferir que o historiador recém-ingresso na FFCL-USP começava a trilhar mais um percurso de sua trajetória intelectual e a perceber a ressonância das teses que vinha defendendo dentro do espaço universitário. E como nem tudo se encerra em seu arquivo pessoal, conforme tenho buscado demonstrar, dada a ausência de referências diretas a Pedro Moacyr entre seus papéis, é possível que os contatos deles tenham se estabelecido a partir da quadra uspiana e circulado, sobretudo, em suas dependências. Nestas, a troca de ideias deve ter sido imensa. Da mesma forma que ocorreu, sem dúvida, entre o catedrático de História da Civilização Brasileira e Emília Viotti da Costa, que colaborou nesse livro organizado por Jean Glénisson no qual se inseriu o capítulo feito pelo livre-docente em História Medieval.

Conheceram-se por esses anos, quando Buarque de Holanda começou a orientá-la no doutorado, com a tese: *Escravidão nas áreas cafeeiras. Aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista*, embora ela fosse Professora Assistente da pasta de História Moderna e Contemporânea, cujo catedrático era Eduardo d’Oliveira França, o que deve ser incluído no cipoal de divisões temáticas e disputas no campo acadêmico. Ocorre ainda que, do meio para o fim da pesquisa e da redação que passava das mil páginas, já tendo

¹¹⁶ Idem, p. 292-293.

Viotti da Costa se demitiu do posto que atuava, seu orientador e ela decidiram submeter o estudo no concurso de livre-docência em História da Civilização Brasileira. Assim, junto de Sérgio Buarque, estiveram na banca os professores Eurípedes Simões de Paula, Brasil Pinheiro Machado, José Wanderley de Araújo Pinho e Francisco Iglésias, que substituíam a professora Alice Piffer Canabrava cuja ausência se devia à sua viagem para um congresso no Chile.¹¹⁷

Mas aceitaram a inscrição de Emília Viotti da Costa com base em suas atividades no ensino secundário e superior, nas publicações e formação profissional no Brasil e na França, onde foi estagiária por um momento nos Archives nationales. Foi o mesmo período em que frequentou aulas de Braudel no Collège de France e, como bolsista, o curso de Ernest Labrousse na EPHE, no qual, às vezes, teria aparecido Lucien Febvre. A defesa ocorreu após o golpe de Estado, em novembro de 1964, apesar dela não possuir o título de doutora, exigência que só teria incomodado a Simões de Paula.¹¹⁸ O que mostra, novamente, a flexibilização das regras do jogo na área da História, cuja institucionalização disciplinar ainda se estabelecia.

O cerne do trabalho se voltava para as transições históricas da segunda metade do século XIX e a decadência das antigas ordens econômicas e sociais do mundo rural *vis-à-vis* ao urbano. Daí a escolha recaída sobre São Paulo, que iniciava a sua escalada como Província de maior pujança do Império, e, nesta, especialmente detida sobre a sua produção cafeeira. Isso porque a região evidenciava a existência de dois modelos distintos, ou seja: o cultivo tradicional, que tinha por base o comércio atlântico de escravos, sendo o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, exemplar; e aquele que ela própria visava desenvolver como sistema moderno, capitalista, mas que então combinava trabalhadores livres, sobretudo os da Europa, e os sujeitos escravizados que vinham, em particular, do Nordeste brasileiro no processo de tráfico interno.

Publicada em 1966 com o título: *Da senzala à colônia*, como o volume 19 da coleção *Corpo e Alma do Brasil*, da Difel, a tese foi reduzida à metade de seu tamanho original. Mesmo

¹¹⁷ Cf. BASSETTO, Sylvania. Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos (Entrevista com Emília Viotti da Costa). *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 17, p. 16-29, jun. 1999. Como desdobramento da pesquisa do mestrado, estas circunstâncias contribuem para iluminar um pouco mais as relações da Difel com a USP. No caso de Emília Viotti da Costa, mesmo não possuindo tais dados sobre a coletânea de Jean Glénisson quando defendi a dissertação, em 2014, discuti o fato dela ter sido cotada para dar continuidade ao projeto da HGCB quando Buarque de Holanda não quis prosseguir com os títulos acerca do período republicano. Ainda quanto ao depoimento referenciado, vale frisar dois aspectos por ela destacados: I – que, antes de 1958, o “setor mais fraco” da FFCL era o da História da Civilização Brasileira sob Alfredo Ellis Júnior, que estaria muito “alquebrado”, limitando-se a ministrar cursos baseados em “seus livros, que na maioria versavam sobre São Paulo” (p. 17); & II) que a sua geração estava em vias de “descobrir a América Latina. [...] A realidade, tal como eu a via, reverberava na obra de um Pablo Neruda, de um Siqueiros, de um Portinari, de um Villa-Lobos, de um Ciro Alegria, de um Jorge Amado, de um Graciliano Ramos, de um Celso Furtado” (p. 21-22). Claro que essas questões devem ser matizadas devido aos problemas da memória e ao destino social que a própria autora teve. Mas, se for considerado o evento no Chile, em 1963, seus desdobramentos e/ou a perspectiva da coleção HGCB, é possível encontrar aí alguns pontos pacíficos.

¹¹⁸ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa (1928-2017). *História econômica & história de empresas*, São Paulo, v. 20 n. 2, p. 511-522, jul./dez. 2017.

assim, serviu para fornecer um quadro inédito sobre a temática no Brasil, buscando superar a visão reinante de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, e juntando-se, desse modo, às pesquisas da sociologia uspiana, com destaque para dois orientandos de Florestan Fernandes, a saber, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que se doutoraram em 1961, respectivamente com os trabalhos: *O negro na sociedade de castas & Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*.¹¹⁹

Com a livre-docência, Viotti da Costa se tornou Professora Adjunta na área, em 1964. Contudo, isso não durou muito, pois, em 1968, ela foi uma das pesquisadoras expulsas da USP pela ditadura, assim como Ianni, também afastado pelo AI-5, e Cardoso, que, sob ameaça, exilou-se no Chile. O regime cassava quem pudesse ser considerado marxista à época e, neste sentido, acabava tirando da universidade todos aqueles que desmontavam a ideia da *democracia racial* ali sedimentada como sendo uma tese, sobretudo, de Freyre.¹²⁰ No caso de Emília Viotti da Costa, o episódio a levou a deixar o país dois anos depois. Foi para os Estados Unidos, passando a atuar em várias instituições até que, em 1973, conseguiu se tornar titular na Yale University, em New Haven – ironia do destino –, no estado de Connecticut, onde passou a lecionar História da América Latina e continuou seus estudos sobre o universo escravista.

Tanto que outro livro de sua autoria nesta direção foi: *Da monarquia à república: momentos decisivos* (São Paulo: Grijalbo, 1977). Seu argumento adota as teses HGCBistas que interrogam os marcos de 1822 e 1889 como transformadores das estruturas sociais – que logo aprofundarei –, a exemplo dos sentidos que lhes tinha dado Buarque de Holanda em Santiago do Chile (1963), quando a pesquisa de sua orientanda se encaminhava para a banca de livre-docência. Convém registrar, ademais, que as publicações de Viotti da Costa seguem muito referenciadas e uma rápida passada de olhos sobre os trabalhos atualmente detidos em temas da escravidão permite observar o notável espaço ocupado pela historiadora.¹²¹

¹¹⁹ Ambas as teses, precedendo a de Emília Viotti da Costa, também foram publicadas no mesmo empreendimento editorial, mas no ano seguinte às suas defesas. Cf. IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. Coleção “Corpo e Alma do Brasil” (v. 7). São Paulo: Difel, 1962; & CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Coleção “Corpo e Alma do Brasil” (v. 8). São Paulo: Difel, 1962.

¹²⁰ Uma investigação com este tema, aliás, chegou a ter sua verba cortada. Cf. MOTTA, op. cit., 2014.

¹²¹ Segundo o professor Jean Hébrard, a leitura das fontes por Emília Viotti da Costa acabou criando a agenda acadêmica das décadas seguintes, embora os interesses dela e os de Fernando Henrique Cardoso ou Octávio Ianni se voltavam antes para o modo de produção do que às condições de existência do escravizado. Afinal, temiam personificar a história retornando às vertentes passíveis de abrandar a desigual relação de forças entre os estratos senhoriais e os de escravos. No entanto, seria esta mesma historiografia marxista, em sua apropriação britânica, porém, que despertaria a atenção, no Brasil, pelos sujeitos em si. Assim, utilizou-se como paradigma as preposições elaboradas por Edward Palmer Thompson em seus trabalhos sobre a classe operária inglesa e a ideia de *Agency*, em especial a partir das pesquisas de Sílvia Hunold Lara. Portanto, se em Thompson a ousadia repousava sobre a tese de que os trabalhadores possuíam vontades conscientes, entre os estudos brasileiros a respeito da escravidão a novidade residiria em denunciar aquilo que se passou a entender como cegueira dos historiadores. Isso porque

Se isto não representa, necessariamente, concordância, ao menos indica que suas pesquisas seguem com o *status* de elementares. Cabe salientar ainda que o título de 1977 lembra o de Sérgio Buarque de Holanda, em *Do Império à República* (1972), até porque um de seus capítulos, o sétimo, reproduz o texto que ela teve incluído na HGCB.¹²²

Já tive a oportunidade de esclarecer que o planejamento desta última coleção tinha uma diretriz inegavelmente contrária ao convite de intelectuais que, por ventura, endossassem as ideias de Freyre.¹²³ Desse modo, fazia todo o sentido a presença de Viotti da Costa para além do fato de ele ter sido orientanda de Sérgio Buarque no doutoramento logo convertido em tese de livre-docência. Convém reiterar que todo esse pendor crítico às análises mais comumente aceitas sobre a escravidão, juntava-se a leitura da HGCB como integrante dos estudos latino-americanos, conforme o debate aqui iniciado na resenha de Warren Dean.¹²⁴

Considerando o grupo que enfim ia se reunindo para compor o quadro de colaboradores dos volumes publicados pela Difel, nos quais se incluíam quase todos os nomes vistos nesta seção desde o balanço historiográfico de Moacyr Campos (1961) até a conferência que Buarque de Holanda estava proferindo na ESG (1967), era como se esta coleção e seu diretor quisessem passar a ideia de que não era preciso mirar exclusivamente a Europa em prejuízo da América. Fossem as suas partes consideradas em seu conjunto ou os seus processos descortinados por intermédio das pesquisas especializadas, o fato é que um novo programa se anunciava.¹²⁵

buscavam mostrar que existiam várias modalidades de resistência, fossem elas sutis ou em lutas abertamente declaradas. HÉBRARD, Jean. L'esclavage au Brésil: le débat historiographique et ses racines. In: _____ (org.). *Brésil: quatre siècles d'esclavage. Nouvelles questions, nouvelles recherches*. Paris: Karthala & CIRESC, 2012. Quanto ao afastamento dela pelo AI-5, durante a arguição, entre outras preciosas colaborações já incorporadas aqui, a professora Laura de Mello e Souza me disse que Viotti da Costa foi delatada por Pedro Moacyr Campos.

¹²² Cf. COSTA, Emília Viotti. O escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967. A respeito aliás, do AI-5, Viotti da Costa afirmou que, para as vítimas de Vargas, “a história parecia estar se repetindo. Dentro de alguns anos, dizia-me Sérgio Buarque de Holanda, profeticamente, todos os aposentados serão chamados de volta, e estarão reintegrados nos seus cargos. De fato, isso aconteceria anos mais tarde [...]. A primeira vez em que fui aos Estados Unidos foi em 1970. Michael Hall, que lecionava em Tulane [New Orleans] [...], estava de licença e indicou o meu nome para substituí-lo”. COSTA *apud* BASSETTO, op. cit., 1999, p. 25.

¹²³ FURTADO, op. cit., 2016, p. 210-212.

¹²⁴ Somada às informações acerca da trajetória deste historiador estadunidense que prestei na nota de número 108, vale sublinhar ainda que Warren Dean (1932-1994) era natural de Passaic, New Jersey (Florida). Fora graduado em História pela University of Miami, em 1953; Mestre e Doutor na mesma área, em 1961 e 1964, pela University of Florida. Ao tempo da publicação de sua análise da um dos volumes da coleção HGCB, lecionava na University of Texas (UT) e, mais tarde, ele próprio viria a participar dela, no Tomo III: *O Brasil Republicano*. Cf. DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. III). Estrutura de poder e economia, 1889-1930 (v. 1). São Paulo: Difel, 1975. Para outros dados biográficos, Cf. o nº 93 / 1 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

¹²⁵ Além dos textos de Warren Dean, de Pedro Moacyr Campos e da própria Emília Viotti da Costa referenciados, este era igualmente os casos de: PAULA, Eurípedes Simões. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA (org.), op. cit. (v. 1), 1962; dos sociólogos da vertente marxista no estudo da escravidão, tais como: CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*: (t. II). Dispersão e unidade (v. 2). São Paulo: Difel, 1964; & IANNI, Octávio. O processo econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA (org.), op. cit. (v. 3), Difel, 1967 etc.

Vale dizer, ainda, que juntamente com Florestan Fernandes, Buarque de Holanda, Laudelino Teixeira de Medeiros e Thales de Azevedo foram os arguidores de Fernando Henrique, em 1961.¹²⁶ Isso ajuda, de um lado, a tornar mais compreensível a entrada dele nos planos narrativos da HGCB no lugar de Augusto Meyer e, de outro, joga novo feixe de luz sobre os encaminhamentos dos debates deste projeto editorial. Ou seja, à medida em que as orientações de trabalhos acadêmicos, participação em bancas, eventos etc. iam acontecendo junto com as mudanças sociais em curso, a coleção ia adaptando e atualizando as suas pautas com o fito de responder melhor aos anseios do público universitário.

No mesmo período da defesa da livre-docência de Emília Viotti da Costa e no ano seguinte à publicação da quarta edição-versão de *Raízes do Brasil*, com o Prefácio de Antonio Candido (1963) – que já estabelecia o anúncio do uso inédito de Max Weber no país –, outra orientanda de Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, defendeu sua tese de doutorado, intitulada *Homens livres na velha civilização do café*. Seus argumentos, ousados à época, buscavam fundamentar a ideia de que propriedade fundiária colonial estava intimamente relacionada com o desenvolvimento da matriz de trabalho livre na Europa, plasmando escravidão e mundo capitalista. Segundo ela, formava-se aí uma *unidade contraditória* que, na contramão das falas de alguns historiadores, não poderia ser vista como uma economia tradicional, pois integrava a expansão dos mercados diferenciando-se dos processos da Antiguidade, nos quais essas esferas não tinham laços necessários e até se autonomizavam.

Para tanto, ela se baseava nos trabalhos de Weber então publicados em espanhol e inglês, assegurando que o efeito dessas circunstâncias teria sido a possibilidade de emergência paradoxal de uma população *sui generis* de homens que eram frutos desse sistema, apesar de que, no Brasil – com a escravidão sendo a ordem institucional dominante –, ficavam à margem dessa lógica mercantil, ou seja: os tropeiros, os camaradas, os sitiantes, os vendeiros etc. Em sua banca, estavam Florestan Fernandes (Presidente), Francisco Iglésias, Octávio Ianni, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido. Isto, por si só, apimenta o caldo em destaque, por várias razões. Primeiro porque Carvalho Franco se juntava a esta pauta geracional promovida pela FFCL-USP; segundo porque tinha Buarque de Holanda de *Monções & Caminhos e fronteiras* tentado fixar a imagem de uma São Paulo que alargava o mediano distante das sociedades do massapé gordo ao Norte da América portuguesa, afeita à escravidão negra e um pouco tendente a implementar uma economia disciplinada e moderna, como dava a entender

¹²⁶ Aparentemente, Gilberto Freyre fora convidado para compor esta banca, mas teria declinado sob a justificativa de compromissos outros. Cf. REIS, João José. O escravo-coisa. *Folha de S. Paulo*, 13 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1309200301.htm>>. Acesso em: 20 set. 2016.

que a população vicentina propunha; e terceiro porque, com essa leitura weberiana, Maria Sylvia de Carvalho Franco colocava os arguidores diante, talvez, de uma visão distinta do sociólogo alemão, contribuindo, assim, para que seus livros voltassem à baila.¹²⁷

No entremeio desses vários cálculos da economia escravocrata do passado colonial e os das práticas letradas implicadas naquela contemporaneidade, mobilizaram-se os suportes para que os pensamentos impressos da lavra de Sérgio Buarque de Holanda pudessem circular, serem lidos e apropriados. Num só tempo, era-lhe cingido uma identidade de ares acadêmicos e lapidada com os já legítimos traços de historiador, provenientes de um radicalismo intelectual. Com esta firme identificação, às 9 horas da manhã do dia 25 de maio de 1967, lá estava o catedrático diante do oficialato do Exército, para proferir a palestra denominada “Elementos básicos da nacionalidade: o homem” nos 60 minutos que lhe eram concedidos, conforme previa o convite, cujo fecho se dizia certo da aquiescência e da contribuição que o docente poderia fornecer “ao desenvolvimento [...] [dos] trabalhos escolares” na referida organização militar.¹²⁸

Ora, do ponto de vista histórico, o Novo Mundo e, mais tarde, as nações Independentes somadas à Monarquia do Brasil também faziam / fazem parte do Ocidente, e estavam, cada vez mais, integrados a este universo. De modo que nada adiantaria insistir em ufanismos nacionalistas. Muito menos ficar parado olhando só para o Atlântico e esquecendo que nele havia todo um sistema complexo do comércio humano, ou então cerrando-se em suas fronteiras, como se o país fosse uma ilha.¹²⁹ Isso porque, ainda que tivesse esse caráter, sua proporção deveria abarcar, no mínimo, as terras de Norte a Sul, englobando todo o continente, pois, nessa época, aquelas aproximações com os Estados Unidos ao tempo da guerra atingiriam outros patamares dialógicos com a trajetória buarqueana, que abordarei a seguir.

¹²⁷ Elaborei os dois últimos parágrafos a partir de BÔAS, op. cit., 2014. Nas palavras desta referência, a força dos argumentos de Maria Sylvia se concentrava em um alvo fugidio por envolver a ideia de uma “recepção equivocada de Max Weber” (p. 19). A autora da tese tentava mostrar um uso inapropriado dos conceitos do teórico germânico na medida em que eles serviam às generalizações. Nos dizeres de Glaucia Villas Bôas, a mira dela se direcionava “à metodologia weberiana, inscritas na tese de livre-docência de seu colega, Fernando Henrique Cardoso, defendida em 1963 [...], intitulada *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*” (p. 20).

¹²⁸ Série: Vida Pessoal. 114, op. cit., 17 abr. 1967. c.as. 1p. Vp 114 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

¹²⁹ Assim, se com acuidade já se disse que, até os anos 1930, vigorou nos escritos buarqueanos um acento nacional imerso num ambiente de reflexão romântica incentivadora do extravasamento das ideias espontâneas – de forma ensaística, não seria tanto declaradamente este o caso no pós-1945. Neste cenário houve um pendor comprobatório da universidade. O ensaio, sendo rechaçado por se ligar às generalizações e, por vezes, às técnicas imaginativas da literatura, transformou-se. Isso para incorporar a crítica, adentrando no espaço acadêmico, no qual foi mais praticado que anunciado. Sobre a tópica romântica, Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. *O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1997. Inspirado neste trabalho e nas análises de Pedro Moacyr Campos, intitulei o presente Capítulo de *O mesmo Ocidente* porque abordo um período distinto. Quanto à integração dos livros de Sérgio Buarque na quadra americana, ele mesmo se apropriaria de tais avaliações feitas em torno de grande parte de sua obra pelas comunidades de leitores, pois chegaria a dizer: *Casa-grande & senzala* “makes Brazil seem static; sugar-dominated; looking toward the Atlantic; stopped”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. In: GRAHAM, Richard. An interview with Sérgio Buarque de Holanda. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, v. 62, n. 1, p. 3-17, feb. 1982, p. 11.

Capítulo 8

NOME PERPETUADO:

Estratégias de internacionalização autoral, da América Latina ao Extremo Oriente

O julgamento estrangeiro é um pouco como o da posteridade. [...]. As grandes profecias são polissêmicas (Pierre Bourdieu)

M maio de 1944. “Depois da Guerra vão nascer lírios nas pedras, grandes lírios cor de sangue, belas rosas desmaiadas. Depois da Guerra vai haver fertilidade, vai haver natalidade, vai haver felicidade... Depois da Guerra não se fará mais a barba, gravata só pra museu, pés descalços, braços nus... Depois da Guerra vai surgir um sociólogo de espantar Gilberto Freyre... Grandes poetas farão grandes epopeias, que deixarão no chinelo Camões, Dante e Itararé... Os romancistas viverão só de estímulos, trabalhando sossegados numa casa na montanha... Chega francês, bate nas costas do inglês, que convida o italiano para um chope no Alemão... Ah, quem me dera que essa Guerra logo acabe... Se cada um ficar quieto no seu canto, ... esse negócio melhora, porque ou muito me engano, ou tudo isso não passa de um grande, de um doloroso, de um atroz mal-entendido!”¹

8.1. As perguntas que não queriam calar e os ecos da Guerra “Fria”

O momento em que Sérgio Buarque de Holanda apresentou-se ao oficialato da Escola Superior de Guerra (ESG) corresponde ao período no qual o estabelecimento do *campo acadêmico* das Ciências Sociais e Humanas no Brasil atingia o seu ponto de consolidação em várias áreas. Fruto de um processo iniciado fazia cerca de três décadas, esta (re)configuração seria marcada por distintas temporalidades, sendo mais rápido e conflituoso para a Filosofia e a Sociologia, já sólidas em meados do século XX; e mais lento no caso da Crítica Literária e da História, firmadas, justamente nos anos de 1960-1970.²

Sintomática nessa coincidência cronológica é a emergência de uma posição referencial alcançada pela coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB) na cena universitária de sua contemporaneidade e, por extensão, no (re)posicionamento da trajetória buarqueana em

¹ MORAES, Vinicius de. Depois da guerra. In: _____. *Para uma menina com uma flor*: 1966. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 19-21.

² RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário*. Mestres, discípulos e “Um seminário” em São Paulo (1958-1978). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012, p. 450.

um espaço de prestígio que se caracterizava como historiográfico. Junto à Universidade de São Paulo (USP), outras instâncias de produção do saber às quais o então catedrático havia se envolvido tinham feito parte desses rearranjos institucionais, como a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP / SP) e Universidade do Distrito Federal (UDF).

Tais desdobramentos não eram isolados e ainda há muito por se discutir. Fora do território nacional, alguns estudos têm apontado semelhanças na mudança a que se pode chamar de *modernização dos estudos históricos* latino-americanos no século XX. Evidentemente, os países experimentaram fases e períodos diversos. Porém, em linhas gerais, observa-se uma intensa troca intelectual tecida com várias correntes que gerou dinamismos particulares e ecletismo impeditivo de orientação teórica e reflexão únicas, aspecto este que dotaria a História de um poder universitário que lhe permitiu se posicionar frente a outras disciplinas acadêmicas.

Conjugado ao acúmulo de forças internas, à chegada ou partida de alunos e professores estrangeiros, fossem do próprio continente ou em direção à França, Espanha, Inglaterra, Alemanha... e vice-versa, é fora de dúvida que os resultados aí verificados foram intensamente produtivos. Contudo, nem sempre redundaram na formação efetiva e duradoura de espaços de salvaguarda documental e pesquisa, como foi possível apontar a respeito do Centro de Investigaciones de Historia Americana (CIHA) no Chile, apesar dos fomentos externos.

Assim, cabe de pronto dizer que, no Brasil, também existiam investimentos norte-americanos de igual natureza – inclusive novamente com a presença da Fundação Rockefeller, que datavam ao menos desde os anos 1940 –, além do governo estadunidense em si, cujas motivações e tentativas para interferir nas universidades do país, com envio de verbas para formar quadros simpáticos ao Tio Sam, tradução de obras em inglês, intercâmbios que capacitassem professores e estudantes, compunham parcela de um conjunto de iniciativas que objetivavam barrar um possível avanço do comunismo no continente durante a Guerra Fria.

A trama contava ainda com a política externa de John Kennedy (1961-1963), que implementou o programa d'*Aliança para o Progresso* com o objetivo de encher os países com recursos financeiros ou técnicos e cujo início teve lugar no primeiro ano de seu mandato presidencial. No desdobramento disso surgiu a *United States Agency for Development* (Usaid), voltada ao âmbito educacional, mas que desde os anos 1950 agia no Brasil sob outras rubricas.

Entretanto, após a deflagração do golpe que depôs o governo brasileiro do Presidente João Goulart (1961-1964), a despeito da simpatia e proximidade entre as ações da Casa Branca e o general Castelo Branco, que assumiu o país após a instauração do regime civil-militar, esses acordos foram aos poucos se desarticulando. Por duas principais razões: repetindo outros casos latino-americanos – como destaquei no Capítulo anterior pelo exemplo chileno –, no Brasil os

universitários igualmente não viam com bons olhos os financiamentos externos e buscaram barrá-los, com sucesso, via protestos; junto disso houve ainda o endurecimento da ditadura, que cerceou liberdades e violou os Direitos Humanos, levando os Estados Unidos a se afastarem para evitar a má repercussão doméstica ou na Europa, além das ondas antiamericanas já existentes, mas intensificadas após os maio de 1968 e os protestos contra a guerra do Vietnã.

Depois disso, de volta ao Brasil, sobretudo após a o Ato Institucional nº 5 (AI-5) – instituído em dezembro deste último ano –, até o gerenciamento das instituições de ensino superior não passou ileso pelas lógicas proibitivas do governo. A espionagem se estendeu aos quadros docente, discente e administrativo através das Assessorias de Segurança e Informações das Universidades (AESI) que, oficialmente, no caso da USP funcionou entre 1972 e 1982, embora nada impeça a suspeita da existência de seu emprego em épocas anteriores.

Momento de inflexão nessa conjuntura foi a lei 5.540, de 1968, por congregar as iniciativas da reforma universitária, a começar pela extinção das cátedras – que os dispositivos jurídicos precedentes não haviam enfrentado – e afirmação do sistema departamental que previa carreira acadêmica e criação de institutos de pesquisa. Foi ainda até o fortalecimento do reitor como figura decisória e munida de recursos financeiros para enfrentar as faculdades, à implementação das listas sêxtuplas – dobrando as chances de escolha de um candidato do governo na reitoria – e a unificação dos vestibulares, tornando-os concursos classificatórios.³

Justo no emaranhado dessa trama social, econômica, política e cultural urdida naqueles idos da segunda metade do século XX, é que chegou às mãos de Sérgio Buarque o convite dos militares brasileiros em 1967. Sob tal clima – atento aos constrangimentos ou consequências potenciais –, defende-se aqui que o aceite em ministrar a conferência era, paradoxalmente, o resultado do nó entre a sua atitude imprevisível e a impossibilidade de negar o pedido à ESG.

Logo, o gesto se constituiu, num só tempo, como um ato de quem dispunha de opções mínimas, mas também um movimento do historiador que decidiu tomar para si o desejo de expressar seu ponto de vista e conhecimento na matéria em prol de sua reputação vigente.⁴

³ Para estas informações de conjuntura e mudanças institucionais, Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Quanto à presença de professores estrangeiros no Brasil, vale frisar que, enquanto os franceses tiveram maior contato com a USP, via docência e auxiliando na estruturação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) desde 1934; os estadunidenses atuaram mais na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP / SP), cujos pesquisadores, de diversas nacionalidades, difundiram métodos de pesquisa e elegerem o país como objeto de estudo. Cf. MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras, 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

⁴ Ou seja, “É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que se compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos

Integrante da modernização dos estudos históricos que, nos anos 1970, passaria por novas alterações em suas linhas mestras e um corte relativamente brusco nas relações acadêmicas internacionais, talvez entendesse ser um dever seu apresentar os aspectos do passado brasileiro aos militares, para afastar de si as perspectivas tradicionalmente laudatórias nas práticas deles.

Do lado de *Raízes do Brasil*, certamente fundadora da motivação do convite pelos oficiais das Forças Armadas, os ajustes caminhavam para os retoques mais derradeiros. Quanto ao planejamento e execução em curso dos textos da HGCB, porém, é preciso dizer ainda em que medida suas pesquisas poderiam ser vistas como renovadoras dos estudos históricos. Portanto, vale atentar para o emaranhado dessas questões, conjugando-as sempre que possível.

Assim, é interessante verificar que durante a palestra na ESG, após definir-se como historiador, Buarque de Holanda enunciou uma premissa do ofício ao declarar que “a boa inteligência do passado” era “naturalmente vedada a todos quantos, por obstinação ou incapacidade, se mostr[ass]em indiferentes aos apelos, aos problemas, às exigências da hora presente”.⁵ A clara referência a Marc Bloch existente aí, de *Apologia da História*, que lera no original quando publicado, em 1949, seria brevemente citada na conferência.⁶

Tal escolha, por certo, não deve ter sido acidental, pois, ao utilizar o exemplo de um historiador morto pelos nazistas, mandava ele seus recados aos militares do Brasil. Além do mais, participe da modernização dos estudos latino-americanos, nada melhor que se apegar a referências do centro da produção do conhecimento na área para explicitar sua integração nas mudanças historiográficas à época, posto que naqueles anos os *Annales* começavam a reivindicar Bloch com mais afinco para evocá-lo como um de seus pais fundadores.⁷

Com isso, chegava-se à hora em que o pronunciamento buarqueano pareceu tocar no assunto principal. Faz-se necessário, portanto, ouvir o que o catedrático da USP pensou em

referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos ‘de onde ele fala’”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 23-24.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Elementos básicos da nacionalidade: o homem [1967]. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008, p. 623.

⁶ Essa leitura pode ser atestada pela resenha saída na imprensa na ocasião. Além disso, há a salvaguarda do referido título junto aos livros de sua antiga biblioteca, hoje integrante do acervo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Apologia da história*. In: *Folha da Manhã*, São Paulo, s/p., 18 jul. 1950. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1950/07/18/837/#>>. Acesso em: 27 mar. 2016; & BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire, ou, Métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1949. Coleções Especiais. *Sérgio Buarque de Holanda*. Biblioteca Central “César Lattes” (SBH / BCCL-UNICAMP).

⁷ Longe de me alinhar com antigas concepções que ignoram a força das circularidades para dar vazão às ideias de *centro e periferia* de forma maniqueísta (porque operar assim acaba por estabelecer fronteiras como se fosse possível isolar sociedades no tempo), uso essa lógica na acepção recentemente pensada assim: “Pode-se escrever uma história em partes iguais, mas não uma historiografia em partes iguais”. SECRETO, Maria Venônica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 83-99, 2014, p. 86.

dizer, porque registrou no escrito hoje acessível, e que, provavelmente, comporta algo do reverberado: “Não me parece que o homem brasileiro tenha mudado muito desde que, em 1822, se iniciou o período nacional, ou [...] desde que em 1889 começou a República. E confesso que sinto ainda pesar sobre ele muito do seu passado colonial”.⁸ Logo, frente a essa fala, tudo leva a acreditar que o movia a segurança de sua dedicação aos debates que, na coleção HGCB, ele levava adiante sobre os movimentos que estabeleceram o início do Império Brasileiro. Neste empreendimento, aliás, coube-lhe escrever o capítulo de abertura (*A herança colonial – sua desagregação*), onde pôde redefinir os marcos cronológicos e historiográficos da monarquia.

Suas propostas, no entanto, não passaram incólumes entre os leitores. As principais críticas que haviam desencadeado diziam respeito, justamente, à delimitação do período Imperial, marca renovadora de seus escritos. A ausência de destaque reservado, por exemplo, ao 7 de setembro lhe rendeu diversas apreciações desfavoráveis na imprensa que, mesmo elogiando a coleção por sua escrita da História – considerada muito bem documentada –, não deixavam de avistar também essas questões polêmicas e a questioná-las.

Por isso, Sérgio Buarque esclarecia que não era mais plausível datar 1822 como o início das transformações que tenderiam a mudar a fisionomia social, econômica e cultural que tinham sido forjadas durante os séculos coloniais. Ele argumentava que parecia legítimo considerar uma abordagem da História do Brasil Independente que tomasse a sua “‘fase de transição’, que iria de 1808, o ano da chegada da Corte portuguesa, até 1831, o da abdicação e partida do primeiro imperador, nascido, por sua vez, em Portugal”.⁹ Isso, para o público da HGCB.

A propósito da plateia fardada, porém, prosseguiu: “A verdade é que, mesmo comparado a outros países desta América chamada latina, as mudanças têm sido entre nós epidérmicas, mais do que realmente substanciais”.¹⁰ Tal avaliação novamente se prendia aos esforços da HGCB, cujas análises buscavam compreender melhor o *sentido da Independência*, separando o movimento de emancipação política da ideia de construção da nacionalidade que, para o diretor da coleção, não ficara assegurada antes de 1848. Daí o tom de superficialidade nas transformações das estruturas da sociedade colonial, pois, segundo Buarque de Holanda, prosseguiram muito vivas no Brasil.¹¹ No seu entender, 1822 por certo “figura como um dos

⁸ HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 624.

⁹ Tive a oportunidade de esmiuçar essas questões em: FURTADO, André. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016, p. 165-167.

¹⁰ HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 624.

¹¹ Um dos estudos posteriormente orientados por Sérgio Buarque, o de Maria Odila Dias, seguiu a mesma linha historiográfica, ao sinalizar a existência de um “localismo” nas relações de poder nos períodos colonial e imperial (hoje interpretado como expressão de um certo *Ancien Régime* nos trópicos). Assim, se houve um movimento nacionalista, este só se dera nas “décadas após a independência (1838-1870) [quando] chegariam os ilustrados brasileiros a definir seu nacionalismo didático, integrador e progressista e uma consciência social eminentemente

pontos culminantes”, mas seria preciso que a data fosse abrangida “com a Regência, a do Segundo Reinado, finalmente a da República, [...] relativos à era *verdadeiramente nacional*”.¹²

Mas o verbo não se interrompia de frente os militares da ESG, para os quais chegou a tecer inúmeras comparações, conjugadas, desta vez, na tríade da Europa com as Américas lusa e hispânica: “Colocados sob a égide de uma dinastia do Velho Mundo, e que, ainda assim, mal se poderia qualificar de estrangeira, a monarquia não se introduziu aqui por artifício ou imposição alheia, como no México do imperador Maximiliano”.¹³

Todas essas questões saltavam aos seus olhos atentos. O mergulho nesse período da história o havia deixado extremamente maravilhado porque passava a compreender o país em um sentido longitudinal de seus séculos vinculado às consequências transatlânticas como a Era Napoleônica. Anos depois, chegaria mesmo a exclamar: “It’s a fascinating period”!¹⁴

Com esta frase, Sérgio Buarque de Holanda respondeu a Richard Graham sobre o período do Império brasileiro. Embora em 1981, momento em que a entrevista se realizou, ele fosse reconhecido como um dos principais intérpretes do período colonial, o historiador afirmava que seu mais importante trabalho estava ainda sendo escrito e tinha como recorte de tempo o século XIX.¹⁵ Este interesse do entrevistado não era, contudo, recente e sua primeira aproximação sistemática com temas oitocentistas fora ainda anterior à direção da HGCB, pois se dera quando ele foi convidado a traduzir, prefaciar e fazer as notas do livro *Memórias de um colono no Brasil*, de Thomas Davatz, como já demonstrado. Publicado pela primeira vez em alemão, o registro da experiência desse imigrante numa das fazendas do Senador Vergueiro foi impresso como livro, em português, por iniciativa da editora Martins, na coleção *Biblioteca Histórica Brasileira*, sob a direção de Rubens Borba de Moraes, em 1941.

A reflexão amadurecida sobre o século XIX levou Sérgio Buarque a tornar claro o caráter dessacralizante do marco cronológico que estabelecia o início do Império no Brasil e o questionamento dos estudos precedentes sobre o tema. Fossem nas teses da HGCB ou nos dizeres da conferência da ESG, fica evidente que ele insistia na inexistência de uma unidade

elitista e utilitária”. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. Coleção “Debates” (v. 67). São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 184.

¹² HOLANDA *apud* FURTADO, op. cit., 2016, p. 168 [grifos meus].

¹³ HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 624.

¹⁴ GRAHAM, Richard. An interview with Sérgio Buarque de Holanda. *The Hispanic American Historical Review*, Durham: Duke University Press, v. 62, n. 1, p. 3-17, feb. 1982, p. 9.

¹⁵ Referia-se à escrita de um livro inconcluso e só postumamente conhecido sob o título de *Capítulos de história do Império*, com organização e Nota Introdutória do historiador Fernando Novais, que explicou se tratar de cerca de 150 páginas datilografadas por Buarque de Holanda até pouco antes de morrer, em 1982, como parte do aprimoramento que empreendia sobre o último volume editado na coleção HGCB sob a sua direção, ou seja, *Do Império à República* (1972). Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império* (organização e introdução por Fernando Novais). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

territorial e, por assim dizer, de um sentimento nacionalista conjugado à emancipação política. Para o capítulo *A herança colonial – sua desagregação*, “o 7 de setembro [...] [consistiu] simples episódio de uma guerra civil de portugueses, iniciada em 1820, com a revolução liberal portuguesa, e onde se veem envolvidos os brasileiros apenas na sua condição de portugueses do aquém-mar”.¹⁶ Desse modo, o historiador buscava estabelecer um novo marco fundador do regime monárquico independente, afirmando que o longo processo de emancipação deveria ser estendido até o 7 de abril de 1831. Teria sido a partir daí que os acontecimentos ganhavam um selo de brasilidade, embora alertasse que “se fosse possível marcar mais nitidamente o remate do processo tendente à unidade nacional [...] caberia, talvez, situá-lo por volta de 1848”.¹⁷

E não bastasse toda essa miríade de vicissitudes letradas, acadêmicas, editoriais, de micro e macroconjunturas etc. a configurar os campos de atuação, possibilidades e ressonância do fluxo contínuo e positivamente crescente de sua trajetória e presença (escrita e/ou verbalizada), pode-se inferir ainda mais um traço de sua imagem intelectual nobilitante.

Trata-se do registro sobre seus investimentos historiográficos rumo à construção de uma *tópica imperial* no centro dos debates universitários, que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP institucionalmente representava. Isto era uma forma – vale dizer, das mais eficazes –, de criar distinção simbólica tão urgente e necessária num espaço onde, de um lado, os catedráticos lutavam pela prerrogativa de estudos legitimamente eleitos e vistos como os de sua efetiva posse e especialidade; e, de outro, essa estrutura acadêmica se via ameaçada.

Face às disputas por assuntos potencialmente comuns às cadeiras de História Moderna e Contemporânea, então ocupada por Eduardo d’Oliveira França, que arguira a tese *Visão do Paraíso*; História Americana, à época dirigida por Astrogildo Rodrigues de Mello, que vencera a disputa com Alice Piffer Canabrava; e a de História da Civilização Brasileira, assumida por Sérgio Buarque de Holanda em fins de 1950, nada de espantoso existia em seu encaminhamento dos debates sobre o século XIX, visto que este não figurava entre as predileções de abordagens nas duas primeiras disciplinas. Aliás, até que a HGCB fosse consolidada, centrar-se no oitocentos sequer era considerado pesquisa histórica na universidade.¹⁸

Em síntese: ao ser convidado para ministrar uma palestra aos militares da ESG sobre a temática intitulada *O homem*, em carta assinada pelo general Augusto Fragoso, em 1967, Sérgio

¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1962], p. 17-18.

¹⁷ Idem, [1962] 2003, p. 20.

¹⁸ A propósito do reconhecimento de certas cronologias como inerentes aos campos de estudos históricos, saliento que isso combatia uma leitura de que a História terminava na Revolução Francesa, de modo que os processos do pós-1789 eram vistos com descrédito e apontados como mais próximos das áreas políticas e sociológicas.

Buarque de Holanda se viu diante de um chamado de difícil recusa, por conta da configuração autoritária que vigorava no país. Aceitou o desafio para defender a sua reputação devido às suspeitas que tinha quanto às leituras equivocadas de sua “obra” de estreia, pois, sendo o tema integrante de um ciclo de conferências voltadas aos *Elementos básicos da nacionalidade*, tudo o levava a crer que o pedido se baseava no fato dele ter consagrado a tese da cordialidade.

Isso porque, embora *Raízes do Brasil* não comportasse mais o seu texto original, de 1936, era quase impossível determinar qual edição que os oficiais se apropriavam. Além disso, o impresso atual naquela contemporaneidade era o de 1963, que fora publicado através de um projeto da “subversiva” Universidade de Brasília (UnB) que, por si só, simbolizava um campo de forças à esquerda. Apesar de voltar à “casa” José Olympio, mais sediciosa, porém, seria a versão desse título que estava por vir, de maior estabilidade no tocante às mudanças internas cujos capítulos estariam precedidos, aliás, pelo novo Prefácio de Antonio Candido. Este, por sua vez, denunciava o regime instalado em 1964 como fruto de um *golpe*, termo que chegou a espantar o revisor da coleção *Documentos Brasileiros*.

Assim, no emaranhado dessas questões – para mencionar somente alguns pontos – o catedrático da FFCL-USP preparou seu discurso e, imerso nos trabalhos da coleção HGCB, já debruçada sobre o século XIX e a época do Império, tanto nos volumes da Difusão Europeia do Livro (Difel) quanto na palestra, abordaria os marcos fundacionais de 1822 e 1889. Mediante tal estratégia, aprofundaria velhas teses, atualizando-as, lembrando a todo o tempo, em 1967, que então escrevia e falava como historiador, tendo abandonado os ensaios de interpretação. Mesmo porque, segundo ele, o homem cordial era um pobre defunto que pedia enterro, dispensando adoração ou velas. Simultaneamente, apesar de mostrar continuidades coloniais, também sinalizaria as suas rupturas, a exemplo do que tinha feito anos antes na capital chilena. Em Santiago, junto com Ruggiero Romano e Max Savelle no CIHA, sua argumentação aproximava o passado do país com os das nações vizinhas, dando visibilidade a uma ideia do continente e, por extensão, de América Latina, em contraponto aos patriotismos hemisféricos.

Essa ótica não se ausentara em absoluto de seus estudos anteriores ou nas tarefas de orientações acadêmicas. Logo, antes de retornar ao salão da ESG, convém debater outras situações e, mais especificamente, as respostas que Buarque de Holanda deu aos seus críticos de dentro ou de fora da universidade, porque ajudam a compreender a sua noção sobre o *brasileiro*. Somado a isso, frisarei as suas perspectivas do conceito de História ao passo que ele ia descobrindo o nascimento de um certo Brasil. Ademais, será possível ver como tais aspectos se plasmavam com a própria identificação recaída sobre a sua imagem intelectual. A digressão será um pouco estendida e, por isso, é preciso deixar a plateia das Forças Armadas.

8.2. Nem *mentalités* ou marxismo, antes resposta aos críticos

Quando *Visão do Paraíso* alcançou a sua segunda edição, em 1969, fazia mais de uma década que o livro tinha surgido, muito embora tudo indicasse que seu texto vinha sendo gestado há vários anos e, enfim, pôde ganhar uma forma acabada para a circunstância do concurso de cátedra na FFCL-USP, que ocorreu em 1958, a despeito da resistência da maioria dos arguidores em lhe reputar o qualificativo de tese, preferindo antes a classificação de ensaio.

Nem todos, entretanto, a consideraram assim por uma ótica negativa e isso se fazia notar mesmo na banca e, sobretudo, na fortuna crítica de sua primeira recepção comercial, de 1959. A partir daí, as apropriações foram inúmeras, tais como: I) debater o peso do sentido econômico no descobrimento e colonização do Brasil; II) dizer que se iniciava uma agenda de pesquisas moderna; III) mostrar títulos que enfatizavam a mitologia indígena; IV) contrapor-se à ideia da paupérrima circulação de imagens ligadas ao Éden terreal na América portuguesa; V) enquadrar o título em diversas categorias e correntes historiográficas, como a difusa noção de *mentalités*, na *History of Ideas* ou na dos conceitos; VI) abordar as tópicas Renascentistas e/ou Barroca etc.

Disso sobressaía a especificidade do passado brasileiro *pari passu* ao olhar acerca de todo o continente, há muito recalcado no autor e em suas comunidades de leitores, posto que presente na palavra impressa em sua “obra” de estreia e nos percursos de circulação dela. Afinal, apesar de ter se oposto à matriz ufanista doméstica ou portuguesa só posteriormente, já em 1936 apareciam em suas páginas, ao menos *en passant*, temáticas dos desdobramentos futuros de suas investigações. Entre eles pode-se citar a metáfora das atitudes do Império luso apegada à faixa litorânea feito caranguejo e, um pouco depois, a recusa de uma mentalidade capitalista na era das grandes descobertas marítimas, bem como o questionamento a respeito da existência de uma civilização agrícola na empresa ibérica, em geral, e lusitana, em particular.

Diante da notícia acoplada ao lançamento comercial de *Visão do Paraíso*, de 1959, de que se tratava do estudo por meio do qual Buarque de Holanda ingressara como professor catedrático na USP, este acontecimento parece ter preparado o terreno para que os críticos reordenassem toda a sua trajetória intelectual. Assim, o reconheceram como historiador e acabaram por reverter os demais trabalhos de sua lavra ao domínio historiográfico. Isso a despeito das mil facetas enaltecidas à época, como se dera na recepção de *Caminhos e fronteiras* que as sublinhou para elogiar os traços autorais de erudito. Logo, o livro *Visão do Paraíso* foi festejado por sua excelência narrativa, ainda que continuasse um tanto quanto inclassificável.

Cerca de dez anos depois, saindo de seu catálogo original junto à Livraria José Olympio Editora (LJOE), o título foi publicado pela “casa” outrora concorrente quase exclusiva, ou seja,

a Companhia Editora Nacional, como volume 333 da coleção *Brasiliana*, dirigida por Américo Jacobina Lacombe.¹⁹ Nessa época, em 1969, *Visão do Paraíso* reaparecia aumentada, com reparos, um prefácio de fôlego de seu autor e coeditada com a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), que era então presidida pelo ex-reitor da instituição, Mário Guimarães Ferri.²⁰

Jacobina Lacombe havia se tornado diretor da *Brasiliana* em 1956 ao suceder a Fernando de Azevedo. No período inicial de sua coordenação do projeto editorial, houve um incremento nos títulos da coleção. Entre 1957 e 1961, foram publicados 22 novos livros, uma média de cinco por ano, o que evidencia a boa fase da indústria editorial brasileira, garantida, entre outros fatores, por uma legislação favorável à ampliação do mercado editorial nacional.²¹

É neste período, portanto, que, mesmo a coleção seguindo a sua tendência de publicar intelectuais polígrafos, nela também foram incluídos estudos como *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*, de Charles Ralph Boxer (1961), entre outros, de caráter mais universitário. Embora tais escolhas revelassem disputas – pois se nota ausências significativas de autores marxistas, em particular àqueles ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) –, nesta época a *Brasiliana* se dedicou a uma renovação intensa, publicando, sobretudo, textos inéditos.

¹⁹ Américo Jacobina Lacombe (1909-1993) era carioca. Em 1931 bacharelou-se na faculdade de Direito. Neste mesmo ano, tornou-se secretário do Conselho Nacional de Educação, onde permaneceu até 1939, ano em que foi nomeado diretor da Casa de Rui Barbosa, que dirigiu por 54 anos. Afastou-se dela apenas quando foi secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal (1959-1960), na administração do prefeito Freire Alvim, e no biênio 1962-1963, quando presidiu a Maison du Brésil, em Paris. Lacombe foi ainda professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e no Instituto Rio Branco (Itamaraty). Integrou a Comissão de textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1951 (o mesmo que atuara Hélio Vianna, que também trabalhou na PUC-Rio), e presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre 1985 e 1991. Ênfase que a maioria desses dados e os próximos acerca de Lacombe e da segunda fase da coleção *Brasiliana* – que a professora Giselle Martins Venancio pesquisa há anos –, extraí de nosso artigo. Cf. VENANCIO, Giselle; FURTADO, André. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, p. 5-23, 2013. Procedo assim porque as pesquisas avançaram e, portanto, acrescentarei aqui elementos novos.

²⁰ O paulista Mário Guimarães Ferri (1918-1985) era doutor em Ciências pela FFCL-USP desde 1944, catedrático de Botânica a partir de 1955 e, em 1961, diretor desse Departamento e da própria FFCL. Nos anos de 1963 e 1964 chegou, respectivamente, à Vice-reitoria e à presidência da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp) – na qual se manteve até o fim de sua vida –, e Reitor de 1967 a 1968. Cf. *Mário Guimarães Ferri*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico>>. Acesso em: 30 out. 2017.

²¹ Esta correspondia aos incentivos fiscais às publicações no Brasil, através do decreto n. 25.442, de 3 de setembro de 1948, depois alterado para as leis 842, de 4 de outubro de 1949, e 2.145, de 19 de setembro de 1953, que taxava com maior rigor obras editadas fora do país. Nisso residiria, em grande medida, uma espécie de segundo *boom* brasileiro, imediatamente nos anos seguintes à criação dos dispositivos jurídicos supracitados, dos quais são ilustrativos os títulos buarqueanos dessa época, a exemplo da terceira edição de *Raízes do Brasil* (1956), *Caminhos e fronteiras* (1957) & *Visão do Paraíso* (1959), além do próprio empreendimento da HGCB que Sérgio Buarque dirigia. Esta perspectiva se contrapõe às avaliações de que o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) tenha representado “na produção de livros de ciências sociais o mesmo que significou em outros campos, isto é, um momento de explosão de criatividade”. CARVALHO, José Murilo. Prefácio. In: BÔAS, Glaucia Villas. *A vocação das ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (FBN), 2007, p. 17. Tais debates e contrapontos a esta última referência foram desenvolvidos e explicitados por: VENANCIO, Giselle Martins. *Brasiliana segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956-1993)*. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

No início dos anos 1960, no entanto, algumas mudanças ocorreriam no interior do empreendimento editorial. Ao aceitar um convite para ocupar o cargo de Presidente da Maison du Brésil, em Paris – casa fundada com o objetivo de abrigar os estudantes brasileiros que se dirigiam à capital francesa –, Lacombe deixou o Brasil e a sua temporada no exterior coincidiu com um período de queda brusca nas publicações da coleção. No ano de 1962, nenhum título foi publicado, em 1963 apenas dois e, em 1964, cinco. O declínio foi simultâneo às dificuldades enfrentadas pela indústria editorial no país, porque nos governos de Jânio Quadros e João Goulart foi revogada a legislação que dificultava a importação de livros e estabelecidas novas leis. Estas encareceram a importação de papel ainda muito necessária à indústria brasileira.

Além disso, esse período marcou uma diminuição do prestígio de Américo Jacobina Lacombe, pois ele se envolveu numa polêmica. Ao produzir um parecer contrário sobre a coleção de livros didáticos intitulada *História Nova do Brasil*, lançada em 1964 e logo abortada pelo regime civil-militar que se instaurou após o golpe de Estado, Lacombe foi acusado de promover a cassação de seus autores participantes, ao considerá-los adeptos de um certo materialismo histórico. Tratava-se de um projeto conjunto do Ministério da Educação e Cultura do governo João Goulart (1961-1964) e do Iseb, no qual Nelson Werneck Sodré era diretor.²²

Diante desses problemas de ordem vária, a saída encontrada foram as reedições, o que parece ter dado bom resultado, pois, a partir de 1965, a *Brasiliiana* entrou numa nova fase de expansão. Nesta, a publicação dos livros foi, muitas vezes, promovida por coedições com o Instituto Nacional do Livro (INL) ou com editoras universitárias, a exemplo da citada Edusp. Esta última emitiu a circular 6.092 em outubro de 1964, explicando suas diretrizes na matéria e informando que buscava publicar, nas mais diversas áreas do conhecimento, obras importantes para o ensino e a pesquisa, desde que fossem de notável valor e reduzido mercado.²³

²² A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) publicou o parecer aprovado em abril de 1964, com relatoria de Américo Jacobina Lacombe, vetando a *História Nova do Brasil* e que teria dado base para instaurar Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Lacombe desqualificou seu valor científico declarando que, embora se anunciasse como obra coletiva, a sua concepção fora somente do general Nelson Werneck Sodré, pois os demais integrantes seriam alunos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Dizia ainda que a narrativa era marcada por deturpações a respeito do passado, sendo mais doutrinária que o marxismo ao ignorar quaisquer fatores que não os mercantis. LACOMBE, Américo Jacobina. *História Nova*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 263, p. 283-302, abr./jun. 1964. Disponível em: <<https://ihgb.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2017. A resposta de Nelson Sodré veio em 1965 na revista *Civilização Brasileira*, afirmando que a reação revelava a importância da *História Nova* e corrigindo Jacobina Lacombe acerca dos colaboradores Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Pedro de Alcântara, que eram professores de História diplomados, além de negar um fundamento exclusivo em Karl Marx. Ao término Sodré registrou: “Lacombe escreveu sua infâmia numa revista lida por trinta mil pessoas; eu lhe respondo em outra lida por cem mil pessoas. [...] Lacombe está morto: sobrará dele o que aqui ficou registrado, e nada mais. Que repouse em paz. Triste ironia do destino, que pretendeu fazer crítica de obra científica a quem apenas estava destinado a ser encarregado de IPM!”. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 147.

²³ Arquivo Livraria José Olympio Editora. LJOE. RLI.75. José Olympio. Relação com instituição. Edusp. *Fundação Casa de Rui Barbosa* (FCRB). Na ausência de documentos diretamente ligados à Companhia Editora Nacional que coeditou *Visão do Paraíso* com a Edusp, tomarei esses relativos à LJOE como parâmetro.

O que pretendiam era ajudar no barateamento de livros, bastando que os interessados escrevessem para a Comissão responsável por avaliar as propostas, podendo ser de Sociologia, História, Ciências Aplicadas etc. Embora eu não disponha de exemplos relacionados com a *Brasiliانا*, tenho-os em relação à coleção *Documentos Brasileiros*. Isso porque, ao saber da notícia, a LJOE buscou negociar alguns títulos, cujos ecos se preservam em correspondências dos dias 30 de março de 1965, 24 de maio de 1966 e 30 de janeiro de 1967.

Nelas se esclarecia que, ao examinar a linha de publicação planejada em seus catálogos, a casa tinha achado por bem solicitar a análise de vários livros, mas pedia especial atenção aos de Gilberto de Mello Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Afinal, registravam que esses se filiavam “à melhor corrente da nossa historiografia moderna, tornando-se, desde a sua primeira publicação, elementos de consulta obrigatória para os estudiosos do nosso passado”.²⁴ Ato contínuo, listou alguns volumes. Os de Sérgio Buarque ofertados, eram *Raízes do Brasil*, que solicitavam a quinta edição, e *Caminhos e fronteiras*, que iria para a sua segunda, ambos ou com 3 ou 4 mil exemplares de tiragem, ao custo de 6 ou 8 mil Cruzeiros (Cr\$), respectivamente com e sem subvenção. Em resposta, especialmente em relação às obras de autoria de Freyre e Buarque de Holanda, por intermédio de seu Presidente, Mário Guimarães Ferri, a Edusp recusou, anotando em 17 de fevereiro de 1967 que se tratava de “reedições ou de livros de fácil aceitação no mercado” e que preferia não os incluir “em sua programação”.²⁵

Assim, enquanto ia sendo criando todo um *corpus* referencial, talvez, de novos cânones, desta vez universitário, a Edusp começava a tentar regular a sua forma. É isso que se verifica quando uma outra circular enviava um recado aos seus colaboradores potenciais ou já efetivos. O aviso tinha por objetivo criticar as edições que teriam saído com péssimas listas bibliográficas mal organizadas ou sem diretrizes, “com critérios feitos erradamente ou sem critério uniforme dentro de uma mesma obra”, indicando “que a maneira simples de resolver o problema” era adotar as “normas já traçadas pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação”.²⁶

²⁴ _____. Carta da LJOE à Comissão Editorial da USP, São Paulo – 24 de maio. 1966. FCRB. Entre outras ofertas, como a tradução de Toledo Malta da *Seleção de ensaios*, de Michel de Montaigne, ou a de João Cruz Costa, do *Discurso do método*, de René Descartes, a carta dizia mais. Registrava que, no caso de Gilberto Freyre, sugeria-se a sua obra reunida, em 10 volumes, em coedição pelo custo industrial sem ônus da composição, pois já estavam revisados. Eram esses os impressos, alguns em dois tomos: *Casa-grande & senzala* (12.ed), *Problemas brasileiros de Antropologia* (4.ed), *Sobrados e mucambos* (4.ed), *Sociologia* (4.ed), *Nordeste* (4.ed) & *Ordem e progresso* (3.ed). Terminava esse ponto assinalando que consideravam isso “uma excelente oportunidade [...] para uma divulgação mais ampla, junto às bibliotecas do interior do estado e centros estudantis, de uma obra considerada básica no panorama da cultura brasileira, ao lado dos ensaios de Sérgio Buarque de Holanda” [grifos meus].

²⁵ _____. Carta da Comissão Editorial da USP à LJOE, São Paulo – 17 de fev. 1967. FCRB. As traduções de Montaigne e Descartes tiveram igual negativa, junto com a *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo.

²⁶ _____. Circular 635 da Edusp à LJOE. São Paulo – 26 jun. 1967. FCRB.

Com efeito, porém, se à LJOE eles recusaram os livros buarqueanos de 1936 e de 1957, com a Companhia Editora Nacional, conforme anunciei linhas atrás, seria diferente. Nesta fase, muito produtiva e heterogênea em termos de títulos no catálogo da editora, destacam-se livros como a reedição de *Os dois brasis*, de Jacques Lambert, em 1967; *A idade de ouro do Brasil*, de Charles Boxer; e *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, ambas em 1969, sendo esta última na modalidade coedição.²⁷ Tais publicações se inserem na retomada da *Brasiliana* que, por sua vez, também coincidiu com a volta de Lacombe ao Brasil em uma ação sua mais direta no projeto editorial. Mesmo diante das polêmicas que levantou, ele se manteve como diretor e tomou para si inúmeras atividades: foi tradutor e prefaciador e/ou apresentador dos volumes.²⁸

No caso da segunda edição da tese de cátedra buarqueana, Américo Lacombe fez a orelha, na qual, após traçar a sua trajetória no modernismo e depois na crítica – destacando o livro *Cobra de vidro* –, passou por *Raízes do Brasil*, a apresentação de Gilberto Freyre na “obra” de estreia, para logo registrar que, em *Visão do Paraíso*, “aparecem temas básicos da nossa formação, encarados com uma profundidade e uma objetividade que lhes dão um relevo até agora não atingido”. Na sequência, sumarizou a problemática da pesquisa escrevendo: “retire-se tudo o que de grandioso num espanhol e resultará daí um português. Será isto o resultado do escolasticismo e da dialética medieval que resistiu em solo luso à retórica renascentista?”. Por fim, anotou que a nova versão aparecia, “como convém, consideravelmente aumentada”, e que não se tratava de uma leitura só para brasileiros, pois pertencia “ao pensamento historiográfico universal”, uma vez que contribuía para a compreensão da “alma latina do continente”.²⁹

No Prefácio, Buarque de Holanda iniciava ressaltando que o texto serviria para desfazer enganos interpretativos desde o surgimento do livro. Já a outra maneira, seguia ele, seria “redistribuir a matéria segundo critério aparentemente mais racional, de sorte, por exemplo, que o 7º capítulo e o 8º, que tratam sobretudo da formação dos motivos edênicos, precedessem

²⁷ O cruzamento das trajetórias de Sérgio Buarque e Américo Jacobina já havia ocorrido na coleção HGCB, pois este teve ao todo 3 participações. Cf. LACOMBE, Américo Jacobina. *A Igreja no Brasil Colonial*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade (v. 2). São Paulo: Difel, 1960; _____. *A conjuração no Rio de Janeiro*. In: HOLANDA (org.), op. cit. (v. 2), 1960; & _____. *A cultura jurídica*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967. Contudo, provavelmente devido às disputas editoriais, sua autoria só foi citada no texto como “Diretor da Casa de Rui Barbosa, Ministério da Educação”.

²⁸ Américo Jacobina Lacombe permaneceu à frente da coleção até 1993, quando faleceu e se finalizou este projeto. Sobre a sua atuação na coleção *Brasiliana*, Cf. VENANCIO, Giselle. *O homem por trás dos livros: Américo Jacobina Lacombe na direção da coleção Brasiliana (1956-1993)*. Curitiba: Prismas, 2018 (no prelo).

²⁹ LACOMBE, Américo Jacobina. Orelha. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Brasiliana” (v. 333). São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1969.

aqueles onde se consideram os seus reflexos no descobrimento, na conquista e exploração dos mundos novos”.³⁰ Ora, não havia sido exatamente esta a crítica de seu leitor Wilson Martins?

Ato contínuo, o autor justificou sua decisão de manter a estrutura de 1959, esclarecendo que, do contrário, teria que refazer todo o trabalho – algo acima de suas capacidades naquele momento, de acordo com suas palavras – de modo a redundar, além disso, no inconveniente de tirar acento sobre o assunto principal, ou seja: atentar à repercussão do edenismo na América.

A diferença basilar, entretanto, residia, segundo Buarque de Holanda, na apropriação distinta das imagens antigas e medievais que circularam durante a Renascença. De modo que, enquanto os colonizadores de origem latina e cristã viam no Novo Mundo a possibilidade de encontrar o horto sagrado do Gênesis, para nele deleitar-se, os povos de matriz anglo-saxã e protestantes, por seu turno, tendiam mais à atitude de buscar construir esse lugar paradisíaco. Logo, enxergavam a América do Norte como Terra Prometida na qual tudo seria melhor, sem perseguições religiosas. Mesmo assim, aproximando as perspectivas de várias investigações que cresciam em torno do ponto, o autor seguia argumentando que ele estava longe de acreditar que as tentativas dos estudos de captar a tópica “no campo da história das mentalidades, tomada a palavra no sentido mais amplo (e não apenas no sentido de história das ideias conscientemente adotadas)” devessem “equivaler à ambição de recuperar um passado perdido”.³¹

Dito isso, quase na sequência fazia o registro de que, além de não acreditar que esses trabalhos sobre as visões tentassem recuperar um mundo ideal, eles cederiam muito menos “à magia ancestral do mito e querer ressuscitá-lo, como se dessa forma nos fosse ainda possível fazer milagres”. Isso porque, tal espécie de taumaturgia, na opinião de Sérgio Buarque, não pertencia ao ofício do historiador, “assim como não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. Se houvesse uma necessidade de forçar algum símile, eu oporia aqui à figura do taumaturgo à do exorcista”. Nas linhas seguintes, prosseguiu, lembrando Marc Bloch, até mais do que pela imagem do taumaturgo – e como fizera na ESG –, ao enaltecer “que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas do seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar

³⁰ HOLANDA, op. cit., 1969, p. XI [grifos meus].

³¹ Idem, p. XVIII. A menção às *mentalités*, já consagrada como programa, e à *History of Ideas*, mostra como Sérgio Buarque buscava beber em muitas fontes sem ficar dependente de alguma delas. Vale frisar, aliás, que, em alguns trechos, ele se referiu no Prefácio ora à América Latina ora à América do Sul e que há muito existia um interesse da revista *Annales* por esses espaços geográficos e culturais, desde a fundação do periódico, conforme artigo de Lucien Febvre, saído em 1929 como *Un champ privilégié d'études: l'Amérique du Sud*. Ele inaugurava a vertente por assim dizer americanista em sua linha editorial, lendo o Novo Mundo como ambiente rico em experiências, além de, em potencial, poder fornecer lições ao método comparativo. Cf. MARTINIÈRE, Guy. Escola dos *Annales* e as Américas latinas (1929-1949). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 14-15, n. 1-2, p. 1-21, 1983-1984.

historiador? –, consiste em procurar afugentar os demônios da história”, pois não havia “como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre”.³²

Postando-se ao largo de uma “história total”, assegurava, porém, que não excluía a possibilidade implícita, no mínimo, de fundamentos materiais para a emergência dos mitos, “que, na linguagem marxista, se poderia chamar de infraestrutura. Mas até mesmo entre os teóricos marxistas vem sendo já há muito denunciado o tratamento primário e simplificador das relações entre base e superestrutura”, pois, “assim como as ideias se movem no espaço, há de acontecer que também viagem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho”.³³ Por isso, *Visão do Paraíso* oferecia a *biografia de uma ideia* que, sendo um tema de povos distintos e eras longínquas, implantara-se no universo latino-americano, inclusive no Brasil.

Num único gesto, Sérgio Buarque de Holanda se distinguia do materialismo histórico – sem negar-lhe, contudo, um diálogo possível – ao mesmo tempo em que parecia também recusar os estudos de vidas e pensamentos individuais como síntese de períodos históricos, aos moldes de Lucien Febvre, modelo então já abandonados na agenda das mentalidades.³⁴

Ademais, continuando suas respostas à comunidade de leitores iniciada em 1958-1959, ele afirmava que seu interesse residia em analisar a projeção dos mitos no ritmo histórico, não tendo “em mira explorar todas as virtualidades dessa espécie de secularização de um tema sobrenatural, e que *levaram certo autor a perguntar* ultimamente *se os motivos edênicos não poderiam dar margem a uma ampla teoria*, onde toda a História encontraria sua explicação”.³⁵ É claro que, em nota, o *certo autor* aludido seria Charles Sanford, cuja referência, *The quest for Paradise. Europe and American moral imagination* (Urbana: University of Illinois Press, 1961), não poderia, pelo tempo de seu aparecimento, ter sido usada em *Visão do Paraíso*. Contudo, não se deve perder o horizonte da fortuna crítica, pois essa mesma ideia de *explicação total* que supostamente a tese oferecia ao público fora apropriada por Nogueira Moutinho.

É correto igualmente que, provavelmente alertado pela Companhia Editora Nacional quanto à circular da Edusp sobre a reclamação das listas bibliográficas – e talvez só por isso, Sérgio Buarque desfiou em seu Prefácio um cabedal de novos estudos, citados em notas de rodapé com uma regularidade poucas vezes presente nos paratextos editoriais que assinou.

³² HOLANDA, op. cit., 1969, p. XVIII.

³³ Idem, p. XIX-XX.

³⁴ Assim, uma vez ignorado tal viés, tinha início a “história dos sistemas de crenças, de valores e de representações próprios a uma época ou grupo, designada na historiografia francesa pela expressão, tanto mais globalizante quanto seu conteúdo nacional permanece vago, de ‘história das mentalidades’”. REVEL, Jacques. *Mentalidades*. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 34.

³⁵ HOLANDA, op. cit., 1969, p. XI [grifos meus].

Entre eles, além de Sanford, estavam os estudos anglo-saxões de Henry Nash Smith, com *Virgin land. The american West as symbol and myth* (Cambridge: Mass, 1950); George Williams, com *Wilderness and Paradise* (New York: Christian Thought, 1962); Alan Heimert, com *Puritanism, the Wilderness and the frontier* (Massachusetts: New England Quarterly, 1953) etc.

Fazia isso por duas questões basilares: a primeira para frisar ora o desconhecimento de determinados estudos ao tempo da produção, defesa e publicação do seu, ora a convergência, senão com a ótica mitológica *vis-à-vis* aos países da América Latina, ao menos no que tocava à pujança da força edênica no Novo Mundo; e a segunda razão se devia, a meu ver, à sua busca pela identificação com a historiografia voltada para a História dos Estados Unidos, integrando o continente e de acordo com os plano de um *mesmo Ocidente* esboçados na *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO) e ecoados em Santiago do Chile, em 1963. Até porque, motivos lhe sobravam para isso, haja vista a infinidade de convites que vinha recebendo para ministrar cursos em universidades norte-americanas.

As propostas foram inúmeras: Universities of California, Indiana, Yale etc;³⁶ chegavam por correspondências que possibilitam reconstituir parte do circuito letrado internacional e as redes de sociabilidade que teceu com James Scobie, Stanley Ross, Richard Morse entre outros.³⁷

Elas não tinham um caráter unilateral, pois da terra do Tio Sam também se enviavam alunos para a USP, com mediação de Sérgio Buarque.³⁸ As oportunidades vinham, inclusive, de seus leitores da segunda grande fortuna crítica, a exemplo de um resenhista de *Caminhos e fronteiras*, Rollie Poppino, já professor Assistente no Departamento de História da University of California at Davis.³⁹ Esse período marcava a sua identificação intelectual como historiador

³⁶ Cf. o triênio 1965-1967 do *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*. Exemplo disso se verifica em: “The University offers courses on Brazilian history and geography and sponsors one of the seven Portuguese language centers in this country. I am writing you now to find out if you would be interested in an invitation and when”. Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 490 – Carta em inglês de E. Bradford Burns da Universidade da Califórnia a SBH convidando-o para que fizesse uma visita à UCLA. Los Angeles, 15 mar. 1965. as. E. Bradford Burns. 1p. Cp 268 P10. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*).

³⁷ Cf., por exemplo, a Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 494 – Carta em inglês de James R. [Scobie], Diretor da Indiana University a SBH convidando-o para que realizasse seminários de história latino-americana naquela universidade e sobre a possibilidade de SBH dar um curso de História do Brasil. [Bloomington], 11 jan. 1966. as. ileg. 1p. Cp 272 P10; _____. 495 – Ofício em inglês de Stanley R. Ross, Reitor da Universidade de New York a SBH convidando-o para que atuasse naquela instituição como professor Visitante do Departamento de História, onde daria um curso de História do Brasil. s/l., 15 fev. 1966. as. ileg. 2p. Cp 273 P10; _____. 499 – Carta em inglês de Richard M. Morse da Yale University a SBH convidando para que visitasse àquela universidade por ocasião de sua viagem aos EUA, onde poderia realizar seminários para estudantes de História do Brasil. s/l., 14 jul. 1966. as. Morse. 2p. Cp 277 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁸ Cf., por exemplo, a Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 486 – Carta em inglês de Willian E. Buckler, da Universidade de New York a SBH agradecendo a sua ajuda no programa de envio de estudantes americanos ao Brasil. New York, 20 jan. 1965. as. W. E. Buckler. 1p. Cp 264 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁹ Cf. o nº 61 / 13 do *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos* e sobre a missiva enviada a Sérgio Buarque, Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 501 – Carta em inglês de Rollie E. Poppino, da Universidade

e catedrático da FFCL, de tal modo que, além das traduções em italiano e espanhol de *Raízes do Brasil* (de 1954 e 1955), seria a partir desse lugar institucional que apareceria a maior parte de seus estudos especializados no formato de artigos e capítulos de livros, em língua estrangeira.

Afinal de contas, ainda que nessa espécie de internacionalização de seus pensamentos impressos fossem mobilizando velhos escritos – depurados e adaptados –, a época correspondia a um tempo de grande circulação de suas ideias no exterior, mesmo que voltadas ao reduzido público acadêmico. Assim, junto às publicações advindas dos contatos com as nações vizinhas, como a tradução do seu conhecido texto de 1951, para o espanhol, como: *El pensamiento histórico en el Brasil* (revista *Ficción*, Argentina, 1958), ou do prefácio que escreveu para o livro *História de Nicolas I, rei do Paraguai y emperador de los mamelucos* (coleção *Curiosa Americana*, Chile, 1964), havia os trabalhos em inglês, alemão e francês.⁴⁰

Entre esses, destaco, por ordem de edição: *The monsoons*, no livro *The bandeirantes – The historical role of the brazilian pathfinders*, organizado por Richard Morse (New York: Alfred Knopf, 1965); *Historical thought in twentieth-century Brazil* (outra tradução do seu artigo *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, agora no inglês e dilatada a periodização do título original) no estudo dirigido por Bradford Burns, qual seja: *Perspectives in brazilian history* (New York: Columbia University Press, 1967); *Die geschichte eines halben kontinentes* (História de meio continente), impresso na obra *Brasilien*, sob a organização de Fulvio Roiter (Zürich: Atlantis, 1969); com o mesmo formato e editora precedente, saiu a sua versão como *Brésil* e, nela, o capítulo *L’histoire d’un demi-continent* (1970); por fim, este trabalho traduzido para o alemão e o francês, reapareceu através de uma editora da Inglaterra, publicado como *History of a half continent* (London: Thames and Hudson, 1971).

Tudo isso, nesta longa pausa na palestra da ESG que não é ociosa e cuja digressão prosseguirá no próximo item, conserva um enorme poder simbólico, especialmente quando se observa que os textos que circularam traduzidos como *Die geschichte eines halben kontinentes*, *L’histoire d’un demi-continent* ou *History of a half continent* são uma espécie de incremento e mescla entre a aula inaugural que Sérgio Buarque de Holanda ministrou no curso do CIHA, em Santiago (1963), e a conferência proferida para os militares, no Rio de Janeiro (1967).

Em todos esses casos, o professor da FFCL-USP avançava cronologicamente sobre as décadas republicanas do passado brasileiro, repetindo várias ideias presentes na HGCB ou em

da Califórnia a SBH convidando-o informalmente a visitar aquela Universidade e tratando de assuntos de caráter pessoal e profissional. Davis, 03 out. 1966. as. Rollie. 1p. Cp 279 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁴⁰ Para todas essas referências e as seguintes, Cf. os respectivos anos de publicação dos estudos, em: *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

seus livros anteriores, além das falas inscritas nos textos de 1963 e 1967. Em particular aquela segundo a qual “la rupture décisive dans l’histoire du Brésil moderne remonte non pas à 1889, mais à 1930. Avant cette date, une petite minorité au pouvoir cherchait à sauvegarder sa situation privilégiée, sous prétexte de servir les intérêts du peuple”.⁴¹ Isso não impediu, entretanto, que da própria universidade emergissem polêmicas para atrelá-lo às perspectivas de Gilberto Freyre, pelo fato de suas obras mais conhecidas apresentarem, em aparências, um Brasil servido por uma psicologia social antiquada, embalados por uma prosa literária e esquivos à dialética das classes, curvando-se, segundo os críticos, à documentação pitoresca.⁴²

Seja como for, o fato é que, embora ao término do Prefácio de *Visão do Paraíso*, em 1969, Buarque de Holanda vinculasse suas falas na nova edição às visitas que tinha realizado aos Estados Unidos e aqui mencionadas pelas mãos de James Scobie e Richard Morse, ele assim agia provavelmente tendo em vista a demarcação acadêmica da tese. Tais contatos realmente entravam em um patamar diferente, mas as conexões com o país haviam começado nos anos 1940-1950 e foram reforçadas antes das novas visitas às universidades americanas.

Registros disso foram produzidos outra vez pela velha conhecida Myriam Ellis, também participante das publicações fomentadas pela Difel e ainda assistente da cátedra de História da Civilização Brasileira.⁴³ Ocorre que, em 2 de setembro de 1960 a FFCL realizou uma *sessão*

⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. L’histoire d’un demi-continent. In: ROITER, Fulvio (org.). *Brésil*. Collection “Orbis Terrarum”. Zurich: Atlantis, 1970, s/p.

⁴² Quem emitiu essa apropriação dos livros *Casa-grande & senzala e Raízes do Brasil* foi Alfredo Bosi em prefácio ao estudo de: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974*. São Paulo: Ática, 1977, como desenlace de uma grande polêmica iniciada por ocasião dos lançamentos de *1822: dimensões* (trabalho organizado por Guilherme Mota. São Paulo: Perspectiva, 1972) e *Do Império à República* no mesmo ano. Em outra publicação conjunta com minha orientadora, já ao tempo deste doutoramento, pudemos debater em minúcias esta contenda. Cf. FURTADO, André; VENANCIO, Giselle. « Quand l’ Histoire Geral da Civilização Brasileira (HGCB) rencontre ses critiques », *Brésil(s) revues – Sciences Humaine et Sociales*, Paris, v. 10, p. 1-25, nov. 2016.

⁴³ O capítulo que ela até então assinara tinha sido o seguinte: ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Do descobrimento à expansão territorial (v. 1). São Paulo: Difel, 1960. Ao lado desse estudo, outro (fruto de sua livredocência, na qual destaquei no Capítulo 5 a presença de Sérgio Buarque, só mais tarde como orientação oficial) chegaria a ser mote de crítica por tabela, novamente envolvendo Carlos Guilherme Mota. Desconsiderando a importância do catedrático para a FFCL-USP e ignorando o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), o professor disse que a sua passagem pela universidade foi “superficial. Viveu nela durante um dos períodos da História do Brasil mais favoráveis, quando poderia ter articulado uma das melhores equipes acadêmicas do país, à semelhança do professor Florestan Fernandes. [...]. Ficamos sem um núcleo de estudos e pesquisas à altura do Instituto Torcuato de Tella, da Argentina, ou Colégio de México, ou École Pratique, da Sorbonne. Ficou-se, na USP, a se ver baleias”. MOTA, Carlos Guilherme. Uma visão ideológica. *O Escritor*, v. 1, n. 5, ago./set. 1980, s/p. In: Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 571 – Carta de Alfredo Bosi a SBH, esclarecendo sobre o exato sentido de uma apreciação sobre o livro “Raízes do Brasil”. São Paulo, 09 dez. 1980. as. Alfredo Bosi. 3p. (três recortes de jornais e comentários sobre a bibliografia crítica de “1822: dimensões”). Cp 349 P11. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Ocorre que o trabalho de Myriam Ellis foi então defendido em 1966 como *As feitorias baleeiras meridionais do Brasil colônia*, em sintonia, ao menos no título, com a ideia de uma colonização da faixa litorânea. Na banca, estiveram Sérgio Buarque (Presidente), Alice Piffer Canabrava, Francisco Iglésias, Astrogildo de Mello e Nícia Vilela Luz. Em 1969 foi publicado pela Companhia Melhoramentos (SP), prefaciado pelo ex-orientador. Cf. Notícia informativa. *Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974)*. Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-

cultural ou *mesa redonda* sobre os problemas da disciplina de História Latino-Americana, cujos debatedores eram Lewis Hanke e Jean Roches, professores da University of Texas (UT) e da Université Toulouse, respectivamente.⁴⁴ Ambos foram apresentados por Sérgio Buarque na qualidade de Diretor do Departamento, diante da plateia que contou com as presenças de Jean Glénisson, Caio Prado Júnior e os catedráticos da casa, seus assistentes e demais interessados no tema. Particularmente no caso de Lewis, Buarque de Holanda fez questão de destacar os laços mantidos desde 1950, no I Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Washington), e dizer que o docente pesquisara questões relacionadas à justiça na conquista da América pelos castelhanos e que vinha preparando trabalhos sobre a mineração em Potosi.

Ao tomar a palavra, o docente da UT apontou as dificuldades no intercâmbio entre os vários centros de estudo e, como diretor da *Hispanic American Historical Review*, salientou a necessidade que tinha a redação dessa revista de receber resenhas acerca do que se publicava em História do Brasil, sugerindo, ademais, que se organizasse um colóquio, de preferência em Petrópolis (RJ), com o objetivo de discutir a época de D. Pedro II. Falou da necessidade de se cuidar dos arquivos e neles proceder ao levantamento dos documentos do século XIX. Quanto a São Paulo, em especial, frisou que, enquanto tinha observado o crescimento de estudos econômicos não percebera o mesmo empenho sobre o tema da imigração.

Ora, não seria da revista supracitada que viriam as resenhas em inglês das comunidades de leitores buarqueanas? Sérgio Buarque de Holanda não estava pesquisando esses temas na HGCB e orientando trabalhos na FFCL? Do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) não pode ter vindo *também* desse tipo de discussão, sem falar no CIHA, ambos fundados, aliás, em 1962?

Em resposta, Sérgio Buarque concordou que os estudos de História do Brasil precisavam desbravar o período *pós-colonial* – conforme os termos que Myriam Ellis registrou –, mas que julgava mais urgente a busca de fontes do que a realização de congressos. O catedrático lembrou ainda que o norte-americano radicado no Brasil, Frank Perry Goldmann, embora estudioso da Sociologia, fazia uma pesquisa de interesse histórico sobre os estadunidenses sulistas que ao término da Guerra de Secessão haviam se estabelecido em Santa Bárbara (SP). Já a propósito da História Econômica, o professor Eurípedes Simões de Paula esclareceu que a cautela nessa área se justificava, pois, o tema poderia despertar polêmicas de eventos políticos recentes, como

FFLCH) da USP, p. 830. Devo tais dados a Robert Wegner, que me falou sobre isso. Cf. a nota 52 do Capítulo 7.
⁴⁴ Cf. ELLIS, Myriam. Noticiário. “Mesa-redonda” de problemas de História Latino-Americana. *Revista de História*, São Paulo, v. 20, n. 41, 1960. Embora o título apresente a expressão “mesa-redonda” – assim mesmo, entre aspas –, achei cabível destacar na síntese também o de “sessão cultural”, pois esta aparece no registro da ata do encontro como opção explícita à primeira denominação, de sorte que elas talvez sejam expressivas do paulatino estabelecimento disciplinar da História, ao ponto, inclusive, de pairar dúvidas sobre o tipo de evento que se estava realizando. Informo ainda que os próximos parágrafos sobre o encontro serão baseados nesta referência de Ellis.

quem se referisse à Revolução Constitucionalista de 1932: lance político expressivo para a geração reunida na FFCL-USP e para grande parte da comunidade de leitores buarqueana.

Este último cuidou de enfatizar ainda a falta de verbas e/ou apoio governamental para tais fomentos, bolsas de estudo etc. e chegou a citar o caso da publicação do catálogo de Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que tinha sido uma doação feita à FFCL. Esta, não dispondo de verbas e tendo em mira o interesse em divulgar o material, acabou fazendo um acordo com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para levar o plano adiante, o que, de fato, ocorreu. Porém, sob várias críticas de colegas do Departamento à decisão de Simões de Paula. Tal situação é convergente com o clima de disputas acadêmicas e ilustra o tímido estabelecimento disciplinar da História em face de instituições não-universitárias.

Ainda no evento de História Latino-Americana, após essas considerações de Eurípedes Simões de Paula, era a vez do catedrático Eduardo d'Oliveira França pedir a palavra. Assim, no tocante à ideia do Congresso a ser realizado sobre o tempo de D. Pedro II, ele a considerava fecunda e feliz, mas acreditava que a delimitação não despertaria muito interesse. Por isso, sugeria que cada participante elaborasse um trabalho com antecedência, incentivando-se, dessa forma, segundo Eduardo França, o surgimento de especialistas na matéria (este não seria, mais tarde, o modelo vencedor nos encontros da Associação Nacional de História – ANPUH?).

França apontou, ademais, o que foi registrado na ata como depósitos de *papéis velhos*, conforme termos que, pela sequência do debate, ele parece mesmo ter proferido em relação aos Arquivos do país, sedentos de pessoal treinado e marcados por organizações rudimentares. Quanto à carência ou início de estudos econômicos, frisou igualmente a baixíssima quantidade de trabalhos em História das Ideias ou Social e predomínio de publicações em História Política.

O professor Glenisson, contestando tais afirmações, elogiou a estrutura do Arquivo de São João del Rei (MG), assim como o docente convidado para o debate, Roches, pois este usou o gancho para tratar da imigração de que falara Lewis, afirmando existir no Brasil enormes riquezas documentais, como o acervo gaúcho da Fundação Menz. Ato contínuo, discordou da setorização do passado e propôs – tal como o faria Pedro Moacyr Campos no ano seguinte, em 1961 – uma História Humana, com o homem no centro de tudo. Dito isso, ao encerrar a sessão, Sérgio Buarque de Holanda teria lembrado a “a necessidade de ganhar-se o tempo perdido com a História Política, opinando pelo interesse de estudos especializados para depois poder-se realizar-se uma História completa”.⁴⁵ Essa, por certo, tinha começado exatamente através dele e atendia pelo nome de *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB).

⁴⁵ HOLANDA *apud* ELLIS, op. cit., 1960, p. 287.

8.3. As traduções ao redor do mundo, um profeta e os novos quadros receptivos

Apesar dos esforços buarqueanos e dos desdobramentos editoriais de suas redes, viu-se que o autor de *Visão do Paraíso* seguia, por vezes, sendo vinculado ao de *Casa-grande & senzala*, sobretudo por conta de sua “obra” de estreia, a despeito dos esforços posteriores e, em particular, dos planos narrativos dos volumes de escrita da história coletiva que coordenava junto à Difel. Talvez o fato de sua tese de cátedra ter saído na coleção *Brasiliiana* sob Américo Jacobina Lacombe possa ter contribuído para o notável silêncio que se abateu sobre a segunda edição do livro. Não quero dizer com isso que o insucesso pudesse se encerrar nas contendas de ordem estritamente políticas, mesmo porque, se houve certo descrédito, foi bem antes por estar se firmando algo diferente na configuração em destaque, como se verá.⁴⁶

Mas o caso da tese de cátedra se mantém frisante no que toca ao tímido êxito de vendas – afinal isso fora a condição para a Edusp coeditá-la –, pois só atingiria uma terceira edição, mais definitiva, quase um decênio depois, em 1977.⁴⁷ Outros dez anos se passariam até que a sua primeira tradução fosse concluída, em espanhol, como *Visión del Paraíso: motivos edénicos en el descubrimiento y colonización del Brasil*, pela Biblioteca Ayacucho (Caracas, 1987).⁴⁸

Esta era dirigida por Ángel Rama e contou com o patrocínio do governo venezuelano, pois surgia em comemoração às batalhas que consolidaram a independência da América espanhola e visava reunir cerca de 300 volumes sobre as referências mais importantes “en la literatura, el pensamiento y la historia, de Nuestra América (la española, portuguesa y francesa)

⁴⁶ A morte em 1973 de Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da Companhia Editora Nacional, seria outro fator marcante e da derrocada nos primeiros tempos da coleção nesta década. Com a saída de Octalles Ferreira, e diante da impossibilidade de negociação com a LJOE, que, a princípio, se havia interessado por sua compra, a empresa ficou nas mãos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que indicou um de seus profissionais de carreira para dirigi-la, a saber: Ezio Távora, indivíduo de baixa expressão no mercado editorial e livreiro.

⁴⁷ Esta foi a versão definitiva do autor, que acrescentou o relato do religioso Simão de Vasconcelos (1597-1671) sobre a descrição do Éden na América portuguesa, que fora censurada de sua *Crônica da Companhia de Jesus* (1663). Atualmente, *Visão do Paraíso* se encontra apenas em sua sétima edição (2010), sendo, depois de *Raízes do Brasil*, o trabalho mais editado, embora a “obra” de estreia tenha mais de vinte e cinco edições e várias traduções. Por ora, quanto às especificidades da vida editorial do livro de 1959, Cf. o *Apêndice B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos no mundo dos impressos*.

⁴⁸ *Visão do Paraíso* foi o segundo livro de autoria de Sérgio Buarque de Holanda traduzido para o espanhol e somente para este idioma, seguindo o texto de 1969. Em conversa com a professora Laura de Mello e Souza em 13 de junho de 2017, no Centre Roland Mousnier / Université Paris IV Sorbonne – a quem agradeço a disponibilidade e a gentileza de me receber –, soube de seu empenho para levar adiante um plano de tradução para o francês. Porém, as recusas se justificam por conta da tarefa que seria difícilíssima, sendo uma obra muito erudita. Somando aos aspectos que tenho apontado, segundo Mello e Souza, com quem concordo, as mudanças operadas no texto de *Raízes do Brasil* e em tantos outros – como *Monções*, mesmo *Visão do Paraíso*, *Do Império à República* (cujos ajustes ficaram inacabados) etc. – também eram a forma encontrada por Buarque de Holanda para trabalhar. De sua geração, aliás, ele não foi o único a proceder assim. Alertou-me a historiadora que *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, igualmente adicionou, no conjunto final de seus ajustes, uma quantidade enorme de notas que não constavam na edição de 1933 e que isso, portanto, era uma prática intelectual comum.

desde sus orígenes hasta hoy, es decir, desde los poemas de Netzahualcoyotl hasta los grandes maestros de la literatura actual (Guimarães, Neruda, Carpentier, Borges, Drummond etc.)”.⁴⁹

Para tanto, Rama obteve ajuda de Darcy Ribeiro e Antonio Candido na elaboração das listas de obras selecionadas para este projeto iniciado por volta de 1974. Trabalhavam à distância porque, nesse ano, desde a primeira reunião planejada entre os três, somados a Carlos Drummond de Andrade e Caio Prado Júnior, foram boicotados pelo regime civil-militar brasileiro que impediu a saída deste último do país. Contudo, isso não foi uma barreira para que se comprometessem com o horizonte latino-americano. Em todos esses debates foram politizadas as discussões sobre a cultura diante dos fracassos das esquerdas no continente, quando também se viram preocupados com a dívida das universidades com a sociedade e a herança da profissionalização que poderia separar suas agendas da pauta política.⁵⁰

Das correspondências que Ángel Rama trocou com Antonio Candido, pode-se inferir que esses planos, embora imersos na configuração dos constrangimentos sociais pela onda de golpes de Estado que se alastram nos países de antigo domínio ibérico, contou, igualmente, com os encontros fomentados pela UNESCO. Escrevendo da capital uruguaia em 11 de dezembro de 1967, Rama avisava ao “querido amigo” que havia conhecido Sérgio Buarque de Holanda em Lima, na reunião de *experts* para o debate das culturas latino-americanas, cuja proposta eles haviam transformado “en una Historia social de la literatura, las artes plásticas y la música”, concentrada inicialmente no século XX. Por isso convidava Antonio Candido para assumir a parte literária relativa ao Brasil e o informava que, apesar das dificuldades avizinhas pela quebra do liberalismo em seu país, trabalhavam para criar uma cátedra de Literatura Brasileira em Montevideú, gerando as oportunidades para que ele pudesse ministrar algum curso. O

⁴⁹ Extraí esse trecho de uma carta de Ángel Rama escrita em Caracas, em 17 de setembro de 1974, para Antonio Candido. A missiva se encontra em: ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Tese (Doutorado em Letras). USP, São Paulo, 2006, p. 356. Conheci o professor Rocca em 2013, no Congresso da *Society for the History of Authorship, Reading and Publishing* – SHARP (Cf. a nota 24 do Capítulo 6). Nesse evento, através de minha orientadora que lhe entregou o texto sobre a recepção de *Visão do Paraíso* que eu apresentara à época, discutimos algumas ideias e ele me informou sobre uma tentativa de publicação do livro buarqueano de 1959 no Uruguai, cujas negociações teriam se dado através de Darcy Ribeiro. Mas não encontrei nada de concreto a esse respeito. O que apurei foi que Rama e Ribeiro dirigiram a *Enciclopedia uruguaya. Historia de la civilización uruguaya*, uma coleção de 63 fascículos impressos entre 1968 e 1969, para larga difusão e, por isso, foram vendidos a preços acessíveis e disponíveis até em bancas de jornais.

⁵⁰ Cf. BOMENY, Helena; JOSIOWICZ, Alejandra. O exílio de Darcy Ribeiro e Ángel Rama: intelectuais, cultura e política na América Latina. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 19 n. 2, p. 320-346, dez. 2017. Segundo essas pesquisadoras, Rama e Ribeiro se encontraram inicialmente em Montevideú, quando Darcy Ribeiro refugiara-se após ser destituído de todos os seus cargos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), que lhe cassou os direitos políticos. Manteve-se no Uruguai até 1968, retornando ao seu país até que o AI-5 o levou à prisão, sendo absolvido em 1969. Após isso passou pela Venezuela, o Chile e o Peru, voltando ao Brasil em 1976. Rama, por sua vez, já teria denunciado os *nacionalismos provincianos* e, quando a ditadura se implantou em seu país, em 1973, o uruguaio lecionava na Venezuela e adotou esta cidadania. Em 1978, foi para os Estados Unidos e trabalhou em universidades como Maryland e Princeton, mas a recusa ao seu pedido de visto permanente o levou a se mudar para a França.

encontro referido era do comitê de *Estudo das culturas latino-americanas*, do qual Sérgio Buarque participou quatro vezes: neste na capital peruana, em 1967; o segundo em San José (Costa Rica), em 1968; o terceiro e o quarto na Ciudad de México, em 1973 e 1974.⁵¹

No ano anterior à formação do comitê em Lima, na décima quarta *Conferência Geral da UNESCO* (Paris), a resolução 3.325 previa o fomento a tais investigações que, segundo o documento, integravam o patrimônio comum da humanidade, autorizando a liberação de 45 mil dólares para a sua realização entre 1967 e 1972. Entretanto, posteriormente, os encontros foram estendidos.⁵² Nesse período, em carta de 5 de outubro de 1967, o convite da organização chegava a Buarque de Holanda explicando o plano aprovado e que seu escopo tinha em vista a interdisciplinaridade na cooperação internacional entre os especialistas, frisando que, além dos domínios artístico-literários implicados, no caso da História a ênfase recairia sobre os domínios sociais e culturais, tendo por objetivo debater seus traços de originalidade e multi-relações.

Dizia ainda que os debates compreenderiam a consulta às comissões nacionais dos Estados membros a respeito do assunto e, em seguida, promoveriam a reunião dos *experts*, sendo o destinatário da missiva um deles, ao qual se juntavam nomes de outros professores e/ou personalidades da cena artística. Eram eles: Enrique Anderson Imbert (Argentina), Léon Angeliers (Cuba), José Maria Arguedas (Peru), Gustavo Beyhaut (Uruguai), Eduardo Cabalero Calderón (Colômbia), C. R. Coulthard (Jamaica), Jesus Diaz Rodriguez (Cuba), Guillermo Lohmann (Peru), Laura Lopez Campo (Chile), Fryda Schultz de Mantovani (Argentina), Mario Monteforte Toledo (Guatemala), Ángel Rama (Uruguai), Pedro Rojas (Uruguai), João Guimarães Rosa (Brasil), Benjamin Subercassaux (Chile) e Leopoldo Zea (México).⁵³

Isso acabou ajudando a erguer a crítica ao ufanismo dos regimes de força instalados em todo o continente. Dois anos após o último comitê que Buarque de Holanda fez parte, novas missivas, de 8 e 30 de setembro de 1976, desta vez de Rama a Antonio Candido, triangulavam a relação entre eles, nas quais se abordou a tradução espanhola de *Visão do Paraíso*. A primeira dizia que o historiador lhe enviara o livro sem explicitar se aceitava as condições; e a segunda, por sua vez, confirmava a assinatura do contrato desta tradução que, enfim, foi acertada.⁵⁴

⁵¹ Cf., respectivamente, ROCCA, op. cit., 2006, p. 334-335; & todos esses períodos junto ao *Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos*.

⁵² Actes de la Conférence générale. Quatorzième session (Paris, 1966). Résolutions à l’adresse des États membres. Sciences sociales, sciences humaines et culture. Archives de l’*Organisation des Nations Unies pour l’Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO). CFS.67/VI.4/F, 1967, p. 63.

⁵³ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 507 – Carta em francês da UNESCO a SBH tratando sobre a Réunion d’experts pour l’étude des cultures de l’Amérique Latine, encaminhando lista de participantes do evento. Paris, 05 out. 1967. s. as. 1p. (anexo: lista dos participantes). Cp 285 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁵⁴ Cf. a correspondência mencionada em: ROCCA, op. cit., 2006, p. 380-382.

O começo de uma possível arrancada da tese de cátedra parecia se iniciar, mas não sem concorrências no mesmo plano editorial, pois cabe dizer que também estava em curso – e mais adiantada – a negociação com Gilberto Freyre, cujo título *Casa-grande y senzala* sairia na Biblioteca Ayacucho, em 1977, com prólogo e cronologia de Darcy Ribeiro.⁵⁵ Já no caso de *Visão do Paraíso*, o projeto se estenderia por uma década a partir dessa última data e apareceria apenas em 1987, cinco anos após a morte de seu autor, ocorrida em 24 de abril de 1982.

O falecimento foi comunicado ao diretor da coleção por Antonio Candido em carta saída do Rio de Janeiro em 20 de maio daquele ano, dizendo que ele era um dos seus “maiores amigos, e sem dúvida o maior intelectual brasileiro”. A resposta veio de Washington, em 31 de maio. Nela, Ángel Rama lamentou o ocorrido, pois empenhava-se em apressar a demorada tradução, sentindo-se culpado por isso, uma vez que “Nuestro homenaje era un modo de reparar el desconocimiento imperdonable, en Hispanoamérica, de su espléndida obra intelectual”.⁵⁶

⁵⁵ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande y senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de la economía patriarcal*. Colección “Biblioteca Ayacucho”. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1977.

⁵⁶ ROCCA, op. cit., 2006, p. 424-426. Anos depois da morte de Sérgio Buarque de Holanda às vésperas do aparecimento da tradução de *Visão do Paraíso* pela Biblioteca Ayacucho, o irmão do editor José Olympio Pereira Filho, Daniel Pereira, que trabalhava na empresa, escreveu à Maria Amélia Buarque de Holanda, para tratar da edição comemorativa do cinquentenário de *Raízes do Brasil* (18ª edição). Na carta, dizia que precisava da ajuda dela para: 1. Lembrar a data do lançamento original; 2. Pedir as traduções italiana, espanhola e japonesa porque gostariam de reproduzir as capas desses livros e prosseguia: “3. *Quer me emprestar o novo (?)* livro do Sérgio? 4. Há retratos dele feito por pintores? 5. O Francisco de Assis Barbosa não escreveu um trabalho sobre o Sérgio? 6. Há mais alguma coisa sobre o Sérgio que podia aproveitar? Precisamos caprichar na edição. Pedi ao Antonio Candido novo pequeno estudo, estou à espera da resposta dele”. Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. Carta de Daniel Pereira a Maria Amélia Buarque de Holanda. Rio de Janeiro – 23 jul. 1986. FCRB [grifos meus]. A dúvida do missivista quanto ao possível texto inédito talvez fosse uma sondagem e o trabalho em questão poderia ser os futuros *Capítulos de literatura colonial* (1991) ou a reescrita de *Do Império à República*, que apareceria, muitos anos depois, como *Capítulos de história do Império* (2010), uma vez que *O Extremo Oeste* já viria à público naquele mesmo ano. Assim, note-se como as posições se inverteram: em 1936, Buarque de Holanda precisou de Gilberto Freyre para assegurar sua estreia frente às dúvidas da LJOE e de seus intelectuais mais chegados à época. Meio século depois, era a editora que procurava sua família visando aproveitar tudo o que pudesse de seu espólio. O estudo de Assis Barbosa referido era o prólogo relativo à tradução de *Visão do Paraíso*, que apresentava o autor ao público hispanohablante. A edição do Jubileu de Ouro sairia com vários paratextos, incluídos os solicitados, o *Post-scriptum* de Antonio Candido, uma carta de Fernand Braudel, outra de Lucien Febvre etc. Cf. o *Apêndice C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*. Não acentuo essas questões – e a essa altura espero já ter deixado claro – como quem quisesse revelar uma mera construção social embebida de memórias. Reafirmo: trata-se, antes, de uma pesquisa que busca refletir sobre as *configurações*, ou seja, a ação individual como um ponto estruturante e interdependente em uma rede, negociando e, sobretudo, dialogando em uma economia de práticas letradas e, nesse caso, do lado de Daniel Pereira, monetária mesmo, pois são conhecidos, nesse momento, os apuros financeiros da marca JO. Assim, distancio-me de trabalhos que, a propósito dos historiadores, hoje mundialmente conhecidos, indagam-se, por exemplo: I) “por que mesmo ‘desinteressado’ de uma ‘construção de si’, o intelectual teria se ocupado, ao longo de décadas, na manutenção de papéis com grande valor simbólico, como as cartas modernistas que recebeu de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, outras de historiadores importantes como *Lucien Febvre*, *Fernand Braudel*, Richard Morse, Thomas Skidmore, Lewis Hanke ou de amigos bem próximos e não menos célebres como Antonio Candido, Octávio Tarquínio de Sousa, Rodrigo Melo de Franco Andrade, Rubens Borba de Moraes, Vinícius de Moraes, entre outros?”; & II) buscando se contrapor ao que chamou de “assertiva precipitada de Antonio Candido (1969), para quem *Raízes do Brasil* é, antes de qualquer outra referência, impregnado da ‘história social dos franceses’, [de modo que] a lembrança destas cartas parece acorrer em reforço de tal afirmação” porque haveria “um esforço por inscrevê-lo em uma tradição historiográfica [*Annales*]. Era importante sublinhar essa aproximação para vincar o sentido de profissionalização da trajetória de Buarque de Holanda, historiador, que muitas vezes é superposta à própria história da

Seja como for, se essa tradução de *Visão do Paraíso* não a livrou do possível lance em falso por ter saído junto à *Brasiliana* sob o polêmico Américo Jacobina Lacombe, em 1969 – coeditada pela Edusp quando o mercado de livros os forçava a encontrar saídas para as crises, seguido da morte de Octalles Marcondes que aprofundou os problemas da Companhia Editora Nacional –, outro tanto não se pode dizer de sua retomada nos anos 1980, conforme destaquei ao fim do Capítulo 4. E se não se pode atrelar por completo sua versão espanhola à UNESCO, convém atentar que foi em parte devido às discussões dos problemas latino-americanos que se deram muitos contatos entre os intelectuais mais ou menos já tendentes a esses debates.

Ao contrário do livro buarqueano de 1959, a “obra” de estreia não só foi a mais editada, reimpressa, apropriada e traduzida, bem como, neste último aspecto, finalmente relacionada de forma explícita à UNESCO. É verdade que isso se efetivou apenas com a edição francesa, coeditada pelo órgão e a Gallimard (Paris: 1998). Mas, desde o começo, tais possibilidades surgiam no horizonte de Sérgio Buarque de Holanda nos momentos em que ele se envolvia com as atividades ligadas à instituição internacional. Neste sentido, a UNESCO contribuiu para fazer circular a versão definitiva de *Raízes do Brasil*, assim como os trânsitos do autor, suas relações pessoais e institucionais, mormente com a academia americana e europeia, tiveram destaque em certa internacionalização de seus pensamentos impressos, via participações em coletâneas.

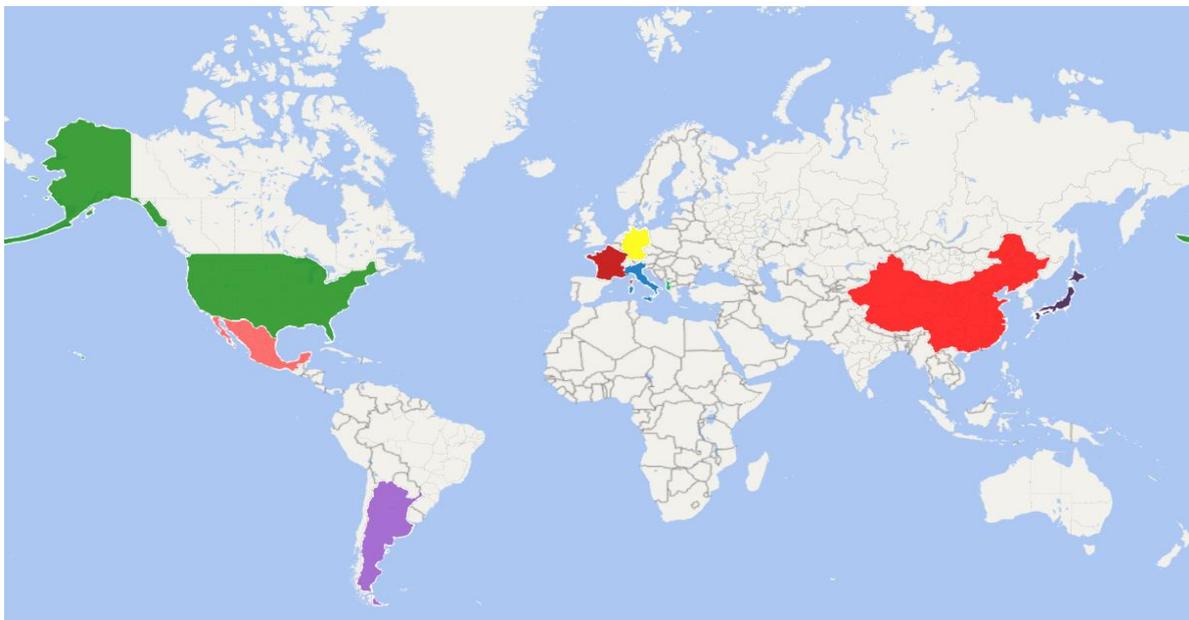
Em vida, porém, Buarque de Holanda acompanhou somente as primeiras traduções para o italiano (Milano & Roma: Fratelli Bocca Editori, 1954); o espanhol (Ciudad de México & Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955); e as duas versões publicadas em japonês (Tóquio: Editora Shinsekaisha, 1971 e 1976). Depois delas, além de *Visão do Paraíso* em espanhol, em 1987, viriam outras traduções de *Raízes do Brasil* (Cf. o Mapa 2 a seguir). Entre essas se incluíam uma nova tradução para o Japão, as primeiras alemãs, uma em chinês, a já citada que saiu na França, outra inédita para a Itália e, mais recentemente, a primeira para o inglês, o albanês e o espanhol que, desta vez, foi publicada apenas na Argentina.⁵⁷

institucionalização universitária da história no Brasil”. Ao primeiro, eu responderia com outra pergunta, a saber: por que guardamos em nossos computadores e aparelhos eletrônicos, arquivos que nunca mais acessaremos ou mensagens antigas de amigos ou não? Já ao segundo, por tudo o que demonstrei até aqui, diria que esse tipo de operação não é apenas memorialístico: tais intelectuais dialogaram, de fato, e vale frisar que *de ambos os lados do Atlântico e no próprio continente americano as trocas foram vastas no debate de pautas internacionais comuns*. Além disso, Sérgio Buarque de Holanda esteve, *efetivamente*, no centro da reconfiguração e do estabelecimento universitário da História como disciplina acadêmica no Brasil. A vida me parece infinitamente mais complexa do que um *script* bem apurado para a posteridade que aos historiadores caberia decifrar. Sendo: I) SILVA, Rafael Pereira da. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem* (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982). Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2015, p. 186 [grifos meus]; & II) CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória* (1969-1986). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2017, p. 94.

⁵⁷ Detalhes completos no Apêndice C – *As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*.

Mapa 2

As traduções de *Raízes do Brasil* pelo mundo (1954-2016)



País e ano de publicação: Itália (1954 e 2000); México-Argentina (1955); Japão (1971, 1976 e 1993); Alemanha (1995 e 2013); China (1995); França (1998); Estados Unidos da América (2012); Albânia (2012); & Argentina (2016). Total: o livro foi impresso em 9 países de 3 continentes (alguns com mais de uma versão) e em 8 idiomas.

É interessante observar também que a tradução francesa da “obra” de estreia buarqueana parece ter iniciado por essa época, o que reforça meu argumento dos trânsitos e aproximações intelectuais via UNESCO como propulsoras de certa internacionalização do autor. Isso porque, em depoimento, este enfatizou que o tipo de projeto intelectual de inspiração weberiana que o livro teria representado não estava mais em seu horizonte, pois, em suas palavras, os tempos haviam mudado. Nesta entrevista também lembrou o surgimento de outros livros de síntese, mencionando *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*, aproximando-se do Prefácio candidiano de 1967-1969, que absorveu a fortuna crítica vigente do livro. Na sequência, o historiador declarou: “Há pouco tempo uma editora francesa, a Gallimard, me propôs a tradução de ‘Raízes do Brasil’. Pediram-me também um ensaio, que seria publicado na edição francesa, atualizando minhas ideias. Tentei, mas acabei desistindo. O livro está superado e plenamente datado. *Não tem sentido reescrever eternamente a mesma obra*”.⁵⁸

A partir desse trecho, faz-se mister lembrar que, ao contrário da informação prestada no Memorial submetido à banca do concurso de cátedra (1958), não mencionou, desta vez (1976), as traduções inglesa, alemã e japonesa. É difícil medir toda a ordem de problemas e

⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de (entrevista concedida a João Marcos Coelho). A democracia é difícil. *Veja*, São Paulo, 28 jan. 1976 [grifos meus].

atrasos nesse tipo de tarefa, mas saliento que o ponto fornece mil potencialidades. Sobretudo porque, ao ser instigada a comentar a famosa coedição francesa, a tradutora, Marlyse Meyer – que fora Professora Assistente na USP e titular na UNICAMP – afirmou: “Melhor não falar porque houve muito desentendimento, discussões que hoje não interessam mais”.⁵⁹

Outros elementos chamam a atenção, por também pesarem nas traduções e mobilidade das faces letradas buarqueanas, ao ritmo das fortunas críticas e apropriações que faziam de sua autoria. Tanto que, somado ao caso italiano da “obra” de estreia, quando uma literalidade se prestaria a equívocos, o mesmo se daria nas edições japonesas. A primeira saiu como *Magokoro To Boken – Laten Teki Sakai*, traduzida por Mineo Ikegami (Tóquio: Shinsekaisha, 1971) que significa algo como *Cordialidade e aventura – Mundo Latino*. A segunda, pela mesma editoria, teve um novo tradutor, Maurício Crespo, e apareceu como *Burajirujin Towa Nanika – Burajiru Kokuminsei No Kenkyu* (1976). A ideia desse título, porém, talvez não agradasse tanto ao autor por lembrar o livro de Carlos Guilherme Mota, uma vez que o sentido de sua tradução se aproximava de: *Quem é o brasileiro – Estudo do caráter nacional do Brasil*. A terceira edição foi publicada por outra editora (Tóquio: Sinsekai Kenkyuujyou, 1993) e a tradução foi assinada por Kenji Miyakawa, que, no entanto, acabou mantendo a chamada anterior.⁶⁰

Na última edição italiana, superadas as dúvidas que recaíram sobre o título enfim acatado – a relembrar: *Alle radici del Brasile*, traduzido por Cesare Rivelli (Milano & Roma: Fratelli Bocca Editori, 1954) – finalmente se adotou a expressão *Radici del Brasile* (Firenze: Giunti, 2000), com Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Desta vez, entretanto, o texto em italiano passou aos cuidados de Luciano Arcella, em um tempo em que a autoria buarqueana se achava firmada. Logo, o risco de se alocar esse livro numa estante de botânica, como narrado no primeiro Capítulo desta tese, já era infinitamente menor.

Mas o fato de relevo a se destacar é que, ainda que Buarque de Holanda não reunisse, em absoluto, todo esse capital simbólico, em 1967, os militares da palestra da ESG estavam inegavelmente diante de um historiador respeitadíssimo, por tudo que aponte aqui, e que se vinculava à perspectiva latino-americana de Ángel Rama, Antonio Candido, Darcy Ribeiro etc.

A difusão de sua “obra” de estreia se encaminhava para a quinta e mais definitiva edição, embora ainda não atingisse o patamar de um *Gilberto Freyre*, por exemplo, pois *Casa-grande & senzala*, até essa data, estaria em sua décima quarta edição (1966) e já contava com: duas edições traduzidas para o espanhol (Buenos Aires: Ministerio de Justicia e Instrucción Pública,

⁵⁹ ENTREVISTA com Marlyse Meyer. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 233-242, set./dez. 2009, p. 240.

⁶⁰ Cf. HORCH, Rosemarie Erika. Bibliografia de Sérgio Buarque de Holanda. In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / USP / IEB, 1988.

1942 / Emecé Editores, 1943); três em inglês (New York: Alfred Knopf, 1946, 1956 e 1964); duas em francês – com tradução de Roger Bastide e Prefácio de Lucien Febvre (Paris: Gallimard, ambas em 1952); uma em alemão (Berlin: Kiepenheuer & Witsch, 1965); e uma em italiano – com Introdução de Fernand Braudel (Torino: Giulio Einaudi, 1965).⁶¹

Já afirmei que o regime, em suas primeiras horas ditatoriais, desejava ver o intelectual pernambucano à frente do Ministério de Educação e Cultura, tamanha a sua notoriedade, mais no exterior do que no espaço doméstico, por conta do fogo cruzado uspiano que não o perdia de vista. É possível inferir, assim, por comparação, que no tocante ao convite dos militares a Sérgio Buarque talvez o oficialato não deixasse de observar essas questões, de modo que o chamado para a conferência na ESG guarda um sentido de reconhecimento, sem perder o vezo de teste e vigilância dos arbítrios autoritários. É seguro supor, ademais, que – embora não fosse provavelmente perceptível aos envolvidos, à época – se verifica uma certa curva ascendente no autor de *Raízes do Brasil*, não ocorrendo o mesmo com o de *Casa-grande & senzala* entre os críticos da cena intelectual, sobretudo devido à sua proximidade com o governo.

Como se não bastasse – e essa diferença me parece decisiva –, enquanto Gilberto Freyre mantinha-se na “linha” carreira solo, publicando mais de quinze livros até o fim de 1960, Sérgio Buarque de Holanda chegaria ao seu sétimo em 1972. Com acúmulo desigual de capital simbólico, porém, sendo a fortuna buarqueana mais festejada e valiosa, naquele momento, pôs-se o professor catedrático a distribuí-lo, em especial, através da feitura de prefácios, muitos deles em trabalhos acadêmicos de antigos orientandos. Freyre, não dispoñdo dessa prerrogativa, voltou-se para si, tendo elaborado infinitamente bem mais apresentações de seus livros – em termos de fôlego e quantidade – do que o paulista. De tal modo que seu Prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso* (1969) é, nessa categoria e em nível de explicações, um filho único.

Depois do ingresso definitivo na USP, as participações de Sérgio Buarque para fazer algum tipo de apresentação em livros de terceiros, mais do que triplicaram, passando dos 11

⁶¹ Lancei mão dessas informações em: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48.ed. São Paulo: Global, 2003, p. 671-676. A exemplo da segunda tradução italiana de *Raízes do Brasil*, nesta versão em português do livro freyriano também consta um texto de Fernando Henrique Cardoso, que o apresenta. Lembrando que, provavelmente, o sociólogo deve tê-los produzido quando se encontrava na Presidência da República. Até esse limite temporal da 48ª edição de *Casa-grande & senzala* (2003), além de novas reedições nos países já mencionados, sua divulgação no exterior atingiria outros idiomas: o polonês (1985), o húngaro (1985) e o romeno (2000). Ou seja: enquanto a difusão de Freyre praticamente se estabiliza, a buarqueana avança, uma vez que, depois de 1967, viriam as já mencionadas traduções japonesas, alemã, chinesa, francesa, inglesa e albanesa. Claro que isso não alcança os números do intelectual pernambucano, mas quer dizer alguma coisa quando se olha de forma conjunta. Assim, depois do encontro de Sérgio Buarque de Holanda com os oficiais das Forças Armadas, seu livro *Raízes do Brasil* saltaria da 4ª edição para a 26ª, esta já pela Companhia das Letras, em 1995, e, a partir dela, passaria por mais de 40 reimpressões. Ao passo que *Casa-grande & senzala*, entre 1967 e 1995, sai da 15ª para a 30ª edição, pela Record. Assim, Buarque de Holanda quase se aproxima dele nesse plano e já o supera, sem dúvida, no domínio simbólico, por que é bem mais acolhido.

trabalhos que ele produzira até 1958, para atingir a soma de 34 em 1980. Observando-os panoramicamente, pode-se dizer que, enquanto os iniciais abordavam, em sua maioria, escritos de autores falecidos, os da segunda fase seriam o inverso, pois apenas três estariam nessa categoria (os impressos atribuídos a José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, Francisco de Assis Vieira Bueno e Leopold von Ranke), três ficavam um pouco ao largo da órbita acadêmica (os de Yolanda Penteado, Vinícius de Moraes e Ferreira Gullar) e dois sobre documentos históricos. Os 15 restantes dessa conta são, majoritariamente, de ex-alunos.⁶²

Os aspectos que marcam esse segundo conjunto de textos mais universitários tratam ainda, cronologicamente falando, de estudos sobre os séculos XVI ao XIX, mantendo-se nas épocas colonial e imperial brasileiras em uma relação íntima com o projeto e volumes da HCGB, enquanto seu diretor era professor catedrático na FFCL-USP, ora partindo deles como pesquisas aprofundadas em dissertações e teses, ora saindo dessas para as suas páginas.⁶³

É flagrante a proximidade entre as temáticas da coleção HGCB, com os assuntos dos prefácios, pois os pontos abordados neles são quase os mesmos do projeto editorial sob vários aspectos. Assim, sem repetir elementos que já pude considerar em outros trabalhos, concederei atenção ainda a dois pontos breves, antes de retornar ao recinto da ESG, no qual o professor catedrático da FFCL-USP discursava em prol de toda a sua reputação.

Num primeiro momento, farei referência a elementos basilares de alguns capítulos centrais dos volumes publicados pela Difel, pois se aos militares interessava saber o que o autor entendia por *Homem brasileiro*, defenderei que neles se encontra um pouco a chave dessa possível resposta. Na sequência, usando um exemplo que foge à regra dos prefácios como impressos em livros de antigos orientados de Sérgio Buarque de Holanda, acredito que, por ser exatamente uma exceção, confirma o argumento dos trânsitos mil que se operavam entre o professor, o ambiente acadêmico e a atualização de suas teses que auxiliaram, sobremaneira, para erguer o *cânone*, enfim, junto com o seu lugar intelectual de *clássico... por negociação*.⁶⁴

⁶² Cf. o Apêndice D – Principais paratextos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros.

⁶³ Todas essas considerações de natureza geral sobre os escritos buarqueanos em território autoral alheio (sobretudo prefácios de textos de outros autores), realizei quando de meu *séjour* parisiense, sob a orientação do professor Jean Hébrard. As ideias básicas consistiam em refletir, respectivamente, da seguinte forma: I) o que era um prefácio do ponto de vista de Sérgio Buarque? II) existiria uma relação entre suas posições sociais e os momentos de tais publicações? III) quantos livros foram e de quais casas editoriais? IV) qual extensão dos campos, períodos e quem eram os prefaciados? V) como os textos demonstrariam, eventualmente, um poder intelectual acumulado? VI) que estilo de análise (crítica, laudativa etc.) e leitura dos livros ele produziu? VII) de que forma classificar os seus diferentes modelos? VIII) Buarque de Holanda reutilizou o conteúdo dessas obras? IX) haveria uma coincidência cronológica entre tais atividades e suas próprias pesquisas? & X) esses textos podem ser considerados como provas de apropriações / leituras buarqueanas? Quanto às relações entre os prefaciados, ex-orientandos ou não de Sérgio Buarque de Holanda, e suas presenças no projeto da HGCB, especialmente no Tomo II (*O Brasil Monárquico*), já abordei em: FURTADO, op. cit., 2016.

⁶⁴ Assim, acredito que fechará meu contraponto à ideia de *clássico por amadurecimento*, de Luiz Feldmann.

Essas imagens dependeram muito de suas comunidades de leitores e das incontáveis conexões pessoais e institucionais, de Norte a Sul da América ou com parte da Europa, que levaram a certa internacionalização de seus escritos em coletâneas mundo afora, avaliada neste item e passível de vários outros nexos. A partir daí, seguiram-se as traduções dos livros *Raízes do Brasil & Visão do Paraíso*, fazendo o primeiro romper a barreira italiana e espanhola, de um lado, e fomentar no *post-mortem* do autor a revalorização de sua tese de cátedra, de outro. Tudo em meio aos constrangimentos sociais e dos contatos promovidos através da UNESCO.

O conjunto dessa *economia de práticas letradas* que – entre perdas e ganhos, erros de cálculos e acertos – assegurava um lugar de destaque à *autoria* buarqueana, levava ao abandono potencial de um reconhecimento estritamente nacionalizado para a sua *obra*, que passou a alçar voos de apropriações que a identificavam com toda a quadra latino-americana. Isso se deu mesmo nos títulos impressos das traduções de *Raízes do Brasil* até o Extremo Oriente e já se observou com a recorrente acuidade que “l’internationalisation (ou la « dénationalisation ») des catégories de pensée qui est la condition première d’un véritable universalisme intellectuel”.⁶⁵ Tal fixação no *campo*, aliás, era tão ou mais eficaz se validada por instâncias de excelência e, também nesse ponto, Sérgio Buarque não estaria, mais tarde, desamparado.⁶⁶

Posto isso, passo à síntese dos pontos anunciados de excertos da coleção HGCB. Assim, sublinho, no primeiro caso, dois capítulos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda, a saber: *A mineração: antecedentes luso-brasileiros & Metais e pedras preciosas*; e, no segundo, um de Nícia Vilela Luz, qual seja: *Inquietações revolucionárias no Sul: a Conjuração Mineira*.⁶⁷

Os primeiros parecem reviver as teses de *Raízes do Brasil* reformadas, de *Monções*, de *Caminhos e fronteiras*, de *Visão do Paraíso*... pois, de saída, apontavam que a escassa atração ibérica para as atividades rurais, sobretudo ao tempo dos grandes descobrimentos marítimos quando tudo o que lhes despertava o interesse estariam na superfície, sem conseguirem penetrar

⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 145, p. 3-8, déc. 2002, p. 8.

⁶⁶ Para citar apenas dois exemplos, vale dizer que: I) no já citado livro *The bandeirantes – The historical role of the brazilian pathfinders* (New York: Alfred Knopf, 1965, ligado, aliás, à série *Borzoi Books on Latin America*, cujo editor geral era Lewis Hanke), no qual Sérgio Buarque participou com o capítulo intitulado *The monsoons*, convém frisar um detalhe nada dispensável. Ocorre que esta coletânea, organizada por Richard Morse, fez constar, em sua contracapa, o seguinte registro: “Dedicated to Sérgio Buarque de Holanda”; & II) Cf. Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 576 – Carta em inglês de John Johnson, Editor da “Hispanic American Historical Review” a SBH reconhecendo as suas importantes contribuições para a história da América Latina e agradecendo-o, além de enviar-lhe um estudo sobre militarismo. 10 set. 1981. as. ileg. 1p. Cp 354 P11. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶⁷ Mesmo não tendo sido orientada por Sérgio Buarque, este prefaciou seu estudo de livre-docência e esteve na banca presidida por Eurípedes Simões de Paula, em 1964. Cf. o 17º prefácio no *Apêndice D – Principais paratextos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros*; & Notícia informativa. *Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974)*. CAPH-FFLCH da USP, p. 830.

o subsolo. Mesmo porque, segundo o autor, portugueses e espanhóis não seriam exímios sequer na forja dos instrumentos de ferro, sendo estas antes ferramentas de forasteiros, mouros ou alemães. Ato contínuo, Buarque de Holanda fazia alusão às aventuras na África e, como quem retomasse o ponto outrora debatido ao enfrentar o viés econômico e pró-lusitano com fundo de nacionalismo precoce de um Hélio Vianna e companhia, reafirmava que mesmo aí a tópica dos Eldorados, no caso luso, fora menos intensa porque requeria laborioso devassamento dos sertões, ficando eles satisfeitos com o tráfico de escravos oferecido na costa.

Na sequência, validava aquelas teses que Ruggiero Romano proferira em 1963, no Chile, mas presentes também em seus próprios estudos, ao argumentar que não existia nesses gestos qualquer lance no sentido dos processos de monetarização. O que maravilhava os portugueses, segundo o diretor da HGCB, seria a chance de achar um novo Potosi, ou mesmo chegar ao Peru: único lugar, aliás, que – quando muito – fazia escoar para as bandas orientais do continente o edenismo. Nem por isso, lapidando suas visões, deixou de afirmar que se as gentes hispânica e lusitana agiram diversamente nos séculos iniciais da ocupação, isso se devia ao fato de que “os primeiros, solicitados, em suas Índias, pela fabulosa colheita de riquezas minerais, desde cedo manifestas, não de relegar para segundo plano atividades econômicas que os portugueses, desprovidos ainda desses tesouros, se viam levados a fomentar”.⁶⁸

Já em *Metais e pedras preciosas*, começou reafirmando a centralidade de São Paulo para a busca das almeçadas riquezas, especialmente em fins do seiscentos e na centúria seguinte, pois, na falta dos paulistas, o sertão da América portuguesa não seria quase nada conhecido, muito embora prosseguissem as buscas pelo que estivesse ao alcance da mão e, esgotados o que se mostrava na superfície, as aventuras tornavam ao pontapé inicial. A mudança fundamental, nem tanto nesse aspecto exploratório, mas, em particular, na fixação aos rincões desprezados ou temidos, ocorreria somente com a “sociedade *sui generis* no Brasil” que seria representada por Minas Gerais. Esta, sendo de matriz compósita com todos os estratos sociais, não lhe parecia “excessivo dizer, ao menos em confronto com a de outras partes da América lusitana, que a ocupação do território se processou ali democraticamente”.⁶⁹ Afinal, as demarcações serviam de convites à promiscuidade entre todas as castas e nas quais poderiam lucrar toda a gente já que certos achados dependiam da sorte, sendo desse meio, inclusive, entre ralé e abastados que brotariam as reações mais ameaçadoras às leis vindas do outro lado do Atlântico.

⁶⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade (v. 2). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1960], p. 268.

⁶⁹ _____. *Metais e pedras preciosas*. In: _____ (org.), op. cit. (v. 2), 2003 [1960], p. 268.

Isso, por certo, não minimizava, nos dizeres buarqueanos, os aspectos negativos do sistema escravista que se mantinha vigoroso. Desse modo, tal como Antonio Candido fizera em seus textos, aqui também se corrobora a ideia segundo a qual os letrados que se constituiriam aí eram divididos entre dois mundos: o da tradição portuguesa e o que não era exatamente brasileiro, mas era ao menos “nacional” para a região das Minas cuja pujança a concedia uma posição dominante no cenário artístico e intelectual de toda a colônia.

Ora, o que buscava Buarque de Holanda afirmar, de forma um tanto subentendida, era que nessa terra privilegiada e que enchera os olhos da Metrópole nascia algo distinto e inédito, pois então se processava uma mudança de mentalidade e ousou a afirmá-la: o Quixote da idade do ouro tropical havia fincado, enfim, alguma raiz e gosto pelo solo.

A colaboração de Nícia Luz, por sua vez, encaixava-se perfeitamente nessas reflexões, ainda que não estivesse em sua sequência (o que assegura a gerência completa do coordenador sobre os volumes, visando conferir a tão almejada unidade ao conjunto). Isso porque, inserindo a Inconfidência Mineira nos quadros da civilização ocidental, anotou que ela, ao contrário dos movimentos precedentes, revelava a corrosão do Antigo Regime e do Sistema Colonial no século XVIII, *pari passu* aos processos da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa. Segundo a historiadora, as vagas possibilidades de se apontarem filiações políticas não eram motivos para ignorar correntes de pensamento, antigas ou modernas – por exemplo, sobre República –, que circularam, fossem ideias liberais, de despotismo esclarecido ou efetivamente revolucionárias. Por fim, registrava que a Coroa portuguesa impôs o terror como pôde com o fito de barrar a qualquer custo a marcha dos acontecimentos que já tinham abalado o poder britânico nas Treze Colônias, evitando que o caso se repetisse ao Sul do continente.⁷⁰

Somado a essas questões de algo novo que se fundia nas Minas Gerais, longe, porém, de querer ver nas imagens a compreensão de um conjunto complexo de processos, é sintomático que a figura escolhida para caracterizar a HGCB, mantendo-se em todas as contracapas de seus volumes, independentemente se eles se destinavam às pautas coloniais, monárquicas ou pós-1889 do empreendimento editorial, vinha exatamente dessa terra. Ainda que para cada um dos Tomos da coleção se reservasse, respectivamente, os símbolos de uma caravela, de pessoas em sociabilidade e da face que lembra a efigie republicana – e, portanto, em alusão às “idades” luso-brasileiras no Novo Mundo –, foi a ilustração a seguir que permaneceu em todos os livros.

⁷⁰ LUZ, Nícia Vilela. Inquietações revolucionárias no Sul: a Conjuração Mineira. In: HOLANDA (org.), op. cit. (v. 2), 2003 [1960].

Imagem 6

Gravura
presente nas
contracapas dos
volumes das
edições
princeps (1960-
1984) da
coleção HGCB



Trata-se da reprodução do busto do Profeta Joel, que está entre as doze estátuas executadas em pedra-sabão por Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido por Aleijadinho, que as esculpiu entre 1800 e 1805 no adro da Igreja de Bom Jesus dos Matosinhos (Congonhas do Campo, MG), tombado, desde 1939, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e pela UNESCO, desde 1985.⁷¹ Há estudos que apontam que o artista interveio na planta original da fachada do Santuário, recriando o espaço cênico no qual se comunicariam os personagens bíblicos do Antigo Testamento, pelas falas inscritas nas tábuas (filactérios) que portam e nos gestos corpóreos, em profícuo diálogo. Essas mesmas pesquisas informam que existem polêmicas em torno delas, pois teriam servido para Antônio Lisboa escamotear seus ideais separatistas, de modo que o escultor retratara os principais inconfidentes nas estátuas, assim distribuídos: Jonas – Joaquim José da Silva Xavier; Jeremias – Francisco de Paula Freire Andrade; Abdias – José Álvares Maciel; Habacuc – Domingos Vidal Barbosa; Naum – Francisco Antônio de Oliveira Lopes; Ezequiel – Luiz Vaz de Toledo Piza; Baruc – Salvador Carvalho do Amaral Gurgel; Daniel – Tomás Antônio Gonzaga; Oséias – Inácio José de Alvarenga; Isaías – O Embuçado (identificação pouco esclarecida como o fora para os agentes reinóis); Amós – ele próprio, Aleijadinho; e Joel – Cláudio Manuel da Costa.⁷²

⁷¹ Quando me deparei com esses aspectos paratextuais da coleção HGCB que eu não incluí em minha dissertação de mestrado, algo me despertou, pela memória, a essa imagem. Só muito tempo depois de passada a defesa, e já nos anos do doutorado, nos variados trânsitos em que, tirando e acomodando meus livros em malas, encontrei um dicionário de História que utilizei nas minhas experiências em sala de aula. Junto com meus manuais didáticos dos bancos primários, este preserva fotografias da arte que denomina como Barroco e, nelas, o legado de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Foi aí que, por comparação – e apesar da falta de qualquer crédito nesse sentido nos impressos da Difel –, concluí que se tratavam, efetivamente, do Profeta Joel, o anunciador de boas novas na libertação espiritual do Pentecostes, mas também marcado pela narrativa apocalíptica, como a praga de gafanhotos.

⁷² SILVA, Soraia Maria. *Profetas em movimento*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2001, p. 93-95.

Este último, como se observa na Imagem 6 – e também está assim no adro –, possui a cabeça com torção lateral do tronco para a *esquerda*, de modo que não me furto a perguntar: se as outras figuras – da caravela, das pessoas em sociabilidade ou da efígie republicana – representam as três épocas consideradas na coleção HGCB, o Profeta Joel, de Antônio Francisco Lisboa, e talvez sendo a estátua uma homenagem ao poeta peregrino, seria a marca civilizatória almejada nas páginas do projeto editorial e sentido a ser tomado pelos brasileiros? Seria esta a proposta? Aceitar toda a diversidade, o velho e o novo, o tradicional e o moderno? Nos longínquos sertões se revelava, ao fim e ao cabo, a nação, com suas forças genuínas e expressões mais vivas para a emergência de uma sociedade síntese de vários mundos?⁷³

Logo, pode-se inferir que a HGCB era uma espécie de cartão de visitas das principais atividades acadêmicas buarqueanas, amparo ao desenvolvimento de inúmeras teses, antigas ou atuais, e indicativa inesgotável do tempo de sua feitura e das épocas estudadas. Isso porque segue dando mostras a respeito de uma materialidade em papel e tinta que absorvia debates e criava agendas de pesquisa, que, a meu ver, tem vida longa na historiografia brasileira, com ou sem os giros latino-americanistas, atenta ou não para a especificidade de sua tópica imperial.

Foi assim, em tal clima e configuração das pautas intelectuais e políticas em torno de 1967 que os oficiais da ESG receberam Sérgio Buarque de Holanda. Sob as bases de uma larga fortuna crítica, postava-se ele diante dos militares. Suas comunidades de leitores seguiam pulsando, embora não fosse mais necessário a escrita de resenhas para apresentar ao público o autor ou os livros. Ambos já eram amplamente conhecidos e abundavam novas edições de *Raízes do Brasil*, além de surgirem títulos em reedição ou inéditos.

A “obra” de estreia, como demonstrei no Capítulo 3, havia sido apropriada positivamente, mas, após 1969, essa excelência soaria ainda mais amplificadas. Afirmavam sobre ela que era uma lição de quem falava “como historiador”.⁷⁴ Ao endosso das lúcidas palavras do Prefácio de Antonio Candido para o momento em que escreveu e a relação dialógica atada aos quadros receptivos coevos, seguiam-se comentários sobre a força do livro que desequilibrava as ideias que os brasileiros tinham de si.⁷⁵ Sem falar que o título mantinha “uma

⁷³ Dúvidas à parte, vale citar outro artista da pátria mineira: “Esse mulato de gênio / lavrou na pedra-sabão / todos os nossos pecados, / as nossas luxúrias todas, / [...] essa ânsia de ir para o céu / e de ficar mais na terra; / Era uma vez um Aleijadinho, / não tinha dedo, não tinha mão, / raiva e cinzel lá isso tinha, / [...] / era uma vez muitas igrejas / com muitos Paraísos e muitos infernos, / [...] e um Aleijadinho era uma vez”. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Aleijadinho e os profetas*. In: _____. *Antologia poética*. 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

⁷⁴ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2271 – Resenha intitulada “Forma e essência”, de João Batista da Silva, sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 27 mar. 1969. s/p. Pt 256 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁵ _____. 2272 – Resenha de Nogueira Moutinho, sobre a quinta edição de “Raízes do Brasil”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 05 abr. 1969. s/p. Pt 257 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

visão totalizante, imune à setorização implícita na controvérsia ideológica”.⁷⁶ Para outros, era lamentável não existir ainda, em 1969, a versão em francês “bien qu’on puisse le considérer comme un *ouvrage classique* sur les structures de la société brésilienne. [...]. Depuis 1936 le Brésil a évolué mais l’essentiel de la vision de Sérgio Buarque de Holanda subsiste et subsistera encore longtemps. A signaler la fine préface de Antonio Candido”.⁷⁷

E havia mais: de agenda de pesquisas, passava agora a precursor de várias teses.⁷⁸ De tal modo que, coerentes com o tempo que corria, os leitores viam, na amplitude do autor, a razão para situá-lo como integrante legítimo do pensamento latino-americano ao lado d’*El labirinto de la soledad* (1950), de Octavio Paz, publicação mais recente, impressa na mesma casa editorial que a tradução espanhola de *Raízes do Brasil*.⁷⁹

Nos dizeres de alguns, Sérgio Buarque puxara para a psicologia e a “história social”,⁸⁰ autorizando falas quanto à democracia no país, que não se consolidaria enquanto perdurasse os traços do personalismo.⁸¹ No debate das linhas então mestras do impresso, já em sua décima segunda edição, disse-se que um etnólogo alemão afirmou “que os exploradores e conquistadores do interior do Brasil foram os brasileiros, e não os portugueses. ‘Todo o vasto sertão do Brasil foi descoberto e revelado, não por europeus, mas por americanos’”.⁸²

Assim, face a esse tipo de recepção, a propósito do livro mais sistemático no método comparativo, *Visão do Paraíso*, vinham análises que parecem sugerir a agenda da retomada da tese. São elas as três resenhas não abordadas no Capítulo 6, por se referirem à terceira edição.

Na primeira, frisou-se que o livro poderia servir como indireta aos “navegadores de águas rasas e desatentos: uma, sobre o secularmente flagelado Nordeste; outra trata de uma das feridas mais resguardadas da estrutura econômica nacional: a questão agrária”.⁸³ Na segunda,

⁷⁶ _____. 2274 – Resenha intitulada “Crítica da Cultura Brasileira”, de Eduardo Portela, sobre a quinta edição do livro “Raízes do Brasil”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 set. 1969. s/p. Pt 259 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁷ _____. 2293 – Resenha em francês, de Jean Michel Massa sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Nouvelles Etudes Luso-Brésiliennes*, IX Travaux de l’Université de Haute-Bretagne. Rennes. s/d. Pt 278 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifos meus].

⁷⁸ _____. 2275 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil”, de Jorge Escoteguy, sobre a sexta edição do livro “Raízes do Brasil”. *Folha da Manhã*. São Paulo, 23 dez. 1971. s/p. Pt 260 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁷⁹ _____. 2276 – Resenha intitulada “Brasil, Brasil”, de Nogueira Moutinho, sobre os livros: “Raízes do Brasil” de SBH e “Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)” de Octavio Ianni. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 jan. 1972. s/p. Pt 261 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁰ _____. 2277 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil – 6ª edição”, de Ruy de Souza Novaes, sobre o referido livro. *Lavoura do Comércio*. s/l., 15 jan. 1972. s/p. Pt 262 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸¹ _____. 2278 – Resenha intitulada “Reedições”, de Joaquim Inojosa, sobre os livros: “Quarup” de Antônio Callado e “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda. *Diário de Aracaju*. Aracaju, 08 abr. 1972. s/p. Pt 263 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸² _____. 2283 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda”, de Abdias Lima, sobre o referido livro. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 10 nov. 1978. s/p. Pt 268 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸³ _____. 2280 – Resenha intitulada “O mito e o brusco despertar”, de Leila Gouvea, sobre a terceira edição de “Visão do Paraíso”. *A Gazeta Mercantil*. São Paulo, 28 out. 1977. s/p. Pt 265 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

lembrou-se das circunstâncias da banca e o seu tom depreciativo ao chamar o estudo de ensaio, mas que, em realidade, era um trabalho sem precedentes na historiografia brasileira. E sob tal anúncio, a leitora se arriscava a situá-lo entre a História das mentalidades.⁸⁴ Na terceira, apontou-se o título na perspectiva ocidental da discussão sobre o Renascimento, sublinhando a preocupação do autor de exorcizar o passado em função e para o bem do presente.⁸⁵

Já o reaparecimento de *Cobra de vidro* (1978), despertaria avaliações de que sua “visão de estudioso da História” permitia legar um “senso de equilíbrio entre autores e obras”.⁸⁶ Tratava-se, de um escritor de “amplo trato com as ideias e seu inter-relacionamento, de prática pessoal com a estética em todas as latitudes”.⁸⁷ Outros se admiravam e diziam que Buarque de Holanda era dos que trabalhavam “em silêncio, para não dizer em surdina, infenso aos alaridos que se produzem à sua volta. Ao arrepio dos estereótipos, procura forjar uma visão do Brasil que se poderia chamar de inclusiva – como de resto também o é[ra] a de Gilberto Freyre”,⁸⁸ pois não rechaçavam as manifestações culturais, fosse elitista ou popular.

Além dos livros reeditados, na mesma linha da junção de escritos antigos – talvez até para demarcar distância das perspectivas de Freyre – apareceu *Tentativas de mitologia* (1979).

A respeito desta última obra de autoria única, distantes de uma configuração letrada bastante diversa, houve quem achasse curioso “como certos intelectuais que se firmaram como sociólogos, pensadores ou historiadores, têm no início das suas atividades, uma passagem pela literatura”.⁸⁹ Para determinados leitores, esse último título funcionava como livro-documento, por reunir crítica literária e história antes dispersos, e livro-depoimento, pois “aí o autor confessa sua identificação com Fernão Lopes – escritor e historiador que juntava o saber e a invenção”. Sua importância para a cultura brasileira era tamanha que torcia para que Sérgio Buarque voltasse “a fazer novos depoimentos”.⁹⁰ Outra crítica parecia lembrar ao autor quem

⁸⁴ _____. 2281 – Resenha intitulada “O Paraíso, buscado um dia nestas terras”, de Maria Yedda Linhares, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, [197-]. s/p. Pt 266 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁵ _____. 2282 – Resenha intitulada “Os demônios da história”, de Marinho de Azevedo, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 maio. 1978. s/p. Pt 267 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁶ _____. 2284 – Resenha intitulada “‘Cobra de vidro’, obra marcada pela erudição”, de Nilo Scalzo, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 jan. 1979. s/p. Pt 269 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁷ _____. 2285 – Resenha intitulada “Um mestre da crítica”, de Nogueira Moutinho, sobre a segunda edição do livro “Cobra de vidro”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 jan. 1979. s/p. Pt 270 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁸ _____. 2286 – Resenha intitulada “Buarque de Holanda, o crítico literário”, de Per Johns, sobre o livro “Cobra de vidro”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1979. s/p. Pt 271 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁸⁹ _____. 2287 – Resenha intitulada “Sérgio Buarque como crítico de literatura”, sobre o livro “Tentativas de mitologia”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 dez. 1979. s/p. (fotoc.). Pt 272 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*. Embora o inventário não registre, esse artigo conserva uma sigla como assinatura, que atende por “G. S.”.

⁹⁰ _____. 2289 – Resenha intitulada “Esclarecendo mitos”, de Affonso Romano de Sant’Anna, sobre o livro “Tentativas de mitologia”. *Leia Livros*. São Paulo, mar. 1980. Estudos Literários. s/p. Pt 274 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

ele tinha se tornado, pois se dizia que o título acentuava apenas a polêmica com Jaime Cortesão, deixando de demarcar, portanto, o real tamanho dos debates.⁹¹

Por fim, no lançamento do décimo volume da HGCB, já sob a direção de Boris Fausto, recuperou-se a arrancada de começo difícil, pois, segundo Buarque de Holanda, faltavam especialistas. Lendo a coleção como obra decisiva para a historiografia, o artigo destacou o fato dela ter levado a bom termo um olhar global de todas as classes e aspectos sociais, longe de pobres especializações, pois somava perspectivas “nada conclusivas, ah que bálsamo!”⁹²

Assim, considerados todos esses *flashbacks* ou exercícios “futurólogos” na trajetória buarqueana, em panorâmicas ou análises micro, as configurações intelectuais em que se achou incluído, os vários quadros receptivos, essa última comunidade de leitores etc., pode-se retornar à ESG. Como se viu neste momento final, a metodologia que adotei foi distinta dos demais conjuntos de resenhas.⁹³ Mas seu motivo reside no fato de que se assistia, ao término dos anos 1960, à morte de um mundo letrado da cena pública nos rodapés, para a emergência, tanto na Literatura quanto na História, de bases universitárias sólidas. Refiro-me à autonomização disciplinar, quando seus agentes, puderam, enfim, medir forças com os sociólogos.

Por isso, aquilo que, em aparências, poderia soar contraditório face à diminuição brusca da quantidade de críticas em periódicos e jornais, era, no fundo, o sinal de que a especialização almejada era uma realidade tangível. Daí que o *locus* privilegiado para a feitura de avaliações e, sobretudo, para o uso da pesquisa apurada que saía do espaço acadêmico havia se deslocado, situando-se, agora, por exemplo, nos Anais da ANPUH. Neste, não exatamente o Sérgio Buarque dos livros em autoria solo, mas os produzidos no interior da HGCB seriam amplamente mobilizados.⁹⁴ Era um tal mundo novo que se via ameaçado pelos movimentos das Forças

⁹¹ _____. 2290 – Resenha intitulada “‘Tentativas de mitologia’, um livro indispensável”, de Odilon Nogueira de Matos, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 01 jun. 1980. s/p. Pt 275 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹² _____. 2291 – Resenhas intituladas “Dez livros sobre nossa história” e “Uma análise pluralista”, de Lígia Sanches e Paulo Sérgio Pinheiro, sobre a coleção “História Geral da Civilização Brasileira”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 dez. 1981. Ilustrada. s/p. Pt 276 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁹³ Portanto, também deixei de registrar em minúcias, no ato das falas dos resenhistas, suas vicissitudes biográficas ou a ausência delas, nos casos que sigo desconhecendo. Isso porque, em realidade, sua natureza dispersa e a nova configuração que emergia na cena intelectual tornava todo esse tipo de operação já um tanto desnecessária. Eu as sintetizei, contudo, para demonstrar como a autoria *Sérgio Buarque de Holanda*, sobretudo a faceta de historiador havia se consagrado e, mais do que isso, tornando seu livro de estreia um *clássico*. Este *status* foi atingido por negociação com pares, críticos, teses, editores, ajustes, lapidações de ideias ou recusa de outras etc., cuja qualidade e maestria de seu maior interessado em se equilibrar em inúmeras frentes de discussões, postos institucionais e circulação de pensamentos impressos, tornava quase inevitável o lugar canônico eloquente que seria incontornável no seu *post-mortem*. Mesmo assim, para maiores detalhes a respeito desses últimos resenhistas do total de 181 – excluído da conta Warren Dean que, mesmo sendo desse grupo, considere no Capítulo 7, Cf. os números 36 / 1; 37 / 2; 38 / 3; 39 / 4; 40 / 1; 41 / 2; 42 / 3; 43 / 4; 44 / 1; 46 / 1; 47 / 2; 48 / 3; 90 / 1; 91 / 2; 92 / 3; 94 / 2; 95 / 3; 96 / 1; 97 / 2; & 98 / 3 no *Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos*.

⁹⁴ Analisei essas apropriações positivas dos volumes da coleção HGCB em: FURTADO, op. cit., 2016. Esses assuntos foram abordados ainda, sob ângulos mais circunstanciados e específicos, em: VENANCIO; FURTADO,

Armadas, pois não sendo profetas a exemplo de Joel, como os intelectuais poderiam saber que, no caso do Brasil, ao menos, teríamos não o desmonte e sim o fortalecimento dos programas de pós-graduação? Tal processo, aliás, já foi chamado de modernização autoritária. Logo, sem saber ao certo o que aconteceria com as cátedras, um de seus bastiões na FFCL-USP pagou para ver e, também ele, aceitou o convite, quem sabe, para sondar e testar a paciência dos militares.

8.4. Uma república não-proclamada e as ressonâncias subversivas

Feito esse longo parêntese, é preciso retornar, enfim, ao salão da ESG, em 1967, e aos muitos fios que ligam a palestra aos planos de Sérgio Buarque de Holanda historiador. Portanto, ao questionar e refletir sobre o homem brasileiro, diante dos militares, e/ou acerca do período imperial, nas páginas do projeto editado pela Difel, o catedrático da FFCL-USP prosseguia no ponto mais tarde explicitado junto ao livro *Do Império à República*, todo de sua autoria, como o sétimo volume geral da HGCB, quinto e último do Tomo II (*O Brasil Monárquico*).

Assim, enquanto neste impresso se fizeram mais claros os argumentos da peculiaridade do século XIX brasileiro, via hipótese da crise dos ministérios como eixo interpretativo basilar para compreender as instabilidades políticas do trono tropical, sobretudo a partir do Segundo Reinado (1840-1889); diante dos oficiais das Forças Armadas tal motivo foi demonstrado por teses complementares. Há exemplo disso quando constatou que nos “últimos cinquenta anos do regime monárquico as liberdades públicas receberam no Brasil garantias que a própria República, ao implantar-se, se mostrará muito pouco solícita em ver asseguradas”.⁹⁵

Por isso, se no início de seu escrito de despedida da HGCB mencionou a queda do gabinete do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, em julho de 1868, e a ascensão do Visconde de Itaboraí à frente do governo, como um dos fatores representativos do ápice das turbulências políticas da dinastia Bragantina;⁹⁶ na palestra da ESG ponderou que o fato de existir partidos, ministros, eleições etc. não poderia levar ao endosso – e ao engodo – do “rótulo de *Democracia coroada* que, ainda em nossos dias, alguns historiadores colaram no Brasil Império. Salvo se privarmos o vocábulo ‘democracia’ de seu exato significado”.⁹⁷

op. cit., 2013; FURTADO; VENANCIO, 2016; &, particularmente, VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, jul./dez. 2016.

⁹⁵ HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 624-625.

⁹⁶ _____, op. cit., 1972.

⁹⁷ _____, op. cit., [1967] 2008, p. 624-625.

Essa alusão ao livro de João Camillo de Oliveira Torres tinha um duplo sentido: primeiro porque se tratava de um autor integrante do círculo da comunidade de leitores buarqueana, que resenhara *Raízes do Brasil* (de 1956), *Caminhos e fronteiras* (de 1957) & *Visão do Paraíso* (de 1959), mas do qual era preciso se afastar; e segundo porque, face ao seu objetivo de renovar a *tópica monárquica* de dentro da universidade para públicos mais amplos em cumprimento à certa prestação de contas à sociedade, nada melhor do que usar a instituição paulista como espaço privilegiado para difundir tais ideias e levar a efeito as pesquisas nessa direção.⁹⁸

Muito ao contrário dessa imagem talvez idílica da benevolência dinástica para com seus súditos, Sérgio Buarque negava toda a representatividade das Câmaras, posto que acentuava seu caráter ficcional, a julgar pela própria gênese do regime que entendia como desdobramento da revolução liberal portuguesa ao invés de nascida das sinceras aspirações da sociedade d'aquém mar. Portanto, no sentido inverso de Torres – acusado de observar só a superfície do sistema –, o diretor da HGCB buscou cavar a fundo as camadas arquivísticas que pôde lançar mão. Tanto que, ao mobilizar fontes à época inéditas de acervos estrangeiros, como as do *National Archives* (Washington), seguiu a pista do conflito bélico platino porque o considerou excelente para entender a dinâmica monárquica na geopolítica do cone sul-americano.

Entre tais documentos, encontrou os referentes a James Watson Webb – então general e plenipotenciário dos Estados Unidos –, que entendia que na base de uma das crises instaladas entre São Cristóvão e a Casa Branca se achava na recusa dos militares brasileiros em permitir a passagem de uma embarcação a negócios do governo norte-americano até a capital paraguaia, Assunção. Diante dessa percepção do século XIX, Sérgio Buarque de Holanda, cauteloso em sua análise, explicou que o entrave se fundava, antes, em outro fator.

Em realidade, isto se devia ao contratempo que a permissão poderia causar às estratégias em curso para a conquista de Humaitá, durante a Guerra com a nação vizinha. Naquele momento, tal região era decisiva para a vitória da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) sobre as forças comandadas por Solano López e, por esse motivo, o autor não ignorou nem realçou indevidamente o episódio atrelado ao representante estadunidense. Ao reconstituir esses entendimentos oitocentistas, pôde aglutinar outros dados à deterioração do regime imperial brasileiro, criando uma narrativa propícia a tecer uma interpretação histórica que apontava ser, muitas vezes, a simples vontade monárquica como o elemento do desequilíbrio sistêmico. Sistema este que não obstante o ímpeto centralizador d'*el Rei*, contava ainda com um alto nível de farsa parlamentar, a ponto de o orador logo anunciar aos militares, em 1967, que “apenas

⁹⁸ O título em destaque do assíduo leitor de Sérgio Buarque de Holanda era: TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada. Teoria política do Império do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1964 [1957].

uma tênue minoria participava então, de modo efetivo, do processo político, elegendo-se ou fazendo eleger os seus delegados, enquanto a massa era conservada inerte e muda”.⁹⁹

Mas apesar do predomínio da ênfase marcadamente política e voltada para a análise do Poder Moderador, a ótica buarqueana não se restringia a este aspecto do mundo social, como comprovava suas análises na HGCB. Esta visava integrar o passado do Império à porção continental do Atlântico Sul, ao passo que seu organizador também mirou o aspecto econômico.

Não é outra a razão pela qual o desenvolvimento da lavoura paulista adentra no texto como sinônimo de superação do período colonial, posto que agitada mais pelos trabalhadores livres, mormente por imigrantes, tal como sinalizara Buarque de Holanda no prefácio ao livro de Thomas Davatz e sua orientanda, Emília Viotti da Costa, aprofundara em sua tese. Ao emergir nas páginas do volume *Do Império à República*, à terra da garoa era assegurada uma posição de vanguarda no modo de produção não tributário no todo à escravização de homens e mulheres vindos da África ou de seus descendentes já em solo do antigo Novo Mundo.

Além disso, após lembrar ao público fardado sobre suas conexões institucionais bem estabelecidas, mencionou a aula inaugural que proferiu na Universidad de Chile, cerca de três anos antes, e, com isso, deixou entrever outro laço, desta vez histórico, entre estas duas regiões. Mesmo porque esta fala, de 1967, era em muitos pontos uma adaptação daquela, de 1963, misturada com parte de sua publicação *L'histoire d'un demi-continent* (1970) e traduções afins. Assim, comentou acerca do fim da Revolução Praieira, em 1849, para comparar o Brasil com o Chile, pois apenas este “outro país americano de origens ibéricas pareceu, quase pela mesma época, ter encerrado o ciclo das desordens que se seguiram à proclamação da Independência. [...] [e] adotara-se, por coincidência, um regime de acentuada correlação parlamentarista”.¹⁰⁰

Um exemplo desses era rico em precedências HGCBistas, porque, salvo raras exceções, as nações outrora sob o jugo hispânico alcançaram o *status* político republicano no instante mesmo em que se desfaziam das amarras com a metrópole europeia. Posto isso, ao questionar a rigidez cronológica da monarquia implementada na antiga América portuguesa e ao diluir a ideia da compreensão do movimento emancipatório como resultado de um gesto nacionalista, a coleção, por assim dizer, ressaltava aquilo que havia de comum no passado dos países latino-americanos: o fato de suas sociedades terem uma origem semelhante na transmigração de sujeitos portadores da cultura ocidental e, por mais diferentes que fossem, todos desenvolveram, em maior ou menor escala, vários elementos de um legado do Velho Mundo.

⁹⁹ HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 624-625.

¹⁰⁰ Idem, [1967] 2008, p. 625.

A esse procedimento comparativo levado a efeito diante do oficialato das Forças Armadas, correspondia a sua versão impressa no seio do empreendimento editorial que coordenava. Mas na HGCB, por sua vez, o tom do gesto analítico – tal como já havia produzido em *Raízes do Brasil* ou em *Visão do Paraíso* – para ficarmos só nos exemplos mais conhecidos – serviu ora para aproximar, ora para distinguir o Brasil do restante da América Latina. Tanto que, ao referenciar os abalos institucionais nascidos na implantação do regime republicano, Sérgio Buarque registrou serem as contendas imperiais portadoras de “efeitos comparáveis aos dos motins políticos que pareciam endêmicos nos países de língua espanhola e embaraçavam, além disso, as medidas que não dessem imediato proveito”.¹⁰¹ Por outro lado, quando destacou o período das Regências, de distinção estratégica posto que via nesses anos a antessala da era efetivamente nacional, demonstrou como os países da antiga hispano-américa serviam de contraponto para a sociedade brasileira. Entendendo os destinos político-administrativos dos primeiros como provável ou quase fatal para as terras lusas do continente, escreveu que “justamente esse exemplo, longe de constituir um fator de dispersão, fora desde cedo invocado, e nunca o deixará de ser, como um *modelo temível* que a todo preço convinha evitar”.¹⁰²

Como se não bastasse, para sustentar a ideia da queda do regime como fruto das contradições institucionais e da centralidade política exercida por D. Pedro II, o poder deste foi caracterizado como um estorvo frente à necessidade de modernização do sistema imperial, sobretudo, em tempos de mudanças geopolíticas, diante do conflito armado na região do Prata.¹⁰³ A própria disputa bélica constituíra-se, no olhar de Sérgio Buarque de Holanda, como uma evidência da falta de integração entre os domínios outrora espanhóis e portugueses.

¹⁰¹ HOLANDA, op. cit., 1972, p. 9.

¹⁰² _____, op. cit. [1962] 2003, p. 20 [grifos meus].

¹⁰³ É importante sublinhar aqui que, apesar de um de seus primeiros leitores, Múcio Leão Carneiro, ter destacado a propósito de *Raízes do Brasil*, de 1936, que as referências do intelectual à personalidade de D. Pedro II valiam por retrato completo, entre os papéis do acervo buarqueano existe compilações de fontes para os estudos do historiador, que, em muitos casos, possuem comentários e crítica documental não condizentes com a sua letra. Para confirmar o que vinha descrito no inventário, procedi a comparações com documentos pessoais do casal Buarque de Holanda e percebi que se tratava, de fato, dos auxílios de pesquisa provenientes de Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. Ademais, a julgar pelos trechos de fontes analisados, majoritariamente relativas ao século XIX e à política imperial do Brasil, pode-se inferir que elas serviram para esses últimos grandes trabalhos de Sérgio Buarque e, sobretudo, para o texto *Do Império à República*, no qual a figura do Monarca, como não poderia ser diferente, é central. Cf. Série: Produção Intelectual. Subsérie: Anotações de Pesquisa. 852 – Informação de D. Pedro II, Imperador do Brasil tecendo considerações sobre a guerra do Paraguai e sobre medidas legislativas. s.l., 14 jul. 1868. 5p. (cm/MA) Pi 251/6:45 P22. Fundo SBH, *Siarq-UNICAMP*; Série: Produção Intelectual. Subsérie: Anotações de Pesquisa. 854 – Carta do Visconde de Inhauma ao Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos agradecendo os elogios referentes ao resultado favorável obtido por sua esquadra no dia 19 de fev. Princesa no Curupaity, 12 abr. 1868. 2p. (cm/MA). Pi 253/6:52 P22. Fundo SBH, *Siarq-UNICAMP* etc. Segundo depoimento de Antonio Candido de Mello e Souza em documentário, a esposa de Sérgio Buarque teria sido uma de suas maiores colaboradoras e ele não o imaginava sem ela, pois se dispôs mesmo a ir aos arquivos. Para exemplificar a questão, Antonio Candido narrou uma circunstância em que Maria Amélia teria usado o automóvel da família e pilotado até a capital paraguaia, Assunção, em um Fusca para coletar material. Ela mesma, neste documentário, buscou se

Vê-se neste ponto, aliás, que a respeito dos fracassos iniciais das forças do Império no decorrer da Guerra do Paraguai (1864-1870), apontou o desconhecimento das tropas quanto ao montante da população inimiga e mencionou as dúvidas que pairavam sobre os planos ou posições das forças de Lopez: “Tudo ali era turvo mistério: assim já sucedera ao tempo das missões dos padres da Companhia, assim continuava a ser sob Francia e seus sucessores”.¹⁰⁴ A ideia de refletir sobre o enigma populacional e geográfico fazia com que o Paraguai emergisse como o exemplo mais representativo e o ajudava a enaltecer as pesquisas da coleção sobre o interior do Brasil e suas fronteiras, rumo à busca de um protagonismo no território americano.

Considerados estes pontos e bem observado o vai-e-vem entre textos da HGCB com os verbos ecoados no salão nobre das dependências da ESG, é preciso dizer que a tônica de suas posições políticas na conferência não tardou a ficar clara, pois grande parte do pronunciamento buarqueano foi dedicado a falar do final do século XIX e das primeiras décadas do XX.

A notoriedade deste dado é significativa se for levando em conta que, no conjunto de seus escritos publicados, raras foram as vezes em que ele se debruçou sobre o período republicano, muito embora em aulas e palestras o assunto forçava sua entrada em cena, fosse por conta das obrigações institucionais junto às disciplinas que tinha de ministrar na cátedra, fosse devido à especificidade de alguns convites, como este da ESG. Prova disso foi o seu desligamento da coleção HGCB justo quando essa passaria a editar os volumes da época republicana, o que não quer dizer, como se tem visto, falta de posições a respeito do pós-1889.

Tanto que Buarque de Holanda não hesitou em fazê-lo naquele maio de 1967, quando passou a elencar uma série de argumentos que desqualificariam o ano da Proclamação como data-chave entre os episódios da História brasileira. Tal escolha ilustra parte do trabalho no qual estava envolvido desde fins dos anos 1950, mormente os já citados capítulo *A herança colonial – sua desagregação* e o volume *Do Império à República*, ambos de sua autoria exclusiva para destacar o início e o fim da *tópica monárquica* na HGCB.¹⁰⁵ A elaboração deste último, aliás,

posicionar como ajudante de longa data, afirmando que havia colaborado com Sérgio Buarque, ainda na condição de noiva, para datilografar os originais da primeira edição de *Raízes do Brasil*. Cf. SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Estação Filmes, 2003. 1 DVD (148 min). Isso se vincula muito bem com outro testemunho, desta vez epistolar, quando, meses após o falecimento do historiador, Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda escreveu para o editor José Olympio, relatando que tinha lembrado exatamente desses tempos de 1936 (Cf. a nota 2 do Capítulo 5 e o seu parágrafo).

¹⁰⁴ HOLANDA, op. cit., 1972, p. 47.

¹⁰⁵ Além disso, outra tese na HGCB que atava esses dois textos e se contrapôs frontal e literalmente às assertivas reputadas a Gilberto Freyre – pois escreve contra os “crentes mais fervorosos em nossa democracia social e ‘racial’” –, começava em: *A herança colonial – sua desagregação*, ao reproduzir uma parte das descrições de um observador estrangeiro de nome Jean-Charles Marie Expilly (1814-1886). Este vivera no Império do Brasil, como fabricante de fósforos na Corte, e, desde 1935, um dos livros que assinara estava traduzido pela coleção *Brasiliana* (São Paulo: Companhia Editora Nacional), por Gastão Penalva, como: *Mulheres e costumes do Brasil*, muito embora Buarque de Holanda citasse a referência francesa: *Les femmes et les mœurs du Brésil* (Paris: Charliet et

dava-se no mesmo instante da feitura de seu Prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso* – que não escapou de mudanças –, além da quinta versão de *Raízes do Brasil* – cujo indício de gestação simultânea à palestra na ESG é o Prefácio de Antonio Candido, concluído em 1967. Os ajustes nesses livros, ambos impressos em 1969 após a reflexão sobre as críticas que lhe foram dirigidas, muito dificilmente poderiam emudecer diante dos militares.

Entre os pontos levantados para desacreditar o 15 de novembro, Sérgio Buarque de Holanda recorreu aos escritos de Joaquim Nabuco, que estabelecera igualmente o paralelo por ele operado na comparação entre o Brasil e o Chile no século XIX, já apresentado em Santiago no CIHA. Mas agora, a opção por este argumento de autoridade crescia em importância e concordava antes com as circunstâncias ao invés de predileções históricas. Por isso, assim o fez, quem sabe, para apresentar uma opção à hora presente, pois, no seu dizer, apesar de Nabuco ter adotado posições monarquistas e liberais, o pensador oitocentista tendia a considerar um sistema de governo a meio termo, ou seja: nem Rei ou Res-pública no todo, mas Parlamento.

Logo, sem timbrar a narrativa com meias palavras, momentos não faltaram para Sérgio Buarque tecer relações do passado com a contemporaneidade. Despindo-se um pouco a sua roupagem de historiador, avançou em tempos sobre os quais fora testemunha ocular e falou *também* como cidadão. Ao se referir às eleições, informou aos militares que, excluídos como se achavam de votar os analfabetos nos idos de 1967, havia cerca de “20 a 22 votantes para

Huillery Éditeurs, 1864). O comerciante francês entendia assim as relações no Segundo Reinado: “O operário mais pobre não trocaria a cor de seu rosto, se for branca, pela de algum mestiço, ainda que a troca lhe devesse render milhões. De fato, ele é Ilustríssimo Senhor, tanto quanto o advogado, o Deputado, o negociante, e embora despojado dos bens da fortuna, considera-os de igual para igual. O mulato mais opulento, e os há senhores de riquezas principescas, é seu inferior; ele bem o sabe, e não duvidará em chamar-lhe a atenção para este ponto se o julgar necessário. Por miserável que seja, arrima-se na convicção de que pertence à aristocracia do país, a única que conhece, a única de que verdadeiramente se gaba: a aristocracia de ‘pele’”. HOLANDA, op. cit., 2003 [1962], p. 44-45. Esse depoimento e seu endosso pela HGCB, é confirmando em pesquisas atuais sobre trabalho sobre o tema, sobretudo aquelas que atentam à correlação desigual de forças entre o sistema que suprimia a liberdade e os sujeitos postos nessa condição, acentuando, por vezes, exemplos individuais sim, mas não como se o peso de constrangimentos sociais pudesse ser superado apenas com práticas de sociabilidade. Lembro dessas considerações em palestras realizadas por meu coorientador, Jean Hébrard, e também pelo professor Jean-Frédéric Schaub. No primeiro caso, mais detido na América portuguesa e no Império do Brasil até a atualidade, Hébrard esclarecia que, embora as decadências dos impérios europeus explicassem uma parcela dos motivos da separação política a partir das independências do Novo Mundo colonial, sobretudo ao longo do século XIX, a arquitetura escravista, em si, seguiu firme, como sistema. No segundo, mais voltado aos domínios espanhóis, Schaub explicitava que, o exemplo do ventre livre, dependia do lugar nos quais as crianças nasciam, pois, aproximadamente em 1820, na Argentina, por exemplo, isso já havia sido aprovado, porém, no Uruguai, não. Assim, se um filho de um indivíduo escravizado em Buenos Aires nascesse em Montevideú, nesse período, ele seria considerado escravo. As palestras às quais me referi acima, foram, respectivamente, as seguintes: *Travailler dans des conditions analogues à celle de l'esclavage dans le Brésil du XXIe siècle*, realizada em 15 de maio de 2017, e *La question raciale entre généalogies et expérience sociale du temps*, que ocorreria antes, em 27 de março, ambas no Seminário *Histoire du Brésil XVIe-XXIe siècle. Historiographie, enquêtes en cours* (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS). No Brasil, alguns estudos já têm questionado a força do racismo como algo que se desenrola apenas no oitocentos. Penso, especialmente, em: SILVA, Bruno. *Inventários do homem americano no século das Luzes*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2015; & RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

cada 100 habitantes do país. Ao tempo do Império, [...], depois da Lei Saraiva, que estabeleceu a eleição direta, em um só turno, mas manteve o censo elevado, essa participação andava longe de chegar aos 2%”.¹⁰⁶ E arrematou afirmando que o lance de 1889 e a Constituição de 1891 não tinham alterado sensivelmente tais “condições dominantes. Durante os quarenta anos que se seguem ao advento do novo regime, o aumento geral do número dos eleitores é escassamente proporcional ao acréscimo na população, e em alguns casos nem chega a tanto”.¹⁰⁷

Ora, bem se vê, portanto, que fosse nesta palestra aos militares ou voltado para o mundo universitário, a tese histórica que o movia era uma só: não tivemos uma era imperial tal como essa época vinha sendo entendida até então. Isso talvez explique um pouco as palavras a ele atribuídas em ata quando chamou esse período de *pós-colonial* na mesa-redonda sobre os problemas de História Latino-Americana, realizada na FFCL-USP, em 1960, a despeito de, ao fim e ao cabo, ele também adotar largamente o termo Império.

Seja como for, o fato é que se valorizava, assim, uma nova área de estudos, muito embora, paradoxalmente, e é essa a *ótica buarqueana* na coleção HGCB que marcou presença na ESG, a constituição dos marcos temporais de 1822 e 1889 deveria ser questionada. Logo, ao colocar em cheque os limites cronológicos do regime imperial no Brasil, pois, tratar-se-ia mais da continuidade de uma *herança colonial* em lenta fase de *desagregação* e que só seria completada quando o país se livrasse das estruturas advindas dos séculos escravistas, o plano historiográfico do empreendimento editorial que coordenava visou aproximar o passado brasileiro da história dos demais países americanos, sobretudo os da porção latina.

De mais a mais, é difícil inferir como o trecho anterior pode ter sido recebido ao reverberar no Auditório da ESG – se é que foi assim pronunciado – e mesmo as entonações empregadas pelo historiador. No entanto, pode-se afirmar ser bem provável que os militares não desejassem ouvir a comparação sobre a porcentagem de votantes do Império e do regime que se seguiu dele, pois viam a República do Brasil como obra exclusiva e que não teria existido sem a intervenção das Forças Armadas. Ao proferir àqueles números e palavras, Buarque de Holanda pode ter causado certo desconforto, visto mesmo como petulante. Tanto em virtude da fala sobre a ínfima participação eleitoral no pós-1889, quanto pelo paralelo com aquele tempo presente, cujo destaque recaiu sobre a continuidade das proibições do voto e elegibilidade dos analfabetos, mantida desde 1881, no apagar das velas do Segundo Reinado. Teria sido esta a percepção da plateia fardada? Ou teria ele se aproximado mais das concepções de uma certa

¹⁰⁶ HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 628.

¹⁰⁷ Idem, p. 628.

parcela das Forças Armadas, em geral, e dos oficiais militares da ESG, em especial, que acreditavam que uma República pode e deve se constituir sem ampla participação popular?

Outros escritos apareciam para escamotear as críticas lançadas aos militares e sua “Revolução”, como é o caso dos atribuídos ao naturalista e viajante norte-americano Herbert Smith, seu velho conhecido desde os ajustes em *Raízes do Brasil*, de 1948, e de seu uso também em *Monções*, em 1945. Ademais – face à raridade nas práticas letradas de Sérgio Buarque em falar, como historiador, do século XX –, vale sublinhar que essa crítica igualmente se dava de maneira explícita naquela contemporaneidade. Tanto que, a certa altura, repetiu a tese proferida no Chile alguns anos antes, pois teria dito que “a decisiva fratura na História do Brasil contemporâneo não se situa[va] em 1889, mas em 1930”.¹⁰⁸ Ato contínuo, seguiu costurando o seu argumento, pois certamente não desejava que isso fosse tomado como elogio gratuito. Assim, explicou que, a despeito de todos os gestos também autocráticos de se apegar ao poder, não deixava de ser um fato notório “que muitas providências adotadas pelo regime que se instaura em 1930 se acham inscritas nos mais autênticos padrões democráticos [...] tanto que, entre 1930 e 1955, chega a duplicar-se o eleitorado, ao passo que mal duplicará nossa população”.¹⁰⁹ Todas essas falas, de 1963, 1967 ou 1972, forçam-me à questão: teria Sérgio Buarque cogitado escrever os volumes da HGCB sobre a República? As teses ele já possuía.

Dúvida à parte, bem evidente está um elemento daquilo que o conferencista enxergava, de forma circunstancial e didaticamente, talvez, como decisivo e basilar para toda e qualquer democracia: a relação entre o número de votantes e a população de determinada sociedade.

Muito poderia ser discutido a propósito destes pontos, mas cabe ao menos apontar que o período referido por Buarque de Holanda já começava a receber interpretação da produção acadêmica dos anos 1960-1970 como um período *populista*. Trata-se de uma forma de governo comumente atrelada à demagogia, à corrupção, ao paternalismo etc., inaugurado no Brasil com Getúlio Vargas, e que teria chegado ao fim em 1964, pois, nos dizeres e memórias dos partícipes do golpe, este interrompeu tal cultura política, posto que “intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção”.¹¹⁰

Logo, como se observa nesta outra passagem, a ideia de sociedades democráticas, desta vez no entendimento dos militares, era bem diversa da acepção buarqueana: o sentido em destaque é o da ordem e qualquer semelhança com o positivismo não é mera casualidade. Só a

¹⁰⁸ Idem, [1967] 2008, p. 629.

¹⁰⁹ Idem, [1967] 2008, p. 631-2.

¹¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____ et. al. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 39.

partir da virada de 1970 para 1980 que o uso do termo para explicar a cena latino-americana, em geral, e brasileira, em particular, começou a dar alguns sinais do esgotamento de suas hipóteses.¹¹¹ Mesmo assim, o fato é que àquela altura da conferência o professor já havia tecido certo elogio à “Revolução” de 1930 e não à de 1964. Mas para suavizar o impacto do desaforo impresso e, provavelmente, verbalizado, ponderou com uma emenda que parecia destinada a contemporizar a sua frase anterior. Disse, portanto, que era notória a estratégia de Vargas, cuja contribuição às medidas democráticas ocorria “como se a ele, pessoalmente, não fossem aplicáveis, de sorte que fez o possível para dispensar as eleições populares quando, em 1934 e, depois, em 1937, quis sustentar-se a qualquer preço no poder”.¹¹²

Na sequência, em clara demonstração de sua atualidade quanto às publicações mais recentes sobre estudos dedicados à América – ainda que forjada para a ocasião porque conveniente à crítica desejada – e sendo ele um historiador cujos limites temporais de suas pesquisas se concentravam na chamada época Moderna e, nos últimos anos até a data da palestra, no século XIX com ênfase na cena política do Império, Sérgio Buarque de Holanda fez questão de mencionar sua leitura de uma biografia do governo do Presidente Kennedy.

Correspondia ao livro *A thousand days: John F. Kennedy in the White House*, de autoria do historiador estadunidense e ex-docente em Harvard, Arthur Meier Schlesinger Júnior, que se mantém na biblioteca que outrora lhe pertencera.¹¹³ Usou essa referência para narrar o episódio de um desabafo do embaixador John Moors Cabot durante a posse de Jânio Quadros, em 1961, ante os problemas econômicos, sociais e políticos que, desde a chegada dos europeus em fins do século XV, afligiam, no ponto de vista do diplomata, toda a região.

Segundo Sérgio Buarque, à época da cerimônia Moors Cabot teria dito “que toda a responsabilidade entre nós, por esses problemas, cabia a uma casta de homens dissociados da massa do povo [...], no egoísmo e na cegueira das oligarquias que os dominam”.¹¹⁴ Dito isso, inquiriu os ouvintes se as atuais gerações poderiam erradicar “males que ao longo de séculos,

¹¹¹ Estas respeitavam às ideias segundo às quais o *populismo* fora interpretado “como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial). [...] como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e ideologia autônomas. A ideologia de classes deveria substituir a ideologia populista quando o desenvolvimento capitalista tivesse se completado na região”. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Populismo latino-americano em discussão*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 136-137.

¹¹² HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 632.

¹¹³ Cf. SCHLESINGER JR., Arthur Meier. *A thousand days: John F. Kennedy in the White House*. Boston: Houghton Mifflin, 1965. Coleções Especiais. *Sérgio Buarque de Holanda*. BCCL. UNICAMP.

¹¹⁴ HOLANDA, op. cit., [1967] 2008, p. 633.

[...], já puderam deitar raízes fundas em nosso solo? Não sou pessimista, e quero crer que sim, mas devo admitir que se trata de um artigo de fé, que eu não saberia transmitir a outros”.¹¹⁵

Ora, fica evidente, em suas últimas palavras e referências, que a palestra rumou, de fato, para o questionamento do público presente, corroborando o argumento que aqui se desenvolveu sobre seu desejo de tomar para si o dever de interrogar os regimes de força e os ataques à democracia em um país marcado por desigualdades. Fez isso de todas formas possíveis, inclusive através de uma certa defesa da tese sobre a História Republicana do Brasil cuja verdadeira fratura, no seu entendimento, ocorrera bem depois da Proclamação (1889), há cerca de meio século de distância, durante o governo Vargas (1930-1945).

Ao finalizar a conferência, sintetizou seu pensamento e, sem recorrer às estratégias de prender o espectador ou fazer críticas veladas ao regime ou utilizando o recurso de comparações históricas, esclareceu sua posição sem meias palavras, com as quais também a reflexão deste Capítulo se encaminha a seu ponto final. Disse acreditar firmemente que estava ao alcance das gerações daquela atualidade, de 1967, obter plena clareza quanto aos ajustes tão necessários para que a democracia pudesse atingir um nível de autenticidade e concretude e não permanecer como mero desejo. Para tanto, continuava: era preciso estar ciente dos erros cometidos e proceder à sua denúncia com o fito de superá-los, repetindo em essência a fórmula de exorcizar o passado, de acordo com o que expressaria no Prefácio de *Visão do Paraíso* dois anos depois.

Ele entendia que este modo de agir era importante para que o país não resguardasse sua história “à força como sagrada relíquia de eras extintas [...]. Por esse caminho, o homem brasileiro haverá de enfim realizar-se integralmente, e não pelos caminhos indicados por uma tênue minoria que, julgando representá-lo, em verdade o esmaga e o dissimula”.¹¹⁶

Profeticamente ou não, talvez Buarque de Holanda mal soubesse que tudo aquilo pioraria, pois no ano seguinte à aula de História (lição!) que ministrou aos militares da ESG, o regime autoritário instalado em 1964 com o golpe iria institucionalizar suas ações criminosas, já postas em prática e, sobretudo, com o mencionado AI-5 que a ditadura decretou sob o falso arcabouço jurídico de salvaguarda da Segurança Nacional. Iniciou-se aí o período conhecido como os “anos de chumbo”, em virtude da truculência, repressão, espionagem e censura que se abateria sobre a sociedade. De uma forma geral, a América Latina, por sua vez, não ficaria longe disso e já tive a oportunidade de escrever na presente tese que a expressão *cone Sul* matinham relações tanto com a forma geográfica do território quanto com a imagem de inferno das Idades Média e Renascentista. Por isso, considerando que o oficialato era o seguimento das

¹¹⁵ Idem, [1967] 2008, p. 634.

¹¹⁶ Idem, [1967] 2008, p. 636-7.

Forças Armadas mais poderoso e detentor das rédeas do país naquele momento, pode-se inferir que o professor da USP tinha se reunido com eles na antessala desses tempos sombrios.

Estava mesmo o catedrático a desenvolver no período um argumento que iria propor outra fratura na historiografia brasileira. Um corte motivado pela ideia segundo a qual a Proclamação da República não alterou os rumos políticos do Brasil. A mudança do regime significara mais permanências que rupturas. E fez isso na coleção HGCB, pois após mencionar a fatídica data que, no século XIX, é vista como o fim do Segundo Reinado, citou os protagonistas dos acontecimentos e afirmou: “Nesse momento [15-XI-1889], nem ao deixar o portão do quartel-general, estava certo, Deodoro de que as oligarquias monárquicas pertenciam ao passado, e ia começar o tempo da oligarquia republicana”.¹¹⁷

Portanto, a efeméride tão cultuada nas casernas não lhe parecia histórica e digna de zelo: mais se aproximava de um dia ordinário do oitocentos. Aliás, desde o início do movimento para derrubar o regime imperial, com Deodoro da Fonseca à testa do conluio onde se viu reunido, na véspera, com Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lôbo e Rui Barbosa, não lhe inspirava certeza quanto ao sentido definidor de seus desdobramentos. Afinal de contas, o próprio militar havia se mantido indeciso quanto ao golpe de Estado a ser deflagrado contra a família real, pelo apreço que dedicava a D. Pedro II, amigo pessoal a quem devia favores.

No argumento buarqueano, o marechal também reconhecia o avanço da idade de Sua Alteza como problema à continuidade do regime, pois seria preciso inaugurar um Terceiro Reinado com a Princesa Isabel e o Conde d’Eu, figura que não agradava a muitos homens públicos. Dessa maneira, com o desfecho narrativo sem fixar data de término efetivo do Império e ao aludir à sequência da política aristocratizante no fortalecimento de outra oligarquia, o catedrático lançava uma de suas últimas grandes proposições: a tese da *República não-proclamada*, que explicitou ainda mais numa série de três artigos que publicaria em 1979.¹¹⁸

Assim, pode-se crer que Sérgio Buarque de Holanda vivia, nesses anos – entre o projeto e a escrita da coleção, o ingresso definitivo na USP, a palestra na ESG etc. –, uma fase de busca pelo estabelecimento de fortes laços nos estudos históricos e de vinculação com a História da América, notadamente a de sua porção latina em franco estágio de modernização, que se

¹¹⁷ HOLANDA, op. cit., 1972, p. 360. Reitero que, embora grande parte dessas questões sobre a HGCB tenha sido abordada em minha dissertação de mestrado, não procedi, naquele momento, às perspectivas latino-americanas.

¹¹⁸ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Uma república não-proclamada (I, II & III). *Jornal da República*. São Paulo, 17, 19 & 20 nov. 1979. Hemeroteca da FBN. Para ficar apenas em um exemplo, é interessante observar que essa tese buarqueana ecoa em uma das referências de certo segmento dos pesquisadores do século XIX, sem que *Do Império à República*, de 1972, ou os artigos publicados depois, em 1979, sejam citados. Do intelectual só se mencionou a primeira edição de *Raízes do Brasil*, de 1936, que não comportava essa ótica sobre a monarquia. Refiro-me, em particular, ao seguinte estudo: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

marcava pelo desejo de refletir sobre o passado comum do referido território. Dessa forma, fosse por meio da abordagem como contraponto, fosse como proximidade, a era dos domínios espanhóis foi tomada, na HGCB, como via especular para a compreensão do Brasil, integrando-o ao continente. A *ótica buarqueana* mantinha, num só tempo, sua crítica à época colonial lusa – com vistas a superá-la –, e o questionamento dos marcos cronológicos e historiográficos do Império, que o constituía como peculiaridade dos Trópicos, sem deixar de situá-lo no debate sobre o conjunto das nações do Novo Mundo Ibérico.

Por tudo que foi discutido e demonstrado, cabe salientar que os limites deste texto não permitem aprofundar toda a temática das restrições e liberdades às quais os cidadãos podem estar sujeitos em uma conjuntura ditatorial. Tampouco pode-se dizer muito sobre a plenitude das estratégias mobilizadas pelo escritor na composição do pronunciamento que proferiu na ESG, em 25 de maio de 1967. Soma-se ainda o fato de que chegar a conclusões enfáticas sobre o discurso do professor catedrático é igualmente inviável, pois sua fala só pode ser escutada tangencialmente, mediada por seu registro impresso. No entanto, a menção dos obstáculos investigativos e essa tentativa de análise documental se constitui, por si só, um esforço teórico-metodológico necessário, instigante e que, a meu ver, mostrou-se revelador.

Adicionalmente, ressalto que o conjunto de dados de caráter biográfico foram considerados para interrogar a relação entre a individualidade e seu mundo relacional. Tal escolha visou melhor dinamizar a caracterização de Sérgio Buarque de Holanda em meio à emergência de cenas intelectuais inéditas, como os processos de especialização acadêmica.

No entremeio dessas relações de força, busquei desenvolver uma reflexão cujo entendimento defende o uso dos sucessivos acontecimentos de uma vida desde que a pesquisa possa apontar vínculos – diretos ou não – entre determinada existência e aqueles de seu entorno. Tudo frente às diversas configurações que, marcadas por constrangimentos aos quais os agentes podem estar submetidos e por escolhas circunscritas no binômio tempo-espço, legaram personagens de trajetórias únicas. A de Sérgio Buarque, nesse sentido – e observada pelo prisma da *economia das práticas letradas* – voltou-se para os itinerários que seguiram os caminhos que rumaram à modernização universitária dos estudos históricos latino-americanos, conforme tentei demonstrar pelas conexões por ele estabelecidas e/ou nele enredadas, bem como mediante os contatos pessoais, institucionais e editoriais que experimentou.

Destaco ainda outro elemento singular das páginas impressas acerca da conferência na ESG, condutora de todo o debate desses Capítulos finais por concentrar o entrecruzamento dos itinerários da trajetória buarqueana naquele instante, que se vinculava à discussão das instabilidades derradeiras de sua “obra” de estreia, ao planejamento e à escrita da HGCB, bem

como à feitura do Prefácio de *Visão do Paraíso* de 1969 etc. Trata-se dos inegáveis indícios de oralidade na palestra, materializados também sob a forma de perguntas.¹¹⁹ São 16 no total, feitas pelo próprio autor ou pelos documentos e referências por ele utilizados no texto, composto com pouco mais de 20 laudas de discurso, numa clara tentativa de diálogo com o público.

Aparentemente, o número poderia ser considerado insignificante, caso tal gesto fosse uma praxe no *habitus* do intelectual ou se mostrasse ínfimo em comparação a outro escrito seu. Mas não é este o caso, pois endosso aqui a observação de que Buarque de Holanda “sabia que o convite se fundava no argumento de *Raízes do Brasil*. Para desfazer a opinião dos militares, seria preciso fazer a crítica do ensaio de 1936, fazer uma autocrítica”.¹²⁰

Junto disso, reafirmo que ele foi além: mais do que avaliar criteriosa e criticamente seu primeiro texto transformado em livro, o docente da USP anunciou a defesa que, no âmbito editorial, já vinha operando para desencorajar as leituras nacionalistas que se podia extrair do impresso e se questionar num simultâneo gesto de exame de consciência e autodefesa.

Não por outros motivos, lançara-se a uma obsessiva atualização da palavra editada em apreço, face às reconfigurações e fortuna crítica por meio das quais a obra circulava. Tudo para fazer suas mudanças convergirem às novas posturas pouco a pouco assumidas pelos distintos “eu’s” constituídos no decorrer de sua trajetória até aquele momento. A partir daí, *pari passu* às contínuas ações para estabilizar o livro – em detrimento, a grosso traço, da forma ensaística que então lhe reputavam – vivenciou todos os outros processos que hegemonicamente tenderam a classificar suas identidades sociais como as de um autêntico historiador.

Por isso, o paralelo com esse escrito é mais que providencial para demonstrar quão sintomáticas foram para modelar os contornos de uma dada narrativa de sua vida nas interrogações que lançou na palestra. Assim, na versão mais definitiva de *Raízes do Brasil*, que viria dois anos depois do encontro com os oficiais do Exército, em cerca de 155 páginas as perguntas não passam muito de 16. Logo, em face dessa diferença proporcionalmente grande dos questionamentos de um e outro registro, parece inegável a possibilidade de convergência entre a verbalização na sala da ESG e a materialidade daquela fala.¹²¹

¹¹⁹ Por oralidade, compreende-se aqui “todo lo que, en el interior de un texto, nos informa sobre la intervención de la voz humana en su publicación”. ZUMTHOR, Paul *apud* CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: discursos, práctica, representación*. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1999, p. 51.

¹²⁰ EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil & Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2010, p. 305.

¹²¹ Por se tratar de uma reflexão mais experimental que conclusiva, pode-se dizer ainda que os pontos de interrogação utilizados por Sérgio Buarque na palestra da ESG se apresentam como rastros que permitem tomá-los como traços até então ignorados. Por isso os tomo como *paradigma indiciário* deste Capítulo. Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b. Assim, os 16 questionamentos correspondem aos pormenores mais negligenciáveis encontrados no documento da

Daí a ideia de intitular parte desse debate como *ressonâncias subvertidas*. Afinal de contas, no passado e na atualidade, fica-se em dúvida sobre quem é mais desobediente: se a conferência buarqueana e as possíveis atitudes por ela geradas nos círculos militares; ou se o argumento defendido aqui para tomar o texto que dá voz aos tempos idos para além da palavra impressa e da análise de discurso *stricto sensu*, contrariando aspectos lamentavelmente em voga em setores da historiografia brasileira, em geral, e, sobretudo, entre os estudos de intelectuais, em particular, com destaque para os, por assim dizer, chamados buarcólogos.¹²²

Tanto mais quando se observa que aquele tempo correspondeu a anos de acalorados embates políticos, culturais, econômicos e sociais que se exprimiam, entre outras instâncias, através da corrida armamentista e espacial, ideológica e (contra)revolucionária etc. de impacto relativamente considerável nas orientações de agentes e instituições do mundo pós-1945.

Isso porque, *Depois da Guerra* – para retomar aqui a lógica dos versos de Vinicius de Moraes –, mas desta vez Guerra Fria, nos países do então chamado “Primeiro Mundo”, Sérgio Buarque de Holanda forneceu uma pista instigante e rica aos caminhos investigativos do estudo que ora se encerra. Em entrevista para a revista *Veja*, em 1976, mencionou os possíveis motivos do interesse estadunidense pelo Brasil. A respeito de assuntos como os da escravidão, por exemplo, disse que o despertar *yankee* lhe parecia motivado pela suposta existência do bom senhor e da união entre os escravizados, que reputou, sem pestanejar, ao aparecimento da versão inglesa de *Casa-grande & senzala* três décadas antes, em 1946, pela editora Alfred Knopf.

Soltou o verbo quase como quem quisesse jogar ainda mais uma última pá de cal sobre Gilberto de Mello Freyre, intérprete já tão massacrado pela escola uspiiana, a qual integrou, ou pelo grupo de “HGCBistas” de que foi líder e – porque não? – tentando ocupar o lugar do espaço imaginado na “profecia” do poeta cujo verso cabe aqui lembrar: *Depois da Guerra, pirulim, depois da Guerra, vai surgir um sociólogo de espantar Gilberto Freyre*.

Com a diferença de que, se isso efetivamente ocorreu – e longe de promover julgamentos de valores das contribuições de um e outro intelectual –, talvez seja possível dizer que tal surgimento foi apenas em parte. Afinal, do lado buarqueano, o objetivo pessoal, que acomodava também as classificações lançadas sobre a sua “obra”, consistia em ser visto como

conferência e representam seus detalhes mais reveladores no tocante à ideia de convergência entre o impresso e o reverberado. Não por outros motivos, eles acabaram se tornando o alvo privilegiado deste fecho analítico.

¹²² Cada qual a seu modo, nos cursos que fiz com os professores Giovanni Levi e Renán Silva, tal questão veio à tona quando as aulas se voltaram para o debate acerca dos perigos nascidos na emergência de correntes pós-modernas e no giro linguístico da academia norte-americana que, ao menos desde os anos 1980, tende a reduzir os fenômenos históricos à mera análise textual – em flagrante desvio das propostas de Michel Foucault –, e por adotar a prática de citações de estudos publicados somente em inglês como o modelo autorreferente majoritário.

historiador. Não é mera casualidade que ele tenha dado a ler suas andanças no estrangeiro como ligadas a tudo que de mais atual existia em termos de produção e prestígio historiográfico.

Ao prosseguir com explicações ao jornalista, afirmou que perguntara a um *brazilianist* da University of California, em Berkeley, o porquê do interesse dos Estados Unidos por seu país. “Sua resposta”, continuou Buarque de Holanda, foi “Cuba”, pois a “posição do Brasil como país estratégico, política e militarmente, tem se reforçado cada vez mais nos últimos tempos e por isso é preciso, do ponto de vista americano, conhecê-lo muito bem”.¹²³ Portanto, devido a essa importância na ótica estadunidense, a sociedade brasileira não poderia ter o mesmo destino que a ilha governada por Fidel Castro.

Seja como for, o propósito de toda esta reflexão consistiu em imaginar as reações e escarafunchar os vestígios de oralidades ou murmúrios perdidos em meio às diversas representações de Sérgio Buarque de Holanda historiador. Ao ajustar sua palestra aos retoques operados em seu livro de estreia, o intelectual também atualizava os traços de sua trajetória em defesa de sua reputação. Mas tanto a audiência do oficialato daquele maio de 1967, quanto os leitores contemporâneos daquilo que ele pensou em dizer, ficaram sem as respostas desejadas e com perguntas em suas mentes; ou, se preferirem, permaneceram, lá e cá, dissonâncias calculadas e silêncios ensurdecedores. Manteve-se, ao fim e ao cabo, o dito pelo não-dito.

¹²³ HOLANDA, op. cit., 1976, p. 6.

CONCLUSÃO

Os subterrâneos de uma obra:

Quando a *Teoria da América* germina nos livros buarqueanos

O texto só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme os códigos de percepção que lhe escapam (Michel de Certeau)

No transcorrer da presente tese, com a análise dos quadros receptivos contemporâneos aos lançamentos dos livros de autoria exclusiva de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), pude verificar as historicidades e a importância decisiva que suas fortunas críticas desempenharam no seu pensamento impresso. À medida que estas serviam-lhe de matéria para a (re)elaboração de novos escritos, tanto mais elas se tornavam indispensáveis. Os traços de relevo e salientes que se pode extrair daí, confundem-se, em si mesmos, com os contornos de suas figuras autorais e oferecem uma interessante cronologia à sua peregrina trajetória até o tempo do reconhecimento intelectual na atualidade.

Sem pretender fixar qualquer caracterização rígida, é válido sublinhar que, na complexa economia de práticas letradas das primeiras décadas do século XX, o aparecimento de *Raízes do Brasil*, em 1936, como volume de abertura de uma coleção que era a grande aposta da Livraria José Olympio Editora (LJOE), não pôde esconder o fato de o estreante ser um ilustre desconhecido fora dos círculos modernistas. Sua posição só se manteve porque defendida pelo diretor da iniciativa, Gilberto de Mello Freyre, relativamente já reconhecido como sociólogo. O prestígio que se desfiou, à época, fora, portanto, concedido antes ao empreendimento da *Documentos Brasileiros* e ao autor de *Casa-grande & senzala*, do que qualquer outra coisa.

Mil facetas e instabilidades de toda ordem também integraram os universos das configurações intelectuais de então. Sequer o sobrenome do escritor paulista chegava-se a acertar nas resenhas. Aos críticos interessava, porém, as partes de seu livro em que este fazia comparações com os vizinhos latino-americanos, destacando, sobretudo, o viés do *trabalho* e o da *aventura* na colonização dos trópicos que suas páginas apresentavam.

A forja de um “eu” historiador por ofício se anteciparia, a meu ver, aos leitores. Após a malograda “obra” de estreia, Buarque de Holanda transitou por diversos postos de trabalho, melhorou sua opinião sobre o americanismo, mas em livro mesmo, este só voltaria à cena em 1944, com a publicação de *Cobra de vidro*, outro voo baixo. Enquanto isso, ia se envolvendo com atividades polígrafas – atuando como tradutor, por exemplo – e buscando acomodar as críticas recebidas a partir de 1936, depurando-as ou lapidando suas ideias. Com *Monções*, no

ano seguinte, 1945, outro silêncio ensurdecedor. Causaria barulho, entretanto, apenas em meados da década subsequente, quando surge em curto espaço de tempo as traduções italiana e espanhola de *Raízes do Brasil*, a terceira versão em língua portuguesa e *Caminhos e fronteiras*.

Nesse momento, Sérgio Buarque torna-se bem mais conhecido, por experimentar no estrangeiro atividades que saltavam aos olhos de seus interlocutores e, em especial, os debates que convergiram para a *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO) ou dela partiram. Vale frisar, todavia, que o destaque buarqueano não ocorreu necessariamente devido ao fato de seus críticos se impressionarem com exterioridades. Interessava ao autor e aos leitores de sua obra a possibilidade de discutir pautas que poderiam soar a alguns – e tal perspectiva repercute à farta na História Intelectual *stricto sensu* – apenas como impostas do exterior para a quadra doméstica, feito meras *influências*.

Acontece, entretanto, que a UNESCO acolheu as demandas de estudiosos, artistas, pesquisadores etc. que, sendo representantes dos Estados membros e/ou de entidades não-governamentais, configuraram sua agenda partindo dos entendimentos de mundo que portavam e compartilhavam. Tudo isso ajudou a aprofundar ou a fazer emergir colaborações multilaterais através de trocas letradas que, em muitos casos, tinham nexos com a instituição. Face a distintas experiências, o pensamento, impresso ou não, tende a se expandir, complexificar-se ou até, quem sabe, apequenar-se, mas, definitivamente, ele não se permite colonizar.

É preciso dizer, ademais, que, sobretudo no caso do Brasil, as três principais questões levantadas pela organização plurinacional – vinculadas ao grande projeto que visava combater as tensões internacionais por intermédio da mútua compreensão entre as sociedades – eram relativas aos temas da *democracia*, da *raça* e da *imigração*. Esses assuntos, como pude demonstrar, conectavam-se com as pautas geracionais brasileiras que se avolumavam ao menos desde os anos 1920, entrelaçando-se na elaboração de uma ideia de harmonia racial que precedeu ao livro prestigiado de Gilberto Freyre. Desse modo, o *firefight* lançado sobre ele se aproxima mais de uma tentativa bem-sucedida da Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) – que não possuía uma tradição no país que a potencializasse para logo se estabelecer como disciplina acadêmica – de falar em pé de igualdade com professores de todo o planeta, sendo *Casa-grande & senzala* o estudo brasileiro de caráter científico mais conhecido no exterior.

Uma vez fortalecido o espaço universitário, este converteu as temáticas citadas em mananciais para os seus programas de estudos, ajustando-as ao discurso acadêmico e, nesse movimento, rechaçando formalmente a escrita ensaística. A quase onipresença do nome de Sérgio Buarque de Holanda em meio a esses temas parece sugerir, por certo, a força do cânone que ele se converteu e, não menos, a sua efetiva atuação direta ou indireta nesses debates.

De tal modo centrais foram essas questões que, atentos a isso, seus críticos passaram a se apropriar de seus impressos, buscando esboçar neles um sentido de unidade e, com cerca de 20 anos de atraso, poder-se-ia dizer de conversão do título *Raízes do Brasil* em sua “obra” de estreia. Mesmo assim, quanto à sua imagem pública, essa se manteria ainda oscilante, dividida especial e majoritariamente entre o *sociólogo* e o *historiador*, porém, de todo modo, compreendida de forma elogiosa como a de um homem erudito.

Isso porque, sem se distanciar das instituições de ensino superior – ao contrário daquilo que consideram os seus principais intérpretes, portanto – ele também não era totalmente atado à tradição historiográfica brasileira, por sua própria trajetória que, embora ligado a Affonso d’Escragno Taunay, por exemplo, não se apegou a Institutos Históricos e Academias de Letras. Ele esteve, até o fim dos anos 1950, mais entrelaçado a outros espaços, tais como: a Universidade do Distrito Federal (UDF), a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo, a Universidade de Roma, o Museu Paulista e a Universidade de Sorocaba (SP).

Somada à dupla identificação intelectual que pesava sobre as suas representações socioprofissionais, ocorreu, nesse momento, a positivação de sua primeira obra, que guarda qualquer coisa de dívida, sobretudo, com *Monções* e o livro de 1957, pois os resenhistas deste último estudo começavam a tomar essas publicações em conjunto, feito trilogia. Além disso, para citar apenas uma situação, os ajustes que Buarque de Holanda operou junto às *Raízes do Brasil* até esse período, processaram-se em simultâneo às discussões da UNESCO. A propósito do tema relativo às formas de governo, antecipara-se às conclusões do comitê de *experts* que integrou, dando a perceber, aliás, que o mal-entendido da democracia poderia ser de toda a humanidade. Contudo, resultou daí dois pontos basilares: de um lado, a ideia segundo a qual um sistema democrático não poderia se furtar à presença, legitimidade e participação do *povo*; e, de outro, a constatação de que aos conflitos ideológicos e, em potencial, bélicos – ameaçadores, portanto, da paz mundial –, só poderiam ser aplacados pela História, cujo objetivo passava, então, a se concentrar em difundir aspectos que uniam as culturas e as civilizações.

Capital simbólico acumulado – e somente este – Sérgio Buarque venceu a batalha no mercado de títulos, apressando-se em obter o diploma equivalente ao de mestrado e, mesmo tarde, retirar o de bacharel em Direito para a conquista definitiva do território uspiano, em 1958. Foi aí que obteve êxito, com *Visão do Paraíso*, em difíceis duelos com alguns membros da banca, pois sequer qualificaram a tese como trabalho acadêmico. Independente disso, do acontecimento ecoaram os ruídos de sua habilidade em manejar as regras de um jogo que apenas *ensaiava* em se constituir. Já era fins dos anos 1950 e o espaço universitário paulatinamente começava a se assentar na área de História, tentando chegar perto ou alcançar a Sociologia bem

autonomizada. Contribuíra para esse *status* o projeto sobre o conceito de *raça*, promovido através da agenda internacional elaborada nos encontros da UNESCO.

A tese *Visão do Paraíso*, apresentada em sua especificidade argumentativa nas circunstâncias do concurso de cátedra da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP – mas, ao que tudo indicou, elaborada durante muitos anos –, foi lançada comercialmente em 1959. Nessa época, sua comunidade de leitores o reconheceu não apenas como historiador, mas como integrante de uma *moderna* historiografia, sendo esta tanto expressão para designar os moldes que vinham da França quanto os ventos que sopravam dos Estados Unidos. O livro, porém, não teria uma unanimidade classificadora: novamente optava-se por reputar isso à sua faceta, já existente em quadros receptivos anteriores, vinculada à ideia de erudição. Sem embargo, em singular diferença com os arguidores, o fato de entenderem a narrativa da obra como ensaísta não representava problema algum – bem ao contrário –, pois, se assim a chamavam, era para elogiar. Essa mesma fortuna crítica passou a agir no sentido de reverter seus títulos, outrora de classificações ecléticas, como eminentemente historiográficos. Outra vez, os fatores de destaque entre essas apropriações foram as Américas, de Norte a Sul.

A partir de tais qualificativos, o autor deu sequência ao projeto assumido como diretor da coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB), antes de se tornar catedrático e que seria publicada pela Difusão Europeia do Livro (Difel). Esse espaço editorial não apenas acolheria as teses da escola sociológica uspiana – que combatiam as interpretações atribuídas a Freyre –, como lhe serviu para, enfim, meditar sobre cada pauta de sua geração. Até aquele momento, suas demandas materiais evidenciadas na busca de recursos financeiros mediante empregos, por vezes, efêmeros e de mudanças constantes, não o tinham permitido desenvolver essas questões. Impediram-no, inclusive, de fixar residência, pois a casa em que passaria o resto de sua vida, na rua Buri, 35 (Pacaembú – SP), tornou-se o seu endereço somente em 1957. Trata-se do ano em que encontrei as primeiras notícias de seus contatos com Paul Jean Monteil, editor da Difel, para organizar a HGCB, que se converteu em trincheira sua e de seus alunos dentro da USP devido ao ineditismo de sua forma e de suas teses historiográficas, avaliadas positivamente no mercado universitário de bens simbólicos, do país e do exterior.

Assim, ele estreitou laços com vizinhos do cone Sul e foi ao Centro de Investigaciones de Historia Americana (CIHA), em Santiago do Chile, a convite de Eugenio Pereira Salas, diretor desse grupo de ensino e pesquisa. Nesse encontro de 1963, com os também historiadores Ruggiero Romano (italiano) e Max Savelle (estadunidense), não só o continente teve seus passados aproximados como se buscou integra-lo ao mesmo Ocidente do Velho Mundo. Aqui,

Buarque de Holanda já era uma referência. Não tanto pelos seus livros que circularam nas três grandes comunidades de leitores, mas antes pelos trabalhos que ele coordenava junto à Difel.

Os volumes oriundos desse empreendimento editorial foram muito utilizados nos Anais da Associação Nacional de História (ANPUH), cuja representação pouco a pouco assumida como instância superior dos profissionais do referido ofício, havia se constituído em outro *lócus* para diálogos. Com suas diretrizes inovadoras, a HGCB se tornou a fortaleza buarqueana, salvaguardada *também* pelas orientações acadêmicas levadas a efeito pelo professor catedrático, atento aos debates que ocorriam na instituição, em geral, e no Departamento de História e Geografia, em particular. Nessas circunstâncias ele começou a distribuir, entre universitários, o capital acumulado. Pôs-se, assim, a prefaciар dissertações e teses que foram publicadas.

Seus textos, sobretudo no formato de capítulos de livros, principiavam em se difundir no exterior, em várias línguas. Desta visibilidade, não passaria despercebido aos militares já apoderados do governo, desde 1964. Foi convidado para palestrar na Escola Superior de Guerra (ESG), três anos depois. Mal podendo recusar, aceitou o desafio de falar sobre o *homem brasileiro*, quando então procurou passar a limpo a sua “obra” de estreia e muniu-se, para tanto, de teses HGCBistas como quem buscasse defender a sua reputação. Certa internacionalização prosseguia, desta vez triangulando as posições de Álgel Rama, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda a propósito, por exemplo, da versão espanhola de *Visão do Paraíso*. O penúltimo, igualmente professor da USP, prefaciou a edição mais derradeira de *Raízes do Brasil*, impressa em 1969, na qual disse claramente que o lance civil-militar de 1964, fora, na realidade, um *golpe*. Face aos oficiais das Forças Armadas, Buarque de Holanda não escapou dessas pautas prementes. Comparou o Brasil e o Chile oitocentistas, dando a ler os argumentos que se revelariam logo mais em *Do Império à República*, sobre a estreiteza do sistema implementado em 1889, que excluía grande parcela da população do jogo político nacional.

Ora, tudo isso é uma síntese que proponho dos quadros receptivos das fortunas críticas buarqueanas. As múltiplas relações dialógicas deste autor eram *com e para* brasileiros, mas ele citava alemães e franceses, como a italianos, norte-americanos ou portugueses. Importava estar no debate e, enquanto era reconhecido, no Brasil, como historiador, fora do país era visto como intelectual latino-americano – esse é o ponto. Sérgio Buarque se apropriava das pautas com desenvoltura, produzindo análises distintas ao degustar as trocas letradas dos mundos que o cercavam e eram por ele urdidos. Parecia transitar em todos os domínios e, nos subterrâneos de sua obra no formato de livros, abaixo das raízes até, existiam vastas fortunas críticas e apropriações de suas comunidades de leitores. Os interesses delas se voltavam para o

continente, teorizando sobre todas as suas partes. Buarque de Holanda, entretanto – com grande ajuda desses mesmos resenhistas –, acabou por se converter, definitivamente, em historiador.

Ocorre, porém, que a pátria desses profissionais universitários que começaram a surgir no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tenderia a ser, por excelência, o passado, enquanto a Sérgio Buarque de Holanda caberia, até os dias de hoje, o lugar de fundador do novo na historiografia brasileira. Permanecerá assim anos a fio ou, ao menos, à medida em que durar o valor de suas *heranças (i)materiais* no campo acadêmico que ajudou a estabelecer, bem como nos livros conectados à sua autoria. Como demonstrei, esta foi, enfim, consagrada e mantém uma obra que desafia seus pesquisadores, pois resiste ao tempo.

APÊNDICES

Apêndice A – Cronologia biobibliográfica, de Sérgio Buarque de Holanda, e da “internacionalização” de seus textos *

1902 – Nasceu Sérgio Buarque de Holanda, em 11 de julho, no bairro Liberdade, em São Paulo, capital, filho de Heloisa (Gonçalves Moreira / Costa) Buarque de Holanda (1868-1957), carioca, e de Christovam Buarque de Holanda (1861-1932), pernambucano.

1911 – Iniciou seus estudos primários na Escola Caetano de Campos e, com nove anos de idade, compôs uma valsa que chamou de *Vitória régia*, então publicada na revista *Tico-Tico*.

1915 – Após o término da etapa escolar anterior, passou ao secundário do Colégio São Bento, também de sua cidade natal, onde foi aluno de Affonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958).

1918 – Começou os testes preparatórios no Ginásio do estado de São Paulo e em Campinas.

* Produzi este material com base nos documentos preservados no Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH) do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*), além das seguintes referências: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Universidade de São Paulo – USP / Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, 1988; HOLANDA, Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. *Apontamentos para a cronologia de Sérgio*, 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/biografia.html>>; COSTA, Marcos. *Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2007; & HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica (organização: Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas: Mauricio Acuña, Marcelo Diego). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Cabe, porém, um esclarecimento preliminar: buscando fugir de narrativas biográficas tradicionais que, a exemplo de alguns dos títulos acima, naturalizam os percursos buarqueanos rumo à canonização intelectual, a linha mestra aqui seguida visou mapear os eventos, as práticas letradas ou editoriais, as personagens e as instituições que, para além da existência física do escritor, atua(ra)m, direta ou indiretamente, para a propagação de suas ideias na forma de textos impressos, no Brasil e no estrangeiro. Assim, a ênfase recaiu sobre os livros e, em especial, o título de *Raízes do Brasil*, porque é o mais editado, reimpresso e traduzido até os dias de hoje. Muito embora a atenção também tenha se voltado para as comunicações, os artigos e/ou capítulos que foram publicados em italiano, espanhol, francês, alemão, inglês etc. Além disso, face à crítica realizada na Introdução àqueles que redundam em *atos biográficos* por naturalizarem sem problematizar e até incorrendo em erros grosseiros sobre dados elementares da trajetória buarqueana, propus-me a criar este Apêndice. Recordo que, em agosto de 2013, na minha qualificação de mestrado, a professora Angela de Castro Gomes (Universidade Federal Fluminense – UFF) sugeriu esse procedimento sem incluí-lo no trabalho, para me auxiliar na compreensão da vida de Sérgio Buarque mediante um olhar panorâmico. Acato tardiamente sua sugestão – com outros fins e, penso, maior proveito e maturidade –, mas não como guia, como alguns poderão dizer, e sim como oportunidade de demarcar uma vez mais o itinerário do intelectual como um ponto numa rede: daí a insistência na identificação de suas relações, dos fios que partem de seu nome e “obra” ou para eles convergem. Ao apresentar tais argumentos e quadro ao professor Jean Hébrard durante o meu estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS / Paris), em 2017-1, em uma das coorientações fui indicado, inclusive por conta do problema historiográfico que enfatizo, a ser bem preciso em determinados aspectos considerados significativos da trajetória em destaque, deixando, porém, suas eventuais importâncias à critério de quem as ler.

1919 – Frequentou o Ginásio Arquidiocesano da capital paulista.

1920 – Apresentou-se às Forças Armadas, cuja obrigatoriedade de alistamento o fez se submeter aos exames para reservista do Exército Brasileiro, no Tiro de Guerra n. 35, em São Paulo (SP). Entre os companheiros dessa época, estavam: Guilherme de Almeida (1890-1969), Rubens Borba de Moraes (1899-1986) e, em algumas oportunidades, Sergio Milliet (1898-1966). Tornou-se amigo de Mário (1893-1945) e Oswald de Andrade (1890-1954). Colaborou no jornal *Correio Paulistano* (publicando seu primeiro artigo, *Originalidade literária*, no dia 22 de abril, por intervenção de Taunay, antigo mestre e amigo de seu pai). Também publicou textos na revista *A Cigarra*.

1921 – Mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, Distrito Federal na ocasião, indo residir primeiro na Gávea, no começo da rua Marquês de São Vicente, e, em seguida, passando às ruas São Salvador, Oitis, Visconde de Silva, Ipiranga e Maria Angélica. Matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, depois transformada em Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (UB). Fez aí dois grandes amigos: Prudente de Moraes, neto (1904-1977), e Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), com os quais frequentou, entre outras, a livraria francesa Garnier, a inglesa Crashley e aquela que mais tarde seria a alemã, de nome Edanée. Publicou na revista *Fon-Fon*. Colaborou no *Rio-Jornal*, na *Revista do Brasil* – quando provavelmente conheceu Monteiro Lobato (1882-1948) – e na *Ideia Ilustrada*.

1922 – Representou no Rio de Janeiro e colaborou com a revista modernista *Klaxon*. Por esta época, conheceu Cândido Portinari (1903-1962), Cecília Meireles (1901-1964), Manuel Bandeira (1886-1968), Graça Aranha (1868-1931), Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969) etc., participando de colóquios sobre política, arte e literatura com alguns deles.

1923 – Foi listado entre os colaboradores – e assim foi – da revista *América Brasileira*.

1924 – Trabalhou na agência telegráfica Havas, apresentado por Américo Facó (1885-1953). Com Moraes, neto, fundou a revista – igualmente de inspiração modernista – intitulada *Estética*. Mais ou menos por esse tempo ouviu falar / conheceu Gilberto de Mello Freyre (1900-1987).

1925 – Concluiu os estudos de Direito. Em suas atividades profissionais, entretanto, não constam dados significativos sobre o exercício da advocacia. Publicou vários artigos de crítica literária em diversos periódicos.

1926 – Trabalhou em outra agência telegráfica, a United Press, e fez amizade com Múcio Carneiro Leão (1898-1969) e Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Ataíde (1898-1993). Conheceu Alceu Amoroso Lima (1893-1983), bem como Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) e outros modernistas mineiros. Colaborou com *O Jornal*, para o qual pôde entrevistar, por exemplo, Luigi Pirandello (1867-1936), Blaise Cendrars (1887-1961) e Felippo Marinetti (1876-1944).

1927 – Mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, onde dirigiu o periódico *O Progresso* (daí seu apelido de então: Dr. Progresso) e foi convocado para substituir um fiscal na cidade espírito-santense de Muniz Freire (talvez o único momento que exerceu sua formação em Direito). Depois de seis meses, voltou para o Rio de Janeiro. Publicou na *Revista do Brasil*, em sua segunda fase, quando o título fora comprado de Lobato por Assis Chateaubriand (1892-1968), e na qual Rodrigo Mello era secretário, tendo Prudente de Moraes como seu auxiliar.

1928 – Manteve a coluna diária *O dia dos Senadores*, sem assinar, no *Jornal do Brasil*.

1929 – Convidado por Chateaubriand, viajou em 17 de junho para a Europa, sendo descrito nas matérias que assinava como “enviado especial d’*O Jornal* e do *Diário de São Paulo* à Alemanha, Polônia e Rússia” – para o qual entrevistou, por exemplo, Thomas Mann (1875-1955). Fixou residência em Berlim, Alemanha, mas também percorreu quase toda a Polônia. Trabalhou na capital germânica, onde viu a eclosão do Nazismo. Na Universidade berlinense, nos seus dizeres já bastante questionados pelos *revisionistas de um Sérgio Buarque já revisado*, assistiu algumas aulas dos cursos de História e Ciências Sociais. Traduziu filmes da *Universum Film Aktiengesellschaft* (mais conhecida por UFA), entre eles *O anjo azul*, considerado o primeiro êxito da atriz Marlene Dietrich (1901-1992). Colaborou com as revistas *Duco & Brasilianische Rundschau* dedicadas às relações teuto-brasileiras.

1930 – Suspendeu-se a publicação da revista *Duco* e diminuíram em muito as traduções dos filmes. Começou a se preparar para retornar ao Brasil. Segundo seu depoimento que, depois, foi acriticamente repetido por muitos intérpretes, teria retornado ao país com escritos que

deveriam se tornar um livro, intitulado a princípio de *Teoria da América*. É do rascunho dessas quase 400 páginas que, conforme entrevista que concedeu a Richard Graham, publicada em 1982, retirou ao menos dois capítulos para sua “obra de estreia”, *Raízes do Brasil*. Entretanto, tal manuscrito jamais foi encontrado em seus arquivos.

1931 – Desembarcou em 13 de janeiro na Capital Federal. Voltou a trabalhar para as agências Havas e United Press. Tornou-se diretor, ainda no Rio de Janeiro, da sucursal do *Jornal de Minas*, fundado, entre outros, pelo já citado Afonso Arinos. Publicou um conto na *Revista Nova*, de claras inspirações surrealistas, intitulado *A viagem a Nápoles*.

1932 – Supostamente foi preso, com Octávio Tarquínio de Sousa (1889-1959), Ribeiro Couto (1898-1963) etc., por saudar São Paulo durante a chamada Revolução Constitucionalista.

1933 – Publicou no *Boletim de Ariel* a resenha sobre *Maquiavel e o Brasil*, de Octavio de Faria.

1935 – Teve impresso na revista *Espelho* um estudo com o título *Corpo e alma do Brasil*, que foi uma espécie de prévia do livro *Raízes do Brasil*, surgido no ano seguinte.

1936 – Foi nomeado Assistente do professor Henri Hauser (1866-1946), na cátedra de História Moderna e Econômica; e do professor Henri Tronchon (1877-1941), na cátedra de Literatura Comparada, ambas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF). Em outubro, apareceu *Raízes do Brasil*, seu primeiro texto transformado em livro, que inaugurou a coleção *Documentos Brasileiros*, dirigida pelo já mencionado Gilberto Freyre – que lhe prefaciou –, com capa de Tomás Santa Rosa (1909-1956) e publicação da Livraria José Olympio Editora (LJOE). Logo, tem razão a crítica ao mencionar as experiências *alemã* e/ou *modernista* como decisivas para a produção dessa obra, mas não quando o fazem de forma desmesurada e recorrente, pois só redundam em *atos biográficos*. Estes, interessados em retratar certa trajetória luminosa, atomizam excessivamente a imagem buarqueana como se a existência individual dos *agentes* tivesse sentido por si só, apartada das relações que os prendem ao coletivo. Assim, é interessante mencionar, com exemplos concretos, as entrevistas que ele realizou com personalidades da cena política e literária de todo o mundo, em particular Marinetti, que, em 1926, lhe distinguiu brasileiros e argentinos (útil à construção dos tipos *trabalho* e *aventura*, presentes no livro); bem como suas desavenças no modernismo, sobretudo com o grupo de Aranha, que propunham uma separação rígida entre *natureza* e *cultura*,

civilização e barbárie para a compreensão do país. *Raízes do Brasil* e seus textos seguintes mostram a fronteira tênue desses aspectos na história brasileira. Em 28 de dezembro, casou-se com Maria Amélia Alvim (1910-2010). O casal teve sete filhos.

1937 – Passou da United Press para a Associated Press como Redator Chefe. Com a partida dos mestres franceses, assumiu como professor Adjunto as cátedras de História da América e História da Civilização Luso-Brasileira na UDF. Residiu em um apartamento no Leme, na rua de Copacabana. O mesmo que habitava José Olympio (1902-1990), cuja livraria na rua do Ouvidor, 110, era o ponto de encontro com “os do Norte”, a exemplo de José Lins do Rego (1901-1957), Graciliano Ramos (1892-1953) e Raquel de Queiroz (1910-2003).

1938 – Deixou o apartamento na rua de Copacabana e passou a morar na Avenida Atlântica. Concluiu sua participação no projeto da UDF, fechada pelo Estado Novo (1937-1945).

1939 – Integrou a Comissão do Teatro Nacional. Extinta a UDF, começou a chefiar a Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro (INL), a convite de Augusto Meyer (1902-1970), que fora criado, em 1937, pelo Ministério da Educação e Saúde (MES). Aí no INL, trabalhou, por exemplo, com José Honório Rodrigues (1913-1987). Desligou-se da Associated Press.

1940 – Mudou-se para um apartamento no Lido. Fez crítica literária no *Diário de Notícias* no lugar de Mário de Andrade, com quem trabalhou no INL. Aproximou-se de Octávio Tarquínio.

1941 – Permaneceu três meses nos Estados Unidos da América (EUA), convidado pela Divisão de Cultura do Departamento de Estado, quando visitou as Universidades de New York, Washington, Chicago e Wyoming, tendo proferido conferências sobre a história do Brasil nesta última. Participou de debates na Universidade de Chicago sobre as relações políticas e econômicas interamericanas sob os auspícios da *Norman Wait Harris Foundation*. Foi publicada sua tradução de *Memórias de um colono no Brasil* (1850), de Thomas Davatz (1815-1888), onde escreveu um longo prefácio e fez notas explicativas para a coleção *Biblioteca Histórica Brasileira*, dirigida pelo já citado Rubens Borba junto à Livraria Martins Editora. Talvez tenham sido estas atividades, cujo convite recebeu ainda em 1939, e a indispensável investigação sobre o século XIX que a tarefa lhe impôs, que direcionou decisivamente seu olhar para o estudo do passado. Daí em diante, nota-se a presença constante e crescente da História

entre suas práticas letradas, ainda que por vezes – e necessidade – tivesse atuado em outras frentes (sempre complementares à Clio).

1942 – Sua tradução de *Ethnologia Sul-americana – Círculos culturais e estratos culturais na América do Sul*, de Wilhelm Schmidt (1868-1954), foi publicada pela coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, então coordenada por Fernando de Azevedo (1894-1974). Nessa época, travou relações com Caio Prado Júnior (1907-1990).

1943 – Em um almoço oferecido pelo editor José de Barros Martins, em São Paulo, conheceu Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017). Colaborou no suplemento Autores e Livros, do jornal *A Manhã*, seção cujo diretor era aquele seu amigo dos anos 1920, Múcio Leão.

1944 – Passou do INL para a Biblioteca Nacional (BN), como Diretor da Divisão de Consultas, ficando a cargo de Borba de Moraes a Divisão de Biblioteconomia e tudo sob a coordenação geral de Rodolfo Garcia (1873-1949). Ainda pelo INL, os *Diários de viagem*, de Francisco José de Lacerda e Almeida (1750-1798) – para o qual fez uma nota-prefácio –, foi publicado com subsídio do MES na coleção *Biblioteca Popular Brasileira*. Junto com Octávio Tarquínio, escreveu um livro didático para a terceira série ginásial, que recebeu o título de *História do Brasil*, pela LJOE. Reuniu algumas de suas críticas literárias e as viu publicadas sob o título de *Cobra de vidro*, pela Livraria Martins Editora, na coleção *Mosaico* (volume 5).

1945 – Ministrou aulas sobre História do Brasil para os alunos do Curso de Biblioteconomia da BN. Assinou a Declaração de Princípios contra o Estado-Novo, de Getúlio Vargas (1882-1954), no I Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABE), realizado na cidade de São Paulo, onde foi eleito Presidente da seção do Distrito Federal daquela agremiação. Tornou-se membro fundador da Esquerda Democrática. Foi publicado seu livro *Monções*, pela Casa do Estudante do Brasil, junto à coleção *Estudos Brasileiros* (volume 3). Ao enveredar-se aí pela defesa da distinção entre os movimentos bandeirantes do século XVII e aqueles efetuados no setecentos, é interessante notar como suas atividades como organizador, tradutor e/ou prefaciador lhe despertaram a atenção para o tema. Destaca-se aqui, em particular, a proximidade temática e a forte presença, em *Monções*, dos *Diários de viagem*, de Almeida.

1946 – Regressou a São Paulo, depois de aproximadamente 25 anos fora de sua cidade natal, e foi nomeado Historiógrafo do Museu Paulista (posse em 1947). Aceitou o convite e participou

do *Curso de bandeirologia* com a fala intitulada *As monções*, que foi incluída, nesse mesmo ano, em uma publicação do Departamento Estadual de Informações.

1947 – A Esquerda Democrática virou o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Apresentou seu nome como Deputado Municipal supostamente só para completar o número de candidatos na formação das chapas, mas foi derrotado no pleito. Venceu, porém, outra eleição: a de Presidente da ABE, desta vez já na seção de São Paulo, mais tarde convertida em Sociedade Paulista de Escritores (SPE). Foi membro da Direção do Conselho da ABE, depois transformada em União Brasileira de Escritores (UBE). Atuou como professor de História Econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo.

1948 – Foi eleito membro do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (USP) como representante das Instituições Complementárias, pois atuava no Museu Paulista. Publicou-se a segunda edição de *Raízes do Brasil*, nos mesmos termos editoriais da primeira, mas com o texto revisado, enormemente ampliado, com profundas mudanças de forma e fundo (mais de cem páginas de diferença), prefácio do autor em lugar daquele produzido por Freyre, que também fora substituído por Octávio Tarquínio de Sousa na direção da coleção *Documentos Brasileiros*. Viu publicado o texto *A expansão paulista do século XVI e começo do século XVII*, pela Faculdade de Ciências Econômicas da USP.

1949 – Viajou para a Europa duas vezes, visitando a França a convite da École Pratique des Hautes Études (EPHE) e, especialmente, de Lucien Febvre (1878-1956), que o teria chamado para participar do Colóquio sobre o Oceano Índico; e da Sorbonne, onde realizou uma palestra. Integrou diversos comitês fomentados pela *Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture* (UNESCO), em Paris, para debater o conceito de *democracia* e para o *Estudo comparado das civilizações / culturas*, quando firmou uma declaração conjunta com os demais membros, neste último, publicada na ata intitulada como: *L'originalité des cultures*, também impressa nos idiomas espanhol e inglês. Nos Anais do Museu Paulista se imprimiu uma nova pesquisa sua: *Índios e mamelucos na expansão paulista*. O seu texto intitulado *Período colonial* apareceu no *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (Rio de Janeiro: Gráficas Souza), antigo *Handbook of brasilian studies*, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien – dos contatos estadunidenses.

1950 – Visitou os Estados Unidos como membro da delegação brasileira ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado na Library of Congress (Washington), onde apresentou uma pesquisa sobre técnicas rurais e, segundo seu currículo, retomou algumas relações estabelecidas cerca de nove anos antes. A convite de Frank Tannenbaum (1893-1969), da Columbia University, participou de um seminário em New York, junto com Alice Piffer Cannabrava (1911-2003), que também integrou a delegação, então composta por Pedro Calmon (1902-1985) e os já citados Rodrigo Melo, Freyre, Afonso Arinos etc. Foi reeleito Presidente da ABE de São Paulo. Tornou-se membro da Comissão de Redação da *Revista de História* (USP). De historiógrafo passou a Diretor do Museu Paulista.

1951 – Trabalhou no Museu Paulista, na ELSP e na crítica literária. Publicou um artigo mais tarde considerado importante: *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Integrou a banca examinadora do Concurso da cátedra de História Moderna e Contemporânea da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, para arguir o professor Eduardo d'Oliveira França (1915-2003), entre outras participações, anteriores e posteriores a esta data, como avaliador. Por esses anos também se relacionou com Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). Terminou seu mandato no Conselho Universitário da USP. Atuou como membro correspondente da comissão da UNESCO para o desenvolvimento de uma *História científica e cultural da humanidade*.

1952 – Foi publicado um volume de *Antologia de poetas brasileiros da fase colonial*, com sua organização e notas, editado pelo Ministério da Educação. Recebeu uma proposta para atuar como professor no estrangeiro, indicado pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Traduziu os estudos *Tatuagem de unha de dedo de um índio Yamarikumá & Alcova de parto entre os Baikiri*, de Fritz Krause, saídos na *Revista do Museu Paulista*.

1953 – Após convite para lecionar na Itália, tornou-se docente da cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma, colaborando com o Instituto de Studi Brasiliani, que ajudou a criar, e enviando correspondências irregulares para o *Diário Carioca* e a *Folha da Manhã*. Foi publicado um segundo volume de *Antologia de poetas brasileiros da fase colonial*. Sua comunicação: *As técnicas rurais no Brasil durante o século XVIII*, apareceu nas *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* (Nashville: Vanderbilt University Press).

1954 – Viajou pela Itália, França e Suíça, sendo que nesta última participou do *Rencontres Internationales de Genève* (fomentado pela UNESCO) e proferiu a conferência *Le Brésil dans la vie américaine*, publicada nos anais intitulado: *Nouveau Monde et l'Europe* (Neuchâtel). Organizou um número da revista *Ausonia*, no qual saiu um texto de sua autoria: *Apporto italiano nella formazione del Brasile*. Surgiu a primeira tradução de *Raízes do Brasil*, como *Alle radici del Brasile*, feita por Cesare Rivelli junto à coleção *Biblioteca Mondiale Bocca – Scrittori Brasiliani* (volume 4) da Fratelli Bocca Editori (Milano / Roma). Eleito, ainda na Itália, para o comitê do International Council of Museums (ICOM), subordinado à UNESCO, tomou parte na reunião, em Paris, e participou de seus debates, realizados no Museu do Louvre.

1955 – Retornou ao Brasil e reassumiu a direção do Museu Paulista. Foi eleito Vice-presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). Depois de uma atuação irregular e interrompida algumas vezes como professor de História Econômica (também Social e Política) do Brasil, deixou de ministrar aulas na ELSP. *Raízes do Brasil* foi traduzido para o espanhol, como *Raíces del Brasil*, editado pelo Fondo de Cultura Económica (Ciudad de México / Buenos Aires), traduzido por Ernestina de Champourcin para a coleção *Tierra Firme* (volume 58).

1956 – Lecionou História do Brasil na Universidade de Sorocaba-SP, ano em que passou igualmente a trabalhar na USP, assumindo interinamente a cátedra de História da Civilização Brasileira junto à FFCL e deixando o Museu Paulista. Imprimiu-se a terceira edição de *Raízes do Brasil*, nos mesmos termos da anterior, prefácio da segunda versão e inclusão dos apêndices *Variações sobre o “homem cordial”*, de Cassiano Ricardo, e *Carta a Cassiano Ricardo*. Os anais do *Rencontres Internationales de Genève* (1954) foram publicados em espanhol e em inglês (*El Viejo y el Nuevo Mundo & The Old and the New World*) e, neles, o texto buarqueano, traduzido, respectivamente, como: *El Brasil en la vida americana & Brazil in American life*.

1957 – Por esta época há indícios do convite que recebeu da editora Difusão Europeia do Livro (Difel) e de seu editor, Paul Jean Monteil, para coordenar o projeto da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), que passou a planejar e, depois, dirigir e a colaborar. Viu publicado *Caminhos e fronteiras*, na coleção *Documentos Brasileiros* (volume 89), ainda dirigida por Octávio Tarquínio e publicada pela LJOE. Tal estudo pode ser visto como prova de que, a despeito das inúmeras tarefas que desenvolveu, vinha tentando se dedicar, como podia, ao estudo do passado brasileiro. Afinal, trata-se da reunião de uma série de textos de sua autoria

saídos em distintos periódicos e que, no entanto, conseguiu conferir uma unidade. Mudou-se para o Pacaembu (SP) e fixou residência na rua Buri, 35, onde morou até os seus últimos dias.

1958 – Defendeu a tese – ainda não publicada – de nome *Elementos formadoras da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos* e, com isso, recebeu o grau equivalente ao de Mestre em Ciências Sociais na ELSP, onde, paradoxalmente, fora professor até bem pouco tempo. Assim, ficou apto a prestar o concurso para o provimento da cátedra de História da Civilização Brasileira da FFCL-USP, ocorrido em novembro. Para tanto, defendeu uma segunda tese no mesmo ano, a saber, *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Na ocasião, foi arguido pelos professores Afonso Arinos de Mello Franco, catedrático de Direito Constitucional na UB; Hélio Viana, da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), e José Wanderley de Araújo Pinho, da Universidade da Bahia, ambos catedráticos de História do Brasil; e ainda por Eduardo d’Oliveira França, catedrático de História Moderna e Contemporânea da USP; e Eurípedes Simões de Paula, que presidiu a comissão avaliadora, catedrático de História Antiga e Medieval da mesma instituição. Seu livro *Caminhos e fronteiras* recebeu o Prêmio “Edgard Cavalheiro”, promovido pelo INL, como o melhor *Ensaio* de 1957. Foi eleito para a Academia Paulista de Letras (APL) na vaga aberta com a morte de Taunay, na cadeira de número 36 (cujo patrono era Euclides da Cunha). Seu texto d’*O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, foi traduzido para o espanhol como: *El pensamiento histórico en el Brasil*, publicado na revista *Ficción* (Buenos Aires).

1959 – *Visão do Paraíso* foi publicada pela LJOE em edição comercial na coleção *Documentos Brasileiros* (volume 107). Tanto este trabalho quanto o texto produzido para a ELSP podem ser vistos, de um lado, como fruto das experiências que acumulou inclusive junto à crítica literária – pois é deste ponto de partida e conhecimentos que analisou os registros dos séculos XVI, XVII e XVIII de que *Antologia dos poetas brasileiros na fase colonial*, por ele organizada, é exemplar –; bem como, de outro lado, como a retomada explícita e incisiva de abordagens um pouco abandonadas, como àquelas relativas à reflexão continental do Novo Mundo, sobretudo no caso da tese de cátedra, ponto alto da “perdida” *Teoria da América*. Participou do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, ocorrido no Brasil, em Salvador, Bahia. Foi signatário do *Manifesto dos educadores – mais uma vez convocados*.

1960 – A Difel publicou os dois primeiros volumes da coleção HGCB, referentes ao Tomo I (*A Época Colonial*), quais sejam: *Do descobrimento à expansão territorial & Administração*,

economia, sociedade. Foi condecorado pelo governo francês como *Officer de l'Ordre des Arts et des Lettres*. *Visão do Paraíso* recebeu o Prêmio “Paula Brito” na categoria *Ensaio*, promovido talvez entre as últimas ações culturais da Prefeitura do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, concedido pela Comissão Municipal de Bibliotecas da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura. Passou a se relacionar mais com o já citado Araújo Pinho.

1961 – Ajudou a fundar e integrou o I Simpósio da Associação de Professores Universitários de História (APUH), na cidade paulista de Marília, mais tarde convertida em ANPUH pela incorporação da palavra “Nacional” em sua sigla. Deixou a Vice-presidência do MAM.

1962 – Publicou-se, pela Difel, o livro denominado *O processo de emancipação*, como o primeiro volume da coleção HGCB, agora relativo ao Tomo II (*O Brasil Monárquico*). Assumiu a Presidência da organização do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), como um centro de pesquisas transdisciplinares da USP, que também ajudou a fundar e no qual foi eleito Diretor.

1963 – Além do trabalho no IEB, presidiu igualmente as Comissões Organizadoras do Instituto de Pré-História, do Museu de Arte e Arqueologia, bem como do Museu de Arte Moderna (depois Contemporânea) e do Comitê das Bibliotecas, todos da USP. A convite de Eugenio Pereira Salas (1904-1979) em nome do *Centro de Investigaciones de Historia Americana* (CIHA), da Universidad de Chile, foi a Santiago dar um curso e organizou seminários sobre História do Brasil, juntamente com Ruggiero Romano (1923-2002), cuja fala se concentrou sobre a América espanhola, e Max Savelle (1896-1979), responsável pela aula de História dos Estados Unidos. Tais palestras foram logo reunidas e transformadas no livro intitulado *Tres lecciones Inaugurales*, publicado pelo próprio CIHA. Na volta da capital chilena, passou alguns dias em Buenos Aires, na Argentina. Saiu a quarta versão de *Raízes do Brasil*, novamente revisada, com um primeiro prefácio assinado por Antonio Candido, aqueles incluídos na segunda e terceira edições, mas impresso, desta vez, pela Editora da Universidade de Brasília (UnB) no interior da coleção *Biblioteca Básica Brasileira* (volume 10).

1964 – O segundo volume do Tomo II da coleção HGCB, *Dispersão e unidade*, foi publicado pela Difel. Uma segunda contribuição junto aos contatos estabelecidos na Universidad de Chile foi impressa sob a forma de prefácio no livro *História de Nicolas I, rei do Paraguai y emperador de los mamelucos*, junto à coleção *Curiosa Americana*, fundada por Salas e editado pelo CIHA. Participou de um curso de História do Brasil na UnB. Deixou a diretoria do IEB.

1965 – Viajou aos EUA para proferir conferências. Visitou as Universidades de Columbia e Harvard (nas quais participou do VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros), bem como as da Califórnia, Los Angeles e de Yale. Nesta última, integrou uma banca de doutoramento e orientou seminários. Novo texto de sua autoria, *The monsoons*, saiu pela editora Alfred Knopf (New York) junto ao livro *The bandeirantes – The historical role of the brazilian pathfinders*, organizado por Richard Morse (1922-2001).

1966 – Retornou aos Estados Unidos na condição de professor Visitante das Universidades de Indiana, New York e Yale.

1967 – Terminou os cursos como professor Visitante e proferiu uma palestra na Princeton University. Na volta dos EUA, passou pela Europa, visitando a França, a Espanha e Portugal, países em que faz pesquisas, sobretudo neste último junto ao Arquivo Ultramarino e na Biblioteca Nacional. Por iniciativa e convite da UNESCO, viajou para Lima, Peru, como membro do comitê de *Estudo das culturas latino-americanas*, em novembro / dezembro. Realizou a conferência *Elementos básicos da nacionalidade – o homem*, na Escola Superior de Guerra (ESG), sediada na cidade do Rio de Janeiro. Viajou a Cuiabá para pesquisar em arquivos. Foi publicado o terceiro volume do Tomo *O Brasil Monárquico* da coleção HGCB, pela Difel, intitulado *Reações e transações*. Participou com um capítulo, a saber, *Historical thought in twentieth-century Brazil* (tradução do seu antigo *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de 1951, que agora, no inglês, dilatou a periodização do título original) no livro organizado por Bradford Burns, qual seja: *Perspectives in brazilian history*, impresso pela Columbia University Press (New York).

1968 – Voltou a participar da reunião de *experts* da UNESCO, integrando o comitê de *Estudo das culturas latino-americanas*, desta vez realizada na cidade de San José, Costa Rica, em agosto. Foi ao Paraguai para fazer investigações. Participou do Congresso Teuto-Brasileiro, em Recife, Pernambuco. Solicitou sua aposentadoria na USP e, anos depois, muitos viram isso como um gesto de solidariedade com os professores afastados pelo Ato Institucional (AI) nº 5, criado pelo regime civil-militar instalado no Brasil via golpe de Estado, em 1964.

1969 – Editou-se a quinta edição de *Raízes do Brasil*, revista de forma mais definitiva e estabilizada quanto às mudanças nos textos e paratextos, com um novo prefácio de Antonio Candido (*O significado de Raízes do Brasil*), junto aos das segunda e terceira versões do livro,

e a nota da LJOE – pois o livro retornou ao catálogo da coleção *Documentos Brasileiros*, agora dirigida por Afonso Arinos –, na qual constavam dados biobibliográficos do autor, um retrato em bico de pena de Luís Jardim e ainda com uma capa de Cian Calvi. Foram excluídos os paratextos *Variações sobre o homem cordial & Carta a Cassiano Ricardo*, presentes na terceira e quarta edições. Um texto seu, denominado *Die geschichte eines halben kontinentes* (História de meio continente), foi publicado no livro *Brasilien*, organizado por Fulvio Roiter e editado pela Atlantis (Zürich). Surgiu a segunda versão de *Visão do Paraíso*, que deixou a *Documentos Brasileiros* e saiu revisada em coedição entre a Companhia Editora Nacional (junto à coleção *Brasiliana*, volume 333) e a Editora da USP (Edusp). Aposentou-se da universidade.

1970 – Com o mesmo organizador, editora e moldes do livro em alemão *Brasilien*, publicado em 1969, saiu sua versão em francês (*Brésil*) e, nela, o capítulo *L'histoire d'un demi-continent*.

1971 – O livro organizado por Roiter, *Bresilien*, ganhou sua versão em inglês – publicada pela editora Thames and Hudson (London) – e o texto de Sérgio Buarque saiu como *History of a half continent*. A Companhia Editora Nacional deu início à publicação de uma série didática sobre História do Brasil e da Civilização, sob a sua supervisão, coleção esta que recebeu o nome *Sérgio Buarque de Hollanda*. Imprimiu-se, pela Difel, o quarto volume da coleção HGCB do Tomo II, o livro *Declínio e queda do Império*. Publicou-se a primeira tradução japonesa de *Raízes do Brasil* (*Magokoro To Boken – Laten Teki Sakai*), feita por Mineo Ikegami na editora Shinsekaisha (Tóquio). Saiu a sexta edição brasileira do mesmo livro, com o segundo prefácio de Candido, os da segunda e terceira versões, nota biobibliográfica da LJOE e foto do autor. Tratou-se da publicação comemorativa de seu Jubileu de Coral, que foi coeditada com o INL.

1972 – Finalizou sua participação oficial na coleção HGCB com a publicação do livro *Do Império à República*, que foi o quinto volume referente ao Tomo II (*O Brasil Monárquico*) e sétimo do projeto publicado pela Difel, que passou à coordenação de Boris Fausto (1930-...).

1973 – Foi à Europa e visitou a Itália, a Grécia, a Turquia, a Hungria, a Áustria, a Alemanha, a Holanda, a Inglaterra e a França. Também viajou para o México, em cuja capital compôs outra vez o comitê de *Estudo das culturas latino-americanas* da UNESCO, em setembro. Imprimiu-se a sétima edição de *Raízes do Brasil*, com paratextos iguais aos da anterior, mas desta vez saiu só pela *Documentos Brasileiros* (LJOE).

1974 – Atendeu ao chamado da UNESCO e foi ao México como membro do comitê de *Estudo das culturas latino-americanas*. Viajou também para a Venezuela.

1975 – Foi publicado o livro *Vale do Paraíba: velhas fazendas*, em parceria com Tom Maia, que lhes fez as ilustrações, coeditado pela Companhia Editora Nacional e a Edusp. Publicou-se a oitava edição de *Raízes do Brasil*, nos mesmos termos da versão precedente. Apareceu uma segunda edição de *Caminhos e fronteiras*, praticamente em moldes iguais aos da primeira, mas coeditado com o Prolivro.

1976 – Viajou por vários países europeus, como: Itália, Alemanha e a antiga Tchecoslováquia. Saiu uma segunda tradução japonesa de *Raízes do Brasil*, feita por Maurício Crespo e agora com o título *Burajirujin Towa Nanika – Burajiru Kokuminsei No Kenkyu*, impresso pela mesma editora Shinsekaisha (Tóquio). Apareceu a nona e a décima edições brasileiras do livro, com paratextos iguais aos da versão anterior, mas, no caso da nona, somado à nota de Afonso Arinos e outra intitulada *Os 170 livros da coleção Documentos Brasileiros*, porque relativa à edição do Jubileu de Esmeralda da obra em destaque e do projeto editorial por ela inaugurado em 1936. Mudou-se a capa, desta vez produzida por Eugenio Hirsch, com uma das sentenças do prefácio de Candido, a saber, “Livro que se tornou um clássico de nascença”. Surgiu a segunda edição de *Monções*, não mais pela Casa do Estudante do Brasil, mas pela editora paulista Alfa-Ômega – *Biblioteca de Ciências Sociais* (História, v. 8). Saiu a segunda edição de *Vale do Paraíba: velhas fazendas*, só pela Companhia Editora Nacional. Pela mesma casa editorial, teve o texto *A língua-geral em São Paulo* publicado no livro *Leituras de etnologia brasileira*, organizado por Egon Schaden. Tratava-se de um artigo que saíra na imprensa nos anos 1940, foi incluído na segunda edição de *Raízes do Brasil* (e mantido apenas nas versões de 1956 e 1969).

1977 – Recebeu o Prêmio “Governador do Estado”, na categoria de *Literatura*. Imprimiu-se a décima primeira edição de *Raízes do Brasil*, nos mesmos termos da décima. Apareceu a terceira edição de *Visão do Paraíso*, ainda pela Companhia Editora Nacional, mas não com a Edusp e sim coeditado com a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

1978 – Tornou-se membro fundador do Centro Brasil Democrático (CEBRADE), onde dividiu a Vice-presidência com Ênio Silveira (1925-1996), sob a liderança de Oscar Niemeyer (1907-2012) e ao lado de outros intelectuais e políticos. Publicou-se a décima segunda edição de

Raízes do Brasil, com iguais paratextos da precedente. Saiu a segunda versão de *Cobra de vidro* aumentada e não mais pela Martins, mas pela editora Perspectiva na coleção *Mosaico*.

1979 – *Tentativas de mitologia* foi publicado com a reunião de vários textos, antigos e recentes, impressos sobretudo na imprensa. Nova edição de *Raízes do Brasil*, a décima terceira, igual a anterior, exceto pela exclusão da foto do autor incluída em 1971. Surgiu a segunda edição de *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*, não mais pelo INL, mas pela Perspectiva. Saiu a publicação de sua Introdução no livro *Leopold von Ranke*, na qual organizou e selecionou os textos do historiador germânico junto à coleção “Grandes Cientistas Sociais”, conduzida por Florestan Fernandes e impressa pela editora Ática.

1980 – Inscreveu-se como membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Recebeu o Prêmio “Juca Pato”, concedido pela UBE e pelo jornal *Folha da Manhã*, como o Intelectual do Ano de 1979; e o Prêmio “Jabuti”, concedido pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), devido à publicação de *Tentativas de mitologia*.

1981 – Apareceu a décima quarta edição de *Raízes do Brasil*, nos mesmos moldes da precedente e sempre constando o segundo prefácio de Antonio Candido, saído em 1969 (quinta edição), bem como impresso pela LJOE junto à coleção *Documentos Brasileiros* – salvo a quarta edição (UnB) e a sexta (coeditada com o INL). Desta vez, porém, retornaram a *Carta a Cassiano Ricardo* e o retrato de Buarque de Holanda em bico de pena feito por Luís Jardim.

1982 – Faleceu em sua residência, no Pacaembu (SP), rua Buri, 35, no dia 24 de abril, aos 79 anos de idade. Saiu a décima quinta edição de *Raízes do Brasil*, igual à versão anterior, mas acrescido de um texto da orelha feito por Leo Gilson Ribeiro (1928-2007).

1983 – Nos mesmos termos da anterior, a décima sexta edição de *Raízes do Brasil* foi impressa.

1984 – Surgiu a décima sétima edição de *Raízes do Brasil*, igual à precedente, mas voltando a excluir o retrato de bico de pena de autoria de Jardim e a frase do prefácio de Candido da capa.

1985 – A Companhia Editora Nacional publicou uma quarta edição de *Visão do Paraíso*.

1986 – Publicou-se a décima oitava edição de *Raízes do Brasil*, reproduzindo a versão anterior e inserindo um *Post-scriptum* de Antonio Candido; textos de Alexandre Eulalio e de Leo Gilson Ribeiro; a reprodução de duas cartas, uma de Fernand Braudel (1902-1985) e outra do já citado Febvre; orelha de Afonso Arinos; foto do autor; e quarta-capa com a frase do prefácio candidiano que retornou. Tratava-se do Jubileu de Ouro do livro e da coleção *Documentos Brasileiros*, mas convém questionar: por que neste ano se buscou explicitar o vínculo com os historiadores franceses? Dúvida à parte, cabe dizer que tal disposição de paratextos permaneceu até o ano de 1993, quando se atingiu a vigésima quinta edição, tendo saído uma por ano depois de 1986, e todas impressas pela LJOE. Apareceu *O extremo Oeste*, obra póstuma, fruto da parceria entre a editora Brasiliense e a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

1987 – *Visão do Paraíso* foi traduzida para o espanhol, por Estela dos Santos, e publicada na Venezuela pela Biblioteca Ayacucho (Caracas), como *Visión del Paraíso: motivos edénicos en el descubrimiento y colonización del Brasil*.

1990 – Apareceu a terceira edição de *Monções*, não mais pela editora Alfa-Ômega que publicou a versão anterior, mas, desta vez, pela Brasiliense e com três capítulos reescritos anexos.

1991 – Surgiu *Capítulos de literatura colonial*, livro também póstumo, com organização e introdução por Antonio Candido, igualmente impresso pela editora Brasiliense.

1992 – No ano do V Centenário da Descoberta da América pelos europeus, *Visão do Paraíso* deixou a Companhia Editora Nacional e a sua quinta edição saiu pela Brasiliense.

1993 – Publicação da terceira edição japonesa de *Raízes do Brasil*, como *Burajirujin Towa Nanika: Burajiru Kokumin No Kenkyu*, traduzido por Kenji Miyakawa e impresso por Sinsekai Kenkyuujyou (Tóquio).

1994 – O livro *Caminhos e fronteiras* foi retirado da coleção *Documentos Brasileiros*, da LJOE, adquiridos que foram os seus direitos pela editora Companhia das Letras.

1995 – O livro *Raízes do Brasil* seguiu o rumo de *Caminhos e fronteiras*: deixou de ser publicado pela LJOE na coleção *Documentos Brasileiros* e passou para o catálogo da Companhia das Letras, em sua vigésima sexta edição, da qual se seguiram mais de quarenta

reimpressões, com prefácio da segunda e terceira versões; bem como aquele publicado em 1969, de Antonio Candido, e seu *Post-scriptum*; nota da edição de 1956; apareceu um posfácio, de Evaldo Cabral de Mello (1936-...), intitulado *Raízes do Brasil e depois*; e uma capa de Victor Burton (*Abaporu*, de Tarsila do Amaral). Mais duas de suas traduções apareceram: em alemão, como *Die wurzeln Brasiliens*, por Maralde Meyer-Minnemann e editado pela casa Suhrkamp (Frankfurt); e em chinês (Pequim), numa edição não comercial fomentada pelo Serviço de Difusão Cultural do Ministério das Relações Exteriores / Consulado Chinês no Brasil, traduzida por Yu Huijuan e Wei Ling e ainda com prefácio de Fernando Henrique Cardoso (1931-...).

1996 – A editora Brasiliense publicou a sexta edição de *Visão do Paraíso*.

1998 – Surgiu a tradução francesa de *Raízes do Brasil* (*Racines du Brésil*) nas coleções *Arcades & Œuvres Représentatives* (volume 56), coeditada pela Gallimard e a UNESCO (Paris), com tradução de Marlyse Meyer, prefácio de Candido e posfácio de Jorge Forbes (1951-...).

2000 – Foi publicada uma segunda edição italiana de *Raízes do Brasil*, impressa pela editora Giunti (Firenze) com o título *Radici del Brasile*, traduzida por Luciano Arcella, com introdução e organização de Nello Avella e prefácio de Fernando Henrique Cardoso; e uma saída em Portugal pela casa editorial Gradiva, de Lisboa. *Visão do Paraíso* foi reimpressa pela Brasileira e a Publifolha na coleção *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*.

2006 – A Companhia das Letras publicou a edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, organizada por Ricardo Benzaquen de Araújo e Lília Moritz Schwarcz; prefácio da edição de 1948; nota de 1956; Prefácio e *Post-scriptum* de Antonio Candido; bem como com textos de Alexandre Eulalio, Evaldo Cabral de Mello, Bolívar Lamounier, Antonio Arnoni Prado, Pedro Meira Monteiro, Robert Wegner; e ainda *Variações sobre o homem cordial*, de Cassiano Ricardo; *Carta a Cassiano Ricardo & Corpo e alma do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *El hombre cordial, producto americano*, de Rui Ribeiro Couto; *Apointamentos para a cronologia de Sérgio*, de Maria Amélia, esposa do autor; e um caderno de imagens.

2010 – Os direitos de *Visão do Paraíso* foram adquiridos pela Companhia das Letras, que publicou sua sétima edição, no mesmo ano em que editou *Capítulos de história do Império*, texto póstumo de Sérgio Buarque (que era uma tentativa sua de reescrita do volume da HGCB intitulado *Do Império à República*), com organização e introdução de Fernando Novais.

2012 – *Raízes do Brasil* ganhou mais duas versões estrangeiras, desta vez para o inglês, pela editora University of Notre Dame Press (Indiana) como *Roots of Brazil*, traduzida por Harvey Summ e prefácio de Pedro Meira Monteiro; e albanesa, pelo Instituti i Studimeve Ndërkombëtare (Tirana) como *Rrënjët e Brazilit*, traduzida por Blerta Hoxha.

2013 – Publicou-se uma segunda edição alemã de *Raízes do Brasil: Die Wurzeln Brasiliens: Essay*, com Prefácio e *Post-scriptum* de Candido e posfácio de Sérgio Costa, editada pela casa Suhrkamp (Berlim).

2014 – *Monções* foi publicada, em sua quarta edição e em conjunto com o texto *Capítulos da expansão paulista*, mas deixou a editora Brasileira e passou para a Companhia das Letras, com organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira, que também fez as notas. Saiu a vigésima sétima edição de *Raízes do Brasil*, nos mesmos termos da anterior.

2016 – A editora Corregidor, da Argentina, publicou uma nova versão em espanhol de *Raízes do Brasil (Raíces del Brasil)*, com tradução e introdução de Alvaro Fernández Bravo, bem como posfácio de Pedro Meira Monteiro junto à coleção *Vereda Brasil*. Em comemoração aos oitenta anos deste livro, a Companhia das Letras publicou uma edição crítica, que tomou o texto de 1969 como base (porque o mais definitivo) e, a partir dele, apontou todos os ajustes operados na obra (reunindo e/ou apontando os paratextos que precederam essa versão das Bodas de Nogueira). Com organização dos já citados Meira Monteiro e Schwarcz e estabelecimento de notas por Mauricio Acuña e Marcelo Diego; há também os posfácios de: Elide Rugai Bastos, André Botelho e Antonio Brasil Júnior, Conrado Pires de Castro, João Kennedy Eugênio, Luiz Feldmann, Alfredo Cesar Melo, João Cezar de Castro Rocha, Leopoldo Waizbort e Robert Wegner; cronologia de *Raízes do Brasil*; e um caderno de imagens (com as capas das edições e algumas páginas do texto de 1936, impresso, mas revisado com as anotações de seu autor).

**Apêndice B – Os livros buarqueanos, de atribuição exclusiva de autoria, e seus percursos
no mundo dos impressos ***

Título	Lançamento	Últimas edições (ano limite: 2016)
<i>Raízes do Brasil</i>	1936, pela Livraria José Olympio Editora (LJOE), na coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1).	1963 (4.ed.), pela Ed.UnB; 1971 (6.ed.), pela LJOE e o Instituto Nacional do Livro (INL); e, a partir de 1995 (26.ed.), pela Companhia das Letras. Traduzido em 8 línguas: italiano, espanhol, japonês, chinês, alemão, francês, inglês e albanês.**
<i>Cobra de vidro</i>	1944, pela Martins Editora, na coleção “Mosaico” (v. 5).	1978 (2.ed.) e 2012 (reimpressão da 2.ed.), ambas pela Perspectiva, na coleção Debates (v. 156).
<i>Monções</i>	1945, pela Casa do Estudante do Brasil, na coleção “Estudos Brasileiros” (v. 3).	1976 (2.ed.), pela Alfa-Ômega, na coleção Biblioteca de Ciências Sociais (História, v. 8); 1990 (3.ed.), pela Brasiliense; e 2014 (4.ed.), pela Companhia das Letras, com um anexo denominado <i>Capítulos de expansão paulista</i> .
<i>Caminhos e fronteiras</i>	1957, pela Livraria José Olympio Editora (LJOE), na coleção “Documentos Brasileiros” (v. 89).	1975 (2.ed.), pela LJOE; e 1994 (3.ed.), pela Companhia das Letras (com três reimpressões: entre 2001 e 2005).
<i>Visão do Paraíso</i>	1959, pela Livraria José Olympio Editora (LJOE), na coleção “Documentos Brasileiros” (v. 107).	1969 (2.ed), pela Companhia Editora Nacional (CEN) e a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), na coleção Brasileira (v. 333); 1977 (3.ed.), pela CEN e a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; 1985 (4.ed.), pela CEN; 1992 (5.ed.) e 1996 (6.ed.), pela Brasiliense (com uma reimpressão em 2000, na coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, da Publifolha); e 2010 (7.ed.), pela Companhia das Letras. Traduzido para o espanhol, como <i>Visión del Paraíso: motivos edénicos en el descubrimiento y colonización del Brasil</i> (Caracas, Venezuela, Biblioteca Ayacucho, na coleção “Clásica”, 1987).
<i>Do Império à República</i>	1972, pela Difusão Europeia do Livro (Difel), na coleção “História Geral da Civilização Brasileira” – HGCB (v. 5 do Tomo II: O Brasil Monárquico).	Várias reedições e reimpressões, tanto pela Difel quanto pela Bertrand Brasil, que se fundiu com esta última nos anos 1980, absorvendo as ações da Civilização Brasileira. Em 2012 saiu a versão mais recente deste livro a que se pôde apurar aqui.
<i>Tentativas de mitologia</i>	1979, pela Perspectiva, na coleção “Debates” (v. 161).	Aparentemente, até onde foi possível checar, não ocorreram novas edições.

* Elaborarei este Apêndice sem considerar: a) os impressos de caráter didático; b) os produzidos em coautoria, mesmo no caso de *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, porque tem os desenhos de Tom Maia; c) os organizados por Buarque de Holanda; d) os que ele traduziu; e) os textos mais conhecidos como prefácios, pois os incluí numa lista exclusiva, o *Apêndice D – Principais prefácios, introduções e paratextos afins de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros*; e f) os títulos póstumos.

** Em se tratando do livro mais (re)editado, reimpresso e traduzido, não caberia aqui este detalhamento. Assim, optei por produzir uma tabela à parte. Cf. o *Apêndice C – As edições-versões e as traduções de Raízes do Brasil*.

Apêndice C – As edições-versões e as traduções de *Raízes do Brasil* *

Ano / Ed.	Editora / Coleção	Paratextos
1936 / 1ª	Livraria José Olympio Editora (LJOE) / “Documentos Brasileiros” (v. 1).	Prefácio de Gilberto Freyre.
1948 / 2ª	Idem.	Prefácio do autor.
1954 / 1ª tradução italiana	Fratelli Bocca Editori (Milano & Roma / Itália) / “Biblioteca Mondiale Bocca. Scrittori Brasiliani” (v. 4).	O livro foi publicado como <i>Alle radici del Brasile</i> , traduzido por Cesare Rivelli. 
1955 / 1ª tradução espanhola	Fondo de Cultura Económica (Ciudad de México / México & Buenos Aires / Argentina) / “Tierra Firme” (v. 58).	O livro foi publicado como <i>Raíces del Brasil</i> , traduzido por Ernestina de Champourcin. 
1956 / 3ª	Livraria José Olympio Editora (LJOE) / “Documentos Brasileiros” (v. 1).	Prefácio à Segunda edição. Nota da Terceira edição, do autor. Apêndices: 1. Variações sobre o homem cordial. 2. Carta a Cassiano Ricardo.
1963 / 4ª	Editora da Universidade de Brasília (Ed.UnB) / Biblioteca Básica Brasileira (v. 10).	Prefácios à Segunda edição. Nota da Terceira edição. Prefácio de Antonio Candido. Apêndices iguais aos de 1956.
1969 / 5ª	Livraria José Olympio Editora (LJOE) / “Documentos Brasileiros” (v. 1).	Nota da Editora. Prefácio à Segunda edição. Nota da Terceira edição. Novo Prefácio de Antonio Candido.
1971 / 1ª tradução japonesa	Editora Shinsekaisha (Tóquio / Japão).	O livro foi publicado como <i>Magokoro To Boken – Laten Teki Sakai</i> , traduzido por Mineo Ikegami. 
1971 / 6ª	Livraria José Olympio Editora (LJOE) e Instituto Nacional do Livro (INL).	Jubileu de Coral do livro e da Coleção. Prefácio de Antonio Candido (aquele que foi publicado em 1969).
1973 / 7ª	Livraria José Olympio Editora (LJOE) / “Documentos Brasileiros” (v. 1).	Prefácio de Antonio Candido (da edição de 1969).
1975 / 8ª	Idem.	Idem.
1976 / 2ª tradução japonesa	Editora Shinsekaisha (Tóquio / Japão).	O livro foi publicado como <i>Burajirujin Towa Nanika – Burajiru Kokuminsei No Kenkyu</i> , traduzido por Maurício Crespo. 
1976 / 9ª	Livraria José Olympio Editora (LJOE) / “Documentos Brasileiros” (v. 1).	Jubileu de Esmeralda do livro e da coleção: Nota da Editora. Nota de Afonso Arinos. Prefácio à Segunda edição. Nota da Terceira edição. Prefácio de Antonio Candido (1969).

* Tomei como baliza e data limite o aparecimento da seguinte referência: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica (organização: Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas: Mauricio Acuña, Marcelo Diego). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

1976 / 10 ^a	Idem.	Nota da Editora. Prefácio à Segunda edição. Nota da Terceira edição. Prefácio de Antonio Candido (1969).
1977 / 11 ^a	Idem.	Prefácio de Antonio Candido (1969).
1978 / 12 ^a	Idem.	Idem.
1979 / 13 ^a	Idem.	Idem.
1981 / 14 ^a	Idem.	Prefácio de Antonio Candido (1969). Carta a Cassiano Ricardo.
1982 / 15 ^a	Idem.	Prefácio de Antonio Candido (1969).
1983 / 16 ^a	Idem.	Nota da Editora. Prefácio à Segunda edição. Nota da Terceira edição. Prefácio de Antonio Candido (1969). Carta a Cassiano Ricardo. Fac-símile de uma página da tradução japonesa. Orelhas e contracapa: texto “Sérgio Buarque de Holanda: o mestre, o crítico, o pensador”, de Leo Gilson Ribeiro.
1984 / 17 ^a	Idem.	Idem, com algumas Correções da 16 ^a edição.
1986 / 18 ^a	Idem.	Jubileu de Ouro do livro e da coleção: Introdução de Antonio Candido. Conferência de Alexandre Eulálio. Artigo de Leo Gilson Ribeiro. Nota da Editora. Carta de Fernand Braudel a propósito de um congresso internacional de história da colonização. Carta de Lucien Febvre a propósito de um curso na Sorbonne. Prefácio à Segunda edição. Nota da Terceira edição. Prefácio de Antonio Candido (1969). Fac-símile de uma página da tradução japonesa. Fac-símile da página inicial da tradução italiana. Fac-símile da página inicial da tradução espanhola. <i>Post-scriptum</i> de Antonio Candido. Orelhas: texto “Sérgio, um dos maiores em qualquer tempo”, de Afonso Arinos. Correções da 17 ^a edição.
1987 a 1993 / 19 ^a a 25 ^a	Idem (uma edição por ano).	Idem.
1993 / 3 ^a tradução japonesa	Editora Sinsekai Kenkyuujyou (Tóquio / Japão).	O livro foi publicado como <i>Burajirujin Towa Nanika: Burajiru Kokumin No Kenkyu</i> , traduzido por Kenji Miyakawa. 
1995 / 26 ^a	Companhia das Letras.	Prefácio à Segunda edição. Nota da Terceira edição. Prefácio de Antonio Candido (1969). <i>Post-scriptum</i> de Antonio Candido. Posfácio de Evaldo Cabral de Mello. A esta versão, seguiram-se mais 41 reimpressões.
1995 / 1 ^a tradução alemã	Editora Suhrkamp (Frankfurt / Alemanha).	O livro foi publicado como <i>Die wurzeln Brasiliens</i> , traduzido por Maralde Meyer-Minnemann. 
1995 / 1 ^a tradução chinesa	Edição não comercial fomentada pelo Serviço de Difusão Cultural do Ministério das Relações Exteriores e	O livro foi publicado como <i>巴西根</i> , traduzido por Yu Huijuan e Wei Ling. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. 

	o Consulado Chinês no Brasil (Pequim / China).	
1998 / 1ª tradução francesa	Gallimard et l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture – UNESCO (Paris / França) / <i>Arcades et Œuvres Représentatives</i> (v. 56).	O livro foi publicado como <i>Racines du Brésil</i> , traduzido por Marlyse Meyer. Prefácio de Antonio Candido e Posfácio de Jorge Forbes. 
2000 / 2ª tradução italiana	Editore Giunti (Firenze / Itália).	O livro foi publicado como <i>Radici del Brasile</i> , traduzido por Luciano Arcella. Introdução e organização de Nello Avella. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. 
2006 / edição dos 70 anos desde o lançamento do livro	Companhia das Letras.	Edição comemorativa de 70 anos: foram incluídos alguns prefácios e introduções ao livro, assim como quatro novos artigos, escritos especialmente para esta publicação. Há também textos de Alexandre Eulalio e Rui Ribeiro Couto. <i>Variações sobre o homem cordial</i> , de Cassiano Ricardo. <i>Carta a Cassiano Ricardo</i> e o ensaio <i>Corpo e alma do Brasil</i> , ambos de Sérgio Buarque. Cronologia elaborada por Maria Amélia Buarque de Holanda. Caderno de imagens.
2012 / 1ª tradução inglesa	University of Notre Dame Press (Indiana / Estados Unidos da América).	O livro foi publicado como <i>Roots of Brazil</i> , traduzido por Harvey Summ. Prefácio de Pedro Meira Monteiro. 
2012 / 1ª tradução albanesa	Instituti i Studimeve Ndërkombëtare (Tirana / Albânia).	O livro foi publicado como <i>Rrënjët e Brazilit</i> , traduzido por Blertha Hoxha. 
2013 / 2ª tradução alemã	Editore Suhrkamp (Berlim / Alemanha).	O livro foi publicado como <i>Die Wurzeln Brasiliens: Essay</i> , traduzido por Maralde Meyer-Minnemann. Prefácio e <i>Post-scriptum</i> de Candido. Posfácio de Sérgio Costa. 
2014 / 27ª	Companhia das Letras.	Nos mesmos termos da 26ª.
2016 / edição dos 80 anos desde o lançamento do livro	Companhia das Letras.	Edição crítica e comemorativa dos 80 anos: Introdução de Lília Moritz Schwarcz e Pedro Meira Monteiro. Notas de Mauricio Acuña e Marcelo Diego. Prefácio de Gilberto Freyre (1936). Prefácio à Segunda edição. Nota à Terceira edição. Prefácios de Antonio Candido (das edições de 1963 e 1969). <i>Variações sobre o homem cordial</i> , de Cassiano Ricardo. <i>Carta a Cassiano Ricardo</i> . Posfácios: de Elide Rugai Bastos, André Botelho e Antonio Brasil Júnior, Conrado Pires de Castro, João Kennedy Eugênio, Luiz Feldmann, Alfredo Cesar Melo, João Cezar de Castro Rocha, Leopoldo Waizbort, Robert Wegner. Encarte de imagens.
2016 / 2ª tradução espanhola	Corregidor (Buenos Aires / Argentina) / “Vereda Brasil”.	O livro foi publicado como <i>Raíces del Brasil</i> , traduzido por Alvaro Fernández Bravo. Introdução do tradutor. Posfácio de Monteiro. 

Apêndice D – Principais paratextos de autoria de Sérgio Buarque de Holanda em livros de terceiros *

1. Prefácio. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde (MES), 1939.
2. Tradução, prefácio e notas. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Coleção “Biblioteca Histórica Brasileira” (v. 5). São Paulo: Martins, 1941.
3. Nota-prefácio. In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de viagem*. Coleção “Biblioteca Popular Brasileira” (v. XVIII). Rio de Janeiro: MES / Instituto Nacional do Livro (INL), 1944.
4. Prefácio. In: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Poesias de Américo Elísio*. Rio de Janeiro: MES / INL, 1946.
5. Introdução. In: COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Memória sobre o preço do açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1946.
6. Apresentação. In: ANCHIETA, José de. *Auto representado na festa de São Lourenço* (peça trilingue do século XVI – tupi, castelhano e português). São Paulo: Museu Paulista, 1948.
7. Prefácio. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. A primeira parte e o quinto ato da segunda parte. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

* Elaborei a lista que segue com informações colhidas ao longo desta pesquisa de doutoramento junto aos próprios livros a que eles se referem. Eu os pesquisei no Brasil, sobretudo na Fundação Biblioteca Nacional (FBN); na Biblioteca Central “César Lattes” da Universidade Estadual de Campinas (BCCL-UNICAMP); e na Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) da Universidade Federal Fluminense (UFF); e em Paris, a exemplo da Bibliothèque nationale de France (BnF). Depois a confrontei com esta referência: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pois nela foram reunidos postumamente os paratextos buarqueanos dos anos de 1930 a 1980. Entre as principais diferenças do presente levantamento e o título em destaque estão: I – a consideração do prefácio escrito para a edição alemã do trabalho de Carlos Oberacker Júnior; II – a inclusão da introdução produzida pelo intelectual para a obra *Memória sobre o preço do açúcar* (o número 5 da sequência acima); III – a descoberta de um prefácio seu junto ao livro *Poesias*, de Dante Milano (o vigésimo primeiro título da lista); e IV – a desconsideração do prefácio ao livro *Vale do Paraíba: velhas fazendas*, de 1975 (Companhia Editora Nacional), porque correspondeu a um estudo feito por Buarque de Holanda em coautoria com Tom Maia, que foi responsável pelas ilustrações. Logo, aqui constam 34 registros e, no *Livro dos prefácios*, 32.

8. Zum Geleit. In: OBERACKER JR., Carlos. *Der deutsche beitrag zum aufbau der brasilianischen nation*. São Paulo: Herder Editora Livraria, 1955.
9. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
10. Orelha. In: PORCHAT, Edith. *Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação; em ordem alfabética*. São Paulo: Martins, 1956.
11. Introdução geral. In: BANDEIRA, Manuel. *Poesia e prosa*. Coleção “Biblioteca Luso-Brasileira”. Rio de Janeiro: Editora José Aguiar, 1958.
12. Prefácio. In: CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. Coleção “Brasiliana” (v. 317). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
13. Prólogo. In: *Historia de Nicolas I, rey del Paraguay y emperador de los mamelucos (1756)*. Colécción “Curiosa Americana” (v. 3). Santiago de Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana (CIHA) / Universidad de Chile, 1964.
14. Apresentação. In: COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas*. Coleção “Roteiro do Brasil” (v. 1). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
15. Prefácio. In: HORCH, Rosemarie. *Relação dos manuscritos da coleção “J. F. de Almeida Prado”*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), 1966.
16. Prefácio. In: ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
17. Prefácio. In: LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
18. Apresentação. In: OBERACKER JR., Carlos. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Coleção “Germânica” (v. 1). Rio de Janeiro: Editora Presença, 1968.
19. Orelha. In: PETRONE, Maria Thereza Schoerer. *A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.

20. Prefácio. In: SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição* (aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul, 1530-1680). São Paulo: Livraria Pioneira Editora / Edusp, 1969.
21. Prefácio. In: MILANO, Dante. *Poesias*. 3.ed. (revista e acrescida da tradução de *Três cantos do inferno*, de Dante Alighieri). Rio de Janeiro: Sabiá / Ministério da Educação (MEC), 1970.
22. Prefácio. In: HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. Os primeiros contatos do imigrante com o Brasil. Coleção “Publicações do IEB” (v. 22). São Paulo: IEB, 1972.
23. Prefácio. In: DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil* (um estudo dos valores ideológicos do império e do comércio livre). Coleção “Brasíliana” (v. 344). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
24. Prefácio. In: GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975 [1949].
25. Explicação. In: BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A cidade de São Paulo. Recordações evocadas da memória. Notícias históricas*. Coleção “Biblioteca da Academia Paulista de Letras” (v. 2). São Paulo: APL, 1976.
26. Introdução. In: PENTEADO, Yolanda. *Tudo em cor-de-rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
27. Prefácio. In: PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O barão de Iguape*. Um empresário da época da Independência. Coleção “Brasíliana” (v. 361). Rio de Janeiro / São Paulo: Companhia Editora Nacional / INL, 1976.
28. Prefácio. In: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Coleção “Brasíliana” (v. 359). Rio de Janeiro / São Paulo: Companhia Editora Nacional / INL, 1977.

- 29.** Prefácio. In: QUEIROZ, Suely Robes Reis de. *Escravidão negra em São Paulo* (um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX). Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 176). Rio de Janeiro: José Olympio / INL, 1977.
- 30.** Prefácio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Coleção “Brasiliana” (v. 363). Brasília / São Paulo: Companhia Editora Nacional / INL, 1977.
- 31.** Prefácio. In: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977.
- 32.** Seleção e Prefácio. In: MORAES, Vinícius de. *O operário em construção e outros poemas*. Coleção “Poesia”. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.
- 33.** Introdução e organização. In: RANKE, Leopold von. *Leopold von Ranke: história*. Coleção “Grandes Cientistas Sociais” (v. 8). São Paulo: Ática, 1979.
- 34.** Apresentação. In: GULLAR, Ferreira. *Toda poesia (1950-1980)*. Coleção “Vera Cruz” (v. 100). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Apêndice E – Comunidade geral de leitores buarqueanos *

Total geral	Nome (Família) / Identificação	Trajetória / Posições socioprofissionais	Impressos de destaque	Livro resenhado
1	1. Estanislau Rubens do Amaral (1890-1964). Natural de São Carlos (SP), filho de José Elias do Amaral e Anna Joaquina de Assumpção Pacheco. Casou-se com Mathilde de Arruda e, depois, com Sylvia Pacheco. Primo da pintora Tarsila do Amaral. Faleceu em São Paulo (SP).	Polígrafo mais conhecido só como Rubens do Amaral, atuou também como político. Membro, a partir de 1929, da Academia Paulista de Letras (APL), trabalhou nos jornais <i>Diário da Noite</i> , <i>Diário da Tarde</i> , <i>Diário de São Paulo</i> , <i>Folha da Manhã</i> (que dirigiu até 1947), <i>Folha da Noite</i> etc., todos de São Paulo (SP), capital onde exerceu os mandatos de Deputado Estadual (1947-1950) e Vereador (1951-1958), pela União Democrática Nacional (UDN).	<i>A campanha liberal</i> (ensaio – São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1930); <i>Terra roxa</i> (romance – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934); & <i>União Soviética – Inferno ou Paraíso?</i> (jornalismo – São Paulo: Martins, 1952).	Raízes do Brasil (1.ed., 1936)
2	2. N. I.	?	?	
3	3. Othon Henry Leonardos (1899-1977). Natural de Niterói (RJ). Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Era formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (DF). Trabalhou no Departamento Nacional da Produção Mineral (até 1925), sendo ainda fundador e diretor da Escola Nacional de Geologia, ambos os postos na mesma cidade, este último entre 1958 e 1963. Antes, de 1956 a 1960 – e também na capital do país à época –, integrou a Comissão de Ciências Biológicas colaborando no projeto da <i>Enciclopédia Brasileira</i> , do	<i>Diamante e carbonado no estado da Bahia</i> (geologia – Rio de Janeiro: Serviço de Fomento da Produção Mineral, 1937).	

* Para compor este quadro cruzei um grande volume de informações, mas privilegiando as oriundas das seguintes instâncias e referências: do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), bem como de seus congêneres estaduais (e, especialmente, nestes últimos, quando disponibilizavam materiais digitalizados); do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) através, sobretudo, de ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001; de COUTINHO, Afrânio dos Santos (org.). *Brasil e brasileiros de hoje* (2 vols.). Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S/A, 1961; do catálogo do acervo geral de livros da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); &, na ausência eventual dos nomes procurados nesses suportes, recorri, em último caso, também à rede mundial de computadores em si, muito embora, como se verá, nem mesmo assim foi possível completar a presente tabela. Longe da *ilusão biográfica* ou da busca por *comportamentos tipos*, o objetivo deste empreendimento, por assim dizer, prosopográfico, visou conferir visibilidade às fortunas críticas de Sérgio Buarque de Holanda com agentes de carne e osso mediante um campo em disputa (e penso que o faço de forma inédita entre os estudiosos do autor). Entretanto, os acionados não como figuras abstratas cujo uso pela historiografia, via de regra – e quando muito –, só vinha sendo realizado para corroborar determinadas vozes, jamais confrontadas com outras ou entre elas. Mas as compreendo a partir do viés inspirador de uma citação, a saber: “ne peut jamais être une preuve, et l’on sait bien qu’il est presque toujours possible de fournir une citation contraire à celle qu’on vient de choisir”. FARGE, Arlette. *Le goût de l’archive*. Editions du Seuil: Paris, 1989, p. 92. Daí meu interesse pelo conjunto das representações conflituosas, a despeito dos limites que a salvaguarda documental comporta. Quanto aos “enquadramentos”, convém salientar que, geralmente, acabei suprimindo os dados sobre a formação escolar dos anos iniciais porque só raramente elas não se deram nas cidades de nascimento dos críticos aqui listados. Também busquei privilegiar as suas “obras” de estreia.

		Instituto Nacional do Livro (INL). Fez diversas expedições geológicas por todo o Brasil. Criou e foi editor da revista <i>Engenharia, Mineração e Metalurgia</i> , que circulou nos anos 1950 e 1960. Participou da fundação dos cursos de Geologia no país, criados a partir de um encontro realizado no Distrito Federal, em 1956, onde foi proposto o plano para a capital do país, além das cidades de São Paulo, Porto Alegre, Ouro Preto e Recife. A área era estratégica e de interesse do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), pois conhecer o subsolo ajudaria as metas de industrialização. Assim, a ideia foi aprovada e, por meio da Campanha de Formação de Geólogos (CAGE), formaram-se os primeiros geólogos.	
4	4. Álvaro Augusto Lopes (1896-?). Natural de Florianópolis (SC), filho de Roberto Augusto Lopes e Etelvina Fonseca.	Polígrafo, atuou também como funcionário público. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS), São Paulo, da Academia Santista de Letras (ASL), a partir de 1956, e da União Brasileira de Escritores (UBE).	<i>História da Santa Casa da Misericórdia de Santos</i> (memórias – São Paulo: Revista dos Tribunais, 1947).
5	5. Pe. F. Domingues Carneiro.	?	?
6	6. Menotti del Picchia (1892-1988). Natural de São Paulo (SP), filho de Luigi del Picchia e Corina del Corso (imigrantes italianos). Casou-se com Francisca Avelina da Cunha Sales. Faleceu em São Paulo (SP).	Polígrafo que usava o pseudônimo de Hélios, atuou também como político. Formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da capital paulista, em 1913. Chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no mesmo estado, participou do movimento modernista e trabalhou nos periódicos <i>Correio Paulistano</i> , <i>A Noite</i> & <i>A Cigarra</i> . Integrou o gabinete de Pedro Toledo, interventor e chefe civil da Revolução Constitucionalista de 1932. Foi Deputado Estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), entre 1926 e 1930, e federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de 1950 até 1963. Membro, desde 1943, da Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupou a cadeira de nº 28, em sucessão a Xavier Marques e sendo recebido por Cassiano Ricardo.	<i>Juca Mulato</i> (poesia – Itapira: Casa Paladini, 1917); <i>O despertar de São Paulo</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933); & <i>Salomé</i> (romance – Rio de Janeiro: A Noite, 1940).
7	7. Carlos Chiacchio (1884-1947). Natural de Januária (MG).	Polígrafo, atuou como crítico de arte e professor. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1910. Deu aulas de Filosofia em vários estabelecimentos de ensino de Salvador, assim como no curso da Escola de Belas Artes do mesmo estado. Trabalhou nos jornais baianos <i>A Tarde</i> , com regularidade a partir de 1920, e <i>O Imparcial</i> , participando ainda do grupo Modernista da região. Foi membro do Instituto	?

		Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Academia de Letras da Bahia (ALB).	
8	8. Waldemar Vasconcellos.	?	<i>Corôas</i> (poesia – Porto Alegre: Globo / L. P. Barcellos & Cia., 1916).
9	9. Vieira de Mello.	?	?
10	10. Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde (1898-1993). Natural de Caruaru (PE), filho de José Feliciano Augusto de Athayde (desembargador) e Constância Adelaide Austregésilo. Casou-se com Maria José de Queirós. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo mais conhecido só como Austregésilo de Athayde. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1922, tendo desistido do sacerdócio. Antes trabalhou nas agências telegráficas Associated Press e United Press, a partir de 1919, também sediadas no Distrito Federal, ingressando depois nos periódicos <i>A Tribuna</i> , <i>Correio da Manhã</i> , além d' <i>O Jornal</i> e do <i>Diário da Noite</i> , dos Diários Associados, os quais dirigiu até 1942. Engajou-se na Revolução Constitucionalista do lado paulista. Participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945. Integrou a delegação do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) em Paris, França, quando em 1948 se elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Membro da ABL, desde 1951 – presidindo-a entre 1953 e 1993 (cadeira de nº 8, em sucessão a Oliveira Viana e sendo recebido por Múcio Carneiro Leão) –, e da Sociedade Capistrano de Abreu, a partir de 1953. Escreveu ainda para a revista <i>O Cruzeiro</i> .	<i>Educação da alma</i> (psicologia – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921); & <i>Conversas na barbearia Sol</i> (memórias – Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1971).
11	11. Sergio Milliet da Costa e Silva (1898-1966). Natural de São Paulo (SP), filho de Fernando da Costa e Silva (comerciante português do ramo de ferragens) e Aída Milliet. Casou-se com Maria de Lourdes Junqueira. Faleceu em São Paulo (SP).	Polígrafo mais conhecido só como Sergio Milliet, atuou na crítica de arte e literária, foi bibliotecário e tradutor. Formou-se em Ciências Econômicas e Sociais, curso iniciado na Escola de Comércio de Genebra e concluído na Universidade de Berna (Suíça), em fins da década de 1910 e começo de 1920. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo (SP), tendo colaborado com a revista <i>Terra Roxa e Outras Terras</i> (1926) e chefiado a Divisão de Documentos Históricos e Sociais do Departamento de Cultura (1934). Ainda na capital, foi professor de Sociologia da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), de 1938 a 1944; e participou do já referido I Congresso Brasileiro de Escritores. Escreveu regularmente para o jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , desde 1938. Integrou a APL – SP (1939) e colaborou com a revista <i>Clima</i> (1941-1944). Dirigiu a Biblioteca “Mário de Andrade” e o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), entre 1952 e 1957. Traduziu, entre outros, Michel de Montaigne, Jean-Jacques Rousseau, Johann	<i>Par le sentier</i> (poesia – Genève: Éditions du Carmel, 1917); <i>Roteiro do café e outros ensaios</i> (demografia / economia / história – São Paulo: Departamento de Cultura, 1939); <i>A pintura norte-americana</i> (crítica de arte – São Paulo: Martins, 1943); & <i>De ontem, de hoje, de sempre</i> (crônicas – São Paulo: Martins, 1960).

		Rugendas, Jean de Léry, Jean-Baptiste Debret, André Gide, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir etc.	
12	12. Aurélio Limeira Tejo (1908-1992). Natural de Caruaru (PE), filho de Otaviano Pereira Tejo (industrial do algodão) e Maria Florêncio Limeira.	Polígrafo mais conhecido só como Limeira Tejo. Formou-se em Engenharia, no Rio de Janeiro (DF), onde se estabeleceu, mudando-se, depois, para Porto Alegre (RS). Colaborou nos periódicos <i>O Jornal</i> , <i>O Diário & Correio do Povo</i> . Como correspondente internacional, prestou serviços a organismos da ONU.	<i>Brejos e carrascais do Nordeste</i> (história – São Paulo: Cultura Brasileira, 1937); <i>Retrato sincero do Brasil</i> (ensaio – Porto Alegre: Globo, 1950); & <i>Enéias</i> (biografia – Porto Alegre: Globo, 1956).
13	13. Jayme de Barros (1901-1986). Natural do Rio de Janeiro (DF).	Polígrafo e diplomata. Colaborou com a <i>Revista do Brasil</i> nos anos de 1940, então em sua terceira fase. Escreveu sobre a política externa brasileira para o DIP, em 1941.	<i>Espelho dos livros</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1936); <i>Poetas do Brasil</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1944) & <i>Chão da vida</i> (memórias – Rio de Janeiro: L. Christiano Editorial, 1985).
14	14. E. P.	?	?
15	15. Hélio Vianna (1908-1972). Natural de Belo Horizonte (MG), filho de Arthur Vianna (comendador) e Querubina Martins. Casou-se com Edite Travassos. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo, atuou como professor. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1932. Colaborou, por exemplo, com o <i>Jornal do Comércio</i> da imprensa carioca. Entre as principais instituições em que integrou, destaca-se a Sociedade Capistrano de Abreu, desde 1932, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a partir de 1944, como sócio efetivo. Cerca de uma década antes, em 1934, começara a ministrar cursos de História promovidos pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1939, tornou-se o primeiro catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi / Rio de Janeiro). Depois, em 1941, acumulou as cadeiras de História do Brasil e História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Integrou o grupo de Estudos dos Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a diretoria de publicações da Biblioteca do Exército (BibliEx), a Academia Portuguesa de História e a American Franciscan History (Washington, Estados Unidos da América).	<i>Formação brasileira</i> (história – Rio de Janeiro: José Olympio, 1935); <i>Estudos de história colonial</i> (história – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948); & <i>Estudos de história imperial</i> (história – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950).

16	16. José Gabriel de Lemos Brito (1886-1963). Natural de Salvador (BA). Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo mais conhecido só como Lemos Brito, atuou também como Deputado, teatrólogo e criminologista. Formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1907. Fundou o jornal baiano <i>O Imparcial</i> (1918-1947). Ao menos desde 1919, era membro do IGHB (Bahia). Participou da Constituinte de 1934, na comissão legislativa. Integrou igualmente a Academia Carioca de Letras (ACL) e, de 1938 e 1957, foi Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Rio de Janeiro.	<i>A nova Constituição Brasileira</i> (direito – Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1934); & <i>A gloriosa sotaina do Primeiro Império. Frei Caneca</i> (biografia – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937).
17	17. Roberto Seidl (1895-1948). Natural do Rio de Janeiro (DF).	Polígrafo.	<i>Nísia Floresta, 1810-1885</i> (biografia – Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933); & <i>Arthur Azevedo: ensaio bibliográfico</i> (biografia – Rio de Janeiro: ABC, 1937).
18	18. Octávio Tarquínio de Sousa (1889-1959). Natural do Rio de Janeiro, então capital do Império, filho de Bráulio Tarquínio de Sousa Amaranto (advogado e professor de direito) e Joana Oliveira. Casou-se com Maria de Lourdes Alves (escultora) e, depois, com Lúcia Miguel Pereira (escritora), com quem faleceu em um desastre aéreo no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo, atuou também como funcionário público, mobilizando sua formação pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, em 1907-1908, sendo igualmente tradutor. Trabalhou na Administração dos Correios, que dirigiu de 1914 a 1918, quando foi nomeado para o Tribunal de Contas da União (TCU), como Procurador, e, a partir de 1932, na condição de Ministro, atingindo a presidência do órgão e se aposentando em 1946. Entre 1938 e 1943, dirigiu a terceira fase da <i>Revista do Brasil</i> e, de 1939 a 1959, foi o segundo diretor da coleção <i>Documentos Brasileiros</i> da Livraria José Olympio Editora (LJOE). Colaborou, de forma regular, com o <i>Correio da Manhã</i> , entre 1947 e 1955, escrevendo também para os jornais <i>O País</i> , <i>A Noite</i> , <i>Tribuna da Imprensa</i> etc. Ajudou a criar em 1942 a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), presidindo sua primeira diretoria e representando o Rio de Janeiro (DF) no I Congresso Brasileiro de Escritores. Sócio efetivo do IHGB, desde 1931, foi ainda membro da Sociedade Capistrano de Abreu, a partir de 1954.	<i>Monólogo das coisas</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1914); <i>Mentalidade da constituinte</i> (história – Rio de Janeiro: A. P. Barthel, 1931); <i>Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo</i> (biografia – Rio de Janeiro: José Olympio, 1937); <i>Evaristo da Veiga</i> (biografia – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939); & <i>História dos fundadores do Império do Brasil, 10 volumes</i> (história / biografia – Rio de Janeiro: José Olympio, 1958).
19	19. F. Albizu.	?	?
20	20. Diocleciano Pereira Lima (1903-1962). Natural de Triunfo (PE), filho de Manoel Pereira Lima (ex-prefeito da cidade) e Maria Gomes.	Polígrafo, atuou também como político. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (DF), em 1932. Foi Deputado Estadual três vezes em Pernambuco, chegando a assumir a presidência da Assembleia Legislativa e, ainda, o cargo de Vice-governador, a partir de 1952.	<i>Temas e problemas de Pernambuco</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1949).

21	21. Oscar Mendes Guimaraes (1902-1983). Natural de Recife (PE), filho de José Mendes da Cruz Guimarães e Amélia Olindina. Casou-se com Maria da Conceição Figueiredo.	Polígrafo mais conhecido só como Oscar Mendes, atuou também como tradutor, professor e exerceu a advocacia, pois era formado em Direito. Em 1926, transferiu-se para Minas Gerais, onde foi Promotor em Bomfim e Juiz. Ocupou cargos na administração estadual mineira e foi redator-chefe, diretor e crítico literário d’ <i>O Diário</i> , de Belo Horizonte (MG). A partir dos anos 1950, ingressou na Academia Mineira de Letras (AML) e, em 1966, mudou-se para Brasília (DF), a nova capital do Brasil.	<i>Papini, Pirandello e outros</i> (crítica literária – Belo Horizonte: Paulo Bluhm, 1941); <i>Poetas de Minas</i> (crítica literária – Belo Horizonte: Imprensa, 1970); & <i>Tempo de Pernambuco</i> (ensaio – Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 1971).
22	22. Alberto Bittencourt Cotrim Netto (1913-1994). Natural do estado de Santa Catarina (SC), filho de Alberto Bittencourt Cotrim Filho e Angélica da Silva Leite.	Polígrafo, atuou também como político. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1936. Foi consultor jurídico da Organização Henrique Lage, professor de Direito da Universidade do Brasil (UB) e diretor do semanário <i>Idade Nova</i> . Participou da AIB, considerado da ala jovem, voltado às soluções dos desafios jurídicos-institucionais do país, ao lado dos nomes de San Tiago Dantas, Luís da Câmara Cascudo, Alberto Guerreiro Ramos, Américo Jacobina Lacombe etc. Tornou-se, depois, membro do Partido da Representação Popular (PRP) – que, sob a liderança do ex-chefe do movimento Integralista, Plínio Salgado, foi criado após a queda do Estado Novo, em 1945, e congregou vários ex-camisas verdes. Ainda na I Convenção Nacional da legenda, no mesmo ano, que aprovou seus estatutos, foi eleito para a direção do partido.	<i>Doutrina e formação do corporativismo</i> (direito – Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F., 1938); & <i>Curso de doutrina dos socialismos</i> (política – Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1953).
23	23. K.	?	?
24	24. Octaviano Domingues. ¹	?	?

¹ Entre as inúmeras contribuições que a banca arguidora da presente tese trouxe à realização deste trabalho – além das que eu já havia incorporado ao longo de minha formação acadêmica, na composição de todo o texto, no contato que tive com alguns deles ao longo do doutorado e mesmo por ocasião do período de correções e ajustes concedido aos pós-graduados depois da defesa, como ocorre agora – há outros pontos que registrarei em notas deste último Apêndice. No caso em destaque, saliento que, embora na resenha constasse a assinatura de *Octaviano Domingues*, o professor Robert Wegner me alertou se tratar, na realidade, de *Octavio Domingues*. E, na sequência, circunstanciou seus itinerários e pensamento que sumarizarei abaixo. Daí a minha não descoberta de informações deste leitor, pois eu tinha buscado por um nome que, muito provavelmente, teve a sua grafia publicada de maneira errônea. Assim, optei por deixar anotado aqui os dados sobre a sua trajetória ao invés de fazê-lo na primeira vez em que este crítico apareceu no Capítulo 2 ou na tabela em apreço. Tal procedimento visa demarcar o caráter dialógico de uma pesquisa e, inclusive, a sua historicidade, ou seja: quando elaborei determinadas análises, eu não dispunha desse conhecimento. Mesmo assim, os traços de natureza biográfica a seguir reforçam meu argumento acerca da centralidade do tema racial nos debates em voga nos anos 1920-1930, no sentido de que as linhas mestras dessa pauta começavam a tomar a miscigenação como um valor positivo da história e da sociedade brasileiras, passível de consolidar um modelo democrático para o país. Octavio Domingues (1897-1972), nasceu no estado do Acre, filho de Joaquim Domingues Carneiro e Zulmira de Magalhães. Formado em Zootecnia pela Universidade de São

25	25. Luiz Pandolfi.	?	?
26	26. António Amorim.	?	?
27	27. José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955). Natural de Ponte de Lima (distrito de Viana do Castelo, Portugal), filho de Tomás Mendes Norton (fidalgo da Casa Real e Cônsul na Grã-Bretanha e Irlanda) e Emília da Conceição Prego e Sousa. Faleceu em Ponte de Lima (Viana do Castelo, Portugal).	Polígrafo, atuou também como funcionário público, oficial do Exército, professor e político. Formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra (Portugal), em 1888, quando ingressou na escola das Forças Armadas, em Lisboa. Dez anos depois, rumou a Índia portuguesa como Tenente e Diretor dos serviços de Agrimensura. Já Major, em 1912, tornou-se Governador-geral de Angola, posto do qual se demitiu em 1915. Tomou parte na Junta Constitucional daquele ano e foi Deputado por Ponte de Lima, até 1917, e Lisboa, de 1919 (quando atingiu o generalato) a 1925. Durante esse período, foi Ministro das Colônias e da Guerra em várias ocasiões (momento no qual também foi expulso e reintegrado ao Exército, tendo vivido um tempo no exílio). Foi ainda Alto-comissário em Angola (1921-1924) e Embaixador em Londres (1924-1926), até ser demitido pela Ditadura Militar (depois convertida em Estado Novo português) e deportado aos Açores (1927-1929). A partir daí, aprofundou seus vínculos com a Maçonaria e começou a colaborar com o jornal <i>O Primeiro de Janeiro</i> . Em 1949, foi presidenciável, reivindicando liberdade de propaganda e melhor fiscalização dos votos, mas desistiu do pleito. Como muitos e opositores do salazarismo, defendeu a política colonialista.	<i>Manual do agrimensor, 2 volumes</i> (agrimensura – Nova Goa: Repartição de Agrimensura do Estado da Índia / Imprensa Nacional, 1904); <i>A província de Angola</i> (história – Porto: Edição do Autor, 1926); & <i>Memória e trabalhos da minha vida, 4 volumes</i> (memórias – Lisboa: Editora Marítimo Colonial 1943-1946).
28	28. Gilberto de Mello Freyre (1900-1987). Natural de Recife (PE), filho de Alfredo Freyre (Juiz e catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito de Recife) e Francisca de Mello. Casou-se com Magdalena de	Polígrafo mais conhecido só como Gilberto Freyre, atuou como professor. Formou-se em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais e em Letras pela Columbia University (Estados Unidos da América – EUA), em 1922. Em 1926, integrou a vertente modernista que, sob sua liderança no I Congresso Regionalista do Nordeste, lançou o <i>Manifesto regionalista</i> . Foi o primeiro a dirigir a coleção <i>Documentos Brasileiros</i>	<i>Casa-grande & senzala</i> (antropologia – Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933); <i>Sobrados e mucambos</i> (ensaio – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936); <i>Ordem e progresso, 2 volumes</i> (ensaio – Rio de Janeiro: José

Paulo (USP), ele atuou como Agrônomo da Divisão de Fomento da Escola de Agronomia da Amazônia e, entre 1919 e 1924, foi professor de Zootecnia Geral na Escola de Agronomia e Veterinária do Pará. De 1925 a 1931, lecionou na Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz (ESALQ / USP), em que havia estudado e onde, ao defender sua tese de cátedra, passou a ocupar uma cadeira, mas permaneceu aí somente até 1936, quando desentendimentos o levam a deixar o posto, indo trabalhar na Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro (DF). Atuou no Instituto de Zootecnia do Distrito Federal, chegando ao cargo de Diretor do Ensino Agrícola e do Departamento da Produção Animal do Ministério da Agricultura. Foi, por exemplo, sócio fundador da Sociedade Brasileira de Zootecnia, que presidiu entre os anos de 1951 e 1968; membro da Comissão Central Brasileira de Eugenia; da American Genetics; da Eugenics Society etc. Desde fins da década de 1920 até a sua morte, publicou incontáveis estudos sobre questões relativas à pecuária, bem como a respeito de temas concernentes a animais domésticos ou de grande porte, acerca da agropecuária, da genética entre outros. Domingues defendia o caráter salutar da mistura de raças da população.

	Guedes Pereira. Faleceu em Recife (PE).	(LJOE). Com a ascensão de Getúlio Vargas, exilou-se em Portugal, onde ficou até 1932, indo então lecionar como professor Visitante na Stanford University (EUA). Em 1935, tornou-se docente de Sociologia na Universidade do Distrito Federal (UDF), deixando-a para ministrar cursos em instituições estadunidenses e europeias. No pleito de 1945, elegeu-se Deputado Federal pela UDN de Pernambuco, aprovando, em 1949, a criação do Instituto Joaquim Nabuco (IJN) de Pesquisas Sociais. Na década seguinte, integrou debates promovidos pela <i>Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture</i> (UNESCO). Recebeu vários prêmios nacionais e internacionais e distinções universitárias (Oxford, Cambridge, Sorbonne, Heidelberg etc.). Em 1969, após recusar muitos cargos no regime civil-militar brasileiro, integrou o Conselho Federal de Cultura. Colaborou ainda nos Diários Associados e na revista <i>O Cruzeiro</i> .	Olympio, 1959); & <i>Como e por que sou e não sou sociólogo</i> (sociologia – Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UnB, 1968).
29	29. Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Natural do Rio de Janeiro (DF), filho de Heitor de Abreu Sodré (advogado, Coletor Federal em Caçapava, SP) e Amélia Werneck. Casou-se com Yolanda Frugol. Faleceu em Itu (SP).	Polígrafo, atuou, sobretudo, como oficial do Exército e professor. Cursou a Escola Militar do Realengo (1931-1933). Em 1934, foi destacado para o regimento em Itu (SP). Nessa época, colaborou com o <i>Correio Paulistano</i> . Próximo a expoentes da literatura da época, como Graciliano Ramos e Jorge Amado, teria ingressado no Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1940. Em 1947, após cursar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, passou a ministrar aulas neste posto, onde foi mantido na pasta de História Militar até 1950. Cinco anos depois, ingressou, como docente, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Em 1956, atuou junto ao periódico <i>Última Hora</i> na seção literária e com editoriais, quando também integrou o comitê da BibliEx e a escrever para o jornal <i>O Semanário</i> . Apoiou João Goulart a ascender à Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros (1961), mas acabou interrogado e preso, seguido do destacamento forçado para as bases militares de Belém (PA). Optando pela reserva em 1962, com a patente de General, permaneceu só no Iseb, onde se tornou chefe do Departamento de História. Com o golpe de 1964, entrou na lista daqueles que tiveram os direitos políticos cassados por dez anos, sendo ainda preso por quase dois meses.	<i>História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos</i> (história – São Paulo: Cultura Brasileira, 1938); <i>Panorama do Segundo Império</i> (história – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939); <i>Formação da sociedade brasileira</i> (história – Rio de Janeiro: José Olympio, 1944); & <i>Introdução à revolução brasileira</i> (ensaio – Rio de Janeiro: José Olympio, 1958).
30	30. Múcio Carneiro Leão (1898-1969). Natural de Recife (PE), filho de Laurindo Leão (professor na Faculdade de Direito de Recife) e	Polígrafo mais conhecido só como Múcio Leão, atuou também como redator, funcionário público e professor. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1919. Na então capital do país, o Rio de Janeiro (DF), começou a colaborar em jornais, inicialmente no <i>Correio da</i>	<i>No fim do caminho</i> (romance – Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Editor, 1930); <i>Castigada</i> (romance – Rio de Janeiro: Editora Alba, 1934); <i>João</i>

	Maria Felicíssima Carneiro. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	<i>Manhã</i> , onde também atuou como Oficial de gabinete do Ministro da Fazenda (1925) e Fiscal-geral das Loterias (1926). Em 1934, com a morte de João Ribeiro, assumiu sua coluna no <i>Jornal do Brasil</i> . Foi ainda Agente fiscal do Imposto de Consumo, em Niterói (RJ), em 1938, e Presidente da Comissão Nacional de Teatro, em 1939. Antes, no ano de 1935, foi eleito para a cadeira de nº 20 da ABL, em sucessão a Humberto de Campos e sendo recebido por Pereira da Silva. Secretariou a entidade nas décadas de 1930 e 1940, presidindo-a no ano de 1944. Em 1941, com Cassiano Ricardo e Ribeiro Couto, fundou o jornal <i>A Manhã</i> , responsabilizando-se pelo suplemento literário Autores e Livros, importante instrumento usado pelo Estado Novo (1937-1945) para estruturar certo panteão historiográfico nacional. Foi sócio efetivo do IHGB a partir de 1951 e professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da UB, depois Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 1948 e 1967.	<i>Ribeiro</i> , 2 volumes (crítica literária – Rio de Janeiro: Editora Alba, 1934); & <i>José de Alencar</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1955).	
31	1. Candido Motta Filho (1897-1977). Natural de São Paulo (SP), filho de Cândido Nazianzeno Nogueira da Motta (advogado e professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Paulo, Deputado, Senador e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura do mesmo estado) e Clara Amaral. Casou-se com Elza Lichtenfels. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo, formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SP), em 1919. Integrou o PRP e foi Oficial de gabinete de seu pai na Secretaria de Agricultura (1916-1920). Atuou no <i>Correio Paulistano</i> . Participou da Semana de Arte Moderna e foi um dos fundadores da revista <i>Klaxon</i> . Com Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, compôs o grupo Verde-Amarelo. Fundou a Ação Nacional do PRP, com Alcântara Machado e outros, em prol de saídas políticas não liberais. Apoiou o governo do estado na Revolução Constitucionalista, substituiu Ricardo na chefia da seção paulista do DIP e entrou para a APL – SP (1935). Foi Ministro da Educação no governo Café Filho (1954-1956). Em 1956, já professor da Faculdade de Direito de São Paulo, foi indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde esteve até 1968. Em 1960, eleito para a cadeira de nº 5 da ABL, sucedeu a Aloísio de Castro e foi recebido por Josué Montello. Em 1964 presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Recebeu o troféu <i>Juca Pato</i> , como o intelectual do ano (1972) e em 1976 foi da diretoria da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).	<i>Alberto Torres e o tema da nossa geração</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Schimidt, 1931); <i>Introdução à política moderna</i> (política – Rio de Janeiro: José Olympio, 1935); <i>Uma grande vida: biografia de Bernardino de Campos</i> (biografia – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941); <i>O conteúdo político das Constituições</i> (história / política – Rio de Janeiro: Borsoi, 1950); & <i>Contagem regressiva</i> (memórias – Rio de Janeiro: José Olympio, 1972).	<i>Raízes do Brasil</i> (2.ed., 1948)
32	1. Giuseppe Carlo Rossi (1908-1983). Natural de Cordetta (Milano, Itália).	Era formado em Letras pela Universidade de Milano (Itália), em 1929. Deu início à sua carreira docente no ano de 1938, como leitor de italiano na Universidade de Friburgo de Brisgovia (Alemanha). Entre 1939 e 1948, ministrou aulas das línguas e literaturas italianas e espanholas na Universidade de Lisboa (Portugal). Doutorou-se em Língua e Literatura	<i>Teatro portoghese e brasiliano</i> (dramaturgia – Milano: Nuova Accademia, 1956); & <i>Estudios sobre las</i>	<i>Alle radice del Brasile</i> (1ª tradução, 1954)

		Portuguesa na Universidade de Roma (Itália), onde foi professor de 1948 a 1967. Foi catedrático nesta última área e responsável ainda pela língua e literatura espanholas no Instituto Universitário Oriental de Nápoles (Itália) – introduzindo literatura hispano-americana –, de 1955 a 1978, quando se aposentou. Colaborou com as seguintes revistas: <i>Camoniana</i> (Brasil); <i>Segismundo</i> (Espanha); <i>Iberomania</i> (Alemanha); <i>Tempo</i> (Roma); <i>La Nación</i> (Argentina); <i>Hispano-Italic Studies</i> (Estados Unidos da América) etc. Foi professor Visitante na Universidade Laval de Quebec (Canadá).	<i>letras en el siglo XVIII</i> (crítica literária – Madrid: Editora Gredos, 1967).	
33	2. I. G.	?	?	
34	1. José Ribamar Franklin de Oliveira (1916-2000). Natural de São Luís (MA), filho de Vladimir Costa Franklin e Guiomar de Oliveira. Casou-se com Lígia Maria Fascine e, depois, com Celma Carneiro Rodrigues. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo mais conhecido só como Franklin de Oliveira. Aos 16 anos de idade passou a atuar no <i>Diário da Tarde</i> , de sua cidade natal. Em 1938, viajou para o Rio de Janeiro (DF), onde trabalhou no jornal <i>A Notícia</i> , depois na revista <i>Pif-Paf</i> e, a partir de 1944, n' <i>O Cruzeiro</i> . Participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945. Tornou-se editorialista e crítico do jornal <i>Correio da Manhã</i> em 1956. Na década de 1960 transferiu-se para Porto Alegre (RS), onde foi Secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento do estado gaúcho, no governo Leonel Brizola (1958-1961), seguido do exercício de funções junto ao Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul. Desempenhou tarefas administrativas na Petrobras quando teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1, 1964). Retornou ao jornalismo, sendo redator do jornal <i>O Globo</i> e, na década de 1970, também colaborava com a <i>Folha de S. Paulo</i> . Em agosto de 1984, ficou muito conhecido pelo debate com Celso Furtado que ganhou as páginas da <i>Revista do Brasil</i> e da <i>Veja</i> , quando o economista elaborou sete teses sobre a cultura brasileira e, na quinta – ponto da discórdia –, chamou o Barroco mineiro de síntese do pré-Renascimento europeu e tendo no escultor Antônio Francisco Lisboa (1730-1814), o Aleijadinho, o último gênio da Idade Média.	<i>Que é a revolução brasileira?</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963); <i>Euclides: a espada e a letra</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983); & <i>A Semana de Arte Moderna na contramão da história</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Topbooks, 1993).	Raízes do Brasil (3.ed., 1956)

35	2. João Camilo de Oliveira Torres (1916-1973). Natural de Itabira (MG), filho de João Camilo de Oliveira Torres e de Rosa Assis de Oliveira Drummond. Casou-se com Hilda Pinto Coelho. Faleceu em Belo Horizonte (MG).	Polígrafo, também atuou no funcionalismo público e como professor. Formou-se em Filosofia pela FNFfi, Rio de Janeiro (DF). A partir de 1937 passou a colaborar com jornais. De 1942 em diante, teve início a sua carreira docente, como professor de Filosofia Moral da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (UMG, a qual mais tarde seria acrescida a letra “F” em sua sigla, quando da conversão em Federal) e de História do Brasil da Faculdade de Santa Maria, ambas em Belo Horizonte. Pertenceu ao Conselho Mineiro de Cultura, ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e à AML. Foi sócio correspondente do IHGB desde 1959. Depois, trabalhou igualmente no gabinete da Superintendência Regional do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) de Minas Gerias.	<i>O positivismo no Brasil</i> (filosofia – Petrópolis: Vozes, 1943); <i>O homem e a montanha</i> (ensaio – Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1944); <i>A libertação do liberalismo</i> (política – Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1949); <i>A crise da previdência social no Brasil</i> (ensaio – Belo Horizonte: Editora Diálogo, 1954); & <i>A democracia coroada</i> (política – Rio de Janeiro: José Olympio, 1957).	
36	1. João Batista da Silva.	?	?	
37	2. José Geraldo Nogueira Moutinho (1933-1991). Natural de Pindamonhangaba (SP), filho de Antonio Alves Moutinho e Maria da Gloria Cesar (imigrantes portugueses). Faleceu em São Paulo (SP).	Polígrafo mais conhecido só como Nogueira Moutinho. Ingressou no curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, São Paulo (SP), em 1957, mas o abandonou no quarto ano, bem como o de Letras Clássicas. A partir de 1961, passou a atuar no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , com crítica literária, onde permaneceu por 25 anos. No ano de 1971, o governo francês lhe concedeu o título de <i>Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres</i> . Em 1978, tornou-se membro da APL (SP), onde foi Primeiro secretário (1983-1984) e Secretário-geral (1985-1986 e 1991-1992). Secretariou ainda o Conselho Estadual de Cultura de São Paulo.	<i>À procura do número</i> (ensaio – São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1967); <i>Exercitia</i> (poemas – São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970); & <i>A fonte e a forma</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Imago, 1977).	Raízes do Brasil (5.ed., 1969)
38	3. Eduardo Portella (1932-?).	?	<i>Dimensões I</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: Agir, 1959 [2.ed]).	
39	4. Jean-Michel Massa (1930-2012). Natural de Paris (França).	Foi um dos mais destacados estudiosos da produção intelectual de Machado de Assis (1839-1908) e da literatura cabo-verdiana. Compilou por décadas um fundo bibliográfico sobre literaturas africanas. Em 1960, mudou-se para Rennes (França), onde passou a ensinar português na universidade dessa cidade e dirigiu por quase toda a sua carreira, na mesma instituição, o Centro de Estudos Portugueses, que se dedica à lusofonia desde 1921. Defendeu sua tese sobre o escritor brasileiro (<i>La jeunesse de Machado de Assis</i>), em 1969. Tornou-se professor Emérito em 1996.	<i>Dispersos de Machado de Assis</i> (literatura – Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – INL, 1965); & <i>A juventude de Machado de Assis (1839-1870)</i> (biografia – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971).	

40	1. Jorge Escosteguy.	?	?	Raízes do Brasil (6.ed., 1971)
41	2. José Geraldo Nogueira Moutinho (I).	Ver número 37 / 2.	Idem.	
42	3. Ruy de Souza Novaes.	?	?	
43	4. Joaquim Inojosa de Andrade (1901-1987). Natural de Timbaúba (PE). Casou-se com Jovina Valente Pessoa de Queiroz.	Polígrafo, desde 1917 colaborava com periódicos, sobretudo da Paraíba (até 1921), de Pernambuco (aproximadamente até 1930) e do Rio de Janeiro (de 1922 a 1927 no <i>Jornal do Comércio</i> e, a partir de 1931, após fixar residência na capital do país, em <i>O Jornal</i> e no <i>Diário da Noite</i> dos Diários Associados). Antes, em 1919, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Foi representante da revista modernista <i>Klaxon</i> (SP) em Recife (PE). Em 1926, participou do I Congresso Regionalista do Nordeste, promovido sob a liderança de Gilberto Freyre (mais tarde, instaurou-se uma polêmica entre eles sobre o tal <i>Manifesto Regionalista</i> , pois Andrade o apontou como falso, dizendo que Freyre o tinha escrito só em 1952). Em 1939, já no Distrito Federal, portanto, fundou o <i>Jornal / Editora Meio-Dia</i> . Também teve passagem por <i>A Nação</i> e pelo suplemento literário d' <i>O Estado de S. Paulo</i> . Foi Acadêmico da ACL.	<i>Crônicas de outros tempos</i> (crônicas – Rio de Janeiro: Férias, 1960); <i>O movimento modernista em Pernambuco</i> (crítica literária / história – Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1968); <i>Carro alegórico, nova reposta a Gilberto Freyre</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1973); & <i>60 anos de jornalismo (1917-1977)</i> (jornalismo – Rio de Janeiro: Editora Meio-Dia, 1978).	
44	1. Abdias Lima (1911-?). Natural de Massapê (CE), filho de Francisco Cardoso Ferreira Lima e Francisca Araújo. Casou-se com Gerarda de Sousa.	Polígrafo, atuou também como funcionário público no Banco do Brasil, mas era diplomado em Línguas Clássicas.	<i>Miudezas da linguagem</i> (gramática – Fortaleza: Tipografia América, 1948); & <i>Cais, caos</i> (romance – Rio de Janeiro: Pongetti, 1969).	Raízes do Brasil (12.ed., 1978)
45	1. Nelson Werneck Sodré (I).	Ver número 29 / 29.	Idem.	<i>Cobra de vidro</i> (1.ed., 1944)
46	1. Nilo Scalzo (1929-2007). Natural de Jaboticabal (SP). Faleceu em São Paulo (SP).	Polígrafo, atuou no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> (1966-1980), como editor-chefe dos suplementos culturais e na crítica literária. Integrou o Conselho Editorial da <i>Revista</i> do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), de 1991 a 1997, presidindo-o de 1992 a 1997. Pertenceu à APL (SP) e recebeu o título de <i>Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres</i> do governo francês. Foi professor do Colégio (1951-1960) e da Faculdade	<i>Poesias de José Bonifácio, o Moço</i> (poesia – organizado com Alfredo Bosi – São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1962).	<i>Cobra de vidro</i> (2.ed., 1978)

		de Letras Mackenzie e da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, todas de São Paulo (SP).		
47	2. José Geraldo Nogueira Moutinho (I).	Ver número 37 / 2.	Idem.	
48	3. Per Johns (1933-...). Natural do Rio de Janeiro (DF), filho de pais dinamarqueses que se radicaram no Brasil em 1922.	Polígrafo, criado na cultura bilíngue da família oriunda da Dinamarca, dedicou-se (até o ponto de sua trajetória em que foi possível apurar, pois, aparentemente, ainda está vivo), sobretudo à tradução. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), e trabalhou no setor industrial, do comércio e serviços. Residiu na capital paulista, entre 1962 e 1970, onde teve a seu próprio negócio de consultoria empresarial. Atuou em jornais dinamarqueses, mas também brasileiros, como <i>O Globo</i> (especialmente de 1977 a 1981) e <i>O Estado de S. Paulo</i> , na seção chefiada por Nilo Scalzo. Traduziu, por exemplo, contos de Hans Christian Andersen e parte da obra de Ingmar Bergman.	<i>A revolução de Deus</i> (romance – Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1977); <i>Morte na rodovia Galileu Galilei</i> (romance – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978); & <i>Sonâmbulos, amotinados, predadores</i> (contos – Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1980).	
49	1. José Maria de Albuquerque Bello (1885-1959). Natural de Barreiros (PE). Faleceu no Rio de Janeiro (RJ). Era filho de usineiros que foram morar na capital, Recife, após venderem suas terras para seu primo Estácio Coimbra, político de extensa carreira que chegou, inclusive, a ser Vice-presidente da República do governo Arthur Bernardes (1922-1926). O mesmo Coimbra que deixou o país quando da ascensão de Getúlio Vargas, rumando a Europa na companhia de Gilberto de Mello Freyre, então seu secretário particular.	Polígrafo mais conhecido só como José Maria Bello, atuou também na política, no magistério e na diplomacia. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1911. Com o título em mãos, passou a se dedicar à crítica literária e à história. Depois, já em 1919, passou nove meses na Europa assessorando a delegação do Brasil na Conferência de Versalhes, para estabelecer os termos da paz das nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Continuou dedicando-se a assuntos jurídicos e à advocacia até ser eleito Deputado Federal (1927-1929) e Senador (1930) pelo estado do Pernambuco (PE), logo perdendo este último mandato por conta da chamada Revolução de 1930. Foi ainda cônsul em Estocolmo, Havre, Hamburgo, Dacar e Miami. Colaborou com o <i>Diário de Pernambuco</i> & o <i>Jornal do Comércio</i> e foi diretor do jornal <i>A Província</i> , todos em Pernambuco. Nos anos trinta integrou o corpo docente da UDF (História da Civilização).	<i>Inteligência do Brasil</i> (crítica literária – São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935); <i>Panorama do Brasil</i> (ensaio – Rio de Janeiro: José Olympio, 1936); <i>História da República</i> (história – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940); <i>Democracia e anti-democracia</i> (política – Salvador: Livraria Progresso, 1956); & <i>Memórias</i> (memórias – Rio de Janeiro: José Olympio, 1958).	Caminhos e fronteiras (1.ed., 1957)
50	2. José Ferreira Condé (1917-1971). Natural de Caruaru (PE). Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo mais conhecido só como José Condé, atuou também no funcionalismo público. Formou-se pela Faculdade de Direito de Niterói (RJ). Inicialmente tinha deixado sua cidade natal para morar na capital do estado, em Recife (PE); passando depois a Petrópolis (RJ), com a morte do pai, em 1930; e, finalmente, o Distrito Federal, quatro anos	<i>Caminhos na sombra</i> (novelas – Rio de Janeiro: José Olympio, 1945); <i>Histórias da cidade morta</i> (contos – Rio de Janeiro: Jornal de Letras, 1951); <i>Noite contra noite</i> (romance – Rio de Janeiro:	

		mais tarde, onde permaneceria por um tempo estendido. Por essa época começou a colaborar em periódicos e teve publicado o poema <i>A feira de Caruaru</i> na revista <i>O Cruzeiro</i> . Em 1939, já diplomado e tendo exercido diversas atividades profissionais, foi nomeado para o Instituto dos Bancários, chegando a atingir o cargo de Procurador. Uma década depois, em 1949, lançou com outros nomes o <i>Jornal de Letras</i> e, no ano seguinte, tornou-se redator do <i>Correio da Manhã</i> , onde assumiu, na sequência, o suplemento literário. Ainda nessa década, recebeu o Prêmio “Fábio Prado”, da UBE de São Paulo, pela publicação de <i>Histórias da cidade morta</i> (1951), no referido <i>Jornal de Letras</i> , onde a narrativa retratava o drama das cidades do país em decadência ante o término formal da escravidão, a partir de 1888.	Civilização Brasileira, 1965); & <i>Como uma tarde em dezembro</i> (romance – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969).
51	3. Reginaldo Guimarães (1915-?).	?	<i>O folclore na ficção brasileira: roteiro das Memórias de um sargento de milícias</i> (crítica literária – Rio de Janeiro / Brasília: Cátedra / INL, 1977).
52	4. Luiz Maria de Sousa Delgado (1906-1974). Natural de Olinda (PE). Faleceu em Olinda (PE).	Polígrafo mais conhecido só como Luiz Delgado, atuou também como político. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife (PE), em 1926. Foi escriturário da Secretaria do Interior e Justiça no governo do estado de Pernambuco de Estácio Coimbra (1926-1930). Foi adepto das ideias do líder católico Jackson de Figueiredo. Ingressou na Academia Pernambucana de Letras (APL) no ano de 1940. Na eleição presidencial de 1930, apoiou Júlio Prestes, fato que, após a chamada Revolução, o impediria de continuar no governo subsequente, do Interventor Lima Cavalcanti, indicado por Getúlio Vargas. Entretanto, seguindo conselhos de colegas, continuou suas tarefas, conquistando a simpatia das autoridades do novo regime, a despeito de suas posições políticas, chegando até a se tornar Secretário de governo (1934) na mesma gestão. Antes disso, em 1931, ingressou no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP).	<i>Inquietos</i> (romance – Recife: Livraria Universal, 1929); <i>Rui Barbosa</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1945); & <i>A Convenção de Beberibe</i> (história – Recife: Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972).
53	5. Álvaro Augusto Lopes (I).	Ver número 4 / 4.	Idem.
54	6. Temístocles Linhares (1905-1993). Natural de Curitiba (PR), filho de Edgar Linhares e Cecília Bittencourt.	Foi catedrático de Literatura Brasileira e Hispano-americana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Compôs o conselho editorial da revista <i>Letras</i> (1972-1974), que ajudou a criar no ano de 1953. Atuou ainda na Universidade	<i>Introdução ao mundo do romance</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1953); <i>História econômica do mate</i> (história – Rio de Janeiro: José

		de Coimbra, em Portugal, como docente de História da Literatura Brasileira e História do Brasil (1965-1967). Colaborou com os jornais cariocas <i>Diário de Notícias</i> , <i>Correio da Manhã</i> , <i>O Jornal & A Manhã</i> ; e com os paulistas <i>Folha da Manhã</i> , <i>O Estado de S. Paulo & Diário de São Paulo</i> .	Olympio, 1969); & <i>22 diálogos sobre o conto brasileiro atual</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1973).
55	7. O. C. F.	?	?
56	8. Cassiano Ricardo Leite (1895-1974). Natural de São José dos Campos (SP), filho de Francisco Leite e Minervina Ricardo. Casou-se com Jacy Gomide. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo mais conhecido só como Cassiano Ricardo, atuou também no funcionalismo público. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro (DF), em 1917. No ano seguinte, mudou-se para Vacaria (RS), onde exerceu a advocacia. Ainda não havia se instalado em São Paulo, quando participou da Semana de Arte Moderna, mas se integrou, sobretudo nos grupos Verde-Amarelo e Anta, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho etc. Colaborou, por exemplo, no <i>Correio Paulistano</i> (entre 1923 e 1930) e, durante esse período, fundou as revistas <i>Novíssima</i> (1924) e <i>Planalto</i> (1930), trabalhando também como censor teatral e cinematográfico. Quando da chamada Revolução de 1930, atuava como Auxiliar de gabinete de Júlio Prestes, no governo do estado de São Paulo, mas isso não o impediu de ser incorporado ao novo regime. Em 1937, criou com Picchia e Motta Filho o movimento político <i>Bandeira</i> , para se opor ao Integralismo e cujo porta-voz, a revista <i>Anhanguera</i> , era contrária às ideologias estrangeiras. Neste ano, foi eleito para a cadeira de nº 31 da ABL, sucedendo a Paulo Setúbal e sendo recebido por Guilherme de Almeida. Dirigiu <i>A Manhã</i> , órgão oficial (1941-1945) do Estado Novo. Chefiou ainda o Escritório Comercial do Brasil em Paris, na França. Foi membro da APL (SP) e pertenceu ao Conselho Federal de Cultura.	<i>Dentro da noite</i> (poemas – São Paulo: Typographia Henrique Globel, 1915); <i>Martim Cererê</i> (poesia – São Paulo: Editorial Hélios, 1928); <i>O Brasil no original</i> (ensaio – São Paulo: Bandeira, 1935/6); <i>Marcha para o Oeste: a influência da “bandeira” na formação social do Brasil, 2 volumes</i> (história – Rio de Janeiro: José Olympio, 1940); & <i>Viagem no tempo e no espaço</i> (memórias – Rio de Janeiro: José Olympio, 1970).
57	9. Edgard Cavalheiro (1911-1958). Natural de Pinhal (SP).	Polígrafo, colaborou em periódicos locais das cidades por onde passou durante sua juventude (a exemplo de Campinas e Bebedouro, no estado de São Paulo), atuando também como bancário. Em 1934, participou de vários concursos literários e, em um deles, de críticas e contos promovido pela Companhia Editora Nacional e o jornal <i>Folha da Manhã</i> , ficou em sexto lugar, quando passou a colaborar na imprensa mais assiduamente. Escreveu para diversos órgãos do Brasil, a exemplo de: <i>O Estado de S. Paulo</i> , <i>Correio da Manhã</i> , revista do <i>Globo</i> , <i>Diário de São Paulo & Jornal de São Paulo</i> . Ao lado do jornalista Carlos Lacerda, criou o programa <i>Sítio do pica-pau amarelo</i> na <i>Rádio Gazeta</i> ,	<i>Fagundes Varela</i> (biografia – São Paulo: Martins, 1940); <i>Biografias e biógrafos</i> (ensaio – Curitiba: Guaíra, 1943); <i>Monteiro Lobato: vida e obra, 2 volumes</i> (biografia – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955); & <i>Histórias de crimes e criminosos</i> (contos – São Paulo: Civilização Brasileira, 1956).

		em 1943. Foi um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e, junto de outros nomes, teria ajudado a idealizar o Prêmio “Jabuti” aproximadamente em 1957.	
58	10. João Camilo de Oliveira Torres (I).	Ver número 35 / 2.	Idem.
59	11. Maria de Lourdes Teixeira (1907-1989). Natural de São Paulo (SP), filha de Avelino Teixeira e Querubina Stela Rezende. Casou-se duas vezes, com Hermelindo Scavone e José Geraldo Vieira, mas a referência de Afrânio Coutinho que consultei, de 1961, já a apresentava como “desquitada”.	Polígrafa, mas que desenvolveu, sobretudo, atividades jornalísticas, pois foi chefe da seção de Letras e Artes da <i>Folha da Manhã</i> , da <i>Folha da Tarde</i> & da <i>Folha da Noite</i> de São Paulo (SP). Nos anos 1950, atuou junto ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> . Trabalhou ainda como redatora literária da revista <i>Américas</i> , representando-a no Brasil, embora fosse uma publicação trilingue (inglês, espanhol e português), criada em 1949 e destinada para todo o continente. Foi a primeira mulher a ser eleita para a APL (SP) e recebeu o Prêmio “Jabuti”, em duas ocasiões na categoria <i>Romance</i> , em 1961 e 1970.	<i>O criador de centauros</i> (contos – São Paulo: Martins, 1964); <i>O pátio das donzelas</i> (romance – São Paulo: Martins, 1969); <i>Gregório de Matos</i> (crítica literária – São Paulo: Melhoramentos / INL, 1977); & <i>A carruagem alada</i> (memórias – São Paulo: Pioneira, 1986).
60	12. Ademar Victor de Menezes Vidal (1900-1986). João Pessoa (PB), filho de Assis Vidal (jornalista) e Amélia Augusta de Menezes. Casou-se com Maria do Céu Lins. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo mais conhecido só como Ademar Vidal, atuou também no funcionalismo público. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1923. Foi aluno particular de Augusto dos Anjos. Trabalhou no jornal paraibano <i>A União</i> , como revisor, mas alcançando o cargo de direção. Na capital, João Pessoa (PB), onde chegou a advogar, foi um dos fundadores da revista <i>A Novela</i> , integrada às discussões modernistas da região. Transferiu-se para o Rio de Janeiro (DF) para fazer um concurso no Itamaraty, o qual obteve aprovação, sendo nomeado para a Legação do Brasil na Holanda. Porém, renunciou ao posto por questões de saúde que o levaram a retornar ao seu estado natal. Foi quando, já reestabelecido, conseguiu cargos junto ao governo da Paraíba, primeiro como Oficial de gabinete de Solon Barbosa de Lucena (1920-1924) e, depois, Procurador da República. Atuou também nas pastas de Justiça e de várias secretarias ligadas ao trabalho, à segurança e ao sistema penitenciário do governo estadual de João Pessoa (1928-1930). Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), em 1926, no qual foi Presidente entre 1941 e 1944. Tornou-se membro da Academia Paraibana de Letras (APL), eleito por aclamação, onde tomou posse no ano de 1979. Foi ainda da ABI.	<i>O incrível João Pessoa</i> (biografia – Rio de Janeiro: Editorial Universo, 1931); <i>Espírito de reforma: conceitos sobre política e autoridade</i> (política – Rio de Janeiro: José Olympio, 1945); <i>Mundo livre, estudos sobre o continente americano e outros estudos</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945); <i>Lendas e superstições, contos populares brasileiros</i> (folclore – Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950); & <i>O outro eu de Augusto dos Anjos</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1967).

61	13. Valdemar Cavalcanti (1912-1982). Natural de Maceió (AL), filho de Alvinho Cavalcanti e Francisca de Almeida. Casou-se com Gerusa Xavier. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo, atuou também no funcionalismo público. Aproximadamente em 1928 foi redator do <i>Jornal de Alagoas</i> , passando logo em seguida para a <i>Gazeta de Notícias</i> (AL) e pelo órgão <i>O Semeador</i> . Integrou, em 1924, a Semana de Arte Moderna de Maceió (AL). Seis anos depois, ajudou a criar o semanário <i>Novidade</i> , que circulou na capital alagoana e deu voz à corrente propagada por Gilberto Freyre que nele participou com um artigo. Depois, aos 20 anos de idade, foi nomeado como Secretário da Prefeitura da cidade. Nesse período teria datilografado os originais de <i>Menino do engenho</i> (1932), de José Lins do Rego, do qual era próximo ao participar do “Grupo de Maceió”, composto ainda por nomes como os de Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz. Em 1933, mudou-se para o Rio de Janeiro (DF), onde colaborou no <i>Diário Carioca</i> e no <i>Diário de Notícias</i> . No ano seguinte, assumiu a redação do <i>Diário de Pernambuco</i> , já residindo em Recife (PE). Em 1937, voltou à capital do país para trabalhar no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi redator-chefe do <i>Jornal de Letras</i> e diretor do suplemento literário d’ <i>O Jornal</i> . Atuou ainda na <i>Revista do Brasil</i> , n’ <i>O Cruzeiro</i> etc. Integrou o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA), a Academia Alagoana de Letras (AAL) e a UBE. Em 1965 recebeu o Prêmio “Jabutí” na categoria <i>Crítica e/ou noticiário literário</i> , além do Prêmio “Machado de Assis”, da ABL.	<i>Jornal literário</i> (crônicas – Rio de Janeiro: José Olympio, 1960).
62	14. Luís Martins.	?	?
63	15. T. T.	?	?
64	16. José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000). Natural de Campinas (SP), filho de Euclides do Amaral Lapa e Francisca Gonçalves.	Formou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em 1952. A partir daí, lecionou em escolas secundárias do interior do estado de São Paulo. No fim da década se formou pela Faculdade de Direito da PUC-Campinas, em 1959. Depois ingressou como professor de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP), onde organizou o Departamento de História junto aos nomes de Eurípedes Simões de Paula e Olga Pantaleão. Foi aí que defendeu a tese <i>A Bahia e a Carreira da Índia</i> (1966), tornando-se Doutor em Ciências. Durante tais pesquisas descobriu em Lisboa, Portugal, o livro da Visita do Tribunal do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, considerado um feito relevante, pois, à época, era desconhecida a	<i>A Bahia e a carreira da Índia</i> (história – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968); <i>Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará, 1763-1769</i> (história – Petrópolis: Vozes, 1978); <i>O antigo sistema colonial</i> (história – São Paulo: Brasiliense, 1982); <i>A economia cafeeira</i> (história – São Paulo: Brasiliense, 1983); & <i>História e historiografia, Brasil pós-64</i> (história / historiografia – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985).

		presença da Inquisição na região norte da Colônia. Nos anos 1970, ajudou a criar o Departamento e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde se tornou docente e dirigiu o Centro de Memória (1985-1996). Integrou ainda a UBE e os Institutos Históricos de São Paulo, Sorocaba e Campinas.	
65	17. Manuel Cavalcanti Proença (1905-1966). Natural de Cuiabá (MT), filho de Alexandre Leite Proença e Dona Esmeralda Cavalcanti. Casou-se com Esmeralda Proença. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo que, por ser órfão de militar, pôde se matricular no Colégio Militar de Realengo (RJ), por volta de 1919. Depois passou ao IV Regimento de Cavalaria Divisionária, em Três Corações (MG) e, após de uma temporada no Paraná, voltou à última cidade como Terceiro Sargento. Integrante das forças terrestres, combateu a Coluna Prestes nos anos 1920. Formou-se no curso da Escola Veterinária do Exército, no Rio de Janeiro, em 1930. A partir de então começou a se dedicar aos estudos da área biológica e, durante dois anos, permaneceu em missão cultural do Ministério do Exército, no Paraguai. Em 1940, participou do concurso público para catedrático de Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias dos Animais Domésticos; Polícia Sanitária; e Clínica, na Escola Nacional de Veterinária, obtendo os títulos de livre-docente da cadeira e de doutor em Veterinária. Foi ainda Secretário de Educação e Cultura, no estado da Guanabara, durante o governo José Sette Câmara Filho (1960); e Assessor do gabinete Militar do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960).	<i>Ribeira do São Francisco</i> (história – Rio de Janeiro: Laemmert, 1944); <i>Roteiro de Macunaíma</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1950); <i>No termo de Cuiabá</i> (história – Rio de Janeiro: INL, 1958); <i>Augusto dos Anjos e outros ensaios</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: José Olympio, 1959); & <i>Manuscrito holandês, ou, A peleja do caboclo Metava-i com o monstro Macobeba</i> (ficção – Rio de Janeiro: Antunes, 1959).
66	18. M. I. P. Q. ²	?	?

² Semelhante ao que se passou com o nome de Octavio Domingues (Cf. o nº 24 / 24), novamente a banca me esclareceu o enigma de M. I. P. Q. Desta vez, porém, foi a professora Laura de Mello e Souza que solucionou a incógnita. Trata-se de *Maria Isaura Pereira de Queiroz* que mora(va), inclusive, na vizinhança da Rua Buri, 35 (Pacaembu – SP), onde Sérgio Buarque de Holanda fixou residência em fins dos anos 1950. Pelas idênticas razões que expus na nota anterior deste Apêndice, deixarei aqui a síntese de natureza biográfica dessa leitora. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-...) nasceu em São Paulo capital, filha de Manoel Elpídio Pereira de Queiroz e Maria Moraes Barros. Licenciou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, em 1949, e passando, em seguida, ao posto de Auxiliar de ensino da Cadeira de Sociologia I, então dirigida pelo professor Roger Bastide, tendo permanecido aí entre 1950 e 1955. No entremeio dessas atividades, ganhou uma bolsa de pesquisa do governo francês e, mais tarde, obteve o título de doutorado em Sociologia pela École Pratique des Hautes Études – EPHE (1959), também sob a orientação de Bastide. Com a pesquisa desenvolvida em Paris sobre o messianismo brasileiro, foi aprovada no concurso de livre-docente. Lecionou na USP até 1982, quando se aposentou, tendo, durante essas décadas, atuado em diversas instituições de ensino superior do país e do exterior. Ainda integra vários grupos de pesquisa nacionais e internacionais e recebeu vários prêmios ao longo de sua carreira, com destaque para o Jabuti, na categoria *Ciências Sociais*, e o fato de ter sido a primeira mulher da antiga FFCL, já Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) a se tornar professora Emérita, em 1990. Publicou *La guerre sainte au Brésil: le mouvement messianique du Contestado*. São Paulo: FFCL-USP, 1957; *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973; *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, entre outros estudos, inclusive na coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB), mas junto ao Tomo III (*O Brasil Republicano*), dirigida por Boris Fausto.

67	19. Rollie Edward Poppino (1922-?). Natural de Oregon (EUA).	Professor de História da Stanford University (Califórnia, EUA), entre 1953 e 1954, tornou-se professor Assistente no Departamento de História da University of California at Davis, em 1961, instituição em que, a partir de 1991, tornou-se professor Emérito.	<i>Brazil: the land and people</i> (história – New York: Oxford University Press, 1968); & <i>Feira de Santana</i> (história – Salvador: Editora Itapuã, 1968).	
68	20. Francisco Isolino de Siqueira.	?	?	
69	21. Abdias Lima (I).	Ver número 44 / 1.	Idem.	
70	22. Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965). Natural do Rio dos Índios, atual Rio Bonito (RJ), filho de Ramiro Pereira Duarte Silva (descendente de portugueses, médico, fazendeiro, comerciante e pequeno industrial) e de Isabel Neves. Casou-se com Inês Dias. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Mais conhecido só como Astrojildo Pereira, atuou na militância política, mas foi também funcionário público. Por volta de 1908, por exemplo, tornou-se funcionário no Ministério da Agricultura. Mudou-se com a família para Niterói (RJ) e, aos 19 anos de idade, envolveu-se com organizações operárias, passando a colaborar em jornais como <i>Guerra Social</i> , em 1911, e <i>Barricada, O Clarim & Voz do Padeiro</i> a partir de 1914. Assumiu a direção d’ <i>O Debate</i> , em 1917, onde contou com textos de Lima Barreto, contrários à Primeira Guerra Mundial e exaltando a Revolução Russa (1917). Em 1918, foi preso por alguns meses. Quatro anos depois, ajudou a fundar o Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo Congresso se reuniu na casa de seus pais, em Niterói. Tornou-se o Secretário-geral da legenda. Em 1924 e 1930 viajou para a União Soviética. Nesta última data, de volta ao Brasil, foi preso e, uma vez solto, voltou a ser perseguido pela chamada Revolução. Responsabilizado pelas dificuldades do partido, foi expulso em 1932. Participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945, mesmo ano em que foi readmitido na legenda da qual foi fundador. Colaborou nos seguintes jornais do PCB: <i>Imprensa Popular</i> (1948-1958) e <i>Novos Rumos</i> (1958-1964). Em 1964, com o golpe, foi preso, agravando seus problemas cardíacos, sendo liberado via <i>habeas corpus</i> de 1965. Integrou ainda a ABI.	<i>U.R.S.S., Itália, Brasil</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Editora Alba, 1935); <i>Machado de Assis</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959); <i>Formação do PCB: 1922-1928</i> (política – Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1962); & <i>Crítica impura</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963).	
71	1. Carlos Rafael Guimaraens (1926-1987). Filho de Eduardo Guimaraens (poeta).	Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas acabou se firmando no jornalismo. Trabalhou no jornal <i>Estado do Rio Grande</i> , na revista do <i>Globo</i> e na <i>Companhia Jornalística Caldas Júnior</i> . Nesta última, chegou a ser repórter, redator internacional e editorialista.		

72	<p>2. Afrânio dos Santos Coutinho (1911-2000). Natural de Salvador (BA), filho de Eurico da Costa Coutinho (engenheiro) e de Adalgisa Pinheiro dos Santos. Casou-se com Vanda de Faria. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).</p>	<p>Polígrafo mais conhecido só como Afrânio Coutinho. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1931 (onde foi bibliotecário), mas não seguiu carreira. Foi professor da Faculdade de Filosofia baiana. Viveu em New York, nos Estados Unidos, de 1942 a 1947, tempo em que foi Redator-secretário da revista <i>Seleções (Reader's Digest)</i>. Em 1947, de volta ao Brasil, fixou-se no Rio de Janeiro (DF), efetivando-se catedrático do Colégio Pedro II na cadeira de Literatura, após um concurso de 1951, onde defendeu a tese <i>Aspectos da literatura Barroca</i>. Em 1948, inaugurou no <i>Diário de Notícias</i> a seção <i>Correntes Cruzadas</i>, debatendo problemas de crítica e teoria literária até 1961. Dirigiu a revista <i>Coletânea</i> (1951-1960) e divulgou os critérios de análise estético-literária do <i>New criticism</i> norte-americano. Em 1958, fez concurso para livre-docente da cadeira de Literatura Brasileira na FNFi, conquistando o título de doutor em Letras Clássicas e Vernáculas. Em 1965, após concurso, tornou-se catedrático da instituição, já UFRJ e, três anos depois, foi nomeado Diretor da Faculdade de Letras, permanecendo aí até aposentar-se, em 1980. Também nos anos 1960-1970 atuou como professor Visitante de universidades dos Estados Unidos, Alemanha e França. Ingressou na ABL, em 1962, eleito para a cadeira de nº 33, em sucessão a Luís Edmundo e sendo recebido por Levi Carneiro. Foi membro ainda, por exemplo, do IGHB, da ALB e da UBE.</p>	<p><i>Daniel Rops e a ânsia do sentido novo da existência</i> (ensaio – Salvador: A Gráfica, 1935); <i>A filosofia de Machado de Assis</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1940); <i>Euclides, Capistrano e Araripe</i> (ensaio – Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1959); & <i>Introdução à literatura no Brasil</i> (crítica literária – Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959).</p>
73	<p>3. Mário de Lucca Erbolato (1919-1990). Natural de Campinas (SP). Casou-se com Lucy Camargo.</p>	<p>Polígrafo mais conhecido só como Mário Erbolato, desde 1936 atuou na imprensa de sua cidade natal, quando ingressou no <i>Diário do Povo</i>, da mesma Campinas (SP), e, em 1938, foi efetivado no emprego. Aí, alguns anos depois, tornou-se Redator-responsável. A partir de 1952, passou a exercer as funções de correspondente do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> na região, trabalhando nos dois periódicos até o ano de 1960. Quatro anos antes, formou-se pela Faculdade de Direito da PUC-Campinas e chegou a prestar serviços de advocacia para o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias da Alta Mogiana (SP), em 1960. No fim dessa década, no ano de 1969, atuou também na Câmara Municipal de sua cidade. O Promotor público que trabalhava no mesmo prédio, Barreto Fonseca, também era o reitor da PUC-Campinas e o convidou para lecionar no curso de Comunicação Social que seria criado.</p>	<p><i>Técnicas de codificação em jornalismo</i> (jornalismo – Petrópolis: Vozes, 1978); <i>Jornalismo especializado</i> (jornalismo – São Paulo: Atlas, 1981); & <i>Deontologia da comunicação social</i> (jornalismo – Petrópolis: Vozes, 1982).</p>

74	4. M. I. P. Q. (I). ³	?	?
75	5. William Jerome Wilson (1884-?). Natural de Michigan (EUA).	?	<i>Manuscript cataloging</i> (história – New York: Fordham University Press, 1956).
76	6. Leonardo Arroyo (1918-1985). Natural de São José do Rio Preto (SP), filho de Aníbal Arroyo e Teodora Braz. Casou-se com Rosa Lampoglia. Faleceu em São Paulo (SP).	Polígrafo neto de portugueses que chegaram ao Brasil em 1910-1911, aos 18 anos de idade já atuava em periódicos de sua cidade natal, ingressando na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1940. A abandonou quando passou a colaborar e a se dedicar à seção literária do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em 1942, onde permaneceu por mais de três décadas. Integrou ainda o IHGSP e a UBE.	<i>Igrejas de São Paulo</i> (história – Rio de Janeiro: José Olympio, 1954); <i>Absalão e o rei</i> (contos – São Paulo: Difusão Europeia do Livro - Difel, 1961); & <i>A cultura popular em Grande sertão: veredas</i> (crítica literária: Rio de Janeiro: José Olympio / INL, 1984).
77	7. Mário Júlio Silva.	?	?
78	8. Valdemar Cavalcanti (I).	Ver número 61 / 13.	Idem.
79	9. Sergio Milliet (I).	Ver número 11 / 11.	Idem.
80	10. Hélio Vianna (I).	Ver número 15 / 15.	Idem.
81	11. Agnelo Rodrigues de Melo (1901-1979). Natural de Traipu (AL), filho de Severiano Rodrigues de Melo (neto de portugueses) e Tereza da Rocha (descendente de indígenas). Casou-se com Nazira Cesar. Faleceu em São Paulo (SP).	Polígrafo que usava o pseudônimo de Judas Isgorogota, a partir de 1920, quando passou a escrever uma série de sonetos para o jornal humorístico <i>O Bacurau</i> , de Maceió (AL), onde já residia. Aos 23 anos de idade mudou-se para o Rio de Janeiro (DF), passando depois, em 1924, a São Paulo (SP). Até esta última data, na capital alagoana, colaborara no <i>Correio da Tarde</i> e no <i>Jornal de Alagoas</i> . Na quadra paulista, por sua vez, prestou serviços a Monteiro Lobato; ao <i>Jornal do Comércio</i> (1926-1927); e para <i>A Gazeta</i> (1929-1969), tendo redigido durante vinte anos a <i>Página Literária</i> , onde também dirigia, com Nino Borges, a <i>Gazeta Infantil</i> . De 1941 a 1958, secretariou, ao lado de Luiz Xavier Telles, os Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Entre os Prêmios recebidos, constam os da CBL (1952), da APL – SP (1959) e o “Jabuti” (1961) na categoria <i>Imprensa</i> .	<i>Fascinação</i> (poesia – São Paulo: Publicações Brasil, 1940); <i>As amáveis lembranças</i> (antologia – São Paulo: Saraiva, 1957); & <i>A árvore sempre verde</i> (poesia – São Paulo: Saraiva, 1959).

³ Cf. a explicação da nota 2 junto ao nº 66 / 18.

82	12. José Almiro Rolmes Barbosa (1915-?). Natural de São Paulo (SP), filho de José Bento Barbosa e Colomba Vilela.	Polígrafo mais conhecido só como Rolmes Barbosa, atuou também como diretor das firmas Sespas S/A, Sociedade Paulistana de Terrenos e da Companhia Reid Construções. Em 1934, passou à seção literária d’ <i>O Estado de S. Paulo</i> . Foi membro fundador da UBE e do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Colaborou ainda com <i>O Tico-Tico</i> (RJ) e a <i>Gazeta Infantil</i> (SP). Recebeu o Prêmio “Jabuti” na categoria <i>Crônica</i> (1959).	<i>Escritores norte-americanos e outros</i> (antologia – Porto Alegre: Globo, 1943); & <i>Réquiem para os vivos</i> (romance – Porto Alegre: Globo, 1956).
83	13. Jarbas Duarte.	?	?
84	14. Temístocles Linhares (I).	Ver número 54 / 6.	Idem.
85	15. Wilson Martins (1921-2010). Natural de São Paulo (SP). Casou-se com Ana Schmidt. Faleceu em Curitiba (PR).	Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1944, na capital Curitiba, onde já vivia desde 1930. Recebeu uma bolsa de estudos do governo francês e passou uma temporada em Paris (1947-1948) se aprofundando na crítica literária. Iniciou sua carreira docente em 1952 na Faculdade de Filosofia da instituição em que se diplomou. Colaborou com <i>O Estado de S. Paulo</i> no ano de 1954. Foi professor nos Estados Unidos, na cadeira de Literatura Brasileira da New York University. Atuou também em uma coluna semanal em <i>O Globo</i> e no caderno <i>Ideias</i> do <i>Jornal do Brasil</i> . Recebeu o Prêmio “Jabuti”, duas vezes, em 1977 na categoria <i>Estudos literários</i> e em 1978 na de <i>Ciências Humanas</i> .	<i>Interpretações</i> (ensaio – Rio de Janeiro: José Olympio, 1946); <i>Introdução à democracia brasileira</i> (política – Porto Alegre: Globo, 1951); <i>A crítica literária no Brasil</i> (crítica – São Paulo: Departamento de Cultura, 1952); <i>A palavra escrita</i> (história do livro, da imprensa e da biblioteca – São Paulo: Anhembi, 1957); & <i>História da Inteligência brasileira, 7 volumes</i> (história / crítica literária – São Paulo: Cultrix, 1977-1979).
86	16. Menotti del Picchia (I).	Ver número 6 / 6.	Idem.
87	17. João Camilo de Oliveira Torres (I).	Ver número 35 / 2.	Idem.
88	18. Nogueira Moutinho (I).	Ver número 37 / 2.	Idem.
89	19. Augusto Meyer (1902-1970). Natural de Porto Alegre (RS), filho de Augusto Ricardo Meyer e de Rosa Feldmann (imigrantes alemães). Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Polígrafo, deixou os cursos regulares para estudar línguas e literatura, colaborando com poemas e ensaios em diversos jornais do Rio Grande do Sul, especialmente o <i>Correio do Povo</i> . Em 1926, foi um dos fundadores da revista <i>Madrugada</i> , integrante do debate modernista gaúcho. Foi diretor da Biblioteca Pública deste estado, entre 1930 e 1936, transferindo-se, na sequência, para o Rio de Janeiro (DF) a convite	<i>Ilusão querida</i> (poesia – Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923); <i>Coração verde</i> (crítica literária – Porto Alegre: Globo, 1926); <i>Poesias, 1922-1955</i> (antologia – Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957); & <i>Machado de Assis</i>

		de Getúlio Vargas, onde ajudou o governo a organizar o INL, em 1937, tendo sido seu diretor por cerca de trinta anos. Em 1950 recebeu o Prêmio “Machado de Assis”, da ABL. Dirigiu ainda a cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Hamburgo, Alemanha, e foi adido cultural do Brasil na Espanha.	(crítica literária – Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958).	
90	1. Leila Gouvea.	?	?	
91	2. Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011). Natural de Fortaleza (CE). Casou-se com José Linhares. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ).	Face à crise econômica dos anos 1930, mudou-se com a família para Porto Alegre (RS), fixando-se, depois, no Rio de Janeiro (DF), onde iniciou seus estudos em Geografia e História na FNFi, concluídos na década seguinte. Nesta mesma instituição, entre 1954 e 1957, fez as teses de livre-docente e cátedra, sendo aprovada para a cadeira de História Moderna e Contemporânea. Perseguida após o golpe de 1964, respondeu a Inquéritos Policiais Militares (IPMs), acabou presa e aposentada. Sua liberdade contou com os protestos recebidos pelo regime de nomes como os de Jean-Paul Sartre e Fernand Braudel, seguido do exílio na França. A convite deste último, de Frédéric Mauro etc., lecionou nas Universités de Vincennes e Toulouse-Le-Mirail. Retornou ao Brasil em 1974 e, em 1976, passou a atuar na Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas (CPDA-FGV), depois incorporada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Trabalhou na Universidade Federal Fluminense (UFF) ajudando a criar o Programa de Pós-Graduação de História. Em 1979 (Anistia) foi reintegrada na antiga Universidade do Brasil (já UFRJ). Foi Secretária Municipal e Estadual de Educação do Rio de Janeiro junto ao prefeito Marcelo Alencar (1983-1986) e o governador Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994), quando fundaram os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) com Darcy Ribeiro.	<i>A luta contra a metrópole: Ásia e África</i> (história – São Paulo: Brasiliense, 1981); <i>Oriente Médio e o mundo dos árabes</i> (história – São Paulo: Brasiliense, 1982); & <i>Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil</i> (história – Rio de Janeiro: Campus, 1999).	Visão do Paraíso (3.ed., 1977)
92	3. Marinho de Azevedo.	?	?	
93	1. Warren Dean (1932-1994). Natural de Passaic, New Jersey (Florida, EUA). Faleceu em Santiago (Chile).	Graduado em História pela University of Miami, em 1953; Mestre e Doutor na mesma área, em 1961 e 1964, pela University of Florida. Lecionou na University of Texas – UT (1965-1970) e foi associado à New York University (1970-1994). O interesse na América Latina teve início quando era pós-graduando num estudo sobre Cuba, cuja revolução provocou o fechamento da ilha aos cidadãos estadunidenses. Foi aí que teria se voltado ao Brasil. Participou da coleção originalmente	<i>A industrialização de São Paulo</i> (história – São Paulo: Difel, 1971); <i>A luta pela borracha no Brasil</i> (história – São Paulo: Nobel, 1989); & <i>A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata</i>	Coleção HGCB (várias edições)

		coordenada por Sérgio Buarque com o estudo: A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). <i>História Geral da Civilização Brasileira</i> (t. III). Estrutura de poder e economia, 1889-1930 (v. 1). São Paulo: Difel, 1975.	<i>Atlântica brasileira</i> (história – São Paulo: Companhia das Letras, 1996).	
94	2. Lígia Sanches.	?	?	
95	3. Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro (1944-...). Natural do Rio de Janeiro (RJ).	Mais conhecido só como Paulo Sérgio Pinheiro, é graduado em Direito pela PUC-Rio, em 1966, e em Sociologia pela Université de Vincennes (Paris VIII), em 1971, quando se doutorou em Estudos Políticos pela Université Pantheon-Sorbonne (Paris I). Lecionou Ciência Política na UNICAMP até 1985, passando à USP, onde se aposentou como professor Titular. Coordenou a <i>Comissão Nacional da Verdade</i> (2012) e atua na Empresa Brasileira de Comunicação, no King's College Brazil Institute etc. Participou da coleção originalmente coordenada por Sérgio Buarque com os estudos: <i>Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política</i> ; & <i>O proletariado industrial na Primeira República</i> . In: FAUSTO, Boris (org.). <i>História Geral da Civilização Brasileira</i> (t. III). Sociedade e instituições, 1889-1930 (v. 2). São Paulo: Difel, 1977.	<i>Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930</i> (ciência política – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975); <i>Escritos indignados: polícia, prisões e política no estado autoritário</i> (direitos civis – São Paulo: Brasiliense, 1984); & <i>Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935</i> (história – São Paulo: Companhia das Letras, 1991).	
96	1. G. S.	?	?	
97	2. Affonso Romano de Sant'Anna (1937-...). Natural de Belo Horizonte (MG). Casou-se com Marina Colasanti (escritora).	Foi professor na UFMG, PUC-Rio, UFRJ, UFF e das universidades da Califórnia (EUA), Köln (Alemanha), Aix-en-Provence (França) etc. Nos anos 1970, dirigiu o Departamento de Letras e Artes da PUC-Rio, estruturando a Pós-Graduação em Literatura Brasileira. Atuou nos periódicos <i>Senhor, Veja, O Estado de S. Paulo, Manchete & Jornal do Brasil</i> , onde substituiu Carlos Drummond de Andrade, em 1984, e sobre o qual fez sua tese de doutorado (UFMG) que lhe rendeu vários prêmios. Foi Presidente da Biblioteca Nacional (BN) entre 1990 e 1996, onde deu início ao Sistema Nacional de Bibliotecas; ao Programa de Promoção da Leitura (PROLER); e criou editais para a tradução de autores brasileiros. Fundou a revista <i>Poesia Sempre</i> , onde saíram números sobre a América Latina, Portugal, Espanha, Itália, França e Alemanha. Foi Secretário-geral da Associação das Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas (1995-1996) e Presidente do Centro Regional do Livro na América Latina e no Caribe – CERLALC (1993-1995). Atua em <i>O Globo</i> desde 1988.	<i>Canto e palavra</i> (poesia – Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1965); <i>Poesia sobre poesia</i> (poesia – Rio de Janeiro: Imago, 1975); & <i>A catedral de Colônia e outros poemas</i> (poema – Rio de Janeiro: Rocco, 1987).	<i>Tentativas de mitologia</i> (1.ed., 1979)

98	3. Odilon Nogueira de Matos (1916-2008). Natural de Piratininga (SP), filho de Alfredo Moreira de Matos e Maria Nogueira. Faleceu em Campinas (SP).	Polígrafo, formou-se em Geografia e História pela USP e doutorou-se em Ciências pela antiga ELSP (SP). Foi professor, desde 1942, na USP; na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); na Escola de Jornalismo Cásper Líbero; na Faculdade de Música da Fundação Armando Álvares Penteado; na Faculdade de Filosofia de Taubaté (SP); na antiga FFCL de Marília (SP), hoje integrada à Universidade Estadual Paulista – UNESP, na PUC-Campinas etc. Exerceu a crítica literária, por exemplo, na revista <i>Anhembi</i> e n’ <i>O Estado de S. Paulo</i> . Foi redator do extinto <i>Correio Paulistano</i> . Integrou o IHGB, a partir de 1976, e seus congêneres estaduais em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Juiz de Fora. Foi membro ainda da APL (SP) e das Academias Campinense e Sul-rio-grandense de Letras (ACL e ASRL). Participou da coleção HGCB, na fase coordenada por Sérgio Buarque, com os estudos: <i>A guerra dos Emboabas</i> . In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). <i>História Geral da Civilização Brasileira</i> (t. I). Do descobrimento à expansão territorial (v. 1). São Paulo: Difel, 1960; & <i>Vias de comunicação</i> . In: _____ (org.). <i>História Geral da Civilização Brasileira</i> (t. II). Declínio e queda do Império (v. 4). São Paulo: Difel, 1971.	<i>Música e espiritualidade</i> (música – São Paulo: Editora Unitas, 1955); <i>Novo dicionário de História do Brasil</i> (história – em coautoria com Myriam Ellis – São Paulo: Melhoramentos, 1970); & <i>O Brasil na “Brasília”</i> (história – Campinas: PUC-Campinas, 1994).	
----	---	---	--	--

Obs.: ao todo somam 103 textos com algum tipo de identificação de autoria (56,91% dos 181 da Subsérie), sendo um deles assinado em conjunto (o de Lígia Sanches e Paulo Sérgio Pinheiro sobre a coleção HGCB), de modo a legar 104 resenhistas. Mas se apresento só 98 nomes é porque 6 artigos repetem seus respectivos teores e autorias (os de Hélio Vianna, Waldemar Vasconcellos, Jayme de Barros e Limeira Tejo, para *Raízes do Brasil*, de 1936; e os Valdemar Cavalcanti e de T. T., para *Caminhos e fronteiras*, de 1957). (I): mantive nomes e/ou siglas iguais para efeitos de contabilização das comunidades de leitores específicas, nos casos em que as falas se dirigiam a livros, edições e/ou versões diferentes dos impressos buarqueanos em destaque (13 agentes no total). Quanto à aparente discrepância com os dados do Gráfico 2, deve-se ao fato de que lá considerei os números absolutos e, aqui, só os textos com algum tipo de assinatura. Cabe notar ainda que se trata de uma fortuna crítica eminentemente masculina.

REFERÊNCIAS

A) Documentais

Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)

001. “No mundo dos livros”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
002. “Letras e artes”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 25 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
003. “Publicações”. *Minas Geraes*, Belo Horizonte (MG), 31 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
004. Sem título. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 25 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
005. AMARAL, Rubens do. “Livros e ideias”. *Folha da Manhã*, São Paulo (SP), 28 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
006. “Nota bibliográfica”. *A Rua*, Rio de Janeiro (RJ), 31 out. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
008. N. I. “Raízes do Brasil, de Landa, Livraria José Olympio”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro (RJ), 01 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
010. LEONARDOS, Othon. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191

– Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

011. “Registro de livros”. *Monitor Copista*, Campos (RJ), 3 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

013. “Raízes do Brasil”. *Correio de São Paulo*, São Paulo (SP), 3 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

014. “O livro do dia”. *Rádio Difusora*, 3 nov. 1936. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

015. “Livros novos”. *A Batalha*, Rio de Janeiro (RJ), 5 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

016. LEÃO, Múcio. “Registro literário”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 7 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

017. “Os livros novos da semana”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro (RJ), 8 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

018. Sem título. *Diário da Manhã*, Recife (PE), 8 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

021. LOPES, Álvaro Augusto. “À margem dos livros”. *A Tribuna*, Santos (SP), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

022. “Livros novos”. *Diário da Bahia*, Salvador (BA), 9 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas

em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

023. CARNEIRO, Pe. F. Domingues “Raízes do Brasil”. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

024. “No mundo dos livros”. *Estado de Sergipe*, Aracajú (SE), 10 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

025. HÉLIOS (Menotti del Picchia). “Sociais”. *Diário da Noite*, São Paulo (SP), 12 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

026. “Livros novos”. *A Tarde*, Salvador (BA), 11 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

027. “Bibliografia”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 11 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

028. CHIACCHIO, Carlos. “Homens e obras. Gilberto Freyre”. *A Tarde*, Salvador (BA), 11 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

029. VASCONCELLOS, Waldemar. “Documentos Brasileiros”. *Correio do Povo*, Porto Alegre (RS), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

031. MELLO, Vieira de. “Raízes do Brasil. Sergio Buarque de Hollanda”. *A Nota*, Rio de Janeiro (RJ), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

032. “Livros novos”. *Jornal de Alagoas*, Maceió (AL), 15 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas

em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

034. ATHAYDE, Austregésilo de. “Raízes do Brasil”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (RJ), 16 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

035. “Documentos Brasileiros”. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 17 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

036. MILLIET, Sergio. “Raízes do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo (SP), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

037. “Dois livros em registro”. *A Federação*, Porto Alegre (RS), 18 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

038. “Movimento dos livros”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (RJ), 20 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

039. TEJO, Limeira. “Raízes do Brasil”. *Diário*, Santos (SP), 21 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

040. BARROS, Jayme de. “Espelho dos livros”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (RJ), 23 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

041. E. P. “O mundo das letras. Origens do Brasil”. *O Globo*, Rio de Janeiro (RJ), 24 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

045. VIANNA, Hélio. “Notas sobre ‘Raízes do Brasil’”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 30

nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

046. “Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Macedo”. *Beira-mar*, Rio de Janeiro (RJ), 28 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

047. BRITO, Lemos. “Bazar de livros”. *Vanguarda*, Rio de Janeiro (RJ), 30 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

048. SEIDL, Roberto. “Através dos livros”. *P/R. A. 2 – Do Ministério da Educação*, Rio de Janeiro (RJ), 01 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

050. SOUSA, Octávio Tarquínio de. “Vida literária”. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 06 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

051. “Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Hollanda”. *O Tempo*, Rio Grande (RS), 7 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

053. ALBIZU, F. “Livros novos”. *Gazeta do Povo*, Curitiba (PR), 09 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

054. LIMA, Pereira. “Sobre ‘Raízes do Brasil’”. *Jornal do Commercio*, Recife (PE), 15 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

055. “Panorama. Literatura brasileira. O que se publica”. S/ref., 24 dez. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

056. MENDES, Oscar. “A alma dos livros”. *Folha de Minas*, Belo Horizonte (MG), 17 jan. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
057. SODRÉ, Nelson Werneck. “Livros Novos”. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
059. “Livros novos”, s/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
062. COTRIM NETTO, Alberto B. “Raízes do Brasil”. *A Ofensiva*, Rio de Janeiro (RJ), 3 fev. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
064. “Livros novos”. *O Nordeste*, Fortaleza (CE), 19 abr. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
065. K. “[?]. ‘Raízes do Brasil’”. *A Tarde*, Salvador (BA), 13 mar. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
066. DOMINGUES, Octaviano. “Povoamento do Brasil”. *Folha de Minas*, Belo Horizonte (MG), 14 maio. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
067. “Livros”. *O Oeste Paulista*, Santo Anastácio (SP), 11 jul. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
068. “Livros e periódicos”. *Seara Nova* [?], 193[?], s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
069. PANDOLFI, Luiz. “Conversa sobre ‘Raízes do Brasil’”. *Diário da Tarde*, Recife (PE), 12 nov. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum

coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

070. AMORIM, António. “Raízes do Brasil”. S/ref. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

071. MATOS, Norton de. “Raízes do Brasil”. *O Primeiro de Janeiro*, Porto (Portugal), 05 nov. 1938, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

073. FREYRE, Gilberto. “Documentos Brasileiros”. *A Nação*, Rio de Janeiro (RJ), 25 nov. 1936, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

077. MATOS, Norton de. “Raízes do Brasil”. *O Primeiro de Janeiro*, Porto (Portugal), 12 nov. 1938, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Dossiê: IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

MOTA, Carlos Guilherme. Uma visão ideológica. *O Escritor*, v. 1, n. 5, ago./set. 1980, s/p. In: Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 571 – Carta de Alfredo Bosi a SBH, esclarecendo sobre o exato sentido de uma apreciação sobre o livro “Raízes do Brasil”. São Paulo, 09 dez. 1980. as. Alfredo Bosi. 3p. (três recortes de jornais e comentários sobre a bibliografia crítica de “1822: dimensões”). Cp 349 P11. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 254 – Carta de Gilberto Freyre a SBH felicitando-o pelo Ano Novo. Recife, 13 jan. 1934. as. ileg. 1p. Cp 32 P5. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 260 – Carta de Rubens Borba de Moraes a SBH, comentando sobre a publicação de uma bibliografia brasileira e sobre o Diretor da Biblioteca Nacional e pedindo sugestão para uma tradução do Davatz. São Paulo, 08 dez. 1939. as. Rubens. 3p. Cp 38 P5. Fundo SBH, *Siarq-UNICAMP*.

_____. 316 – Carta em francês de Lucien Febvre a SBH confirmando oficialmente o convite transmitido por M. Braudel, dizendo que lhe reserva um trimestre de ensino e pedindo-lhe resposta, marcando o início de suas conferências e seus respectivos temas. Paris, 15 dez. 1948. as. Lucien Febvre. 1p. Cp 94 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 317 – Carta em francês de Fernand Braudel a SBH dizendo-lhe que recebeu seu “Raízes do Brasil”; falando sobre uma pesquisa nos arquivos de Schetz por sua indicação; convidando-o juntamente com Gilberto Freyre e Yan de Almeida Prado para o Congrès International d’Histoire de la Colonisation, e comentando a chegada do Professor Léonard a

São Paulo. Paris, 25 [jul.] 1948. as. F. Braudel. 2p. Cp 95 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 322 – Carta do Ministério das Relações Exteriores, acusando recebimento de ofício que relata os acontecimentos relativos à Reunião de Peritos, patrocinada pela UNESCO e agradecendo as informações prestadas. Rio de Janeiro, 31 jan. 1950. as. ileg. 1p. Cp 100 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 327 – Carta de Mário Guimarães a SBH, felicitando-o como Membro Correspondente da Comissão Internacional para elaboração da História Científica da Humanidade, aprovada pela 6ª Conferência Geral da UNESCO. Rio de Janeiro, 31 jul. 1951. as. Mário Guimarães. 2p. Cp 105 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 329 – Carta em francês de Jaime Torres Bodet, Diretor Geral da UNESCO a SBH convidando-o para que fosse membro correspondente da Comissão Internacional encarregada de elaborar uma obra sobre a história do desenvolvimento científico e cultural da humanidade. Paris, 27 ago. 1951. 1p. Cp 107 P7. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 439 – Carta de Octávio Tarquínio de Sousa a SBH, recusando o convite para que fosse examinador da tese e dizendo que ficou deslumbrando com a mesma. Rio de Janeiro, 29 set. 1958. as. Octávio. 1p. Cp 217 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 440 – Carta de Afonso Arinos de Mello Franco a SBH, se explicando por não poder escrever o capítulo sobre a Inconfidência. Rio de Janeiro, 24 mar. 1959. as. ileg. 1p. Cp 218 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 470 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH, convidando-o para que ministrasse um curso sobre História do Brasil no Centro de Investigaciones de História Americana. Santiago do Chile, 14 dez. 1962. as.ileg. 1p. Cp 248 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 472 – Carta, em espanhol, de Eugenio Pereira Salas, Universidade do Chile a SBH esclarecendo que os alunos daquela universidade não encontrariam problema em entender o português nas aulas de História do Brasil, ministradas por SBH. Santiago do Chile, 17 jan. 1963. as. ileg. 1p. Cp 250 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 473 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH comunicando que aceitam sua contraoferta como professor, informando os detalhes de contratação e solicitando que enviasse uma bibliografia sobre o tema. Vina del Mar, 05 fev. 1963. as. Eugenio Pereira Salas. 1p. Cp 251 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 476 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH tratando de detalhes sobre o Curso de História do Brasil. Santiago do Chile, 04 abr. 1963. as.ileg. 1p. Cp 254 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 480 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH avisando-o que recebeu sua carta e o espera a fim de organizasse as classes do curso de História do Brasil e preparasse uma aula inaugural onde seria feito um resumo do curso. Santiago do Chile, 16 set. 1963. as. ilegível.1p. Cp 258 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 481 – Carta de Wanderley Pinho a SBH enviando a parte final dos originais de um capítulo do trabalho e pedindo que devolvesse as provas para correção. Rio de Janeiro, 31 out. 1963. as. Wanderley Pinho. 1p. Cp 259 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 486 – Carta em inglês de Willian E. Buckler, da Universidade de New York a SBH agradecendo a sua ajuda no programa de envio de estudantes americanos ao Brasil. New York, 20 jan. 1965. as. W. E. Buckler. 1p. Cp 264 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 490 – Carta em inglês de E. Bradford Burns da Universidade da Califórnia a SBH convidando-o para que fizesse uma visita à UCLA. Los Angeles, 15 mar. 1965. as. E. Bradford Burns. 1p. Cp 268 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 494 – Carta em inglês de James R. [Scobie], Diretor da Indiana University a SBH convidando-o para que realizasse seminários de história latino-americana naquela universidade e sobre a possibilidade de SBH dar um curso de História do Brasil. [Bloomington], 11 jan. 1966. as. ileg. 1p. Cp 272 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 495 – Ofício em inglês de Stanley R. Ross, Reitor da Universidade de New York a SBH convidando-o para que atuasse naquela instituição como professor Visitante do Departamento de História, onde daria um curso de História do Brasil. s/l., 15 fev. 1966. as. ileg. 2p. Cp 273 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 499 – Carta em inglês de Richard M. Morse da Yale University a SBH convidando para que visitasse àquela universidade por ocasião de sua viagem aos EUA, onde poderia realizar seminários para estudantes de História do Brasil. s/l., 14 jul. 1966. as. Morse. 2p. Cp 277 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 501 – Carta em inglês de Rollie E. Poppino, da Universidade da Califórnia a SBH convidando-o informalmente a visitar aquela Universidade e tratando de assuntos de caráter pessoal e profissional. Davis, 03 out. 1966. as. Rollie. 1p. Cp 279 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 507 – Carta em francês da UNESCO a SBH tratando sobre a Réunion d'experts pour l'étude des cultures de l'Amérique Latine, encaminhando lista de participantes do evento. Paris, 05 out. 1967. s. as. 1p. (anexo: lista dos participantes). Cp 285 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 518 – Carta de Caio Prado Júnior a SBH agradecendo o depoimento que fez em seu favor na Justiça Militar e pedindo para que contasse ao seu filho que suas músicas são muito executadas no Chile. Santiago, 19 mar. 1969. as. ileg. 1p. Cp 296 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 576 – Carta em inglês de John Johnson, Editor da “Hispanic American Historical Review” a SBH reconhecendo as suas importantes contribuições para a história da América Latina e agradecendo-o, além de enviar-lhe um estudo sobre militarismo. 10 set. 1981. as. ileg. 1p. Cp 354 P11. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Homenagens Póstumas. 2506 – Recorte de jornal, intitulado “O mundo intelectual reage diante da notícia inesperada”, comentando as reações de diversos intelectuais a respeito do falecimento de SBH. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 abr. 1982. s.p. Hp 23 P76. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2508 – Recorte de jornal, intitulado “Sérgio Buarque, morre aos 79, em São Paulo”, comentando o falecimento de SBH, acrescida de uma biobibliografia. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 abr. 1982. Hp 25 P76. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Originais / Monografia. 776 – Tese de SBH, intitulada “Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na época dos Descobrimentos”, apresentada à Escola de Sociologia e Política para obtenção de grau de mestre em Ciências Sociais. São Paulo, jul. 1958. 145p. Pi 175 P18. Fundo SBH, *Siarq-UNICAMP*.

Série: Produção de Terceiros. 2034 – [Artigo] intitulado “Dois panfletos e um ensaio do segundo reinado” de Hélio Vianna, comentando os panfletos: “O libelo do povo” de Sales Torres Homem (Visconde do Inhomirim), “A conferência dos divinos” de Antonio Ferreira Vianna e o ensaio “Ação; reação; transação” de Justiniano José da Rocha. Correio Paulistano. São Paulo, 29 abr. 1956. s.p. Pt 19 P58. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Artigos de Jornais sobre SBH. 2109 – Recorte de jornal, intitulado “Sérgio Buarque de Holanda eleito para a vaga de Affonso Taunay”, comentando o discurso de Mons. Manfredo Leite, na reunião que elegeu SBH, para a vaga de Affonso d’Escragnolle Taunay, na Academia Paulista de Letras. *A Gazeta*. São Paulo, 13 jun. 1958. s/p. Pt 94 P59. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2192 – Resenha intitulada “Cobra de vidro”, de Nelson Werneck Sodré, sobre o referido livro. s/l. 12 ago. 1944. s/p. Pt 177 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2193 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil”, de Candido Motta Filho, sobre o referido livro. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 04 abr. 1948. s/p. Pt 178 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2194 – Resenha intitulada “Reedição de um clássico”, de J. C. de Oliveira Torres, sobre a terceira sobre “Raízes do Brasil”. *O Diário*. [Belo Horizonte], 30 out. 195[6]. s/p. Pt 179 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2195 – Resenha intitulada “Sérgio Buarque de Holanda: Visão do Paraíso”, de Carlos Rafael Guimaraens, sobre o referido livro. *Correio do Povo*. s.l., 06 dez. 195[9]. s/p. Pt 180 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2196 – Resenha intitulada “Alguns livros”, de José Maria Bello, sobre os livros: “Caminhos e fronteiras” de SBH; “Gigante e o rio” de Teixeira Duarte; “Fronteira em marcha” de Renato de Mendonça e “Democracia coroadada” de João Camilo de Oliveira Torres. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 jan. 195[7]. s/p. Pt 181 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2197 – Resenha em italiano, intitulada “Notiziario Letterario”, sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Il Messaggero*. Roma, 08 out. 1954. s/p. Pt 182 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2198 – Resenha em italiano, intitulada “Alle radici del Brasile”, sobre os livros “Alle radici del Brasile”, “Il sergente delle milizie” de Manoel Antonio de Almeida e “Angoscia” de Graciliano Ramos, publicados pela Biblioteca Mondiale Bocca. *Gazzeta del Papolo*. [Torino], 02 nov. 1954. s/p. Pt 183 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2199 – Resenha em italiano, intitulada “Alle radici del Brasile”, de Giuseppe Carlo Rossi, sobre a edição italiana de “Raízes do Brasil”. *Idea*. Roma, 23 jan. 1955. s/p. Pt 184 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2200 – Resenha intitulada “Sérgio Buarque com novo livro”, sobre o livro “Visão do Paraíso”, da Coleção Documentos Brasileiros. *Diário da Noite*. s. l., 04 nov.195[9]. s/p. Pt 185 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2201 – Resenha intitulada “Nova edição de ‘Raízes do Brasil’”, sobre a terceira edição do referido livro. *Folha da Manhã*. São Paulo, 07 out.1956. s/p. Pt 186 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2202 – Resenha intitulada “Nova edição de Raízes do Brasil”, sobre a terceira edição do referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 out. 1956. s/p. Pt 187 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2203 – Resenha intitulada “Sociedade Barroca e complexo colonial”, de Franklin de Oliveira, sobre o livro “Raízes do Brasil” e outros. *Correio da Manhã*. s/l., 27 out. 1956. s/p. Pt 188 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2204 – Resenha intitulada “Novidades”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Correio do Povo*. s. l., 11 dez. 195[9]. s/p. Pt 189 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2205 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 set. 1957. s/p. Pt 190 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2206 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, sobre o referido livro. *Correio Paulistano*. São Paulo, 22 set. 1957. 3º caderno, p. 2. Pt 191 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2207 – Resenha intitulada “Livros da semana”, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”, que faz parte da Coleção Documentos Brasileiros. *Diário do Paraná*, s/l., 22 set. 1957, p. 1. Pt 192 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2208 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda”, sobre o referido livro, que faz parte da Coleção Documentos Brasileiros. *Folha da Manhã*. São Paulo, 22 set. 1957. s/p. Pt 193 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2209 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de [José Condé] sobre o referido livro, que faz parte da Coleção Documentos Brasileiros. *Correio da Manhã*, s/l., 26 set. 1957. s/p. Pt 194 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2210 – Resenha sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 06 out. 1957. s/p. Pt 195 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2211 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de Reginaldo Guimarães, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 out. 1957. s/p. Pt 196 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2212 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, sobre o referido livro. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 17 out. 1957. s/p. Pt 197 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2213 – Resenha intitulada “Aventura brasileira”, de Luiz Delgado, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 out. 1957. s/p. Pt 198 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2214 – Resenha intitulada “À margem dos livros”, de Álvaro Augusto Lopes, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *A Tribuna*. Santos, 20 out. 1957. s/p. Pt 199 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2215 – Resenha intitulada “À margem de Caminhos e Fronteiras”, de Temístocles Linhares, sobre o referido livro. São Paulo, 09 nov. 1957. s/p. Pt 200 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2216 – Resenha intitulada “Surgem, em silêncio, livros que honram a cultura brasileira”, sobre os livros: “Antropogeografia” de Raimundo Lopes; “Caminhos e Fronteiras” de SBH e “Teoria da História do Brasil” de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, 10 nov. 1957. s/p. Pt 201 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2217 – Resenha intitulada “O livro da semana”, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *A Gazeta*. São Paulo, 22 nov. 1957. s/p. Pt 202 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2218 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, sobre o referido livro. *O Diário* [Belo Horizonte], 14 dez. 1957. s/p. Pt 203 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2219 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras – a significação do livro de Sérgio Buarque de Holanda”, de Cassiano Ricardo, sobre o referido livro. *Tribuna da Imprensa*. s.l., 14-15 dez. 1957. Tribuna dos livros. p/1. Pt 204 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2220 – Resenha intitulada “A semana e os livros: Caminhos e Fronteiras”, de Edgard Cavalheiro, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 dez. 1957. s/p. Pt 205 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2221 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de João Camilo de Oliveira Torres, sobre o referido livro. *O Diário*. Belo Horizonte, 27 dez. 1957. s/p. Pt 206 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2222 – Resenha sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Touring*. n. 294. s/p. Pt 207 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2223 – Resenha sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *Touring*, n. 296-297. s/p. Pt 208 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2224 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de João Camilo de Oliveira Torres, sobre o referido livro. *Tribuna da Imprensa* [Rio de Janeiro], 02 jan. 1958. s/p. Pt 209 P61. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2225 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de Maria de Lurdes Teixeira, sobre o referido livro. *Folha da Noite*. São Paulo, 15 jan. 1958. Folha Literária. s/p. Pt 210 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2226 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de Ademar Vidal, sobre o referido livro. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1958. s/p. Pt 211 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2227 – Resenha intitulada “Jornal literário: ensaios”, de Valdemar Cavalcanti sobre os livros: “Caminhos e Fronteiras” de SBH, “Inteligência do Folclore” de Renato Almeida e

“A palavra escrita” de Wilson Martins. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 jan. 1958. s/p. Pt 212 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2228 – Resenha intitulada “Publicações”, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *Folha de Minas*, s/l. [Belo Horizonte], 28 jan. 1958. s/p. Pt 213 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2229 – Resenha intitulada “Jornal literário: ensaios”, de Valdemar Cavalcanti, sobre os livros: “Caminhos e Fronteiras” de SBH, “Inteligência do Folclore” de Renato Almeida e “A palavra escrita” de Wilson Martins. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 fev. 1958. s/p. Pt 214 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2230 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras da crítica”, de Luís Martins, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 09 fev. 1958. s/p. Pt 215 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2231 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, sobre o referido livro. *O Estado [Fortaleza]*, 23 fev. 1958. s/p. Pt 216 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2232 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras: novo livro de Sérgio Buarque de Holanda”, sobre o referido livro. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 mar. 1958. s/p. Pt 217 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2233 – Resenha intitulada “Fundamentos da Civilização Paulista I e II”, de José Roberto do Amaral Lapa, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *Diário do Povo*. Campinas, 13 e 20 mar. 1958. s/p. Pt 218 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2234 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de M. Cavalcanti Proença, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 abr. 1958. s/p. Pt 219 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2235 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras II”, de M. Cavalcanti Proença, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 abr. 1958. s/p. Pt 220 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2236 – Resenha intitulada “Ciências Sociais”, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 set. 1958. s/p. Pt 221 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2237 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Afrânio Coutinho sobre o estudo apresentado por SBH como tese na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, para concorrer à cadeira de História da Civilização Brasileira. s.l., 14 dez. 1958. *Correntes Cruzadas*. p. 3. Pt 222 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2238 – Recorte de jornal intitulado “Acaba de ser lançado Visão do Paraíso, o grande livro de Sérgio Buarque de Holanda”, com resenha de Mário Erbolato, sobre o referido livro. *Diário do Povo*. Campinas, 1958. s/p. Pt 223 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2239 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, sobre o referido livro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jan. 1959. s/p. Pt 224 P62, ambas do Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2240 – Resenha intitulada “Brasileira”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16 maio. 1959. s/p. Pt 225 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2241 – Resenha de William Jerome Wilson, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *The Hispanic Historical Review*. ago. 1959. p. 447-448. Pt 226 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2242 – Resenha sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 15 out. 1959. s/p. Pt 227 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2243 – Resenha intitulada “A Visão do Paraíso de Sérgio Buarque”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Tribuna da Imprensa*. [Rio de Janeiro], 04 nov. 1959. s/p. Pt 228 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2244 – Resenha [sic] intitulada “Visão do Paraíso – experiência e fantasia”, sobre o referido livro. *Tribuna da Imprensa*. [Rio de Janeiro], 07 nov. 1959. s/p. Pt 229 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2245 – Resenha intitulada “Erudição”, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Semanário*. s.l., 07-13 nov. 1959. s/p. Pt 230 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2246 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Correio Paulistano*. São Paulo, 08 nov. 1959. s/p. Pt 231 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2247 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso” com resenha de Leonardo Arroyo, sobre o referido livro. *Folha da Manhã*. São Paulo, 08 nov. 1959. s/p. Pt 232 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2248 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1959. s/p. Pt 233 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2249 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso – Sérgio Buarque de Holanda – Livraria José Olympio Editora”, de Mário Júlio Silva, sobre o referido livro. *Diário do Comércio e Indústria*. s.l., 15 nov. 1959. s/p. Pt 234 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2250 – Recorte de jornal intitulado “SBH: Visão do Paraíso”, com resenha de Valdemar Cavalcanti, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 nov. 1959. s/p. Pt 235 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2251 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Folha da Tarde*. São Paulo, 19 nov. 1959. s/p. Pt 236 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2252 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 nov. 1959. s/p. Pt 237 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2253 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *O Diário*. Belo Horizonte, 21 nov. 1959. s/p. Pt 238 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2254 – Resenha em inglês, de Rollie E. Poppino, sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *The Hispanic American Historical Review*, v. 39, n. 652, nov. 1959. p. 652. Pt 239 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

- _____. 2255 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Sergio Milliet, sobre o livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 06 dez. 1959. s/p. Pt 240 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2256 – Recortes de jornal intitulados “Visão do Paraíso (I), (II) e (III)”, com resenha de Hélio Vianna, sobre o referido livro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro 13, 20 e 27 dez. 1959. s/p. Pt 241 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2257 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Judas Isgorogota sobre o referido livro. *A Gazeta*. São Paulo, 19 dez. 1959. s/p. Pt 242 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2258 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Rolmes Barbosa, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 dez. 1959. s/p. Pt 243 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2259 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, sobre o referido livro. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 dez. 1959. s/p. Pt 244 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2260 – Recorte de jornal intitulado “A mitologia das origens do Brasil”, com resenha de Jarbas Duarte, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 03 jan. 1960. s/p. Pt 245 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2261 – Resenha intitulada “Da antiga à nova visão”, de Temístocles Linhares, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12 mar. 1960. s/p. Pt 246 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2262 – Recorte de jornal intitulado “O Paraíso perdido”, com resenha de Wilson Martins, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 26 mar. 1960. Suplemento literário. p. 2. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2263 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Menotti del Picchia, sobre o referido livro. *A Gazeta*. São Paulo, 17 set. 1960. s/p. Pt 248 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2264 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de Francisco Isolino de Siqueira, sobre o referido livro. *Correio Popular*. Campinas, 26 out. 1960. s/p. Pt 249 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2265 – Resenha intitulada “Caminhos e Fronteiras”, de Abdias Lima, sobre o referido livro. *O Povo*, s/l., 10 dez. 1960. s/p. (c/annot. ms.). Pt 250 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2266 – Recorte de jornal intitulado “Dois livros”, com resenha de João Camilo de Oliveira Torres, sobre os livros: “Augusto dos Anjos e outros ensaios” de M. Cavalcanti Proença e “Visão do Paraíso”. *O Diário*. Belo Horizonte, 29 dez. 1960. s/p. Pt 251 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2267 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Nogueira Moutinho, sobre o referido livro. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 ago. 1961. s/p. Pt 252 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.
- _____. 2268 – Resenha intitulada “Visão do Paraíso”, de Augusto Meyer, sobre o referido livro. *Correio da Manhã*. s.l., 09 dez. 1961. s/p. Pt 253 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2270 – Resenha intitulada “Folhetim”, de Astrojildo Pereira sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. *Imprensa Popular*. s/l., 23 fev. 1968 [sic]. s/p. Pt 255 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2271 – Resenha intitulada “Forma e essência”, de João Batista da Silva, sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 27 mar. 1969. s/p. Pt 256 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2272 – Resenha de Nogueira Moutinho, sobre a quinta edição de “Raízes do Brasil”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 05 abr. 1969. s/p. Pt 257 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2274 – Resenha intitulada “Crítica da Cultura Brasileira”, de Eduardo Portela, sobre a quinta edição do livro “Raízes do Brasil”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 set. 1969. s/p. Pt 259 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2275 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil”, de Jorge Escoteguy, sobre a sexta edição do livro “Raízes do Brasil”. *Folha da Manhã*. São Paulo, 23 dez. 1971. s/p. Pt 260 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2276 – Resenha intitulada “Brasil, Brasil”, de Nogueira Moutinho, sobre os livros: “Raízes do Brasil” de SBH e “Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)” de Octavio Ianni. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 jan. 1972. s/p. Pt 261 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2277 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil – 6ª edição”, de Ruy de Souza Novaes, sobre o referido livro. *Lavoura do Comércio*. s/l., 15 jan. 1972. s/p. Pt 262 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2278 – Resenha intitulada “Reedições”, de Joaquim Inojosa, sobre os livros: “Quarup” de Antônio Callado e “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda. *Diário de Aracaju*. Aracaju, 08 abr. 1972. s/p. Pt 263 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2280 – Resenha intitulada “O mito e o brusco despertar”, de Leila Gouvea, sobre a terceira edição de “Visão do Paraíso”. *A Gazeta Mercantil*. São Paulo, 28 out. 1977. s/p. Pt 265 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2281 – Resenha intitulada “O Paraíso, buscado um dia nestas terras”, de Maria Yedda Linhares, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, [197-]. s/p. Pt 266 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2282 – Resenha intitulada “Os demônios da história”, de Marinho de Azevedo, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 maio. 1978. s/p. Pt 267 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2283 – Resenha intitulada “Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda”, de Abdias Lima, sobre o referido livro. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 10 nov. 1978. s/p. Pt 268 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2284 – Resenha intitulada “‘Cobra de vidro’, obra marcada pela erudição”, de Nilo Scalzo, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 jan. 1979. s/p. Pt 269 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2285 – Resenha intitulada “Um mestre da crítica”, de Nogueira Moutinho, sobre a segunda edição do livro “Cobra de vidro”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 jan. 1979. s/p. Pt 270 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2286 – Resenha intitulada “Buarque de Holanda, o crítico literário”, de Per Johns, sobre o livro “Cobra de vidro”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1979. s/p. Pt 271 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2287 – Resenha intitulada “Sérgio Buarque como crítico de literatura”, sobre o livro “Tentativas de mitologia”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 dez. 1979. s/p. (fotoc.). Pt 272 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2289 – Resenha intitulada “Esclarecendo mitos”, de Affonso Romano de Sant’Anna, sobre o livro “Tentativas de mitologia”. *Leia Livros*. São Paulo, mar. 1980. Estudos Literários. s/p. Pt 274 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2290 – Resenha intitulada “‘Tentativas de mitologia’, um livro indispensável”, de Odilon Nogueira de Matos, sobre o referido livro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 01 jun. 1980. s/p. Pt 275 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2291 – Resenhas intituladas “Dez livros sobre nossa história” e “Uma análise pluralista”, de Ligia Sanches e Paulo Sérgio Pinheiro, sobre a coleção “História Geral da Civilização Brasileira”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 dez. 1981. Ilustrada. s/p. Pt 276 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2292 – Resenha sobre o livro “Caminhos e Fronteiras”. S/ref. Pt 277 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 2293 – Resenha em francês, de Jean Michel Massa sobre o livro “Raízes do Brasil”. *Nouvelles Etudes Luso-Brésiliennes*, IX Travaux de l’Université de Haute-Bretagne. Rennes. s/d. Pt 278 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Produção Intelectual. Subsérie: Anotações de Pesquisa. 1452 – Fragmentos do livro “Política e políticos no Império” de Wanderley Pinho, referindo-se à situação política, os partidos e o crescimento do ideal republicano. Rio de Janeiro, 1930. 3p. (cm/SBH). Pi 851/35:106 P41. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 852 – Informação de D. Pedro II, Imperador do Brasil tecendo considerações sobre a guerra do Paraguai e sobre medidas legislativas. s.l., 14 jul. 1868. 5p. (cm/MA) Pi 251/6:45 P22. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 854 – Carta do Visconde de Inhauma ao Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos agradecendo os elogios referentes ao resultado favorável obtido por sua esquadra no dia 19 de fev. Princesa no Curupaity, 12 abr. 1868. 2p. (cm/MA). Pi 253/6:52 P22. Fundo SBH, *Siarq-UNICAMP*.

Série: Produção Intelectual. Subsérie: Atividades Jornalísticas. 603 – Artigo de SBH intitulado “Ariel”, criticando o utilitarismo no povo brasileiro que, importando o regime republicano dos Estados Unidos, deixava transparecer sua tendência de imitar tudo que é “extrangeiro”. *Revista do Brasil*, s. l., n. 53, maio 1920. 1p. Pi 2 P12. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 662 – Artigo de SBH intitulado “Problemas da democracia mundial”, comentando um questionário elaborado em 1947 pela UNESCO sobre os problemas em torno da expressão “democracia” e respondido por pesquisadores e estudiosos do mundo inteiro, cujas respostas foram analisadas por um comitê que contou com a participação de Sérgio Buarque de Holanda, que releva a sua importância dentro dos conflitos político-ideológico do pós-guerra. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1949. p. 1. Pi 61 P14. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 722 – Artigo de SBH intitulado “Introdução à democracia”, analisando trabalho de Wilson Martins sobre democracia, apresentado em Paris num inquérito promovido pela UNESCO. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 16 set. 1951. p. 3,10. Pi 121 P15J. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Produção Intelectual. Subsérie: Originais / Monografia. 769 – Relatório de SBH, à Associação Brasileira de Escritores, quando findava seu mandato de Presidente da entidade. Rio de Janeiro, 30 mar. 1946. 7p. (orig. datil.). Pi 168 P17. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Vida Pessoal. 16 – Portaria de contrato de SBH, como Professor de Literatura Comparada, Secção de Línguas Estrangeiras da Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Distrito Federal, 13 maio. 1936. c.as. 4p. Vp 16 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 22 – Certidão referente ao período em que SBH exerceu a função de Professor Assistente da Cadeira de História Moderna e Econômica na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal. Distrito Federal, 5 abr. 1938. c.as. 2p. Vp 22 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 33 – Fotografia de Caio Prado Jr., onde se vê SBH acompanhado de Francisco de Assis Barbosa, Maria Amélia, Octávio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira, em um passeio a Embú. Embú, 1943. b&p. 24x29.5. (reprod. ampliada). Vp 32 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 38 – Ofício de Honório de Sylos, Diretor Geral do Departamento Estadual de Informações do governo do estado de São Paulo a SBH, informando a realização de um curso de Bandeirologia e convidando-o a proferir uma conferência sobre as monções. São Paulo, 6 mar. 1946. 3p. Vp 38 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 42 – Nomeação de SBH, como Historiógrafo do Museu Paulista. [São Paulo], 28 jan. 1947. c.as. 1p. Vp 42 P1. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 82 – Diploma de SBH de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 21 mar. 1957. c.as. (orig.). Vp 82 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 84 – Comprovante da Divisão de Estudos Post-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo aprovando SBH no exame oral para o grau de Mestre em Ciências Sociais com a tese intitulada “Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos”. São Paulo, 30 jul. 1958. c.as. 1p. Vp 84 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 85 – [Comprovante] da Divisão de Estudos Post-Graduados da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, referente a aprovando SBH no exame “comprehensive” para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. São Paulo, 30 jul. 1958. c.as. 1p. (2 orig.). Vp 85 P2.

Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 88 – Curriculum Vitae de SBH. 1958. (c/ anot.ms.) Vp 88 P242. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). *Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP)*.

_____. 91 – Fotografia onde se vê SBH acompanhado de Joaquim Barradas de Carvalho e outra pessoa não identificada, por ocasião do Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. Salvador, 1959. b&p. 17.5 x 11.5. Vp 91 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 97 – Medalha de Officer de l’Ordre des Arts et des Lettres, concedido pelo governo da França, em 1961. Vp 97 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 114 – Convite do General de Exército Augusto Fragoso, Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) a SBH, convidando-o para que pronunciasse uma conferência com o tema “O homem”. Rio de Janeiro (GB), 17 abr. 1967. c.as. 1p. Vp 114 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Série: Vida Pessoal. Subsérie: Entrevistas. 203 – Entrevista de SBH intitulada “Prêmio Edgard Cavalheiro”, comentando a premiação recebida. *Folha da Tarde*. s.l., 06 out. 1958. s.p. Vp 203 P4. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

_____. 204 – Entrevista de SBH intitulada “História brasileira num castelo medieval”, comentando seus livros e atividades profissionais. *Tribuna da Imprensa*. [Rio de Janeiro], 14-15 nov. 1959. s/p. Vp 204 P4. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)

Arquivo Livraria José Olympio Editora. Adm. Ced. Edt. 193. Pasta Correspondência. Carta de Gilberto Freyre a José Olympio, Rio de Janeiro – 26 maio. 1936. FCRB.

_____. Adm. Ced. Edt. 193. Pasta Correspondência. Carta de José Olympio a Gilberto Freyre, Rio de Janeiro – 10 out. 1936. FCRB.

_____. Adm. Ced. Edt. Pasta Correspondência passiva. Carta de Jorge Amado a José Olympio, s/l., s/d. FCRB.

_____. Adm. Ced. Edt. 210. Sérgio Buarque de Holanda. Carta a José Olympio. Roma – 20 fev. 1954. FCRB.

_____. Adm. Ced. Edt. Gilberto Freyre. Extrato de saldo em conta corrente. Rio de Janeiro – 2 jan. 1963. FCRB.

_____. LJOE. RLI.75. José Olympio. Carta da LJOE à Comissão Editorial da USP, São Paulo – 24 de maio. 1966. FCRB.

_____. LJOE. RLI.75. José Olympio. Carta da Comissão Editorial da USP à LJOE, São Paulo – 17 de fev. 1967. FCRB.

_____. LJOE. RLI.75. José Olympio. Circular 635 da Edusp à LJOE. São Paulo – 26 jun.

1967. FCRB.

_____. LJOE. RLI.75. José Olympio. Relação com instituição. Edusp. FCRB.

_____. Adm. Ced. Edt. 210. Pasta Correspondência. Carta de Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda a José Olympio, São Paulo – 9 dez. 1982. FCRB.

_____. Adm. Ced. Edt. Carta de Daniel Pereira a Maria Amélia Buarque de Holanda. Rio de Janeiro – 23 jul. 1986. FCRB.

PÁGINA de propaganda da LJOE. FCRB.

Arquivo Nacional (AN)

Coordenação de Documentos Escritos. Documentos do Executivo e do Legislativo. BR.AN.RIO.TT.0.MCP, AVU.431. UD 154. 13 folhas / 13 páginas. Confidencial. 07 out. 1980. Assunto: Atividades do Centro Brasil Democrático – CEBRADE. AN.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Arquivo: Hélio Vianna. Notação final: DL1363.010 | Âmbito e conteúdo: Arguição da tese *Visão do Paraíso*, pelo professor Sérgio Buarque de Holanda apresentada ao concurso da cadeira de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Observação de Hélio Vianna sobre a tese. | Série: Produção Intelectual. Produtor: Hélio Vianna. 28 out. 1958. IHGB.

_____. Notação final: DL1375.059. | Âmbito e conteúdo: *Dois panfletos e um ensaio do Segundo Reinado* (Três panfletários do Segundo Reinado, de R. Magalhães Júnior). Artigo para o Correio Paulistano, 24/04/1956 e para o Correio do Povo. | Série: Produção Intelectual. Produtor: Hélio Vianna. Abr. 1956. IHGB.

Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1523.031 | Âmbito e conteúdo: Ofício, encaminhando exemplar da tese apresentada pelo professor Sérgio Buarque de Holanda ao concurso para provimento efetivo da cadeira de História da Civilização Brasileira na qualidade de integrante da banca examinadora. | Série: Correspondência. Produtor: A. Soares Amora, vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Destinatário: José Wanderley de Araújo Pinho. São Paulo, 24 set. / 01 out. 1958. IHGB.

_____. Notação final: DL1524.030 | Âmbito e conteúdo: Cartas, tratando da publicação do capítulo “A Bahia” de autoria de Wanderley Pinho, no tomo IV [sic] da História Geral da Civilização Brasileira. | Série: Correspondência. Produtor: José Wanderley de Araújo Pinho. São Paulo, 11 maio. 1961 a 18 dez. 1963. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Arquivo: Wanderley Pinho. Notação final: DL1538.010 | Âmbito e conteúdo: Discurso de recepção ao acadêmico Wanderley Pinho na Academia de Letras da Bahia ao assumir a cadeira de Afrânio Peixoto. | Série: Diversos. Produtor: Epaminondas Berbert de Castro. 17 mar. 1949. IHGB.

_____. Notação final: DL1559.004 | Âmbito e conteúdo: Concurso para provimento efetivo

da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, do qual é candidato o professor Sérgio Buarque de Holanda: Arguição, avaliação e notas. | Série: Atividade Profissional. Produtor: José Wanderley de Araújo Pinho. Nov. 1958. IHGB.

Verbete: TARQUÍNIO DE SOUSA, Octávio. In: *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros; sócios falecidos entre 1921-1961*; preparado por Vicente Tapajós com a colaboração de Pedro Tórtima. Rio de Janeiro: O Instituto, 1993, v. 3. IHGB.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Arquivo: Anísio Teixeira. AT pi Melo, L.C. de 1954.00.00. “Dados biográficos de Sergio Buarque de Holanda” e “Bibliografia” extraídos do Dicionário de autores paulistas, São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais. CPDOC.

Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)

ELLIS, Myriam. Noticiário. Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 38, ano X, p. 493-508, abr./jun. 1959. CAPH-FFLCH / USP.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A conquista da paz interna e a conciliação política no Segundo Reinado*. Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (cópia), 1958, 26p. CAPH-FFLCH / USP.

_____. Brasil Império. In: _____; ROMANO, Rugierro; SAVELLE, Max. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana / Universidad de Chile, 1963. CAPH-FFLCH / USP.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; ROMANO, Rugierro; SAVELLE, Max. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana / Universidad de Chile, 1963. CAPH-FFLCH / USP.

Notícia informativa. *Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo (1939-1974)*. CAPH-FFLCH / USP.

_____. 1955 – ELLIS (Myriam), *O monopólio do sal no Estado do Brasil*. Data: 15-XII-1955. Banca examinadora: Astrogildo Rodrigues de Mello (Presidente), Eurípedes Simões de Paula, Aureliano Leite, Yan de Almeida Prado e José Pedro Leite Cordeiro. Observação: tese publicada no Boletim n° CXC VII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Boletim História da Civilização Brasileira n.º 14); São Paulo, 1955. CAPH-FFLCH / USP.

ROMANO, Ruggiero. Historia de los precios e historia colonial hispano-americana. In: _____; HOLANDA, Sérgio Buarque de; SAVELLE, Max. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana / Universidad de Chile,

1963. CAPH-FFLCH / USP.

SAVELLE, Max. El espíritu de la Independência Americana. In: _____; HOLANDA, Sérgio Buarque de; ROMANO, Ruggiero. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana / Universidad de Chile, 1963. CAPH-FFLCH / USP.

Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora. Série Arquivística: Balancete realizado pela Livraria JO referente aos direitos autorais e adiantamentos pagos a SBH. Localização: 80,02,002 s/n. Data: 17 set. 1957. Local: Rio de Janeiro. 1p. 1doc.

FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora. Série Arquivística: Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Localização: 80,01,004 n. 151. Data: 6 nov. 1958. Local: Recife. 2p. 1doc.

FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora, Série Arquivística: Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Localização: 80,01,001 n. 034. Data: 29.06.1964. Local: Recife (PE). 2p. 1doc.

FBN. Divisão de Manuscritos. Fundo: Livraria José Olympio Editora. Série Arquivística: Composições textuais. Nome: Candido, Antonio. Título: O significado de *Raízes do Brasil*. Notas gerais: Prova para o ensaio, contendo correções manuscritas. Localização: 80,02,002 n. 019. Data: s.d. Local: s.l. 14p. 2doc.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A democracia e a tradição humanista. *Diário de Notícias* – RJ, 26 jun. 1949. Hemeroteca da FBN.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos. *Correio da Manhã* – RJ, 15 jun. 1951. Hemeroteca da FBN.

_____. Uma república não-proclamada (I, II & III). *Jornal da República*. São Paulo, 17, 19 & 20 nov. 1979. Hemeroteca da FBN.

PARA ESTIMULAR o trabalho dos jovens “conteurs” brasileiros. *O Jornal*, Rio de Janeiro (RJ), 26 abr. 1936, p. 18. Hemeroteca da FBN.

PRÊMIO Paula Brito. *Correio da Manhã* – RJ, 10 jan. 1960. Hemeroteca da FBN.

PRÊMIOS literários instituídos no INL. *Jornal do Comércio* – RJ, 19 out. 1958. Hemeroteca da FBN.

SOUSA, Octávio Tarquínio de; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil* (n. 2). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. Acervo Geral (Livros), Anexo II-873, 4, 45, II-381, 1, 2. FBN.

VARAS criminais. *O Jornal* – RJ, 12 out. 1935, s/p. Hemeroteca da FBN.

Arquivos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM)

HOLANDA, Sérgio Buarque de – Carta a: MORAES, Rubens Borba de. Rio de Janeiro: 15 de [?]. 4p. Registro: 24131 / 002374865 (RBM; P1). BBM / USP.

_____. Carta a: MORAES, Rubens Borba de. s.l.p.: s.d. 4p. Registro: 24116 / 002374850 (RBM; P1). BBM / USP.

_____. Perspectivas. *Estética*, Rio de Janeiro, Ano II, v. 1, n. 3, p. 272-277, abr./jul. 1925.

_____. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Coleção “Biblioteca Histórica Brasileira” (v. 5). São Paulo: Martins, 1941. BBM / USP.

MORAES, Rubens Borba de – Carta a: HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo: 18 de maio de 1940. 2p. Registro: 24119 / 002374853 (RBM; P1). BBM / USP.

Archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture (UNESCO)

Actes de la Conférence générale. Première session (Paris, 1946). *Archives de l'UNESCO*.

Actes de la Conférence générale. Quatorzième session (Paris, 1966). Résolutions à l'adresse des États membres. Sciences sociales, sciences humaines et culture. *Archives de l'UNESCO*.

Actes de la Conférence générale. Troisième session (Beirute, 1948). *Archives de l'UNESCO*.

FEBVRE, Lucien. *Les lumières de Clio*. In: _____; HOLANDA, Sérgio Buarque de; RAPPARD, William; JUNGK, Robert; BOAS, George; ORIBE, Emílio; & MAUROIS, André. *Rencontres Internationales de Genève* (Tome IX). *Le Nouveau Monde et l'Europe* (et les textes des Rencontres Intellectuelles de São Paulo). Neuchâtel, 1954. *Archives de l'UNESCO*.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Le Brésil dans l'avie américaine*. In: _____; FEBVRE, Lucien; RAPPARD, William; JUNGK, Robert; BOAS, George; ORIBE, Emílio; & MAUROIS, André. *Rencontres Internationales de Genève* (Tome IX). *Le Nouveau Monde et l'Europe* (et les textes des Rencontres Intellectuelles de São Paulo). Neuchâtel, 1954. *Archives de l'UNESCO*.

Raport – Committee of experts on the comparative study of cultures (Paris, 1949). *Archives de l'UNESCO*.

Rapport du comité pour l'analyse philosophique des concepts fondamentaux (Paris, 1949). *Archives de l'UNESCO*.

Rapport du Directeur Générale. Sixième session (Paris, 1951). *Archives de l'UNESCO*.

Rapport du Directeur Générale. Neuvième session (Genève, 1954). *Archives de l'UNESCO*.

Resolutions de la Conférence générale. Deuxième session (México, 1947). *Archives de l'UNESCO*.

B) Bibliográficas

Publicações de Sérgio Buarque de Holanda

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936

_____. Prefácio. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde (MES), 1939.

_____. *Cobra de vidro*. Coleção “Mosaico” (v. 5). São Paulo: Martins, 1944.

_____. *Monções*. Coleção “Estudos Brasileiros” (v. 3). Rio de Janeiro: Casa Estudante do Brasil, 1945.

_____. As monções. In: *Curso de bandeirologia*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946.

_____. *A língua geral de São Paulo*. In: _____. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

_____. Apologia da história. In: *Folha da Manhã*, São Paulo, s/p., 18 jul. 1950. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1950/07/18/837/#>>.

_____. Au Brésil colonial: les civilisations du miel. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 5^e année, n. 1, p. 78-81, 1950.

_____. (org.). *Antologia dos poetas brasileiros na fase colonial* (2. vols.). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde / Instituto Nacional do Livro (INL), 1952-1953.

_____. *Alle radici del Brasile*. Traduzione a cura di Cesare Rivelli. Collezione “Biblioteca Mondiale Bocca”, Scrittori Brasiliani (v. 4). Milano / Roma: Fratelli Bocca Editori, 1954.

_____. *Raíces del Brasil*. Colección “Tierra Firme” (v. 58). Ciudad de México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955.

_____. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Caminhos e fronteiras*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 89). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 107). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. Historiografia portuguesa. *O Estado de S. Paulo* – SP, 12 nov. 1960, p. 42.
Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19601112-26241-nac-0042-lit-2-not>>.

_____. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Brasiliiana” (v. 333). 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1969.

_____. L’histoire d’un demi-continent. In: ROITER, Fulvio (org.). *Brésil*. Collection “Orbis Terrarum”. Zurich: Atlantis, 1970.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Do Império à República (v. 5). São Paulo: Difel, 1972.

_____. (entrevista concedida a João Marcos Coelho). A democracia é difícil. *Veja*, São Paulo, 28 jan. 1976.

_____. *Monções*. 2.ed. Coleção “Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais” (História, v. 8). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. *Tentativas de mitologia*. Coleção “Debates” (v. 161). São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. In: GRAHAM, Richard. An interview with Sérgio Buarque de Holanda. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, v. 62, n. 1, p. 3-17, feb. 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2515412>>.

_____. *Monções*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis: NUT / NUIITA / UFSC, 2002 [1954].

_____. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade (v. 2). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1960].

_____. Metais e pedras preciosas. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade (v. 2). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1960].

_____. A herança colonial – sua desagregação. In: _____ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1962].

_____. Corpo e alma do Brasil. Ensaio de psicologia social (publicado originalmente na Revista *Espelho* – RJ, mar. 1935). In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

_____. Elementos básicos da nacionalidade: o homem [1967]. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

_____. *Capítulos de história do Império* (organização e introdução por Fernando Novais). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Monções*. 4.ed. [com parte anexa inédita, denominada *Capítulos de expansão paulista*, e o Prefácio de Laura de Mello e Souza, que organizou o volume com André Sekkel Cerqueira, então responsável pelas notas]. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Raízes do Brasil*. Edição crítica (organização: Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas: Mauricio Acuña, Marcelo Diego). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Demais referências

ACUÑA, Mauricio; DIEGO, Marcelo. Nota sobre o texto da presente edição. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* Edição crítica (organização: Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas: Mauricio Acuña, Marcelo Diego). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco e Cia., 1907.

ADORNO, Theodor. *O ensaio como forma* (1954). Notas de literatura I. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2003.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2014.

AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini (orgs.). *Ángel Rama*. São Paulo: Edusp, 2001.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro: Campos, 1979.

AMADO, Jorge. *Os velhos marinheiros – duas histórias do cais da Bahia*. São Paulo: Martins, 1961.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aleijadinho e os profetas. In: _____. *Antologia poética*. 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ANHEZINI, Karina. Correspondência e escrita da História na trajetória de Affonso Taunay. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 51-70, jul./dez. 2003.

_____. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Affonso Taunay. *Revista de História*, São Paulo, v. 160, p. 221-260, jan./jun. 2009.

ARANHA, Graça. *A estética da vida*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.

ARRANGO, Diana Soto. La enseñanza ilustrada en las universidades de América colonial. Estudio historiográfico. In: _____; et. al. *La ilustración en América colonial*. Madrid: Doce Calles / CSIC / Colciencias, 1995.

AZEVEDO, Fernando et. al. *Manifestos dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BAILYN, Bernard. *Atlantic history. Concept and contours*. Cambridge / London: Harvard University Press, 2005.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. Introdução. In: _____ (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

BARNADAS, Josep. La Iglesia católica en la hispanoamérica colonial. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina* (v. 2). Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

BARROS, José D'assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASSETTO, Sylvia. Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos (Entrevista com Emília Viotti da Costa). *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 17, p. 16-29, jun. 1999.

BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERTONHA, João Fábio. Sobre fascismos e ditaduras: a herança fascista na formação dos regimes militares do Brasil, Argentina e Chile. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 203-231, jan./jun. 2015.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire, ou, Métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1949. Coleções Especiais. *Sérgio Buarque de Holanda*. Biblioteca Central "César Lattes" da Universidade Estadual de Campinas (SBH / BCCL-UNICAMP).

_____. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BÔAS, Gláucia Villas. A recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5-33, 2014.

BOMENY, Helena; JOSIOWICZ, Alejandra. O exílio de Darcy Ribeiro e Ángel Rama: intelectuais, cultura e política na América Latina. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 19 n. 2, p. 320-346, dez. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 145, p. 3-8, déc. 2002.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Coleção “Estudos” (v. 20). São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história de leitura*. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

BRAGANÇA, Rafael de Oliveira. *O período Regencial (1831-1840) encontra seu historiador, o escritor Octávio Tarquínio de Sousa*. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2015.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* [1947]. Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

_____. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Colección “Historia”. Ciudad de México / Madrid / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1953.

BRUTER, Annie. Varia, *Histoire de l'éducation*, n. 137, 2013.

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, out. 1997.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. Sérgio Buarque de Holanda e a criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 140-155, dez./fev. 2005-2006.

CAMPOS, Pedro Moacyr. As instituições coloniais: antecedentes portugueses. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Do descobrimento à expansão territorial (v. 1). São Paulo: Difel, 1960.

_____. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). São Paulo: Difel, 1962.

_____. Brasil-Alemanha. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Declínio e queda do Império (v. 4). São Paulo: Difel, 1971.

_____. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean (org.). *Iniciação aos estudos históricos*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1979.

_____; HOLANDA, Sérgio Buarque de. As etapas dos descobrimentos portugueses. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Do descobrimento à expansão territorial (v. 1). São Paulo: Difel, 1960.

CAMPOS, Pedro Moacyr; PANTALEÃO, Olga. O reconhecimento do Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). São Paulo: Difel, 1962.

CAMPOS, Regina Salgado. As traduções de Montaigne. *Travessia*, Florianópolis, v. 16 / 17 / 18, p. 262-271, 1989.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Biblioteca Básica Brasileira” (v. 10). 4.ed. Brasília: Ed.UnB, 1963.

_____. O significado de *Raízes do Brasil* (prefácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial* [póstumo]. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. Debate. In: IGLÉSIAS, Francisco et. al. *Sérgio Buarque de Holanda: 3º colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In:

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Coleção “Corpo e Alma do Brasil” (v. 8). São Paulo: Difel, 1962.

_____. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*: (t. II). Dispersão e unidade (v. 2). São Paulo: Difel, 1964.

CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Ed.UnB, 2001.

CARVALHO, Joaquim Barradas. Temps, groupes sociaux et mentalités: un exemple portugais. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 8^e année, p. 475-481, n. 4, 1953.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Prefácio. In: BÔAS, Gláucia Villas. *A vocação das ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (FBN), 2007.

_____. (org.). *A Academia Brasileira de Letras: subsídios para sua história*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1997.

_____. *Outros lados. Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

_____. O Instituto Nacional do Livro e os modernistas: questões para a história da educação brasileira. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 543-557, jul./dez. 2012.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória (1969-1986)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2017.

CASTRO, Conrado Pires de. *Com tradições e contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2016.

CERQUEIRA, André Sekkel. Nota sobre o texto. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed.UnB, 1994.

_____. *Escribir las prácticas: discursos, práctica, representación*. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1999.

_____. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

_____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artimed, 2001b.

_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed.UFRGS,

2002a.

_____. *A história cultural*. Entre práticas e representações. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002b.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014.

COLLINGWOOD, Robin. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

COPPE JR., Gerson Ribeiro. Forjando o historiador: periodização e longa Idade Média. *Faces da História*, Assis, v. 2, n. 2, p. 202-206, jun./dez., 2015.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Dante Milano e o imaginário do mal no modernismo brasileiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 51-65, 2010.

CORRÊA, Roberto Alvim. O Proust da Sociologia. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

COSTA, Emília Viotti. O escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967.

CUNHA, Luiz Antônio. A cátedra universitária no Brasil: persistência, mudança e desaparecimento. In: *Anais do 18º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu: ANPOCS, 1994.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Introdução. In: _____; ROCHE, Daniel (orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Edusp, 1996.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Coleção “Biblioteca Histórica Brasileira” (v. 5). São Paulo: Martins, 1941.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. III). Estrutura de poder e economia, 1889-1930 (v. 1). São Paulo: Difel, 1975.

_____. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 145-159, jan./jun. 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. Coleção “Debates” (v. 67). São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 269-274, set./dez. 1994.

_____. Negação das negações. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

DORE, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311-339, jul./dez. 2002.

DUMONT, Juliette. *L’Institut International de Cooperation Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris: Editions de l’IHEAL, 2009.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Sérgio Buarque de Holanda viajante: o lugar da cultura em *Caminhos e fronteiras*. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume / PPGH-UFMG, 2002.

_____. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005.

_____. A nação nos livros. A biblioteca ideal na Coleção Brasiliana. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar do impresso na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. História e historiadores na coleção Brasiliana: o presentismo como perspectiva? In: _____ (org.). *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Júnior, Oliveira Vianna e Menotti del Picchia, 1926. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 243-252, dez. 2016.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELLIS, Myriam. Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no Planalto paulista nos séculos XVI e XVII. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 51-71, 1950.

_____. O Senador Alfredo Ellis. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 275-295, 1950.

_____. Estudo sobre a decadência das Minas, através de um documento. *Revista de História*, São Paulo, v. 12, n. 26, p. 463-489, 1956.

_____. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). *Revista de História*, São Paulo, v. 15, n. 32, p. 415-462, 1957.

_____. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (II). *Revista de História*, São Paulo, v. 16, n. 33, p. 149-175, 1958.

_____. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (III). *Revista de História*, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 379-424, 1958.

_____. Noticiário. “Mesa-redonda” de problemas de História Latino-Americana. *Revista de História*, São Paulo, v. 20, n. 41, 1960.

ENTREVISTA com Marlyse Meyer. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 233-242, set./dez. 2009.

EUGÊNIO, João Kennedy. *O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 1999.

_____. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil & Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *A universidade brasileira: em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVI siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1947 [1942].

_____. O homem do século XVI. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 3-17, jan./mar. 1950.

_____. Calvino. *Revista de História*, São Paulo, n. 12, v. 5, p. 253-267, out./dez. 1952.

_____. Préface. In: _____; MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958.

_____; CROUZET, François. *Nous sommes tous des sang-mêlés*. Manuel d'histoire de la civilisation française. Paris: Albin Michel, 2012.

FELDMAN, Luiz. *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

FERREIRA, Antonio Celso. As relíquias de Sérgio Buarque de Holanda: pistas e armadilhas. *Triceversa*, Assis, n. 1, v. 1, p. 14-30, maio./out. 2007.

FERREIRA, Cristina, FRÓTSCHER, Méri (orgs.). *Visões do Vale*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino de história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: BÔAS, Gláucia Villas; MAIO, Marcos Chor (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1999.

_____. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FIGUEIREDO, Luciano. Narrativas das rebeliões. Linguagem política e ideias radicais na América portuguesa moderna. *Revista USP*, São Paulo, v. 57, p. 6-27, mar./maio. 2003.

FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Editora Passagens, 1992.

_____. *A ordem do discurso*. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997 [1951].

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. Uma obra rabelaisiana. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004.

_____. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 585-612, jul./dez. 2005.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.

FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Interpretación del Brasil*. Colección “Tierra Firme” (v. 10). Ciudad de México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1945.

_____. *Casa-grande y senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de la economía patriarcal*. Colección “Biblioteca Ayacucho”. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1977.

_____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48.ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, André. Um luto permeado por lutas: a morte de Sérgio Buarque de Holanda e o

combate ao regime autoritário (1982). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, out./dez. 2014.

_____. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016.

_____. Entre a cátedra e a coleção: Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira. In: VENANCIO, Giselle Martins (org.). *Intelectuais e palavra impressa*. Niterói: Eduff, 2016.

_____. Sob os olhos de remotos horizontes: reflexões sobre a recepção do livro *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1959). In: SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle Martins (orgs.). *Escrita, edição e leitura na América Latina*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2016.

FURTADO, André; FERREIRA, Cristina. Quando a exaltação é uma estratégia narrativa: notas sobre Sérgio Buarque de Holanda, modernista (1920-1931). *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 192-213, ago./dez. 2013.

FURTADO, André; VENANCIO, Giselle. « Quand l' Histoire Générale de la Civilisation Brésilienne (HGCB) rencontre ses critiques », *Brésil(s) revues – Sciences Humaine et Sociales*, Paris, v. 10, p. 1-25, nov. 2016.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

_____. Provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*). In: _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil* (v. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de *Casa-grande & senzala*. *Remate de Males*, Campinas, n. 20, p. 47-57, 2001.

_____. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Faperj, 2007.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço*. Biografia e História na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009.

GRAHAM, Richard. An interview with Sérgio Buarque de Holanda. *The Hispanic American Historical Review*, Durham: Duke University Press, v. 62, n. 1, p. 3-17, feb. 1982.

_____. Dr. Sério: a coerência do homem e do historiador. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

GRANT, Susan-Mary. *História concisa dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Edipro, 2014.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, jul./dez. 1991.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GRIECO, Agripino. Obra vigorosa de ciência e arte. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

GUERELLUS, Natália de Santana. D'O quinze às Três Marias, de Rachel de Queiroz, e o desafio de ser publicada (1927-1945). In: FURTADO, André; SILVA, Bruno (orgs.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII a XX)* (prelo).

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985.

HÉBRARD, Jean. Peut-on faire une histoire des pratiques populaires de lecture à l'époque moderne? Les "nouveaux lecteurs" revisités. In: MOLLIER, Jean-Yves (dir.). *Histoires de lecture, XIXe-XXe siècles*. Société d'histoire de la lecture, n. 17, p. 105-140, 2005.

_____. L'esclavage au Brésil: le débat historiographique et ses racines. In: _____ (org.). *Brésil: quatre siècles d'esclavage. Nouvelles questions, nouvelles recherches*. Paris: Karthala & CIRESC, 2012.

HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção "As esquerdas no Brasil" (v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HERRERO, Beatriz Fernández. *La utopía de América: teoría, leyes, experimentos*. Barcelona: Anthropos / Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HORCH, Rosemarie Erika. Bibliografia de Sérgio Buarque de Holanda. In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / USP / IEB, 1988.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. Coleção “Corpo e Alma do Brasil” (v. 7). São Paulo: Difel, 1962.

_____. O processo econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967.

IEGELSKI, Francine; ALMEIDA, Tiago Santos. Apresentação: história das ciências, teoria da história, história intelectual. In: DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: Liber Ars, 2017.

JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, 127-184, out. 2001.

_____; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed.PUC-Rio, 2006.

KOTHE, Flávio Rene. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: Ed.UnB, 1997.

LACOMBE, Américo Jacobina. A conjuração no Rio de Janeiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade (v. 2). São Paulo: Difel, 1960.

_____. A Igreja no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade (v. 2). São Paulo: Difel, 1960.

_____. A cultura jurídica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967.

_____. Orelha. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Brasiliana” (v. 333). São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1969.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2000.

LARA, Cecília de. João Guimarães Rosa na França: anotações do diário de Paris. *Travessia*, Florianópolis, v. 16 / 17 / 18, p. 221-233, 1989.

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Coleção “Reconquista do Brasil” (v. 171). Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 1999.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 7.ed. São Paulo: Unesp, 2002.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1986.

LEVI, Giovanni. Antropologia y microhistoria: conversación con Giovanni Levi. *Manuscripts*, Barcelona, n. 11, p. 15-28, enero 1993.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LIMA, Luiz Costa. Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do Paraíso*. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LOURENÇO, Mariana Simões. *Do acervo ao livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2014.

LUCA, Tania Regina de. O 1º Congresso de Escritores e o arquivo Astrojildo Pereira. *Cadernos do CEDEM*, São Paulo, v. 1, p. 101-105, 2008.

_____. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2017.

LUZ, Nícia Vilela. Inquietações revolucionárias no Sul: a Conjuração Mineira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade (v. 2). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1960].

MACHADO, Brasil Pinheiro. *Raízes do Brasil*, uma releitura. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO: ciências sociais e o credo racial brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 115-128, jun./ago. 2000.

_____. UNESCO and the study of race relations in Brazil: regional or national issue? *Latin American Research Review*, v. 36, n. 2, p. 118-136, 2001.

MARTINIÈRE, Guy. Escola dos Annales e as Américas latinas (1929-1949). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 14-15, n. 1-2, p. 1-21, 1983-1984.

MARTINS, Renato. *Tradição, modernidade e a história das Américas em Visão do Paraíso (1946-1969)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras, 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87, jul./dez. 2016.

MAURO, Frédéric. Joaquim Barradas de Carvalho, As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de situ orbis”. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, Paris, n. 12, p. 246-248, 1969.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Raízes do Brasil* e depois (posfácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MICELI, Paulo. Sobre história, Braudel e os vaga-lumes. A escola dos *Annales* e o Brasil (ou vice-versa). In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato. Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, p. 79-88, 1994.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1996.

_____. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015.

MONTENEGRO, Olívio. Não sei de livro que encerre mais conclusões. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

MORAES, Vinicius de. Depois da guerra. In: _____. *Para uma menina com uma flor*: 1966. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974*. São Paulo: Ática, 1977.

_____. Joaquim Barradas de Carvalho. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 289-295, set./dez. 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p.103-126, jan./jun. 2004.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. O mestre, o historiador, o fidalgo Wanderley Pinho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 320, p. 381-391, jul./set. 1978.

NEGREIROS, Valério Rosa de. *Por uma cultura integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2016.

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Dap-Unifesp, 2014.

_____. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 159-180, jul./dez. 2016.

NICOLAZZI, Fernando. As virtudes do herege: ensaio, modernismo e escrita da história em *Casa-grande & senzala. Remate de Males*, Campinas, v. 31, n. 1-2, p. 255-282, jan./dez. 2011.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Sérgio Buarque de Holanda, o homem. In: _____ et. al. (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Universidade de São Paulo / Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

NOGUEIRA, Emília. Noticiário. Concurso para a cátedra de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 12, p. 523-536, out./dez. 1952.

NOVAIS, Fernando. Fernando Novais: Braudel e a “missão francesa” (entrevista). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 161-166, set./dez. 1994.

_____; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando (coor.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (v. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papiрус, 1998.

PAULA, Eurípedes Simões de. Nosso programa. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 1-2, jan./mar. 1950.

_____. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). O processo de emancipação (v. 1). São Paulo: Difel, 1962.

_____. A marinha. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Declínio e queda do Império (v. 4). São Paulo: Difel, 1971.

PÉCORA, Alcir. Vieira, o índio e o corpo místico. In: NOVAIS, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica jurídica*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PÉREZ, Joseph. *Espanña y América en una perspectiva humanista*. Madrid: Casa de Velázquez, 1998.

PINHO, José Wanderley de Araújo. *Política e políticos no Império: contribuições documentais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. Coleções Especiais. *Sérgio Buarque de Holanda*. Biblioteca Central "César Lattes" da Universidade Estadual de Campinas (SBH / BCCL-UNICAMP).

_____. Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Dispersão e unidade (v. 2). São Paulo: Difel, 1964.

PONTES, Eloy. Uma prosa límpida e inquieta. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e "coleções brasilianas" nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O espírito e a letra*. Companhia das Letras, 1996.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar / São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

REALE, Miguel. Um sociólogo naturalista. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____ et. al. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- REVEL, Jacques. Mentalidades. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na Independência do Brasil. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, dez. 2002.
- RIBEIRO, João. Poderosa poesia e profunda metafísica de uma obra metapolítica. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa (1928-2017). *História econômica & história de empresas*, São Paulo, v. 20 n. 2, p. 511-522, jul./dez. 2017.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Unesp / Bauru: Edusc, 2003.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “bandeira” na formação social do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 25). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- _____. *La marcha hacia el Oeste: la influencia de la “bandeira” en la formación social y política del Brasil*. Colección “Tierra Firme” (v. 62). Ciudad de México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.
- ROCHA, João Cezar de Castro. O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.
- ROCHA, Justiniano José da. Ação, reação e transação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 219, p. 206-238, abr./jun. 1953.
- RODRIGUES, Diogo Luiz. Alf Ross e seu realismo jurídico: uma resenha crítica. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, São Leopoldo, n. 8, v. 1, p. 117-125, jan./abr. 2016.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário*. Mestres, discípulos e “Um seminário” em São Paulo (1958-1978). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.
- ROIZ, Diogo da Silva. Os projetos de escrita da História de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo dos anos 1930 e 1940?

Revista de Teoria da História, Goiânia, ano 5, n. 10, p. 10-46, dez. 2013.

_____; FARIAS, Marilene Nascimento de. Eduardo d'Oliveira França e a escrita de uma história das civilizações (1942-1968). *Emblemas*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 129-167, jul./dez., 2011.

ROJAS, Carlos Aguirre. La recepción del *Métier d'historien* en America Latina. *Obradoiro de Historia Moderna*, Santiago de Compostela, n. 6, p. 133-177, 1997.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura; 1964-74. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro, FGV, 2008; & FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Revoluções de direita na Europa do entre guerras: o fascismo e o nazismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 355-378, maio./ago. 2017.

_____; QUADRAT, Samanta Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Brasil e América Latina* (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMANO, Ruggiero; VIVANTI, Corrado. *Storia d'Italia*. Torino: Einaudi, 1972-1976.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas* (v. 2). São Paulo: Nova Aguilar, 1994 [1956].

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, jan./jun. 1996.

SÁ, Victor de. *A historiografia sociológica de António Sérgio*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.

SANCHES, Dalton. *Entre "formas hesitantes e bastardas": ensaísmo, modernismo e escrita da história em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mariana, 2013.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 241-259, jan./abr. 2011.

SANTOS, Alessandra Soares. *Afonso Arinos historiador: uma identidade para as elites brasileiras*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Estação Filmes, 2003. 1 DVD (148 min).

SAPIRO, Gisèle. *La sociologie de la littérature*. Paris: La Découverte, 2014.

SAVELLE, Max (ed.). *A history of world civilization* (2 vols.). New York: Holt, 1956-1957.

SCHADEN, Egon; PEREIRA, João Batista Borges. Expedição antropológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II).

Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967.

SCHLESINGER JR., Arthur Meier. *A thousand days: John F. Kennedy in the White House*. Boston: Houghton Mifflin, 1965. Coleções Especiais. *Sérgio Buarque de Holanda*. BCCL. UNICAMP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETO, Maria Verónica. Capistrano de Abreu e J. F. Turner: a história nacional e a história ambiental. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 236-253, 2006.

_____. *Negros em Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2013.

_____. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 83-99, 2014.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting-pot* nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SILVA, Bruno. *Inventários do homem americano no século das Luzes*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2015.

_____. *Genealogias mazombas: castas luso-brasileiras em crônicas colônias*. Niterói: Eduff, 2016.

SILVA, Janice Theodoro. Eurípides Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 160, p. 17-50, jan./jun. 2009.

SILVA, Rafael Pereira. “Não sei se dará tempo”: notas sobre a publicação de *Memórias de um colono no Brasil* pela Coleção Biblioteca Histórica (1931-1940). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional da Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

_____. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2015.

SILVA, Renán. *Lugar de dívidas: sobre a prática da análise histórica, brevíário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. “*La conexión chilena*”: el avance y la modernización de los estudios históricos en América latina en los años 1960 (prelo).

SILVA, Soraia Maria. *Profetas em movimento*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2001.

SIMMEL, Georg. O cruzamento de círculos sociais. In: CRUZ, Manuel Braga da Cruz (org.). *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos* (v. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. Descobridor de uma verdadeira visão do Brasil; LINS, Álvaro. Livro de ciência e de literatura. In: FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

_____. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 36, v. 13, p. 121-139, fev. 1998.

_____. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp / Com-Arte, 2010.

_____. Misión de la edición para una cultura en crisis. El Fondo de Cultura Económica y el americanismo en Tierra Firme. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX* (vol II). Buenos Aires: Katz, 2010.

SOUZA JR., António Sérgio de. *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.

_____. *História de Portugal*. Barcelona: Editorial Labor, S/A., 1929.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. Letras e ideias no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. I). Administração, economia, sociedade, (v. 2). São Paulo: Difel, 1960.

_____. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e transações (v. 3). São Paulo: Difel, 1967.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Posfácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Prefácio. In: NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Prefácio – Estrela da vida inteira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *Remate de Males*, Campinas, v. 31, n. 1-2, p. 13-24, jan./dez. 2011.

TAVARES, Mariana Rodrigues. *Um Brasil inapreensível: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2016.

THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paulo (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 160, p. 17-50, jan./jun. 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. Agency and choice – I (A replay to criticism). *The New Reasoner*, n. 5, p. 89-106, summer, 1958.

THONCHON, Henri. *Huit mois au Brésil*. Paris: Le Belles Lettres, 1938.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada. Teoria política do Império do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1964 [1957].

TUNA, Gustavo Henrique. Novos olhares sobre velhas fontes: Sérgio Buarque de Holanda e as crônicas de viagens em *Visão do Paraíso*. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

_____. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo*, Niterói, v. 8, p. 7-22, ago. 1999.

_____. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed.UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2008.

_____. Posfácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. O imbróglio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 19-40, jul./dez. 2016.

VALE, Nayara Galeno do. *Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (FBN), 2012.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano* (v. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VENANCIO, Giselle Martins. *As flores raras do jardim do poeta: o catálogo da coleção Eurico Facó*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. *Pontes sobre o Atlântico: ensaios sobre relações editoriais e intelectuais luso-brasileiras (1870-1930)*. Niterói: Vício de Leitura / FAPERJ, 2012.

_____. Brasileira segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956-1993). In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. *O homem por trás dos livros: Américo Jacobina Lacombe na direção da coleção Brasiliana (1956-1993)*. Curitiba: Prismas, 2018 (no prelo).

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 05-23, jan./jun. 2013.

_____. Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, jul./dez. 2016.

VIANNA, Hélio. A primeira versão do *Tratado da terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gandavo. *Revista de História*, São Paulo, n. 15, v. 7, p. 89-95, set./dez. 1953.

_____. (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: BN, 1970.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Zahar / Ed.UFRJ, 1995

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 4.ed. Coleção “Brasiliana” (v. 8). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, jun. 2011.

WAQUET, François. *Os filhos de Sócrates: filiação intelectual e transmissão do saber do século XVII ao XXI*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

_____. Da genialidade à poeira dos arquivos. Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1940. In: SENTO-SÉ, João Trajano; PAIVA, Vanilda (orgs.). *Pensamento social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (edição comemorativa – 70 anos, organizada por Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre Rio de Janeiro e São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 111-133, jul./dez. 2016.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de geração de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 2, v. 25, p. 205-224, ago. 2010.

YAMASHITA, Jougi Guimarães. *As guerras de Marc Bloch: nacionalismo, memória e construção da subjetividade*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2016.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

C) Digitais / Outras

2ª AUDITORIA: condenado Caio Prado Júnior. *Folha de S. Paulo* – Ano XLIX, n. 14.893. São Paulo, 26 mar. 1970. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/03/26/2>>.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Consultando o Cascudo: gêneros textuais, escrita de si e interpretação do Brasil no *Dicionário do Folclore Brasileiro* de Luís da Câmara Cascudo. *Revista Escrita da História* – REH, Niterói & São Paulo, v. 2, n. 3, abr./ago. 2015. Disponível em: <<http://www.escritadahistoria.com>>.

ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, n. 1, maio. 1928.

Apresentação. Biblioteca Básica Brasileira. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/a-colecao/>>.

BRASIL. Lei nº 785, 20 ago. 1949. *Presidência da República*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

Escola Superior de Guerra (ESG). *Comandantes*. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg>>.

FRAGOSO, Augusto. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca>>.

GUIDE to the Richard Peter McKeon papers (1918-1985). *University of Chicago Library*. Disponível em: <<https://www.lib.uchicago.edu/e/scrc/findingaids/view.php?eadid=ICU.SPCL.RPMCKEON>>.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A pena de aluguel e a historiografia. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0589.pdf>>.

HOLANDA, Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. *Apontamentos para a cronologia de Sérgio*, 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/biografia.html>>.

JOSÉ Lins do Rego. Academia Brasileira de Letras (ABL). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-lins-do-rego/biografia>>.

LACOMBE, Américo Jacobina. História Nova. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 263, p. 283-302, abr./jun. 1964. Disponível em: <<https://ihgb.org.br>>.

LAVOR. In: *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009 (CD-ROM).

LEMOS, Renato. Verbete: Afonso Arinos. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc>>.

MALIN, Mauro. Verbete: DUTRA, Eurico Gaspar. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001.

Mário Guimarães Ferri. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico>>.

Membros da ABL. Jorge Amado. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/academicos/jorge-amado/biografia>>.

MESTRE. In: *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009 (CD-ROM).

Notícia. Cadeira de História da Civilização Brasileira. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 2, p. 189-193, 1967.

Noticiário. Defesa de tese apresentada ao doutoramento na cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pela licenciada Myriam Ellis. *Revista de História*, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 284-285, 1956.

Patrono da Cadeira nº 36: Euclides da Cunha. Academia Paulista de Letras (APL).

Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/>>.

REIS, João José. O escravo-coisa. *Folha de S. Paulo*, 13 set. 2003. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1309200301.htm>>.

Rubens Borba de Moraes. Disponível em:

<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2489/rubens-borba-de-moraes>>.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na Universidade do Distrito Federal, na Universidad di Roma e na Escola Livre de Sociologia e Política. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), São Paulo, v. 1, p. 1-21, 2008. Disponível em:

<http://novosestudos.tempsite.ws/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1267>.

SANTA Rosa. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/santa_rosa>.

SÃO PAULO, *Aprova o regimento de concurso para provimento dos cargos de professor catedrático e livre-docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP)*. Decreto nº 13.426, 23 jun. 1943. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao>>.

_____, *Criação da Universidade de São Paulo (USP)*. Decreto nº 6.283, 25 jan. 1934.

Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>>.

Verbetes: FRANCO, Afonso Arinos de Mello. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Brasil e brasileiros de hoje* (v. 1). Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1961.

Verbetes: FREYRE, Gilberto de Mello. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Brasil e brasileiros de hoje* (v. 1). Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1961.

Verbete: Raimundo Magalhães Júnior. Disponível em:
<<http://www.academia.org.br/academicos/raimundo-magalhaes-junior/biografia>>.